

Memória da visita régia à ilha Terceira

Alfredo Luiz Campos

Jornalista e professor do Curso de Português anexo à Escola de Desenho Industrial do Distrito de Angra do Heroísmo

2.^a edição
2025

1.º DE JULHO DE 1901

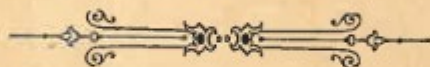
MEMORIA
DA
VISITA REGIA
Á ILHA TERCEIRA

POR

ALFREDO LUIZ CAMPOS

JORNALISTA

E PROFESSOR DO CURSO DE PORTUGUEZ
ANEXO Á ESCOLA DE DESENHO INDUSTRIAL DO DISTRICTO
DE ANGRA DO HEROISMO



ANGRA DO HEROISMO
IMPRESA MUNICIPAL
1903

Prólogo à 2.^a edição

A obra que agora se reedita saiu dos prelos da Imprensa Municipal angrense no ano de 1903, fruto da dedicação e esforço de Alfredo Luís Campos, um intelectual que ao tempo era professor do Curso de Português anexo à Escola de Desenho Industrial do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, a funcionar na Ladeira de São Francisco, paredes-meias com os paços do concelho, e colaborador assíduo da então pujante imprensa local.

Embora o título indicie apenas uma descrição da visita do rei D. Carlos e da sua esposa, a rainha D. Amélia, que ocorreu nos primeiros dias de julho de 1901, a *Memória da Visita Régia à Ilha Terceira* é bem mais do que um relato desses eventos. Na realidade, é uma obra com um cariz singular, pois, para além da descrição minuciosa da visita do monarca, inclui uma alargada *memória histórica*, num claro esforço de glorificar o passado terceirense, característica das correntes do nascente nacionalismo que então percorria a Europa. Também inclui uma longa e diversificada lista de pessoas oriundas ou por qualquer forma ligadas às três ilhas que então formavam o Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, acompanhada de informação de carácter biográfico e genealógico.

Estas facetas valorizam sobremaneira a obra, a qual constitui um verdadeiro repositório histórico-biográfico no qual estão registadas personalidades, em muitos casos hoje caídas no olvido, que foram importantes na cultura e na política das ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge.

Embora na vertente histórica a obra seja, na sua essência, um trabalho de vulgarização, seguindo de muito perto a *História de Portugal* de Pinheiro Chagas e os clássicos da historiografia açoriana então publicados, ainda assim é uma narrativa de leitura agradável que permanece como um bom resumo da história de Portugal e, em particular, dos eventos que ocorreram na ilha Terceira.

Em muitos aspetos, a obra assemelha-se ao *Álbum Açoriano*,¹ um trabalho do faialense António Baptista,² que o preparou em Lisboa em colaboração com o micaelense Francisco Raposo de Oliveira,³ também para comemorar a visita régia aos Açores. Embora o *Álbum Açoriano*, que também iniciou a sua publicação em 1903, seja uma edição de luxo, com primoroso grafismo, e neste aspeto bem diferente da *Memória*, cuja edição original padece do deficiente trabalho gráfico que então estava disponível em Angra, ambas as obras são, ilha a ilha, uma análise da vida económica, cultural e social açoriana do início do século XX, e hoje reconhecidas como interessantes fontes informativas sobre o arquipélago nesse tempo.

Para a presente edição procedeu-se à atualização ortográfica e correção de erros tipográficos e à homogeneização do uso de maiúsculas e de abreviaturas honoríficas. Sempre que pareceu necessário para facilitar a legibilidade da obra ou identificar as pessoas e obras referidas, introduziram-se algumas notas no final de cada um dos capítulos. As notas de pé-de-página contidas

na edição de 1903 foram mantidas na sua posição original, evitando-se assim a potencial confusão entre as notas do autor e aquelas que foram introduzidas nesta 2.^a edição.

Dado o elevado número de personalidades com interesse para a história açoriana citadas ao longo da obra, mais de 1300, introduziram-se notas contendo alguns elementos que permitem melhor identificar essas pessoas, incluindo, quando disponível, os locais e datas de nascimento e morte. Nos casos em que foi possível localizar o nome na obra *Genealogias da Ilha Terceira*,⁴ é feita a devida referência.

Na edição original, os capítulos aparecem sem epígrafes, estando estas apenas listadas no índice, onde alguns capítulos aparecem agrupados. Optou-se por incluir em cada capítulo o texto constante do índice, separando-o consoante o assunto versado, acrescentando-se nalguns casos um subtítulo diferenciador e noutros colocando-se parte do texto da epígrafe como secção ao longo do capítulo.

A preceder a obra foi incluída uma nota biográfica do autor, contribuindo para resgatar do esquecimento uma personalidade que, pelo seu labor intelectual e inquebrantável apego ao bem da sua cidade e ilha, bem merece ser lembrado. O percurso pessoal, jornalístico e intelectual de Alfredo Luís Campos foi verdadeiramente notável, bem merecendo um trabalho biográfico de maior fôlego.

Para permitir melhor compreender o enquadramento do texto, em anexo são incluídos dois opúsculos publicados aquando da visita régia, um com a coletânea das notícias sobre a visita publicadas pelo periódico angrense *A União*, da autoria de Vieira Mendes,⁵ outro uma «*pro memoria*» da visita, da autoria do jornalista terceirense Augusto Ribeiro.⁶

J. Meneses

1 Raposo de Oliveira e António Baptista (editores), *Álbum Açoriano*. Antiga Casa Bertrand, Lisboa, 1903.

2 António Baptista (Horta, 16 de dezembro de 1865 — Capelo, 22 de julho de 1927), jornalista, autor dramático e ator, considerado como um dos mais prolíficos autores teatrais açorianos. Destacou-se no campo da dinamização cultural e no campo do jornalismo local, sendo uma das principais figuras do panorama cultural açoriano das primeiras décadas do século XX. Destacou-se pela sua visão crítica em relação ao Primeiro Movimento Autonomista e aos seus promotores.

3 Francisco Raposo de Oliveira (Nordeste, 8 de janeiro de 1881 — Lisboa, 17 de janeiro de 1933), poeta e jornalista que se destacou no panorama jornalístico de Lisboa, onde foi redator e diretor de alguns dos mais relevantes jornais portugueses do tempo.

4 António de Ornelas Mendes, Jorge Forjaz, *Genealogias da Ilha Terceira* (9 volumes). DisLivro História, Lisboa, 2007.

5 Vieira Mendes, *Visita Regia aos Açores : Ilha Terceira 1901. Archivo dos artigos comemorativos, descritivos, locais e telegrammas relativos ao faustoso acontecimento. Publicação feita no jornal diário d'Angra do Heroísmo - A União*. Angra do Heroísmo, Typ. Minerva da União, 1901.

6 Augusto Ribeiro, *Pro Memoria - Visita de Suas Magestades, El -Rei o Senhor D. Carlos I e Rainha a Senhora D. Amélia à Ilha Terceira (1 a 4 de julho de 1901)*. A Liberal, Lisboa, 1901.

Alfredo Luís Campos

Nota biográfica

Alfredo Luís Campos nasceu em Angra do Heroísmo a 19 de março de 1856, filho de uma relação extraconjugal de Frederico Ferreira Campos (Benfica, Lisboa, 21 de janeiro de 1809 — Angra do Heroísmo, 9 de dezembro de 1892) com a terceirense Maria Carlota Martins. Inicialmente colocado na roda, foi legitimado pelo pai em 1859, quando tinha 3 anos de idade.

O pai era um importante comerciante e político local angrense, de origem lisboeta que, entre outras funções, foi vereador da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e vogal do Conselho do Distrito, tendo exercido o cargo de governador civil interino de 1 a 26 de junho de 1891.

Frequentou o ensino liceal em Angra do Heroísmo, mas não prosseguiu estudos superiores. Ficou-se pela sua cidade natal, onde casou com Carlota Augusta de Sousa Pinto, dedicando-se ao jornalismo, atividade em que adquiriu renome, deixando volumosa colaboração nos periódicos açorianos, com destaque para os angrenses, alguns dos quais ajudou a fundar e dirigiu. Também se dedicou à escrita e à arte dramática, sendo autor de diversas obras para o teatro, a maioria representadas em Angra por grupos amadores por ele dirigidos e ensaiados. Fez parte de diversas comissões encarregadas de organizar celebrações cívicas, sendo ao longo do último quartel do século XIX o principal promotor e organizador de comissões, celebrações e festejos, atividade em que deixou duradoura marca no panorama intelectual angrense.

Foi o fundador dos jornais *O Heroísmo* (2.º do mesmo nome), *O Lutador*, *O Industrial* e *O Ateneu*, que redigiu, conjuntamente com Alfredo Pamplona Machado Corte Real, o primeiro; com Casimiro Mourato e João José de Aguiar, o segundo; e com vários jornalistas, o terceiro e o quarto.

Na ausência do Dr. José da Fonseca Abreu Castelo Branco, quando este foi eleito deputado às Cortes pelo Partido Progressista, ficou, durante duas legislaturas, com a direção política do jornal *O Angrense*. Colaborou nos jornais terceirenses *Artista*, *Voz do Artista*, *Luís de Camões*, *União*, *Gazeta de Notícias*, *A Terceira*, *O Imparcial* e *O Liberal*, e ainda no *Diário dos Açores*, jornal editado em Ponta Delgada.

Foi vogal da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, sendo na política um dos mais fiéis seguidores de Teotónio de Ornelas Bruges Paim da Câmara, o 1.º conde da Praia, e do seu Partido Progressista.

Na última fase da sua vida foi professor do Curso de Português anexo à Escola de Desenho Industrial do Distrito de Angra do Heroísmo e depois professor de português na Escola Industrial e Comercial Madeira Pinto de Angra do Heroísmo.

O Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior,¹ que com ele conviveu, deu dele o seguinte retrato:²

«Alfredo Campos defendeu sempre com entusiasmo os interesses da Ilha Terceira. Fundou os jornais «O Heroísmo», «O Lutador», «O Industrial» e «O Ateneu» e colaborou no «Angrense», «União», «Gazeta de Notícias», «Artista», «Voz do Artista», «Imparcial» e «Liberal». Em política se inclinou decididamente para a seguida pela família do 1.º Conde da Praia da Vitória. Este encarnava aos seus olhos o máximo da glória das lutas constitucionais, entrando em hora incerta e crucial no movimento militar de 22 de junho de 1828. Escrevendo e discursando, porque era também homem de palavra fluente e fogosa, exaltava a sagrada causa da liberdade, increpava fuzilando cólera, D. Miguel, guindava a alturas incomensuráveis D. Pedro, o herói imortal, como era costume chamá-lo, «dador de duas Constituições».

Tinha 21 anos de idade, em 1877, quando tomou parte numa comissão que promoveu e realizou imponentes festas liberais. Em 1880, 1888 e 1894 foi secretário das comissões que comemoraram com grande aparato o Dia de Camões, o centenário do nascimento do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade que fora Comissário dos Estudos e orador, em 1822, dos Constitucionais vintistas, e o quinto centenário do infante D. Henrique (...).

Como delegado da Junta Geral na Exposição Industrial que se realizou em Ponta Delgada, dirigiu uma mensagem a El-Rei D. Carlos em que frisou a união dos povos de todas as ilhas, o seu portuguesismo, e o seu amor ao Rei e à Liberdade. A última comissão a que pertenceu, já com 75 anos de idade, levou a efeito, na freguesia do Porto Judeu, a comemoração da Batalha da Salga e todo ele era ardor patriótico a perorar acerca das glórias terceirenses. Foi ele que me convidou para discursar, à noite, no Teatro, em récita de gala, e na presença do General Gomes da Costa e seus ajudantes (...).

Em 1901 escreveu a Memória da Visita Régia, que descreve todas as festas e episódios, e faz, em estilo vibrante, a história da Terceira desde o povoamento (...) e foi a Lisboa entregar pessoalmente o livro à Rainha (...).

Em 1904 um diário que se fundou em Angra levantou a questão das Irmãs de Caridade no Hospital, combatendo-as (...). Alfredo Campos que levava anos a cantar hossanas à liberdade e a invetivar a «reação ultramontana», não hesitou em vir a público defendê-las, lá lhe parecendo que uma coisa não impedia a outra. E teve de afrontar a tempestade, o «Diário» injuria-o e chasqueia-o. E porque Campos tentou organizar um Museu, chama a este o Museu dos Búzios, destroçando pelo ridículo a útil iniciativa.

O jornalista incansável, historiador e orador, viveu quase sempre em precária situação económica, a custo ganhando para se sustentar a si e à família. Dava lições particulares de português, cantava nas festividades solenes da Igreja, e porventura recebendo alguns honorários por reportagens jornalísticas. Os políticos do Partido Regenerador conseguiram para ele a nomeação de professor da Escola Industrial e ficou destarte assegurada a sua situação sem a aflição permanente do dia seguinte.

Em outubro de 1910 foi proclamada a República. (...). Alfredo Campo não aderiu. Limitou-se a declarar que obedeceria lealmente ao Poder Constituído, mas de seu foro íntimo ninguém disporia.

Muito liberal fora? Sem dúvida. Porém, a sua liberdade andava estreitamente ligada aos descendentes de D. Pedro IV que tanto idolatrara. Anticlerical? Mas o seu anticlericalismo, próprio da época, não excluía de modo algum a sua profunda crença religiosa (...). Era irmão da Irmandade dos Senhor dos Passos e levava o andor em dia da procissão (...). Alfredo Campos foi, dentro da melhor ortodoxia, fiel à tradição católica, tal qual a educação lhe estruturara a mentalidade e sempre um estrénuo, um eloquente, um apaixonado defensor de sua Terra, a sua querida, heroica Ilha Terceira».

Para além de colaboração sobre temas sociais e políticos dispersa por múltiplos periódicos, Alfredo Luís Campos é autor de uma interessante obra dramática, que inclui, entre outras, as seguintes peças:

- *Fidalgos e Plebeus*, comédia-drama em quatro atos, representada por amadores no Teatro Angrense;
- *Cenas da Vida*, comédia-drama em quatro atos, representada por amadores e pela atriz Carolina Santos;
- *Alda, a Filha do Sargento*, comédia-drama em quatro atos, representada pela companhia do ator Justino Marques;
- *O Segredo de Albertina*, comédia ornada de música com versos do jornalista e poeta António Casimiro Mourato;
- *Em Família*, comédia em um ato, ornada de música com versos de Azevedo Cabral;
- *Um Quarteto de Amor*, comédia em um ato;
- *O Dominó Vermelho*, comédia em um ato representada por crianças no Teatro Angrense.

Faleceu em Angra do Heroísmo, a 13 de janeiro de 1931, com 74 anos de idade.

-
- 1 Francisco Lourenço Valadão Júnior (Vila Nova, 3 de outubro de 1889 — Angra do Heroísmo, 31 de dezembro de 1969), mais conhecido por dr. Valadão Júnior, foi um advogado, político e intelectual açoriano. Ligado às correntes nacionalistas que aderiram ao ideário do Estado Novo, entre outras funções políticas, foi secretário do governo civil e governador civil interino do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo. Foi pai de Ramiro Machado Valadão, umas das mais importantes figuras da propaganda do Estado Novo.
 - 2 Francisco Lourenço Valadão Júnior, *Evocando figuras terceirenses*, pp. 23-28. Angra do Heroísmo, Tip. Angrense, 1964.

A Suas Majestades

Dedicatória

Reais Senhores,

Teve a ilha Terceira a ventura de ser pela vez primeira visitada pelos seus Egrégios Monarcas, e um acontecimento de tanta grandeza, marcando uma época notabilíssima na sua história, forçoso se tornava arquivar, narrando todo o sucedido em tão fausta ocasião, para conhecimento das gerações vindouras.

É a história terceirense, e com ela a história açoriana, tão rica de sublimados feitos e de nobres virtudes cívicas, praticadas pelos seus filhos, quer nos relevantes serviços prestados pela pátria portuguesa em prol da civilização da humanidade, quer para destruir o férreo jugo estrangeiro, ou para se libertar da odiosa opressão do despotismo, que, ao tomarmos a ousadia de arquivar o que diz respeito à honrosa visita de Vossas Majestades a esta nossa pátria estremecida, não podemos deixar de fazer referência a essas virtudes e feitos, para serem coroados com os Augustos Nomes de Vossas Majestades.

Para tratar, porém, de um assunto de tanta magnitude, sabemos bem, que demandava elevada ilustração, superior inteligência e autoridade própria, em quem dele se encarregasse.

Infelizmente, Reais Senhores, estes importantes predicados, que tão necessários se tornavam, não os possuímos.

É pobre a linguagem, não tem opulência a frase, são rudes os juízos, não deleita o estilo, não seduz a forma; mas tem um mérito, um único, seja-nos permitida a imodéstia, é o amor patriótico que o inspirou de envolta com o amor, respeito e veneração que tributamos a Vossas Majestades, como açoriano e leal português.

Seja, pois, por este motivo, que outro não existe, que, saindo nós da humildade em que vivemos, tenhamos a ousadia de mui respeitosamente implorar de Vossas Majestades a Graça de Lhes dedicar e ofertar esta desprimorosa memória histórica, que tomamos a liberdade de depor nas Suas Reais Mãos, fazendo os mais ardentes votos, para que Deus conceda a Vossas Majestades e à Família Real todas as felicidades e venturas para o bem da Nação Portuguesa.

Angra do Heroísmo, 1901.

O terceirense,
Alfredo Luiz Campos

Ao público

Ao encetar a descrição da honrosa visita de Suas Majestades, o Senhor D. Carlos I e sua Augusta Esposa, a Senhora D. Maria Amélia de Orléans, à ilha Terceira, visita que assinalou aurifulgentemente mais uma página gloriosíssima na história do importante arquipélago açoriano, visita que veio estreitar mais e mais o afeto e o amor destes povos para com a Família Real portuguesa, amor e afeto tantas vezes sobejamente demonstrado, sempre com inquebrantável dedicação e lealdade nunca desmentida pela pátria e pelo rei, nunca dualizando-os; porque para os açorianos o rei simboliza a pátria; não duvidando os nossos maiores o sacrifício de vidas e fortunas, quer pela independência quer pela liberdade; seja-nos permitido fazer uma rápida notícia histórica desta ilha e das que compõem o distrito de que ela é a capital.

É ousado o propósito da descrição pelo elevado, grandioso e augusto dos Régios visitantes, sabemo-lo bem; é temerária a notícia pela importância da história a que ela diz respeito, conhecemo-lo; mas a consagração afetuosa que tributamos ao Chefe da pátria portuguesa e a toda a Família Real, e o amor que nutrimos pela terra que nos foi berço, fazem-nos esquecer a incapacidade própria, para só tentarmos arquivar, em modesto livro, um acontecimento tão faustoso, como é o da visita dos Reis de Portugal a estas formosas pérolas, que ornamentam o oceano Atlântico, joias preciosíssimas da Coroa, que tão soberana e legitimamente cingem.

Era para nós extremamente agradável, ao ver a nossa querida Terceira adornar-se com as suas melhores galas, para com a galhardia e fidalguia, que lhe são proverbiais, e com a alta respeitabilidade e justa vassalagem, que o facto da Visita Real impõe, o possuir linguagem primorosa, para em frase alevantada, opulenta, enaltecer os feitos ilustres, valiosíssimos, subidamente patrióticos dos egrégios Monarcas, que constituem a dinastia da Sereníssima Casa de Bragança, destacando ao mesmo tempo, e a devida distância, os heróis açorianos, que pelas suas façanhas audaciosas, atos de heroísmo e de valor intemerato, tanto nobilitaram a pátria, nobilitando-se a si próprios; colocá-los a todos no elevado *pantheon* da glória, a que têm jus, mas é empresa tamanha para os nossos limitados conhecimentos.

Contudo, sem ambições de glória, que seriam mal cabidas, faremos da fraqueza força, para algo dizermos, rogando desculpa para a ousadia, e benevolência para as faltas cometidas.

Angra do Heroísmo, 1901.

A. Campos

Capítulo I

D. João I, alguns factos do seu reinado

Corria grande perigo a nacionalidade portuguesa, depois da morte do desditoso rei D. Fernando, com a pretensão de D. João I de Castela à coroa de Portugal.¹

Os horizontes políticos toldavam-se com negras nuvens. Muitos fidalgos portugueses, havendo esquecido o sentimento do amor da pátria, prestavam uns, menagem ao pretendente, bandeando-se, o que era trivialíssimo naquela época, levados pela cobiça e desmedidas ambições, outros, por seguirem os conselhos e recomendações da rainha regente, D. Leonor.²

Portugal era assaltado pelo exército estrangeiro, que chegou a pôr cerco a Lisboa, tanto por terra, como pelo Tejo.³

Os bons e leais portugueses, impulsionados pelas santas e sublimes aspirações da independência pátria, tratam de defender a todo o transe a sua nacionalidade, e nomeiam para defensor do reino ao Mestre de Avis,⁴ que pelo povo era estremecido e considerado seu valido.

E o povo erguia-se, sublevava-se resoluto, em uma unidade de pensamento, para com a coragem, o denodo, a valentia, que o amor da pátria inspiram, caminhar, certo da vitória, na defesa dos seus lares, da família e dos seus haveres.

E quem defende os haveres, a família e os lares, defende a terra natal, a honra e a nacionalidade pátrias, e não há atos de abnegação que não pratique, feitos heroicos de que não seja capaz.

Santo e sublime é o amor da pátria!

Ao lado do Mestre de Avis e do povo ergue-se Nuno Álvares Pereira,⁵ esse vulto grandioso, alma de rija têmpera, coração magnânimo, e, desembainhando a espada, que o alfageme de Santarém⁶ lhe havia corrigido, torna-se o terror das hostes inimigas, e guia certo e seguro de assombrosas vitórias.

A coincidência que se deu entre o Mestre de Avis e Nuno Álvares, quando crianças, servindo o arnês do primeiro, para com as suas próprias mãos a rainha

D. Leonor armar escudeiro o segundo, irmanou-os por tal forma, que, quando homens, irmanava-os por igual o mesmo entusiasmo e ardor, até à temeridade, pela redenção da nacionalidade portuguesa.

A estes dois vultos de primeira grandeza, que nos fastos da história ocupam lugar proeminente, junta-se o vulto respeitável do doutor João das Regras,⁷ o jurisconsulto profundo, o orador eloquente, o chanceler astucioso.

E, sob o comando dos dois primeiros, com os sábios conselhos do terceiro, prepara-se o exército português para combater o inimigo, que lhe assaltava o solo querido da pátria, saqueando, roubando, matando barbaramente.

O exército castelhano era numerosíssimo, o exército português muito menor, nem talvez a quarta parte.

Mas o que tinha isso? O que valia? Nada, absolutamente nada, para aquele núcleo de bravos, que voluntariamente, ardentemente, com a abnegação dos fortes, ia sem temor, entregando-se na plenitude das suas aspirações patrióticas, para a realização da conquista da independência nacional.

Assim, nada lhe embargava os passos, nada o atemorizava.

É que o sentimento nobre, vivíssimo da nacionalidade, foi e há-de ser sempre o mesmo para os portugueses!

E todos, o Mestre de Avis, Nuno Álvares Pereira, Gonçalo Coutinho,⁸ fidalgos, cavaleiros e infantes, besteiros e peões, marcham com igual ardor, com o mesmo entusiasmo, esperançados na vitória: e ao ressoar dos gritos «*São Jorge e Portugal*», «*Castela e Santiago*», é o formidável exército castelhano batido, derrotado por forma assombrosa, em Atoleiros, Trancoso e Aljubarrota, fugindo nesta última covarde e vergonhosamente o rei de Castela.

Em seguida à memorável batalha dos Atoleiros foi, em 6 de abril de 1385, nas Cortes de Coimbra, aclamado o Mestre de Avis, D. João I, rei de Portugal.

A prodigiosa batalha de Aljubarrota, no glorioso dia 14 de agosto de 1385, marcou a aurora brilhante da redenção da pátria.

Foi, como muito bem descreve [Heinrich] Schäfer:⁹

«[...] a ação mais memorável, que se travou entre exércitos cristãos na Península. A superioridade incomparável das forças do partido vencido, a mocidade dos dois chefes vitoriosos, oposta a tantos guerreiros assinalados, experimentados por anteriores campanhas, os curtos instantes que bastaram para se decidir a ação (meia hora), a grandeza do prêmio disputado (tratava-se de dois reinos e da independência de Portugal), todas estas circunstâncias asseguram à batalha de Aljubarrota o interesse da posteridade».

E assim devia ser. A Providência, em nome da humanidade, em nome do progresso e da civilização, velava pelos portugueses, e com estes pelo seu popular rei D. João I, pois que grandes e imorredoiras façanhas, e assombrosos acontecimentos estavam reservados a este pequeno povo do extremo ocidente da Europa, os quais tinham de ser iniciados pela plêiade nobilíssima dos filhos de tão ilustre monarca.

«Perde-se a vista num mar sem limites, que esconde as descobertas de Portugal, e lhe oculta a futura grandeza», diz ainda Schäfer.

Continuemos, porém, na narração rápida dos acontecimentos desta época assombrosa da nossa história, nos seus fastos bélicos, para breve chegarmos ao fim a que voluntariamente nos propusemos.

Derrotado o exército inimigo, tratou D. João I e o condestável D. Nuno Álvares Pereira de render à obediência as vilas e castelos, que sustentavam a pretensão à coroa portuguesa de D. João I de Castela, por sua mulher D. Beatriz,¹⁰ o que foram pouco a pouco conseguindo.

O leão de Castela tremeu depois nos seus próprios domínios. O génio ardente e audacioso de D. Nuno Álvares levou-o a querer tirar um justo desforço da afronta, que D. João I de Castela havia feito aos portugueses, invadindo o reino.

À frente da sua gente entrou em Espanha, e desembainhando com altivez a sua espada gloriosa, imaculada de condestável, que refulgia brilhantemente ao sol das batalhas, foi dar um golpe mortal, derrotando completamente o exército castelhano em Valverde, em outubro de 1385.¹¹

E assim, diz o distinto historiador Pinheiro Chagas,¹²

«[...] nos fastos da nossa história resplendem, como quatro luzeiros de uma constelação gloriosa, os nomes de Atoleiros, Trancoso, Aljubarrota e Valverde».

Seguiram-se mais algumas invasões no território espanhol, em que as armas portuguesas ficaram vitoriosas, tendo D. João de Castela, como prémio de consolação, a carta e as bênçãos, que lhe foram enviadas pelo papa Clemente de Avignon.¹³

As pretensões do duque de Lancastre à coroa de Castela¹⁴ levaram a realizar-se, entre o duque e D. João I, uma aliança ofensiva e defensiva, sendo uma das condições do tratado o casamento de el-rei com D. Filipa de Lancastre,¹⁵ filha segunda do duque, casamento que se realizou na cidade do Porto, em 2 de fevereiro de 1387.

Com a vinda do duque a Portugal, e depois de algumas batalhas em domínio castelhano, foi estabelecida a paz e realizado o casamento do infante D. Henrique,¹⁶ herdeiro do trono de Castela, com D. Catarina de Lancastre,¹⁷ filha primogénita do duque.

A guerra entre portugueses e castelhanos ainda durou por alguns anos, mas frouxamente por parte de Castela.

Depois da morte do rei castelhano, em outubro de 1390, sucedeu-lhe seu filho D. Henrique,¹⁸ que, durante a sua menoridade, ficou sob a tutela do arcebispo de Santiago¹⁹ e de Juan Hurtado de Mendoza.²⁰

Esta regência entendeu que se havia de pôr termo à continuada guerra entre portugueses e castelhanos, prolongando-se as tréguas de três anos, já estabelecidas, o que se tratou de negociar. O resultado foi o renovamento [da suspensão] de hostilidades.

Em 31 de outubro de 1411 foi assinado o tratado de paz,²¹ ratificando as condições das tréguas, para o que muito concorreu a rainha D. Catarina de Lancastre, sendo este tratado definitivamente assinado pelo rei de Castela, quando chegou à maioridade, e então assente e reconhecida a independência

portuguesa, que tantos sacrifícios havia custado, e que ocasionou tantos feitos ilustres e altas façanhas de valor intemerato do povo lusitano.

Estabelecida a paz, tratou D. João I de reabilitar Portugal perante as cortes estrangeiras, sobre o qual, diz Pinheiro Chagas, as leviandades de D. Fernando tinham acarretado o desprezo universal. As suas vitórias, que tinham feito soar o seu nome na França maravilhada, as influências que essas vitórias tinham feito adquirir ao seu aliado o duque de Lancastre, tudo granjeava para a nossa pequena pátria, um lugar eminente na política europeia.

«O casamento de D. João I com D. Filipa de Lancastre já provava o desejo, que a Inglaterra tinha de estreitar connosco as suas relações de amizade. O facto de vir um dos príncipes mais poderosos do continente, o duque de Borgonha, pedir a mão de uma infanta portuguesa, mostra quão rapidamente se dilatara a nossa fama, e quanto, graças à energia por nós desenvolvida, estávamos sendo acatados em toda a Europa».

O casamento do duque de Borgonha, Filipe o Bom,²² foi com a infanta D. Isabel,²³ em honra da qual criou a ordem do Tosão de Oiro,²⁴ que hoje está anexa à coroa de Espanha, e que só é concedida aos soberanos, ou a personagens distintos pelo seu elevado mérito ou importantíssima posição social. Esta ordem está ainda perpetuando nos fastos da história da humanidade o nome de D. João I, pois foi em homenagem de uma das suas filhas que ela se instituiu.

Consequindo D. João I, por forma tão assinalada, a reabilitação de Portugal perante o estrangeiro, teve de coartar certos privilégios e regalias que tinham os fidalgos, acrescentando assim o poder régio, segundo os conselhos do chanceler João das Regras.

Isto que era, então, uma necessidade, que foi naquela época uma grande evolução social, que as circunstâncias impunham, causou-lhe sérios desgostos, chegando a malquistar-se com o seu irmão de armas, o grande Nuno Álvares Pereira, de quem o chanceler era émulo, cedendo por fim o Contestável ao que determinava el-rei.

Esta grande evolução social da Idade Média, em que a decadência da nobreza, como elemento político, era uma necessidade imperiosa, é ponto digno de subido estudo; mas, como nesta rápida narrativa não é esse o fim a que nos propomos, passamos a tratar da plêiade ilustre dos filhos de D. João I para o mais rápido possível chegarmos ao que é nosso intento.

-
- 1 Juan I de Castilla (Épila ou Tamarite de Litera, 1358 — Alcalá de Henares, 1390) foi rei de Castela de 29 de maio de 1379 até 9 de outubro de 1390. Casou em segundas núpcias com D. Beatriz de Portugal, filha e herdeira presuntiva de D. Fernando I de Portugal, após um acordo antenupcial celebrado em Salvaterra de Magos a 2 de abril de 1383 que prometia ao casal o título de reis de Portugal até ao nascimento de um filho varão de D. Fernando, ou do casal, que na maioridade pudesse assumir o governo de Reino de Portugal. D. Fernando faleceu em 22 de outubro de 1383 sem que tivesse nascido o desejado varão. D. Leonor Teles de Meneses, a rainha viúva, conforme previsto no tratado de Salvaterra de Magos e no testamento do defunto rei, encarregou-se da regência e do governo em nome de sua filha. O reino dividiu-se entre os apoiantes de D. Beatriz, os do seu meio-irmão D. João de Portugal, duque de Valência de Campos, e os do Mestre de Avis, um filho bastardo de D. Pedro I. Após 2 anos de interregno e uma guerra civil com invasão castelhana, D. João de Portugal, o Mestre de Avis, foi aclamado a 6 de abril de 1385 como o rei D. João I de Portugal, tendo a vitória na Batalha de Aljubarrota, travada a 14 de agosto de 1385, posto termo às pretensões de D. Beatriz e do seu marido.
 - 2 Leonor Teles (Trás-os-Montes, c. 1350 — Tordesilhas, 27 de abril de 1386), rainha de Portugal entre 1371 e 1383 pelo seu casamento com Fernando I de Portugal. Foi regente durante alguns meses em 1383 e 1384. Sobrinha de João Afonso Telo de Meneses, conde de Barcelos, descendia por seu pai, Martim Afonso Telo de Meneses, do rei Fruela II das Astúrias e Leão e, por sua mãe, Aldonça Anes de Vasconcelos, de Teresa Sanches, filha bastarda do rei D. Sancho I de Portugal.
 - 3 O Cerco de Lisboa pelas tropas de D. João I de Castela durou de 26 de maio a 3 de setembro de 1384. A cidade, cercada por terra e mar, resistiu até que as forças castelhanas foram obrigadas a retirar, assoladas por um surto de peste que lhes causou muitas baixas e pressionadas por ataques na periferia do cerco por parte de forças portuguesas chefiadas pelo fronteiro do Alentejo, Nuno Álvares Pereira. Após o levantamento do cerco, a armada castelhana continuou o bloqueio naval do Tejo.
 - 4 D. João (Lisboa, 11 de abril de 1357 — Lisboa, 13 de agosto de 1433), filho ilegítimo do rei D. Pedro I de Portugal, conhecido como o Mestre de Avis por ter sido nomeado por seu pai para dirigir a Ordem de Avis. Foi rei de Portugal e dos Algarves de 1385 até à sua morte, sendo o primeiro monarca da Casa de Avis e o décimo rei de Portugal.
 - 5 Nuno Álvares Pereira (Flor da Rosa, 24 de junho de 1360 — Lisboa, 1 de novembro de 1431), conhecido como o Santo Condestável, São Nuno de Santa Maria ou simplesmente Nun'Álvares, 2.º Condestável de Portugal, 38.º Mordomo-Mor do Reino, 7.º conde de Barcelos, 3.º conde de Ourém e 2.º conde de Arraiolos, é considerado o grande estratega da defesa da independência portuguesa na crise de 1383-1385. É o patrono da Infantaria portuguesa. Foi canonizado em 26 de abril de 2009 como São Nuno de Santa Maria, nome que havia adotado quando professou na Ordem dos Carmelitas.
 - 6 A «lenda do alfageme de Santarém», frequentemente recontada na literatura romântica portuguesa, conta a história de Fernão Vaz, o mais reputado alfageme da ribeira de Santarém, que juntara uma pequena fortuna que lhe teria permitido desposar a bela Alda Gonçalves, em tempos uma paixão de D. Nuno Álvares Pereira. Quando um dia D. Nuno Álvares Pereira lhe apareceu à porta e lhe pediu para corrigir a sua espada, o alfageme contou-lhe que tinha casado com Alda Gonçalves, revelação que provocou visível perturbação no Condestável. Ao contar o sucedido à esposa, esta chegou a temer pela vida do marido. No dia seguinte, o alfageme entregou a espada ao Condestável, mas não lhe quis cobrar pelo trabalho. Disse-lhe que um dia, quando fosse conde de Ourém, lhe pagaria o que considerasse que ele merecia. Os tempos que se seguiram revelaram-se difíceis para o alfageme, que por intrigas acabou preso e condenado à morte. Alda decidiu então procurar o Condestável, já conde de Ourém, e pedir-lhe ajuda. Com grande nobreza de alma, o Condestável conseguiu o perdão real para Fernão Vaz, cumprindo-se assim a profecia do alfageme. A versão mais conhecida será o drama histórico em cinco atos intitulado «O alfageme de Santarém ou a espada do Condestável», de Almeida Garrett, publicada em 1842.
 - 7 João Afonso das Regras (Lisboa, 1357 — Lisboa, 3 de maio de 1404), também conhecido por João Afonso de Aregas ou João das Regras, jurisconsulto e professor universitário, que se destacou na representação da causa do Mestre de Avis nas Cortes de Coimbra de 1385, obtendo a aclamação deste como rei de Portugal «*per unida concordança de todos grandes e comum poboo*». Professor da Universidade de Coimbra, à data localizada em Lisboa, onde a partir de 1400 desempenhou o cargo de protector, similar ao de reitor, para além de múltiplos senhorios e prebendas, foi feito conselheiro e chanceler-mor do Reino. Fernão Lopes refere-se a ele «*como notável barom, comprido de ciência [e] mui grande letrado em leis [...]*».
 - 8 Gonçalo Vaz Coutinho (Penedono, c. 1358 — 23 de março de 1421), frequentemente referido por Gonçalo

-
- Vasques Coutinho, fronteiro-mor na comarca da Beira, 7.º senhor do couto de Leomil, de Fonte Arcada e de muitas outras terras de que D. João I lhe fez mercê. Foi o 2.º Marechal do Reino de Portugal, alcaide-mor de Trancoso e Lamego e copeiro-mor da rainha D. Filipa de Lencastre. Foi o grande vencedor da batalha de São Marcos, ou batalha de Trancoso, travada entre forças portuguesas e castelhanas no dia 29 de maio de 1385.
- 9 Heinrich Schäfer (Schlitz (Vogelsbergkreis), 25 de abril de 1794 — Gießen, 2 de julho de 1869), bibliotecário e historiador, especialista em história ibérica. O trecho citado é da tradução portuguesa da sua obra *Geschichte von Portugal* (5 volumes, editados por Arnold Heeren em Hamburgo: F. Perthes, 1836-1854). A tradução portuguesa foi publicada como *História de Portugal desde a fundação da Monarchia até à Revolução de 1820 [vertida fiel, integral e directamente por F. de Assis Lopes e continuada, sob o mesmo plano, até aos nossos dias por J. Pereira de Sampaio (Bruno)]* (7 volumes editados pela Empresa Editora, Porto, 1893-1899).
- 10 D. Beatriz de Portugal (Coimbra, fevereiro de 1373 — Toro, 1419 ou 1420), também referida por D. Brites de Portugal, foi filha do rei D. Fernando I de Portugal e de sua mulher, a rainha D. Leonor Teles. Foi rainha consorte de Castela, pelo seu casamento em 1383 com D. João I de Castela. Por morte se seu pai foi, sem sucesso, pretendente ao trono de Portugal.
- 11 A batalha de Valverde foi travada a 14 de outubro de 1385 entre forças de Castela e de Portugal, estas comandadas pelo seu condestável Nuno Álvares Pereira, durante o período da crise de 1383-1385, dois meses após a batalha de Aljubarrota. Travou-se perto de Valverde de Mérida, junto ao rio Guadiana, com vitória portuguesa.
- 12 Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (Lisboa, 13 de novembro de 1842 — Lisboa, 8 de abril de 1895), prolífico escritor, jornalista e político, que se destacou como romancista, historiador e dramaturgo. Notabilizou-se particularmente no campo do romance histórico e do teatro, publicando algumas peças que foram encenadas por mais de um século. Foi diretor de vários periódicos de Lisboa, destacando-se como repórter parlamentar e analista político. Exerceu funções como deputado e par do Reino e foi Ministro da Marinha e Ultramar na fase decisiva das movimentações das potências europeias em torno da partilha de África que levou à Conferência de Berlim (1884-1885). Foi um dos fundadores da Sociedade de Geografia de Lisboa.
- 13 O antipapa Clemente VII (Annecy, 1342 — Avignon, 16 de setembro de 1394), nascido Roberto de Genebra, filho do Conde de Genebra, foi antipapa sediado em Avinhão, o primeiro do Grande Cisma do Ocidente. Eleito papa a 20 de setembro de 1378, liderou a facção da Igreja Católica que obedecia ao papado de Avinhão até falecer em 1394.
- 14 O duque de Lancastre era John of Gaunt (Gante, 6 de março de 1340 — Leicester, 3 de fevereiro de 1399), conhecido por João de Gante, senescal de Inglaterra, quarto filho legítimo do rei Eduardo III de Inglaterra e de Filipa de Hainault. Tornou-se duque de Lancastre em 1362, por casamento com a sua prima Branca de Lancastre, e em 1390 tornou-se duque da Aquitânia por doação do sobrinho Ricardo II de Inglaterra. João de Gante foi o fundador da Casa de Lancastre, a facção encarnada da Guerra das Rosas. Foi pretendente ao trono de Castela pelo seu casamento com Constança de Castela, filha do rei Pedro I de Castela. Duas das suas filhas viriam a ser rainhas ibéricas: Filipa, rainha de Portugal; e Catarina, rainha de Castela.
- 15 Filipa de Lancastre (Leicester, março de 1360 — Odivelas, 19 de julho de 1415), filha de João de Gante, 1.º duque de Lancastre, e de sua esposa Blanche de Lancastre. Foi rainha consorte de Portugal por casamento acordado no âmbito da Aliança Luso-Inglesa contra Castela. Foi mãe dos príncipes da «*Ínclita Geração*», entre os quais o infante D. Henrique.
- 16 O futuro rei Henrique III de Castela (Burgos, 4 de outubro de 1379 — Toledo, 25 de dezembro de 1406), conhecido na história espanhola por Enrique III de Castilla, «*el Doliente*», filho do rei castelhano Juan I e de Leonor de Aragão. Foi rei de Castela entre 1390 e 1406. Incentivou o início da conquista senhorial das ilhas Canárias, protagonizado pelo explorador normando Jean de Béthencourt.
- 17 Catarina de Lancastre (Hertford, 31 de março de 1373 — Valladolid, 2 de junho de 1418), conhecida em Espanha por Catalina de Lancaster y Castilla, filha de João de Gante e de sua segunda esposa, Constança de Castela, foi rainha consorte de Castela por casamento com o rei Henrique III de Castela. Era meia-irmã da rainha portuguesa D. Filipa de Lancastre.
- 18 O atrás referido rei Henrique III de Castela, que reinaria de outubro de 1390 até falecer a 25 de dezembro de 1406, com apenas 27 anos de idade.
- 19 Álvaro Núñez de Isorna (Santiago de Foz, c. 1390 — Santiago de Compostela, 1448), eclesiástico que foi sucessivamente bispo de Mondoñedo, de León e de Cuenca e arcebispo de Santiago de Compostela. Antes de ser ordenado bispo, esteve ao serviço do rei João I de Castela, que o nomeou para educar os seus filhos, os infantes Enrique e Fernando, que posteriormente seriam reis de Castela e Aragão, respetivamente.
- 20 Juan Hurtado de Mendoza (Madrid, 1351 — Madrid, 1426), «*el Limpio*», militar castelhano que exerceu grande influência política durante o reinado de Henrique III de Castela, a quem serviu como tutor, e durante a menoridade do filho deste, Juan II de Castela. Na edição inicial desta obra o nome aparece grafado «*João Hurtado de Mendonza*».
- 21 Tratado de Ayllón, que estabeleceu a paz entre o Reino de Portugal e o Reino de Castela, assinado em 31 de outubro de 1411, em Ayllón (Segóvia), e ratificado a 30 de abril de 1423.
- 22 Filipe III da Borgonha (Dijon, 31 de julho de 1396 — Bruges, 15 de junho de 1467), dito *Filipe, o Bom*, príncipe da Casa de Valois, a terceira ramificação borgonhesa da Dinastia dos Capetos, foi duque da Borgonha, de Brabante e das Dezassete Províncias de 1419 até falecer. Era considerado um dos mais ricos e poderosos senhores da Europa do seu tempo.
- 23 Isabel de Portugal (Évora, 21 de fevereiro de 1397 — Dijon, 17 de dezembro de 1471), única filha do rei D.

João I de Portugal e de sua esposa, D. Filipa de Lencastre. Muito culta, poliglota, casou em 1430 com Filipe III, duque da Borgonha, com quem teve três filhos, entre os quais Carlos, «o Temerário». Mulher muito refinada e inteligente, que gostava de se rodear de artistas e poetas, foi grande mecenas das artes. Também exerceu forte influência política sobre o marido e o filho, liderando várias missões diplomáticas. Por sua influência foi dada especial proteção aos comerciantes portugueses estabelecidos em Bruges e ao povoamento dos Açores, ilhas que receberam um considerável contingente de povoadores flamengos.

- 24 A Insigne Ordem do Tosão de Ouro (francês: *Ordre de la Toison d'Or*; espanhol: *Insigne Orden del Toisón de Oro*; neerlandês: *Orde van het Gulden Vlies*; alemão: *Orden vom Goldenen Vlies*) é uma ordem de cavalaria fundada em 1429 por Filipe III, Duque da Borgonha, para celebrar o seu casamento com a infanta D. Isabel de Portugal. Após a morte de Carlos II de Espanha e a Guerra da Sucessão Espanhola, a ordem dividiu-se em duas: a ordem espanhola e a ordem austríaca, ambas reclamando a legitimidade histórica.

Capítulo II

Os filhos de D. João I

Dissemos que D. João I casou com D. Filipa de Lancastre na cidade do Porto, em 2 de fevereiro de 1387.

A corte de el-rei D. João foi uma corte modelo, para o que muito concorreu a rainha D. Filipa, senhora de altas virtudes, modelo de esposas e mães.

Ouçamos o que diz Pinheiro Chagas, referente a D. Filipa:¹

«Os historiadores são concordes em louvar a princesa, que soube reunir à dignidade de uma rainha os doces predicados de esposa, as sérias qualidades de mãe de família, cuja presença purificou o paço manchado por D. Leonor Teles; que deu a seu marido a ventura, à sua corte o exemplo da moralidade, e ao seu país adotivo essa plêiade maravilhosa de príncipes, de que foi duas vezes mãe, mãe pela natureza, mãe pela educação, príncipes que honraram a pátria, e que formaram nos degraus do trono um cortejo tal, como não se encontra facilmente em outra época da história, em outro sólio do universo.

D. Duarte, o rei eloquente, D. Pedro o sábio político e o homem de vasta instrução, D. Henrique, o iniciador dos descobrimentos marítimos, o homem de ciência superior ao seu século, D. Fernando, o herói da resignação, o príncipe constante, o infante santo, cercam o trono de D. João I de um resplendor incomparável.

O valor, a virtude, a erudição, a eloquência, a nobreza, resplandeciam em torno deste sólio privilegiado. Tronco fecundo, todo estrelado de flores e todo opulentado de frutos; as suas vergônteas espraiaram-se pela Europa e em toda a parte resplandeceram. Muito deveram elas à natureza, ainda mais à educação e ao exemplo. Nessa atmosfera toda impregnada no doce perfume da virtude, deviam florir como em ambiente próprio as altas qualidades dos príncipes de que fizemos menção.»

Assim, com filhos tão subidamente distintos, e com o espírito assaz esclarecido, que D. João possuía, tratou de medidas de economia política, de séria

administração, de grandíssimo número de leis tendentes ao bem geral; abandonou a era de Augusto, para que se contasse a partir do nascimento de Cristo,² ao mesmo tempo que reunia em Portugal todos os elementos para o desenvolvimento intelectual.

As artes tiveram também nesta época um desenvolvimento prodigioso, e, para eloquentemente o atestar, lá está o grandioso Mosteiro da Batalha,³ monumento comemorativo da gloriosa vitória alcançada em Aljubarrota.

D. João I, cognominado *o de Boa Memória*, não podia melhor memória deixar de si, do que immortalizar o seu nome, tanto nos feitos bélicos, como na paz, e tudo para o engrandecimento da pátria estremecida.

A Providência havia destinado o Mestre de Avis, para dele partirem todos os elementos que iniciariam cometimentos tão grandiosos para o povo lusitano, que opulentariam inexcedivelmente o reino português, conduzindo às mais altas aspirações das descobertas e conquistas, devassando arrojadamente, intrepidamente, os mares, levando a civilização às mais longínquas paragens.

O hábito guerreiro, a que se acostumaram os portugueses, não lhes permitia o permanecer indolentes, naquela época de tantos feitos bélicos.

As vitórias heroicamente alcançadas em prol da independência nacional encheram-nos de justo orgulho, e excitaram-lhes as ambições de glória, necessitando campo para desenvolverem a sua atividade guerreira.

Muitos fidalgos dispersaram-se pela Europa, para irem voluntariamente combater, e os que ficaram em Portugal entretinham-se, repetindo amiudados torneios.

Porém isto era pouco, os torneios não passavam de exercícios cavalleirescos por mera distração.

«Os filhos de D. João I, — continua Pinheiro Chagas, — educados nas tradições de glória da sua pátria e da sua família, costumados a tratar desde crianças com o grande Nuno Álvares Pereira, sobrinhos do Príncipe Negro,⁴ não ouvindo em torno de si senão histórias gloriosas, sentiam-se agitados por uma nobre emulação».

Nestas circunstâncias pensavam naturalmente na maneira de conseguir a realização dos seus sonhos de glória, e de mostrar ao mundo, cujos olhares admirados estavam atentos sobre Portugal, que eram dignos filhos daquele que, pelas suas altas façanhas, tanto se havia imortalizado.

Na impossibilidade de satisfazerem os seus juvenis ardores bélicos em lutas com Castela, fixaram as suas vistas em Ceuta.⁵

Conquistá-la era dupla glória, porque, ao mesmo tempo que dilatavam o domínio português, combatiam os infiéis. Era o engrandecimento do poderio pátrio a par do engrandecimento da fé.

Isto que hoje, à luz vivificante da civilização, do direito, e da liberdade que cada qual tem de pensar e crer, seria altamente condenável, era naquela época considerado como uma necessidade, até mesmo como um dever de honra.

É certo também que hoje, não obstante o progresso e a civilização terem caminhado assombrosamente, vemos praticar tantos atos de barbarismo e selvajaria, indignos de povos cultos; e se fossemos a estabelecer comparação entre o grau de civilização daquela época e o da atual, os atos agora praticados são duplamente mais censuráveis e condenáveis, do que os de então. E um exemplo bem vivo está na guerra desleal, cruel, que, na África do Sul, a Inglaterra sustenta contra o valente e patriótico povo *boer*.⁶

Se da expedição contra Ceuta, e sua conquista, se pode hoje, no século XX, dizer, que foi ir perseguir os moiros aos seus domínios, onde viviam em paz, tirar-lhes o que lhes pertencia, persegui-los desapiedadamente, matá-los enfim, era isto no século XV muito natural, tido e havido, como um relevante serviço prestado à religião e a Deus.

Era questão de educação, maneira de pensar daqueles tempos. Praticavam-se tantas ações heroicas como atos de selvajaria.

E é isto o que sucede sempre nas grandes lutas, em que se envolvem os povos e as nações, quer em prol da independência ou da implantação da liberdade, quer em defesa de uma ideia generosa e humanitária, ou de um erro próprio ou alheio.

Nestas grandes lutas veem-se sempre a par de feitos ilustres, de ações heroicas, cometer excessos brutais, praticar barbaridades inauditas até à loucura, sem que os segundos maculem os primeiros.

É que nestas convulsões sociais, como nas doenças graves, existem os períodos agudos, e se nestas a ciência lança mão dos últimos recursos para a salvação do enfermo, nas primeiras os excessos, os desvarios, as barbaridades, são consequências fatais, inevitáveis, a que não é dado fugir.

Mas foi ou não a expedição de Ceuta e a sua conquista um ato, que, em face da razão e do direito, pode considerar-se censurável? Foi, mas era necessário.

Tinha de ser pela força das coisas; devia realizar-se a bem da civilização, do progresso e da humanidade. Era o pródromo de assombrosos acontecimentos, tinha de ser a aurora brilhantíssima, que iluminaria o ponto de partida, que daria ao mundo velho um mundo novo, a um hemisfério o outro hemisfério.

Assim, tratou D. João I, anuindo às propostas dos filhos diletos, de organizar os navios necessários para a expedição, alugando quantos encontrou na Galiza, na Biscaia, na Inglaterra e na Alemanha.

D. Henrique e D. Pedro, encarregados do comando da expedição, recrutaram os marinheiros e soldados, que entenderam por conveniente, sem dizerem qual o fim que tinham em vista.

Organizadas duas esquadras, reuniram-se no Tejo. Era geral o contentamento em todos os portugueses.

Porém, no meio de tanta alegria, a virtuosa rainha D. Filipa adoece, e em breves dias morre. E o heroico rei, que não sucumbira nunca ante as numerosíssimas forças inimigas, sucumbe perante a perda da sua idolatrada companheira de vinte e oito anos.

Em vista de tão infausto acontecimento, todos julgaram que a expedição não teria lugar. Reunido o conselho para se deliberar sobre o assunto, nada se decidiu por empate de opinião, assim resolveram os infantes ir ter com el-rei, para dizer de sua justiça.

«Encontraram-no imerso em abatimento profundo, sem ânimo para coisa alguma, — diz Pinheiro Chagas, — porém, quando soube do que se tratava, o sentimento dos seus deveres de soberano venceu a desculpável fraqueza do homem, e com rara nobreza de porte e de expressão declarou, que não sabia como podia ainda haver hesitação entre os seus, que ele julgaria que, em vez de o aconselharem a não partir, insistiriam com ele, para que partisse, se a prostração, em que o deixara a morte de sua esposa, o levasse a não querer seguir jornada».

Esta patriótica resposta de el-rei D. João I é por si tão eloquente, que nada é necessário mais dizer, para enaltecê-la.

Imediatamente trataram os infantes dos preparativos da partida, e no dia 25 de julho de 1415, demandava o Tejo, ao som entusiástico das trombetas, anafis⁷ e timbales, a frota portuguesa, composta de trinta e três naus, vinte e sete galés de três ordens de remos, trinta e duas galés birremes e cento e vinte fustas⁸ e outros navios pequenos.

Estava, pois, a caminho de Ceuta a armada portuguesa, e as quilhas dos navios rasgavam as entranhas do oceano, que havia de ser no decorrer de tantos anos o elemento proporcionador de cometimentos inauditos, que assombrariam o mundo.

Não nos fazemos cargo de resumir o que de importante os historiadores nos narram de tão notável viagem, por desnecessário ao nosso fim, assim limitamo-nos a dizer, que em 20 de agosto estava a frota portuguesa em frente de Ceuta, o que fez tremer o governador Salat-ben-Salat⁹ e todos os moiros daquela cidade.

O dia 21 de agosto, que assinala uma página brilhantíssima da nossa história, representando a conquista de Ceuta, marca também os prodígios de valor, as façanhas heroicas, que os filhos de D. João I praticaram, e o seu exército, para uma tal conquista, defendida intrepidamente, desesperadamente, por quem, na plenitude do seu direito, não queria entregar a estranhos o domínio dos seus lares.

Assim, realizada a tomada de Ceuta, foi purificada a mesquita principal, transformando-se em templo sagrado, sendo os infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique armados cavaleiros.

«Foi uma tocante cerimónia — escreve Pinheiro Chagas. — Nessas plagas de novo conquistadas, nessa mesquita moira transformada em catedral cristã, o velho herói, o representante de uma geração que ia extinguir-se, conferiu a ordem de cavalaria a esses filhos, em que se sentia renascer, em que via com inextinguível júbilo desabrocharem ao sol das batalhas os brilhantes predicados, que tinham feito dele o ídolo do povo, que haviam de lhe conquistar a admiração da posteridade».

-
- 1 Manuel Pinheiro Chagas, *História de Portugal* (edição popular e ilustrada), vol. II, pp. 448-449. Empresa da História de Portugal, Sociedade Editora, Lisboa, 1886.
 - 2 O calendário medieval português regulava-se pela Era de César, ou Hispânica, cujos anos se contavam a partir do ano 715 da Fundação de Roma, ou seja, 38 anos antes da Era Cristã. Este calendário foi usado durante mais de mil anos na Península Ibérica e apenas começou a cair em desuso quando o Reino da Catalunha o abandonou em 1180. Em Portugal, a alteração do modo de contagem dos anos deu-se no reinado de D. João I, por carta régia de 15 de agosto de 1422, pela qual o rei decretou a adoção oficial do Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, *Anno Domini*, ou Era Cristã, a qual equivale a menos 38 anos em relação à Era de César. Em consequência, às datas mencionadas em documentos anteriores à ordem de D. João I, logo contadas pela Era de César, há que se subtrair 38 anos a fim de equivalerem à datação da Era Cristã.
 - 3 O Mosteiro de Santa Maria da Vitória, também designado por Mosteiro da Batalha, integra desde 1983, tal como a cidade de Angra, a Lista do Património da Humanidade criada no âmbito da Convenção do Património Mundial da UNESCO, sendo considerado uma das mais belas obras da arquitetura europeia. A sua construção foi o cumprimento de uma promessa feita por D. João I, em agradecimento pela vitória em Aljubarrota, batalha travada em 14 de agosto de 1385, que lhe assegurou o trono e garantiu a independência de Portugal. As obras prolongaram-se por mais de 150 anos, com várias fases de construção, o que justifica a coexistência de soluções góticas (predominantes) manuelinas e um breve apontamento renascentista. Ao longo dos séculos foram introduzidos vários acrescentos ao projeto inicial, resultando num vasto conjunto monástico que atualmente apresenta uma igreja, dois claustros com dependências anexas e dois panteões reais, a Capela do Fundador e as Capelas Imperfeitas. D. João I doou-o à Ordem de São Domingos, doação a que não foram alheios os bons ofícios do doutor João das Regras, chanceler do reino, e de frei Lourenço Lampreia, confessor do monarca. Na posse dos dominicanos até à extinção das ordens religiosas em 1834, o monumento foi depois incorporado na Fazenda Pública, sendo hoje monumento nacional.
 - 4 Edward of Woodstock (Palácio de Woodstock, 15 de junho de 1330 — Palácio de Westminster, 8 de junho de 1376), ou Eduardo de Woodstock, Príncipe de Gales, conhecido na história como o «*Príncipe Negro*», foi o filho mais velho e herdeiro do rei Eduardo III de Inglaterra. Eduardo tornou-se Duque da Cornualha em 1337, Príncipe de Gales em 1343 e Duque da Aquitânia em 1362.
 - 5 A conquista de Ceuta, cidade islâmica no Norte de África, por tropas portuguesas sob o comando de D. João I de Portugal, deu-se a 21 de agosto de 1415. A força portuguesa era composta por cerca de 20000 cavaleiros e soldados, incluindo portugueses, ingleses, galegos e biscainhos, e havia largado de Lisboa a 25 de julho de 1415, embarcada em 212 navios de transporte e vasos de guerra (59 galés, 33 naus e 120 embarcações pequenas). Na expedição seguia a fina flor da aristocracia portuguesa, incluindo os príncipes D. Duarte (o herdeiro da Coroa), D. Pedro e D. Henrique, e o condestável Nuno Álvares Pereira.
 - 6 Referência à Segunda Guerra Anglo-Bóer, um conflito militar travado no sul da África, entre 11 de outubro de 1899 e 31 de maio de 1902, entre o Império Britânico e os dois estados *boer*, a República do Transvaal e o Estado Livre de Orange. Esta disputa sobre o domínio do território da atual África do Sul, travada com recurso à guerrilha e a táticas de grande brutalidade, incluindo a criação de campos de concentração para os civis capturados pelos britânicos, terminou com a derrota dos *boer*. O conflito foi encerrado com a assinatura do Tratado de Vereeniging, assinado a 31 de maio de 1902, que colocou todo o território da África do Sul sob o domínio do Reino Unido, dando origem à denominado União Sul-Africana.
 - 7 *Anafil* era a designação dada às trombetas mouriscas.

-
- 8 *Fusta* era um tipo de embarcação similar à galé, mas de menores dimensões. Armava geralmente um bastardo e, por vezes, uma vela redonda, arvorando também um tendal à popa.
- 9 Salat-Ben-Salat, Salah ben Salah, ou ainda Salah ibn Salah, referido frequentemente nas crónicas portuguesas por Çalla Bemçalla, era um vassalo merínida cujos domínios originais se situavam na costa noroeste do atual Marrocos, incluindo Arzila, Tânger e Ceuta. Ao tempo era governador desses territórios em nome do regente do sultão de Fez, Abu Zakarya Yahya al-Wattasi, a quem os portugueses chamavam Lazeraque (*cf.*: Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes* (1463). Reprodução em fac-símile da 1.^a edição impressa, de 1792. Edição Comemorativa do VI Centenário da Tomada de Ceuta. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa, 2015).

Capítulo IIII

Conquista de Ceuta

A importância da conquista de Ceuta foi de um valor tão subido para Portugal e para a humanidade, que bem a confirmam os acontecimentos que a ela se seguiram.

«Se hoje, — dizem os historiadores, — Ceuta é um insignificante presídio espanhol na costa africana, era na Idade Média uma das cidades mais importantes e a mais povoada da Mauritânia. A sua indústria era assaz desenvolvida, com especialidade em sedas, coiro e ferro. Possuía muitos estabelecimentos de instrução e era circundada por férteis campinas e por valiosíssimos vinhedos».

Pela sua posição tornara-se um empório de comércio de alto valor entre o Oriente muçulmano e o Ocidente cristão, e ao mesmo tempo o terror do cristianismo europeu; e a sua conservação no domínio português, além de ser de elevada importância, e de incontestáveis vantagens, era um padrão de glória imorredoura.

Porque, — diz Heinrich Schäfer — *«era a primeira expedição marítima, a primeira façanha dos portugueses num elemento, em que se não sentiam firmes; porque a sua frota, incapaz de se dirigir, deixara-se arrastar pelas correntes do Estreito»*.¹

Ceuta foi para os portugueses o ponto de partida para conquistas longínquas na costa de África, e a tomada desta cidade, que encheu de júbilo, de admiração todos os estados cristãos do Mediterrâneo, devia gerar depois vastos projetos, audaciosas empresas, prodigiosas façanhas. Estava aberto um novo campo, dava-se uma nova direção à atividade da nação portuguesa.

Desde então não falaram os portugueses mais, senão em expedições marítimas, e Ceuta foi o primeiro fuzil da longa cadeia, com que os marinheiros portugueses cingiram a costa de África e o último dos quais, engastado em oiro, se prendia ao paraíso da Índia. Assim domina um

pensamento mais elevado, manifesta-se um espírito de mais subido alcance na transformação da mesquita maometano em templo cristão, que se fez logo depois da conquista, nessa consagração pela espada que el-rei João deu a seu filho, armando nessa igreja cavaleiro, e Henrique, o Ilustre, merece e recebe a dignidade de cavaleiro na cabeça dessa parte do mundo, que devia fundar a sua imortalidade».

Estamos, pois, chegados ao ponto de partida para os grandiosos descobrimentos marítimos, que imortalizaram o nome português; e desses descobrimentos faz parte brilhante o Arquipélago Açoriano; e a Henrique, o *Ilustre*, devemos a sua descoberta.

Assim, pondo de parte os importantes acontecimentos, que a história nos narra durante os dezoito anos ainda decorridos do reinado de D. João I, tudo o que de notabilíssimo se passou desde o cativo do *Infante Santo*² até à morte do *Rei Eloquent*, D. Duarte,³ e que nada tem com as descobertas, aproximemo-nos da época, em que o imortal D. Henrique, no alto do promontório de Sagres, fitando com o seu olhar de águia a imensidade do oceano, queria através do nublado horizonte, irrompendo-o, desvendar esse mundo, que além, muito além, se envolvia em misterioso véu.

O Oriente, que os viajantes flamengos e italianos haviam sabido e conhecido por travessia terrestre, e de que tantas lendas se contavam, espalhadas confusamente, revelavam ao génio audaciosamente empreendedor, à inteligência e talento do infante D. Henrique, altamente desenvolvidos pelos seus estudos matemáticos, geográficos e astronómicos, que avidamente, por amor da ciência, cultivava, a existência de mundos desconhecidos, de que o mar proporcionaria caminho para a sua descoberta.

«Dotara-o Deus de engenho elevado, — diz Rebelo da Silva⁴ ao biografar este notável príncipe,^a — de constância e vontade firme para, ajudado de prendas tão raras, conceber e executar os vastos planos que sublimaram o seu nome. Cavaleiro, cortou-lhe a glória, ao sair da puerícia e na juventude, os loiros guerreiros, para mais tarde lhe cingir na fronte a coroa

^a Luís Augusto Rebelo da Silva, «O Infante D. Henrique» in *Archivo Pittoresco*, volume IX, 9.º ano (1866), p. 42.

rostral, querendo que todos o tivessem por modelo acabado das perfeições da época, vendo-o unir às palmas de soldado os troféus de navegador, à doutrina a jerarquia, ao arrojo a austeridade».

E assim sucedeu.

As narrativas que corriam, e que a tradição legara de geração em geração, relativamente à existência de terras que os antigos haviam visto, e que a fantasia popular tornara mais e mais misteriosas; o Atlântico que para todos era considerado o mar tenebroso, temido pelos mareantes, povoado de monstros e fantasmas; a existência dessa ilha imensa, a Atlântida,⁵ de que os egípcios falaram, e que se julgava um sonho, mas de que historiadores, geógrafos e geólogos modernos não julgavam impossível, e que convulsões vulcânicas destruíssem, semeando pelo oceano as pérolas mimosas que o ornamentam, as ilhas açorianas, relíquias importantíssimas dessa grande ilha; as vagas notícias que a tradição referia desde a viagem de circum-navegação dos fenícios à do general cartaginês Hannon,⁶ e outras mais, tudo sempre misterioso, problemático, pois que a ciência geográfica nada apresentava como certo e determinado, tudo vago; as viagens terrestres que os flamengos, italianos e ingleses haviam feito em demanda do Oriente, e de que corriam narrações fantásticas sobre o que tinham visto e ouvido, tudo, enfim, que então se passava, ia refletir-se no espírito eminentemente investigador do infante D. Henrique, que almejava por conhecer a verdade das coisas, que ansiava por fazer luz no meio de tantas trevas.

Depois o seu elevado amor pátrio e as suas crenças na religião cristã também o impeliavam, e muito, para o empreendimento das descobertas marítimas.

O amor pátrio impelia-o a pretender alargar os domínios portugueses, a enriquecer o reino com os produtos importantíssimos, com o ouro, com as riquezas fabulosas, que ele vira que os comerciantes mouriscos haviam obtido de regiões longínquas, e que nas suas cortes constituía esse famigerado luxo oriental, que estava sendo seguido nas cortes católicas de Castela e Aragão. As suas crenças religiosas, a sua importantíssima posição como Mestre da Ordem de Cristo, levavam-no à propagação da fé, tendo ao seu dispor os avultadíssimos rendimentos da ordem.⁷

Assim num trio de amor pela ciência, pela pátria e pela religião, tendo por confidente e conselheiro a seu irmão D. Pedro, acercando-se de homens de boa vontade e valor, chamando do estrangeiro o célebre cosmógrafo Jayme de Mayorca,⁸ estabelecendo a sua escola na *vila do Infante*, fazendo aquisição dos mapas então existentes, e dos instrumentos náuticos então descobertos, ei-lo preparando fervorosamente, com a convicção íntima dos fortes, expedições anuais, que, saindo da baía de Sagres, demandavam a costa de África.

Em 1418 João Gonçalves Zarco,⁹ e Tristão Vaz Teixeira,¹⁰ cavaleiros da casa do infante D. Henrique, apresentaram-se-lhe, para empreenderem uma nova expedição às costas africanas, com o intento de passarem além do terrível Cabo Não.¹¹

Preparada a respetiva embarcação, lá foram sulcando as vagas, na esperança de feliz êxito. Uma providencial tempestade, afastando-os do seu rumo, houve por bem conduzi-los a uma ilha, a que deram o nome de Porto Santo.

Regressando à pátria os audazes navegadores, e dando parte ao infante da sua inesperada descoberta, resultou voltarem à ilha do Porto Santo, a fim de tratarem da sua colonização, seguindo-se a isto a descoberta da Madeira, a que em julho de 1419 aportou Gonçalves Zarco.

Deixando de parte as variadas opiniões, que diversos historiadores nos oferecem sobre a descoberta desta ilha, a história de Ana d'Arfet e de Machim,¹² que em nada diminuem a prioridade da sua descoberta aos portugueses, e não falando no que diz respeito à divisão das suas capitânias, ao incêndio que durante sete anos devorou parte do seu secular arvoredor, e em tudo o mais que se refere à sua história, volvamos a Portugal, e vejamos o que a história nos narra com respeito à descoberta do Arquipélago Açoriano.

1 O Estreito de Gibraltar.

2 D. Fernando de Portugal (Santarém, 29 de setembro de 1402 — Fez, 5 de junho de 1443), o beato Fernando de Portugal, dito o *Infante Santo*, foi o oitavo filho do rei D. João I de Portugal e de sua mulher D. Filipa de Lencastre, o mais novo dos membros da *Ínclita Geração*. Em 1437 participou na malograda tentativa de conquista de Tânger, tendo, após a capitulação das forças portuguesas, ficado como refém até que fosse devolvida a cidade de Ceuta que havia sido ocupada pelos portugueses em 1415. Perante a recusa de evacuar Ceuta, acabou por falecer prisioneiro em Fez. A aparente resignação com que sofreu o cativo, muito exaltada pelo nacionalismo português, e vista como um sacrifício em nome dos interesses cristãos, granjeou-lhe o epíteto

de *Infante Santo*. O seu culto como beato foi aprovado em 1470 e os bolandistas incluem o seu nome no rol dos beatos portugueses. Todavia nunca terá sido beatificado segundo as normas da Igreja Católica.

- 3 D. Duarte I (Viseu, 31 de outubro de 1391 — Tomar, 9 de setembro de 1438), apelidado de *o Eloquentes* ou *o Rei-Filósofo* pelo seu interesse pela cultura e pelas obras de que é autor, foi rei de Portugal de 1433 até à sua morte. Terceiro filho do rei D. João I e da rainha D. Filipa de Lencastre, por morte de seu irmão mais velho, o infante D. Afonso, tornou-se herdeiro da coroa portuguesa. Foi o décimo primeiro rei de Portugal, o segundo da Dinastia de Avis.
- 4 Luís Augusto Rebelo da Silva (Lisboa, 2 de abril de 1822 — Lisboa, 19 de setembro de 1871), jornalista, historiador, romancista e político, colaborador ativo de múltiplos periódicos e membro das tertúlias intelectuais e políticas lisboetas da última metade do século XIX. Foi um dos primeiros professores do Curso Superior de Letras, fundado em 1859 por D. Pedro V, lecionando a cadeira de História. Com a sua colaboração em múltiplos jornais e revistas, Rebelo da Silva afirmou-se como o mais prolífico dos escritores românticos portugueses, distinguindo-se ainda como orador e político, tendo exercido, entre outros, os cargos de deputado, par do Reino e ministro.
- 5 Atlântida (grego clássico: Ἀτλαντὶς νῆσος Atlantis nésos, a «*ilha de Atlas*») é uma ilha mítica mencionada numa alegoria sobre a arrogância das nações na obra de Platão conhecida por *Timeu* e *Crítias*, onde representa o poder naval antagonista que sitia a Atenas Antiga, a personificação pseudo-histórica do estado ideal de Platão em *A República*. Na narrativa, Atenas repele o ataque atlante ao contrário de qualquer outra nação do mundo conhecido, supostamente testemunhando a superioridade do conceito de Estado de Platão. A história termina com a Atlântida caindo em desgraça perante as divindades e submergindo no Oceano Atlântico devido a uma catástrofe natural. Ao longo dos séculos, a narrativa inspirou inúmeras obras literárias, incluindo várias teorias pseudocientíficas visando explicar a génese e geomorfologia dos arquipélagos da Macaronésia.
- 6 Hannon (Cartago, c. 500 a.C. — 440 a.C.), também conhecido por *Hanno* ou *Hanão*, dito *o Navegador*, almirante cartaginês que empreendeu, na primeira metade do século V a.C., uma viagem de colonização e exploração pela costa atlântica da África, atingindo, pelo menos, a zona equatorial africana. Para além da notícia de um vulcão em atividade (provavelmente o Monte Camarões), deve-se a Hannon a primeira descrição nas culturas mediterrânicas, depois adotada pela greco-latina, do gorila e das selvas tropicais. A sua viagem é recontada na obra conhecida por *Periplus Hannonis*, texto baseado numa estela votiva gravada no templo de Ba'al Hammon de Cartago.
- 7 A Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, originalmente uma ordem religiosa e militar, foi criada a 14 de março de 1319 pela bula pontifícia *Ad ea ex quibus cultus augeatur*, do Papa João XXII, a pedido do rei D. Dinis. Recebeu o nome de Ordem dos Cavaleiros de Nosso Senhor Jesus Cristo, ou Ordem da Milícia de Nosso Senhor Jesus Cristo, e foi herdeira das propriedades e privilégios da Ordem do Templo em Portugal. Com sede em Castro Marim e depois em Tomar, foi secularizada em 1789, passando a ser uma ordem honorífica.
- 8 Jaime de Maiorca, ou mestre Jácome de Maiorca, seria Jehudà Cresques (Palma de Maiorca, c. 1350 — Sagres, c. 1427), também conhecido por *Jafudà Cresques*, *Jacobus Ribus*, *Jaume Riba* ou *Jácome Ribes*, um cartógrafo maiorquino de ascendência judaica que terá coordenado a produção das cartas e roteiros da chamada Escola de Sagres.
- 9 João Gonçalves Zarco (c. 1390 — Funchal, 21 de novembro de 1471), ou Zargo, cavaleiro fidalgo da Casa do Infante D. Henrique e navegador de renome. Comandante de barcas, por volta de 1425, foi escolhido pelo Infante para organizar o povoamento e administrar a ilha da Madeira, na parte do Funchal. Zarco e Tristão Vaz Teixeira tinham reconhecido o arquipélago da Madeira em 1418.
- 10 Tristão Vaz Teixeira (c. 1395 — 1480), também referido por *Tristão da Ilha* ou *Tristão Vaz*, foi escudeiro do infante D. Henrique, a quem acompanhou a Ceuta e Tânger, onde se mostrou «*homem assaz ardido*», sendo aí armado cavaleiro. Com João Gonçalves Zarco descobriu a ilha de Porto Santo, que foi encarregue de povoar. Mudou-se para a ilha da Madeira em 1425. Coube-lhe a capitania do Machico, com carta de doação de 11 de maio de 1440. Organizou várias expedições a África, com caravelas suas. Por abuso de autoridade, esteve desterrado da sua jurisdição à qual voltou, perdoado, em 1452.
- 11 Cabo Não ou Cabo do Não, atual Cabo Chaunar, também conhecido como Cabo Nun, Cabo Noun ou Cabo Nant, é um promontório situado na costa atlântica do noroeste de África, no atual sul de Marrocos, entre Tarfaya e Sidi Ifni. Até ao século XV era considerado intransponível pelos navegadores europeus e árabes, o «*non plus ultra*», o que originou o seu nome.
- 12 Robert Machin é uma personagem de historicidade incerta dos primórdios da presença europeia na Macaronésia. Este lendário cavaleiro inglês, que seria homem da corte do rei Eduardo III de Inglaterra, após ter fugido de Bristol com a sua amada Ana d'Arfet, com quem pretendia casar contra a vontade familiar, teria sido o primeiro habitante da ilha da Madeira, onde terá chegado em 1344, muito antes do início da colonização portuguesa. Com múltiplas versões, algumas muito distintas e mesmo contraditórias, o episódio deu origem à Lenda de Machim, um dos mitos fundadores do povo madeirense. A versão mais conhecida é a de Francisco Manuel de Melo, contida na sua *Epanáfora Terceira Amorosa*, datada de 1654 (cf.: Maria do Céu Fraga, «Um historiador "esquisito": a Epanáfora Amorosa de D. Francisco Manuel de Melo» in *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 6 (2009), pp. 93-100). Uma versão completamente diversa, fazendo de Machin um cavaleiro francês, é contada por Giulio Landi na sua *La descrittione de l'isola de la Madera [...]*, obra publicada em 1574.

Capítulo IV

Descobrimentos marítimos. Descoberta dos Açores. Colonização. A ilha Terceira. Jácome de Bruges e fidalgos que o acompanharam

A prioridade dos descobrimentos marítimos é incontestavelmente nossa, e tem a confirmá-la a história e todos os cronistas e geógrafos, que, com imparcialidade, deles trataram, sem que existam provas dignas de crédito, documentos com justa e real autenticidade, que demonstrem o contrário.

A glória das descobertas, que no século XV foram o assombro do mundo, é muito nossa, pertence aos portugueses; e tão assombrosa foi, e tanto direito a ela temos, que decorridos quatro séculos, ao comemorar a pátria portuguesa as datas, que a elas diziam respeito, ou a do nascimento do seu imortal iniciador, o infante D. Henrique, vimos as nações mais cultas de um e outro hemisfério, acompanhar os nossos patrióticos festivais, por maneira assinalada e triunfante.

Para que essa glória deixe de pertencer aos portugueses, é necessário, primeiro, que desapareça a história da humanidade e a própria humanidade!

Os padrões, que por toda a parte a assinalam brilhantemente, são inapagáveis, imorredoiros! Estão intimamente ligados à civilização, ao progresso e à religião, que nada existe que os separe!

Por onde o progresso e a civilização passar no seu caminhar evolutivo, sempre constante, onde se erguer a cruz redentora, o nome deste pequeno povo do extremo ocidente da Europa, há-de sempre estar presente às gerações vindouras, como o primeiro, que intrepidamente, com inimitável audácia, foi, sulcando as alterosas ondas do Atlântico, devassar-lhe os seus segredos, descobrir paragens desconhecidas, desbravar o caminho para a franca e salutar passagem da civilização, para a propagação da fé, para o desenvolvimento do comércio, para a colonização de terras «*ermas e inabitadas*».

E é destas ermas e inabitadas terras, entre as quais se destaca por forma brilhante a ilha Terceira, terra querida que nos foi berço, e que muito estremecemos, que passamos a tratar, sem que nos preocupe, o que se tenha escrito sobre o conhecimento vago da sua existência, antes de gente portuguesa

as descobrir e pisar o seu fértil e abençoado solo, ou qualquer primazia que este ou aquele imaginasse ter.

O que é certo, positivo, e que a nossa existência de legítimos portugueses, nestas terras açorianas demonstra, sem direitos de conquista, sem espoliações de outrem, pois que «*eram ermas e inabitadas*»,¹ e que os factos e documentos irrefutavelmente atestam, é que às expedições organizadas pelo infante D. Henrique, e aos audazes navegadores portugueses, se deve a descoberta do importante e formoso Arquipélago Açoriano.

São nove as ilhas de que ele se compõe, não se podendo precisar com verdadeira exatidão a data em que cada uma foi descoberta, pois que as opiniões dos historiadores e cronistas, padre António Cordeiro,² doutor Gaspar Frutuoso,³ Azurara,⁴ Valentim Fernandes,⁵ Diogo Gomes⁶ e outros, e ultimamente o infatigável e benemérito micalense dr. Ernesto do Canto,⁷ na sua importante publicação *Archivo dos Açores*, divergem, e nada afirmam como certo.

O que está perfeitamente demonstrado é que no período que decorre desde 1432 até 1449 havia conhecimento de sete ilhas açorianas, com exclusão das Flores e Corvo, pois desta última só em 20 de janeiro de 1453 é que dela nos fala a carta de doação de D. Afonso V⁸ a seu tio D. Afonso,⁹ duque de Bragança.^a

Assim, no período de 1432 a 1453 estavam descobertas pelos portugueses as nove ilhas do Arquipélago Açoriano.

As cartas de D. Afonso V de 2 de julho de 1439 e de 10 de março de 1449, concedendo licença a seu tio o infante D. Henrique para povoar as sete ilhas dos Açores, são o ponto certo da partida, para que nos afastemos das trevas, que envolvem as datas da descoberta de cada uma delas.

O dr. Ernesto do Canto diz:¹⁰

[O dr. Frutuoso], «*baseando-se em vagas tradições, confundiu talvez o desembarque dos primeiros colonos, com a primeira vinda de Frei Gonçalo*

a As cartas, alvarás e mais documentos a que nos referimos, estão publicados na sua quase totalidade no *Archivo dos Açores*, e os restantes nos *Anais da Ilha Terceira* e *Épocas Memoráveis da Ilha Terceira*, ou nestas publicações se referem a eles, como apresentados por outros cronistas e historiadores. Na impossibilidade de lhes dar inteira publicidade, fazemos este apontamento, pois só publicaremos os documentos de que não tenhamos conhecimento da sua publicação em qualquer livro.

Velho.^b Julga ter havido entre um e outro sucesso, o breve espaço de alguns meses, quando pelo contrário mediaram muitos anos.

Colonizar sete ilhas longínquas, ainda na atualidade seria empresa difícil, quanto mais naquela época!

Para a descoberta de muitas ilhas dos Açores bastaria uma primavera ou quando muito duas, para as povoar, diz a boa razão, que seriam necessários muitos anos, constantes esforços e despesas. A tonelagem insignificante das embarcações do século XV, os perigos da navegação, o atraso da náutica na infância, só por si bastariam para retardar o transporte de pessoas, de animais, de sementes, de víveres, de instrumentos e de todos os outros objetos indispensáveis à vida, mesmo dos mais frugais e intrépidos colonizadores.

Tudo faz crer, que Frei Gonçalo Velho Cabral, cruzando no mar dos Açores, descobriria não só Santa Maria, mas ainda São Miguel, perfeitamente visível daquela ilha nos dias claros. Achadas estas duas primeiras, e tão juntas, deveria buscar outras nas paragens vizinhas. Não conhecendo a direção que havia tomar, gastaria sem dúvida muito tempo em baldadas carreiras, e talvez só no seguinte ano recomeçaria a empresa. Logo, porém, que o acaso o encaminhasse na direção do Oeste, o aparecimento da ilha Terceira, devia animá-lo a progredir além dela, e por pouco que o fizesse devia ver e descobrir todas as outras, com a exclusão das Flores e do Corvo, que, por demorarem mais afastadas, escapariam a suas pesquisas.

É esta a marcha razoável que se pode supor, houve na descoberta do Arquipélago Açoriano [...]».

Descoberta a ilha Terceira e costeando-a, como era natural para a reconhecer, estavam bem visíveis as ilhas de São Jorge, Graciosa e parte da ilha do Pico, e, navegando para esta, a curta distância achava a do Faial, e assim estavam descobertas as sete ilhas mandadas povoar pelo infante D. Henrique.

^b 1432, em que se diz aportou à ilha de Santa Maria, a primeira descoberta no Arquipélago.

Cumpre-nos também dizer, que o autor das *Empresas Militares dos Lusitanos*,¹¹ dá a entender, que as sete ilhas a oeste da de São Miguel foram avistadas, em 1446 ou 1447, por Álvaro Fernandes da Câmara,¹² que depois de decorrer a costa da Guiné passou mais de 100 léguas¹³ além de Cabo Verde, demandando o Norte.

Em 1443 estavam povoadas as ilhas de Santa Maria e de São Miguel, como se vê da carta régia de 5 de abril [daquele ano], em que D. Afonso V, fazendo graça e mercê a Gonçalo Velho, comendador das ilhas dos Açores,¹⁴ e a todos os povoadores, que nela viviam, os isenta do pagamento da dízima.

A seguir a estas, pela ordem das descobertas, estava para ser povoada a ilha de Jesus Cristo, que assim se denominava a ilha Terceira.

Em 1449 partiu do Algarve a armada, que o infante D. Henrique destinou para reconhecer oficialmente as restantes ilhas descobertas, e nelas lançar gados e aves de diversas espécies.

A bordo de um dos navios vinha Jácome de Bruges,¹⁵ fidalgo flamengo, cavaleiro da casa do infante, e a quem em 1450 foi doada a capitania desta ilha, como consta da respetiva carta, que está publicada nos *Anais [da ilha Terceira]*¹⁶ e nas *Épocas Memoráveis da Ilha Terceira [dos Açores]*.¹⁷

Concedida por esta forma a donataria,¹⁸ tratou Jácome de Bruges, com o valioso auxílio do infante, de alcançar o pessoal para povoar a ilha Terceira, concedendo D. Henrique subidas vantagens aos fidalgos que o acompanhassem.

Não obtendo no continente o número desejado, foi mandado pelo infante à ilha da Madeira, para convidar com iguais vantagens os nobres e operários que quisessem tomar parte na nova colonização.

Diogo de Teive,¹⁹ fidalgo português, que residia na Madeira, anuiu às propostas feitas, sendo acompanhado por um elevado número de operários e artífices de que dispunha.

Jácome de Bruges deu conhecimento ao infante do resultado obtido, e este fez seguir, com o pessoal do continente, uma armada, que se dirigiu à Madeira, onde tomou Diogo de Teive e o seu pessoal, fazendo-se de vela para a Terceira, onde,

segundo relata o infatigável investigador e distinto patriota terceirense, José Joaquim Pinheiro,²⁰ na sua publicação *Épocas Memoráveis da ilha Terceira [dos Açores]*, aportou na parte oriental,²¹ desembarcando os povoadores terceirenses em uma pequena abra, adiante da Ribeira Seca, que se chama o Pesqueiro dos Meninos, estabelecendo a primeira povoação no Vale do Paul, próximo da Ribeira de Frei João, celebrando a primeira missa campal o franciscano frei João, no lugar onde se edificou a ermida de Nossa Senhora da Graça, no Arrabalde de São Sebastião, em memória deste ato religioso, [ocorrido em] 1453-1454.

Os fidalgos que acompanharam Jácome de Bruges foram: Diogo de Teive, a que já nos referimos, Gonçalo Enes da Fonseca,²² João Coelho de Guimarães,²³ João Leonardes,²⁴ João Bernardes²⁵ e João da Ponte,²⁶ exercendo mais tarde o cargo de juiz ordinário Gonçalo Enes, e os quatro Joões²⁷ de senadores da primeira câmara terceirense.

Edificadas as primeiras casas de residência, embarcaram os novos povoadores na *flotilha*, de que era capitão Fernão Dulmo,²⁸ fidalgo flamengo, e que o infante D. Henrique mandara estacionar no mar dos Açores, dirigindo-se ao continente, a fim de voltarem à Terceira acompanhados de suas famílias, como assim sucedeu em 1456.

Escolhidos os lugares, onde existiam regatos de água nativa, para se estabelecerem as novas povoações, destinou Jácome de Bruges para si o local onde existe hoje a vila da Praia da Vitória, edificando a sua igreja principal sob a denominação de Santa Cruz, hoje matriz, denominação que ainda conserva, e de que foi primeiro vigário o reverendo João Vaz Cardoso.²⁹

O primeiro ato batismal que se realizou, meses depois do estabelecimento dos novos colonizadores, foi o do filho primogénito de Gonçalo Anes da Fonseca e de sua mulher, D. Mécia de Andrade Machado,³⁰ a quem foi dado o nome de Gaspar Machado,³¹ e teve lugar na paroquial de Santana de Port'alegre, primeira igreja ereta na ilha.³²

Gaspar Machado foi anos depois, pelos seus feitos de valor, bem como seus dois irmãos mais moços, João Gonçalves Machado³³ e Diogo Gonçalves Machado,³⁴ armados cavaleiros nas plagas africanas.

Não sendo nosso intento descrever a forma porque se procedeu aos primitivos trabalhos agrícolas, nem seguir minuciosamente todos os acontecimentos que se deram na nascente família terceirense, por não poder isso caber nesta memória, referiremos de leve alguns deles, demorando-nos um pouco, tão somente, nos que tiveram lugar, como serviços prestados à mãe pátria, antecedendo-os primeiro da breve notícia topográfica da atual ilha Terceira, feita pelo falecido escritor terceirense, José Joaquim Pinheiro, para conhecimento de quem, fora desta terra, ler este modesto trabalho.

A ilha Terceira dos Açores está situada no oceano Atlântico, entre Portugal e os Estados Unidos da América, a 39º de latitude setentrional e 18º de longitude ocidental do Observatório de Lisboa.³⁵

Correndo de E. a O. numa extensão aproximada de 45 quilómetros, ou 9 léguas,³⁶ desde a Ponta da Malmerenda, ao oriente, até à Ponta da Baleia ou Serreta,³⁷ ao ocidente, tem na sua maior largura 20 quilómetros, ou 4 léguas, contando-se desde a ponta de Santo António,³⁸ ao meio-dia, até à ponta setentrional, na freguesia dos Biscoitos.

Pelas muitas sinuosidades que se encontram nas suas costas, apenas se poderá calcular ser a sua superfície de 25 léguas [quadradas], ou 625 quilómetros quadrados.³⁹

Apesar de cortada e dividida por muitas serras e picos, apresenta, todavia, extensas planícies de agradável perspectiva, e muita fertilidade cerealífera.

As suas serras mais notáveis, são: a Serra da Ribeirinha, desde o campo das Achadas até à Feteira; a Serra do Cume da Praia, desde a Ladeira do Cardoso até ao Pico das Cabras, e a Serra de Sant'Iago, desde o Facho, na vila da Praia, até à Caldeira das Lajes, todas na direção do norte ao sul, e as primeiras conhecidas dos primeiros povoadores da ilha; a Serra do Morião,⁴⁰ desde a Caldeira de Guilherme Moniz⁴¹ até à Fonte da Telha; a Serra de Santa Bárbara, a mais alta da ilha; a Encumeada do Mato,⁴² acima da Pateira; e a Serra da Agualva.⁴³

Os seus montes e picos mais elevados, são: o Monte Brasil, ao oeste do porto de Angra; o Pico Gordo, entre a Ponta do Queimado e o Raminho; o Pico

Gualpanário, ou da Bagacina, acima da Encumeada do Mato; o Pico do Miradouro, que é o mais alto e da crista do qual se vê o mar que cerca toda a ilha; o Pico de D. Joana, na Feteira, junto à canada da Praia; o Pico dos Cornos, e o Pico das Contendas, na vila de São Sebastião; o Pico das Cabras, na Ribeira Seca; e o Pico do Capitão, em Porto Martim.

As suas maiores planícies são: a das Achadas, entre a Serra da Ribeirinha e a do Cume da Praia, que abunda em pastagens e em terrenos agricultados; e a do Ramo Grande, entre o Cume da Praia e a Serra de Sant'Iago, hoje a mais fértil e rica da ilha em todo o género de cereais.

Os vales mais importantes, denominados caldeiras, no país, e que são crateras de vulcões extintos, são: a Caldeira de Santa Bárbara; a Caldeira de Guilherme Moniz; e a Caldeira das Lajes.⁴⁴

Os seus portos principais, são: porto de Angra, hoje com 3 cais, e estrada que orla a baía do mesmo nome,^c e os comunica entre si, e o Porto da Vila da Praia da Vitória, com um só cais. De menos importância e pequena capacidade, e por isso mesmo quase que só frequentados por barcos da pesca, há mais: o Porto do Fanal⁴⁵ em Angra;^d o Porto da Calheta em São Mateus; a Baía do Negrito; o Porto das Cinco Ribeiras, em Nossa Senhora do Pilar; o Porto de Santa Cruz, nos Biscoitos; o Porto da Serreta de Vila Nova; o Porto Novo, na Ribeira Seca; o Porto da Salga e o Porto das Mós, na vila de São Sebastião; e o Porto de Santo António, em Porto Judeu.

Acrescentando-se a tudo isto um grande número de abundantes fontes de cristalinas águas, umas correndo sobre extensas alagoas, e outras alimentando não poucas ribeiras, e uma copiosa vegetação de anosos cedros e de muitos outros arvoredos próprios para construção, formando as mais densas e impenetráveis matas: eis o circunscrito rochedo açoriano, que, apesar da sua pequenez, se tornou tão fértil em factos históricos da maior celebridade, reveladores do mais heroico valor de seus marciais habitantes pela

c [Ao tempo designada por] Estrada Bernardino Machado [hoje dividida em Estrada Gaspar Corte-Real (o tramo em direção ao Monte Brasil) e Estrada Pero de Barcelos (o tramo em direção ao Porto de Pipas)].

d Seria para desejar, e era da maior utilidade, a construção de um cais neste porto, que em diversas ocasiões de tempestades do quadrante do SE tem servido proveitosamente à navegação.

independência da pátria, e liberdade, e no qual os seus nobres povoadores, vivendo na mais doce e apetecida paz, faziam consistir unicamente na agricultura a sua glória e delícias, e cerravam os olhos, legando a seus filhos avultadas fortunas, adquiridas por inexcedíveis trabalhos e sobre-humanos sacrifícios, que, por infelicidade, seus netos votaram ao mais pecaminoso e prejudicial esquecimento!

-
- 1 O infante D. Henrique, em carta datada de 21 de março de 1450, dirigida ao flamengo Jácome de Bruges, afirma, referindo-se à ilha Terceira, estar a ilha «*erma e inhabitada*» (cf.: António Cordeiro, *História Insulana das Ilhas a Portugal Sujeytas no Oceano Occidental*, p. 241. Lisboa Ocidental, Oficina de António Pedro Galram, 1717).
 - 2 António Cordeiro (Angra, 1641 — Lisboa, 2 de fevereiro de 1722), sacerdote da Companhia de Jesus e historiador, autor da *História Insulana das Ilhas a Portugal Sujeytas no Oceano Occidental* (Lisboa, 1717), uma das obras clássicas da historiografia açoriana. Foi o primeiro a publicar uma opinião sobre a forma de governação do arquipélago (cf.: José Guilherme Reis Leite, «António Cordeiro e uma proposta de autonomia para os Açores no século XVIII» in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. 36 (1978), pp. 211-240. Angra do Heroísmo, 1978).
 - 3 Gaspar Frutuoso (Ponta Delgada, c. 1522 — Ribeira Grande, 24 de agosto de 1591), sacerdote, historiador e humanista. Foi bacharel em Artes e Teologia e doutor em Teologia pela Universidade de Salamanca. Notabilizou-se pela autoria da obra *Saudades da Terra*, uma detalhada descrição histórica e geográfica dos arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias, para além de conter múltiplas referências a Cabo Verde e a outras regiões atlânticas. Essa abrangência faz de Gaspar Frutuoso um verdadeiro cronista insulano, já que a sua obra interessa ao conhecimento de toda a Macaronésia.
 - 4 Gomes Eanes de Azurara (1410 — 1474), ou *Gomes Eanes de Zurara*, foi o 5.º guarda-conservador da Livraria Real (a partir de 1451), substituindo em 1454 Fernão Lopes no cargo de guarda-mor da Torre do Tombo, funções que exerceu até falecer. Deixou várias crónicas, entre as quais a *Cronica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, obra importante para o conhecimento do período inicial dos Descobrimentos.
 - 5 Valentim Fernandes (Morávia, c. 1450 — Lisboa, c. 1519), conhecido por *Valentim Fernandes Alemão* ou *Valentim Fernandes da Morávia*, impressor e tradutor germânico estabelecido em Lisboa a partir de 1495. Correspondeu-se com intelectuais e artistas europeus, entre os quais Albrecht Dürer, Hieronymus Münzer e Mathias Ringmann, enviando para diversas cidades do Sacro Império Romano-Germânico notícia dos descobrimentos portugueses. Deixou um códice, conhecido por *Collecção de Relações de Valentim Fernandes Alemão*, que inclui relatos essenciais para o conhecimento do início da navegação marítima portuguesa, entre eles um intitulado *De inventione insularum de Açores* (cf.: Johann Andreas Schmeller, «Über Valentim Fernandez Alemão und seine Sammlung von Nachrichten über die Entdeckungen und Besitzungen der Portugiesen in Afrika und Asien bis zum Jahre 1508, enthalten in einer portugiesischen Handschrift der kgl. Hof- und Staats-Bibliothek zu München. Mitteilung des Bibliothekars Dr. Schmeller in der Sitzung der I. Klasse am 8. März 1845». *Abhandlungen der Philosophisch-Philologischen Classe der Königlich Bayerischen Akademie der Wissenschaften zu München*, Bd. IV., Dritte Abteilung, Munique, 1847; foi também publicado como separata com o título *Besonderer Abdruck aus dem XXI Band der Denkschriften der Königlich Bayerischen Akademie der Wissenschaften zu München*). O texto referente aos Açores foi traduzido para português e publicado no *Arquivo dos Açores* (cf.: Historiadores do século XV: Diogo Gomes de Cintra, in *Arquivo dos Açores*, vol. I, n.º I, pp. 77-81. Ponta Delgada, 1878).
 - 6 Diogo Gomes (c. 1420 — c. 1502), também referido como Diogo Gomes de Cintra, navegador e explorador, conhecido pela sua viagem de exploração ao estuário do rio Gâmbia e pela alegada descoberta da ilha de Santiago de Cabo Verde. Um conjunto de relatos apócrifos, cuja autoria lhe é atribuída, foi incluído na coletânea de Valentim Fernandes Alemão citada na nota anterior.
 - 7 Ernesto do Canto (Ponta Delgada, 12 de dezembro de 1831 — Ponta Delgada, 21 de agosto de 1900), bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra (1856), bibliófilo, investigador da história açoriana e distinto genealogista, que se distinguiu pela organização e publicação do *Arquivo dos Açores*, conjunto documental imprescindível para a História do arquipélago. A sua excecional biblioteca, que incluía um conjunto alargado de obras referentes aos Açores, entre as quais muitas raridades, foi legada à Biblioteca Pública de Ponta Delgada.
 - 8 D. Afonso V (Sintra, 15 de janeiro de 1432 — Lisboa, 28 de agosto de 1481), o *Africano* pelas suas conquistas em África, foi rei de Portugal de 1438 até à sua morte. Filho mais velho do rei D. Duarte e de sua esposa D. Leonor de Aragão, ascendeu ao trono com apenas 6 anos de idade, com uma regência inicialmente liderada por sua mãe, porém pouco depois transferida para seu tio D. Pedro, duque de Coimbra.
 - 9 D. Afonso (Estremoz, 10 de agosto de 1377 — Chaves, 15 de dezembro de 1461), depois D. Afonso I de Bragança, foi o 8.º conde de Barcelos, 2.º conde de Neiva e o 1.º duque de Bragança. Supõe-se que D. Afonso tenha nascido em Veiros, no Alentejo, filho ilegítimo de D. João I de Avis e da sua amante Inês Peres, filha de Pero Esteves, o *Sapateiro Barbadão*.

-
- 10 Ernesto do Canto, «Verdadeira origem do nome da ilha de S. Miguel e epocha do seu descobrimento», in *Arquivo dos Açores*, vol. I (1878), pp. 85-86.
- 11 Luís Coelho de Barbuda (Lisboa, c. 1570 — c. 1630), ativo entre 1607 e 1626, funcionário da Casa Real em Lisboa durante a União Ibérica que se notabilizou no campo da investigação histórica. A obra intitula-se *Empresas militares de lusitanos: al Ilustrissimo Señor Don Alfonso Furtado de Mendoza del Consejo de Estado de Su Magestad señor, e Arçobispo de Braga, Primado de las Españas, &c/ escriptas por Luys Coello de Barbuda criado de su Magestad, natural, y vesino de la Ciudad de Lisboa*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1624.
- 12 Álvaro Fernandes da Câmara (—), navegador a quem é atribuída a exploração da costa ocidental africana por alturas da atual Guiné-Bissau em 1446 e o reconhecimento de algumas das ilhas do Grupo Central dos Açores em 1441 (cf.: Manuel de Menezes, «O problema da descoberta e povoamento dos Açores e em especial da ilha Terceira», *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. V (1947), p. 75).
- 13 Cerca de 600 km, admitindo que seriam léguas marítimas de 18 ao grau, cada uma equivalente a 6172,8 metros.
- 14 Gonçalo Velho (c. 1400 — c. 1460), também referido como Gonçalo Velho Cabral ou Gonçalo Velho Cabral das Pias, foi um navegador, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, comendador de Almourol e senhor de Pias, Cardiga e Beselga. Foi colaborador próximo do infante D. Henrique e 1.º capitão do donatário das ilhas de Santa Maria e São Miguel, as quais teria descoberto.
- 15 Jácome de Bruges (Bruges, c. 1415 — c. 1472), 1.º capitão do donatário na ilha Terceira por carta de mercê de 2 de março de 1450. Flamengo, oriundo de uma família ligada ao comércio, fixou-se inicialmente em Ourense, na Galiza, e depois na cidade do Porto. Teve um papel determinante na primeira tentativa de povoamento da ilha Terceira, embora não conseguisse cumprir os objetivos que estavam subjacentes à licença que recebera do donatário, por ter encontrado dificuldades no recrutamento de colonos. Depois de lançados gados na ilha, o povoamento efetivo apenas se iniciou na década de 1460, com Jácome de Bruges a capitanear o grupo que se instalou na zona da Praia. Desapareceu por volta de 1472, presumivelmente morto durante uma viagem marítima, desencadeando um longo pleito pela sucessão na capitania (cf.: José Guilherme Reis Leite, «Uma Floresta de Enganos. A primeira tentativa de povoamento da Ilha Terceira», in: *Os reinos ibéricos na Idade Média, livro de homenagem ao Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno*, vol. II, pp. 671-676. Universidade do Porto, Livraria Civilização, Porto, 2003).
- 16 Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Ilha Terceira* (4 volumes), Angra do Heroísmo, Imprensa Municipal, 1850-1864 (com edição fac-similada pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1981; e nova edição pelo IHIT, Angra do Heroísmo, 2018).
- 17 José Joaquim Pinheiro e Manoel Pinheiro, *Épocas Memoráveis da Ilha Terceira dos Açores* (6 volumes), Typographia de A União, Angra do Heroísmo, 1890-1896 (com nova edição em 3 volumes, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2020).
- 18 No caso a «capitania», já que Jácome de Bruges era meramente o capitão do donatário na Terceira, sendo donatário o infante D. Henrique que recebera a donataria por mercê régia (cf.: João Silva de Sousa, «Os herdeiros do Infante e o governo dos Açores (1460-1485)» in *Arquipélago. História*, 2ª série, vol. 4, n.º 2 (2000), pp. 13-28).
- 19 Diogo de Teive (Porto, c. 1415 — Lisboa, c. 1474), capitão de caravelas e escudeiro da casa do infante D. Henrique. Fixou-se inicialmente na ilha da Madeira, onde recebeu licença para instalar um engenho de açúcar. Veio para a Terceira na década de 1460 a convite de Jácome de Bruges, capitão do donatário na ilha, de quem foi ouvidor. Realizou pelo menos duas viagens de exploração aos mares a oeste dos Açores, tendo reconhecido as ilhas das Flores e do Corvo, que lhe foram concedidas para povoamento. Teve negócios de produção de açúcar na Madeira a partir de 1452, mas manteve os seus direitos sobre as Flores e Corvo, que passaram, por sua morte, a seu filho, João de Teive, que em 1475 os vendeu a D. Fernão Teles de Meneses (cf.: Luís João Lisboa, «Teive, Diogo de», in Luís de Albuquerque (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II, p. 1018. Lisboa, Círculo de Leitores, 1994).
- 20 José Joaquim Pinheiro (Angra do Heroísmo, 22 de dezembro de 1833 — Angra do Heroísmo, 27 de novembro de 1894), funcionário público, jornalista e homeopata, com vasta obra publicada. Dedicou-se aos estudos históricos e à divulgação da homeopatia.
- 21 Por manifesto erro, na edição original lê-se «ocidental».
- 22 Gonçalo Anes da Fonseca, nascido em Lagos (Algarve), foi cavaleiro fidalgo da Casa de D. Manuel I, com 1\$200 réis de moradia por mês. Pertenceu à primeira geração dos povoadores da Terceira, onde chegou em data posterior a 1460 na companhia de Jácome de Bruges, que lhe atribuiu várias terras, nomeadamente as compreendidas entre o cume da serra do Paul das Vacas e o mar, entestando com o biscoito do Porto Martins e com o leito da Ribeira Seca, lugar onde fez o seu assento de casas, sendo por tal conhecido como *Gonçalo Anes Ribeira Seca*, designação que alguns descendentes transformaram em apelido. Foi procurador de Jácome de Bruges e, mais tarde, de seu genro Diogo Paim, quando este sustentou a demanda sobre a posse da capitania da Praia. Provavelmente em consequência deste seu partido, esteve preso durante 8 anos, às ordens de João Vaz Corte-Real, que pretendia esbulhá-lo das terras que Jácome de Bruges lhe concedera, vindo a ser livrado da prisão por influência do seu grande amigo João Rodrigues de Badilho. Com sua mulher, Mécia de Andrade Machado, foi progenitor de Gaspar Gonçalves Machado, a primeira criança nascida na ilha, batizada na recém-fundada igreja de Sant'Ana, com vasta geração que preferiu o apelido materno Machado (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IV, p. 481).
- 23 João Coelho (Guimarães, c. 1440 — Angra, d. 1522), nasceu em Guimarães entre 1435 e 1445. Foi um dos primeiros povoadores da ilha Terceira, para onde veio na companhia de Jácome Bruges, capitão de toda a ilha. Teve terras de dadas no Porto Judeu, no lugar do Pico de D. Joana, que resultaram num grande litígio com os

povoadores da segunda vaga liderada por João Vaz Corte-Real. Segundo os cronistas, foi navegador. Casou com Catarina Rodrigues da Costa, conhecida por Catarina Rodrigues, *a Coelha*, que faleceu com testamento aprovado na então vila de Angra a 19 de abril de 1521 pelo tabelião Pedro Antão, e codicilo de 10 de novembro de 1522. Têm uma vastíssima descendência em toda a ilha Terceira (sobre João Coelho cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 189-192, onde se descrevem as várias hipóteses biográficas deste povoador dada a diversidade de opiniões).

- 24 João Leonardes (fl. c. 1460), *o Velho*, foi um dos primeiros povoadores da Terceira. Segundo Ferreira Drummond, chegou integrado no grupo procedente da Madeira que era capitaneado por Jácome de Bruges. Recebeu terras de dadas na Ponta de Santa Catarina, em São Sebastião, lugar hoje designado por Contendas devido à espoliação que João Leonardes sofreu por parte de João Vaz Corte-Real, que liderou a segunda vaga de povoadores, dando origem a uma renhida contenda judicial. Casou com Isabel Gonçalves e morreu entre 1503 e 1507 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, pp. 315-317).
- 25 João Bernardes (fl. c. 1460) foi um dos primeiros povoadores da ilha Terceira, integrando o grupo dos «*quatro Joões*» que se encarregaram da governança inicial da ilha. Pouco se sabe sobre esta personalidade.
- 26 João da Ponte (fl. c. 1460) foi um dos primeiros povoadores da ilha Terceira, integrando o grupo dos «*quatro Joões*» que se encarregaram da governança inicial da ilha. Pouco se sabe sobre esta personalidade.
- 27 Na historiografia da ilha são múltiplas as referências a estes «*quatro Joões*», os «*senadores*» fundacionais da ilha, e à «*câmara*» que teriam fundado no Porto Martins. Referidos como João Gonçalves da Ribeira Seca, João da Ponte do Arrabalde, João Coelho do Porto Judeu e João Leonardes do Pico das Contendas, destes «*celebrados quatro Joões*» os genealogistas apenas fazem referência substancial a dois deles, João Leonardes e João Coelho, pouco se sabendo de João da Ponte e de João Bernardes.
- 28 Fernão Dulmo (—), também *Fernão d'Ulmo* ou *Fernando de Ulmo*, navegador e explorador, seria Ferdinand van Olmen, um flamengo que foi um dos primeiros povoadores da ilha Terceira, a quem o rei D. João II, por carta de doação de 1486, concedeu a capitania da ilha das Sete Cidades e de quaisquer terras que descobrisse a oeste dos Açores (cf.: Charles Verlinden, *Un précurseur de Colomb, le Flamand Ferdinand van Olmen*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1963).
- 29 João Vaz Cardoso (fl. c. 1460), presbítero, primeiro vigário na matriz de Santa Cruz da Praia, filho de Martim Anes Cardoso, *o Pequeno*, ou *o Pequeninino*, por ser de baixa estatura, fidalgo da casa dos Infantes, morador em Viseu. Nasceu na vila de Ferreira. Veio para a Terceira, viúvo e com as filhas, no tempo de seu cunhado Álvaro Martins Homem. João Vaz Cardoso tomou ordens sacras e consta que foi o 1.º vigário da matriz, a qual foi sagrada em 1517. Havia casado no reino com Andreza Rodrigues Rebelo (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 14 e 16).
- 30 Mécia de Andrade Machado (fl. c. 1460), com seu marido, foram dos primeiros povoadores da ilha Terceira que a documentação perpetuou. Era irmã (ou filha) do Dr. João Machado, desembargador da Casa da Suplicação, professor dos Estudos Gerais, fidalgo de cota de armas por carta de brasão de 2 de novembro de 1513, casado com Maria de Castro. Todas as genealogias terceirenses, copiando-se umas às outras, afirmam que Mécia de Andrade Machado era filha do Dr. João Machado. No entanto, a cronologia dificulta esta tese, pois parece mais provável que ela fosse irmã e não filha daquele jurista. De resto, esta hipótese já foi apresentada por Ferreira Drummond nos seus *Apontamentos Topográficos, Políticos...*, Angra do Heroísmo, 1990, p. 146, corrigindo o que dissera nos seus *Annaes da Ilha Terceira*. Mécia de Andrade Machado e seu marido Gonçalo Anes da Fonseca são progenitores de uma vasta descendência que se perpetuou até à atualidade (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, pp. 540-541).
- 31 Gaspar Gonçalves Machado (c. 1460 — Vila de São Sebastião, d. 1551), ou *Gaspar Gonçalves da Ribeira Seca*, que segundo a tradição terá sido a primeira pessoa a ser batizada na Terceira. Nasceu a bordo da embarcação que trazia seus pais, sendo batizado na ermida de Sant'Ana, na vila de São Sebastião, o primeiro templo que existiu na ilha. A mesma tradição afirma que efetuou explorações marítimas, tentando descobrir uma ilha a norte dos Açores, em época não precisada, mas seguramente entre os anos de 1486 e 1506. Destas navegações faz eco Gaspar Frutuoso, quando atribui ao cosmógrafo Martim Behaim uma profecia sobre Gaspar Gonçalves: «*dizem também que disse, indo Gaspar Gonçalves da Ribeira Seca da ilha Terceira a descobrir a ilha Nova ao norte destas ilhas: — Agora arriba Gaspar Gonçalves da sua ilha e nunca a mais achará e lhe caio um homem ao mar —. E assi foi que, estando em seco, da ilha foi um homem a tomar a vela e caiu ao mar, sem o poderem tomar com as correntes, e se tornaram sem o mais achar*». Tal como seus irmãos, combateu em África, onde foi armado cavaleiro. Viveu na Ribeira Seca, termo de São Sebastião e «*em memória e honra de seu pai que viveu naquelle sítio, mandou que os administradores da capella se chamassem - da Ribeira Sêcca - aliás não a administrariam*». Escudeiro fidalgo da Casa Real, conforme se pode ver na escritura de dote de sua filha Isabel de Jesus. Foi juiz dos órfãos da vila da Praia em 1510 e testou de mão comum com sua mulher a 19 de fevereiro de 1546, impondo a obrigação citada e mandando os instituidores que se erigisse na matriz de São Sebastião uma capela sob invocação de Nossa Senhora da Consolação. Vincularam a sua terça em dois moios de terra. Ainda vivia em 1551, velhíssimo, certamente, conforme se deduz do registo de batismo de sua sobrinha-neta Luísa, lavrado a 28 de abril desse ano. Casou primeira vez com Catarina Cardoso; casou segunda vez com Clara Gil Fagundes (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 543).
- 32 A sede da paróquia de Santa Ana de Porto Alegre situava-se no sueste da planície dos Cinco Picos, próximo da área presentemente conhecida por Paul, a cerca de 5 km para o interior da ilha em relação à pequena enseada do Porto Judeu, local apontado como o desembarcadouro utilizado pelos primeiros povoadores daquela região. O lugar tinha inicialmente o nome de Porto Alegre, nome que talvez estivesse ligado ao local de desembarque, mas que depois se generalizou a todo o povoado, que em escritos posteriores aparece como Porta Alegre ou mesmo Portalegre. Os dois primeiros historiadores que referem o povoado, Gaspar Frutuoso e frei Diogo das Chagas, designam o lugar de Santana por Porto Alegre, com Frutuoso a especificar que assim era «*por razão de haver nele muitos impérios e folgaes*». Pelo uso do epíteto de «*Santana, a velha*» percebe-se que já no

tempo de frei Diogo das Chagas (1584-1661) existia a Ermida de Santana da Vila de São Sebastião, «*Santana, a nova*». No seu auge, a paróquia de Santana abrangia o território que ia, pelo menos, desde a Ribeirinha ao Cabo da Praia. O facto da Ribeirinha, apesar da sua proximidade e estreita relação com Angra, ter sido capelania e curato de Santana demonstra a maior antiguidade desta última paróquia. Seguramente, se a paróquia do Santíssimo Salvador de Angra já existisse, São Pedro da Ribeirinha seria sua sufragânea e nunca de Santana, situada detrás da serra e bem mais longe. Como o núcleo populacional inicial se foi dispersando, mormente mudando-se paulatinamente para a, entretanto criada, Vila de São Sebastião, a paróquia foi extinta antes de 1586, pois já não consta da listagem das paróquias elaborada naquele ano (cf.: José Guilherme Reis Leite, «Santana a velha, Porto Alegre ou Porta Alegre? Quando se fundou e porquê? Quando se extinguiu e como?» in *Boa Nova*, n.º 6, junho de 2015, pp. 7-8).

- 33 João Gonçalves Machado (—), também conhecido por João Gonçalves Ribeira Seca, foi filho de Mécia de Andrade Machado e de Gonçalo Anes da Fonseca. Combateu em África, onde foi armado cavaleiro. Na escritura do dote a sua sobrinha Catarina Cardoso, datada de 1537, é identificado como escudeiro. Casou com Joana Gonçalves de Ávila (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 557).
- 34 Diogo Gonçalves Machado (—), militar em África, que «*casou depois de haver servido em Africa, onde teve fama de grande homem de cavalo*». Foi armado cavaleiro em Safim, por D. Nuno de Mascarenhas, confirmado por El-Rei, por alvará dado de Évora a 8 de junho de 1524, transcrito na sua justificação de nobreza. Segundo o testemunho de Gaspar Gonçalves Flores, escudeiro, morador na Vila de São Sebastião, constante da mesma justificação de nobreza, «*andou em África e la casou e trouxe sua mulher para esta ilha que se chamava Catarina de Franca e também se lhe sabe trazer da África mouros e cavalos e se sabe que se nomeava por cavaleiro fidalgo*» (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, pp. 541-542).
- 35 O Observatório Astronómico de Lisboa, instalado na Tapada da Ajuda, cuja primeira pedra fora lançada em 11 de março de 1861. O edifício principal está localizado nas coordenadas +38° 42' 36,0"; -9° 11' 14,9" (Greenwich). Os «18° de longitude ocidental» em relação àquele Observatório correspondem a cerca de 27° 11' W de Greenwich (meridiano que atravessa a Ribeirinha).
- 36 Na realidade são apenas cerca de 29 km.
- 37 Hoje geralmente referida por Ponta da Serreta, mas com toponímia diversa ao longo dos tempos, já que aquele cabo, para além de Ponta da Baleia, aparece frequentemente referida como Ponta do Queimado.
- 38 A Ponta de Santo António corresponde ao extremo SE do Monte Brasil.
- 39 A área da ilha não ultrapassa os 402,2 km².
- 40 Também conhecida pela Costaneira, a encosta sobranceira à cidade de Angra do Heroísmo.
- 41 A Caldeira de Guilherme Moniz é uma grande estrutura de abatimento, formada há cerca de 23000 anos. Corresponde a uma depressão vulcânica alongada no sentido noroeste-sueste, com diâmetro máximo e mínimo de 4,3 e de 2,3 km, respetivamente, e cerca de 15 km de perímetro e mais de 11 km² de área.
- 42 Zona na atualidade mais conhecida por Mata do Estado.
- 43 Mais conhecido por Maciço do Pico Alto.
- 44 Ao contrário das outras mencionadas, e apesar do nome, a Caldeira das Lajes não é uma verdadeira caldeira nem está associada a qualquer cratera vulcânica, sendo antes o resultado de sucessivos movimentos de massa associados à tectónica local.
- 45 Foi construído o Cais dos Vapores, hoje mais conhecido por Cais dos Soldados, obra feita a expensas da companhia de navegação «União Mercantil», para o serviço dos passageiros dos vapores daquela companhia quando no porto de Angra os ventos não permitiam o desembarque (cf.: Félix José da Costa, *Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores, Os seus títulos, edifícios e estabelecimentos públicos*, p. 77. 2.ª edição, Angra do Heroísmo, Câmara Municipal e IHIT, 2019). A companhia de navegação designada por «União Mercantil» foi criada em 1858, com os seus estatutos aprovados a 10 de maio do mesmo ano, com o objetivo de estabelecer carreiras de barcos movidos a vapor entre Lisboa e os portos dos Açores e da África Ocidental. A criação da companhia e os seus estatutos foram ratificados por Decreto de 14 de maio de 1858. Os estatutos foram alterados, no tocante ao montante do capital social, pelos Decretos de 23 de maio e 28 de setembro de 1859. A «União Mercantil» foi extinta por Decreto de 25 de maio de 1864, ficando a funcionar uma Comissão Liquidatária da Companhia União Mercantil até 1866.

Capítulo V

Morte do infante D. Henrique. Comemoração do Centenário Henriquino na ilha Terceira

Estabelecidos os povoadores terceirenses na parte oriental da ilha, tratava cada fidalgo de empregar, com a máxima eficácia, o pessoal que lhe dizia respeito, na cultura das datas de terrenos¹ que pelo donatário lhe haviam sido conferidas.

A vinda de mais alguns fidalgos, e com a distribuição de terrenos que lhes foi feita, desenvolveu um pouco mais a agricultura, ainda assim lutando-se muito pela falta de pessoal agrícola, do que foi dado inteiro conhecimento ao infante D. Henrique, resolvendo ele, por este motivo, dividir a ilha em duas capitanias.

Não conseguiu, porém, pôr em prática esta sua resolução, porque a morte, na sua missão destruidora, o arrebatou à pátria portuguesa, sua bem-amada, e que ele tanto havia engrandecido e nobilitado.

Em 13 de novembro de 1460, roubava a morte a existência do infante D. Henrique, na sua casa, na vila de Sagres; mas roubando existência tão preciosa não conseguiu a terrível e fatal inimiga da humanidade apagar a memória, de quem de si memória tão honrosa deixava.

No alto do Promontório de Sagres uns olhares de águia haviam fitado por sobre o mar os horizontes longínquos, e perceberam, como nenhuns outros até então, os segredos importantíssimos que além desses horizontes existiam, e que deviam, para o bem geral, ser devassados.

E foram devassados com feliz êxito, tanto quanto pôde humanamente ser, no curto período de parte da sua existência!

E tão grandiosos foram eles, que lhe ganharam perpétuo nome, engrandeceram um pequeno povo, assombraram o mundo inteiro!

Cerraram-se esses olhares de águia; deixara de ter vida, quem vida dera ao mundo; mas legava àqueles que tanto havia engrandecido, a continuação da sua obra civilizadora, na certeza de que tão nobre legado seria religiosamente cumprido!

E assim sucedeu. Foi cumprido com a justa altivez das almas, que se abrigam em peitos magnânimos, em corações generosos, que encerram sentimentos altruístas, onde o valor para a realização de planos audaciosos, de empresas arrojadíssimas, causa assombro; onde o santo amor da pátria é superior a todos os amores!

Cerraram-se esses olhares de águia! Um tão elevado espírito, superiormente investigador, abandonara a matéria onde residira. Desapareceu do número dos vivos aquele que, com uma força de vontade inexcedível, com um aturado estudo das ciências matemáticas e da geografia, descortinara e patenteara ao mundo segredos íntimos da natureza; instruíra, na escola que fundara na extremidade do cabo de São Vicente, em Sagres, arrojados nautas, que às mais remotas paragens foram hastear triunfantemente o pendão das quinas, a cruz redentora, e com estes levar o conhecimento do idioma pátrio!

Cerraram-se esses olhares de águia, mas o seu brilho havia iluminado tanto, que forçoso era continuar a missão santa, que eles haviam inteligentemente, sabiamente, previsto e humanitariamente iniciado.

A morte paralisa o coração; as paixões humanas, os ódios, as malquerenças, caem, fenecem junto do túmulo, e as emulações, a inveja, o ódio, que tanto desvirtuaram, muitas vezes, ações generosas, feitos heroicos, atos de abnegação, desaparecem totalmente.

À história, essa grande mestra da vida, dos povos e das nações, cumpre na sua justa imparcialidade arquivar desassombradamente os factos tais quais se deram, os homens tais quais eram; e àqueles que na vida foram malsinados, caluniados, é feita inteira justiça, tornando-se luzeiros brilhantes nas suas páginas mais honrosas; e os detratores ficam, para castigo, mergulhados nas sombras tristes do quadro, fazendo mais realçar aqueles que eles tanto caluniaram.

Mas ao infante D. Henrique não foi preciso, para ser luzeiro brilhante nas páginas da história da humanidade, que émulos e detratores constituíssem as sombras do quadro em que o seu nome havia de resplandecer!

Iluminara muito em vida, para que a inveja, o ódio, pudessem ofuscar o brilho do seu nome, que tinha de ser imortal!

As ondas do oceano, deixando que as quilhas das caravelas, pelo infante mandadas construir, para percorrerem a costa de África, no intento de dobrarem o Cabo das Tormentas,² ou para irem devassar os segredos, com que o mesmo oceano se adornava, as terras ermas e inabitadas por ele mandadas povoar, e que mais além não fosse gente portuguesa, tudo isto era mais que suficiente, para tornar imortal o nome daquele que, sublimemente, havia iniciado tão assinalados cometimentos.

São decorridos quatro séculos e meio, e essas terras, a que varão tão ilustre deu vida, acabam de ser visitadas pelo chefe supremo da nação, que ele tanto amara e engrandecera.

As terras genuinamente portuguesas, tão portuguesas, como as que melhor o são, e que caprichosamente o oceano vê espalhadas surgindo do seu seio, tiveram a ventura de receber pela vez primeira a honrosa visita dos Reis de Portugal, daqueles que se assentam no trono, de que o iniciador das descobertas marítimas, com seus irmãos, nos degraus desse mesmo trono, segundo a eloquente frase do eminente historiador, a que já nos referimos, constituiu um cortejo tal, como se não encontra facilmente em outra época da história, em outro sólio do universo.

E ao ver os navios de guerra portugueses cortarem rápida e elegantemente o mar, que estas terras açorianas banha, e fundearem nas suas baías, o espanto contemplativo, que muito se extasiava com o majestoso do ato, com as pompas e festas em começo, e com a vista de perto do primeiro cidadão português, El-Rei o Senhor D. Carlos, e de Sua virtuosa Esposa, a Rainha Senhora D. Maria Amélia, via maravilhado, como em um só quadro, o grandioso do passado de envolta com o grandioso do presente!

Saudava a memória honrosa daqueles que, por *«mares nunca de antes navegados,*

[...]

*E entre gente remota edificaram,
Novo Reino, que tanto sublimaram»,³*

para prestar vassalagem aos legítimos representantes daqueles, de quem o sublime cantor das glórias pátrias, em estrofes arrebatadoras, e com o mais fervoroso patriotismo, disse:

*«E julgareis qual é a mais excelente,
Se ser do mundo Rei, se de tal gente».*⁴

Depois, fixando o mar que mansamente se estendia majestoso diante dos seus olhos, sustentando os navios, onde se achavam os monarcas portugueses, e os das nações que lhes prestavam homenagem, e ainda contemplando o passado de envolta com o presente, exclamava no seu íntimo, com justo júbilo:

Tu, mar, que foste o proporcionador do caminho para tantos e tão extraordinários cometimentos de audácia e valor intemerato, que constituíram a nossa inimitável epopeia, cometimentos que ainda passados séculos assombram a humanidade:

Tu, mar, que glorificaste espantosamente um pequeno povo, o povo português, que impulsionado pelas vibrações santas do amor da pátria, ansioso pelo seu engrandecimento, foi do extremo Ocidente da Europa demonstrar ao mundo, que o Não assustador,⁵ terrível, que se dizia impedir a passagem para o Oriente era uma quimera;

Tu, mar, que desdobraste com a ternura da amante, as tuas ondas em lençóis de alva espuma, para que as caravelas portuguesas, sulcando-as, fossem descobrir novas terras, que magnificamente ornamentassem o mapa do mundo então conhecido e atestassem superiormente o relevante serviço prestado à humanidade;

Tu, mar, que circundas estas pérolas açorianas, com que vaidosa e coquetemente te adornas, que te sentiste orgulhoso quando as caravelas do infante D. Henrique as descobriram, ou quando os marinheiros lusitanos conduziam da Índia, singrando-te galhardamente, gloriosos galeões para, à sombra destes rochedos, se libertarem da pirataria que os perseguia;

Tu, mar, que nos teus ímpetos involuntários de fúria, quando a tempestade te impele enraivecida, parecendo queres submergir estes formosos rochedos, que são o teu brilhante ornamento, e que depois, arrependido, vens docemente, carinhosamente, beijá-los, espraia-te pelos seus areais, cingindo em amoroso amplexo as suas costas;

Tu, mar, que por um capricho da natureza, separas estas nove mimosas pérolas, que constituem o Arquipélago Açoriano, mas de que a separação física não constitui a separação dos seus habitantes, filhos da mesma pátria, irmãos pela linguagem, pelas crenças, pelo sentir, pelo coração;

Tu, mar, que és ainda o mesmo que nos separas do nosso querido Portugal, é que vens unir-nos mais e mais à mãe pátria, dando passagem, para que os Egrégios Monarcas portugueses visitem este arquipélago e recebam a homenagem destes povos, que muito lhes querem, que muito os idolatram!

Abençoado, sejas tu, ó mar!

Depois, enlevado o espírito contemplativo perante tantas grandezas passadas, tantos feitos sublimes, que padrões imorredoiros atestam por esse mundo além, aguardava ansioso o momento do desembarque das Majestades para saudá-las entusiasticamente.

Não precipitemos, porém, os acontecimentos, e sigamos a nossa narrativa histórica, aproveitando a ocasião, em que nos achamos referindo a morte do infante D. Henrique, para arquivarmos, o que a ilha Terceira, antiga capital do Arquipélago, à sua iniciativa descoberto e por ele mandado povoar, fez, quando a pátria portuguesa, em coro patriótico com as nações estrangeiras, comemorou jubilosamente o quinto centenário do nascimento de tão ínclito varão.

É que, se a ilha Terceira tomou sempre parte ativa e importante nos momentos angustiosos para Portugal, não deixou também de tomar sempre parte condigna nas suas patrióticas festas.

Assim, em 22 de janeiro de 1894, teve lugar, no salão do Teatro Angrense,⁶ uma reunião de escritores e jornalistas terceirenses, a convite dos médicos dr. Alfredo

da Silva Sampaio⁷ e dr. Manuel António Lino Júnior,⁸ de Francisco de Paula Moniz Barreto⁹ e de quem esta memória escreve, sendo presente e lido o seguinte:

«Senhores: — Ao tratar-se na mãe pátria, por maneira alevantada, de comemorar o quinto centenário do iniciador dos descobrimentos portugueses, o infante D. Henrique, crime seria decerto, que a heroica ilha Terceira, que sempre timbrou em acompanhá-la em todas as suas manifestações de progresso e engrandecimento, ou em todas as ocasiões de dor e mágoa, permanecesse silenciosa nesta festa nacional.

E se os continentais, senhores, entendem como um dever indeclinável o comemorar o quinto centenário do nascimento de tão distinto varão, aviventando assim os seus feitos nobres e altivos, que tornaram grande um povo e gloriosa uma nação, que marcaram uma época notável, que foi o pródromo do esplendor da civilização humana, nós, os açorianos, tanto ou mais ainda do que os continentais, temos a obrigação rigorosa de o fazer, pois a esse carácter viril, a esse génio tão ousado quanto erudito, se deve a descoberta e colonização do nosso importante arquipélago.

O estado geográfico, então conhecido, era relativamente limitado. As lendas e as fábulas que corriam desde tempos remotos, com relação à existência de outras terras, tornaram-se em realidade, devido à lucidez do espírito, à intrepidez e perseverança do infante D. Henrique.

Enlevavam-no as ciências positivas; tinham nele as matemáticas um adepto convicto, e a astronomia um dedicado cultor, escreve Pinheiro Chagas.

E assim era. Voltando da conquista de Ceuta, onde se tornou grande pelos seus feitos de armas, estabeleceu-se no Promontório de Sagres; lá, contemplando esse oceano que a todos os povos marítimos aterrorizava, dedicando-se ao estudo da cosmografia e da navegação, mandando construir caravelas, dirigiu, animou e remunerou prodigamente os que tomaram parte nessas expedições gloriosas, que, sulcando as ondas desse mar tenebroso, foram em demanda de novas terras, apresentando ao

mundo velho um mundo novo, em substituição do tudo quanto era quimérico e lendário.

Seria longo o fazer uma narração minuciosa dos cometimentos e das descobertas gloriosas, que nobilitaram e enalteceram o nome português, e que tiveram por iniciador o infante D. Henrique, e desnecessário se torna ela para a apresentação de um projeto festivo do seu quinto centenário, e muito menos para a vossa ilustração, que é segura garantia do perfeito conhecimento, que tendes da nossa história pátria.

Que a comemoração deste centenário é um dever para todos os portugueses em geral, e em especial para nós os açorianos, é do que a ninguém é lícito duvidar. E não é só um dever, senhores, é uma necessidade urgente a sua realização, para que, recordando tantos feitos ilustres, grandiosos, sirva essa recordação, para reanimar a existência da nacionalidade portuguesa, conseguindo que, com o exemplo do passado se mantenham ilesas as nossas nobres tradições, e possamos em breve assistir a uma aurora redentora que, destruindo o quadro sombrio do país, que a todos os bons portugueses aterra, pela ambição louca, insaciável que ora predomina, venha substituir tudo isto por atos de acrisolada amor pátrio, de abnegação e de civismo. Assim ousamos apresentar-vos o seguinte projeto:

1.º — Que a comissão dirigente da festa comemorativa do quinto centenário do infante D. Henrique se componha do presidente, o ex.^{mo} sr. Teotónio Simão Paim de Ornelas Bruges,¹⁰ não só como ilustrado jornalista e escritor terceirense, mas também como ilustre descendente do primeiro donatário da ilha Terceira, Jácome de Bruges; do distinto e ilustrado presidente da comissão executiva da imprensa periódica terceirense, o ex.^{mo} sr. dr. José da Fonseca Abreu Castelo-Branco,¹¹ e do ex.^{mo} beneficiado José Bettencourt Cardoso,¹² que foi o primeiro a levantar a patriótica ideia de comemoração deste centenário, no púlpito da catedral, em 8 de dezembro de 1892, e de mais oito membros.

2.º — Atendendo a que as descobertas gloriosas, que tanto exaltaram o nome lusitano, abriram incontestavelmente um caminho brilhante ao engrandecimento marítimo, aos feitos heroicos do Exército Português, à moral e à religião, ao progresso das ciências, artes, letras, agricultura, comércio e indústria, prestando assim relevantes serviços à civilização e à humanidade, é um dever indeclinável, que todas as classes se façam condignamente representar nesta festa nacional, por isso propomos, que sejam convidados os cidadãos, que têm de compor as comissões — marítima, militar, eclesiástica, de ciências, artes e letras, académica, de agricultura, comércio e indústria, e comissão ornamental auxiliar.

Angra do Heroísmo, 22 de janeiro de 1894. = Alfredo da Silva Sampaio = Manuel António Lino Júnior = Francisco de Paula Moniz Barreto = Alfredo Luiz Campos.»

A isto seguia-se um plano do programa festivo.

Foram nomeadas as respetivas comissões, sendo aclamado presidente honorário o jornalista e escritor, Teotónio Simão Paim de Ornelas Bruges, antigo deputado da nação, passando as sessões da comissão dirigente a terem lugar no salão nobre do paço municipal, para tal fim oferecido pela Câmara de Angra.

Como esta comissão encontrasse dificuldades, para a completa realização do programa apresentado, declinou a honra, que lhe fora conferida, na comissão executiva da imprensa periódica, a qual fez publicar e distribuir o seguinte manifesto:

«Aos terceirenses — Em assembleia geral dos jornalistas e escritores públicos terceirenses foi, há dias, apresentada a ideia de solenizar com esplendorosos festejos o dia 4 de março, 5.º centenário natalício do infante D. Henrique.

Sendo unanimemente apoiada aquela ideia, os cavalheiros que haviam convocado a mencionada assembleia apresentaram um programa de festejos o que, depois de breve discussão, foi aprovado, e nomeou-se uma comissão executiva, para dirigir e efetuar os trabalhos correspondentes,

sendo também nomeadas comissões de entre as diversas classes da sociedade terceirense, para se ocuparem da execução de várias partes do programa.

De bom grado, e com a mais louvável prontidão, aceitaram os cavalheiros nomeados o encargo, que lhes era cometido.

Pouco depois, a comissão diretora, tendo examinado atentamente o programa, reconheceu em vista da estreiteza de tempo, e de outras circunstâncias, que não era possível executá-lo completamente, e, por obsequiosa atenção para com os autores dele, absteve-se de o modificar, preferindo declinar o encargo que, da melhor vontade, havia aceitado.

Participada aquela deliberação à assembleia geral de escritores e jornalistas, resolveu esta dar um voto de confiança à comissão executiva da imprensa periódica, composta, como é sabido, de todos os diretores dos jornais terceirenses, para que, segundo entender, e pelos meios de que possa dispor, promova e cuide de efetuar uma demonstração tão pomposa, quanto possível, digna do assunto, que é grandioso, e das tradições cavalheirosas da ilha Terceira.

Não podia esta comissão eximir-se a tal encargo, atenta a posição que ocupa na sociedade a imprensa periódica, e em vista dos deveres, por vezes bem árduos, que ela tem a cumprir em sua honrosa missão, de esclarecer a opinião e pugnar incessantemente a bem da prosperidade pública e da honra, brio e dignidade da pátria.

Aceitando muito reconhecida aquele voto de confiança, e tomando sobre si tão honroso, embora pesadíssimo encargo, a comissão executiva da imprensa periódica terceirense principia por se dirigir a todos os cidadãos de todas as classes, pedindo-lhes a sua cooperação cívica e cavalheirosa, sem a qual nem um passo poderia dar.

E porque todos conhecem de sobejo, quanto é respeitável a memória do infante D. Henrique, e ninguém ignora que a sociedade portuguesa lhe é devedora de muitos assinalados serviços, que poderosamente concorreram para o engrandecimento e glória de Portugal, julga esta

comissão, que é seu dever abster-se agora de memorar os altos feitos e sublimes virtudes de tão exímio patriota, profundo pensador e fervoroso cristão.

Quem devidamente apreciar o bom nome e as gloriosas tradições da nossa pátria, e sinceramente se interessar pelo seu futuro, por certo não deixará de atender nesta conjuntura ao pedido da comissão da imprensa periódica, dispensando-lhe todo o auxílio para levar a cabo a manifestação que está projetada, e que há-de ser imponente, porque assim o exige, e o faz esperar, o brio e o patriotismo dos cidadãos terceirenses.

Às comissões de classes, já nomeadas, roga esta comissão, que persistam nos trabalhos já encetados, que devem ser de grande utilidade, embora o primitivo programa tenha de sofrer alguma pequena modificação, o que muito em breve será anunciado ao público.

Angra do Heroísmo, 10 de fevereiro de 1894. = José da Fonseca Abreu Castelo-Branco = Manuel Homem de Noronha = Luiz da Costa¹³ = Cónego António Maria Ferreira¹⁴ = Francisco de Paula Moniz Barreto = Jacob Abohbot¹⁵ = António Miguel da Silveira Moniz¹⁶ = Manuel Basílio Coelho Rocha¹⁷ = Cândido Forjaz Pacheco de Melo¹⁸ = Manuel Vieira Mendes da Silva¹⁹ = Alfredo Luiz Campos, secretário.»

*

As festas patrióticas realizaram-se, como da seguinte descrição, que então escrevemos como colaborador de *O Angrense*,²⁰ o jornal mais antigo da cidade de Angra, e o segundo que pela sua antiguidade existe atualmente em publicação na imprensa portuguesa, pois o primeiro é o *Açoriano Oriental*,²¹ que se publica em Ponta Delgada, São Miguel:

«A cidade de Angra do Heroísmo, capital da ilha Terceira, formosa pérola do arquipélago dos Açores, descoberta pelos anos de 1444 a 1450, baluarte inexpugnável das liberdades pátrias, não podia ficar indiferente à apoteose do infante D. Henrique, nascido a 4 de março de 1394, filho de D. João I e de D. Filipa de Lancastre.

Os terceirenses que, em todas as épocas difíceis por que tem passado a nação portuguesa, têm sempre patenteado o seu profundo amor pela autonomia do país e pugnado com ardor e entusiasmo pela santa causa da liberdade, não podiam ficar silenciosos ao comemorar-se um facto, que não só é uma glória da nação, como a admiração da Europa civilizada.

*Pagou, condignamente, uma dívida de subido reconhecimento e profunda consideração ao ínclito príncipe D. Henrique, o protótipo da sabedoria, do patriotismo, da prudência, do arrojo e da fé, que por mares nunca de antes navegados dilatou e fez dilatar os domínios de Portugal.»*²²

E ainda bem que tão garbosamente a cidade de Angra do Heroísmo se desempenhou do seu intento. Ainda bem, porque mais uma vez se evidenciou de quanto os seus habitantes são capazes para honrarem, devidamente, a memória dos génios que na antiguidade engrandeceram e exaltaram o nome querido da sua pátria.

Desde o dia 2 a 6 de março de 1894 que a cidade de Angra do Heroísmo, antiga capital do arquipélago açoriano, se encontrava adornada, para solenizar o quinto centenário do preclaro infante D. Henrique:

- Sexta-feira, 2 de março — Inauguração da catequese no Seminário Diocesano,²³ sob a invocação do Sagrado Coração de Jesus. Foi uma festa bastante pomposa. O templo estava decorado primorosamente, e repleto de fiéis. Todas as classes da sociedade angrense ali se viam representadas, bem como os institutos de instrução pública e vários colégios particulares. Às quatro horas da tarde cantou-se o «*Ecce sacerdos magnus*»,²⁴ entrando o ex.^{mo} e rev.^{mo} prelado. Em seguida foi exposto o Santíssimo Sacramento em trono profusamente iluminado, e começou o ato de culto ao Santíssimo Coração de Jesus, oficiando o digno vice-reitor do seminário, ex.^{mo} tesoureiro-mor, dr. João Paulino de Azevedo e Castro.²⁵ Subiu ao púlpito o revd.^o sr. Francisco Pereira,²⁶ e pronunciou um discurso muito notável pela revelação de profundos conhecimentos, excelentes dotes oratórios, e sentimentos de verdadeira piedade e louvável patriotismo, fazendo ver que era a instituição da catequese o monumento que mais convinha levantar à memória do infante D. Henrique, visto que, para a doutrinação, convergiram sempre as suas

atenções, e poderosamente concorreram os seus trabalhos, para que fossem chamados ao grémio da igreja católica e ao convívio das nações cultas os infelizes que existiam em longes terras privados da luz do Evangelho. Depois de um solene *Te-Deum*, S. Ex.^a Rev.^a deu a bênção aos fiéis com o Santíssimo Sacramento, que em seguida foi conduzido ao sacrário, e assim terminou aquele edificantíssimo ato religioso, início dos festejos do 5.º Centenário do Infante D. Henrique.

- Sábado, 3 de março — Ao meio-dia, *Te-Deum* na Sé Catedral em ação de graças pela coroação do Sumo Pontífice Leão XIII,²⁷ oficiando o ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. bispo desta diocese. Grande concurso de fiéis, e música magistralmente executada pela capela da Sé, com acompanhamento de grande instrumental. À noite, conferência no Teatro Angrense pelo ex.^{mo} juiz da Relação dos Açores, dr. Alexandre Meireles do Canto e Távora.²⁸ A casa estava esplendidamente ornamentada, e era avultada a concorrência de damas e cavalheiros, em trajes de gala. O ilustre conferente discursou por espaço de cinco quartos de hora, ocupando-se principalmente de rebater algumas censuras que se possam ter feito aos atos do Infante, e pondo em relevo o merecimento dos seus trabalhos, e o seu amor pátrio. Foi escutado com profunda atenção e devidamente aplaudido.
- Domingo, 4 de março — Toque de alvorada pela banda regimental de Caçadores 10.²⁹ Às 10 horas da manhã, começou na Sé Catedral uma pomposa festividade religiosa, celebrando de pontifical S. Ex.^a Rvdm.^a o sr. D. Francisco José.³⁰ Fez uma primorosa oração gratulatória o revd.^o beneficiado José Bettencourt Cardoso. Pelas 7 horas da tarde cantou-se um solene *Te-Deum*. A música vocal, sob a regência do revd.^o sr. José Pedro Soares,³¹ mestre da capela da Sé, e instrumental sob a regência do sr. João António das Neves Júnior,³² amador de grandes créditos, não deixou nada a desejar. Cantou-se a missa do maestro Alexandre Ferreira,³³ e o *Te-Deum* grande de Soares.³⁴ Assistiram a estes atos a ex.^{ma} Câmara Municipal, autoridades civis e militares, vice-cônsules, titulares, funcionários públicos e jornalistas. O concurso de fiéis foi extraordinário, especialmente à noite em que se achava o vasto e majestoso templo literalmente cheio. Pelas 2 horas

da tarde, sessão extraordinária da Ex.^{ma} Câmara, sendo nesta ocasião expedido por ela um telegrama de saudação à Câmara Municipal do Porto.

- Segunda-feira, 5 de março — A comissão da imprensa exerceu a sublime virtude da caridade, distribuindo pelos asilos da Infância Desvalida e de Mendicidade e pelos enclausurados na cadeia pública abundantes jantares. Na noite deste dia efetuou-se, no salão nobre dos paços do concelho, um sarau músico-literário que, quanto a nós, excedeu tudo que se podia esperar.

- Sarau — O programa foi o seguinte:

1.º — *Hino da Carta Constitucional*,³⁵ pela orquestra.

2.º — Discurso de abertura proferido pelo ex.^{mo} sr. dr. José da Fonseca Abreu Castelo-Branco, presidente da comissão da imprensa.

3.º — *Ouverture «Um dia em Viena»* por [Franz von] Suppé, desempenhada pela orquestra.

4.º — Discurso pronunciado por S. Ex.^a Rvdm.^a o sr. D. Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito.

5.º — *Sinfonia da Semiramide* por [Gioachino] Rossini, executada pela ex.^{ma} sr.^a D. Maria Alves Lemos Drummond.³⁶

6.º — *Romanza do Trovador* [de Giuseppe Verdi], desempenhada na rabeca pelo jovem Luís Carlos de Menezes Meireles,³⁷ acompanhado ao piano pelo ex.^{mo} sr. Gabriel Paula das Neves.³⁸

7.º — Discurso pronunciado pelo ex.^{mo} sr. Teotónio Simão Paim de Ornelas Bruges.

8.º — Polca *Bella Bocca* por Émile Waldteufel, desempenhada pela orquestra.

9.º — *Thème en la mineur*, de S[igismond] Thalberg, executado pela ex.^{ma} sr.^a D. Stella Gil.³⁹

10.º — Ária de tenor da ópera *Luisa Miller*,⁴⁰ cantada pelo ex.^{mo} sr. Francisco de Paula Moniz Barreto, acompanhado a piano pelo ex.^{mo} sr. Gabriel Paula das Neves.

11.º — Frères Billema,⁴¹ fantasia do *Rigoletto* de [Giuseppe] Verdi, a quatro mãos, executada pelas ex.^{mas} sr.^{as} D. Maria Inocência de Araújo Barbosa⁴² e D. Beatriz Adelaide de Araújo Barbosa.⁴³

12.º — Discurso pronunciado pelo distinto artista⁴⁴ sr. Aires de Paula Bastos.⁴⁵

13.º — *Concordantia a huit mains pour deux pianos*, por Joseph Ascher, executada pelas ex.^{mas} sr.^{as} D. Maria Alves Lemos Drummond, D. Carlota Augusta Pinto Campos,⁴⁶ D. Guilhermina Adelaide de Sousa Pinto⁴⁷ e D. Luna Benarus.⁴⁸

14.º — Discurso pronunciado pelo ex.^{mo} sr. dr. Alexandre Meireles de Távora.

15.º — Fantasia da *La Sonnambula* de Vincenzo Bellini por [Sigismond] Thalberg, executada pela ex.^{ma} sr.^a D. Beatriz Adelaide de Araújo Barbosa.

16.º — Discurso pronunciado pelo inteligente estudante sr. José Augusto Rodrigues.⁴⁹

17.º — *Ouverture Une pensée*, por Olivier Métra, desempenhada pela orquestra.

Todas as ilustres damas desempenharam com uma correção inexcelável os diversos e difíceis trechos de música, revelando muito gosto e elevados conhecimentos da arte de Verdi.

O jovem Luiz Pamplona,⁵⁰ criança que apenas conta oito anos de idade, executou com muito mimo, gosto e perícia o trecho de música, revelando uma superior vocação. Foi freneticamente aplaudido.

O sr. dr. Castelo Branco, em frase elevada e concisa, mostrou qual o motivo daquela reunião, e as razões por que a imprensa periódica tomara a direção dos festejos, fazendo ver que os jornalistas, que labutam em

trabalho constante, e professam o princípio de que o trabalho é uma virtude que nobilita, não podiam deixar de promover a apoteose do grande trabalhador, infante D. Henrique.

O ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. D. Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito apresentou um belo discurso, primor de eloquência, lucidamente exposto, revelando sentimentos muito patrióticos, e humanitários, ao passo que aproveitava a ocasião, para despertar a piedade nos ânimos dos ouvintes.

O sr. Paim de Bruges, com aquele seu porte fidalgo e dotes oratórios, que ninguém melhor do que S. Ex.^a possui, apresentou um discurso, em que além de patentear os elevadíssimos conhecimentos, de que é possuidor, mostrou mais uma vez quanto é fecunda a sua inteligência, e qual o quilate do seu sublimado amor pátrio. S. Ex.^a teve momentos, em que o seu génio parecia ter o valor do voo da águia, que impávida se atreve a ferir o espaço infinito.

O hábil artista sr. Bastos revelou no seu discurso bem coordenado o sentir da alma do artista.

O sr. Rodrigues, distinto académico, apresentou um discurso, que foi um primoroso *bouquet* pela fina escolha de inebriantes flores.

Apenas não se cumpriu o n.º 10 do programa, porque adoeceu repentinamente, achando-se já no salão, a ex.^{ma} consorte do sr. Francisco de Paula Moniz Barreto. Foi pena, porque mais uma vez teríamos ocasião de apreciar dignamente a voz assaz harmoniosa daquele cavalheiro.

O salão estava primorosa e lindamente adornado e, sendo de grande capacidade, era pequeníssimo para comportar o numerosíssimo auditório; só o número de ilustres damas se elevava a cerca de quatrocentas.

A orquestra, que era composta de dezoito figuras, desempenhou lindos trechos de música, sob a regência do hábil amador sr. João António das Neves Júnior. Concluiu-se este sarau pela 1 hora da noite, retirando-se todos satisfeitíssimos.

- Terça-feira, 6 de março — Foi importantíssimo o cortejo cívico. Muito tarde, ou talvez nunca, se tornará a ver um espetáculo tão pomposo na nossa cidade.

Pelas 11 horas da manhã desfilou do adro da igreja de São Francisco,⁵¹ junto do qual se encontra o Liceu Nacional,⁵² ponto escolhido para a reunião do pessoal e emblemas, que deviam tomar parte no imponente préstito, o cortejo cívico, pela ordem seguinte:

Bandeira antiga do município angrense à direita do glorioso pendão nacional — Alunos das escolas de instrução primária — Carro das escolas — Alunos do Liceu e Seminário — Carro dos artistas — Corporação dos artistas — Filarmónica *Triunfo*⁵³ — Carro dos bombeiros — Real Corporação dos Bombeiros Voluntários⁵⁴ — Corporação dos empregados públicos — Carro do comércio e indústria — Corporação do comércio e da indústria — Carro da agricultura — Corporação dos lavradores — Filarmónica dos Lavradores — Carro das descobertas — Corporação dos marítimos — Clero — Corpo consular — Autoridades administrativas — Câmara Municipal — Comissão promotora dos festejos — Filarmónica *Recreio dos Artistas*.⁵⁵

Recolheu-se o préstito pelas 3 horas da tarde, assinando-se em seguida no salão nobre da Ex.^{ma} Câmara Municipal o auto comemorativo deste imponente facto.

A concorrência a este ato foi avultadíssima, porque de todas as freguesias desta ilha vieram milhares de habitantes a presenciar esta patriótica manifestação. Calcula-se em quinze mil o número de pessoas que circularam neste dia dentro da cidade, crescendo que em todas as ruas do trânsito as janelas estavam apinhadas de pessoas.

À noite realizou-se uma iluminação na Praça da Restauração, tocando a Filarmónica *Triunfo*. A concorrência foi extraordinária.

Achavam-se iluminados todos os edifícios públicos, igrejas paroquiais, Seminário e muitas casas particulares.

Foi pela forma insuficientemente relatada, que a cidade de Angra do Heroísmo celebrou o quinto centenário do infante D. Henrique.

*

Ao telegrama que a Câmara de Angra dirigiu, saudando a municipalidade portuense e aderindo às manifestações promovidas por aquela corporação, em homenagem ao infante D. Henrique, foi respondido:

«Municipalidade de Angra — Agradecendo adesão, saúdo na Câmara de Angra do Heroísmo a honra da pátria portuguesa. — Presidente da Câmara do Porto».

Os jornais publicaram patrióticos artigos relativos ao ínclito infante D. Henrique, e o diário *A União*⁵⁶ publicou os discursos do rev.^{do} José Bettencourt Cardoso e do dr. Alexandre Meireles de Távora.

Os dias 3 e 4 de março foram duplamente festivos para a heroica ilha Terceira, pois além da comemoração do centenário henriquino, representava o primeiro o aniversário do desembarque nesta ilha do imortal D. Pedro IV, em 1832, e o segundo o da memorável capitulação do Castelo de São Filipe, em 1642.

Para arquivar, transcrevemos a notícia, que deu, em dezembro de 1892, o semanário *Districto d'Angra*,⁵⁷ de que era diretor e proprietário Manuel Homem de Noronha,⁵⁸ ilustre representante de uma importante e distinta família terceirense, de que teremos ocasião de falar, notícia que demonstra que da ilha Terceira partiu a ideia da comemoração do centenário henriquino:

«Fez-se, no dia 8 do corrente, com a costumada solenidade, na Sé Catedral, a festa da Imaculada Conceição, sendo orador o rev.^{do} José Bettencourt Cardoso, que mais uma vez revelou a sua inteligência e ilustração.

Como bem diz o colega d'A Terceira,⁵⁹ no primoroso discurso do rev.^{do} Bettencourt Cardoso destacou-se e imprimiu-se fundamente no auditório, a ideia da comemoração do quingentenário do infante D. Henrique, o mestre dos navegadores, o esquecido solitário do promontório de Sagres.

Efetivamente o ilustre orador referindo-se àquelas épocas, em que o nome português era tão respeitado, e em que a fé era o principal agente dos mais assombrosos cometimentos, falou do infante D. Henrique, o grande mestre que ensinou os ousados navegantes do século XV, e de aí em diante, que, por ter sido o iniciador de todas as descobertas, e das mais assinaladas glórias pátrias, que eternizaram Tristão,⁶⁰ Perestrelo,⁶¹ Zarco,⁶² Bartolomeu Dias,⁶³ Vasco da Gama,⁶⁴ Cristóvão Colombo,⁶⁵ Álvares Cabral,⁶⁶ Fernando de Magalhães⁶⁷ e Corte-Real,⁶⁸ — tem incontestável direito a uma comemoração em homenagem à sua memória, aproveitando-se o dia 4 de março de 1894, quingentésimo aniversário do seu nascimento, devendo partir a iniciativa de tão solene manifestação destas ilhas, que ao estudo e ao trabalho do eminente Príncipe devem a sua descoberta.

Apraz-nos que tão nobre e patriótico pensamento saísse de um conterrâneo nosso, e ainda mais da tribuna sagrada, como prova de gratidão aos relevantes serviços prestados à igreja açoriano e à munificência com que foi dotada pelo primeiro padroeiro desta diocese.

E, aproveitando a elevada ideia que o orador apresentou de partir deste Arquipélago tão patriótica iniciativa, e na esperança de ser bem acolhida pela imprensa açoriano, que nunca faltou aos deveres de patriotismo, cooperando para todas as celebrações nacionais, como as de Camões, Marquês de Pombal e Colombo,⁶⁹ desde já nos associamos a tão honrosa manifestação, esperando que a mesma imprensa, devidamente representada, se dirija à benemérita Sociedade de Geografia de Lisboa,⁷⁰ e solicite a sua valiosa cooperação, a fim de que, reconhecendo definitivamente nacional o carácter que deve ter a celebração deste centenário, e o dever de nela tomarem parte todas as atividades nacionais, promova esta festa patriótica, e se entenda com o governo do Estado, que a ela tem de presidir, para que seja declarada como nacional a celebração do quingentésimo aniversário do nascimento do infante D. Henrique, no dia 4 de março de 1894. Ao ilustre orador felicitamos por tão feliz ideia.»

«O Açor⁷¹ aqui chegado no dia 10 trouxe-nos a notícia de que, no dia 30 de novembro, a Sociedade de Geografia deliberou dirigir uma mensagem a El-Rei e ao governo, para a celebração verdadeira e condignamente nacional, em 1897, do quarto centenário da partida da expedição de Vasco da Gama para o descobrimento da Índia, em 1498.

É uma festa verdadeiramente nacional, que mais vem justificar a comemoração, aqui levantada para 1894, ao iniciador de todos os nossos descobrimentos, ao patriota exímio, ao crente fervoroso, até hoje olvidado, o infante D. Henrique.»

*

Foi, enfim, paga uma parte da grande dívida que, cerca de quatro séculos e meio, esteve em aberto, para com a memória desse grande génio, que tanto iluminou no antigo *Promontorium Sacrum*.⁷²

E ao Porto, a cidade da Virgem, a cidade invicta, e à cidade de Angra do Heroísmo, na Ilha de Jesus Cristo, a muito nobre, leal e sempre constante cidade, coube a glória de mais alevantadamente concorrerem para o pagamento de uma dívida sacratíssima.

Coincidência notável! Em todas as ocasiões mais angustiosas para a pátria portuguesa viram-se sempre as cidades do Porto e Angra do Heroísmo, colocar-se na vanguarda, ocupando os pontos mais arriscados e perigosos. Nas ocasiões festivas, na consagração à memória dos seus filhos mais notáveis, não abandonaram nunca o seu posto.

É que, se nas bandeiras dos seus municípios existe, como recompensa dos seus feitos, a condecoração da grã-cruz da antiga e muito nobre Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito,⁷³ únicos municípios que possuem tão subida honra, os filhos destas duas cidades heroicas, zelosos das suas tradições de glória, sabem cumprir com os seus deveres cívicos.

Foi, enfim, paga uma parte da grande dívida, repetimos, àquele que fora dilatando a fé e o império e teve a ventura de ver coroados brilhantemente todos os seus esforços, e fadigas, todos os anseios da sua alma de fogo pelo amor da ciência, engrandecimento da pátria e propagação da fé.

Ferdinand Denis,⁷⁴ escrevendo com referência ao ínclito infante, e relativo ao lugar por ele escolhido, o promontório de Sagres, diz:

«Era neste sítio, que o grande infante vinha entregar-se às suas meditações. Sem dúvida era neste pequeno eremitério, construído sobre três picos avançados, e entre os quais rola o mar as suas vagas, que vinha rezar por aqueles que enviava a sondarem o grande mistério.

E depois, um dia, em que talvez dessa humilde capela passeava o seu olhar pela imensa extensão das vagas, uma caravela mostra ao longe a sua vela branca. É a de Gil Eanes.⁷⁵ Está dobrado o cabo misterioso, ultrapassado o limite. O desejo do infante pode ir mais longe; entrevê a verdade. É agora, que se pode dizer, com um escritor cheio de eloquência, que não podendo alargar o território da sua pátria, lhe outorgou o Oceano. Mais de um escritor nos disse também quantas vigílias lhe custou o atingir esse fim, quantos esforços lhe foi necessário renovar, para fazer passar assim para o domínio da realidade uma teoria confusa, que se baseava apenas em narrativas mentirosas, ou nos escritos dos antigos geógrafos práticos, tais como Jácome de Maiorca,⁷⁶ que mandou vir a Sagres no ano de 1438.»

Estava, pois, dobrado por Gil Eanes o cabo Bojador, em 1434, e quebrado o encanto, desvendado o mistério, que pavorosamente amedrontava a todos, e assim aberto o caminho para as descobertas feitas ao longo da costa africana, ainda em vida do infante, até à Serra Leoa, ponto mais avançado a que teve a glória de chegar o arrojado ilhéu madeirense, Álvaro Fernandes [da Câmara].

Além a costa de África, aqui no meio do Atlântico, os Açores, [foram] posto avançado, *foco de irradiação* para as descobertas marítimas do novo mundo.

Assim, fecharemos este capítulo, com as palavras do eminente Cardeal Saraiva:⁷⁷

«Não se poderá jamais negar que todas as viagens procedidas do descobrimento de uma boa parte de África, e das Índias oriental e ocidental, e todas as que delas se derivarem até ao fim dos séculos, bem como os progressos da geografia, das ciências, e das artes, e enfim o

estado atual da civilização Europeia, se deve em grande parte ao génio deste príncipe e à sua infatigável diligência e constância».

-
- 1 As «*dadas de terrenos*», ou seja a entrega de terras para desbravamento em regime de sesmaria, eram regulamentadas por um regimento de povoamento, conhecido da historiografia açoriana por «*Regimento Antigo*» ou «*Regimento de D. Beatriz*», que fixava os preceitos da apropriação do território, esclarecendo nomeadamente por quem e como devia ser distribuída a terra, quem fiscalizava o processo, bem como que parcelas deviam permanecer no domínio público dos povos, entre elas aquelas reservadas para a abertura de caminhos (cf.: «Regimen Primitivo da Propriedade nos Açores», in *Arquivo dos Açores*, vol. XII, pp. 385, 390, 392, 398 e 399; Antonieta Reis Leite, «Os caminhos da construção do território dos Açores nos séculos XV e XVI» in Lúcia Rosas (editora), *Genius Loci: Lugares e significados*, vol. 2, pp. 599-610, CITCEM, Porto, 2017; Jorge Forjaz, «Cartas de «Dadas» do século XV na Ilha Terceira», in: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLI (1983), pp. 825-834).
 - 2 O cabo que simbolicamente marcava o extremo sul da África, na fronteira entre os oceanos Atlântico e Índico. O rei D. João II mudou-lhe o nome para Cabo da Boa Esperança, hoje frequentemente referido simplesmente por o Cabo.
 - 3 Proposição (canto I, 1) de *Os Lusíadas* de Luís de Camões.
 - 4 *Os Lusíadas*, canto I, 10.
 - 5 Referência ao Cabo Não, até ao século XV considerado intransponível pelos navegadores europeus e árabes, o «*non plus ultra*», fama que originou o seu nome.
 - 6 A primeira pedra foi lançada nos seus alicerces em cerimónia realizada no dia 2 de outubro de 1855, integrada nos festejos da aclamação de D. Pedro V. Construído à semelhança do Ginásio de Lisboa, na construção só se empregaram «*moldes e artistas da ilha*». A abertura solene ocorreu no dia 22 de novembro de 1860. O edifício passou já por duas grandes remodelações, uma em 1926, com projeto de Eduardo Gomes da Silva (1876 — 1955), que lhe deu o aspeto atual, e outra, na década de 1980, na sequência do terramoto de 1 de janeiro de 1980, sem alteração da arquitetura.
 - 7 Alfredo da Silva Sampaio (Angra do Heroísmo, 19 de setembro de 1862 — Angra do Heroísmo, 21 de novembro de 1918), médico e naturalista, notabilizou-se pela publicação em 1904 da obra *Memória sobre a Ilha Terceira*, uma vasta monografia sobre a história natural, geologia, geografia e história da ilha Terceira. Faleceu vítima da «*pneumónica*», a grande pandemia gripal de 1918-1920.
 - 8 Manuel António Lino Júnior (Angra do Heroísmo, 4 de janeiro de 1865 — Angra do Heroísmo, 15 de junho de 1927), médico, professor liceal e político. Entre outras funções de relevo, foi governador civil do Distrito da Horta. Foi poeta e dramaturgo de nomeada, distinguindo-se também na música e na floricultura e jardinagem. Solteiro, bacharel em Medicina (Universidade de Coimbra), médico de clínica geral, especialmente dedicado à oftalmologia. Médico municipal do concelho de Angra (1896-1900), delegado de saúde do Distrito de Angra (1900-1919), Guarda-Mor de Saúde (1919-1926) e Inspetor de Saúde até falecer. Foi ainda professor de Química e Ciências Naturais do Liceu Nacional de Angra do Heroísmo. Foi presidente da Comissão Distrital Executiva do Partido Regenerador Liberal, de João Franco, eleita em Angra a 2 de março de 1904 e composta também pelo Dr. Alfredo da Silva Sampaio, conselheiro José Pereira da Cunha, José Narciso Parreira Fagundes, António da Silva Baptista e Eugénio da Silva Camacho. Governador civil da Horta (12 de junho de 1906 a 15 de setembro de 1906). Fundou em 1895 a «*Estudantina Angrense*», cuja orquestra reunia os melhores elementos musicais de então, sendo ele próprio exímio executante de bandolim. Publicou a opereta em 1 acto, prólogo e 3 atos intitulada *Rosas e Crisântemos* (Angra, Tipografia Sousa & Andrade, 1913, 35 p.), que constituiu um dos maiores êxitos do teatro musicado do seu tempo, levado à cena em diversas temporadas no Teatro Angrense. É também autor de *Luz Bendita: drama em verso*, inspirado no conto homónimo de Guy de Maupassant (Angra, ed. do autor, 1916, 104 p.), representada no Teatro Angrense pela Companhia de Carlos de Oliveira a 27 de março de 1920. Na revista micalense «*Os Açores*», 1928, publicou ainda os 1.º e 2.º atos da peça *Os Ratos*, desconhecendo-se atualmente onde se encontra o resto da peça, cuja publicação se interrompeu por a revista ter deixado de se publicar. A sua intensa atividade de animador teatral, levou-o ainda a traduzir muitas outras peças, que não editou e que corriam em forma manuscrita. A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo deliberou homenageá-lo, mandando colocar um busto de mármore no Jardim Duque da Terceira, da autoria do mestre canteiro da Ribeirinha, Francisco Matias, o qual foi inaugurado a 16 de outubro de 1949 com a seguinte legenda: «*Dr. Lino / 1865-1927 / Cultivou / As flores / As Letras / A Música*» (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, pp. 426-427; Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral, «O Dr. Manuel António Lino Médico-Poeta-Artista», in: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XVII (1959), pp. 166-190).
 - 9 Francisco de Paula Moniz Barreto (Angra do Heroísmo, 16 de abril de 1858 — Angra do Heroísmo, 25 de fevereiro de 1915), jornalista e amador dramático e musical. Oficial da secretaria do Governo Civil de Angra, desenvolveu variadas atividades culturais na cidade de Angra. Como cantor interpretava números líricos de compositores italianos, participando em vários espetáculos e capelas. Foi executante de clarinete nas filarmónicas Triunfo e Popular Angrense e no início do século XX dirigia um grupo de teatro com o seu nome. Distinguiu-se como jornalista nas redações de «*O Artista*», a «*Voz do Artista*» e «*O Imparcial*», mas é sobretudo como amador teatral que a sociedade angrense muito lhe deve. Foi presidente da direção da Recreio dos Artistas durante muitos anos, enquanto ensaiava e animava o seu grupo teatral, que acabou por se autonomizar sob a designação «*Sociedade Dramática de Beneficência Moniz Barreto*», com o objetivo de realizar espetáculos por toda a ilha a favor de instituições ou pessoas necessitadas. Militou no Partido Regenerador de 1878 a 1897 e

em 1890 liderou o grupo de protesto conta o *ultimatum* inglês, organizando um espetáculo no Teatro Angrense onde ele próprio cantou, pela primeira vez na Terceira, «A Portuguesa» que acabava de ser composta por Alfredo Keil. Em 1905, a Recreio dos Artistas promoveu uma homenagem ao seu presidente, descerrando um retrato no salão nobre. Era uma personalidade que, no dizer de Vieira Mendes, «a sociedade muito considerava pela sua ilustração, generoso e íntegro carácter. O seu único defeito foi talvez a sua excessiva bondade, extrema benevolência, que o impelia a contínuos atos de beneficência geralmente conhecidos só de quem os recebia» (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, pp. 248-249).

- 10 Teotónio Simão Paim de Ornelas Bruges (Angra do Heroísmo, 22 de setembro de 1841 — Angra do Heroísmo, 27 de agosto de 1936), filho do homónimo 1.º conde da Vila da Praia da Vitória, foi advogado, funcionário público, político e intelectual. Bacharel em Filosofia e Letras pela Universidade Livre de Bruxelas, por diploma de 12 de dezembro de 1862, foi, entre outras funções, presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, deputado às Cortes e governador civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo. Deixou obra publicada.
- 11 José da Fonseca Abreu Castelo-Branco (Pala (Pinhel), 11 de outubro de 1829 — Angra do Heroísmo (Santa Luzia), 13 de junho de 1901), presbítero católico e político, professor do Seminário Episcopal de Angra (veio provido num canonicato da Sé de Angra com o ónus de ensino no Seminário) e deão da Sé Catedral. Foi deputado em várias legislaturas e um dos líderes do movimento autonómico no Distrito de Angra do Heroísmo. Foi líder do Partido Progressista na Terceira e um destacado membro da Maçonaria, pertencendo à Loja 1.º de Dezembro de 1640 que funcionou em Angra entre 1861 e 1883 (cf.: António Lopes, *A Maçonaria Portuguesa e os Açores - 1792-1935*, p. 352).
- 12 José Bettencourt Cardoso (Lajes do Pico, c. 1834 — Angra do Heroísmo (Sé), 5 de fevereiro de 1907), presbítero, pároco na Graciosa, no Cabo da Praia e nas Doze Ribeiras, depois beneficiado da Colegiada do Santíssimo Salvador da Sé de Angra. Republicano evolucionista, distinguiu-se como jornalista e editor do semanário angrense *A Evolução*, fundado em 1884. Integrou a Comissão Autnómica do Distrito de Angra do Heroísmo, formada em 1894, e foi um dos redatores do relatório apresentado por aquela comissão.
- 13 Luís da Costa (Angra do Heroísmo, 9 de maio de 1866 — Angra do Heroísmo, 31 de outubro de 1924), escrivão do Juízo de Direito da Comarca da Horta e notário na Comarca de Angra do Heroísmo. Foi dirigente local do Partido Regenerador e diretor político do semanário *A Terceira*, órgão daquele partido. Foi governador civil substituto do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo (1913-1914) e destacado intelectual (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, p. 567).
- 14 António Maria Ferreira (Sertã (São Pedro), 19 de novembro de 1851 — Angra do Heroísmo, 3 de maio de 1912), de pais incógnitos, foi exposto na roda municipal da Sertã, adotando o apelido da família de acolhimento. Veio para os Açores, com 21 anos de idade, como «familiar» do bispo D. João Maria Pereira de Amaral e Pimentel, de quem foi um dos testamenteiros, completando os seus estudos no Seminário de Angra. Foi cônego, monsenhor e vigário capitular da Sé de Angra. Editor e colaborador de diversos jornais católicos, fundou e dirigiu os semanários *O Catholico* (1876-1886) e *O Peregrino de Lourdes*, que em sua vida (1908) acabou por conveniência da fundação do diário angrense *Correio dos Açores*. Governou a diocese durante o período conturbado que se seguiu à publicação das leis de separação do Estado e da Igreja na sequência da implantação do regime republicano em Portugal (cf.: José Augusto Pereira, *Um dos nossos mestres, Monsenhor Cônego António Maria Ferreira*. Angra do Heroísmo, 1933). Publicou *Perfumes de Lourdes* e *Recordações da minha Peregrinação a Roma e a Lourdes*. Como governador do bispado publicou vários documentos no *Boletim Eclesiástico dos Açores* (cf.: José Augusto Pereira, *Padres açorianos. Bispos. Publicistas. Religiosos*, pp. 53-54. Angra do Heroísmo, União Gráfica Angrense, 1939).
- 15 Jacob Abohbot (Angra do Heroísmo, 20 de junho de 1840 — Angra do Heroísmo, 25 de março de 1916), comerciante e jornalista, foi um dos membros da comunidade hebraica que melhor se integrou na vida social angrense. Educado na Inglaterra, poliglota e com sólida cultura, empenhou-se na luta política, defendendo os ideais republicanos como redator do jornal *A Evolução* (1884), de que era proprietário o padre José Bettencourt Cardoso, órgão do Partido Republicano na Terceira. Casou com D. Rosa Borges Leal Quintanilha e foram os pais de outro judeu notável no meio artístico angrense, Abraão Abohbot, autor, entre várias obras de pintura e arquitetura, dos vitrais que se encontram a meio da escadaria dos Paços do Concelho de Angra e do retrato do bispo de Angra D. Francisco José Ribeiro Vieira e Brito. Pedro de Merelim traça uma boa biografia de Jacob Abohbot no seu livro *Os Hebraicos na Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, 1995, 2.ª edição, pp. 100-111.
- 16 António Miguel da Silveira Moniz (Ribeira Seca (Calheta de São Jorge), 4 de fevereiro de 1857 — Lisboa, 27 de fevereiro de 1932), funcionário público e jornalista ligado ao Partido Regenerador. Viveu alguns anos em Angra do Heroísmo onde fundou e dirigiu *A Gazeta de Notícias* (1885-1902). Fixou-se em Lisboa, onde foi funcionário da administração do porto de Lisboa. Colaborou regularmente na imprensa, em especial no *Portugal, Madeira e Açores*. Publicou alguns textos em prosa e adaptou peças francesas para teatro. Foi um dos fundadores do Grémio dos Açores em Lisboa.
- 17 Manuel Basílio Coelho Borges Rocha (Angra do Heroísmo, 14 de junho de 1846 — Angra do Heroísmo (Sé), 15 de julho de 1894), advogado de provisão em Angra e Praia, tesoureiro e vereador da Câmara Municipal de Angra e depois administrador do concelho, vogal da Junta Geral e comissário de polícia interino. Era agente consular dos Estados Pontifícios na ilha Terceira, por carta do vice-cônsul nos Açores de 12 de maio de 1868, confirmada pelo cônsul-geral em Lisboa e por carta régia de 3 e 14 de agosto do mesmo ano. Publicou O Boletim Judicial e colaborou em vários jornais. Por ocasião da sua morte, «O Angrense», órgão do Partido Progressista, de cuja comissão executiva fazia parte, publicou, em primeira página um longo artigo necrológico onde se afirma: «Educado com esmero por seus illustres progenitores, soube sempre patentear o resultado da sua aplicação, mostrando no desempenho de diversos cargos, tanto de eleição popular como de confiança política, os recursos da sua esclarecida inteligência. Ultimamente exercia a nobre profissão d'advogado de provisão nos auditorios das comarcas d'Angra do Heroísmo e Praia da Victoria. Creado nos salutareis princípios da religião do Crucificado, foi sempre um catholico fervoroso, dando prova cabal dos seus elevados sentimentos religiosos ao

conhecer que se lhe avisinhava a implacável morte, pois que, antes de partir d'este desterro da vida, recebeu a seu pedido com toda a resignação os sacramentos da Santa Igreja». Tinha casa na Rua de Jesus e era proprietário da Quinta da Nossa Senhora das Almas, na canada do mesmo nome, em São Carlos, que herdou de sua avó paterna. Era também proprietário do «Estabelecimento de Trens de Aluguer», na Rua da Palha e agente da Companhia de Seguros Bonança (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, p. 288).

- 18 Cândido Forjaz Pacheco de Melo (Angra do Heroísmo, 5 de maio de 1863 — Lisboa, 25 de abril de 1922), de seu nome completo Cândido de Meneses Pacheco de Melo Forjaz de Lacerda, filho do visconde de Nossa Senhora das Mercês, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, auditor administrativo e agente consular da Itália. Foi diretor político e redator principal do jornal *O Angrense*, órgão do Partido Progressista na Terceira. Foi governador civil substituto do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo e um influente político local nos anos finais da Monarquia Constitucional.
- 19 Manuel Vieira Mendes da Silva (Angra do Heroísmo, 28 de setembro de 1862 — Angra do Heroísmo, 14 de outubro de 1922), mais conhecido por Vieira Mendes, comerciante, editor e jornalista católico, fundador e primeiro diretor do jornal angrense *A União*. Estudou no Liceu e no Seminário de Angra e, como barítono, foi durante alguns anos capelão-cantor da Sé Catedral. Em 1882 vivia em Torres Vedras, onde era professor particular do ensino primário. Depois regressou à Terceira, onde, a 10 de janeiro de 1891, fundou o semanário «*Cartão de Visita*» e a 3 de dezembro de 1893 fundou o diário «*A União*», de que foi diretor até falecer. Participou em inúmeras campanhas de solidariedade a favor dos mais desfavorecidos, abrindo continuamente as colunas do seu jornal a recolhas de donativos. O seu prestígio bem se refletiu nos muitos artigos dedicados à sua memória publicados não só no seu jornal, mas também em quase todos os jornais dos Açores. Tinha um escritório de comissões e consignações e era agente em Angra da companhia de navegação «*Fabre Line*». Depois da sua morte, a viúva, a filha, o genro e o sobrinho António Hermínio Correia de Melo (que lhe sucedeu na direção de «*A União*»), reformularam a sociedade, sob a denominação «*Vieira Mendes & C.ª Ld.ª*», mantendo os mesmos objetivos do pacto social inicial (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, pp. 88-89; João Maria Mendes, «Histórias familiares e comerciais de uma casa da rua da Sé e outras curiosidades», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LXXVII (2019), pp. 297-364).
- 20 «*O Angrense*» foi um periódico publicado em Angra do Heroísmo entre 23 de setembro de 1836 e 16 de setembro de 1910. Com uma existência de 74 anos, constituiu-se num dos mais longevos do arquipélago e do país. Apresentava um cariz fortemente político e ideológico, afirmando-se como «*a folha do Partido Progressista Terceirense*». À época do encerramento da sua publicação, era seu proprietário e diretor Teotónio Simão Paim de Ornelas Bruges, sendo composto e impresso na Tipografia Sousa & Andrade. Com publicação irregular nos últimos anos da sua existência, encerrou com o n.º 3:128, de 16 de setembro de 1910.
- 21 O *Açoriano Oriental* teve a sua primeira edição a 18 de abril de 1835, sendo editor José Maria da Câmara Vasconcelos, seguindo-se-lhe seu irmão Manuel António de Vasconcelos, uma personalidade em que se conjugava o político e o jornalista. Era um vigoroso defensor dos princípios liberais e a fundação do jornal inscrevia-se nas lutas políticas que se travavam ao tempo. O jornal manteve-se sempre em publicação como semanário até que a 1 de janeiro de 1979 passou a diário. Foi-lhe concedido em 1989 o título de membro honorário da Ordem do Infante D. Henrique.
- 22 «Centenário do Infante D. Henrique» em *O Angrense*, n.º 2:548, de 8 março 1894.
- 23 O Seminário Episcopal de Angra teve inauguração solene a 9 de novembro de 1862 nas instalações do extinto Convento de São Francisco de Angra. Nesse dia teve lugar uma grande festa em honra de Nossa Senhora da Guia, titular do antigo convento, à qual assistiu o bispo diocesano e muito clero da ilha. Apesar dessa abertura solene, só em 1864, depois de dois anos de obras no edifício, o Seminário recebeu os seus primeiros alunos internos. A criação de um seminário nos Açores era desiderato antigo, pois já em 1788, o bispo D. Frei José da Avé-Maria Leite da Costa e Silva, havia proposto criar um seminário no Colégio de Angra dos expulsos Jesuítas, mas nada se fez, pois, a proposta foi rejeitada pelo governo. A ideia de criar um seminário nos Açores manteve-se uma preocupação central dos prelados, de tal forma que o bispo D. José Pegado de Azevedo (1802—1812) deixou em testamento a sua biblioteca ao seu sucessor, até que «*houvesse em Angra um seminário*». O avanço decisivo aconteceu quando nas bulas de confirmação de D. Frei Estêvão de Jesus Maria para bispo de Angra, o papa Leão XII manifestou o desejo de que o novo bispo fundasse um seminário, conforme prescrevera o Concílio Tridentino. Foi aproveitando aquele mandato explícito e as condições favoráveis criadas pela Regeneração que em 1862, passados 328 anos da fundação da Diocese, e quase 300 após aquele Concílio, começou a funcionar um seminário nos Açores. Durante anos foi a única instituição de formação pós-secundária existente no arquipélago, tendo, dadas as dificuldades de acesso à rede liceal, assumido até à década de 1970 um papel central na formação da intelectualidade e da classe dirigente açoriana (cf.: José Augusto Pereira, *O Seminário de Angra – Esboço Histórico*, in: *Obras*, vol. I, pp. 467-509. I.H.I.T., Angra do Heroísmo, 2020).
- 24 «*Ecce sacerdos magnus*» é uma antífona e responsório tradicionalmente entoada na entrada solene de um bispo. A primeira estrofe diz «*Ecce sacerdos magnus, qui in diebus suis, placuit Deo*», que pode ser traduzido por «*Eis o grande sacerdote que nos seus dias agradou a Deus*». Esta antífona foi musicada, entre outros, por Anton Bruckner e Edward Elgar.
- 25 D. João Paulino de Azevedo e Castro (Lajes do Pico, 4 de fevereiro de 1852 — Macau, 17 de fevereiro de 1918), 19.º bispo de Macau, diocese que governou entre 1902 e 1918. Interessou-se pelas questões jurídicas e espirituais do Padroado Português no Extremo Oriente e publicou uma vasta obra pastoral, incluindo numerosas provisões e escritos de natureza doutrinal. Formou-se em Teologia na Universidade de Coimbra, em julho de 1879. Foi professor e vice-reitor do Seminário Episcopal de Angra desde 1888, data em que foi nomeado cônego da Sé de Angra. Foi depois elevado à dignidade de tesoureiro-mor e, em 1901, à de arcebispo, lugar de que ainda não havia tomado posse quando foi proposto bispo de Macau, nomeação que foi confirmada pela Santa Sé a 9 de junho de 1902. Foi sagrado Bispo na igreja de Nossa Senhora da Guia do convento de São Francisco, então anexa ao Seminário, a 27 de dezembro de 1902 (cf.: José Augusto Pereira, *Padres açorianos. Bispos*.

- 26 Francisco Pereira Henriques de Oliveira (—), sacerdote da Companhia de Jesus que integrou o grupo que ficaria conhecido localmente por os «*Padres da Graça*», dado que em nome do padre João Bento Justino, S.J., em 1895 foi comprado o edifício do extinto Convento da Graça, que passou a denominar-se «Casa da Graça», onde se instalaram. Estes jesuítas, formalmente ao serviço da associação religiosa *Fé e Pátria*, dada a proscricção da Companhia de Jesus, tinham vindo para Angra em 1894, a convite do bispo, com o fim de dirigirem os exercícios espirituais do clero. Dedicavam-se à pregação pelas igrejas da Terceira e assumiram a direcção espiritual do Seminário, mas tinham como objetivo, nunca concretizado, a criação de um colégio na Graça (cf.: Frederico Lopes (João Ilhéu), «Da Praça às Covas : Memórias de uma velha rua», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XXIII-XXIV (1965-1966), p. 264). Com o padre Francisco Pereira, estiveram em Angra o referido padre João Bento Justino, o padre Villas-Boas, o Padre Moura e o padre Bernardino Araújo. No ano de 1901, quando naquela casa já só residia este último e o padre Pereira, os jesuítas da Casa da Graça foram vítimas de uma feroz campanha contra a sua permanência na cidade de Angra, ao ponto de serem levados para o Castelo sob prisão e embarcados em 17 de abril de 1901, de noite e pelo cais do Fanal, no navio «*Açor*», com destino a Lisboa. O semanário católico *O Peregrino de Lourdes*, na sua edição de 3 de abril de 1897 (n.º 454) tece um grande elogio aos dotes oratórios do padre Francisco Pereira, sendo nesse mesmo periódico apontado como pregador o referido padre João Bento Justino. Com o padre Bernardino Araújo, foi quem ministrou a iniciação cristã a Gungunhana e aos seus companheiros de exílio para serem batizados (cf.: José Augusto Pereira, *A Expulsão dos Padres da Graça*, in: *Obras*, vol. I, pp. 332-339. IHIT, Angra do Heroísmo, 2022).
- 27 O papa Leão XIII, nascido Vincenzo Gioacchino Raffaele Luigi Pecci-Prosperi-Buzzi (Carpineto Romano, 2 de março de 1810 — Roma, 20 de julho de 1903), foi papa de 20 de fevereiro de 1878 até falecer. Foi solenemente entronizado a 3 de março de 1878. A sua encíclica *Rerum Novarum*, sobre a condição dos operários, de 15 de maio de 1891, marcou de forma indelével o início da doutrina social da Igreja Católica Romana.
- 28 Alexandre Bento de Meireles de Távora do Canto e Castro (Angra do Heroísmo, 10 de março de 1827 — Lisboa, 11 de novembro de 1896), mais conhecido por Alexandre Meireles do Canto e Castro, magistrado judicial, jornalista e escritor que se distinguiu como juiz na administração colonial portuguesa. Fez os seus primeiros estudos em Paris, onde a família esteve exilada. Regressou com os pais à ilha Terceira, onde assentou praça no Regimento de Infantaria n.º 5, onde se conservou 10 meses. Em 1847 bateu-se no combate do Alto do Viso. Matriculou-se em 1849 na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, de onde transitou para a de Direito, cujo curso concluiu em 1854. Doutorou-se em 1858, e regeu temporariamente uma cadeira de Direito. No concurso para delegado do Procurador Régio e Fazenda, obteve a primeira classificação, sendo então despatchado para Timor por carta régia de 2 de junho de 1864, onde a sua ação se fez sentir de forma bastante notável. Em 1866 foi transferido para Macau, e no ano seguinte foi nomeado juiz de direito para a comarca de Quelimane, de onde passou para a de Luanda, e desta para a de Benguela e Moçâmedes. Em 1872 foi nomeado procurador da Coroa e Fazenda junto à Relação de Luanda, cargo que deixou, para passar a exercer o de juiz da 1.ª vara na mesma comarca. Regressado ao reino, exerceu a magistratura nas comarcas da Póvoa do Varzim, Idanha-a-Nova e Mangualde, partindo em 1880 para a Índia, a fim de desempenhar o lugar de juiz da Relação de Goa. Em 1895 foi colocado no Tribunal da Relação de Lisboa. Colaborou em vários jornais e revistas, e escreveu várias obras de carácter biográfico (cf.: H. Carvalho, «O Dr. Alexandre Meyrelles de Távora do Canto e Castro (juiz da Relação de Goa)», in *As Colónias Portuguesas*, Lisboa, 1 de setembro de 1883, pp. 98-99); *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 753).
- 29 O Regimento de Caçadores n.º 10 teve origem no Batalhão de Caçadores n.º 10, criado em consequência da reorganização do Exército de 1863-1864 e preparado no Castelo de São Jorge, em Lisboa, escolhendo prioritariamente oficiais e praças naturais da ilha Terceira ou de outras ilhas dos Açores. Transportado pela corveta *Estefânia*, desembarcou em Angra a 18 de agosto de 1864, ficando aquartelado no Castelo de São João Baptista. Com a reorganização do Exército de 1884, foi aquele batalhão transformado no Regimento de Caçadores n.º 10, o qual daria origem em 1899, com a reorganização do Exército daquele ano e a consequente recriação do Comando Militar dos Açores com sede em Angra do Heroísmo, ao Regimento de Infantaria n.º 25 (cf.: José Manuel Salgado Martins, *Regimento de Guarnição n.º 1: Uma herança gloriosa*, pp. 45-49. Estado Maior do Exército, Lisboa, 2017).
- 30 D. Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito (Rendufinho, Póvoa de Lanhoso, 6 de junho de 1850 — Póvoa de Lanhoso, 12 de julho de 1935) foi o 30.º bispo da Diocese de Angra e depois o 74.º bispo de Lamego. A 13 de Janeiro de 1892 foi apresentado bispo de Angra, confirmado a 5 de março imediato e sagrado a 27 daquele mesmo mês e ano. Tomou posse, pessoalmente, da sua Diocese a 11 de abril de 1892, dia em que fez a sua entrada solene na cidade de Angra do Heroísmo. Governou a Diocese de Angra até princípios de 1902, tendo como bispo de Angra recebido a visita régia de 1901.
- 31 José Pedro Soares (Ribeira Grande, 29 de março de 1842 — Angra do Heroísmo, 5 de agosto de 1916), mestre da capela da Sé de 1879 até 1902 e cônego a partir de 1915. Depois de estudar no Liceu de Ponta Delgada, veio para Angra como «familiar» do bispo D. Frei Estêvão de Jesus Maria, onde frequentou o Seminário e foi ordenado presbítero em 1868. Além de músico, foi professor de Filosofia, Latim, História e Português no Liceu de Angra do Heroísmo, e entre 1891 e 1910 professor de Literatura, Retórica e Moral no Seminário Episcopal. Por longos anos foi capelão, confessor e síndico do Recolhimento das Mónicas, tesoureiro da Irmandade de São Pedro *Ad Vincula* da Sé e emissário da Venerável Ordem Terceira e da Confraria de Nossa Senhora das Dores, ambas eretas na igreja de Nossa Senhora da Guia do Convento de São Francisco. Foi tio do coronel José Pedro Soares, presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.
- 32 João António das Neves Júnior (Praia da Vitória, 3 de março de 1846 — Angra do Heroísmo, 23 de abril de 1929), advogado de provisão na Praia da Vitória e em Angra do Heroísmo, notabilizou-se como compositor. Militante do Partido Regenerador, foi presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória (1878-1882 e 1883-1886), a que presidia aquando da inauguração da praça do mercado e do jardim público da então vila. Foi subdelegado do Procurador Régio, e posteriormente da República, em Angra do Heroísmo, cidade onde também

fez parte da vereação municipal. Ligado à música, foi organista e mestre de capela da matriz da Praia, regeu a Filarmónica Praiense e deixou algumas composições da sua autoria, tendo um seu *Tantum Ergo* sido premiado com uma medalha na exposição realizada em 1901 em Ponta Delgada, por ocasião da visita régia. Interessou-se pelo teatro, dirigindo um grupo de amadores.

- 33 Alexandre Ferreira (Lisboa, 29 de abril de 1842 — Lisboa, 1 de junho de 1906), violinista, diretor de orquestra e compositor. Após ter iniciado uma carreira nos teatros de Lisboa, em 1868 foi contratado como diretor musical do Teatro Micaelense. Em 1871, a convite de D. Frei Estêvão de Jesus Maria, bispo de Angra, mudou-se para Angra onde assumiu a direção musical da Sé Catedral. Permaneceu em Angra até 1874, ano em que foi contratado para integrar o grupo lírico itinerante de que era empresário o violoncelista Cesare Casella (cf.: Necrologia in *A Arte Musical*, ano VIII, n.º 179, de 15 de junho de 1906, pp. 138-139).
- 34 Seria o *Te Deum Laudamus* a 4 vozes de António José Soares (1783-1865).
- 35 Escrito pelo rei D. Pedro IV, o *Hino da Carta* foi o hino nacional de Portugal entre maio de 1834 e outubro de 1910.
- 36 Maria Alves Lemos Drummond (—), pianista amadora que em 1894 atuou no Teatro Angrense nas comemorações henriquinas daquele ano.
- 37 Luís Carlos de Menezes Meireles Pamplona (Angra do Heroísmo, 27 de setembro de 1885 — Belas, Sintra, outubro de 1969), militar do Exército. Assentou praça como voluntário a 23 de julho de 1904 e fez o curso de Infantaria da Escola do Exército. Promovido a alferes a 15 de novembro de 1909 e a tenente a 1 de dezembro de 1913, passou à reserva como capitão a 29 de dezembro de 1923. Em 1908 perdeu a vista esquerda em consequência de um acidente sofrido na fundição de canhões. Não obstante essa deficiência, foi integrado no Corpo Expedicionário Português e partiu para França a 15 de junho de 1918 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, p. 383).
- 38 Gabriel Paula das Neves (Praia da Vitória, 3 de dezembro de 1874 — Porto Martins, 30 de novembro de 1948), diplomado com o curso de Canto e Piano do Real Conservatório de Lisboa, vereador da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, notabilizou-se como músico e dirigente de banda (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 433).
- 39 Estela Ribeiro Gil (Angra do Heroísmo, 17 de outubro de 1877 —), filha do escritor graciosense António Gil (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IX, pp. 91-92).
- 40 *Luisa Miller* é uma ópera em três atos de Giuseppe Verdi com libreto em italiano de Salvatore Cammarano, baseado na peça de teatro *Kabale und Liebe* de Friedrich von Schiller. A estreia ocorreu no Teatro San Carlo de Nápoles, em 8 de dezembro de 1849.
- 41 Referência aos irmãos Charles Billema e Raphaël Billema, franceses, compositores de fantasias e transcrições de árias de óperas célebres destinadas a pequenas orquestras e grupos amadores.
- 42 Maria Inocência de Araújo Barbosa (—), em 1894 era uma jovem pianista amadora. Com a sua irmã Beatriz Adelaide, atuou no Teatro Angrense nas comemorações henriquinas daquele ano.
- 43 Beatriz Adelaide de Araújo Barbosa (—), em 1894 era uma jovem pianista amadora. Com a sua irmã Maria Inocência, atuou no Teatro Angrense nas comemorações henriquinas daquele ano.
- 44 O termo «artista» é aqui utilizado, como era comum à época, na aceção de «artesão» ou, na linguagem atual, «operário».
- 45 Aires de Paula Bastos (Angra do Heroísmo (Sé), 1850 — Angra do Heroísmo, 14 de agosto de 1909), com o nome ao tempo grafado Ayres, alfaiate e depois empregado público (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, pp. 601).
- 46 Carlota Augusta de Sousa Pinto Campos (Sé, 4 de agosto de 1856 — Sé, 29 de maio de 1938), filha de Guilherme Martins Pinto, comerciante de ferragens e um dos principais acionistas fundadores da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo. Era a esposa do autor desta obra, Alfredo Luís Campos, com quem casara a 18 de dezembro de 1886 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 650).
- 47 Guilhermina Adelaide de Sousa Pinto (Sé, 22 de setembro de 1858 — Estados Unidos), filha de Guilherme Martins Pinto, comerciante de ferragens e um dos principais acionistas fundadores da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 650).
- 48 Luna Benarus (Angra do Heroísmo, 27 de setembro de 1871 — Lisboa, após 1964), filha do negociante angrense José Benarus e de sua mulher Estrela Bensabat. Faleceu em avançada idade (em 1964 ainda era viva, com 93 anos de idade e residente em Lisboa). Casou com Jaime Sabat Pinto. «*Prendada no sentido artístico, cultivou a pintura com esmero e foi uma das quatro damas da sociedade angrense escolhidas para interpretar Concordância por Ascher, ao piano, executado por oito mãos, no famoso concerto musical integrado no ciclo das festas comemorações henriquinas, realizadas em 1894 na capital terceirense*» (cf.: Pedro de Merelim, *Os Hebraicos na Ilha Terceira*, pp. 176-177).
- 49 José Augusto Rodrigues (—), era estudante em 1894.
- 50 Luís Carlos de Menezes Meireles Pamplona, atrás citado.
- 51 A igreja de Nossa Senhora da Guia, anexa ao Convento de São Francisco de Angra.
- 52 As origens do Liceu Nacional de Angra do Heroísmo, hoje Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade, remontam ao Decreto de 20 de setembro de 1844, emitido no contexto da reforma educativa de Costa Cabral. A 6 de agosto de 1846 foi nomeado como seu primeiro reitor o padre Jerónimo Emiliano de Andrade, Comissário

de Estudos no Distrito de Angra do Heroísmo, que recebeu o encargo de instalar a instituição. As primeiras instalações foram no extinto Convento de São Francisco, onde as aulas se iniciaram formalmente em outubro de 1851. A partir de 1864 instalou-se no mesmo edifício o Seminário Episcopal de Angra. Em 1900 as instalações do Liceu foram transferidas para o Palácio Bettencourt, tendo retornado às suas primitivas instalações em 1913, após a Implantação da República. Pelo Decreto n.º 15 805, de 31 de julho de 1928, o Liceu passou para a administração da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, e pelo Decreto n.º 17 968, de 15 de fevereiro de 1930, passou à categoria de Liceu Central, passando a ministrar o curso complementar. A transferência para as atuais instalações ocorreu a 9 de outubro de 1969. Inicialmente a instituição tinha cerca de 50 alunos, mantendo-se em torno da centena até meados do século XX. Na década de 1990 ultrapassou os 3000 alunos, reduzindo-se a partir de 2008, com a criação da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba, para cerca de 1000 alunos. Teve a designação de Liceu D. João de Castro entre 1911 e 1928, de Liceu Padre Jerónimo Emiliano de Andrade entre 1928 e 1948, de Liceu Nacional de Angra do Heroísmo entre 1948 e 1978, de Escola Secundária de Angra do Heroísmo entre 1978 e 1989 e, novamente, de Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade desde então. Com a criação do ensino preparatório em 1968, no seio da instituição foi criada a Escola Preparatória Ciprião de Figueiredo, hoje Escola Básica Integrada de Angra do Heroísmo, que até 1978 partilhava instalações e recursos. Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 80/78, de 27 de abril, que fundiu o sistema técnico-profissional com o liceal, a instituição incorporou em 1978 a extinta Escola Industrial e Comercial de Angra do Heroísmo, cujo edifício entre 1982 e 2007 funcionou como seu anexo (cf.: Leandro Ávila, *O Liceu Nacional de Angra do Heroísmo nas décadas finais da Monarquia (1880 a 1910). Percorso de uma instituição liceal insular*, Angra, I.H.I.T, 2018; Leandro Ávila, *O Liceu Angrense da Primeira República aos alvares do Estado Novo*, Angra, I.H.I.T, 2019).

- 53 Filarmónica Triunfo, de Angra do Heroísmo, de que era principal impulsionador Francisco de Paula Moniz Barreto.
- 54 O Real Corpo de Bombeiros Voluntário de Angra do Heroísmo fora fundado a 22 de março de 1882 sob a égide do governador civil Afonso de Castro. Para além de repetidamente louvado pela sua ação, chegou a ser considerado como das corporações mais bem equipadas do seu tempo. Contudo, extinguiu-se em abril de 1902, dando lugar ao Corpo de Bombeiros Voluntários Municipais, instituição que no dia 1 de março de 1922 deu origem à atual Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo. A extinção da associação ocorreu em consequência da detenção, pelo comissário de polícia, do seu comandante, Francisco Cardoso Gaspar, e de alguns dos seus bombeiros, num incidente ocorrido a 17 de abril de 1902, aquando de uma manifestação ocorrida no Alto das Covas no aniversário da expulsão dos padres jesuítas da Casa da Graça, que tivera lugar no ano anterior. Em protesto pela detenção do seu comandante, os bombeiros demitiram-se em massa, levando à extinção da corporação (cf.: Francisco Lourenço Valadão Júnior, *Evocando Figuras Terceirenses*, p. 33. Tipografia Angrense, 1964).
- 55 A Sociedade Filarmónica de Instrução e Recreio dos Artistas foi fundada a 16 de julho de 1877, na freguesia da Sé, onde ainda mantém a sua sede. Com intervenção na área musical, de instrução e de recreio, a sua ação foi-se diversificando em diferentes períodos desde a escola de música à educação primária, à tauromaquia, à ginástica, ao teatro, ao cinema e ao folclore, entre muitas outras atividades. A instituição é membro honorário da Ordem de Benemerência e pessoa coletiva de utilidade pública.
- 56 O periódico angrense *A União* editou-se pela primeira vez em 3 de dezembro de 1893, tendo como editor e proprietário Manuel Vieira Mendes da Silva, mantendo-se em publicação ininterrupta durante 119 anos, encerrando com a edição de 31 de dezembro de 2012. Nas suas últimas décadas de publicação foi órgão da Diocese de Angra.
- 57 A folha semanal *Districto d'Angra* publicou-se de 1890 a 1895, tendo como editor Augusto Pereira Serpa e como diretor Manuel Homem de Noronha.
- 58 Manuel Homem da Costa Noronha (Angra do Heroísmo, 13 de janeiro de 1828 — Angra do Heroísmo, 5 de novembro de 1897), mais conhecido por Manuel Homem de Noronha, filho do 1.º barão e 1.º visconde de Noronha, funcionário público e administrador de uma casa vincular, exerceu destacadas funções políticas ligado ao Partido Regenerador, de que foi dirigente distrital. Foi vice-presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, vogal da Junta Geral do distrito e presidente da respetiva comissão executiva. Foi deputado às Cortes, eleito nas listas do Partido Regenerador pelo círculo de Torres Novas (1865-1868) e governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo (1895-1896), nomeado pelo governo de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro. Na década de 1890 foi um dos principais defensores da autonomia dos Açores na ilha Terceira, tendo participação muito ativa na campanha autonómica daquela época. Foi membro da Comissão Autonómica do Distrito de Angra do Heroísmo e, nessa qualidade, um dos relatores do relatório que levaria à criação do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo pelo Decreto de 6 de outubro de 1898 (cf.: Decreto de 6 de outubro de 1898, «*applicando ao districto de Angra do Heroismo a organização administrativa, a que se refere o decreto de 2 de março de 1895*», in *Diário do Governo*, n.º 226, de 10 de outubro de 1898).
- 59 O semanário «*A Terceira*», periódico ligado ao Partido Regenerador, publicou-se em Angra nos anos de 1859 a 1909, tendo inicialmente como redator principal e proprietário André Francisco Meireles do Canto e Castro. A publicação cessou com o número 2:387, de 3 de outubro de 1910, sendo diretor Manuel Vieira da Silva e proprietário José Maria Brasil.
- 60 Nuno Tristão (c. 1390 — costa ocidental de África, c. 1446), navegador do século XV, explorador e mercador de escravos na costa ocidental africana. Liderou a primeira expedição portuguesa que atingiu o litoral da atual Guiné-Bissau, sendo um dos pioneiros da presença europeia na costa ocidental africana.
- 61 Bartolomeu Perestrelo (c. 1394 — Porto Santo, c. 1457), fidalgo de ascendência italiana, foi um dos primeiros povoadores do arquipélago da Madeira (c. 1420), juntamente com João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira.
- 62 João Gonçalves Zarco.
- 63 Bartolomeu Dias (c. 1450 — 29 de maio de 1500), navegador que se celebrou por ter liderado a primeiro

expedição europeia a navegar para além do extremo sul da África, contornando o Cabo da Boa Esperança, entrando no Índico a partir do Atlântico.

- 64 Vasco da Gama (Sines, 1469 — Cochim, 24 de dezembro de 1524), navegador que comandou, com o cargo de capitão-mor da frota, o primeiro grupo de navios que navegou da Europa à Índia. A armada, com 148 homens repartidos por quatro navios, zarpuou de Belém a 8 de julho de 1497, e atingiu as costas da Índia a 20 de maio de 1498. A viagem de regresso, iniciada a 29 de agosto de 1498, foi difícil, e apenas dois dos navios e 55 homens retornaram a Lisboa. A caravela *Bérrio*, a mais leve e rápida da frota, foi a primeira a chegar a Lisboa, onde aportou a 10 de julho de 1499, com a nau *São Gabriel* a entrar naquele porto já no mês de agosto. Vasco da Gama, a bordo de uma caravela que fretara em Santiago de Cabo Verde, chegou a Lisboa em 29 de agosto de 1499, após uma estadia em Angra, onde teve de sepultar o irmão mais velho, Paulo da Gama, que adoecera e acabara por falecer (cf.: Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, parte I, pp. 97-98. Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926). Paulo da Gama foi sepultado «*numa cova rasa, sobre a qual se impôs uma pedra mármore com o seu nome; esta sepultura fica no alpendre da sacristia da capela de Nossa Senhora da Guia*» do Convento de São Francisco de Angra (cf.: Manuel Baptista de Lima, «A ilha Terceira e a primeira viagem de Vasco da Gama à Índia», in *Panorama - Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, n.º 31 (IV série), setembro de 1969, pp. 39-47). Com a construção da nova igreja de Nossa Senhora da Guia, aquela sepultura desapareceu. Vasco da Gama faria mais duas viagens à Índia (em 1502 e em 1524), na última como vice-rei da Índia, ali falecendo vítima de malária poucos meses após a chegada. A passagem de Vasco da Gama por Angra em julho-agosto de 1499 é recordada por uma estátua inaugurada a 10 de junho de 2016 no Pátio da Alfândega.
- 65 Cristóvão de Colombo (Génova, 1451 — Valladolid, 20 de maio de 1506), navegador e explorador que liderou a frota que alcançou o continente americano em 12 de outubro de 1492, sob a égide dos Reis Católicos de Espanha.
- 66 Pedro Álvares Cabral (Belmonte, c. 1468 — Santarém, c. 1520), navegador e explorador que comandou a expedição de que resultou o descobrimento oficial do Brasil. Realizou a exploração da costa nordeste da América do Sul, reivindicando-a para Portugal.
- 67 Fernão de Magalhães (Sabrosa, 4 de fevereiro de 1480 — Mactan, Cebu, 27 de abril de 1521), navegador português ao serviço dos Reis de Espanha que se notabilizou por ter liderado a fase inicial da primeira viagem de circum-navegação desde o Atlântico, realizada de 1519 a 1522.
- 68 João Vaz da Costa Corte-Real (Algarve, c. 1420 — Angra, 2 de julho de 1496), capitão do donatário em Angra de 1474 até ao seu falecimento, responsável pela organização inicial da então vila de Angra. Navegador, terá realizado viagens de exploração pelo Atlântico Noroeste, incluindo ter participado na expedição liderada por Didrik Pining à Gronelândia, sendo-lhe creditado o reconhecimento das costas da Terra Nova. Os seus três filhos, Gaspar Corte-Real, Miguel Corte-Real e Vasco Anes Corte-Real, continuaram o espírito de exploração de seu pai, tendo os dois primeiros desaparecido em expedições marítimas no noroeste do Atlântico em 1501 e 1502, respetivamente.
- 69 Integradas num movimento de revivescência nacional face a uma nacionalidade considerada decaída, no último quartel do século XIX, por pressão das elites intelectuais e políticas, e com largo reflexo na imprensa, surgiram iniciativas visando a realização de comemorações nacionais assinalando o cumprir de centenários de figuras e acontecimentos relevantes para a nação portuguesa (cf.: Maria Isabel João, «Percursos da Memória: centenários portugueses no século XIX», in *Revista Camões*, n.º 8, pp. 124-38. Lisboa, 2000). O primeiro desses eventos, realizado em 1880, foi a celebração do tricentenário da morte de Luís de Camões, poeta considerado o símbolo da nacionalidade portuguesa. Seguiu-se a comemoração do 1.º centenário pombalino, em 1882, com vastas celebrações nacionais (cf.: Rui Bebiano, «O 1.º Centenário Pombalino (1882): Contributo para a sua compreensão histórica», in *Revista de História das Ideias*, vol. 4, tomo II. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1982). As celebrações nacionais de Colombo ocorreram em 1892, sob a égide da Real Academia das Ciências de Lisboa, associadas à comemoração do IV Centenário da Descoberta da América por Colombo realizadas em Espanha.
- 70 A Sociedade de Geografia de Lisboa é uma sociedade científica criada em Lisboa no ano de 1875 com o objetivo de «*promover e auxiliar o estudo e progresso das ciências geográficas e correlativas*». Foi criada no contexto do movimento europeu de exploração e colonização, estando a sua atividade, desde o início, centrada na exploração do continente africano.
- 71 O vapor *Açor* foi construído em 1877, em estaleiros ingleses, expressamente para a Empresa Insulana de Navegação (EIN), entidade que operava as ligações entre Lisboa e os Açores. Com acomodações para 144 passageiros e 4 porões de carga, tinha 73 m de comprimento e um deslocamento de 1211 tb. Era o maior navio da EIN, que o operou até 1905 nas ligações com os Açores, sendo então vendido à Empresa Nacional de Navegação (cf.: Manuel Baptista da Conceição, «Transportes e comunicações», in *Livro do Primeiro Congresso Açoriano*, pp. 553-554. Grémio dos Açores, Lisboa, 1940).
- 72 *Promontorium Sacrum*, o «*Promontório Sagrado*», hoje a Ponta de Sagres.
- 73 A Ordem da Torre e Espada, de seu nome completo Antiga e Muito Nobre Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, é a mais elevada ordem honorífica de Portugal, tendo sido criada pelo rei D. Afonso V em 1459. Foi renovada por D. João VI, enquanto príncipe-regente, em 13 de maio de 1808, e por D. Pedro IV, também enquanto regente do Reino, em 28 de julho de 1832. Foi a única ordem honorífica que se manteve sempre ativa, mesmo no período de 1910 a 1917-1918 quando as restantes ordens militares foram extintas. Por decreto de 12 de janeiro de 1837, a cidade de Angra foi a primeira localidade a ser agraciada com a grã-cruz (para além de Angra, apenas receberam esta honra o Porto, a 14 de janeiro de 1837, e Lisboa, a 3 de junho de 1920).
- 74 Jean-Ferdinand Denis (Paris, 13 de agosto de 1798 — Paris, 1 de agosto de 1890), viajante, historiador e

escritor, especialista em história luso-brasileira. O trecho citado é do volume 1, pp. 151-152, de «*Portugal pittoresco, ou Descrição historica d'este reino*» (Lisboa, Tip. de L. C. Cunha, 1846), a tradução para português da obra intitulada «*Portugal*» (Paris, Firmin Didot Frères, 1846).

- 75 Gil Eanes, natural de Lagos e escudeiro do infante D. Henrique, navegador célebre por ter em 1434 dobrado o Cabo Bojador, um importante marco dos Descobrimentos Portugueses.
- 76 Mestre Jácome de Maiorca, ou Jaime de Maiorca, seria Jehudà Cresques (Palma de Maiorca, c. 1350 — Sagres, c. 1427), também conhecido por Jafudà Cresques, Jacobus Ribus, Jaume Riba ou Jácome Ribes, um cartógrafo maiorquino de ascendência judaica que terá coordenado a produção das cartas e roteiros da chamada Escola de Sagres.
- 77 Francisco de São Luís Saraiva (Ponte de Lima, 26 de janeiro de 1766 – Lisboa, 7 de maio de 1845), frade da Ordem de São Bento, nascido Francisco Manuel Justiniano Saraiva, popularmente conhecido como Cardeal Saraiva, foi o oitavo Patriarca de Lisboa e um importante político da fase inicial do liberalismo em Portugal. O texto é uma citação da p. 46 da obra *Índice chronologico das navegações, viagens, descobrimentos, e conquistas dos portugueses: nos paizes ultramarinos desde o principio do seculo XV*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1841.

Capítulo VI

Doações. Divisão da ilha Terceira em duas capitanias. Donatários de São Jorge e Graciosa. Factos mais importantes desta época. A Sé de Angra. O Beato João Baptista Machado. Matriz da vila da Praia. Criação do bispado de Angra

O infante D. Henrique, por alvará de 7 de março de 1436, adotou por filho a seu sobrinho e afillhado, o infante D. Fernando, instituindo-o por seu universal herdeiro de bens móveis e de raiz, exceto a terça da alma, o que no mesmo dia foi confirmado por alvará feito e assinado por seu irmão, el-rei D. Duarte, alvarás que D. Afonso V confirmou em 23 de novembro de 1451.

Em 1454 fez D. Afonso V doação, por carta de 7 de junho, à Ordem Militar de Cristo,¹ das terras do Ultramar adquiridas e por adquirir para todo o sempre, o que foi confirmado pela bula do papa Nicolau V² e pela de Calisto III,³ datada esta de 3 dos *idus* de março do ano da Encarnação do Senhor de 1455, o que Xisto IV⁴ confirmou por bula de 21 de janeiro de 1481,⁵ especificando as ilhas dos Açores e das Flores.⁶

Por carta de 22 de agosto de 1460, fez o infante D. Henrique ao dito seu filho adotivo doação das ilhas de Jesus Cristo e da Graciosa, o que foi confirmado por D. Afonso V, em carta de 2 de setembro do mesmo ano, como se vê, e bem assim os documentos, a que acima nos referimos, no *Archivo dos Açores*, no qual se acham publicados em sua íntegra.

Assim, falecendo o infante D. Henrique em 13 de novembro de 1460, sucedeu-lhe no mestrado da Ordem de Cristo o infante D. Fernando, que principiou a pretender pôr em execução o que seu tio havia resolvido sobre a divisão da Terceira em duas capitanias.

O escolhido foi o fidalgo Álvaro Martins Homem,⁷ que em 1461 veio à Terceira, com a ordem para Jácome de Bruges lhe conferir datas de terrenos na parte ocidental da ilha, aonde ele, depois de regressar a Lisboa para angariar o pessoal necessário, voltou a estabelecer-se com sua mulher D. Inês Martins Cardoso,⁸ acompanhado do seu particular amigo, o afamado cavaleiro, Afonso Gonçalves Antona Baldaya.⁹

Álvaro Martins Homem prestou incontestavelmente relevantes serviços, dando grande impulso à agricultura, tratando ativamente do delineamento das ruas, da construção das casas, da edificação da igreja de Nossa Senhora da Conceição e da de São Salvador, hoje Sé Catedral; mas, pelo seu génio ambicioso, foi ao mesmo tempo apoderando-se de terrenos, que o donatário não lhe havia conferido.

Daqui principiaram as desinteligências entre os dois, complicando-se mais e mais a situação; porque outros fidalgos lhe seguiam o exemplo na posse de terrenos, intrigando tudo o lugar-tenente de Jácome de Bruges, o ouvidor Diogo de Teive, que abusando da confiança e amizade do donatário, não duvidou promover o seu assassinato por maneira traiçoeira, ignorando-se o seu fim, auxiliado por outros fidalgos ambiciosos.

Morto o primeiro donatário, principiaram sérias discórdias entre os fidalgos terceirenses, capitaneados uns por Diogo de Teive, que, como lugar-tenente, assumiu a capitania, e outros por Álvaro Martins Homem, não podendo Duarte Paim,¹⁰ que um ano depois casou em Lisboa com a filha mais velha de Jácome de Bruges, D. Antónia Dias de Arce,¹¹ a quem pertencia a doação da ilha na falta de seu pai, tomar conta do domínio da capitania, quando chegou à Terceira.

Seguiram-se várias contendas e pleitos, a que o infante D. Fernando não tratou de pôr termo, deixando que, durante dez anos, se estabelecesse completa anarquia nesta nascente população, vítima da ambição dos nobres.

Em 18 de setembro de 1470, falecendo o infante D. Fernando, passou a regência do grão mestrado para a infanta D. Beatriz,^a como tutora de seu filho o infante D. Diogo,¹² e como continuassem as discussões na Terceira, e os pleitos entre Diogo de Teive e Álvaro Martins Homem, sobre o direito à donataria, pelo desaparecimento de Jácome de Bruges, mandou D. Beatriz¹³ a esta ilha João Vaz Corte-Real, fidalgo de sua casa e de sua inteira confiança, a fim de lhe dar

^a Francisco Ferreira Drummond, nos *Anaes da Ilha Terceira*, e José Joaquim Pinheiro, nas *Épocas Memoráveis da Ilha Terceira*, seguindo este o engano do primeiro, dá à infanta o nome de Brites em lugar de Beatriz. O infante D. João, que morreu em 1442, filho de D. João I, deixou três filhas, D. Isabel, D. Beatriz e D. Filipa, que ficaram a cargo de seu tio, o infante D. Pedro. D. Isabel casou com o rei de Castela D. João II, que a desposou em segundas núpcias, e D. Beatriz casou em 1447 com o infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V, de quem nasceu o infante D. Diogo, sendo D. Beatriz sua tutora durante a menoridade. As cartas publicadas no *Arquivo dos Açores*, extraídas da Torre do Tombo, têm todas o nome de D. Beatriz. A que publicou Drummond foi extraída do arquivo da Câmara de Angra e ou estava errada ou foi mal-entendida.

perfeito conhecimento do estado da ilha, e se ela se podia dividir em duas capitanias.

Das informações dadas resultou a divisão em 17 de fevereiro de 1474, dando D. Beatriz a capitania da Praia a Álvaro Martins Homem, contra o que levantou embargos Duarte Paim, o qual caindo no desagrado da infanta não lhe foi feita a merecida justiça. Esta doação foi confirmada em 1483.

Em 2 de abril do mesmo ano [de 1474] foi doada a capitania de Angra a João Vaz Corte-Real, com a condição de indemnizar Álvaro Martins Homem das despesas que com ela havia feito, o que cumpriu, estabelecendo-se neste mesmo ano o novo donatário, acompanhado de sua mulher, D. Maria Abarca,¹⁴ e de numerosa comitiva. Esta doação foi confirmada em 1483 e em 1488.

Nesta ocasião, segundo refere José Joaquim Pinheiro, nas *Épocas Memoráveis [da Ilha Terceira]*, e Francisco Ferreira Drummond, nos *Anais da ilha Terceira*, foram imediatamente criadas duas câmaras municipais, uma em Angra, outra na Praia, compondo-se cada senado de três vereadores, um procurador do concelho, um tesoureiro e um escrivão, havendo mais em cada Município dois juizes ordinários, presidindo um deles ao senado, os quais por seu turno sentenciavam em primeira instância todas as causas civis e criminais, de que se apelava para o tribunal do donatário, recorrendo-se dele ao grão-mestrado, nos casos, em que a apelação era permitida.

«Foi desta ocasião em diante, — continua José Joaquim Pinheiro, — que Diogo de Teive começou a receber o castigo das suas prepotências num crescido período de anos, cerca de nove anos, no qual, além da perpetração de um cruel assassinato, bastante atormentou a família terceirense com a sua despótica administração, usurpando direitos de propriedade, e cometendo as maiores e mais condenáveis arbitrariedades. Sentenciados os pleitos contra ele, viu-se na necessidade de recorrer ao grão-mestrado, acompanhando os processos para Lisboa; mas com tal infelicidade, que el-rei D. Afonso V logo o mandou prender, para responder depois pelas suas perversidades. E como D. Sancha Rodrigues de Arce¹⁵ fosse informada desta prisão, correu, banhada em lágrimas, a lançar-se

aos pés do imperante português, queixando-se amargamente do assassinato do seu marido, cometido por aquele homem.

Ouvida por el-rei tão sentida e justa queixa, mandou-o intimar à prisão, para dentro de dez dias dar conta de Jácome de Bruges, sob pena de mandar proceder contra ele, quando assim o não fizesse. Em vista desta terminante intimação, tanto se amedrontou Diogo de Teive, e tamanhos foram os remorsos dos seus crimes, que ao sexto dia foi encontrado morto na prisão. Talis vita, finis ita!¹⁶»

Não obstante haver-se estabelecido junto de cada senado dois juízes ordinários, com o fim de administrar justiça, as injustiças e espoliações continuaram, pois, os grandiosos privilégios e poderes concedidos aos [capitães dos] donatários nas suas cartas, os tornaram despoticamente soberanos, praticando todas as prepotências que as suas desmedidas ambições lhes sugeriam.

A João Vaz Corte-Real havia sido também concedida a capitania da ilha de São Jorge, por carta do infante D. Diogo, duque de Viseu, de 4 de março de 1483; assim, e pela fama da sua riqueza e fertilidade do solo terceirense, veio muita gente residir em Angra, o que muito concorreu para o desenvolvimento agrário, construção de edifícios, delineamento de ruas, aumento de população, estabelecimento de diversas povoações, sendo em 1478 elevada a vila a povoação de São Salvador de Angra.

Com relação à fundação das primeiras igrejas nos Açores lê-se no testamento do infante D. Henrique, com data de 13 de outubro de 1460, de que extraímos o referente às ilhas que compõem o distrito de Angra, o seguinte:

«Ordenei e estabeleci a igreja de São Jorge na ilha de São Jorge — ordenei e estabeleci a igreja de Jesu Cristo na ilha de Jesu Cristo: e outra igreja na ilha Graciosa.

Ordenei e estabeleci per outorgamento do sancto padre Calixto terceiro toda a spiritualidade de Guinea ser outorgada aa ordem de Christos. Pelo qual eu emcomêdo e mando a qualquer que fór Vigairio ou prior ou capelão soldadado per a dita ordem em cada um igrejairo daquelas terras, que lhe praza cada somana ao sabado por sempre em minha vida e depois de

minha morte dizer hũa missa de santa Maria, e a cõmemoraçom seja de sancto spirito, com seu responso e a oraçom seja fidelium Deus».

Em vista deste documento pode-se precisar melhor a data da fundação das primeiras igrejas, e saber-se a razão, por que em muitas paróquias dos Açores, com exceção da [ilha] de São Miguel, desde 17 de maio de 1832, em que por decreto se procedeu a nova organização das paróquias com ordenado fixo, existe a obrigação dos párocos dizerem aos sábados a missa com aplicação ao infantado, como se encontra nos respetivos provimentos eclesiásticos.

Por cedência da sua casa e grande sítio, feita por Afonso Gonçalves Antona Baldaia, em 1474, aos religiosos franciscanos, trataram eles de edificar o seu convento em Angra, e bem assim por cedência de terreno, feita pelo mesmo, fundou em 1480 frei Simão de Novaes¹⁷ o Convento de São Francisco, na povoação da Praia, que em 1482 foi elevada à categoria de vila. Neste mesmo ano faleceu na sua capitania Álvaro Martins Homem, sucedendo-lhe seu filho, Antão Martins Homem¹⁸ (2.º [capitão do] donatário, confirmado na capitania em 26 de março de 1483) e que neste ano casou na Madeira com Isabel de Ornelas,¹⁹ e depois fundou o mosteiro das religiosas de Nossa Senhora da Luz,²⁰ na vila da Praia, o primeiro edificado nos Açores, para o qual vieram duas religiosas da ilha da Madeira, chamadas D. Joana da Cruz e D. Catarina de Jesus, filhas de D. João de Noronha,²¹ e que mais tarde foram para a ilha de São Miguel fundar o Mosteiro de Jesus, regressando quatro anos depois ao mosteiro da Praia.

E como falámos de um monumento religioso, arquivemos que o primeiro vigário da paroquial de São Salvador de Angra foi nomeado pelo duque D. Diogo em 1486, estipulando-lhe o mantimento de 5\$000 réis da vigairaria e 3\$000 réis para a missa às terças-feiras pelo infantado, assim como dois moios de trigo, duas pipas de vinho e um marco de prata.

Em 1500 era o preço de cada moio de trigo reputado a 240 réis, segundo uma tabela que temos presente referente ao valor do trigo na ilha de São Miguel, publicada no *Archivo dos Açores*.²²

As ilhas dos Açores, pertencendo à Ordem de Cristo, foram governadas no espiritual pelo D. Prior de Tomar,²³ e assim em 1487-1488 veio em visita

episcopal à ilha Terceira, de ordem do mesmo prior, o bispo D. João de Aranea,²⁴ o primeiro bispo de anel²⁵ que pisou o solo terceirense.

Por petição de D. Manuel,²⁶ o papa Leão X,²⁷ em 12 de junho de 1514, sentou Sé na cidade do Funchal, na ilha da Madeira, ficando as ilhas dos Açores sujeitas àquele bispado, até que, a instâncias de D. João III,²⁸ o papa Paulo III²⁹ «*sentava Sé Episcopal na ilha de São Miguel em um lugar chamado Angra, em que estava uma igreja do Salvador*» (bula de 5 de novembro de 1534³⁰ e carta régia de 11 de outubro de 1535).

Apesar do engano do nome da ilha, o que era naturalíssimo naquela época, pois ainda hoje com os muitos conhecimentos geográficos se cometem erros nas próprias repartições do Estado com relação aos Açores, está bem manifesta a escolha de um lugar chamado Angra, em que estava uma Igreja do Salvador, e assim foi a ilha Terceira a escolhida.

O primeiro bispo da diocese de Angra foi D. Agostinho Ribeiro,³¹ natural de Braga, religioso de Santo Eloy,³² e que durante alguns anos exerceu o lugar de cura de almas na ilha do Corvo. Por carta de 11 de outubro foi-lhe estabelecida a cômputo de 200\$000 réis.

Até ao presente foram trinta os bispos eleitos para a diocese angrense,³³ muitos dos quais se tornaram notáveis pelo seu saber e virtudes e pelos relevantes serviços prestados à igreja e à pátria.

Na sala capitular existem os seus retratos a óleo, com exclusão de dois que faleceram antes de tomarem posse da diocese. Os seus nomes, data da eleição, posse e falecimento, vêm publicados na *Topographia da ilha Terceira*,³⁴ pelo padre Jerónimo Emiliano de Andrade,³⁵ anotada em 2.ª edição de 1891, pelo padre José Alves da Silva,³⁶ hoje cônego da Sé de Angra.

São quarenta e uma as paróquias, em que atualmente está dividido o distrito central açoriano, sendo vinte e seis, com sete curatos sufragâneos, na ilha Terceira, quatro, com três curatos, na ilha Graciosa e onze, com oito curatos, na ilha de São Jorge.³⁷

Na impossibilidade de nos referirmos a todas, e aproveitando a ocasião, em que tratamos de monumentos religiosos, digamos algo das duas mais importantes dos dois concelhos terceirenses, reservando algumas outras, para quando tratarmos dos estabelecimentos que lhes estão anexos, ou de que elas são dependentes.

A Sé Catedral, vasto e elegante templo, que está edificado na parte central da cidade, existe no lugar da antiga, pequena e primitiva igreja do Santíssimo Salvador, edificada entre 1474 e 1478, datas em que foi dividida a ilha em duas capitanias e elevada à categoria de vila a povoação de São Salvador de Angra. Foi seu primeiro vigário o padre Luiz Anes,³⁸ capelão da infanta D. Beatriz.

Por alvará de 10 de janeiro de 1568 do cardeal D. Henrique,³⁹ foi mandada edificar majestosa, como é atualmente, e como se tornava necessário a uma catedral. É o primeiro templo dos Açores, e não existem muitos continentais que o excedam. O género da sua arquitetura é romano.⁴⁰

Tida e havida sempre a ilha Terceira em muita consideração pelos monarcas portugueses, a rainha D. Maria I,⁴¹ a pedido do bispo D. Frei João Marcelino,⁴² ofertou à catedral o grande e elegante órgão,⁴³ que está colocado em um belo coreto do lado da epístola.

Em frente a este coreto existe outro igual, onde se vê um órgão, mais pequeno,⁴⁴ de que foi autor o padre Joaquim Silvestre Serrão,⁴⁵ natural de Setúbal, eminente compositor de música sacra, que durante muitos anos residiu em São Miguel, onde faleceu em 20 de fevereiro de 1877.

Nas suas admiráveis composições, que lhe granjearam a justa consideração de ser um dos primeiros compositores portugueses, destacam-se, entre outras, as matinas de São Sebastião, as de quarta, quinta e sexta-feira santa, e as do Espírito Santo, o *Sub tuum praesidium*,⁴⁶ os motetos ao Santíssimo Sacramento, a São Francisco Xavier, a Santa Cecília, sucedendo, quando escreveu este último, para uma festa realizada na igreja de São José, em Ponta Delgada, ser composto um outro para a mesma festa por madame Casella,⁴⁷ ambos por igual dignos de todo o elogio feito pelos entendedores da sublime arte de Verdi. Também se atribui ao padre Serrão a composição da missa chamada do *Quinteto*.

O órgão, de que foi autor um tão eminente vulto, serviu pela primeira vez no *Te-Deum* cantado em 16 de setembro de 1854, por ocasião do aniversário natalício de el-rei D. Pedro V,⁴⁸ e também tomou parte no instrumental, que acompanhou o *Te-Deum* na entrada solene, na catedral de Angra, de Suas Majestades, o Senhor D. Carlos⁴⁹ e a Rainha a Senhora D. Maria Amélia,⁵⁰ em 1 de julho de 1901.

O rei soldado, D. Pedro IV,⁵¹ quando desembarcou na ilha Terceira, no dia 3 de março de 1832, dirigiu-se à catedral, onde se cantou solene *Te-Deum*. Também ali assistiu às endoenças⁵² realizadas naquele ano, descendo ao coro para a adoração da Cruz; e bem assim, no dia 4 de abril, assistiu ao *Te-Deum* acompanhado dos grandes do reino, dignitários, ministros, Câmara de Angra e funcionários, em ação de graças pelo aniversário natalício de sua filha, D. Maria II,⁵³ pregando nesta ocasião o seu capelão, o padre Marcos Pinto Soares Vaz Preto.⁵⁴

Em 31 de outubro de 1858, quando o senhor D. Luís,⁵⁵ ainda infante, visitou a ilha Terceira, deu entrada solene na catedral, onde se celebrou o *Te-Deum*, em ação de graças.

Além de várias obras de prata de muito merecimento e valor, como o frontal, castiçaleiras, bancadas e lâmpadas da capela do Sacramento, e de outros importantes objetos, existem dois pontificais brancos, ricos, muito antigos, um bordado em relevo a ouro e outro, chamado «*das rosas*», bordado a ouro e matiz. Parte do primeiro foi a uma exposição, realizada em Lisboa, e, segundo consta, houve grande empenho para que fosse cedido à Patriarcal.

Em 1599, o bispo D. Fr. Jorge de Santiago,⁵⁶ da Ordem dos Pregadores,⁵⁷ mestre em teologia, que foi ao Concílio de Trento,⁵⁸ e depois celebrou concílio diocesano em Angra, organizou e estabeleceu as constituições do bispado.⁵⁹

A sagração da catedral teve lugar em 16 de outubro de 1808, sendo bispo D. José Pegado de Azevedo.⁶⁰

Nesta igreja foi batizado João Baptista Machado,⁶¹ filho de Cristóvão Nunes Vieira⁶² e Maria Cota da Malha,⁶³ nascido em 1582.

Levado pelo seu entranhado amor à religião, e sentindo-se com verdadeira vocação para o sacerdócio, desistiu de todos os seus bens, por testamento feito a sua mãe em 1597, e seguiu para Portugal, a fim de principiar a sua carreira evangélica, sendo admitido no Colégio dos Jesuítas, em Coimbra, aos 10 de abril do mesmo ano. Foi em 1601 missionar para a Índia; em Goa fez doação a sua mãe, em 1605, dos bens havidos e que pudesse haver, seguindo em 1609 para o Japão, depois de completa a sua instituição canónica em Macau.

Perseguido no meio da sua missão apostólica, e por não haver obedecido às ordens de desterro, dadas a todos os missionários em 1614, foi descoberto e preso em abril de 1617, sendo decapitado em Omura⁶⁴ a 27 de maio do mesmo ano.

Pio IX⁶⁵ o beatificou, juntamente com 204 outros mártires,⁶⁶ em 7 de julho de 1867; e em 30 de abril de 1876 foi colocada, na real capela do Colégio de Angra, uma imagem em vulto do beato terceirense João Baptista Machado, onde anualmente é festejado. Sobre a vida e martírio deste varão terceirense, o ilustrado intendente de pecuária deste distrito, José Maria Leite Pacheco,⁶⁷ escreveu um excelente drama-sacro, ornado de música, intitulado *O Mártir do Japão*, que foi representado com gerais aplausos no Teatro Angrense, em 1882, sendo o protagonista desempenhado pelo distinto amador dramático, o falecido José de Bettencourt Moniz.⁶⁸

O testamento e doação, a que nos referimos, estão publicados no *Archivo dos Açores*, tomo I.

*

No concelho da Praia da Vitória a igreja mais importante é a Matriz, templo majestoso, com a invocação de Santa Cruz. Foi elevada a paróquia em 1456, sagrada em 24 de maio de 1517 por D. Duarte, bispo titular Dumiense,⁶⁹ mandado de visita aos Açores pelo D. Prior de Tomar. O auto da sagração está publicado nas notas à *Topographia da Ilha Terceira*, a que já nos referimos, e é curioso de ler-se, para se conhecer dos nomes das pessoas importantes, que então residiam na vila da Praia.

Os arcos e umbrais da porta central e das laterais são de mármore branco, e com especialidade o central está primorosamente lavrado. Foram oferecidos por el-rei D. Manuel, diz-se, sendo certo que vieram em 1577, no reinado de D. Sebastião.⁷⁰ Por cima da porta central lê-se: Fundada em 1456 — Sagrada em 1517 — Reparada em 1810 — Reparada em 1843.

Estas reparações, que foram importantíssimas, ocasionaram-nas os aterradores terremotos, que assolaram aquela vila, e a que nos referiremos em lugar próprio.

A capela do Sacramento é toda dourada, e apresenta trabalho em relevo de elevado merecimento. É incontestavelmente a primeira dos Açores.

Tem duas custódias de valor, uma grande, antiga, que esteve em uma das exposições de Paris,⁷¹ e outra pequena, trabalho digno de apreço, feita na mesma vila por Francisco Jerónimo de Lemos.⁷² Esta igreja matriz tem bonitas imagens, e desde 1886 está a junta de paróquia de posse da pequena e preciosa imagem do Menino Deus, que pertenceu ao mosteiro das religiosas de Jesus.⁷³

Esta imagem é histórica. Em tempos remotos uma religiosa daquele mosteiro, soror do Espírito Santo, instituiu uma confraria denominada dos *Escravos do Menino Deus*,⁷⁴ em que se filiaram as pessoas mais importantes da ilha.

Correndo fama da muita devoção para com o Menino Deus, cuja imagem existia naquele convento, el-rei D. Pedro II,⁷⁵ por ocasião da doença de sua filha, fez o voto de concorrer anualmente, com duas arrobas de cera, para a festa que naquele mosteiro se realizava em 6 de janeiro, dia dos Reis Magos.⁷⁶

Quando em 1829, depois da memorável batalha de 11 de agosto [daquele ano], travada entre a esquadra e forças do usurpador e os defensores da liberdade, na baía e vila da Praia, as freiras do Mosteiro de Jesus,⁷⁷ requereram ao conde de Vila Flor⁷⁸ para as deixar sair para a cidade, a fim de viverem em suas casas, ou para outros mosteiros de sua escolha, foi dirigida ao presidente do cabido a seguinte portaria:

«I.^{mo} e ex.^{mo} sr. — S. ex.^a o sr. general me ordena comunique a v. ex.^a que acaba de mandar expedir todas as providências, que julgou acertadas, para se efetuar a remoção do Menino Jesus da real proteção da vila da

Praia para esta cidade; bem como todas as alfaias ao mesmo pertencentes, estando igualmente providenciada por ordem a decente escolta, que deve acompanhar a referida imagem. Igualmente ordena o mesmo ex.^{mo} sr. que v. ex.^a se entenda com o dr. corregedor da comarca relativamente à efetiva mudança das religiosas do convento de Jesus, para o de Nossa Senhora da Luz, o qual se acha autorizado, para o coadjuvar nesta comissão com todo e qualquer auxílio do braço secular, que para isso for necessário: e sendo também preciso recorrer à força armada, se esta for absolutamente indispensável ao inteiro desempenho desta diligência. — Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria militar em Angra, 4 de janeiro de 1830. — Il.^{mo} e ex.^{mo} sr. dr. João José da Cunha Ferraz.⁷⁹ — Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque.⁸⁰»

A imagem do Menino Deus foi conduzida, com as respetivas alfaias, em uma cadeirinha, com a guarda de honra da escolta acima referida, e entregue à abadessa do Mosteiro de São Gonçalo⁸¹ em Angra.

Neste mosteiro esteve até à morte da última freira, fazendo-se anualmente pomposa festa, com a assistência do prelado e autoridades, concorrendo o Governo com 30\$740 réis fortes, quantia em que foram estipuladas as duas arrobas de cera, voto de D. Pedro II.

Em 1886 foi, como já dissemos, entregue por ordem do Governo à Junta de Paróquia da Praia, que recebeu até 1890 os mencionados 30\$740 réis.

A folha especial processada em dezembro de cada ano, para o pagamento desta verba, tinha a seguinte declaração:

«Esta é a quantia destinada em cada ano, por um voto real, para a celebração da festividade do Menino Deus em dia de Reis».

Que razões de alta economia levaram o Governo a não satisfazer aquela quantia, que representava um voto antigo da Casa Real?! Altos mistérios financeiros!

*

Na carta régia de 11 de outubro de 1535, em que D. João III confirmou a criação do bispado de Angra, concedeu aos bispos o direito de padroado e de apresentar,

e que a apresentação das dignidades, conezias e outros quaisquer benefícios, com cura, ou sem cura, fossem do governador e grão-mestre da Ordem de Cristo; passando el-rei os 16\$000 réis, que pertenciam ao vigário da igreja, ora feita catedral, a cada uma das dignidades, e assignando para 14 conezias 11\$000 réis a cada uma. Para esta despesa entrava a renda dos benefícios que eram do grão-mestrado.^b

A 18 de novembro de 1570 foi lançada a primeira pedra da nova igreja da Sé, ficando concluída em 1618, despendendo-se 46:448\$763 réis.

-
- 1 Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo originalmente era uma ordem religiosa e militar, criada a 14 de março de 1319 pela bula *Ad ea ex quibus cultus augeatur*, do papa João XXII, que atendia aos pedidos do rei D. Dinis. Recebeu o nome de Ordem dos Cavaleiros de Nosso Senhor Jesus Cristo, ou Ordem da Milícia de Nosso Senhor Jesus Cristo, e foi herdeira das propriedades e privilégios da Ordem do Templo no Reino de Portugal. Em 1454 e 1456, através de bulas dos papas Nicolau V e Calisto III, respetivamente, foi concedido à Ordem de Cristo o direito espiritual sobre todas as terras descobertas que fossem territórios *nullius dioecesis*, sendo a sua sede a Igreja de Santa Maria do Olival, em Tomar.
 - 2 Nicolau V, nascido Tommaso Parentucelli (Sardenha, 15 de novembro de 1397 — Roma, 24 de março de 1455), foi papa de 6 de março de 1447 até à sua morte.
 - 3 Calisto III, nascido Alfonso Borgia (Valência, 31 de dezembro de 1378 — Xàtiva, Reino de Aragão, 6 de agosto de 1458), foi papa de 8 de abril de 1455 até à sua morte.
 - 4 Sisto IV, nascido Francesco della Rovere (Savona, 21 de julho de 1414 — Roma, 12 de agosto de 1484), foi papa de 9 de agosto de 1471 até à sua morte.
 - 5 A bula *Æterni regis clementi*, outorgada pelo papa Sisto IV com data de 21 de junho de 1481, que aprovou e confirmou as bulas de Nicolau V e Calisto III pelas quais foram concedidas aos reis de Portugal todas as ilhas e terra firme, assim descobertas como por descobrir, desde o Cabo Bojador e Cabo Não por toda a Guiné até à Índia, com a jurisdição espiritual delas confiada à Ordem de Cristo. Este diploma confirmou a validade da bula *Romanus Pontifex* de 1455, da bula *Inter cætera* de 1456 e do artigo 8.º do Tratado de Alcáçovas (1479), as pazes feitas entre os reis D. Fernando III de Aragão, D. Isabel, rainha de Castela, sua mulher, e D. Afonso V de Portugal, que regularam a divisão e comércio do mar oceano. Por aquele tratado ficaram pertencendo aos reis de Castela as ilhas Canárias e aos reis de Portugal tudo o mais, assim descoberto como por descobrir, dentro dos referidos limites.
 - 6 O trecho da bula *Æterni regis clementi* que refere as ilhas açorianas diz: «[...] *et omnibus insulis dictis de los Asores, id est, Ancipitrum, et insulis Florum, [...]*» («e todas as ilhas chamadas Açores, ou seja, Açores, e as ilhas das Flores»), considerando as Flores parte de um outro arquipélago, entendimento que se manteve durante algum tempo.
 - 7 Álvaro Martins Homem (Beiras, c. 1430 — Praia, c. 1482), navegador e capitão do donatário na ilha Terceira (na Capitania da Praia). Terá nascido nas Beiras no início da década de 1430, descendente de Pedro da Costa Homem, senhor da Lageosa (Sabugal). Integrou o grupo capitaneado por Jácome de Bruges que se instalou na Terceira após 1461. Fixou-se na costa sul da ilha, onde foi o fundador da vila de Angra. Terá acompanhado João Vaz Corte-Real em viagens de exploração pelo noroeste do Atlântico e foi assumindo progressiva importância no governo da ilha, particularmente na parte de Angra. Quando em 1474 a ilha foi formalmente repartida em duas capitanias, foi obrigado a escolher a Capitania da Praia, já que a de Angra fora preferida por João Vaz Corte-Real. Indemnizado pelos investimentos feitos em Angra, mudou-se para a Praia, capitania que permaneceria nos seus descendentes até 1577.
 - 8 Inês Martins Cardoso (—), esposa de Álvaro Martins Homem, 1.º capitão do donatário na Praia.
 - 9 Afonso Gonçalves Antona Baldaia (Porto, c. 1415 — Praia, 1481), navegador e explorador, foi um dos primeiros povoadores da ilha Terceira, onde terá chegado em 1461 integrado no grupo capitaneado por Jácome de Bruges. Tendo-se fixado inicialmente em Angra, mas sendo próximo de Álvaro Martins Homem, de quem foi lugar tenente, acompanhou-o na mudança para a capitania da Praia. Cedeu os terrenos e casas onde foram fundados os conventos franciscanos de Angra e Praia, razão pela qual ficou conhecido pelo «*velho de São Francisco*».
 - 10 Duarte Paim (Lisboa, c. 1450 — Lisboa, 21 de maio de 1499), fidalgo de ascendência inglesa, nascido em Lisboa, cidade onde casou, após 1472, com Antónia Dias de Arce, a filha mais velha de Jácome de Bruges, entretanto já desaparecido. Foi escrivão das sisas dos vinhos de Óbidos, cargo em que serviu de finais de 1434 a 1443, mas de que foi exonerado por ter feito «algumas coisas como não devia». Viveu em Évora, onde foi condenado

b José Joaquim Pinheiro, *Épocas Memoráveis da Ilha Terceira*, 1.º vol.

a uma pena por ferir um homem, mas participou no cerco a Alcácer Ceguer, em 1458, o que lhe valeu o perdão da pena a que fora condenado. Após o casamento, iniciou um pleito pela posse da capitania que fora de seu sogro, mas que em 1474 acabou por ser dividida em duas partes, a de Angra concedida a João Vaz Corte-Real, e a da Praia, cedida a Álvaro Martins Homem. Sabe-se que residia em Angra em 1492. Terá falecido em Lisboa, a 21 de maio de 1499, quando ali novamente tentava reaver a capitania que considerava herança de sua mulher (cf.: *Genealogias da ilha Terceira*, vol. VII, p. 13).

- 11 Antónia Dias de Arce (—), filha de Jácome de Bruges e de sua mulher, Sancha Rodrigues de Arce. Era sobrinha de Gaspar Dias de Arce, um dos primeiros povoadores da ilha Graciosa. Casou em Lisboa, após 1472, com Duarte Paim. O casal teve um filho, Diogo Paim, e quatro filhas, duas das quais foram freiras no Convento de Jesus da Praia (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. I, p. 626).
- 12 D. Diogo de Viseu, infante de Portugal (Alcáçovas, 1461 — Setúbal, 23 de agosto de 1484), 4.º duque de Viseu, 4.º senhor da Covilhã, 3.º duque de Beja e 3.º senhor de Moura, foi filho do infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V, e da infanta D. Beatriz. Herdeiro dos bens do infante D. Henrique, era um dos nobres mais ricos e poderosos do reino. Encabeçou a contestação a seu primo e cunhado D. João II, que o atraiu a Setúbal, onde por suas próprias mãos o assassinou por apunhalamento.
- 13 A pessoa referida é D. Beatriz de Portugal (13 de junho de 1430 — 1506), duquesa de Viseu, filha do infante D. João, Condestável de Portugal, filho do rei D. João I e de D. Filipa de Lencastre, e da sua esposa, Isabel de Barcelos, filha de D. Afonso I, duque de Bragança, e de Beatriz de Alvim. Teve um papel ativo na política dos reinados de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I. Ajudou a concretizar as pazes com Castela, encontrando-se pessoalmente com Isabel, *a Católica*, em 1479, e foi preponderante na gestão da Ordem de Santiago, atuando como tutora de seu filho D. Diogo. Nesta qualidade, também foi nomeada pelo papa como governadora da Ordem de Cristo, tendo sido a única mulher a desempenhar este cargo. Partidária da exploração do oceano para oeste dos Açores, organizou e financiou expedições ao noroeste do Atlântico.
- 14 Maria Abarca (— Angra, 1512), esposa de João Vaz Corte-Real. Era filha de D. Pedro Abarca, fidalgo de Tui (Galiza). Veio para a Terceira integrada num grupo que, para além do marido, incluía o seu irmão, Pedro Abarca. Pedro Abarca desapareceria em 1501 na viagem de exploração ao noroeste do Atlântico em que acompanhava os seus sobrinhos Gaspar e Miguel Corte-Real (cf.: *Genealogias da ilha Terceira*, vol. I, p. 29).
- 15 Sancha Rodrigues de Arce (—), esposa de Jácome de Bruges. Era filha de um fidalgo das Astúrias e foi dama da infanta D. Beatriz. Após a morte do marido, professou num convento em Portugal. O seu irmão, Gaspar Dias de Arce, foi um dos primeiros povoadores da ilha Graciosa. (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. I, p. 319).
- 16 Locução latina que pode traduzida por «*Tal a vida, assim o fim*», ou «*Tal vida, tal fim*», expressão usada para significar a concordância entre «*o teor da vida e o final dela*».
- 17 Frei Simão de Novais (— Praia), frade franciscano e fundador do convento da vila da Praia, em terreno cedido no ano de 1480 por Afonso Gonçalves de Antona, o «*Velho de São Francisco*», no lugar chamado Paço do Milhafre. «*E nele foi guardião e faleceu santamente. E antes que falecesse (segundos alguns dizem) sendo-lhe revelado que seus dias eram poucos, se veio a esta ilha despedir de seus irmãos, e tornando durou pouco; de cuja morte se conta, que estando rezando vésperas, bem disposto, disse que lhe pusessem uma pedra na igreja para pôr a cabeça nela, que queria repousar, porque era esta sua cama em sua cela, onde não dormia senão no chão, com uma pedra por cabeceira. Estando depois de vésperas ali repousando, adormeceu de tal maneira que daquele sono passou da vida presente, no mesmo mosteiro da Praia, que ele fizera. E afirma-se que a terra da sua sepultura tinha virtude para curas de algumas enfermidades*» (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 758).
- 18 Antão Martins Homem (Terceira, c. 1460 — Praia, 5 de dezembro de 1531), filho primogénito de Álvaro Martins Homem, foi o 2.º capitão do donatário na Praia, por carta régia de 26 de março de 1483, exercendo o cargo até falecer. Faleceu antes de 5 de dezembro de 1531, data da abertura do seu testamento, e está sepultado na capela-mor da igreja da Misericórdia da Praia. No testamento, aprovado a 21 de maio de 1530 pelo tabelião Lopo Rodrigues, no qual pede para ser sepultado na capela-mor da Matriz da Praia, de onde era freguês, nomeia o seu filho Álvaro Martins para lhe suceder na capitania e no morgado de seus antepassados, «*como filho verdadeiro e mais velho*». Fidalgo da Casa Real, 2.º capitão donatário na Praia, por carta ducal dada em Moura a 26 de março de 1483, fundou o mosteiro da Luz na Praia, da regra de Santa Clara, o qual foi o primeiro convento feminino que existiu nos Açores. No testamento pede que no seu enterro se faça «*hum officio de nove liçoens, com vesporas, e laudas, para o qual assistirão todos os Clerigos, e Frades desta Jurisdição, e dirão Missa cada hum, e com sua Missa Cantada, e Ladainha ao dito Officio, e se dará a cada hum delles hum tostão de esmolla (...) e todos os meus Vestidos, que achados forêm por meu falecimento, assim camizas, e calçado, se dara a pobres pelo Amôr de Deos*». Casou no Funchal em 1483 com Isabel de Ornelas da Câmara (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, pp. 132-133).
- 19 Isabel de Ornelas (—), foi herdeira, após a morte do irmão, do morgadio de seu pai, que correu na sua descendência até ao falecimento, sem geração, de D. Clemência de Noronha, ocorrido em 1630. Casou no Funchal em 1483 com Antão Martins Homem (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, pp. 623).
- 20 Mosteiro de Nossa Senhora da Luz, mais conhecido por Convento da Luz, foi um mosteiro de freiras clarissas fundado em 1483 por iniciativa de Antão Martins Homem, 3.º capitão do donatário na Praia. Foi extinto em 1832. Situava-se ao lado do Forte da Luz, sobranceiro ao largo da Alfândega.
- 21 D. João de Noronha, filho de D. Garcia Henriques, de Sevilha, foi vedor da casa da infanta D. Guiomar, mulher do infante D. Fernando. Serviu em África. Casou na ilha da Madeira com Inês de Abreu, filha de João Fernandes de Andrada e de Beatriz de Abreu, da família dos Andradas do Arco.
- 22 «*Valor do trigo na ilha de São Miguel nos anos de 1500 a 1879*», in *Archivo dos Açores*, vol. I (1878), pp. 524-535.

-
- 23 Depois do *mestre*, o *prior-mor* era a primeira e principal dignidade da Ordem de Cristo, com jurisdição no espiritual e temporal do convento, exercendo o poder espiritual não só sobre os clérigos residentes na casa, mas sobre os cavaleiros que viviam separados dela. Ao «*dom prior*» do Convento de Tomar pertencia chamar por cartas a capítulo geral para nova eleição de mestre, a quem tomava o juramento de fidelidade e obediência ao papa. Como vigário *nullius*, representava o papa no Isento de Tomar, a *Diocesis Nullius Tomarensis*, circunscrição cujo prelado era o próprio papa e que até à criação da Diocese do Funchal, em 1514, abrangeu os Açores.
- 24 O visitador era D. João Aranha, o primeiro bispo titular de Safim, cargo para que fora nomeado em 1487. Pediu a delimitação da sua diocese, ao que o papa Alexandre VI respondeu, em 18 de junho de 1499, com a bula «*In apostolicae dignitatis fastigio*». Esta diocese, contudo, só começaria a funcionar em pleno com a passagem da praça à soberania portuguesa, em 1508. A sua área compreendia as vilas de Azamor (1513), Almedina (1513), Tite (1513) e Mazagão (1513) e outros lugares adjacentes (cf.: Visconde de Paiva Manso, *História ecclesiastica ultramarina: Africa Septentrional Bispados de Ceuta, Tânger, Safim e Marrocos*, pp. 30-89. Imprensa Nacional, Lisboa, 1872).
- 25 Bispo de uma sé titular, o «*bispo de anel*» ou «*bispo titular*», é um «*bispo sem bispado*», titular de uma das antigas dioceses extintas. Possui o título e as insígnias de bispo, mas não tem jurisdição própria, sendo subordinado e sufragâneo do prelado da diocese em que se encontra, podendo coadjuvá-lo ou fazer as suas vezes nas funções pontificais e jurisdicionais. Atualmente é designado por bispo auxiliar (do bispo residencial) embora com o título de uma diocese já extinta.
- 26 D. Manuel I (Alcochete, 31 de maio de 1469 — Lisboa, 13 de dezembro de 1521), *O Venturoso*, rei de Portugal de 1495 até falecer. Filho mais novo do infante D. Fernando, duque de Viseu, ascendeu ao trono após a morte do seu primo, o rei D. João II, que não tendo herdeiros legítimos o nomeou como seu sucessor.
- 27 Leão X, nascido Giovanni di Lorenzo de Medici (Florença, 11 de dezembro de 1475 — Roma, 1 de dezembro de 1521), foi papa de 1513 até falecer. Foi o último não sacerdote a ser eleito papa.
- 28 D. João III (Lisboa, 6 de junho de 1502 — Lisboa, 11 de junho de 1557), *o Piedoso*, foi rei de Portugal de 1521 até falecer. Filho mais velho de D. Manuel I e de sua segunda esposa, a infanta D. Maria de Aragão e Castela, ascendeu ao trono com apenas 19 anos de idade, num reinado em que ocorreu uma reorganização geral do nascente império português, a qual incluiu a criação da Diocese de Angra.
- 29 Paulo III, nascido Alessandro Farnese (Canino, 29 de fevereiro de 1468 — Roma, 10 de novembro de 1549), foi papa de 13 de outubro de 1534 até falecer. Iniciou a Contra-Reforma com o Concílio de Trento (1545) e apoiou as campanhas militares do imperador Carlos V contra os protestantes na Alemanha. Foi patrono de artistas, incluindo Michelangelo, e foi a este papa que Nicolau Copérnico dedicou o seu tratado propondo o heliocentrismo. O seu pontificado foi marcado pelo nepotismo visando promover o poder da sua família, incluindo do seu filho ilegítimo Pier Luigi Farnese.
- 30 A bula *Æquum reputamus*, assinada a 5 de novembro de 1534 pelo papa Paulo III, que instituiu a Diocese de Angra (*Diocesis Angrensis*), elevando a sé episcopal a igreja de São Salvador de Angra. Criada com território desmembrado da Arquidiocese do Funchal, a nova diocese ficou sufragânea daquela arquidiocese até 1550, passando então para a jurisdição da Arquidiocese de Lisboa (desde 1716 designada por Patriarcado de Lisboa).
- 31 D. Agostinho Ribeiro (Lisboa, 1483 — Lamego, 27 de março de 1549) foi o 1.º bispo da Diocese de Angra, que governou de 1534 a 1540, e o 48.º prelado da Diocese de Lamego, que governou de 1540 até ao seu falecimento. Foi também o segundo reitor da Universidade de Coimbra.
- 32 A Congregação dos Cônegos Seculares de São João Evangelista (C.S.J.E.), também chamados Cônegos Azuis (da cor do seu traje), Congregação dos Loios (por lhes ter sido doada a Igreja de Santo Elói em Lisboa) ou ainda Cônegos de São Salvador de Vilar (do nome da sua principal casa monástica). Fundada em Portugal na primeira metade do século XV, esta congregação de cônegos regnantes dedicava-se essencialmente a fins assistenciais, especialmente em meio hospitalar.
- 33 O atual (2025) prelado, D. Armando Esteves, é o 40.º bispo de Angra.
- 34 Jerónimo Emiliano de Andrade, *Topographia ou descrição physica, politica, civil, ecclesiastica e historica da Ilha Terceira dos Açores*. Angra do Heroísmo, Imp. de Joaquim Joze Soares, 1843-1845. A obra é composta por três volumes (ou «*partes*»), tendo o 1.º volume sido reeditado em 1891-1893 com profusas notas de José Alves da Silva. A obra foi reeditada em 2020 pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira, na sua versão completa.
- 35 Jerónimo Emiliano de Andrade (Angra, 30 de setembro de 1789 — Angra do Heroísmo, 11 de dezembro de 1847), frade franciscano no Convento de São Francisco de Angra até à extinção daquela instituição, presbítero, professor e pedagogo. Exerceu as funções de Comissário dos Estudos no Distrito de Angra do Heroísmo e de primeiro reitor do Liceu Nacional de Angra do Heroísmo. É autor de uma vasta obra pedagógica, com dezenas de manuais publicados.
- 36 José Alves da Silva (Angra do Heroísmo, 3 de junho de 1850 — Angra do Heroísmo, 14 de setembro de 1922), presbítero, político, investigador da história local e jornalista. Foi pároco da Calheta de São Jorge e dos Altares, depois cônego da Sé de Angra. Foi agraciado com o título de monsenhor.
- 37 O território que constituía o «*distrito central açoriano*», o antigo Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, tem hoje 55 paróquias e 18 curatos sufragâneos, sendo 40 paróquias e 7 curatos na ilha Terceira, 4 paróquias e 3 curatos na ilha Graciosa e 11 paróquias e 8 curatos na ilha de São Jorge.
- 38 Luís Anes (fl. 1470-1480), capelão da infanta D. Beatriz e primeiro vigário na Igreja de São Salvador de Angra.
- 39 D. Henrique (Lisboa, 31 de janeiro de 1512 — Almeirim, 31 de janeiro de 1580), apelidado *o Casto* ou *o Cardeal*

Rei, quinto filho do rei D. Manuel I e da sua segunda esposa, D. Maria de Aragão e Castela. Foi cardeal desde 1545 e serviu entre 1562 e 1568 como regente de seu sobrinho-neto, o rei D. Sebastião. Com a morte deste, foi rei de Portugal de 1578 até falecer.

- 40 Considerada de traça maneirista do século XVI.
- 41 D. Maria I (Lisboa, 17 de dezembro de 1734 — Rio de Janeiro, 20 de março de 1816), filha mais velha do rei D. José I e sua esposa a infanta D. Mariana Vitória de Espanha, foi rainha de Portugal de 1777 até 1815 e rainha do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves a partir do final de 1815 até falecer. A partir de 1792, o seu filho mais velho D. João (o futuro D. João VI) atuou como regente do reino em seu nome devido a estar incapacitada por doença mental.
- 42 D. João Marcelino dos Santos Homem Aparício (Setúbal, 2 de maio de 1719 — Ponta Delgada, 21 de maio de 1782) foi o 22.º bispo da Diocese de Angra, governando-a de 1774 a 1782. Freire conventual da Ordem Militar de Santiago, fez entrada solene na sua Sé a 15 de agosto de 1775 (cf.: José Augusto Pereira, *A Diocese de Angra na História dos seus Prelados*, in *Obras*, I.H.I.T., 2020, pp. 125 e seguintes).
- 43 Embora sem comprovação documental conhecida, o padre Manuel Azevedo da Cunha (1861 — 1937) refere que o «grande orgam d'aquela catedral, que se destinava a Macau, tendo vindo da Alemanha para a Terceira em navio que não poute seguir viagem. Este grande orgam ficou em Angra, oferecido á Sé por D. Maria 1.ª, e custou 3 contos» (cf.: Manuel Azevedo da Cunha, *Notas Históricas: Oferecidas á Mocidade Estudiosa Calhetense*, pp. 293-294. Typographia de «O Dever», Calheta de São Jorge, 1924). Contudo, autores mais recentes atribuem aquele órgão às oficinas de Joaquim António Peres Fontanes, de Lisboa (cf.: Maria Isabel Albergaria Sousa, *Os órgãos históricos dos Açores (1788-1892): construtores, características e repertório*, pp. 32-34. Tese de doutoramento em Ciências Musicais – Musicologia Histórica, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2018). Este órgão foi destruído pelo incêndio que em 25 de setembro de 1983 arruinou a Sé. O seu mecanismo, que não se encontrava naquele templo à data do incêndio, foi utilizado na construção do novo órgão de tubos, instalado no coro alto da catedral, obra do organeiro Dinarte Machado inaugurada em 17 de janeiro de 1993.
- 44 Este «órgão mais pequeno» era o órgão construído por João Nicolau Ferreira, sob direção do padre Joaquim Silvestre Serrão. Utilizado pela primeira vez a 16 de setembro de 1854, dia do aniversário de D. Pedro V, foi totalmente destruído pelo incêndio de 25 de setembro de 1983 (cf.: Luís Henriques, «Os órgãos na ilha Terceira na primeira metade do século XIX: elementos introdutórios a uma cartografia organológica» in *Museologia & Interdisciplinaridade*, vol. 8, n.º 15, 2019).
- 45 Joaquim Silvestre Serrão (Setúbal, 16 de agosto de 1801 — Ponta Delgada, 20 de fevereiro de 1877), sacerdote católico que se notabilizou como compositor e organista. Foi muito considerado como compositor de música sacra e como organista nos Açores, onde viveu a maior parte da sua carreira como músico profissional. As suas obras revelam influência do estilo teatral italiano em voga no século XIX.
- 46 *Sub tuum praesidium*, que se pode traduzir por «Debaixo de tua proteção», é uma antífona que se considera um dos mais antigos hinos dedicados à Santíssima Virgem Maria como *Theotokos*. O hino é comum aos cultos católico romano e ortodoxos ocidental e oriental e costuma ser usado com o *Salve Regina*.
- 47 Félicie Émilie Anne Trouillon-Lacombe (Bourges, 8 de outubro de 1821 — depois de 1874), também conhecida por Felicita Casella ou Felícia Lacombe Casella, esposa do violoncelista e empresário musical Cesare Augusto Casella, daí ser conhecida por «*madame Casella*». Foi cantora lírica, compositora e pianista, autora da peça operática «*Haydée*», uma tragédia lírica em dois atos com libreto de Luís Filipe Leite, publicada em Ponta Delgada no ano de 1852. Era irmã do pianista e compositor francês Louis Lacombe (cf.: Ernesto Vieira, *Diccionario biographico de musicos portugueses*, vol. I, pp. 237-239; Kristina Petric, «F. Casella e Felicita tra catalogazione e storiografia» in *SituArte*, ano 18 (2023), enero-diciembre, 2023, pp. 40-47).
- 48 D. Pedro V (Lisboa, 16 de setembro de 1837 — Lisboa, 11 de novembro de 1861) foi rei de Portugal de 1853 até à sua morte aos 24 anos de idade. Era o filho mais velho da rainha D. Maria II e do seu marido, o rei D. Fernando II. Ascendeu ao trono com apenas 16 anos de idade, após a morte de sua mãe, com o pai atuando como regente até à maioridade, em 1855. Faleceu vítima de febre tifoide.
- 49 D. Carlos I (Lisboa, 28 de setembro de 1863 — Lisboa, 1 de fevereiro de 1908), rei de Portugal e Algarves de 1889 até ao seu assassinato. Era o filho mais velho do rei D. Luís I de Portugal e de sua esposa, a princesa D. Maria Pia de Saboia.
- 50 D. Amélia de Orleães (Twickenham, 28 de setembro de 1865 — Le Chesnay, 25 de outubro de 1951), originalmente Marie Amélie Louise Hélène d'Orléans, esposa do rei D. Carlos I e a última rainha consorte de Portugal e Algarves de 1889 até o assassinato do marido em 1908. Era filha do príncipe Luís Filipe, conde de Paris, pretendente ao trono francês, e de sua esposa, a princesa Maria Isabel de Orleães.
- 51 D. Pedro IV (Queluz, 12 de outubro de 1798 — Queluz, 24 de setembro de 1834), o *Libertador* ou o *Rei-Soldado*, foi o primeiro imperador do Brasil, como Pedro I, de 1822 até sua abdicação em 1831, e rei de Portugal entre março e maio de 1826. Era o quarto filho do rei João VI de Portugal e de sua esposa, a rainha D. Carlota Joaquina de Espanha, tendo aos 3 anos de idade acompanhado a família real para o Brasil. Como regente em nome de sua filha D. Maria II, esteve nos Açores e liderou a facção liberal vencedora da guerra civil portuguesa (1828-1834).
- 52 Conjunto dos ofícios religiosos da Quinta-Feira Santa.
- 53 D. Maria II (Rio de Janeiro, 4 de abril de 1819 — Lisboa, 15 de novembro de 1853), a *Educadora* e a *Boa Mãe*, foi rainha de Portugal de 1826 a 1828, quando foi deposta por seu tio D. Miguel de Bragança, e depois de 1834 até à sua morte. Era a filha mais velha do imperador D. Pedro I do Brasil e da sua primeira esposa, a imperatriz D. Maria Leopoldina de Áustria.

-
- 54 Marcos Pinto Soares Vaz Preto (Sesimbra, 30 de dezembro de 1782 — Lisboa, 6 de dezembro de 1851), o «Padre Marcos», confessor e dileto amigo de D. Pedro IV e depois confessor e esmoler-mor de D. Maria II. Freire conventual da Ordem Militar de Santiago da Espada, apoiante da causa liberal, esteve emigrado em Inglaterra. Acompanhou D. Pedro durante a guerra civil, tendo depois desempenhado múltiplos cargos eclesiásticos e civis, entre os quais o de provedor e vigário-geral do Patriarcado de Lisboa. Foi deputado vintista de 1834 a 1851 e membro destacado da maçonaria. O título de Arcebispo de Lacedemônia, que era conferido ao bispo auxiliar do Patriarcado de Lisboa, nunca lhe chegou a ser confirmado pela Santa Sé. Foi autor de várias orações e sermões e de numerosos artigos publicados em órgãos da imprensa.
- 55 D. Luís I (Lisboa, 31 de outubro de 1838 — Cascais, 19 de outubro de 1889), o Popular, foi rei de Portugal de 1861 até à sua morte. Era o segundo filho da rainha D. Maria II e de seu marido, o rei D. Fernando II, tendo ascendido ao trono após a morte prematura do seu irmão mais velho, o rei D. Pedro V. Antes de ascender ao trono enveredou por uma carreira naval, tendo atingido em 1858 o posto de capitão-de-mar-e-guerra. Ao comando da corveta *Bartolomeu Dias*, e ainda como infante e duque do Porto, sem quaisquer pretensões ao trono, visitou Angra em 31 de outubro de 1858, mas ainda assim a sua inesperada visita causou grande alvoroço (cf.: Félix José da Costa, *Noticiário da honrosa visita de Sua Alteza Sereníssima o senhor Infante Dom Luiz Duque do Porto à Ilha Terceira em 31 d'Outubro de 1858*. Angra do Heroísmo, Typ. de M. J. P. Leal, 1858).
- 56 D. frei Jorge de Santiago (c. 1500 — Angra, 26 de outubro de 1561), 3.º bispo da diocese de Angra, que governou de 1552 a 1561. Formado pela Universidade de Paris e professor na Universidade de Salamanca, teólogo afamado, participou no Concílio de Trento, na linha doutrinária do qual depois se distinguiu como moralizador da igreja açoriana. Reuniu o primeiro sínodo diocesano e aprovou as primeiras constituições do bispado de Angra. Era frade professo da Ordem dos Pregadores, com profissão feita a 26 de abril de 1522, no Mosteiro de Santo Estêvão de Salamanca. Foi o primeiro bispo que faleceu nos Açores, sendo sepultado na primitiva Igreja da Sé.
- 57 A Ordem dos Pregadores (*Ordo Prædicatorum*, O.P.), conhecida por Ordem de São Domingos ou Dominicana por ter sido fundada por São Domingos de Gusmão, é uma ordem que tem como carisma a pregação da palavra e a conversão ao cristianismo. Juntamente com a Ordem Franciscana foi uma das mais importantes ordens mendicantes que surgiram na Idade Média.
- 58 O Concílio de Trento, realizado de 13 de dezembro de 1545 a 4 de dezembro de 1563, em três sessões e com múltiplas interrupções, foi o 19.º concílio ecuménico da Igreja Católica. Convocado pelo papa Paulo III para assegurar a unidade da fé e a disciplina eclesiástica no contexto da reação à Reforma Protestante, foi realizado na cidade de Trento, no antigo Principado Episcopal de Trento, no Tirol italiano. Os decretos tridentinos e os diplomas emanados deste concílio foram as principais fontes do direito eclesiástico durante os 4 séculos seguintes, até à promulgação do Código de Direito Canónico em 1917.
- 59 Aprovadas no sínodo de Angra em 4 de maio de 1559, foram publicadas em Lisboa no ano de 1560 como *Côstituições sinodais do Bispado Danga* (Lisboa : per João Blavio de Colonia, 11 Ianeyro 1560).
- 60 D. José Pegado de Azevedo (Lisboa, 13 de março de 1750 — Ponta Delgada, 19 de junho de 1812), 24.º bispo de Angra, tendo governado a diocese de 1802 até falecer. Padre da Congregação do Oratório, tinha sido militar. Bom pregador e teólogo, era grande amante da música sacra, tendo fomentado a sua expansão na diocese. Apesar do edifício já se encontrar há muito concluído, sagrou a Sé Catedral de Angra, numa cerimónia realizada a 16 de outubro de 1808.
- 61 João Baptista Machado (Angra, 1582 — Omura, Japão, 22 de maio de 1617), filho de Cristóvão Nunes Vieira e de Maria Cota da Malha. Ordenado sacerdote em Goa, foi um dos missionários da Companhia de Jesus enviados para o Japão, onde foi detido e executado durante a perseguição ao cristianismo desencadeada na década de 1610 pelo *shōgun* Tokugawa Ieyasu. Foi beatificado pelo papa Pio IX em 7 de maio de 1867, com 204 outros mártires japoneses e de outras nacionalidades (cf.: «Testamento e Doação de João Baptista Machado», in *Arquivo dos Açores*, vol. I, pp. 259-261). É o padroeiro principal da Diocese de Angra.
- 62 Cristóvão Nunes Vieira (Angra, 1552 — Angra), pai do beato João Baptista Machado, foi batizado na Sé de Angra a 2 de maio de 1552 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IX, p. 792).
- 63 D. Maria Cota da Malha (Angra — Angra (Sé), 13 de outubro de 1625), mãe do beato João Baptista Machado, filha de Manuel de Barcelos Machado e de D. Maria Cota da Malha, bisneta pelo lado de seu pai de Pero de Barcelos (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. I, p. 606).
- 64 Ōmura (大村市, *Ōmura-shi*) é uma cidade da província de Nagasaki.
- 65 Pio IX, nascido Giovanni Maria Mastai-Ferretti (Senigallia, 13 de maio de 1792 — Roma, 7 de fevereiro de 1878), foi papa entre 16 de junho de 1846 e o seu falecimento. Foi o segundo pontificado mais longo da história depois de São Pedro. Foi beatificado em 3 de setembro de 2000, pelo papa João Paulo II.
- 66 Sob a designação de «*Beatos Mártires do Japão*» estão englobados 205 mártires, que deram a vida pela fé católica, entre 1617 e 1632, na perseguição que durante 15 anos foi movida aos cristãos em Nagasaki e Tóquio. Ao todo, são 166 cristãos leigos (quase todos japoneses) e 39 sacerdotes. De entre os sacerdotes, treze são jesuítas, doze são dominicanos, oito franciscanos, cinco agostinhos e um sacerdote diocesano japonês.
- 67 José Maria Leite Pacheco (Almeirim, 31 de outubro de 1839 — Angra do Heroísmo, 5 de dezembro de 1916), prestigiado médico veterinário e Intendente de Pecuária do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo. Autor teatral e amador dramático, também se dedicou ao jornalismo, sendo colaborador de *A União*. O seu drama sacro *O Martyr do Japão* foi musicado por Eduardo Augusto de Sousa Ribeiro.
- 68 José de Bettencourt Moniz (Angra do Heroísmo (Sé), 28 de maio de 1859 — Angra do Heroísmo (Sé), 17 de julho de 1884), cavaleiro tauromáquico amador e amador dramático (cf.: «Uma toirada à corda nos Açores»,

p. 274, in Eduardo de Noronha, *História das Toiradas*, Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1900).

- 69 D. Duarte (fl. 1517), bispo titular de Dume, aparece em múltiplas referências da época. Em outubro desse mesmo ano de 1517 este bispo sagrou o altar da Sé do Funchal.
- 70 D. Sebastião (Lisboa, 20 de janeiro de 1554 — Alcácer-Quibir, 4 de agosto de 1578), o *Desejado* ou o *Adormecido*, foi rei de Portugal de 1557 até o seu desaparecimento na batalha de Alcácer-Quibir. Era filho de D. João Manuel, príncipe de Portugal, e D. Joana da Áustria. Ascendeu ao trono muito jovem, aos 3 anos, após a morte de seu avô o rei D. João III, tendo inicialmente como regente a sua avó, a rainha D. Catarina da Áustria, e depois o seu tio-avô, o cardeal D. Henrique. D. Sebastião assumiu o governo aos 14 anos de idade, em 1568, manifestando grande fervor religioso e militar. Desapareceu em combate, dando origem ao sebastianismo, a crença de um regresso messiânico.
- 71 Integrada na secção portuguesa de «*História do Trabalho*» da Exposição Universal de Paris de 1867, foi exposto um valioso conjunto de «*objets d'art et d'industrie*» provenientes de algumas coleções públicas e privadas. Na lista constam dois ostensórios, mas não há menção de qualquer deles ser oriundo da Praia da Vitória (cf.: Teixeira de Aragão, *Description des monnaies, médailles et autres objets d'art concernant l'histoire portugaise du travail*, 1867, pp. 123-130). Nas exposições realizadas em Paris em 1855, 1878, 1889 e 1900 não foi detetada qualquer secção da representação portuguesa em que fosse provável a presença daquela custódia.
- 72 Francisco Jerónimo de Lemos (Praia, 28 de maio de 1779 —), por vezes erradamente referido por Jácome Jerónimo de Lemos, ourives, casado na Praia, a 18 de janeiro de 1813, com D. Maria Isabel de Menezes (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 310).
- 73 «*Menino Jesus do Agrado Real*» ou «*Menino-Deus da Real Protecção*», hoje na Matriz da Praia da Vitória, é um Menino Jesus de alabastro em caixa de prata, datado do século XVII, proveniente do antigo Mosteiro de Jesus (cf.: Cónego José Augusto Pereira, «A Imagem do Menino-Deus da Real Protecção», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. 8 (1950), pp. 64-67).
- 74 Sobre esta confraria e a imagem que lhe está na origem, José Alves da Silva em nota à *Topografia da Ilha Terceira*, de Jerónimo Emiliano de Andrade, informa: «[...] sóror do Espírito Santo instituiu em tempos remotos, no convento das religiosas de Jesus desta vila, a Confraria dos Escravos do Menino Deus, sobre cujos fundamentos se formou em 1787 nova confraria que decaiu depois da extinção dos conventos. Por este motivo, passou para o convento de São Gonçalo de Angra a preciosa imagem que lhe deu o título, com todas as alfaías que lhe pertenciam e que eram preciosas. Extinto o Convento de São Gonçalo, de novo voltaram para a Praia a imagem e as ditas alfaías, sendo, por ordem do governo, no ano de 1886, tudo entregue à respetiva Junta de Paróquia. Foi recebida a devota imagem pelos praienses no meio do mais festival regozijo; o qual tem continuado a evidenciar-se na pomposa festa que todos os anos se celebra a 6 de janeiro em honra desta imagem. É tal a devoção que desde o princípio houve com esta imagem, que já em 1669 foi ela por ordem régia, do Convento de Jesus, para o Real Paço dos nossos reis, donde voltou de novo para o dito convento.»
- 75 D. Pedro II (Lisboa, 26 de abril de 1648 — Alcântara, 9 de dezembro de 1706), o *Pacífico*, foi rei de Portugal de 1683 até à sua morte, tendo anteriormente servido como regente de seu irmão, o rei D. Afonso VI, a partir de 1668 até à sua ascensão ao trono. Era o quinto e último filho do rei D. João IV e de sua esposa a rainha D. Luísa de Gusmão. A imagem terá estado em Lisboa em 1669, ano em que a 6 de janeiro, dia da festa dos Reis Magos, nasceu a princesa D. Isabel Luísa Josefa de Bragança. De saúde sempre frágil, faleceria aos 21 anos de idade.
- 76 Até 1890 a entidade que detinha a imagem recebeu anualmente uma comparticipação estatal que naquele ano se cifrou em 30\$740 réis, recebidos pela Junta de Paróquia de Santa Cruz da Praia da Vitória.
- 77 O Convento de Jesus da Praia foi instituído em 1530, quando a viúva de Álvaro Martins Homem, Beatriz de Noronha, fundou um mosteiro destinado a abrigar as suas filhas Inês, Brianda, Francisca, Isabel e Filipa, todas freiras profetas. A sua edificação foi autorizada em 1533 por bula do papa Paulo III. O convento pertencia à Ordem de Santa Clara e era da invocação do Senhor Jesus Crucificado, estando as religiosas subordinadas ao bispo diocesano. O convento foi extinto em 1834, com o imóvel a ser vendido em hasta pública e transformado em habitação e lojas, hoje apenas restando do conjunto alguns arcos incorporados num espaço comercial.
- 78 António José de Sousa Manuel de Meneses Severim de Noronha (Lisboa, 18 de março de 1792 — Lisboa, 26 de abril de 1860), 7.º conde e 1.º marquês de Vila Flor e 1.º duque da Terceira, general, grande estratega da vitória liberal na Guerra Civil Portuguesa, e um dos mais influentes políticos da fase inicial do liberalismo português. De herói das guerras liberais tornou-se no líder incontestado dos cartistas, a facção mais conservadora do liberalismo, embrião do futuro Partido Regenerador.
- 79 João José da Cunha Ferraz (Angra, 24 de março de 1761 — Angra, 3 de fevereiro de 1844) presbítero que, entre outras funções, foi provisor, tesoureiro-mor e presidente do cabido da Sé de Angra. Destacou-se como defensor do movimento liberal, tendo presidido a uma das Juntas Provisórias formadas em Angra e ao governo interino formado na Terceira antes da instalação da Regência de Angra. O Dr. Cunha Ferraz terá aderido à *Loja Grémio Constitucional* que funcionou em Angra por volta de 1820 a 1823 (cf.: António Lopes, *A Maçonaria Portuguesa e os Açores – 1792-1935*, Lisboa, 2008, p. 341).
- 80 Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque (Lisboa, São Vicente de Fora, 16 de junho de 1792 — Torres Vedras, 27 de dezembro de 1846), engenheiro militar, poeta, cientista e político. Distinguiu-se nas lutas liberais e nos conflitos que marcaram a sociedade portuguesa na primeira metade do século XIX. Foi ministro do Reino, então o equivalente a primeiro-ministro, durante a regência liberal e por diversas vezes ministro e deputado. Entre outras funções, exerceu os cargos de provedor da Casa da Moeda, capitão-general e governador da Madeira e inspetor-geral das Obras Públicas.
- 81 O Convento de São Gonçalo foi o maior e mais antigo convento de Angra, e o maior do arquipélago, tendo

chegado a abrigar mais de 100 religiosas. Foi fundado por iniciativa de Brás Pires do Canto, que em 1542 obteve do papa Paulo III a bula de autorização. Foi destinado a freiras clarissas de clausura. Constituiu-se em reputado centro de educação e de belas-artes, chegando a reunir duas centenas de educandas, que ali tinham aulas de música, canto, desenho, pintura e humanidades.

Capítulo VII

Os Corte-Reais

A Providência, que tudo determina por forma justa e acertada, e que nos seus altos desígnios encaminha as coisas e os homens segundo a sua soberana vontade, e para fins próximos ou remotos, que têm de se realizar, fadou e escolheu este precioso rochedo açoriano, chamado ilha de Jesus Cristo, ilha Terceira, para teatro de importantes e graves acontecimentos.

E como tal escolhido e fadado, foi, logo no começo da sua povoação, confiado a quem no presente por si, e pelos seus descendentes no futuro, teria de enaltecê-lo e honrá-lo sublimemente.

Ilha de Jesus Cristo, sacrossanto nome do Libertador dos povos!

Ilha Terceira, refúgio abençoado e guarida santa das liberdades pátrias!

E a terra, a que o nome do Redentor da humanidade fora dado, fatalmente devia ter para os seus filhos uma senda de peregrinação dolorosa, entremeada de feitos miraculosos!

É que tu, formosa ilha Terceira, ilha de Jesus Cristo, não o serias, se, na ara santa dos teus templos, sacrificando os ministros da religião do Libertador dos povos ao Deus vivo, na ara do teu abençoado solo não houvesse o sacrifício de tantos mártires!

Por isso sendo a ara dos teus templos santa, a ara do teu solo é gloriosa!

Para que a primeira tivesse existência e santidade, foi necessário o sacrifício de um justo, de um mártir, e que do alto do Calvário, do cimo de uma cruz, corresse o sangue do Deus humanado; para que a segunda fosse gloriosa, teve de ser regada pelo sangue generoso dos mártires da liberdade, e que, a par destes, houvesse também mártires do trabalho, mártires da ciência, mártires da religião, mártires da pátria.

És tão pequena na tua área, quanto grandiosa nos teus feitos, ó heroica Terceira! Como Aquele, de quem te foi dado o nome, teve deicidas, tu também tiveste liberticidas!

O despotismo quis submeter-te à sua tirânica vontade e bem assim aos apóstolos da religião da liberdade, que em ti se refugiaram; mas foram efémeros os seus triunfos.

Tu, que eras já pedestal de glória lutando pela autonomia pátria, num heroico arrojo venceste os cegos defensores de caducas e despóticas instituições!

Foi uma luta cruenta, em que, servindo-nos da frase de um dos nossos cronistas, *«aqueles que uma terra deu creamento desejavam de se matar de vontade e aspergir o sangue dos devidos e parentes»*, mas venceste!

Venceste, porque a ideia generosa, santa, da liberdade parecia que flutuava no ar, para que todos, respirando esse mesmo ar, a plenos pulmões, tivessem a vitalidade, a força precisa, para quebrar as algemas, com que a tirania pretendia manietá-los.

A tua pequena cidade, filha dileta do reino lusitano, teve a honra de ser a capital do mesmo reino, e do teu seio, onde estava implantada a árvore santa da liberdade, foram decretadas as primeiras leis liberais portuguesas!

É que do teu solo, banhado pelo sangue dos mártires, tinha de sair uma legião de bravos, que levaria o batismo da civilização moderna, a ideia nova, à mãe pátria, que o espírito obcecado de muitos dos seus filhos não compreendia nem queria, despedaçando ela ao mesmo tempo as portas das torres e dos cárceres, onde tantas vítimas, perseguidas pelo despotismo, inocentemente jaziam.

E quem, sendo teu filho, deixará de te amar, ó heroica Terceira? Quem!... Ponhamos, porém, considerações à parte e sigamos a história.

O desditoso Jácome de Bruges foi, como já se viu, o primeiro [capitão do] donatário terceirense, e que se estabeleceu na vila da Praia.

Da família deste ilustre varão proveio a não menos ilustre dama terceirense, D. Rita Pulquéria de Ornelas Bruges Ávila Paim da Câmara,¹ para os descendentes da qual aguardava o futuro relevantes serviços. Lá chegaremos.

O primeiro [capitão do] donatário de Angra foi, como já dissemos, João Vaz da Costa Corte-Real. Saibamos, pois, quem era, e um pouco do muito que os seus fizeram, colhendo para isso os dados precisos no importante trabalho, que sobre

os Corte-Reais elaborou o benemérito dr. Ernesto do Canto, mártir das investigações para a importante história açoriano.

Os genealogistas, encontrando dificuldades para fundamentarem a linhagem dos Corte-Reais, tomam para tronco do ramo a Vascoeanes da Costa,² cavaleiro muito honrado, morador em Tavira, no Algarve,³ embora o dr. Gaspar Frutuoso pretenda ser, em Portugal, Reymao da Costa,⁴ um dos cruzados franceses, que em 1147 ajudaram D. Afonso Henriques na conquista de Lisboa.

O nosso primeiro cronista, Fernão Lopes,⁵ na *Chronica de D. João I*, apresenta Vascoeanes, pai de Vascoeanes Corte-Real, como um dos que auxiliaram o Mestre de Avis na defesa do reino contra as agressões castelhanas.

O filho primogénito de Vasco Anes da Costa, a que Fernão Lopes se refere, foi o primeiro que usou o cognome de Corte-Real, apurando-se que este apelido honorífico lhe havia sido concedido por el-rei D. Duarte, não só pelos seus feitos de valor e valentia, na tomada de Ceuta, e por fazer parte da lista dos Doze de Inglaterra,⁶ mas também, segundo alguns genealogistas, pela galhardia e luxo, com que vivia Vasco Anes, fronteiro-mor do Algarve e alcaide-mor de Tavira e Silves.

Jerónimo Corte-Real,⁷ o autor do *Naufrágio de Sepúlveda*,⁸ no canto XIII, na parte em que brilhantemente narra os feitos de Vasco Eanes da Costa, escreve:⁹

«Corte, em que tal varão costuma achar-se,
Que em preço, e alta fama assi a enriquece,
Sempre Corte Real deve chamar-se,
Pois com tão justas causas o merece.
E, pois, que só por vós pode afirmar-se,
Que meu estado, e Corte se enobrece,
Fique Corte-Real vosso apelido
Pera que tal valor seja sabido».

Os filhos de Vasco Anes Corte-Real foram três, Fernão Vaz, que prestou relevantíssimos serviços em África, João Vaz Corte-Real e Isabel da Costa.

Segundo os documentos, a que o dr. Ernesto do Canto se refere, os filhos de Gil Vaz da Costa, irmão de Vasco Anes Corte-Real, sem razão justificada também usaram do apelido de Corte-Real, pelo que João Agostinho Pereira de Agrela,¹⁰ em *Genealogias da Ilha da Madeira*, diz: «Este apelido pertencia exclusivamente a Vasco Anes e a seus descendentes, mas os colaterais também o tomaram por bizarria».

O filho segundo de Vasco Anes Corte-Real foi João Vaz Corte-Real, e é aquele a quem foi dado pela infanta D. Beatriz, como tutora de seu filho, o infante D. Diogo, a capitania de Angra, por carta de 2 de abril de 1474.

Os feitos ilustres praticados por este varão estão narrados no livro *Saudades da Terra*, do dr. Gaspar Frutuoso, em que demonstra, que foi «tão esforçado cavaleiro e temido capitão, que nunca deu batalha no mar nem na terra, que não vencesse, e tão bem-afortunado, que sempre tomou aos castelhanos as maiores prezas que neste reino de Portugal se tomaram a eles».

E diz mais: «que vindo João Vaz Corte-Real do descobrimento da Terra Nova dos Bacalhaus, que por mandado de el-rei foi fazer, lhe foi dada a capitania de Angra da ilha Terceira, e da ilha de São Jorge».

Fez dois testamentos, o primeiro na ilha da Madeira aos 17 de setembro de 1494, aprovado a 16 de dezembro seguinte, e o segundo em Angra, aos 3 de fevereiro de 1496, dos quais consta haver de sua mulher, Maria Abarca, os seguintes filhos: Vasco Anes Corte-Real,¹¹ Miguel Corte-Real,¹² Gaspar Corte-Real,¹³ D. Joana Corte-Real,¹⁴ D. Iria Corte-Real,¹⁵ e D. Isabel Corte-Real,¹⁶ que casou com Jobs de Hutra,¹⁷ segundo do nome e segundo capitão donatário das ilhas do Faial e Pico.

D. Joana Corte-Real casou com Guilherme Moniz,¹⁸ filho de Henrique Moniz, alcaide-mor de Silves, e de D. Isabel ou Ignez de Menezes.

Guilherme Moniz era irmão de D. Grimaneza Pereira, avó de António Moniz Barreto,¹⁹ visor-rei da Índia e primo co-irmão de D. Joana Pereira, mulher de D. Francisco de Almeida,²⁰ 1.º visor-rei da Índia.

Viveram na ilha Terceira, onde nasceram, os seguintes filhos: Sebastião Moniz Barreto,²¹ o *Velho*; D. Francisca, freira bernarda;²² e D. Joana Corte-Real,²³ existindo nesta ilha, e em outras, famílias descendentes de D. Joana.

A João Vaz Corte-Real foi concedida, em 1493, a alcaidaria-mor do Castelo de São Luís,²⁴ o primeiro castelo construído para a defesa militar de Angra. Era no local, onde hoje existe o monumento de D. Pedro IV.²⁵

A instâncias de João Vaz se deve a obtenção do alvará régio de 15 de março de 1492, criando o Hospital de Santo Espírito,²⁶ de que falaremos, quando tratarmos das instituições de caridade. Também a ele se deve o excelente arruamento de Angra e a boa regularidade das suas habitações, o mandar traçar pelo engenheiro Pedro Anes Rebelo²⁷ o arruamento [da vila] de São Sebastião, e a proposta feita ao grão-mestrado para a cobrança dos tributos da ilha, de que resultou a carta régia de 16 de fevereiro de 1474, determinando a maneira de se proceder à respetiva cobrança.

Faleceu nesta ilha Terceira, em Angra, aos 2 de julho de 1496, sendo sepultado na capela-mor do convento de São Francisco, de que era padroeiro, e onde anos depois foi também sepultada sua mulher D. Maria Abarca.

Um ano depois do seu falecimento foram por el-rei D. Manuel incorporadas à coroa as ilhas dos Açores, 1495.²⁸

Sucedeu-lhe na capitania seu filho primogénito, Vasco Anes Corte-Real, o que lhe foi confirmado por carta de 2 de julho de 1497, sendo já vedor da Fazenda Real, e em 4 de setembro de 1522 foi-lhe feita nova confirmação.

Os valiosíssimos serviços, prestados em África por este ilustre varão, derribando e cativando em 1495 Ali Barraxo,²⁹ chefe mouro, levaram-no a ter alta consideração na corte portuguesa, a exercer o cargo de cavaleiro do conselho de el-rei D. Manuel, a receber muitas e grandes mercês, entre estas a do monopólio da venda do sal na ilha Terceira, por carta de D. Manuel de 30 de maio de 1500, confirmada por outra de D. João III, de 11 de outubro de 1522, e a ser-lhe doada a propriedade dos ofícios de almoxarife e seu escrivão, de juiz dos órfãos e de escrivão da Câmara da ilha da Garça,³⁰ «*que ele ora manda descobrir*», por cartas de 23 de agosto de 1521 e 9 de setembro de 1522.

Um dos sonhos de ambição de Vasco Corte-Real e de seus irmãos Gaspar Corte-Real e Miguel Corte-Real eram as descobertas marítimas. Assim o dr. Ernesto do Canto, referindo-se às viagens feitas por estes dois beneméritos portugueses, escreve:³¹

«Foi tão forte o impulso comunicado à nação portuguesa pelas circunstâncias favoráveis da sua posição, pela índole nacional e pelos estudos náuticos, iniciados pelo infante D. Henrique; foram tão repetidas as manifestações da sua atividade nas empresas marítimas, que em pouco mais de um século, as naus portuguesas sulcavam todos os mares do ocidente ao oriente, de um hemisfério a outro.

A começar da descoberta do Porto Santo, Madeira e Açores, os portugueses percorreram toda a costa de África, até que, dobrado o cabo Tormentoso, descobriram o caminho da Índia, da China, o Brasil e parte da América do Norte.

Postos em comunicação os três antigos continentes, conhecidos os meios de cruzar os mares em todas as direções, apareceu Colombo, que, instruído na escola portuguesa, descobriu um novo mundo e pouco depois, na mente de Fernão de Magalhães se formou o grandioso plano, de pela primeira vez circum-navegar o globo!

Nunca com tão escassos meios se conseguiram mais maravilhosos resultados!

Portugal, pequeno em extensão, mas grande pela coragem e denodo de seus filhos, teve a imorredoura glória de iniciar tão brilhante carreira, fazendo a civilização dar os mais gigantescos passos, de que rezam os fastos humanos!

Arrostando tantos perigos, vencendo tantas dificuldades, os portugueses operaram uma mudança completa na face do mundo!

A par dos nomes famosos de Bartolomeu Dias, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, figura com não menos brilho o dos Corte-Reais. Familiarizados, porém, os portugueses com as frequentes descobertas,

aquilatando a importância de estas, não pelos obstáculos vencidos, mas pela abundância de matérias preciosas, pouco valor deram às frias regiões achadas pelos Corte-Reais. Daqui provém, sem dúvida, a escassez de notícias nos nossos escritores, com relação às viagens destes infelizes irmãos.

Nem o alcance grandioso da empresa, nem o seu trágico fim, despertou, nos escritores contemporâneos, o desejo de salvar, do futuro esquecimento, todas as circunstâncias do admirável, mas triste episódio da nossa história marítima.

De tão ilustres protagonistas, mal conhece o nome a maior parte dos portugueses.

Até o nome da Terra dos Corte-Reais desapareceu dos mapas geográficos!»

A isto segue-se a transcrição do que a respeito de Gaspar Corte-Real e Miguel Corte-Real contaram os historiadores mais próximos dos factos: Damião de Goes,³² *Chronica de D. Manoel*, parte I., cap. LXVI, página 87; António Galvão,³³ *Tratado dos descobrimentos antigos e modernos*, página 28 [verso]; e o bispo de Silves, D. Jerónimo Osório,³⁴ *Da vida e feitos d'El Rei D. Manoel*, página 190.

Estes três historiadores narram a partida de Gaspar Corte-Real:

*«Para ir descobrir terras pera banda do Norte, que à sua custa armou huma nau com a qual bem esquipada de gente, e de tudo o mais necessário, partio do porto de Lisboa^a no começo do verão de 1500. Nesta viagem descobrio, peraquella banda do Norte, hua terra que por ser muita fresca e de grandes árvores, como são todas as que jassem peraquella banda lhe poz nome terra verde».*³⁵

Depois relatam a índole, qualidade, usos e costumes dos seus habitantes e acrescentam:

^a António Galvão afirma que Gaspar Corte-Real saiu da Terceira em dois navios armados à sua custa [cf.: *Tratado dos descobrimentos antigos e modernos*, p. 28 v. da edição de 1563].

«E tornando a Gaspar Corte-Real, depois que descobrio esta terra e costeou huma boa parte dela se tornou ao regno e logo no ano MDI (1501) desejoso de descobrir mais desta provincia, e conhecer melhor o modo e trato dela, partio de Lisboa aos XV dias do mes de Maio, mas o que nesta viagem se passou se não sabe, porque nunca mais apareceo, nem se soube dele nova, a tardança do qual, e má suspeita que se começava a ter de sua viagem causarão o mesmo infurtunio a Miguel Corte-Real, porteiro mor del-Rei, que pelo grande amor que tinha a seu irmão determinou de o ir buscar, e partio de Lisboa aos dez de Maio de MDII (1502) com duas naos, sem nunca de ele se mais aver nova ...»³⁶

Vasco Anes Corte-Real, não se podendo persuadir de que seus irmãos eram mortos, quis equipar à sua custa umas naus para ir buscá-los, ao que D. Manuel se opôs; pois que já haviam sido infrutíferas as pesquisas feitas por outras duas naus, que el-rei havia de à *«sua custa buscá-los»*.

Em seguida, o incansável investigador Ernesto do Canto publica a importante carta de Pietro Pasqualigo,³⁷ embaixador veneziano em Portugal, escrita onze dias depois da chegada a Lisboa de um dos navios da segunda expedição de Gaspar Corte-Real em 1501, carta que pela primeira vez apareceu traduzida do italiano em português, e em que claramente se relata aquela viagem, e que mesmo aqui arquivamos:

«[...] No dia 8 do presente (mês de outubro) chegou aqui uma das duas caravelas, que este sereníssimo rei (de Portugal) mandou o ano passado para descobrir terras setentrionais, sob o comando do capitão Gaspar Corte-Real: e conta haver achado terra a duas mil milhas de distância, entre noroeste e ponente, a qual antes por ninguém era conhecida; por cuja costa correram 600 a 700 milhas, sem lhe acharem o fim; pelo que julgaram que era terra firme em continuação de uma outra terra que o ano passado foi descoberta no Norte, as quais caravelas não puderam lá chegar por estar o mar gelado e infinita cópia de neve; isto mesmo lhe fez crer a multidão de grandes rios que ali acharam, que por certo em uma ilha não podiam ser tantos e tão grandes. Dizem que este país é muito povoado, e as casas dos habitantes são feitas de longuíssimos paus,

cobertos por fora com peles de peixes. Trouxeram para aqui sete pessoas, entre homens, mulheres e crianças; e com a outra caravela, que se espera a toda a hora, vem outras cinquenta.

As quais são de igual cor, figura, estatura e aspecto mui semelhante a ciganos; vestindo peles de diversos animais, principalmente de lontra; de verão com o pelo para fora, de inverno para dentro; e estas peles não são cosidas umas às outras de modo algum, ou adaptadas ao corpo, mas no mesmo estado, em que as tiram dos animais, cobrem com elas as espáduas e braços; ligam as partes pudibundas com algumas fortíssimas cordas feitas de nervos de peixe. De modo que parecem homens selvagens; são muito vergonhosos e mansos, mas tão bem feitos de braços, pernas, e espáduas, que não se podem descrever. Têm pinturas na cara como os índios, alguns tem seis sinais, outros oito, outros menos ou mais. Falam, mas não são entendidos por ninguém, e creio que lhe têm falado em todas as línguas possíveis. Na sua terra não há ferro, mas fazem facas de algumas pedras, e semelhantemente fazem as pontas das frechas. Eles trouxeram mais: uma peça de uma espada quebrada, dourada; a qual decerto parece feita na Itália. Uma criança deles, tinha nas orelhas duas peças de prata, que sem dúvida parecem feitas em Veneza,^{b 38} Isto me faz crer que seja terra firme, porque não é lugar, a que jamais tivesse ido navio, pois deles teria havido notícia. Eles, tem grandíssima cópia de salmões, arenques, stochafis³⁹ (bacalhau) e peixes semelhantes. Têm igualmente grande cópia de madeiras, e sobretudo pinheiros para fazer mastros e vergas de navios, pelo que este sereníssimo rei, intenta tirar grandíssima utilidade da dita terra, tanto pelas madeiras de navios de que tinha necessidade, como pelos homens que serão excelentes para as fadigas, e os melhores escravos que se tem até agora visto ...»

Segue-se a esta carta uma outra, escrita em Lisboa, em 17 de outubro de 1501, por Alberto Cantino⁴⁰ a Ercole d'Este,⁴¹ duque de Ferrara, em que transmite a narrativa que, em presença de el-rei D. Manuel, ouvira ao capitão de um dos

^b Segundo [Richard] Biddle estes objetos seriam restos dos que o veneziano [Sebastian] Cabot levava para trocar com os indígenas.

navios da expedição de Gaspar Corte-Real, o segundo navio chegou em 11 de outubro, acrescentando que se esperava com impaciência o terceiro navio.

Este importante documento foi extraído do original, que se encontra nos arquivos do Estado de Modena.⁴²

No fim do mesmo volume, a página 211,⁴³ depois de numerosos e importantes documentos relativos aos Corte-Reais, está publicada uma outra carta, no mesmo sentido, dirigida ao Senado de Veneza, em 18 de outubro de 1501, pelo mencionado Pietro Pasqualigo.

Os rumos da segunda viagem, segundo as narrações feitas, mostram que Gaspar Corte-Real pretendeu principalmente explorar as regiões do NW e não se dirigir em direitura para os pontos descobertos no ano anterior.

E sempre incansável nas suas investigações, e com o patriótico fim de dar aos portugueses o que de direito lhes pertence, o dr. Ernesto do Canto diz mais:⁴⁴

«Nas legendas de alguns mapas antigos encontram-se algumas notícias sucintas dos Corte-Reais, a começar pelas do mapa-mundi, enviado ao duque de Ferrara, em 1502, pelo mesmo Cantino, a respeito do qual Henry Harrisse⁴⁵ diz que — é seguramente o monumento da geografia, mais notável, e o mais importante, para a história das primeiras navegações transatlânticas, que conhece.

*Num mapa português, anónimo, anterior a 1520, na Biblioteca Real de Munique,⁴⁶ a Terra do Lavrador tem a legenda seguinte: «Terram istam portugalenses viderunt et tamen non intraverunt»⁴⁷ e sobre o país do bacalhau, paralelo à ilha da Terra Nova, lê-se: «Terram istam gaspar corte regalis portugalensis primo invenit et secum tulit homines silvestres et ursos albos, in ea est maxima multitudo animalium et avium nec non et piscium, qui anno sequenti naufragium perpessus nunquam redit, sic et fratri ejus Micaeli anno sequenti contigit».*⁴⁸

Na Biblioteca Ducal de Wolfenbüttel⁴⁹ existe um mapa em pergaminho do ano de 1534, em que se encontra, além de outras, a seguinte inscrição sobre a Tiera nueva de los bacalaos: «Esta tiera fue scubierta por los

portogesos, no ay en ello cosa de provecho mas, que los bacallaos que es pescado e muy boeno. Aqui se perdierõ los corte Reales».

No portulano de Vesconte Maggiolo⁵⁰ com data de 1511, comprado por M. Ricardo de Heredia,⁵¹ de Madrid, no leilão da biblioteca do conde de Altamira,⁵² em 7 de maio de 1870, na sexta folha, está desenhada a «Terra de los Ingres», e dez graus ao sul a «Terra de Lavorador de rey de portugal» e outros dez graus ao sul a denominada «Terra de corte reale de rey de portugall», seguida da indicação «terra de pescaria».

Este mapa torna-se interessante pela posição, em que coloca as descobertas de Cabot, muito ao norte das portuguesas, em oposição com as posições relativas, desenhadas por Sebastião Cabot⁵³ no seu mapa, feito em 1544».

A estas referências de subido valor documentativo seguem-se outras, para se poder julgar com fundamento, acerca do descobrimento e estabelecimento dos portugueses nas costas da América Setentrional, para os quais recomendamos a quem nos ler o IV volume do *Archivo dos Açores*, na impossibilidade de, nesta pequena memória, nos referirmos a todos os documentos, que ali existem, e que são de bastante importância.

É para lamentar que o governo português, adotando para o ensino de geografia mapas estrangeiros, que pela diferença da língua dificultam o estudo, e ao mesmo tempo faltam à verdade histórica, relativamente às nossas descobertas, não mande organizar, por quem competência bastante tivesse, mapas portugueses, dando às terras descobertas pelos portugueses os nomes que lhes são devidos, e que os estrangeiros fizeram desaparecer nos seus mapas, isto acompanhado dos respectivos compêndios, escritos cuidadosamente sobretudo o que nos dissesse respeito. Infelizmente é isto que se não faz.

Nas cartas de mercês, concedidas por D. Manuel a Vasco Anes Corte-Real, faz-lhe doação de «*tudo o que seus irmãos Gaspar e Miguel Corte-Real tinham descoberto*», e para que ele tinha concorrido com dispêndio de sua fazenda, e lê-se mais: «*para perpetuar em Vasco Anes o louvor e merecimento dos serviços, em que seus irmãos acabaram*» (carta de 17 de setembro de 1506).

Na carta, em que D. Manuel concedeu privilégios a João Martins, escudeiro e juiz dos órfãos em Angra, e que foi companheiro de Gaspar Corte-Real na sua primeira viagem de descobertas ao norte da América, em 1500, lê-se:

«[...] esguardando nós ao muito serviço que de Gaspar Corte-Real, fidalgo da nossa casa, temos recebido no descobrimento da terra anunciada e ao deante esperamos receber, pelo qual he merecedor de por elo lhe fazermos toda a mercê e acreçentamento e assy àqueles que no dito descobrimento ho ajudaram».

Esta carta de mercê de privilégios a João Martins, escudeiro, juiz dos órfãos em Angra, como recompensa dos serviços, prestados a Gaspar Corte-Real, ajudando na descoberta de 1500, parece dar razão a António Galvão, quando diz que Gaspar Corte-Real, partiu da ilha Terceira com dois navios».⁵⁴

Segundo se julga, Vasco Anes Corte-Real faleceu com cerca de 90 anos; e de sua mulher D. Joana da Silva⁵⁵ nasceram: Cristóvão Corte-Real,⁵⁶ que morreu criança; Manuel Corte-Real;⁵⁷ padre Miguel Corte-Real;⁵⁸ Bernardo Corte-Real;⁵⁹ D. Filipa;⁶⁰ e D. Maria da Silva.⁶¹

Manuel Corte-Real sucedeu a seu pai nas capitánias de Angra e de São Jorge, sendo o 3.º [capitão do] donatário, o que lhe foi confirmado por carta de 3 de agosto de 1538.

Em 20 de abril de 1518 foram-lhe concedidas as saboarias da ilha Terceira, o que lhe foi confirmado por carta de 15 de setembro de 1522.

Foi do conselho de el-rei D. João III, e escudeiro fidalgo, e os seus irmãos figuram no livro das moradias de D. Manuel, como moços fidalgos. Casou com D. Brites, dama da rainha D. Catarina.

Em 25 de outubro de 1576 foi-lhe dada a alcaidaria-mor do castelo de São Sebastião, em Angra, de que falaremos.

D. João III, por sua carta de 10 de março de 1544, concedeu-lhe o brasão de armas, que usara seu pai, e além das honras de senhor da Terra Nova, que este rei lhe confirmara, por carta de 6 de agosto de 1538, e D. Sebastião por carta de 12 de julho de 1574, quis ter a posse efetiva, aprontando com esse fim, em

1567, três navios com mantimentos e gente, para da ilha Terceira ir povoar a Terra Nova.

Da leitura do documento que lhe concede esta autorização, segundo a opinião do dr. Ernesto do Canto, vê-se um período que dá a entender, que, além dos esforços empregados por seu pai e por seus tios Gaspar e Miguel, ele próprio tinha mandado anteriormente algum outro navio explorar aquelas regiões; pois que na carta se lê: *«Manuel Corte-Real, Capitão ... me enviou dizer que ele e seu pai e tios mandarão descobrir a Terra Nova»*.

A pescaria nos mares da Terra Nova tinha atingido grande desenvolvimento em 1578; 50 navios portugueses traziam de lá em cada ano três mil toneladas de peixe, além de cem navios espanhóis, cento e cinquenta franceses e trinta ingleses.⁶²

Manuel Corte-Real faleceu em 1577-1578, sucedendo-lhe nas capitánias seu filho primogénito Vasco Anes Corte-Real,⁶³ 4.º [capitão do] donatário, o que lhe foi confirmado por carta de 28 de novembro de 1578, e bem assim confirmado o senhorio da Terra Nova por carta régia de 26 de maio de 1579.

E a este respeito diz o dr. Ernesto do Canto:

«É sem dúvida a este Vasco Anes Corte-Real,⁶⁴ que se refere um trecho de [Richard] Hakluyt⁶⁵ aonde conta ter ouvido a um português instruído, de grande autoridade e experiência, que um «Anus Cortereal Captayne of the yle of Tercera» por 1574, pouco mais ou menos, mandara um navio para descobrir a passagem pelo noroeste da América, o qual chegando à altura de 50 graus de latitude do norte, achara, na costa da América, uma grande entrada, muito profunda, sem gelo algum que impedisse o entrar por ali dentro, perto de vinte léguas, achando-a sempre correndo para o lado do sul; o que não puderam verificar por falta de víveres».

Do facto apontado não se encontra mais notícia alguma no mesmo autor, contudo talvez houvesse alguma relação entre ele e a colónia enviada à Terra Nova por Manuel Corte-Real em 1567.

Faleceu em novembro de 1581 e foi casado com D. Catarina da Silva ou Coutinho, filha do capitão dos ginetes, D. João Mascarenhas.⁶⁶

Como o seu filho primogénito, e único varão, Manuel Corte-Real,⁶⁷ morresse com D. Sebastião em Alcácer-Quibir em 1578,⁶⁸ ficou herdeira da casa paterna sua filha D. Margarida Corte-Real,⁶⁹ 5.^a donatária de Angra e São Jorge em 1582, e foi infelizmente a escolhida por Filipe II⁷⁰ para mulher de D. Cristóvão de Moura,⁷¹ principal instrumento das suas intrigas na pretensão à coroa de Portugal.

A Cristóvão de Moura concedeu Filipe II o título de conde de Castelo Rodrigo em 1594 e o de marquês em 1598;⁷² foi comendador-mor de Alcântara e vice-rei de Portugal,⁷³ sendo-lhe dadas, por cartas de 27 de junho de 1582, as donatarias de Angra e São Jorge e a da vila da Praia, vaga pela morte de Antão Martins Homem⁷⁴ em 9 de julho de 1577.

Tantas honras recebidas em paga da deslealdade e traição! E à herdeira de varões tanto ilustres, que só trataram de engrandecer a pátria, e que em todos os seus atos deram incontestáveis provas de amor pátrio, coube em sorte casar com um traidor!

Morrendo D. Margarida em Madrid, aos 9 de julho de 1610,⁷⁵ e seu marido aos 26 de dezembro de 1613, sucedeu-lhe nas donatarias de Angra, São Jorge e na do Faial e Pico, vaga pela morte de Jerónimo de Hutra Corte-Real,⁷⁶ seu filho D. Manuel de Moura Corte-Real,⁷⁷ 1.^o conde de Lumiares,⁷⁸ 2.^o marquês de Castelo Rodrigo, mordomo-mor de Filipe IV de Castela e III de Portugal, embaixador a Roma e governador dos Países Baixos.

Depois da gloriosa revolução de 1640, perdeu D. Manuel de Moura as capitánias, que o rei usurpador lhe havia concedido, sendo-lhe confiscados todos os seus bens.

Sua irmã, D. Maria de Mendonça,⁷⁹ e seu cunhado, D. Afonso de Portugal,⁸⁰ conde de Vimioso e 1.^o marquês de Aguiar, e que, como bons patriotas, seguiram a causa da independência de Portugal, el-rei D. João IV⁸¹ fez-lhes doação de todos os bens do marquês de Castelo Rodrigo em 1642.

A seu filho D. Luís de Portugal,⁸² que lhes sucedeu, foram confirmadas as capitanias dos Açores, por carta de lei de 8 de agosto de 1651.

Como morresse sem descendência, reverteram à coroa as capitanias em 1655, de onde nunca saíram, salvo a da Praia, por pouco tempo.⁸³

Eis o que nesta pequena memória podemos resumir de tantos e tão importantes documentos e considerações, que o dr. Ernesto do Canto nos apresenta, como já dissemos, no IV volume do *Archivo dos Açores*.

Se mão de mestre, cogitando e desenvolvendo o importantíssimo trabalho documentativo daquele benemérito investigador açoriano, que é uma glória micaelense, assim o aproveitasse, prestava incontestavelmente um relevante serviço à história nacional.

Na obra de M. Henry Harrisse sobre os Corte-Reais,⁸⁴ publicada em setembro de 1882, existe uma parte do planisfério, mandado fazer em Lisboa, antes de novembro de 1502 por Alberto Cantino, para ser enviado ao duque de Ferrara, Ercole d'Este.

Assim, encerremos este capítulo com o que, sobre este valioso documento, diz o dr. Ernesto do Canto:

«A parte publicada abrange: a Europa, a costa ocidental de África, e as regiões e ilhas da América do Norte e do Sul, até então descobertas.

Deste primoroso mapa extraímos as legendas relativas a Gaspar Corte-Real. A primeira está junto a uma terra, como ilha, coberta de arvoredos, que M. Harrisse, depois de detido estudo, julga ser parte da moderna ilha da Terra Nova.

A segunda, posta ao lado de uma ponta de terra, a que se chama — a Ponta d'Asia — parece referir-se à extremidade sul da Gronelândia.

Os seguintes textos vão copiados fielmente, e com o mesmo número de linhas que o mapa contém:

«Esta terra he descoberta per mandado do muy alto //
excelentissimo Sr. príncipe Rey dom manuel, Rey // de portugal, a

qual descobrio gaspar de corte // Real cavalleiro na cassa do dito Rey, o quall qua // ndo a descobrio mandou hum navio com certos // omes e molheres que achou na dita terra e elle // ficou com outro navio e nunca mais veo e crese // que he perdido: aqui há muitos mastos».

«Esta terra he descober (sic) por mandado do mui // excelentissimo princepe dom manonel Rey de // portugal a qual se cre ser esta a ponta d'asia, // e os que a descobriram nam chegaram a terra // mae viroula, e nam viram senam serras mui // to espessas, polla quall segum a opiniom dos // cosmofircos se cree ser a ponta d'asia».

- 1 Rita Pulquéria de Ornelas Bruges Ávila Paim da Câmara (Santa Luzia, 15 de junho de 1778 — Santa Luzia, 10 de outubro de 1823) foi a mais rica herdeira do seu tempo, tendo sabido, sob a judiciosa administração do seu marido, aumentar substancialmente a fortuna que herdou, procedendo a arroteamentos de baldios, plantio de novas espécies e à criação de gado. Entre muitos outros bens, que se situavam em quase todas as freguesias da Terceira, foi proprietária do Palácio de Santa Luzia, da grande Quinta do Reguinho, da Quinta das Bicas e da Quinta de São Pedro. Casou no oratório do Palácio de Santa Luzia a 31 de janeiro de 1802 com André Eloy Homem da Costa Noronha (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 49).
- 2 Vasco Anes da Costa (Tavira, 1360 — c. 1410), originário de Tavira, cavaleiro fidalgo e fronteiro-mor do Algarve. Defendeu Tavira das incursões dos castelhanos nas Guerras Fernandinas e foi partidário de Mestre de Avis, estando ao seu lado na Batalha de Aljubarrota. Dele descendem os membros da família Corte-Real, por intermédio de dois dos seus filhos, Vasco Anes Corte-Real e Gil Anes da Costa.
- 3 D. António de Lima e Xisto Tavares, *Nobiliário m.s.* e *Archivo dos Açores*. [António de Lima será D. António de Lima Pereira, genealogista nascido em Lisboa ou em Guimarães e falecido em 1582, autor de um nobiliário intitulado *Linhagens dos Fidalgos de Portugal*, célebre e muito copiado e anotado por outros genealogistas; Xisto Tavares, falecido em 1525, clérigo quaternário na Sé de Lisboa, escreveu o *Livro das Principais Linhagens de Portugal*, de que subsistem várias cópias manuscritas, que será o nobiliário manuscrito referido].
- 4 Embora com fracos fundamentos, segundo alguns autores, seria o fidalgo borgonhês Raymond de la Coste, que ajudara D. Afonso Henriques na conquista de Lisboa em 1147 (cf.: Francisco Fernandes Lopes, *Os irmãos Corte-Real*, p. 11. Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1957).
- 5 Fernão Lopes (fl. 1418–1459), escrivão e cronista oficial do Reino de Portugal, foi o 4.º guarda-mor da Torre do Tombo.
- 6 Episódio lendário referido no Canto I de *Os Lusíadas* recontando a aventura de 12 nobres portugueses, cujos nomes são conhecidos, que teriam ido a Inglaterra participar num torneio em defesa da honra de 12 damas inglesas que se sentiam injustiçadas na sua reputação. A vitória que teriam obtido serviu de mote a um mito glorificador da imagem nacional portuguesa (cf.: Rogério Miguel Puga, *Imagologia e Mitos Nacionais: O Episódio dos Doze de Inglaterra na Literatura Portuguesa (c.1550-1902) e o Nacionalismo (Colonial) de Teófilo Braga*. Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2014).
- 7 Na edição original aparece «Fernão Lopes», um manifesto equívoco.
- 8 *Naufragio e lastimoso successo da perdição de Manoel de Sousa de Sepulveda & D. Lianor de Sá sua mulher & filhos, vindo da India para este Reyno na nao chamada o galião grande S. João que se perdeo no cabo da boa Esperança, na terra do Natal. E a perigrinação que tiuerão rodeando terras de cañes mais de 300 léguas tè sua morte*. Composto em verso heroico & octava rima. Na officina de Simão Lopez, Lisboa, 1594.
- 9 *Naufrágio de Sepulveda*, Canto XIII, p. 152.
- 10 João Agostinho Pereira de Agrela e Câmara (Funchal, março de 1777 — Funchal, 28 de fevereiro de 1855), investigador da literatura e da história madeirense, dedicou-se com especial ênfase às pesquisas genealógicas. Escreveu uma coleção de memórias genealógicas que intitulou *Genealogias da Ilha da Madeira*, manuscrito que foi amplamente copiado.
- 11 Vasco Anes Corte-Real (Tavira, c. 1460 — Évora, 27 de fevereiro de 1537), por vezes referido por Vasqueanes Corte-Real, segundo deste nome na família, foi o 2.º capitão-do-donatário de Angra e da ilha de São Jorge, cargo em que sucedeu a seu pai, João Vaz Corte-Real. Tal como seu pai e irmãos, foi navegador e explorador dos mares para oeste dos Açores, crendo-se que tenha viajado até às costas da América do Norte (cf.: Ernesto do Canto, «Os Corte-Reaes; memoria historica, acompanhada de muitos documentos inéditos», in *Archivo dos Açores*, Ponta Delgada, 1883).

-
- 12 Miguel Corte-Real (Angra, c. 1465 — desaparecido em 1502), filho secundogénito de João Vaz Corte-Real, distinguiu-se como explorador do noroeste do Atlântico. Desapareceu nas costas da América do Norte em 1502. O seu desaparecimento deu origem a várias pesquisas e teses controversas, a mais conhecida das quais é do seu naufrágio nas costas da Nova Inglaterra, onde teria mantido contacto com as populações nativas e gravado parte da conhecida epígrafe da Pedra de Dighton (cf.: Ernesto do Canto, «Os Corte-Reaes; memoria historica, acompanhada de muitos documentos inéditos», in *Archivo dos Açores*, Ponta Delgada, 1883).
 - 13 Gaspar Corte-Real (Angra, c. 1465 — desaparecido, c. 1501), navegador e explorador que, conjuntamente com seu pai João Vaz Corte-Real e seu irmão Miguel, participou em várias viagens de exploração ao noroeste do Atlântico promovidas pela Coroa portuguesa. Essas viagens foram as primeiras expedições europeias modernas a alcançar a Terra Nova e possivelmente outras partes da costa leste do Canadá e da Nova Inglaterra (cf.: Louis-André Vigneras, «Corte-Real, Gaspar», in Brown, George Williams, *Dictionary of Canadian Biography I (1000–1700)*. University of Toronto Press, 1979; Ernesto do Canto, «Os Corte-Reaes; memoria historica, acompanhada de muitos documentos inéditos», in *Archivo dos Açores*, Ponta Delgada, 1883).
 - 14 Joana Corte-Real (fl. c. 1500), filha de João Vaz Corte-Real e de sua mulher Maria Abarca. Casou em Angra com Guilherme Moniz Barreto, o *Velho*.
 - 15 Iria Corte-Real (Angra — Angra, 1526), filha de João Vaz Corte-Real e de sua mulher Maria de Abarca. Casou em Angra com Pedro de Goes da Silva, natural do Reino, que vivia integrado no grupo liderado por João Vaz Corte-Real. Foi assassinada pelo marido num acesso de ciúme. O crime ocorreu na casa do capitão do donatário de Angra, onde terá ficado uma mancha de sangue «nas pedras de huma portada interior em que existio mais de cem anos, notando sse sempre a mancha delle, por mais diligencias que fizessem pello escurecer the que enfim o gastou o tempo», nas palavras de Manuel Luís Maldonado na *Fenix Angrence*, vol. 3, p. 21 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, p. 472).
 - 16 Isabel Corte-Real (Tavira, c. 1450 — Horta, 19 de julho de 1534), filha de João Vaz Corte-Real e de sua mulher Maria Abarca, e por isso irmã de Joana Corte-Real e de Iria Corte-Real. Casou com Joss de Utra (ou Jobs de Hutra), capitão do donatário nas ilhas do Faial e Pico, filho do flamengo Joost de Hurtere (Torhout, 1430 — Horta, 1495), fundador da cidade da Horta. Segundo Marcelino Lima, deixou estipulado no seu testamento que, no caso morrer no Faial, queria que o seu corpo fosse trasladado para a igreja do Convento de S. Francisco de Angra (cf.: Marcelino Lima, *Famílias Faialenses*, pp. 644 e 673-674).
 - 17 Joss de Utra (Horta, c. 1468 — Horta, c. 1549), também conhecido por Joss de Hurtere, Jós Dutra ou Jorge Dutra, foi o 2.º capitão do donatário nas ilhas do Faial e Pico, cargo que exerceu de 1495 a 1549. Era filho do flamengo Joost de Hurtere (Torhout, 1430 — Horta, 1495), também conhecido por Joss de Hurtere, na sua forma aportuguesada Joss de Utra, o primeiro capitão do donatário na ilha do Faial (por carta da Infanta D. Beatriz, tutora do donatário, de 29 de dezembro de 1482, a ilha do Pico foi também incorporada na sua capitania). Do seu casamento com Isabel Corte-Real nasceu Manuel de Utra Corte-Real, que o sucederia na capitania. Escudeiro-fidalgo da Casa Real, foi o 2.º capitão do donatário nas ilhas do Faial e do Pico, por carta de D. Manuel I, datada de 31 de maio de 1509. Mandou construir a Ermida de São Tiago onde veio a ser sepultado, a qual foi demolida, dando origem à atual Igreja Matriz da Horta, antiga Igreja do Colégio dos Jesuítas. Faleceu em data incerta, com testamento feito em 15 de março de 1549.
 - 18 Guilherme Moniz Barreto (c. 1450 — Angra, c. 1510), o *Velho*, chegou à Terceira por volta de 1474 integrado no grupo capitaneado por João Vaz Corte-Real, com cuja filha Joana casou. Instituiu um vasto morgadio que incluía vasta porção de terras no interior da ilha, a nas montanhas a norte de Angra. Um seu neto homónimo foi possuidor dessas terras e deu o nome à grande Caldeira de Guilherme Moniz.
 - 19 António Moniz Barreto (1530 — Lisboa, 1600), 25.º governador da Índia Portuguesa, notável pelo combate travado em Damão no ano de 1559. Nomeado em 1573 governador da Índia, cargo que ocupou até 1576, o seu governo foi considerado despótico e inadequado, levando à perda de Ternate. Era descendente de Pedro de Menezes, 1.º conde de Vila Real e primeiro governador de Ceuta.
 - 20 D. Francisco de Almeida (Lisboa, c. 1450 — Baía de Saldanha, 1 de março de 1510), explorador, homem de guerra e organizador notável, foi o primeiro vice-rei da Índia Portuguesa, cargo que exerceu de 1505 a 1509. Foi filho dos primeiros condes de Abrantes.
 - 21 Sebastião Moniz Barreto (c. 1500 — Angra, c. 1571), o *Velho*, o «*morgado da Ilha*» como lhe chama António Cordeiro. Fez testamento a 25 de maio de 1571, «no qual dezerda a sua filha D. Frausta por cazar com pessoa de menos qualidade». Fidalgo da Casa Real e moço fidalgo com 1\$000 réis de moradia, foi senhor de um rico morgado que incluía a grande caldeira do centro da ilha que tomou o nome de seu filho Guilherme Moniz. Mandou construir a ermida de Nossa Senhora do Desterro, junto ao Outeiro, que se destinava a mosteiro de freiras da Ordem de São Bernardo. O mosteiro não chegou a fundar-se, mas houve ali um recolhimento, onde em clausura, sem votos, viviam mulheres piedosas em comunidade. No arco da capela-mor da ermida tem um escudo com as armas dos Monizes, plenas. Casou com sua prima D. Joana de Menezes (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 187).
 - 22 Freira da Ordem de Cister, uma ordem religiosa monástica beneditina cujas monjas eram conhecidas por «*bernardas*» por a ordem ter sido reformada por São Bernardo de Claraval, nascido Bernard de Clairvaux (Fontaine-lès-Dijon, 1090 — Ville-sous-la-Ferté, 20 de agosto de 1153), um abade francês canonizado em 1174 e proclamado «*Doutor da Igreja*» em 1830.
 - 23 Joana Corte-Real (— Angra, 7 de dezembro de 1574), filha de Guilherme Moniz Barreto e de Joana Corte-Real, neta de João Vaz Corte Real e de sua mulher Maria Abarca.
 - 24 Mais conhecido por Castelo dos Moinhos, mas também por Forte ou Castelo de São Luís e por Castelo de São Cristóvão, localizava-se no atual Alto da Memória e terá sido a primeira fortificação construída no arquipélago.

A edificação começou nos finais da década de 1460, por iniciativa do fundador de Angra, Álvaro Martins Homem, sendo em 1474 transferida para a posse João Vaz Corte-Real. Era uma fortificação de proporções modestas, quadrangular, em posição dominante sobre o vale e o porto de Angra, ainda construída segundo as conceções castrenses tardo-medievais de defesa em acrópole, em lugar elevado e afastado do mar. Pelo lado da elevação corria a levada que movia os moinhos erguidos na encosta, a Ribeira dos Moinhos, circunstância que fez com que o local ficasse conhecido como o Alto dos Moinhos e a fortificação como o Castelo dos Moinhos. A construção definitiva foi concluída em 1493, sob a direção de Pedro Anes Rebelo, que na qualidade de provedor das fortificações fora enviado à ilha em 1482. Pedro Anes Rebelo veio a desposar uma sobrinha da esposa de João Vaz Corte-Real e terá sido o primeiro governador da fortaleza. O Castelo dos Moinhos foi doado ao Município em 1839 e demolido em 1844 para dar lugar à Memória.

- 25 Conhecido simplesmente por «*Memória*» é um obelisco de evidente simbologia maçónica cuja pedra fundamental foi lançada a 3 de março de 1845, ficando concluído em 1856. Essa primeira pedra foi recolhida no cais da cidade, sendo uma das que o imperador D. Pedro havia pisado aquando do seu desembarque em 1832. As pedras do antigo Castelo dos Moinhos foram reaproveitadas para a construção do monumento. Foi muito danificado pelo terramoto de 1980, sendo reconstruído e reinaugurado pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo em 25 de abril de 1985, aniversário natalício do 1.º conde da Praia, o promotor da construção inicial.
- 26 O Hospital de Santo Espírito foi a primeira instituição hospitalar dos Açores, criado em 15 de março de 1492, por iniciativa de João Vaz Corte-Real e demais confrades da Irmandade do Santo Espírito, que para tal obtiveram alvará real para a sua instituição. Funcionou não só para tratamento dos pobres e desvalidos do concelho, mas também para os forasteiros enfermos, enfraquecidos pelas longas viagens pelo mar (cf.: Álvaro Monjardino, «1492: o Hospital dos Descobrimentos», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. L (1992), pp. 347-363).
- 27 Pedro Anes Rebelo (fl. 1480-1490), na edição original referido por Pedro Nunes Rebelo, foi enviado à ilha Terceira pela infanta D. Beatriz como provedor das fortificações. Para além da urbanização da Vila de São Sebastião, foi responsável pela conclusão do amuralhamento da Praia, incluindo a construção do Forte de Nossa Senha da Luz, e pela conclusão do Castelo dos Moinhos. Casou com Isabel Dias Vieira, filha de Diogo Álvares Vieira, parente de Maria Abarca, esposa de João Vaz Corte-Real.
- 28 Em 27 de outubro de 1495, por via da aclamação de D. Manuel I como rei de Portugal, na altura duque de Viseu e senhor das ilhas, estas foram incorporadas na coroa, já que o donatário passou a ser o próprio rei. Esta incorporação alargou a ação régia no governo insular, mas não alterou substancialmente a orgânica administrativa. As capitanias conservaram o mesmo estatuto e demonstraram notável constância, resistindo a distintas vicissitudes políticas até às reformas pombalinas e à criação, em 1766, da Capitania-Geral dos Açores.
- 29 Ali Barraxo é descrito por Gaspar Frutuoso como «o grande capitão Barraxo, valentíssimo e famosíssimo mouro, senhor de 22 000 mouros de cavalo, seus súbditos». Teria sido derrubado do seu cavalo e em consequência feito prisioneiro, vendo a sua bandeira capturada. Esse estandarte teria dado origem à bandeira que servia de sembre às armas de Vasco Anes Corte-Real (cf.: Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, livro VI, cap. 9.º). Barraxo teria o *mulei* idríssida Ali ibn Rashid al-Alami, fundador em 1471 da cidade de Chefchaouen (Shafshāwan), que terá ali falecido por volta de 1512, pelo que se o episódio é verídico conseguiu a sua libertação sem maiores consequências.
- 30 A «*ilha da Garça*» poderá ser uma referência à ilha das Garças, nome pelo qual foi conhecida a principal ilha da baía de Arguim, na costa da atual Mauritânia.
- 31 Ernesto do Canto, «Os Corte-Reaes; memoria historica, acompanhada de muitos documentos inéditos», pp. 6-7 in *Archivo dos Açores*, Ponta Delgada, 1883.
- 32 Damião de Góis (Alenquer, 2 de fevereiro de 1502 — Alenquer, 30 de janeiro de 1574), historiador e humanista, epistológrafo, viajante, diplomata e alto funcionário régio, foi uma das personalidades mais relevantes do Renascimento em Portugal. A obra citada é a *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manuel* (Of. de Miguel Senescal da Costa, Lisboa, 1749). Na obra dedica o capítulo LXVI da Primeira Parte (pp. 87-88 na edição de 1749) aos Corte-Reais com o título «*De quomo el Rei mandou duas naos em busca dos Corte Reaes, que se perderam indo a descobrir pera banda do Norte*».
- 33 António Galvão (Lisboa, c. 1490 — Lisboa, 1557), 7.º capitão das Molucas e cronista. Foi o primeiro a apresentar um relato abrangente das principais explorações realizadas até 1550 por portugueses e espanhóis. A sua obra apresenta uma precisão notável, especialmente o *Tratado dos Descobrimentos*, publicado inicialmente em Lisboa em 1563, e traduzido para o inglês por Richard Hakluyt em 1601. A obra citada é o «*Tratado que compôs o nobre & notauel capitão Antonio Galuão, dos diuersos & desuayrados caminhos, por onde nos tempos passados a pimenta & especearia veyo da India ás nossas partes, & assi de todos os descobrimentos antigos & modernos, que são feitos até a era de mil & quinhentos & cincoenta....*». [Lisboa] : impressa em casa de Ioam da Barreira, impressor del rey nosso senhor, na Rua de sã Mamede, 1563. A referência aos Corte-Reais consta do verso da p. 28 da edição de 1563.
- 34 D. Jerónimo Osório da Fonseca (Lisboa, 1506 — Tavira, 20 de agosto de 1580), bispo de Silves, foi um teólogo, filósofo, moralista e exegeta português. Publicou várias obras, entre as quais: «*Da vida e feitos d'El Rei D. Manoel : XII. Livros dedicados ao Cardeal D. Henrique seu filho por Jeronymo Osorio, Bispo de Sylves ; vertidos em portuguez pelo Padre Francisco Manoel do Nascimento*», tomo I [-III]. - Lisboa : Impressão Regia, 1804-1806. O trecho sobre os Corte-Reais consta de pp. 189-191 do tomo I da edição de 1804.
- 35 Damião de Góis, *Chronica de D. Manoel*, p. 87 da edição de 1749.
- 36 Damião de Góis, *Chronica de D. Manoel*, p. 87 da edição de 1749.

-
- 37 Pietro Pasqualigo (Veneza, 1472 — a caminho de Milão, 1515), membro de uma família de mercadores e marinheiros, frequentou a Universidade de Paris, onde estudou filosofia e teologia. Após viajar pela Europa, os seus sólidos conhecimentos de latim permitiram que entrasse no serviço diplomático da Sereníssima República de Veneza. Enviado para Lisboa em 1501, foi recebido por D. Manuel a 20 de agosto daquele ano. Permaneceu em Lisboa até 1504, prosseguindo depois uma carreira diplomática que o levaria a várias capitais europeias.
- 38 Richard Biddle (Philadelphia, 25 de março de 1796 — Pittsburgh, 6 de julho de 1847), advogado, escritor e político norte-americano. Investigou a história da exploração europeia das costas atlânticas da América do Norte. A obra referida intitula-se «*A Memoir of Sebastian Cabot, with a Review of the History of Maritime Discovery*», publicada em Londres no ano de 1831.
- 39 O termo «*stochafis*», seguramente derivado do inglês «*stockfish*», foi utilizado para designar o bacalhau.
- 40 Alberto Cantino (fl. 1490-1510), representante diplomático do duque de Ferrara em Lisboa. Conseguiu obter e remeter clandestinamente ao seu empregador um mapa detalhado dos descobrimentos portugueses até à época (1502), de autor anónimo, mapa que ficaria conhecido por *Planisfério de Cantino*.
- 41 Ercole I d'Este (Ferrara, 26 de outubro de 1431 — Ferrara, 15 de junho de 1505), membro da poderosa família d'Este, foi de 1471 a 1505 duque de Ferrara e de Modena e Reggio.
- 42 Archivio di Stato di Modena, organismo situado em Modena que guarda os arquivos da Casa d'Este e do Ducado de Ferrara.
- 43 O volume referido é: Ernesto do Canto, *Os Corte-Reaes; memoria historica, acompanhada de muitos documentos ineditos*. Archivo dos Açores, Ponta Delgada, 1883.
- 44 Ernesto do Canto, *op. cit.*, pp. 51-52.
- 45 Henry Harrisse (Paris, 28 de maio de 1829 — Paris, 13 de maio de 1910), advogado que se notabilizou como escritor e historiador, mas que também foi um reputado crítico de arte. As suas mais importantes obras centram-se na história da descoberta europeia da América do Norte e nas representações cartográficas primitivas do Novo Mundo.
- 46 A antiga *Hofbibliothek* de Munique (Bibliotheca Regia Monacensis), fundada em 1558, hoje *Bayerische Staatsbibliothek* (Biblioteca do Estado da Baviera).
- 47 Que traduzido será: «*Os portugueses viram esta terra e ainda assim não entraram nela*».
- 48 Traduzido será: «*Gaspar Corte-Real, português, foi o primeiro a descobrir esta terra e trouxe consigo homens selvagens e ursos brancos. Há uma grande multitude de animais e pássaros, e também peixes. No ano seguinte, ele sofreu um naufrágio e nunca mais retornou. A mesma coisa aconteceu com seu irmão Miguel no ano seguinte*».
- 49 A Bibliotheca Augusta de Wolfenbüttel (Baixa Saxónia), agora designada *Herzog August Bibliothek Wolfenbüttel* (Biblioteca Duque Augusto).
- 50 Vesconte Maggiolo (Génova, 1475 — Génova, entre 1549 e 1561), cartógrafo italiano pertencente a uma família que há várias gerações se dedicava à produção de mapas. Aparece referido também como Vesconte de Maiollo ou de Maiolo.
- 51 Ricardo Heredia y Livermore (1831-1896), conde de Benahavís, aristocrata e político, criador da coleção conhecida por «*Biblioteca Benahavís*», entretanto dispersa por venda em leilões realizados em Paris entre 1891 e 1894.
- 52 José María Osorio de Moscoso y Carvajal (Madrid, 12 de abril de 1828 — Cabra, 4 de novembro de 1881), aristocrata e político espanhol que para além de conde de Altamira acumulava numerosos outros títulos nobiliários, entre os quais o ducado de Sessa e o condado de Cabra. Foi esposo da infanta Luisa Teresa de Borbón. Perante a ruína económica da família, continuando um processo de alienações e leilões iniciado por seu pai, vendeu ao desbarato um dos maiores arquivos privados do mundo, levando à perda de valiosos documentos e livros (cf.: José Checa Beltrán & Abraham Madroñal Durán, «Manuscritos dieciochescos desconocidos del Fondo Altamira en la Biblioteca de Ginebra», in *Cuadernos de Estudios del Siglo XVIII (CESXVIII)*, n.º 28 (2018), pp. 221-252).
- 53 Sebastião Cabot (Veneza, c. 1474 — Londres, 1557), nascido Sebastiano Caboto, mas mais conhecido por Sebastian Cabot, explorador veneziano, filho do explorador veneziano Giovanni Caboto, mais conhecido por John Cabot. Sebastiano Caboto acompanhou seu pai em viagens de exploração no noroeste do Atlântico e, após a morte deste, conduziu as suas próprias viagens em busca da Passagem do Noroeste ao serviço do rei de Inglaterra. Esteve depois ao serviço de Espanha, tendo explorado as costas da América do Sul, nomeadamente o Rio de la Plata.
- 54 Dr. Ernesto do Canto, *Archivo dos Açores*, vol. IV, pág. 450.
- 55 Joana da Silva (— Lisboa, 1518), esposa de Vasco Anes Corte-Real, filho de João Vaz Corte-Real e de D. Maria Abarca, que sucedeu a seu pai nas capitánias de Angra e de São Jorge. Era filha de Garcia de Melo, alcaide-mor de Serpa, e de D. Filipa da Silva. Felgueiras Gaio, no seu *Nobiliário*, dá-lhe o nome de D. Joana ou D. Jerónima Pereira, nome que lhe vinha de seu avô materno Henrique Pereira, comendador-mor de São Tiago, enquanto Alão de Moraes a trata por D. Joana da Silva (Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. VI, p. 632).
- 56 Cristóvão Corte-Real, filho de Vasco Anes Corte-Real e de D. Joana da Silva, faleceu criança antes de 1518.

-
- 57 Manuel Corte-Real (Angra, c. 1510 — Lisboa, 1578), filho e sucessor de Vasco Anes Corte-Real, foi o 3.º capitão do donatário nas capitanias de Angra e da ilha de São Jorge, cargos que exerceu de 1537 até falecer. Pertencente à poderosa família Corte-Real, ao tempo em rápida ascensão social apoiada em sucessivos casamentos com membros da melhor aristocracia do reino, fez parte da primeira geração de capitães que passou a viver em Lisboa, deixando as capitanias entregues aos cuidados dos seus ouvidores. Foi, como os seus antecessores, senhor da Terra Nova, confirmado por cartas régias de 6 de agosto de 1538 e de 12 de julho de 1574. Pretendendo ter a posse efetiva dessas paragens, em 1567 preparou três navios com gente da ilha Terceira para a povoarem. O projeto terá, contudo, resultado em insucesso, não se conhecendo as causas. Foi pai do humanista, poeta e pintor Jerónimo Corte-Real, senhor do morgado da herdade de Vale da Palma, em Nossa Senhora de Machede, concelho de Évora. Casou com a dama espanhola D. Beatriz de Mendoza, filha de Iñigo López de Mendoza e de Maria Bazán, dama da rainha D. Catarina, filha do 2.º visconde de Palacios de Valduerna. Associou assim na sua descendência a família Corte-Real às ilustres famílias espanholas de Mendoza e de Bazán (cf.: Dionísio David, «Corte-Real, Manuel», in Luís de Albuquerque (coord.), *Dicionário de História dos Descobrimentos*, vol. I, p. 303. Círculo de Leitores, Lisboa, 1993).
- 58 Miguel Corte-Real (fl. 1500), o segundo deste nome, foi um dos sete filhos de Vasco Anes Corte-Real e de D. Joana da Silva. Foi sacerdote e teve o foro de fidalgo da Casa Real em 1518 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III p. 476).
- 59 Bernardo Corte-Real (1490 — c. 1561), filho de Vasco Anes Corte-Real e de D. Joana da Silva, foi alcaide de Tavira de 1537 a 1561. Sobre Bernardo Corte-Real escreve Gaspar Frutuoso nas suas *Saudades da Terra*, livro V, que foi «[...] muito fidalgo e nobre de condição, grande muzico e tangedor de viola, e de muito gentil voz, e bom latino, sabia bem fallar francez e italiano. Foi alcaide Môr de Tavila do Algarve, e casado com D. Maria de Menezes, irmã de D. Jorge Telles de Menezes. Era também grande cavalleiro, muito airoso, forte e bom cavalgador.»
- 60 Filipa da Silva (Angra — Lisboa, 19 de abril de 1548), filha de Vasco Anes Corte-Real e de D. Joana da Silva, faleceu solteira. Está sepultada na Igreja de Santos-o-Novo. Deixou a seu sobrinho, D. Diogo de Eça, um morgadio que instituiu por testamento de 22 de novembro de 1546 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III p. 478).
- 61 Maria da Silva (Angra c. 1500 —), filha de mais nova de Vasco Anes Corte-Real e de D. Joana da Silva. Casou com D. Pedro de Eça, filho de D. Francisco de Eça, capitão de Malaca. Foram os pais de D. Diogo de Eça que herdou o vínculo instituído por sua tia materna D. Filipa da Silva (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III p. 478).
- 62 *Índice Chronologico das navegações dos portugueses*, Lisboa, 1841, pág. 188. Obra anónima do Cardeal Saraiva [Francisco de São Luís Saraiva (Ponte de Lima, 26 de janeiro de 1766 — Lisboa, 7 de maio de 1845), popularmente conhecido como Cardeal Saraiva, o 8.º Patriarca de Lisboa com o nome de D. Francisco II].
- 63 Vasco Anes Corte-Real (Lisboa, c. 1530 — Lisboa, novembro de 1581), terceiro do nome, filho de Manuel Corte-Real, 3.º capitão do donatário em Angra. Exerceu os cargos de capitão do donatário em Angra e na ilha de São Jorge, em ambos os casos desde 1577 até falecer em 1581. A mãe era a dama espanhola D. Beatriz de Mendoza, filha de Iñigo López de Mendoza e de Maria Bazán, dama da rainha D. Catarina, filha do 2.º visconde de Palacios de Valduerna. Casou com D. Catarina da Silva ou Coutinho, filha de D. João de Mascarenhas, capitão dos ginetes. Foi pai de Margarida Corte-Real (1547-1610), 5.º capitão-do-donatário em Angra e São Jorge, que casou com D. Cristóvão de Moura, 1.º marquês de Castelo Rodrigo e vice-rei de Portugal, que em 1582 assumiu as capitanias e deu origem a uma das mais influentes famílias do reinado de Filipe II de Espanha.
- 64 [António Caetano de Sousa], *Provas da Historia Genealogica [da Casa Real Portuguesa: Tiradas dos Instrumentos dos Archivos da Torre do Tombo, da Serenissima Casa de Bragança, de diversas Cathedraes, Mosteiros, e outros particulares deste Reyno]*, tomo II, pág. 843. [Lisboa, Officina Sylviana da Academia Real, 1742].
- 65 [Na edição original por lapso «Hakbey». A citação é retirada da obra de Richard Biddle, *A Memoir of Sebastian Cabot: With a Review of the History of Maritime Discovery* (London: Sherwood, Gilbert, and Piper, 1832), onde aparece a p. 286].
- 66 D. João Mascarenhas, capitão dos ginetes de D. Manuel e de D. João III, alcaide das sacas da vila e porto de Mértola.
- 67 Manuel Corte-Real (Lisboa, c. 1550 — Alcácer-Quibir, 1578), filho de Vasco Anes Corte-Real, o terceiro do nome. Solteiro, morreu na batalha de Alcácer-Quibir em 1578, extinguindo a linha varonil da família. A sua morte sem descendência levou a que Margarida Corte-Real, sua irmã, herdasse as capitanias de seu pai, passando-as, por casamento, para D. Cristóvão de Moura, 1.º marquês de Castelo Rodrigo, que em 1582 as assumiu.
- 68 A Batalha de Alcácer-Quibir, também grafado Alcácer-Quivir, al Quasr al-kibr, Alcazarquivir ou Alcassar, significando «grande fortaleza» (em árabe: معركة القصر الكبير), conhecida em Marrocos como a Batalha dos Três Reis (em árabe: معركة الملوك الثلاث) ou Batalha de Oued al-Makhazin (em árabe: معركة وادي المخازن), foi travada no norte de Marrocos, perto da cidade de Alcácer-Quibir, entre Tânger e Fez, em 4 de agosto de 1578. Os portugueses, liderados pelo rei D. Sebastião, aliados ao exército do sultão Mulei Maomé (Abu Abdalá Maomé Saadi II, da dinastia saadiana), combateram um grande exército saadiano liderado pelo sultão Mulei Moluco (Abu Maruane Abdal Malique I Saadi, tio de Mulei Mohammed) que gozava do apoio otomano. A derrota portuguesa, com o desaparecimento em combate do rei D. Sebastião e o aprisionamento ou morte da nata da nobreza portuguesa, levou à crise dinástica de 1580 e ao nascimento do sebastianismo.
- 69 Margarida Corte-Real (Lisboa, 1547 — Lisboa, 9 de julho de 1610), filha de Vasco Annes Corte-Real, o terceiro do nome, que por casamento com Cristóvão de Moura foi a 1.ª condessa e a 1.ª marquesa de Castelo Rodrigo.

Por morte prematura do seu único irmão, foi herdeira da casa paterna, para o que seu pai obteve especial autorização real dispensando as suas capitânias da lei mental. Casou com D. Cristóvão de Moura, um dos mais fiéis apoiantes de Filipe II de Espanha, que viria a ser vice-rei de Portugal durante a União Ibérica. Foi mãe de D. Manuel de Moura Corte-Real, 2.º marquês de Castelo Rodrigo e 1.º conde de Lumiares, 6.º capitão do donatário em Angra e em São Jorge, e ainda capitão do donatário nas capitânias da Praia e das ilhas do Pico e Faial, importante diplomata e político espanhol.

- 70 Filipe II de Espanha (Valladolid, 21 de maio de 1527 — El Escorial, 13 de setembro de 1598) foi rei de Espanha (1556-1598), rei de Portugal (1581-1598, como Filipe I), rei de Nápoles e Sicília (ambos de 1554) e jure uxoris rei da Inglaterra e Irlanda (durante seu casamento com a rainha Maria I de 1554 a 1558). Foi também duque de Milão e, a partir de 1555, senhor das Dezassete Províncias dos Países Baixos. Filho do imperador Carlos V do Sacro Império Romano-Germânico e de D. Isabel de Portugal, foi cognominado *Felipe el Prudente* em Espanha. O seu império incluía territórios em todos os continentes, incluindo as Filipinas, assim designadas em sua honra. Durante seu reinado, o império espanhol alcançou o auge da sua influência e extensão, dando corpo ao chamado Século de Ouro Espanhol.
- 71 Cristóvão de Moura e Távora (Lisboa, 1538 — Madrid, 26 de dezembro de 1613), 1.º conde de Castelo Rodrigo (em 3 de maio de 1594) e depois 1.º marquês de Castelo Rodrigo (em 29 de janeiro de 1600), fidalgo português líder do partido espanhol aquando da crise de sucessão de 1580, foi um dos mais influentes e brilhantes políticos da fase inicial da União Ibérica. Casado com Margarida Corte-Real, da poderosa e rica família Corte-Real. Foi escolhido para vice-rei de Portugal em três diferentes ocasiões, tendo influência determinante na condução da política portuguesa no contexto da monarquia hispânica de 1581 até 1612, ano em que concluiu o seu último mandato como vice-rei. Foi sucedido nas suas capitânias e na gestão da sua casa por seu filho Manuel de Moura Corte-Real.
- 72 Feito conde de Castelo Rodrigo por Filipe II de Espanha (Filipe I de Portugal) por carta de assentamento passada em Lisboa a 3 de maio de 1594, tomando como título uma vila e um castelo de que seu pai fora alcaide. O título foi recompensa pelos serviços prestados por este gentil-homem português à causa espanhola durante a crise de sucessão de 1580. O título foi extinto pela elevação do conde a 1.º marquês de Castelo Rodrigo, título criado por Filipe III por carta de 29 de janeiro de 1600.
- 73 Quando Filipe III dissolveu o Conselho de Portugal estabelecido por seu pai, nomeou D. Cristóvão de Moura como vice-rei de Portugal. Este exerceu o cargo de 29 de janeiro de 1600 a 1603, apesar da sua presença ter sido considerada como um desaforo por parte das elites do reino, pois violava um dos princípios estabelecidos pelas Cortes de Tomar que determinava que apenas pessoas de sangue real pudessem desempenhar o cargo de vice-rei. Este primeiro governo do Marquês de Castelo Rodrigo não foi bem aceite pelos portugueses. Os elevados impostos que lançou numa época de dificuldades financeiras, aprofundaram a rejeição à sua atuação. Apesar disso, foi um governante exigente na defesa dos interesses portugueses junto da corte de Madrid. Após uma curta interrupção em 1603, em que o cargo foi assegurado por D. Afonso de Castelo Branco, bispo de Coimbra e conde de Arganil, retomou as funções, completando em 1603 o triénio para que fora nomeado. Por pressão do duque de Lerma, e muito contra a sua vontade, voltou a ser nomeado vice-rei de Portugal, função que exerceu de fevereiro de 1608 a 1612. Neste período continuou as obras nas suas propriedades familiares, com destaque para o seu palácio de Lisboa.
- 74 Antão Martins Homem (Praia, 1521 — Praia, 9 de julho de 1577), neto de Antão Martins Homem, 2.º capitão do donatário na vila da Praia. Exerceu aquele cargo até falecer. Casou em Lisboa, a 9 de maio de 1513, com D. Beatriz de Noronha, filha de D. João Henriques, vedor da casa da infanta D. Guiomar Coutinho, duquesa da Guarda, e de sua mulher Inês de Abreu, filha de João Fernandes do Arco e de sua mulher Beatriz de Abreu, uma família com ligações à ilha da Madeira.
- 75 Na edição original lê-se «25 de junho de 1610».
- 76 Jerónimo de Utra Corte-Real (Horta, c. 1546 — Horta, 1610), capitão do donatário nas ilhas do Faial e do Pico, cargo que exerceu desde 1582 até falecer. Casado com D. Margarida de Azevedo, filha do cavaleiro Afonso Figueira, era o segundo filho do casamento de Manuel de Utra Corte-Real, 3.º capitão do donatário no Faial e Pico, com a plebeia Maria Vicente. Após a morte do irmão, Gaspar de Utra Corte-Real, prosseguiu o pleito iniciado por este e sua mãe na pretensão à posse da capitania das ilhas do Faial e Pico, reivindicada pela família desde a morte de Manuel de Utra Corte-Real em 1553. Após um longo período de insucesso, a 15 de junho de 1582 Filipe II reconheceu Jerónimo Utra Corte-Real como herdeiro legítimo e concedeu-lhe o governo daquelas ilhas, provavelmente influenciado pelo parentesco existente entre ele e Margarida Corte-Real, sua prima e herdeira das capitânias das ilhas Terceira e São Jorge, casada com D. Cristóvão de Moura. Falecendo sem filhos, foi sucedido no cargo por D. Manuel de Moura Corte-Real, 1.º marquês de Lumiares e 2.º marquês de Castelo Rodrigo, o filho primogénito de Margarida Corte-Real. Está sepultado na capela-mor da antiga igreja de São Francisco da Horta (cf.: Marcelino Lima, *Famílias Faialenses*, pp. 645, 682-688).
- 77 Manuel de Moura Corte-Real (Madrid, 17 de agosto de 1590 — Madrid, 28 de janeiro de 1651), 1.º conde de Lumiares e depois 2.º marquês de Castelo Rodrigo, aristocrata que ao serviço de Filipe IV de Espanha desempenhou importantes funções diplomáticas e governamentais. Foi embaixador junto da Santa Sé e na corte imperial de Viena, governador dos Países Baixos Espanhóis (1644-1647) e plenipotenciário à Paz de Münster concluída no ano de 1648. Distinguiu-se, ainda, como genealogista.
- 78 Conde de Lumiares foi um título de nobreza português, referente à localidade de Lumiares, município de Armamar, criado a 2 de novembro de 1607, por carta do rei D. Filipe II de Portugal, a favor de Manuel de Moura Corte-Real (1590-1651), o primogénito de D. Cristóvão de Moura, 1.º marquês de Castelo Rodrigo. Após a Restauração, o título continuou a ser concedido, mas como título espanhol, não sendo reconhecido como título português. O título português foi recriado em 1753, a favor de Carlos Carneiro de Sousa e Faro (1710-1775), por troca com o título de 5.º conde da Ilha do Príncipe.

-
- 79 Maria de Mendonça (Madrid, 1590 — Lisboa, 10 de outubro de 1659), frequentemente referida por D. Maria de Mendoza, casou com D. Afonso de Portugal, futuro 5.º conde de Vimioso e 1.º marquês de Aguiar, em Lisboa, a 23 de novembro de 1616. Após a Restauração e o consequente confisco dos bens dos Marqueses de Castelo Rodrigo em Portugal, o conde de Vimioso, por ser casado com a filha de D. Margarida Corte-Real, receberia a administração das capitanias que haviam sido de Cristóvão de Moura e dos seus descendentes, nomeadamente as de Angra e Praia, na ilha Terceira, a da ilha de São Jorge e a das ilhas do Faial e Pico. Depois de viúva, em 1650, e com 60 anos de idade, fez-se noviça no Mosteiro do Santíssimo Sacramento, das dominicanas. Este mosteiro, situado em Alcântara, é conhecido, igualmente, por Mosteiro dos Vimioso por ter sido fundado pelos condes de Vimioso.
- 80 Afonso de Portugal e Castro (1591 — Lisboa, 4 de agosto de 1649), 5.º conde de Vimioso e 1.º marquês de Aguiar, filho de D. Luís de Portugal e Castro, 4.º conde de Vimioso. Por herança paterna foi 9.º capitão do donatário da capitania de Machico. Após a Restauração da Independência em 1640, foi governador de armas do Alentejo, membro do Conselho de Estado de D. João IV e administrador dos bens da família Corte-Real em Portugal por seu cunhado, D. Manuel de Moura Corte-Real, ter optado por permanecer em Espanha. O rei D. João IV, por carta de 8 de setembro de 1643, elevou-o a 1.º marquês de Aguiar. Entre os bens por ele administrados contava-se as capitanias de Angra e Praia.
- 81 D. João IV (Vila Viçosa, 19 de março de 1604 — Lisboa, 6 de novembro de 1656), apelidado de *O Restaurador*, foi rei de Portugal e Algarves de 1640 até à sua morte, e duque de Bragança entre 1630 e 1645. Conduziu a fase inicial da Guerra da Restauração, a qual só terminaria no reinado do seu filho e sucessor D. Afonso VI.
- 82 Luís de Portugal e Castro (Lisboa, 1620 — Lisboa, 2 de abril de 1655), 6.º conde de Vimioso, aristocrata que, entre outras funções, foi comendador e alcaide-mor de Juromenha, clareiro da Ordem de Avis e capitão do donatário nas capitanias de Machico, de Angra, da Praia e da ilha de São Jorge.
- 83 Após o falecimento de D. Luís de Portugal e Castro, ocorrido em 1655, a capitania permaneceu entre os bens próprios da Coroa até 1663, ano em que foi concedida a Francisco de Ornelas da Câmara, que a adquiriu por 20 000 cruzados dados para a Guerra da Restauração. Pelo falecimento deste, ocorrido em 1665 passou para seu filho Brás de Ornelas, que faleceu em 1712, sendo neste ano novamente incorporada na Coroa. Em 1715 foi concedida a Luís António de Basto Baharem, que foi o último titular privado da capitania. Foi reincorporada na Coroa em 1749 e definitivamente extinta em 1766 com a criação da Capitania Geral dos Açores.
- 84 Henry Harrisse, *Les Corte-Real et leurs voyages au Nouveau-Monde, d'après des documents nouveaux ou peu connus tirés des archives de Lisbonne et de Modène*. Ernest Leroux Éditeur, Paris, 1882.

Capítulo VIII

Continuação das descobertas. Vasco da Gama e Paulo da Gama

Conseguiu Gil Eanes dobrar o terrível Cabo Bojador, como já dissemos.

«Chegado ao Cabo, mandara um batel à praia, mas não se encontrara rasto de povoação; querendo trazer, contudo, ao infante um sinal da nova terra a que abordara, colheu algumas ervas, em Portugal chamadas rosas-de-Santa-Maria.^a Como os heróis dos romances de cavalaria, fora através de perigos ignotos colher em novas regiões a flor maravilhosa. Como o ramo de oiro colhido por Eneias abriu ao herói de Virgílio a entrada dos Elísios,¹ as rosas de Santa Maria eram o talismã, que abria aos portugueses o paraíso da Índia».^b

Assim, em 1434 regressou a Portugal a dar a boa nova ao infante.^c

No ano seguinte voltou Gil Eanes a dobrar novamente o Bojador, acompanhando-o, como capitão de um outro navio, Afonso Gonçalves Baldaya,² natural do Porto, copeiro do infante, e que em 1461, veio estabelecer-se na Terceira, onde prestou relevantes serviços, como já referimos.

Seguiram-se depois essas importantes descobertas, e conquistas na costa africana até à Serra Leoa, ainda em vida do infante, onde os portugueses praticaram atos de heroicidade e valor, nas lutas que tiveram de sustentar, a par de outros atos que praticaram dignos de alta censura, selvagens mesmo, especialmente os realizados nas expedições de Lançarote [de Lagos].³

Não há quadro sem sombras, é certo, mas o quadro brilhante das descobertas e conquistas africanas tem sombras tristíssimas, lúgubres, como as do tráfico dos escravos, em que se cometeram inauditas barbaridades.

a Jean-Ferdinand Denis supõe que esta rosa-de-santa-maria era a espécie *Anastatica hierochuntica*, de Linneu, vulgo «rosa-de-jericó».

b Pinheiro Chagas, *História de Portugal*, vol. III, p. 130.

c Com relação ao ano em que Gil Eanes dobrou o Cabo Bojador, Azurara e Pinheiro Chagas marcam 1434, e o cardeal Saraiva examinando as bulas dos papas Martinho V e Nicolau V julga ser em 1430, e dá a data de 1434 como a da segunda viagem, acrescentando que alguns historiadores antigos marcam as datas de 1432-1433, mas que estas divergências cronológicas são resultado de uns se referirem à época da partida das expedições, outros ao da sua chegada ao porto descoberto, e outros à do ano em que regressavam ao reino.

É certo que o coração bondoso do infante D. Henrique, que tinha tomado por divisa, *Talent de bien faire*, havia condoer-se muito com tanto malfazer.

As ideias daqueles tempos eram, porém, outras; ele não foi quem estabeleceu a escravidão, estava estabelecida na Europa, diz o distinto escritor inglês Richard [Henry] Major,⁴ desde a mais remota antiguidade; o cristianismo não conseguira ainda alterar por completo essa ordem de coisas, pois que na Idade Média até as igrejas e os mosteiros tinham escravos, e a exportação de escravos africanos era feita antes do infante D. Henrique, tanto na Antiguidade, como no tempo das Cruzadas.

Até ao fim do reinado de D. Afonso V foi ainda importante a continuação das descobertas e conquistas, que os padrões, colocados nas costas africanas, bem alto atestavam, intitulando-se este monarca, depois da gloriosa conquista de Arzila e Tânger na Mauritânia, cuja expedição foi composta de mais de 300 navios de todas as lotações e de cerca de 30 000 homens,^d «*Rei de Portugal e dos Algarves, de aquém e de além-mar em África*», [a partir de] 1471.

Quando, dez anos depois, faleceu este monarca, e devido à guerra que teve com Castela,⁵ é opinião unânime de todos os historiadores, que não se tinha ainda passado além do cabo de Santa Catarina.⁶

Estava chegado o período áureo das descobertas, no curto, mas feliz, reinado de D. João II,⁷ o *Príncipe Perfeito*, que tão bem soube compreender o audacioso projeto de D. Henrique, e avaliar em elevado grau as suas humanitárias vantagens.

Temos, pois, neste reinado, Diogo de Azambuja⁸ edificando em 1482 o castelo de São Jorge da Mina,⁹ na Guiné, e o foro de cidade, concedido por carta de 15 de março de 1486, à importante povoação que se estabeleceu em redor do castelo. Este navegador chegou ao Cabo Negro.¹⁰

A seguir, temos Diogo Cão¹¹ descobrindo o grande rio Zaire, o reino do Congo,¹² onde foram colocados os respectivos padrões. Foi grandioso o desenvolvimento operado nestas regiões, e numerosas as conversões ao cristianismo, intitulando-

d Números apresentados por D. Francisco de São Luís [Saraiva].

se D. João II «*rei de Portugal, e dos Algarves, de aquém e de além-mar em África, Senhor de Guiné*».

Temos depois Benim, Santiago, Angra das Voltas, Angra dos Vaqueiros, Rio do Infante, e, para coroa das suas descobertas, teve Bartolomeu Dias a glória de alcançar o grande Cabo, o terrível Cabo das Tormentas, a que D. João II, quase pressagiando o futuro, escreve o Cardeal Saraiva, «*quis que se chamasse Cabo da Boa Esperança, nome que conserva até ao dia de hoje, e que será em todas as idades, para o Monarca Português, e para toda a nação, um título incontestável de glória, superior ao despeito, ao baixo ciúme, e à inveja dos estrangeiros*». ¹³

Para o superior desenvolvimento do comércio, mandou el-rei várias pessoas, que julgou competentes, para seguirem pelo interior africano, onde viram «*gentes e reinos até então desconhecidos*», ao mesmo tempo que entretinha correspondência com alguns príncipes africanos.

De tudo isto resultou a vinda de uma embaixada a Portugal, 1487, com um rico presente de Bemehi, rei negro de Gelofo. ¹⁴ Nesta ocasião o papa Inocêncio VIII ¹⁵ enviou a D. João II um sacerdote etíope, para lhe dar informações do que dizia respeito ao imperador da Etiópia sobre o Egipto, a quem se dava o nome de Prestes João. ¹⁶

João Peres da Covilhã, ¹⁷ que fora um dos descobridores mandados para o interior, conseguiu chegar à corte da Abissínia em 1490, e quando regressou a Portugal, ¹⁸ tratou D. João II de preparar uma armada para a descoberta do caminho marítimo para a Índia, designando para o comando-mor o grande Vasco da Gama. A morte, arrebatando-o no meio de tão patrióticos esforços, não lhe permitiu ver realizado um tão grandioso empreendimento.

Ao venturoso rei D. Manuel coube a dita de ordenar a partida, a 8 de julho de 1497, da armada preparada pelo seu antecessor, e que era composta das naus *São Gabriel*, capitânia, sob o comando de Vasco da Gama; da *São Rafael*, capitão, Paulo da Gama; ¹⁹ do *Bérrio*, capitão, Nicolau Coelho. ²⁰ Ia também uma barca com mantimentos, capitão Gonçalves Nunes. ²¹

Não nos sendo possível acompanhar dia a dia a marcha da armada, que conduzia cerca de 170 homens, entre marinheiros e o pessoal de armas, marquemos somente a data memorável da sua chegada a Calecut,²² a 20 de maio de 1498, o que levou D. Manuel a acrescentar o ditado dos monarcas portugueses, «*Rei de Portugal e dos Algarves, de aquém e de além-mar em África, Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia, etc.*». Título tão honroso, diz Damião de Góis, «*quanto o he a mesma conquista!*». Com ele se acham lavrados documentos posteriores a agosto de 1499. E nesse mesmo ano mandou el-rei lavrar os «*portugueses*»²³ de ouro com a legenda: «*Emanuel Rex Portugaliae, Algarbiorum citra et ultra in Africa, et Dominus Guinae*»; e ao redor das armas: «*Conquista, Navegação, comercio, Aethiopiae, Arabiae, Persiae, Indiae*».º

Feita esta mais que resumida narração das descobertas portuguesas, para nos referirmos aos serviços que, em resultado delas, os Açores em geral, e em especial a ilha Terceira, prestaram a Portugal, continuemos.

Em fins de junho de 1499, pouco mais ou menos, teve a ilha Terceira a honra de receber a inesperada visita do imortal Vasco da Gama, no seu regresso da descoberta do caminho marítimo para a Índia, acompanhando-o seu estremecido irmão, Paulo da Gama, que estava gravemente doente, tendo para esta viagem fretado uma caravela particular, na ilha de Santiago.²⁴

Contra todas as esperanças de encontrar, no clima açoriano, pronta cura aos seus padecimentos, veio a morte roubar à pátria portuguesa o valente capitão.

Após uma glória tão subida, que o grande Vasco da Gama acabara de conquistar, por entre tantos riscos e tormentas, glória que imortalizou o seu nome, um golpe violento, dorido, lutuoso, veio ferir o seu nobre coração, com a perda do seu imediato na conquista dessa glória, o irmão estremecido, Paulo da Gama.

É assim a vida. Um continuado de alegrias e tristezas, de sorrisos e lágrimas, de esperanças e desilusões, e por fim o termo fatal, a morte!

e Cardeal Saraiva, [*Obras Completas*], vol. V, p. 93.

E feliz daquele que, antes de chegar ao termo fatal, soube e pôde conquistar um nome honrado, que depois nobilitando a sua memória, honrou e nobilitou a terra que o viu nascer, como sucedeu aos Gamas.

À terra que tanto considerada e estimada havia sido pelo iniciador das descobertas portuguesas, que era a capital do arquipélago açoriano, quis a Providência, que fosse a depositária dos preciosos restos mortais de Paulo da Gama, o audaz capitão.

Na igreja dos religiosos Franciscanos foram eles sepultados em cova rasa, segundo sua vontade; sendo ele, o valente navegador, de que o autor da *Historia Seraphica*,²⁵ diz: «*merecendo os seus ossos mausoléus eminentes, sobre que voasse a fama das suas ações ilustres!*»

Não têm os seus preciosos ossos mausoléus eminentes, é certo, mas repoisam no seio de uma terra genuinamente portuguesa, tão patriótica, que nenhuma outra há que a exceda, e o caminheiro ao passar pela ilha Terceira, e entrando na igreja do extinto Convento de São Francisco, pode ler em modesta lápide de mármore, colocada junto da porta da sacristia do lado do Evangelho, o seguinte:²⁶

À MEMORIA
DO
IRMAM DE VASCO DA GAMA
O ILLUSTRE CAPITÃO
PAULO DA GAMA
SEPULTADO
N'ESTE CONVENTO
ANNO - 1499
ERIGIO-LHE ESTA LAPIDE
O GOVERNADOR CIVIL
A. J. V. SANTA RITA
EM
JANEIRO-28-1849

Em vista de um depósito tão sagrado, o que fez a ilha Terceira, quando Portugal comemorou festivamente o quarto centenário da descoberta do caminho marítimo da Índia, pelo imortal Vasco da Gama? É o que vamos ver, e passar a arquivar, nesta modesta memória descritiva.

-
- 1 Referência a um trecho da *Eneida*, a epopeia escrita pelo poeta Virgílio (Mântua, 70 a.C — Roma, 19 a.C), que narra como a sibila de Cumas, profetisa e protetora de Eneias, lhe revelou como colher num bosque sagrado um ramo de ouro que lhe permitiria o acesso ao mundo dos mortos, onde pôde observar a grandeza do futuro de Roma.
 - 2 Afonso Gonçalves de Antona Baldaia (Porto, c. 1415 — Praia, 1481), navegado e explorador, que foi um dos primeiros colonos da ilha Terceira, onde chegou com o primeiro capitão do donatário da ilha, Jácome de Bruges, ou, segundo outros cronistas, com o primeiro capitão do donatário da Praia, Álvaro Martins Homem, de quem foi lugar tenente.
 - 3 Lançarote de Lagos, também conhecido como Lançarote de Freitas, natural de Lagos, navegador do século XV que realizou várias viagens a África com objetivos comerciais, sob autorização do infante D. Henrique, de quem era escudeiro e moço de câmara. Na sua primeira viagem, em 1444, conta-se que capturou cerca de 200 escravos que foram vendidos em Lagos. Organizou uma companhia em Lagos que armou navios destinados ao tráfego de escravos que, numa expedição posterior, atacou as povoações costeiras do Golfo de Arguim e trouxe para Lagos 235 berberes cativos. O espetáculo do desembarque, da divisão e da venda dos escravos de Arguim em Lagos, na presença do infante D. Henrique, montado no seu cavalo, é descrito com detalhes tristes por Gomes Eanes de Azurara, marcando simbolicamente o início do tráfego negreiro português, atividade que apenas desapareceria na segunda metade do século XIX.
 - 4 Richard Henry Major (Londres, 3 de outubro de 1818 — Londres, 25 de junho de 1891), geógrafo e curador da coleção de mapas do British Museum de 1844 a 1880. Entre 1849 e 1858 foi secretário da Hakluyt Society, uma instituição vocacionada para a publicação de obras da época dos descobrimentos europeus. Entre as muitas obras que publicou conta-se *The life of Prince Henry of Portugal surnamed the Navigator and its results: Comprising the discovery, within one century, of half the world...* (London, A. Asher & Co., 1868).
 - 5 Referência à Guerra da Sucessão de Castela, ou a Guerra da Beltraneja, um conflito bélico para determinar a sucessão da Coroa de Castela, que ocorreu entre 1475 e 1479, opondo os partidários de Joana, a Beltraneja, presumida filha do falecido monarca Henrique IV de Castela, cognominado *o Impotente*, e os apoiantes de Isabel, meia-irmã do falecido rei. Segundo estes, Joana seria, na verdade, filha de Beltrán de La Cueva, pajem na corte castelhana — daí ter sido cognominada *a Beltraneja* — e que por isso não poderia ser a herdeira do trono. O conflito ganhou marcado caráter internacional porque Isabel estava casada com Fernando de Aragão, herdeiro da Coroa de Aragão, enquanto Joana casou com o rei D. Afonso V de Portugal. O rei de França também interveio, apoiando Portugal para evitar o triunfo de Aragão, rival na Itália. Apesar de alguns êxitos iniciais para os partidários de Joana, a pouca agressividade militar de Afonso V e as consequências políticas da indecisa Batalha de Toro, habilmente aproveitada pela propaganda castelhana, levaram à desintegração do grupo joanista entre 1476 e 1477. A partir de então o conflito consistiu essencialmente numa guerra entre Castela e Portugal, assumindo relevo a guerra naval no oceano Atlântico, onde as forças portuguesas se impuseram-se às castelhanas na luta pelo acesso às riquezas da Guiné. A guerra acabou em 1479 com a assinatura do Tratado das Alcáçovas-Toledo, que reconhecia Isabel e Fernando como reis de Castela e outorgava a Portugal a hegemonia no Atlântico, com a exceção das ilhas Canárias. Joana perdeu o seu direito ao trono e teve de permanecer em Portugal até falecer.
 - 6 O Cabo de Santa Catarina, situado na costa ocidental africana, no atual Gabão e já no Hemisfério Sul (nos 2º S de latitude), foi atingido por volta de 1475 por uma expedição capitaneada por Rui de Sequeira e Lopo Gonçalves.
 - 7 D. João II (Lisboa, 3 de maio de 1455 — Alvor, 25 de outubro de 1495), *o Príncipe Perfeito*, filho mais novo do rei Afonso V e sua primeira esposa, D. Isabel de Coimbra. Foi rei de Portugal e dos Algarves em dois períodos diferentes, primeiro durante quatro dias em novembro de 1477 e depois de 1481 até à sua morte. Negociou com os Reis Católicos o Tratado de Tordesilhas que estabeleceu as esferas de influência das duas monarquias ibéricas nos territórios que iam sendo descobertos.
 - 8 Diogo de Azambuja (Montemor-o-Velho, 1432 — Montemor-o-Velho, 1518), fidalgo e navegador que em 1481 foi nomeado por D. João II como capitão-mor da armada encarregada da construção da fortaleza de São Jorge da Mina. Esta era composta por nove caravelas e duas naus, transportando 600 soldados, 100 pedreiros e carpinteiros e a pedra aparelhada necessária à construção daquela fortaleza-feitoria no golfo da Guiné.
 - 9 O Castelo de São Jorge da Mina, também designado por Feitoria da Mina e posteriormente por Mina, localiza-se na atual cidade de Elmina, no Gana. Após a sua ocupação pelos neerlandeses em 1637, o seu nome passou a figurar na cartografia apenas como Elmina. O local foi um dos principais entrepostos do tráfico negreiro na costa ocidental da África.
 - 10 O Cabo Negro, na latitude 15º 40' S e longitude 11º 55' E, situa-se na costa do deserto do Namibe, no sul de Angola.

-
- 11 Diogo Cão (Vila Real, c. 1440 — c. 1486), um dos mais notáveis navegadores portugueses do século XV, foi escudeiro da Casa de D. João II de Portugal. Realizou, pelo menos, duas viagens de exploração da costa sudoeste africana, entre 1482 e 1486. Chegou à foz do Zaire e avançou pelo interior do rio, tendo deixado uma inscrição comprovativa da sua chegada às cataratas de Ielala, perto de Matadi, estabelecendo as primeiras relações dos europeus com o Reino do Congo.
 - 12 Reino do Congo, ou Império do Congo, foi uma entidade política da África pré-colonial que na sua máxima extensão se estendia desde a costa atlântica, a oeste, até ao rio Cuango, a leste, e do rio Ogoué, no atual Gabão, a norte, até ao rio Cuanza, a sul. A sua área de influência incluía também alguns estados vizinhos, tais como Dongo, Matamba, Cassange e Quissama. Fundado por volta de 1390, tinha a sua capital em M'Banza Congo, na atual Angola. O estado era uma monarquia, que ao longo da sua história alternou entre hereditária e eletiva, que perdurou pelo menos até 1914, quando o título deixou de ser usado na sequência da implantação do regime republicano em Portugal, sendo formalmente abolida em 1975 na sequência da independência de Angola.
 - 13 Francisco de São Luís Sariava, *Os Portuguezes em Africa, Asia, America, e Occeania*, vol. 1, p. 42 (edição de 1849).
 - 14 O reino de Gelofo, na região do atual Senegal. O rei Bemohi visitou Lisboa em 1488, onde foi recebido por D. João II e batizado (cf.: Francisco de São Luís Saraiva, *Índice chronologico das navegações, viagens, descobrimentos e conquistas dos Portuguezes nos paizes ultramarinos desde o principio do seculo XV*, p. 71-72. Lisboa, Imprensa Nacional, 1841).
 - 15 Papa Inocêncio VIII (Génova, 1432 — Roma, 25 de julho de 1492), nascido Giovanni Battista Cibo, foi papa de 29 de agosto de 1484 até falecer.
 - 16 Eram vários e muito antigos os rumores da existência no Oriente um rei cristão nestoriano chamado João, cujo império estaria situado na Ásia, segundo uns, ou em África, segundo outros. A existência do Preste João (o *Prete Gianni*) é já referida por Marco Polo no seu diário de viagem, a que acresce que já em meados do século XII se espalhara pela Europa a vaga notícia da existência na Ásia de um soberano, espiritual e temporal ao mesmo tempo, chamado *Prete Gianni*. As investigações efetuadas pelos historiadores mostram que, na altura da tomada de Antioquia, Coir-can era rei dos Cara-Catay e que, após a sua morte, um sacerdote nestoriano, chefe da tribo túrquica ou mongol dos Naimans, geralmente chamado *Prete Giovanni* (o *Sacerdote João* ou *Prestes João*), usurpara o trono. O rumor ganhou consistência quando em 1486 chegaram a Lisboa uns enviados do rei do Benim que na presença de D. João II terão relatado a existência de um poderoso rei cristão a «*a vinte luas da costa*», do qual forneceram informações que levaram os cosmógrafos a dizer que se tratava do Preste João e que o seu reino se situaria na Abissínia. D. João II escolheu então Afonso de Paiva e Pero da Covilhã como seus emissários a esse rei, enviando-os pela via do Egito. Chegados ao Cairo, separaram-se, seguindo Pero da Covilhã pelo Mar Vermelho até à Índia. Quando este emissário regressou ao Cairo, soube que o seu companheiro tinha morrido. Pero da Covilhã dirigiu-se então à Abissínia, de onde o imperador Na'od (nos textos portugueses Naú ou Nahu), que reinou de 1494 a 1508, não o terá deixado sair. Tanto na Índia como depois na Abissínia, Pero da Covilhã recolheu valiosas informações que foram transmitidos ao padre Francisco Álvares (1465 — 1541), que com ele se encontrou na Abissínia, e que as deixou escritas para a posteridade após o seu regresso a Portugal. Embora verdadeiramente o Preste João nunca tenha sido encontrado, a sua lenda e a vontade de o ter como aliado, inspirou os portugueses e motivou importantes viagens de exploração no contexto dos Descobrimentos (cf.: *Verdadeira informação das Terras do Preste João das Índias / pelo Padre Francisco Álvares*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889; ed. *fac-simile* da edição de 1540).
 - 17 Mais conhecido por Pero da Covilhã (Covilhã, 30 de junho de 1450 — Etiópia, 4 de novembro de 1530), escudeiro da Casa Real, diplomata e explorador, foi enviado por D. João II para estabelecer relações diplomáticas com o suposto Preste João. Chegou por terra à Índia antes de Vasco da Gama e depois à Etiópia por volta de 1490. Apesar de bem recebido pelo imperador Alexandre da Etiópia, entronizado como Constantino II (Kwestantinos II), após a morte deste monarca, e a subsequente guerra civil, ficou retido naquele país, onde viria a falecer (cf.: Luís Alves de Fraga, *A viagem de Pêro da Covilhã e Afonso Paiva ou a mundividência de D. João II*. Apenas Livros, Lisboa, 2005).
 - 18 Pero da Covilhã terá falecido na Etiópia. As notícias sobre o Preste João chegaram a Lisboa pelo padre Francisco Álvares (1465 — 1541), que ali o visitou (*idem*).
 - 19 Paulo da Gama (Oliveira, c. 1465 — Angra, junho de 1499), irmão mais velho de Vasco da Gama, que comandou a nau São Rafael na expedição que levou à descoberta do caminho marítimo para a Índia. Faleceu na viagem de regresso e foi sepultado na Igreja de Nossa Senhora da Guia do Convento de São Francisco de Angra. A sua doença e subsequente falecimento em Angra foi o motivo da paragem de Vasco da Gama na ilha Terceira.
 - 20 Nicolau Coelho (Felgueiras, ca 1460 — ao largo de Moçambique, janeiro de 1504), navegador que participou na descoberta do caminho marítimo para a Índia com Vasco da Gama, sendo o primeiro a chegar a Lisboa ao comando da caravela Bérrio. Em 1500 comandou uma nau na segunda viagem à Índia de Pedro Álvares Cabral, no decurso da qual se descobriu o Brasil. Aparece na Carta de Pero Vaz de Caminha como o primeiro português a estabelecer contacto com os índios brasileiros. Morreu no mar ao regressar da Índia sob o comando de Francisco de Albuquerque.
 - 21 Gonçalo Nunes, navegador português do século XV. Criado de Vasco da Gama, participou na descoberta do caminho marítimo para a Índia, capitaneando uma nau carregada de víveres e munições, uma das quatro que compunham a armada de Vasco da Gama. A nau não chegou ao destino, pois esvaziada foi queimada na Aguada de São Brás (hoje Mossel Bay, África do Sul) por ser considerada inútil para a expedição.
 - 22 Calecute (em malaiala Kozhikode) é uma cidade presentemente no estado de Kerala, na costa ocidental da Índia.

-
- 23 O «*português*» foi uma moeda cunhada em ouro quase puro, batida em Lisboa, Porto, Goa, Malaca e Coxim. Foi cunhada por mais de quatro décadas. Foi aceite por toda a parte como meio de pagamento. Muito depois de ter deixado de ser cunhada em Portugal, o seu prestígio era tal que, entre 1570 e 1640, várias cidades europeias, entre as quais as da Liga Hanseática, bateram moeda de ouro de 10 cruzados, tal como o *português*, com a cruz de Cristo no anverso, dando origem aos *Portugaleser* ou *Portugalöser*, que por vezes exibiam a legenda: «*Ad valorem Emanuel reg Portugal*» ou «*de acordo com o justo peso e liga do português*».
- 24 Ilha de Santiago do arquipélago de Cabo Verde.
- 25 Frei Manuel da Esperança, O.F.M. (1586 — 1670), *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal. Primeira parte, que contem seu principio, & augmentos no estado primeiro de Custodia / por Frei Manoel da Esperança, natural da cidade do Porto, filho da mesma Provincia, Leitor jubilado na Santa Theologia, & Examinador das tres Ordens Militares*. Lisboa: na officina Craesbeeckiana, 1656-1721 (5 volumes).
- 26 A. J. V. Santa Rita é António José Vieira Santa Rita, ao tempo governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo.

Capítulo IX

Comemorações na ilha Terceira do centenário da descoberta do caminho marítimo da Índia

Depois dos esforços empregados, desde junho a dezembro de 1897, por uma comissão encarregada de estudar e encaminhar os trabalhos para o conseguimento de uma exposição artístico-industrial-agrícola açoriana, nada se pôde conseguir neste sentido; porque o governo se negou a conceder um subsídio para um certame tão patriótico e civilizador.

Toda a imprensa açoriano tratou deste importante assunto, e os documentos comprovativos do trabalho da mencionada comissão, e que, como seu secretário, temos em nosso poder, hão de ficar arquivados na biblioteca da Câmara Municipal, para serem consultados por quem quiser tratar desenvolvidamente deste assunto, tendo um bom auxiliar na série de artigos publicados no jornal *A União*.

Malgrado este certame, e como a ilha Terceira não podia deixar de jubilosamente tomar parte nesta grande manifestação cívica, porque depois de ser possuidora de um depósito sacratíssimo, como o dos preciosos restos mortais de Paulo da Gama, seria o seu silêncio uma falta imperdoável, que macularia os foros de povo civilizado e patriótico, que os seus filhos têm alcançado, o governador do bispado, dr. José dos Reis Fisher¹ e a comissão da imprensa periódica trataram de promover, o que passamos a mencionar.

- *Dia 17 de maio de 1898* — Alvorada por várias filarmónicas. Girândolas.

Na majestosa igreja do extinto convento de São Francisco, que os alunos do Seminário haviam adornado festiva e elegantemente, foi celebrada uma missa cantada a grande instrumental, pronunciando um patriótico e eloquente discurso, o revd.^o João Pereira Dâmaso,² natural da ilha de São Miguel, professor do Seminário, e atualmente cónego da Sé de Angra do Heroísmo. O seu discurso foi publicado em folheto.

A esta festividade assistiram as autoridades eclesiásticas, civis, militares e judiciais, a Câmara Municipal angrense, e grande número de pessoas de todas as classes sociais.

No átrio da igreja estava postada uma guarda de honra.

- *Dia 18 [de maio]* — Alvorada e girândolas; à noite iluminações e música.
- *Dia 19 [de maio]* — Pelas 11 horas da manhã, saiu do palácio do governo civil um imponente cortejo cívico, em que iam três elegantes e vistosos carros alegóricos:

Distrital — conduzindo três crianças vestidas a carácter representando a ilha Terceira, a ilha Graciosa, e a ilha de São Jorge.

Histórico — tendo no centro um castelo, encimado pela bandeira nacional, na frente o busto de Camões, e nos cantos quatro crianças; uma conduzia um livro, a História; outra *Os Lusíadas* e as duas restantes as Esferas. Deste carro saíam fitas artisticamente dispostas, onde se liam versos de Camões.

Marítimo — uma elegante caravela. Neste carro liam-se em fitas os nomes dos principais navegadores portugueses e os das naus, que constituíram a armada da descoberta da Índia.

No cortejo incorporaram-se os alunos das escolas primárias, seminário e liceu, bombeiros voluntários, artistas, marítimos, oficiais inferiores de Caçadores n.º 10,³ funcionários públicos, titulares, corpo consular, Câmara Municipal, autoridades civis, militares, marítimas e judiciais, oficialidade de Artilharia e Caçadores, fechando o préstito a comissão da imprensa seguida da banda regimental. A concorrência foi extraordinária, não só da cidade e seus arredores, mas das freguesias do campo.

Depois do cortejo cívico ter percorrido as principais ruas da cidade, que estavam embandeiradas e as janelas das casas adornadas com ricas e bonitas colgaduras, recolheu-se ao paço municipal, onde foi lido e assinado o seguinte auto:

«No ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos noventa e oito, aos dezanove dias do mês de maio, no salão do Paço Municipal da muito nobre, leal e sempre constante cidade de Angra do Heroísmo, ilha Terceira, se reuniu a comissão de jornalistas com as autoridades, corporações administrativas devidamente representadas, corpo consular, oficiais militares, funcionários públicos, alunos de instrução secundária e primária e mais cidadãos, que compuseram o cortejo cívico de homenagem aos navegadores portugueses, que tanto exaltaram e engrandeceram a pátria, para que neste solene ato patriótico ficasse uma prova autêntica do que esta cidade e ilha Terceira muito jubilavam em tomar parte na grande festa nacional, comemorativa do quarto centenário da gloriosa descoberta do caminho marítimo da Índia, pelo imortal Vasco da Gama, do que se lavrou o presente auto que depois de lido vai ser por todos assinado. — Eu Alfredo Luiz Campos, secretário da comissão, o fiz escrever, subscrevo e assino.»

De tarde houve tourada na Praça Espírito Santo,⁴ achando-se a praça adornada com bandeiras e flores, e os camarotes com colchas.

- *Dia 20 [de maio]* — Alvorada e girândolas. *Te-Deum* solene na catedral, com acompanhamento de instrumental, proferindo um eloquentíssimo, patriótico e primoroso discurso o talentoso capitular e jornalista revd.^o António Maria Ferreira. A concorrência a este ato foi grande, além de todo o elemento oficial que esteve presente. A guarda de honra, que esteve postada na rua da Sé, em frente da catedral, deu as três descargas, que são de uso nas festividades de grande gala.

À noite as iluminações foram brilhantes, produzindo belo efeito as particulares das ruas da Sé, Direita, e D. Maria Amélia. Na Praça da Restauração, que também estava iluminada, tocou a *Filarmónica Recreio dos Artistas*. Durante o dia e noite subiram ao ar inúmeros foguetes. Todos os edifícios públicos e consulados arvoraram as respectivas bandeiras e iluminaram a fachada dos seus edifícios. Às casas de caridade e Cozinha

Económica⁵ foram distribuídos donativos, para melhoria dos jantares nestes dias de festa nacional.

O general Frederico Augusto de Almeida Pinheiro,⁶ governador do Castelo de São João Baptista, muito concorreu, prestando em tudo valioso auxílio à comissão da imprensa periódica terceirense. Honra lhe seja.

-
- 1 José dos Reis Fisher (São Pedro de Angra, 23 de julho de 1856 — Sé, 1 de abril de 1929), ordenado presbítero em 1879, bacharel em Teologia e Direito pela Universidade de Coimbra em 1885, foi cônego (nomeado a 30 de julho de 1890), chantre (1895) e deão (1901) da Sé de Angra. Foi professor do Seminário Episcopal de Angra e vigário-geral e governador do bispado de Angra. Teve importante participação política, sendo vogal da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo e membro do Conselho do Distrito. Foi presidente da Câmara Municipal de Angra no tempo do governo de João Franco (1908). Por ocasião da visita régia aos Açores (1901) foi-lhe oferecida a comenda de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, que não aceitou (*cf.*: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IV, pp. 464-465). Resistiu às normas de separação da Igreja do Estado impostas pela Primeira República pelo que, sendo deão da Sé de Angra, foi proibido de residir no Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo por um período de dois anos por decreto assinado por Manuel de Arriaga a 12 de agosto de 1912 (*cf.*: *Diário do Govêrno*, n.º 203/1912, série I, de 29 de agosto de 1912).
 - 2 João Pereira Dâmaso (Ribeira Grande, 14 de maio de 1867 — Ponta Delgada, 18 de abril de 1930), estudou no Seminário Episcopal de Angra tendo sido ordenado presbítero em dezembro de 1889, na Vila da Chamusca. Considerado erudito, foi professor do Seminário de Angra a partir de 1890. Secretário particular do bispo D. Francisco Maria do Prado Lacerda, acompanhou aquele prelado nas visitas pastorais que em 1890 fez a diversas ilhas. Foi cônego com ónus de ensino, por decreto de 30 de novembro de 1899, e colaborador assíduo de vários jornais católicos.
 - 3 O Batalhão de Caçadores n.º 10 foi criado pela reorganização do Exército de 31 de dezembro de 1863, que elevou o Castelo de São João Baptista a praça de 1.ª classe, mas apenas foi efetivamente criado após a nova reorganização que o Exército sofreu no ano imediato. Foi levantado no Castelo de São Jorge, em Lisboa, a partir de contingentes dos Batalhões de Infantaria n.º 5, 8 e 18 e do Batalhão de Caçadores n.º 9, escolhidos de entre açorianos que ali prestavam serviço e de outros voluntários. Chegou a Angra, a bordo da corveta *Estephania*, a 18 de agosto de 1864. Pela reorganização de 1884 passou a Regimento de Caçadores n.º 10, organizado a três batalhões (dois ativos e um de reserva), mantendo-se assim até 1899, ano em que passou a designar-se Regimento de Infantaria n.º 25, uma unidade a dois batalhões (*cf.*: José Manuel Salgado Martins, *Regimento de Guarnição n.º 1: uma herança gloriosa (séculos XV a XXI)*, pp. 45-49. Estado Maior do Exército e Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Angra do Heroísmo, 2018).
 - 4 A Praça de Toiros do Espírito Santo foi construída em terrenos localizados a oeste da Rua da Pereira, ao cimo da Miragaia. Inaugurada a 3 de maio de 1894, foi, contudo, de pouca dura, pois, construída em madeira, foi destruída por um incêndio na noite de 23 de agosto de 1900. Foi substituída, pouco depois, pela Praça de Touros de São João, construída na Canada Nova (*cf.*: Pedro de Merelim, *Toiros e toiradas na ilha Terceira*. Angra do Heroísmo, 1970).
 - 5 A Cozinha Económica Angrense foi fundada a 17 de abril de 1897, por iniciativa da poetisa Maria Guilhermina de Bettencourt Mesquita (Angra, 12 de dezembro 1839 — Angra do Heroísmo, 7 de julho 1907), no contexto do movimento europeu da «*sopa dos pobres*» e seguindo o exemplo de instituição similar criada em 1893 na cidade de Lisboa. Visava reduzir a insuficiência alimentar crónica que atingia as famílias mais pobres, especialmente do operariado. Foi a primeira instituição do género criada nos Açores, com os seus primeiros estatutos, datados de 5 de agosto de 1897, aprovados pelo Governo Civil de Angra a 9 de novembro do mesmo ano. Mantém a sua atividade de fornecimento de refeições, funcionando também como banco alimentar.
 - 6 Frederico Augusto de Almeida Pinheiro (Estremoz, 20 de fevereiro de 1842 — Lisboa, 1 de abril de 1913), oficial do Exército que se reformou no posto de general de divisão. No posto de general de brigada, comandou, nos anos de 1897 a 1901, o Batalhão de Caçadores n.º 10, aquartelado na Fortaleza de São João Baptista, de que era governador.

Capítulo X

Os Açores e a descoberta da América

Para demonstração de que os Açores foram um ponto avançado para a descoberta da América, e um foco de irradiação para as explorações marítimas, o dr. Ernesto do Canto escreve:

«Os Açores, pela sua posição intermediária entre o velho e o novo mundo, concorreram eficazmente para a descoberta deste. Existem bastantes factos, em grande parte abonados por documentos autênticos, para o demonstrar, justificando as opiniões de Voltaire^a e de Humboldt.^b

Habitados os insulanos com as frequentes tempestades marítimas, nunca se amedrontaram com os perigos da navegação. Ainda hoje os navios americanos ocupados na pesca da baleia, têm numerosos tripulantes dos Açores, entre os quais se encontram habilíssimos arpoadores que, percorrendo as solidões dos mares em frágeis esquifes a reboque do cetáceo gigante, correm em cada instante os azares de uma morte iminente!

Da ilha Terceira, principalmente, partiram durante um longo período exploradores, com proa de oeste, a contar da viagem de Diogo de Teive por 1452 até à colónia preparada por Manuel Corte-Real em 1567. Conservada ali a tradição destas navegações, estimulados os espíritos pelo aparecimento frequente de vestígios trazidos pelas correntes oceânicas, ou pelas imagens fantásticas de terras, a que a ótica dá o nome de miragens, levados porventura pela ambição de glória e de riquezas, é certo que muitas e malogradas tentativas, ali foram planeadas».

a « C'est à ces découvertes des Portugais dans l'ancien monde que nous devons le nouveau, [...] ». Voltaire — *Essai sur les mœurs [et l'esprit des nations]*, tome III, chap. 145. [Paris, 1756].

b «L'Islande, les Açores et les Canaries sont les points d'arrêt qu'a joué le rôle le plus important dans l'histoire des découvertes et de la civilisation, c'est-à-dire dans la série des moyens qu'ont employés les peuples de l'Occident pour étendre la sphère de leur activité et pour entrer en rapport avec les parties du monde que leur étaient restés inconnus. Ces îlots, jetés entre les deux continents, ont perdu leur importance depuis qu'ils n'ont plus été les avant-postes de la civilisation européenne, des points d'attente et d'espérance.» — [Alexander von] Humboldt, *Examen Critique*, tome 11, pp. 56-57. [Trata-se de uma tradução francesa da obra «*Kritische Untersuchungen über die historische Entwicklung der geographischen Kenntnisse von der Neuen Welt und die Fortschritte der nautischen Astronomie in dem 15ten und 16ten Jahrhundert*», Berlim, 1852].

Em seguida, este notável investigador reproduz o que Antonio de Herrera,¹ cronista-mor do rei de Espanha, conta sobre a influência, que no espírito de Cristóvão Colombo tiveram alguns factos observados nos Açores, para o animar a prosseguir na empresa de descobrir terras ocidentais.

Os factos apresentados por Herrera, resultado do estudo feito nos manuscritos de [Bartolomé de] las Casas,² contemporâneo de Colombo, e bem assim em muitos papéis e documentos deste resumem-se:

- No aparecimento de um pedaço de madeira gravada, que, segundo Martim Vicente³ contou a Colombo, foi encontrada a 450 léguas a oeste do Cabo de São Vicente;
- Contarem os açorianos, que depois de ventar fortemente do ponente e noroeste, trouxera o mar alguns pinheiros às costas da Graciosa e do Faial;
- Que na ilha das Flores arrojara o mar dois cadáveres com feições diferentes das dos cristãos;
- Terem encalhado nos Açores duas canoas, ou jangadas, insubmersíveis;
- Que nos Açores e outras ilhas se viam todos os anos algumas ilhas para o lado do ponente;
- Que em procura das ilhas da Antilha ou das Sete Cidades⁴ tinham alguns gasto as fortunas;⁵
- Na descoberta da ilha das Flores por Diogo de Teive e Pedro Velasco,⁶ na volta de uma viagem de exploração ao ponente, e outra ao noroeste;
- Finalmente nas três explorações de Vicente Dias⁷ auxiliado por Lucas de Cacena,⁸ morador na ilha Terceira.^c

[Sobre esta matéria escreve o dr. Ernesto do Canto:]⁹

«Se estes factos, reveladores da existência de terras ocidentais, determinaram Cristóvão Colombo a meter mãos à sua grande empresa, e lhe deram a fé indispensável, para com pertinácia, vencer todos os

c Pela data do brasão de 1530 parece que estas explorações são posteriores às de Colombo e dos Corte-Reais.

obstáculos que se lhe opuseram, são eles consequência necessária do facto inicial das viagens de Gonçalo Velho, em 1431, e da descoberta das Formigas, e de Santa Maria em 1432. Até então não consta que algum outro navegante voluntariamente se aventurasse tão longe no alto mar. Foi, portanto, a descoberta dos Açores e a sua colonização que, incitando a observações, elevaram a náutica da simples rotina da navegação costeira, às alturas de uma ciência exata. Foi certamente com a prática da navegação para os Açores, que os pilotos portugueses se aperfeiçoaram nos processos de observar os astros, para dessas observações deduzirem a sua posição nas solidões do oceano, ou a das terras que demandavam. Sem esta escola, todo o progresso seria lento. A existência e o achado do arquipélago açoriano foi, pois, a causa determinante das posteriores e importantes descobertas do século XV».^d

Demonstrado, por pena de mestre, o que acima fica exposto, relativo à importância que os Açores tiveram nas descobertas, continuemos no exame dos preciosos documentos, que temos presente, e que mais e mais nos enchem de justo orgulho, como português, e português açoriano.

E seja-nos permitido o acentuar bem — português açoriano, — visto que há muito português continental, ou a grande maioria deles, que não sabe o que são os Açores.

O dizer-se a muitos dos continentais, sou açoriano, micaelense, faialense, terceirense, ou de qualquer das restantes seis ilhas, não sabem o que isto é, a não ser «é da ilha», porque para eles são todos da «ilha» que é a Madeira!

A existência do Arquipélago dos Açores, a sua posição geográfica, o número de ilhas de que ele se compõe, o seu valor, riqueza e a sua história, que é importante, tão intimamente ligada à da mãe pátria, tudo isto é, para a grande maioria dos continentais, completamente desconhecido. É da ilha, e está dito tudo.

E isto não admira, porque, quando nas repartições do Estado, e nos livros de geografia, que se tem adotado para o ensino, se cometem erros por

^d Dr. Ernesto do Canto, *Archivo dos Açores*, vol. IV.

desconhecimento dos Açores, não é muito que o geral dos continentais pouco saibam de nós.

Das repartições do Estado aí fica um exemplo bem frisante: pelo Ministério da Guerra foi, há tempos, expedida ordem para que seguisse da ilha de São Miguel um destacamento para a do Faial, e como essa ordem não pudesse ser prontamente cumprida, por falta de embarcação para o transporte do destacamento, deu-se disto participação à repartição respetiva. A resposta não se fez esperar e foi: «*se o destacamento não pode ir pelo mar, vá por terra*»!

Da ilha de São Miguel para a do Faial um destacamento por terra, nem o mais palonço soldado açoriano de tal se lembraria!

Dos erros, que existem nos compêndios de geografia, aí fica também um digno dos tempos da palmatória. — Na ilha do Pico «*há um vulcão em lava constante*»!

E os bons dos picoenses têm escapado de ficar assados. Já é estar com sorte! Ao autor de tal descoberta é que, com certeza, lhe ficou a cabeça a arder.

Assim, a visita de Suas Majestades aos Açores foi um relevante serviço, prestado ao arquipélago pelos Monarcas Portugueses, pela importante vantagem de nos tornar mais conhecidos, devido ao muito que a imprensa portuguesa escreveu sobre tão faustoso acontecimento, na colaboração do que tomaram parte ativa, com conhecimento certo, muitos açorianos.

-
- 1 Antonio de Herrera y Tordesillas (Cuéllar, Segovia, 1549 — Madrid, 28 de março de 1626), biógrafo, cronista e historiador espanhol, autor da monumental *Historia General de los Hechos de los Castellanos en las Islas y Tierra Firme del Mar Océano*, obra que foi objeto de dezenas de edições e traduções e que se manteve até finais do século XIX como uma das principais fontes da história da conquista espanhola das Américas.
 - 2 Bartolomé de las Casas (Sevilha, 1474 — Madrid, 17 de julho de 1566), frade dominicano, cronista, teólogo, bispo de Chiapas (México) e grande defensor das populações ameríndias. Participou na segunda viagem de Cristóvão Colombo, sendo considerado o primeiro sacerdote católico ordenado nas Américas.
 - 3 Martim Vicente (*fl.* c. 1490), piloto do rei de Portugal a quem Hernando Colón atribui ter contado a Colombo que «*hallándose á 450 leguas hacia Occidente del cabo de San Vicente, había sacado del agua un madero perfectamente labrado, y no con hierro, que el viento de Poniente había traído; y concluía, que en esta parte había infaliblemente algunas islas no conocidas*» (*cf.*: Hernando Colón, *Historia del Almirante Don Cristóbal de Colón*, cap. VIII, pp. 42-43 da edição de 1892).
 - 4 As referências na nomenclatura geográfica à existência da «*Insula Septem Civitatum*», que significaria Ilha das Sete Tribos ou Ilha dos Sete Povos, mas acabou fixada nas línguas modernas em Ilha das Sete Cidades, datam das fontes clássicas latinas, provavelmente incorporando tradições mais antigas dos povos mediterrâneos, nomeadamente dos maiores navegadores da antiguidade europeia, os fenícios.
 - 5 A cartografia anterior aos Descobrimentos povoa o Atlântico de ilhas, entre as quais a Antilha (ou *Antília*) e as Sete Cidades, ilhas que estariam situadas para oeste dos Açores. Foram múltiplas as tentativas de as descobrir, com destaque para os esforços de Fernão Teles, Diogo de Teive e Fernão Dulmo.
 - 6 Pedro de Velasco (Palos de la Frontera, *fl.* c. 1470) foi piloto de Diogo de Teive, com quem participou na viagem de que resultou o reconhecimento das ilhas das Flores e Corvo. Hernando Colón diz que era nativo de Palos de

la Frontera (cf.: Hernando Colón, *Historia del Almirante Don Cristobal de Colón*, cap. VIII, pp. 46-47 da edição de 1892).

- 7 Vicente Dias (Lagos, fl. c. 1455), patrão de uma caravela armada pelo infante D. Henrique, que devido à sua experiência em navegar na costa de África, foi encarregue pelo Infante de servir de guia a Cadamosto na exploração da costa ocidental africana. Saiu de Sagres em março de 1455, tendo atingido o Rio Gâmbia. Com Alvise Cadamosto e Antoniotto Usodimare, descobriu algumas ilhas de Cabo Verde em 1456. Nas décadas seguintes participou em viagens de reconhecimento ao noroeste do Atlântico, a partir dos Açores, financiadas pelo mercador Lucas de Cacena, que o terá acompanhado.
- 8 Lucas de Cacena (Génova, c. 1458 — Angra, 1538), também referido por Lucca Cassana, foi um influente mercador no período inicial do povoamento da ilha Terceira. Com fortes ligações a Sevilha, fundou uma das primeiras casas comerciais que deram centralidade à nascente vila, e depois cidade, de Angra. Liderando uma companhia formada com André de Cacena e outros mercadores genoveses e andaluzes, foi um dos principais exportadores de pastel (cf.: Pierluigi Bragaglia, *Lucas e os Cacenas : Mercadores e navegadores de Génova na Terceira (séculos XV-XVI)*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1994).
- 9 Dr. Ernesto do Canto, «Os Corte-Reaes : Memoria Historica», in *Archivo dos Açores*, vol. IV, pp. 436-437.

Capítulo XI

João Fernandes. A Terra do Labrador. Pirataria nos Açores. Pedro de Barcelos

A pirataria que audaz e desenfreadamente percorria o mar dos Açores, já em perseguição das naus da Índia, já em perseguição dos navios de alto bordo, que o dr. Gaspar Frutuoso diz possuírem os negociantes açorianos, que comerciavam com Portugal e Índias, levaram os terceirenses a preparar a sua defesa contra os piratas, construindo caravelas no Porto de Pipas¹ e no Porto Novo de Angra,² onde também haviam sido construídos alguns dos navios, a que se refere o dr. Gaspar Frutuoso.

As exportações de trigo, pastel, carnes, aguardente e panos de linho, que se faziam da Terceira, excediam em valor às importações, sendo em 4 de julho de 1499 instituído o foral das alfândegas dos Açores,^a com um provedor, que tinha jurisdição sobre a Fazenda Real de todas as alfândegas do arquipélago.

Neste mesmo ano, em data de 20 de outubro, encontramos uma carta de doação, concedida por D. Manuel a João Fernandes,³ morador na ilha Terceira, da capitania das ilhas que descobrir.

Com relação a João Fernandes, examinando-se os documentos apresentados pelo dr. Ernesto do Canto, vê-se que, em 1501, Henrique VII de Inglaterra⁴ passou uma carta patente a alguns negociantes de Bristol, associados com João Fernandes, Francisco Fernandes⁵ e João Gonçalves,⁶ escudeiros dos Açores («... *armigeres in Insulis de Surrys, sub obedientia Regis Portugalis oriundis*»),⁷ para descobrirem terras e governá-las em seu nome.

A isto notifica o investigador açoriano:

«Sendo certo que Gaspar Corte-Real fez uma ou mais viagens de exploração, sem resultado, entre os anos de 1497 e 1500, e obtendo João Fernandes doação em 1499, das ilhas, que descobrisse, não será improvável supor, que o mesmo indivíduo, animado por quaisquer notícias recebidas dos companheiros de Gaspar Corte-Real, alcançasse a carta de

a

Publicado na *Fenix Angrence*, do padre Luiz Maldonado, e no *Archivo dos Açores*, vol. IV. No vol. X [do *Arquivo dos Açores*] estão publicados uns acrescentamentos, encontrados na Alfândega de Ponta Delgada.

1499, mas não tendo meios suficientes para custear as despesas, partisse para Bristol e ali se associasse com os indivíduos constantes da carta patente de Henrique VII?»^b

Assim, nos documentos que temos presente,^c vemos que a Terra do Labrador foi descoberta pelos portugueses, o que está demonstrado pelo estudo feito aos mapas antigos, espalhados pelas principais bibliotecas do mundo.

Um deles, o mapa B da Biblioteca Ducal de Wolfenbüttel, tem a seguinte legenda:

«Tiera del Labrador. La qual fue descubierta por los Yngleses de la uila de bristol e por q el q dio el lauiso era labrador de las illas de los acares (sic pro Açores) le quido este nombre»^d.

O portulano de Vesconte Maggiolo,^e de 1511:

«Terra de Lavorador de rey de Portugall», 10 graus ao sul de uma «Terra de los Ingres».

Em uma carta portuguesa anónima de 1520 lê-se:

«Do Lavrador. Terram istam portugалenses viderunt a tamen non intraberunt»⁸.

Os historiadores que se referem a esta descoberta apresentam opiniões perfeitamente opostas sobre a causa, que lhe deu o nome «Terra do Lavrador».

Uns dizem que foi pelo aspeto verdejante das suas costas, outros porque os homens que lá encontraram «eram aptos para o trabalho» (*ad labor*), quando é certo que o seu solo é pedregoso, não se prestando à cultura, e os que nela viviam sustentavam-se da caça e da pesca.

b Esta carta vem publicada em texto original e com a respetiva tradução no *Archivo dos Açores*, vol. IV, pp. 450 a 463. É um documento importante.

c *Archivo dos Açores*, vol. XII.

d Henry Harrisse, *Jean et Sébastien Cabot, [leur origine et leurs voyages]*, p. 186 [Paris, Ernest Leroux, Éditeur, 1882].

e Henry Harrisse, *idem*, p. 166.

Assim é perfeitamente aceitável, que o nome de «*Lavrador*» foi devido a ser lavrador o que a descobriu, o que naqueles tempos se dava, pois, muitos guerreiros e audazes navegadores se aplicavam à cultura das terras.

Mas, ou seja pela viagem de Gaspar Corte-Real, organizada na Terceira, em que João Fernandes o acompanhasse, e tivesse conhecimento daquela terra, e que depois associando-se com os ingleses de Bristol a ela se dirigisse, ou por viagem própria, para a qual D. Manuel lhe fez promessa da capitania da ilha ou ilhas que descobrisse, o que se demonstra, é que se deve a sua descoberta a gente portuguesa, e que o nome de «*Labrador*», conclui o dr. Ernesto do Canto, de todas as explicações dadas a mais provável e racional é ter sido derivada de João Fernandes, lavrador da ilha Terceira.

Acresce mais a justificar esta explicação um documento importante do traslado de uma demanda, em 1506,^f em que se encontra a seguinte alegação de Pedro de Barcelos:⁹

Que tendo já roteado terreno, que podia levar 14 a 15 moios de sementeira:
— «*houve um mandado de El-Rei para ir a descobrir eu e um João Fernandes Lavrador, no qual descobrimento andamos bons três anos e quando tornei à dita ilha achei a minha gente fora das ditas terras e em poder delas uns filhos de João Valadão*».

Pedro de Barcelos, como se vê das cartas de sesmaria, a seu favor, de 18 de outubro de 1490 e 14 de abril de 1495,^g residia na freguesia das Lajes, e julga-se ser o mesmo a que o padre Manuel Luís Maldonado¹⁰ se refere no seu volume genealógico da *Fenix Angrence*, filho de Pedro Pinheiro, natural de Barcelos, e um dos primeiros colonos da ilha Terceira.

Em 21 de março de 1498 concedeu D. Manuel a mercê de escudeiro a Manuel Fernandes, morador na ilha Terceira. Supõe-se ser irmão de João Fernandes e de Francisco Fernandes, que na carta patente de Henrique VII, são cognominados escudeiros.

f Publicado no *Archivo dos Açores*, vol. XII.

g Publicadas no *Archivo dos Açores*, vol. XII.

O padre António Cordeiro, na *História Insulana*, livro VI, capítulo XVI, refere-se a um João Fernandes, que foi o primeiro a sair do mar Pacífico pelo Estreito de Magalhães; mas nada há que comprove ser o mesmo João Fernandes, da ilha Terceira.

Pinheiro Chagas,^h quando relata o reconhecimento da costa da Senegâmbia, por Dinis Dias, em 1445, refere-se a um João Fernandes, que sete meses antes tinha ido em exploração africana, dizendo que em sua procura foram três navios, sendo encontrado em uma praia ao sul das ilhas de Arguim.¹¹

Das declarações que fez a António Gonçalves, comandante da expedição, resultou a compra de ouro e escravos, feita ao chefe Ahude Maymon.¹² Este sítio ficou denominado Cabo do Resgate.

No Oceano Pacífico existe uma ilha, denominada ilha de João Fernandes, fronteira às costas do Chile.

O nome de João Fernandes, que decerto não é, nem pode ser o mesmo indivíduo, aparece muito nas descobertas marítimas portuguesas.

1 Construído na sequência de provisão de 14 de março de 1566, o Porto das Pipas era ao tempo um pequeno cais anexo a um varadouro anichado na restinga situada na base do Forte de São Sebastião (o *Castelinho*). A sua presente configuração resultou de profundas obras de alargamento ali realizadas sob a coordenação da Junta Autónoma dos Portos do Distrito de Angra do Heroísmo na década de 1960.

2 O Porto Novo era uma pequena praia arenosa existente no canto noroeste da baía e ligada ao Relvão por uma rampa que continuava por um caminho que levava ao Tanque do Azeite e daí ao Portão dos Carros do Castelo. Com a intervenção de proteção costeira feita por José Silvestre Ribeiro, este ponto de desembarque desapareceu, sendo substituído pelo Cais da Figueirinha, cuja construção se iniciou a 27 de dezembro de 1841. Este cais passou a ser o local de desembarque dos presos e das cargas mais delicadas destinadas à fortaleza.

3 João Fernandes Lavrador (*fl.* 1486–1505), proprietário de terras na ilha Terceira, navegador e explorador que liderou a expedição que em 1492 reconheceu a atual costa da Península do Labrador, no nordeste da América do Norte. Nasceu em data e local desconhecidos. Registos alfandegários de Bristol para 1486 mostram *Fornandus et Gunsalus* como comerciantes portugueses naquele porto e para 1493 mostram *Johannes Fornandus*. Em 1501, Henrique VII concedeu uma carta a um sindicato anglo-português, que incluía João Fernandes, Francisco Fernandes e João Gonçalves. É provável que João Fernandes tenha negociado em Bristol a partir de 1486 e assim se tenha vinculado às viagens inglesas à América e às viagens portuguesas. O planisfério de King-Hamy, de 1503-1504, mostra a Gronelândia como Terra de Labrador e a região da Terra Nova-Labrador como Terra de Corte Real, sugerindo que a Gronelândia havia sido descoberta pelo Labrador, João Fernandes, antes de Gaspar Corte Real em 1500.

4 Henrique VII (Castelo de Pembroke, Pembroke, 28 de janeiro de 1457 — Palácio de Richmond, Surrey, 21 de abril de 1509) foi rei da Inglaterra de 1485 até falecer. Acedeu ao trono após derrotar o rei Ricardo III na Batalha de Bosworth Field, travada a 22 de agosto de 1485, evento que encerrou a Guerra das Rosas. Foi coroado a 30 de outubro daquele ano, sendo o fundador da dinastia Tudor.

5 Francisco Fernandes (*fl.* finais do século XV), escudeiro, mercador em Bristol, irmão de João Fernandes Lavrador em cujas expedições participou.

6 João Gonçalves (*fl.* finais do século XV), mercador em Bristol, escudeiro e navegador. Participou nas expedições lideradas por João Fernandes Labrador.

7 «Escudeiros nas ilhas de Surrys (Açores), sob a obediência do rei de Portugal».

^h Pinheiro Chagas, *História de Portugal*, vol. II, pp. 262-263.

-
- 8 «Do Lavrador. Os portugueses viram esta terra, mas não entraram nela.» In Henry Harrisse, *Jean et Sébastien Cabot, leur origine et leurs voyages*, p. 167. Paris, Ernest Leroux, Éditeur, 1882.
- 9 Pêro de Barcelos (Barcelos, fl. 1480-1507 — Angra, 1507-1508), por vezes referido como Pedro de Barcelos, navegador, residente na ilha Terceira, onde casou e teve descendência. Explorou as costas da América do Norte juntamente com João Fernandes Lavrador. Em 1492 integrou a primeira expedição a reconhecer a costa da Península do Labrador.
- 10 Manuel Luís Maldonado (Angra, 8 de setembro de 1644 — Angra, 24 de outubro de 1711), militar e presbítero que se destacou como historiador e genealogista. Foi condestável, capelão e encarregado do hospital militar da Fortaleza de São João Baptista. É autor da *Fenix Angrence*, uma das obras de referência da historiografia açoriana.
- 11 As ilhas do Golfo de Arguim, no litoral da atual Mauritânia. A maior dessas ilhas, onde foi construído o Forte de Arguim, é uma pequena ilha arenosa e sem relevo, com apenas 12 km² de área, separada da costa por um canal de águas pouco profundas, pejado de bancos de areia, com apenas 10 km de largura máxima.
- 12 Ahude Maymon seria o líder de um clã berbere, com cerca de 150 membros, que recebeu o explorador João Fernandes em 1445, quando este no regresso de uma viagem de exploração à costa ocidental africana ficou propositadamente em terra numa praia ao norte do Golfo de Arguim.

Capítulo XII

Navegadores terceirenses e graciosenses. Fernão de Magalhães

Pelo que havemos narrado, relativo às descobertas marítimas, de que os Açores foram posto avançado, têm lugar de honra, na lista dos navegadores portugueses, os Corte-Reais tão intimamente ligados à ilha Terceira, devendo adicionar-se à mesma lista, embora em plano menos elevado, Diogo de Teive, Pedro Velasco, João Fernandes, Francisco Fernandes e Pedro de Barcelos, todos desta ilha.

Como em todas as coisas, as glórias são sempre para os que dirigem, para os que comandam, contudo nos dois navios que, segundo alguns historiadores, saíram da Terceira, em viagem de exploração sob o comando de Gaspar Corte-Real, deviam ir muitos açorianos, que, decerto, prestariam bons serviços; mas de estes ignoram-se os nomes.

A esta lista temos de acrescentar mais os nomes de dois terceirenses Gomes Pacheco de Lima¹ e Manuel Pacheco,² filhos de João Pacheco.³

O primeiro foi mandado por el-rei D. João e o infante D. Luís, por capitão-mor de uma grossa armada, a fazer o despejo das ilhas de Buam⁴ na costa da Guiné, onde o mataram.^a

O segundo foi mandado por «*capitam e scripvam do navio do descobrimento do regno de Amgola tee o cabo de Boa Esperança, que esta he a maneyra em que avemos por bem nos syrvaes na dita viagem*».^b Foi também embaixador de el-rei D. João III ao rei do Congo.^c

Temos mais os nomes de dois graciosenses, Gaspar Dias,⁵ despenseiro da nau *Santiago*, e João da Silva,⁶ marinheiro da nau *Conceição*, naus que, em 20 de setembro de 1519, saíram de San Lucas de Barrameda,⁷ fazendo parte da

a Dr. Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro IV, cap. 10.

b *Livro das Leis e Regimentos de D. Manuel*. O regimento diz respeito a Manuel Pacheco está publicado no vol. III do *Archivo dos Açores*.

c Dr. Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, [Livro IV, cap. 10]; e Visconde de Paiva Manso, *História do Congo: [obra posthuma do Visconde de Paiva Manso, socio effectivo da Academia real das sciencias de Lisboa, pp. 66-67, Lisboa, Typ. da Academia, 1877]*.

esquadrilha, que, sob o comando do valente, quanto desditoso Fernão de Magalhães, tinha de realizar a gloriosa viagem, dando a primeira volta ao mundo.

O escritor chileno Diego Barros Arana,⁸ que escreveu e publicou o livro «*Vida e viagens de Fernão de Magalhães*», que Fernando de Magalhães Villas-Boas⁹ traduziu, e que acabamos de ler, diz:¹⁰

«Ainda quando a viagem, empreendida por Magalhães, não tivesse produzido senão o reconhecimento da extremidade meridional do continente americano, o descobrimento do Estreito, a que a posteridade deu o nome do célebre viajante, e a navegação de mares desconhecidos, só por si devera ela ser considerada, como uma das mais notáveis empresas levadas a cabo naquele século de atrevidas explorações.

Esta viagem, porém, assinala, além de isso, um dos mais sólidos progressos, que nunca a geografia houvera feito.

A redondeza da terra, que alguns sábios haviam adivinhado, ficou sendo desde então um facto provado pela experiência.

A geografia rompeu os laços que a traziam ligada às preocupações do vulgo, e pôde desenvolver-se livremente para chegar ao estado, em que hoje a vemos».

E esta glória pertence a um português, Fernão de Magalhães, natural da vila de Sabrosa, província de Trás-os-Montes.

E assim era justo que fosse. Aos portugueses devia-se o início das grandes descobertas marítimas, o alcançar o posto avançado, os Açores, para dar ao mundo velho um mundo novo; a um português devia também pertencer o completar a obra, dando o conhecimento perfeito da forma do mesmo mundo, a sua redondeza.

O que é realmente para lamentar, é que a emulação e a inveja, que lavravam entre os cortesãos de D. Manuel, levassem a intrigar e a malquistar Fernão de Magalhães com el-rei, resultando, para que pudesse pôr em execução o seu audacioso plano, ter de ir oferecer os seus serviços a Carlos V de Espanha.¹¹

«Antes de deixar a pátria, Magalhães quis desnaturalizar-se dela, como cumpria a um fidalgo do século XVI. E assim o fez, por atos públicas, com toda a solenidade, para poder livremente oferecer os seus serviços a quem melhor quisesse.»^d

«Não há vida mais terrível, que a de Magalhães. Tudo é combate, navegações longínquas, fugas e processos, naufrágio e assassínio frustrado, enfim a morte entre os bárbaros. Peleja na África. Peleja na Índia. Vive entre os malaios tão bravos e tão ferozes. Ele mesmo parece havê-lo sido.»^e

E se, como portugueses, nos podemos orgulhar por ter sido um português, que circum-navegou a América, como Vasco da Gama havia circum-navegado a África, a glória da realização de tão avantajado cometimento coube à Espanha.

Não serviu de exemplo, para emenda, a D. Manuel e à sua corte, o erro cometido por D. João II, quando, levado pela falsa opinião de alguns doutores, rejeitou a proposta de Colombo, julgando-o um visionário; proposta, que anos depois, ainda assim com grande custo, os reis Fernando e Isabel¹² aceitaram, e de que resultou a descoberta da América.

Mas, como não é nosso propósito o alongarmo-nos no muito, que diz respeito a Fernão de Magalhães, e a que mesmo não nos referiríamos tanto, se dos valentes marinheiros, que o acompanharam, não fizessem parte dois açorianos, que com ele morreram nas Filipinas, encerremos o que lhe diz respeito com os seguintes parágrafos, escritos por [Jules] Michelet:¹³

«Magalhães buscou, volveu, desenredou-se de cem ilhas, entrou num mar sem limites, Pacífico naquele dia, e que tem conservado até hoje este nome.

Magalhães pereceu nas Filipinas. Quatro navios desapareceram. O único que ficou, a Victoria, não contava a final senão treze homens; tinha, porém,

d [Manuel de] Faria e Sousa, *Comentários aos Lusíadas* [de Luis de Camoens, *Príncipe de los poetas de España*. Madrid, Juan Sanchez, 1639]; [Diogo] Barbosa [Machado], *Bibliotheca lusitana* [historica, critica, e cronológica, Lisboa, 1741].

e [Jules] Michelet, *La mer*, [Paris, Michel Lévy Frères, 1875].

o seu grande piloto, Sebastião o Vasco, que voltou só, tendo sido o primeiro mortal que deu a volta ao mundo.

Não há nada mais grandioso, que esta viagem. Desde então o globo ficou certo da sua redondeza. Essa maravilha física da água uniformemente estendida sobre uma bola, a que adere sem despegar-se, este milagre estava demonstrado. Estava, finalmente, reconhecido o Pacífico, esse grande e misterioso laboratório, onde, longe da nossa vista, a natureza trabalha profundamente a vida, nos elabora mundos, continentes novos.

Era uma revelação de imenso alcance, não só material, mas também moral, que centuplicava a audácia do homem, e o lançava noutra viagem sobre o livre oceano das ciências, no esforço temerário e fecundo de dar a volta ao infinito».

-
- 1 Gomes Pacheco de Lima (Angra, c. 1495 — Costa da Guiné, 1547), filho de João Pacheco e de Branca Gomes de Lima. Gaspar Frutuoso (*Saudades da Terra*, Liv. IV) regista que o «*mandou el-Rei D. João e o Infante D. Luís por capitão-mor de uma grossa armada a fazer o despejo das ilhas de Buão, na costa de Guiné, onde o mataram em campo*» (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, pp. 732-733).
 - 2 Manuel Pacheco de Lima (Angra, c. 1490 — Ilha de São Tomé, 11 de junho de 1557), filho de João Pacheco e de Branca Gomes de Lima. Gaspar Frutuoso (*Saudades da Terra*, Liv. IV) regista que «*foi o que descobriu o Reino de Angola, e foi por embaixador de el-Rei D. João, o terceiro, ao Rei do Congo, e lá morreu.*» Uma primeira missão ao Congo, que também integrava Baltasar de Castro, foi enviada por D. Manuel I em 1520 (cf.: «Regimento de D. Manuel a Manuel Pacheco e Baltasar de Castro. 16 fev. 1520». In: Brásio, António (editor). *Monumenta Missionaria Africana*. 1.^a série, vol. I, documento 128. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952). Em 1556 foi novamente enviado ao Congo, como embaixador de D. João III, falecendo na ilha de São Tomé (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 731).
 - 3 João Pacheco (c. 1460 — Angra, c. 1520), fidalgo da Casa Real, filho de Manuel Pacheco, fidalgo, e de Mor Gil da Costa. Por volta de 1485 fixou-se na Terceira, onde recebeu terras em Santa Bárbara, vindo a falecer em Angra, tendo testamento aprovado em 25 de setembro de 1518. Foi pai do navegador Gomes Pacheco de Lima e do explorador Manuel Pacheco de Lima (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, pp. 729-730).
 - 4 O atual arquipélago dos Bijagós. A partir de 1468, as ilhas aparecem nas cartas de navegação com a designação de Buam, Boao ou Buão. Em 1532, com a oferta das ilhas por D. João II ao seu irmão, o infante D. Luís, elas passam a ser conhecidas pelo nome de *Ilhas do Infante*.
 - 5 Gaspar Dias (—), natural da ilha Graciosa, despenseiro da nau *Santiago*, um dos navios que integrou a armada de Fernão de Magalhães na sua viagem de circum-navegação. Faleceu durante a viagem.
 - 6 João da Silva (—), natural da ilha Graciosa, marinheiro da nau *Conceição*, um dos navios que integrou a armada de Fernão de Magalhães na sua viagem de circum-navegação. Faleceu durante a viagem.
 - 7 Sanlúcar de Barrameda, cidade e município da província de Cádiz, Comunidade Autónoma da Andaluzia. Situada na margem esquerda do estuário do rio Guadalquivir, foi o porto de onde a 20 de setembro de 1519 partiu a esquadra capitaneada por Fernão de Magalhães para a sua viagem de circum-navegação.
 - 8 Diego Jacinto Agustín Barros Arana (Santiago, 16 de agosto de 1830 — Santiago, 4 de novembro de 1907), pedagogo, diplomata e historiador chileno, considerado um dos principais intelectuais liberais da sua época. A sua obra mais notável é a *Historia General de Chile*. Na edição inicial desta obra é referido como «O escritor espanhol Diogo de Barros Arana». A obra referida é «*Vida e viagens de Fernão de Magalhães, por Diogo de Barros Arana; tradução do hespanhol de Fernando de Magalhães Villas-Boas. Com um appendice original*», Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1881.
 - 9 Na edição original «*Fernando de Magalhães Villa Lobas*». Refere-se a Fernando de Magalhães Villas-Boas (Barcelos, 1814 — Lisboa, 1 de novembro de 1888), formado em Matemáticas pela Universidade de Coimbra, oficial do Exército, de que se reformou no posto de general de divisão. Foi secretário da Escola Politécnica e deputado na legislatura de 1861-1864.
 - 10 Diego Barros Arana, *Vida e viagens de Fernão de Magalhães (tradução do hespanhol de Fernando de Magalhães*

Villas-Boas...: Com um appendice original). Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1881.

- 11 Carlos V do Sacro Império Romano-Germânico (Gand, 24 de fevereiro de 1500 — Cuacos de Yuste, 21 de setembro de 1558), sacro imperador romano-germânico e arquiduque da Áustria, a partir de 1519; rei da Espanha, como Carlos I a partir de 1516; e senhor dos Países Baixos, como duque da Borgonha a partir de 1506. Como chefe da Casa de Habsburgo durante a primeira metade do século XVI, os seus domínios na Europa incluíam o Sacro Império Romano-Germânico, estendendo-se da Alemanha ao norte da Itália, com domínio direto sobre as terras hereditárias austríacas e os Países Baixos da Borgonha, tendo também unificado a Espanha, com seus reinos do sul da Itália de Nápoles, Sicília e Sardenha. Além disso, no seu reinado, consolidou a colonização espanhola da América Central e do Sul. A união pessoal dos territórios europeu e americano de Carlos V foi o primeiro agrupamento de reinos rotulado como «*o império sobre o qual o sol nunca se põe*».
- 12 Fernando e Isabel, os Reis Católicos, o casal composto pela rainha Isabel de Castela e o rei Fernando II de Aragão. Concretizaram a união dinástica entre os dois reinos ibéricos, criando a Monarquia Católica, que em 1512 passaria a ser conhecida por Monarquia de Espanha.
- 13 Jules Michelet (Paris, 21 de agosto de 1798 — Hyères, 9 de fevereiro de 1874), filósofo e historiador que se destacou pela sua obra sobre a história da França e da sua cultura. Com um marcado estilo aforístico, ficou conhecido pelo republicanismo anticlerical bem patente nos seus escritos.

Capítulo XIII

Guerreiros ilustres açorianos. Os Canto

Não é só na lista dos navegadores, que temos açorianos para dela fazerem parte; também existe um bom contingente para a lista dos mais esforçados guerreiros, que nas plagas africanas muito batalharam e muito fizeram para o engrandecimento da pátria.

Felizmente, nestas abençoadas paragens, teve a pátria filhos dedicadíssimos em tudo e para tudo.

Terceirenses

— João Dias Ximenes,¹ que, na tomada de Azamor,² foi armado cavaleiro por Nuno Fernandes de Ataíde,³ o que lhe foi confirmado por D. Manuel em carta de 25 de janeiro de 1514.

— Afonso Anes da Costa⁴, armado cavaleiro, no Cabo Gué,⁵ por D. Francisco de Castro,⁶ em 1519.

— Fernão Lourenço Ramos,⁷ que prestou valiosos serviços em Ceuta, como consta da carta de confirmação de D. João III de 20 de fevereiro de 1527.

— Sebastião Tomé⁸ que, pelos seus serviços em Alcácer-Quibir, foi armado cavaleiro por Bernardim de Carvalho⁹, confirmado por carta de D. João III, em 1549.

— Manuel Fernandes Cabral¹⁰ que, pelos seus serviços em Azamor, recebeu carta de cavaleiro em 1542.^a

— Frei António Pires do Canto,¹¹ a quem pelos seus serviços, feitos na guerra contra os infiéis, foi concedida, por carta de 8 de agosto de 1551, a comenda de São Cosme de Ázere.¹²

— Gaspar Machado, filho de Gonçalo Anes da Fonseca, a que já nós referimos, o primeiro ente que recebeu as águas batismais na ilha Terceira,

^a Todas estas cartas estão publicadas no *Archivo dos Açores*, volumes III e IV, e bem assim as que dizem respeito aos açorianos a seguir.

que, conjuntamente com os seus dois irmãos mais moços, João Gonçalves Machado e Diogo Machado, fora armado cavaleiro em África, pelo seu valor e bons serviços.

— O filho primogénito de Gaspar Machado foi Gaspar Gonçalves da Ribeira Seca,¹³ que, como seu pai e seu avô, exerceu o cargo de juiz dos órfãos na vila da Praia, em 1510.

— António de Utra de Figueiredo,¹⁴ filho de Gaspar Gonçalves, deixou de si nome honroso, pelos seus assinalados feitos, como almirante das esquadras de alto bordo da Índia.

Com relação a estas esquadras, e a todos os navios que faziam a carreira da Índia e do Brasil, foram assinalados os serviços prestados pelos açorianos em geral, e em especial, pelos terceirenses, defendendo-os da pirataria, que audazmente percorria o mar dos Açores.

Em 20 de agosto de 1520 foi publicado o regimento para as naus da Índia nos Açores, e são realmente de subido valor, o elevado número de cartas dirigidas a el-rei pelos corregedores, provedores e capitães-mores, relatando todo o acontecido em defesa das naus portuguesas.^b

A direção dos serviços para a construção da esquadra, organizada nos Açores, foi dada a Pedro Eanes do Canto,¹⁵ natural de Guimarães, português denodado, que em 1509, quando a praça de Arzila¹⁶ esteve cercada pelo rei de Fez, para lá se dirigiu com um navio, com gente portuguesa, paga à sua custa, tomando aos mouros, depois de oito dias de porfiada e perigosa luta, o Forte de Tonbelalon.¹⁷ *«Por tão relevantes serviços, el-rei D. João III, por alvará de 20 de junho de 1539, acrescentou ao antigo escudo de suas armas um baluarte».*^c

O comando desta esquadra açoriana foi conferido a seu filho, António Pires do Canto, fidalgo da Casa Real, atendendo à provecta idade de Pedro Eanes do Canto.

b Estas cartas estão publicadas no *Archivo dos Açores*.

c José Joaquim Pinheiro, *Épocas Memoráveis da Ilha Terceira*.

Esta armada conseguiu valorosamente limpar o mar dos Açores dos corsários, que o infestavam. Na altura do Corvo esperava as naus da Índia, acompanhando-as até Lisboa.

Entre outros, refere [Francisco Ferreira] Drummond¹⁸ e José Joaquim Pinheiro, não se devem esquecer os nomes de Sebastião Gago¹⁹ e Jorge Camelo,²⁰ que comandavam navios de alto bordo, e que faleceram na Índia, e os dos heroicos Pedro Camelo Pereira²¹ e André de Novais,²² todos da ilha de São Miguel, assim como de Jorge de Lemos,²³ Francisco Dias de Carvalhal,²⁴ Gaspar de Ornelas de Gusmão,²⁵ Manuel Corte-Real, Diogo Lopes Machado²⁶ e Diogo Gonçalves Machado, da ilha Terceira, que, por seu valor marcial, a história tem obrigação de memorar.

É documento importante, dos serviços prestados pela armada terceirense, a seguinte carta, que a Câmara de Angra dirigiu a el-rei:

«... que os terceirenses não só continuavam com a maior lealdade no provimento das armadas e naus da Índia, mas ainda na defesa delas, e dos navios de Cabo Verde, São Tomé, Brasil e Guiné, saindo com suas caravelas e embarcações a pelejar com os corsários, quando ao porto da cidade, ou à vista dela os vinham acometer; — que andando os anos passados, o capitão-mor Pedro Correia de Lacerda,²⁷ às bombardas com certos franceses, muitos terceirenses saíram em seu favor, abalroando e tomando um navio à força de braço; que três anos antes, por se achar com pouca gente o capitão-mor Francisco Nobre, para seguir um corsário poderoso, que com algumas velas andava preando junto da ilha de São Miguel, igualmente muitos terceirenses se embarcaram com ele, e com os mais capitães da sua conserva, e armaram ainda uma nau, com a qual se acharam no desbarato daquele pirata, sendo os que melhor pelejaram, e com mais esforço, por onde o galeão capitania não foi entrado dos inimigos; — que no ano antecedente, se eles não socorressem de terra com muita diligência a nau, em que vinha da Índia D. Luís de Almeida,²⁸ pudera ser tomada, — de modo que eles estavam sempre com as armas às costas, oferecidos a socorrer, não só as armadas, naus e navios particulares portugueses, mas ainda os outros estrangeiros, castelhanos, flamengos,

vassalos de el-rei Filipe, que assim pacificamente navegavam nesta paragem seguros, estando os terceirenses continuamente como em frontaria, por ser a ilha Terceira a escala universal da navegação, pelejando em serviço de el-rei com grande perigo das suas vidas, e dispêndio de suas fazendas».

— Pedro Eanes do Canto casou com D. Joana Abarca,²⁹ de quem houve dois filhos, António Pires do Canto, a que já nos referimos, e João da Silva do Canto.³⁰ Teve mais um filho natural, Francisco do Canto,³¹ de quem descendem os Cantos bastardos da Terceira.

— Francisco do Canto, pelos seus valorosos feitos em África, foi armado cavaleiro, e concedido lhe foi o foro grande de fidalgo, que ele cedeu em seu pai, no ano de 1527. Alcançou mais a comenda da Ordem de Cristo, por carta régia de 7 de setembro de 1546, e a de São Tomé de Travassós,³² no arcebispado de Braga, quando em 1555 conduziu dos Açores a Lisboa três naus, que vinham do Oriente. Neste ano foi para o Brasil, acompanhando o governador geral Tomé de Sousa,³³ que, em 4 de agosto de 1549, escrevia a Pedro Eanes do Canto, nos seguintes termos:

«Eu não sei como comece a falar nele a v. m. senão que saibais certo, que tendes o mais honrado filho, mais para tudo, do que tem homem neste reino; e se lá ouvirdes dizer que eu cá fiz uma cidade, ele a fez».^d

Pedro Eanes [do Canto] faleceu em 1556, instituindo três vínculos, que legou aos três filhos.

— João da Silva do Canto, a quem, pelos seus serviços em Ceuta, foi dada a comenda de Cristo, por carta de 25 de fevereiro de 1551, sucedeu a seu irmão na provedoria das armadas; foi também provedor da fazenda, capitão-mor de Angra, em 1571, e do conselho de el-rei. Faleceu em 1577, sucedendo-lhe no morgado sua filha única, D. Violante da Silva do Canto.³⁴ À sua custa constituiu o cais do Porto de Pipas, e varadouro, e por carta de 21 de julho de 1572, que el-rei lhe mandou, tratou de estabelecer duas estâncias militares, uma no Porto de Pipas, e outra no Fanal, e reparou o

Castelo de São Luís. No ano seguinte, como aparecesse uma armada estrangeira de 50 navios de guerra, que andava ao corso, e que fundeou próximo da Vila de São Sebastião, tratou-se da construção da fortaleza ou Castelo de São Sebastião, vulgarmente conhecido pelo Castelinho e da fortaleza de Santo António no Porto Judeu. Para a edificação da primeira cedeu Pedro de Castro do Canto,³⁵ filho de António Pires do Canto, o terreno necessário.

— Pero de Ornelas,³⁶ filho de João de Ornelas,³⁷ o primeiro que veio para a ilha Terceira, deixou distinta memória de seus feitos. Acompanhou para a Índia D. Francisco de Almeida, parente de sua cunhada D. Isabel de Sousa,³⁸ mulher de seu irmão primogénito, Gaspar de Ornelas [de Gusmão]; achou-se nos mais notáveis feitos de armas no tempo daquele vice-rei;^e esteve na batalha, em que perdeu a vida o heroico D. Lourenço de Almeida;³⁹ e, quando o pai foi vingar a morte do filho, confiou a guarda da costa a Pero de Ornelas, dando-lhe para tal serviço o comando de uma armada de quatro velas. Desempenhada a comissão de modo que lhe merecesse os agradecimentos e recompensas de D. Francisco, continuou Pero de Ornelas a servir na Índia às ordens do grande Afonso de Albuquerque,⁴⁰ e, comandando uma nau da esquadra que deu sobre Goa,⁴¹ foi morto no dia do assalto, a 25 de novembro de 1510.^f

— Álvaro de Ornelas,⁴² da vila da Praia, a quem foi concedida mercê dos privilégios de fidalgo por carta de 12 de março de 1534, e o hábito de Cristo em 1535, de que pagou de tença 15\$000 réis. — Manuel Gonçalves,⁴³ confirmado cavaleiro por carta de 8 de junho de 1545, pelos seus serviços, feitos em Arzila no ano de 1537.

— Tristão de Sousa de Gusmão,⁴⁴ terceirense, filho de Gaspar de Ornelas de Gusmão e de D. Isabel de Sousa, pelos serviços que prestou na Índia por espaço de 12 anos, premiado com o posto de capitão em duas viagens

e Governou a Índia de 1505 a 1509.

f Gaspar Corrêa, *Lendas da Índia* [: publicadas por de ordem da Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas Letras da Academia Real das Sciencias de Lisboa ; sob a direcção de Rodrigo José de Lima Felner. Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858-1866]; *Obras de D. Ayres de Ornelas, Arcebispo de Goa*, Porto 1801, p. 18.

ao Ceilão. Achou-se em todas as ações de nome, desde o começo do governo de Martim Afonso de Sousa,⁴⁵ seu parente, a quem acompanhou.^g

— Gabriel da Rocha,⁴⁶ armado cavaleiro por serviços prestados em Mazagão,⁴⁷ confirmado por carta de 22 de setembro de 1548.

— Lopo Dias Cabaço,⁴⁸ armado cavaleiro em Safim por D. Nuno de Mascarenhas,⁴⁹ confirmado por alvará de 6 de maio de 1520.^h

— António Moniz Barreto,⁵⁰ herói tão abalizado por seus feitos, no tempo de D. João de Castro,⁵¹ acompanhando-o em 1541 para a Índia, praticando ações valorosas, que se acham relatadas por Jacinto Freire de Andrade.ⁱ

Posto isto, continuemos na pesquisa dos açorianos, que nesta época tanto se honraram, honrando a pátria, passando para isso além da Terceira, às restantes ilhas, tanto quanto nos seja possível nesta limitada memória.

Graciosenses

— Pero de Évora,⁵² que, pelos seus serviços em Safim e Mazagão, foi armado cavaleiro por Gonçalo Mendes Sacoto,⁵³ o que lhe foi confirmado por carta régia em 1526.

Micaelenses

— Álvaro Lopes de Santo António,⁵⁴ armado cavaleiro por D. Duarte de Menezes,⁵⁵ pelos seus serviços em Tânger. Carta de confirmação de D. Manuel em 1511.

— Gonçalo Dias,⁵⁶ armado cavaleiro por Rui Barreto,⁵⁷ na tomada de Azamor. Carta de confirmação de D. Manuel de 20 de junho de 1514.

— Pero Anes,⁵⁸ também armado cavaleiro por Rui Barreto, na tomada de Azamor, o que na mesma data lhe foi confirmado por D. Manuel.

g Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Terceira*, vol. I, p. 97.

h *Idem, idem*.

i Diogo de Couto, *Dec. VII*, cap. IV. [Jacinto Freire de Andrade (Beja, 1597 — Lisboa, 13 de maio de 1657), sacerdote, poeta e historiador. A obra referida intitula-se *Vida de Dom João de Castro quarto visor-rei da Índia*, Lisboa, 1651].

- Tristão Pires,⁵⁹ pela mesma razão, armado cavaleiro, e confirmado por carta de 5 de setembro do mesmo ano.
- Pero Manuel (Pavão)⁶⁰ e André Manuel (Pavão)⁶¹ armados cavaleiros em Tânger por Rui Barreto, sendo isto confirmado por carta de 26 de maio de 1515.
- Álvaro Pires,⁶² armado cavaleiro por Nuno Fernandes de Ataíde, capitão de Safim, confirmado por carta de 26 de maio de 1515.
- Gaspar Manuel (Pavão),⁶³ armado cavaleiro por D. Vasco Coutinho,⁶⁴ capitão de Arzila, confirmado por carta de 26 de maio de 1515.
- Diogo Nunes,⁶⁵ armado cavaleiro por Rui Barreto, em Tânger, confirmado por carta de 18 de abril de 1516.
- Tomé Rodrigues,⁶⁶ armado cavaleiro por Luís Loureiro⁶⁷ em Safim, confirmado por carta de 13 de março de 1539.
- Nuno Fernandes,⁶⁸ armado cavaleiro por António Leite⁶⁹ em Mazagão, confirmado por carta de 18 de abril de 1539.
- Manuel da Câmara,⁷⁰ filho do capitão donatário da ilha de São Miguel, segundo a carta de D. Guterre de Monroy,⁷¹ de 2 de abril de 1541, em que participa a perda da Vila de Santa Cruz do Cabo de Gué, ou Aguer. Prestou valiosos e valorosos serviços, ficando cativo dos mouros, e perdendo toda a sua fazenda.
- Bartolomeu Afonso,⁷² armado cavaleiro, em 1550, pelos seus importantes serviços em Diu.

Marienses

- Tomé da Câmara,⁷³ da ilha de Santa Maria, armado cavaleiro por D. Francisco Coutinho,⁷⁴ pelos seus serviços em Tânger, confirmado por carta de D. João em 1548.

Na *História Insulana*, do padre António Cordeiro, lê-se, que foram destros pilotos dois terceirenses, Ayres Fernandes⁷⁵ que vinte vezes foi à Índia, sem nunca arribar; seu filho Luiz Ayres,⁷⁶ e Manuel Fernandes,⁷⁷ tão insigne piloto, que foi o primeiro a descobrir a derrota de Portugal para Malaca, sem tocar na Índia, e foi o piloto-mor do galeão *São Martinho*, em que D. Sebastião passou pela última vez à África, em 1578.

-
- 1 João Dias Ximenes (—), provavelmente filho de Gonçalo Ximenes, um dos que veio da Madeira para a Terceira com os primeiros povoadores trazidos por Jácome de Bruges, alterando o nome para Gonçalo de Linhares, adotado do vale onde se tinha fixado. Foi armado cavaleiro por Nuno Fernandes d'Ataíde na tomada de Azamor e confirmado por carta de El-Rei de 25 de janeiro de 1514.
 - 2 Na sequência da vitória portuguesa na batalha de Azamor travada contra forças marroquinas nos dias 28 e 29 de agosto de 1513 nos arredores daquela cidade, a 1 de setembro, o exército português, liderado por D. Jaime, duque de Bragança, tomava Azamor sem resistência. A cidade de Azamor, um bom porto fluvial situado na costa atlântica de Marrocos, era dependente do rei de Fez, embora gozando de grande autonomia. Prestava vassalagem ao rei D. João II desde 1486, mas desavenças com o seu governador, que se recusou pagar o tributo e preparava um exército para se defender, ocasionaram o envio de uma armada portuguesa àquela cidade e a subsequente conquista. A ocupação portuguesa durou até 1541.
 - 3 Nuno Fernandes de Ataíde (c. 1470 — Marrocos, 19 de maio de 1516), fidalgo, senhor de Penacova, alcaide-mor de Alvor e capitão de Safim. Capitaneou diversas expedições militares em Marrocos, distinguindo-se sobretudo durante o cerco que sofreu praça de Safim no ano de 1510 e como comandante de uma força luso-berbere de 3 mil homens que atacou a cidade de Marraquexe em 1515.
 - 4 Afonso Anes da Costa (Tavira, c. 1490 — Angra, c. 1550), veio para a Terceira na companhia de seu pai. Em 1519 integrou a guarnição de Santa Cruz de Cabo de Gué, onde a 18 de fevereiro de 1520 foi armado cavaleiro por D. João de Castro, o governador daquela fortaleza, na sequência de atos de bravura praticados na tomada de um povoado vizinho. Foi confirmado cavaleiro por carta régia de 13 de setembro de 1527. Casou na Terceira com Catarina Borges Abarca, sobrinha de João Vaz Corte-Real. Com o seu sogro, João Borges, *o Velho*, e com seu parente e tio de sua mulher, João Vaz Corte-Real, foi um dos fundadores do Hospital de Santo Espírito de Angra (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 543-544).
 - 5 A Fortaleza de Santa Cruz do Cabo de Gué, ou de Aguer, localizava-se na atual cidade de Agadir, no litoral de Marrocos.
 - 6 D. Francisco de Castro (c. 1470 — depois de 1524), fidalgo que exerceu o cargo de governador da Fortaleza de Santa Cruz do Cabo de Gué. Foi designado por D. Manuel I para suceder a João Lopes de Sequeira, chegando àquela fortaleza por volta de março de 1513, embora apenas tenha sido nomeado oficialmente em 6 de outubro de 1514. Exerceu a função durante mais de dez anos, regressando a Portugal em 1524.
 - 7 Fernão Lourenço Ramos (—), cavaleiro que prestou valiosos serviços em Ceuta (cf.: *Arquivo dos Açores*, vol. III, p. 436).
 - 8 Sebastião Tomé (—), armado cavaleiro pelos seus serviços em Alcácer-Quibir, confirmado por carta de D. João III, em 1549.
 - 9 Bernardim de Carvalho (c. 1510 – depois de 1574), comendador de Carrazedo da Ordem de Cristo, capitão de Alcácer Ceguer, capitão de Tânger e capitão de Mazagão.
 - 10 Manuel Fernandes Cabral (—), recebeu carta de cavaleiro em 1542 pelos seus serviços em Azamor.
 - 11 António Pires do Canto (Angra, 11 de junho de 1511 — Angra, c. 11 de maio de 1565), filho primogénito de Pedro Anes do Canto, *o Velho*, e herdeiro do morgado por ele instituído. Foi o segundo Provedor das Armadas em Angra. Esteve presente nas campanhas norte-africanas, indo em socorro de Tânger no ano de 1531 e passando a Arzila em 1537. Casou com uma filha de D. Francisco de Castro, governador da Fortaleza de Santa Cruz do Cabo de Gué (cf.: Rute D. Gregório, *Pero Anes do Canto: um homem e um património (1473-1556)*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2001).
 - 12 Na freguesia de Ázere, município de Arcos de Valdevez.
 - 13 O juiz dos órfãos da Praia em 1510 era Gaspar Gonçalves Machado, também conhecido por Gaspar Gonçalves da Ribeira Seca (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 543).
 - 14 António de Utra de Figueiredo (—), almirante das esquadras de alto bordo da Índia.
 - 15 Pedro Anes do Canto (Guimarães, c. 1472 — Angra, 18 de agosto de 1556), frequentemente referido por Pero Anes do Canto, foi um dos integrantes da segunda vaga de povoadores da ilha Terceira, chegados à ilha na primeira década do século XVI. Em recompensa da sua participação na defesa das praças de Arzila e Azamor no litoral marroquino, foi distinguido com o título de moço-fidalgo da Casa Real e com a mercê da Provedoria

das Armadas e Naus da Índia, para si e seus descendentes. No final da sua vida era o mais poderoso fidalgo dos Açores, tanto pela sua dignidade e valia, como pela sua riqueza. Esta última, constituída por inúmeras terras e chãos, rurais e urbanos, casas, meios de produção e armazenamento, cabeças de gado, foros e rendas, escravos e utensílios agrícolas, estava distribuída pelas ilhas Terceira, São Jorge, Faial e Pico. Casou em primeiras núpcias com Joana Abarca, irmão de Maria Abarca, esposa do capitão do donatário João Vaz Corte Real, e em segundas núpcias com Violante da Silva, filha de Duarte Galvão, cronista-mor do reino (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. II, p. 775).

- 16 Arzila é uma cidade situada no norte da costa Atlântica de Marrocos, próximo de Tânger.
- 17 O Forte de Tonbalalon (nalgumas fontes açorianas designado por Tonebalalon e referido como «porto») é o Baluarte do Tambalalão (*Borj Al Ghoula*), situado no vértice sueste da muralha da medina de Arzila (cf.: Indira Peixoto e Jorge Correia, *Da arquitetura militar do período português em Arzila, Marrocos: momentos, intervenientes, significados*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa. Centro de História de Além-Mar (CHAM), 2019).
- 18 Francisco Ferreira Drummond (Vila de São Sebastião, 21 de janeiro de 1796 — Vila de São Sebastião, 11 de setembro de 1858), historiador, paleógrafo, organeiro e político com grande atividade cívica na vila de São Sebastião. A sua principal obra, os *Anais da ilha Terceira*, ocupa lugar de destaque na historiografia açoriana, sendo a base de boa parte das obras posteriores sobre a história dos Açores, em particular sobre a ilha Terceira.
- 19 Sebastião Gago (—), terceirense, comandou navios de alto bordo. Faleceu na Índia.
- 20 Jorge Camelo (—), terceirense, comandou navios de alto bordo. Faleceu na Índia.
- 21 Pedro Camelo Pereira (—), terceirense, militar na Índia.
- 22 André de Novais (—), militar na Índia.
- 23 Jorge de Lemos (—), militar na Índia.
- 24 Francisco Dias do Carvalho (Guimarães, c. 1493 — Angra, 27 de novembro de 1556), escudeiro, armado cavaleiro durante a conquista de Azamor, por distinção em combate. Fixou-se na cidade de Angra, onde integrou a governança local.
- 25 Gaspar de Ornelas de Gusmão (—), terceirense, militar.
- 26 Diogo Lopes Machado (—), terceirense, militar.
- 27 Pedro Correia de Lacerda (—), capitão-mor de uma armada da Índia.
- 28 D. Luís de Almeida (—), filho do capitão-mor do mar da Índia.
- 29 Joana Abarca (Angra, c. 1482 — Angra, 8 de setembro de 1510), filha de Pedro Abarca e de Margaria Álvares Merens. Foi esposa de Pedro Anes do Canto e mãe de Violante do Canto. Era sobrinha de João Vaz Corte-Real.
- 30 João da Silva do Canto (Castanheira, Lisboa, 10 de março de 1518 — Angra, 30 de novembro de 1577), filho do segundo casamento de Pero Anes do Canto com Violante da Silva, filha das segundas núpcias de Duarte Galvão, cronista-mor do reino. Com filhamento de moço fidalgo, pelo serviço de dois anos em Ceuta, entre 1546 e 1548, recebeu uma comenda da Ordem de Cristo. Fixou-se em Angra, onde foi capitão-mor das armadas nas ilhas, provedor da fazenda, provedor das fortificações e capitão-mor de Angra. Também serviu de provedor das armadas, tendo acumulado uma imensa fortuna, com rendimentos em várias ilhas dos Açores. Foi pai de D. Violante do Canto, sua herdeira única e heroína célebre da causa de D. António, Prior do Crato.
- 31 Francisco do Canto (Angra, c. 1510 — Angra, 24 de janeiro de 1573), filho natural de Pêro Anes do Canto, legitimado pelo pai no seu testamento e de quem herdou o terceiro vínculo por ele instituído. Combateu em África pelo que D. João III lhe concedeu, em 1527, o foro de moço fidalgo e, em 1546, por ter continuado seu serviço em África por dois anos à sua custa, a comenda de S. Tomé de Travassos na Ordem de Cristo. Acompanhou o governador geral Tomé de Sousa ao Brasil, onde se distinguiu, sendo-lhe atribuído lugar distinto na fundação da cidade de Salvador da Baía. Foi capitão-mor de uma armada que conduziu três naus da Índia a Lisboa.
- 32 Na freguesia de Travassós, concelho de Fafe.
- 33 Tomé de Sousa (Rates, 1503 — 1579), comendador de Rates e de Arruda, militar, primeiro governador-geral do Brasil, cargo que exerceu de 1549 a 1553.
- 34 Violante da Silva do Canto (Angra, agosto de 1556 — Lisboa, 17 de novembro de 1599), filha única e herdeira de João da Silva do Canto, distinguiu-se entre os principais apoiantes de António I de Portugal na luta contra Filipe II de Espanha. Recorrendo à sua grande fortuna e prestígio social, financiou o partido antonino em Angra, proporcionando-lhe os recursos e a credibilidade necessários para o manter dominante na fase mais adversa da resistência angrense à União Ibérica. A aura de romantismo e nacionalismo de que a sua figura foi cercada, nomeadamente pelas obras de divulgação historiográfica de Gervásio Lima, fizeram de D. Violante do Canto uma das personagens míticas da história terceirense, personificando a heroína patriota e desinteressada que tudo sacrificou pela independência nacional. Essa imagem de Violante do Canto foi fortemente explorada pela propaganda do Estado Novo, alçando-a a símbolo do portuguesismo açoriano.
- 35 Pedro de Castro do Canto (Angra, 10 janeiro 1549 — Lisboa, 28 de abril de 1583), também conhecido por Pedro Anes do Canto (2.º do nome), filho de António Pires do Canto, provedor das armadas, e de sua esposa Catarina de Castro. Moço-fidalgo da Casa Real, acrescentado a fidalgo cavaleiro (1574), foi o 2.º morgado dos Remédios, cavaleiro professo na Ordem de Cristo e provedor das armadas e naus da Índia por alvará de D. Sebastião datado de 25 de janeiro de 1575. Aderiu à causa filipina, tendo sido enviado pelo rei à Terceira onde foi preso

na sequência de um levantamento popular desencadeado por uma tentativa malsucedida de aclamar em Angra o monarca espanhol. Foi «*conduzido a França, onde sofreu muitos trabalhos*» (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol, II, p. 775).

- 36 Pero de Ornelas (c. 1500 — ao largo de Goa, 25 de novembro de 1540), terceirense, filho de João de Ornelas, foi guarda costas na Índia, onde comandou uma armada. Faleceu ao comando de uma nau durante o assalto a Goa às ordens de Afonso de Albuquerque.
- 37 João de Ornelas (—), foi um dos primeiros povoadores da ilha Terceira.
- 38 Isabel de Sousa (—), mulher de Gaspar de Ornelas de Gusmão e parente de D. Francisco de Almeida, vice-rei da Índia. Foi mãe de Tristão de Sousa de Gusmão.
- 39 Lourenço de Almeida (Martim, c. 1480 — Chaul, Índia, março de 1508), filho de D. Francisco de Almeida, vice-rei da Índia. Ao serviço de seu pai foi morto na Batalha de Chaul, travada em março de 1508, ao largo da cidade de Chaul, a sul de Bombaim, entre uma força portuguesa e uma armada enviada em socorro do sultão de Guzerate pelo Sultanato Mameluco do Cairo, com guarnição maioritariamente otomana. A armada portuguesa foi derrotada, com morte de D. Lourenço de Almeida, que era o capitão-mor daquela força.
- 40 Afonso de Albuquerque (c. 1452 — Goa, 16 de dezembro de 1515), 2.º governador da Índia Portuguesa, cujas ações militares, religiosas e políticas foram determinantes para o estabelecimento do Império Português no Oceano Índico.
- 41 Referência à armada comandada por Afonso de Albuquerque que em finais de novembro de 1510 assediou Goa, tendo obtido a rendição da cidade a 10 de dezembro daquele ano.
- 42 Álvaro de Ornelas (—), da vila da Praia, a quem foi concedida mercê dos privilégios de fidalgo por carta de 12 de março de 1534, e o hábito de Cristo em 1535.
- 43 Manuel Gonçalves (—), confirmado cavaleiro por carta de 8 de junho de 1545 pelos seus serviços feitos em Arzila no ano de 1537.
- 44 Tristão de Sousa de Gusmão (—), filho de Gaspar de Ornelas de Gusmão e de D. Isabel de Sousa, pelos serviços que prestou na Índia por espaço de 12 anos, premiado com o posto de capitão em duas viagens a Ceilão.
- 45 Martim Afonso de Sousa (Vila Viçosa, 1500 — Lisboa, 21 de julho de 1564), fidalgo que foi o primeiro donatário da Capitania de São Vicente (1533-1564), uma das capitanias hereditárias do Brasil, e governador da Índia (1542-1545).
- 46 Gabriel da Rocha (—), terceirense, armado cavaleiro por serviços prestados em Mazagão, confirmado por carta de 22 de setembro de 1548.
- 47 A cidadela de Mazagão situa-se na atual cidade de al-Djadida (El Jadida), no litoral atlântico de Marrocos, cerca de 90 km a sul de Casablanca. A presença portuguesa no local iniciou-se em 1502, tendo a cidadela sido construída a partir de 1514. A ocupação portuguesa de Mazagão terminou em 1769.
- 48 Lopo Dias Cabaço (Cabaços, Alvaiázere, c. 1480 — São Sebastião, 1542), natural de Vale de Cabaços (Alvaiázere) e residente na Vila de São Sebastião. Recebeu alvará de cavaleiro fidalgo, concedido por D. Manuel I, pelas suas ações em Safim.
- 49 Nuno de Mascarenhas (c. 1490 — Portimão, 1522), capitão-mor de Safim de 1516 a 1521. Naufragou na barra de Portimão quando regressava de Marrocos. Foi pai de D. João de Mascarenhas.
- 50 António Moniz Barreto (—), terceirense, acompanhou D. João de Castro na Índia, destacando-se aí pelos seus feitos bélicos.
- 51 João de Castro (Lisboa, 27 de fevereiro de 1500 — Goa, 6 de junho de 1548), militar e cartógrafo, 13.º governador e 4.º vice-rei do Estado da Índia.
- 52 Pero de Évora (—), da Graciosa, que pelos seus serviços em Safim e Mazagão, foi armado cavaleiro, o que lhe foi confirmado por carta régia em 1526.
- 53 Gonçalo Mendes Sacoto (*fl.* 1480-1540), também conhecido por Gonçalo Mendes Caçoto, militar e poeta, viveu na corte durante os reinados de D. João II e de D. Manuel I. Destacou-se depois nas lides militares no Norte de África, onde ocupou os cargos de alcaide-mor de Safim, adail-mor de Portugal, capitão de Azamor e capitão de Tânger.
- 54 Álvaro Lopes de Santo António (—), micaelense, armado cavaleiro por D. Duarte de Menezes, pelos seus serviços em Tânger, confirmado por carta do rei D. Manuel em 1511.
- 55 D. Duarte de Menezes (antes de 1488 — depois de março de 1539), capitão de Tânger e governador da Índia.
- 56 Gonçalo Dias (—), da ilha de São Miguel, armado cavaleiro por Rui Barreto na tomada de Azamor, o que lhe foi confirmado por carta de D. Manuel de 20 de junho de 1514.
- 57 Rui Barreto (—), senhor do morgado de Quarteira, alcaide de Faro a partir de 1496, vedor da Fazenda do Algarve a partir de 1511 e capitão de Azamor de 1513 a 1514.
- 58 Pero Anes (—), micaelense, armado cavaleiro por Rui Barreto na tomada de Azamor, o que lhe foi confirmado por carta de D. Manuel de 20 de junho de 1514.
- 59 Tristão Pires (—), micaelense, armado cavaleiro por Rui Barreto na tomada de Azamor, o que lhe foi confirmado por carta de D. Manuel de 5 de setembro de 1514.

-
- 60 Pero Manuel Pavão (—), micalense, armado cavaleiro por Rui Barreto em Tânger, o que lhe foi confirmado por carta de D. Manuel de 26 de maio de 1515.
- 61 André Manuel Pavão (—), micalense, armado cavaleiro por Rui Barreto em Tânger, o que lhe foi confirmado por carta de D. Manuel de 26 de maio de 1515.
- 62 Álvaro Pires (—), micalense, armado cavaleiro por Nuno Fernandes de Ataíde, capitão de Safim, confirmado por carta régia de 26 de maio de 1515.
- 63 Gaspar Manuel Pavão (—), micalense, armado cavaleiro por D. Vasco Coutinho, capitão de Arzila, confirmado por carta régia de 26 de maio de 1515.
- 64 Vasco Coutinho (c. 1450 — abril de 1522), 1.º conde de Borba e 1.º conde de Redondo. Foi capitão de Arzila.
- 65 Diogo Nunes (—), micalense, armado cavaleiro por Rui Barreto, em Tânger, confirmado por carta régia de 18 de abril de 1516.
- 66 Tomé Rodrigues (—), micalense, armado cavaleiro por Luís Loureiro em Safim, confirmado por carta régia de 13 de março de 1539.
- 67 Luís de Loureiro (Viseu, c. 1490 — Tânger, 13 de março de 1553), fidalgo que se notabilizou pelas suas proezas guerreiras em Marrocos, onde veio a morrer numa refrega com os mouros. Exerceu os cargos de adail-mor do Reino de Portugal, capitão de Safim, capitão de Santa Cruz do Cabo de Gué, novamente capitão de Safim aquando da evacuação daquela praça, capitão de Mazagão, capitão de Arzila e capitão de Tânger.
- 68 Nuno Fernandes (—), micalense, armado cavaleiro pelo capitão António Leite em Mazagão, confirmado por carta régia de 18 de abril de 1539.
- 69 António Leite (—), cavaleiro da Ordem de Cristo, capitão de Azamor e capitão de Mazagão, nomeado em 1542 alcaide-mor da vila de Arenilha (na presente Vila Real de Santo António, Algarve), encarregue da defesa da foz do Guadiana.
- 70 Manuel da Câmara (1504 — Lisboa, 13 de março de 1578), filho de D. Filipa Coutinho e de Rui Gonçalves da Câmara, capitão do donatário em São Miguel, tendo-lhe sucedido no cargo (sendo o quarto da família a exercer a capitania). Feito prisioneiro aquando da queda de Santa Cruz do Cabo de Gué, para onde tinha sido enviado em socorro da guarnição sitiada, esteve dois anos prisioneiro em Marrocos. Regressado do cativeiro permaneceu em Lisboa até 1552, sendo nesse ano enviado para São Miguel a requerimento das câmaras da ilha. Permaneceu ali até 1554 em trabalhos de fortificação da costa contra os ataques de piratas. Regressou a São Miguel na sequência das erupções de 1563 no Pico do Sapateiro e na Lagoa do Fogo, ali permanecendo até 1573.
- 71 Guterre de Monroy (c. 1479 — antes de março de 1550), filho de um nobre castelhano refugiado em Portugal, capitão-mor de Goa e governador de Santa Cruz do Cabo de Gué. Governava a fortaleza quando esta foi tomada pelos mouros e esteve cativo.
- 72 Bartolomeu Afonso (—), micalense, armado cavaleiro, em 1550, pelos seus importantes serviços em Diu.
- 73 Tomé da Câmara (—), da ilha de Santa Maria, armado cavaleiro por D. Francisco Coutinho, pelos seus serviços em Tânger, confirmado por carta de D. João em 1548.
- 74 Francisco Coutinho (1517 — Goa, 19 de fevereiro de 1564), o 3.º conde de Redondo, capitão de Arzila e 8.º vice-rei da Índia (1561-1564).
- 75 Aires Fernandes (—), terceirense, piloto de alto-mar, que «*foy por vinte vezes Piloto à Índia, sem alguma hora arribar*» (cf.: António Cordeiro, *Historia Insulana*, cap. XVI, p. 305. Lisboa, 1717).
- 76 Luís Aires (—), terceirense, filho do piloto Aires Fernandes, piloto de alto-mar na Carreira da Índia (cf.: António Cordeiro, *Historia Insulana*, cap. XVI, p. 305. Lisboa, 1717).
- 77 Manuel Fernandes (—), terceirense, «*foy tam insigne Piloto de toda Hespanha que foy o primeyro que descubrio a derrota de Portugal a Malaca sem antes desta tocar na Índia e em Goa o fazião Piloto mór do Sul, mas El-Rey D Sebastião o chamou & levou por Piloto mór da sua Galé Real & seu Real Galeão São Martinho, em que a ultima vez passou a Africa & o honrou com o hábito de Christo, tenças & outras honras & tendo sido examinado pelos mayores Pilotos de Portugal confessarão todos a El-Rey que aquelle homem sabia tudo o que elles sabião & que todos elles não sabião o que mais sabia elle*». (cf.: António Cordeiro, *Historia Insulana*, cap. XVI, p. 305. Lisboa, 1717).

Capítulo XIV

Cristóvão Colombo. Comemoração na ilha Terceira da partida de Colombo do porto de Palos

No período áureo das descobertas portuguesas, um intrépido marinheiro genovês apareceu em Portugal, em 1470, onde fixou residência, casando com D. Filipa,¹ filha de Bartolomeu Moniz Perestrelo,² donatário da ilha do Porto Santo.

Esse marinheiro intrépido foi Cristóvão Colombo,³ nascido em 1436.

Tendo cursado, na Universidade de Pavia, náutica, geometria, astronomia e latim, com o seu génio profundamente tenaz e empreendedor, ousado até à temeridade, com os conhecimentos adquiridos nas explicações, cartas e apontamentos de seu sogro e do cunhado de sua esposa, o conhecido navegador Pedro Correia,⁴ refez os seus estudos e elaborou o plano, que o havia de immortalizar, embora, e, por isso mesmo, o resultado obtido desse plano fosse diverso daquele, a que se propunha.

Estava realizada a passagem do Cabo das Tormentas. Os comerciantes desejosos das riquezas do Oriente, e encantados com as maravilhosas narrativas de Marco Polo, excitaram os sábios e os navegantes à descoberta do caminho mais curto, que pudesse estabelecer facilmente as comunicações com as Índias, China e Japão. As opiniões variavam. Cristóvão Colombo julgava ser mais fácil a comunicação entre a Europa e a Ásia pelo Ocidente. Foi um erro. Mas abençoado erro que veio dar ao velho mundo um mundo novo.

Convicto da veracidade dos seus cálculos, apresentou o seu projeto a D. João II, submetendo-o a um conselho dos homens eminentes, que o consideraram como extravagante e o seu autor um visionário.

Não esperando Colombo um tal resultado, saiu de Portugal, tendo já enviuvado em 1484, indo apresentar-se à República de Génova, que rejeitou o seu projeto de navegação transoceânica.

Não desanimou, porém, com estas deceções. Dirigiu-se à Espanha, indo, depois de muito trabalho, privações, e quase morto de fome, levando ao colo seu filho

Diogo, bater às portas do convento de Santa Maria de La Rábida.⁵ Ali, depois das suas narrações, tomando conta da educação do filho, recomendaram-no ao confessor dos reis Fernando e Isabel, o arcebispo de Toledo, Pedro González de Mendoza,⁶ que lhe obteve uma audiência.

Apresentado o projeto a Fernando e Isabel, que o acolheram favoravelmente, foi submetido a exame de sábios, prelados e religiosos, que julgaram Colombo como herético, visto ele afirmar a esfericidade da terra!

Depois desta deliberação, mandou seu irmão a Henrique VII de Inglaterra, oferecendo-lhe os seus serviços, que também foram rejeitados.

Mais tarde, depois de expulsos os mouros da Espanha, e devido à sua tenaz insistência, para a realização do seu projeto, conseguiu Colombo do rei e da rainha, principalmente desta, que se resolvesse tentar a empresa. Levou dezoito anos, para alcançar o fim desejado — procurar o Oriente pelo Ocidente.

Aprestou-se uma esquadilha de três navios, a *Santa Maria*, a *Pinta* e a *Nina*, tripuladas por cento e vinte homens.

A 3 de agosto de 1492 saiu Cristóvão Colombo do porto de Palos.^a

Quatrocentos anos depois, em 1892, para se comemorar esta data notabilíssima, de que resultou a descoberta da América, promoveu a Espanha sumptuosos festejos, realizando em Madrid uma exposição constando das secções marítimas, bibliográfica e documental, etnográfica americana, arte ornamental e bibliográfica artística.

Ora, como os Açores haviam sido o *posto avançado e o foco de irradiação* para esta assinalada descoberta, como já ficou demonstrado, e além disto no seu regresso à Espanha tinham aportado à ilha de Santa Maria, em 18 de fevereiro de 1493, as caravelas comandadas por Colombo, de onde saíram no dia 23 depois de cumpridos os votos religiosos dos tripulantes, o Arquipélago Açoriano tomou também parte condigna nesta comemoração, como [se comprova] do seguinte programa da *Comissão Colombiana* nos Açores.⁷

a Parte do artigo comemorativo do Centenário Colombiano, que escrevemos e publicámos em *O Angrense*, em 3 de agosto de 1892.

- Dia 3 de agosto de 1892, programa geral:

«Pelas 12 horas do dia, na sala nobre da Câmara Municipal de Ponta Delgada, sessão pública, solene, comemorativa da saída de Cristóvão Colombo do porto de Palos, para o descobrimento do Novo Mundo, lavrando-se uma ata que será assinada por todos os cavalheiros presentes.

— À noite iluminação nos edifícios de instrução pública e escritórios de redações nesta cidade.

À mesma hora, será em tudo observado este programa nas outras capitais dos distritos açorianos, Angra do Heroísmo e Horta, e em todas as ilhas do Arquipélago a saber: São Miguel, Santa Maria, Terceira, Graciosa, São Jorge, Faial, Pico, Flores e Corvo.

Além destas manifestações coletivas, convirá que na ilha de Santa Maria não passe despercebido o dia 18 de fevereiro de 1893, em que faz 400 anos que àquela ilha aportou Colombo em regresso já do Novo Mundo.

Esta homenagem prestada ao imortal navegador, e que prova a solidariedade dos povos açorianos nas manifestações civilizadoras, afirmar-se-á com a publicação de um número comemorativo de cada jornal, que se publicar nos Açores, no dia 3 de agosto.

As atas originais da celebração do centenário de Colombo em todas as ilhas do Arquipélago, serão enviadas em elegante encadernação para a Exposição Colombiana [de Madrid],⁸ devendo, quando esta se encerrar, ser recolhidas na Academia Real das Ciências de Lisboa.

Todos os jornais açorianos daquele dia, comemorativos da festa, formarão também valiosos álbuns, os quais depois de figurarem na Exposição serão: um destinado a ficar conservado junto de qualquer arquivo em que se recolherem os trabalhos apresentados ao certame, outro ficará pertencendo ao presidente da Comissão Colombiana das festas realizadas em Madrid, outro à Academia Real das Ciências, outro à Biblioteca Pública de Lisboa e outro ao arquivo da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Todos estes volumes são assinados na dedicatória pelos membros da Comissão Colombiana nos Açores.

A Comissão Central e as subcomissões delegadas, procederão à conferição de um programa especial para cada cidade ou concelho açoriano, no caso de julgarem necessário.

Ilha de São Miguel — Ponta Delgada — Sala das sessões da Comissão Central Colombiana nos Açores, aos 18 de junho de 1892. — O vice-presidente, Francisco Maria Supico⁹ — Os vogais, — Caetano de Andrade Albuquerque¹⁰ — Francisco Afonso da Costa Chaves e Melo¹¹ — Gil Mont'Alverne de Sequeira¹² — Guilherme Fisher Berquó Poças Falcão¹³ — Manuel Pereira de Lacerda¹⁴ — O secretário, — Gabriel de Almeida».

As atas documentativas desta comemoração, no Arquipélago, constituem um bom folheto, denominado os «*Açores a Colombo*»,¹⁵ publicado em Ponta Delgada, sob a direção de Joaquim de Araújo,¹⁶ da Academia Real das Ciências de Lisboa e representante da Comissão Central Colombiana nos Açores, e de Gabriel de Almeida,¹⁷ da Sociedade Geográfica de Madrid e iniciador da comissão açoriana.

Na ata, de 6 de agosto [de 1892], da Câmara Municipal de Angra, lê-se:

«Sessão extraordinária, por não se ter realizado a ordinária no dia três, por causa da sessão solene comemorativa da partida do afamado navegador Cristóvão Colombo em demanda de um novo caminho para o Oriente, da qual resultou a descoberta do Novo Mundo; glorioso sucesso que tornou imortal a memória do ousado genovês, enriqueceu o velho continente e as Ciências, dilatou o cristianismo, a civilização e o progresso».

Na sessão solene realizada na sala nobre do Município angrense, falaram brilhantemente o bispo D. Francisco José, deão José da Fonseca Abreu Castelo-Branco e o coronel [António Maria] Celestino de Sousa.¹⁸ A concorrência foi valiosa.

A ata da sessão solene, acompanhada dos números comemorativos, que os jornais publicaram neste dia, foi representar a ilha Terceira na Exposição Colombiana em Madrid.

Publicaram números especiais comemorativos os jornais terceirenses: *Angrense*, *Terceira*, *Peregrino de Lourdes*, *Evolução*, *Imparcial*, *Cartão de Visita*, *Popular*, *Voz do Povo*, *Comércio* e *Distrito de Angra*.

À noite iluminação nos edifícios públicos e escolas.

-
- 1 Filipa Moniz (c. 1455 — c. 1484), também referida por autores posteriores como Filipa Perestrelo, Filipa Moniz Perestrelo ou Filipa Perestrelo Moniz, filha de Bartolomeu Perestrelo, primeiro capitão do donatário, da ilha do Porto Santo, e de Isabel Moniz. Casou com Cristóvão Colombo por volta de 1479, de quem teve um filho, Diogo Colombo, nascido em 1479 ou 1480.
 - 2 Bartolomeu Perestrelo (c. 1394 — Porto Santo, c. 1457), um dos povoadores do arquipélago da Madeira, onde se fixou em 1419 ou 1420. Pai de Filipa Moniz, foi sogro de Cristóvão Colombo.
 - 3 Cristóvão Colombo (Génova, entre 22 de agosto e 31 de outubro de 1451 — Valladolid, 20 de maio de 1506), em lígure: *Christoffa Corombo*; em italiano: *Cristoforo Colombo*; navegador e explorador genovês que comandou a armada espanhola que alcançou o continente americano em 12 de outubro de 1492.
 - 4 Pedro Correia da Cunha (1440 — Lisboa, 1497), mais conhecido simplesmente por Pedro Correia, fidalgo da casa do rei D. Afonso V, casado com uma filha do capitão do donatário na ilha de Porto Santo, Bartolomeu Perestrelo. Foi o 2.º capitão do donatário da ilha do Porto Santo de 1458 a 1473, ano em que a perdeu numa demanda com o seu cunhado Bartolomeu Perestrelo, o *Moço*. Foi depois capitão do donatário na ilha Graciosa, primeiro apenas no norte da ilha (c. 1475-1485), na região em torno de Santa Cruz da Graciosa, e depois, de 1485 ao seu falecimento em 1497, governando toda a ilha.
 - 5 Na edição de 1903 «*Santa Maria d'Arribada*». O Mosteiro de Santa Maria de La Rábida é um convento franciscano situado no município de Palos de la Frontera, na província Huelva.
 - 6 Pedro González de Mendoza (Guadalajara, 3 de maio de 1428 — Guadalajara, 1 de janeiro de 1495), eclesiástico, político e mecenas, conhecido como o Gran Cardenal de España. Pertencente à alta nobreza através da linhagem da Casa de Mendoza, foi destinado à carreira eclesiástica desde o berço, exerceu diversas funções políticas e militares de relevo.
 - 7 Esta comissão foi criada por iniciativa de Gabriel de Almeida, então um jovem jornalista e publicista, para organizar a participação açoriana nas celebrações dos 400 anos da viagem de Cristóvão Colombo que decorriam em Espanha, Portugal e nas Américas. Foi constituída por uma Comissão Central Colombiana nos Açores, sediada em Ponta Delgada, e subcomissões delegadas nas restantes ilhas. A Comissão Central era presidida por Ernesto do Canto, delegado da Comissão Nacional, tendo como vice-presidente Francisco Maria Supico e como vogais: Caetano de Andrade Albuquerque, Francisco Afonso da Costa Chaves e Melo, Gil Mont'Alverne de Sequeira, Guilherme Fisher Berquó Poças Falcão e Manuel Pereira de Lacerda. O secretário era Gabriel de Almeida.
 - 8 Oficialmente designada *Exposición Histórico Americana de Madrid*, o certame decorreu de 12 de novembro de 1892 a 3 de fevereiro de 1893 para comemorar o descobrimento da América. Foi prelúdio da Exposição Colombiana de Chicago de 1893, uma Exposição Universal que, como o próprio nome indica, integrou as comemorações dos 400 anos de descoberta da América por Cristóvão Colombo.
 - 9 Francisco Maria Supico (Lousã, 1 de novembro de 1830 — Ponta Delgada, 20 de agosto de 1911), farmacêutico, jornalista e investigador da história açoriana que deixou vasta colaboração na imprensa. Da sua obra, destaca-se a edição de um vasto conjunto de crónicas históricas intituladas *Escavações*, inicialmente publicadas no periódico *A Persuasão*, de que era proprietário, diretor e redator, mas editadas postumamente em monografia. Também editou o *Almanaque do Arquipélago dos Açores, Estatístico, Histórico e Noticioso* (1864-1869), publicação de grande valor para o conhecimento dos Açores naquele período.
 - 10 Caetano de Andrade Albuquerque de Bettencourt (Roma, 21 de janeiro de 1844 — Ponta Delgada, 15 de março de 1900), grande proprietário, empresário agrícola, jornalista, escritor e político autonomista.
 - 11 Francisco Afonso da Costa Chaves e Melo (Ponta Delgada, 24 de Agosto de 1797 — Ponta Delgada, 14 de janeiro de 1863), um dos maiores proprietários fundiários da ilha de São Miguel, foi um intelectual e político que, entre outras funções, foi governador civil do Distrito de Ponta Delgada e deputado vintista às Cortes. Publicou sobre política e história, tendo sido um dos mais destacados defensores da divisão distrital dos Açores para eliminar a submissão de São Miguel ao governo situado em Angra do Heroísmo.
 - 12 Gil Montalverne de Sequeira (Óbidos (Pará), 27 de junho de 1859 — Ponta Delgada, 10 de novembro de 1931),

médico e um dos mais influentes paladinos do primeiro movimento autonomista, do qual resultou a autonomia administrativa dos distritos de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo em 1895 e 1898. Desempenhou diversos cargos, entre os quais os de diretor das Termas das Furnas, reitor do Liceu de Ponta Delgada, deputado às Cortes e procurador à Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada. Foi sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa.

- 13 Guilherme Fisher Berquó Poças Falcão (Ponta Delgada, 11 de novembro de 1855 — Ponta Delgada, 14 de novembro de 1942), grande proprietário, advogado e político que se distinguiu como benemérito. Influente militante do Partido Progressista, foi um dos líderes do primeiro movimento autonomista. Foi presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada e presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada.
- 14 Manuel Pereira Cabral de Lacerda (São Jorge, 1860 — Ponta Delgada, 23 de agosto de 1914), jornalista e diretor do Correio dos Açores, colaborou em quase todos os jornais que então eram publicados nos Açores. Foi amador teatral de grande mérito e deixou vasta obra publicada, maioritariamente dispersa pelos jornais da época.
- 15 *Os Açores a Colombo: livro de centenario de Colombo no archipelago açoriano* (publicado sob a dir. de Joaquim de Araújo e Gabriel d'Almeida), opúsculo de 39 pp. Ponta Delgada, Tip. Editora do Campeão Popular, 1892.
- 16 Joaquim de Araújo (Penafiel, 16 de julho de 1858 — Sintra, 11 de maio de 1917), escritor, poeta e diplomata, a quem se deve importante contributo para a divulgação da cultura portuguesa na Europa. Foi membro da Academia das Ciências de Lisboa, do Instituto de Coimbra e da Sociedade de Geografia de Lisboa. Entre 1888 e 1911 manteve uma relação epistolar com Alice Moderno (*cf.*: Ferreira de Brito, *Joaquim de Araújo e a expansão europeia da cultura portuguesa*. Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 2000). Em 1892 foi representante da Comissão Central Colombina nos Açores aquando das celebrações dos 400 anos da descoberta da América.
- 17 Gabriel de Almeida (Ponta Delgada, 22 de setembro de 1866 — Ponta Delgada, 29 de janeiro de 1894), jornalista e escritor que, apesar de precocemente falecido aos 27 anos de idade, deixou uma extensa obra dispersa pelos periódicos onde trabalhou e diversos opúsculos sobre as tradições populares, usos e costume das ilhas e ainda sobre temas de pendor corográfico e económico, incluindo artigos sobre a agricultura e indústria açorianas.
- 18 António Maria Celestino de Sousa (Lisboa, 20 de agosto de 1840 — Lisboa, 1915), ao tempo coronel do Exército. Faleceu no posto de general de brigada. É autor de diversas obras de temática militar e histórica.

Capítulo XV

Fenómenos vulcânicos nos Açores (até 1638)

Os fenómenos vulcânicos que se têm dado nos Açores, de que muitos dos mais importantes tiveram lugar antes da sua descoberta, deixaram em todas as ilhas os seus notáveis vestígios.

Prestando-se as ilhas açorianas a observações geológicas de primeira ordem, até hoje, ao que nos conste, não se há feito um estudo científico completo do arquipélago, nem da sua ligação com os arquipélagos da Madeira e das Canárias.

O exame desta ligação oferece, à primeira vista, analogias admiráveis, sobretudo para resolver a célebre questão:

«Se existiu em época muito anterior àquela que a história conhece, algum Continente ou ilha entre a Europa e a América, ou se os terrenos, que se encontram atualmente neste espaço, provêm de ter-se alteado o fundo do mar».^a

Como leigos na matéria, nada dizemos sobre o assunto, deixando um tão importante estudo a quem competência tiver, limitando-nos, tão somente, à resumida narrativa dos fenómenos vulcânicos que se deram nos Açores, depois da sua descoberta, até 1638, ficando os restantes até 1867, para um outro capítulo, quando nos aproximarmos mais da época, em que eles tiveram lugar.

Seja-nos, porém, permitido o transcrever a parte do resumo das observações geológicas, que dizem respeito às ilhas, que compõem o distrito de Angra, feitas pelo conde Vargas de Bedemar,¹ em uma viagem às ilhas da Madeira, Porto Santo e dos Açores, nos anos de 1835 e 1836.

O conde Vargas de Bedemar era camarista de El-Rei da Dinamarca, diretor do Museu Real de História Natural e sócio da Academia das Ciências em Copenhaga.^b [Escreveu o conde Vargas de Bedemar:]

a Dr. Ernesto do Canto, *Archivo dos Açores*, vol. X, p. 239.

b O resumo completo das observações feitas nos dois arquipélagos está publicado no volume X do *Archivo dos Açores*, de páginas 289 a 296.

Ilha Terceira. — Continuação das formações traquíticas ao ocidente de São Miguel. — Todas as produções vulcânicas modernas, que lhe são sobrepostas, contém mais ou menos feldspato vítreo em massa comumente basáltica, cuja origem não pode decidir-se nem pela superposição, nem pela presença de uma corrente distinta, porque muitas vezes há dificuldade em determinar se a rocha pertence à base traquítica a ilha, ou à lava que dela resultou. Apesar de que este facto não prova grande profundidade nas caldeiras dos vulcões modernos desta ilha, muitos, como o das Furnas, da Bagacina, do Pico Gordo e Vermelho, do qual rebentou uma erupção em 1764,^c desenvolveram grande atividade; e uma grande parte da costa setentrional ainda se acha coberta de montões e escórias de lava, que saíram destes dois últimos; e por cima deles se formaram alguns cercados, que produzem os melhores vinhos da Ilha. A Terra Chã, tão cultivada e fértil, é composta destas lavas soltas. A costa ocidental, pelo contrário, é estéril por falta de água, a qual não pode ajuntar-se para formar fontes, no meio de um terreno movediço, como aquele que se encontra nesta parte, coberta de outeirinhos compostos de fragmentos de obsidiana, de pedra-pomes, e de cinzas. A parte da Ilha ao norte e a leste, principalmente nas imediações da Praia, goza de grande fertilidade de água. O conglomerado vulcânico que ali existe, e que tem por base lavas traquíticas, acha-se coberto de uma grande quantidade de tufo endurecido, o qual serve como pedra para edifícios em toda a Ilha.

A lava da rocha do Fanal, perto de Angra, contém algumas olivinas lindas, achei um pedaço esporádico de manganês sobre o Outeiro do Vento, perto de Angra; encontrei também ferro oxidado no monte de Santa Bárbara, que é o mais elevado da Ilha, e areia ferrugínea titanífera na Baía da Praia.

São Jorge. — A sua base é traquítica como a da Terceira, com a diferença de ser aqui mais evidente a analogia, ou antes a identidade, entre esta rocha e o basalto.

Já nas ilhas descritas anteriormente a base da rocha, que contém mais ou menos feldspato vítreo, era basáltica, e o mesmo basalto não aparecia

totalmente livre de feldspato, mas aqui sobre a praia ocidental, particularmente na Urzelina, e depois na Ponta de Morro, perto da Vila das Velas, acha-se a traquite dividida em colunas com cinco e seis faces, tão regularmente como se fosse o basalto mais conhecido, e também se encontra nelas muitas vezes a olivina, cuja existência se considera como indispensável característica daquele. Como a erupção do Pico do Fogo perto da Urzelina no ano de 1808 é tão recente, que podem ainda indicar-se as correntes das lavas da maneira a mais precisa e exata, causa admiração o achar na lava traquítica, totalmente moderna, os caracteres de traquitos, sobre a qual se estendeu, de maneira que não deixam distinguir uma da outra.

Outra erupção de lavas semelhantes, ainda que muito mais limitada, rebentou perto da Vila das Velas em 1580; mas o mais considerável de todos os vulcões extintos, que deixaram vestígios de suas crateras, parece ter sido o do Pico da Esperança, perto do Norte Grande, sobre a costa oriental da montanha mais alta da ilha. Este pico se apresenta como o fragmento de uma das paredes da sua cratera, cuja caldeira se acha ocupada por um lago.

Graciosa — É uma das mais pequenas e das mais notáveis do Arquipélago dos Açores. Quase no centro desta é que se acha o xisto argiloso primitivo em camadas horizontais estendidas; a estas camadas se acham sobrepostas rochas basálticas e traquíticas. Na ponta meridional acha-se uma vasta cratera, no fundo da qual saem por uma fenda, quase inacessível, muitas eflorações de enxofre. Uma veia basáltica muito notável desce por uma das paredes interiores da cratera de lava traquítica. O espaço em forma de anfiteatro semicircular, onde se acham colocadas três capelas nos três pontos principais, junto a Santa Cruz, não é mais, do que um seguimento da cratera.»

No princípio deste resumo, quando se trata da Madeira e Porto Santo, diz o seu autor:

— «Estas ilhas, unidas anteriormente, foram separadas pela submersão de um vasto terreno, atualmente coberto pelas águas do Oceano, como se

mostra pelos restos das florestas, que se acham nas costas fronteiras de ambas as ilhas, pela continuidade das rochas da mesma formação, pela identidade da base calcária, e das conchas, pela simetria das modificações basálticas acamadas, por um modo constante e regular, e cortadas verticalmente (sobretudo em Porto Santo) por filões ou veios diferentes, mas sempre de natureza basáltica».

Com relação à ilha de Santa Maria, a primeira descoberta dos Açores, parece-lhe:

«... um fragmento da ilha da Madeira, porque apresenta a mesma estratificação de rochedos basálticos, a mesma espécie de conglomerados e de tufo, cortados por veias, algumas vezes piroxénicas: e por fim o mesmo elemento calcário em depósitos superficiais».

Assim, e pelas observações feitas às restantes ilhas,

«parece pela existência do xisto argiloso primitivo, em camadas horizontais, que nem todas as massas de rochas, de que se formam as ilhas, foram levantadas do fundo do mar pela ação de fogos vulcânicos, visto que sobre as bordas ocidentais deste grupo existem ainda fragmentos da antiga base de uma grande ilha, ou do continente, de que fizeram parte, as quais escaparam a uma grande catástrofe, que mais parece ter sido uma submersão, do que um alteamento por explosão».^d

«[...] Os Açores, juntamente com a Madeira, Canárias e Cabo Verde, são terras oceânicas de formação mista, onde se encontram, além de maciços vulcânicos, o granito, rochas sedimentares, etc. Semelhantes na sua composição geológica, na sua fauna e flora, são como uma linha de transição entre os produtos da zona temperada e os da zona tórrida, característica que se acentua do norte para o sul, à medida que o viajante se aproxima do continente africano. Os Açores ficam no extremo norte da região».^e

^d Dr. Ernesto do Canto, *Archivo dos Açores*, vol. X, p. 296.

^e Júlio Máximo Pereira, *Recordações dos Açores*, cap. II, p. 6. [separata de *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 12 (7/8), 1893, pp. 331-372; republicado em Ponta Delgada pela Typo-Lytophographia Minerva, 1893, com 128 p. (Júlio Máximo Pereira (Lisboa, 21 de maio de 1845 — Lisboa), inspetor da fiscalização externa das

Vejamos agora os fenómenos vulcânicos, que se deram desde a descoberta dos Açores, e as suas consequências.

*

A primeira erupção vulcânica conhecida teve lugar na ilha de São Miguel, durante o período que mediou desde que Gonçalo Velho dela partiu, para ir dar ao infante D. Henrique a boa nova daquela descoberta, até que voltaram os portugueses para deitar na ilha gado, aves e sementes.

Esta erupção deu-se no lugar denominado Sete Cidades, fazendo desaparecer um pico muito alto que frei Gonçalo Velho havia marcado como baliza, para no seu regresso reconhecer a ilha descoberta.²

*

A segunda erupção, assustadora, terrível, horrorosa, foi em 22 de outubro de 1522, subvertendo a já importante povoação de Vila Franca do Campo, a primeira das cinco vilas de São Miguel.

«Em uma só triste noite foram acabadas muitas vidas, e ficou tudo tão coberto, que nem nobres casas, nem altos edifícios, nem sumptuosos templos, nem nobres e vulgares pessoas pela manhã apareceram, ficando tudo raso e chão, sem sinal nem mostra, onde vila estivesse; e porque com o tremor caíram o mais dos edifícios primeiro, e a casaria que acolhia a mais da gente de baixo; depois subindo, a terra correndo, arrasou tudo: como raio ligeiro, que desbarata quanto acha mais forte e duro».^f

Supõe-se ser em número superior a cinco mil as pessoas soterradas.

*

No *Archivo dos Açores* encontramos uma carta inédita, dirigida a el-rei pelo contador da ilha de São Miguel, em 27 de maio de 1547, noticiando um terramoto na ilha Terceira, que *«algûas casas cairão e outras abrirão por muitos logares»*.

alfândegas, publicista e sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa).]

^f Dr. Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*.

Com respeito a este fenómeno geológico, na ilha Terceira, nada encontramos nos historiadores açorianos, que temos consultado para esta memória; o mesmo sucedeu ao dr. Ernesto do Canto, que, nas suas importantíssimas e valiosas investigações, só encontrou a carta inédita, a que deu publicidade.

*

A 21 de setembro de 1562³ houve uma aterradora erupção vulcânica na ilha do Pico, rebentando fogo por cinco grandes bocas, que abriu no pico denominado do Cavaleiro, saindo da maior destas bocas uma ribeira de polme, que correu, por espaço de légua e meia, para o lado do norte, até cair no mar.

Este horroroso acontecimento, antecedido por violentíssimos e continuados abalos, causou enormes prejuízos. A claridade da erupção, pela grande intensidade do foco luminoso, chegou a ser vista das ilhas, que mais próximas estão da ilha do Pico, e diz o dr. Gaspar Frutuoso, que até da ilha de São Miguel.

Os picoenses fugiram aterrorizados para o Faial, Terceira e São Jorge.

Nesta última ilha sentiram-se também violentos abalos, na vila das Velas, e *«caiu uma chuva de pedra, assim como pólvora, e durou por espaço de meia hora muita quantidade da dita pedra»*.

*

Em 1563, desde o dia 25 de junho a 3 de julho, foi novamente, a ilha de São Miguel, teatro de medonha erupção vulcânica.⁴ Horroriza ler a descrição do que se passou naquela hoje tão importante e formosa ilha.

Além dos frequentes e destruidores abalos que então se sentiram, os micaelenses viram, no dia 25, sair da serra, hoje denominada Água de Pau, uma nuvem de fumo, a que se seguiu intenso fogo, estrondos aterradores, penedos enormes que se despenhavam espontaneamente; um inferno, lançando o susto, o terror, a destruição por toda a parte, levando a enormes distâncias grande quantidade de pedra pomes, e cobrindo todos os campos de cinza.⁵

«A pedra pomes foi em tanta quantidade, que igualava a serra, sendo muito fragosa e de grandes quebradas. Muita caiu no mar, e alguns homens vindo de Portugal, a quarenta léguas desta ilha, acharam

*restingas dela tão grandes, que lhe não podiam ver cabo; em muitas horas, e tão grossa e alta, que vinha oito palmos em montes como areias gordas; onde se tiveram por perdidos».*⁹

Na ilha Terceira, na vila da Praia da Vitória e na de São Sebastião, foram arrojadas grande quantidade de cinzas, e com os abalos de terra arrasaram-se muitos edifícios. Diz-se que a cinza subiu tão alta, que alguma foi cair no continente. O foco de luz foi visto até da ilha do Faial.

Em fevereiro de 1564 tornou a repetir-se, no mesmo local, uma nova erupção vulcânica, que felizmente não teve consequências lamentáveis.⁶

*

O *Archivo dos Açores* publica uma carta assinada por Sebastião Álvares,⁷ em nome do reitor dos Jesuítas de Angra, aos mais da província, datada de 2 de agosto de 1571, referindo-se a tremores de terra na Terceira e São Miguel, mas nenhum historiador a eles se refere. Em 1591 é que tiveram lugar tremores de terra em São Miguel, que ocasionaram importantes estragos em Vila Franca, e estes tremores é que se repercutiram na ilha Terceira.

*

Na ilha de São Jorge, a 28 de abril de 1580, e em dias seguintes, depois de fortíssimos abalos, houve uma terrível explosão vulcânica, rebentando o fogo por diferentes bocas, seguindo várias direções, até ao mar. Por estas bocas eram arrojadas muitas pedras, areias e cinzas, que ocasionaram grandiosos prejuízos, deram a morte a dez pessoas e a cerca de quatro mil cabeças de gado.

«A atividade deste vulcanismo durou por quatro meses», segundo uma descrição publicada no *Jorgense*, em 1872.

Nas ilhas mais próximas sentiram-se nesta ocasião alguns abalos.

*

⁹ Dr. Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*. O dr. Ernesto do Canto, em uma nota inserta no *Archivo dos Açores*, diz: «Foi entre os produtos desta erupção, que o dr. [Augustus Allen] Hayes achou os cristais de azorite mui raros e difíceis de encontrar nos fragmentos de rocha cristalina, que lhe serve de ganga, aonde existe também e com mais abundância, a pirrite, outro mineral privativo dos Açores» [cf.: Eugénio Pacheco do Canto e Castro, «Note sur les propriétés optiques de quelques minéraux des roches de l'archipel Açorien», in *Bulletin de Minéralogie*, 1887 (10-8), pp. 307-313].

Os primeiros terremotos, que pela sua grandiosa importância vieram altamente prejudicar, e desapiadadamente perseguir os terceirenses, tiveram lugar em 9 de abril e 24 de maio de 1614.

Foram cinco as povoações, que eles destruíram, na jurisdição da vila da Praia.

Com o violentíssimo abalo de 9 de abril, das nove para as dez horas da noite, sendo a sua maior impetuosidade na freguesia das Fontinhas, resultou serem lançadas por terra a igreja paroquial, uma ermida e as casas desta freguesia, com exceção de duas que, mesmo assim, ficaram em estado de não se poder habitar.

Não consta que perecesse pessoa alguma, não obstante este violento abalo, e grandiosa fatalidade haver sido de noite, o que leva a supor terem-se sentido antes alguns abalos menores, que puseram de sobreaviso os povos.

Na manhã do dia 24 de maio sentiram-se novos tremores de terra, e às três horas da tarde tornaram-se tão impetuosos, que num momento lançaram por toda a parte a destruição, o medo, a morte, o luto, a dor!

Com estes dois horrorosos terremotos caíram nas cinco freguesias, Fontinhas, Vila da Praia, Lajes, Vila Nova e Agualva, mil e seiscentos fogos, vinte e quatro igrejas, sendo cinco paroquiais, três conventos, o de Jesus, da Luz e o de São Francisco, o Recolhimento das Chagas e dezassete ermidas filiais.

Pereceram sob as ruínas do terremoto do dia 24 de maio duzentas pessoas.

Nas freguesias do Cabo da Praia e Fonte do Bastardo, ao sul da Vila da Praia, ficaram arruinadas muitas casas. Na Vila de São Sebastião, além de quarenta casas que ficaram destruídas, muitas foram as arruinadas, como também arruinadas foram as fortificações da costa.

Nas freguesias das Lajes e de Vila Nova encontraram-se fendas enormes, profundas, que causavam assombro. Na Serra de Santiago via-se uma fenda com a extensão de um quarto de légua.

Os muros e as paredes divisórias dos terrenos agrícolas foram derrubados. Os gados juntaram-se em manadas, mugindo, rinchando, e balando assustadoramente.

As famílias andavam dispersas, desvairadas, espavoridas, loucas, transidas de medo, perante tão horrorosa catástrofe; sem eira nem beira, nem pelo menos lhes restava a casa pertencente a todos, a igreja, onde pudessem ir, em fervorosa prece, ante o altar do Deus, rogar proteção, amparo, clemência, e misericórdia naquele momento angustioso, aflitivo!

Tudo confusão, tudo ruínas e sob elas a morte!

Era um outro espetáculo doloroso, o que ainda aguardava a todos estes infelizes, o saber dos mortos, o cuidar deles!

Depois sem lar, sem abrigo, sem roupas, sem comida no presente e no futuro, tudo devastado, o que lhes restava? A caridade dos felizes, a quem só o susto e o medo haviam perseguido; o abrigo do teto alheio, o calor do lar estranho.

E felizmente tudo tiveram. A sublime virtude da caridade foi, e há-de ser sempre, exercida em elevado grau pelos terceirenses, para com os seus e para com os estranhos. É felizmente também uma das suas glórias. Silêncio, porém, neste ponto nada de ostentação com atos que, sem ostentação, são sempre praticados.

Os sobreviventes desta horrível catástrofe espalharam-se pelas restantes povoações da ilha, onde lhes foram ministrados os primeiros socorros.

As Câmaras, cabido da Sé, o corregedor João Correia de Mesquita⁸ e o provedor da fazenda deram as providências, que as circunstâncias mais exigiam, e deliberaram nomear, quem fosse junto de el-rei levar a narração fiel do acontecido, pedindo-lhe auxílio, e bem assim ao donatário, o marquês de Castelo Rodrigo.⁹ O nomeado por voto unânime foi João Vaz de Vasconcelos.¹⁰

Só em 18 de maio de 1615 é que el-rei escreveu de Madrid ao corregedor, acusando a receção das participações recebidas, louvando o seu zelo, e dando providências para se tratar da reedificação das casas e de tudo o que fosse mais urgente.^h

^h Nos *Anais da Ilha Terceira*, vol. I, pp. 432 a 438, vem tudo minuciosamente descrito.

Para se levar ao fim um tão grandioso e dispendioso trabalho, muito concorreu o corregedor João Correia de Mesquita e o capitão-mor da vila da Praia, Francisco da Câmara Paim.¹¹

*

Na noite de 2 de setembro de 1630, das 9 para as 10 horas, foram novamente os micaelenses as vítimas de mais uma terrível erupção vulcânica.

Teve ela lugar nas Furnas, hoje vale pitoresco, encantador, soberbo de vegetação e belezas, que constituem a admiração de todos os que têm a ventura de o visitar por mero ato recreativo, ou dos que vão procurar lenitivo à doença, de que sofrem, nos seus salutareos banhos termais.

Depois do anúncio prévio, por assustadores tremores de terra, rebentou no lugar, denominado Alagoa Seca, por entre estrondos aterradores, um violentíssimo e impetuoso fogo, que incendiou valiosas matas, abrasou cento e noventa e uma pessoas e grande número de gado, e destruiu igrejas e muitas casas em duas povoações, na da Ponta Garça e na da Povoação.

Durante três dias e noites caiu copiosa cinza, que chegou, em alguns lugares, a atingir vinte a trinta palmos de altura, ficando muitas casas soterradas, segundo a narração que temos presente. A cinza foi levada a grande distância, caindo muita em Santa Maria e na ilha Terceira, e diz-se que também chegou à ilha do Corvo.

Era a cinza em tão grande quantidade, que durante três horas, o tempo, em pleno dia, escureceu completamente. Um horror!

*

A 26 de junho de 1638 principiou-se a sentir tremores de terra na ilha de São Miguel, que continuaram por forma assustadora até ao dia 3 de julho, em que uma medonha erupção vulcânica marítima surgiu à distância de duas léguas daquela ilha, formando um ilhéu com a extensão de légua e meia.

Francisco Ferreira Drummond e José Joaquim Pinheiro, quando se referem ao fenómeno vulcânico, que teve lugar neste ano, confundem-no com a erupção nas Furnas em 1630.

O dr. Ernesto do Canto, porém, publica duas relações daquela erupção, escritas a 10 e 15 de julho daquele ano, uma que foi para Lisboa e outra para a Terceira, narrando minuciosamente o sucedido. Além desta relação, publica também a carta que de Angra escreveu a el-rei, em 17 de julho, Agostinho Borges de Sousa,¹² noticiando aquele acontecimento.

Com estes documentos e indicações dos escritores nacionais e estrangeiros, que trataram desta medonha erupção, e que o mesmo dr. [Ernesto do] Canto indica, fica bem assente a época em que ela teve lugar.

Assim, encerremos este capítulo, extraíndo de uma das relações o seguinte, escrito pelos padres jesuítas:

«Nesta dita paragem,ⁱ em um sábado, 3 de julho do mesmo ano, arrebentou, duas léguas afastado da terra, o fogo com tanta fúria que todo o oceano não foi bastante a lhe resistir, sendo assim que do centro do mar, onde arrebentou, até à flor da água se pescaria com linhas de cento e cinquenta braças de comprido.

Este fogo não saía de mais do circuito do mar que dois alqueires de semente e saía com tanta fúria que trazia a areia, que achava em baixo com cinza, e água salgada, e tudo isto saía com tal força, que se levantava até às nuvens, a modo de velo de algodão, e tornando a cair no mar fazia como polme.

De quando em quando trazia este fogo penedos maiores que montes, e levantando-os obra de três lanças no ar, tornavam a cair, e encontrando com outros que iam subindo se despedaçavam no ar, e as lascas que deles cabiam tomadas nas mãos se desfaziam em terra negra. Com os ditos montes e penedos que o fogo lançava debaixo da água, se formou um ilhéu sobre a mesma água de circuito de 4 alqueires de terra de semente no princípio, mas aos 10 do dito julho, em que se fez esta relação, teria légua e meia de comprido.

ⁱ Ferraria, lugar abundante de peixe, e onde os barcos de toda ilha iam à pesca.

Matou este fogo na paragem onde se levantou, tanta quantidade de peixe, que se puderam carregar deles oito naus da Índia, e para o que saiu em terra, se fizeram covas mui grandes nas praias em que se enterravam, por não infeccionar o ar, e a seis léguas da dita ilha se achavam peixes mortos pelo mar, e a oito se sentia o fedor do enxofre».^j

- 1 Vargas de Bedemar foi um heterónimo de Carl Friedrich August Grosse (Magdeburgo, 5 de junho de 1768 — Copenhaga, 15 de março de 1847), também conhecido por *Eduardo Romeu, conde de Vargas-Bedemar, Edouard Romeo de Vargas de Bedemar* ou por *conde Vargas-Bedemar*, escritor, aventureiro, geólogo e geógrafo oriundo de Schleswig-Holstein, então parte do reino da Dinamarca. Adotou o nome de uma das suas personagens de romance e, com esse nome, atingiu celebridade em toda a Europa, incluindo Portugal. Foi cavaleiro da Ordem de Malta (1795), coronel de artilharia e professor da escola desta arma em Nápoles. Com o nome de Vargas de Bedemar, a partir de 1808 passou a residir em Copenhaga, onde em 1813 foi senador e em 1829 e 1842 codirector e diretor, respetivamente, do Museu Real de História Natural. Pertenceu desde 1806 à Real Academia Dinamarquesa de Ciências. Escreveu numerosas obras nas áreas da geografia e da geologia. A sua passagem pelas ilhas, onde chegou acompanhado de uma carta de recomendação do rei de Portugal que solicitava que fosse tratado com todas as honras, deu brado, tendo tido grande projeção social. Apresentando-se como defensor da teoria da Atlântica, teoria então já em descrédito nos meios científicos, mas defendida pela intelectualidade local, os seus trabalhos deram novo alento à causa. Apesar da sua medíocre fundamentação e dos flagrantes erros de identificação de rochas neles contidos, a tradução do resumo das observações de Bedemar foi citada durante mais de um século pela generalidade dos autores açorianos.
- 2 A moderna investigação geológica permite concluir que tal erupção não ocorreu, já que o processo de formação da Caldeira das Sete Cidades teve o seu último episódio há cerca de 16000 anos. Nem mesmo uma erupção intra-caldeira ocorreu no período citado, pois apesar de nos últimos 5000 anos terem ocorrido pelo menos 15 erupções subaéreas e submarinas basálticas nos flancos do vulcão das Sete Cidades e 17 erupções explosivas traquíticas (s.l.) no interior da caldeira, a mais recente das quais teve lugar há cerca de 700 anos (cf.: Gabriela Queirós et al., «The last 5000 years of activity at Sete Cidades volcano (São Miguel Island, Azores): Implications for hazard assessment.», in *Journal of Volcanology and Geothermal Research*, vol. 178, n.º 3 (20 dezembro de 2008), pp. 562-573.
- 3 Na edição original, seguramente por erro tipográfico lê-se «1662».
- 4 A erupção descrita iniciou-se nas imediações da Lagoa do Fogo, seguida por uma erupção estromboliana no Pico do Sapateiro, freguesia da Ribeira Seca. Este pico é um domo traquítico localizado sobre uma das falhas do *graben* da Ribeira Grande, onde até então existia uma lagoa. A erupção emitiu grande volume de lavas, de composição basáltica, muito fluídas, que soterraram parte da Ribeira Seca, incluindo um chafariz que hoje está à vista incrustado na formação rochosa. A erupção durou até setembro. O historiador Manuel Luís Maldonado escreveu uma detalhada descrição desta erupção, incluída na *Fenix Angrence*.
- 5 Dr. Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*. O dr. Ernesto do Canto, em uma nota inserta no *Archivo dos Açores*, diz: «Foi entre os produtos desta erupção, que o dr. [Augustus Allen] Hayes achou os cristais de azorite mui raros e difíceis de encontrar nos fragmentos de rocha cristalina, que lhe serve de ganga, aonde existe também e com mais abundância, a pirrite, outro mineral privativo dos Açores» [cf.: Eugénio Pacheco do Canto e Castro, «Note sur les propriétés optiques de quelques minéraux des roches de l'archipel Açorien», in *Bulletin de Minéralogie*, 1887 (10-8), pp. 307-313].
- 6 A erupção iniciou-se a 13 de fevereiro e foi de curta duração, não tendo causado estragos. Provavelmente foi uma manifestação freatomagmática
- 7 Sebastião Álvares (—), irmão jesuíta, lente de 2.ª classe de latim e um dos fundadores do Colégio de Angra, que em 1571, em nome do reitor daquele Colégio, escreveu sobre os tremores de terra então ocorridos na Terceira e em São Miguel. Chegara à Terceira no dia 1 de julho de 1570 (cf.: Teresa Maria Rodrigues da Fonseca Rosa, *Monumenta Historica. O Ensino e a Companhia de Jesus (séculos XVI a XVIII)*, volume I (1540-1580). Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2015).
- 8 João Correia de Mesquita (Vila Real (Trás-os-Montes), c. 1570 — Porto, depois de 1621), magistrado formado na Universidade de Coimbra (1600), corregedor em Angra aquando da primeira *Caída da Praia*, em junho de 1614. Foi dos mais destacados corregedores provedores na fazenda nos Açores, sendo-lhe cometidas funções na conservação do Castelo de São Filipe (cf.: Marcelino Lima, *Famílias Faialenses*, pp. 528-544. Horta, Minerva Insulana, 1922). Contudo, é sobretudo pela sua ação na reconstrução da Praia que a sua memória perdura, sendo lembrado na toponímia da cidade da Praia da Vitória, onde existe a «Rua Corregedor Mesquita».
- 9 O marquês de Castelo Rodrigo não era o donatário, mas apenas o capitão do donatário por força do casamento de Margarida Corte-Real com Cristóvão de Moura, 1.º marquês de Castelo Rodrigo. Tendo o 1.º marquês falecido em Madrid a 26 de dezembro de 1613, aquando da Caída da Praia o cargo de capitão do donatário recaía em D. Manuel de Moura Corte-Real (1590 — 1651), 1.º conde de Lumiares e depois 2.º marquês de Castelo Rodrigo.

^j *Archivo dos Açores*, vol. III, p. 280.

-
- 10 João Vaz de Vasconcelos (abril de 1560 — Praia, julho de 1627), nomeado procurador para em 1614 ir a Lisboa ou Madrid dar conta ao rei e ao capitão do donatário do sucedido na sequência do terramoto de maio de 1614 que destruíra a então vila da Praia e boa parte dos povoados do Ramo Grande (a *Primeira Caída da Praia*).
- 11 Francisco da Câmara Paim (1560 — Praia, 24 de julho de 1643), capitão-mor da vila da Praia aquando dos terramotos de maio de 1614. Foi pai de Francisco de Ornelas da Câmara, o herói da Restauração e uma das mais notáveis personalidades praienses do seu tempo (cf.: José Guilherme Reis Leite, «A honra, o serviço e o proveito: os capitães da Praia», in *Arquipélago – História*, 2.ª série, vol. VI, 2001).
- 12 Agostinho Borges de Sousa (Angra, 1635 — Ponta Delgada, 21 de dezembro de 1687), sucedeu a seu sogro no cargo de provedor da Fazenda Real nos Açores. Uma devassa aos oficiais da alfândega de Angra, que envolveu o provedor da Fazenda Real, resultou num longo processo judicial e, para Agostinho Borges de Sousa, penoso, que culminou com o seu falecimento na prisão.

Capítulo XVI

Importância que iam alcançando as ilhas Terceira, São Jorge e Graciosa

São tantos e tão valiosos os documentos, que temos entre mãos, comprovativos dos serviços prestados e sacrifícios feitos pelos terceirenses, em prol da pátria, que realmente sentimos ter de os abandonar na sua maior parte, sem deles fazermos a menor referência.

Contudo, antes de entrarmos em uma época histórica, importantíssima para os Açores em geral, e muito em especial para a ilha Terceira; época que só por si constitui uma epopeia, que bem alto proclama os feitos valorosos de um povo, que tem por brasão de honra, lealdade nunca desmentida, e «*amor da pátria não movido do prémio vil*»; amor que mais e mais ardente se tornava, quanto maior era o infortúnio, árduas e em maior número as provações, arquivemos alguns factos demonstrativos da importância, que ia alcançando a ilha Terceira, e as de São Jorge e Graciosa, que compõem o distrito de Angra.

As povoações elevadas à categoria de vilas nestas três ilhas foram:

- Terceira — Angra em 1478; Praia em 1482; São Sebastião em 1503.
- São Jorge — Velas em 1500; Topo em 1510; Calheta em 1534.
- Graciosa — Santa Cruz em 1500; Praia em 1546.

A carta de D. João III, elevando, em 1534, a vila de Angra à categoria de cidade, é do teor seguinte:

«D. João, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquém e de além-mar, em África senhor de Guiné, e da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, etc. — A quantos esta minha carta virem: Faço saber, que vendo eu em a nossa ilha Terceira de Nosso Senhor Jesus Cristo, a vila de Angra era agora tão acrescentada em povoação, e assim enobrecida, Nosso Senhor seja louvado, por onde bem merece ser cidade: e havendo a isso respeito, e assim aos muitos serviços que dos moradores da dita vila tenho recebido, assim nos socorros e provimentos que dão às minhas armadas e naus da Índia, quando ao porto

da dita vila vão ter, como em outros serviços em que me sempre servem, quando deles é necessário como bons e leais vassalos que são: e tendo por muito certo que sendo feita cidade, e tendo os privilégios e liberdades que tem as outras cidades de meus reinos, ainda muito mais nobre será, por onde eu receberei dos moradores dela muitos mais; e querendo-a acrescentar, assim pelos ditos serviços que deles tenho recebido, como pelos que ao diante espero receber, e por lhe fazer graça e mercê, eu de meu próprio moto, certa ciência, poder real e absoluto, sem eles mo requererem, nem outrem por eles, me apraz de a fazer, e por esta faço a dita vila de Angra cidade; e quero e me apraz que daqui em diante seja cidade; e se chame a cidade de Angra; e lhe dou e concedo todos os privilégios e liberdades, preeminências que tem e são dadas e outorgadas a outras semelhantes cidades dos meus reinos; e os cidadãos dela gozarão deles, assim e tão inteiramente como têm e gozam os outros cidadãos das ditas cidades semelhantes. Porém mando aos meus corregedores, que ora são e ao diante forem das minhas ilhas dos Açores, e a quaisquer outras justiças, oficiais e pessoas a quem esta minha carta for mostrada, e o conhecimento dela pertencer, que hajam a dita vila daqui em diante por cidade, e assim a nomeiem e lhe guardem, e façam inteiramente guardar todos os privilégios, liberdades, e preeminências que são dadas e outorgadas às outras semelhantes cidades, por quanto por esta minha carta a faço cidade, como dito é: a qual para mais firmeza lhe mandei dar, assinada por mim, e selada de meu selo de assumbre, para a terem por sua guarda. — Fernão da Costa a fez em a cidade de Évora, aos 21 dias do mês de agosto, ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo. — Carta por que V. A. R. faz cidade a vila de Angra da ilha Terceira».

Em 1503 o pirata francês Mondragón¹ roubou no mar dos Açores uma das naus da Índia, comandada por Job Queimado,² e quando em 1507 voltou, com quatro navios para continuar na pirataria, foi derrotado, preso e conduzido a Lisboa.³

Em 1508 concedeu el-rei D. Manuel à Misericórdia de Angra o privilégio da irmandade dos treze irmãos;⁴ e quando, em 1516, foi concedido a todas as misericórdias do reino o privilégio de se dirigirem pelos estatutos daquela

irmandade, ficaram-se também dirigindo as misericórdias da vila da Praia, da vila de São Sebastião e da Vila Nova.^a Para os casos omissos regulavam-se pelos estatutos da Misericórdia de Lisboa.

Na vila das Velas fundou-se a irmandade da Misericórdia em 15 de abril de 1543.

Em 15 de abril de 1528, na igreja matriz de São Sebastião, celebrou-se auto de boa amizade entre as três Câmaras Municipais da Terceira, comprometendo-se as mesmas Câmaras, todas ali juntas, a deliberar sobre negócios de interesse geral dos municípios.^b

Gonçalo Vaz Homem⁵ fundou em 1520 na vila da Praia, o Hospital dos Lázaros,⁶ onde foi sepultado por sofrer desta perniciosa doença, sendo mais tarde estabelecido um outro em Angra, junto à ermida de São Lázaro, no extremo da rua de D. Carlos I, antiga rua da Guarita.

Em 1565 o cardeal regente⁷ mandou que, para se evitarem ocasiões, os homens fossem conservados no hospital dos Lázaros, na Praia, e as mulheres no de Angra, e que sempre que o rendimento de algum dos dois hospitais da Terceira não bastasse para prover os enfermos, que um fosse suprido das sobras do outro.

O trigo atingiu em 1519 o preço de 1\$000 réis o moio e a cevada o de 260 réis.

Em 12 de abril de 1520, foi dado regimento a Johan Procell,⁸ para comprar na ilha Terceira até mil e trezentos moios de trigo, entendendo-se com João Álvares,⁹ ouvidor e almoxarife da vila da Praia, com ordem de não dar por alqueire mais de «*vynte rriaes e dy para baixo o mais que vos poderdes*». Deste trigo eram 250 moios para Azamor, 250 para Safim, e 150 para Santa Cruz [do Cabo de Gué].

Por alvará régio de 1532 foi estipulado, que a esmola da missa não excedesse a 30 réis.

a A freguesia denominada Vila Nova, no concelho da Praia da Vitória, e antigamente conhecida por Vila Nova da Serreta, apesar de ter criado uma Misericórdia e feito uma praça, não lhe foi conferida a categoria de vila.

b Este auto está publicado nos *Anais da ilha Terceira*, vol. I, p. 531.

A cultura do milho principiou a ter lugar na ilha Terceira em 1533, sendo de quarenta moios a primeira colheita, e o alqueire vendido a 35 réis, custando o alqueire de trigo 30 réis.

Em 1534 foram separadas da correição de Angra as ilhas de São Miguel e de Santa Maria.

Segundo o sínodo celebrado em Lisboa, em 25 de agosto de 1536, principiou a ter lugar o assento da vida civil, que se estabeleceu em todo o reino e ilhas.

A primeira cadeia pública estabelecida na ilha Terceira foi na capitania da vila da Praia. O [capitão do donatário],¹⁰ António Martins Homem,¹¹ é que a mandou construir à sua custa.

Em 1541 fez-se um recrutamento nos Açores, para infantaria e cavalaria, destinado para uma expedição em África.

Depois de Paulo III haver concedido a bula para a fundação do mosteiro de São Gonçalo em Angra, foi este fundado por Brás Pires do Canto,¹² sendo suas reformadoras sorores Isabel de Jesus¹³ e sua irmã Beatriz da Conceição,¹⁴ religiosas do Mosteiro de Jesus da Praia.

Isabel de Jesus,¹⁵ religiosa do Convento de São João Evangelista,¹⁶ na ilha do Faial, tendo vindo à ilha Terceira tratar-se de perigosa doença, fundou em Angra, em cumprimento de um voto, o Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança,¹⁷ em 1567.

El-rei D. Sebastião, por alvará de 19 de fevereiro 1570 mandou fazer à sua custa, em Angra, o colégio da Companhia de Jesus, encarregando os jesuítas do ensino da língua latina.

Desembarcaram solenemente os primeiros padres da Companhia, em 1 de junho, sendo o seu reitor o padre Luís de Vasconcelos,¹⁸ neto do conde de Penela.^c

Foram primeiramente hospedados nas casas da Misericórdia, indo dias depois residir para as casas, que João da Silva do Canto lhe doara, no extremo oriental da rua de Jesus, ficando por isto considerado pelos padres como seu fundador.

c O padre [António] Cordeiro descreve minuciosamente a maneira aparatosa deste desembarque.

Em 1575 veio o jesuíta Francisco Dias,¹⁹ mestre de obras, para dirigir as do Colégio.

Em data de 1559 encontramos, publicada no volume 10.º, página 500, do *Archivo dos Açores*, uma ata da Câmara das Velas, cedendo a casa de Nossa Senhora da Conceição para o mosteiro dos frades de Santo Agostinho.

Devido aos valiosos serviços prestados pela esquadra açoriana, foi concedido, em 1551, por el-rei, aos senadores angrenses, os privilégios de *cidadãos do Porto*, ou dos *infanções*, privilégios que se tornaram extensivos ao procurador e tesoureiro do mesmo Senado.²⁰

Por alvará régio de 1553 foi criada na vila da Praia uma cadeira de gramática latina, com o ordenado de dois moios de trigo e de oito mil réis em dinheiro, a favor de doze mancebos pobres, que aspirassem ao sacerdócio, ficando este ensino a cargo dos religiosos franciscanos.

Como os jesuítas, com a faina de tudo empolgar, quisessem para si aquele encargo, que era remunerado, e o privilégio exclusivo do ensino, os franciscanos obtiveram, em 1620, uma sentença da Relação, autorizando-os a continuarem a ensinar de portas abertas, ficando os jesuítas condenados.

Por determinação do bispo D. Frei Jorge [de Santiago]²¹ fez-se, em 1557, em todas as igrejas, um livro de tombo para serem inscritas as capelas e bens que lhes fossem anexos.

No primeiro de janeiro de 1561, o deão Baltasar Gonçalves,²² nomeou e rubricou o primeiro livro de batismos da Sé Catedral, sendo, segundo as constituições do bispado,²³ transmitida idêntica ordem a todas as paróquias do mesmo bispado.

Eram vinte e quatro as paróquias, que em 1568 existiam no distrito de Angra, sendo dezassete na ilha Terceira, cinco em São Jorge e duas na Graciosa.

Em 1567 mandou o cardeal regente levantar a planta da cidade de Angra, com os seus principais portos e cais, a fim de por ela se proceder ao alargamento do Porto de Pipas, e à construção da muralha do cais da Prainha.

Para as obras de fortificação que, em 1567, foram mandadas fazer ao capitão-mor João da Silva do Canto, foram os terceirenses fintados com quinze mil

cruzados, recebendo em remuneração vários fornecimentos de instrumentos bélicos.

O engenheiro desta fortificação foi Thomaz Benedicto,²⁴ e o mestre de obras, Luís Gonçalves,²⁵ sendo a este estipulado o ordenado de 80\$000 réis anuais.

Além da finta referida foram lançados 2%, com igual aplicação, sobre todos os géneros importados e exportados, revertendo ao mesmo fim os direitos de ancoragem, que eram 400 réis por navio de alto bordo, 200 réis por cada um dos menores. Destes direitos eram isentas as frotas da Índia e as armadas reais.

Para as obras de fortificação em São Jorge, foi estabelecido um imposto sobre o vinho e o azeite, e para o mesmo fim aplicado o produto do monopólio do sal.

-
- 1 Pedro de Mondragón (Mondragón (Arrasate), Guipúscoa, c. 1460 — França, d. 1520), ou Mondragão, identificado por Damião de Góis como súbdito francês, mas que seria biscainho (cf.: Pedro Pinto, Andreia Carvalho, «Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII», in *Anais de História de Além-Mar*, XIII (2012), pp. 232-332. Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2012). Provavelmente originário de Mondragón (Arrasate), Guipúscoa, terá sido o primeiro europeu a apresar um navio português da Carreira das Índias, cujo valor se estima nuns extraordinários 100 000 ducados de ouro. Ao contrário do que afirma o texto, ecoando Damião de Góis, não terá sido capturado, antes tendo-se retirado inicialmente para Bilbau e depois, face à pressão diplomática portuguesa, refugiando-se no reino de Aragão e finalmente em França, onde terá falecido.
 - 2 Job Queimado (Setúbal, c. 1460 — c. 1520), natural da então vila de Setúbal, pertencia à pequena nobreza, mas ainda assim conseguiu uma potencialmente rendosa participação nas armadas da Carreira da Índia. Os eventos referidos ocorreram quando comandava a nau *Sant'Ana* em torna-viagem desde Calecute, na Índia. Job Queimado tinha ido para a Índia na sua própria nau, integrado na armada de 1506. A armada, composta por 16 navios e comandada por Tristão da Cunha, saíra do Tejo a 4 de junho de 1506. A armada de torna-viagem, na qual se incluía a embarcação de Job Queimado, era composta por cinco naus e partira de Cananor a 7 de dezembro de 1507. Três naus chegaram a Lisboa em julho de 1508, deixando para trás as naus de Job Queimado e João da Veiga, forçados a invernar em Moçambique, pelo que vieram desacompanhadas desde o oceano Índico até à costa portuguesa. A abordagem pelo pirata teve lugar em novembro de 1508, frente ao cabo de São Vicente, quando nau se dirigia a Lisboa. Job Queimado foi aprisionado e desembarcado na costa galega, sofrendo a humilhação de ser «posto em camysa em terra». Após esta desventura foi nomeado «provedor dos lugares de África», cargo régio na logística do abastecimento às praças portuguesas no Norte de África (cf.: Ana Rita Pereira da Conceição, *A Baixa Nobreza Setubalense na Construção do Império Ultramarino Português - o caso da Família Queimado*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2020).
 - 3 As datas referidas estão erradas, já que o ataque à nau Santa Ana ocorreu em novembro de 1508, e Pedro de Mondragón não foi capturado, tendo falecido em França, onde se refugiara.
 - 4 As «*irmandades dos 13 irmãos*» eram instituições que se regiam por um compromisso estatutário comum, derivado do compromisso outorgado à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
 - 5 Gonçalo Vaz Homem (—), residente das Figueiras do Paim, em 1520 instituiu o Hospital de São Lázaro da Praia. Sofria de lepra (gafeira) e faleceu e foi enterrado no hospital que fundara (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 164).
 - 6 O Hospital dos Lázaros da Praia, situado junto ao Paul, onde hoje se localiza a Ermida de São Lázaro, a qual era parte da construção inicial, foi uma estrutura de isolamento destinada a receber leprosos. Fora instituído em 1520.
 - 7 O cardeal D. Henrique, ao tempo regente, depois rei de Portugal após a morte de D. Sebastião.
 - 8 Johan Procell (—), comerciante de cereais que adquiriu trigo na Terceira em 1520, em parte destinado ao abastecimento das praças portuguesas do Norte de África.
 - 9 João Álvares Homem (c. 1450 — Praia, c. 1537), ouvidor e almoxarife da vila da Praia.
 - 10 Por manifesto lapso, na edição inicial lê-se «O corregedor».
 - 11 Antão Martins Homem (Praia, c. 1521 — Praia, 9 de julho de 1577), 4.º capitão do donatário na Praia, na linha dos Martins Homem. O corregedor Jerónimo Luís em 1540, mandou construir na Praia a primeira cadeia pública

estabelecida na Terceira, recaindo as respetivas despesas de construção sobre o capitão do donatário, conforme sentença de 23 de junho de 1576.

- 12 Brás Pires do Canto (Guimarães, c. 1500 — Angra, 4 de maio de 1571), sobrinho de Pero Anes do Canto, fixou-se em Angra por volta de 1520. Serviu de juiz ordinário na Câmara de Angra em vários anos e foi escrivão do eclesiástico. Obteve breve apostólico a 7 de outubro de 1541 autorizando a fundação do Convento de São Gonçalo de Angra, de que foi o primeiro padroeiro (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. II, p. 796).
- 13 Isabel de Jesus (—), religiosa do Convento de Jesus da Praia e uma das fundadoras do Convento de São Gonçalo de Angra. Era irmão de Beatriz da Conceição, outra das fundadoras daquela instituição.
- 14 Beatriz da Conceição (—), religiosa do Convento de Jesus da Paria e uma das fundadoras do Convento de São Gonçalo de Angra. Era irmã de Isabel de Jesus, outra das fundadoras daquela instituição.
- 15 Isabel de Jesus (—), religiosa do Convento de São João Evangelista da Horta, fundou o Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança em Angra.
- 16 O Convento de São João Evangelista, na cidade da Horta, ficava localizado onde hoje é o Jardim Florêncio Terra. A igreja primitiva, construída nos meados do século XVI, ficava no quarteirão entre a atual Rua Advogado Graça e o Jardim Florêncio Terra. No final do século XVII foi feito o convento novo, cuja igreja ocupava o atual jardim. Restam poucas fontes sobre este convento, pois o seu arquivo foi destruído, já que com a sua extinção e demolição, na década de 1830, o acervo se dispersou.
- 17 O Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança, fundado na segunda metade do século XVI, era um dos mais antigos entre os nove conventos outrora existentes na ilha Terceira. Era pertença das freiras da Ordem das Clarissas, tendo sido extinto em 1834 e vendido a particulares (cf.: Pedro de Merelim, *Notas sobre os conventos da ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, 1963). Localizado na esquina da rua da Sé com a rua da Esperança, da igreja conventual restam alguns elementos incluídos nas paredes do imóvel ali existente. A cerca deu origem ao atual Mercado Duque de Bragança.
- 18 Luís de Vasconcelos (—), neto de Afonso de Vasconcelos e Meneses (1441 — 1480), 1.º conde de Penela. Liderou o grupo de 11 jesuítas que desembarcaram em Angra no dia 1 de junho de 1570, e ali fundaram o Colégio da Companhia de Jesus, do qual foi o 1.º reitor e mestre.
- 19 Francisco Dias (—), jesuíta, mestre de obras encarregado de dirigir a construção do Colégio de Angra.
- 20 Os privilégios dos cidadãos do Porto, ou dos infanções, foram concedidos pelo rei D. João II, em 1490, aos cidadãos do Porto. Eram semelhantes aos dos fidalgos, pelo que ser cidadão do Porto era ser detentor de isenções e privilégios que se aproximavam do estatuto da nobreza (cf.: Francisco Ribeiro da Silva, «Tempos Modernos», in Luís de Oliveira Ramos (dir.), *História do Porto*, pp. 322-329. Porto, Porto Editora, 1994). Os referidos privilégios e isenções eram, resumidamente, os seguintes: (1) não seria submetido a tormentos, salvo naqueles casos e modos em que os fidalgos também o fossem; (2) quando houvesse de ser preso, sê-lo-ia «sobre suas menagens», isto é, na sua própria casa e não na cadeia pública; (3) poderia usar armas, de noite e de dia, ofensivas ou defensivas, não só na cidade mas por todo o reino; (4) gozaria de todas as graças e privilégios e liberdades que os reis haviam dada à cidade de Lisboa, exceto andar em bestas muares; (5) os seus caseiros, amos e lavradores encabeçados não poderiam ser constrangidos a servir nas guerras exceto se o cidadão em pessoa fosse servir; (6) não seria obrigado a dar pousada nem lhe tomariam as suas adegas ou cavalariças contra sua vontade; (7) não pagava fintas e era dispensado de exercer certos cargos concelhios, como o de recebedor da sisa; (8) em caso de alistamento, não o seria nas companhias ordinárias, mas numa exclusivamente formada por nobres e cidadãos, capitaneados, geralmente, pelo vereador mais velho; e (9) nas procissões do Corpo de Deus tinham lugar de honra, como lhes competia, ao lado da bandeira da cidade, acompanhados pelos letrados. Em suma, gozariam de todas as liberdades que antigamente cabiam aos infanções e ricos homens.
- 21 Na edição original parece, por manifesto lapso, «D. Frei Jerónimo».
- 22 Baltasar Gonçalves (—), deão da Sé de Angra que rubricou o primeiro livro de registo de batismos da Sé.
- 23 As Constituições Sinodais do Bispado de Angra foram promulgadas por D. Jorge de Santiago, o terceiro bispo da diocese, um teólogo afamado que participara no Concílio de Trento. Face à falta de organização doutrinária da diocese e à necessidade de nela fazer refletir as normas tridentinas, em 1559, pela festa do Espírito Santo, promoveu na Sé de Angra o único sínodo diocesano realizado nos Açores, cujas constituições então adotadas foram impressas na cidade de Lisboa em 1560 (cf.: João Maria Mendes, «A forma canónica nas Constituições Sinodais do Bispado de Angra (1559)», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. 61 (2003), pp. 181-197).
- 24 Thomaz Benedicto é Tommaso Benedetto de Pesaro (Pesaro, século XVI), arquiteto e engenheiro militar italiano contratado em 1558 pela regente D. Catarina de Áustria para reformar a rede de fortalezas de Portugal, onde ajudou a consolidar o estilo renascentista na arquitetura militar. Em 1567, durante a regência do Cardeal D. Henrique (1562-1568), em resultado do ataque de corsários franceses, sob o comando de Pierre Bertrand de Montluc, ao Funchal (outubro de 1566) e daquele que foi repulso em Angra, Benedetto foi enviado para os Açores, juntamente com o engenheiro militar Pompeo Ardit, também proveniente de Pesaro, para orientar o reforço da fortificação. Durante a sua estadia nos Açores, aqueles engenheiros visitaram as ilhas de São Miguel, Terceira e Faial, consideradas as de maior importância estratégica, e a ilha de São Jorge. Vindo o inimigo forçosamente pelo mar, a defesa das ilhas deveria centrar-se nos portos e ancoradouros. Para isso concebeu um conjunto de fortes costeiros, entre os quais o de São Sebastião em Angra e o de São Brás em Ponta Delgada, para serem guarnecidos pelas ordenanças concelhias em caso de perigo (cf.: Teresa Bettencourt da Câmara, «Arquitectos e mestres de obras nos Açores do Renascimento, segundo Sousa Viterbo», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLIV (1986), pp. 355-364; «Viagem de Pompeo Ardit de Pesaro à Ilha da Madeira

e aos Açores (1567)», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, VI (1948), pp. 173-183; Vespasiano da Bisticci & Pompeo Ardit, *Vite di Portoghesi Illustri; Viaggio all' Isola di Madera e alle Azzorre (1567). Con la riproduzione di due antichi portolani delle Azzorre*, Firenze, Tipografia Alfani e Venturi, 1934).

- 25 Luís Gonçalves (—), mestre de obras da fortificação costeira que sob projeto de Tommaso Benedetto de Pesaro dirigiu as obras de construção do Castelo de São Sebastião de Angra (Castelinho).

Capítulo XVII

Os judeus e os moiros. Referências aos reinados de D. João II e D. Manuel

Conquistar a glória seguindo o caminho do dever, e obedecendo sempre aos impulsos generosos do coração, inspirando-se no amor da pátria, no amor da ciência, no amor do trabalho, no amor da humanidade, tendo sempre em vista os santos princípios da independência e da liberdade, é honra tão subida, que nenhuma outra há que a iguale.

Nos momentos de ventura, nas horas de alegria e de regozijo, é fácil, é agradável, tomar parte ativa em todas as manifestações de saudação e de júbilo; por que não se corre risco, não se receiam provações, não há perigos, não se exigem sacrifícios; mas, quando os sacrifícios, os perigos, as provações e os riscos aparecem, é que então se conhece, e se avalia, a coragem, a abnegação de que cada qual é capaz, o grau de patriotismo que alberga no coração.

Na bonança, quando tudo é calmo, o mar um lago, todos são marinheiros; mas quando a tempestade ruge medonhamente, quando os perigos surgem, é que o valente, corajoso e hábil marinheiro se conhece, e se torna necessário.

Semelhantemente é o que sucede na vida dos povos e das nações. Nos festivais todos são patriotas, mas nas provações, nas horas de angústia, é que o bom e verdadeiro patriota é conhecido, mormente quando, com lealdade nunca desmentida, se arrisca, sacrificando pessoa, família e bens em prol da pátria, sem mira no prémio, por mais grado ou subido que ele possa ser, sem se fascinar por promessas tentadoras, quando elas ocasionem uma traição.

É belo, é admirável, o ver um povo obedecendo aos impulsos generosos, entusiastas do coração, e isto sempre, e em todas as épocas.

É digno dos mais rasgados louvores um povo, habitante de uma pequena ilha, conservar sem mácula, de geração em geração, numa solidariedade bem cimentada, as suas tradições honrosas, nobilíssimas, de lealdade, constância e amor pátrio; defender a terra natal contra a usurpação estranha, lutando contra forças superiores às suas, e isto durante meses; e só sendo vencido, depois de

esgotados os últimos esforços; sucumbir exausto, mas sem mácula, sem quebra de dignidade.

Foi isto o que sucedeu ao povo que habita este pequeno rochedo oceânico denominado ilha Terceira.

Não é por orgulho mal-entendido, ou por censurável vaidade, que o dizemos, atendendo a que somos terceirenses. Não é.

São os factos, que bem alto o demonstram, são os varões ilustres, que, pelos seus feitos heroicos e valor intemerato, têm direito, a que assim o digamos. É a história na sua justa imparcialidade, que bem alto o proclama.

Até aqui, tanto quanto pudemos, e soubemos, arquivámos em rápida narrativa os esforçados feitos e os nomes dos terceirenses, que pelo seu valor, benemerências, e altos serviços, nos mares ou na terra, na guerra ou na paz, nobilitaram e engrandeceram a pátria, e por ela se sacrificaram até ao último extremo, indo até às mais remotas e inóspitas paragens.

E não só a terceirenses nos referimos, mas também a muitos e bem notáveis açorianos, filhos diletos das ilhas deste arquipélago, irmãs bem-amadas da ilha Terceira.

No decorrer desta narrativa, estamos próximos de uma época notabilíssima da história terceirense; época de feitos de valor e heroicidade, em prol da independência da pátria; época de lutas, de combates, de morte; época de vitórias, que assombraram os fortes e poderosos, e que, se mais tarde foram seguidas por odioso cativoiro, ficou mais uma vez demonstrado, que muitas vezes os que procedem dignamente, nobremente, sofrem pelos erros e traições dos que não duvidam vender a consciência e a pátria, para satisfação dos seus interesses e ambições.

Resta para honra e glória desta heroica terra, que traição não coube em peitos verdadeiramente terceirenses, que o cativoiro foi por menos prazo de tempo, do que onde a traição teve lugar: que, para despedaçar as algemas opressoras, se lutou, houve mártires da pátria, que derramaram o seu sangue generoso, e por

fim se venceu, sem que o prometido auxílio do governo português chegasse a aparecer!

Dito isto, encaminhemos os factos, para chegarmos à narração dos acontecimentos, que tiveram então lugar.

*

«A Idade Média em Portugal fora um período de espantoso desenvolvimento político e intelectual, e a que se lhe seguia tinha de colher os frutos, mas, como o selvagem de Montesquieu,¹ decepava a árvore, que os produzia, e que era a das liberdades populares.

Apesar da grandeza dos cometimentos, efetuados nos reinados de D. João II e de D. Manuel, apesar da glória imensa que então adquirimos, ao abandonarmos esta época de gestação, não podemos deixar de a contemplar com tristeza e saudade; porque nos lembramos do tempo de heroísmo puro, de entusiasmo sem mistura de sórdido interesse, que caracterizam as façanhas de Aljubarrota e os primeiros descobrimentos do infante D. Henrique».^a

Os atos altamente despóticos do feudalismo não se fizeram sentir, felizmente, entre a nascente família terceirense. O fidalgo não escravizava o povo, e este não o odiava.

Se um ou outro desmando houve, não foi cousa que se possa comparar às arbitrariedades e prepotências, que a história nos aponta, sucedidas em Portugal, onde a fidalguia era um poder terrível no Estado, poder que D. João II, com braço de ferro, com superior energia, aniquilou, fundando-se nas continuadas queixas do povo, com o apoio unânime das classes médias, centralizando assim todo o poder na realeza, poder que depois se tornou absoluto.

O que se passou desde as Cortes de Évora em 1481, em intrigas, perseguições, malquerenças, ódios; delações, até à decapitação do duque de Bragança,² à punhalada vibrada por D. João II, em pleno paço, no jovem duque de Viseu,³ às prisões e morte misteriosa de outros fidalgos, do bispo D. Garcia de Menezes,⁴

a Pinheiro Chagas, *História de Portugal*.

à decapitação de D. Fernando de Menezes,⁵ di-lo a história, e não é nossa intenção, nem tão pouco possível, referir nesta memória.

Foram tempos procelosos, sanguinários.

Em nome do povo, eterna criança, de que se usa e abusa sempre, para todas as inovações, que no fundo só miram a satisfação das ambições dos grandes, dos poderosos, e hoje geralmente dos habilidosos especuladores, destruiu D. João II o poder feudal, para o centralizar na realeza absoluta.

A vantagem foi grande pela diminuição do número dos tiranos; além disso era uma fase, por que a política tinha de passar, para poderem as ideias, por transformação sucessiva, seguir a sua marcha progressiva.

D. João II, escreve Pinheiro Chagas, — «*tinha a seu favor a fatalidade das leis providenciais da história*».

Desta centralização, porém, resultou o fidalgo, até então altivo, orgulhoso e soberano, tornar-se, pelo medo, cortesão, bajulador da realeza, servil, intriguista, mexeriqueiro e invejoso, indo a pouco e pouco perdendo o brio, a dignidade, o valor marcial e amor pátrio, que muitas vezes o haviam levado a atos heroicos, a façanhas ilustres.

Além disso a depravação de costumes foi contaminando todas as classes, e o clero, não obstante estar igualmente contaminado, foi habilmente, no reinado seguinte, tudo aproveitando para vir a exercer a alta preponderância, que teve no reinado de D. João III, preponderância de funestíssimas consequências para Portugal, e que a louvável tolerância de D. João II não lhe havia consentido.

O ato desumano da expulsão dos judeus,⁶ e a cruel perseguição que no reinado de D. Manuel lhes foi feita, mostra evidentemente o grau de depravação de costumes, e como o espírito estava eivado pelo fanatismo.

Depois, este ato desapiedado e cruel, que se estendeu também aos moiros, foi impolítico, porque é opinião unânime dos historiadores desapaixonados, que os judeus e os moiros eram a vida e a alma da indústria, do comércio e da agricultura.

Mas esta expulsão foi a cláusula imposta pela fanática princesa D. Isabel,⁷ filha dos Reis Católicos, e viúva do desditoso príncipe D. Afonso,⁸ para anuir ao casamento com D. Manuel.

Assim, declara Pinheiro Chagas, — *«tinha a futura rainha, no carácter, a mesma nódoa de fanatismo, que empanava as brilhantes qualidades de sua mãe; era hereditária na família aquela sombria tendência»*. Parecia que Torquemada⁹ os educara a todos. Infelizmente el-rei D. Manuel ou tinha já o espírito eivado também pelo fanatismo, ou tinha o coração bastante fraco, ou bastante devorado pelo amor, para assim sacrificar milhares de famílias ao sorriso de uma mulher. É talvez este, diz Prescott,¹⁰ *«o único exemplo de ser o amor um dos milhares de motivos pelos quais se perseguia esta desgraçada raça»*.¹¹

Assim a cruel e odienta perseguição feita aos judeus, e em que mais se salientaram os frades dominicanos seguindo os seus confrades de Espanha, o que lhes foi altamente condenado por virtuosos prelados, foi causa a que, em 1548, os infelizes filhos da raça de Judá fossem também perseguidos na ilha Terceira.

Em 1501 uma caravela, que conduzia para África, após um terrível temporal, grande número de judeus, arribou a esta ilha.

D. Manuel, tendo disto conhecimento, teve a *humanitária generosidade de os oferecer, como escravos*, a Vasco Anes Corte-Real!

Foi nesta ocasião, que aqui se estabeleceu a colónia hebreia.

Quando a rainha regente D. Catarina, em 1558, na menoridade de D. Sebastião, escreveu uma carta à Câmara de Angra, manifestando-lhe a necessidade em que estava a fazenda pública, e o muito dinheiro que era preciso para o provimento da armada da Índia e outras que convinha se fizessem, declarando quais as medidas que tinha adotado, e as pessoas que já haviam concorrido, fintou os Açores para um empréstimo de 150 mil cruzados, pelo tempo de seis anos.¹²

«Para verificar este empréstimo urgente, procedeu o corregedor e provedor Afonso Figueira,¹³ com tanto rigor, que, já por fanatismo, já pelo

furor jesuítico, que lhe persuadia esta empresa, se armou contra todas as pessoas da nação hebraica, e com todos os que lhe diziam respeito, ainda pela menor aliança de sangue, de modo que, fazendo um livro para inscrever os fintados, e devassando sobre o facto, urdiu e continuou tal desordem, que foi a maior daqueles tempos.

Era um abismo de ódios, de vinganças e de intrigas: muitos que representavam de primeiros se viram obrigados a pagar a finta como hebreus, de que se não admitia recurso algum.^b

Ainda deste livro se permitia extrair relação as pessoas inscritas, para os seus inimigos as poderem difamar de cristãos-novos, pertencentes à raça infecta; de sorte que, dizem Maldonado e frei Diogo das Chagas,¹⁴ a pessoa que por aqueles anos encontrar na sua ascendência um parente clérigo, ou senador municipal, pode daqui tirar um grande documento de nobreza.

Bom será, que se fique sabendo que, na data a que nos referimos, o município angrense só possuía a renda chamada «do ver», que se poderia comportar em 20\$000 réis anuais: e a avaliarem-se por este os mais municípios, facilmente se deduz, que este pesadíssimo tributo, com o nome de empréstimo, que nunca se satisfez aos seus credores, recaía sobre os açorianos, sendo mais violento naqueles que tiveram a infelicidade de ser considerados cristãos novos!»^c

Ainda assim, vê-se bem claramente qual a boa índole dos terceirenses, e quanto eram tolerantes; pois que não tiveram aqui lugar as perseguições, a guerra de extermínio, e nem uma só dessas horrorosas cenas de canibais, de que Lisboa foi teatro, matando-se e queimando-se milhares de cristãos novos, não se respeitando sexo, nem estado, nem idade; cenas altamente condenáveis, a que um mal entendido fanatismo tem por diversas vezes levado os povos de várias nações, fanatismo que a política, as ambições e os interesses alheios, aproveitam à sombra das crenças religiosas.

b Francisco Ferreira Drummond, *Anais da ilha Terceira*, tomo II, pp. 125-126.

c José Joaquim Pinheiro, *Épocas Memoráveis da Ilha Terceira*, vol. I.

É que a ilha Terceira predestinada para ser a «*terra clássica da fidelidade e o baluarte inexpugnável da liberdade portuguesa*», como a classificou o imortal rei soldado, D. Pedro IV, devia sempre mostrar-se tolerante; porque à sombra benéfica da frondosíssima árvore da liberdade, são todos acolhidos, são todos bem-vindos.

-
- 1 O «*bom selvagem*» é um personagem modelo e tópico literário presente na literatura e no pensamento antropológico da Idade Moderna que nasceu na Europa a partir do primeiro contato com as populações indígenas da América. A popularização do conceito deve-se aos filósofos iluministas, como Rousseau e Montesquieu, que teorizaram uma humanidade, naturalmente boa e ingénua, que no seio da natureza vivia livre e em plena harmonia, mas que era corrompida pelo processo civilizacional. A referência remete para as Cartas Persas de Montesquieu, onde o conceito é explanado tomando como exemplo um povo de «*trogoditas*».
 - 2 A execução de D. Fernando, 3.º duque de Bragança, ocorreu na praça do Giraldo, em Évora, a 21 de junho de 1483, por ordem do rei D. João II, após um julgamento em que o duque foi acusado de traição com base em cartas que teria enviado para Castela e cujas cópias teriam sido encontradas numa arca onde guardava documentos. A decapitação ocorreu no contexto da política seguida por aquele rei de fortalecer o poder real e reduzir o que considerava as excessivas regalias das classes privilegiadas.
 - 3 D. Diogo de Viseu, infante de Portugal (Alcáçovas 1451 — Setúbal, 28 de agosto de 1484), 4.º duque de Viseu, 4.º senhor da Covilhã, 3.º duque de Beja e 3.º senhor de Moura, donatário das ilhas atlânticas, filho do Infante D. Fernando (irmão de D. Afonso V) e da Infanta D. Beatriz. No contexto da política seguida por D. João II para fortalecer o poder real e reduzir o que considerava as excessivas regalias das classes privilegiadas, foi apunhalado pelo próprio rei, de quem era primo e cunhado, na noite de 28 para 29 de agosto de 1484.
 - 4 D. Garcia de Menezes (Santarém, c. 1420 — Castelo de Palmela, agosto de 1484), aristocrata, humanista, militar e bispo de Évora. Filho de D. Duarte de Meneses, 3.º conde de Viana do Alentejo e 2.º conde de Viana da Foz do Lima, estava ligado à alta aristocracia, pelo que acabou envolvido nas lutas travadas entre D. João II e a alta nobreza que se opunha ao fortalecimento do poder real e à redução do que o monarca considerava excessivas regalias das classes privilegiadas. Foi encarcerado no Castelo de Palmela, onde veio a falecer, alegadamente por envenenamento. A sua oração recitada perante o papa Sisto IV em 1481 é o primeiro documento conhecido onde o termo «*lusitanos*» é utilizado para se referir aos portugueses.
 - 5 D. Fernandes de Menezes (Santarém, c. 1420 — Setúbal, agosto de 1484), aristocrata, irmão de D. Garcia de Menezes, bispo de Évora, foi condenado à morte e degolado na praça pública de Setúbal em agosto de 1484, acusado de ser parte de uma conspiração visando assassinar o rei no contexto da política seguida por D. João II para fortalecer o poder real e reduzir as regalias das classes privilegiadas.
 - 6 Em 5 de dezembro de 1496 foi publicado um decreto do rei D. Manuel I que ordenava que até ao fim de outubro de 1497, «*todos os judeus e mouros forros que em nossos reinos houver, se saiam fora deles, sob pena de morte natural, e perder as fazendas para quem os acusar (...) os quais judeus e mouros deixaremos ir livremente com todas suas fazendas e lhes mandaremos pagar quaisquer dívidas que lhes em nossos reinos forem devidas*». Apesar desta norma, a saída foi dificultada, sendo fechados os portos ao seu embarque, excetuando o de Lisboa. Calcula-se que 20 mil judeus se concentraram no porto de Lisboa procurando embarque. O rei ordenou igualmente a conversão forçada, ou seja, o batismo, das crianças judias menores de 14 anos, que foram tiradas aos pais e entregues a famílias cristãs. Houve igualmente conversões forçadas de muitas famílias.
 - 7 Isabel de Aragão e Castela (Dueñas, 2 de outubro de 1470 — Saragoça, 28 de agosto de 1498), filha de Fernando II de Aragão e de Isabel I de Castela, princesa consorte de Portugal pelo casamento com o príncipe D. Afonso e rainha consorte pelo casamento com D. Manuel I.
 - 8 Afonso de Portugal (Lisboa, 18 de maio de 1475 — Almeirim, 13 de julho de 1491), o único filho legítimo e herdeiro de D. João II e de D. Leonor, reis de Portugal. Aos 16 anos de idade, Afonso morreu de uma queda de cavalo ocorrida durante um passeio.
 - 9 Tomás de Torquemada (Torquemada ou Valladolid, 14 de outubro de 1420 — Ávila, 16 de setembro de 1498), frade dominicano, inquisidor-geral espanhol e confessor da rainha Isabel a Católica. Torquemada ficou conhecido pela sua dura campanha contra os judeus e muçulmanos convertidos da Espanha pelo que o seu nome se tornou sinónimo de fanatismo e crueldade ao serviço da religião.
 - 10 William Hickling Prescott (Salem, 4 de maio de 1796 — Boston, 29 de janeiro de 1859), historiador norte-americano especializado na história da América de língua espanhola. Permaneceu nos anos de 1815-1816 em Ponta Delgada, cidade onde vivia o seu avô materno.
 - 11 A frase citada consta da obra de William Hickling Prescott intitulada *History of the Reign of Ferdinand and Isabella, the Catholic, of Spain*, vol. II, p. 452 (London, Richard Bentley, 1838).
 - 12 Por carta de 4 de outubro de 1558 foi ordenada a tomada de empréstimo de 150 mil cruzados, por seis anos, aos cristãos novos das ilhas dos Açores, para cuja execução o rei enviava o doutor Afonso Figueira, do Desembargo do paço, com alçada.

-
- 13 Afonso Figueira (—), provedor e corregedor nos Açores no reinado de D. Sebastião quando D. Catarina de Áustria exercia a regência. Em 1558 lançou uma finta sobre as famílias de ascendência judaica nos Açores, criando um livro de registo, depois usado como base para os fintados e seus descendentes serem considerados cristãos-novos.
- 14 Diogo das Chagas (Santa Cruz das Flores, c. 1584 — Angra, c. 1661), frade franciscano e historiador açoriano, autor da obra *Espelho Cristalino*, uma das principais fontes para o estudo da colonização dos Grupos Central e Ocidental do arquipélago e da Restauração nos Açores após 1640. Concluiu os seus primeiros estudos na cidade de Angra, onde recebeu as ordens menores e, não havendo bispo na Diocese de Angra, partiu para Lisboa, em 1612, para ser ordenado padre. Regressou em 1614, tendo iniciado o estudo de Artes no Colégio da Companhia de Jesus em Angra. Em 1616 matriculou-se no curso de Teologia da Universidade de Coimbra, que concluiu em 1620. Regressou no mesmo ano aos Açores, passando a lecionar Teologia no Convento de São Francisco de Angra. Teve papel determinante na criação da Província Franciscana de São João Evangelista dos Açores (1638) e nos acontecimentos que levaram à Restauração em Angra em março de 1642.

Capítulo XVIII

Camões. Comemoração na ilha Terceira do centenário camoniano. Açorianos que fizeram parte da Comissão Académica de Coimbra, notas biográficas

Foi no reinado de D. Manuel, como já referimos, que teve lugar a gloriosa descoberta do caminho marítimo para a Índia, feito tão audacioso e assinalado, que, decorridos séculos, resplandece brilhantemente.

Depois, há um livro de ouro, a cantá-lo sublimemente por todo o mundo, que não mais se apagará da memória da humanidade.

Esse livro, sacrário precioso, onde em estrofes harmoniosas, patrióticas, arrebatadoras, se encerra a maior das glórias de um povo, que foi a admiração do mundo, chama-se *Lusíadas*; Camões, o imortal vate, o seu autor.

Pois bem, antes de irmos mais além, e como estamos na época, em que viveu o autor de tão brilhante monumento, perpetuador da nossa glória, arquivemos, que a ocasião é própria, o que se fez na *ilha dos amores*, na patriótica ilha Terceira, por ocasião de se comemorar em Portugal o tricentenário do imortal poeta.

Organizava-se em Lisboa a grande comissão, para celebrar o tricentenário de Luís de Camões, o artista eminente da poesia portuguesa, prestando o povo lusitano preito e homenagem ao talento, ao génio transcendente, ao patriotismo do imortal cantor das glórias pátrias, afirmando ao mesmo tempo, por maneira eloquente, a sua nacionalidade.

Apenas, nesta cidade de Angra do Heroísmo, houve conhecimento de tão patriótica resolução, foi logo opinião unânime, os terceirenses tomarem parte condigna na grande festa nacional, aguardando primeiro a receção de notícias minuciosas sobre tão momentoso assunto.

E não podia deixar de tomar parte a ilha Terceira nesta comemoração patriótica, pois que esta ilha entrava no número das descobertas assinaladas, maravilhosas, que o grande vate, em estrofes sublimes, proclamara no seu imortal poema *Os*

Lusíadas; arquivo santo, monumento ingente, precioso, eterno, das nossas passadas façanhas, das nossas assombrosas descobertas e conquistas.

Depois, existia um outro motivo de subido valor, o julgar-se certa, e com razões justificáveis, a passagem de Camões por esta ilha,¹ como em primoroso trabalho mostrou o dr. António Moniz Barreto Corte-Real,² segundo reitor do Liceu de Angra.

Estavam todos nesta disposição, quando a redação do jornal angrense *Os Açores*, recebe, em 3 de maio de 1880, uma carta particular do presidente da grande comissão da imprensa de Lisboa, sr. João Carlos Rodrigues da Costa,³ hoje coronel de artilharia, e que durante muitos anos residiu em Angra do Heroísmo,^a onde era geralmente estimado e considerado, comunicando-lhe a resolução tomada, para aquela patriótica comemoração.

Ao mesmo tempo, autorizava aquela redação, de que era colaborador, a fazer o uso, que entendesse, da mencionada carta.^b

Assim, os jornalistas, António Gil⁴ e José Sampaio,⁵ redatores de *Os Açores*, convocaram os escritores e jornalistas, residentes nesta ilha, a reunirem-se, no dia 13 [de maio], nas casas da Sociedade Instrução e Recreio,⁶ para tratar da comemoração do glorioso centenário do insigne poeta.

Nesta reunião foram apresentados e discutidos vários alvitres, um programa festivo, nomeada uma comissão executiva, proposto o dr. Fernando [Maria de Sousa] Rocha,⁷ distinto terceirense, para representar o distrito de Angra do Heroísmo junto da comissão executiva de Lisboa, e escolhido o jornal *Os Açores* para órgão oficial da comissão.

A comissão executiva ficou composta dos cidadãos Manuel Basílio Coelho Rocha, presidente, representante do jornal mais antigo, *O Angrense*, padre António Augusto Teixeira,⁸ António Gil, dr. Félix José da Costa Sotto Mayor,⁹ Francisco Joaquim Moniz de Bettencourt,¹⁰ João Hermeto Coelho de Amarante,¹¹ dr. José de Azevedo Castelo Branco,¹² cirurgião militar, José Sampaio, Manuel Pinheiro,¹³

a Este ilustrado oficial do Exército Português, casou em Angra com a distinta dama, D. Maria Augusta de Sande, filha do cirurgião-mor, Luís Augusto Pedro de Sande.

b Publicada n'Os Açores, n.º 38, de 13 de maio de 1880.

Mateus Augusto¹⁴ e Alfredo Luís Campos,¹⁵ secretário, representante do jornal mais moderno, *O Heroísmo*.

Como a esta comissão fossem dados plenos poderes para organizar o programa definitivo das festas, e empregar os meios para a sua execução, encetou no dia seguinte os seus trabalhos, fazendo distribuir, no dia 31 de maio, o programa, que passamos a arquivar:

«1.º — No dia 10 de junho, ao toque da alvorada, subirão ao ar girândolas de foguetes nos largos 22 de junho, 11 de agosto de 1829, Praça da Restauração e do monumento de D. Pedro IV. A banda militar e as harmónicas desta cidade romperão nos lugares acima designados percorrendo em seguida as ruas da cidade.

2.º — Às 12 horas do dia será exposto ao público, com as solenidades próprias de tal ato, o busto de Camões, que se achará colocado na janela central dos paços do concelho.

3.º — Em seguida celebrar-se-á, no salão nobre dos paços do município angrense, uma sessão solene, na qual se procederá à leitura e assinatura do auto de homenagem à imorredoura memória do grande cantor das glórias portuguesas. Este auto conservar-se-á patente naquela sala durante este dia, para ser assinado por todos aqueles que, por esta forma, quiserem associar-se a tão justa comemoração.

4.º — Pelas duas horas da tarde será distribuído jantar aos asilos de Infância Desvalida e de Mendicidade e aos presos da cadeia pública.

5.º — À noite será iluminada à veneziana a Praça da Restauração. Os habitantes desta cidade serão convidados a iluminar brilhante e exteriormente as suas habitações.

6.º — Pelas 9 horas da noite terá lugar na sala nobre dos paços do concelho um sarau literário, para o qual serão convidados os representantes da imprensa periódica do distrito, as autoridades, corporações e em geral todos os cidadãos desta cidade.

— Angra do Heroísmo, 31 de maio de 1880.»

*

«A comissão executiva da imprensa deste distrito, encarregada de promover os festejos para a comemoração do tricentenário de Camões nesta cidade, tem a honra de convidar as redações de todos os periódicos deste distrito a publicarem, no dia 10 de junho próximo um número extraordinário exclusivamente consagrado à comemoração deste tricentenário.

A mesma comissão convida por esta forma as senhoras e cavalheiros desta cidade a comparecerem pela hora do meio-dia à sessão solene, que terá lugar nos paços deste concelho, bem como para assistirem ao sarau literário, que no mesmo lugar se deve efetuar na noite de 10 de junho.

São também convidados por este meio todos os cavalheiros, que pretendam tomar parte no sarau, a inscrever os seus nomes, na livraria do sr. António Gil, até ao dia 8 do referido mês de junho.

A comissão pede a todos os moradores desta cidade o obséquio de iluminarem exteriormente as suas habitações na noite do mencionado dia 10 de junho.

Angra do Heroísmo, 31 de maio de 1880. — O presidente da comissão, Manuel Basílio Coelho Rocha.»

A maneira brilhante como este programa foi executado, está descrita nos jornais angrenses, e o ato comemorativo desta festa patriótica foi o seguinte:

«Aos dez dias do mês de junho do ano de mil oitocentos e oitenta, trezentos anos decorridos depois do falecimento de Luís de Camões, no salão nobre dos paços municipais desta cidade de Angra do Heroísmo, reunidos os representantes da imprensa periódica e os escritores públicos deste distrito, várias autoridades civis, militares e religiosas, e grande concorrência de cidadãos, acordaram todos em que se lavrasse este auto, que sirva de eloquente protesto de homenagem ao glorioso cantor dos assinalados feitos dos portugueses.

Considerando Luís de Camões como a primeira glória de Portugal, pelo estro e saber que ostenta no seu grandioso e inimitável poema, os abaixo assinados lhe votam entusiasticamente um preito de admiração e louvor.

Considerando os serviços que ele prestou como bravo soldado português nos areais de África e nos palmares da Ásia, para fazer respeitar o nome de Portugal, votam-lhe os abaixo assinados o seu respeito e gratidão.

Considerando, finalmente, o amor da pátria nunca visto, com que Luís de Camões asselou imorredoiamente as suas ações de soldado e as suas lucubrações de poeta, os abaixo assinados lhe consagram a mais encendrada veneração, proclamando-o às gerações presentes e porvindouras como exemplo e estímulo de amor pátrio e dedicação cívica.

A ilha Terceira, pois, refúgio da independência nacional em 1580 e berço das liberdades pátrias em 1828, tendo ainda a glória de possuir no seu seio as cinzas de Paulo da Gama, irmão do famigerado herói cantado pelo grandioso vate, junta aos brados uníssonos de preito e homenagem com que Portugal inteiro saúda hoje o cantor celebérrimo das suas glórias, um brado entusiástico de veneração pelo poeta, de dedicação pela pátria e de amor pela liberdade.

Este auto, depois de assinado por todas as pessoas presentes, será entregue ao Município Angrense, para ser arquivado na sua biblioteca, e dele se tiraram duas cópias autenticadas por toda comissão da imprensa do distrito, para serem remetidas, uma à grande comissão da imprensa de Lisboa, e outra à biblioteca nacional da mesma cidade para ser guardada na respetiva secção camoniana.

Eu, Alfredo Luís Campos, secretário da comissão executiva da imprensa, o subscrevi e assino. — (Seguem-se as assinaturas).»

Na sessão solene, que teve lugar pelas 8 horas da noite, nos paços municipais, discursaram os cidadãos João Hermeto Coelho de Amarante, dr. José de Azevedo Castelo Branco, dr. Félix José da Costa Sotto Maior e o artista José Maria de Sousa,¹⁶ e recitaram poesias, António Gil e José [Augusto] da Silva Sampaio. Os

jantares aos asilados foram servidos pelos membros da comissão. As iluminações produziram belo efeito.

*

Da comissão camoniana académica de Coimbra, seja-nos permitido, com justo orgulho, arquivar os nomes dos açorianos, que dela fizeram parte, e que hoje ocupam lugar distinto na sociedade portuguesa, da maioria dos quais tivemos, como condiscípulos e amigos nos bancos escolares e do Liceu, a ventura de lhes admirar o talento e as belas qualidades, que tanto os distinguia e distingue.

- Álvaro Pereira de Bettencourt Ataíde,¹⁷ micaelense, aluno do quarto ano de Direito. Foi delegado do procurador régio e hoje é juiz de Direito em Albufeira.
- Eduardo Abreu,¹⁸ terceirense, aluno do 4.º ano de Medicina. Foi a alma das festas camonianas na Universidade. Ainda estudante recebeu o honroso diploma de sócio da Academia Real das Ciências. Foi a Madrid estudar o problema da vacinação colérica, do médico [Jaime] Ferrán,¹⁹ e a Paris a raiva no Instituto Pasteur, sobre o que publicou dois importantes livros. Tomou capelo em 27 de novembro de 1887. Foi eleito deputado pelo distrito de Angra do Heroísmo, em uma legislatura, por Figueiró dos Vinhos em duas, e por Lisboa em três; os seus discursos são importantíssimos. Foi o secretário, a alma, da grande comissão da subscrição nacional. Quando ainda estudante, fez parte da comissão delegada pela Academia de Coimbra, para a representar no bicentenário do afamado poeta Calderón de la Barca,²⁰ e pronunciou brilhantes discursos na sala académica da Universidade Central [de Madrid], e na sessão solene da Academia Jurídica; pediu e obteve de Afonso XII o indulto de um português, condenado à morte na Corunha. A festa solene, que ele promoveu, conjuntamente com os seus colegas da Faculdade de Medicina, em 1883, em consagração ao benemérito da ciência, o professor Costa Simões,²¹ está superiormente arquivada, no valioso *Liber Memorialis*,²² que Eduardo Abreu publicou. Foi médico do Hospital de Angra do Heroísmo, e guarda-mor de saúde deste distrito, e em julho de 1885 foi nomeado médico extraordinário do Hospital de São José. Além dos livros a que nos

referimos, há outro de subido valor, que o dr. Eduardo Abreu escreveu e publicou.

- Jacinto Cândido da Silva,²³ terceirense, aluno do quarto ano de Direito, secretario da comissão. Foi professor do Liceu de Angra do Heroísmo, advogado em Angra e atualmente em Lisboa. Conselheiro de distrito em Angra, foi nessa qualidade governador civil. Deputado em várias legislaturas pelo círculo de Angra e Velas, alcançou os justos foros de parlamentar distinto e orador eloquente. Foi chefe de repartição no Ministério da Marinha; foi ajudante do Procurador-Geral da Coroa; e é vogal do Tribunal de Contas. Foi Ministro da Marinha e Ultramar, no que se houve por maneira superior, merecendo dos amigos e adversários os mais rasgados elogios, prestando todos justiça ao seu elevado talento e culta inteligência. É par do reino.
- João Torquato Coelho Rocha,²⁴ terceirense, aluno do quarto ano de Direito. Foi administrador do concelho da Praia da Vitória, amanuense e segundo oficial governo civil de Angra do Heroísmo, secretário-geral do distrito da Horta e atualmente em Angra. Foi professor provisório de legislação e grego no Liceu de Angra e hoje é professor contratado de alemão no mesmo Liceu e advogado em Angra.
- João de Mendonça Pacheco de Melo,²⁵ graciosense, aluno do terceiro ano de Matemática. Engenheiro civil. Foi diretor das Obras Públicas do distrito de Angra do Heroísmo; é atualmente agente do Banco de Portugal no mesmo distrito. Foi presidente da comissão administrativa da Junta Geral do distrito de Angra,²⁶ e como tal inaugurou a oficina de serralharia e aula de labores da Escola de Desenho Industrial; é atualmente o presidente da mencionada Junta Geral.
- Gabriel Samora Moniz Júnior,²⁷ faialense, aluno terceiro ano de Direito. Foi administrador do concelho da Horta, delegado do Procurador Régio nas Flores e juiz do Tribunal Administrativo de Angra do Heroísmo, juiz das execuções fiscais no Funchal e em Ponta Delgada, e auditor em Angra. Foi juiz de direito da vila da Praia da Vitória, e atualmente em Vila Franca de Campo, São Miguel.

O *Archivo dos Açores* apresenta valiosos subsídios para a *Bibliografia Camoniana dos Açores*.

Os jornais do distrito de Angra, que foram os dos Açores que então lemos, publicaram bem elaborados e patrióticos artigos, que sentimos não poder arquivar.

- 1 Embora sem base documental e com recurso a interpretações assaz fantasiosas do texto camoniano, têm sido vários os autores que especularam sobre uma passagem de Camões por Angra no seu regresso do Oriente e tentaram estabelecer uma relação entre a «*ilha dos amores*» do canto IX de *Os Lusíadas* e a ilha Terceira. A obra mais conhecida sobre esta temática deve-se a Gervásio Lima (cf.: Gervásio Lima, *A ilha dos amores: a Terceira no canto IX dos Lusíadas - (a ilha cantada por Camões)* [com uma carta-prefácio de Vitorino Nemésio]. Angra do Heroísmo, Tipografia Insulana Editora, 1926).
- 2 António Moniz Barreto Corte-Real (Angra, 8 de dezembro de 1804 — Angra do Heroísmo, 23 de setembro de 1888), professor liceal, jornalista e escritor. Exerceu relevantes funções políticas. Foi considerado uma das mais interessantes e celebradas figuras da intelectualidade açoriana da primeira metade do século XIX, pedagogo, escritor e árbitro de elegâncias literárias. É também justamente considerado o precursor da etnografia açoriana pelo seu estudo sobre as festas do Espírito Santo na Terceira que publicou em *O Anunciador da Terceira*, n.ºs 5-12, 1842.
- 3 João Carlos Rodrigues da Costa (Lisboa, 7 de setembro de 1843 — Lisboa, 11 de maio de 1917), oficial do Exército, onde atingiu o posto de general-de-divisão, e intelectual que se distinguiu como jornalista e bibliófilo. Casou em Angra com Maria Augusta de Sande, filha do cirurgião-mor Luís Augusto Pedro de Sande.
- 4 António Gil da Silveira Machado Bettencourt (Praia da Graciosa, 3 de junho de 1846 — Angra do Heroísmo, 3 de julho de 1883), mais conhecido por António Gil, escritor, poeta e bibliófilo. Pugna pela independência dos Açores sob protetorado dos Estados Unidos da América.
- 5 José Augusto da Silva Sampaio (Angra do Heroísmo, 28 de fevereiro de 1852 — Angra do Heroísmo, 6 de fevereiro de 1914), mais conhecido por José Sampaio, jornalista, poeta e professor liceal. Publicou uma obra diversificada que inclui, entre outros géneros, poesia, biografia e escritos técnicos sobre matéria alfandegária. Colaborou em múltiplos periódicos terceirenses, tendo sido fundador e editor de vários deles.
- 6 Sociedade Filarmónica de Instrução e Recreio dos Artistas, fundada a 16 de julho de 1877. O termo «*artistas*» que consta do nome referia-se à época ao operariado urbano, especialmente os profissionais da construção civil, referidos como a «*classe dos artistas*».
- 7 Fernando Maria de Sousa Rocha (Angra do Heroísmo, 6 de janeiro de 1841 — São Roque do Pico, 9 de outubro de 1892), advogado e magistrado judicial que exerceu funções políticas. Bacharel em Direito e Filosofia pela Universidade de Coimbra em 1866, foi advogado em Angra do Heroísmo, onde foi vereador. Foi magistrado judicial em várias comarcas. Foi amigo próximo de Antero de Quental, que o visitou em Angra. Era considerado um extraordinário orador, tendo sido memorável a sua intervenção nas festas liberais de 22 de junho de 1877. Suicidou-se em São Roque do Pico (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, pp. 416-417).
- 8 António Augusto Teixeira (Lebução (Vale Passos), 13 de novembro de 1858 — Bragança, c. 1920), presbítero e jornalista, capelão militar em Angra do Heroísmo e Viana do Castelo. Foi professor da Escola Normal de Angra do Heroísmo e professor provisório do Liceu da mesma cidade. Foi diretor político do jornal *A Terceira*. Considerado um orador eloquente, teve papel político relevante no Distrito de Bragança durante a I República, sendo eleito senador.
- 9 Félix José da Costa Sotto Mayor (Angra do Heroísmo, 16 de fevereiro de 1853 — Ponta Delgada, 9 de junho de 1927), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1879), advogado e conservador privativo do registo predial na Praia da Vitória e em Ponta Delgada. Foi professor e reitor do Liceu Nacional de Ponta Delgada. Dedicou-se ao jornalismo.
- 10 Francisco Joaquim Moniz de Bettencourt (Praia da Vitória, 8 de dezembro de 1847 — Évora, 9 de setembro de 1905), mais conhecido pelo pseudónimo *Mendo Bem*, bibliófilo, filantropo, poeta e jornalista. Publicou uma vasta obra poética de carácter impressionista e deixou dispersos na imprensa lusófona da época inúmeros trabalhos jornalísticos, na maior parte crónicas. A sua rica biblioteca constituiu o núcleo inicial da Biblioteca Municipal de Angra do Heroísmo, hoje integrada na Biblioteca e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro.
- 11 João Hermeto Coelho de Amarante (Santa Cruz da Graciosa, 28 de agosto de 1820 — no mar ao largo da Terceira, 12 de agosto de 1893), professor liceal, jornalista e escritor que se destacou no campo da poesia.
- 12 José de Azevedo Castelo Branco (Vilarinho de Samardã, 5 de outubro de 1852 — Lisboa, 24 de março de 1923), médico-cirurgião do Exército, político, escritor e poeta. Irmão do escritor Camilo Castelo Branco. Foi deputado, governador civil do Funchal e de Lisboa, par do reino e ministro. Foi embaixador de Portugal na China.

-
- 13 Manuel Pinheiro (Angra do Heroísmo, 30 de julho de 1853 — Porto, 1906), funcionário superior das alfândegas, jornalista e escritor. Foi administrador dos concelhos da Praia da Vitória e de Santa Cruz da Graciosa e diretor da alfândega de Angra do Heroísmo e depois das alfândegas dos Açores e do Porto. Começou a sua carreira jornalística no jornal *A Independência*, passando, depois, para *O Angrense*, com colaboração dispersa por outros jornais. Escreveu parte dos 5.º e 6.º volumes das *Épocas Memoráveis da ilha Terceira*, que estavam incompletas pelo falecimento de seu pai, o historiador José Joaquim Pinheiro.
- 14 Mateus Augusto (— a. 1902), continental radicado na Terceira, foi jornalista e publicista em Angra. Com grande escândalo dos católicos liderou, no ano de 1874, a iniciativa de representar em Angra a peça *Os Lazaristas*, dama em três atos, de António Enes, representado pela primeira vez no Teatro do Ginásio, a 17 de abril de 1875, integrável na corrente anticongreganista que ao tempo se desenvolvia em Portugal. Foi depois diretor do «*Diário da Terceira*» (1878), o qual, com «*O Chicote*», «*O Protesto*», «*A Ronda*», «*A Sentinela*» e «*O Atleta*», para além dos jornais humorísticos «*A Borboleta*» e «*A Escova*», desenvolveram uma campanha tenaz contra o bispo diocesano e a própria Igreja. Foi fundador da primeira biblioteca popular de Angra do Heroísmo, inaugurada a 17 de dezembro de 1871 no Club Popular Angrense.
- 15 Alfredo Luís Campos (Angra do Heroísmo, 19 de março de 1856 — Angra do Heroísmo, a 13 de janeiro de 1931), o autor desta obra, foi professor do curso de Português anexo à Escola de Desenho Industrial do Distrito de Angra, jornalista, escritor e um ativo dinamizador cultural. Filho natural de Frederico Ferreira Campos, um importante comerciante e político angrense de origem lisboeta, inicialmente registado como filho de pais incógnitos, foi reconhecido pela mãe em 1859. Publicou a *Memória da Visita Régia à Ilha Terceira*, para além de várias peças para teatro (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IV, p. 433).
- 16 José Maria de Sousa (1838 — Angra do Heroísmo, c. 1900), jorgense, alfaiate, dedicou-se ao jornalismo e à política, sendo militante destacado do Partido Progressista.
- 17 Álvaro Pereira de Bettencourt Ataíde (Vila Franca do Campo, c. 1860 — Lisboa, c. 1920) bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, magistrado judicial. Terminou a carreira como Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. Foi cantor amador nos seus tempos de estudante (cf.: M. Emygdio da Silva, *S. Miguel em 1893. Cousas e Pessoas : Cartas reproduzidas do Diário de Notícias de Lisboa*, p. 59. Ponta Delgada, 1893).
- 18 Eduardo Augusto da Rocha Abreu (Angra do Heroísmo, 8 de abril de 1856 — Braga, 4 de fevereiro de 1912), médico e político com uma carreira inicialmente ligada ao Partido Progressista, tendo posteriormente aderido ao movimento republicano. Teve papel relevante na implantação do regime republicano em Portugal. Foi sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e médico do Hospital de São José de Lisboa. Foi deputado às Cortes pelo círculo uninominal de Figueiró dos Vinhos (1887) e pelo círculo plurinominal de Angra do Heroísmo (1890), em ambos os casos nas listas do Partido Progressista, e pelo círculo plurinominal de Lisboa (1892 e 1894), pelo Partido Republicano. Após a implantação do regime republicano, foi deputado à Assembleia Constituinte de 1911 e senador da República eleito pelo círculo de Angra do Heroísmo.
- 19 Jaume Ferran i Clua (Corbera de Ebro, 1 de fevereiro de 1851 — Barcelona, 22 de novembro de 1929), médico bacteriologista catalão, pioneiro na produção de vacinas. Produziu uma vacina contra a cólera e vacinas contra o tifo e a tuberculose.
- 20 Pedro Calderón de la Barca (Madrid, 17 de janeiro de 1600 — Madrid, 25 de maio de 1681), dramaturgo e poeta reconhecido como um dos mais insígnies literatos barrocos do Siglo de Oro espanhol, em especial pela sua obra teatral.
- 21 António Augusto da Costa Simões (Vacariça (Mealhada), 23 de agosto de 1819 — Mealhada, 26 de novembro de 1903), professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e político, que se distinguiu no campo da histologia e da fisiologia geral.
- 22 Eduardo Abreu (editor), *Solemidade academica em honra do professor Costa Simões: liber memorialis*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1883.
- 23 Jacinto Cândido da Silva (Angra do Heroísmo, 30 de novembro de 1857 — Lisboa, 26 de fevereiro de 1926), mais conhecido por Jacinto Cândido, jurista, magistrado e político, que se distinguiu como Ministro da Marinha e Ultramar, cargo no qual criou a única força naval relevante de que Portugal dispôs nos últimos séculos. Foi o fundador e líder do Partido Nacionalista.
- 24 João Torquato Coelho Rocha (Angra do Heroísmo, 19 de abril de 1856 — Angra do Heroísmo, 23 de julho de 1938), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1881), advogado e professor liceal. Administrador do concelho da Praia da Vitória, foi secretário-geral do governo civil do Distrito de Angra do Heroísmo, servindo como governador civil em algumas ocasiões (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, p. 288).
- 25 João de Mendonça Pacheco de Melo (Santa Cruz da Graciosa, 27 de janeiro de 1857 — Belas, Sintra, 27 de janeiro de 1931), engenheiro civil que, entre outras funções de relevo, foi diretor de Obras Públicas de Angra, presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo e presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Foi dirigente distrital do Partido Regenerador.
- 26 Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, que a partir da autonomia administrativa do distrito, concedida pelo decreto de 6 de outubro de 1898, passou a designar-se Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, foi um órgão da administração distrital com origem na reforma administrativa de 1832, liderada por Mouzinho da Silveira. Inicialmente era uma junta formada por cidadãos da confiança dos povos, e por eles eleitos, para promover os seus interesses, vigiar o emprego dos cabedais públicos que aos magistrados administrativos eram confiados. A junta Geral funcionava inicialmente junto do prefeito de cada província e, depois, junto do governador civil de cada distrito. A Junta Geral era formada por procuradores eleitos pelos Municípios, em número que foi variando consoante os códigos administrativos que foram vigorando. Também as competências foram evoluindo, passando da inicial mera fiscalização e consulta para um crescente acervo

de funções administrativas, de fomento económico, de obras públicas e de tutela sobre o poder local do distrito. As juntas gerais foram extintas pelo Decreto de 6 de agosto de 1892, criando-se em seu lugar Comissões Distritais, eleitas por delegados das Câmaras em cada distrito e com reduzidas atribuições, sem receitas nem património. Era um grande retrocesso na descentralização administrativa e voltava-se à tutela do governador civil ou à tutela direta do governo anterior aos códigos de 1878 e 1886. Nos Açores, esta extinção foi mitigada, pois o Decreto de 2 de março de 1895 veio permitir a criação de Juntas Gerais Autónomas nos distritos açorianos que o solicitassem nas condições estabelecidas por aquele diploma. Fizeram-no os distritos de Ponta Delgada (1896) e de Angra do Heroísmo (1898), mas não o fez o distrito da Horta. Esta diferenciação manteve-se até à aplicação do Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes, de 1940, que uniformizou a administração insular. A Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, com competências e quadro de pessoal progressivamente alargados, manteve-se em funcionamento até 1976, sendo um dos embriões do Governo Regional dos Açores.

- 27 Gabriel Samora Moniz Júnior (Horta, 26 de junho de 1858 — Angra do Heroísmo, 24 de junho de 1912), com o apelido frequentemente grafado Muniz, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra (1882), administrador do concelho da Horta (1886) e depois magistrado judicial. Sócio fundador do Grémio Literário Artista Faialense. Faleceu no cargo de juiz de Direito de Angra do Heroísmo.

Capítulo XIX

D. Manuel e D. João III. A Inquisição. Os jesuítas

O eminente historiador Alexandre Herculano¹ referindo-se à Vila Nova de Gibraltar,² a *comuna dos judeus*, às conversões violentas e às perseguições cruéis de que os cristãos-novos foram vítimas, escreve, no *Panorama*,³ volume VII, entre muitas e judiciosas considerações o seguinte:

«Um fenómeno por certo singular nos apresenta a história antiga de Portugal. Na larga série de leis, de artigos de cortes, de factos públicos até aos fins do século XV, a crença viva de nossos avós se limita sempre dentro dos termos daquela intolerância legítima, que a verdade não pode deixar de ter para com o erro. O Cristianismo proclama-se aí franca e energicamente a única religião verdadeira; o cristão julga-se um homem de condição superior ao judeu. O povo vigia, até, com ciúme, que o israelita conserve sempre no traje um distintivo da sua raça réproba, das suas doutrinas erradas. Mas a intolerância acaba nesse ponto: não se imagina ainda que o desterro, os tratos do potro, e o cheiro da carne humana queimada subindo da fogueira expiatória sejam sacrifícios agradáveis a Deus. Na gente judaica, havia mais, por assim dizer, um carácter de triste fatalidade pesando sobre uma raça, condenada pelo seu pecado original do Deicídio, que a de uma raça maldita por crimes próprios. — Os judeus como testemunhas da morte de Jesus Cristo, devem ser defendidos, só porque são homens. — Estas palavras de D. Afonso II⁴ resumem o pensamento da Idade Média acerca deles.

[...]

O século XVI, que era erudito, que traduzia Cícero e Ovídio e imitava Horácio; o século da civilização, das conquistas, de todas as grandezas, cuspiu nas faces da Idade Média, que jazia morta a seus pés, o epíteto de bárbara! E D. Manuel, o culto e venturoso monarca do Oceano, esquecia-se do que não esquecera o seu rude e obscuro avó D. Afonso II; esquecia-se de que os israelitas estavam condenados pelo Rei da Eternidade, a

vaguearem perpetuamente na terra «como testemunhas da morte de Jesus Cristo!».^a

D. Manuel, porém, nos últimos anos do seu reinado, e conhecendo o grande erro cometido, na perseguição feita aos Judeus e aos Moiros, tornou-se tolerante, e os cristãos-novos viviam mais desafogadamente.

Falecendo D. Manuel, em dezembro de 1521, sucedeu-lhe seu filho D. João, a quem estava reservado o dar princípio à obra destruidora da grandeza de Portugal, que no reinado de seu pai havia atingido o mais elevado grau.

Segundo a opinião dos cronistas e historiadores, não possuindo D. João III o talento nem os predicados necessários para seguir o glorioso caminho dos reis seus antecessores, entregou-se, pelo fanatismo, que o dominava, nas mãos fradescas.

«Fosse resultado do curto engenho e da ignorância, fosse vício da educação, D. João III era um fanático. A intolerância do seu reinado, embora favorecida por diversos incentivos, deve-se, em nossa opinião, ao carácter e inclinação do chefe do Estado.»^b

O estabelecimento da Inquisição, em Portugal, por ele solicitado, muito em segredo, ao papa Clemente VII,⁵ isto enquanto traiçoeira e covardemente se sindicava do viver íntimo dos cristãos novos, que eram perseguidos desapiedadamente, *«contra o que se revoltaram D. Fernando Coutinho,⁶ bispo de Silves, e D. Diogo Pinheiro,⁷ bispo do Funchal, mostrando-se indignados com esta intolerância contrária ao espírito do cristianismo, e com esta infame quebra das mais solenes promessas»*,^c foi mais do que suficiente, para que a história o anatematizasse.

Não querendo envolver-nos em referências às lutas religiosas, que nesta época estavam terrivelmente agitadas na Europa, ponhamos de parte o Concílio de Trento,⁸ a Reforma,⁹ Lutero¹⁰ e Calvino,¹¹ Leão X e Carlos V, que tão notáveis nelas se tornaram; deixemos entregues à história os abusos e a corrupção do

a Alexandre Herculano, [«Uma Vila-Nova Antiga», in *O Panorama*, 2.ª série, vol. II (1843), pp. 403-404].

b Alexandre Herculano, [*História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, tomo I, p. 205. Lisboa, Livraria Bertrand, 11.ª edição].

c Pinheiro Chagas, *História de Portugal*, vol. V., p. 153.

clero, que foram um dos maiores contingentes, para que essas lutas tivessem lugar; nada de falarmos nos atos sanguinários, praticados por Carlos V, até à Holanda, com o tribunal de sangue,¹² nem tão pouco na Saint-Barthélemy¹³ em França, e em tudo o mais que se passou na Guerra dos Trinta Anos;¹⁴ mas arquivemos, para seguimento da nossa narrativa, que o fanático D. João III, casando com D. Catarina,¹⁵ irmã de Carlos V, e irmã da rainha D. Leonor,¹⁶ viúva de D. Manuel, e assim madrastra de D. João III, por quem este estivera altamente apaixonado, reatou os relações internacionais, e seguiu a política intolerante da Espanha.

O estabelecimento da Inquisição em Portugal, por bula de 23 de maio de 1536, não foi mais do que, o querer D. João III seguir as pisadas da política em Espanha, onde a Inquisição, cinquenta e cinco anos antes estava estabelecida, e D. João II e D. Manuel, que o antecederam, nunca trataram de montar em Portugal uma tão cruel e perseguidora instituição.

Mas, *«os dois países vizinhos estavam ligados pela tradição religiosa, como os seus reis estavam ligados pelos laços da família. Um arrastava o outro.»*^d Infelizmente neste arrastar, a vítima foi Portugal.

Como o Piedoso D. João III, no seu zelo fanático, não pôde ser inquisidor-mor, no que teria grande gosto em o ser, se o cargo fosse de príncipe secular, segundo escrevia ao seu embaixador em Roma, foi, em 1539, nomeado inquisidor-mor, seu irmão o cardeal D. Henrique, ficando assim tão humanitário cargo na família; *«e em 1540 começaram os autos de fé, com a assistência da família real, em que a península hispânica estava representada, na rainha D. Catarina de Áustria.»*^e

«No século XVI não primava pela delicadeza o gosto da corte em Portugal. Certas grosserias, chufas e obscenidades não eram mal-aceites pelas damas desta época. Bobos e truões, momices, escárnios e arremedilhos, não eram então menos apreciados do que músicas, cantos e danças; levando, porém, a palma a todos os divertimentos, as funções religiosas

d Alberto Pimentel, *História de Portugal*, vol. III, p. 305. [Empreza Litteraria de Lisboa, 1877].

e Alberto Pimentel, *História de Portugal*, vol. III.

na sua pompa externa, despertando os autos de fé o maior entusiasmo em todas as classes; o primeiro verificou-se em Lisboa, no sítio da Ribeira, defronte do Terreiro do Trigo, sendo penitenciadas vinte e três pessoas; assistiu a família real.

Um luxo desenfreado tinha invadido todas as classes, acompanhado do terrível vício do jogo; nas massas populares as práticas mais supersticiosas eram tidas por atos religiosos, e a mais obscura credulidade entretinha a especulação da grande e da pequena bruxaria. Por vezes os governos tentaram, mas em vão, reprimir os excessos do luxo e as práticas da feitiçaria; o jovem rei D. Sebastião, pela lei de 28 de abril de 1570,^f tentando pôr freio ao excessivo luxo, teve a ingenuidade de até querer limitar o número de pratos nos jantares das famílias!

Apesar das absurdas disposições das leis opressivas, o luxo continuou do mesmo modo. A indolência começou também a arreigar-se nos hábitos populares; muitos trabalhos eram abandonados aos estrangeiros e aos escravos; Portugal havia largamente aproveitado a autorização dada pelo papa Nicolau V, em 1455, para fazer escravos os pagãos, brancos e negros, e assim, em 1535, havia em Lisboa quase tantos escravo como homens livres.»^g

Os domínios da coroa portuguesa, que nesta época tinham alcançado uma vastidão imensa, podiam competir na vastidão de território com a coroa de Castela:

«Rivalizava a monarquia de Portugal com a de Castela em extensão de território. Carlos V, que então vivia, era não só imperador da Áustria, rei de Castela, Navarra e Aragão, mas estendia também o seu poder a uma parte da Itália, a outra da França, aos Países Baixos, e, como se isto ainda fosse pouco, o cetro castelhano avassalava também uma porção da África, da América e da Oceânia.»^h

f Francisco Corrêa, *Leis de D. Sebastião*, vol. I, pp. 99 a 107.

g Vicente Ferrer, «Elogio histórico de Alexandre Herculano», publicado no *Jornal do Comércio*, de 29 de maio de 1878.

h Alberto Pimentel, *História de Portugal*, vol. III, p. 362.

A depravação de costumes continental havia-se estendido aos vastíssimos domínios d'além mar. As riquezas fabulosas, vindas do Oriente, desapareciam na voragem dos desperdícios e em presentes ao papa.

Assim, no meio de tanta depravação, e por entre os clarões sinistros dos autos de fé, destruidores das vítimas que a Inquisição haviam condenado, abusando do nome da religião santa de Jesus Cristo, caminhava a nacionalidade portuguesa para a cova, que o inquisidor cardeal lhe havia de abrir.

D. João III falecia em 11 de junho de 1557, *«desaparecia da cena do mundo em que representou triste papel, e foi dormir o grande sono para o colossal Mosteiro dos Jerónimos, acompanhado simplesmente pelas pompas oficiais, que não pela dor nacional, deixando apenas ao seu povo como que uma doce sensação de alívio, ao seu sucessor um país arruinado, desmoralizado e decadente, à história um nome odiado e repugnante»*.ⁱ

Dos seus dez filhos nenhum lhe sobreviveu. O último que faleceu, três anos antes de seu pai, foi o príncipe D. João, *«deixando no ventre da sua viúva, aquele que a fatalidade destinara, para matar consigo a independência de Portugal, nos campos de Alcácer Quibir»*.^j

Foi D. Sebastião, que a princesa D. Joana¹⁷ deu à luz em 20 de janeiro de 1554.

O que se passou de intrigas jesuíticas, as lutas que se deram entre a irmã de Carlos V, D. Catarina de Áustria, política hábil e inteligente, e o cardeal D. Henrique, para a regência do reino, não cabe referir nos limites desta memória.

Di-lo a história com inteira verdade, narrando minuciosamente os atos vergonhosos, as perseguições odientas praticadas pela Companhia de Jesus, nesta época tristíssima para a pátria portuguesa.

Nada, porém, de nos envolvermos em tanta miséria, e vejamos, com mágoa, cercado pelos fantasmas sinistros da seita jesuítica, o trono onde se havia assentado o querido do povo, o grande Mestre de Avis, tendo ao seu lado a virtuosa esposa, a rainha D. Filipa,¹⁸ mãe de príncipes que tanto honraram a

i Delfim de Almeida e Gervásio Lobato, *História de Portugal*, vol. IV. [Empreza Litteraria de Lisboa, 1877].

j *Idem, idem*.

pátria; e a caminhar para esse trono, iluminado lugubremente pelas fogueiras da Inquisição, um padre decrépito, com rubras vestes, conduzindo pela mão uma pobre criança, educada e dominada pela odiada seita.

A criança é a infeliz vítima, que tem de ser sacrificada às ambições da Companhia de Jesus, e terá por sepultura ignorada uma parte da terra, onde os seus antecessores tanto engrandeceram a pátria; depois o velho cardeal completará a sua obra destruidora.

Não terá o cardeal-rei a honra de desempenhar um ato da sua missão de padre, entoando um *De profundis*; ¹⁹ abrirá uma cova, será o coveiro de uma nacionalidade, e os sinistros jesuítas verão satisfeitas as suas ambições de insaciável predomínio. O castigo, porém, chegará em dia próprio, é questão de tempo.

Com a hábil e inteligente regência de D. Catarina, os triunfos portugueses no Oriente e Brasil, foram ainda brilhantes, mas eram os últimos lampejos do grandioso facho, segundo a opinião de todos os historiadores, que D. João I acendera, em 14 de agosto de 1385, em Aljubarrota, e que, durante quase dois séculos, havia fulgurantemente iluminado o mundo, apresentando sempre a nação portuguesa na vanguarda da civilização, pelos seus feitos heroicos, pelas suas assombrosas descobertas e conquistas.

Os importantes e curiosíssimos apontamentos, com muitas propostas e pedidos apresentados pelo povo às Cortes em 1562, que a história refere, «*pintam eloquentemente o estado social e económico do reino, e aspirações, desgostos e sofrimentos do povo no meio dessa devassidão fidalga e fanatismo imbecil, que o havia de levar à sua ruína*».

Que os nossos leitores os leiam e estudem atentamente, que neles verão quão nefastos já eram naquela época os mosteiros e a Companhia de Jesus.

1 Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo (Lisboa, 28 de março de 1810 — Quinta de Vale de Lobos, Azoia de Baixo, 13 de setembro de 1877), escritor, historiador, jornalista e poeta do romantismo. Esteve na ilha Terceira integrado no Regimento dos Voluntários da Rainha, integrando as forças liberais que protagonizaram o Desembarque do Mindelo.

2 A existência em Lisboa de uma judiaria, que se chamaria Vila Nova de Gibraltar, assenta numa referência incluída por frei José Pereira de Sant'Ana na sua *História dos Carmelitas [...]*, publicada em 1745. Alexandre Herculano amplifica aquela curta referência, criando um mito em torno da existência de uma comunidade judaica em Lisboa num bairro com esse nome, algo que a moderna investigação histórica não comprova (cf.: A. Vieira da Silva, «A Lenda de Vila Nova de Gibraltar», in *Elucidário Nobiliárquico - Revista de História e de*

Arte, vol. II (1929), n.º 9 (setembro), pp. 292-294).

- 3 «*O Panorama: jornal literário e instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*» foi um periódico, inicialmente dirigido por Alexandre Herculano, que se editou em Lisboa no período 1837 a 1868. Criado à imagem do londrino «*The Penny Magazine of the Society for the Diffusion of Useful Knowledge*» teve a sua primeira edição a 6 de maio de 1837, suspendendo-se a primeira série em 1844, sendo a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis dissolvida em 1845. A publicação foi retomada, sob a responsabilidade de outras entidades, cessando definitivamente em 1868.
- 4 Afonso II (Coimbra, 23 de abril de 1185 — Coimbra, 25 de março de 1223), apelidado de *o Gordo*, foi o terceiro rei de Portugal, no trono de 1211 até sua morte.
- 5 Clemente VII (Florença, 26 de maio de 1478 — Roma, 25 de setembro de 1534), nascido Giulio di Giuliano de Médici, foi papa de 19 de novembro de 1523 até à sua morte. O seu reinado foi marcado por uma rápida sucessão de lutas políticas, militares e religiosas.
- 6 Fernando Coutinho (Montemor-o-Velho, c. 1465 — Silves, 16 de maio de 1538), bispo de Lamego e depois de Silves. Escritor e intelectual de relevo. Integrou a embaixada enviada em 1493 a Roma para negociar com o papa Alexandre VI soluções para as contendas entre as coroas ibéricas. Essas negociações levaram à assinatura do Tratado de Tordesilhas em 1494.
- 7 Diogo Pinheiro (Barcelos, c. 1437 — Tomar, julho de 1526), ou Diogo Pinheiro Lobo, doutor *in utroque jure*. Entre várias funções de relevo, foi desembargador do Paço e Petições e vigário-geral da Ordem de Cristo em Tomar. Foi o 1.º bispo do Funchal, diocese que governou de 1514 até falecer. Nesse período os Açores estavam incluídos naquela diocese. Foi pai de D. Rodrigo Gomes Pinheiro, o 2.º bispo de Angra.
- 8 O Concílio de Trento, reunido naquela cidade de 13 de dezembro de 1545 a 4 de dezembro de 1563, foi o 19.º concílio ecuménico da Igreja Católica. Foi convocado pelo papa Paulo III para assegurar a unidade da fé e a disciplina eclesiástica católica em reação à Reforma Protestante, razão pela qual é denominado Concílio da Contrarreforma.
- 9 Reforma Protestante, ou Reforma Europeia, movimento reformador do cristianismo ocidental na Europa do século XVI. Representou um desafio religioso e político para a Igreja Católica, em particular para a autoridade papal, decorrente do que eram percebidos como os erros, abusos e discrepâncias cometidos pela Igreja. A Reforma marca o início do protestantismo, sendo um dos eventos que assinalam o início do período moderno na Europa.
- 10 Martin Luther (Eisleben, 10 de novembro de 1483 — Eisleben, 18 de fevereiro de 1546), frade agostiniano e professor de Teologia. Foi uma das figuras centrais da Reforma Protestante e fundador do moderno luteranismo. A sua tradução da Bíblia para alemão influenciou decisivamente o desenvolvimento daquele idioma.
- 11 Jean Calvin (Noyon, 10 de julho de 1509 — Genebra, 27 de maio de 1564), nascido Jehan Cauvin, teólogo, líder religioso e escritor. Considerado como um dos principais líderes da Reforma Protestante, em particular na França. As ideias de Calvino tiveram uma grande influência não apenas sobre a teologia cristã, mas também sobre a vida social, a política e até mesmo sobre o sistema económico de diversos países, sendo amplamente consideradas como tendo forte impacto na formação do mundo moderno.
- 12 *Tribunal de Sangue* é o nome pelo qual ficou conhecido o *Conselho dos Tumultos*, um tribunal de exceção instituído em 1570 pelo duque de Alba nos Países Baixos Espanhóis para punir os culpados de sedição ou de heresia por adesão ao protestantismo. Nos anos de 1570 a 1572 em que funcionou terá levado à execução de mais de uma dezena de milhar de acusados.
- 13 O massacre da noite de São Bartolomeu, um episódio da repressão ao protestantismo, instigado pela Corte católica francesa, que gerou motins que se iniciaram em Paris na noite de 23 para 24 de agosto de 1572, o dia de São Bartolomeu. Estima-se que entre 5 000 e 30 000 pessoas tenham sido assassinadas durante esses eventos.
- 14 Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) é a denominação genérica de uma série de conflitos bélicos que diversas nações europeias travaram entre si a partir de 1618, especialmente no território da atual Alemanha. Os conflitos tiveram motivos variados: rivalidades religiosas, dinásticas, territoriais e comerciais. No cômputo global, foi um dos maiores e mais destrutivos conflitos da história europeia, deixando um saldo de mais de oito milhões de mortos.
- 15 Catarina de Áustria (Torquemada, 14 de janeiro de 1507 — Lisboa, 6 de fevereiro de 1578), ou Catarina de Habsburgo, arquiduquesa da Áustria, infanta de Espanha e rainha de Portugal como esposa de D. João III.
- 16 Leonor de Áustria (Lovaina, 15 de novembro de 1498 — Talavera la Real, 25 de fevereiro de 1558), esposa do rei D. Manuel I, e rainha consorte de Portugal e Algarves de 1518 até 1521. Foi também esposa do rei Francisco I, e rainha consorte da França e Navarra, de 1530 até 1547.
- 17 Joana de Áustria (Madrid, 24 de junho de 1535 — El Escorial, 7 de setembro de 1573), também conhecida por Joana de Habsburgo ou Juana de Austria, infanta de Espanha, arquiduquesa de Áustria e princesa consorte de Portugal, quarta filha do casamento do imperador Carlos V com Isabel de Portugal. Casou com D. João Manuel, príncipe herdeiro de Portugal, e foi mãe do rei D. Sebastião.
- 18 Filipa de Lencastre (Leicester, março de 1360 — Odivelas, 19 de julho de 1415), em inglês Philippa of Lancaster, princesa inglesa da Casa de Lencastre. Tornou-se rainha consorte de Portugal pelo casamento com o rei D. João I, celebrado em 1387 na cidade do Porto, e acordado no âmbito da Aliança Luso-Inglesa contra o eixo França-Castela.
- 19 *De profundis* (*Das profundezas*) é um salmo frequentemente entoado nas cerimónias fúnebres e no ofício dos

mortos. O nome é uma referência ao Salmo 130 (129 na *Vulgata*), assim conhecido por serem essas as palavras iniciais da versão latina daquele salmo.

Capítulo XX

D. Sebastião. O cardeal D. Henrique

A regência, de seis anos, do cardeal D. Henrique, foi o que determinaram os jesuítas.

A nota que o cardeal deu a D. Sebastião, quando aos quatorze anos de idade lhe foi reconhecida a maioridade, demonstra altamente em tudo, que só se tratou do engrandecimento da Companhia, e da submissão incondicional, da aceitação completa do Concílio de Trento.

Este concílio, *«estabeleceu uma preponderância enorme da igreja sobre o poder temporal; e essas decisões, que nem o próprio Carlos IX¹ se atreveu a aceitar, Portugal recebeu-as de braços abertos, sem as mais ligeiras restrições. A regência do cardeal-infante é uma vergonha, que só tem na história de Portugal outra vergonha que a exceda — o seu reinado.»*^a

Reconhecida a maioridade de D. Sebastião, ficou entregue, de direito, nas mãos de uma criança, a direção de um reino importantíssimo, e de facto nas mãos do seu mestre e confessor, o astuto jesuíta Luís Gonçalves da Câmara,² e de seu irmão, o padre Martim Gonçalves da Câmara,³ que por influência do cardeal-inquisidor havia sido colocado na presidência do Paço.

A educação jesuítica fanatizou o espírito elevadamente impressionável de D. Sebastião, fazendo, como escreve um historiador, *«de um rapaz robusto, sadio, inteligente, um fanático imbecil e um misantropo perigoso, enchendo-lhe a cabeça de ridícula pruderie e de ideais falsos, grotescos e fatais»*.

De tudo isto resultou a primeira expedição África em 1574, e a segunda em 1578, sendo, em 4 de agosto, derrotado pelos mouros, em Alcácer Quibir, o exército português, e com ele morto, depois de praticar atos de louca valentia, o jovem rei, que a fatalidade fizera cair nas mãos dos jesuítas.

Consumada esta lúgubre tragédia, temos, o cardeal D. Henrique, rei de Portugal, abrindo a cova para ser enterrada a nacionalidade portuguesa.

a *História de Portugal*, já referida, vol. IV, p. 46 [o vol. IV é da autoria de Gervásio Lobato].

Para recordarmos o que de triste, vergonhoso, então se passou, escudando-nos em historiadores autorizados, teríamos de ir longe, e isso é o que não podemos fazer.

Se nos temos afastado do que diz respeito aos factos da história açoriano, indo envolver-nos em referências a factos da história nacional, é pela ligação que entre eles existe; e nesta parte é para mais uma vez ficar consignado, como e porque forma se encaminharam a coisas, para a perda da independência portuguesa, e assim chegarmos à demonstração de que na ilha Terceira, e nas suas irmãs, no Arquipélago Açoriano, existiu sempre o amor patriótico no seu mais elevado grau.

É este um dos fins principais, que preside a este humilde trabalho; é salientar bem a lealdade açoriana, o elevado amor pátrio dos seus habitantes, para que os egrégios Monarcas portugueses, se dignem bem avaliar, que as aclamações entusiásticas, calorosas, que receberam durante a sua visita a estas pérolas oceânicas, foram sinceras, leais, francas, do coração, como o devem ser daqueles a quem nunca a traição maculou, e que são incapazes, por mera adulação, de manifestar o que não sentem.

Aqui, nestes rochedos, existe a sinceridade, batem corações generosos em peitos de leais e legítimos portugueses, e a geração que passa é digna herdeira das tradições gloriosas, que lhe legaram os seus maiores, timbrando sempre em as conservar sem mácula.

*

Christovam de Moura, que infelizmente casara com D. Margarida Corte-Real, filha do 4.º [capitão do] donatário de Angra e de São Jorge, Vasco Anes Corte-Real, semeava às mãos cheias o ouro de Filipe II de Espanha, comprando os fidalgos portugueses, para assim engrossar o número dos partidários deste pretendente à coroa de Portugal, que assentava na cabeça do decrépito e vaidoso cardeal D. Henrique.

E o oiro, e a promessa de elevadas honras e mercês, ia abrindo caminho, para facilitar a passagem para o rei espanhol subir ao trono português. A depravação de costumes era grande, igualava o fanatismo.

O predomínio clerical atrofiava os espíritos, a intolerância religiosa era a paixão dominante, e o púlpito e o confessionário, em lugar de combaterem a imoralidade, a devassidão, o vício, só serviam para mais e mais exaltar os ânimos, colhendo de tudo proveito os interesses partidários do clero.

É isto o que, nos demonstram os historiadores e cronistas, com factos irrefutáveis, que lamentamos não poder aqui relembrar.

Entre os vários pretendentes à coroa portuguesa, existiam dois, que alegavam melhores direitos, para justificarem a sua pretensão. Era a duquesa D. Catarina,⁴ neta de el-rei D. Manuel, casada com o duque de Bragança, e D. António, prior do Crato,⁵ também neto de D. Manuel I, filho do infante D. Luís⁶ e de D. Violante Gomes,⁷ denominada a *Pelicana*.

O cardeal D. Henrique, que tinha certa predileção por sua sobrinha D. Catarina, inclinara-se, durante algum tempo, a seu favor, guerreando em tudo a D. António a quem odiava.

Note-se, que não obstante a predileção por sua sobrinha, o casto e senil cardeal tentou, por duas vezes, obter do papa a autorização para se casar, com o fim de deixar sucessor ao trono português, a qual não lhe foi concedida, para o que muito concorreu a influência de Filipe II junto do Vaticano.

De indecisão em indecisão, resolveu-se o cardeal chamar ao paço os três braços da nação, para que os representantes do povo, do clero e da nobreza, se obrigassem, por juramento solene, a não reconhecer por soberano de Portugal, senão o príncipe, que por justiça deferisse a coroa, jurando ainda as cortes obedecem aos governadores, que ele cardeal nomeasse.

Lida a fórmula do juramento, foi ela repetida, perante testemunhas, pelos três representantes.

«Assim, — escreve o sr. Rebelo da Silva, — a nação abdicava submissa nas suas mãos os foros, que no princípio tentara defender, consentindo que mesmo dentro túmulo, um monarca incapaz de opiniões elevadas resolutas, continuasse a triste ditadura, que assumira no meio dos infortúnios públicos.

Depois da morte, a sombra de D. Henrique ainda ficava no trono, reinando pela voz de governadores e juizes da sua escolha.»

Esta resolução do cardeal, ou melhor este ato violento, causou péssima impressão no público, pois logo se espalhou a notícia, de que em Madrid sabiam já quem seriam os governadores.

D. Henrique, rodeado por conselheiros comprados pelo ouro de Castela, e depois de muita intriga, para satisfação do seu ódio pessoal, intimou por éditos, a que D. António se apresentasse na corte, e como este, receando a traição que o aguardava, não comparecesse, publicou uma sentença, privando-o de todos os cargos e privilégios, desnaturalizando-o de português, banindo-o do reino e confiscando-lhe os bens.

O que o povo devia ter feito a D. Henrique, o traidor, era este que o fazia ao prior do Crato!

Nas cortes, em Almeirim, a 11 de janeiro de 1580, o denodado patriota, Phebus Moniz,⁸ procurador por Lisboa, combateu, em brilhante discurso, a ideia do domínio estrangeiro, *«sempre cruel e pesado para um país afeito às liberdades conquistadas pela espada»*.

Este procedimento de Phebus Moniz, que ia transtornando os planos dos partidários de Castela, dando força aos partidários de D. António, irritou o cardeal, que mandou recomendar às cortes, pelo bispo de Leiria,⁹ que restringissem os debates às coisas importantes, a fim de terminarem com brevidade os seus trabalhos, e fazendo-lhes ao mesmo tempo saber, que ele entendia convir ao bem do reino, que Filipe II fosse o herdeiro do trono.

«Estava-se no fim de janeiro, — escreve o sr. Pinheiro Chagas, — e a última hora de D. Henrique aproximava-se cortada de amarguras. Sabia que a única pessoa a quem votara afeto, e que lhe correspondia desiludida e amargurada, lhe enviava de um recinto próximo as mais acerbas maldições; sabia que D. António, desprezando as suas ordens, que ninguém respeitava, não só não saíra de Portugal, mas até ousava vir a Almeirim, assistir, incógnito, à entrada de D. Catarina; sabia que o povo aglomerado, em torno do paço, não reprimia a sua cólera, e lhe perturbava

a agonia com os seus insultos, entoando a cantiga com que se vingava do modo como ele traíra a pátria:

*Viva el-rei D. Henrique
No inferno muitos anos,
Pois deixou em testamento,
Portugal aos castelhanos.»*

Morreu na noite de 31 de janeiro de 1580.

«O governo convocou cortes em Almeirim. Em 19 de junho foi aclamado rei D. António, Prior do Crato, filho do Infante D. Luís, e que pretendia ser filho legítimo. Fez-se a aclamação tumultuariamente em Santarém, e os governadores, que estavam em Almeirim, julgaram prudente transportar-se a Setúbal.

O senhor D. António passou a Lisboa, e aí foi bem aclamado por alguns grandes, eclesiásticos e plebe.

Daí passou a Setúbal, e os governadores fugiram para San Lucas.¹⁰ Por alvará de 17 de julho de 1580 declararam rebelde o Senhor D. António, e seus sequazes, e declararam por legítimo rei de Portugal a D. Filipe, II do nome em Castela. Este alvará publicou-se, e imprimiu-se com as assinaturas dos três governadores, D. João de Mascarenhas,¹¹ Francisco de Sá¹² e Diogo Lopes de Sousa,¹³ e tem a data de Castro Marim, e o impresso vem selado com as armas de Portugal, e referendado por Nuno Álvares Pereira,¹⁴ secretário d'el-rei em Badajoz, a 7 de agosto do mesmo ano, atestando a sua conformidade com o original.

O Senhor D. António ainda fez alguma resistência em Lisboa ao exército do Duque de Alba;¹⁵ mas sendo destroçado, andou vagando oculto pelo reino, e por último, depois de vários casos, faleceu em Paris a 26 de agosto de 1595 (a 25 de agosto diz o Cavalheiro Oliveira¹⁶), aonde na sepultura se lhe deu o título de Rei».^b

^b Cardeal Saraiva, *Obra completa*, tomo IV, pp. 100-101.

É, pois, com respeito aos *vários casos*, que se deram antes da sua morte, e de que foram principal teatro a ilha Terceira, que vamos tratar.

-
- 1 Carlos IX (Saint-Germain-en-Laye, 27 de junho de 1550 — Vincennes, 30 de maio de 1574), rei da França de 5 de dezembro de 1560 até falecer. Ascendeu ao trono após a morte de seu irmão mais velho, o rei Francisco II.
 - 2 Luís Gonçalves da Câmara (Funchal, c. 1519 — Lisboa, 15 de março de 1575), padre da Companhia de Jesus, confidente de Inácio de Loyola, confessor e preceptor do rei D. Sebastião. Privou e correspondeu-se com importantes figuras seiscentistas, sendo uma personagem ambígua – odiada e admirada – e cujos percurso e legado são de importância indiscutível para a história da sua Ordem e do país. Foi irmão de Simão Gonçalves da Câmara, o 1.º conde da Calheta.
 - 3 Martim Gonçalves da Câmara (Funchal, 1529 — Lisboa, 1613), padre da Companhia de Jesus, escrivão da puridade do rei D. Sebastião, professor e reitor da Universidade de Coimbra,
 - 4 D. Catarina, infanta de Portugal (Lisboa, 18 de janeiro de 1540 — Vila Viçosa, 15 de novembro de 1614), segunda filha do infante D. Duarte, duque de Guimarães, filho do rei D. Manuel I de Portugal, e da infanta D. Isabel de Bragança, filha do 4.º duque de Bragança, D. Jaime I. Em 1563, casou com o 6.º duque de Bragança, o seu primo D. João I.
 - 5 António de Portugal, Prior do Crato (Lisboa, 20 de março de 1531 — Paris, 26 de agosto de 1595), mais conhecido pelo cognome de o Prior do Crato, filho natural do Infante D. Luís e neto de D. Manuel I, foi um dos candidatos ao trono português durante a crise sucessória de 1580. Foi aclamado rei de Portugal em Angra a 5 de agosto de 1580, tendo sido obedecido na Terceira como rei até à conquista da ilha por forças do rei Filipe II de Espanha a 27 de julho de 1583.
 - 6 Luís de Portugal (Abrantes, 3 de março de 1506 — Lisboa, 27 de novembro de 1555), filho do rei D. Manuel I e da infanta espanhola D. Maria de Aragão, foi o 5.º duque de Beja, o 5.º senhor de Moura, o 9.º condestável de Portugal e prior da Ordem Militar de São João de Jerusalém, com sede portuguesa no Crato. Foi pai de D. António, Prior do Crato.
 - 7 Violante Gomes (Torre de Moncorvo, c. 1510 — Almoester, 16 de julho de 1568), *a Pelicana*, filha de Pedro Gomes, de Évora, e de sua mulher. Teve um filho do infante D. Luís de Portugal, duque de Beja, que afirmou ter com ela casado secretamente em Évora. O filho foi D. António, Prior do Crato.
 - 8 Febo Moniz, (Lisboa, 1515 — c. 1585), ou Phebus Moniz, senhor do morgado das Conchas, no Lumiar, camareiro do rei D. Sebastião, e funcionário da Corte. Foi nomeado «*procurador da Cidade de Lisboa e presidente dos deputados das vilas e cidades do Reino*» nas Cortes de Almeirim de 1580, onde se opôs à escolha de um estrangeiro para ocupar o trono português. A figura serviu de inspiração ao romance histórico *Phebus Moniz*, de Oliveira Martins, obra publicada em 1867 e que teve importante impacto nos meios intelectuais da época.
 - 9 O bispo de Leiria era D. António Pinheiro (Porto de Mós, c. 1510 — Lisboa, 1582), prelado que governou a diocese de Leiria de 1579 a 1582. António Pinheiro estudou em Paris, sendo um dos mais reputados humanistas do seu tempo e orador sacro brilhante. Foi bispo de Miranda e depois bispo de Leiria, mas distinguiu-se essencialmente como pregador régio e porta-voz da coroa (cf.: Carlos Ascenso André, *Retórica e política no ocaso do império: António Pinheiro de Porto de Mós, humanista e orador da coroa*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009).
 - 10 Sanlúcar de Barrameda, na província de Cádiz, Andaluzia.
 - 11 João de Mascarenhas (c. 1510 — Lisboa, 1580), fidalgo que a partir de 1536 combateu na Índia, onde foi nomeado governador de Diu, considerado o herói do segundo cerco daquela fortaleza. Regressado a Portugal, foi nomeado conselheiro de Estado e vedor da Fazenda por D. Sebastião, sendo um dos cinco governadores que ficaram a governar o reino quando aquele monarca partiu para Marrocos. Após a morte de D. Sebastião, ficou ao serviço do cardeal D. Henrique, influenciando no sentido de aceitar as pretensões de Filipe II. Quando D. Henrique nomeou regentes para governar após o seu falecimento, foi um dos escolhidos.
 - 12 Francisco de Sá de Meneses (c. 1510 — Lisboa, 6 de dezembro de 1582), conde de Matosinhos, foi um dos cinco governadores que ficaram a governar o reino quando D. Sebastião partiu para Marrocos. Após a morte de D. Sebastião, ficou ao serviço do cardeal D. Henrique. Quando D. Henrique nomeou regentes para governar após o seu falecimento, foi um dos escolhidos (cf.: Luís de Sá Fardilha, «O «filo-castelhanismo» de Francisco de Sá de Meneses», in *Península: revista de estudos ibéricos*, 2003, pp. 201-208).
 - 13 Diogo Lopes de Sousa (c. 1510 — c. 1585), «*o Diabo*», 2.º senhor de Oliveira do Bairro, embaixador a Inglaterra nos anos de 1555 e 1556, governador da Casa do Cível e membro da junta governativa nomeada para Lisboa aquando da «*peste grande*» em 1569. Quando D. Henrique nomeou regentes para governar após o seu falecimento, foi um dos escolhidos.
 - 14 Nuno Álvares Pereira (—), foi secretário do Conselho de Portugal entre 1583 e 1586.
 - 15 Fernando Álvarez de Toledo y Pimentel (Piedrahíta, 29 de outubro de 1507 — Lisboa, 11 de dezembro de 1582), por vezes referido como Ferdinandus Toletanus Dux Albanus, mais conhecido pelo Grão-Duque de Alba, militar e político castelhano que se notabilizou nas campanhas de Navarra, dos Países Baixos (de que foi governador), de Itália e de Portugal, primeiro ao serviço do imperador Carlos V e depois de Filipe II de Espanha. Venceu as tropas portuguesas na Batalha de Alcântara, pondo fim efetivo às pretensões de realeza de D. António I, Prior

do Crato, e entregando a coroa portuguesa a Filipe II de Espanha. Em sinal de reconhecimento, foi nomeado 12.º condestável de Portugal.

- 16 Francisco Xavier de Oliveira (Lisboa, 21 de março de 1702 — Hackney, Inglaterra, 18 de outubro de 1783), conhecido como o Cavaleiro de Oliveira, intelectual e escritor que se converteu ao protestantismo e viveu exilado em Inglaterra, onde faleceu. Foi condenado à morte pela Inquisição, tendo a sua efígie queimada num auto-de-fé realizado em Lisboa em 1761.

Capítulo XXI

Referências ao acontecido na Terceira desde 1580 a 1642

Ciprião de Figueiredo

Em 15 de maio de 1578 foi provido, trienalmente, no cargo de corregedor da comarca de todas as ilhas, Ciprião de Figueiredo de Lemos e Vasconcelos,¹ a quem se deu, segundo refere Drummond, o regimento de alçada, que tiveram os seus antecessores, Gaspar Ferreira² e Diogo Álvares Cardoso.³

Este regimento, que está arquivado no livro de registo da Câmara de Angra, a fl. 254, consta de 18 capítulos, e num deles lê-se a seguinte barbaridade:

«E em peões de soldadas que andarem à soldada, e outras pessoas que ganharem dinheiro por sua braçagem, tereis poder e alçada para os mandar açoitar e cortar as orelhas, e degradar até sete anos para os lugares dalém; e sendo os tais casos de furtos, os podeis degradar para as galés pela metade do dito tempo».

Neste mesmo ano veio para a Terceira o bispo D. Pedro de Castilho,⁴ que entendeu invadir e devassar a jurisdição do corregedor Ciprião de Figueiredo, levantando-se sérias desinteligências entre os dois, de que resultou serem proferidas, em 1579, sentenças contra o bispo, sobre a sua jurisdição, as quais se acham arquivadas no livro do tombo da Câmara da Praia.

Feita a aclamação de D. António, em vários lugares de Portugal, veio de seu mandado, à ilha Terceira, o fidalgo António da Costa,⁵ portador da notícia da morte do cardeal D. Henrique, e de cartas para as Câmaras o jurarem e aclamarem como rei.

Ao mesmo tempo era aqui recebida uma carta da Câmara de Lisboa, para a da Praia, também referente à aclamação de D. António. Arquivemos as mencionadas cartas.

Carta de D. António:

«Juízes, e vereadores da vila da Praia da ilha Terceira: — Eu El-Rei vos envio muito saudar. — Já tereis sabido como foi Deus servido de me alevantarem e haverem por Rei destes reinos a cidade de Lisboa, e outras

vilas, e lugares deles; e como isto foi mais por vontade e permissão sua, do que por outros meios procurados por mim; e ele sabe como meus intentos foram sempre, e são hoje, o estar em seus merecimentos mais a conservação da coroa de Portugal, do que no meu particular; e ainda que as razões que para isso tenha sejam tão justas, e devidas, e tão notórias, confio da lealdade antiga das portuguesas que os que o foram bons e verdadeiros, não desistirão em seguir o que eles bem souberem, e lhe parecer conveniente à paz destes reinos, que com deliberado acordo têm mostrado, e entendido lhes convém para poderem viver em liberdade, e justiça: e os reis anteriores destes reinos sempre os contaram fora das dúvidas que houveram de ter; nem o contrário disto eu podia entender, e tenho por certo de vós, e do leal povo dessa vila, que vós ouvireis e fareis me reconheçam e obedeçam aí por seu rei e senhor, crendo de mim que me queiram para seu defensor e senhor para lhe sustentar a integridade, conservação e defesa destes reinos, por me pertencer, como declarei nos protestos que fiz como de rei alevantado e assentado. Faço-vos-lo assim saber para que da vossa resposta entenda o que nisto fizerdes, e o que devo de mandar fazer em outras, quando aí essa vila isso faça, que espero será o que vos nesta digo. Com muita tenção e vontade terei sempre em lembrança devida vossas obras, e vos farei por isso particular, e geralmente mercês, honras e acrescentamentos; e de contrário me darei por desservido, e determino que... com esta minha carta... posta no serviço de nosso Senhor, e no bem universal dos vassallos, e povos destes reinos. E mando a António da Costa, cavaleiro fidalgo da minha casa com esta carta para vo-la apresentar, e me trazer vossa resposta, e acordo que nisso fizerdes. — Escrita em Lisboa, a 9 de julho de 1580 anos. — Para o juiz, e vereadores da vila da Praia da ilha Terceira, por El-Rei».

Carta da Câmara de Lisboa:

«À nobre vila de Santarém vieram novas cartas de que El-Rei de Castela, não querendo esperar por determinações de quem pertencia, sob a sucessão destes reinos, depois de ter subornado por muitas vias com promessas, e ameaças as pessoas principais, e outras de livre vontade

para que o recebessem por rei, e procurassem que fosse recebido das cidades, e vilas destes reinos, com mão armada entrou neles, e tinha tomado a cidade de Elvas, e vila de Campo Maior, e procurava de tomar a vila de Olivença; as quais foram de tanto espanto que vendo, que pelos Governadores serem em contrário, com aquela presteza que era necessário tendo diante o sr. D. António, de cujas virtudes a dita vila por muita conveniência e direito estava tão satisfeita, que dele só esperava ser perdoados estes reinos, inspirados da Graça divina o elegeram e alevantaram por Rei. E vendo nós como o dito Senhor, por ser filho do Infante D. Luís, e neto de el-rei D. Manuel, de gloriosa memória, e suas muitas virtudes tinha amor e obrigação à conservação e defesa destes reinos, aprovamos a dita deliberação, e o elegemos de novo por rei deles, de consentimento universal, e de todos os fidalgos, cidadãos nobres e cavaleiros, e mais povo desta cidade, com grande esperança em Deus Nosso Senhor, que por ele nos há de conservar a honra que até agora temos ganhado com tanto sossego móvel dos leais portugueses nossos antepassados; o que fizemos por não haver outro nenhum remédio, e instar a necessidade e aperto em que estamos, por se dilatarem as cortes que se esperavam para remédio, e se prover nelas de maneira que convém e que se espera à segurança e defesa destes reinos, confiamos que vossas mercês, e as mais cidades, e vilas destes reinos aprovarão o que nós aprovamos; pois parece que Deus Nosso Senhor guardou este príncipe, e o livrou de tantos perigos para nosso remédio: porque fazemos saber a vossas mercês, e lhes pedimos que para todos, e bem manifestos se alegrem connosco, e aprovem uma eleição tão acertada, e bem merecida, em que Deus nosso Senhor quer mostrar muitos merecimentos do Infante D. Luís, e usar connosco de misericórdia, de elegermos um tal príncipe para remédio das grandes necessidades em que estamos postos, em cuja ajuda e favor esperamos conservar a nobreza de Portugal. — Nosso Senhor guarde as muito ilustres pessoas de vossas mercês por muitos anos. — De Lisboa, 25 de julho de 1580. — Jerónimo Corte-Real — António Luís Francisco — Gaspar Rodrigues — Francisco Rodrigues — Aos muito ilustres Senhores juízes, vereadores da vila da Praia da ilha Terceira».

Em sessão solene das Câmaras de Angra, de São Sebastião e da Praia, sendo a desta última em 5 de agosto de 1580,^a e em presença do comissário régio, António da Costa, e do doutor corregedor Ciprião de Figueiredo e de muitos fidalgos, foi aclamado o mui alto e poderoso príncipe, senhor D. António, rei de Portugal; aclamação que foi entusiasticamente correspondida pelo povo terceirense.

Alguns dos fidalgos que assistiram a esta aclamação, constituíram mais tarde o pequeno número dos traidores e timoratos, que se bandearam para o partido de Filipe II.

António da Costa, que, na sua passagem por São Miguel, havia ali deixado aclamado o novo rei, passou, em seguida à aclamação na Terceira, à ilha do Faial, onde faleceu seis dias depois da sua chegada, o que não ocasionou o deixar D. António de ser aclamado nas ilhas ocidentais, como era a esperar da lealdade e brios dos seus habitantes.

O bispo D. Pedro de Castilho não foi presente a nenhum destes atos, pois, sob o pretexto de visita, havia seguido viagem para a ilha de Santa Maria, antes de ser processado. Nada se perdeu por isso, porque se o houvesse feito, por dever do seu cargo, seria mais um dos que se bandeariam para os partidários de Castela.

A notícia da derrota do pequeno exército de D. António foi recebida com profundo pesar pelos terceirenses e deu azo a que os padres jesuítas principiassem a fazer propaganda a favor de Filipe II, juntando-se com o limitado grupo dos fidalgos traidores, o que deu início às malquerenças e lutas que se seguiram, pois os fidalgos dignos e o povo estavam dispostos a cumprir o juramento prestado no ato da aclamação.

Ciprião de Figueiredo tratou, segundo refere Drummond, de proceder à reforma de alguns ministros territoriais, e deferiu juramento de fidelidade a D. António à oficialidade de Angra e Praia, e aos capitães de ordenanças de várias freguesias,

a O respetivo auto está publicado no vol. I dos *Anais da ilha Terceira*.

isto em seguida a ter aparecido, em frente da vila da Praia, em agosto, uma armada castelhana composta de doze galeões.

O senado angrense mandou uma deputação a parlamentar com D. António e a prestar-lhe vassalagem.

A deputação era composta do provedor das armadas, Pedro de Castro do Canto, Estêvão Ferreira de Melo⁶ e seu filho Luís de Melo,⁷ que à sua custa fretaram uma caravela, em que embarcaram, com seus criados, escravos e cavalos, com o fim de também auxiliarem no continente a causa de D. António.

À sua chegada a Lisboa, já dominava o governo de Castela, sendo a caravela tomada e os bons e leais terceirenses presos.

Não havendo notícia desta deputação, o corregedor Ciprião de Figueiredo, que tinha sido nomeado pelo senado governador general do Arquipélago Açoriano, e presidente do tribunal régio, que se constituiu com os deputados João Gonçalves Correia,⁸ Baltasar Álvares Ramires,⁹ Domingos Pinheiro¹⁰ e Domingos Onzel,¹¹ mandou em nome do governo, e de acordo com a Câmara angrense, nova deputação a D. António, composta de Estêvão de Cerveira,¹² Jorge Lopes,¹³ procurador dos misteres e frei Melchior,¹⁴ religioso franciscano e pregador considerado e benquisto, os quais embarcaram na caravela do piloto Gaspar Álvares Chichorro,¹⁵ a quem, a 9 de julho de 1580, havia D. António concedido carta de honras e regalias de cidadão de Angra.

Esta deputação conferenciou com el-rei, em princípio de agosto de 1580, na vila de Aveiro, fazendo-lhe exata descrição de tudo o que se havia passado, e declarando estarem os açorianos dispostos a defender os direitos do seu legítimo rei, contra o poder de Castela.

Desta conferencia resultou, o declarar el-rei que, não obstante a sua derrota em Alcântara, ia reunir em Coimbra as forças fiéis, seguindo depois para França, onde esperava encontrar auxílio bastante para combater Filipe II. Aos emissários concedeu honras e mercês, e deu-lhes cartas para a cidade de Angra e vilas da Terceira.

O regresso da deputação a esta ilha foi recebido com geral alvoroço pelos terceirenses, e o padre Frei Melchior, apenas desembarcou, dirigiu-se à igreja da Misericórdia, e subindo ao palpitante expôs, em patriótico discurso, o resultado da sua missão, sendo depois acompanhado pelo povo ao seu mosteiro, onde ansiosa o esperava a comunidade.

A notícia da derrota em Alcântara veio animar os partidários de Castela, e os jesuítas nos púlpitos e nos confessionários, faziam uma terrível propaganda, e juntos com os fidalgos traidores, a quem instigavam, planearam a ocultar aproveitar o primeiro ensejo, para aclamarem Filipe II, fundando-se na esperançosa notícia, de que se estava preparando uma frota, para vir reduzir a ilha Terceira, e demais ilhas, à obediência de Espanha.

Na ansiedade de verem completa e preponderante a sua traição, e aparecendo no mês de setembro, em frente ao porto de Angra, uma nau da Índia, que julgaram ser uma nau com recado do rei de Castela, o fidalgo João de Bettencourt,¹⁶ madeirense, sorteado para esta triste empresa, percorreu a cidade, montado a cavalo, brandindo uma lança, e dizendo em alta voz: «*Viva El-rei D. Filipe, e quem o contrário disser morra*».

Esta louca temeridade revoltou o povo, ao ponto de o quererem matar, despedaçando a golpes de machado as portas da casa, na rua Direita, onde João de Bettencourt se refugiou, sendo salvo das iras populares pelo alcaide-mor, Diogo de Melo de Faria,¹⁷ que lhe deu voz de prisão; e foi depois acompanhado por uma força armada até à cadeia. Igualmente foram também presos mais cinco fidalgos, que não tendo a coragem de se haver apresentado a acompanhar o louco João de Bettencourt, andavam a censurar o procedimento do povo.

Nos cinco fidalgos presos, havia um, chamado Pedro Eanes do Canto,¹⁸ segundo do nome, perfeito contraste do primeiro, que tantos e tão esforçados serviços prestou à pátria, como já referimos; semelhantemente nos fidalgos comprados, em Portugal, por Cristóvão de Moura, havia um de nome, Nuno Álvares Pereira.¹⁹ «*Dois nomes arrastados na lama!*», servindo-nos da eloquente frase de um conceituado historiador.

Desde a malograda tentativa de aclamação do rei de Castela, os ânimos populares conservaram-se em constante exaltação, e assim foi recebida, com grande entusiasmo, uma nau francesa, que, em janeiro de 1581, chegou ao porto de Angra; comandada pelo capitão António Scalin,²⁰ e que deu a notícia de que el-rei D. António estava em França, organizando uma expedição contra Filipe II.^b

Uma testemunha ocular das imponentes festas que nesta ocasião se realizaram em Angra, e a que vários historiadores se referem, sem citarem o nome, escreve:

«Homens e mulheres, velhos e crianças, pareciam doidos. A nau via-se cercada de barcos cheios de imensa gente, sendo com estas festas acompanhado a terra António Scalin, a quem deram boas e cómodas casas, para sua residência e da sua gente, provendo-as abundantemente de boas iguarias. Isto tudo foi numa sexta-feira, e assim no dito dia e no sábado e domingo, tudo foram festas. No domingo foi a cidade enramada pelas ruas de pomos e verduras, e painéis com dísticos alegóricos. Com muitas chacotas, apareceram muitas danças, vendo-se nas ruas correr alguns chafarizes de vinho. Os da governança da terra, com muita gente nobre, foram pela cidade com o dito António Scalin e sua gente da nau em solene digressão, e os levaram pelas ruas, fazendo-lhes estas festas, e muita mais era do que eu digo.

Daqui se colhe o firme propósito dos terceirenses, em sustentarem o juramento de constante fidelidade a el-rei D. António, por ser príncipe português, filho da casa de Avis; e a sua natural repugnância ao domínio de um rei espanhol, usurpador da coroa portuguesa. Pela sua integridade, antes preferiam morrer pela pátria, do que entregar-se ao jugo estrangeiro».^c

Na ilha de São Miguel é que a corrente a favor de Castela, se havia alastrado bastante, devido ao bispo D. Pedro de Castilho, que para ali fora residir, e que

b D. António ainda não havia chegado à França, mas sim seu primo D. Francisco, conde de Vimioso, que António Scalin julgou ser o rei, tanto que depois da chegada desta nau é que se soube ter sido D. António derrotado no Porto, e haver desaparecido.

c José Joaquim Pinheiro, *Épocas Memoráveis da ilha Terceira*, vol. II, p. 40.

empregava todos os meios de sedução, para que fosse aclamado Filipe II, no que muito o veio auxiliar Tomé Rodrigues Tibau,²¹ que chegou aquela ilha no galeão *São Christovam*, dando a notícia do rei de Castela haver sido aclamado em todo o país.

Este bispo, em recompensa dos seus serviços a Filipe II, foi bispo de Leiria, em 1582, provido na casa dos desembargadores do paço em 1587, e mais tarde vice-rei em Portugal.

O galeão *São Christovam* seguiu de São Miguel para a Terceira, trazendo a seu bordo Ambrósio de Aguiar Coutinho,²² nomeado, por Filipe II, governador das ilhas dos Açores, e bem assim outra autoridade igualmente nomeada.

Não tendo a certeza de ser o novo governador bem recebido pelos terceirenses, conservou-se ao largo, e mandou a terra emissários, trazendo o perdão aos bons e leais patriotas, partidários de D. António, que ele denominava autores da rebelião, e ao mesmo tempo dizendo, que eram portadores de cartas do rei do Castela e Portugal, que tratavam deste importante assunto.

Os emissários foram recebidos pelo governador general Ciprião de Figueiredo, indo depois aos paços municipais, onde em presença do senado foi repetida a comunicação recebida.

O povo, que pressurosamente havia acorrido à casa da Câmara, foi quem deu a resposta, dizendo entusiasticamente: «*Viva el-rei D. António: morram os castelhanos!*»

A isto o governador general respondeu aos emissários: — «*podeis dizer a quem vos enviou, que na ilha Terceira e nas mais ilhas ocidentais de sua obediência, não se conhece outro rei, senão o mui alto e poderoso senhor D. António; que eu sou em seu real nome governador general das ilhas dos Açores; e que defenderei à custa do meu sangue, que é português, os direitos ao trono de Portugal deste sereníssimo senhor*».

Nestas breves, mas eloquentes frases, estava bem manifesto o sentir do povo terceirense, a quem nem a venalidade, nem o desalento, que a triste notícia da derrota de D. António podia ocasionar, fizeram brecha.

É que no povo terceirense não estava amortecido o elevado sentimento da independência e da nacionalidade; os seus brios e o seu patriotismo não haviam sido maculados pela viciosa e desmoralizadora educação, que imperava no reino.

O heroísmo puro era a sua bússola guiadora, para saber bem cumprir os seus deveres, e o seu espírito não se amedrontava com a perspectiva das terríveis lutas, que a não aceitação do perdão do poderoso rei castelhano, tinha de ocasionar.

Se um reino desmoralizado, fanatizado, em que o bons patriotas, segundo a eloquente frase de um dos historiadores que temos lido, *«estavam desiludidos com as torpezas que presenciavam nos que deviam ser espelho de fidelidade e honra»*, se havia entregue ao humilhante domínio estrangeiro; uma pequena ilha, solitária no meio do oceano, ativa e opulenta de patriotismo, tinha de mostrar aos filhos degenerados, que haviam ignobilmente vendido a pátria, de quanto é capaz um pequeno povo, que não consente, nem consentiu nunca, que fossem maculados o seus justos foros de valor intemerato, de lealdade nunca desmentida.

Pode baquear, pode ser submetido ao jugo estranho, mas há-de sê-lo depois de lutar heroicamente, depois de empregar o último esforço, depois de ser vencido. Cai, sim, mas honradamente, gloriosamente.

Depois da nobre e ativa resposta, dada pelo governador general, Ciprião de Figueiredo, o emissários, segundo relata a mesma testemunha ocular, *«saíram de terra, e tal viram as gentes, e tão zelosas no serviço do senhor D. António, que mais desejaram não ter desembarcado: que, se a justiça deixava o povo, sem falta os apedrejavam; e quando lhe deram licença para se tomar ao galeão, louvaram a Deus, e tais novas deram a Ambrósio de Aguiar, e aos mais que o acompanhavam, que o galeão não quis ancorar, e saíram na volta da ilha de São Miguel, onde foram recebidos com muita festa»*.^d

d José Joaquim Pinheiro, *Épocas Memoráveis da ilha Terceira*.

Não descansava em São Miguel o *patriótico* bispo D. Pedro de Castilho, em empenhar os seus esforços, em benefício das suas ambiciosas pretensões, a fim de tentar conseguir corromper os terceirenses.

Não conseguiu coisa alguma o *patriótico* pastor, nem Ambrósio de Aguiar, com a vinda do arcediogo, o padre Manuel Gonçalves,²³ como emissário, e portador de novas cartas para Ciprião de Figueiredo e para outras pessoas importantes.

O resultado foi o grande susto que o arcediogo teve quando à embarcação lhe foram tirados os remos e as velas, ficando retida e incomunicável junto da fortaleza de São Sebastião. Dias depois, por dó, foram-lhe restituídos os remos e as velas, mandando-a imediatamente seguir para São Miguel.

Estava, pois, lançada a luva ao poderoso rei castelhano. Do Prior do Crato nada sabiam os terceirenses, mas o seu juramento de fidelidade estava de pé, e a independência e a nacionalidade pátrias eram para eles superiores a todas as conveniências e bem-estar.

-
- 1 Ciprião de Figueiredo de Lemos e Vasconcelos (Alcochete, c. 1550 — Lagny-sur-Marne, 1606), 1.º e único conde da vila de São Sebastião (por D. António I de Portugal). Distinguiu-se como corregedor dos Açores durante a crise de sucessão de 1580, tendo governado o arquipélago durante o período conturbado que se seguiu à aclamação nas ilhas de D. António, Prior do Crato, como rei de Portugal. A ele se deve a fortificação e organização da defesa da ilha Terceira que levou à vitória na Batalha da Salga.
 - 2 Gaspar Ferreira (—), corregedor nos Açores na segunda metade do século XVI.
 - 3 Diogo Álvares Cardoso (— Tibaldinho (Alcafache), c. 1600), corregedor nos Açores, nomeado por D. João III a em 9 de maio de 1571. Recebeu as plantas para a execução do Forte de São Sebastião (Castelinho). Protagonizou um grave conflito jurisdicional com o bispo de Angra, D. Pedro de Castilho (cf.: Manuel Coelho Baptista de Lima, «Cartas de Filipe I e Filipe II ao Bispo D. Pedro de Castilho», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, n.º 6 (1948), pp. 204-205). Exerceu o cargo até 1578, sendo depois desembargador da Casa da Suplicação.
 - 4 Pedro de Castilho (Coimbra, c. 1550 — Lisboa, 31 de março de 1615), presbítero que entre outras funções de relevo foi deputado da Inquisição de Coimbra (1575), inquisidor-geral, 7.º bispo da Diocese de Angra, governando-a de 1578 a 1583, depois bispo de Leiria (1583) e desembargador do Paço (1587). Acumulou o cargo de inquisidor-geral (1604-1615) com o de vice-rei de Portugal, que exerceu por duas vezes (1605-1608 e 1612-1614), durante o reinado de Filipe III de Espanha.
 - 5 António da Costa (— Horta, agosto de 1580), fidalgo da casa de D. António que foi portador das cartas dirigidas à Câmara de Angra que informavam ter o cardeal-rei D. Henrique falecido e instavam as câmaras açorianas a procederem à aclamação de D. António como novo rei. Faleceu no Faial, em agosto de 1580, quando ali tratava da aclamação de D. António.
 - 6 Estêvão Ferreira de Melo (Angra, c. 1525 — Angra, 1592), fidalgo cavaleiro da Ordem de Cristo, partidário de D. António que, em conjunto com seu filho Luís de Melo e com o provedor das Armadas, Pedro de Castro do Canto, fretou uma caravela e integrou a deputação de apoio a D. António, Prior do Crato. Foi feito prisioneiro ao chegar a Lisboa já depois da derrota sofrida em Alcântara pelas forças afetas ao Prior do Crato.
 - 7 Luís de Melo (Angra, c. 1550 —), filho de Estêvão Ferreira de Melo que, em conjunto com seu pai e com o provedor das Armadas, Pedro de Castro do Canto, fretou uma caravela e integrou a deputação de apoio a D. António, Prior do Crato. Foi feito prisioneiro ao chegar a Lisboa já depois da derrota sofrida em Alcântara pelas forças afetas ao Prior do Crato.
 - 8 João Gonçalves Correia (Graciosa, c. 1530 — Angra, c. 1600), fidalgo da Casa Real, licenciado em Leis pela Universidade de Coimbra (1559), foi deputado do tribunal régio que em nome de D. António I se constituiu em Angra em 1581, por iniciativa de Ciprião de Figueiredo. Aprisionado após a queda da cidade de Angra para as forças de Filipe II de Espanha, foi condenado a 10 anos de degredo em África, mas livrou-se e regressou a Angra. Foi genealogista (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 573).

-
- 9 Baltasar Álvares Ramires (Santa Cruz da Praia, c. 1513 — Angra, agosto de 1583), bacharel em Leis pela Universidade de Salamanca (1538), letrado antigo da cidade e vereador (1548 e 1553), que por muitas vezes tinha servido de corregedor, foi deputado do tribunal régio que em nome de D. António I se constituiu em Angra em 1581, por iniciativa de Ciprião de Figueiredo. Após a queda da cidade de Angra para as forças de Filipe II de Espanha, foi por isso condenado à morte e executado na forca do Monte Brasil (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 792).
- 10 Domingos Pinheiro (Angra, c. 1530 — Angra, agosto de 1583), licenciado em Leis, juiz ordinário de Angra, foi deputado do tribunal régio que em nome de D. António I se constituiu se constituiu em Angra em 1581, por iniciativa de Ciprião de Figueiredo. Após a tomada de Angra pelas forças de Filipe II, tentou sair da ilha disfarçado de mulher, foi descoberto e enforcado.
- 11 Domingos Onzel (c. 1530 — Angra, 8 de agosto de 1583), licenciado em Leis, fidalgo de geração, desembargador em Angra e «*cidadão desta cidade*». Foi enforcado num cadafalso levantado nas traseiras dos Paços do Concelho após a conquista e saque de Angra pelas forças afetas a Filipe II de Espanha. A condenação à morte resultou do seu papel de liderança na resistência da Terceira a Filipe II.
- 12 Estêvão de Cerveira Costa Borges (c. 1538 — Lisboa, 1595), membro da deputação enviada em 1581 a Aveiro para conferenciar com D. António, Prior do Crato.
- 13 Jorge Lopes (—), procurador dos misteres na Câmara de Angra, membro da deputação enviada em 1581 a Aveiro para conferenciar com D. António, Prior do Crato.
- 14 Frei Melchior (—), religioso franciscano e pregador considerado e benquisto do partido antonino, membro da deputação enviada em 1581 a Aveiro para conferenciar com D. António, Prior do Crato.
- 15 Gaspar Álvares Chichorro (Angra, c. 1530 — Angra, 8 de agosto de 1583), piloto de caravelas, natural da ilha Terceira, que esteve ao serviço da causa de D. António, Prior do Crato. Comandou o navio que foi a Aveiro no princípio de agosto do ano de 1580, a indagar o paradeiro do Prior do Crato e a dar novas a D. António do estado das coisas na Terceira. Com a sua caravela também manteve a ligação a França, no período em que D. António ali esteve. Foi enforcado num cadafalso levantado nas traseiras dos Paços do Concelho após a conquista e saque de Angra pelas forças afetas a Filipe II de Espanha.
- 16 João de Bettencourt (Madeira, c. 1540 — Angra, março de 1582), madeirense, apoiante entusiasta da causa filipina. Tinha vindo com seu pai para a Terceira por meados do século. Em 1581 foi escolhido por sorteio para, a cavalo, percorrer a cidade de Angra a incentivar o povo a aclamar Filipe II de Espanha. Preso, foi condenado à morte e executado por ordem do conde Manuel da Silva, governador da ilha em nome de D. António. Foi degolado na Praça Velha em março de 1582.
- 17 Diogo de Melo de Faria (—), alcaide-mor de Angra em 1581-1582.
- 18 Pedro Anes do Canto (2.º do nome), passou a ser conhecido por Pedro de Castro do Canto (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. II, p. 775), nome pelo qual está listado.
- 19 Nuno Álvares Pereira de Melo (Évora, c. 1552 — Lisboa, 28 de fevereiro de 1597), 3.º conde de Tentúgal, fidalgo partidário do rei Filipe II de Espanha. Foi pai de D. Leonor de Melo, esposa de Manuel de Moura Corte-Real, filho de Cristóvão de Moura e 2.º marquês de Castelo Rodrigo, que por herança de seu pai foi capitão do donatário nas capitanias de Angra e da Praia, na capitania da ilha de São Jorge e na capitania das ilhas do Faial e do Pico.
- 20 Antoine Escalin des Aimars (La Garde-Adhémar (Drôme), 1516 — La Garde-Adhémar, 1578), conhecido por capitão Poulain, Polin ou Paulin, depois barão de La Garde-Adhémar (baron de la Garde-Adhémar), frequentemente referido como António Escalin na literatura lusófona, militar francês, embaixador da França junto do Império Otomano (1541-1547) e a partir de 1544 «*General das Galeras*» (*Général des Galères*) do rei de França. Obteve o apoio dos otomanos para atacar as possessões da coroa espanhola no Mediterrâneo e participou no cerco franco-otomano a Nice (1543) e nos ataques otomanos à Córsega e às cidades costeiras do leste da Itália (1543). Teve papel de relevo no massacre dos protestantes valdenses em Mérindol (1545) e na repressão dos huguenotes em França (1571). Comandou as forças francesas enviadas para a Terceira em 1581-1583 (cf.: Alan James, «A French Armada? The Azores campaigns, 1582-1583». *The Historical Journal*, vol. 55, No. 1 (March 2012), pp. 1-20).
- 21 Tomé Rodrigues Tibau (— Madeira, c. 1588), emissário enviado de Lisboa aos Açores para promover a proclamação de Filipe II de Espanha nos Açores. Foi provedor da fazenda dos defuntos e ausentes e mamposteiro-mor dos cativos na Madeira, nomeado por alvará de 8 de julho de 1586.
- 22 Ambrósio de Aguiar Coutinho (Porto, c. 1530 — Ponta Delgada, 5 de julho de 1582), filho morgado de Pedro Afonso de Aguiar, provedor dos armazéns do Reino de Portugal. Foi por capitão-mor de uma armada que D. Sebastião mandou à Índia em 1574 e acompanhou aquele monarca na jornada de África, sendo um dos quatro coronéis que ficaram cativos. Libertado do cativo, foi nomeado capitão na fortaleza de Setúbal, onde foi preso por ordem de D. António. Libertado após a derrota deste em Alcântara. Em prémio da sua fidelidade, Filipe II de Espanha nomeou-o governador dos Açores, «*com largos poderes e novas honras; deixando em seu alvedrio tudo, dizendo-lhe que confiava dele que em seu serviço o faria sempre melhor do que o ele encomendava*» (cf.: Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro IV. Ponta Delgada, 1977). Foi recusado o seu desembarque na Terceira, pelo que desembarcou em São Miguel a 28 de maio de 1581, onde Filipe II foi então aclamado. Teve um papel determinante na criação das condições que dariam a vitória das forças afetas a Filipe II nos Açores.
- 23 Manuel Gonçalves Pacheco (Angra, c. 1550 — Angra, 1631), presbítero, licenciado em Cânones pela Universidade de Coimbra (1573 e 1574), arcediogo da Sé de Angra, que atuou como emissário do bispo D. Pedro de Castilho e dos partidários de Filipe II de Espanha junto de Ciprião de Figueiredo e de outras personalidades relevantes na governança dos Açores (cf.: *Arquivo dos Açores*, vol. XIV, p. 157).

Capítulo XXII

Referências ao acontecido na Terceira desde 1580 a 1642

D. António, Prior do Crato

Em um aviso dado de Lisboa aos 3 de junho de 1581, sobre o desaparecimento de D. António, e que, traduzido do francês, está publicado no importante *Archivo dos Açores*, como também estão publicados muitos documentos inéditos, sobre o domínio espanhol nos Açores e D. António Prior do Crato, lê-se, no seu final: «*Aparelha-se uma armada de 40 velas para ir contra as ilhas Terceiras, que se conservam fiéis a D. António, o que causa muito receio por causa dos navios da Índia*». ¹

Com a vinda de António Scalín resultou haver importante correspondência desta ilha com Henrique III de França, ² e com sua mãe, a rainha Catarina de Medicis. ³

Arquivemos, principiando pela carta da Câmara de Angra ao rei de França, e simples referências às restantes cartas:

«Cristianíssimo muyto alto poderoso e excellentíssimo Snnor. — O eterno e poderoso Deus Snnor Universal dos céus e de terra permitiu pello aver assim por bem de castigar com asoute da perseguição o Reyno de Portugal, do qual ao presente hera possuidor el-Rey dom Antonio nosso snor que temos sabido que ao presente está posto em salvo no Reyno de Vossa christianissima magestade com benigno e real favor seu nos afirmão poderá muyto cedo o dito nosso Rei ser restetuido em seus Reinos e Real estado, do qual com desordem de treyções, forças e tiranias foi injustamente isbulhado de todo seu Reyno: não ficou em sua lei, obediencia e lealdade mais que esta ilha Terceira e outras cinco ilhas pequenas da sua comarca que estão neste mar oceano todo o mais Reyno e Ilhas nos afirmão que são occupadas dos espanhoes, e isto por elas se lhes dare sem resistencia e porque temos sabido de serto que o dito nosso Rey e Snor dom António está posto em com o real favor e ajuda de Vossa christianissima magestade poder ser restituído em seu Reyno para dahi como Irmão em armas de Vossa christianíssima magestade o poder sempre servir como o obrigua a tal amizade e nos seus vassallos e postos

na lealdade de sua obediência e que sempre tivemos fee e esperança desse Real socoro de Vossa christianíssimo Magestade nos queira dar emparo de seu Reyno até o tempo em que o dito nosso Rey o possamos ser emparados de todos os adversairos que nos por esa rezão quizerem ofender, pelo que sempre com umilde coração pediremos misericordiosamente a nosso Snor que neste mundo com muytas prosperidades e nos ceos com gloria eterna de a Vossa christianissima magestade o paguo de tantos Bês e Mercês grandes que a nosso Rey e a nos per sua contemplação Vossa christianissima magestade tem feito e faz e que esperamos nos faça. — Escrita em Camara na cidade de Angra da ilha Terceyra de Jesu Christo a 6 de junho de 81 (1581) — Fran.^{co} (ou Lourenço) Alvares⁴ — Braz Dias Rodovalho⁵ — Antonio Vaz Torrado⁶ — Francisco Dias do Carvalhal — (outras assinaturas que se não entendem) — Sobrescrito: «Ao christianissimo e poderoso Rey de França» «Da camara da cidade de Angra da ilha Terceyra».

Em 9 de junho deste ano a Câmara da vila de São Sebastião dirigiu também uma carta ao Rei de França, e nela se refere a uma outra carta que havia escrito, dizendo:

«A Phillipe Stroctio⁷ coronel geral de Infanteria francesa, escrevemos mais largo, cremos que, pois, ele he fectura de tão Christianíssimo Rey e sôr dara informação a Vossa Magestade do que na sua lhe rellatamos, nõ mais».

Frei Brás Camelo,⁸ guardião do convento de São Francisco de Angra, dirigiu uma carta a Catarina de Médicis, em 5 de junho de 1581; Antonio Scalin, uma em 13 de junho, António de Brito Pimentel,⁹ em 6 de julho, Pedro da Madre de Deus,¹⁰ padre Amaro Lopes da Costa,¹¹ vigário-geral de Angra, Francisca de Cristo,¹² abadessa do Convento da Esperança, e frei Simão de Barros,¹³ em 15, 17 e 27 de setembro.

Frei Manuel Marques,¹⁴ franciscano, e o vigário-geral, padre Amaro Lopes, dirigiram também cartas a Henrique III [de França], a 18 e 27 de setembro.

Todas estas importantes cartas de reconhecimento, para com Suas Majestades Cristianíssimas, referem-se à patriótica disposição dos terceirenses e das ilhas ocidentais a favor de el-rei D. António, e narram os altos serviços prestados por António Scalín.

Estes documentos foram extraídos da Biblioteca Nacional de Paris, e estão publicados (inéditos) no *Archivo dos Açores*.¹⁵

Em 15 de julho de 1581 recebia a Câmara de Angra, uma carta do rei de França, respondendo à que havia sido enviada, prestando-se a socorrer os terceirenses. A rainha Catarina de Médicis escreveu a Ciprião de Figueiredo no mesmo sentido.

A correspondência trocada entre o governador Ciprião de Figueiredo e a Câmara de Ponta Delgada, que se havia submetido, bem como as demais câmaras de São Miguel, ao rei castelhano, e em que o governador lamenta este procedimento de uma cidade tão nobre, de tão nobre gente e fidalguia, é um documento valioso e que está publicado no referido *Archivo dos Açores*, e bem assim as cartas que as câmaras daquela ilha dirigiram ao duque de Alba e a Filipe II.

Uma destas cartas, ao rei de Castela, narra o estado e disposição dos terceirenses, o que se passou com Gaspar Homem,¹⁶ enviado do governador castelhano, Ambrósio de Aguiar Coutinho, em 7 de março de 1582, e que ficou prisioneiro na vila da Praia, e pede que el-rei mande com brevidade uma «*armada para desenganar os terceirenses do seu notavel engano*». Não fala, porém, no bispo, que foi quem instigou o micaelense a entregarem-se, a Filipe II, sem a menor resistência.

A resposta dada, pelo governador Ciprião de Figueiredo de Vasconcelos, à carta que recebeu de Filipe II, é de tão subido valor e mostra o que é um legítimo português, que não podemos deixar de arquivar nesta memória, conjuntamente com a carta do rei castelhano:

«*Doutor Ciprião de Figueiredo, — eu El-Rei vos envio saudar não podendo deixar de crer de vós que cumprireis com a obrigação que tendes a meu serviço e ao bem dessa Ilha e a que particularmente vos toca, me parece encomendar-vos isto mesmo, que de vós confio que fazendo-vos assim*

como é de crer; não somente vos perdoo as culpas passadas: mas que folgarei de vos fazer mercê pelo serviço que de vós nisto espero; para que se escusem os grandes danos dessa Ilha, e dos moradores dela e seu povo: indo sobre ela o apercebimento que tenho mandado fazer de gente, navios, e munições; como tudo largamente vos dirá quem vos esta minha carta dará. — Escrita em Lisboa a 14 de outubro de 1581».

Resposta do Governador:

«Vi a carta que V. Majestade me mandou por Gaspar Homem na qual me dizeis, que não podeis deixar de crer de mim, que cumprirei com a obrigação, que tenho a vosso serviço, bem desta Ilha com que particularmente me toca; aprouvera a Deus que tivera Vossa Majestade lembrança da em que estais aos Reis de Portugal, e principalmente ao Sereníssimo Infante D. Luís,¹⁷ que com seus vassallos e Pessoa sempre em guerras ajudou ao Imperador vosso Pai,¹⁸ pois nem as fizéreis contra o reino com El-rei D. António, seu filho, ofendendo tanto a Deus Nosso Senhor nos estragos de honras, vidas e fazendas que causastes no meu, e os Portugueses verdadeiros seus vassallos deixaremos de vos servir como a Rei cristão e a quem sempre amou a nação Portuguesa; mas como V. Majestade se esqueceu de tão devida razão, e da do sangue pelo muito parentesco que tendes com os Reis de Portugal, nem a V. Majestade lhe cabe querer que eu o sirva como vassallo, nem a mim convém obedecer como súbdito. Esta Ilha e moradores dela são de El-Rei D. António, a quem juraram por seu Rei, e natural Senhor; assim pela sucessão do Reino lhe pertencer, e o povo dela o ter eleito; como por a cidade e Câmara de Lisboa isso escrever: as razões e justiça que para isso havia, não posso eu crer que V. Majestade não as tenha muitas vezes passadas pela memória. E ainda que outras não houvera mais que a eleição do povo, que nesse Reino por muitos atos tem direto de nomear Rei (faltando descendentes adquiridos) bastara entrar V. Majestade nele com mão armada estando em litígio, para ainda que tivéreis muita justiça perderdes todo vosso direito: mas em Deus confio, que tudo há-de tornar ao estado, que nem V. Majestade por ocupar o alheio perca sua alma, nem o que está por ora

usurpado deixe de vir ao poder de seu dono: não me tenha V. Majestade por atrevido; mas julgue-me por desinteressado: e prouvera a Deus que os Reis tiverão homens livres e pouco ambiciosos em seus conselhos: porque nem El-Rei D António chegara aos termos que o puseram tamanhas traições; nem V. Majestade a perigo de perder o seu, e pôr em risco toda a Cristandade. Coitado daquele que há-de dar conta no final juízo das honras, mortes, fazendas de tantos, da liberdade e gosto da vida; porque para quem se perdeu não haverá arrependimento que baste em satisfação, por se lhe acabar o tempo. Se V. Majestade bem cuidar na hora da morte que nos espera, e quantos males nela se não hão de representar, e as penas, que pelos que tendes em Portugal feito eternamente haveis de ter, e justamente haveis de padecer lembrando-vos quão perto estais de se vos acabar tudo. Ah! como dareis uma volta tão grande ao passado porque tudo se vos há-de então ser presente. Quanto melhor vos fora estar em vossos Reinos pacífico, vossos vassalos quietos, amado de todos os Reis Cristãos, e servido de todos os seus: que com o que tendes feito em Portugal: não somente os cristãos, mas todas as nações infieis vos terão intrínseco ódio: Cuidai quantos inocentes matastes com o vosso exército: cuidai nas honras das viúvas, e donzelas roubadas, e nos gemidos que ante a Divina justiça estão pedindo de vós: lembre-vos quantas casadas por adultério forçosas são apostatadas; os templos de Deus que profanarão; as Religiosas que desonrarão; a servidão em que pusestes os moradores de Portugal; e finalmente tudo o que nele causastes, que Deus tem tomado à sua conta, o tomar-vo-la com rigorosa justiça; como por um Reino que mais que todos do mundo nobilitou, dando-lhe as suas sagradas chagas, com que nos redimiui, por armas que foi sinal e penhor de nunca o desamparar: as coisas que padecem os moradores desse afligido Reino, bastavam para vos enganar que os que estão fora desse pesado jugo, quereriam antes morrer livres que em paz sujeitos: nem eu darei aos moradores desta Ilha outro conselho: porque não perca minha alma, nem minha honra, que trocarei quantas vidas tivera, e pudera possuir por morrer leal a meu Rei que jurei: porque um morrer bem é viver perpetuamente; daqui me vem ter mais conta com perseverar até o fim

da vida nesta lealdade que temer os vossos apercebimentos de gente, navios e munições com que V. Majestade na sua me ameaça: porque confiando em Deus que peleja por nós para os navios está o mar, e portos desta Ilha aparelhados, para as munições as fortalezas, e muitos poços para meter neles toda a gente que nos vier buscar; a que se não perdoará: pelos males que resultam de perdões. Não me ponha V. Majestade culpa, porque jurei a D. António por meu Rei e senhor, e de defender esta coroa, que também fizera o mesmo por vós se vos tivera jurado (posto que não com tanto gosto) porque basta ser Rei Português: e se a desventura me chegasse a estado que ficasse com vida sujeito, e por fazer o que devo me mandassem matar; perdendo a vida pelo Senhor Rei D. António, então a ganhava, e também não perderia a memória da minha lealdade, nem se perderia a fama de Vossa crueza e sem justiça. Eu não sirvo a El-Rei D. António por interesse (posto que dele se podiam esperar maiores mercês que de nenhum outro Rei); mas sirvo-o com a pureza de minha obrigação, de que resulta não me moverem mercês prometidas; que foi o laço em que caiu Portugal; porque fora do que devo nenhuma coisa me poderá mover a troco de vender a honra, e lealdade, que não tem preço, nem há nenhum que eu tanto estime: lição que a muitos Fidalgos esqueceu. Nosso Senhor leve a V. Majestade para o seu Reino, e restitua o de Portugal ao seu amado Rei, o Senhor D. António; como os seus verdadeiros e leais Portugueses desejamos. — Desta muito nobre e sempre leal cidade de Angra, Ilha 3.^a de Jesu Christo em 13 de março de 1582. — O sobrescrito foi o seguinte: — «De Ciprião de Figueiredo de Vasconcelos, Governador das ilhas dos Açores» (Biblioteca Pública de Évora CXIV/1-14 d. pág. 240 a 242).¹⁹

A carta de Filipe II e a resposta de Ciprião de Figueiredo foram impressas nas *Noites de Insónia* por Camilo Castelo Branco, n.º 11 (novembro de 1874), pág. 56 e seguintes.²⁰

1 «Aviso dado de Lisboa aos 3 de junho de 1551, sobre o desaparecimento de D. António, e preparativos para receber o Rei Catholico», in *Archivo dos Açores*, vol. IX, p. 209.

2 Henrique III de França (Fontainebleau, 19 de setembro de 1551 — Saint-Cloud, 2 de agosto de 1589), rei da Polónia e grão-duque da Lituânia entre 1573 e 1575 e também rei da França de 1574 até ser assassinado. Quarto filho do rei Henrique II e da rainha Catarina de Médici. Sob o reinado de seu irmão Carlos IX, tornou-se

chefe do exército real e derrotou os protestantes nas batalhas de Jarnac e Moncontour. Em maio de 1573, com 21 anos de idade, foi escolhido para o trono polaco-lituano, mas o seu governo na Polónia foi curto, tendo deixado o reino para se tornar rei da França em 1574, após a morte de seu irmão, que morrera sem descendência masculina. Ao tornar-se rei de França, Henrique III herdou um reino dividido, onde a sua autoridade era apenas parcialmente reconhecida. Quatro guerras religiosas ocorreram durante o seu reinado, tendo enfrentado poderosas facções políticas e religiosas apoiados por potências estrangeiras. Morreu esfaqueado pelo dominicano Jacques Clément.

- 3 Catarina de Médicis era Caterina di Medici (Florença, 13 de abril de 1519 — Blois, 5 de janeiro de 1589), filha de Lourenço II de Médici (Lorenzo di Piero de' Medici, duque de Urbino) e de Madeleine de La Tour d'Auvergne, esta nobre italiana foi rainha consorte da França de 1547 até 1559, como esposa do rei Henrique II. Quando este faleceu, em 1560, tornou-se regente em nome de seu filho, o rei Carlos IX, de 10 anos de idade, com amplos poderes. Depois do falecimento deste, em 1574, Catarina teve um papel fundamental no reinado de seu terceiro filho, Henrique III, que apenas dispensou os conselhos da mãe nos seus últimos meses de vida. Foi nesta qualidade de regente em nome de Henrique III que teve importante intervenção nos assuntos portugueses, e em particular açorianos, durante a crise de 1580-1583.
- 4 Francisco (ou Lourenço) Álvares (—), vereador da Câmara Municipal da Vila de São Sebastião em 1581. Foi signatário da carta enviada nesse ano ao rei de França.
- 5 Brás Dias Rodovalho (Angra, c. 1515 — Jaén, 1584), proprietário da Quinta de São Mateus (hoje Quinta dos Contentes), vereador da Câmara de Angra, em 1559, 1566, 1569 e 1581, e juiz ordinário em 1582. Foi forçado a acompanhar D. Violante do Canto a Jaén, onde faleceu (*cf.: Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, pp. 488-489).
- 6 António Vaz Torrado (Angra (Sé), c. 1525 —), vereador da Câmara Municipal da Vila de São Sebastião em 1581. Foi signatário da carta que nesse ano aquela Câmara enviou ao rei de França.
- 7 Referem-se a Filippo Strozzi.
- 8 Brás Camelo (Santo António (Ponta Delgada) — Guadalajara (Castela), c. 1590), guardião do convento de São Francisco de Angra. Partidário de D. António, Prior do Crato, dirigiu uma carta solicitando ajuda a Catarina de Médicis, em 5 de junho de 1581. Preso em São Miguel, foi enviado para o convento franciscano de Guadalajara, onde faleceu.
- 9 António de Brito Pimentel (—), partidário de D. António, em 1581 dirigiu uma carta a Catarina de Médicis, regente pelo rei de França, solicitando ajuda para a causa antonina. Foi um dos excluídos do perdão geral concedido por Filipe II de Espanha a 18 de abril de 1581 aos *sediciosos* que tinham acompanhado D. António no alevantamento de Santarém. Estando em Aveiro, D. António enviou António de Brito Pimentel a França como novo emissário junto da Corte francesa, sabendo-se que estava em Saint-Maur-des-Fossés, nos arredores de Paris, a 17 de novembro de 1580. Esteve em Angra na comitiva daquele monarca, partindo depois na sua companhia para França, tendo em 1589 participado na malograda tentativa de invasão liderada por *Sir Francis Drake*.
- 10 Pedro da Madre de Deus (—), frade da Ordem de Santo Agostinho (graciano) e partidário de D. António. Não sendo cônego, era conhecedor de Direito Canónico. Distinguiu-se na Batalha da Salga, onde a cavalo e com uma bandeira na mão incentivava os defensores da ilha. Lutou insistentemente pelo apoio dos franceses à causa antonina, escrevendo a Catarina de Médicis em 1581. Integrou a Mesa da Consciência criada em Angra em 1582.
- 11 Amaro Lopes da Costa (— Castela, d. 1583), licenciado em Teologia pela Universidade de Coimbra (1573), clérigo do hábito de São Pedro, tesoureiro-mor e cônego da Sé de Angra, nomeado em 1581, pelos partidários de D. António, provisor e vigário-geral da diocese, em substituição do vigário geral do prelado, o licenciado Roque Dias Pais, que se retirara para a Quinta da Aqualva. Após a vitória dos partidários de Filipe II, foi degredado para Castela, onde faleceu.
- 12 Francisca de Cristo (—), freira no Convento da Esperança, em Ponta Delgada, e depois abadessa do Convento da Esperança, em Angra. Partidária de D. António, escreveu a Catarina de Médicis em 1581.
- 13 Simão de Barros (—), terceirense, frade dominicano, predicador, veio a ser grande solicitador dos negócios de D. António, Prior do Crato. Foi a França, na companhia de frei João do Espírito Santo, tendo depois, em 1581, escrito a Catarina de Médicis, mãe de Henrique III, rei de França. Esteve em França, como enviado dos partidários de D. António.
- 14 Manuel Marques (—), frade franciscano, presbítero, comissário dos conventos franciscanos dos Açores e afamado pregador. Partidário de D. António, em 1581 dirigiu uma carta a Henrique III de França solicitando apoio para a causa antonina.
- 15 *Arquivo dos Açores*, vol. IV, Ponta Delgada, 1882.
- 16 Gaspar Homem da Costa (Praia, c. 1520 — Angra, 3 de agosto de 1594), enviado à Terceira como parlamentar pelo governador Ambrósio de Aguiar Coutinho com cartas de Filipe II, em março de 1582, foi aprisionado na vila da Praia. Foi condenado à forca, com perdimento dos seus bens e infâmia para os seus filhos, por sentença do conde Manuel da Silva. Quando já marchava para o patíbulo terá sido salvo pela interceção de Ana Gaspar Machado, com quem anteriormente se recusara a casar. Após a conquista pelas forças de Filipe II foi libertado e em 1586 feito cavaleiro da Ordem de Cristo, com uma tença de 40\$000 réis anual e autorizado a trazer mercadorias da Índia (*cf.: Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 144). O seu salvamento pelo amor de Ana Gaspar Machado foi romanceado por Eduardo de Noronha na sua obra sobre o Prior do Crato (*D. António, Prior do Crato*, vol. II, p. 255. Porto: Civilização, 1938).

-
- 17 Luís de Portugal (Abrantes, 3 de março de 1506 — Lisboa, 27 de novembro de 1555), filho do rei D. Manuel I e da infanta D. Maria de Aragão e irmão de D. João III. Foi 5.º duque de Beja, 5.º senhor de Moura, 9.º condestável de Portugal e prior da Ordem Militar de São João de Jerusalém, com sede portuguesa no Crato. Foi pai de D. António, Prior do Crato.
- 18 Carlos V (Gante, 24 de fevereiro de 1500 — Cuacos de Yuste, 21 de setembro de 1558), imperador do Sacro Império Romano-Germânico e arquiduque da Áustria a partir de 1519, rei da Espanha como Carlos I a partir de 1516 e senhor dos Países Baixos como duque da Borgonha a partir de 1506. Como chefe da Casa de Habsburgo durante a primeira metade do século XVI, os seus domínios na Europa incluíam o Sacro Império Romano, estendendo-se da Alemanha ao norte da Itália, com domínio direto sobre as terras hereditárias austríacas e os Países Baixos da Borgonha, tendo também unificado a Espanha, com seus reinos do sul da Itália, de Nápoles, Sicília e Sardenha. Além disso, no seu reinado ocorreu a intensificação e consolidação da colonização espanhola das Américas. A união pessoal dos territórios europeu e americano de Carlos V foi o primeiro rotulado como «*o império sobre o qual o Sol nunca se põe*».
- 19 Sobre este texto, ver: Manuel Coelho Baptista de Lima, «A Ilha Terceira na História de Portugal», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. VIII (1950), pp. 12-14.
- 20 «*Noites de Insónia, oferecidas a quem não pode dormir*», uma coleção de 12 volumes, em que Camilo Castelo Branco incluiu pequenos textos sobre variadas temáticas e que, segundo o próprio, foram inspirados nas suas muitas noites de insónia. Existem edições recentes da coletânea.

Capítulo XXIII
Referências ao acontecido na Terceira desde 1580 a 1642
A batalha da Salga

A patriótica resolução dos terceirenses, não aceitando o perdão do intruso rei castelhano, e não querendo por governador a Ambrósio de Aguiar, fez com que se dessem instruções particulares para tentar conseguir, em boa paz, a rendição da ilha Terceira, a D. Pedro de Valdez,¹ a quem foi entregue o comando de uma armada para a defesa, nos Açores, das naus da Índia, Guiné, etc.

Segundo as narrações feitas pelo micalense, dr. Gaspar Frutuoso, narrações que pecam muito pelo seu devotado partidarismo a Filipe II, a armada, do comando de Valdez, chegou a São Miguel no verão de 1581, e tinha de aguardar ali a chegada de uma outra, sob o comando de D. Lopo de Figueiroa,²

«[...] que já estava declarado para vir aquele ano com muita gente sobre a Terceira; porque os enganou a fraqueza da ilha, cuidando que a gente bisonha e pouco prática bastaria pouca e boa para os render, de maneira que o dito D. Pedro de Valdez, com a que trazia muito lustrosa e valiosa de soldados velhos, e mui esforçados, como mostraram nesta ilha de São Miguel, onde saíram em terra mui luzidos, se partiu daqui para a Terceira, praticando primeiro, (como trazia por regimento) com o governador Ambrósio de Aguiar, para que sujeitando-se sempre a seu parecer, por aquele via se reduzisse a ilha Terceira ao serviço de Sua Majestade: e concluíram ambos que se mandasse uma pessoa religiosa de autoridade, que lhe mostrasse a verdade; a qual pessoa o dito D. Pedro de Valdez levaria em sua companhia: e quando fosse tempo oportuno a deitaria em terra, e assim mais levaria seu sobrinho Martim Afonso de Melo [Coutinho],³ a quem delegaria seus poderes».^a

O religioso escolhido foi frei Pedro, guardião franciscano, e no dia 15 de julho estava, em frente do porto de Angra, a armada, composta de sete naus, com mil soldados para desembarque, além da força da guarnição, e de muitos

a Dr. Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, [Livro II].

fidalgos, entre os quais D. Luis de Bazán,⁴ sobrinho do marquês de Santa Cruz, um sobrinho do duque de Alba⁵ e um primo⁶ do comandante Valdez.

Todo este aparato bélico não amedrontou os terceirenses, já que por eles era esperado.

«Melhores patriotas, do que juristas, os terceirenses, confiando na justiça da sua causa, em sustentar os direitos de um príncipe português, esperavam triunfar de um príncipe espanhol, que os não atemoriza com as suas forças, nem os seduzia com suas promessas. Mostravam melhor ser dignos netos dos heróis de Aljubarrota, resistindo aos leões de Castela, do que o tinham sido seus irmãos continentais, que, já havia transcorrido um ano, viviam por eles subjugados».^b

D. Pedro de Valdez, apesar de ter recebido instruções para ver se conseguia, em boa paz, a rendição da ilha Terceira, entendeu, antes de tratar qualquer género de negociações, executar uma espanholada, que julgou ser assustadiça para os terceirenses, a qual foi mandar disparar tiros de artilharia sobre a cidade, na sua passagem em frente do porto de Angra.

Claro está que este seu proceder foi mais um motivo para que os terceirenses não quisessem negociações de qualquer ordem, com quem tinha para com eles cumprimentos, que não representavam senão disposições bélicas, em lugar das pacíficas, que, se dizia, lhes haviam sido recomendadas.

E tanto assim era que, devendo o caminho a seguir ser, mandar emissários ao governador terceirense, não o fez; limitou-se a lançar ao mar, durante a noite, alguns escaleres, para apreenderem alguns barcos de pesca, para se informar do estado de defesa, o que conseguiu na terceira noite, sendo os tripulantes do barco os portadores do recado em que Filipe II tinha a *magnanimidade de perdoar o crime de rebelião dos terceirenses*, e que lhes faria muitas mercês de grande interesse para a ilha, logo que se entregassem à sua obediência; e que, continuando os terceirenses na sua teimosia, mandava desembarcar as forças,

^b José Joaquim Pinheiro, *Épocas Memoráveis da ilha Terceira dos Açores*, vol. II, p. 48.

que tinha na armada, e que a ilha seria tomada pelas armas, «*sem a ninguém dar quartel*».

Para quem vinha em disposições de boa paz, ameaçar *não dar quartel*, é realmente provocar uma justa defesa, e suscitar a vontade de aguardar os acontecimentos, para o pagamento de tão *humanitárias* intenções.

Foi o que os terceirenses fizeram: riram-se da *magnanimidade* do perdão e desprezaram aquela ameaça.

«*Vinha na companhia do dito D. Pedro Valdez, um João ou Diogo Valdez,⁷ seu primo,⁸ mui esforçado cavaleiro, por mestre de campo de gente de guerra; o qual por ser amigo de empreender coisas árduas e repugnantes, para estender mais o seu nome, ou por sua cobiça também, que dizem ser demasiada, disse a D. Pedro: que, pois, tinham entre mãos a honra e o proveito, e tanto aparelho, porque esperavam dar isto a outrem, pois viriam os soldados do reino e ganhariam tudo, ficando eles sem nada*».^c

Ao orgulho do comandante espanhol, que julgou, *chegar, ver e vencer*, agradou este conselho do primo, e tratou logo de pôr as coisas em ordem, para realizar o desembarque, e, claro está, pôr em prática a ameaça — «*sem dar quartel a ninguém*».

Em terra vigiavam os terceirenses todos os movimentos da esquadra, e o incansável governador Ciprião de Figueiredo tratava de se preparar para a defesa, tanto quanto era possível.

Auxiliado Valdez pelo piloto de um batel da ilha do Faial, de que a história não sabe o nome, mas que se prestou a indicar o ponto, onde mais facilmente se podia desembarcar, tratou, na madrugada de 25 de julho de 1581, de proceder ao desembarque.

O lugar indicado foi o da larga e profunda baía da Salga, desde o pico do Garcia até à linha central da mesma baía, onde principia a estrada de São Sebastião.

c Dr. Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, livro II, cap. 99.

Era pequena a força de defesa no posto da freguesia do Porto Judeu e costa da Salga, e estava parte confiada ao comando do licenciado Domingos Onzel, que depois se julgou ser oculto partidário dos castelhanos, e que, por isso, um dos seus primeiros atos, quando no dia 24 chegou àquele ponto de fortificação, foi embriagar a força e fazer retirar para a cidade, sob pretexto de não serem necessários os piqueiros que para lá tinham ido.

Apenas Ciprião de Figueiredo teve conhecimento, do regresso dos piqueiros, fez marchar de Angra um reforço de gente de pé e de cavalo, do qual faziam parte pessoas de confiança e de valor.

Ainda assim este reforço, que era pequeno, foi como prevenção, pois o governador esperava que Valdez tentasse o desembarque pela baía de Angra, nesta persuasão havia concentrado na cidade a parte mais importante do seu pequeno exército. Esta persuasão foi um erro, que podia ter funestas consequências, pois o ponto escolhido para o desembarque, estava à distância de légua e meia de Angra, e a igual distância da vila da Praia, ponto que estava também regularmente guarnecido de tropa.

A primeira coluna da força, que Valdez mandou desembarcar, foi de duzentos homens, bem armados, trazendo algumas peças de artilharia de campanha; e fê-lo tão cautelosamente, que ao raiar da manhã quando a vigia, que estava na Ponta dos Coelhos, pôde dar o sinal, já as forças espanholas estavam a saltar em terra, e dos navios era lançada grossa metralha, e em pouco, em rápido assalto, foram as trincheiras terceirenses tomadas, e a artilharia que as guarnecia era aproveitada pelos inimigos contra a pequena força, que tentava embargar-lhe os passos, tendo esta de se refugiar nas colinas.

Assim ficou o campo livre para Valdez poder desembarcar à vontade mais 300 homens, o que constituiu um núcleo de tropa ofensiva muito superior à defensiva.

Porém esta superioridade numérica não fez esmorecer os bons patriotas terceirenses, nem tão pouco quando viram desembarcar o resto do exército, que deu a totalidade de mil homens.

O primeiro ponto conquistado foi o da quinta e casa do abastado lavrador Bartolomeu Lourenço,⁹ casado com a formosa Brianda Pereira,¹⁰ cuja beleza excitou os desejos impúdicos dos chefes espanhóis.

Em pouco, Bartolomeu Lourenço, que valorosamente defendia os seus lares, viu-se ferido e feito prisioneiro conjuntamente com um dos seus filhos. Viu mais as suas messes serem pasto das chamas, pelo fogo propositadamente lançado, a casa saqueada, por toda a parte a destruição, e superior a tudo a honra de sua mulher em grande risco.

Mas no peito da gentil Brianda Pereira pulsava coração varonil, existia bem firme o amor puro da esposa e santo das mães, e ao ver o marido e o filho prisioneiros dos inimigos da sua pátria, incendiários do seu pão, roubadores do seu lar, daqueles, que, com avidez lúbrica, se preparavam para profanar a sua honra, que ela tanto presava, exorta as demais mulheres à defesa; é a primeira que dá o exemplo armando-se com dardos, e com este nobilíssimo proceder infundindo coragem a todos, foi com excecional valor arrebatado, do meio dos soldados espanhóis, o marido que estremecia, o filho que idolatrava!

O nome de Brianda Pereira, que a história terceirense regista com justo orgulho, pode bem ser colocado ao lado de Ana Fernandes e de Isabel da Veiga, a formosa madeirense, que nos cercos de Diu immortalizaram os seus nomes.

As mulheres de Diu¹¹ desempenharam importante papel na defesa da fortaleza; às mulheres terceirenses foi necessário mandá-las retirar e recolher à ermida de São João, próxima do lugar onde se travava a notável batalha da Salga,¹² para que não sacrificassem as vidas naquela luta, que só a homens pertencia.

A notícia, de que os espanhóis haviam desembarcado na Salga, soube-se rapidamente em Angra e Praia, e logo a toda a pressa partiram destacamentos em socorro da pequena força terceirense, que tratava de embargar o passo tropas castelhanas.

Comandavam a força de Angra os capitães Sebastião do Canto,¹³ Pedro Cota da Malha,¹⁴ Bernardo de Távora,¹⁵ Gaspar Cavo de Barros¹⁶ e Francisco Dias Santiago,¹⁷ e as da Praia os capitães Gaspar Camelo do Rego¹⁸ e Simão de Andrade Machado,¹⁹ constituindo a reserva a tropa francesa da nau de António

Scalin, e bons patriotas que, das ilhas ocidentais, tinham vindo alistar-se voluntariamente no pequeno exército terceirense.

Tomou o comando geral desta força o governador Ciprião de Figueiredo, colocando-a como julgou mais conveniente, segundo as posições ocupadas pela força inimiga, para frente a frente a combater.

Começou de parte a parte um aturado e valente tiroteio. De um lado soldados bem disciplinados, bem armados, e habituados ao combate, do outro cidadãos desconhecedores da arte de guerra, e que só tinham a favor o grande amor patriótico, que os animava, defendendo a terra querida da pátria da invasão estrangeira.

Valdez, que de bordo observou o movimento dos soldados, e os que em terra os comandavam, consideravam certa a vitória, pois que já haviam de assalto tomado as trincheiras, além de que contavam, como estava combinado, que os terceirenses seus partidários, que andavam refugiados nas montanhas, descessem em seu auxílio. Porém os tristes não se atreveram a arriscar a vida, depois o seu número era diminuto, porque a sua miserável propaganda, a favor de Castela, não encontrara eco entre o bom povo patriota terceirense.

Espreitavam de longe o que se passava, e em lugar seguro aguardavam os acontecimentos, para só aparecerem na hora, em que pudessem unir as suas vozes às dos espanhóis, para entoarem o hino da vitória, e terem o quinhão nas recompensas. Eram traidores à pátria e como tais covardes.

Foi rija a peleja. Os terceirenses estavam dispostos a defenderem-se até ao último extremo. Os velhos, como Gonçalo Eanes Machado ²⁰ e António Gonçalves,²¹ eram os primeiros a dar nobres exemplos de valor heroico.

O primeiro, com mais de 60 anos de idade, *«vendo cair junto de si seu filho; investiu a cavalo enristando uma lança contra um pelotão de mais de cinquenta castelhanos, fazendo uma espantosa carnificina, até cair de costas imensamente ferido entre os inimigos, sendo ainda visto nesta posição, brandindo a lança em sua defesa nos poucos momentos de vida, que lhe restavam»*.²²

O segundo, *«que por ser mui bom atirador, e empregar muitas balas no inimigo»*, aconteceu aparecer nas trincheiras a procurá-lo um soldado castelhano com palavras desonestas, ameaças insultuosas para a sua honra e dos que o rodeavam, disse aos seus compatriotas: *«tende-me tento naquele castelhano, enquanto eu carrego, e que ninguém dispare sobre ele»*, e apenas ele descobriu a cabeça, levando o arcabuz à cara, o nosso honrado velho desfechou com tanto acerto, que lançando-o de costas mortalmente ferido, e descobrindo-se, disse em alta voz para o campo inimigo: *«Eia, castelhano, António Gonçalves, depois de velho e cavaleiro, e sua mulher nobre e velha como ele, não querem ser por vós enxovalhados! Tu, que o disseste, não cumprirás o teu danado intento.»*^d

Frei Pedro,²³ religioso graciano, que, levado pelo seu devotado patriotismo, havia acompanhado, bem armado e montado, a força que partira de Angra, e que nem um só momento descansara atacando valorosamente o inimigo, e receando que a vitória fosse adversa aos terceirenses, teve a feliz inspiração de aconselhar ao governador Ciprião de Figueiredo, a que mandasse juntar o gado bravo, que pastava em lugar próximo, e que o fosse encaminhando, espicaçando-o, sobre as tropas castelhanas, a fim de estabelecer entre elas a confusão, aproveitando-se este momento, para se lhes dar uma valente carga, que as obrigaria a completa debandada.

Foi dito e feito. E a feliz ideia do bom frei Pedro ocasionou tudo o que ele havia previsto. O exército castelhano, com a inesperada visita de *los toros*, é posto em desordem; e os terceirenses, aproveitando-a bem, perseguem-no valentemente, e os soldados espanhóis que puderam escapar à fúria do gado, ou à carga da tropa terceirense, tiveram por sepultura o mar, que durante as horas em que eles tinham permanecido em terra, havia alterado um pouco as suas ondas para os receber.

Poucos foram os que escaparam com vida, porque infelizmente os que em terra ficaram prisioneiros, e entre estes D. Diego de Valdez,²⁴ D. Luis de Bazán,²⁵ e o sobrinho do duque de Alba, foram vítimas das iras populares, sem que de nada lhes pudesse valer o pregão que Ciprião de Figueiredo mandou soltar, para que

d [José Joaquim] Pinheiro, *Épocas Memoráveis [da ilha Terceira dos Açores]*, vol. II.

se respeitassem os prisioneiros, e que todos se retirassem deixando os despojos inimigos.

Esta nota tristíssima, que de ordinário acompanha a grande maioria das ações bélicas, foi uma mancha, que, em parte, ofuscou a glória dos vencedores.

É certo que, se a vitória fosse favorável aos espanhóis, os atos de crueldade, desrespeito, afronta, roubo e assassinato, seriam em muito maior número, e indicado estava isso na ameaça — «*sem a ninguém dar quartel*», nas ameaças e afrontas que os soldados castelhanos dirigiram ao velho António Gonçalves e aos que o rodeavam, e no que pretendiam realizar os chefes com respeito à formosa e varonil Brianda Pereira. Isto, porém, não justifica os atos de desumanos que alguns terceirenses praticaram, mas quem pode afirmar, que eles não foram um cego e louco de desforço, consequência das ameaças anteriormente feitas e das afrontas dirigidas?

D. Pedro de Valdez, devido ao vento principiar a soprar fortemente, e com receio de ver a esquadra despedaçar-se na costa, deu o sinal de retirada, completamente transtornado pela derrota sofrida, e receoso pelo castigo que o aguardava, por haver transgredido as ordens recebidas. Foi sentenciado a ser decapitado, mas devido a altos empenhos a sentença não se cumpriu, sendo-lhe concedido o retirar-se para Oviedo, terra da sua naturalidade.²⁶

Em Angra tiveram lugar, no dia 26 [de julho], entusiásticas demonstrações de regozijo pela vitória alcançada, e o senado mandou celebrar, na catedral, uma missa, em ação de graças. Ciprião de Figueiredo foi alvo de calorosas e merecidas ovações pela maneira valorosa e acertada como se houve nesta gloriosa luta.

Em seguida à celebração da missa voltou o governador, acompanhado de religiosos franciscanos e graciosos, ao campo do combate, para se proceder ao sufrágio e enterramento dos cadáveres.

Como os jesuítas não quisessem tomar parte nos atos religiosos celebrados em ação de graças pela vitória da Salga, e atendendo a que eles tinham sido os principais instigadores para a existência na Terceira de um partido a favor de Filipe II, o povo requereu verbalmente ao senado e ao governador, para que lhes

fossem confiscados os bens e rendas, tapando-se-lhes as portas e as janelas do colégio, ficando assim incomunicáveis, por serem traidores à pátria e ao rei.

Insistindo o povo nesta sua petição, e querendo o senado e Ciprião de Figueiredo ver se conseguiam dissuadir o povo, a que mudasse de intento, levaram os padres jesuítas a prestar juramento de fidelidade, o que eles fizeram, mas o povo não dando crédito ao juramento prestado, novamente insistiu, e os jesuítas foram encerrados no colégio, sendo-lhes todas as portas e janelas tomadas a pedra e cal, com exceção de uma janela, em que se colocaram por fora portadas ferro, que se abriam bissemanalmente para lhes dar os géneros alimentícios, e isto sob a vigilância dos oficiais franceses.

O entaipamento dos padres jesuítas durou um ano, pois só em julho de 1582, foram, por ordem de D. António, para a Inglaterra, sendo substituídos por outros, que o rei trouxe em sua companhia.

Estava, pois, alcançada a primeira vitória contra as forças castelhanas, que não lhes sucedeu terem como no continente, fácil entrada.

Lá, diz um notável historiador, «*o exército do duque de Alba não teve de ferir batalhas, algumas escaramuças lhe bastaram para conquistar Portugal*»; porém, aqui na ilha Terceira, o domínio espanhol encontrou patriótica e valente resistência, durante o período de três anos, pois só em 11 de agosto de 1583, é que Filipe II foi aclamado na ilha Terceira, rei de Portugal e seus domínios.

E para que tal sucedesse foi necessário um exército quase tão numeroso, como o que comandava o duque de Alba, e ainda assim que a traição tivesse lugar como veremos na continuação desta recordação histórica.

-
- 1 Pedro de Valdés y Menéndez de Lavandera (Gijón, Astúrias, 1544 — Gijón, 9 de março de 1615), com o nome também grafado *Pedro de Valdez*, militar que atingiu o posto de almirante das armadas espanholas. Comandou a armada que tentou o frustrado desembarque na ilha Terceira que deu origem à batalha da Salga e teve participação relevante na subsequente conquista dos Açores para Filipe II de Espanha. Serviu com distinção na Carreira das Índias Ocidentais, na Florida e em Cuba, sendo um dos nobres espanhóis que esteve prisioneiro na Torre de Londres depois do desastre da Invencível Armada.
 - 2 Lope de Figueroa (Guadix, Granada, c. 1541 — Monzón, Aragão, 28 de agosto de 1585), nas fontes portuguesa frequentemente referido por *Lopo de Figueiroa*, cavaleiro da Ordem de Santiago, comendador do fornecimento dos bastimentos de Campo de Montiel, capitão, mestre-de-campo general e capitão-general da costa do Reino de Granada. Foi o principal líder militar na conquista espanhola da ilha Terceira, comandando as forças que ocuparam a ilha na sequência do desembarque da Baía das Mós em julho de 1583.
 - 3 Martim Afonso de Melo Coutinho (c. 1530 —), enteado do governador Ambrósio de Aguiar Coutinho, a quem sucedeu no cargo, como governador interino, após o falecimento deste em Ponta Delgada a 5 de julho de 1582.
 - 4 Luis de Bazán (Granada, c. 1547 — Salga, 25 de julho de 1581), capitão de Infantaria, sobrinho de Álvaro de

Bazán, marquês de Santa Cruz. Encarregado, em conjunto com Diego de Valdés, do comando das forças desembarcadas na Salga, foi morto em combate, ficando o seu cadáver sepulto na Terceira. Na edição original lê-se «D. Luiz de Basam».

- 5 Nas relações de participantes não aparece qualquer militar identificado como sobrinho do Duque de Alba. Contudo, dada a plasticidade do conceito de sobrinho, é de admitir que possa ter estado presente alguém com esse estatuto.
- 6 Parece haver confusão entre este primo, talvez Juan de Valdés, e o capitão Diego Valdés que era filho de Pedro de Valdés, o comandante da esquadra (cf.: Cesáreo Fernández Duro, *La conquista de las Azores en 1583*, p. 13. Madrid, Est. Tipográfico Sucesores de Rivadeneyra, 1886).
- 7 Diego de Valdés (Gijón, c. 1560 — Salga, 25 de julho de 1581), capitão de Infantaria, filho de Pedro de Valdés, o comandante da esquadra que tentou o desembarque na Salga. Encarregado, em conjunto com Luis de Bazán, do comando das forças desembarcadas, foi morto em combate, ficando o seu cadáver sepulto na Terceira. Na historiografia açoriana, a partir de Gaspar Frutuoso, aparece variadamente referido como Diogo ou João (*Juan*) de Valdez e erroneamente descrito como sobrinho ou primo de D. Pedro de Valdés. Esta confusão resulta de ter estado integrado naquela esquadra um Juan de Valdés, sobrinho de comandante D. Pedro de Valdés (e, portanto, primo de Diego de Valdés), que, contudo, não desembarcou, ficando no comando dos navios que durante o desembarque faziam o bloqueio dos portos da Praia e de Angra (cf.: Cesáreo Fernández Duro, *La conquista de las Azores en 1583*, p. 213. Madrid, Est. Tipográfico Sucesores de Rivadeneyra, 1886).
- 8 Era filho de D. Pedro de Valdés (cf.: Cesáreo Fernández Duro, *La conquista de las Azores en 1583*, p. 13. Madrid, Est. Tipográfico Sucesores de Rivadeneyra, 1886).
- 9 Bartolomeu Lourenço (c. 1550 —), «*abastado lavrador*», marido de Brianda Pereira, feito prisioneiro na fase inicial do desembarque da Salga (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IV, p. 345).
- 10 Brianda Pereira (Porto Judeu, c. 1550 — Concelho da Vila de São Sebastião, c. 1620), mulher elevada pela historiografia da Batalha da Salga e dos acontecimentos que a rodearam ao papel de heroína da resistência da ilha Terceira a Filipe II de Espanha. Embora sem base histórica que o sustente, a figura de Brianda Pereira foi mitificada pelo movimento romântico a partir de finais do século XIX, sendo elevada ao estatuto de heroína pela propaganda do Estado Novo, no contexto da afirmação do nacionalismo português dos açorianos. A figura popularizou-se, sendo feita matrona de diversas instituições e dando origem a múltiplas peças de teatro popular, cantigas e danças de Carnaval.
- 11 Referência às mulheres que Diogo do Couto afirma terem integrado como um «*esquadrão feminino*» para colaborar na defesa da fortaleza durante o 2.º cerco de Diu em 1546 (cf.: Diogo do Couto, *Decada sexta da Asia, dos feitos que os portugueses fizeram [...]*. Lisboa, P. Crasbeeck, 1614; Roger Jesus, O Segundo Cerco de Diu (1546), in *Estudo de História Política e Militar*, pp. 94-97. Universidade de Coimbra, 2012).
- 12 A Batalha da Salga foi um recontro travado a 25 de julho de 1581 na zona circundante à baía da Salga, na jurisdição do extinto concelho da Vila de São Sebastião, entre uma força de desembarque espanhola, comandada por Pedro de Valdés, e as forças portuguesas que, em nome de D. António I, sob o comando de Ciprião de Figueiredo, defendiam a ilha em oposição à união pessoal com Espanha. Com recurso a vários estratagemas, o desembarque foi repulso, com grandes perdas para o lado espanhol. A vitória na Salga animou os defensores da ilha permitindo a manutenção da resistência até julho de 1583.
- 13 Sebastião do Canto (—), capitão de uma das companhias das milícias de Angra que participaram na Batalha da Salga.
- 14 Pedro Cota da Malha (—), capitão de uma das companhias das milícias de Angra que participaram na Batalha da Salga.
- 15 Bernardo de Távora (—), capitão de uma das companhias das milícias de Angra que participaram na Batalha da Salga.
- 16 Gaspar Cavio de Barros (—), capitão de uma das companhias das milícias de Angra que participaram na Batalha da Salga.
- 17 Francisco Dias Santiago (—), capitão de uma das companhias das milícias de Angra que participaram na Batalha da Salga.
- 18 Gaspar Camelo do Rego (São Miguel, c. 1550 — Praia, 22 de janeiro de 1624), ouvidor, capitão-mor, vereador e juiz ordinário da Câmara da Praia. Foi capitão de uma das companhias das milícias de Praia que participaram na Batalha da Salga (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 97).
- 19 Simão de Andrade Machado (São Mateus da Calheta, c. 1550 — c. 1583), capitão de uma das companhias das milícias da Praia que participaram na Batalha da Salga.
- 20 Gonçalo Eanes Machado (—), tinha mais de 60 anos aquando da Batalha da Salga, na qual se distinguiu.
- 21 António Gonçalves (—), considerado «*velho*», participou na Batalha da Salga, na qual se distinguiu.
- 22 Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, livro II.
- 23 Pedro de Frias (c. 1537— Paris, c. 1597), religioso graciano, mencionado por António Caetano de Sousa na *História Genealógica*, acompanhou D. António, Prior do Crato, na sua luta pela manutenção da independência portuguesa, redigindo a obra *Crónica del-Rei D. António* (publicada pela Imprensa da Universidade de Coimbra em 1955), a única que se lhe conhece e cuja versão é o produto de uma revisão efetuada pelo próprio autor (cf.: Pedro de Frias, *Crónica del-Rei D. António, Estudo e leitura de Mário Alberto Nunes Costa*. Coimbra, *Acta Universitatis Conimbrigensis*, 1955).

-
- 24 Na edição original lê-se «*D. João Valdez*».
- 25 Na edição original lê-se «*D. João de Basan*».
- 26 Não foi esse o destino de Pedro de Valdés, pois posteriormente serviu com distinção na Carreira das Índias Ocidentais, na Florida e em Cuba, sendo um dos nobres espanhóis que esteve prisioneiro na Torre de Londres depois do desastre da Invencível Armada (cf.: Cesáreo Fernández Duro, *La conquista de las Azores em 1583*, p. 13. Madrid, Est. Tipográfico Sucesores de Rivadeneyra, 1886).

Capítulo XXIV

Referências ao acontecido na Terceira desde 1580 a 1642

Da chegada do conde Manuel da Silva ao desembarque na Baía das Mós

Aguardando os acontecimentos, e sempre providente, tratou Ciprião de Figueiredo da organização de novas forças e da reparação e aumento das fortificações da ilha.^a

Foi nesta ocasião que se constituiu o forte denominado de Santo António, no Monte Brasil, em atenção ao nome de D. António.^b

Preparados assim os terceirenses para a defesa, souberam, pela correspondência apreendida a uma caravela, que trazia instruções para Valdez, e que por engano aportou a Angra, que a ilha seria em breve acometida por uma importante esquadra sob o comando de D. Lopo de Figueiroa, à qual se havia de juntar a esquadra de Valdez.

Logo que as esquadras apareceram, foram recebidas com um continuado e vivo fogo, o que as obrigou a conservarem-se na devida distância, fazendo D. Lopo novas propostas em nome de Filipe II, que foram patrioticamente rejeitadas. As esquadras seguiram para Lisboa.

Livre, temporariamente, este heroico povo dos seus inimigos, principiou a discórdia a perturbar-lhe o sossego, promovendo-se contra Ciprião de Figueiredo uma surda guerra.

Aos aplausos de ontem tinha de se seguir fatalmente a cruel ingratidão. Foi assim em todos os tempos. Os heróis de ontem são as vítimas de amanhã. O brilho da glória ofusca e cega, e os detratores aparecem sempre malsinando as melhores intenções, caluniando, se tanto preciso for.

Tendo o tribunal da relação, criado em Angra, condenado à morte o desditoso madeirense João de Bettencourt, e os seus companheiros, uns a degredo, outros

a Os *Anais da Ilha Terceira* e as *Épocas Memoráveis* tratam miudamente destas importantes fortificações.

b É neste forte que está montado o farolim, único que possui a ilha Terceira, não obstante os repetidos estudos que se têm feito para a iluminação urgente das costas dos Açores.

à pena de dinheiro, o coração generoso de Ciprião de Figueiredo levou-o a sustentar a sentença, solicitando de D. António o perdão para os condenados.

Não temendo o general os jesuítas que estavam entaipados no colégio, entendeu praticar o ato humanitário de requerer à Câmara o seu desentaipamento.

Pois estes dois atos humanitários foram o bastante, para que Ciprião de Figueiredo, o herói vitorioso na véspera, fosse considerado suspeito, espalhando os padres franciscanos e gracianos, rivais dos jesuítas, que ele se passara para o partido de Castela!

Magoado profundamente, pelo que tão injustamente se lhe atribuiu, o digno e valente governador escreveu a D. António, rogando-lhe que apressasse a sua vinda para a Terceira, ou que mandasse quem pudesse conter o estado anárquico, que de dia para dia aumentava, pois que se via cercado de inimigos.

Ao mesmo tempo eram dirigidas a D. António caluniosas queixas contra o honrado governador.

De tudo isto resultou mandar D. António, para governar os Açores, o seu valido e confidente Manuel da Silva,¹ conde de Torres Vedras, que desembarcou em Angra, em fevereiro de 1582.

Assim cessou o governo de Ciprião de Figueiredo, que tantas e tão sobejas provas havia dado do seu valor, lealdade e dedicação.^c

O conde Manuel da Silva foi recebido em Angra com pompa realenga, estabelecendo residência nos antigos paços dos donatários, e tendo sempre uma guarda de honra, composta por tropa francesa.

Os seus primeiros atos administrativos demonstraram logo o seu carácter despótico, ambicioso, vingativo e cruel. Quis-se impor pelo terror, e ter autoridade pelo medo que inspirasse, e assim estabeleceu um tribunal com todo o aparato judicial da corte de Lisboa. Os suspeitos de partidarismo castelhano foram bárbara e inquisitorialmente castigados.

^c Ciprião de Figueiredo acompanhou D. António, quando este se retirou da ilha Terceira para a França. Existem cartas do rei Henrique [de França], de Maria de Médicis ao grão-duque de Toscana e de D. António ao papa Gregório XIII, que são a prova da alta consideração em que era tido este ilustre português. Estas cartas estão publicadas no *Archivo dos Açores*, bem como muitos e importantes documentos relativos ao Prior do Crato.

Estabeleceu a casa da moeda, para acudir despesas com a tropa, fortificação da costa da ilha e construção e reparação de navios, mandando fabricar moedas de ouro, prata e cobre.^d

Para a cunhagem da moeda fez um bando precatório, obtendo elevado número de cadeias de ouro, anéis, peças de prata e muitas e valiosas joias, âmbar, trigo e gado.^e

Tudo isto fez levantar geral inimizade contra Manuel da Silva, e a discórdia alastrava-se entre a família terceirense. A popularidade do conde tinha por esteio o populacho ignorante, e os padres animavam a discórdia, com as suas prédicas nos púlpitos, segundo o partido a que pertenciam.

Tornou-se notável a favor de Castela frei António Varejão,² natural de Freixo de Espada à Cinta.^f

Como o bispo, que era partidário de Castela, não voltasse à sede da diocese, foram-lhe formadas culpas, e o cabido considerou a sé vacante.⁹ Foi nomeado provisor e vigário-geral o licenciado Amaro Lopes da Costa.

Em junho de 1582 fundearam em Angra três naus francesas, sob o comando do capitão Landoy,³ que deu a notícia de que, em breve, chegaria D. António ao Açores com duas importantes armadas, uma francesa e outra inglesa.

Quando Filipe II teve conhecimento de que D. António partira de França, com uma frota de setenta navios, guarnecida por oito mil homens, tratou imediatamente da partida, para os Açores, da armada castelhana.

A armada de D. António chegou à ilha de São Miguel a 14 e 15 de julho. Era composta de 60 velas, «*tendo oito mil homens de guerra, quase todos franceses, fora a soldadesca e gente de marinha*».^h Vinha por general do mar e contestável

d Carta régia de 1 de abril de 1582.

e Dizem os historiadores que este bando constituiu um tesouro, de que o conde se apossou.

f Os padres Cordeiro e Frutuoso escrevem que frei António Varejão era muito considerado pelo seu talento e virtudes. Fez doação de parte dos seus bens à Misericórdia de Angra e a outra parte ao seu provincial para a fundação do convento dos graciosos, a qual teve lugar em 1584, sendo seu primeiro prior frei Pedro, natural de São Miguel. Antes de fazer esta doação principiou a construir a casa para o hospital, que mais tarde serviu para mosteiro das freiras da Conceição. É a casa onde hoje está estabelecido o hospital de Santo Espírito.

g Este ato patriótico do cabido, ocasionou altas perseguições aos capitulares no tempo do domínio castelhano.

h Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, *Topographia da ilha Terceira*, 2.^a parte.

o conde de Vimioso,⁴ e general de guerra e marechal o conde e marechal francês Filippe Estrosse.⁵

Estabelecido o bloqueio, em São Miguel, desembarcou D. António as suas forças entre a Alagoa e Rosto de Cão.

Faltava submeter nesta ilha o Castelo de São Brás,⁶ onde se haviam refugiado as forças castelhanas, e o novo governador Martim Afonso de Melo, enteado do governador Ambrósio de Aguiar, que falecera há poucos dias. D. António recebeu, então, a notícia de que se aproximava daquela ilha uma poderosa armada castelhana.

Em vista desta notícia embarcou el-rei com os seus na noite de 21 para 22, deixando em terra uma pequena força. Na armada foi resolvido, que D. António não assistisse àquele combate, e que se retirasse para a ilha Terceira.

A armada castelhana tinha por general o marquês de Santa Cruz, D. Álvaro de Bazán,⁷ e era composta por sessenta vasos de guerra, fora os patachos⁸ de aviso, tendo seis mil homens de peleja, além de muita fidalguia e inumerável marinhagem, e que, apesar de ser tão formidável não fora recebida em Vila Franca [do Campo].ⁱ

Não nos sendo possível acompanhar os historiadores, descrevendo este combate notável, limitamo-nos a dizer que, não permitindo o tempo, que durante os primeiros dias se passasse da troca de tiros, no dia 26 de julho de 1582, se atacaram furiosamente as armadas, ficando vitoriosos os castelhanos, sendo grande a mortandade de parte a parte.

D. Francisco de Portugal,⁹ conde de Vimioso, e o general Estrosse, morreram nesta patriótica luta, o que levou o desânimo às forças de D. António.

Alguns historiadores relatam que a vitória alcançada foi devida a não terem tomado parte no combate todos os navios da armada de D. António, e citam que o conde de Brissac,¹⁰ lugar tenente de Filipe Estrosse, não entrou na batalha com as suas oito naus.^j

i Dr. Gaspar Frutuoso, [*Saudades da Terra*].

j O *Archivo dos Açores* publica a relação das pessoas francesas importantes, que estavam na armada portuguesa,

*

Na incerteza do resultado da batalha naval, travada em frente da ilha de São Miguel, desembarcava D. António no pequeno porto de São Sebastião,¹¹ na ilha Terceira, aos 26 de julho de 1582.

Dando D. António entrada, pela primeira vez, na pequena ilha, que tantas provas lhe havia dado da sua fidelidade, e que fora teatro de tantos heroísmos, e que naquela hora de angústia lhe era guarida e refúgio, o desditoso monarca, a não ser que ainda o animasse uma enganadora esperança, devia ver logo que recebeu a notícia da derrota da sua esquadra, que as suas legítimas pretensões à coroa portuguesa tinham chegado ao seu termo fatal; que só lhe restava a consolação, no presente, de estar entre um povo generoso e leal, a quem só devia gratidão, restando-lhe, no futuro ir procurar, em lugar estranho, seguro asilo.

Derrotada a sua armada, obedecendo ao rei de Castela todos os pontos, onde chegara o domínio português, não podia, em boa razão, supor D. António, que um pequeno rochedo oceânico pudesse continuar a sustentar ingente luta, para defender até à última a sua causa, conseguindo que ele visse coroados de feliz êxito os seus desejos, que eram os dos bons e leais portugueses.

Sacrifício de vidas e fortunas, em prol da independência pátria, haviam já feito os terceirenses, auxiliados em boa parte pelos seus irmãos das ilhas ocidentais. Para ir mais além necessitava-se de todos os elementos, que tão críticas circunstâncias exigiam, e estes é que D. António não tinha, para combater o *demónio do meio-dia*.¹²

Além disto era grande a discórdia entre a família terceirense, para a qual havia concorrido muito o homem que o infeliz monarca tinha colocado, de sua confiança, como governador dos Açores, o conde Manuel da Silva. A maioria dos historiadores consideram-no, pela sua imbecilidade governativa, pelo seu carácter despótico e sórdida ambição de riquezas, altamente prejudicial à causa de D. António.

¹¹ e que ficaram prisioneiras. Publica também extratos de descrições desta importante batalha naval, e narra as crueldades que se lhe seguiram.

O padre Jerónimo Emiliano de Andrade, tratando do conde Manuel da Silva, defende-o e julga indizível a energia e valor, que ele desenvolveu para sustentar a ilha Terceira e rechegar quaisquer forças, que contra ela enviasse Filipe II; outros, porém, acusam-no e crimina-no pela sua crueldade e ambição desmedida, chegando até a julgá-lo como traidor na última batalha travada entre as forças terceirenses e as castelhanas, e apoiam estes sua acusação em ele pretender fugir, antes da decisão do combate, a fim de se escapar com as riquezas, que havia rapacemente acumulado, o que não pôde conseguir, devido à vigilância dos terceirenses. Não precipitemos, porém, os acontecimentos.

Acompanhado por uma força de mil homens de pé e de cavalo, que com ele desembarcou, deu D. António entrada na cidade de Angra.

Completava um ano, na véspera da sua chegada à Terceira, que a esquadra comandada por Valdez levantara ferro, ficando derrotadas e mortas, no campo e mar da Salga, as forças castelhanas, entrando, no dia 26 de julho de 1581, em Angra, as forças terceirenses por entre entusiásticas aclamações de júbilo. Decorrido um ano, entra na mesma cidade o rei, por quem as terceirenses se haviam sacrificado, sem que pudessem ter lugar as saudações entusiásticas, que todos desejavam prestar-lhe.

À entrada da cidade, antes de chegar ao portão de São Bento, onde aguardavam as autoridades, nobreza e grande concurso de povo, teve D. António de se apeiar, e naquele local deu beija-mão.

Este ato, a que devia presidir toda a cordura¹³ e tolerância, tornou-se censurável, pois inquirindo D. António de todos os que se lhe apresentavam, mostrou-se afável para com os que se diziam seus partidários, repudiando os que lhe diziam ser suspeitos. O infeliz monarca tinha também contra si não possuir o segredo de saber conquistar corações. Este seu proceder leviano fez-lhe aumentar o número dos que não lhe eram afetos.

Depois de receber o senado e passar revista às forças militares, estacionadas em São Bento, montou a cavalo, e sob o pálio deu entrada solene em Angra, recolhendo-se ao convento de São Francisco, indo residir no dia seguinte para os paços dos capitães donatários, onde recebeu a notícia da derrota da sua

armada e da morte do marechal e do conde de Vimioso. Tomou luto durante oito dias.

Findo o luto, percorreu a cidade, visitou os estabelecimentos públicos, conventos e as vilas de São Sebastião e Praia e as fortalezas, repudiando sempre todos os que lhe diziam ser suspeitos, até as próprias freiras.

Os jesuítas, que estavam entaipados no Colégio foram mandados para Inglaterra, e substituídos por outros que trouxe em sua companhia. No Colégio foi estabelecida a enfermaria militar dos franceses, e o armazém de munições.

Nos fins de agosto apareceu a esquadra espanhola em frente da ilha, tentando o marquês de Santa Cruz, por cartas e embaixadas, a sua rendição: mas nada conseguindo, e vendo que não podia favoravelmente realizar um desembarque, retirou-se para Lisboa.

Apenas restaurados os restos da esquadra de D. António, que, com os navios que estavam fundeados na baía de Angra, se conseguiu obter um número de setenta velas, e feito o recrutamento de mil homens, saiu el-rei para França, no dia 15 de outubro de 1582, levando oitenta fidalgos que lhe tinham sido delatados, como inconfidentes.

Chegando a esquadra ao mar largo, sobreveio um temporal, arribando muitos dos navios a Lisboa, França e Inglaterra, voltando D. António à Terceira apenas com vinte navios, que com mais nove que conseguira equipar, constituíram a esquadra, com que partiu para França em fins de novembro.

*

Enquanto se preparava em Lisboa a esquadra espanhola, destinada a render a ilha Terceira, preparativos que levaram quase um ano, aprontavam-se belicamente os terceirenses, para a receber.

O conde Manuel da Silva, para sustentar o seu poder absoluto de visor-rei, apoiava-se nas forças francesas e inglesas. A sua situação era realmente crítica pelas continuadas perseguições aos que tinha por suspeitos. Além dos inimigos políticos, tinha os pessoais.

Com o fim de estabelecer o corso, organizou uma armada de dez velas, sob o comando do madeirense Manuel Serradas.¹⁴ Foi grande o número de navios espanhóis aprisionados, sendo espoliada uma das ilhas de Cabo Verde, e retirada toda a artilharia e munições de guerra do Castelo de Arguim.¹⁵ Os despojos foram importantíssimos.

Como Filipe II julgasse que D. António ainda estava na Terceira, no princípio do ano de 1583, mandou-lhe um emissário, com novas propostas, para se pôr termo à luta. O emissário, de nome Amador Vieira,¹⁶ foi logrado por Manuel da Silva, que dele obteve toda a correspondência, praticando o abuso de a ler, não dando conhecimento a D. António do seu conteúdo.

Em 17 de maio, saiu do Havre de Grace,¹⁷ sob comando do comendador de Chaste,¹⁸ governador de Dieppe,¹⁹ um novo contingente, que a rainha de França concedeu a D. António, o qual chegou ao porto de Angra a 11 de junho. Este contingente veio em oito navios e compunha-se de mil e quinhentos homens, munições e artilharia, além de oitenta fidalgos considerados bons guerreiros.

Fez-se a distribuição das forças pelos diversos pontos de fortificação, sendo destacados para a ilha do Faial quatrocentos homens de tropa francesa, sob o comando de Mr. Charles.²⁰

Desde a primeira conferência que Mr. de Chaste teve com Manuel da Silva, sobre o plano de defesa da ilha e distribuição de forças, estabeleceu-se entre os dois completa divergência.

A 26 de junho de 1583 saiu do porto de Lisboa a armada espanhola, sob o comando de D. Álvaro de Bazán, constando de doze galeras, dois galeões e trinta naus com barcos e baixeis de menor grandeza. O efetivo destinado para desembarque era superior mil homens, aos quais se tinham de juntar as forças que se obtivessem em São Miguel.

A 19 de julho fundeou a armada naquela ilha, e a 24 estava em frente da Terceira.

Estabelecido o bloqueio, tentou o marquês, no dia 25, conseguir pacificamente a rendição da ilha; mandando a terra emissários com cartas oficiais. Como das mais vezes, nada foi aceite.

No dia 26 de julho, data tristíssima para os terceirenses, quanto gloriosa lhe havia sido igual data dois anos antes, conseguia o marquês de Santa Cruz desembarcar quatrocentos homens pela enseada, a que chamam a Casa ou Baía das Mós, que dista duas léguas da cidade e uma da vila da Praia, rendendo à escalada os fortes que lá havia, desembarcando em seguida o resto da tropa, que montava a dezasseis mil homens.

Os sinos dispostos nas montanhas deram o sinal de que os castelhanos haviam desembarcado, e então, o conde Manuel da Silva marchou aceleradamente ao encontro com oito mil homens; travou-se valente luta, pelejando a vanguarda dos dois exércitos até ao anoitecer, com iguais perdas e sem resultado para qualquer dos combatentes.

Dizem os historiadores, que descrevem minuciosamente todo o ocorrido nesta batalha, que à má direção dada por Manuel da Silva, ignorante em coisas de guerra, se deveu o não haver sido repulso o exército castelhano.

O que é certo, é que o marquês de Santa Cruz, não obstante ter já em terra o seu numeroso e aguerrido exército, estava receoso do resultado, tanto que mandou na noite de 26 para 27 propor os partidos já oferecidos.

Combinando Manuel da Silva com Mr. de Chaste um plano de defesa para o dia 27, não o cumpriu, deixando de mandar guarnecer, com a artilharia necessária, os postos para tal fim destinados, tratando de se evadir, levando o seu tesouro, pelo lugar da Feteira, com o falso pretexto de ir reconhecer oitenta velas que se dizia aparecer ao norte da ilha. Não pôde conseguir este seu intento, porque desconfiando-se da fuga não deixaram as fortalezas de Angra sair a caravela, que para isso ele havia destinado.

Quando ao amanhecer do dia 27 as tropas portuguesas viram abandonados os pontos, que deviam estar defendidos por artilharia, logo a cavalaria começou a procurar o campo gritando: *traição! traição!* E o desânimo se apoderou de todas as fileiras. Os franceses, enganados pelo conde, haviam abandonado o posto que defendiam.

Desta traição, segundo classificam alguns historiadores, ou falta de conhecimento das coisas da guerra, pois que Manuel da Silva, apesar de ser mau,

cruel, vingativo e ambicioso, resistiu sempre a todas as vantagens sedutoras propostas do rei castelhano, resultou o terem as tropas portuguesas de se retirar, e o exército espanhol dar entrada em Angra na tarde de 27 [de julho].

Descrever as atrocidades praticadas pelos espanhóis, e as perseguições cruéis de que foram vítimas os terceirenses teríamos de ir longe. Roubos, desacatos de toda a ordem, mortes, tudo, enfim, que existe de mais infamante, tudo foi praticado.

O conde Manuel da Silva andou refugiado nos matos, escondido em cavernas, e, ao tentar fugir pelo porto da freguesia dos Biscoitos, as mulheres lançaram fogo a todos os barcos.

A capitulação foi assinada por Mr. de Chaste, depois de três dias de rigoroso saque, e no dia 31 as tropas francesas e inglesas entraram na cidade, depois de terem entregado todas as armas, com exceção das espadas, embarcando no dia 3 de agosto para França.

A esquadra espanhola procedeu depois à rendição das ilhas ocidentais, havendo renhido combate na ilha do Faial, capitulando ali com vantagem as forças defensoras, saindo com armas e bagagens.

Sendo Manuel da Silva descoberto por uma mulher cativa, na ocasião em que disfarçado com um uniforme espanhol, fazia serviço com as escoltas, que andavam em sua própria busca, foi preso, e nesta ocasião declarou ao capitão da escolta:

— «Uma coisa devo dizer-lhe: o marquês desejou de prender-me, eu o mereço: ele não ganhou a Terceira, eu lha entreguei.

— E v. s. porque a não entregou sem guerra e pacificamente?

— Porque me não atrevia com o povo, que receei de se alvoraçar contra mim, como fizera ao fidalgo João de Bettencourt: e ainda assim mesmo corre entre como certo, tê-la eu entregado, achando-se por isso contra mim, que não achei ninguém que me guardasse segredo, antes todos buscavam descobrir-me.»

Dois dias depois, subiu ao cadafalso, levantado praça de Angra, e pedindo perdão a todo o povo e moradores da ilha, foi-lhe decepada a cabeça por um algoz tudesco.²¹ A esta execução seguiram-se muitas outras. Horrorizam as descrições, das quais uma das mais minuciosas é a do *Archives des Voyages* por H. Ternaux-Compans,²² tomo I, página 423.²³

A cabeça de Manuel da Silva foi exposta na praça pública, no mesmo lugar onde ele havia mandado expor a cabeça de Melchior Afonso,²⁴ partidário do rei de Castela.

As moedas de D. António foram publicamente destruídas pelo fogo. No saque até o relógio da cidade foi levado.

O marquês arrecadou todas as riquezas, que pôde obter, sendo entre elas as do conde Manuel da Silva, de que se achava de posse um capitão espanhol, que as houvera, na ocasião do saque, do italiano Marco António,²⁵ secretário e íntimo amigo do conde.

Para as Câmaras e cargos públicos foram nomeadas pessoas da parcialidade de Castela, fazendo-se a aclamação de Filipe II no dia 11 de agosto de 1583, na vila da Praia.

Dias depois partiu parte da armada para Lisboa, levando muitos prisioneiros, entre estes, pessoas importantes. Sobrevindo um temporal, a nau capitânia e uma outra foram feitas prisioneiras de um corsário, que se apoderou de uma boa parte das riquezas, que os espanhóis haviam saqueado na Terceira e Faial.

Foram presos dois padres terceirenses: o licenciado frei Manuel Marques²⁶ e o dr. Frei Agostinho,²⁷ sendo vendidos aos mouros, como cativos. O primeiro morreu no cativeiro e o segundo foi resgatado para França, falecendo anos depois em Bordéus.

Por carta patente de 1 de agosto de 1583 foi, por D. Álvaro de Bazán, nomeado Cristóvão Soares de Albergaria,²⁸ corregedor da ilha Terceira e das mais ilhas circunvizinhas. Para governador e mestre de campo de infantaria, nos Açores, foi nomeado D. João de Horbina,²⁹ com quem o corregedor comunicaria, para

conhecer de quaisquer causas civis e crimes, e para as terminar sem apelação nem agravo.

Deixava o orgulhoso marquês de Santa Cruz a máquina montada para o cativoiro dos terceirenses.

Estava cativo este povo heroico, mas o seu patriotismo existia impoluto, e a sua lealdade não sido maculada.

Estava sujeito à opressão estranha, mas para isso levava o altivo leão de Castela três anos, e para o dominar fora necessário um exército, com apenas menos quatro mil homens, do que constava o exército com que o duque de Alba conquistara Portugal, e ainda assim houve os erros do governador Manuel da Silva.

No solo querido da pátria terceirense havia sido derramado muito sangue generoso, que marcara imorredoiro padrão, para atestar às gerações vindouras, que a ilha Terceira pode ser cativa, mas que os seus filhos, ao sujeitarem-se a esse cativoiro, souberam bem honrá-la, honrando o seu nome.

*

Antes de encerrarmos este capítulo, arquivemos que, nesta patriótica luta, houve uma dama ilustre, D. Violante da Silva do Canto, filha do benemérito João da Silva do Canto, que se tornou uma glória da história terceirense, pois ofereceu a D. António toda a sua fortuna, e sustentou à sua custa as tropas francesas e inglesas, que estiveram na Terceira.

Este nobre proceder patriótico da distinta fidalga foi sabido por Filipe II, que lá de longe, admirando-o, quis conceder honras e mercês a tão benemérita dama. Para isso deu ordens particulares ao marquês de Santa Cruz, para prestar todas as honras a D. Violante da Silva do Canto, e conduzi-la respeitosamente à Espanha.

O padre Jerónimo Emiliano de Andrade, na segunda parte da *Topographia da ilha Terceira*, descreve minuciosamente todas as honras, que foram prestadas à nobre dama, não só na Terceira, como a bordo, em que foi recebida como pessoa da família real, e bem assim em todos os lugares, por onde passou em Espanha,

onde, findos dois meses, lhe mandou Filipe II oferecer noivo pelo bispo D. Francisco Sarmiento de Mendoza,³⁰ e que ela por obediência aceitou. O noivo designado pelo rei católico foi Simão de Sousa e Távora,³¹ filho de Álvaro de Sousa e Távora³² e de D. Francisca de Moura,³³ irmã de D. Cristóvão de Moura, mais tarde marquês de Castelo Rodrigo, e capitão do donatário das ilhas Terceira e São Jorge.

Deste casamento não houve descendência. O seu morgado uniu-se a outro igual instituído por seu avô Pedro Anes do Canto.

O último administrador destes bens, e último representante dos Cantos por varonia, foi o par do reino Miguel do Canto e Castro,³⁴ falecido na cidade do Porto aos 14 de outubro de 1888.

-
- 1 Manuel da Silva Coutinho (Santarém, 1541 — Angra, 8 de agosto de 1583), 1.º conde de Torres Vedras (por D. António), mais conhecido por conde Manuel da Silva, foi o principal apoiante de D. António, Prior do Crato, entre a aristocracia portuguesa. Acompanhou o Prior do Crato no exílio para França, tendo depois sido seu lugar-tenente na ilha Terceira até à submissão da ilha a Filipe II de Espanha na sequência do desembarque da Baía das Mós. Feito prisioneiro, foi decapitado por ordem de D. Álvaro de Bazán, 1.º marquês de Santa Cruz de Mudela.
 - 2 António Varejão (Freixo-de-Espada-à-Cinta, c. 1540 — Angra, 1585), presbítero, «bom pregador da ordem de Santo Agostinho», no seu tempo muito considerado pelo seu talento e virtudes, foi o fundador do Convento da Graça de Angra. Fez doação de parte dos seus bens à Misericórdia de Angra, reservando a outra parte para a fundação do convento dos graciosos, que ocorreu em 1584, sendo seu primeiro prior frei Pedro, natural de São Miguel. Começou a construir as casas para um hospital (cf.: Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, livro VI, cap. XIX).
 - 3 Landoy (—), capitão francês que chegou a Angra ao comando de três naus em junho de 1582.
 - 4 Este conde de Vimioso era D. Francisco de Portugal.
 - 5 Filippo di Piero Strozzi (Florença, abril de 1541 — no mar, frente a Vila Franca do Campo, 27 de julho de 1582), também referido por Philippe Strozzi, Philippe Strossy, Philippe d'Estrosse ou Filipe Strozzi, nobre florentino, da poderosa família Strozzi, que ao serviço de França foi senhor de Épernay e de Bressuire e coronel general do exército francês. Comandou as forças franco-portuguesas na batalha naval de Vila Franca do Campo, onde perdeu a vida. Era grande amigo do escritor Pierre de Bourdeille, senhor de Brantôme (1540-1614), que o acompanhou na expedição aos Açores.
 - 6 O Forte de São Brás de Ponta Delgada é uma construção de base poligonal, iniciada depois de 1560 e antes de 1567, com projeto inicial do engenheiro militar Isidoro de Almeida, reformado em 1569 pelo engenheiro italiano Tommaso Benedetto, com traçado abaluartado da escola italiana. Tem planta quadrangular composta por quatro baluartes poligonais desiguais, dispostos nos ângulos, e cortinas retas, com escarpa exterior em talude, rematada em cordão e parapeito de merlões e canhoneiras, e cortinas de muralha baixas, de grande espessura. A estrutura do forte foi um pouco alterada no século XVIII, com a sua ampliação e construção de três baterias acasamatadas, duas poligonais e uma curva. No seu interior há uma praça de armas e, em seu redor, um conjunto de edifícios de épocas e configurações diversas. Ao longo dos séculos, foi sendo alterado com novos acrescentos e transformações.
 - 7 Álvaro de Bazán y Guzmán (Granada, 12 de dezembro de 1526 — Lisboa, 9 de fevereiro de 1588), 1.º marquês de Santa Cruz de Mudela, Grande de Espanha de 2.ª classe, militar espanhol, perito em operações navais, que teve um papel decisivo na batalha de Lepanto, na conquista de Lisboa em 1580 e nas campanhas de 1582 e 1583 para a conquista dos Açores. Venceu a armada luso-francesa de D. António I na batalha naval de Vila Franca do Campo e submeteu em 1583 a ilha Terceira pelo desembarque da Baía das Mós, saqueando a cidade de Angra.
 - 8 Patacho era um tipo de embarcação de dois mastros, tendo na proa uma vela redonda e na popa uma do tipo latina. Com deslocamento variando entre 40 e 100 toneladas, começou a ser utilizado em finais do século XVI, geralmente para o transporte de pequenas cargas e para operações de reconhecimento (ou aviso).
 - 9 Francisco de Portugal (Lisboa, c. 1550 — no mar frente a Vila Franca do Campo, 26 de julho de 1582), 3.º conde de Vimioso, foi um dos mais destacados apoiantes de D. António I de Portugal na sua luta pelo trono. Foi morto na Batalha Naval de Vila Franca do Campo, durante a qual era condestável das forças do partido antonino.

-
- 10 Charles de Cossé (Château d'Ételan, 1550 — Brissac, junho de 1621), conde e depois duque de Brissac, aristocrata e militar, par de França, feito em 1594 marechal de França por Henri IV de França. Teve uma brilhante carreira militar e política.
- 11 O pequeno porto referido localizava-se na foz da Ribeira Seca, no local hoje mais conhecido por Salgueiros. Aquele era o principal porto da vila, chamado de Porto Novo por oposição ao Porto Velho, este na Casa das Mós, junto a ponta de Santa Catarina. No Porto Novo, também conhecido por Porto de Gaspar Gonçalves Machado, era embarcado o pastel, o trigo, a cevada e o centeio, e ainda a telha para a cidade de Angra e as demais ilhas do arquipélago. Constituíam-se no terceiro porto comercial da ilha. Em 1571, pouco antes dos acontecimentos relatados, a Câmara Municipal de São Sebastião determinou a construção de dois redutos para a defesa do chamado Porto Novo: o 1.º e o 2.º reduto da Ribeira Seca. Essa defesa foi reforçada com a construção de dois fortes nas pontas contíguas à enseada: o Forte de São Sebastião (1574) e o Forte de São Francisco (1581).
- 12 «*Demónio do meio-dia*» foi o apodo dado a Filipe II pelos seus inimigos do norte da Europa. É uma alusão à sua origem no sul da Europa (o *midi*) e ao bíblico «*flagelo que devasta ao meio-dia*» a que alude o versículo 6 do Salmo 91.
- 13 Aqui no sentido de *sisudez* ou *prudência*.
- 14 Manuel Serradas (Madeira, c. 1540 — Angra, 8 de agosto de 1583), comandou uma esquadra que partindo da Terceira saqueou algumas ilhas de Cabo Verde e a fortaleza de Arguim, aprisionando alguns partidários de Filipe II. Foi enforcado num cadafalso levantado nas traseiras dos Paços do Concelho após a conquista e saque de Angra pelas forças afetas a Filipe II de Espanha. A condenação à morte resultou do seu papel no comando da esquadra que saqueou Cabo Verde.
- 15 O Castelo de Arguim, ou Forte de Arguim, era uma fortaleza que protegia a feitoria que fora instalada na maior das ilhas do Golfo de Arguim. Por volta de 1445 já tinha sido instalada na ilha, provavelmente sob a direção de Diogo Gomes, uma feitoria destinada a adquirir escravos, ouro e goma-arábica. De acordo com João de Barros, «em 1461 el Rey dō Afonso mandou Soeiro Mendez fidalgo de sua casa fazer o castello Darguim a que deu alcaydaria». Integrando a ilha no sistema administrativo do período dos Descobrimentos, Soeiro Mendes de Évora, o primeiro alcaide-mor do castelo e seu provável construtor, recebeu de D. Afonso V, a 26 de julho de 1464, uma carta que lhe conferia a capitania-mor da ilha de Arguim, para si e para os seus descendentes.
- 16 Amador Vieira (— Angra, 8 de agosto de 1583), nobre que ficou conhecido como delator dos partidários de Filipe II, sendo por isso enforcado após o saque de Angra.
- 17 Na atualidade o porto de Le Havre, na costa normanda.
- 18 Na edição original o nome aparece grafado «*Xatres*».
- 19 Aymar de Clermont-Chaste (c. 1534 — Quebec, 13 de maio de 1603), mais conhecido por comendador de Chaste (ou de Chastes), por deter uma comenda da Ordem do Hospital, foi almirante de França, governador militar da cidade de Dieppe e vice-rei da Nova França (no atual Canadá). Distinguiu-se durante as guerras franco-espanholas de 1582 a 1598 e foi figura dominante no apoio francês a D. António I durante a sua estadia nos Açores. Em algumas obras da historiografia açoriana aparece referido como «*Xatres*» ou «*Chatres*».
- 20 Charles de Bordeaux (—), comandante de quatro companhias francesas e uma inglesa que em 1583 foram enviadas para guarnecer as ilhas do Faial e Pico, ficando aquarteladas na ilha do Faial (cf.: Ricardo Cerezo Martinez, «La conquista de la Isla Tercera (1583)», in *Revista de Historia Naval*, ano I, n.º 3, p. 16. Madrid, 1983).
- 21 Sobre esta execução, Erich Lassota von Steblau (Alta Silésia, c. 1550 — Kaschau, 1616), referido por vezes na literatura ibérica como Erich Lassota de Steblovo, testemunha ocular dos factos, afirma: «*fue degollado por el verdugo de nuestro regimiento alemán*» (cf.: Erich Lassota de Steblovo, «Memorias de viajes por España y Portugal de los años 1580 á 1584», in *Los viajes de extranjeros por España en los siglos XV, XVI y XVII*. Colección de Javier Liske, traducidos y anotados por F. R., Madrid, 1879).
- 22 Henri Ternaux-Compans (Paris, 9 de abril de 1807 — Castelbiague, 29 de outubro de 1864), de seu nome Charles Henri Ternaux, historiador e bibliófilo que se especializou no estudo da expansão seiscentista europeia, especialmente da espanhola.
- 23 Henri Ternaux-Compans, *Archives des voyages, ou collection d'anciennes relations inédites* (2 vols., Paris, Arthus Bertrand, 1840–1841).
- 24 Melchior Afonso (—), partidário de Filipe II, foi condenado à morte e executado em Angra no ano de 1583, tendo a sua cabeça sido colocada em exposição na torre dos paços do concelho.
- 25 Marco António (—), italiano, secretário do conde Manuel da Silva durante a sua estadia na ilha Terceira. Aparece descrito como «*amigo íntimo*» do conde.
- 26 Manuel Marques (—), terceirense, presbítero regular, licenciado em Teologia, partidário de D. António, preso e enviado para Lisboa na sequência da tomada da ilha Terceira pelas forças de Filipe II em 1583. Foi vendido aos mouros, como cativo, tendo falecido no cativeiro.
- 27 Agostinho (—), frade terceirense, doutor em Teologia, partidário de D. António, preso e enviado para Lisboa na sequência da tomada da ilha Terceira pelas forças de Filipe II em 1583. Foi vendido aos mouros, como cativo, mas foi resgatado para França, falecendo anos depois em Bordéus.
- 28 Cristóvão Soares de Albergaria (Loures, c. 1550 — Lisboa, c. 1628), bacharel pela Universidade de Coimbra, magistrado judicial, desembargador e corregedor. Foi juiz de fora de Ponta Delgada, corregedor dos Açores e provedor da Fazenda Real. Nomeado em 1578 juiz de fora em Ponta Delgada, exerceu estas funções durante o

período conturbado da resistência açoriana contra Filipe II. Tendo demonstrado a sua fidelidade ao rei espanhol, em 1583, após a conquista da Terceira pelo marquês de Santa Cruz, recebeu carta patente de corregedor da Terceira e mais ilhas vizinhas por tempo de um ano e mais o que fosse do serviço régio. Foi assim, «o primeiro Corregedor, que por parte de Castella estas Ilhas governou» (cf.: Diogo das Chagas, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, p. 261. Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1989). Terminou a sua carreira como desembargador da Casa da Suplicação.

- 29 Juan de Urbina (—), frequentemente referido na literatura lusófona por D. João de Horbina, militar espanhol que exerceu as funções de mestre-de-campo e primeiro governador militar dos Açores (1583-1590), instalado em Angra, após a conquista da ilha Terceira por D. Álvaro de Bazán. Urbina mantinha uma estreita relação com Miguel de Cervantes, de quem terá sido companheiro de armas na batalha de Lepanto.
- 30 Francisco Sarmiento de Mendoza (Burgos, 10 de julho de 1525 — Jaén, 9 de junho de 1595), clérigo espanhol, bispo de Astorga e de Jaén. Era filho de Luis Sarmiento de Mendoza, antigo embaixador em Portugal. Doutor em Direito Canónico, é autor de várias obras sobre temas canónicos. A sua obra completa foi publicada em Antuérpia no ano de 1616.
- 31 Simão de Sousa e Távora (c. 1550 — Lisboa, c. 1590), comendador de Torrados e Cinfães na Ordem de Cristo, casou a 1 de abril de 1585, por ordem de Filipe II, com a terceirense D. Violante da Silva do Canto. Oriundo de uma importante família da aristocracia portuguesa aliada do rei espanhol, era filho de Álvaro de Sousa e Távora, morgado de Alcube. Era sobrinho materno de Cristóvão de Moura, o marido escolhido para Margarida Corte-Real, herdeira do cargo de capitão-do-donatário em Angra e em São Jorge.
- 32 Álvaro de Sousa e Távora (c. 1510 — c. 1585), morgado de Alcube, capitão de Chaul na Índia (1537), membro do conselho de Filipe I de Portugal, casado com Francisca de Moura, irmã de Cristóvão de Moura, marido de Margarida Corte-Real e futuro marquês de Castelo Rodrigo.
- 33 Francisca de Moura (—), filha de Luís de Moura, alcaide-mor de Castelo Rodrigo, e irmã de Cristóvão de Moura, futuro marquês de Castelo Rodrigo e vice-rei de Portugal.
- 34 Miguel do Canto e Castro (Angra, 12 de abril de 1814 — Porto, 14 de outubro de 1888), fidalgo da Casa Real e político. Foi eleito deputado pelo círculo de Angra do Heroísmo, para a legislatura de 1852, no início da Regeneração. Par do Reino, por carta de 30 de dezembro de 1862, ocupou ainda o cargo de governador civil do Porto entre 1860 e 1864.

Capítulo XXV

Referências ao acontecido na Terceira desde 1580 a 1642

Construção do Castelo de São Filipe e seus governadores espanhóis

Lamentando o termos de resumir muitíssimo tudo o que se passou durante a ingente luta, que a ilha Terceira sustentou contra o poderoso Filipe II de Espanha; diligenciámos, contudo, referir-nos aos factos importantes.

Os numerosos e valiosos documentos, que temos lido respeitantes à causa do Prior do Crato, nos Açores, e tudo o que se passou na heroica ilha Terceira, davam um bom volume, mas isso não é para uma simples e modesta memória. Assim passemos rapidamente pela época do cativo, para chegarmos breve à época gloriosa da libertação.

Em agosto de 1583 saiu para Lisboa o soberbo e orgulhoso D. Álvaro de Bazán, falecendo em 9 de fevereiro de 1588, completamente odiado pelos portugueses, e de todos abandonado. «*Foi levado de noite aos Marianos junto de Alcântara,¹ sendo acompanhado à sepultura só por quatro pessoas*».

O governo de João de Horbina e do seu adjunto Cristóvão Soares de Albergaria foi despótico e cruel. Constituíram, com mais cinco seus escolhidos, um tribunal de justiça, que julgava soberanamente. A força era o seu ídolo, as execuções o seu maior prazer. Muitas foram as vítimas.

Por provisão de 14 de setembro, foram fintados os moradores de cada concelho em duzentos cruzados, para a construção do novo aquartelamento das praças, que restavam do alojamento, feito nas casas, onde exigiam aos seus moradores os necessários mantimentos. Além disto muitos outros vexames e abusos praticava a soldadesca indisciplinada, tanto, que Filipe II teve de lhes pôr termo, por carta régia de 10 de março de 1584, determinando que fosse restituído todo o gado a seus donos; por provisão de igual data proibindo os abusos da guarnição espanhola, e por provisão de 14 do mesmo mês regulando o alojamento das tropas, sem vexame dos moradores da cidade.

As cartas que a Câmara de Angra dirigiu a el-rei e ao arquiduque Alberto,² demonstram as necessidades e privações, por que passaram os terceirenses,

para se poderem sustentar as onze companhias de tropa espanhola, guarnição da ilha.

Em 31 de julho de 1583, segundo um traslado que se encontrou, concertado em 4 de setembro de 1585, vê-se que o marquês de Santa Cruz concedeu perdão aos habitantes da Terceira; porém em 12 deste mês e ano o corregedor Soares de Albergaria escrevia uma carta ao arquiduque Alberto solicitando o cumprimento daquele perdão, reforçando os pedidos das Câmaras em nome dos povos.

Para idêntico fim foi uma deputação a Madrid, e o bispo D. Manuel de Gouveia,³ a quem foram concedidas regamente atribuições civis, e que, no meio deste estado calamitoso, se tornou uma providência para os terceirenses, também instou muito para o perdão, o qual só foi concedido, na carta de perdão geral, datada de 14 de julho de 1586. Levou três anos!

Em 1582 haviam sido concedidas a Cristóvão de Moura, marquês de Castelo Rodrigo, as capitanias da Praia e Angra; em 1583 foi concedida a capitania de São Jorge, ficando as três incorporadas em uma só, e em 1585 foi-lhe feita doação dos ofícios dos tabeliães na Terceira e São Jorge. Cristóvão de Moura nunca veio a estas ilhas, mas o seu representante, Fernão Faleiro,⁴ exerceu muitos vexames.

Por contratos feitos em 1584 e 1590 entre os vedores da fazenda e Pero Borges de Sousa,⁵ tomou este de arrendamento os rendimentos públicos nos Açores. No primeiro contrato foi pela quantia anual de 30:000\$00 réis, e no segundo por 30:338\$400 réis, pagando por conta destas quantias, ao clero, seminário, padres da Companhia, esmolas, fábricas das igrejas, juros, tenças, ordenados, etc., obrigando-se mais o rendeiro a pagar a redízima dos capitães dos donatários.

Em 1586 houve uma terrível crise cerealífera. O ano de 1593 foi denominado o «*ano da fome*» chegando a morrer à fome várias pessoas, e o ano 1613 foi chamado da «*esterilidade*», pelas muitas geadas e ventanias que prejudicaram as pastagens, morrendo muita gente.

As inundações, devidas a chuvas torrenciais produziram enormes estragos. A primeira foi em 1588, a segunda em 1608, morrendo dezanove pessoa.

Em constante sobressalto viveram os terceirenses durante o ignominioso cativo hispânico, pelas amudadas notícias da vinda de frotas de corsários argelinos,⁶ para saquearem as ilhas dos Açores, procedendo-se sempre a reparações dos fortes e fortalezas, despendendo-se em tudo muito dinheiro. No ano de 1613⁷ foi tomada e saqueada pelos moiros a ilha de Santa Maria, durante oito dias; e em 1616⁸ os últimos corsários, que infestaram o mar dos Açores, limitaram-se a abordar algumas embarcações, roubando-lhes cargas e cativando as guarnições.

A rainha de Inglaterra, com o fim de prejudicar comércio espanhol, mandou, em 1597, uma armada de cento e quarenta velas, sob o comando do conde de Essex,⁹ para dar caça às naus da Índia. A ilha do Faial foi tomada e saqueada pelos ingleses. A frota da Índia, conseguindo iludir os navios ingleses, refugiou-se na baía de Angra, sendo só tomada uma fragata. Os terceirenses tiveram de a defender.

Além disto, quando no regresso à Inglaterra da frota inglesa, que, com trinta mil homens, tentara reconquistar Portugal para D. António, desembarcando em Peniche e chegando até às imediações de Lisboa, um dos seus comandantes, Francisco Drack,¹⁰ quis tentar um desembarque na ilha Terceira, o que não realizou por não concordar o general Norris.¹¹

O tirânico governo de João de Horbina findou em 1591, sendo nomeado para o substituir o capitão Diogo Soares de Salazar,¹² e no governo administrativo do arquipélago foi provido D. Antonio de la Puebla.¹³

Se, devido a estes dois magistrados, melhorou um pouco a situação dos terceirenses, se a estes se pode juntar os nomes de D. Diogo Mexia,¹⁴ D. Pedro de Sarmiento,¹⁵ e D. Gonçalo Mexia,¹⁶ considerado este o amigo dos portugueses, outros houve, como Antonio Centeno,¹⁷ D. Íñgo Hurtado de Corcuera,¹⁸ e mais alguns, que foram uns déspotas.

Se houve um bispo bondoso, como D. Manuel de Gouveia, houve o bispo D. Hierónimo Teixeira Cabral,¹⁹ que se tornou notável por arrogar a si atribuições que lhe não competiam e pelas suas prepotências.

As fintas aumentavam de dia para dia, e faziam-se empréstimos, entre os terceirenses, sem se saber quem os teria de pagar.

Os soldados espanhóis, indisciplinados e ébrios, praticavam toda a sorte de abusos, e quando em 1598 e 1599 se revoltaram contra os seus chefes, foram as companhias terceirenses, que conseguiram dominar a sublevação tanto em Angra, como na Praia e São Sebastião, prestando relevantes serviços na vila da Praia o capitão Francisco da Câmara Paim, que depois acompanhou preso a Madrid, como chefe da sublevação, o sargento-mor da Praia, António Cardoso Machado.²⁰ Francisco da Câmara Paim, por alvará de 28 de novembro de 1620, foi nomeado capitão-mor da vila da Praia.

Morrendo Filipe II de Espanha a 19 de setembro de 1598, fez-se, na ilha Terceira, com toda a solenidade, a aclamação de Filipe III, aos 31 de janeiro de 1599, e depois da morte deste, e por comunicação feita em 29 de julho de 1621, foi aclamado Filipe IV.

Em 29 de maio de 1601 puderam os terceirenses respirar um pouco mais livremente com a partida para Espanha de mil e quinhentos soldados, ficando só quinhentos de guarnição ao castelo. As fintas continuaram de igual forma, não obstante haver diminuído o número da força, e por ordem de 20 de março de 1602, dada pelo marquês de Castelo Rodrigo, quando vice-rei de Portugal, continuaram os aquartelamentos, em casas particulares, dos soldados, que eram casados.

As Ordenações Filipinas,²¹ e a Bula da Santa Cruzada²² concedida por Paulo V,²³ foram publicadas nos Açores em 1610.

Além das calamidades, vexames e perseguições, a que rapidamente nos temos referido, sofreram os terceirenses, a principiarem em 22 de abril de 1599, o terrível flagelo da peste, que denominaram «*peste oriental*», e que, durando até ao mês de novembro, atacou cerca de trinta mil pessoas, vitimando em toda a ilha mais

de sete mil. O único lugar, que a peste excetuou, foi o que por este motivo, ficou denominado «*Posto Santo*».

O senado angrense tomou, neste momento aflitivo, por padroeiro da cidade a São Sebastião, pelo que, hoje, a 20 de janeiro, e a expensas suas, lhe promove uma solene festividade, na paroquial da Conceição.²⁴

Foi também, neste período de cativoiro, que tiveram lugar, como já referimos, os horríveis e destruidores terramotos de 1614.²⁵

Por parte do Santo Ofício veio à ilha Terceira o inquisidor e visitador Francisco Cardoso.²⁶

Houve de tudo, além da peste, fome e guerra neste heroico rochedo, bem digno de melhor sorte.

O mosteiro de Nossa Senhora da Conceição foi fundado em 1606 por Pedro Cardoso Machado,²⁷ terceiro neto de Gonçalo Eanes.²⁸ A bula da sua fundação foi concedida por Paulo V.

É importante a lista dos agraciados por Filipe II, como prémio da sua traição. Chamados pelos governadores, como pessoas de confiança, para os cargos públicos, levantaram mais tarde desinteligências entre si, que os levaram a sérias lutas nas eleições municipais e da misericórdia, formando-se fortes partidos.

Exposto o que acima fica dito, muito em resumo, fechemos este capítulo, com o que devera ir no princípio, se tivéssemos nele seguido a rigor a ordem cronológica, o que nos levaria longe; fechemo-lo com a referência a esse padrão, que, da sua passagem nos deixou, o domínio espanhol — o castelo então denominado de São Filipe e hoje de São João Baptista, uma das maiores fortalezas de Portugal.

Como já dissemos, foram construídos nos extremos do Monte Brasil dois fortes, o de Santo António, no porto de Angra, e o do Zimbreiro, hoje do São Diogo, no porto do Fanal.

O marquês de Santa Cruz planeou ligar estes dois fortes pelo lado da terra, defendendo assim por completo as duas baías, ao mesmo tempo que ficava

dominada a cidade de Angra pelas extensas e altas muralhas, que para esta ligação teriam de ser construídas.

Apresentado o plano a Filipe II de Espanha, mereceu-lhe plena aprovação, e assim mandou proceder à compra do Monte Brasil, propriedade de Manuel do Rego da Silveira.²⁹ Custou 90\$000 réis.

O nome de Monte Brasil é devido ao seu primeiro possuidor Pedro Luiz de Sousa,³⁰ chamado *o Brasil*, por ter vindo daquele país.³¹

Foi no governo de D. Antonio de la Puebla, que esta compra se efetuou, e para o levantamento da planta, e traçamento da nova fortaleza, compreendendo mais de seis mil metros, medidos da raiz da muralha, mandou Filipe II o engenheiro-mor João de Vilhena.³²

A sua construção foi mandada principiar em 29 de maio de 1590, mas a pedra fundamental só foi lançada em 1593, no alicerce da bateria denominada de Santa Catarina.³³ Este ato fez-se com toda a solenidade, sendo então dado o nome de Castelo de São Filipe do Monde Brasil.³⁴

Para as despesas desta obra colossal foi expedida de Madrid, em 12 de outubro de 1607, uma provisão, consignando anualmente a quantia de dezasseis contos de réis, deduzida dos rendimentos das alfândegas. Do continente veio grande soma de materiais, ferro, ferramentas e pedra de cal.

No prazo de cinco anos foi construída toda a extensa e alta muralha de defesa da cortina, devido à muita atividade e numeroso pessoal empregados, para assim satisfazer os desejos de Filipe II, de ser em sua vida construído o castelo, o que conseguiu.

O resto das obras internas levaram muitos anos, e segundo as notas que temos presentes, gastou-se na edificação do castelo a importantíssima soma de setecentos e quatro contos de réis.

Este castelo, que é incontestavelmente um importante monumento histórico, vemo-lo dia a dia ir-se desmoronando a pouco e pouco, e a diminuir consideravelmente o número das suas casas, que servem de habitação à

oficialidade e sargentos da guarnição e às suas famílias, isto além das casernas que se têm abatido.

Quando muitas das casas, que têm sido arrasadas, principiavam a desmoronar-se, procedia-se ao respetivo orçamento para a sua reparação, o qual era remetido ao Ministério da Guerra; este mandava em seguida proceder ao orçamento para o seu arrasamento e remoção de materiais, e logo que, segundo o orçamento, era este inferior em despesa ao primeiro, arrasava-se, ordenando-se a venda do terreno onde estavam edificadas as casas!

Mandar vender o terreno dentro de uma praça de guerra da ordem do Castelo de São João Baptista prova a ignorância e o perfeito desconhecimento do que é aquela importante fortaleza.

Ora, tudo isto se evitava, se os réditos anuais dos terrenos agrícolas e das pastagens do Monte Brasil, réditos que nada são para as necessidades do tesouro, fossem aplicados exclusivamente às reparações mais urgentes do castelo; mas, como, infelizmente, o mal, que persegue o nosso desditoso país, há-de a tudo chegar, cumpra-se a má sorte, de que somos vítimas.

Quem sabe o que o futuro nos aguarda, e de quanto poderá servir ainda a ilha Terceira?

O falecido conselheiro João Crisóstomo de Abreu e Sousa,³⁵ conversando com Teotónio Simão Paim de Ornelas Bruges, quando este ilustre terceirense era deputado em 1880, referiu-se à ilha Terceira, ao quanto ela tinha de grandioso nos seus feitos, ao lugar distinto que ocupava na história, pelos seus altíssimos serviços em prol da independência e das liberdades pátrias, e concluiu dizendo: *«A ilha Terceira foi e há-de ser o pied-à-terre da nacionalidade portuguesa, e como tal deve ser olhada com a devida atenção por todos os governos»*. Infelizmente não tem sucedido assim!

Se, porventura, tivéssemos a desdita de chegar a extremos, havia-se de tratar de trancar as portas, depois de roubados, que é usança velha de portugueses.

Na impossibilidade de fazermos uma descrição minuciosa do Castelo de São João Baptista, recomendamos a quem nos ler, a descrição histórica, feita por Félix

José da Costa,³⁶ no seu livro *Angra do Heroísmo, ilha Terceira, Açores, os seus títulos, edifícios e estabelecimentos públicos*,³⁷ de 1867, de que transcrevemos o seguinte:

«Foi este castelo escolhido para aposentadoria de El-Rei D. Afonso VI,³⁸ que aqui residiu desde 19 de junho de 1669 até 24 de agosto de 1674.

Teve lugar na praça deste castelo, a primeira revolução constitucional da ilha Terceira, de que foi chefe o general Araújo, em 2 de abril de 1821, assim como a heroica e sempre memorável revolução do Batalhão de Caçadores n.º 5,³⁹ em aderir, na madrugada de 22 de junho de 1828, à restauração liberal dos direitos de El-Rei o senhor D. Pedro IV, e da Carta Constitucional.⁴⁰

Aqui se reunia, e fazia algumas vezes sessão, o governo provisório, que então se instalou; e ainda depois se estabeleceu a Junta da Real Fazenda, com os cofres públicos, quando em 1828 se projetou encerrar neste castelo tudo, que pudesse ser prestadio e útil à causa da liberdade, se porventura a esquadra inimiga atacasse esta ilha, tornando-se esta praça o único e esperançoso capitólio da restauração das liberdades pátrias.

Também nesta fortaleza se estabeleceu a casa da moeda, instituída pela Junta Provisória em nome Rainha, em 18 de março de 1829, e que depois a Regência do Reino confirmou por seu decreto de 5 de abril de 1830.

Foi este o primeiro castelo, e a primeira parte de todos os domínios da nação portuguesa, onde, pela primeira vez (no dia 19 de outubro de 1830, dia do nome do Senhor D. Pedro IV) se hasteou a bandeira nacional, bipartida verticalmente em branco e azul, com as armas reais no centro, como foi criada pela Regência do Reino, no decreto de 18 de outubro de 1830, para servir desde então de bandeira portuguesa.

Coube a este castelo a glória de receber muitas vezes a Sua Majestade Imperial, o senhor D. Pedro IV, Duque de Bragança, que no dia 5 de março de 1832 ali deu entrada solene, sendo recebido, com todo o cerimonial e etiqueta; e vindo, fora de portas, entregar-lhe as chaves do castelo o governador, que era o coronel de Cavalaria n.º 8, José António da Silva Torres,⁴¹ depois barão do Pico do Seleiro e visconde da Serra do Pilar.

O decreto de 21 de dezembro de 1863⁴² elevou esta fortaleza à categoria de «praça de primeira classe», declarando o Ministério da Guerra no seu relatório, — que considerava assim o castelo de São João Baptista da ilha Terceira, porque, «tanta é a sua importância militar em relação à defesa da mesma ilha, e tantas são as recordações de glória, que em si encerra».

Em vista do que singelamente fica exposto, era um ato de justiça, que o governo não deixasse a pouco e pouco, reduzir a ruínas um monumento tão importante e de tão subido valor histórico.

O liberal, patriótico, ilustrado e magnânimo Rei, Senhor D. Carlos I e sua Excelsa Esposa, a Rainha, Senhora D. Maria Amélia, avaliaram pessoalmente, no dia 2 de julho, por ocasião da sua honrosa visita à ilha Terceira, a importância do Castelo de São João Baptista. Que Suas Majestades houvessem por bem ordenar, que não se entregasse ao abandono aquela fortaleza, como tanto é mister, seria mais um ato do seu subido amor pátrio, que os terceirenses aplaudiriam.

Depois de extinta a 10.^a Divisão Militar,⁴³ o palácio da residência dos antigos governadores do castelo é a residência do Comandante Militar dos Açores, lugar exercido atualmente pelo ilustre general, sr. Joaquim Pereira Pimenta de Castro.⁴⁴

A guarnição do castelo é composta de uma Companhia de Artilharia n.º 1,⁴⁵ sob o comando do distinto faialense, o capitão sr. Manuel Goulart de Medeiros,⁴⁶ e do Regimento de Infantaria n.º 25,⁴⁷ comandado pelo ilustre terceirense, o coronel sr. Elias José Ribeiro Júnior.⁴⁸

Estes dois dignos oficiais do Exército Português são justamente considerados pela sua ilustração e respeitabilidade.

Posto isto, vejamos quão grandiosa, temerária e arriscada foi a luta, para os terceirenses se libertarem do jugo hispânico, e conquistarem gloriosamente aos espanhóis o Castelo de São Filipe.

1 Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Lisboa, mais conhecido por Convento dos Marianos, um convento dos religiosos Carmelitas Descalços.

2 Alberto de Habsburgo (Wiener Neustadt, 15 de novembro de 1559 — Bruxelas, 13 de julho de 1621), conhecido por Alberto de Áustria, o Pio, cardeal, arquiduque de Áustria, governador dos Países Baixos Espanhóis, prior do Crato na Ordem Soberana e Militar de Malta e vice-rei de Portugal. Filho do imperador Maximiliano II (por sua

vez filho de Fernando I e sobrinho de Carlos V), e da sua mulher Maria de Espanha (filha de Carlos V e irmã de Filipe II de Espanha).

- 3 Manuel de Gouveia (Gouveia, c. 1530 — Angra, 4 de novembro de 1596), 8.º bispo da Diocese de Angra, que governou de 1584 a 1596. Com o governador e mestre-de-campo D. Antonio de La Puebla lançou em 1592 a primeira pedra do Castelo de San Filipe, hoje Castelo de São João Baptista. Também lhe coube, a 10 de maio de 1595, benzer a primeira pedra do Colégio dos Jesuítas de Angra, hoje o Palácio dos Capitães-Generais.
- 4 Fernão Faleiro (c. 1540 — Angra, 13 de setembro de 1598), feitor, procurador e lugar-tenente do capitão do donatário D. Cristóvão de Moura que, como seu representante na capitania, superintendia na cobrança das respetivas rendas. Cavaleiro fidalgo da Casa Real e sargento-mor das companhias de ordenança da cidade de Angra e da vila de São Sebastião por mercê de Filipe II, foi também provedor dos órfãos, resíduos, hospitais, capelas, confrarias e albergarias da ilha Terceira (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IV, p. 373).
- 5 Pero Borges de Sousa (Angra, c. 1560 — Ponta Delgada, 7 de setembro de 1635), arrendatário dos rendimentos públicos nos Açores.
- 6 Eram frequentes os ataques feitos por corsários da Barbária, ou seja, do norte de África, ao litoral das ilhas mais pequenas e aos navios que faziam a cabotagem entre as ilhas. Esta situação persistiu durante os séculos XVII, XVIII e quase todo o primeiro quartel do século XIX. Existem registos documentais atestando que durante grande parte do século XVIII os corsários da Barbária continuaram a fazer cativos no arquipélago, tendo muitos sido resgatados, como consta das respetivas listas de resgate, nas quais era elevado o número de naturais das várias ilhas dos Açores (cf.: Edite Maria C. Martins Alberto, «Dos Açores para o norte de África. Contributo para o estudo dos cativos faialenses nos séculos XVII e XVIII», in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 23 (2014), pp. 475-510; Edite Maria C. Martins Alberto, *Um Negócio Piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna*, Tese de doutoramento em História. Braga, Universidade do Minho, 2010).
- 7 O ataque referido será o de julho de 1616, quando um navio e dois patachos, com cerca de 500 homens, capitaneados por Tabaqua-raz, um renegado genovês, fundearam na Praia. Durante uma semana saquearam e incendiaram os lugares costeiros, inclusive o Convento de São Francisco, fazendo cerca de 200 prisioneiros, depois vendidos como escravos no Norte de África.
- 8 O ano referido será o de 1817, ano em que um navio corsário norte-americano, sob o comando do capitão Williams, com uma tripulação de 110 homens, aprisionou nas águas de Santa Maria o brigue português *São João Protetor* (cf.: Fernando Castelo-Branco, «Subsídios para a História do Faial e da Periferia Açoriana», in *O Faial e a Periferia Açoriana nos sécs. XV a XIX (Actas do Colóquio)*, pp. 85-108. Núcleo Cultural da Horta, 1995).
- 9 Robert Devereux (Herefordshire, 10 de novembro de 1566 — Torre de Londres, 25 de fevereiro de 1601), 2.º conde de Essex, herói militar e favorito da rainha Isabel I de Inglaterra. Apesar desse favoritismo, depois de uma fraca campanha militar em 1599 contra os rebeldes irlandeses durante a Guerra dos Nove Anos, enfrentou a sua soberana e foi executado sob a acusação de traição. Durante o conflito entre Filipe II de Espanha e os partidários de D. António, o 2.º conde Essex comandou uma esquadra que passou por diversos pontos da Galiza e de Portugal, desembarcando em Peniche para apoiar as forças militares de D. António. Nesse processo executou atos de corso e vandalismo, como foram os ataques a Faro e à ilha do Faial.
- 10 Francis Drake (Tavistock, Devon, c. 1540 — Portobelo, Colón, 28 de janeiro de 1596), vice-almirante do Reino da Inglaterra, corsário e navegador famoso. Isabel I da Inglaterra elevou Drake a cavaleiro em 1581. Participou no comando da armada inglesa contra a Invencível Armada em 1588, subordinado apenas a Charles Howard e à própria rainha. Morreu de disenteria em janeiro de 1596, depois de um ataque fracassado a San Juan, Porto Rico.
- 11 Na edição original aparece «*Narvaes*». Também, seguindo a *Historia Geral de Portugal*, de Nicolas de La Clède (tomo X da tradução publicada em Lisboa no ano de 1787), Francisco Ferreira Drummond, nos *Anais da ilha Terceira*, refere um general «*Duarte Nervaís*» como integrante da expedição de Francis Drake de abril-julho de 1589. Aquele nome aparece grafado na edição francesa da obra de La Clède (1735) como «*Edouard Nervaís*». Contudo, o general referido deve ser *Sir John Norris* (ou, na grafia da época, John Norreys), cujo nome foi provavelmente confundido com o do seu irmão, o também general *Sir Edward Norreys*, governador de Ostend e membro do parlamento britânico, que se distinguiu na luta contra a Espanha nos Países Baixos. Assim o «*general Narvaes*» referido deve ser *Sir John Norreys*, ou seja, na grafia moderna, *Sir John Norris* (cf.: R. B. Wernham, «Queen Elizabeth and the Portugal Expedition of 1589 (continued)». *The English Historical Review*, 66(259), pp. 194-218. London, 1951). John Norris (Yattendon, c. 1547 — Mallow (Irlanda), 3 de setembro de 1597) foi um aristocrata inglês que se distinguiu como militar, participando em todas as campanhas do reinado de Elisabete I, de quem era considerado um amigo de longa data. Ganhou particular destaque na fase final das campanhas da reconquista Tudor da Irlanda.
- 12 Diego Suárez de Salazar (—), um dos capitães que participou no desembarque na Baía das Mós e conquista da Terceira em 1583. Tendo ficado integrado na guarnição deixada na Terceira, no ano seguinte (1584) foi nomeado comandante da companhia que estava a guarnecer o Faial, nomeação que resultou da incapacidade de D. António de Portugal, que ficara a capitanear aquela companhia, controlar a insubordinação dos seus soldados, causada principalmente pela falta de pagamento dos soldos. Recolheu com aquela companhia à Terceira em 1589, deixando o Faial entregue às companhias de Ordenança locais. Em 1591 foi nomeado, interinamente, substituto de Juan de Urbina no comando da guarnição aquartelada em Angra. Em 1592 foi rendido nessas funções pelo mestre-de-campo D. Antonio de la Puebla (cf.: Manuel Augusto de Faria, *Da Militia: textos de história militar dos Açores e outros*, p. 275. IHIT, Angra do Heroísmo, 2020).
- 13 Antonio de la Puebla y Rojas (Córdoba, c. 1548 — Angra, 7 de julho de 1595), mestre-de-campo, comandante da guarnição espanhola aquartelada na Terceira de 1592 até falecer. Em maio de 1593 procedeu à colocação da primeira pedra da Fortaleza de São Filipe do Monte Brasil, no baluarte de Santa Catarina, com a presença do bispo de Angra, D. Manuel de Gouveia. Faleceu em funções no ano de 1595, sendo substituído, interinamente,

-
- pelo capitão Juan Amilibia (cf.: Manuel Augusto de Faria, *Da Militia: textos de história militar dos Açores e outros*, p. 276 IHIT, Angra do Heroísmo, 2020).
- 14 Diogo Mexia de Lacerda (—), sargento da companhia do capitão Diego de San Vicente, do terço do mestre-de-campo Antonio Centeno, quando este esteve aquartelado na ilha Terceira.
- 15 Pedro Sarmiento y Pastrana Comor y Zafra Mendoza (Jerez de la Frontera, c. 1556 — c. 1630), marquês de Casares, militar distinto com larga experiência na Flandres, cavaleiro da Ordem de Calatrava (1608), comendador de Villafranca na Ordem de Santiago, mestre-de-campo do Tercio de Nápoles, do Conselho Supremo de Guerra e Conselheiro do Reino de Nápoles. Foi elevado a marquês de Casares, um título criado em Madrid a 10 de março de 1629 pelo rei Felipe IV de Espanha a seu favor, denominação que faz referência ao município andaluz de Casares, província de Málaga. Solteiro, o título foi herdado pela sua sobrinha. Foi governador do Castelo de São Filipe do Monte Brasil (1609 a 1613), tendo durante o seu mandato demonstrado grande empenho nas obras de construção da fortaleza, nas quais se deparou com múltiplas dificuldades devido à falta de dinheiro e de materiais. Com falta de soldados, teve de lidar com tropa indisciplinada que cometia crimes e criava conflitos com a população. Após a sua estadia na Terceira foi nomeado comandante do Terço de Nápoles (cf.: Manuel Augusto de Faria, *Da Militia: textos de história militar dos Açores e outros*, pp. 286-288. IHIT, Angra do Heroísmo, 2020).
- 16 Gonzalo Mexia (Ocaña, c. 1555 — Angra, 1618), mestre-de-campo, governador militar dos Açores e governador da Fortaleza de São Filipe do Monte Brasil (1614-1618). Deu andamento às obras da fortaleza, empenhou-se particularmente na florestação e arranjo da grota na encosta leste do Monte Brasil, fazendo dela uma zona de lazer ou regalo, onde mandou construir a Ermida de Santo António no lugar da antiga forca da cidade.
- 17 Antonio Centeno Quiral (—), cavaleiro da Ordem de São João de Malta, mestre-de-campo, governador dos Açores (1596 a 1600). O seu governo caracterizou-se pelo autoritarismo, pela arrogância e pela arbitrariedade. Comandante do Terço espanhol, foi detestado pelos seus soldados, sangrentamente reprimidos quando contra ele se amotinaram. Incompatibilizou-se com o bispo de Angra e imiscuiu-se abusiva e desmedidamente no regimento da terra, prendendo e vexando os seus opositores, levando as Câmaras a pedirem à Corte a sua retirada da Terceira (cf.: Manuel Augusto de Faria, *Da Militia: textos de história militar dos Açores e outros*, pp. 278-279. IHIT, Angra do Heroísmo, 2020).
- 18 Íñigo Hurtado de Corcuera Mendoza y de Corcuera Montoya (Bergüenda, Álava, c. 1580 — Bergüenda, c. 1658), cavaleiro da Ordem de Santiago e do Conselho de Sua Majestade. Governador do Castelo de São Filipe do Monte Brasil de 1625 a 1627, teve um mandato conturbado, tendo-se defrontado com sérias dificuldades financeiras que levaram a atraso no pagamento às tropas e à consequente indisciplina. Demonstrando parcialidade, condenou à morte, e fez executar, o capitão Felipe de Espinola Quirós, com quem tinha antigas desavenças, o que levou a que fosse chamado a Madrid e preso, embora durante pouco tempo (cf.: Manuel Augusto de Faria, *Da Militia: textos de história militar dos Açores e outros*, pp. 298-299. IHIT, Angra do Heroísmo, 2020). Após ter saído da Terceira, foi colocado no México, como mestre-de-campo.
- 19 Jerónimo Teixeira Cabral (Lamego, c. 1540 — Miranda do Douro, 10 de janeiro de 1614), inquisidor do Santo Ofício e 9.º bispo da Diocese de Angra, que governou de 1600 a 1612. Resignou do cargo de bispo de Angra, o que foi aceite por breve do papa Paulo V de 14 de maio de 1612, passando então à diocese de Miranda, de que foi o 9.º bispo, governando-a de 1612 a 1614, e dali a bispo de Lamego em 1614, não chegando a tomar posse por falecer.
- 20 António Cardoso Machado (c. 1528 — d. 1600), sargento-mor da Praia.
- 21 As Ordenações Filipinas, ou Código Filipino, são uma codificação que resultou da reforma do Código Manuelino levada a cabo no reinado de Filipe II de Espanha. Aquele código sobreviveu ao fim da União Ibérica (1580-1640), ao ser confirmado por D. João IV. Vigorou em matéria civil em Portugal e seus territórios ultramarinos até 1867, quando foi revogado pelo Código Civil Português de 1867 (o *Código de Seabra*). No Brasil, país que se havia separado de Portugal em 1822, vigorou em matéria civil até 1916, quando foi revogado pelo Código Civil brasileiro de 1916.
- 22 Bula da Santa Cruzada foi a designação dada às sucessivas concessões de indulgências aos fiéis da Igreja Católica em Portugal e suas possessões que contribuíssem com os seus bens para fins considerados como de interesse para a expansão do catolicismo. Inicialmente criada no tempo da Reconquista Cristã no território português, concedia indulgências aos fiéis, mediante compra, a quem ajudasse com os seus bens na luta contra os sarracenos, nos mesmos termos que eram concedidas a quem apoiasse as cruzadas na Terra Santa. A aquisição permitia a dispensa de certas obrigações, como jejuns e abstinências. Terminada a reconquista, os rendimentos obtidos passaram a ser aplicados na manutenção das ordens militares, nas conquistas ultramarinas e no resgate de cativos. A Bula da Cruzada foi extinta a 31 de dezembro de 1914, pelo papa Bento XV, que a substituiu pelos Indultos Pontifícios cujos rendimentos eram utilizados para a fundação e manutenção de seminários. Estes indultos foram extintos em 1966 com a disciplina penitencial decretada pela constituição apostólica *Poenitemini*.
- 23 Paulo V (Roma, 17 de setembro de 1550 — Roma, 28 de janeiro de 1621), nascido Camillo Borghese, foi pontífice da Igreja Católica e governante dos Estados Papais de 16 de maio de 1605 até à sua morte. Em 1611, nomeou Galileu Galilei membro da Accademia dei Lincei e apoiou suas descobertas. Em 1616 instruiu o cardeal Roberto Bellarmino para informar Galileu que a teoria copernicana não poderia ser ensinado como facto, mas que continuasse os estudos em busca de evidências e usasse o modelo geocêntrico como dispositivo teórico.
- 24 Este voto foi solenemente realizado a 20 de janeiro de 1600, dia em que foi levantada a *Bandeira de Saúde* e dada por finda a quarentena que levava ao isolamento da ilha Terceira. Deixou de ser cumprido a partir da implantação da República, desde 1911, mas foi efemeramente reiniciado em 1958, quando era presidente da Câmara Municipal o Dr. Manuel Nunes Flores Brasil (presidente de 21 de novembro de 1957 a 3 de junho de 1959), sendo, contudo, abandonado a partir dessa época. A Praia da Vitória e a Vila de São Sebastião continuam

a assinalar o dia com cerimónias religiosas.

- 25 A 9 de abril de 1614 um sismo destruiu quase totalmente as habitações da freguesia das Fontinhas e provocou grandes danos nas freguesias vizinhas. A 24 de maio, um sismo de grande magnitude destruiu quase totalmente as casas das freguesias de Aqualva, Vila Nova, Lajes e Santa Cruz da Praia, provocando 200 mortos e muitos feridos. Houve grande movimento na falha norte do *graben* das Lajes, com o aparecimento de grandes fissuras no solo, grandes desmoronamentos e o abatimento generalizado do terreno na zona do Ramo Grande. Francisco Ferreira Drummond descreve com grande pormenor nos *Anais da Ilha Terceira* estes eventos, que ficariam conhecidos como a *Caída da Praia*, e o processo de reconstrução que se lhe seguiu. Apesar das medidas então tomadas, a reconstrução foi um processo lento e penoso.
- 26 Francisco Cardoso de Torneo (—), fidalgo da Casa Real, colegial do Colégio de São Pedro da cidade de Coimbra, inquisidor apostólico comissionado por D. Fernando Martins Mascarenhas, bispo inquisidor geral de Portugal, para visitador geral das ilhas, presente, nomeadamente, na cidade de Ponta Delgada e na cidade de Angra, nos anos de 1619 e 1620.
- 27 Pedro Cardoso Machado (—), terceirense que enriqueceu nas Índias de Castela. Foi fundador, em 1606, do mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Angra (Concepcionistas). Era terceiro neto de Gonçalo Anes da Fonseca, um dos primeiros povoadores da Terceira.
- 28 Gonçalo Anes da Fonseca, o *Ribeira Seca*, oriundo do Algarve e um dos primeiros povoadores da ilha Terceira. Ver notas ao Cap. IV desta obra.
- 29 Manuel do Rego da Silveira (Angra, c. 1560 — Angra, c. 1630), foi proprietário de terrenos no Monte Brasil, dos quais foi expropriado para a construção do Castelo de São Filipe.
- 30 Pedro Luiz de Sousa (—), foi o primeiro possuidor do Monte Brasil. Segundo autores muito posteriores, teria sido chamado *o Brasil*, por ter vindo daquele país, o que explicaria a toponímia daquela península. Contudo, a probabilidade do primeiro proprietário daquelas terras, seguramente distribuídas muito antes do ano de 1500, ser alguém proveniente do Brasil é remota, sendo antes de radicar a toponímia na mítica «*ilha Brasil*» que aparece nas cartas quatrocentistas e anteriores, e por isso anterior à descoberta do Brasil.
- 31 A explicação mais comum aduzida para a existência do topónimo «*Brasil*» seria o nome ter resultado de ter vindo daquele país o primeiro possuidor daquelas terras, que seria Pedro Luís de Sousa, por isso chamado *o Brasil*. Tendo as dadas de terras na costa sul da ilha sido feitas algumas décadas antes do ano de 1500, tal explicação carece de verosimilhança, já que as terras já teriam dono antes da descoberta do Brasil e seguramente muito antes de algum colono de lá ter podido retornar. De notar que este mesmo topónimo existe pelo menos em Santa Maria (lugar do Brasil, Almagreira) e no Pico (Cabeço Brasil, Bandeiras). Uma explicação alternativa, mais verosímil, será o topónimo derivar da ilha mítica denominada «*Hy Breazil*» ou «*Brasil*», ligada à lenda de São Brandão o *Navegador*, ou Brandão de Ardfert e Clonfert (c. 484 — c. 577), que aparece representada na cartografia medieval do Oceano Atlântico.
- 32 João de Vilhena (—), talvez Juan de Villena, engenheiro-mor encarregado dos trabalhos preparatórios para a construção da Fortaleza de São Filipe do Monte Brasil. Procedeu, por ordem de Filipe II, ao levantamento da planta dos terrenos onde se implantaram as estruturas da fortaleza, a qual projetada de acordo com o plano geral de defesa concebido por Antonio de la Puebla. O projeto de fortificação é da autoria de Tiburzio Spannocchi (1541 — 1606), um engenheiro militar natural de Siena.
- 33 O Baluarte de Santa Catarina, na realidade um meio baluarte, corresponde ao extremo oeste da cortina de muralhas frontal da fortaleza, assentando sobre o bordo da falésia da baía do Fanal.
- 34 O santo onomástico de Filipe II de Espanha, o monarca que ordenara o arranque dos trabalhos de construção da fortaleza.
- 35 João Crisóstomo de Abreu e Sousa (Lisboa, 27 de janeiro de 1811 — Lisboa, 7 de janeiro de 1895), militar e político que, entre outras funções, foi deputado, ministro e presidente do Conselho de Ministros durante a fase final da monarquia constitucional. Oficial de Engenharia Militar, atingiu o posto de general. Foi eleito pela primeira vez para a Câmara dos Deputados em 1861. Foi Ministro da Marinha e Ultramar, das Obras Públicas, Comércio e Indústria e da Guerra, tendo promovido importantes iniciativas legislativas, entre as quais a reforma do ensino industrial. Após o ultimato britânico de 1890, e a consequente demissão do governo de José Luciano de Castro, presidiu a um governo extrapartidário de unidade nacional que governou de 1890 a 1892.
- 36 Félix José da Costa (Angra, 27 de fevereiro de 1819 — Angra do Heroísmo, 17 de janeiro de 1877), ajudante da pagadoria militar da ilha Terceira e depois oficial da secretaria do Governo Civil, distinguiu-se como publicista e escritor no campo da história angrense. Teve importante intervenção política como dirigente do Partido Histórico, e depois do Partido Progressista, editando, e em boa parte redigindo, os periódicos ligados ao seu partido político.
- 37 Félix José da Costa, *Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores: os seus títulos, edifícios e estabelecimentos publicos*. Angra do Heroísmo, Typ. do Governo Civil, 1867 (com 2.ª edição IHIT, 2019).
- 38 Afonso VI (Lisboa, 21 de agosto de 1643 — Sintra, 12 de setembro de 1683), apelidado de *o Vitorioso*, foi o rei de Portugal e Algarves de 1656 até à sua morte. Foi o segundo monarca português da Casa de Bragança, filho do rei D. João IV e a sua esposa D. Luísa de Gusmão. A sua mãe serviu como regente desde sua ascensão ao trono até 1662, quando foi removida por D. Afonso e pelo seu ministro Luís de Vasconcelos e Sousa, 3.º conde de Castelo Melhor. O seu reinado viu o final da Guerra da Restauração e o reconhecimento pela Espanha da independência de Portugal. D. Afonso VI negociou uma aliança com a França através do seu casamento com Maria Francisca de Saboia. No entanto, teria limitações físicas, o que fez com que seu irmão mais novo, D. Pedro, duque de Beja, conspirasse em 1668 com sua mãe e esposa para o declarar incapaz. Pedro tornou-se regente do reino, obteve o anulamento do casamento de D. Afonso e casou com a rainha consorte D. Maria

Francisca de Saboia. Afonso passou o resto de seu reinado prisioneiro, primeiro na Fortaleza de São João Baptista (onde esteve de 19 de junho de 1679 a 24 de agosto de 1674) e depois no Palácio de Sintra (de 1674 até falecer).

- 39 O Batalhão de Caçadores n.º 5 remonta à Guerra Peninsular com a constituição da Legião Transtagana, formada em Beja em 1808 pelo corregedor daquela cidade, João José Mascarenhas de Azevedo e Silva, aquando da revolta contra a ocupação francesa no Alentejo. Naquele mesmo ano, a 28 de outubro, uma parte da Legião foi incorporada no Exército, com a designação de Batalhão de Caçadores n.º 5 (ou Batalhão de Caçadores de Campo Maior), organizado em Campo Maior. Posteriormente, a 22 de agosto de 1811, integrou a brigada formada pelos Regimentos de Infantaria n.º 13 e n.º 24. Em 13 de agosto de 1813 esta Brigada passou a ter o n.º 10, mantendo-se o Batalhão a recrutar no Alentejo. Em 1816 passou a ter quartel na Bateria da Feitoria, em Oeiras. Foi seguidamente transferido para Moncorvo e, em 1823, daí para Estremós, seguindo depois para Elvas e por fim para Aldeia Galega, embarcando pouco depois, a 18 de outubro, em Cacilhas, com destino aos Açores, para onde o Batalhão fora destacado para guarnecer a Fortaleza de São João Baptista, em Angra. Esta era uma forma de desterro, por haver suspeitas de existir simpatia liberal entre os seus oficiais, a maioria dos quais ficou encarcerada em São Julião da Barra ou na Torre do Bugio ou foi desterrada para Mafra. Em Angra, o Batalhão protagonizou o golpe de 22 de junho de 1828, que viria a revelar-se o arranque efetivo da guerra civil portuguesa (1828-1834). Após aquela revolta, o Batalhão de Caçadores n.º 5 foi o pilar fundamental da resistência liberal na ilha e da formação da Regência de Angra. Saiu dos Açores incorporado nas forças que acompanharam D. Pedro no desembarque do Mindelo, participando ativamente em toda a Guerra Civil.
- 40 A Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa de 29 de abril de 1826 foi a segunda constituição portuguesa. Foi designada por «*carta constitucional*» por ter sido outorgada pelo rei D. Pedro IV e não redigida e adotada por cortes constituintes eleitas pela nação, como sucedera com a Constituição de 1822. Foi a constituição portuguesa que esteve mais tempo em vigor, tendo sofrido, ao longo dos seus 72 anos de vigência, 4 revisões constitucionais, designadas por «*atos adicionais*». Vigorou por 3 períodos distintos: (1) de abril de 1826 (outorga da Carta) até maio de 1828 (quando D. Miguel foi aclamado rei absoluto); de agosto de 1834 (quando D. Miguel foi expulso de Portugal e foi restaurada a monarquia constitucional) até setembro de 1836 (Revolução de Setembro com a restauração provisória da Constituição de 1822); e de janeiro de 1842 (golpe de estado de Costa Cabral) até outubro de 1910 (implantação da República).
- 41 José António da Silva Torres Ponce de Leão (Santarém, 16 de março de 1782 — Santarém, 6 de setembro de 1848), também conhecido por *General Torres*, primeiro e único barão do Pico do Seiro e primeiro e único visconde da Serra do Pilar, foi um oficial general do Exército. Adepto do liberalismo, exerceu importantes funções de comando durante a Guerra Civil e ocupou diversos cargos políticos, entre os quais o de par do reino.
- 42 O Decreto de 21 de dezembro de 1863 aprovou o plano de organização do Exército que fora autorizado por cartas de lei de 2 e de 9 de julho de 1862. Aquela reorganização foi apodada pelos seus detratores como «*a infeliz*» e viria a revelar-se efêmera, pois na sequência do decreto das Cortes-Gerais de 29 de março de 1864, foi o decreto com força de lei de 21 de dezembro de 1863 revogado pela Lei de 1 de abril de 1864. O Decreto de 21 de dezembro de 1863, na sua nota preambular, afirmava que «*elevou-se à categoria de praça de primeira classe o castelo de S. João Baptista do Monte Brasil, na ilha Terceira, tanta é a sua importância militar, considerada em relação à defesa da mesma ilha, e tantas são as recordações de glória que em si encerra*». Os artigos 77.º e 78.º daquele diploma mantinham a 10.ª Divisão, englobando os distritos açorianos e com quartel-general em Angra, como divisão de 2.ª classe, ou seja, de comando de um tenente-general ou major-general. O artigo 79.º estabelecia a existência de três subdivisões, de abrangência distrital. O artigo 84.º elevava o Castelo de São João Baptista a praça de 1.ª classe, com presídio militar (artigo 86.º) e uma Companhia de Veteranos dos Açores (artigo 102.º). A guarnição da praça caberia ao Batalhão de Caçadores n.º 10.
- 43 A 10.ª Divisão Militar foi uma estrutura de comando criada pela reorganização geral do Exército operada pelo Decreto de 26 de novembro de 1836. Aquela Divisão compreendia as unidades sediadas nos distritos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, com quartel-general em Ponta Delgada (*Ordem do Exército*, 7 de dezembro de 1836). Apesar desta previsão quanto à localização do quartel-general, a partir de 1851, o quartel-general foi transferido para Angra do Heroísmo por iniciativa do general de brigada Francisco de Paula Bastos (Lisboa, 11 de junho de 1793 — Angra do Heroísmo, 2 de setembro de 1881), 1.º barão e 1.º visconde de Bastos. Pelo Decreto de 20 de dezembro de 1849, que deu nova organização ao Exército, as Divisões Militares foram reduzidas para 3 divisões territoriais no território continental, subdivididas em 8 subdivisões, e 2 comandos militares nas ilhas, mas o decreto não chegou a ter execução, pelo que a Divisão subsistiu até à reforma do Exército de 1899. Nesse ano a 10.ª Divisão foi substituída pelo Comando Militar dos Açores, também sediado em Angra do Heroísmo.
- 44 Joaquim Pereira Pimenta de Castro (Monção, Pias, 5 de novembro de 1846 — Lisboa, 14 de maio de 1918), oficial de Engenharia Militar que em 1911 foi brevemente Ministro da Guerra e depois Presidente do Ministério em 1915, quando foi deposto por um pronunciamento militar liderado por Álvaro de Castro. Retirou-se da política e escreveu um livro defendendo a sua administração, falecendo pouco depois. No posto de general de brigada, de 1901 a 1903, foi governador da Fortaleza de São João Baptista, ao tempo classificada como Praça de 1.ª classe. Esse cargo estava agregado ao de comandante do Comando Militar dos Açores, com sede em Angra do Heroísmo, estrutura que havia sido recriada, em substituição da 10.ª Divisão Militar, pela organização do Exército constante do Decreto de 7 de setembro de 1899, conjugado com o Decreto de 14 de setembro daquele mesmo ano. Este último diploma transformou o Batalhão de Caçadores n.º 10 em Regimento de Infantaria n.º 25, unidade que ficou aquartelada naquela fortaleza, tal como a Companhia n.º 1 de Artilharia de Guarnição (cf.: José Manuel Salgado Martins, *Regimento de Guarnição n.º 1. Uma herança gloriosa (séculos XV a XXI)*, p. 49. Estado Maior do Exército/Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, 2017).
- 45 A Companhia de Artilharia n.º 1 resultou da reorganização do Exército constante do Decreto de 7 de setembro de 1899, conjugado com o Decreto de 14 de setembro daquele mesmo ano. A unidade ficou aquartelada na

Fortaleza de São João Baptista, tal como o Regimento De Infantaria n.º 25 (cf.: José Manuel Salgado Martins, *Regimento de Guarnição n.º 1. Uma herança gloriosa (séculos XV a XXI)*, p. 49. Estado Maior do Exército/Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, 2017).

- 46 Manuel Goulart de Medeiros (Horta, 24 de março de 1861 — Lisboa, 18 de fevereiro de 1947), oficial do Exército, político e maçom que, entre outras funções de destaque, foi deputado, senador e Ministro da Instrução Pública durante a Primeira República Portuguesa.
- 47 O Regimento de Infantaria n.º 25 resultou da transformação do Batalhão de Caçadores n.º 10, também aquartelado em Angra do Heroísmo, operada pela reorganização do Exército constante do Decreto de 7 de setembro de 1899, conjugado com o Decreto de 14 de setembro daquele mesmo ano. A unidade ficou aquartelada na Fortaleza de São João Baptista, tal como a Companhia n.º 1 de Artilharia de Guarnição (cf.: José Manuel Salgado Martins, *Regimento de Guarnição n.º 1. Uma herança gloriosa (séculos XV a XXI)*, p. 49. Estado Maior do Exército/Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, 2017).
- 48 Elias José Ribeiro Júnior (Angra do Heroísmo, 9 de janeiro de 1846 — Lisboa, 11 de janeiro de 1918), conhecido na fase final da vida por *General Elias*, foi um oficial do Exército que se distinguiu como jornalista. Fez parte significativa da sua carreira militar em Angra do Heroísmo, onde ganhou grande prestígio junto da população. Foi governador do Castelo de São João Baptista (1907-1910).

Capítulo XXVI

Referências ao acontecido na Terceira desde 1580 a 1642

A Restauração e as suas consequências na Terceira

«Quadram de molde estas frases ao saudar-se o advento da dinastia brigantina.

O povo ferido na sua honra, no seu luzimento e nos seus interesses, levantou-se um dia como um corcel brioso, e cuspiu de si o engalanado cavaleiro. Tudo se havia feito em menoscabo de Portugal durante esses sessenta anos de galé insofrível; o comércio decaíra, as extorsões multiplicaram-se, os alvitristas castelhanos desabrochavam a fantasia em invenções de subsídios, as nossas glórias de além-mar empanavam-se e extinguíam-se; a nobreza era posta de banda, o clero privado dos seus benefícios, a gente comum envolvida pela mesma onda de injustiças e agravos.

Daqui vieram as comoções parciais, os abalos intermitentes, as efusões dos ânimos incendidos; até que as pequenas faúlhas, bruxuleantes em vários pontos, e já sinistras em Évora, rebentaram em Lisboa, como incêndio medonho, ao alvorecer o dia de sábado, primeiro de dezembro de 1640.

Estava consumado o grande facto da restauração; o país volvia à sua liberdade».^a

O duque de Bragança era aclamado D. João IV, rei de Portugal e seus domínios: os opressores fugiam espavoridos para terras de Espanha; o continente ficava liberto da opressão de estrangeiros; mas no meio do oceano, entregue à sua sorte, continuava cativo o importante Arquipélago Açoriano, e nele destacava-se a heroica ilha Terceira, que durante três anos lutara valentemente, gloriosamente, contra o leão de Castela; e a libertação do Arquipélago estava-lhe confiada, dela dependia, mas para isso tinha de vencer o único poder castelhano que então existia em terras portuguesas.

a Eduardo Vidal, *História de Portugal*, vol. V, p. 5.

Como o conseguiu, é o que passamos a relembrar tão resumidamente, quanto possível.

*

Entre os vultos mais importantes, que tomaram parte ativa na restauração açoriana, destaca-se o de Francisco de Ornelas da Câmara,¹ filho do capitão-mor da vila da Praia, Francisco Paim da Câmara² e de D. Isabel de Sousa Neto.³

Eleito pela Câmara daquela vila, em 4 de julho de 1627, capitão de uma das quatro companhias lá existentes, deu provas da sua aptidão.

Em 1629 embarcou como aventureiro na armada real, e sustentou à sua custa, durante seis meses, dez soldados nas guerras do Brasil, sendo nomeado capitão de um terço de infantaria das armadas.

Regressando a Portugal em 1636, foi nomeado por carta régia de 15 de setembro [daquele ano], capitão-mor e provedor das fortificações na vila da Praia, em substituição do seu octogenário pai. Foi também agraciado cavaleiro da Ordem de Cristo. Residiu durante algum tempo na sua capitania, e voltando ao reino em 1639 professou na vila de Tomar, a 6 de outubro de 1640.

Foi assim, que este ilustre caudilho da restauração açoriana, se encontrava em Lisboa na ocasião em que foi aclamado rei de Portugal o duque de Bragança.

Um outro vulto, que também se destaca entre os mais importantes, é o do ilustre terceirense, o capitão João de Ávila,⁴ que, como presidente da Câmara de Angra, e como capitão de uma das companhias de ordenança, prestou relevantíssimos e inolvidáveis serviços para a independência açoriana, além de muitos outros que havia prestado à pátria, aos quais mais se seguiram, no decorrer da sua vida pública.

Os importantes serviços destes dois ilustres terceirenses estão muito bem relatados nas suas biografias,⁵ escritas por Félix José da Costa, publicadas em 1842 e 1844.^b

^b Francisco de Ornelas da Câmara Paim, 5.º neto de Jácome de Bruges, casou, em 16 de agosto de 1637, com D. Filipa de Bettencourt, filha do capitão-mor de Angra, Vital de Bettencourt Vasconcelos, de que nasceu, em 1649. O capitão João de Ávila, nasceu a 20 de julho de 1637 e casou em 25 de agosto de 1653 com D. Isabel Pereira Pamplona, de quem nasceu em 3 de julho de 1655, D. Maria Paula Borges de Ávila. Manuel Paim de

Em 18 de dezembro de 1640, deu el-rei a Francisco de Ornelas instruções particulares e confidenciais, para vir à ilha Terceira acabar com o domínio castelhano, deixando ao seu arbítrio o ato da aclamação.

Saindo Ornelas de Lisboa a 21 daquele mês, desembarcou na ilha Terceira aos 5 de janeiro de 1641.

Conferenciando sobre tão importante assunto com seu velho pai e com o religioso franciscano, frei Diogo das Chagas, na vila da Praia, soube haver falecido o corregedor Diogo Botelho,⁶ com quem muito contava; e no dia 8 dirigiu-se à cidade de Angra, para conferenciar com seu cunhado, o capitão-mor João de Bettencourt Vasconcelos,⁷ e com alguns seus amigos e parentes.

No entretanto corria publicamente a notícia de que Francisco de Ornelas, na ocasião em que passara por Madrid, em setembro de 1640, o encarregara Filipe IV, de ser portador de cartas para as Câmaras e para o governador do Castelo de São Filipe, D. Alvaro de Vivero,⁸ avisando da intenção dos franceses e holandeses em tomarem a ilha Terceira, cartas que realmente lhe haviam sido entregues, e que Ornelas pretendia, lhe servissem de estratagema, para conseguir na sua capitania uma conferência com o governador, com o fim de se tratar e estudar os meios de defesa da ilha.

Tendo João de Bettencourt [Vasconcelos] anuído a tudo, julgou-se por conveniente mandar chamar ao castelo D. Pedro Ortiz de Melo,⁹ aparentado com família terceirense, e íntimo amigo do governador, a fim de lhe pedir, que apresentasse a D. Alvaro de Vivero as propostas, que D. João IV lhe fazia, do título de conde e dez mil cruzados, para a entrega, em boa paz, da fortaleza. D. Pedro prestou-se a apresentar as propostas, na certeza de que o governador as não aceitaria, e recomendou a Ornelas, que se acautelasse contra as iras do governador.

Sousa, casou com D. Maria Paula Borges de Ávila, em 1669, sendo testemunhas deste casamento o marquês de Minas e os condes do Prado e Mesquitela, quando estiveram na ilha Terceira, com el-rei D. Afonso VI. Seu filho Francisco Paim da Câmara Borges de Ávila, nascido em 1671, casou na ilha do Faial com D. Jerónima Maria de Montojos Pereira da Silveira e Frias, de quem nasceu, em 1706, Tomás Paim de Bettencourt e Ornelas, que casou com D. Francisca Efigénia de Montojos, de quem houve um filho, em 1760, Teotónio de Ornelas Borges Ávila. Casando este na ilha do Faial com D. Josefa Jerónima Paim, teve por descendente a ilustre dama D. Pulquéria de Ornelas Paim, que casou com o dr. André Elói Costa Noronha Ponce de Leão, e foram os pais do benemérito e inolvidável Teotónio de Ornelas Bruges Ávila Paim da Câmara Ponce de Leão, 1.º visconde de Bruges e 1.º conde da Praia da Vitória.

Este conselho, que foi de amigo, fez com que Ornelas se retirasse naquela noite para a sua capitania, pois se assim não sucedera, seria preso pela escolta, que cercou a casa do capitão João Espínola,¹⁰ onde estivera hospedado.

Deste momento em diante foi uma luta dissimulada entre o governador e Ornelas, o capitão João de Ávila e os bons terceirenses, que Vivero tentava por todos os meios ver se conseguia ter com eles conferências dentro do castelo, a fim de os prender.

D. Alvaro de Vivero principiou desde logo a abastecer o castelo de víveres, e a mudar para lá as munições de guerra, que estavam na fortaleza de São Sebastião, a qual pretendeu arrasar, ao que se opôs o capitão João de Ávila, como presidente da Câmara.

Mandando o governador uma caravela, à vila Praia, para lhe trazer todo o trigo do dízimo, foi apreendida e mandada a Lisboa, em 16 de fevereiro, com comunicações a el-rei sobre todo o acontecido, solicitando Ornelas socorros urgentes. A caravela não chegou ao seu destino, por ser presa pelos corsários.

Reuniu Ornelas todos os capitães da vila da Praia a quem expôs a missão, que lhe havia confiado el-rei, e o que se passara com o governador, sendo todos unânimes em que se procedesse sem demora à aclamação; e convocando a Câmara foi resolvido prover de tropa todos os postos e estâncias da capitania.

Deu isto em resultado a censura do governador castelhano, a que Ornelas deu uma brilhante resposta.

Dentro em pouco era de todos sabido, que se sentava no trono português um rei legítimo, e que o domínio castelhano havia acabado. Assim, ansiava o povo terceirense, para que se procedesse à aclamação de el-rei D. João IV.

Só em Angra, a maioria da Câmara, que o capitão João de Ávila ainda assim continha, e a maioria da nobreza é que não acompanhavam este santo entusiasmo patriótico. Contudo, conseguiu o capitão João de Ávila, de acordo com o capitão-mor João de Bettencourt [Vasconcelos], e mais autoridades, em se organizar uma companhia de ordenança¹¹ para a defesa da cidade.

Foi tentado o último esforço, no dia 22 de março, para a entrega pacífica do castelo, sendo encarregue das negociações o prior do convento da Graça, frei João da Purificação,¹² confessor de D. Alvaro de Vivero.

Mostrando o governador aceder, voltou o prior no dia 23, com as cartas e papéis para a capitulação. Enquanto D. Alvaro mostrava prestar toda a atenção à sua leitura, mandou convidar um dos signatários, o fidalgo Estêvão da Silveira Borges,¹³ a subir ao castelo, o que este ingenuamente fez, sendo acompanhado por Pedro de Carvalhal.¹⁴ Imediatamente foram os três encerrados na prisão, onde faleceram durante o cerco do castelo.

Em consequência deste traiçoeiro procedimento do governador, seguiu Francisco de Ornelas para a sua capitania, realizando-se com toda a solenidade, pelas 10 horas do dia 24 de março de 1641, domingo de Ramos, a aclamação do sereníssimo D. João IV, rei de Portugal.

Este ato foi comunicado à Câmara de Angra. O capitão João de Ávila fez reunir a Câmara, para se proceder à aclamação, ao que a maioria tenazmente se opôs. O povo recebeu indignado uma tão servil e covarde deliberação, e assim o ódio contra os castelhanos aumentava surdamente.

Quatro rapazes, irmãos, tanoeiros, por alcunha «*os Minhas Terras*»,¹⁵ chamado o mais velho Pedro Fernandes,¹⁶ em cujos peitos batiam corações generosos, que ansiavam pela libertação da sua pátria, censuravam na sua oficina o proceder da maioria da Câmara. Sucedia isto no dia 26 de março. Nesta ocasião entra na oficina o valoroso e estimado António do Canto [e Castro], que também indignado fez coro nas justas censuras dos valentes artistas.

E, enquanto falavam, foram lançando, instintivamente, mão das armas, que encontraram na oficina, e num pronto, animados do mesmo pensamento, sem cuidarem do perigo a que se expunham, assaltaram a guarda castelhana, que lhes fica próxima.^c A guarda assim surpreendida, é em parte desarmada. Acodem vários populares, trava-se heroica luta, e os castelhanos são vencidos!

Estava lançado o fogo.

^c A oficina destes patrióticos artistas era na antiga rua das Frigideiras, hoje rua da Alfândega [agora rua dos Minhas Terras], e a casa da guarda na *casa da Verónica*, esquina desta rua e da rua Direita.

Ao ter o governador conhecimento deste audacioso ato, mandou chamar António do Canto ao castelo. Foi portador do chamamento uma escolta, sob o comando de um sargento, tendo a escolta ordem de prender os tanoeiros, prisão que não realizou, porque estes patriotas moços tinham-se retirado para a capitania da Praia.

Seguiu a escolta rua Direita acima, e António do Canto, que passeava na praça, prevendo qual o fim que ela levava, entra para a casa do corpo da guarda da ordenança angrense. Intimado o capitão da guarda, Jerónimo da Fonseca,¹⁷ a fazer entrega de António do Canto, nobremente se recusa. Então o sargento intenta dar a prisão à força, mandando disparar a escolta sobre a guarda; os populares acodem em defesa da força terceirense, e a guarda do porto em defesa da tropa espanhola; trava-se valente peleja e os espanhóis, sempre perseguidos, são forçados a retirarem-se à esplanada do castelo.

E o povo, não podendo mais conter os justos desejos de proclamar a sua independência, exclama em altas vozes: «*Liberdade! Viva D. João IV! Abaixo os castelhanos!*». Foi uma aclamação genuinamente popular.

A faúlha transformara-se em incêndio.

E à luz brilhante desse incêndio vamos ver um povo, completamente abandonado da mãe pátria, lutar e vencer o último reduto, que a opressão castelhana sustentava em terras portuguesas.^d

Não tinham os terceirenses os auxílios merecidos, necessários, e requisitados a D. João IV, que importava isso?

Quem havia lutado gloriosamente, durante anos contra o colossal poder de Castela, devia ter a honra de ser o conquistador das últimas forças dominadoras.

O povo terceirense era abandonado pela mãe pátria, e só podia contar com o auxílio dos seus bons irmãos açorianos; faltava-lhe a pólvora, o morrão e a bala,

^d Segundo os documentos presentes, foram requisitados auxílios a el-rei, por diversas vezes. Boas promessas e cartas de agradecimento pelos serviços prestados, não faltavam. O primeiro socorro do novo imperante, em 25 de abril, diz José Joaquim Pinheiro, foi um frade para superintender na guerra, sete capitães, cem soldados, alguma pólvora e bala, com pouco armamento, que não podia disparar sem morrão, e que não veio por o não haver, e cartas em abundância, não esquecendo até o cabido da Sé.

mas sobejava-lhe o valor e o amor patriótico; possuía a coragem precisa para proclamar a sua independência, sem pensar nos perigos, a que se expunha.

Não tinha os auxílios da pátria, e os espanhóis esperavam a cada momento valiosos socorros de Castela;^e os inimigos a combater estariam na terra e no mar, mas que importava isso?

Não tinham os terceirenses esquadra? Arranjá-la-iam. Valentes e denodados capitães possuíam-nos e felizmente sempre os possuíram. Que o digam as frotas da Índia e os corsários que infestavam o mar dos Açores; que o proclamem os feitos dos audazes navegadores açorianos; que o comprovem os numerosos documentos, que regamente foram concedidos a esses heróis, e as valiosas cartas dirigidas às Câmaras, tudo, enfim, que a história regista nas suas mais brilhantes páginas.

A ilha Terceira estava só, e auxílio só o tinha a esperar das demais ilhas açorianas; mas não era a primeira vez, que se encontrava só, nem seria a última.

A mãe pátria sempre a abandonou, e este abandono tornou-se crónico; mas àquela que se encontrava sempre só, estava-lhe ainda reservada a mais nobre missão que a Providência lhe podia conceder, o ser o paládio das liberdades pátrias, e ir libertar a mãe que sempre a abandonara.

Ó heroica ilha Terceira, quem não se ufanará com orgulho, de ser teu filho?!

Não mais divagações, e continuemos.

*

Tinha o povo angrense feito a aclamação do soberano o português.

Levada de vencida a força castelhana, até à esplanada do Castelo de São Filipe, reuniram-se as companhias da ordenança, e o capitão-mor João de Bettencourt mandou postar forças à entrada das ruas, que davam para o castelo, cabendo o ponto mais arriscado ao capitão João de Ávila.

^e Foram importantes, mas que os terceirenses tomaram. Filipe IV, nas cartas dirigidas ao governador castelhano, ordenava-lhe que sustentasse o Arquipélago dos Açores ao seu domínio e que para isso mandaria os socorros precisos, e que se estava preparando para ir castigar a rebeldia portuguesa.

Foram expedidos emissários pelo capitão-mor, e pelo povo, à capitania da Praia, para que Ornelas viesse para a cidade com as forças disponíveis. O mesmo se fez para outras freguesias.

Ainda era noite, quando Ornelas entrou em Angra, indo imediatamente reforçar as estâncias militares.

Na tarde de 27 [de março], quando na vila de São Sebastião se soube do acontecido em Angra, o juiz presidente, Manuel Martins Fenaes,¹⁸ saiu ao balcão dos paços do concelho, e, hasteando a bandeira municipal, fez a aclamação do monarca português.

Às companhias vindas da Praia juntaram-se duas de São Sebastião, a de São Bento, a da Ribeirinha, a de São Bartolomeu, a do Porto Judeu e duas de Santa Bárbara.^f

Foi constituído um conselho de guerra, sendo unanimemente deliberado o desalojamento das forças inimigas da raiz da esplanada do castelo, onde estavam reunidas, o que conseguiram depois de violento fogo, ficando, das forças terceirenses, seis mortos e quinze feridos.^g O governador mandou suspender a ponte levadiça e fechou-se com a sua gente no castelo, aguardando os socorros de Filipe IV.

No conselho extraordinário, que se realizou na Câmara no dia 29 [de março], Sexta-Feira Santa, para se tratar da direção da guerra, foi Francisco de Ornelas [da Câmara] nomeado governador junto do capitão-mor João de Bettencourt. Esta nomeação foi regamente confirmada. Deliberou-se mais proceder-se ao

^f Os capitães das companhias da cidade eram: Diogo do Canto e Castro, Constantino Machado, Galaor Borges Costa, Henrique Moniz da Silva Merens, João Pacheco de Vasconcelos, Vital de Bettencourt, Jerónimo Fernandes da Fonseca, Francisco do Canto de Vasconcelos, Baltasar da Costa Pereira, Diogo do Canto e Castro, Francisco de Andrade Machado e Cristóvão Borges da Costa. Os das freguesias rurais eram: Ribeirinha, Manuel Jacques de Oliveira; Porto Judeu, Gaspar Gonçalves Vieira; Santa Bárbara, Pedro Lourenço Machado Simão, Fernandes Rodovalho e Francisco João; São Bartolomeu, Bartolomeu Gonçalves Rodovalho; São Bento, o sargento Álvaro Martins Maia. Os da vila de São Sebastião eram: Henrique Fernandes Pacheco e João Pacheco Machado. Os da vila da Praia e sua jurisdição eram: Melchior Machado de Lemos, denominado o *Viriato terceirense* nas guerras do Brasil; Baltasar Mendes de Vasconcelos; Manuel do Canto Teixeira, Manuel de Ornelas da Câmara, Manuel do Canto Vieira e o sargento-mor Sebastião Cardoso Machado; Miguel do Canto Teixeira; Pedro da Costa de Mendonça, Lajes; Manuel Lourenço Rebelo, Vila Nova; Gonçalo Vaz Dinis, Agualva; Gaspar Cardoso Machado, Altares; Melchior Vaz, Biscoitos. Organizaram companhias à sua custa: João da Fonseca Chacón; Francisco Pires; Afonso Gomes Peres; Bartolomeu de Oeiras; Jerónimo da Fonseca; João Mendes de Vasconcelos; e Diogo Leite. Distinguiram-se pelo seu patriotismo: o capitão Tomás da Costa Franco; Roque de Figueiredo; Pedro de Bettencourt; João Ibré; e mais outros.

^g Este conselho foi composto pelos dois capitães-mores, e por António do Canto e Castro, sargento-mor de Angra, Manuel de Barcelos Machado, antigo sargento-mor da Praia, Francisco de Carvalho, almirante da esquadra, João do Canto [e Castro], ouvidor da cidade, e Tomé Correia, lugar-tenente do donatário.

serviço da trincheira de circunvalação desde o alto do Portinho Novo¹⁹ até à rua do Fanal;²⁰ tratou-se do estabelecimento do quartel-general na praça e do alojamento de todas as forças.

Estavam fechados os armazéns das munições de guerra, e Cristóvão de Lemos,²¹ que tinha em seu poder as chaves, havia sido um dos poucos terceirenses, que se recolheram ao castelo. A golpes de machado foi despedaçada a porta, mas a seguir a esta encontra-se outra toda chapeada de ferro. Foi uma feliz coincidência, a chave da ermida de Nossa Senhora da Saúde servir para se abrir aquela porta. Este facto foi considerado pelo povo como um milagre da Virgem Mãe de Deus e dos homens, e sinal esperançoso de se alcançar a desejada vitória.

A companhia da Ribeirinha tomou de assalto, no dia 28 [de março], o Castelo de São Sebastião, que estava guarnecido pelos castelhanos

No domingo da Páscoa da Ressurreição, 31 março, depois dos atos religiosos na catedral, saiu da igreja um imponente cortejo, e sem temor das balas que a artilharia do castelo lançava sobre a cidade, dirigiu-se à praça, fazendo-se a pública aclamação do invicto rei D João IV, de que se lavrou o respetivo auto. Em seguida regressou o cortejo à catedral, e foi cantado um solene *Te-Deum*, dando a guarda de honra, que acompanhou o préstito, as usuais descargas.

Depois desta aclamação pública, resolveu o conselho de guerra fazer a devida comunicação às Câmaras das demais ilhas, mandando emissários, e delas solicitar todo o auxílio. Nas ilhas ocidentais realizou-se com grande entusiasmo a aclamação, e cada qual prestou o auxílio de que pôde dispor; nas orientais foram os emissários mal recebidos. A aclamação só mais tarde teve lugar em São Miguel, depois do [capitão do] donatário, o conde de Vila Franca,²² receber carta de el-rei D João IV, em 6 de abril, para tal fim.

Foi, então, que o ilustre micaelense, Diogo Botelho de Vasconcelos,²³ organizou à sua custa uma companhia, e embarcando em uma caravela chegou a Angra em 21 de abril, prestando valioso auxílio. De São Miguel vieram algumas peças de bronze, pólvora e bala.

O primeiro auxílio que Filipe IV mandou a D. Alvaro de Vivero, saiu de Sevilha em um navio de alto bordo, o qual arribando à Madeira, foi feito prisioneiro. O

segundo veio em duas fragatas, tendo os açorianos a felicidade de ser entregue o seu comando ao ilustre terceirense Manuel do Canto e Castro,²⁴ que de bom grado aceitou a missão, com o patriótico intento de bem servir a pátria portuguesa. Quando chegou à Terceira, em 9 de abril, e que teve conhecimento já estar aclamado o rei português, houve-se por forma que o contingente espanhol foi feito prisioneiro e os navios tripulados por gente terceirense. O terceiro foi uma nau espanhola, em 20 de junho, sob o comando de Luis de Vivero,²⁵ irmão do governador. A nau foi feita prisioneira, servindo muitíssimo o importante material de guerra, de que era portadora. As tropas espanholas foram em parte distribuídas pelas ilhas e outras mandadas para Lisboa.

Com este número de navios, tomados aos inimigos, e com mais dois contratados aos holandeses, e uma nau francesa, pagos todos pelo cofre terceirense, ficou constituída a armada açoriana. Em um dos navios holandeses, é que vieram, em 25 de abril, o padre Francisco Cabral,²⁶ e os sete capitães, de que já em nota fizemos referência.

O almirantado desta armada foi conferido ao intrépido e audaz Francisco do Carvalho [Borges],²⁷ e o cargo de capitão-mor da armada ao ilustre graciosense Manuel Correia de Melo.²⁸

Para mais se aproximarem do castelo as forças açorianas, e assim mais apertado ficar o cerco, construíram-se novas trincheiras; sempre em constante perigo, sob o fogo da artilharia e mosquetearia do castelo. Foi então que a luta se tornou mais violenta, pelas investidas, que os espanhóis deram para assaltar as trincheiras.

Em 31 de maio, tentou-se novamente ver se D. Alvaro de Vivero aceitava as propostas, que nesta ocasião foram recebidas de el-rei, trazidas por dois navios franceses que, no dia 29, haviam aportado à vila da Praia. Nada se conseguiu do governador, não obstante haver troca de correspondência até 2 de junho.

Assim continuaram as hostilidades, sendo repelidos todos os assaltos. Foram organizadas mais quatro companhias,^h e quando se tratou de dar um assalto ao

h

Estas companhias foram comandadas pelos capitães Cristóvão Borges da Costa, Diogo do Canto e Castro, Francisco de Andrade Machado e Sebastião Cardoso Machado.

castelo por terra e mar, no dia 27 de dezembro, existia um efetivo de quatro mil homens. O assalto não teve lugar, devido ao grande temporal que se desencadeou.

Em 22 de janeiro soube-se, por um navio vindo Lisboa, que, tendo saído uma armada de treze navios, com mil e quinhentos infantes, para socorrer a Terceira, havia sido obrigada por violenta tempestade a arribar a diversos portos.

Felizmente tais socorros tornaram-se desnecessários nesta ocasião, e melhor foi o não chegarem, para que a glória da conquista do castelo pertencesse só àqueles que, até então, tanto se haviam arriscado e sacrificado, sem o auxílio continental.

O estado dos sitiados era realmente crítico. Os amudados assaltos às trincheiras haviam-lhe feito perder parte das suas forças; a fome e a doença enfraquecido uma e morto outra, e a restante o desânimo inutilizava-a de dia para dia.

O governador D. Alvaro de Vivero, que do alto do castelo havia presenciado tudo o que tinha sucedido aos navios espanhóis, que lhe traziam os socorros que lhe mandara o seu rei; que se via cercado por forças muito superiores às suas, e que de quatro pontos estava montada a artilharia contra o castelo; que sabia que o amor patriótico dos sitiantes não consentiria, que abandonassem a sua nobre resolução, e que a armada que possuíam evitaria a entrada de qualquer outro reforço que Filipe IV porventura lhe mandasse, viu-se forçado a desfraldar, no dia 24 de fevereiro, a bandeira branca, o que levou as forças sitiantes a exclamar, apenas a viram, «*Boa nova!*»ⁱ

Estabelecidas as conferências entre os representantes dos sitiantes e sitiados, foi assinada, na ermida de Nossa Senhora da Boa Nova,²⁹ a capitulação do Castelo de São Filipe, no memorável dia 4 de março de 1642.

À constância, valor e heroicidade das forças terceirenses, auxiliadas por muitos açorianos, se deveu a rendição daquela inexpugnável fortaleza, último reduto das forças espanholas, que durante cinquenta e oito anos dominaram a ilha

ⁱ A ermida de Nossa Senhora do Terço, sita na esplanada do castelo, ficou-se denominando daquela hora em diante de Senhora da Boa Nova. Junto desta ermida está estabelecido o hospital militar. Desde 1832 até 1835, como estivesse profanada, foi nela estabelecida a imprensa do governo, a primeira que existiu nos Açores.

Terceira. Durou o cerco onze meses, morrendo cento e quarenta portugueses e ficando feridos cento e vinte. Despendeu-se quantia superior a cem mil cruzados, sem que Portugal concorresse para uma tão grande despesa.

No dia 6 de março saíram do castelo, para o alojamento que lhe foi preparado, o resto das forças espanholas e suas famílias. Foi uma cena tristíssima a passagem dos prisioneiros, pelo estado de fraqueza em que se encontravam, devido às privações, e à fome por que haviam passado.

Ao ódio da véspera seguiu-se a generosidade dos vencedores para com os vencidos. De cerca de quinhentos soldados, que estavam no castelo, só cento e cinquenta se podiam contar aptos a servirem, depois da capitulação, e o número das pessoas falecidas durante o cerco, entre homens, mulheres e crianças, excedeu a trezentas.

Aqueles infelizes eram os vencidos, mas dignos de toda a consideração e respeito; pois houveram-se valorosamente e deram subidas provas da sua lealdade. Muitos foram os que ficaram na ilha, onde já tinham constituído família, sendo por todos estimados.

No dia 15 de maio de 1642 embarcou, em uma nau inglesa, com destino à Espanha, o mestre de campo D. Alvaro de Vivero, acompanhado por seu irmão D. Luis Pérez de Vivero, e pelos seus soldados e famílias.

-
- 1 Francisco de Ornelas da Câmara Paim (Praia, 12 de outubro de 1606 — Praia, 24 de abril de 1664), fidalgo que se destacou na Restauração Portuguesa nos Açores, especialmente como líder da campanha militar que conduziu à submissão da Fortaleza de São João Baptista (1641-1642). Com apenas 20 anos de idade, em 1627, foi eleito pela câmara da sua vila natal capitão de uma das companhias de ordenança. Embarcou na esquadra real para o Brasil, entrando ali na guerra contra os holandeses. Em 1636 substituiu o pai no cargo de capitão-mor e provedor das fortificações da Praia e foi agraciado com o hábito da Ordem de Cristo. Estava em Lisboa quando se deu a revolução de 1 de dezembro de 1640, sendo encarregue pelo próprio D. João IV de promover a aclamação do novo rei nos Açores. Após múltiplas dificuldades, conseguiu a aclamação de D. João IV na Praia e, conjuntamente com o cunhado, o capitão-mor de Angra, João de Bettencourt, comandou as ações militares do cerco ao castelo. Foi governador do Castelo de São João Baptista desde 1660 até falecer. A sua biografia é um dos indispensáveis ingredientes do nacionalismo histórico cultivado pelo Estado Novo, sendo lembrado na toponímia de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória, onde a respetiva escola básica o tem por patrono.
 - 2 Francisco da Câmara Paim (Praia, c. 1567 — Praia, 24 de julho de 1643), também conhecido por Francisco Paim da Câmara, capitão da gente de pé da Praia e provedor das obras e fortificações daquela vila. Foi guarda-mor da saúde na Praia durante a epidemia de peste de 1599-1600. Estudou em Coimbra, sem completar o curso, e andou embarcado em várias armadas. Foi pai de Francisco de Ornelas da Câmara (*cf.: Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, pp. 23-25).
 - 3 Isabel de Sousa Neto de Ornelas (Praia, 1579 — Praia, 25 de maio de 1616), esposa de Francisco da Câmara Paim e mãe de Francisco de Ornelas da Câmara (*cf.: Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 622).
 - 4 João de Ávila (Angra, 26 de abril de 1596 — Angra, 18 de junho de 1684), capitão de ordenanças de Angra, cavaleiro da Ordem de Cristo, feitor da alfândega de Angra. Considerado pelas correntes mais nacionalistas como exemplo de patriotismo e dedicação à causa comum, era neto de espanhóis, estudou com os Jesuítas em Angra, mas desde cedo percebeu que a sua vocação estava na vida dos negócios, que iniciou ainda muito jovem. Em 1641 era o vereador mais velho da Câmara da cidade e pôs-se decididamente ao serviço da causa da

Restauração, chefiando a facção que defendia a revolta contra os espanhóis. Acabada a guerra, foi nomeado capitão de Ordenanças e recebeu a mercê de cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis e, depois, da Ordem de Cristo. Foi nomeado feitor da Alfândega de Angra, em cujo cargo se distinguiu, principalmente na defesa e apoio às frotas do Brasil, andando várias vezes embarcado. Não descurava os seus negócios pessoais tornando-se, dizem os cronistas, o tipo de mercador exemplar pela escrupulosa lisura como cumpria os contratos, inclusive com os estrangeiros. Por isso, em 1650, passou a ser o administrador da Companhia Geral do Comércio do Brasil na ilha Terceira. Foi padroeiro do convento de Santo António dos Capuchos de Angra, cuja primeira pedra da igreja foi lançada em 9 de março de 1643.

- 5 As obras citadas são: (1) Félix José da Costa, *Notícia biographica de Francisco d'Ornellas da Câmara Paim, governador do castello de S. João Baptista da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo: Typ. do Angrense, 1842; e (2) Félix José da Costa, *Memória biográfica do terceirense João d'Ávila*. Angra do Heroísmo: Typ. do Angrense, 1844.
- 6 Diogo Botelho (c. 1600 — Angra, agosto de 1640), doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, magistrado que servia de juiz do crime na Corte. Foi provido a 6 de março de 1640 corregedor da comarca dos Açores. Tomou posse em Angra a 20 de maio e faleceu naquela cidade no fim de agosto do mesmo ano de 1640.
- 7 João de Bettencourt Vasconcelos (Angra, 3 de julho de 1589 — Angra, 1670), fidalgo da Casa Real e cavaleiro professo na Ordem de Cristo (1633). Morgado de uma das mais importantes casas vinculadas da Terceira, era capitão-mor de Angra aquando da Restauração. Cunhado de Francisco Ornelas de Câmara, aceitou coadjuvar na missão que este trazia de Lisboa de aclamar nos Açores D. João IV e de ganhar o controlo do Castelo de São Filipe. Foi às ilhas vizinhas promover a aclamação e assegurar apoios em tropas e munições. Comandou, com o cunhado, as milícias no cerco ao castelo e foram ambos nomeados governadores de guerra a 8 de maio de 1641. Com a rendição, governou o castelo até à chegada do general António de Saldanha, a quem entregou as chaves em março de 1642. Foi recompensado com a comenda de Santa Maria de Tondela (1658).
- 8 Alvaro de Vivero y Menchaca (Villa de Olmedo, 1606 — c. 1670), senhor de Encinillas, frequentemente com o nome aportuguesado para Álvaro de Viveiros, militar com carreira feita nos Países Baixos Espanhóis, que atingiu o posto de general. Era filho de Juan de Vivero y Luna, 2.º conde de Fuensaldaña. Como governador do Castelo de São Filipe do Monte Brasil resistiu a quase um ano de cerco, sendo obrigado a 4 de março de 1642 a uma rendição honrosa com a consequente restauração da soberania portuguesa nos Açores. Participou ativamente nas campanhas da Guerra da Restauração, durante as quais, como general da Cavalaria da Extremadura, desempenhou papel relevante nas lutas travadas na fronteira do Alentejo.
- 9 Pedro Ortiz de Melo (Angra, 1595 — Angra, 12 de fevereiro de 1668), filho de pai espanhol e mãe terceirense, alferes-mor do castelo de Angra, com papel importante nas negociações que levaram à rendição da sua guarnição. Casado em Angra, optou por ficar na ilha após a capitulação do Castelo de São Filipe. Aderiu à causa de D. João IV e serviu nas campanhas da Restauração no Alentejo e no Brasil. Fidalgo da Casa Real por alvará de 27 de novembro de 1649, foi procurador da Câmara de Angra às Cortes Gerais e teve importante intervenção na vida política e social angrense (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 711).
- 10 João Espínola da Veiga (Graciosa, c. 1566 — Angra, 26 de março de 1646), capitão de Ordenanças em Angra, participante nos eventos que levaram à Restauração em 1641 e 1642.
- 11 As companhias de ordenanças foram criadas pelo regimento de 10 de dezembro de 1570 e constituíam-se como forças militares no Reino e nas possessões portuguesas. Eram compostas por moradores e tinham como missão a manutenção da ordem interna e a defesa contra piratas e outras ameaças à segurança das populações.
- 12 João da Purificação (— Angra, c. 1641), prior do Convento da Graça de Angra e confessor de Alvaro de Vivero. Desempenhou importante papel nas negociações entre o governador do Castelo e o grupo liderado por Francisco Ornelas da Câmara. Faleceu durante o cerco ao castelo de São Filipe, onde se encontrava preso por ordem do governador Alvaro de Vivero.
- 13 Estêvão da Silveira Borges (Angra, 20 de março de 1579 — Angra, 1641), fidalgo da Casa Real por alvará de 29 de maio de 1609. Participou no processo de negociação da rendição pacífica do Castelo de São Filipe e foi nele aprisionado por ordem do governador Alvaro de Vivero, ali falecendo durante o subsequente cerco.
- 14 Pedro de Carvalho (— Angra, c. 1641), por alcunha o *Galego*, fidalgo angrense, participou no processo de negociação da rendição pacífica do Castelo de São Filipe, foi nele aprisionado por ordem do governador Alvaro de Vivero, ali falecendo durante o subsequente cerco.
- 15 «*Minhas Terras*» foi a alcunha, depois incorporada no nome, de uma família de tanoeiros que exerceu atividade na cidade de Angra em meados do século XVII. Em 1641 os *Minhas Terras* eram cinco irmãos, de apelido Fernandes, com oficina instalada na rua dos Tanoeiros (ou das Frigideiras), a mesma que hoje tem o seu nome. Todos sabiam ler e escrever, tendo ao longo dos anos subido socialmente. Eram particularmente admirados pelo povo pela ousadia com que enfrentavam os poderosos locais, tendo dois deles feito parte de um grupo de populares que apresentou ao rei uma proposta para que fosse criado na Terceira um cargo de vice-rei para governar os Açores com equidade, fazendo justiça a todos e protegendo os fracos e os pobres, o que não acontecia com os governadores-gerais espanhóis. Tiveram papel determinante como líderes populares nos eventos que levaram à aclamação do rei D. João IV em Angra (cf.: Henrique Brás, *Ruas da cidade e outros escritos*, pp. 319-345. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1985).
- 16 Pedro Fernandes (—), o mais velho dos cinco filhos do jorgense Melchior Fernandes, o *Minhas Terras*, tanoeiro com oficina em Angra. Foi um dos líderes da revolta popular que levou à aclamação de D. João IV em Angra a 26 de março de 1641 (cf.: Henrique Brás, «*Ruas da cidade e outros escritos*», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. 4 (1946), p. 165).
- 17 Jerónimo da Fonseca (— Angra (Sé), 1647), tabelião, vereador da Câmara de Angra e capitão do corpo de

guarda municipal em 1641.

- 18 Manuel Martins Fenais (—), capitão das Ordenanças e juiz presidente da Câmara Municipal da Vila de São Sebastião aquando da Restauração. No ano de 1643, sendo mordomo e em parte à sua custa a restaurou, paramentou, acrescentou o púlpito e amurou o adro da Ermida da Senhora da Graça da Vila de São Sebastião.
- 19 O Alto do Portinho Novo corresponde à elevação onde na atualidade está localizada a Casa da Roda, na confluência da rua dos Canos Verdes com a rua da Boa Nova e a rua da Rocha. A rua José Silvestre Ribeiro, na base da falésia (a *rocha* que dá o nome ao local) não existia ao tempo.
- 20 A rua do Fanal terminava junto ao cruzeiro que existiu na confluência da atual Rua da Cruz com a Travessa do Fanal e a Rua de Baixo de São Pedro.
- 21 Cristóvão de Lemos (—), fidalgo angrense, partidário da manutenção da União Ibérica. Em 1641 refugiou-se no castelo de São Filipe, levando consigo as chaves do paiol do Município, nele permanecendo durante o cerco que levaria à rendição em 1642.
- 22 Rodrigo da Câmara (Lisboa, 1594 — Sagres, 30 de abril de 1662), 3.º conde de Vila Franca, membro da família Gonçalves da Câmara. Era filho primogénito de D. Manuel da Câmara, tendo-lhe sucedido como 9.º capitão do donatário na ilha de São Miguel (sendo o sétimo da família a exercer o cargo). Acusado de sodomia, foi condenado pela Inquisição, perdendo o título de conde e todos os seus direitos e bens. Morreu no Convento de São Vicente, em Sagres, onde se encontrava desterrado. Em consequência, o título usado pela família Gonçalves da Câmara foi substituído pelo de Condes da Ribeira Grande.
- 23 Diogo Leite Botelho de Vasconcelos (Ponta Delgada, 1608 — Ponta Delgada, 3 de agosto de 1658), fidalgo e rico terratenente, instituidor de um vasto morgadio. No seu testamento alega «*ter feito muitos serviços a Sua Majestade nas guerras da ilha Terceira e da ilha de S. Miguel, contra os espanhóis, no que gastou muito*».
- 24 Manuel do Canto e Castro (Angra, 27 de outubro de 1610 — Angra, 3 de junho de 1669), fidalgo cavaleiro da Casa Real, filho de Manuel do Canto e Castro, o Velho, provedor das Armadas e Naus da Índia. Foi militar com carreira feita em Espanha, tendo publicado uma obra intitulada *Dos Esquadroens modernos* (Madrid, 1639).
- 25 Luis Pérez de Vivero y Menchaca (1615 — Alcántara, Cáceres, 8 de maio de 1664), mais tarde 4.º conde de Fuensaldaña, aristocrata e experiente militar.
- 26 Francisco Cabral (—), religioso da Companhia de Jesus, visitador nas ilhas dos Açores. Foi encarregue em 1641 por D. João IV de dirigir as operações de conquista do Castelo de São Filipe do Monte Brasil. Conduziu as negociações que levaram à capitulação do castelo em 4 de março de 1642.
- 27 Francisco do Carvalhal Borges (Angra, 17 de agosto de 1603 — Angra, 30 de março de 1652), fidalgo cavaleiro da Casa Real, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, capitão de ordenanças de Angra e almirante da armada constituída em Angra em 1641-1642 para auxílio no cerco ao Castelo de São Filipe (*cf.: Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 50-51).
- 28 Manuel Correia de Melo (Velas, c. 1580 — Velas, c. 1650), ouvidor do capitão do donatário e capitão-mor da vila das Velas quando ali foi aclamado o rei D. João IV. Era irmão de Pedro Correia de Melo e quarto neto por varonia de Pedro Correia da Cunha, capitão do donatário na ilha Graciosa. Mereceu do rei D. João IV o hábito de Cristo e uma capitania de naus da Índia, com as respetivas tenças.
- 29 A Ermida da Boa Nova foi edificada como parte integrante do Hospital Militar da Boa Nova, estabelecimento militar de saúde construído durante a governação espanhola do Castelo de São João Baptista e, portanto, já existente à data da capitulação (*cf.: Manuel de Sousa Meneses, O Hospital da Boa Nova. Notas históricas*. Angra do Heroísmo, Livraria Editora Andrade, 1932).

Capítulo XXVII

Açorianos notáveis nas lutas da independência

Havia a ilha Terceira conquistado a sua autonomia e com ela as restantes ilhas dos Açores. A João de Bettencourt Vasconcelos tinham sido entregues as chaves do castelo, e fora nomeado seu tenente governador o capitão Sebastião Cardoso Machado;¹ a Francisco de Ornelas da Câmara Paim foi encarregue a missão de ir a Lisboa dar a boa nova de tão gloriosa conquista ao monarca português, embarcando a 21 de março.

A intriga e a inveja dos nobres, que nada haviam feito, e a emulação entre os que muito trabalharam, iam estabelecendo séria discórdia, quando aportava a esta ilha uma armada de sete caravelas, com trezentos soldados, artilharia e munições, trazendo por general de mar e guerra e governador das justiças no arquipélago a António de Saldanha,² capitão-mor na Torre de Belém, com o fim de auxiliar na conquista do castelo. «*Depois da guerra, o auxílio!*»

A Manuel de Sousa Pacheco,³ fidalgo da casa real, que havia sido despachado governador do castelo e capitão-mor dos Açores, foram entregues as chaves do mesmo castelo.

Os serviços prestados por António de Saldanha, para estabelecer a harmonia entre os grandes, e as reparações, a que procedeu em todas as fortificações, guarnecendo-as com artilharia, foram importantíssimos. Fez também um bom recrutamento para infantaria e cavalaria, que o acompanhou para Lisboa no mês de setembro, e organizou um terço de milícia tanto de pé, como de cavalo, para guarnição da ilha, do qual formou duas companhias, sendo comandante de uma António do Canto e Castro,⁴ e da outra um fidalgo da casa do general, de quem não existe arquivado o nome.

Para as cortes, que se celebraram em Lisboa, em 1642, foi eleito o fidalgo Francisco de Bettencourt Correia e Ávila,⁵ a quem, por ordem régia, foi destinado assento no «1.º banco»,⁶ como representante da terra que tanto se havia distinguido lutando gloriosamente pela autonomia pátria.

Dos pedidos feitos nas cortes por este procurador, resultou ser concedido, em seis alvarás, o seguinte: à cidade de Angra, na ilha Terceira, o título de «*Sempre Leal Cidade*»;⁷ ser isenta a Câmara de Angra comparecer perante o capitão-mor; não ter assento nas igrejas, junto dos vereadores e corregedor, o governador do castelo, o qual teria a sua cadeira apartada no lugar que parecesse conveniente; a construção no castelo do Monte Brasil da ermida de São João Baptista, e ao castelo dar-se o nome deste santo; aos militares a obrigação de residirem no castelo, e que os géneros nele consumidos pagassem imposição.

Chegando Francisco de Ornelas a Lisboa, foi recebido por el-rei e pela corte com subidas provas de afeto e de elevada consideração, sendo-lhe por carta de 12 de abril concedida a mercê de comendador da Ordem de Cristo de São Salvador de Penamacor.^a

Os seus inimigos, invejosos das honras que el-rei lhe conferira, intentaram macular o seu nome honrado, como desleal, perante o monarca, que não duvidou aceitar a falsa acusação, sendo Ornelas detido como preso de Estado!

A justificação, porém, não se fez esperar, sendo absolvido por sentença do tribunal da Casa da Suplicação da corte, e considerado como bom e leal vassalo.

Por alvará de 13 de fevereiro de 1644, foi este benemérito terceirense nomeado capitão-mor e provedor na vila da Praia, e por carta patente de 4 de fevereiro de 1660 foi-lhe confiado o governo do castelo, de que tomou posse em 19 de agosto, exercendo este cargo até à sua morte, aos 23 de abril de 1664.

Os seus valiosíssimos serviços acham-se comprovados em preciosos documentos e altas mercês, que regamente lhe foram concedidas.

A capitania da vila da Praia foi doada a seu filho primogénito, Brás de Ornelas,⁸ em 23 de setembro de 1665.

E ao finalizarmos este resumo de tão importante acontecimento desta época notabilíssima da história terceirense, arquivemos, em vista dos documentos que

a Esta comenda, segundo se vê na lista dos serviços deste ilustre varão, publicada no volume V do *Archivo dos Açores*, pp. 193-194, foi doada a seu filho por carta régia de 20 de julho de 1660.

temos pesquisado e consultado, os nomes dos açorianos, que receberam recompensas pelos seus serviços:

- Capitão João de Ávila, terceirense, cavaleiro da Ordem de Cristo, foi nomeado feitor da alfândega de Angra, lugar que desempenhou brilhantemente, como o comprovam vários documentos, entre os quais existe uma carta da rainha regente. Foi exonerado deste cargo, a seu pedido, em 21 de janeiro de 1666. Foi-lhe concedida a mercê do foro de fidalgo, por alvará de 15 de junho de 1665. Neste alvará estão minuciosamente relatados os memoráveis serviços deste benemérito terceirense, que muito honrou a pátria, com risco de vida e valioso sacrifício da sua fazenda. A carta de brasão das suas armas. é datada de 10 de junho de 1647. Em 1665 instituiu a ermida de São João de Deus e de Santo Isidoro e foi padroeiro do Convento de Santo António dos Capuchos desta cidade. A primeira pedra da igreja deste convento foi lançada em 9 de março de 1643. Faleceu aos 18 de junho de 1684, com 88 anos, e jaz sepultado no seu jazigo, sob a capela-mor do referido convento.
- Capitão João de Bettencourt Vasconcelos, terceirense, que em 20 de maio de 1624 lhe havia sido concedido o foro de fidalgo, teve, por alvará de 12 de abril de 1642, a comenda de Santa Maria de Tondela, e em 27 de abril de 1646 a mercê de capitão-mor de Angra.
- Sebastião Cardoso Machado, terceirense, foi nomeado tenente do castelo de Angra, com o hábito de Santiago ou Avis, em 14 de agosto de 1642; e concedidas a mercê do foro de fidalgo em 27 de maio de 1643, e a pensão de 30\$000 réis com o hábito de Santiago aos 16 de março de 1644.
- Vital de Bettencourt Vasconcelos,⁹ terceirense, foi-lhe concedida a mercê do hábito de Cristo a 27 de março de 1643, e uma comenda do lote até 80\$000 réis, a 3 de agosto de 1647.
- Sebastião Correia de Lorvela,¹⁰ terceirense, foi-lhe concedida a pensão de 20\$000 réis com o hábito de Cristo, em 20 de setembro de 1642. Foi provido no posto de mestre-de-campo em 1658, tomando parte na

memorável batalha do Ameixal.¹¹ Teve mais a pensão de 150\$000 réis a 15 de janeiro de 1661; e mercê de fidalgo cavaleiro, por alvará de 1 de março de 1662; a doação [da administração] das casas do marquês de Castelo Rodrigo em Angra, por alvará de 20 de agosto de 1667; a mercê para servir no conselho de el-rei por carta régia de 7 de março de 1668; e por alvará de 11 de março de 1671, a doação da pensão de 150\$000 réis a sua filha D. Catarina Caixa.¹² Foi governador do castelo de Angra, onde faleceu em 23 de novembro de 1672.

- Amaro Rodrigues,¹³ terceirense, foi-lhe concedida a mercê de 30\$000 réis anuais, em 14 de agosto de 1641.
- Francisco Duarte,¹⁴ terceirense, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, foi nomeado, por carta régia de 6 de dezembro de 1641, almirante da armada que veio à ilha Terceira. Foram concedidas pensões à sua família em 30 de julho de 1642.
- Luís Gago Leonardes,¹⁵ terceirense, a promessa de um ofício de justiça e fazenda, por alvará de 16 de agosto de 1642.
- Manuel do Canto Teixeira,¹⁶ terceirense, teve a mercê de capitão de uma companhia e 40\$000 réis de uma capela, em 16 de agosto de 1642; e a nomeação de sargento-mor da vila da Praia, por alvará de 13 de fevereiro de 1654.
- João do Canto e Castro,¹⁷ terceirense, foi-lhe concedida a pensão de 40\$000 réis com o hábito de Cristo, por alvará de 9 de setembro de 1642; a mercê de provedor das armadas e naus da Índia, na ilha Terceira, por carta régia de 15 de outubro de 1642, e a mercê de conselheiro de el-rei em 13 de março de 1665.
- Cristóvão Borges da Costa,¹⁸ terceirense, foi-lhe concedida a pensão de 40\$000 réis com o hábito de Cristo, em 16 de agosto de 1642.
- João Mendes de Vasconcelos,¹⁹ terceirense, foi concedida a mercê do foro de fidalgo cavaleiro, por alvará de 27 de março de 1643.

- José Freire de Andrade,²⁰ micalense, foi-lhe concedida a mercê de uma companhia de entretenidos, em São Miguel, em 21 de junho de 1647, sendo-lhe estabelecido ordenado de 80\$000 réis anuais, em 26 de fevereiro de 1654; a mercê do hábito de Cristo, com a pensão de 50\$000 réis, em 24 de novembro de 1659; e a mercê do cargo de sargento-mor, em São Miguel, com o ordenado 70\$000 réis, em 22 de outubro de 1665.
- Baltasar Mendes de Vasconcelos,²¹ capitão e ouvidor na vila da Praia, foi-lhe concedida a pensão de 30\$000 réis, com o hábito de Cristo, a 25 de fevereiro de 1643.
- Pedro da Costa,²² graciosense, foi-lhe concedida a mercê de cabo de artilheiros, por carta régia de 26 de outubro de 1663.
- Gonçalo Pereira de Lacerda,²³ faialense, foi-lhe concedida a pensão de 30\$000 réis em uma comenda do hábito de Cristo.
- Baltasar da Costa Pereira,²⁴ micalense, foi-lhe concedida a pensão de 40\$000 réis com o hábito de Cristo a 29 de julho de 1641; e a mercê do ofício de provedor do castelo de Angra em 9 de setembro de 1642.
- Francisco de Bettencourt Correia, procurador em cortes da cidade de Angra, foi-lhe concedida a pensão de 20\$000 réis em uma comenda de Santiago ou Avis, em 14 de janeiro de 1643.
- Manuel Gonçalves Carvão,²⁵ terceirense, foi-lhe concedida a pensão de 20\$000 réis com o hábito de Santiago, em 9 de setembro de 1642. Exerceu o cargo de tesoureiro geral do donativo das décimas nos Açores. Seu irmão, frei António de Santiago,²⁶ religioso franciscano, também prestou bons serviços no ato da aclamação.
- Manuel Paim de Sousa,²⁷ terceirense, filho de Francisco Ornelas Paim, foi-lhe concedida a pensão de 20\$000 réis com o hábito de Cristo, em 20 de junho de 1660.
- Manuel Fernandes de Melo,²⁸ foi confirmado no ofício de recebedor da imposição dos dois por cento, por alvarás de 9 e 23 de setembro de 1642;

e a um seu filho, atendendo aos serviços do pai, foi concedida a mercê de uma conezia na Sé de Angra.

- João Coelho Rodovalho,²⁹ foi-lhe concedida a mercê do ofício de apontador das obras e fiel de ferramentas no castelo de São João Baptista, por carta régia de 25 de fevereiro de 1658.
- Pedro Rodrigues de Sousa,³⁰ micaelense, foi-lhe, por carta patente registada na Câmara de Angra, concedido o cargo de sargento-mor das ordenanças militares da cidade e vila de São Sebastião, pelos seus bons serviços até ao ano de 1635, tendo embarcado 15 anos contínuos em oito armadas, contando-se nelas a da restauração de Pernambuco, além de outras campanhas a que se refere a mesma carta.
- Manuel de Barcelos da Câmara Vasconcelos,³¹ por carta patente de 7 de outubro de 1649, foi nomeado alcaide-mor do castelo de São Sebastião de Angra, pela sua grande experiência na guerra durante dezassete anos e pelo seu valor na tomada da praça de Olivença.
- Tomé da Fonseca,³² foi-lhe concedida a patente de sargento-mor de Angra, lugar que exerceu até à sua morte.
- Francisco do Carvalhal Borges, é importante o atestado de bons de serviços que Francisco de Ornelas lhe passou, e bem assim a certidão de serviços referente a Bartolomeu Gomes de Oeiras,³³ alcaide de Angra.
- Manuel Correia de Melo, jorgense, foi-lhe concedida a mercê de uma capitania das naus da Índia, em 9 de setembro de 1642; a do hábito de Cristo em 16 de março de 1643; a pensão de 60\$000 réis em uma comenda, por alvará de 18 de maio de 1643; e a mercê no ofício de pagador e almoxarife do castelo de Angra, por alvará de 19 de janeiro de 1666. Era capitão-mor nas Velas, em São Jorge, quando ali foi aclamado D. João IV. Era filho de Pedro Correia de Melo, graciosense, e neto do capitão donatário da ilha Graciosa, Pedro Correia da Cunha. Na procissão solene, que, em 8 de março de 1642 entrou no castelo de São Filipe, diz o dr. João Teixeira Soares de Sousa,³⁴ conduzia este ilustre açoriano, atrás do pódio, o retrato de D. João IV. A sua sobrinha, D. Beatriz de Melo,³⁵ se

deve a fundação do Hospital de Santa Beatriz³⁶ nas Velas. Alguns historiadores dizem que Manuel Correia de Melo era graciosense, outros que era jorgense.

- Pedro Correia de Melo,³⁷ irmão de Manuel Correia de Melo, escreve o dr. João Teixeira [Soares de Sousa], *«militava em Flandres, no posto de capitão de cavalaria, quando soube a aclamação de D. João IV. Foi tão valoroso, que destacou dali com a sua companhia completa de 200 homens, para França, e veio apresentar-se a el-rei a quem serviu com boa satisfação e brio, havendo-se com valor em toda a ocasião de choques e batalhas»*.
- Amaro Soares,³⁸ jorgense, militou em Flandres com distinção. *«Começou a vida militar em 1595 (carta régia de 15 de novembro de 1635). Regressou à ilha por 1613. Em 1618 foi nomeado sargento de toda esta ilha de São Jorge e superintendente das fortificações dela. Por alvará de 10 de julho de 1626 foi-lhe consignado o soldo daquele cargo. É já nele tratado por cavaleiro fidalgo. Teve mais a propriedade de vários ofícios de justiça e fazenda por mercê régia e de capitão donatário da ilha. Por ocasião da aclamação de el-rei D. João IV e cerco do Monte Brasil, foi a Angra para dirigir os trabalhos de entrincheiramento e ali se deteve neles três meses. Renunciou o cargo de sargento-mor da ilha, que em 1648 foi nomeado em seu filho Sebastião de Sousa.³⁹ El-rei pelos serviços na aclamação lhe confirmou a data da propriedade dos ofícios que antes tinha (alvarás de 4 de novembro de 1643 e 12 de outubro de 1644). Morreu em 1652»*.
- Capitão Roque de Figueiredo,⁴⁰ foi natural desta ilha (São Jorge) e *«filho de Bartolomeu Fernandes e de uma senhora de apelido Figueiredo, que [Francisco Ferreira] Drummond diz ser oriunda da ilha da Madeira. Passou a Angra, onde exerceu o ofício de tabelião. El-rei premiou-o com 30\$000 réis de pensão em uma comenda de Santiago ou Avis, com o respetivo hábito, que ele escolhesse, em 9 de março de 1643, e confirmou-lhe o ofício de tabelião em 17 de janeiro de 1645. Tomou Roque de Figueiredo uma parte muito importante na criação do Convento de Santo António dos*

Capuchos, daquela cidade, dando assento, etc. Foi seu neto o herói terceirense António Figueiredo Dutra,⁴¹ que na Índia serviu com relevante distinção. Diremos ainda de Roque Figueiredo, que o seu nome figura na lista dos mais distintos benfeitores da Santa Casa da Misericórdia das Velas.»

- Constantino Pais Sarmento,⁴² foi natural ilha Graciosa e um dos principais dela. Depois de passar uma mocidade desventurosa em Portugal, Galiza e algumas das nossas províncias ultramarinas, estabeleceu-se nas Velas nos princípios do século XVII. Era parente mui chegado do capitão-mor da mesma vila, António Garcia Sarmento.⁴³ Casou com uma senhora da família Teixeira, Isabel Teixeira Fagundes,⁴⁴ de quem houve o célebre dr. António Garcia Sarmento,⁴⁵ que viveu em Angra.

Deixemos falar a respeito de ambos o príncipe dos historiadores açorianos, o padre Manuel Luís Maldonado:

«Era António Garcia Sarmento, natural da ilha de São Jorge, filho de Constantino Pais Sarmento, oriundo da ilha Graciosa, um dos principais daquela, e tanto assim que sendo enviado desta da Terceira o capitão Vital de Bettencourt, para aclamar o sereníssimo rei D. João IV, nas ilhas do Faial, Pico e São Jorge, subestabeleceu seus poderes na pessoa do dito Constantino Pais em ordem a ir à Graciosa fazer aquela diligência, que com efeito fez com satisfação de todos, porque seus modos e talentos eram capazes de outros maiores negócios, [...]. Em 6 de maio de 1658 fez Constantino Pais Sarmento seu testamento nas Velas. Contava então 80 anos de idade».

O diz respeito aos jorgenses acima referidos, e que foi escrito pelo dr. João Teixeira Soares de Sousa, extraímos-lo de um belo livro, intitulado *«Ilha de S. Jorge (Açores): Apontamentos para a sua história»*,⁴⁶ importante e valioso trabalho de investigações históricas pelo sr. José Cândido da Silveira Avelar,⁴⁷ antigo escrivão da administração do concelho das Velas e antigo ajudante do conservador da Horta. Este apreciabilíssimo e importante trabalho, que veio enriquecer as publicações históricas açorianas, foi publicado em 1902.

- 1 Sebastião Cardoso Machado (Angra c. 1570 — Angra, 30 de setembro de 1655), capitão de Ordenanças, nomeado tenente governador do Castelo de São João Baptista logo após a sua rendição. Recebeu o foro de moço fidalgo e uma tença em prêmio dos seus serviços.
- 2 António de Saldanha (Lisboa, c. 1590 — 3 de setembro de 1654), quinto filho de João de Saldanha, comendador de São Martinho de Santarém na Ordem de Cristo. Serviu na Índia entre 1613 e 1623 como soldado, capitão e capitão-mor de navios, pelejando no mar e em terra. Foi capitão-mor da gente da guerra na fortaleza de Mangalore (hoje Mangaluru) em 1618. Foi um dos fidalgos da conjura da Restauração e integrou o grupo de oito desses fidalgos, que por delegação dos outros, fixaram o dia 1 de dezembro de 1640 para o levantamento. Participou ativamente nas ações de tomada do paço e prisão da duquesa de Mântua. Após ter exercido o cargo de governador da Torre de Belém, António de Saldanha saiu de Lisboa a 15 de maio de 1642 e chegou ao porto de Angra a 23 desse mês com sete caravelas que traziam 800 infantes, munições e artilharia grossa. Em sua companhia seguia Gaspar Cardoso Cardim, nomeado arcebispo da Sé de Angra, provisor do bispado e vigário-geral e o mestre-de-campo Manuel de Sousa Pacheco, nomeado governador do Castelo. Ao morrer em 1654 era alcaide-mor de Vila Real e comendador de São Salvador de Sarrazes da Ordem de Cristo.
- 3 Manuel de Sousa Pacheco (—), fidalgo da Casa Real, do Conselho de Sua Majestade e mestre-de-campo da gente de guerra do Exército. Foi despachado governador do castelo de São Filipe do Monte Brasil e capitão-mor dos Açores após a rendição daquela fortaleza, da qual tomou posse a 16 de agosto de 1642. Entendeu que a sua patente se alargava a capitão-mor das ilhas e por isso agregou a si todos os poderes e prerrogativas dos donatários, atitude que suscitou a oposição da gente da governança de Angra. A queixa de que o rei mandara um governador com poderes mais latos do que aqueles que haviam tido os governadores espanhóis foi atendida, tendo o rei reduzido o cargo de Manuel Sousa Pacheco só a governador do Castelo. Este sentiu-se ofendido e tomou a resolução de abandonar Angra antes da chegada do seu sucessor, no que foi impedido pelas autoridades angrenses que o ameaçaram de recorrer à força se necessário. Acabou por ser substituído a 2 de maio de 1645.
- 4 António do Canto e Castro (Angra, 26 de maio de 1613 — Angra, 31 de dezembro de 1676), filho segundo do provedor das armadas, seguiu a carreira das armas. Serviu nas guerras da Flandres e militou na praça de Milão, mas regressou à ilha Terceira, onde se encontrava aquando da aclamação de D. João IV. Distinguiu-se no cerco do Castelo de São Filipe, sendo então nomeado sargento-mor de toda a gente de guerra. Acabado o cerco, foi nomeado, pelo general Saldanha, capitão de uma das companhias de cavalos levantadas na ilha para servirem na guerra da Restauração. Nesta distinguiu-se na batalha do Montijo. Foi agraciado pelo rei, em paga dos seus serviços em Angra, com o acrescentamento de fidalgo escudeiro. Foi interinamente governador do castelo por duas vezes, a primeira em 1655 e a segunda em 1665 (cf.: Jorge Forjaz, *O Solar de Nossa Senhora dos Remédios (Canto e Castro)*, p. 157. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2.^a edição, 1996).
- 5 Francisco de Bettencourt Correia e Ávila (Praia, 15 de abril de 1591 — Angra, 22 de dezembro de 1662), fidalgo da Casa Real, exerceu interinamente as funções de provedor dos Resíduos, Órfãos e Capelas da ilha Terceira. Foi procurador da Câmara de Angra às Cortes de 1642 (cf.: *Genealogias da ilha Terceira*, vol. 2, p. 98).
- 6 Apenas alguns municípios tinham assento em Cortes, pelo que era um privilégio muito valorizado. O «1.^o banco» integrava as povoações mais importantes do Reino, tradicionalmente Lisboa, Évora, Coimbra, Porto e Santarém, pelo que ter assento no primeiro banco, além de ser uma honra, era uma oportunidade de ter maior peso na redação dos capítulos gerais e de influenciar o andamento dos trabalhos.
- 7 Por Alvará de 1 de abril de 1643 o rei D. João IV, a pedido do «procurador da Cidade de Angra», em capítulo particular apresentado às Cortes de Lisboa realizadas em 1642, determinou: «*hei por bem de conceder à dita Cidade de Angra, que se possa nomear, e tenha o título de — Sempre Leal Cidade — pelo haver assim merecido por sua muita lealdade com seus Príncipes naturais. E ao assento de Cortes, já nelas foi assinado*» (cf.: José Justino de Andrade e Silva, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa, 1640-1647* (2.^a série), p. 206).
- 8 Brás de Ornelas da Câmara (Angra, 10 de fevereiro de 1642 — Lisboa, 18 de maio de 1709), filho primogénito de Francisco de Ornelas da Câmara, moço fidalgo da Casa Real, capitão-mor da Praia e, em 1658, capitão de uma das companhias organizadas na Praia para socorrer o Reino na Guerra da Restauração. Sucedeu a seu pai no cargo de capitão do donatário na capitania da Praia.
- 9 Vital de Bettencourt de Vasconcelos (Angra, 1616 — Angra, 18 fevereiro 1699), filho segundo de uma das maiores casas da nobreza angrense, foi fidalgo da Casa Real e cavaleiro da Ordem de Cristo (1644). Distinguiu-se na Restauração e aclamação de D. João IV nas ilhas dos Açores, tendo-se deslocado às ilhas vizinhas da Terceira para conseguir reforços de homens e artilharia para continuar o cerco ao castelo, além de comandar uma das companhias de ordenanças nesse mesmo cerco. Exerceu diversos cargos públicos, entre os quais o de capitão-mor de Angra (cf.: *Genealogias da ilha Terceira*, vol. I, p. 38).
- 10 Sebastião Correia de Lorvela (Angra, 1620 — Angra, 23 de novembro de 1672), militar de carreira, com serviço prestado no Brasil, que se distinguiu na Guerra da Restauração. Prestou importantes serviços, pelo que foi recompensado com uma pensão e com o hábito da Ordem de Cristo, em 20 de setembro de 1642. Em 1658 foi promovido a mestre-de-campo, tendo tomando parte na batalha do Ameixial. Teve mais uma pensão e a mercê de fidalgo cavaleiro, por alvará de 1 de março de 1662. Teve ainda a doação da administração das casas do marquês de Castelo Rodrigo em Angra, por alvará de 20 de agosto de 1667, e foi nomeado governador do Castelo de São João Baptista, mas não pôde tomar posse por estar doente, sendo ainda assim concedido que vencesse o respetivo soldo, «*como se actualmente lidasse naquella occupação*».
- 11 A Batalha do Ameixial foi travada entre forças portuguesas e espanholas em Santa Vitória do Ameixial, a cerca de 5 km de Estremoz, no dia 8 de junho de 1663. O exército espanhol, comandado por Juan José de Austria, entrara em Portugal por Badajoz e pôs cerco a Évora, praça que se rendeu. Era composto por 26000 homens e pretendia dirigir-se depois a Alcácer do Sal para alcançar Lisboa. As forças portuguesas, sob o comando do conde de Vila Flor, auxiliado pelo conde de Schönberg e pelo conde da Ericeira, foram ao seu enalço. Os dois

exércitos encontraram-se nos campos de Ameixial e do combate saíram derrotados os espanhóis, que se retiraram para Arronches e depois para Badajoz. Graças esta vitória, terminou um dos mais perigosos lances da Guerra da Restauração.

- 12 Catarina Caxa (Angra — Angra, d. 1658), ou Catarina Correia de Lorvela, filha legitimada de Sebastião Correia de Lorvela. Casou com Martim Afonso de Melo e Sá, fidalgo-escudeiro da Casa Real que chegou à Terceira no séquito de D. Afonso VI e depois foi governador do Castelo de São João Baptista. Depois de viúva, recolheu-se ao convento de São Sebastião de Angra (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. 3, pp. 435-437).
- 13 Amaro Rodrigues (Angra —), recebeu uma mercê pecuniária em resultado da sua prestação no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642.
- 14 Francisco Duarte (—), cavaleiro professo da Ordem de Cristo, foi nomeado, por carta régia de 6 de dezembro de 1641, almirante da armada que veio à ilha Terceira.
- 15 Luís Gago Leonardes (—), terceirense, recebeu um alvará de promessa um ofício de justiça ou fazenda, datado de 14 de agosto de 1642, em resultado da sua prestação no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642.
- 16 Manuel do Canto Teixeira (Praia, 29 de dezembro de 1609 —), teve a mercê do comando de uma companhia de ordenanças e o cargo de sargento-mor da vila da Praia, em resultado da sua prestação no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642.
- 17 João da Silva do Canto (Angra, 1607 — Angra, 1665), também referido por João do Canto de Castro Pacheco, recebeu a mercê de provedor das Armadas e Naus da Índia em Angra, por carta régia de 15 de outubro de 1642, e ainda uma pensão e o hábito da Ordem de Cristo pelos seus serviços no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642. Era o 5.º morgado dos Remédios por sucessão ao irmão, moço-fidalgo da Casa Real (1634), cavaleiro professo na Ordem de Cristo (1642), capitão-mor de Angra e membro do Conselho de D. Afonso VI (1665).
- 18 Cristóvão Borges da Costa (Angra, c. 1614 — Agualva, 17 de maio de 1666), na edição original erradamente referido como Cristóvão Borges do Canto, recebeu uma pensão e o hábito da Ordem de Cristo pelos seus serviços no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642. Foi capitão de Ordenanças de Angra do Heroísmo, cavaleiro da Ordem de Cristo e fidalgo cavaleiro da Casa Real.
- 19 João Mendes de Vasconcelos (Praia, 1597 — Angra, 19 de setembro de 1654), capitão de Ordenanças, levantou à sua custa uma companhia pelo que recebeu o foro de fidalgo cavaleiro da Casa Real pelos serviços prestados no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642. Era vereador em 1652 quando na Vila de São Sebastião foi assinado o acordo entre as três Câmaras da ilha.
- 20 José Freire de Andrade (—), micaelense, nomeado capitão de uma companhia de entretenidos e para o cargo de sargento-mor, em São Miguel, bem como uma tença e o hábito da Ordem de Cristo, pelos seus serviços no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642.
- 21 Baltasar Mendes de Vasconcelos (Praia, c. 1615 —), capitão e o ouvidor na vila da Praia, recebeu uma pensão e o hábito de Cristo pelos seus serviços no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642.
- 22 Pedro da Costa (—), graciosense, recebeu a mercê de cabo de artilheiros pelos seus serviços no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642.
- 23 Gonçalo Pereira de Lacerda (Faial, c. 1615 — Velas, 7 de fevereiro de 1684), recebeu uma pensão e uma comenda do hábito de Cristo pelos seus serviços no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642.
- 24 Baltasar da Costa Pereira (— Angra, d. 1653), micaelense, mercador na cidade de Angra, recebeu a mercê do ofício de provedor do castelo de Angra, uma pensão e o hábito de Cristo pelos seus serviços no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642.
- 25 Manuel Gonçalves Carvão (Lajes do Pico, c. 1615 — Angra, 2 de novembro de 1661), filho de um sapateiro das Lajes do Pico, mercador, procurador do concelho e vereador da Câmara de Angra. Recebeu o cargo de tesoureiro geral do donativo das décimas nos Açores, uma pensão e o hábito de Santiago pelos seus serviços no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 101-102). Foi origem da poderosa família Carvão da ilha Terceira.
- 26 António de Santiago (Angra, c. 1620 — Angra, c. 1665), religioso franciscano no Convento de São Francisco de Angra, irmão de Manuel Gonçalves Carvão. Prestou importantes serviços na aclamação de D. João IV em Angra.
- 27 Manuel Paim de Sousa (Praia, 22 de março de 1649 — Angra, 2 de agosto de 1693), filho de Francisco Ornelas Paim, recebeu uma pensão e o hábito de Cristo pelos serviços prestados por seu pai no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642.
- 28 Manuel Fernandes de Melo (—), recebeu o cargo de recebedor de imposição dos dois por cento e uma conezia para um filho presbítero pelos seus serviços no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642.
- 29 João Coelho Rodovalho (Angra, 1624 — Angra, 12 de maio de 1674) foi proprietário dos ofícios de apontador e guardião das ferramentas das obras do Castelo de São João Baptista do Monte do Brasil, concedidos por carta régia de 25 de fevereiro de 1658 (cf.: *Genealogias da ilha Terceira*, vol. 3).
- 30 Pedro Rodrigues de Sousa (—), micaelense, sargento-mor das ordenanças da cidade de Angra e da vila de São Sebastião, pelos seus bons serviços até ao ano de 1635, tendo embarcado 15 anos contínuos em oito armadas, contando-se nelas a da Restauração de Pernambuco, além de outras campanhas.
- 31 Manuel de Barcelos da Câmara Vasconcelos (c. 1585 —), distinguiu-se no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642. Foi alcaide-mor do Castelo de São Sebastião de Angra, nomeado por carta régia de 7 de outubro

de 1649.

- 32 Tomé da Fonseca (—), distinguiu-se no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642. Foi sargento-mor das Ordenanças de Angra.
- 33 Bartolomeu Gomes de Oeiras (Praia, 1599 — Angra, 28 de março de 1648), foi meirinho e alcaide do mar (alcaide pequeno) da cidade de Angra. Edificou à sua custa diversos redutos de artilharia na encosta de Santa Luzia durante o cerco do Castelo de São Filipe.
- 34 João Teixeira Soares de Sousa (Manadas, 12 de setembro de 1827 — Ponta Delgada, 1 de fevereiro de 1875), em geral citado como Dr. João Teixeira Soares, político e investigador da história e antropologia açoriana. Foi deputado pelas ilhas de São Jorge e Graciosa, juiz e autor de numerosas publicações sobre a história da ilha de São Jorge e sobre temas da cultura popular, incluindo recolhas de provérbios e cantigas tradicionais.
- 35 Beatriz de Melo (Velas, c. 1610 — Velas, 10 de julho de 1682), instituiu por seu testamento, datado de 24 de junho de 1687, o Hospital de Santa Beatriz, a funcionar junto da Santa Casa da Misericórdia das Velas (cf.: João Gabriel de Ávila, «A Vila das Velas na História das Suas Ruas: Topografia, Toponímia, Histórias», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLVI (1989), pp. 170-176. IHIT, Angra do Heroísmo, 1989).
- 36 Instituído por testamento de D. Beatriz de Melo, datado de 24 de junho de 1687. Em 1698, com o rendimento dos bens doados, iniciou-se a construção do hospital, achando-se concluído dez anos depois, em 1708. Deu origem ao Hospital da Misericórdia das Velas, hoje Centro de Saúde das Velas, instalado desde 1848 no extinto Convento de São Francisco (cf.: João Gabriel de Ávila, «A Vila das Velas na História das Suas Ruas: Topografia, Toponímia, Histórias», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLVI (1989), pp. 169-170. IHIT, Angra do Heroísmo, 1989).
- 37 Pedro Correia de Melo (—), jorgense, capitão de cavalaria com serviço prestado nas campanhas da Flandres, distinguiu-se no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642.
- 38 Amaro Soares (Velas, c. 1580 — Velas, 1652), militar com experiência nas guerras da Flandres. Sargento-mor da ilha de São Jorge e superintendente das fortificações daquela ilha. Dirigiu os trabalhos de entrincheiramento no início do cerco ao Castelo de São Filipe.
- 39 Sebastião de Sousa (—), jorgense, filho do sargento-mor das Velas Amaro Soares. Ocupou o cargo que era de seu pai, a partir de 1648, por renúncia deste.
- 40 Roque de Figueiredo (São Jorge, c. 1590 — Angra, 2 de abril de 1663), tabelião em Angra e capitão de uma companhia de ordenanças durante o cerco do Castelo de São Filipe. Foi um dos fundadores do Convento de Santo António dos Capuchos de Angra.
- 41 António Figueiredo Dutra (Angra —), oficial naval, serviu na Índia com distinção.
- 42 Constantino Pais Sarmiento (Santa Cruz da Graciosa, 1578 — Velas, c. 1658), proprietário do ofício de escrivão dos órfãos na ilha de São Jorge, por cata régia de 1633. Passou a juventude em Portugal, onde esteve largos anos, distinguindo-se na Restauração. Passou também pela Galiza e algumas das possessões portuguesas. Voltando aos Açores, em 1641 foi encarregue pelo capitão-mor de Angra de proceder à aclamação de D. João IV na Graciosa, o que realizou com sucesso, e depois em São Jorge, Faial e Pico. Era neto do antigo capitão-mor das Velas, António Garcia Sarmiento, e sobrinho de outro António Garcia Sarmiento, filho do anterior, também capitão-mor das Velas. Foi pai do licenciado António Garcia Sarmiento, falecido em Angra a 12 de janeiro de 1688, instituidor a capela de Nossa Senhora do Carmo na igreja de Santo António dos Capuchos de Angra (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, pp. 645-647).
- 43 António Garcia Sarmiento (—), capitão-mor das Velas em 1642. Foi capitão-mor durante 8 anos e durante mais de 30 anos foi escrivão do almoxarifado da alfândega das Velas (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, pp. 645-647). Foi avô de Constantino Pais Sarmiento, que se distinguiu na aclamação de D. João IV nas ilhas do Grupo Central (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, pp. 643-644).
- 44 Isabel Teixeira Fagundes (—), casada com António Garcia Sarmiento, o capitão-mor das Velas, e mãe do dr. António Garcia Sarmiento.
- 45 António Garcia Sarmiento (Velas, c. 1615 — Angra, c. 1685), frequentou a Universidade de Coimbra nos anos de 1635 a 1642, matriculado em Cânones, com bacharelato obtido em 28 de abril de 1642. Viveu em Angra onde teve relevante ação durante o reinado de D. Afonso VI. A partir de 1667 teve a propriedade do ofício de Procurador da Coroa e Fazenda na ilha de São Jorge.
- 46 José Candido da Silveira Avellar, *Ilha de S. Jorge (Açores): Apontamentos para a sua história*. Horta: Typ. Minerva insulana, 1902.
- 47 José Cândido da Silveira Avelar (Velas, 6 de setembro de 1844 — Horta, 3 de dezembro de 1905), historiador, autor de uma obra pioneira sobre a história da ilha de São Jorge. Foi escrivão da administração do concelho de Velas, nomeado em 1881, tendo, por motivos políticos e intelectuais, sustentado forte polémica com João Duarte de Sousa, outro historiador jorgense e opositor político, sobre a historiografia da ilha. Em resposta a uma obra publicada por este último, publicou em 1902 a obra *Ilha de S. Jorge (Açores) - Apontamentos para a sua História*, trabalho em muitos aspetos pioneiro sobre a história da ilha. Colaborou na *Revista de Estudos Livres* (1883-1886) dirigida por Teófilo Braga.

Capítulo XXVIII

D. Afonso VI na ilha Terceira

Do período que decorre desde a época memorável da independência, até à época notabilíssima das lutas em prol da liberdade, muito sofreram os terceirenses com as renhidas lutas, que se travaram entre os nobres, por causa das eleições e nomeações para os cargos da administração pública.

Além disto foram também muito sérias as divergências entre os nobres e as autoridades, nomeadas pelo governo da metrópole, e os atos da maioria das autoridades despóticos e arbitrários.

As três Câmaras, nas reuniões que se realizaram para tratar de assuntos de interesse geral, viram-se obrigadas a dirigir queixas a el-rei das arbitrariedades e despotismos daquelas autoridades.

A tudo isto se adicionava os amiudados e importantes recrutamentos para as guerras da fronteira e presídios de África.

O último terço do importante contingente, feito em 1658, que daqui saiu em fins de outubro, sob o comando de Sebastião Correia de Lorvela, foi tomado por duas fragatas de Dunquerque, sendo conduzido à Corunha, sofrendo os prisioneiros muitas privações nos cárceres, onde foram encerrados.

Lorvela foi solto, devido aos altos empenhos do padre Pedro Chaves¹ e do marquês de Castelo Rodrigo. A restante oficialidade e soldados, quando mais tarde deram entrada em Portugal, iam na maior parte descalços, rotos e famintos.

Sebastião Correia de Lorvela, Francisco de Ornelas, e muitos outros açorianos, tomaram parte, em 14 de janeiro de 1659, na célebre batalha do Ameixal, em que muito se distinguiram, distinção que honra os títulos de nobreza e patentes honorífica, que lhes concederam, e que tanto enriquecem a história açoriana.

A notícia desta assinalada vitória foi recebida, na ilha Terceira, com entusiásticas demonstrações de regozijo público, como também o foi, em 1663, a notícia da derrota do exército castelhano em Évora

A ilha Terceira houve-se sempre brilhantemente, em todas as festas de regozijo público, por ocasião das aclamações dos monarcas, casamentos ou nascimentos de pessoas da família real, tornando-se notáveis as encamisadas e cavalhadas, em que se despendiam quantias fabulosas, bem como nas touradas. Eram festas sumptuosas.

Nos dias de luto nacional também se praticavam, na Terceira, todos os atos de pranto e dó, com o devido cerimonial.

Para as contribuições de guerra, nunca foram esquecidos os açorianos, e só os terceirenses, atendendo às enormes despesas, que haviam feito com a guerra independência, foram delas isentos durante três anos, contribuindo depois sempre para tudo o mais que foi necessário, como para o dote da infanta D. Catarina, que casou com o rei de Inglaterra.²

Além de muitos fidalgos, que galhardamente concorreram para este dote, ofereceu Francisco de Ornelas da Câmara cem moios de trigo.

*

Ignorando os terceirenses a alta intriga da corte portuguesa, e os escandalosos amores da filha do duque de Nemours, rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboia,³ com seu cunhado o infante D. Pedro, amores que levaram ao vergonhosíssimo processo da nulidade do seu casamento com D. Afonso VI, para que se efetuasse o casamento da rainha com o infante, ficando o rei sem trono e sem esposa, viram os angrenses bordejar em frente da sua cidade, a 17 de junho de 1669, três fragatas e uma caravela portuguesas, as quais fundearam, no dia 18, no porto de Angra.

Em uma destas fragatas era conduzido prisioneiro, e desterrado para o castelo de São João Baptista, o desditoso rei D. Afonso VI, ficando o infante D. Pedro com a regência do reino.

No dia 21 desembarcou o monarca com a sua comitiva, sendo-lhe prestadas todas as honras reais. O irmão tirara-lhe o trono, mas, como prémio de consolação, mandava-lhe prestar as honras reais, ao entrar na terra do desterro!

Era, então, governador do castelo, o benemérito terceirense, Sebastião Correia de Lorvela.

Durante o governo prudente deste digno governador, tudo correu bem para os terceirenses, não sucedendo o mesmo, depois da sua morte, com o intrigante mestre-de-campo Manuel Nunes Leitão,⁴ provedor da casa de el-rei, que fazia parte da comitiva real, e a quem foi dada a posse do importante cargo de governador.

As intrigas do governador Leitão, com o fim de se tornar agradável ao príncipe regente, as dissensões entre os fidalgos, que rodeavam el-rei, a que o carácter sem energia de D. Afonso VI não conseguia pôr termo, sujeitando-se a todas as desconsiderações, deram em resultado uma completa anarquia que, sendo altamente censurada pelos terceirenses, levou o governador a estabelecer em toda a ilha, e em proveito próprio, uma viva espionagem.

Com o empenho de se passar para Lisboa, escreveu o governador Leitão ao príncipe regente, dizendo-lhe que uma grande parte dos terceirenses conspiravam, para restituir a coroa a D. Afonso, e que, para o evitar, procedia a preparativos de defesa no castelo. Na Terceira fazia o astuto governador correr o boato de que em Lisboa se preparavam revoltas contra o governo do príncipe regente.

Para mais avolumar as falsas notícias, que dava ao príncipe, mandou o seu filho Manuel Nunes⁵ a Lisboa, a solicitar pronto auxílio.

De toda esta intriga resultou aparecer, de 10 a 12 de agosto, em frente da cidade de Angra, uma armada portuguesa.

O governador, depois de ter informações dadas pelo filho, que estava a bordo, e para justificar a falsa notícia, que havia mandado para Lisboa, quis mostrar que os terceirenses se preparavam para repelir os navios portugueses, e para isso deu ordem, para que se tocasse a rebate, do que prudentemente se escusou o benemérito capitão João de Ávila.

O general da armada, Pedro Jacques de Magalhães,⁶ que ocultamente tinha feito desembarcar, na cidade, um oficial de sua confiança, o qual durante três dias

cautelosamente a percorreu, tudo examinando, teve por ele perfeito conhecimento do estado pacífico da terra, e soube da grande intriga armada pelo governador Leitão.

No dia 14 fundearam os navios, desembarcando no dia 15 três companhias da guarnição, e subindo o general ao castelo prestou respeitosamente homenagem a D. Afonso VI, o que levou o desditoso rei a exclamar: «*É a primeira vez que aqui sou tratado como rei de Portugal*».

Esta frase, por si só, é o bastante, para demonstrar todas as desconsiderações, que D. Afonso recebeu da ambiciosa e intrigante camarilha, que o rodeava.

Depois da respetiva devassa, a que procedeu desembargador João de Andrade,⁷ fizeram-se algumas prisões, sendo os presos recolhidos ao castelo.

No dia 24 de agosto de 1674, embarcou, pelo Porto Novo, o infeliz D. Afonso, ficando governador do castelo o tenente-general António Coelho de Castro.⁸

Seguiu el-rei para Lisboa a 30 de agosto, comboiando a armada duas naus da Índia. Chegou a Lisboa no dia 20 de setembro, dirigindo-se para Sintra onde foi detido prisioneiro. Faleceu em 1683.

O governador Manuel Nunes Leitão foi mandado decapitar pelo príncipe regente,⁹ e os terceirenses, que haviam sido presos, foram absolvidos.

1 Pedro Chaves (—), presbítero que se empenhou na libertação de Sebastião Correia de Lorvela quando este foi aprisionado no mar e entregue às forças espanholas na Corunha.

2 A princesa D. Catarina de Bragança (Vila Viçosa, 25 de novembro de 1638 — Lisboa, 31 de dezembro de 1705) casou em 21 de maio de 1662 com o rei Carlos II de Inglaterra. O casamento resultou das negociações mantidas pela rainha D. Luísa de Gusmão, como regente de Portugal, que resultaram na aliança entre Inglaterra e Portugal e no tratado de casamento, levando D. Catarina como dote os territórios de Bombaim (hoje Mumbai) e Tânger.

3 Maria Francisca Isabel de Saboia (Paris, 21 de junho de 1646 — Lisboa, 27 de dezembro de 1683), rainha consorte de Portugal em dois períodos diferentes, primeiro de 1666 até 1668 como esposa de D. Afonso VI, e depois, de setembro a dezembro de 1683, como esposa de D. Pedro II, irmão do precedente. Maria Francisca foi princesa de Saboia, segunda filha do 4.º duque de Aumale e duque de Nemours, Carlos Amadeu de Saboia-Nemours (1624 — 1652), e de Isabel de Bourbon (1614 — 1664), uma das três filhas de César de Bourbon, duque de Vendôme, filho legitimado do rei Henrique IV de França.

4 Manuel Nunes Leitão (— d. 1688), fidalgo da Casa Real, mestre-de-campo de um terço do Minho, com serviço no Brasil, que se distinguira na guerra da Restauração nas províncias do Alentejo e Minho. Foi provedor da casa de el-rei D. Afonso VI na Terceira e governador do Castelo de São João Baptista. Acompanhou D. Afonso VI quando este regressou a Lisboa em 24 de agosto de 1674, caindo em desgraça em resultado de uma complexa trama de suspeições em torno de uma pretensa tentativa de parte da nobreza angrense para repor no trono aquele rei.

5 Manuel Nunes Leitão (Jr.) (— Angra, 27 de junho de 1702), fidalgo da Casa Real, homónimo de seu pai, militar que fora governador do Castelo de São João Baptista quando ali esteve preso o rei D. Afonso VI. Fez carreira militar, com passagem pela Paraíba, a partir de 1692. Por carta de 20 de junho de 1701, foi nomeado governador do Castelo de São João Baptista, para substituir André Cossaco que morrera assassinado nesse mesmo ano. Foi também agraciado, por carta de 12 de julho daquele ano, com o título do Conselho de Sua Majestade. Tomou posse do Castelo a 24 de outubro de 1701, falecendo no ano seguinte no exercício do cargo.

-
- 6 Pedro Jacques de Magalhães (Sobralinho, Alverca do Ribatejo, 1620 — Lisboa, 8 de dezembro de 1688), 1.º visconde de Fonte Arcada, um dos militares mais notáveis da Guerra da Restauração, que se destacou na Batalha de Castelo Rodrigo. Foi o general da armada enviada à Terceira em agosto de 1674 para recolher o rei D. Afonso VI.
- 7 João de Andrade (—), desembargador encarregado de em 1674 conduzir em Angra as investigações em torno de uma pretensa tentativa de repor D. Afonso VI no trono.
- 8 António Coelho de Castro (—), tenente-general, governador do Castelo de São João Baptista (1674 a 1675).
- 9 Não há notícia desta condenação e decapitação ter acontecido. Manuel Nunes Leitão ainda vivia em 1688, mais de uma década após estes acontecimentos.

Capítulo XXIX

O Colégio dos Jesuítas em Angra. Governadores e capitães-generais. Prefeitos e governadores civis do Distrito de Angra. A Exposição Agrícola. Bulhão Pato. Centenário Pombalino na ilha Terceira. José Júlio Rodrigues. Posto meteorológico. Museu Terceirense. Corpo de Bombeiros Voluntários de Angra. Cofre da Caridade. Repartições públicas

Na impossibilidade de nos referirmos a todos os acontecimentos, que dizem respeito à história terceirense, vamos, antes de tratarmos da época liberal, historiar o acontecido em dois importantes estabelecimentos da cidade de Angra, os extintos conventos dos jesuítas e dos franciscanos.

Por esta forma, além de ficarem recordados alguns factos mais importantes, já referidos por vários historiadores, arquivaremos outros assaz valiosos, de que existem simples notícias em jornais, ou documentos nas secretarias públicas, ou em notas e documentos particulares; e ao mesmo tempo enalteceremos por maneira justa os nomes dos ilustres terceirenses, jorgenses e graciosenses, que honram o distrito de Angra.

O Colégio dos Jesuítas tem princípio em 1637, sendo D. Sebastião considerado seu fundador.

Concluídas as obras do seu majestoso templo, a 27 de julho de 1652, nele se estabeleceram definitivamente os jesuítas.

O terreno para a edificação do Colégio foi concedido pelos pais do beato terceirense João Baptista Machado, a que já nos referimos.

A mudança do Sacramento fez-se com imponente procissão, que saiu da pequena igreja da invocação de Nossa Senhora das Neves, que existiu na rua da Rocha para o lado do Portinho Novo. Nesta procissão viam-se representadas as nove ilhas do Arquipélago Açoriano.^a

a O padre Manuel Luís Maldonado, na *Fenix Angrence*, descreve minuciosamente este ato religioso.

Foi neste Colégio que residiu durante a sua estada na ilha Terceira o notável orador português padre António Vieira.¹

Como a instrução estava a cargo dos jesuítas, funcionavam no Colégio as aulas de retórica, latim e latinidade, moral e filosofia.

Expulsos os jesuítas de Portugal, em 1760, no reinado de D. José I,² sendo ministro o grande marquês do Pombal, foram a igreja e o colégio dos jesuítas de Angra, como o foram todos os bens da Companhia, incorporados nos bens da fazenda nacional.

A igreja do Colégio passou a ter o título de Capela Real do Colégio.^b O convento passou, por carta régia de 26 de setembro de 1766, a ser a residência dos governadores e capitães-gerais dos Açores, capitania criada por carta régia de 2 de agosto do mesmo ano. Foram dez os governadores e capitães generantes:

- 1.º — D. Antão de Almada,³ foi o fundador do governo-geral nos Açores, estabelecido por D. José I em 2 de agosto de 1766. Era do conselho de el-rei, senhor de Pombalinho e dos Lagares Reais, mestre-sala da Casa Real. Desembarcou em Angra a 2 de outubro de 1766, tomando posse a 7 deste mês. Governou até 1771.
- 2.º — Dinis Gregório de Melo Castro e Mendonça,⁴ foi nomeado em 18 de outubro de 1771, e desembarcou em Angra a 15 de abril de 1776, tomando posse a 21. Era do conselho de el-rei. Faleceu nesta cidade aos 3 de dezembro de 1793. Está sepultado na Igreja de São Francisco. A sua família residiu em Angra até ao reinado de D. Maria II, embarcando para o continente por ordem da rainha e à custa do Estado.
- 3.º — D. Lourenço José Maria de Almada Cirne Peixoto,⁵ conde de Almada, senhor de Pombalinho e Lagares de El-rei, mestre-sala da Casa Real, alcaide-mor de Proença-a-Velha, era filho do primeiro capitão-general dos Açores. Foi nomeado em 15 de julho de 1795 e desembarcou em Angra aos 29 de outubro de 1799, tomando posse a 30. Veio acompanhado de

^b Até 1834 o Estado manteve nesta igreja capelão-mor e sacristão. Desde 17 de março de 1804 que ali está estabelecida a Ordem Terceira do Carmo, que é hoje a mantenedora das despesas do culto. Também, em capela própria, está a devota imagem do Senhor Jesus dos Passos, que foi do antigo convento dos graciosos.

sua esposa, que faleceu de parto a 22 de novembro de 1801, nascendo seu filho D. Antão, que foi o 2.º conde de Almada.⁶ Em outubro de 1804 partiu para Lisboa, onde morreu a 11 de maio de 1815.

- 4.º — José António de Melo da Silva César de Menezes,⁷ 2.º conde de Sabugosa, 8.º conde de São Lourenço, alcaide-mor de Elvas, alferes-mor, gentil homem, grã-cruz da Ordem de Cristo, comendador da Torre e Espada, tenente-general. Foi despachado em 29 de agosto de 1804. Desembarcou em Angra aos 12 de setembro deste ano, tomando posse a 17 de outubro seguinte.
- 5.º — D. Miguel António de Melo,⁸ conde de Murça, comendador da Ordem de Cristo, foi despachado em 24 de março de 1806. Desembarcou em Angra aos 4 de maio deste ano, tomando posse a 10 [de maio]. Foi Ministro dos Negócios da Fazenda em 1825 e par do reino em 1826. Faleceu a 7 de agosto de 1836.
- 6.º — Aires Pinto de Sousa Coutinho,⁹ do Conselho de Sua Majestade, marechal de campo, da casa de Balsemão, senhorio de Ferreiros e Tendais, foi despachado aos 15 de dezembro de 1809, desembarcando em Angra a 7 de setembro de 1810 e tomando posse a 9 [de setembro]. Governou até 14 de maio de 1817.
- 7.º — Francisco António de Araújo e Azevedo,¹⁰ do Conselho de Sua Majestade, comendador de São Bento de Avis, cavaleiro da Torre e Espada, brigadeiro, nasceu a 21 de dezembro de 1772. Foi despachado em 20 de agosto de 1816; desembarcou em Angra a 11 de maio de 1817, tomando posse a 14 [de maio]. Tendo levantado o primeiro brado constitucional na ilha Terceira, foi o primeiro mártir da liberdade nesta terra heroica, sendo morto em virtude de uma contrarrevolução na noite de 2 para 3 de abril de 1821. Foi sepultado nos carneiros da igreja do castelo de São João Baptista, sendo depois trasladados os seus restos mortais para jazigo próprio no Cemitério do Livramento. Era irmão do conde da Barca,¹¹ e das casas de Sá e Lage, termo de Ponte de Lima.

- 8.º — Francisco de Borja Garção Stockler,¹² 1.º barão da vila da Praia, do conselho de el-rei D. João VI, comendador da Ordem de Cristo, tenente-general, secretário da Academia Real das Ciências, nasceu aos 25 de setembro de 1759. Despachado a 12 de novembro de 1819, desembarcou a 21 do outubro de 1820, tomando posse a 22 [de outubro]. Devido aos acontecimentos constitucionais de 1821 teve de entregar o governo e retirar-se para Lisboa, voltando pela segunda vez a 19 de novembro de 1823. Governou até 14 de julho de 1824. Morreu em Tavira¹³ a 6 de março de 1829.
- 9.º — Manuel Vieira de Albuquerque Tovar,¹⁴ do conselho de Sua Majestade, comendador da Ordem de Avis, coronel de cavalaria, nasceu a 28 de abril de 1776. Despachado em 21 de maio de 1824, entrou em Angra a 11 de julho deste ano e tomou posse a 14 [de julho]. Pela memorável revolução liberal de 22 de junho de 1828, teve de abandonar o governo. Foi preso e obrigado a sair da ilha. Morreu em Lisboa a 14 de julho de 1833. Era irmão do 1.º visconde de Molelos,¹⁵ e da casa de Molelos e Botulho.
- 10.º — António José de Sousa Manuel de Menezes Severim de Noronha,¹⁶ duque da Terceira, 7.º conde de Vila Flor, marechal do Exército, etc. Despachado por carta régia de 5 de abril de 1829, assinada pela Rainha a Senhora D. Maria II, com assistência do ministro português, marquês de Palmela,¹⁷ quando Sua Majestade residia em Londres no Palácio de Laleham,¹⁸ desembarcou na vila da Praia, e entrou em Angra aos 22 de junho de 1829. Exerceu este importante cargo até 15 de março, que findou com a instalação da Regência do Reino, com sede nesta cidade. Morreu a 26 de abril de 1860.^c

O edifício do extinto convento dos jesuítas, devido aos importantes melhoramentos nele realizados desde os governadores e capitães-generais, que ali residiram, com exceção do general Dinis Gregório de Melo Castro [e

^c Para este resumo foi-nos importante subsídio, entre outros, a notícia dos governadores e capitães-generais dos Açores, feita por Félix José da Costa, e publicada em *O Angrense* em novembro de 1869 [*O Angrense*, n.º 1508, de 20 de novembro de 1869, p. 3].

Mendonça], que entendeu dever residir no castelo de São João Baptista, é incontestavelmente o melhor e o mais importante edifício público dos Açores.

Foi neste edifício, que tiveram lugar as sessões da regência do reino presidida pelo duque de Palmela.

Desde 3 de março de 1832, em que nele veio habitar o Senhor D. Pedro IV, foram-lhe concedidas as regalias de um paço real, sendo criado o respetivo almoxarifado, por portaria de 9 de abril, e considerado como tal em todos os diplomas de assinatura régia.

As Secretarias de Estado estiveram ali estabelecidas durante o tempo que a cidade de Angra foi a capital do Reino.

Posteriormente tem servido de residência aos governadores civis, e, até à extinção da Divisão Militar dos Açores,¹⁹ habitaram na ala oeste do paço os generais comandantes, tendo na parte inferior a respetiva secretaria.

Em 4 de abril de 1832, solenizando o aniversário natalício da Rainha a Senhora D. Maria II, o Senhor D. Pedro IV deu neste paço um sumptuoso baile.

Em 31 de outubro de 1858, ali recebeu o Senhor D. Luís, quando infante, o cortejo que o foi cumprimentar por ocasião da sua visita a esta ilha.

Era em uma das salas deste edifício, que no tempo da Prefeitura,²⁰ tinham lugar os exames públicos das disciplinas lecionadas pelo insigne padre Jerónimo Emiliano de Andrade.

Em 27 de novembro de 1862, ao festejar a cidade de Angra o auspicioso casamento do Senhor D. Luís com a Excelsa Princesa, a Senhora D. Maria Pia,²¹ o governador civil, o 2.º conde da Praia da Vitória,²² deu um sumptuoso baile neste paço, a que concorreram seiscentas pessoas.

Sendo abolido, por decreto de 4 de junho de 1832, cargo do capitão-general das ilhas dos Açores, têm sido chefes do distrito administrativo de Angra do Heroísmo, desde aquela data até hoje, os cidadãos cujos nomes passamos a arquivar:

- 1.º — Francisco Saraiva da Costa Refoios,²³ prefeito da Província dos Açores, desde 20 de junho de 1832 a julho de 1833.
- 2.º — Luís Pinto de Mendonça Arrais,²⁴ visconde de Valongo, prefeito da Província Ocidental dos Açores, desde agosto de 1833 a outubro de 1835, e como governador civil, de 16 de novembro de 1835 a julho de 1836.
- 3.º — Barão de Cacela,²⁵ governador civil desde julho de 1836 a 29 de setembro do mesmo ano.²⁶
- 4.º — António da Fonseca Carvão Paim da Câmara,²⁷ [1.º barão do Ramalho], terceirense, conselheiro do distrito, servindo de governador civil desde 30 de setembro a 21 de dezembro de 1836.
- 5.º — Visconde de Bruges²⁸ (1.º), terceirense, administrador-geral, desde 22 de dezembro de 1836 a 12 de janeiro de 1838 e desde 7 de abril de 1838 a 25 de novembro de 1839.
- 6.º — Francisco de Lemos Álvares,²⁹ terceirense, secretário servindo de administrador-geral, desde 12 de janeiro a 6 de abril de 1838.
- 7.º — José Silvestre Ribeiro, administrador-geral, desde novembro de 1839 a novembro de 1844.
- 8.º — Nicolau Anastácio de Bettencourt,³⁰ secretário-geral servindo de governador civil, desde 2 de dezembro de 1844 a 31 de dezembro de 1844, e como governador civil desde o 1.º de janeiro de 1845 a 21 de junho de 1846; desde novembro de 1846 a abril de 1847; desde agosto de 1847 a 8 de março de 1848; desde 21 de novembro de 1849 a 26 de julho de 1851; desde setembro de 1852 a março de 1857.
- 9.º — Francisco de Menezes Lemos e Carvalho,³¹ terceirense, governador civil, desde o 1.º de julho a 31 outubro de 1846.
- 10.º — Barão de Noronha,³² terceirense, governador civil nomeado pela Junta Governativa deste distrito,³³ em abril de 1847 até 30 de julho do mesmo ano.

- 11.º — José Inácio de Almeida Monjardino,³⁴ secretário-geral, servindo de governador civil, desde março de 1848 a 18 de julho do mesmo ano; *idem*, desde 17 de outubro de 1849 a 20 de novembro do mesmo ano; *idem*, desde 21 de janeiro de 1861 a junho do mesmo ano; governador civil interino, desde 27 de junho de 1891 a 26 de setembro de 1893.
- 12.º — António José Vieira Santa Rita,³⁵ governador civil, desde 19 de julho de 1848 a outubro de 1849.
- 13.º — Florêncio José da Silva Júnior,³⁶ secretário-geral, servindo de governador civil, desde 27 de julho de 1851 a 11 de outubro do mesmo ano; *idem*, desde março de 1857 a 1 de julho de 1858.
- 14.º — António Marcelino da Vitória,³⁷ governador civil, desde outubro de 1851 a 25 de agosto de 1852.
- 15.º — Cassiano Sepúlveda Teixeira,³⁸ governador civil, desde julho de 1858 a 21 de maio de 1859.
- 16.º — José Maria da Silva Leal,³⁹ governador civil, desde 22 de maio de 1859 a 20 de janeiro de 1861.
- 17.º — Jácome de Bruges,⁴⁰ 2.º visconde de Bruges e 2.º conde da Praia da Vitória, terceirense, secretário-geral, servindo de governador civil, desde 24 de outubro de 1866 a 9 de fevereiro de 1866; governador civil desde janeiro de 1868 a março de 1869; desde 23 de outubro de 1877 a 8 de fevereiro de 1878; de 10 de junho de 1879 a 23 de fevereiro de 1880; desde 10 julho de 1880 a 21 de dezembro do mesmo ano; desde agosto de 1886 a 29 de agosto de 1887.
- 18.º — Joaquim Taibner de Moraes,⁴¹ secretário-geral, servindo de governador civil, desde 24 de outubro de 1865 a 9 de fevereiro de 1866, e desde agosto de 1866 a abril de 1867.
- 19.º — José Guilherme Pacheco,⁴² governador civil, desde fevereiro de 1866 a agosto do mesmo ano.
- 20.º — António de Gouveia Osório,⁴³ governador civil, desde abril de 1867 a janeiro de 1868.

- 21.º — D. Miguel Vaz Guedes Malafaia,⁴⁴ governador civil, desde março de 1869 a setembro do mesmo.
- 22.º — Rodrigo Lobo de Ávila,⁴⁵ secretário-geral, servindo de governador civil, desde 22 de setembro a outubro 1862.
- 23.º — Félix Borges de Medeiros,⁴⁶ governador civil desde 25 de outubro de 1869 a julho de 1870; desde outubro de 1870 a maio de 1872.
- 24.º — Manuel Augusto Coelho Borges,⁴⁷ terceirense, vogal do conselho de distrito, servindo de governador civil desde 23 de julho a 20 de agosto de 1870.
- 25.º — Jacinto Belo da Fonseca,⁴⁸ secretário-geral, servindo de governador civil, desde 20 de agosto a outubro de 1870.
- 26.º — Estulano Inácio Parreira,⁴⁹ terceirense, vogal do conselho de distrito, servindo de governador civil, desde junho a 21 de agosto de 1872.
- 27.º — Gualdino Lobo de Gouveia Valadares,⁵⁰ secretário-geral, servindo de governador civil, desde 21 de agosto de 1872 a março de 1873; desde 27 de novembro 1874 a 21 de abril de 1876.
- 28.º — Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro,⁵¹ governador civil, desde 22 de março de 1873 a 27 de novembro de 1874.
- 29.º — José Borges Leal Corte-Real,⁵² terceirense, do conselho de distrito, servindo de governador civil desde 21 de abril a 22 de maio de 1876.
- 30.º — Barão do Ramalho (2.º),⁵³ terceirense, governador civil, desde 22 de maio de 1876 a 20 de outubro de 1877; desde 8 de fevereiro de 1878 a 10 de junho de 1879; desde 29 de janeiro a 22 de outubro do mesmo ano.
- 31.º — Visconde de Bettencourt,⁵⁴ terceirense, governador-civil substituto, desde 24 de fevereiro a 10 de junho de 1880.⁵⁵
- 32.º — Visconde de Nossa Senhora das Mercês,⁵⁶ terceirense, governador civil substituto, desde 22 de dezembro a 10 de abril de 1881; desde 13 de março de 1886 a 27 de agosto do mesmo ano; desde 30 de agosto de

1887 a 30 de janeiro de 1889; governador civil efetivo, desde 31 de janeiro a 29 de junho de 1889; desde 27 de julho de 1889 a 28 de janeiro de 1890; desde 13 de fevereiro de 1897 a 17 de março de 1898; desde 28 de maio de 1898 a 9 de outubro de 1899; desde 10 de novembro de 1899 a 26 de junho de 1900.⁵⁷

- 33.º — Visconde de Sieuve de Menezes,⁵⁸ 1.º conde de Sieuve de Menezes,⁵⁹ terceirense, vogal do conselho de distrito, servindo de governador civil, desde 10 de abril a 10 de maio de 1881; desde 23 de maio de 1883 a 10 de dezembro de 1884; desde 27 de junho a 3 de agosto de 1885; desde 7 de agosto de 1885 a 12 de março de 1886.
- 34.º — Afonso de Castro,⁶⁰ governador civil, desde 10 de maio de 1881 a 23 de maio de 1883.
- 35.º — Augusto Maria da Fonseca Coutinho,⁶¹ governador civil, desde 10 de dezembro de 1884 a 28 de maio de 1885.
- 36.º — Jacinto Cândido da Silva, terceirense, vogal do concelho de distrito, servindo de governador civil, desde 29 de maio a 27 de junho de 1885; desde 4 a 6 de agosto de 1885.
- 37.º — Pedro de Menezes Parreira,⁶² terceirense, governador civil substituto, desde 30 de junho a 26 de julho de 1889; desde 13 de março a 27 de maio de 1898.
- 38.º — João Carlos da Silva,⁶³ terceirense, governador civil substituto, desde 23 de outubro de 1890 a 2 de março de 1891; desde 19 de agosto de 1891 a 24 de setembro de 1892.
- 39.º — Henrique de Sá Nogueira Vasconcelos,⁶⁴ governador civil, desde 2 de março a 17 de maio de 1891.
- 40.º — Henrique de Castro,⁶⁵ terceirense, governador civil substituto, desde 18 a 31 de maio de 1891.
- 41.º — Frederico Ferreira Campos,⁶⁶ vogal do conselho de distrito, servindo de governador civil desde 1 a 26 de junho de 1891.

- 42.º — António Mariano da Silva Sarmiento,⁶⁷ terceirense, governador civil substituto, desde 24 de setembro de 1892 a 27 de setembro de 1893; desde 13 de agosto de 1896 a 27 de janeiro de 1897.
- 43.º — José Pimentel Homem de Noronha,⁶⁸ jorgense, governador civil, desde 27 de setembro de 1893 a 11 de março de 1895.
- 44.º — Manuel Homem de Noronha, terceirense, governador civil, desde 12 de março de 1895 a 12 de agosto de 1896.
- 45.º — Emídio Lino da Silva Júnior,⁶⁹ terceirense, governador civil, desde 28 de janeiro a 11 de fevereiro de 1897; desde 29 de agosto a 30 de dezembro de 1900; desde 16 de junho a 5 de dezembro de 1901.
- 46.º — João Torquato Coelho Rocha, terceirense, secretário-geral, servindo de governador civil, desde 9 de outubro a 9 de novembro de 1899; desde 27 a 28 de junho de 1900.
- 47.º — António da Fonseca Carvão Paim da Câmara,⁷⁰ [(2.º barão do Ramalho)], terceirense, governador civil interino, desde 28 de junho a 29 de agosto de 1900; desde 31 do junho de 1900 a 15 de junho de 1901.
- 48.º — Visconde da Agualva,⁷¹ terceirense, governador civil substituto, desde 5 de dezembro de 1901 a 19 de fevereiro de 1902.⁷²
- 49.º — Conde de Sieuve de Menezes (2.º),⁷³ terceirense, governador civil, tomou posse a 20 de fevereiro de 1902.

*

Entre muitos atos de interesse local, como bazares a benefício de instituições de caridade e de instrução, saraus literários e concertos realizados no Paço de Angra, temos a registar, como de alta importância, a Exposição Agrícola-Industrial Insular, [a visita de] Bulhão Pato, a inauguração do Museu Terceirense, o Centenário Pombalino, a instalação do Corpo de Bombeiros Voluntários, e a conferência de José Júlio Rodrigues.

*

Exposição Agrícola-Industrial Insular⁷⁴ — Foi solenemente inaugurada no dia 29 de outubro de 1863, aniversário natalício do saudoso rei o Senhor D. Fernando,⁷⁵ o protetor das artes e das classes laboriosas, justamente cognominado o *Rei Artista*.

Coube à ilha Terceira o ser a primeira a promover uma exposição insular, que deveria ter servido de estímulo a outras a seguir-se, que concorressem para o progressivo desenvolvimento de todas as indústrias.

Infelizmente não sucedeu assim, porque o pernicioso indiferentismo e indolência, que tudo atrofia, não o consentiu.

Esta exposição deveu-se à iniciativa e amor patriótico do benemérito 2.º conde da Praia da Vitória,⁷⁶ então governador civil, secundado pela boa vontade e louváveis esforços da direção da Sociedade Agrícola,⁷⁷ a que presidia.

Foi incontestavelmente uma bela festa de civilização, pois, não obstante os seus promotores a considerarem como ensaio, o número de expositores foi elevado, e variados e importantes os produtos expostos.

O governo, apenas teve conhecimento oficial do projeto da exposição, e antes que lhe fosse solicitado qualquer subsídio, concorreu com a quantia de 500\$000 réis, que a comissão aplicou a prémios pecuniários, medalhas e diplomas de honra.

O bem elaborado discurso inaugural, relatórios, etc., estão publicados em *O Angrense*⁷⁸ daquela época.⁷⁹

A distribuição dos prémios teve lugar a 10 de julho de 1864. Os prémios tinham três classificações: — prémios de honra; — prémios pecuniários; — e menções honrosas. Dos primeiros foram distribuídos seis, dos segundos trinta e nove, e dos terceiros cinquenta e dois.

A concorrência foi extraordinária, calculando-se nos primeiros três dias, em cerca de dez mil pessoas que visitaram a exposição.

*

Bulhão Pato⁸⁰ — Em junho de 1868 visitou a ilha Terceira o laureado poeta Raimundo António de Bulhão Pato.⁸¹

Na sua visita à ilha de São Miguel foi Bulhão Pato anatematizado, na tribuna sagrada, por uns missionários jesuítas, que residiam na cidade de Ponta Delgada.

Ao pisar o solo da liberal ilha Terceira, ele que era um apóstolo fervoroso da liberdade, ele que era o vate heroico, que em sublimes versos cantara os dons da natureza, com o sentimento puro do verdadeiro filósofo, prestando sincero culto à divindade criadora, ele que enaltecera a pátria, ele que se sentia eletrizado, por esse sentimento inato, que seduz o homem e o leva a estremecer, a adorar, a amar até ao último extremo a liberdade, a igualdade e a fraternidade humana, ele que era uma glória nacional, o popular poeta Bulhão Pato, foi recebido com sincera alegria e respeitosa saudação por todos os terceirenses.

O cantor da liberdade, o *excomungado* pelos reacionários, devia ser recebido de braços abertos pelos filhos da liberal Terceira. E assim sucedeu.

Toda a imprensa prestou culto ao seu elevado talento, ao seu mérito, às suas virtudes cívicas.

Em uma das salas do Paço de Angra, honrou o insigne poeta os terceirenses, recitando-lhes algumas das suas mimosas poesias e pronunciando um eloquente discurso.

Dentro da seleta e numerosa assembleia, que atenta e respeitosamente ouvia Bulhão Pato, ergue-se a voz eloquente do terceirense, o padre Francisco Rogério da Costa,⁸² que foi uma glória da tribuna sagrada açoriana, e prestou justa homenagem ao ilustre e talentoso visitante.

O seu discurso, filho da ocasião, foi de tal ordem, que ao finalizar viam todos, como por encanto, Bulhão Pato e o padre Rogério da Costa, enlaçados em mútuo abraço e em indizível comoção. E os bravos e as palmas prolongavam-se com sincero entusiasmo, coroando aqueles dois talentos, que tão bem se compreenderam, e que o acaso havia ali unido em fraternal amplexo de amor.

*

Centenário Pombalino⁸³ — A glorificação nacional ao grande ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo,⁸⁴ pagamento de uma dívida sagrada, tributo de gratidão e justíssima homenagem à memória do consumado estadista e notável reformador, foi briosamente acompanhada pela ilha Terceira.

Eram decorridos cem anos, e forçoso se tornava que a nação desse o seu *verdictum*, glorificando a memória do Marquês de Pombal, revogando assim o voto dos juízes que o condenaram ao desterro, e calcasse sob o pó o decreto de 16 de agosto de 1781,⁸⁵ com que pretenderam desonrá-lo.

O nome do Marquês de Pombal, era indeclinável dever, que fosse colocado bem alto no altar da pátria porque o seu nome deu nome ao seu século, levantou Portugal do grande abatimento em que jazia pelo horroroso cataclismo do 1.º de novembro de 1755⁸⁶ e pela dissolução dos costumes; soube repelir com inquebrantável energia as exigências da França e a invasão da Espanha, e conseguiu obter condignas e completas satisfações da Inglaterra.

Teve duas enormes catástrofes a combater — o terramoto de Lisboa e os tenebrosos tramas da aristocracia e do jesuitismo, e de ambos, com pulso de ferro, soube, felizmente, sair vitorioso.

As suas reformas na Fazenda Pública, na instrução, na agricultura, na indústria, no comércio, são-lhe inapagável glória, e, no meio do sistema absoluto em que vivia, a abolição de distinções entre cristãos novos e velhos, o acabamento da escravidão no Reino, equiparando os canarins⁸⁷ aos portugueses; a liberdade concedida aos índios do Brasil; a igualdade de todas as classes perante o trono, demonstram de sobejo, que ele, naquela época, era um tenaz trabalhador lançando a semente para a libertação futura do país, e que se hoje pudesse ressurgir, seria um devotado democrata. Os seus atos despóticos, tirânicos, ocasionaram-nos circunstâncias especiais, foram amputações cruéis, mas parciais, de momento, para o bem-estar geral futuro.

E na apoteose feita, no dia 8 de maio de 1882, à memória do grande Marquês de Pombal, a Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, mandou celebrar na Real Capela do Colégio uma missa, a que assistiram as autoridades civis, militares e judiciais, funcionários públicos, corpo comercial, representantes da

imprensa, corpo consular, alunos do Liceu e escolas e seus professores, o Regimento de Caçadores n.º 10, Companhia de Reformados e elevado número de cidadãos; mandou distribuir jantares aos asilos de Mendicidade e de Infância Desvalida e aos presos da cadeia, e tomou a seu cargo a educação futura de um exposto, que foi baptizado com o nome de Sebastião José de Carvalho e Melo, e de uma exposta com o nome de Mariana Vitória,⁸⁸ nome igual ao da rainha esposa de D. José I.

O governador civil Afonso de Castro promoveu um sarau literário na sala principal do Paço de Angra, onde entre os retratos de D. João IV, D. Afonso VI, D. Pedro II, D. João V, D. José I, D. Maria I, D. Pedro III, D. João VI, D. Duarte, e os dos príncipes D. Teodósio, filho de D. João IV, D. José, filho de D. Maria I, que o adornam, existe também o retrato do grande Marquês de Pombal.

Além destes retratos pintados a óleo, em corpo inteiro, existem mais o de D. Sebastião, fundador do convento dos jesuítas, e o de D. Antão de Almada, 1.º governador geral dos Açores.

Em outra sala estão os retratos de D. Pedro IV e D. Maria II.

Atualmente tem também os retratos de Suas Majestades, o Senhor D. Carlos, e a Senhora D. Maria Amélia.

O sarau foi aberto pelo governador civil, seguindo-se brilhantes discursos pelos terceirenses, dr. Fernando Rocha, Teotónio Simão Paim de Ornelas Bruges, dr. Jacinto Cândido da Silva, e pelo cirurgião ajudante do Regimento de Caçadores n.º 10, dr. José de Azevedo Castelo Branco, continental.

Todos os ilustres oradores foram entusiasticamente aplaudidos pela numerosa e seleta assembleia. Era elevado o número de damas, que assistiu a este sarau.

*

José Júlio Rodrigues⁸⁹ — No dia 23 de março de 1891 realizou brilhante conferência na sala principal do Paço angrense, a convite da imprensa periódica terceirense, o ilustre homem de ciência, o falecido professor José Júlio Rodrigues.⁹⁰

A conferência versou sobre o passado geológico da Terceira. Relatou uma observação sua feita no Monte Brasil, onde havia encontrado um espécimen que constituía por si só uma certidão de idade autêntica daquele monte. Referiu-se à lenta evolução da crosta vulcânica, desde a pedra dura, estéril, coberta de criptogâmicas até à formação da terra pulverulenta e friável revestida de opulenta vegetação.

A natureza gasta séculos em operar essa lenta transformação; o trabalho do homem pode, todavia, abreviar esse período, e operar transformações em curtos espaços de tempo, que a natureza entregue a si alonga excessivamente.

Daqui naturalmente derivou a questão dos adubos, pelos quais o homem socorre a terra, fornecendo-lhe os elementos que pelas culturas, pela porosidade dos nossos terrenos, lhe foram roubados.

Ocupou-se então larga e proficientemente da cultura da batata-doce, pastagens artificiais, arribanas, *etc.*, dando assim estímulos aos que trabalham, e rasgando largos horizontes de prosperidade.

O dr. Fernando Rocha agradeceu ao ilustrado conferente, em nome dos angrenses, a amabilidade de aceder ao pedido que lhe fora feito.

*

Posto meteorológico⁹¹ — Oficialmente criado em outubro de 1862, principiou a ter regular serviço no 1.º de outubro de 1864, sob a direção do distinto terceirense, e ilustre homem de ciência, o falecido dr. José Augusto Nogueira Sampaio.⁹²

Foi estabelecido em uma torre quadrada, de propósito construída, no edifício do Liceu, então no extinto convento de São Francisco, e desde 1881 está montado no alto da torre da Igreja do Colégio, tendo entrada pelo lado das repartições públicas. As observações feitas neste posto têm sido de tal ordem, que mereceram os elogios do Observatório de Lisboa, do Observatório Imperial de Paris, e de observatórios americanos.

*

Museu Terceirense⁹³ — Foi inaugurado em 28 de novembro de 1879, sendo governador civil o 2.º conde da Praia da Vitória. À iniciativa do terceirense António José da Silva Sarmento,⁹⁴ residente no Rio de Janeiro, há anos falecido, se deve a sua existência.

A inauguração fez-se com toda a solenidade, tendo lugar nesta ocasião uma exposição de todas as máquinas agrícolas, de que o Conselho de Agricultura⁹⁵ havia nesta época feito aquisição. Tocou a banda de Caçadores n.º 10. Foi nomeado preparador do museu, o terceirense Eduardo Augusto de Sousa Ribeiro,⁹⁶ atualmente residente em Lisboa.

Anos depois, passou o museu para o Liceu Nacional desta cidade, onde hoje ainda existe, não se tratando mais de o melhorar e enriquecer, e unicamente diligenciando-se conservar o que lhe deu princípio. É indesculpável uma indiferença de tal ordem.

*

Corpo de Bombeiros Voluntários — Foi iniciado pelo 2.º conde da Praia da Vitória e inaugurado em 22 de março de 1882 pelo governador civil Afonso de Castro.

Foi, então, composto por trinta bombeiros, sob o comando do chefe do corpo, o dr. José de Azevedo Castelo Branco, e dividido em duas secções de que foram chefes o capitão Filipe Augusto da Luz Lobo,⁹⁷ e o intendente de pecuária José Maria Leite Pacheco.

Deixando o comando o dr. Castelo Branco, foi substituído pelo capitão Filipe Lobo, e mais tarde foi este substituído pelo vereador do pelouro de incêndios Manuel Alves de Bettencourt,⁹⁸ que foi nomeado inspetor de incêndios. Tempos depois assumiu o comando o sócio n.º 1 de matrícula, Adriano Augusto dos Santos,⁹⁹ que sendo nomeado inspetor de incêndios foi substituído por Francisco Cardoso Gaspar.¹⁰⁰

Sua Majestade El-rei o Senhor D. Carlos, era presidente perpétuo desta associação, que passou a ser denominada Real Corpo de Bombeiros Voluntários.

Este corpo foi louvado por diferentes vezes, concedendo o governo ao seu comandante Adriano Augusto dos Santos a medalha de prata de D. Maria II,

concedida ao «*Mérito, Filantropia e Generosidade*», pelos serviços prestados no incêndio manifestado no Hospício Angrense,¹⁰¹ e pelo Instituto de Socorros a Náufragos, de que é presidente Sua Majestade a Rainha a Senhora D. Maria Amélia, pelos serviços prestados no salvamento da tripulação do lugre *Príncipe da Beira*, que naufragou na baía de Angra.¹⁰²

Extinto em abril de 1902, foi reorganizado em julho pela Câmara Municipal, ficando denominado Corpo de Bombeiros Voluntarias Municipais.

*

Cofre de Caridade — É uma bela instituição de beneficência criada pelo governador civil, o conselheiro José Inácio de Almeida Monjardino, em seguida à horrorosa inundação, que houve nesta ilha, na noite de 22 para 23 de julho de 1891, devido a uma tromba de água, que, vinda do ocidente, se rompeu ou desfez a meio da ilha, na Serra da Caldeira,¹⁰³ entre a Achada e Pico da Cruz, estabelecendo duas grandes correntes, uma pelas Fajãs para a Agualva, de onde se bipartia para Vila Nova e Lajes pelo ramal de São Brás, e outra, talvez a maior, para a banda da cidade, havendo dela uma menor deriva  o, que entrou pela Ribeirinha na ribeira de Santo Amaro.¹⁰⁴

Em Vale-de-Linhares, onde produziu maiores estragos, arrasando casas, fez três vítimas.

*

Reparti  es — No Paço de Angra¹⁰⁵ estão estabelecidas as reparti  es do governo civil, da fazenda, das obras públicas do Estado e distritais, dos serviços agron  micos e pecuários, da circunscri  o industrial, da auditoria,   g  ncia do Banco de Portugal e Corpo de Bombeiros Voluntários.

1 António Vieira (Lisboa, 6 de fevereiro de 1608 — Salvador, 18 de julho de 1697), mais conhecido como Padre António Vieira, padre da Companhia de Jesus que se destacou como filósofo, escritor e orador sacro. Uma das mais influentes personagens do século XVII em termos de política e oratória, destacou-se como missionário em terras brasileiras. Nesta qualidade, defendeu incansavelmente os direitos dos povos indígenas, combatendo a sua explora  o e escraviza  o e fazendo da sua evangeliza  o uma prioridade. António Vieira defendeu os judeus, a aboli  o da distin  o entre cristãos-novos e cristãos-velhos e a aboli  o da escravatura. Criticou severamente os sacerdotes da sua época e a própria Inquisi  o. Na literatura, os seus sermões possuem considerável importância no barroco brasileiro e português. Na sequência de um naufrágio e ataque por piratas neerlandeses nas imedia  es do Corvo, de que foi vítima o navio em que viajava do Brasil para Lisboa em 1654, foi desembarcado na ilha Graciosa. Após cerca de dois meses naquela ilha, passou    Terceira e    São Miguel, ilhas onde pregou. Em dois dos seus sermões aborda temática a  riona: a caída da Praia em 1614 no «*Sermão ao Enterro dos Ossos dos Enforcados*» (1651); e a capitula  o do Castelo de São Filipe do Monte Brasil no «*Sermão das exéquias do august  ssimo Rei Dom João IV, o animoso, o invicto pai da pátria, de imortal*

memória» (1657).

- 2 D. José I (Lisboa, 6 de junho de 1714 — Sintra, 24 de fevereiro de 1777), apelidado de *o Reformador*, foi rei de Portugal e Algarves de 1750 até falecer. Era o terceiro filho do rei João V e de sua esposa, a rainha Maria Ana da Áustria. O reinado de D. José I foi sobretudo marcado pelas políticas do seu Secretário de Estado, o Marquês de Pombal, que reorganizou as leis, a economia e a sociedade portuguesa.
- 3 Antão de Almada (Condeixa-a-Nova, 19 de abril de 1718 — Lisboa, 26 de janeiro de 1797), 9.º senhor de Pombalinho e 14.º senhor dos Lagares d'El-Rei, mestre-sala da Casa Real. Foi o 1.º Governador e Capitão-General das Ilhas dos Açores, na sequência do alvará de 2 de agosto de 1766 que criou aquele cargo. Desembarcou na cidade de Angra, acompanhado pela família, a 28 de setembro e tomou posse a 7 de outubro daquele ano. Permaneceu no exercício do cargo até 15 de abril de 1776, data em que entrou na cidade o seu substituto, o general Dinis Gregório de Melo Castro e Mendonça, desconhecendo-se o dia da sua partida para Lisboa.
- 4 Dinis Gregório de Melo Castro e Mendonça (Lisboa, 11 de abril de 1735 — Angra, 3 de dezembro de 1793), fidalgo do Conselho de El-Rei, militar do Exército. Foi o último governador de Mazagão, tendo governado aquela praça-forte de 1763 até ao seu abandono em 1769, período em que esteve sob permanente ataque. Foi o 2.º capitão-general da Capitania Geral dos Açores, nomeado para o cargo a 18 de outubro de 1771, embora só desembarcando em Angra a 15 de abril de 1776, tomando posse no dia 21 daquele mês. Faleceu em Angra, ficando sepultado na igreja de Nossa Senhora da Guia do Convento de São Francisco. A família ficou a residir em Angra até ao reinado de D. Maria II, embarcando para Lisboa por ordem real e à custa do erário público.
- 5 Lourenço José Maria de Almada Cirne Peixoto (Lisboa, 14 de junho de 1758 — Lisboa, 11 de maio de 1815), 1.º conde de Almada, senhor de Pombalinho e Lagares de El-rei, mestre-sala da Casa Real, alcaide-mor de Proença-a-Velha. Era filho de D. Antão Vaz de Almada, o primeiro capitão-general dos Açores. Foi nomeado em 15 de julho de 1795 e desembarcou em Angra aos 29 de outubro de 1799, tomando posse no dia seguinte. Chegou acompanhado pela esposa, que faleceria de parto na noite de 22 para 23 de novembro de 1801, aquando do nascimento do seu filho primogénito, que viria a ser o 2.º conde de Almada. No seu mandato foi introduzida a vacinação antivariólica nos Açores. Governou até 17 de outubro de 1804, partindo para Lisboa no dia seguinte.
- 6 Antão José Maria de Almada (Angra, 22 de novembro de 1801 — Santarém, 5 de abril de 1834), 2.º conde de Almada, aristocrata e militar, mestre-sala da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Cristo. Miguelista, acompanhou D. Miguel na guerra civil. Faleceu aos 32 anos de idade, vítima da epidemia de cólera que afetou as tropas miguelistas que em 1834 estavam aquarteladas em Santarém.
- 7 José António de Melo da Silva César e Meneses (Lisboa, 19 de novembro de 1763 — Lisboa, 10 de dezembro de 1839), 8.º conde de São Lourenço e 2.º marquês de Sabugosa, alcaide-mor de Elvas, alferes-mor de Portugal, gentil-homem da Casa Real, grã-cruz da Ordem de Cristo e comendador da Ordem da Torre e Espada. Oficial general do Exército, foi capitão-general dos Açores em funções entre 17 de outubro de 1804 e 1806. Regressou a Lisboa devido ao falecimento de seu pai, o 1.º marquês de Sabugosa, ocorrido a 4 de junho de 1805.
- 8 Miguel António de Melo e Abreu Soares de Brito Barbosa Palha de Vasconcelos Guedes (Lisboa, 25 de dezembro de 1766 — Lisboa, 7 de agosto de 1836), 1.º conde de Murça, aristocrata, sócio honorário da Academia Real das Ciências de Lisboa. Exerceu diversos cargos políticos, entre os quais o de governador e capitão-general de Angola, governador e capitão-general dos Açores, membro da comissão nomeada por D. João VI para estudar um projeto de Constituição para Portugal, ministro das Finanças e par do reino.
- 9 Aires Pinto de Sousa Coutinho (Lamego, 12 de maio de 1778 — Forte de São Julião da Barra, 21 de maio de 1836), aristocrata, filho segundo do visconde de Balsemão, senhor da casa de Balsemão e de Ferreiros de Tendais. Teve uma distinta carreira como oficial do Exército, atingindo o posto de marechal de campo. Para além das funções militares, foi do Conselho de Sua Majestade e o 6.º capitão-general dos Açores, cuja capitania-general governou de 9 de setembro de 1810 até 14 de maio de 1817. Foi irmão de Luís Pinto de Sousa Coutinho, 2.º visconde de Balsemão.
- 10 Francisco António Pereira Pinto de Araújo e Azevedo (Lisboa, 21 de dezembro de 1772 — Angra, 4 de abril de 1821), oficial general do Exército, falecido no posto de general de brigada. Pertenceu ao Conselho de Sua Majestade, foi comendador da Ordem Militar de Avis, cavaleiro da Ordem Militar da Torre e Espada e exerceu o cargo de 7.º capitão-general da Capitania Geral dos Açores. Tendo liderado a Revolta Constitucional de Angra de 2 de abril de 1821, que depôs o seu sucessor, Francisco de Borja Garção Stockler, foi morto num contragolpe militar que ocorreu na noite de 3 para 4 de abril daquele ano.
- 11 António de Araújo e Azevedo (Ponte de Lima, 14 de maio de 1754 — Rio de Janeiro, 21 de junho de 1817), conde da Barca, diplomata, cientista, político e escritor. Distinguiu-se como fundador de diversas instituições artísticas e científicas no período em que a corte portuguesa esteve instalada na cidade do Rio de Janeiro. Foi Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino de D. João VI, cargo semelhante ao de primeiro-ministro.
- 12 Francisco de Borja Garção Stockler (Lisboa, 25 de setembro de 1759 — Tavira, 6 de março de 1829), primeiro e único barão da Vila da Praia, oficial do Exército e reputado matemático. Alcançou o posto de tenente-general e entre outras funções de relevo foi o 8.º capitão-general dos Açores. Foi um dos pioneiros do cálculo diferencial e um dos mais notáveis historiadores da Matemática em Portugal, autor de uma obra que ainda mantém relevância quase dois séculos após a sua publicação. Demonstrando grande erudição, também se dedicou à poesia e à literatura.
- 13 Por manifesto erro, na edição original o autor indica Lisboa como o local do falecimento.
- 14 Manuel Vieira Tovar de Albuquerque (Molelos (Tondela), 28 de abril de 1776 — Lisboa, 14 de julho de 1833), aristocrata, oficial do Exército e administrador colonial. Foi o 9.º capitão-general dos Açores, do Conselho de

-
- Sua Majestade, comendador da Ordem de São Bento de Avis, coronel de cavalaria do Exército. Pertencia à Casa de Molelos e Botulho e era irmão de Francisco de Paula Vieira da Silva Tovar de Albuquerque, o 1.º visconde de Molelos. Governou a capitania do Espírito Santo, no Brasil, de dezembro de 1804 a dezembro de 1811. Nomeado capitão-general dos Açores a 21 de maio de 1824, desembarcou em Angra a 11 de julho daquele ano, tomando posse 3 dias depois. Oposto aos ideais liberais, a sua atividade foi apoiada pelos miguelistas terceirenses. Deposto pela revolução liberal ocorrida em Angra a 22 de junho de 1828, foi preso por ser simpatizante de D. Miguel e obrigado a abandonar a ilha.
- 15 Francisco de Paula Vieira da Silva Tovar de Albuquerque (Molelos (Tondela), 8 de fevereiro de 1774 — Folhadosa (Seia), 7 de dezembro de 1852), 10.º senhor de Molelos, 1.º barão de Molelos (depois de 1815) e 1.º visconde de Molelos (depois de 1826), oficial general do Exército e político que se distinguiu na resistência às invasões francesas durante a Guerra Peninsular. Aderiu ao vintismo e foi deputado às Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, mas declarou-se legitimista e apoiou as posições de D. Miguel I cujas forças no Algarve comandou durante a fase final da Guerra Civil.
- 16 António José de Sousa Manuel de Meneses Severim de Noronha (Lisboa, 18 de março de 1792 — Lisboa, 26 de abril de 1860), 7.º conde de juro e herdade e 1.º marquês de Vila Flor e ainda 1.º duque da Terceira, de juro e herdade, com honras de parente, foi um importante general e homem de Estado do tempo do liberalismo, sendo uma das mais importantes figuras do tempo, tanto no plano político, como, e talvez sobretudo, no plano militar. De herói das guerras liberais tornou-se no líder incontestado dos cartistas, a facção mais conservadora do liberalismo português, embrião do futuro Partido Regenerador.
- 17 Pedro de Sousa Holstein (Turim, Reino da Sardenha, 8 de maio de 1781 — Lisboa, 12 de outubro de 1850), 1.º conde e 1.º duque de Palmela, aristocrata que exerceu funções diplomáticas, políticas e militares de grande relevo. Foi um dos principais dirigentes do movimento liberal durante a Guerra Civil e depois líder destacado dos cartistas, a facção mais conservadora do liberalismo português. Representou Portugal no Congresso de Viena e serviu como embaixador em Copenhaga, Berlim, Roma, Madrid e Londres. Foi por várias vezes Ministro dos Negócios Estrangeiros e, em 1834–1835, 1842 e 1846, Presidente do Conselho de Ministros. Foi primeiro conde (1812), primeiro marquês (1823) e primeiro duque de Palmela (1833, de juro e herdade desde 1850). Foi ainda o primeiro duque do Faial (1833) e conde de Sanfrè no Reino da Sardenha.
- 18 O Palácio de Laleham, ou Laleham House, é um solar situado nas margens do Tamisa, a cerca de 27 km do centro de Londres. O edifício foi reabilitado em 1803, com um projeto do arquiteto John Buonarotti Papworth que lhe deu um estilo neoclássico com um alpendre dórico grego, para servir de residência a Richard Bingham, 2.º conde de Lucan. O imóvel serviu de residência oficial a D. Maria II durante a sua permanência na Inglaterra entre outubro de 1828 e agosto de 1829 (*cf.*: José Baptista de Sousa, «Holland House and Portugal: English Whiggery and the Constitutional Cause», in *Iberia*, pp. 91-92. Anthem Press, Londres, 2018).
- 19 A Divisão Militar dos Açores era a 10.ª Divisão Militar.
- 20 A Prefeitura dos Açores foi o órgão de governo da Província dos Açores, entidade administrativa criada em resultado da reforma da administração do território contida no Decreto n.º 23, de 16 de maio de 1832, promulgado em Ponta Delgada, por iniciativa de Mouzinho da Silveira. Naquela primeira reforma administrativa do liberalismo, o território era dividido em províncias, comarcas e concelhos, administrados, respetivamente, por prefeitos, subprefeitos e provedores, todos cargos de nomeação régia. Este regime vigorou apenas até 1836, sendo então o prefeito substituído pelo «*administrador-geral*», figura que pela reforma administrativa constante do Decreto de 18 de julho de 1835 deu origem ao cargo de «*governador civil*» (artigo 5.º daquele diploma). A aplicação daquela reforma aos Açores foi feita pelo Decreto n.º 28, de 4 de junho de 1832, assinado em Ponta Delgada por D. Pedro IV, em nome de sua filha, a rainha D. Maria II, sendo Secretário de Estado dos Negócios do Reino o marquês de Palmela. Por aquela reforma foi extinta a Capitania Geral dos Açores e criada em sua substituição a Província dos Açores, com sede em Angra. A Província dos Açores estava dividida em três zonas administrativas: Angra, a capital provincial, com um prefeito; Ponta Delgada, com um subprefeito; e Horta, igualmente com um subprefeito. A comarca de Ponta Delgada recusou esta divisão administrativa, desencadeando um conflito entre as autoridades de São Miguel e da Terceira, com as primeiras a exigir a sua independência da Terceira e a não permitirem o desembarque do subprefeito substituto que lhes era enviado pelo prefeito. Em consequência, pelo Decreto n.º 64, de 28 de junho de 1833, a Província dos Açores foi desmembrada, sendo criadas a Província Oriental dos Açores (São Miguel e Santa Maria), com sede em Ponta Delgada, e a Província Ocidental dos Açores (restantes ilhas), mantendo capital em Angra do Heroísmo, iniciando o processo que levaria à criação dos três distritos açorianos. Na Horta, que tinha sido elevada a cidade por alvará do duque de Bragança em nome de D. Maria II, datado de 4 de julho de 1833, desencadeou-se de imediato um movimento para a independência administrativa em relação a Angra. Dando provimento a essa reivindicação, por decreto de 28 de março de 1836, são criados os distritos de Ponta Delgada, Angra e Horta. Esta divisão administrativa sobreviveria até 1975.
- 21 Maria Pia de Saboia (Turim, 16 de outubro de 1847 — Nichelino, 5 de julho de 1911), princesa italiana, esposa do Rei D. Luís I e rainha consorte de Portugal e Algarves de 1862 até 1889. Era filha do rei Vítor Emanuel II da Itália e de sua esposa, a arquiduquesa Adelaide da Áustria. Casou com o rei D. Luís I de Portugal, por procuração, na capela do Palácio Real de Turim, em 27 de setembro de 1862, contando apenas 15 anos incompletos de idade.
- 22 O 2.º conde da Praia da Vitória era Jácome de Ornelas Bruges de Ávila Paim da Câmara.
- 23 Francisco Saraiva da Costa de Refoios (Guarda, 4 de outubro de 1779 — Lisboa, 21 de abril de 1842), primeiro e único barão de Ruivós, oficial general do Exército e político que, entre outras funções, foi prefeito da Província dos Açores, deputado às Cortes eleito pela Província do Minho e par do reino. Recebeu o título de barão de Ruivós por decreto de 28 de setembro de 1835, da rainha D. Maria II.
- 24 Luís Pinto de Mendonça Arrais (Seia, 9 de julho de 1787 — Lisboa, 30 de junho de 1859), 1.º barão de Valongo

e 1.º visconde de Valongo, oficial general do Exército, com uma distinta carreira militar nas forças liberais, e político que, entre outras funções de relevo, foi prefeito da Província Ocidental dos Açores, governador civil de Coimbra e deputado às Cortes eleito pelo círculo de Trancoso. Foi feito barão de Valongo por Decreto de 28 de setembro de 1835 e elevado a visconde de Valongo por Decreto de 10 de março de 1842.

- 25 O 1.º barão de Cacela era António Pedro de Brito Vila Lobos.
- 26 António Pedro de Brito Vila Lobos (Tavira, 19 de outubro de 1782 — Lisboa, 17 de dezembro de 1841), 1.º barão de Cacela, oficial general do Exército, reformado no posto de tenente-general. Entre outras funções de relevo, foi governador das Armas do Algarve, governador militar da Província dos Açores e governador civil do distrito de Angra, funções que exerceu entre 4 de maio e 17 de setembro de 1836, sendo demitido por não ter aderido à Revolução de Setembro.
- 27 António da Fonseca Carvão Paim da Câmara (São Mateus da Calheta, 11 de dezembro de 1765 — Angra do Heroísmo, 23 de fevereiro de 1838), 1.º barão do Ramalho, grande morgado, fidalgo cavaleiro da Casa Real pertencente à melhor nobreza de Angra, capitão de milícias. Foi desde cedo militante da causa liberal e participou no movimento que em Angra aclamou D. Maria II em 22 de junho de 1828. Sendo conselheiro do distrito, serviu de governador civil interino do Distrito de Angra de 30 de setembro a 21 de dezembro de 1836. Foi conselheiro e, em paga dos serviços, agraciado com o título de barão do Ramalho, por carta de 13 de maio de 1837 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 107-108).
- 28 O 1.º visconde de Bruges era Teotónio de Ornelas Bruges Paim da Câmara, depois 1.º conde da Vila da Praia da Vitória.
- 29 Francisco de Lemos Álvares (Angra, 20 de novembro de 1796 — Angra do Heroísmo, 22 de dezembro de 1851), capitão de Voluntários da Rainha, liberal intransigente. Advogado de provisão, foi ajudante do escrivão da Câmara de Angra, que em 1830 foi nomeado escrivão da alfândega de Angra e depois oficial maior e secretário da Prefeitura de Angra, depois secretário-geral do governo civil do Distrito de Angra do Heroísmo. Foi administrador-geral interino do Distrito de Angra do Heroísmo de 12 de janeiro a 6 de abril de 1838. Recebeu o hábito de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa em 1836 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V).
- 30 Nicolau Anastácio de Bettencourt (Funchal, 7 de fevereiro de 1810 — Angra do Heroísmo, 7 de março de 1874), político e filantropo que se distinguiu como secretário-geral da Província dos Açores e depois governador civil em vários distritos, com particular destaque para os distritos açorianos. A ele se deve a fundação de diversas instituições de solidariedade social angrenses, com destaque para a Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra.
- 31 Francisco de Menezes Lemos e Carvalho (Angra, 20 de setembro de 1786 — Angra do Heroísmo, 6 de outubro de 1862), aristocrata e grande terratenente da ilha Terceira que exerceu importantes funções políticas, incluindo as de presidente interino da Câmara Municipal de Angra, conselheiro da Prefeitura da Província Ocidental dos Açores e governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo (1846). Foi cunhado de Almeida Garrett.
- 32 O barão de Noronha era Pedro Homem da Costa Noronha Ponce de Leão.
- 33 A Junta Governativa do Distrito de Angra do Heroísmo «*em nome do Governo Supremo do Reino pela Nação e Rainha*» foi uma das juntas subordinadas à Junta Provisória do Governo Supremo do Reino, estabelecida no Porto em 1846 no contexto da Patuleia. Após a criação daquela Junta no Porto, a rebelião contra o governo de Lisboa espalhou-se por todo o império, com formação de juntas subordinadas em diversas capitais de distrito. Nos Açores, a 25 de outubro de 1846 um pronunciamento em Ponta Delgada levou à formação da Junta Governativa do Distrito de Ponta Delgada, e a 22 de abril de 1847 um pronunciamento em Angra originou a formação da respetiva junta. A Junta Governativa de Angra foi composta por: visconde de Bruges, presidente; barão de Noronha, vice-presidente; conselheiro Alexandre Martins Pamplona Corte-Real; comendador António Tomé da Fonseca; major Duarte José Fava; e dr. José Prudêncio Teles, vogais. Após um intenso período de atividade, com a emissão de múltiplas portarias e ordens, a Junta Governativa de Angra foi dissolvida a 28 de julho de 1847 após a chegada ao porto de Angra de um navio de guerra britânico que, ao abrigo da intervenção da Quádrupla Aliança, trazia ordens do governo de Lisboa ordenando a reposição das autoridades anteriores ao pronunciamento (cf.: José Augusto Nogueira Sampaio, *Memória sobre a ilha Terceira*, pp. 791-821. Angra do Heroísmo, Imprensa Municipal, 1903).
- 34 José Inácio de Almeida Monjardino (Lisboa, 11 de novembro de 1819 — Angra do Heroísmo, 30 de setembro de 1904), político, secretário-geral e várias vezes governador civil interino do Distrito de Angra do Heroísmo. Iniciou na ilha Terceira uma influente família cuja presença na política se prolongou até anos recentes.
- 35 António José Vieira Santa Rita (Funchal, 1802 — Horta, 22 de dezembro de 1877), político que exerceu as funções de governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo de 6 de junho de 1848 a 8 de setembro de 1849. Foi também governador civil da Horta durante mais de duas décadas, nessas funções publicando um conjunto de notáveis relatórios sobre a vida económica e social das ilhas que compunham aquela circunscrição administrativa. Foi também deputado às Cortes e recebeu carta de Conselho.
- 36 Florêncio José da Silva Júnior (—), filho do general Florêncio José da Silva (Oeiras, 1788 — Lisboa, 1860) que fora governador militar de São Miguel, bacharel em Direito, secretário-geral do Governo Civil de Angra do Heroísmo e posteriormente magistrado judicial.
- 37 António Marcelino da Vitória (—), ou António Marcelino de Victória, da família dos barões de Tondela, sócio fundador do Grémio Literário, foi governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo de 18 de setembro de 1851 a 24 de abril de 1852.
- 38 Cassiano Sepúlveda Teixeira (Condeixa-a-Nova, 1823 — Lisboa, janeiro de 1901), jurista, bacharel pela Universidade de Coimbra, magistrado e político. Foi governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo (1858 a 1859), deputado às Cortes (1861 a 1864) e 25.º presidente do Tribunal da Relação de Lisboa (1890).

-
- 39 José Maria da Silva Leal (Lisboa, 8 de outubro de 1812 — Lisboa, 20 de março de 1883), escritor ligado à corrente final do romantismo português, dramaturgo, jornalista e político, autor de numerosas obras dramáticas de diversos géneros. Foi secretário-geral do governo civil do Distrito de Santarém e governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo (22 de maio de 1859 a 20 de janeiro de 1861), diretor da *Revista Universal Lisbonense* (1846-1847) e secretário da direção do Conservatório de Lisboa. Foi um dos fundadores do Grémio Literário. É considerado um mestre da língua portuguesa.
- 40 Jácome de Ornelas Bruges de Ávila Paim da Câmara (Angra, 14 de dezembro de 1833 — Funchal, 20 de janeiro de 1889), 2.º conde da Praia, fidalgo cavaleiro da Casa Real. Teve um longo percurso em cargos políticos e administrativos, entre os quais os de deputado, par do reino e governador civil. Governou por cinco vezes o Distrito de Angra do Heroísmo e foi durante 8 anos consecutivos governador civil do Distrito de Ponta Delgada. Pertenceu à Maçonaria.
- 41 Joaquim Taibner de Moraes (Marinha Grande, 10 de agosto de 1840 — Marinha Grande, 2 de abril de 1904), jurista e político que, entre outras funções, foi governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo (24 de outubro de 1865 a 9 de fevereiro de 1866 e desde agosto de 1866 a abril de 1867) e do Distrito do Porto (de 25 de outubro de 1890 a 17 de maio de 1892).
- 42 José Guilherme Pacheco (Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1823 — Porto, 7 de dezembro de 1889), advogado e político, deputado às Cortes e governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo (1865 a 1866). Senhor da Casa das Vinhas, em Nevogilde, que herdara de seu pai, foi presidente da Câmara Municipal de Paredes, ganhando pela sua ação o epíteto de *rei de Paredes*, tendo o município em 1927 erigido em sua homenagem uma estátua no jardim defronte dos paços do concelho. Foi um dos fundadores do *Jornal de Notícias* e benfeitor de múltiplas instituições locais, tendo financiado o restauro da capela de Nossa Senhora da Ajuda em Paredes.
- 43 António de Gouveia Osório (Castelo de Penalva, Vila Mendo, 25 de julho de 1825 — Castelo de Penalva, Vila Mendo, 4 de abril de 1915), fidalgo-cavaleiro da casa real e 1.º visconde de Vila Mendo, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra e grande proprietário. Foi governador civil de vários distritos, deputado e par do reino. Integrou o Conselho de Sua Majestade e foi conselheiro do Tribunal de Contas e sócio do Instituto de Coimbra.
- 44 Miguel Vaz Guedes de Ataíde (Vila Real, 8 de julho de 1829 — Guilhabreu, 1898), governador civil em diversos distritos, entre os quais o Distrito de Angra do Heroísmo (25 de fevereiro a 13 de setembro de 1869). Foi depois governador civil dos distritos de Faro e Viana do Castelo, no ano de 1870.
- 45 Rodrigo de Gouveia Lobo de Ávila (Santarém, 6 de agosto de 1839 — Leça da Palmeira, 10 de maio de 1887), jurista, magistrado e político. Entre outras funções, foi secretário-geral do Distrito de Faro e do Distrito de Angra do Heroísmo, no qual foi governador civil interino de 22 de setembro a outubro de 1862. Foi delegado do Procurador Régio em São João da Pesqueira e em Braga e juiz de direito.
- 46 Félix Borges de Medeiros (Ponta Delgada, 21 de junho de 1819 — Angra do Heroísmo, 14 de junho de 1872), governador civil do Distrito de Ponta Delgada (1851 a 1868) e do Distrito de Angra do Heroísmo (25 de outubro de 1869 a julho de 1870; e 20 de outubro de 1870 a maio de 1872). Foi durante o seu mandato como governador civil de Ponta Delgada que, em 1852, se iniciaram as lições no Liceu de Ponta Delgada, no seguimento de um edital por ele assinado a 21 de fevereiro daquele ano. Também no seu mandato se deu início, no ano de 1861, à construção do molhe do porto daquela cidade.
- 47 Manuel Augusto Coelho Borges (Angra, 26 de outubro de 1816 — Angra do Heroísmo (Sé), 1 de outubro de 1890), secretário-geral do Governo Civil de Angra do Heroísmo, vogal do conselho do Distrito e governador civil interino de 23 de julho a 20 de agosto de 1870. Estivera emigrado na Bahia, onde lecionara num colégio que adquirira em parceria com um irmão. Era militante do partido Legitimista (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 286-287).
- 48 Jacinto Belo da Fonseca e Sousa (Porto de Mós, 25 de fevereiro de 1841 — c. 1900), formado em Direito pela Universidade de Coimbra (1866), foi secretário-geral do Governo Civil de Angra do Heroísmo, agindo como governador civil interino de 20 de agosto a outubro de 1870. Foi administrador do concelho do Crato.
- 49 Estulano Inácio Parreira (Angra, 10 de junho de 1808 — Lisboa, 2 de dezembro de 1877), militar do Exército que se distinguiu no período da resistência liberal na Terceira e nos anos iniciais do regime constitucional. Foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1828. Foi vogal do Conselho de Distrito, servindo de governador civil.
- 50 Gualdino Alfredo Lobo de Gouveia Valadares (Lisboa, c. 1850 — Lisboa, c. 1911), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, alto funcionário e político que, entre outras funções, exerceu os cargos de secretário-geral (de 21 de agosto de 1872 a março de 1873) e governador civil substituto (27 de novembro de 1874 a 21 de abril de 1876) do Distrito de Angra do Heroísmo, de governador civil do Distrito de Faro (de 24 de fevereiro de 1880 a 30 de março de 1881) e de governador civil do Distrito de Ponta Delgada (de 30 de setembro de 1878 a 19 de junho de 1879 e de 30 de março de 1881 a 1 de julho de 1886). Terminou a sua carreira como contador-geral do Tribunal de Contas (1886) e depois adjunto do Tribunal de Contas (1886-1911).
- 51 Francisco de Albuquerque Pinto Mesquita e Castro (Castelo Branco, 8 de abril de 1841 — Castelo Branco, 21 de agosto de 1928), 3.º visconde de Oleiros, bacharel formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, foi um político que, entre outras funções, foi deputado às Cortes e governador civil de vários distritos, entre os quais o Distrito de Angra do Heroísmo (22 de março de 1873 a 27 de novembro de 1876) e o do Funchal (1 de maio de 1876 a 24 de novembro de 1877).
- 52 José Borges Leal Corte-Real (Angra do Heroísmo (Santa Luzia), 3 de outubro de 1819 — Angra do Heroísmo (São Pedro), 5 de janeiro de 1903), rico terratenente, descendente dos morgados de Sant'Ana, foi filho do 4.º e último morgado, António Borges Leal Corte-Real. Foi tenente do Batalhão de Artilheiros Voluntários e exerceu

vários cargos eletivos, entre os quais o de vereador e presidente da Câmara Municipal de Angra, destacando-se como dirigente do Partido Regenerador. Foi vogal do Conselho de Distrito de Angra do Heroísmo, onde foi governador civil interino em 1876. Foi comendador da Ordem de Cristo e da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e recebeu carta do Conselho (*cf.: Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, pp. 252-253).

- 53 O 2.º barão do Ramalho foi António da Fonseca Carvão Paim da Câmara.
- 54 O visconde de Bettencourt foi João de Bettencourt de Vasconcelos Correia e Ávila.
- 55 João de Bettencourt de Vasconcelos Correia e Ávila (Angra, 17 de agosto de 1835 — Lisboa, 26 de maio de 1903), 1.º visconde de Bettencourt, grande terratenente, empresário agrícola e político. Herdeiro de uma grande casa vincular de Angra, cuja cabeça era o palácio Bettencourt, era também administrador de vários vínculos e capelas na ilha Terceira e na ilha Graciosa. O título de 1.º visconde de Bettencourt foi-lhe concedido, em sua vida, por D. Luís I por Decreto de 13 de novembro de 1873 e Carta de 11 de julho de 1874. Não se repetiu na sua descendência, mas o seu filho secundogénito, Diogo de Bettencourt de Vasconcelos Correia e Ávila (Barcelos, 14 de abril de 1863 — Foz do Douro, 2 de junho de 1914) foi o 1.º e único conde de Correia Bettencourt.
- 56 O visconde das Mercês foi Cândido Pacheco de Melo e Meneses Forjaz de Lacerda, 1.º barão e 1.º visconde de Nossa Senhora das Mercês.
- 57 Cândido Pacheco de Melo e Meneses Forjaz de Lacerda (Lisboa, 22 de junho de 1837 — Angra do Heroísmo, 4 de setembro de 1900), fidalgo-cavaleiro da Casa Real, 1.º barão de Nossa Senhora das Mercês e 1.º visconde de Nossa Senhora das Mercês, foi um importante terratenente, administrador dos vínculos de Nossa Senhora das Mercês, um importante morgadio da ilha Terceira, e um influente político ligado ao Partido Progressista que por diversas vezes exerceu as funções de governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo. Foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (1878-1881).
- 58 O visconde de Sieuve de Menezes foi José Maria Sieuve de Menezes, depois 1.º conde de Sieuve de Menezes. O título foi criado por decreto de 4 de março de 1873, do rei D. Luís I. Foi extinto pela elevação do seu titular a 1.º conde de Sieuve de Menezes em 1893.
- 59 Conde de Sieuve de Menezes foi um título criado por decreto de 16 de novembro de 1893, do rei D. Carlos I, a favor do influente político angrense José Maria Sieuve de Menezes. Usaram o título: (1) José Maria Sieuve de Menezes, 1.º visconde de Sieuve de Menezes e depois 1.º conde de Sieuve de Menezes; (2) Raimundo Sieuve de Menezes, 2.º conde de Sieuve de Menezes; e (3) José Maria Sieuve de Menezes, 3.º conde de Sieuve de Menezes.
- 60 Afonso de Castro (Lamego, 11 de janeiro de 1824 — Leiria, 3 de maio de 1885), oficial do Exército, administrador colonial, político e jornalista que, entre outras funções, foi deputado às Cortes, governador de Timor (1859 a 1863), governador civil do Distrito do Funchal (1877 a 1879) e governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo (10 de maio de 1881 a 23 de maio de 1883).
- 61 Augusto Maria da Fonseca Coutinho (São Lourenço (Portalegre), 17 de novembro de 1857 — Portalegre, 1 de novembro de 1887), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado e político. Foi militante do Partido Regenerador e, entre outras funções, deputado às Cortes pelo círculo eleitoral de Portalegre (1881 a 1884) e governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo (de 10 de dezembro de 1884 a 28 de maio de 1885).
- 62 Pedro de Menezes Parreira (Angra do Heroísmo, 14 de setembro de 1840 — Angra do Heroísmo, 6 de janeiro de 1912), filho de Estulano Inácio Parreira, foi um empresário agrícola e político que, entre outras funções, foi vereador da Câmara Municipal e governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo (de 30 de junho a 26 de julho de 1889 e de 13 de março a 27 de maio de 1898). Com seu irmão José de Menezes Parreira (1847-1922), formou a ganadaria Pedro de Menezes Parreira & Irmão, que teve grande destaque na agropecuária terceirense.
- 63 João Carlos da Silva (Angra do Heroísmo, 8 de maio de 1842 — Angra do Heroísmo, 7 de novembro de 1930), rico proprietário e comerciante. Fundou várias empresas, uma delas pioneira no comércio de automóveis. Foi governador civil substituto do Distrito de Angra do Heroísmo, de 28 de outubro de 1890 a 2 de março de 1891 e de 19 de agosto de 1891 a 24 de setembro de 1892. Foi cônsul da Alemanha, vice-cônsul do Brasil, membro da Junta Geral de Angra e da comissão do Cofre da Caridade. Foi presidente da Associação Comercial de Angra do Heroísmo. Foi um grande numismata, possuidor de uma grande coleção de moedas portuguesas e brasileiras (*cf.: Genealogias da ilha Terceira*, vol. VIII, pp. 718-719).
- 64 Henrique de Sá Nogueira Vasconcelos (Lisboa, 12 de outubro de 1843 — Lisboa, 18 de abril de 1923), fidalgo cavaleiro da Casa Real e político da última fase da monarquia constitucional, que exerceu as funções de deputado às Cortes, governador civil de vários distritos e administrador do concelho de Portalegre. Foi governador civil de Angra de 2 de março a 17 de maio de 1891.
- 65 Henrique de Castro (Angra do Heroísmo, 18 de janeiro de 1851 — no mar entre São Miguel e Terceira, 28 de maio de 1923), grande comerciante e político, líder local do Partido Progressista. Foi governador civil substituto do Distrito de Angra do Heroísmo (de 18 a 31 de maio de 1891). Era agente consular dos Estados Unidos da América e vice-cônsul da Áustria e Inglaterra em Angra do Heroísmo.
- 66 Frederico Ferreira Campos (Benfica (Lisboa), 21 de janeiro de 1809 — Angra do Heroísmo, 9 de dezembro de 1892), comerciante e político. Veio para Angra como delegado da Companhia do Real Contrato do Tabaco, fixando-se na cidade, onde teve uma distinta carreira política. Foi vogal do Conselho do Distrito de Angra do Heroísmo, de que foi também de governador civil interino de 1 a 26 de junho de 1891. Foi presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Pai de Alfredo Luís Campos, o autor desta obra.
- 67 António Mariano da Silva Sarmento (Angra do Heroísmo (Conceição), 1 de junho de 1839 — Angra do Heroísmo (Sé), 8 de setembro de 1908), escriturário do escrívão da Fazenda no Concelho de Angra do Heroísmo, depois

delegado do Tesouro em Angra do Heroísmo. Foi governador civil substituto de 24 de setembro de 1892 a 27 de setembro de 1893 e de 13 de agosto de 1896 a 27 de janeiro de 1897. Foi vereador e por duas vezes presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (de 8 de julho a 18 de agosto de 1896 e de 24 de fevereiro de 1897 a 13 de janeiro de 1898), tendo no seu segundo mandato sido executada a escadaria que liga o Jardim Público à Memória, a qual desde 1898 ostenta o nome de Passagem Silva Sarmento. Foi agraciado com o grau de cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IX, pp. 90-91).

- 68 José Pimentel Homem de Noronha (Vila do Topo, 12 de abril de 1846 — Angra do Heroísmo, 28 de agosto de 1933), bacharel formado em Teologia e em Direito pela Universidade de Coimbra, proprietário, jornalista e político, que, entre outros cargos, foi presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo e deputado às Cortes. Foi líder do Partido Regenerador na ilha Terceira, mas entrou em dissensão com o partido e passou a orbitar na esfera do Partido Progressista, liderado pela família do seu sogro, pelo qual foi eleito deputado às Cortes.
- 69 Emídio Lino da Silva Júnior (Angra do Heroísmo, 10 de agosto de 1860 — Lisboa, 31 de março de 1936), engenheiro militar e político, que, entre outras funções, foi deputado às Cortes eleito pelo Partido Regenerador e governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo.
- 70 António da Fonseca Carvão Paim da Câmara (Angra, 18 de setembro de 1836 — Angra do Heroísmo, 13 de abril de 1907), 2.º barão do Ramalho, grande terratenente, jornalista e político que por diversas vezes foi governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo (12 de abril de 1876 a 11 de outubro de 1877; 31 de janeiro de 1878 a 3 de junho de 1879; e 17 de janeiro de 1890 a 8 de janeiro de 1891) e governador civil do Distrito de Ponta Delgada (de 11 de outubro de 1877 a 31 de janeiro de 1878). Foi fidalgo cavaleiro da Casa Real e comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.
- 71 O 1.º visconde da Aqualva foi Jacinto Carlos da Silva.
- 72 Jacinto Carlos da Silva (Angra do Heroísmo, 16 de setembro de 1872 — Angra do Heroísmo, 28 de janeiro de 1938), 1.º visconde de Aqualva, rico proprietário e grande comerciante, capitalista e político. Foi, entre outras funções, governador-civil do Distrito de Angra do Heroísmo (1901-1902), presidente da Câmara Municipal e presidente da Associação Comercial de Angra. Era primo direito de Jacinto Cândido da Silva, um importante político angrense dos anos finais da monarquia constitucional portuguesa.
- 73 O 2.º conde de Sieuve de Menezes foi Raimundo Sieuve de Meneses.
- 74 A Exposição Agrícola-Industrial Insular realizou-se em Angra no mês de outubro de 1863, tendo surgido na sequência da exposição de gado realizada em Angra, em 1862, por iniciativa do governador civil, ao tempo Jácome de Bruges, o 2.º conde da Praia, com atribuição de prémios. A Exposição Insular foi inaugurada a 29 de outubro de 1863, com sessão solene no Palácio dos Capitães-Generais, prolongando-se pelos dias 30 e 31 daquele mês. Terão sido mais de 10 000 os visitantes (cf.: *O Angrense*, n.º 1241, de 3 de novembro de 1863). Era promovida pela Sociedade Agrícola do Distrito de Angra do Heroísmo, a qual procurou a participação de todo o arquipélago, mas sem sucesso. Todavia, a imprensa defendeu a ideia de que, no futuro, fossem tentadas iniciativas que rodassem pelas capitais de distrito. Foi uma exposição virada essencialmente para objetos de artesanato e produtos agrícolas, tendo em conta o fraco desenvolvimento industrial da ilha Terceira. A realização de uma exposição que congregasse os três distritos açorianos apenas teve continuação em maio de 1878, quando se inaugurou na Horta uma exposição industrial e artística, por iniciativa do governador Júlio de Castilho, com vários exemplares de flora açórica, produtos agrícolas e manufaturas caseiras, com 184 expositores, maioritariamente das várias ilhas do distrito da Horta, mas com 7 da Terceira.
- 75 Fernando II (Viena, 29 de outubro de 1816 – Lisboa, 15 de dezembro de 1885), de nome completo Ferdinand August Franz Anton von Sachsen-Coburg-Koháry, foi o segundo marido da rainha D. Maria II e príncipe consorte de Portugal, de 1836 até 1837, altura em que se tornou rei de Portugal e dos Algarves por direito da sua esposa. Era o filho mais velho do príncipe Fernando de Saxe-Coburgo-Gota (Ferdinand Georg August von Sachsen-Coburg und Gotha) e da sua esposa, a princesa Maria Antónia de Koháry (Maria Antonie Gabriele Koháry de Csábrág et Sztitnya).
- 76 O 2.º conde da Praia da Vitória era Jácome de Ornelas Bruges de Ávila Paim da Câmara.
- 77 A Sociedade Agrícola do Distrito de Angra do Heroísmo, com sede em Angra, foi fundada em 1854 com o objetivo de desenvolver a agricultura. Teve grande atividade no período final da Regeneração, mantendo mesmo uma quinta experimental. Na sequência da Exposição Agrícola-Industrial Insular de 1863, publicou em 1864 *O Ecco Agrícola*, periódico de estudos agronómicos para os Açores, de que foi proprietário e redator João José da Graça Jr., secretário de direção daquela sociedade. Cessou a sua atividade a 28 de fevereiro de 1877.
- 78 *O Angrense* publicou-se em Angra do Heroísmo no período de 23 de setembro de 1836 a 16 de setembro de 1910. Com uma existência de 74 anos, constituiu-se num dos periódicos mais antigos e longevos do arquipélago. Apresentava um cariz fortemente partidário e ideológico, afirmando-se na fase final como «*A Folha do Partido Progressista Terceirense*». À época do encerramento da publicação, era proprietário e diretor Teotónio Simão Paim de Ornelas Bruges, sendo composto e impresso na Tipografia Sousa & Andrade.
- 79 A notícia e os relatórios referidos foram publicados no periódico *O Angrense*, n.º 1241, de 5 de novembro de 1863, e n.º 1242, de 12 de novembro de 1863.
- 80 Teve grande repercussão nos meios intelectuais açorianos a visita realizada ao arquipélago, de março a junho de 1868, pelo poeta ultrarromântico e publicista Raimundo António de Bulhão Pato. Iniciou a sua visita por São Miguel e nas cartas que publicou descrevendo a sua estadia naquela ilha teceu considerações sobre os missionários jesuítas de Nossa Senhora da Missão que então visitavam as paróquias micalenses (cf.: Bulhão Pato, *Dos Açores: cartas*. Ponta Delgada, Tip. da Voz da Liberdade, 1868), que desencadearam violenta reação

por parte de algum clero daquela ilha e culminaram num processo de averiguações administrativas (cf.: *Villa Franca do Campo, as cartas dos Açores e seu auctor Bulhão Pato*. Ponta Delgada: Typ. do Ecco Social, 1868). Aquela «missão», requerida por D. frei Estevão, bispo de Angra, trouxera à ilha de São Miguel, em dezembro de 1867, os padres jesuítas Carlos Rademaker, João Rebelo de Meneses e Castro, Luís Prosperi e José Guerreiro. Depois deste episódio em São Miguel, Bulhão Pato esteve na Terceira alguns dias na última semana do mês de junho, proferindo um recital de poesia no Palácio dos Capitães-Generais, em benefício do Grémio Literário, acompanhado por um concerto da banda de música de Caçadores n.º 10 e da cantora lírica Henriqueta Lauretti (cf.: *O Angrense*, números 1460, 1461 e n.º 1462, de 25 de junho, de 9 de julho e de 16 de julho de 1868, respetivamente).

- 81 Raimundo António de Bulhão Pato (Bilbau, 3 de março de 1828 — Monte da Caparica, 24 de agosto de 1912), poeta ultrarromântico, ensaísta e memorialista, sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. As suas Memórias, escritas em tom íntimo e nostálgico, são interessantes pelas informações biográficas e históricas que fornecem, retratando o ambiente intelectual português da última metade do século XIX. Visitou os Açores em 1868, tendo estado na Terceira a convite de Raimundo Sieuve de Meneses, 2.º conde de Sieuve de Meneses.
- 82 Francisco Rogério da Costa (Angra, 5 de setembro de 1822 — Angra do Heroísmo, 28 de agosto de 1886), cônego-honorário da Sé de Angra, orador sacro de grande nomeada, pregador régio e vigário da paróquia de Conceição da cidade de Angra do Heroísmo. Foi irmão do publicista e escritor Félix José da Costa.
- 83 Integradas num movimento de revivescência nacional face a uma nacionalidade considerada decaída, no último quartel do século XIX, por pressão das elites intelectuais e políticas, e com largo reflexo na imprensa, surgiram iniciativas visando a realização de comemorações nacionais assinalando o cumprir de centenários de figuras e acontecimentos relevantes para a nação portuguesa (cf.: Maria Isabel João, «Percursos da Memória: centenários portugueses no século XIX», in *Revista Camões*, n.º 8, pp. 124-38. Lisboa, 2000). Um desses eventos foi a comemoração do 1.º centenário pombalino, em 1882, com vastas celebrações nacionais (cf.: Rui Bebião, «O 1.º Centenário Pombalino (1882): Contributo para a sua compreensão histórica», in *Revista de História das Ideias*, vol. 4, tomo II. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1982). A esquerda liberal angrense, ligada ao setembrismo histórico, deu grande ênfase a estas celebrações nacionais, organizando cerimónias diversas na cidade.
- 84 Sebastião José de Carvalho e Melo (Lisboa, 13 de maio de 1699 — Pombal, 8 de maio de 1782), conde de Oeiras e marquês de Pombal, diplomata e estadista que exerceu as funções de todo-poderoso Secretário de Estado do Reino durante o reinado de D. José I (1750-1777). Considerado uma das figuras mais carismáticas da história portuguesa, claro representante do despotismo esclarecido do século XVIII, lançou várias reformas administrativas, económicas e sociais que mudaram a sociedade portuguesa. Proibiu a importação de escravos para Portugal a 12 de fevereiro de 1761, eliminou a discriminação dos cristãos-novos e, apesar de não a ter extinguido oficialmente, colocou a Inquisição portuguesa sob a autoridade régia. Criou a Real Mesa Censória em 1768, com o objetivo de transferir, na totalidade, para o Estado a fiscalização das obras que se pretendessem publicar ou divulgar no Reino, o que até então estava a cargo do Tribunal do Santo Ofício. A sua administração ficou marcada por três grandes eventos: o terramoto de 1755, que lhe deu o papel histórico de renovador arquitetónico de Lisboa; o Processo dos Távoras, uma intriga cortesã com consequências dramáticas e que alterou profundamente a relação entre a Coroa e a alta nobreza; e a expulsão dos jesuítas de Portugal e suas colónias.
- 85 Emitido no contexto da Viradeira, a reação ao governo do marquês do Pombal após a subida de D. Maria I ao trono, o Decreto dado em Queluz em 16 de agosto de 1781, perdoa a pena de morte a que fora condenado o marquês de Pombal, atendendo ao facto de este ter solicitado perdão régio e ter avançada idade. Mantém, contudo, a decisão de o obrigar a morar na sua Quinta de Pombal. O marquês pedira a exoneração dos seus cargos a 1 de março de 1777, o que lhe fora concedido a 4 de março daquele ano. Doente e em desgraça, a rainha permitira que conservasse o seu ordenado e a comenda de Santiago de Lanhoso (com os devidos rendimentos), mas forçava o desterro para a sua Quinta de Pombal, onde ficaria em prisão domiciliária.
- 86 O grande terramoto de Lisboa de 1755 provocou um maremoto no Atlântico Norte que atingiu com violência as costas da Terceira, com particular incidência no sueste e sul da ilha. O maremoto atingiu a Terceira entre as 9 e as 10 horas da manhã, cerca de 1 hora após o sismo ter sido sentido em Lisboa. Na costa da ilha, o mar «se elevou tanto em três contínuas marés ficando quase seca a sua profundidade por largo espaço». Após estas três vagas iniciais, a acalmia foi progressiva, já que «depois as seguintes foram moderando os acessos e recessos, até que foram ficando no seu natural pelo decurso da tarde». Na Praia, o maremoto demoliu 15 casas e a ermida de São Tiago no Porto Martins e, além de destruir barcos, terras, muros e vinhas, causou a morte de, pelo menos, seis pessoas. No Porto Judeu, as águas subiram 10 palmos acima das rochas do mar. Em Angra, o mar galgou para terra por três vezes até à Praça Velha, deixando os barcos em seco e destruindo todas as embarcações que se encontravam no Porto das Pipas. O refluxo das águas destruiu as muralhas da Alfândega e levou as madeiras que ali se encontravam (cf.: Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Ilha Terceira*, tomo II, pp. 262-267. Angra do Heroísmo, 1856).
- 87 «Canarins» era a designação dada aos nativos da região de Canará, no sudoeste da Índia, que incluía Goa e territórios limítrofes.
- 88 Mariana Vitória de Bourbon (Madrid, 31 de março de 1718 — Lisboa, 15 de janeiro de 1781), esposa do rei D. José I e rainha consorte de Portugal e Algarves de 1750 até 1777. Era filha de Filipe V de Espanha e de sua segunda esposa, Isabel Farnésio.
- 89 José Júlio de Bettencourt Rodrigues (Funchal, 8 de maio de 1843 — Lisboa, 9 de abril de 1893), cientista, académico e político. Bacharel em Filosofia e Matemática pela Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, foi professor no Liceu Nacional de Lisboa, professor do Instituto Comercial e Industrial e lente de Química da Escola Politécnica de Lisboa e do Instituto Industrial de Lisboa. Notabilizou-se pela introdução em Portugal dos modernos métodos da investigação em Química. Foi inspetor técnico das Contribuições Industriais, presidente

-
- do Mercado de Produtos Agrícolas e fundador da Secção de Fotografia da Direcção-Geral de Trabalhos Geodésicos, Topográficos, Hidrográficos e Geológicos do Reino. Foi ainda deputado às Cortes pela Índia e pelo Funchal e é autor de uma vasta obra sobre geodesia, mineralogia, cartografia e fotografia.
- 90 Sobre esta conferência leia-se: José Alves da Silva, *A Conferência do Dr. José Júlio Rodrigues*. Angra do Heroísmo, Typ. Minerva da Livraria Religiosa, 1892.
- 91 O Posto Meteorológico de Angra do Heroísmo foi criado em outubro de 1862, começando observações regulares a 1 de outubro de 1864. Esteve instalado numa torre de madeira colocado no lado oeste do claustro do Convento de São Francisco de Angra, aí funcionando até 1881, ano em que foi transferido para uma estrutura construída sobre a sineira oeste da igreja do Colégio de Angra. Em 1949 foi transferido para os terrenos do demolido palacete dos Condes da Praia, na parte alta de Santa Luzia, onde ainda funciona, agora como Observatório Meteorológico José Agostinho.
- 92 José Augusto Nogueira Sampaio (Angra, 11 de dezembro de 1827 — Angra do Heroísmo, 26 de julho de 1900), médico-cirurgião formado pela Universidade Católica de Lovaina, facultativo do Hospital do Santo Espírito e reitor do Liceu Nacional de Angra do Heroísmo. Distinguiu-se no campo da história natural, com destaque para a botânica e a meteorologia.
- 93 O Museu Terceirense foi a primeira e efémera experiência museológica que existiu nos Açores. Criado por alvará de 17 de março de 1877, foi o resultado da aplicação do Decreto de 28 de fevereiro de 1877, que aprovou o «*Regulamento da agricultura distrital*». Aquele diploma criava junto do Conselho de Agricultura de cada distrito um museu de instrumentos, máquinas e produtos agrícolas. O Museu Terceirense apenas foi inaugurado em 28 de novembro de 1879, sendo governador civil o 2.º conde da Praia da Vitória. Esta inauguração resultou da iniciativa do terceirense António José da Silva Sarmento, residente no Rio de Janeiro, que ofereceu um importante acervo inicial com espécimes da flora e fauna brasileira (cf.: Rui de Sousa Martins, «O Museu Terceirense. Benemerência Brasileira e Cultura Insular no século XIX», in *Ernesto do Canto. Retratos do Homem e do Tempo: Actas do Colóquio*. Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores, 2003). A coleção acabou integrada nas coleções pedagógicas do Liceu Nacional de Angra e em boa parte perdida ou dispersa.
- 94 António José da Silva Sarmento Júnior (Angra do Heroísmo, 1837 — Rio de Janeiro, c. 1900), filantropo, maçom e pioneiro da museologia. Emigrou para o Brasil, fixando-se no Rio de Janeiro, onde desenvolveu atividade comercial no ramo dos géneros secos e molhados e granjeou considerável fortuna. Em 1874 esteve na Terceira, estabelecendo a partir daí ligação com o 2.º conde da Praia, líder local do Partido Progressista. Dessa ligação resultou o seu empenho em questões filantrópicas locais e o ter sido o principal promotor da criação do Museu Terceirense (cf.: Maria Manuel Velasquez Ribeiro, «António José da Silva Sarmento Júnior», in Raquel Henriques da Silva (coord.), *Dicionário Quem é Quem na Museologia Portuguesa*, pp. 157-159. Instituto de História de Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2019).
- 95 O Conselho de Agricultura era um órgão da administração distrital criado pelo Decreto de 28 de fevereiro de 1877 que aprovou o «*Regulamento da agricultura distrital*». O Conselho era presidido pelo governador civil e tinha como vogais o agrónomo e o intendente de pecuária distritais e dois membros eleitos pela Junta Geral. O objetivo era «o progressivo melhoramento das condições agrícolas do seu respetivo distrito» (artigo 2.º do diploma). Com esse fim, determinava-se (artigo 3.º) que haveria em cada distrito uma «*quinta de agricultura*» a qual teria como estabelecimentos anexos: um depósito de animais reprodutores; um museu de instrumentos, máquinas e produtos agrícolas; e um laboratório de química e biblioteca agrícola. Era igualmente determinado que se realizariam «em todos os distritos exposições ou concursos dos diversos produtos da agricultura, terminando pela reunião de congressos agrícolas». Por aquele diploma também se criavam cursos agrícolas, professados pelo agrónomo e pelo intendente de pecuária distritais.
- 96 Eduardo Augusto de Sousa Ribeiro (Angra do Heroísmo, 3 de dezembro de 1848 — Lisboa, 20 de fevereiro de 1915), jornalista e músico que se destacou pelas suas recolhas de música popular açoriana e como fundador, proprietário e redator do periódico *Portugal, Madeira e Açores*. Compositor talentoso, musicou o drama sacro *O Martyr do Japão*, de José Maria Leite Pacheco, peça que teve assinalável sucesso. Fixou-se em Lisboa, como funcionário do Ministério da Marinha (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, pp. 401-402).
- 97 Filipe Augusto da Luz Lobo (Peniche (São Sebastião, Serra d'El-Rei), c. 1844 —), oficial do Exército. Foi um dos fundadores do Corpo de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo, de que foi dirigente. Era filho do coronel Francisco de Paula da Luz Lobo que foi governador do Castelo de São João Baptista (1870-1875).
- 98 Manuel Alves de Bettencourt (Angra do Heroísmo (Sé), 14 de janeiro de 1840 — Angra do Heroísmo (Santa Luzia), 14 de julho de 1906), comerciante, vereador da Câmara Municipal de Angra e presidente da direcção do Asilo de Mendicidade em 1901. Distinguiu-se na luta contra a extinção da moeda açoriana.
- 99 Adriano Augusto dos Santos (Angra do Heroísmo (Sé), c. 1857 — Angra do Heroísmo (Sé), d. 1910), escrivão intérprete da Estação de Saúde de Angra do Heroísmo. Foi nomeado inspetor de incêndios da Câmara Municipal de Angra, cargo de que se demitiu em 1902 em protesto pela aprovação de um regulamento municipal que transferia boa parte das suas competências para o comandante do corpo municipal de bombeiros.
- 100 Francisco Cardoso Gaspar (Vila Nova, 27 de novembro de 1870 — Fundão (Soalheira), d. 1911), comerciante e proprietário, vogal da Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, comandante do Real Corpo de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo (extintos em 1902) e depois do Corpo Municipal de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo.
- 101 O Hospício Angrense era o Asilo de Mendicidade instalado nos baixos do Convento das Concepcionistas.
- 102 O lugre *Príncipe da Beira*, de 275 toneladas, naufragou na baía de Angra no dia 12 de outubro de 1896. Os seus 7 tripulantes foram salvos pela ação dos bombeiros de Angra, tendo em consequência o corpo de bombeiros

angrense sido distinguido pelo Instituto de Socorro a Náúfragos.

103 Hoje mais conhecida por Serra do Morião.

104 Hoje mais conhecida por Grota da Chouriça (no Caminho Velho de Santo Amaro).

105 O Palácio dos Capitães-Generais.

Capítulo XXX

O convento dos franciscanos em Angra. O Liceu. Padre Jerónimo emiliano de Andrade e o seu centenário. Reitores do Liceu e professores, notas biográficas. Seminário angrense e seus professores, notas biográficas. Escola de Desenho Industrial e seus professores, notas biográficas. Escola Distrital e seus professores, notas biográficas

No dia 6 de março de 1666 teve lugar o lançamento solene da pedra fundamental da nova e majestosa igreja dos franciscanos.

Frei Fernando da Conceição Naranjo,¹ terceirense, concorreu para a edificação deste importante templo angrense e ampliação do primitivo convento.

O novo templo concluiu-se em 1672, despendendo-se na sua construção e na ampliação do convento 13:044\$000 réis.

No 1.º de outubro deste ano teve lugar a bênção solene, feita pelo bispo D. Frei Lourenço de Castro,² primeiro bispo nomeado para os Açores depois da aclamação de D. João IV.

Extintas as ordens religiosas, pelo decreto de 30 de maio de 1834,³ foi o convento destinado, por portaria de 24 de janeiro de 1835,⁴ para nele se estabelecerem todas as aulas públicas, as quais só em março de 1845, principiaram ali a funcionar.

*

O Liceu — Criado por decreto de 20 de setembro de 1844,⁵ houve necessidade de se proceder a obras, e por isso em 1851, é que ficou definitivamente estabelecido em parte deste importante edifício.

A 16 de outubro de 1851 foi solenemente inaugurado este estabelecimento de instrução, e no 1.º de outubro de 1860 foi inaugurada a biblioteca, como consta dos autos existentes na respetiva secretaria.

Cinco têm sido até hoje os reitores do Liceu Nacional de Angra:

- 1.º — Padre Jerónimo Emiliano de Andrade. Foi incontestavelmente um dos filhos mais diletos da ilha Terceira, e cuja memória os terceirenses

muito estremecem. Sacerdote ilustrado e virtuoso, liberal convicto, o padre Jerónimo prestou inolvidáveis serviços à pátria, à religião, à liberdade e à instrução popular.

Nascendo no ano da Revolução Francesa, a Providência destinara-o para ser, no baluarte da liberdade portuguesa, um fervoroso apóstolo da ideia nova, o que lhe valeu o título de *«pregador dos constitucionais»*.

Por isso foi perseguido, tendo de emigrar para as ilhas do Faial e Graciosa, regressando à ilha Terceira, quando estabelecido definitivamente o regímen liberal, continuando então a exercer missão de professor.

Escreveu e publicou vários compêndios sobre diversas matérias para o ensino público, e também escreveu e publicou a *Topographia da ilha Terceira*.

Em 14 de setembro de 1888, os representantes da imprensa terceirense, reuniram-se em sessão extraordinária, para deliberar sobre a comemoração do centenário do nascimento do eminente escritor, insigne mestre e benemérito terceirense, padre Jerónimo Emiliano de Andrade, para o que e nomeou uma comissão de jornalistas.

A comissão ficou composta pelo dr. José da Fonseca Abreu Castelo-Branco, presidente, dr. Jacinto Cândido da Silva, João Hermeto Coelho de Amarante, António Mariano de Sousa, Frederico Augusto da Silva, José Joaquim Pinheiro, Luís da Costa, Francisco Pacheco Vieira,⁶ e Alfredo Luís Campos, secretário.

A ideia da comemoração deste centenário foi apresentada pelo distinto terceirense, laureado escritor e jornalista, Augusto Ribeiro,⁷ ilustrado oficial da repartição do Ministério da Marinha.

O auto desta comemoração solene foi:

«No ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e oitenta e nove, quadragésimo segundo ano do falecimento do benemérito terceirense e eminente escritor padre Jerónimo Emiliano de Andrade, se reuniram em sessão pública e

solene, na sala dos atos do Liceu Nacional de Angra do Heroísmo, os representantes da imprensa periódica desta cidade, com as autoridades, tribunal e corporações administrativas, devidamente representadas, Junta Governativa, autoridade judicial, corpo consular, subinspetor de instrução secundária, o corpo docente do Liceu e o do Seminário Diocesano, dignidades, cônegos da Sé Catedral e outros reverendos eclesiásticos, oficiais militares, funcionários públicos, alunos da instrução secundária e primária e mais cidadãos, que compuseram o cortejo cívico, que hoje saiu do Paço Municipal, pelas onze horas da manhã, para prestar a tão ilustre varão as devidas homenagens de respeito, fazendo colocar na casa número dezasseis da rua de Jesus, onde viveu e faleceu aquele eminente vulto, uma lápide cuja inscrição diz: «— Nesta casa faleceu o benemérito terceirense padre Jerónimo Emiliano de Andrade. Nasceu a 30 de setembro de 1789 / Honrou a pátria e as letras / Faleceu a 11 de dezembro de 1847 —» e seguindo depois para o cemitério de Nossa Senhora do Livramento, onde repousam os seus preciosos restos, se depositou uma coroa de saudosa recordação pela sua veneranda memória, no mausoléu, que lhe foi erigido, em dezoito de dezembro de mil oitocentos e cinquenta, pelo conselheiro Nicolau Anastácio de Bettencourt. Aberta a sessão discursaram alguns alunos do liceu, enumerando, em eloquentes e entusiásticas frases, os merecimentos daquele que, humilde pelo nascimento, se tornou um benemérito da pátria pelos dotes da sua altíssima inteligência, da sua alma aberta a todos os sentimentos grandiosos e humanitários, do seu acrisolado civismo e amor pela liberdade e instrução popular. E para que aos vindouros chegue memória deste ato festivo, testemunho glorioso da gratidão de um povo, se lavrou o presente auto, que depois de lido vai ser por todos assinado. — Eu, Alfredo Luís Campos, secretário da comissão da imprensa, o fiz escrever, subscrevo e assino».

À noite houve um brilhante sarau músico-literário no salão nobre da Câmara Municipal.

O jornal *O Industrial*, que então publicávamos, arquivou tudo o que se passou, e o que escreveu a imprensa periódica. A coleção está na biblioteca da Câmara de Angra.

A biografia do padre Jerónimo existe escrita pelo seu amigo íntimo, terceirense, o padre Mariano Constantino Homem,⁸ e por José Augusto Cabral de Melo.⁹ O primeiro foi professor de latim, latinidade e português no liceu, e o segundo foi escrivão da Câmara Municipal de Angra.

- 2.º — António Moniz Barreto Corte-Real, terceirense, bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra, filho de João Moniz Corte-Real¹⁰ e de D. Mariana Isabel de Sá,¹¹ nasceu a 8 de dezembro de 1804.

Era justamente considerado pelo seu superior talento e cabedais conhecimentos. Honrou a pátria e as letras.

Tomou o grau de bacharel em 1831. Foi professor proprietário da cadeira de aritmética e geometria, geografia e cronologia da cidade de Évora até 1834. Voltando neste ano para a ilha Terceira, foi nomeado professor da terceira e quarta cadeiras do Liceu de Angra do Heroísmo, em 1847, e no ano seguinte comissário dos estudos e reitor do mesmo liceu.

Exerceu com superior distinção, por diversas vezes, os cargos de vereador da Câmara Municipal, vogal da Junta Geral e do conselho de distrito, e o de juiz substituto do de Direito. Para subsídio da instrução primária, escreveu ou compilou vários livros.¹² É de elevado apreço o seu livro *Belezas de Coimbra*.¹³ Colaborou em vários jornais angrenses e foi o fundador do jornal literário *O Lyceo*,¹⁴ que se principiou a publicar em 1857.

Quando em 3 de março de 1845 se lançou a pedra fundamental do monumento de D. Pedro IV, era o dr. António Moniz Barreto Corte-Real vice-presidente da Câmara Municipal. O brilhante discurso que pronunciou neste ato solene, é a prova inconcussa dos seus sentimentos patrióticos e liberais.

Faleceu em 23 de setembro de 1888.

- 3.º — Dr. José Augusto Nogueira Sampaio, terceirense, filho do cirurgião de brigada reformado Manuel Gomes de Sampaio¹⁵ e de D. Guilhermina Cândida Nogueira Sampaio,¹⁶ nasceu a 11 de dezembro de 1827.

Discípulo laureado do exímio professor padre Jerónimo Emiliano de Andrade, e do ilustrado terceirense, o deão António Narciso da Fonseca,¹⁷ foi aos 15 anos de idade matricular-se na Universidade de Coimbra, a fim de seguir o curso de Medicina, fazendo ato nas Faculdades de História e Filosofia em outubro de 1846, em consequência de serem interrompidas as aulas da Universidade, devidos aos acontecimentos políticos do Minho.

Receando a continuação do movimento revolucionário foi para a Bélgica em 1847, para seguir a carreira de Medicina, matriculando-se na Universidade de Louvain. Foi discípulo dos sábios [Pierre-Joseph] van Beneden,¹⁸ Theodor Schwann,¹⁹ [Eugène] Hubert,²⁰ e [Etienne-Michel] van Kempen.²¹

Em 1850 completava o curso de Doutorado, sendo graduado com o título de maior distinção, defendendo teses públicas, em cujo ato foi aprovado por aclamação (*stante pede*), de que se lhe mandou passar um diploma especial, além da sua carta de formatura, a qual foi referendada pelo embaixador português em Bruxelas. Prestou valiosos serviços no Hospital Civil de Louvain.²²

Em 1850 voltou para Portugal, e requereu exame de habilitação para exercer clínica no país, e devendo este exame durar oito dias, foi plenamente aprovado no fim de quatro.

Em dezembro deste ano regressou à ilha Terceira, sua pátria, o laureado médico, que tinha de ser uma glória açoriana. Contava 24 anos de idade.

Foi médico do hospital civil, delegado de saúde, guarda-mor de saúde, e pelos seus serviços foi nomeado cirurgião ajudante dos corpos do Exército, e mais tarde cirurgião honorário.

Em 1867 foi nomeado professor proprietário do Liceu Nacional de Angra do Heroísmo, lugar que exerceu até 1896.

Exerceu com elevada competência os cargos de vereador da Câmara de Angra e de procurador à Junta Geral do Distrito. Foi o diretor do Posto Meteorológico de Angra, sendo os seus trabalhos muito apreciados pelos observatórios de Utrecht e americanos.

Era sócio da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Sociedade Farmacêutica Lusitana, da Sociedade de Arquitetos e Arqueólogos Portugueses e da Société Indo-Chinoise de Paris, cavaleiro da Ordem da Conceição e comendador da Ordem de Cristo.

Faleceu a 26 de julho de 1900.

- 4.º — João Álvaro de Brito de Albuquerque,²³ graciosense, bacharel em direito pela Universidade de Coimbra, em 1873. Nasceu em 13 de março de 1850.

É um cavalheiro respeitável pela sua ilustração, e pelas excelentes qualidades que superiormente o distinguem.

Amando em extremo a formosa ilha Graciosa, sua terra natal, tem sido incansável em advogar os seus interesses e concorrer para o seu desenvolvimento e prosperidades.

A causa açoriana muito lhe deve, pois, o dr. João Álvaro, foi na imprensa, onde é jornalista distinto, um devotado apóstolo para o conseguimento da autonomia administrativa dos Açores.²⁴

A mocidade académica encontrou sempre nele um protetor desvelado, um solícito amigo, e a instrução um amante dedicado.

- 5.º — Frederico Augusto Lopes da Silva,²⁵ terceirense, farmacêutico pela Universidade de Coimbra, reitor interino.

É um dos membros mais distintos do jornalismo terceirense. Desde bem novo que se dedicou do coração à defesa da causa popular, e com ela aos desta sua terra, que muito ama e preza, dando-lhes devotadamente toda a sua atividade, toda a sua energia, todo o seu robusto talento.

Em uma época de patriótica luta, que se levantou na ilha Terceira, em 1891, contra a unificação da moeda dos Açores²⁶ com a continental, luta em que todas as ilhas açorianas entregaram a defesa dos interesses do Arquipélago, aos terceirenses, em quem muito confiavam, foi Frederico Lopes incansável, como secretário da comissão de vigilância e resistência. A luta com o governo foi grande, mas a ilha Terceira ficou vitoriosa.

Como reitor interino do liceu, deixa o ilustrado jornalista um importante melhoramento, que torna notável a sua passagem por esta casa de instrução: é o estabelecimento do ginásio, inaugurado solenemente no dia 16 de junho de 1902, dia duplamente festivo para o mesmo liceu, pela colocação solene do retrato do falecido reitor dr. José Augusto Nogueira Sampaio.

O professor do mesmo liceu, sr. dr. Manuel António Ferreira Deusdado, foi, a convite do respetivo conselho, encarregado do discurso nesta festa solene, discurso que o distinto e ilustrado professor publicou em folheto,²⁷ e que gentilmente ofereceu a todas as pessoas, que se achavam presentes.

À noite, na inauguração do ginásio, pronunciaram discursos e recitaram poesias vários académicos.

Frederico Lopes é hoje secretário da repartição da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo.

Era o presidente da mesma Junta na ocasião da visita de Suas Majestades.

Em 1896 e 1897 foi presidente da Câmara Municipal da muito notável vila da Praia da Vitória.

Nasceu no 1.º de dezembro de 1863, e completou o curso de farmacêutico a 23 de junho de 1887.

Nesta casa de instrução têm os académicos realizado em diversas épocas, palestras literárias, havendo-se sempre por forma honrosa.

O liceu está hoje estabelecido no solar do falecido visconde de Bettencourt, que o governo comprou para residência do prelado, enquanto se não restaurasse o antigo paço episcopal.

O número de alunos matriculados no liceu no ano letivo 1902-1903 é de noventa e oito.

Assim, todo o edifício do extinto convento dos franciscanos, foi entregue, em 1901, ao Seminário angrense, que é hoje um dos primeiros estabelecimentos, no seu género, do país.

Os professores que atualmente regem as cadeiras do Liceu são:

- Germano César de Moraes Pereira Sarmiento²⁸ — nasceu em Lisboa em maio de 1836. Foi aluno distinto da Academia das Belas Artes de Lisboa, de que tem um diploma em que lhe foi adjudicado, em concurso, a honra do *accessit*, em 1858.

Nomeado desenhador das Obras Públicas de Coimbra em 1859, foi transferido para igual cargo, para Angra do Heroísmo em 1860.

Nomeado professor provisório de desenho do Liceu Nacional desta cidade, foi colocado definitivamente em 5 de março de 1880.

Por decreto de 23 de fevereiro de 1875 foi classificado e colocado no extinto corpo dos arquitetos auxiliares do corpo de engenharia civil.

Por várias vezes exerceu o cargo de reitor, na vaga ou impedimento do próprio.

É sócio correspondente da Associação dos Arquitetos Civis Portugueses.²⁹

- Padre Eugénio Augusto de Oliveira³⁰ — micaelense, nasceu aos 21 de novembro de 1852.

Frequentou várias aulas do Liceu Nacional de Ponta Delgada desde 1867 a 1870, e deste ano até 1874 foi empregado do comércio, e aplicou-se ao estudo das línguas francesa e inglesa.

Em 1874 abandonou a carreira comercial, foi novamente para o liceu a fim de concluir os preparatórios necessários para tirar o curso teológico no Seminário angrense, e seguir a vida sacerdotal.

Em 1877 dava entrada no Seminário, como aluno interno, sendo distinto e premiado nos três anos do curso. Faltando-lhe como preparatório o exame do 2.º ano de geografia, cronologia e história, fê-lo como aluno do Liceu Nacional de Angra.

Foi ordenado presbítero em 18 de setembro do 1880. Foi prefeito do Seminário desde 1880 a 1887, e nessa casa de instrução regeu temporariamente a aula de francês, sendo nomeado professor de instrução secundária do mesmo Seminário em 17 de outubro de 1881, lugar que exerceu até 1888. Também ali exerceu os cargos de secretário, de professor de liturgia e de civilidade, e de fiscal da administração daquele estabelecimento.

Em 1888 foi nomeado vice prior da igreja paroquial de Senhora da Apresentação³¹ na ilha de São Miguel.

Por decreto de 8 de novembro de 1888 foi nomeado, precedendo concurso, professor das disciplinas do 4.º grupo deste Liceu Nacional, tomando posse em 31 de dezembro. Tem exercido por vezes as funções de reitor no impedimento ou vacância do próprio. É jornalista.

- Manuel António Ferreira Deusdado³² — doutor em Filosofia e Letras, *honoris causa*, pela Universidade Católica de Louvain, é natural de Rio Frio³³ e nasceu a 7 de abril de 1860.

Foi professor do liceu de Lisboa, e também lente auxiliar do Curso Superior de Letras.

E atualmente professor de história e geografia do Liceu Nacional de Angra do Heroísmo.

Como delegado do governo português, assistiu em 1890 ao Congresso Penitenciário Internacional de São Petersburgo, sendo eleito vice-presidente de honra, e em 1892 assistiu ao terceiro Congresso de Antropologia Criminal de Bruxelas, sendo eleito presidente de honra.

É sócio benemérito da Academia Real das Ciências de Lisboa, sócio da Real Academia de História de Madrid, e comendador da Ordem Imperial de Santo Estanislau da Rússia.

Tem escrito e publicado várias obras, que alcançaram as mais honrosas referências tanto no país como no estrangeiro.

Na ilha Terceira tem colaborado em vários jornais apresentando artigos históricos e *Lendas Açorianas*.³⁴

- José Augusto dos Santos³⁵ — terceirense, nasceu em 26 de março de 1875.

Foi aluno distinto deste liceu. Frequentou a Escola Politécnica de Lisboa. É professor do 6.º grupo. Foi nomeado em 22 de abril de 1898 para o Liceu Nacional de Lamego e transferido para o de Angra do Heroísmo em 1902.

- Padre António Mariano de Sousa³⁶ — florentino, nasceu a 18 de maio de 1842. Foi aluno distinto do Liceu e Seminário de Angra do Heroísmo.

Ordenado presbítero em 1867, foi apresentado pároco na igreja matriz da Vila do Porto, ilha de Santa Maria, em 1872, e em 1877 na igreja paroquial de Santa Luzia desta cidade.

Foi-lhe concedida a distinção de desembargador honorário da Relação Patriarcal em 16 de julho de 1881, e agraciado por Leão XIII com o título de Monsenhor e Capelão de Sua Santidade em 1893.

É examinador pro-sinodal; é professor provisório da cadeira de português e latim deste liceu desde 1880. É um dos mais considerados e esclarecidos oradores sagrados açorianos. Tem colaborado em vários jornais do Arquipélago.

- José da Silva Maia³⁷ — terceirense, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, nasceu aos 9 de maio de 1857.

É professor provisório do liceu desde 1883, e secretário do mesmo Liceu desde o falecimento de seu pai, José Francisco Maia,³⁸ em 1887, professor que foi das línguas francesa e inglesa.

Tem exercido os cargos de juiz, 1.º substituto do de Direito, nesta comarca, vogal efetivo do Conselho de Distrito, vogal da Junta Geral e vereador da Câmara Municipal angrense.

- Padre José Pedro Soares — micaelense, nasceu aos 29 de março de 1842.

Foi aluno distinto do Liceu Nacional de Ponta Delgada e do angrense. Ordenou-se presbítero em 1868. Foi nomeado capelão da Sé Catedral em 1865 e exerceu o lugar de mestre da capela desde 1879 a 1902.

É capelão, confessor e síndico do Recolhimento das Mónicas desde 1869. Tem sido incansável em promover os importantes melhoramentos materiais realizados naquele recolhimento e igreja própria.

Foi nomeado professor provisório deste Liceu em 1880, lugar que exerce até hoje, tendo lecionado as cadeiras de filosofia, latim, latinidade e história. É professor do Seminário angrense desde 1891 e examinador pro-sinodal desde 1889.

- Estácio Garcia Utra³⁹ — terceirense, tenente-coronel do Regimento de Infantaria n.º 25, oficial da Ordem de Avis e condecorado com a Medalha de Comportamento Exemplar, nasceu aos 7 de fevereiro de 1851.

Completo o curso da Escola do Exército em 1873 e regressou a Angra a 29 de janeiro de 1874. É professor provisório da cadeira de matemática deste Liceu desde 1897.

- António de Amorim Pires Toste⁴⁰ — terceirense, engenheiro civil, nasceu a 19 de março de 1866.

É diretor das Obras Públicas da Junta Geral deste distrito, professor provisório auxiliar do 5.º e 6.º grupo deste Liceu, vogal correspondente do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais e membro da comissão distrital de estatística.

Como jornalista tem colaborado em vários jornais angrenses.

- Diogo Paim de Bruges⁴¹ — terceirense, nasceu a 26 de julho de 1866.

Tem o curso do Real Colégio Militar, e diversas cadeiras da Escola Politécnica de Lisboa e da Universidade de Coimbra.

Foi administrador do concelho e comissário de polícia de Angra do Heroísmo desde 1897 a 1900.

É professor provisório da cadeira da língua inglesa, e tem regido a cadeira de matemática.

É jornalista, e tem colaborado em vários jornais de Lisboa e de Angra.

*

O Seminário Angrense — Foi solenemente inaugurado,⁴² em 9 de novembro de 1862, em parte deste extinto convento.^a

Por decreto de 31 de maio de 1861, e segundo o decreto de 26 de agosto de 1859, que criava quatro canonicatos com ónus de ensino nos seminários, foram nomeados os cônegos José Maria Pacheco de Aguiar,⁴³ dr. José da Fonseca Abreu Castelo-Branco, dr. Joaquim Alves Mateus,⁴⁴ dr. João Albertino da Silva Pereira.⁴⁵

Em 1878 foi estabelecido o curso interno de preparatórios, com os programas e livros adotados pelo governo. Neste curso e no de teologia tem a lecioná-los dez professores, constituindo os dois cursos dezanove cadeiras.

A biblioteca, embora modesta, vai progredindo. O museu de história natural inaugurado em outubro de 1900 foi doação do dr. José Augusto Nogueira Sampaio, na parte que diz respeito à coleção de exemplares de aves e mineralogia.

A importante coleção de concologia foi oferecida pelos seus distintos filhos José Augusto da Silva Sampaio e dr. Alfredo da Silva Sampaio. O ilustrado naturalista e distinto major Afonso Chaves⁴⁶ tem também ofertado ao modesto museu alguns exemplares mineralógicos.

Este estabelecimento de instrução é incontestavelmente um dos primeiros do país, e ao seu ilustrado ex-vice-reitor, o atual bispo de Macau, o sr. D. João

^a Era bispo D. Frei Estêvão de Jesus Maria. A oração de sapiência foi recitada pelo cônego José Maria Pacheco de Aguiar, terceirense. Em seguida houve solene festividade a Nossa Senhora da Guia, orago da igreja. Foi orador o cônego dr. Joaquim Alves Mateus.

Paulino de Azevedo e Castro, açoriano picoense, se devem muitos dos importantíssimos melhoramentos nele realizados.

No ano letivo de 1902-1903, matricularam-se 168 alunos internos e 10 externos.

É seu vice-reitor interino o ilustre terceirense:

- Padre José dos Reis Fisher — bacharel em teologia e direito pela Universidade de Coimbra, em 1885, foi aluno distinto do Liceu e Seminário de Angra e ordenado presbítero em 1879.

Nasceu aos 23 de julho de 1856.

É deão da Sé Catedral de Angra do Heroísmo, vigário-geral do bispado e professor do Seminário.

Foi governador e vigário capitular do bispado. É vogal da Junta Geral deste distrito, e foi vogal do Conselho de Distrito.

- Padre João Pereira Dâmaso — nasceu na Ribeira Grande em 14 de maio de 1867.

Tem o curso secundário e teológico do Seminário de Angra. Foi ordenado de presbítero em dezembro de 1889, na vila da Chamusca. É professor do Seminário desde 1890. Foi familiar do prelado D. Francisco Maria de Sousa do Prado de Lacerda⁴⁷ e seu secretário na visita pastoral de 1890-1891 às ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge e São Miguel.

É cônego com ónus de ensino, por decreto de 30 de novembro 1899. Como jornalista tem colaborado em vários jornais.

- Padre José Emílio Augusto⁴⁸ — nasceu a 5 de maio de 1871, na Urzelina, concelho das Velas, ilha de São Jorge. Foi ordenado de presbítero no 1.º de outubro de 1899. É secretário e professor do Seminário, regendo atualmente as cadeiras de matemática e ciências naturais.

Como não pudemos obter as notas biográficas dos restantes professores deste importante estabelecimento, não obstante as havermos solicitado, limitamo-nos, para não nos afastarmos do caminho encetado, a arquivar simplesmente os seus nomes:

- Cónego António Maria Ferreira, cónego José de Medeiros do Amaral,⁴⁹ cónego Cristiano de Jesus Borges,⁵⁰ padre José Pedro Soares (deste respeitável sacerdote já está feita referência como professor do Liceu), padre António Botelho de Lima,⁵¹ Dr. Albano Maciel,⁵² Dr. António Manuel de Amaral Vasconcelos,⁵³ e cónego José Bernardo de Almada.⁵⁴ Este último está completando a sua formatura na Universidade de Coimbra.

*

Escola de Desenho Industrial António Augusto de Aguiar⁵⁵ — em Angra do Heroísmo, foi criada pela Junta Geral do distrito, em 26 de maio de 1885, principiando a funcionar neste mesmo ano sob a direção do professor Ciríaco Tavares da Silva,⁵⁶ tendo o governo concedido toda a mobília e utensílios, a instâncias mesma Junta e do governador civil, ao tempo o falecido dr. Augusto Maria da Fonseca Coutinho.

Depois de repetidas instâncias dos governadores civis que estiveram à frente do distrito desde esta época até 1889, passou a escola para o cargo do governo em 31 de outubro deste ano [de 1889],⁵⁷ mandando-a incluir no quadro das escolas oficiais da Circunscrição do Sul, nomeando professor Ciríaco Tavares da Silva, e guarda José Gonçalves Lestinho.⁵⁸

A frequência e aproveitamento dos alunos desta escola eram importantes, como [consta] das informações existentes na inspeção competente, e a documentá-los tinham os trabalhos de ornato a claro e escuro e os trabalhos de talha em madeira enviados para a exposição industrial.

Não obstante tudo isto, foi a escola suprimida pela reorganização do ensino industrial de 8 de outubro de 1891.⁵⁹

Desde esta época até 1896, continuou o professor a sustentar à sua custa a escola, e o guarda a prestar gratuitamente os seus serviços, não se podendo conseguir do governo o continuar a sustentar a mencionada escola, devido à um acinte político. A Câmara Municipal angrense, que havia oferecido a casa para a escola continuou a fazê-lo, com reconhecimento geral da classe artística.

Não se podendo proceder, durante este período, a exames oficiais, deram os alunos provas públicas perante o governador civil, conselheiro José Inácio de Almeida Monjardino, o presidente da Câmara, Manuel Alves de Bettencourt, e o diretor das Obras Públicas, o engenheiro João de Mendonça Pacheco de Melo, sendo satisfatórios os resultados destas provas.

Estabelecida a autonomia administrativa do distrito, por decreto de 6 de outubro de 1898,⁶⁰ foi a escola restaurada pela Junta Geral em 1899, sendo estabelecida no edifício do governo civil, passando mais tarde para uma casa arrendada pela Câmara Municipal, e atualmente para uma casa doada⁶¹ pela senhora baronesa de Teixeira,⁶² que igualmente ofereceu todo o material para as oficinas de serralharia e labores, que foram inauguradas em 15 de janeiro de 1902.

Os professores são:

- Ciríaco Tavares da Silva — micaelense, nasceu aos 16 de março de 1862. É diretor e professor da Escola de Desenho Industrial, comendador da Ordem Civil de Mérito Industrial, e cavaleiro da Real Ordem Militar de Cristo. Rege interinamente a cadeira de desenho no Liceu, no impedimento do professor proprietário. Foi aluno distinto do Liceu de Angra. Foi nomeado professor da escola aos 28 de julho de 1899.
- Álvaro de Castro Menezes⁶³ — terceirense, nasceu aos 9 de fevereiro de 1876.

Em 1899 concluiu com distinção o curso de desenho histórico na Academia das Belas Artes do Porto, continuando nos cursos de pintura e escultura, que interrompeu para vir ocupar o lugar de professor desta escola, onde tem a seu cargo as cadeiras de ornamentação e modelação. Foi nomeado aos 29 de julho de 1899.

- Alfredo Luiz Campos — terceirense, nasceu aos 19 de março de 1856. É professor do curso de português anexo a esta escola e mantido pela Junta Geral e Câmara Municipal.
- Pessoal menor — José Gonçalves Lestinho, nasceu aos 22 de julho de 1854; Alfredo Maria Correia,⁶⁴ nasceu aos 29 de maio de 1877.

- Oficinas — Ana Ormonde Fialho,⁶⁵ encarregada do ensino de labores; Luís de Sousa Marques,⁶⁶ serralheiro militar reformado, mestre da oficina de serralharia.

*

Escola Distrital — Criada a instâncias da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, por decreto de 9 de fevereiro de 1899,⁶⁷ foi inaugurada a 23 de outubro de 1899.

São 39 os alunos matriculados no ano letivo de 1902-1903, e da escola anexa 47 [alunos].

Foi seu primeiro diretor e professor de pedagogia, o ilustre terceirense Teotónio Simão Paim de Ornelas Bruges. São atualmente seus professores:

- António da Fonseca Carvão Paim da Câmara⁶⁸ — [filho do 2.º barão do Ramalho], bacharel em direito pela Universidade de Coimbra, em 1888. Nasceu aos 21 de fevereiro de 1864. É professor de pedagogia e diretor da escola, por decreto de 21 de fevereiro de 1901.

Foi juiz substituto do de Direito na comarca da vila da Praia da Vitória, com exercício desde 1888 a 1890; conservador privativo do registo predial na mesma comarca, desde 1890 a 1901; delegado interino na mesma comarca, desde 1890 a 1891; e subdelegado, desde 1891 a 1897.

Foi governador civil interino do distrito, e administrador deste concelho desde o 1.º de setembro de 1900 a 14 de dezembro de 1901, com exceção do tempo em que exerceu o cargo de governador civil.

É conservador privativo do registo predial da comarca de Angra, por decreto de 2 de setembro de 1901. É advogado.

É jornalista e escritor. Escreveu e publicou: «*Apontamentos para Lições de Pedagogia Teórica e Prática, aplicada aos diversos ramos de ensino professados nas escolas primárias*»,⁶⁹ em dois volumes, parte 1.ª e 2.ª, [editados em] 1902 e 1903.

- Aniceto António dos Santos⁷⁰ — terceirense, nasceu a 5 de abril de 1843. Foi aluno deste Liceu, completando o curso em 1867, e do Seminário

angrense, completando o 1.º e 2.º ano do curso de teologia em 1870-1871. Em 1865 foi despachado capelão da Sé Catedral. Resolvendo não seguir a vida sacerdotal, saiu da Terceira em 1871 com destino ao Rio de Janeiro, sendo detido em Lisboa pelo 2.º conde da Praia da Vitória, de quem era amigo devotado.

Neste ano foi despachado professor de ensino elementar primário do 1.º e 2.º grau para a escola da freguesia das Lajes, concelho da Praia da Vitória, sendo, a bem do serviço público, transferido em 1874 para a escola da freguesia da Sé, onde lecionou até 1899, sendo nos últimos anos como professor complementar.

Estabeleceu em 1892 o colégio denominado Instituto Angrense, que foi lecionado por pessoal habilitado com cursos superiores.

Durante o período que exerceu o magistério primário apresentou a exame 305 alunos, muitos dos quais têm hoje formatura em várias faculdades, cursos superiores de diversas escolas e ocupam distintos lugares sociais.

Por despacho de 17 de outubro de 1899 foi nomeado professor da Escola Distrital, da qual é também secretário.

Como jornalista estabeleceu, com o professor José do Meneses Mendonça,⁷¹ o jornal *A Voz do Professorado*, que se publicou nesta cidade.

O seu nome está ligado à fundação de várias associações, e tem feito parte de muitas comissões de festivais patrióticos e de atos de beneficência.

Quando professor primário da escola da Sé realizou com os seus alunos brilhantes saraus literários e récitas infantis no Teatro Angrense.

- José Vieira da Areia⁷² — terceirense, professor complementar de 3.ª classe, nasceu aos 23 de dezembro de 1866. Foi professor oficial da freguesia de Santa Luzia desde 1890 a 1899, e despachado professor da Escola Distrital em 14 de outubro deste último ano.

Como jornalista tem colaborado em vários jornais angrenses e é hoje o diretor do diário *O Primeiro de Maio*, que nesta cidade se principiou a publicar em 1902.

É secretário da assembleia geral da grande comissão representante do partido liberal deste distrito, e como tal tomou o parte nas imponentes festas liberais realizadas em 22 de junho de 1902.

- D. Maria Teotónia de Ornelas⁷³ — terceirense, professora complementar de 2.ª classe, nasceu aos 29 de fevereiro de 1864.

Em 1881 foi nomeada professora interina da escola da freguesia de Belém [Terra Chã], lugar que exerceu até 1884, em que foi colocada como professora interina na escola da freguesia da Conceição, bairro do Corpo Santo, onde esteve até 26 de setembro de 1888.

Nesta data foi nomeada interinamente para reger a escola elementar e complementar da mesma freguesia, sendo em 1889 nomeada provisoriamente, e em 1894 nomeada vitalícia.

Foi despachada professora da Escola Distrital em 17 de outubro de 1899.

- José Maria Henrique Flores⁷⁴ — florentino, professor complementar de 2.ª classe, nasceu aos 29 de março de 1868.

Regeu a escola de ensino primário 1.º e 2.º grau da freguesia de Santa Luzia, de Angra do Heroísmo, em 1890, sendo, por alvará da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores, nomeado professor temporário em 28 de julho de 1890, da escola elementar e complementar da freguesia de Nossa Senhora da Conceição daquela vila, e nomeado efetivo aos 27 de junho de 1894, tendo sido louvado pelos seus excelentes serviços em Portaria de 11 de abril de 1900.

Foi despachado professor da Escola Distrital em 17 de outubro de 1899.

- Cândido Luís de Melo — terceirense, nasceu aos 13 de fevereiro de 1866.

Foi professor de instrução primária elementar na freguesia de Santa Cruz da vila da Praia da Vitória, desde 1893, e nomeado professor interino da Escola Distrital a 17 de julho de 1901.

- D. Maria Augusta Pacheco⁷⁵ — terceirense, nasceu aos 11 de março de 1871.

Regeu a escola de ensino primário do 1.º e 2.º grau da vila de Santa Cruz, da ilha Graciosa, desde 19 de fevereiro a 31 de agosto de 1900, vindo para a Escola Distrital por despacho de 8 de agosto do mesmo ano, sendo nomeada professora oficial da mesma escola a 17 de janeiro de 1901.

- 1 Fernando da Conceição Naranjo (Angra, c. 1610 — Angra, 18 de julho de 1669), provincial dos franciscanos e superior do Convento de São Francisco de Angra. Ilustre pelo seu saber e austero no exercício do seu cargo, era filho de António Naranjo, fidalgo espanhol, e nascera no castelo de São Cristóvão (ou dos Moinhos), onde seu pai era sargento-mor. Professou no convento de Vila Franca do Campo em 1628 e cursou depois a Universidade de Coimbra, onde se tornou distinto. Foi sob a sua direção que se iniciaram em 1663 os trabalhos de reedificação do Convento de São Francisco, os quais se completaram em 1672.
- 2 D. Frei Lourenço de Castro (Lisboa, c. 1620 — Miranda do Douro, 13 de agosto de 1684), dominicano, 14.º bispo da Diocese de Angra, que governou entre 1671 e 1678. Foi também o 16.º bispo da Diocese de Miranda, para a qual foi transferido em 1681 e que governou até falecer. Durante a sua estadia em Angra foi designado confessor do rei D. Afonso VI de Portugal, então recluso no Castelo de São João Baptista. Pregador régio, foi uma das testemunhas que, no julgamento do caso de anulação do matrimónio do rei, abonou a sua impotência sexual, com a qual se justificou a nulidade do casamento.
- 3 Decreto de 30 de maio de 1834 «*que dá por extinctos em Portugal, Algarve, Ilhas adjacentes, e Domínios Portuguezes todos os Conventos, Mosteiros, Hospícios, e quaesquer Casas Religiosas de todas as Ordens Regulares, seja qual for a sua denominação, instituto, ou regra ordenando que os bens pertencentes aos ditos extinctos Conventos etc., sejam incorporados nos proprios da Fazenda Nacional*». Diploma da autoria de Joaquim António de Aguiar, determinou a imediata extinção de todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios, e quaisquer outras casas das ordens religiosas regulares, e a incorporação dos seus bens na Fazenda Nacional, à exceção dos vasos sagrados e paramentos que foram entregues aos bispos diocesanos para serem distribuídas pelas igrejas mais necessitadas das respetivas dioceses.
- 4 A Portaria de 24 de janeiro de 1835, ordena ao prefeito de Angra que atenta «*a utilidade pública de se reunirem todas as aulas publicas da cidade de Angra no extincto convento de S Francisco e bem assim sobre a instituição de uma livraria publica composta das dos conventos suprimidos houve por determinar que o referido prefeito, examinadas as localidades do convento acima dito, faça transferir para elle as aulas publicas estabelecidas naquella cidade designando para cada uma as competentes casas de aula e mandando fazer os arranjos a este fim necessários*» (cf.: Antonio Moniz Barreto Corte-Real, *O Lyceo*, p. 49. Angra do Heroísmo, M.J.P. Leal, 1855).
- 5 O Decreto de 20 de setembro de 1844, publicado no *Diário do Governo* de 28 de setembro daquele ano, procedeu à reforma da instrução pública em Portugal. Aquele diploma estabelecia no seu artigo 46.º que «*Haverá um Liceu em cada uma das Capitais dos Distritos Administrativos, e Dioceses do Reino.*» Quanto a instalações, o artigo 54.º determinava que «*As Aulas dos Liceus serão colocadas em edificios públicos, devidamente apropriados*», acrescentando o artigo 55.º que «*Nas Cidades ou Vilas, em que houver Seminários Ecclesiásticos, poderá o governo estabelecer as Aulas dos Liceus nos edificios dos mesmos Seminários*».
- 6 Francisco Pacheco Vieira (—), jornalista, integrou a comissão que organizou a comemoração do centenário do nascimento de Jerónimo Emiliano de Andrade.
- 7 Augusto Maria de Lemos Álvares Portugal Ribeiro (Angra do Heroísmo, 16 de maio de 1853 — Lisboa, 20 de agosto de 1913), mais conhecido na imprensa por Augusto Ribeiro ou pelo pseudónimo Ruy Álvares, foi um jornalista e especialista em administração colonial com vasta obra dispersa na imprensa do seu tempo e cerca de 30 monografias publicadas, na sua maioria sobre questões de política ultramarina. Foi professor da Escola Superior Colonial e deputado eleito pelo círculo eleitoral de Angola (1887-1890).
- 8 Mariano Constantino Homem (Casa da Ribeira, 24 de outubro de 1797 — Angra do Heroísmo, 4 de março de 1882), presbítero e professor liceal, autor de algumas obras de cariz biográfico e histórico. Foi herdeiro e continuador da obra de Jerónimo Emiliano de Andrade, reeditando vários dos seus compêndios.
- 9 José Augusto Cabral de Melo e Silva (Angra, 22 de janeiro de 1793 — Angra do Heroísmo, 16 de outubro de 1871), poeta, latinista, jornalista e intelectual de grande reputação no meio cultural terceirense. Entre as suas numerosas obras poéticas, as principais são a *Ode a um pessegueiro* e as *Poesias Líricas*, mas o seu trabalho mais relevante é a tradução integral das *Odes* de Horácio. Homem erudito e multifacetado, desenvolveu um grande labor literário e poético, correspondendo-se com os principais intelectuais portugueses do tempo, entre os quais Almeida Garrett. Também se destacou como cultor da caligrafia artística.
- 10 João Moniz Barreto Corte-Real (Angra, 23 de julho de 1775 — Angra do Heroísmo, 9 de janeiro de 1860), oficial do Exército que se destacou como líder guerrilheiro miguelista durante a fase inicial da Guerra Civil Portuguesa. Combateu valorosamente na Guerra Peninsular, entre 1809 e 1814, o que lhe mereceu a Cruz de Ouro n.º 6 e os hábitos de cavaleiro da Ordem de Cristo e da Ordem de Avis. Foi promovido a capitão, em 1820 e apesar de ter aderido à Revolução Liberal do Porto, desse ano, em breve abraçou a causa do absolutismo. Aspirando em 1823 ao governo da ilha de São Miguel ou Faial, o lugar foi-lhe negado devido às suas convicções políticas. Aquando da entrada em vigor da Carta Constitucional foi, devido à sua posição política, desligado do serviço e reformado como major de Infantaria. Regressou à ilha Terceira, onde se fixou na Terra Chã, sendo um dos entusiastas da aclamação de D. Miguel e líder das guerrilhas antiliberais que se formaram na ilha. Após a derrota no Pico do Seleiro, conseguiu escapar para a ilha de São Miguel e daí para Lisboa, apenas regressando à ilha

-
- Terceira após ser amnistiado pelo governo liberal. Publicou em Lisboa uma espécie de relatório, intitulado «*Fatalidades do Povo da Ilha Terceira na sua política contenda contra os rebeldes*» (Lisboa, Impressão Regia, 1832), onde descreve as suas atividades como líder guerrilheiro.
- 11 Mariana Isabel de Sá Moniz Corte-Real (Angra, c. 1775 —), esposa de João Moniz Corte-Real, o líder dos guerrilheiros absolutistas na Terceira.
 - 12 António Moniz Barreto Corte-Real é autor de um conjunto de obras de natureza didática destinadas a uso escolar, com destaque para as gramáticas do português e selectas de textos clássicos.
 - 13 António Moniz Barreto Corte-Real, *Bellezas de Coimbra: parte primeira*. Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1831.
 - 14 O *Lyceo*, Typographia M. J. Pereira Leal, Angra do Heroísmo, 1855-1856. Os textos publicados no periódico foram depois parcialmente editados em monografia (O *Lyceo*, Angra do Heroísmo, Typographia do Governo Civil, 1873).
 - 15 Manuel Gomes de Sampaio (Santarém, 7 de fevereiro de 1785 — Angra do Heroísmo, 2 de fevereiro de 1861), médico-cirurgião no Exército, onde atingiu o posto de cirurgião-de-brigada. Aderiu ao movimento liberal e, incorporada no Exército Libertador, participou ativamente na Guerra Civil, com destaque para o Cerco do Porto. Distinguiu-se no recontro de Ponte Ferreira, sendo por isso agraciado com o hábito da Ordem de Cristo. Terminada a guerra, exerceu diversas funções políticas de relevo, entre as quais as de presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Foi pai do médico e naturalista José Augusto Nogueira Sampaio e sogro de José Silvestre Ribeiro.
 - 16 Guilhermina Cândida Zagalo Nogueira Sampaio (Tomar, 1810 — Angra do Heroísmo, julho de 1861), irmã do médico Rodrigo Zagalo Nogueira e esposa do médico-cirurgião Manuel Nogueira Sampaio, com quem casou em Angra a 11 de abril de 1824. Foi mãe do também médico José Augusto Nogueira Sampaio.
 - 17 António Narciso da Fonseca (Angra, 1802 — Angra do Heroísmo, 28 de julho de 1869), presbítero e professor, que se distinguiu na vida política durante o período inicial do regime constitucional. Foi jornalista distinto e político hábil e de comprovada influência, vulto importante do Partido Regenerador terceirense.
 - 18 Pierre-Joseph van Beneden (Mechelen, 19 de dezembro de 1809 — Leuven, 8 de janeiro de 1894), zoólogo e paleontólogo, professor na Universidade Católica de Lovaina, que se distinguiu pelos seus estudos sobre parasitologia.
 - 19 Theodor Schwann (Neuss, 7 de dezembro de 1810 — Colónia, 11 de janeiro de 1882), fisiologista, professor da Universidade Católica de Lovaina, considerado o fundador da moderna histologia. Distinguiu-se no estudo do sistema nervoso periférico e cunhou o termo «*metabolismo*».
 - 20 Louis Auguste Eugène Hubert (Leuven, 3 de agosto de 1839 — Leuven, 29 de abril de 1905), professor de ginecologia e obstetrícia na Universidade Católica de Lovaina.
 - 21 Étienne-Michel van Kempen (Diest, 2 de novembro de 1814 — Paris, 8 de outubro de 1893), professor de anatomia na Universidade Católica de Lovaina, autor de um manual de anatomia descritiva e histologia especial que teve múltiplas reedições ao longo de quase um século.
 - 22 Atualmente designado por *Universitair Ziekenhuis Leuven*, a clínica universitária da Universidade Católica de Lovaina.
 - 23 João Álvaro de Brito de Albuquerque (Santa Cruz da Graciosa, 13 de março de 1850 — Angra do Heroísmo, 12 de março de 1907), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado e professor liceal. Distinguiu-se na política local na Graciosa e em Angra, sendo um dos participantes no primeiro movimento autonomista. Foi professor do Liceu Nacional de Angra do Heroísmo, estabelecimento do qual foi reitor entre 1895 e 1900 e de 1904 a 1906. Exerceu o cargo de procurador à Junta Geral (1904).
 - 24 O Decreto de 2 de março de 1895, publicado no *Diário do Governo*, n.º 50, de 4 de março de 1895, também conhecido por *Decreto Autônomo*, foi o diploma que estabeleceu a possibilidade de os distritos do arquipélago dos Açores, e posteriormente a 1901 do arquipélago da Madeira, requererem, por maioria de dois terços dos cidadãos elegíveis para os cargos administrativos, a aplicação de um regime de autonomia administrativa. Aprovado na sequência de uma intensa campanha autonómica e independentista, centrada na ilha de São Miguel, a *Primeira Campanha Autônoma*, este diploma, apesar de ser da autoria de João Franco, foi inspirado em documentos produzidos por Aristides Moreira da Mota e Gil Mont'Alverne de Sequeira, por isso considerados os fundadores da primeira autonomia açoriana. Aprovado em ditadura, foi ratificado pelas Cortes pela Carta de Lei de 14 de fevereiro de 1896. Com poucas alterações, este regime vigorou até ser revogado pelo Decreto n.º 15 035, de 16 de fevereiro de 1928, já em plena Ditadura Nacional. Nunca chegou a ser aplicado ao Distrito da Horta.
 - 25 Frederico Augusto Lopes da Silva (Angra do Heroísmo, 1 de dezembro de 1863 — Angra do Heroísmo, 31 de dezembro de 1941), farmacêutico, formado pela Universidade de Coimbra, que se distinguiu no jornalismo e na política. Foi secretário da Junta Geral, professor e reitor interino do Liceu de Angra do Heroísmo, presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, administrador do concelho de Santa Cruz da Graciosa e procurador e presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo. Foi um dos mais distintos jornalistas terceirenses do seu tempo, tendo-se distinguido na luta contra a extinção da moeda insulana (1891) e nas questões autonómicas.
 - 26 A «*moeda insulana*», ou «*pecúnia insulana*», era a moeda em uso nas Ilhas Adjacentes, isto é, nos arquipélagos dos Açores e da Madeira. Consistia em moedas e notas especificamente emitidas para ali circularem ou, em muitos casos, nas suas equivalentes portuguesas com uma sobrecarga adequada. Na Madeira a moeda insulana foi retirada de circulação por força do decreto de 29 de julho de 1887. Nos Açores circulou até 1932, com um

ágio médio (desconto) de 25% em relação à moeda portuguesa. O decreto n.º 21189, de 2 de maio de 1932, revogou expressamente a Lei 3 de agosto de 1887, que mantivera a moeda insulana nos Açores, e determinou que todos os direitos e obrigações passassem a ser referidos ao escudo.

- 27 *Elogio Histórico do Dr. José Augusto Nogueira de Sampaio*, Imprensa Municipal, Angra do Heroísmo, 1902.
- 28 Germano César de Moraes Pereira Sarmento (Lisboa, 7 de agosto de 1836 — Lisboa, 21 de janeiro de 1904), arquiteto, diplomado em 1858 como aluno distinto da Academia das Belas Artes de Lisboa. Foi desenhador de obras públicas em Coimbra (1859), transferido, para igual cargo, no Distrito de Angra do Heroísmo em 1860, onde acumulou com o exercício da docência no Liceu Nacional. Foi igualmente funcionário das Obras Públicas na Horta e em Ponta Delgada. É autor do projeto da escadaria de ligação entre a parte baixa do Jardim Duque da Terceira e a Memória, em Angra do Heroísmo, passagem que ostenta o seu nome.
- 29 Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, constituída em 1863, foi a primeira associação de arquitetos, precursora a atual Ordem dos Arquitetos. Foi criada por iniciativa do arquiteto da Casa Real, Joaquim Possidónio da Silva, e integrava, para além de arquitetos, personalidades com interesse na conservação do património arquitetónico e arqueológico.
- 30 Eugénio Augusto de Oliveira (Ponta Delgada, 21 de novembro de 1852 — Angra do Heroísmo, 21 de maio de 1920), presbítero, professor e prefeito do Seminário Episcopal e professor e reitor do Liceu Nacional de Angra, que se notabilizou no campo do jornalismo católico. Foi editor e redator do *Peregrino de Lourdes*, periódico angrense ligado ao catolicismo conservador e precursor da imprensa nacionalista.
- 31 Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação da Vila de Capelas.
- 32 Manuel António Ferreira Deusdado (Rio Frio, Bragança, 7 de abril de 1858 — Lisboa, 21 de dezembro de 1918), pedagogo e pedagogista, filósofo, pensador, escritor e publicista, que se notabilizou pela publicação da *Revista de Educação e Ensino*, na qual pugnou pela reforma do sistema educativo, com destaque para a renovação do ensino da Geografia. Também se dedicou ao estudo da filosofia tomista e da filosofia do Direito, com múltiplos trabalhos sobre as reformas dos sistemas presidiários e penitenciários de reabilitação penal e sobre a imputabilidade. Católico militante e conservador, com um pensamento no qual estão presentes laivos de nacionalismo, é reconhecido como um dos precursores do movimento do Integralismo Lusitano.
- 33 Rio Frio é uma aldeia e antiga freguesia do concelho de Bragança.
- 34 Estas «*lendas açorianas*» foram sendo publicadas na imprensa local e posteriormente reunidas numa coletânea: *Quadros Açóricos*, Imprensa Municipal, Angra do Heroísmo, 1907.
- 35 José Augusto dos Santos (Angra do Heroísmo, 26 de março de 1875 — Lisboa, 30 de agosto de 1931), professor liceal de Ciências Físico-Naturais, reitor do Liceu Nacional de Angra do Heroísmo, destacado militante republicano e membro da Maçonaria. Foi dirigente do Partido Republicano Português na ilha Terceira. Os seus métodos inovadores de ensino, com recurso ao ensino experimental e a visitas de estudo, levaram vários dos seus alunos a optar por carreiras em Medicina e nas Ciências Naturais.
- 36 António Mariano de Sousa (Santa Cruz das Flores, 18 de maio de 1842 — Santa Cruz das Flores, 22 de maio de 1912), presbítero e professor liceal, desembargador honorário da Relação Patriarcal de Lisboa, agraciado com o título de Monsenhor e Capelão de Sua Santidade pelo papa Leão XIII (1893).
- 37 José da Silva Maia (Angra do Heroísmo, 9 de maio de 1857 — Angra do Heroísmo, 28 de outubro de 1919), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, conservador do Registo Predial da Praia da Vitória, professor liceal e magistrado judicial substituto. Exerceu diversas funções políticas, entre as quais vereador da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e vogal do Conselho de Distrito (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 681).
- 38 José Francisco Maia (Porto, c. 1819 — Angra do Heroísmo, 30 de setembro de 1887), veio para Angra em 1852 como secretário do Liceu, passando a professor liceal efetivo de Francês e Inglês em 1881 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 681).
- 39 Estácio Garcia Utra (Angra do Heroísmo, 7 de fevereiro de 1851 — Angra do Heroísmo, 18 de março de 1922), oficial do Exército e professor liceal em Angra. Foi Governador da Fortaleza de São João Baptista e Comandante Militar dos Açores. Presidiu à Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Angra em 1911.
- 40 António de Amorim Pires Toste (Angra do Heroísmo, 19 de maio de 1866 — Angra do Heroísmo, 22 de maio de 1932), engenheiro civil, Diretor de Obras Públicas do Distrito de Angra do Heroísmo e professor do Liceu Nacional desta cidade. Foi vogal correspondente do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais e membro da Comissão Distrital de estatística. Publicou em vários periódicos da cidade de Angra. (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 685).
- 41 Diogo Paim de Bruges (Angra do Heroísmo, 26 de julho de 1866 — Angra do Heroísmo, 25 de março de 1930), professor liceal, jornalista e político ligado ao Partido Progressista. Foi comissário de polícia e administrador do concelho de Angra.
- 42 Estêvão de Jesus Maria (D. frei) (Mafra, 26 de dezembro de 1786 — Angra do Heroísmo, 28 de julho de 1871), da Ordem dos Frades Menores Reformados, foi o 27.º bispo de Angra, governando formalmente a diocese no período de 1827 a 1870, embora, com as convulsões provocadas pela guerra civil e pela sua adesão ao miguelismo, apenas tenha assumido o governo efetivo da diocese em 1840, e ainda assim permanecendo 19 anos, até 1859, em virtual exílio na ilha de São Miguel, aparentemente sem se atrever a entrar na sua cidade episcopal de Angra, por demais conotada com o liberalismo.
- 43 José Maria Pacheco de Aguiar (Porto Judeu, 8 de dezembro de 1803 — Porto Judeu, 31 de julho de 1876) presbítero, professor e escritor. Estudou no Colégio dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho, em Coimbra,

onde se habilitou para o sacerdócio e para a docência. Foi professor naquele convento, ensinou Teologia Dogmática e Moral em Braga, foi professor colegial no Porto e professor de Ciências Eclesiásticas em Coimbra. Nomeado cônego da Sé de Angra, com o ónus de ensino, por dez anos, no Seminário Episcopal de Angra, instituição na qual proferiu a oração de sapiência na inauguração solene do Seminário em 9 de novembro de 1862. Na sua atividade docente evidenciou-se como um dos docentes mais cultos do Seminário angrense, ensinando História Sagrada e Eclesiástica durante 14 anos.

- 44 Joaquim Alves Mateus (Santa Comba Dão, 20 de outubro de 1835 — Santa Comba Dão, 29 de agosto de 1903), presbítero que se destacou como orador sacro e como parlamentar. Foi cônego da Sé de Angra (1861-1863), com o ónus de lecionar no Seminário Episcopal, e depois cônego da Sé de Braga e professor do Seminário daquela cidade. Também se dedicou à política, sendo militante destacado do Partido Reformista, chefiado por Alves Martins, bispo de Viseu, e depois do Partido Progressista, em cujas listas foi eleito deputado. Foi também par do reino de nomeação régia. Era considerado orador eminente das tribunas sagrada e parlamentar.
- 45 João Albertino da Silva Pereira (Barquinha, 11 de setembro de 1831 — Angra do Heroísmo, 14 de março de 1902), cônego da Sé de Angra com ónus de ensino no Seminário Episcopal. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1853), foi cônego da Sé (1857) e mestre-escola (1864), uma das dignidades do cabido. Foi um dos primeiros professores do Seminário, onde a partir de 1864 regiu a cadeira de Direito Canônico. Exerceu também a advocacia em Angra.
- 46 Francisco Afonso Chaves e Melo (Lisboa, 24 de janeiro de 1857 — Ponta Delgada, 23 de julho de 1926), mais conhecido por *coronel Afonso Chaves*, oficial do Exército, naturalista, geofísico e meteorologista, pioneiro dos estudos meteorológicos e geofísicos nos Açores.
- 47 Francisco Maria de Sousa do Prado de Lacerda (D.) (Chamusca, 1 de janeiro de 1827 — Chamusca, Chamusca, 23 de fevereiro de 1892), 29.º bispo da Diocese de Angra, tendo-a governado de 1889 a 1891. Pároco da sua vila natal, na sequência de um pedido do 28.º bispo de Angra, D. João Maria Pereira de Amaral e Pimentel, que se sentia cansado e solicitava um coadjutor, o governo português apresentou-o 1885, tendo a Santa Sé confirmado no ano seguinte a sua eleição como coadjutor com direito de sucessão, concedendo-lhe o título de bispo de Nilópolis. Foi sagrado na Sé Catedral de Lisboa a 4 de abril de 1886, partindo de imediato para a sua sede episcopal, onde deu solene entrada a 10 de abril de 1886, sendo aí recebido no cais pelo prelado efetivo que lhe proporcionou honras na Sé.
- 48 José Emílio Augusto (Uzelina, 5 de maio de 1871 — Angra do Heroísmo, c. 1921), presbítero, ordenado a 1 de outubro de 1899, secretário e professor de matemática e ciências naturais no Seminário Episcopal de Angra.
- 49 José de Medeiros do Amaral (Bandeiras, 10 de novembro de 1857 — Lajes do Pico, 24 de setembro de 1910), cônego da Sé de Angra e professor do Seminário Episcopal de Angra. Colaborou no *Peregrino de Lourdes* e foi autor da monografia *Breves apontamentos sobre princípios elementares de chronologia* (Angra do Heroísmo, Typ. Fidelidade, 1897). Era considerado um bom orador sacro (cf.: José Augusto Pereira, *Padres Açoreanos. Bispos – Publicistas – Religiosos*. Angra do Heroísmo, União Gráfica Angrense, 1939).
- 50 Cristiano de Jesus Borges (Santa Cruz da Lagoa, 21 de janeiro de 1881 — Ribeira Grande, 28 de janeiro de 1944), cônego da Sé e professor do Seminário Episcopal de Angra. Esteve alguns anos a paróquia na Nova Inglaterra, regressando à ilha de São Miguel, onde foi membro da Junta Geral e dirigente do Partido Regionalista. Deixou importante colaboração dispersa pelos periódicos de Angra do Heroísmo, Ribeira Grande e Ponta Delgada.
- 51 António Botelho de Lima (Calhetas (Ribeira Grande) — d. 1922), presbítero, professor do Seminário Episcopal de Angra. Era pároco das Calhetas em 1922.
- 52 Albano Maciel (Ribeira Seca (Ribeira Grande), 17 de dezembro de 1874 — Santo António (Ponta Delgada), 18 de dezembro de 1948), doutor em Teologia e Direito Canônico, professor e reitor do Seminário Episcopal de Angra. Organizou em 1922 as solenidades comemorativas do 4.º centenário do nascimento de Gaspar Frutuoso.
- 53 António Manuel de Amaral Vasconcelos (Povoação, 13 de novembro de 1873 — Angra do Heroísmo), cônego da Sé e professor do Seminário Episcopal de Angra.
- 54 José Bernardo de Almada (Fajã de Cima, 23 de novembro de 1876 — Bretanha (Ponta Delgada), 4 de novembro de 1948), presbítero, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, cônego da Sé, professor do Seminário Episcopal de Angra e ativista social. Nas primeiras décadas do século XX exerceu grande influência social e política nos meios católicos açorianos. Foi um dos introdutores nos Açores dos sindicatos agrícolas, movimento precursor das atuais cooperativas leiteiras açorianas e dos ideais do sindicalismo agrícola católico inspirado nos ideais de Friedrich Wilhelm Raiffeisen.
- 55 Escola de Desenho Industrial António Augusto de Aguiar, criada em 1885 por iniciativa da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, foi extinta pelo Decreto de 8 de outubro de 1891, que reorganizou o ensino profissional. Foi mantida oficiosamente em funcionamento pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, com o apoio financeiro de Ciriaco Tavares da Silva, sendo recriada após a autonomia administrativa do Distrito de Angra do Heroísmo, concedida em 1898. Foi então designada Escola de Desenho Industrial e Oficinas Anexas, funcionando em instalações arrendadas até receber, em legado da baronesa de Teixeira no ano de 1902, instalações próprias na Ladeira de São Francisco. Em 1904 passou a designar-se Escola Industrial e Comercial Madeira Pinto (em homenagem ao conselheiro Ernesto Madeira Pinto). Em 1939 passou a funcionar no palacete que fora da família Silveira e Paulo, na Rua da Conceição, passando a designar-se Escola Industrial e Comercial Doutor Salazar. Passou em 1948 a designar-se Escola Industrial e Comercial de Angra do Heroísmo, nome que manteve até ser fundida, em 1978, com o Liceu Nacional de Angra do Heroísmo para dar origem à atual Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade.
- 56 Ciriaco Tavares da Silva (Matriz (Ribeira Grande), 16 de março de 1862 — Angra do Heroísmo, 5 de novembro de 1938), professor de Desenho da Escola Industrial e do Liceu de Angra do Heroísmo, comendador da Ordem

Civil do Mérito Agrícola e Industrial e cavaleiro da Ordem Militar de Cristo. Foi considerado artista de grande mérito, é autor de múltiplos projetos arquitetónicos e de decoração para impérios, altares, ermidas e outras estruturas. Também se dedicou à fotografia, sendo colaborador fotográfico do periódico *O Occidente*, de Lisboa. Foi casado em primeiras núpcias com Violante Margarida de Almeida Borges (Angra do Heroísmo (São Pedro), 27 de julho de 1837 — Biscoitos, 3 de janeiro de 1894), filha do controverso morgado Francisco de Almeida Tavares do Canto, com quem casou em 13 de maio de 1889, na paroquial da Conceição de Angra do Heroísmo, quando a nubente era viúva de Mateus Borges do Canto e tinha, à data do casamento, 51 anos de idade, enquanto o noivo tinha apenas 27 anos. Casou em segundas núpcias com a sua parente Maria dos Anjos da Silva (Conceição (Ribeira Grande), c. 1879 —).

- 57 A Escola de Desenho Industrial de Angra do Heroísmo foi criada por Decreto de 31 de outubro de 1889, publicado no *Diário do Governo* n.º 249, de 4 de novembro, assinado por Eduardo José Coelho, ao tempo Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria.
- 58 José Gonçalves Lestinho (Angra do Heroísmo (Santa Luzia), 22 de julho de 1854 — Angra do Heroísmo, c. 1907), tipógrafo e depois funcionário da Escola de Desenho Industrial António Augusto de Aguiar, de Angra do Heroísmo, onde desempenhou as funções de «guarda». Foi editor do periódico *O Angrense*, ligado ao Partido Progressista.
- 59 O Decreto de 8 de outubro de 1891 (*Diário do Governo*, n.º 227, de 9 de outubro de 1891), que aprova a «*Organização do ensino industrial e comercial*», da autoria de João Franco, então Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, reorganizou o ensino industrial e comercial numa ótica de poupança. Para além de reduzir pessoal e encurtar os cursos, o diploma suprime a Escola de Desenho Industrial António Augusto de Aguiar de Angra do Heroísmo, juntamente com as congéneres de Belém, Figueira da Foz, Matosinhos e Chaves (§ 1.º do artigo 91.º). Por aquele mesmo diploma, a Escola do Funchal passa a designar-se António Augusto de Aguiar, por transferência do patrono da extinta escola angrense (artigo 90.º).
- 60 O Decreto de 6 de outubro de 1898 aplica ao Distrito de Angra do Heroísmo o regime de autonomia administrativa estabelecido pelo Decreto de 2 de março de 1895, o «*Decreto Autonomico*». Por este decreto eram restabelecidas as Juntas Gerais distritais, mas com poderes mais amplos que os previstos no Código Administrativo de 1886. Na nova organização administrativa seria eleita, em cada distrito, uma Junta Geral, composta por 25 procuradores, eleitos diretamente e divididos pelos concelhos na proporção que o governo fixasse. Entregava às Juntas Gerais parte dos impostos cobrados no distrito e uma série de serviços para que os administrasse, mas mantinha forte tutela através do governador civil e da aprovação governamental para a execução de deliberações cuja despesa ultrapassasse o conto de réis.
- 61 O imóvel, situado na Ladeira de São Francisco, logo acima das instalações municipais, foi utilizado pela extinta Direção Escolar de Angra do Heroísmo e é presentemente propriedade do Município, nele funcionando serviços municipais. Na fachada ostenta uma lápide em mármore assinalando a oferta feita pela baronesa de Teixeira.
- 62 A baronesa de Teixeira era D. Catarina Pamplona Teixeira.
- 63 Álvaro de Castro Meneses (Angra do Heroísmo, 9 de fevereiro de 1876 — Angra do Heroísmo, 5 de julho de 1967), artista plástico, professor liceal e político. Lecionou desenho na Academia Portuense de Belas Artes e depois e foi professor de desenho e presidente do conselho escolar da Escola Industrial e Comercial de Angra do Heroísmo. Foi presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo de 1914 a 1917.
- 64 Alfredo Maria Correia (29 de maio de 1877 —) auxiliar na Escola de Desenho Industrial de Angra do Heroísmo.
- 65 Ana Ormonde Fialho (c. 1870), encarregada do ensino de labores na Escola de Desenho Industrial.
- 66 Luís de Sousa Marques (Angra do Heroísmo (Sé), 18 de janeiro de 1850 —), serralheiro militar que depois de reformado foi mestre da oficina de serralharia da Escola de Desenho Industrial.
- 67 Decreto de 9 de fevereiro de 1899 (*Diário do Governo*, n.º 44, de 24 de fevereiro) determinando que na cidade de Angra do Heroísmo seja organizada uma escola distrital de habilitação para o magistério primário.
- 68 António da Fonseca Carvão Paim da Câmara (Angra do Heroísmo, 21 de fevereiro de 1864 — Angra do Heroísmo, 4 de junho de 1931), professor liceal, advogado e político que, entre outras funções, foi governador civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo (1906). Foi filho do 2.º barão do Ramalho e um dos líderes do Partido Regenerador na ilha Terceira.
- 69 Antonio da Fonseca Carvão Paim da Câmara, *Apontamentos para lições de pedagogia theorica e pratica : applicada aos diversos ramos de ensino professados nas escolas primarias* (2 volumes: partes I e II). Angra do Heroísmo, Imprensa Municipal, 1902 (parte I) e 1903 (parte II).
- 70 Aniceto António dos Santos e Castro (Angra do Heroísmo, 5 de abril de 1843 — Angra do Heroísmo, 6 de junho de 1923), professor primário e jornalista. Foi aluno do Liceu de Angra do Heroísmo, onde completou o curso em 1887, tendo frequentado o Seminário Episcopal de Angra, onde completou o 1.º e 2.º anos do curso de teologia de 1870 a 1871. Manteve grande atividade cultural e cívica e foi fundador do Instituto Angrense, uma escola privada. Foi pai de Aniceto dos Santos, governador civil de Ponta Delgada.
- 71 José de Meneses Mendonça (c. 1870 —), professor primário, cofundador do periódico *A Voz do Professorado*, que se publicou em Angra.
- 72 José Vieira d'Areia (Lajes (Praia da Vitória), 23 de dezembro de 1866 — Angra do Heroísmo, 9 de setembro de 1924), conhecido por Vieira da Areia, professor primário, político e jornalista, líder do Partido Liberal na ilha Terceira e diretor do jornal operário *O 1.º de Maio* que se publicou em Angra do Heroísmo (1902-1904).
- 73 Maria Teotónia de Ornelas (Terra Chã, 29 de fevereiro de 1864 — Angra do Heroísmo, 3 de abril de 1907), filha não reconhecida de uma relação extraconjugal de Teotónio de Ornelas Bruges (1836—1907), um dos filhos do 1.º conde da Praia, professora primária e do ensino complementar, nomeada professora da Escola Distrital do

magistério (a Escola Normal de Angra do Heroísmo) em 1899 (*cf.: Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 50).

74 José Maria Henrique Flores (Fajanzinha, 29 de março de 1868 — Angra do Heroísmo, 10 de julho de 1934), professor da Escola Distrital de Angra do Heroísmo e inspetor do círculo escolar de Angra do Heroísmo (*cf.: Genealogias da ilha Terceira*, vol. IV, p. 478).

75 Maria Augusta Pacheco (Angra do Heroísmo (Conceição), 11 de março de 1871 —), professora primária na Terceira e na Graciosa. Professora da Escola Distrital de Angra a partir de 1901.

Capítulo XXXI

Terceirenses, jorgenses e graciosenses — médicos, doutores, bacharéis, farmacêuticos, engenheiros, historiadores, escritores, jornalistas, compositores musicais, professores de música e mestres de banda — notas biográficas

Ficando arquivada, no capítulo antecedente, uma resumida referência aos principais estabelecimentos de instrução da ilha Terceira, e nota biográfica dos seus professores, é um dever que honremos este nosso trabalho arquivando, em capítulo especial, os nomes dos que neste distrito, no século findo, na sua maioria alunos que foram do liceu desta cidade, seguiram com brilhante resultado cursos superiores, e que ocuparam e ocupam lugares distintos em diversos pontos do país.

É certo que esta nota, não pode deixar de ser incompleta, o que sentimos, e de que pedimos antecipada desculpa, na certeza de que empregámos todos os nossos bons desejos e esforços para que ela fosse o mais completa possível.

Do que pudemos colher informações é o que passamos a arquivar, adicionando em seguida os nomes dos distintos escritores e jornalistas de que temos conhecimento, e isto por ordem a cada ilha do distrito.

*

Ilha Terceira

Em Medicina:

- Manuel Nicolau Bettencourt Pitta¹ — terceirense, bacharel em medicina e cirurgia pela Universidade de Coimbra, em 1853. É clínico do Hospital de São José, e professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa.
- José Augusto Nogueira Sampaio — terceirense. Já está feita a referência quando tratámos dos reitores do Liceu.
- Acúrcio Garcia Ramos² — terceirense, médico-cirurgião pela escola do Lisboa, em 1861, membro corresponde da Academia Real das Ciências de Lisboa, membro de várias corporações científicas de Portugal, cavaleiro da

Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição, condecorado com várias distinções honoríficas nacionais, nasceu em 1830.

Foi um dos mais distintos médicos militares do país. Faleceu, cirurgião de brigada, aos 14 de setembro de 1892.

Como jornalista e político colaborou em vários jornais, tomando parte ativa e acalorada na política do antigo Partido Histórico. O seu espírito era o de um terceirense de lei, rasgadamente liberal.

Como escritor tem a perpetuar o seu nome duas importantes publicações: «*Notícia do Arquipélago dos Açores e do que há mais importante na sua história natural*»,³ 1 volume, publicado em 1869; e «*Ilha da Madeira*»⁴, 2 volumes, [publicados em] 1879-1880.

Nesta publicação relata tudo o que se passou, quando lhe foi promovida tenaz e injusta perseguição, chegando a estar preso juntamente com outros *conspiradores*, no Castelo de São Jorge. Entre os *conspiradores* estava outro ilustre terceirense, o valente coronel Teotónio Maria Coelho Borges,⁵ um dos heróis da África, vítima das *pavorosas*⁶ do falecido Fontes Pereira de Melo, e que saiu sempre livre de todos os conselhos de guerra, que a perseguição lhe promoveu.

Escreveu mais e publicou: «*Biographia de D. Sabina Augusta d'Oliveira Brazil*»,⁷ um folheto; «*Saudade, ou o dia 11 de dezembro de 1848, anniversario do passamento do padre Jeronymo Emliano d'Andrade*».⁸

- Manuel Sieuve Zagalo Nogueira⁹ — terceirense, bacharel em medicina e cirurgia pela Universidade de Coimbra. Foi médico municipal em Caminha, e exerceu clínica em Angra do Heroísmo. É cirurgião militar e está atualmente em Lisboa. Nasceu aos 13 de julho de 1843.
- Eduardo Abreu — terceirense, doutor em medicina e cirurgia pela Universidade de Coimbra. Nasceu a 4 de abril de 1855. Quando tratámos do centenário camoniano, fizemos referência a este ilustre terceirense.
- Alfredo da Silva Sampaio — terceirense, bacharel em medicina e cirurgia pela Universidade de Coimbra, em 1888. É guarda-mor da Estação de

Saúde de Angra do Heroísmo,¹⁰ médico municipal e do Hospital de Santo Espírito. Foi professor provisório do Liceu Nacional desta cidade. Nasceu aos 19 de setembro de 1862.

- Manuel António Lino — terceirense, bacharel em medicina e cirurgia pela Universidade de Coimbra, em 1892. Nasceu a 5 de janeiro de 1865. É delegado de saúde deste distrito. Foi em 1889 comissionado pela Junta Geral para ir ao estrangeiro estudar a montagem e funcionamento dos postos de desinfeção. Nesta ocasião foi ao Porto estudar a peste bubónica.
- João Carlos da Silva Pitta¹¹ — terceirense, médico-cirurgião pela escola de Lisboa. Foi delegado de saúde e médico do Hospital de Santo Espírito desta cidade. Exerce atualmente clínica em New Bedford. Nasceu aos 26 de maio de 1860.
- Alexandre Martins Pamplona Ramos¹² — terceirense, médico cirurgião pela escola de Lisboa. Foi médico em Bombarral e atualmente é médico municipal e do hospital da vila da Praia da Vitória. Nasceu a 6 de junho de 1864.
- Aníbal de Bettencourt¹³ — terceirense, médico pela escola de Lisboa, em 1892. Nasceu aos 21 de junho de 1868. Foi subdiretor, e hoje é diretor, do Real Instituto Bacteriológico Câmara Pestana.
- Nicolau Anastácio de Bettencourt¹⁴ — terceirense, médico-cirurgião pela escola de Lisboa, em 1898. Foi médico municipal na vila da Ribeira Grande, São Miguel. É clínico do Hospital de São José e médico municipal em vila de Emma, Queluz. Nasceu no 1.º de outubro de 1872.
- Francisco de Paula Borba¹⁵ — terceirense, médico-cirurgião pela escola de Lisboa, em 1898. É médico da Misericórdia e do Montepio em Setúbal. Nasceu aos 24 de março de 1873.
- Augusto Monjardino¹⁶ — terceirense, médico-cirurgião pela escola de Lisboa, em 1899. É clínico do Hospital de São José e inspetor geral de higiene dos hospitais de Lisboa. Nasceu a 3 de março de 1871.

- Artur [Baptista] Fernando Rocha¹⁷ — terceirense, médico-cirurgião pela escola de Lisboa, em 1900. É clínico do Hospital de São José e médico do Montepio em Setúbal. Nasceu no 1.º de maio de 1873.
- D. Maria Teodora Pimentel¹⁸ — terceirense, médica-cirurgiã pela escola de Lisboa, em 1896. É subdelegada de saúde em Angra do Heroísmo. É a primeira, e por enquanto a única, dama açoriana, que tem o curso de medicina. Nasceu aos 11 de setembro de 1865.
- António Joaquim de Sousa Júnior¹⁹ — terceirense, médico-cirurgião pela escola do Porto. É diretor do Laboratório Bacteriológico do Porto. Nasceu aos 15 de dezembro de 1871.
- Álvaro Forjaz do Monte e Freitas²⁰ — terceirense, médico-cirurgião pela escola de Lisboa. É tenente médico do Ultramar. Nasceu no 1.º de fevereiro de 1876.
- João Alberto Pereira de Azevedo Neves²¹ — terceirense, médico-cirurgião pela escola de Lisboa, em 1901. Nasceu aos 12 de maio de 1877.

*

Em diversas faculdades:

- Francisco de Lemos Bettencourt²² — terceirense, bacharel em Leis, em 1802.
- Inácio Martins Pamplona Corte-Real²³ — terceirense, bacharel em Leis, em 1803.
- João Machado de Melo²⁴ — terceirense, bacharel em Leis, em 1822.
- António Moniz Barreto Corte-Real — terceirense, bacharel em Cânones, em 1831. Está feita a referência como reitor que foi do Liceu Nacional de Angra.
- Francisco Jerónimo da Silva²⁵ — terceirense, bacharel em Cânones, em 1831. Exerceu a advocacia com superior distinção no Porto e Lisboa. Era afamado orador forense. Foi professor proprietário da cadeira de História Universal em Braga, e pelo governo miguelista foi despachado juiz de fora

em Ponte de Lima. Deu à luz da publicidade várias produções literárias e forenses. Nasceu em 30 de dezembro de 1807 e faleceu em Lisboa. Legou a sua importante e valiosa biblioteca à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

- José de Menezes Parreira²⁶ — terceirense, bacharel em Direito, em 1846. Foi deputado da nação.
- Manuel Joaquim Maciel²⁷ — terceirense, bacharel em Direito, em 1846.
- Manuel Lourenço de Sousa Rocha²⁸ — terceirense, bacharel em Direito, em 1850. Foi deputado por Angra.
- José Maria Sieuve de Menezes — 1.º visconde e 1.º conde de Sieuve de Menezes, terceirense, bacharel em Direito, em 1852. Dos seus importantes serviços faremos especial referência, quando dele tratarmos como homem político.
- Raimundo César Borges Teixeira²⁹ — terceirense, bacharel em Direito, em 1852.
- Joaquim Maria da Silva³⁰ — terceirense, bacharel em Direito, em 1854. É professor do Liceu Nacional de Santarém e tem exercido o lugar de reitor do mesmo Liceu. Deu à luz da publicidade algumas produções e traduções.
- Alexandre Meireles do Canto e Castro — doutor em Direito. Seguiu a magistratura judicial no continente e no Ultramar, falecendo juiz da segunda instância na Relação de Lisboa. Colaborou na *Revista Académica*, no *Instituto de Coimbra* e em vários jornais do continente e Açores.
- Luís António Nogueira³¹ — terceirense, bacharel em Direito, em 1855. Foi advogado, secretário-geral do governo civil de Angra e do Porto, ajudante do Procurador-Geral da Fazenda, secretário-geral e diretor-geral da Administração Política e Civil do Ministério do Reino. Era conselheiro. Foi deputado da nação. Faleceu em Lisboa.
- Manuel José da Fonseca³² — terceirense, bacharel em Direito, em 1855. Seguiu a magistratura, é juiz de 2.ª instância na Relação de Lisboa.

- José António de Montauray Guerreiro³³ — terceirense, bacharel em Direito, em 1856.
- Luís Francisco Rocha³⁴ — terceirense, padre, bacharel em teologia, em 1858. Foi arcediogo da Sé de Angra do Heroísmo, professor do Liceu e Seminário desta cidade. Era dotado de superior talento e assaz ilustrado. Faleceu nesta cidade.
- José de Menezes Toste³⁵ — terceirense, bacharel em Direito. Foi administrador do concelho de Almada e morreu guarda-mor e secretário da Relação de Lisboa. Foi deputado em diversas legislaturas.
- José Augusto Mendes³⁶ — terceirense, bacharel em Direito, em 1859. Foi administrador do concelho de Angra, de 1861 a 1868, delegado em Cabo Verde, juiz de direito em Benguela e depois em Luanda, onde fez serviço na Relação. Nasceu a 12 de março 1830 e faleceu a 12 de maio de 1878.
- Joaquim de Oliveira Brasil³⁷ — terceirense, bacharel em Teologia, em 1862. Foi diretor da extinta Escola Normal de Angra do Heroísmo. Estabeleceu nesta cidade um colégio de instrução primária e secundária denominado Instituto Angrense,³⁸ de que foi diretor e professor. Faleceu em Lisboa.
- Alberto Telles de Utra Machado³⁹ — bacharel em Direito, em 1863. Foi primeiro oficial do Ministério da Justiça.
- Nicolau Moniz de Bettencourt⁴⁰ — terceirense, bacharel em Direito, em 1863. Foi escrivão e tabelião na comarca de Angra do Heroísmo. Nasceu a 4 de abril de 1836 e faleceu a 19 de outubro de 1898.
- Fernando Rocha — bacharel em Direito e Filosofia, em 1866. Foi advogado em Angra, delegado do Procurador Régio em Lisboa, Vila Franca de Xira, onde não chegou a tomar posse, e na vila da Praia da Vitória. Foi juiz do Tribunal Administrativo de Angra e presidente do mesmo Tribunal, e exerceu também o lugar de vereador da Câmara Municipal angrense. Faleceu juiz de Direito na ilha do Pico. Dotado de superior talento, de vigorosa e culta inteligência, era um orador forense distintíssimo, e um tribuno eloquente. Um dos seus, entre muitos, mais brilhantes discursos,

foi o que pronunciou no dia 22 de junho de 1877, por ocasião das imponentes festas liberais, que se realizaram nesta cidade. Apóstolo fervoroso da liberdade, grande patriota, alma formada para todos os sentimentos nobres, generosos e humanitários, arrebatou, até ao delírio, a multidão que extasiada o ouvia, e que depois, entre calorosos e entusiásticos vivas, o acompanhou até à casa da sua residência na rua de Jesus. Neste patriótico festival falaram também os liberais terceirenses Jorge de Almeida Monjardino,⁴¹ já falecido, Augusto Ribeiro,⁴² residente em Lisboa, e Mateus Augusto, continental, também já falecido.

- João Fagundo da Silva⁴³ — terceirense, bacharel em Filosofia, em 1862. É professor e secretário do Liceu Nacional de Santarém.
- João Cândido de Moraes⁴⁴ — terceirense, bacharel em Matemática, em 1863. Faleceu em Lisboa coronel de Engenharia.⁴⁵
- Diogo de Barcelos Machado de Bettencourt⁴⁶ — terceirense, bacharel em Direito, em 1868. Foi agente do Ministério Público nos tribunais administrativos de Angra e de Braga, e junto dos juízes das execuções fiscais no Funchal, delegado do Procurador Régio na vila da Praia da Vitória e governador civil da Horta. É juiz de Direito na ilha do Pico. Nasceu a 8 de agosto de 1847.
- Carlos Brum da Silveira⁴⁷ — terceirense, sacerdote, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1871.
- Henrique Herz⁴⁸ — terceirense, bacharel em Direito, em 1871. Faleceu juiz de Direito nas Velas.
- Félix José da Costa Sotto Mayor — terceirense, bacharel em Direito, em 1879. Foi advogado em Angra e conservador privativo do registo predial na Vila da Praia. É atualmente conservador na comarca de Ponta Delgada, advogado e reitor do Liceu Nacional Central da mesma cidade. Nasceu aos 17 de fevereiro de 1863.

- João Torquato Coelho Rocha — terceirense, bacharel em Direito, em 1881, nasceu aos 19 de abril de 1856. Já está feita a referência quando tratámos do centenário camoniano.
- Jacinto Cândido da Silva — terceirense, bacharel em Direito, em 1881, nasceu aos 30 de novembro de 1857. Também feita a referência quando tratámos do mencionado centenário.
- Diogo Gomes de Menezes⁴⁹ — terceirense, bacharel em Direito, em 1882, nasceu em 21 de novembro de 1855. Foi delegado do Procurador da Coroa e Fazenda no Ultramar. É juiz de 1.^a instância do Ultramar, e atualmente no quadro.
- António da Fonseca Carvão Paim da Câmara — [filho do 2.^o barão do Ramalho], terceirense, [bacharel em Direito] em 1883. Está feita a referência como diretor da Escola Distrital.
- Cândido de Menezes Pacheco de Melo Forjaz de Lacerda⁵⁰ — terceirense, bacharel em Direito, em 1891, nasceu em 5 de maio de 1863. Foi subdelegado de Procurador Régio, e juiz substituto de Direito nesta comarca. Exerceu o cargo de vereador da Câmara Municipal de Angra.
- José dos Reis Fisher — terceirense, sacerdote, bacharel em Teologia e Direito, em 1885. Está feita a referência como reitor do Seminário.
- Jacinto dos Reis Fisher⁵¹ — terceirense, bacharel em Matemática, em 1889, nasceu aos 8 de janeiro de 1867. É tenente de Artilharia.
- Francisco dos Reis Fisher⁵² — terceirense, bacharel em Direito, em 1891, nasceu aos 18 de abril de 1863. Foi delegado do Procurador da Coroa e Fazenda no Ultramar. Faleceu no Congo a 9 de dezembro de 1895.
- Pedro Álvares da Câmara Paim de Bruges⁵³ — terceirense, bacharel em Direito, em 1895, nasceu no 1.^o de agosto de 1872. É advogado e notário nesta comarca. Foi vice-presidente da Câmara de Angra.
- João de Bettencourt Barcelos Machado⁵⁴ — bacharel em Direito, em 1896, nasceu aos 14 de outubro de 1872. É notário nesta comarca.

- Ruy Telles Palhinha ⁵⁵ — terceirense, bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra, em 1893. Foi professor do Liceu de Santarém, e atualmente é professor no Liceu de Lisboa.
- João Nogueira de Freitas⁵⁶ — terceirense, nasceu aos 5 de dezembro de 1866. Completou o curso de agronomia em 1889. Foi agrónomo em Beja, e atualmente é agrónomo em Angra do Heroísmo. É agente consular de França e agente da Companhia Insulana de Navegação e da Companhia de Seguros Fidelidade.

*

Farmacêuticos:

- Frederico Augusto Lopes da Silva — terceirense, já está feita a referência como reitor interino do Liceu.
- Pedro de Lemos⁵⁷ — terceirense, farmacêutico pela escola do Porto, em 1885, nasceu aos 12 de maio de 1858. Está estabelecido em Angra do Heroísmo.
- Teotónio Alberto Mendes⁵⁸ — terceirense, farmacêutico pela escola do Porto, em 1892, nasceu aos 24 de setembro de 1866. É farmacêutico do Hospital de Santo Espírito.
- João da Rocha Lemos⁵⁹ — terceirense, farmacêutico pela escola do Porto, em 1893, nasceu aos 10 de julho de 1871. Está estabelecido em Angra do Heroísmo.
- Alfredo Machado da Silva⁶⁰ — terceirense, farmacêutico pela escola de Lisboa. Está estabelecido em São Miguel.
- Manuel Ferreira Giraldes⁶¹ — terceirense, farmacêutico pela escola do Porto, em 1891, nasceu aos 15 de dezembro de 1868. Está estabelecido em Aldeia Galega.
- João Baptista Mendes⁶² — terceirense, farmacêutico pela escola de Lisboa, em 1898, nasceu aos 12 de fevereiro de 1877. É farmacêutico da Santa Casa da Misericórdia da Vila da Praia da Vitória.

- Francisco Lúcio Fagundes Júnior⁶³ — terceirense, farmacêutico pela escola de Lisboa, em 1899, nasceu aos 15 de fevereiro de 1876. Está estabelecido na Vila da Praia da Vitória.
- Aurélio Leonardo do Rego⁶⁴ — terceirense, farmacêutico pela escola do Porto, nasceu aos 2 de dezembro de 1871. Está estabelecido em Lisboa.
- Ilídio Mourato⁶⁵ — terceirense, farmacêutico pela escola de Lisboa, em 1901, nasceu aos 26 de junho de 1880.
- Luiz Gomes da Silva⁶⁶ — terceirense, farmacêutico pela escola de Lisboa, em 1901, nasceu aos 31 de dezembro de 1865. Está estabelecido em Angra do Heroísmo.
- José Bettencourt Coelho da Rocha⁶⁷ — terceirense, farmacêutico pela escola de Lisboa, em 1898, nasceu aos 20 de setembro de 1871. Está estabelecido em Ponta Delgada, São Miguel.

*

Ilha de São Jorge

Em Medicina e Cirurgia:

- Francisco José da Silveira⁶⁸ — jorgense, em cirurgia, obteve carta régia de 2 de setembro de 1802.
- José Severino de Avelar e Lemos⁶⁹ — jorgense, médico-cirurgião por uma escola do Rio de Janeiro. Estabeleceu-se na cidade de Niterói.
- Francisco Severino de Avelar⁷⁰ — jorgense, médico-cirurgião pela escola de Lisboa, 1858. Exerceu clínica nos Açores. Foi guarda-mor de saúde em Ponta Delgada, São Miguel, e em Belém, Lisboa. É delegado de saúde aposentado. Foi deputado pela Horta. Reside em Lisboa.
- Emílio Severino de Avelar⁷¹ — jorgense, médico-cirurgião pela escola de Lisboa, 1862. Exerceu clínica nos Açores e em Lisboa. Faleceu em São Tomé a 5 de março de 1894.

- José de Lacerda⁷² — jorgense, médico-cirurgião pela escola de Lisboa, 1893. Exerce clínica em Lisboa, é médico do Hospital de São José, deputado da nação pelo círculo de Angra do Heroísmo, escritor e jornalista.
- Manuel Vitorino de Bettencourt⁷³ — jorgense, médico-cirurgião pela escola de Lisboa, 1893. É médico municipal e do Hospital de Santo Espírito, e diretor do Posto de Desinfecção em Angra do Heroísmo. Foi procurador à Junta Geral deste distrito, e médico municipal e do Hospital da Vila da Praia da Vitória. Nasceu a 28 de outubro de 1866.
- José Ernesto de Amorim⁷⁴ — jorgense, bacharel em medicina e cirurgia pela Universidade de Coimbra, 1894. É professor do 6.º grupo do Liceu de Viseu.
- Trajano Baptista Pereira⁷⁵ — jorgense, médico cirurgião pela escola de Lisboa, 1896. Foi médico da câmara municipal e do hospital da Vila da Praia da Vitória. É médico municipal nas Velas.
- João Pereira de Lacerda Forjaz⁷⁶ — médico-cirurgião pela escola do Porto, 1898. É medico na ilha das Flores.

*

Em diversas faculdades:

- Padre João de Sousa Pacheco⁷⁷ — jorgense, tomou grau de bacharel na Universidade de Coimbra. Foi vice vigário do Norte Grande em 1700 e vigário da Matriz e ouvidor eclesiástico de 1703 a 1714, em que faleceu.
- Padre Lázaro de Sousa Pereira⁷⁸ — jorgense, tomou grau de bacharel na Universidade de Coimbra. Foi arcediogo da Sé de Angra.
- António Garcia Sarmento — jorgense, tomou grau de bacharel [em Cânones] na Universidade de Coimbra.
- D. Frei Bartolomeu do Pilar⁷⁹ — jorgense, 1.º bispo do Grão-Pará. Tomou grau de Teologia na Universidade de Coimbra em 1702. Eleito bispo em 1717, foi confirmado e sagrado em 1720. Saiu de Lisboa em 5 de junho

de 1724, chegou ao Maranhão em 20 de julho e a 29 à cidade de Belém, capital do bispado. Faleceu a 9 de abril de 1733.

- António José Pereira da Silveira e Sousa⁸⁰ — jorgense, bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, 1821. Foi juiz substituto do de Direito nas Velas, e como tal prestou juramento em 28 de dezembro de 1822, quando ali foi jurada a Constituição de 1820. Foi presidente da Câmara [das Velas] e juiz ordinário eleito, subdiretor da Alfândega das Velas e aposentado em oficial. Escreveu diversos artigos que publicou no jornal angrense *O Escudo*.⁸¹ Nasceu em 9 de outubro de 1793, e faleceu a 7 de dezembro de 1881.
- Joaquim José Pereira da Silveira e Sousa⁸² — jorgense, bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, 1822. Foi provedor do concelho de Velas e administrador do mesmo concelho. Foi deputado por Angra em 1848-1850 e governador civil da Horta em parte deste período. Foi presidente da Câmara das Velas em várias épocas, e como tal recebeu D. Pedro IV, quando desembarcou em São Jorge aos 11 de abril de 1832. Era chefe do Partido Regenerador da localidade. Faleceu no 1.º de maio de 1870.
- Manuel Teixeira Soares⁸³ — jorgense, bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra, 1826. Foi residir em Ponta Delgada, onde casou e faleceu.
- João Bernardes da Câmara Madureira Cirne⁸⁴ — jorgense, bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, 1821. Foi juiz substituto eleito, juiz de fora na ilha Graciosa, corregedor em São Jorge, delegado do procurador régio no Pico e Vila Franca. Tomou parte ativa no movimento liberal.
- João Silveira da Luz⁸⁵ — jorgense, bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra, 1823.
- José Soares Teixeira de Sousa⁸⁶ — jorgense, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, 1849. Foi administrador do concelho de Velas e pagador das Obras Públicas em São Jorge. Nasceu aos 26 de março de 1826 e faleceu aos 20 de agosto de 1885.

- José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa⁸⁷ — jorgense, bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra, antigo deputado da nação, é atualmente administrador do concelho das Velas. É conselheiro.
- João Teixeira Soares de Sousa — jorgense, bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra. Foi deputado em 1865. Prestou relevantes serviços às letras e à história açoriana, da qual foi incansável investigador, oferecendo-lhe valiosos subsídios. Conhecia diferentes línguas e era versado nas crónicas dos antigos escritores portugueses. O *Archivo dos Açores* faz as mais honrosas e justas referências à sua erudição. Nasceu a 12 de setembro de 1827 e faleceu em Ponta Delgada no 1.º de julho de 1882.
- António Pereira da Cunha e Silveira⁸⁸ — jorgense, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, 1854. Foi administrador do concelho da Calheta e presidente da Câmara. Nasceu em 1828 e faleceu em janeiro de 1900.
- João Pereira da Cunha Pacheco⁸⁹ — jorgense, bacharel em Direito Pela Universidade de Coimbra, 1854. Foi administrador do concelho das Velas e presidente da Câmara.
- D. Manuel Bernardo de Sousa Enes⁹⁰ — jorgense, doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra, 1857. Foi lente substituto de Teologia na Universidade em 1861 e catedrático em 1872. Regeu várias cadeiras no seminário daquela cidade. Foi apresentado bispo de Macau em 1873, confirmado e sagrado em 1874. Em 1883 foi transferido para a diocese de Bragança, e em 1885 para a de Portalegre. Esteve nesta ilha Terceira em 1837, como praticante no escritório do advogado dr. António Moniz Barreto.⁹¹ Antes da sua ordenação e formatura esteve na Bahia lecionando latim e grego no Colégio da Conceição, 1841. Nasceu em 5 de novembro de 1814 e faleceu em 8 de setembro de 1887.
- José Bettencourt da Silveira e Ávila⁹² — jorgense, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, 1864. Foi administrador do concelho da Praia da Vitória, juiz ordinário na Calheta, delegado do Procurador Régio na Horta e Praia da Vitória, Ribeira Grande, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e

novamente em Angra, de onde saiu, em 1903, para exercer o cargo de juiz da Relação dos Açores. Nasceu em 9 de maio de 1838.

- Padre Manuel Inácio da Silveira Borges⁹³ — jorgense, monsenhor, bacharel em Teologia pela Universidade de Coimbra, 1870. Foi professor de ensino livre em Coimbra, capelão-mor da Real Capela da Universidade de Coimbra, cônego da Sé do Porto e vice-reitor do seminário daquela cidade. Faleceu no Porto.
- José Joaquim Borges de Azevedo Enes⁹⁴ — jorgense, bacharel em Teologia e Direito, pela Universidade de Coimbra, 1873-1874. Foi juiz no Ultramar e presidente da Relação de Goa.
- José Pimentel Homem de Noronha — jorgense, bacharel em Teologia e Direito pela Universidade de Coimbra, 1873-1874. Foi administrador do concelho e comissário de polícia em Angra do Heroísmo, e governador civil deste distrito. Era presidente da Câmara Municipal desta cidade por ocasião da visita régia. Foi deputado por este círculo. É advogado. Nasceu aos 12 de abril de 1849.
- Manuel Veloso Armelim Júnior⁹⁵ — jorgense, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, 1887. É advogado em Lisboa. Escreveu e publicou o livro «*Dois beneméritos, José Maria Assis e Constantino Cumano*». É diretor do jornal de jurisprudência *O Correio Jurídico*, de Lisboa.
- José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa [Jr.]⁹⁶ — jorgense, nasceu aos 8 de janeiro de 1864. Completou o curso de agronomia em 1886, foi diretor da Escola Agrícola de Santarém e membro da comissão de inquérito agrícola da comissão científica presidida pelo conselheiro Mariano de Carvalho.⁹⁷ Foi deputado da nação em 1895-1896 e em 1901. É conselheiro. Reside em Angra.
- Manuel Bernardo Borges de Azevedo Enes⁹⁸ — jorgense, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, 1887. É advogado e jornalista em Lisboa.

- Miguel Teixeira Soares de Sousa⁹⁹ — jorgense, doutor em Letras por uma Universidade da Bélgica. Foi presidente da Câmara das Velas e exerceu o cargo de juiz substituto do de Direito. Nasceu aos 12 de agosto de 1824 e faleceu nesta cidade de Angra aos 10 de agosto de 1894.

*

Ilha Graciosa

Em Medicina e Cirurgia:

- Ildefonso Borges — graciosense, médico veterinário e agrónomo pelo Instituto de Lisboa, 1889-1890. Foi chefe de serviço e repetidor do Instituto. É intendente de pecuária do Distrito de Angra do Heroísmo, e membro da comissão distrital de estatística. Nasceu aos 14 de outubro de 1864.
- Manuel Teles Pinto de Leão¹⁰⁰ — graciosense, médico cirurgião pela escola do Porto, 1901. Exerce clínica na ilha das Flores.

*

Em diversas faculdades:

- Francisco Jerónimo Coelho e Sousa¹⁰¹ — graciosense, bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, 1825. Faleceu juiz do Supremo Tribunal de Justiça.
- António de Sousa Machado¹⁰² — graciosense, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, 1844. Foi presidente da Câmara do extinto concelho da Vila da Praia da Graciosa. Faleceu em Angra.
- Álvaro Pereira de Bettencourt Lopes¹⁰³ — graciosense, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, 1845. Foi muitos anos administrador do concelho da Lagoa, ilha de São Miguel, onde faleceu.
- João Álvaro de Bettencourt Silveira¹⁰⁴ — graciosense, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, 1844. Faleceu em Coimbra logo após a formatura, antes de volver à pátria e ao seio da sua família.

- Luís António Gil da Silveira¹⁰⁵ — graciosense, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, 1872. Foi advogar para a comarca do Fundão, Beira Baixa, onde casou e reside.
- João Álvaro de Brito de Albuquerque — graciosense, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, 1873. Nasceu aos 13 de março de 1850. Tem exercido o lugar de 1.º juiz substituto do de Direito na comarca da Graciosa, e posteriormente o de reitor do Liceu Nacional de Angra do Heroísmo, como de referência já feita. Dirige a folha periódica *Ilha Graciosa*.
- João de Mendonça Pacheco de Melo — graciosense, bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra, 1881. Nasceu aos 27 de janeiro de 1857. Já está feita referência quando tratamos do centenário camoniano.
- Francisco Silveira Machado¹⁰⁶ — graciosense, bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra, 1858. Faleceu em Ponta Delgada, onde havia casado.
- João Inácio de Simas e Cunha [Jr.]¹⁰⁷ — graciosense, moço fidalgo da Casa Real, barão de Guadalupe, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. Foi muitos anos advogado e presidente da Câmara Municipal [de Santa Cruz] da ilha Graciosa, tendo antes ocupado na comarca de Angra o lugar de primeiro juiz substituto do de Direito.
- João de Bettencourt¹⁰⁸ — graciosense, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. Foi advogado na comarca da Graciosa, onde faleceu.

*

Além das pessoas que, nas antecedentes e resumidas notas biográficas temos apresentado, há a adicionar-lhes aquelas, que não tendo cursos superiores, ou mesmo tendo-os algumas, alcançaram, pela sua aplicação ao estudo, pelo seu talento e superior inteligência, nome distinto, prestando bons serviços à história e letras pátrias.

Assim digamos algo dos historiadores, escritores e jornalistas deste distrito:

*

Ilha Terceira

- Padre Manuel Luís Maldonado — terceirense, nasceu em 1645, foi capelão do Castelo de São João Baptista, escreveu: *Primum vivens da Fenix Renascida*.¹⁰⁹ Faleceu em 1711.
- Padre António Cordeiro — terceirense, nasceu em 1641 e faleceu a 2 de fevereiro de 1722 em Lisboa. Escreveu: *História Insulana das ilhas a Portugal sujeitas no oceano Ocidental*, 1717;¹¹⁰ *Loreto Lusitano, Virgem Senhora da Lapa, residência milagrosa do Real Colégio de Coimbra*, 1719;¹¹¹ *Resoluções Teo-Jurísticas*, 1718.¹¹²
- Manuel Inácio Martins Pamplona Corte-Real¹¹³ — terceirense, 1.º conde de Subserra,¹¹⁴ gentil-homem da câmara de el-rei D. João VI, conselheiro de Estado, grã-cruz da Ordem da Torre e Espada, comendador da Ordem de Cristo, condecorado com a *granada de ouro* pelas campanhas da Catalunha e Rossillon, grã-cruz da Ordem de Santo Alexandre Nevsky e cavaleiro da Ordem de São Vladimir na Rússia, grã-cruz da Ordem de Carlos III em Espanha; em França, grã-cruz da Ordem da Legião de Honra, cavaleiro de São Luís, barão de Pamplona, e tenente-general. Bacharel formado em Matemática, seguiu a carreira militar; foi cadete e oficial no Regimento de Cavalaria de Santarém, passou como voluntário à Rússia, onde serviu com distinção na guerra de 1788 contra a [Sublime] Porta, achando-se no assalto de Ismael; esteve no Exército Aliado, comandado pelo duque de York, e assistiu ao sítio de Valenciennes; foi ajudante do general da Divisão Auxiliar Portuguesa na guerra do Rossillon, e depois tenente-coronel e segundo comandante da Legião de Tropas Ligeiras em 1797, coronel do Regimento de Cavalaria n.º 9 em 1801, brigadeiro em 1806, marechal-de-campo e chefe do Estado-Maior General das tropas que saíram para Espanha e França em 1808, comandante de Cavalaria da Legião Portuguesa em França, e da 1.ª Brigada da 1.ª Divisão do 2.º Corpo do Exército Francês na Rússia, composta de portugueses e franceses

(havendo antes feito uma campanha na Península), acompanhou Luís XVIII a Gand, foi governador militar do Departamento de Loir-et-Cher e de La Côte d'Or em 1815; voltou ao Reino em 1821, e foi nesse mesmo ano Ministro da Guerra e deputado às Cortes, outra vez Ministro da Guerra e Presidente do Conselho, e Assistente ao Despacho em 1823; embaixador a Espanha em 1825; recolheu-se finalmente a Lisboa em abril de 1827, e em junho de 1828 foi preso, por ordem expressa do sr. D. Miguel, e guardado incomunicável nas Fortalezas de São Vicente de Belém, São Julião da Barra, e São Lourenço do Bugio, e ultimamente nas casamatas do Forte da Graça em Elvas, acompanhado sempre de sua heroica esposa, até que faleceu na prisão a 16 de outubro de 1832. Nasceu em Angra a 3 de junho de 1760, sucedeu na casa de seu pai, e casou a 19 de março de 1806 com D. Isabel de Roxas e Lemos Carvalho de Meneses,¹¹⁵ dama da Ordem de Maria Luísa em Espanha, e viúva de Manuel de Roxas e Lemos, seu primo, do qual teve uma filha, que foi a adotiva do 1.º conde, D. Maria Mância de Lemos Roxas Carvalho e Meneses Pequeno Chaves Teixeira Vahia,¹¹⁶ 2.ª condessa de Subserra e Bemposta.

Este ilustre terceirense escreveu: «*Memoria justificativa de Manuel Ignacio Martins Pamplona e de sua mulher D. Isabel de Roxas e Lemos*», 1821;¹¹⁷ «*Aperçu nouveau sur les campagnes des Français en Portugal en 1807, 1808, 1809, 1810 et 1811, contenant des observations sur les écrits de MM. le baron Thiébault, lieutenant-général Naylies, officier supérieur des gardes du corps de Monsieur, Gingret, chef de bataillon en demi-activité*», 1818 ;¹¹⁸ «*La guerre de la péninsule sous son véritable point de vue*», 1819 ;¹¹⁹ e «*O contemporaneo político e litterario*», 1820.¹²⁰

O que fica exposto é extraído da *Resenha das famílias titulares do Reino de Portugal*¹²¹ e do dicionário de Inocêncio.¹²²

- Diogo de Teive Vasconcelos Cabral¹²³ — terceirense, nasceu em 1785. Foi tenente-coronel do corpo de engenheiros, governador das ilhas de Cabo Verde, lente da Academia Real de Fortificação, correspondente da Academia Real das Ciências. Faleceu em Lisboa, em 1836. No dicionário de Inocêncio está anotado o que escreveu este terceirense.

- Padre Jerónimo Emiliano de Andrade — terceirense, escreveu: *Oração capitular, recitada no capítulo provincial, que celebraram os menores observantes da Província de São João Evangelista dos Açores*, 1818¹²⁴; *Elogio histórico da vida do insigne sacerdote José d'Andrade*, 1821;¹²⁵ *Primeiros elementos de historia philosophica*, 1834;¹²⁶ *Primeiros elementos de logica*, 1835;¹²⁷ *Primeiros elementos de methaphysica*, 1835;¹²⁸ *Primeiros elementos de geografia*, 1835;¹²⁹ *Primeiros elementos de ethica*, 1840;¹³⁰ *Primeiros elementos de Litteratura, Oratoria e Poetica*, 1847;¹³¹ *Opusculo historico*, 1837;¹³² *Noções primarias das figuras de geometria e medição de superfícies e volumes solidos*, 1841;¹³³ *Elementos de geographia astronomica, physica, e politica*, 1844;¹³⁴ *Topographia, ou descripção physica, politica, civil, ecclesiastica e historica da ilha Terceira dos Açores*, parte I, 1843, parte II, 1845;¹³⁵ *Apontamentos posthumos para servirem de continuação à Topographia*, [1850];¹³⁶ *Resumo de historia portugueza*, 1846;¹³⁷ *Compendio de arthmetica*, 1846;¹³⁸ *Principios geraes de moral e civilidade christã*, 1856;¹³⁹ *Rudimentos de grammatica latina*, [1842];¹⁴⁰ *Prolegomenos de grammatica latina*; ¹⁴¹ *Elogios de alguns portugueses celebres*, 1852;¹⁴² *Exame de ordinandos até à sagrada ordem do presbyterado*, 1847;¹⁴³ *Primeiros elementos das quatro partes da grammatica portugueza*, 1849.¹⁴⁴ Algumas destas obras têm várias edições, e algumas foram publicadas depois da morte do seu autor.
- Dr. António Moniz Barreto Corte Real — terceirense. Além das *Bellezas de Coimbra*,¹⁴⁵ 1.^a parte, 1 vol., 1831, discursos, relatórios e importantes artigos publicados em vários jornais, publicou: *O desejo, e o quadro do diluvio de Salomão Gessner*; *A Violeta*, 1844;¹⁴⁶ *Bibliothecinha da Infância*, 1846;¹⁴⁷ *Selectasinha da Infancia*; ¹⁴⁸ *Synopse da gramática portugueza*; ¹⁴⁹ *O Lyceu*, jornal literário, 1857.¹⁵⁰ Foi também fundador do *Annunciador da Terceira*.¹⁵¹
- Félix José da Costa — terceirense, oficial aposentado da secretaria do Governo Civil, cavaleiro das Ordens de Cristo, Conceição e Santiago de mérito literário, nasceu aos 27 de fevereiro de 1819, e faleceu em 17 de

janeiro de 1877. Foi um devotado investigador da história açoriana, como se vê em vários artigos e notas históricas, que publicou em vários jornais terceirenses. Escreveu: *Noticia Biographica de Francisco d'Ornellas da Camara Paim*, 1842;¹⁵² *Memoria Biographica do terceirense João d'Avila*, 1844;¹⁵³ *Memoria historica do terremoto que destruiu da Villa da Praia da ilha Terceira em 15 de junho de 1841*;¹⁵⁴ *Memoria estatistica e historica da ilha Graciosa*, 1845;¹⁵⁵ *Noticiario da honrosa visita de Sua Alteza Serenissima o Senhor Infante D. Luiz à ilha Terceira*, 1858;¹⁵⁶ *Memoria sobre a antiga Academia Militar da ilha Terceira*, 1847;¹⁵⁷ *Viagem d'el-rei de Portugal e Senhor D. Pedro V às principaes côrtes da Europa nos annos de 1854 e 1856*;¹⁵⁸ *Colecção dos escriptos administrativos e litterarios do conselheiro José Silvestre Ribeiro, quando governador civil d'Angra*, [1844].¹⁵⁹ Foi deportado para a Graciosa como setembrista, 1847.¹⁶⁰

- Francisco Ferreira Drumonde — terceirense, nasceu em 21 de janeiro de 1796 e faleceu a 11 de setembro de 1858. Escreveu e publicou *Annaes da ilha Terceira*, 4 volumes, 1850-1864. Escreveu mais *Apontamentos topographicos, politicos e ecclesiasticos para a historia das nove ilhas dos Açores, servindo de suporte aos Annaes da ilha Terceira*,¹⁶¹ manuscritos em poder de seu neto João Ferreira Machado Drumonde.¹⁶²
- José Joaquim Pinheiro — terceirense, homeopata, empregado da repartição de Obras Públicas deste distrito, nasceu aos 12 de dezembro de 1833 e faleceu em 27 de novembro de 1894. Colaborou em vários jornais terceirenses e escreveu e publicou: *Memoria descritiva da horrorosa catastrophe na ilha Terceira dos Açores, na noite de 22 para 23 de julho de 1891*;¹⁶³ *Memoria historica da Villa da Praia da Victoria*, a qual ficou incompleta devido à doença que o vitimou; *Epocas memoráveis da Ilha Terceira*, 6 volumes.¹⁶⁴ O 6.º volume e parte do 5.º foram escritos por seu filho, o terceirense Manuel Pinheiro.
- Padre José Maria Pacheco de Aguiar — terceirense, cônego da Sé de Angra, nasceu a 8 de dezembro de 1803, e faleceu a 21 de julho de 1876. Foi professor de Teologia Dogmática e Moral em Braga e Porto, prior na igreja de Santa Eulália, na vila de Águeda, diocese de Aveiro, e professor do

Seminário de Angra. Era um sacerdote exemplar e ilustrado. Escreveu e publicou: *Elementos de Metaphysica, segundo Genuense*;¹⁶⁵ *Períodos da história portuguesa antiga e moderna*;¹⁶⁶ *Cartilha de Doutrina Christã*.¹⁶⁷ Os seus inéditos, segundo se refere, são na maior parte sermões e discursos, destacando-se: *Pequena Bibliotheca Açorica, ou Catalogo dos escriptores dos Açores, divididos pelos distritos oriental, central e occidental*.¹⁶⁸

- José Lourenço da Rocha¹⁶⁹ — subdiácono, terceirense, nasceu aos 12 de agosto de 1766, e faleceu a 24 de outubro de 1844. Atacado de uma paralisia, aos 20 anos de idade, não quis passar de subdiácono. É opinião unânime de todos os que o conheceram, e dos que acerca dele escreveram, que foi uma notabilidade nas letras e nas virtudes, e um professor sábio e distinto. «Foi — diz Drummond — *perfeitíssimo latino, retórico, filósofo e teólogo. Soube a fundo o grego, francês, italiano, espanhol e, sobretudo, manejava tão perfeitamente a língua portuguesa, que se podia reputar um mestre dela*». Sepultado no cemitério da paróquia de São Jorge das Doze Ribeiras, onde nasceu, foram os seus restos mortais trasladados para a igreja daquela freguesia aos 5 de outubro de 1846, como se vê do respetivo auto, que está publicado na *Topographia da ilha Terceira*, anotada pelo cônego José Alves da Silva, páginas 369-372.
- Francisco Jerónimo da Silva — terceirense, a que já nos referimos, nasceu aos 30 de dezembro de 1807 e escreveu: *Descrição da entrada d'el-rei nosso senhor Miguel na cidade de Braga, 1832*;¹⁷⁰ *O dia oito de março ou a defesa da archi-confraria da Santissima e Immaculada Conceição de Maria, varias cartas, 1846*;¹⁷¹ *Epicedio ou trecho funebre ao fallecimento da esposa do seu amigo João Pereira Forjaz de Lacerda, 1847*;¹⁷² *Sonetos, ao ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. D. Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e Mello, arcebispo de Braga, [1843]*;¹⁷³ *A Terceira ou o ausente visitando a terra natal, poesia*; ¹⁷⁴ *Alegação oral em defesa do periodico «A Nação», 1852*.¹⁷⁵
- Padre Francisco Rogério da Costa — terceirense, cônego honorário, pregador régio e vigário da paroquial de Nossa Senhora da Conceição da

cidade de Angra, nasceu em 1822, e faleceu aos 28 de agosto de 1886. Foi professor particular em matérias teológicas. Dotado de superior talento e de vasta inteligência, possuidor de todos os requisitos exigidos ao bom orador, foi, incontestavelmente, o primeiro orador sagrado açoriano, fazendo ouvir a sua palavra autorizada, arrebatadora, eloquente, em todas as igrejas da ilha Terceira, e em muitas de algumas ilhas dos Açores. A sua perda deixou um vácuo na tribuna sagrada açoriana que até hoje não foi por igual preenchido. O esplendor do culto, a pompa das festividades religiosas nos Açores muito devem ao padre Rogério. Foi ele o primeiro que estabeleceu no Arquipélago a devoção do Mês de Maria. Colaborou em vários jornais políticos e religiosos.

- D. Frei Cristóvão da Silveira¹⁷⁶ — terceirense, nasceu em 13 de março de 1614 e faleceu a 9 de abril de 1673. Foi arcebispo de Goa, e compôs em latim algumas obras filosóficas e religiosas.
- Padre Pedro Cordeiro Espínola¹⁷⁷ — terceirense, doutor em Cânones, lente substituto na Universidade de Coimbra, jurisconsulto, *etc.*, foi deão da catedral metropolitana da Bahia, Brasil, onde esteve alguns anos. Escreveu: *Commentarios às ordenações do Reino*. Era irmão do padre António Cordeiro.
- Caetano Francisco do Couto¹⁷⁸ — terceirense, foi, segundo refere Drummond, bom poeta e improvisador. Faleceu em 1763.
- Padre Manuel de Sousa Menezes¹⁷⁹ — terceirense, era, em 1755, vigário da matriz da Vila de São Sebastião, e escreveu um livro de *Genealogia*, manuscrito que Drummond diz ser importante.
- Padre Narciso António da Fonseca¹⁸⁰ — terceirense, capelão fidalgo da Casa Real, comendador da Ordem de Cristo, cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, pregador de todas as reais capelas, deão da Sé de Angra, nasceu em 1802 e faleceu a 28 de julho de 1869. Foi jornalista distinto, político hábil de comprovada influência, vulto importante do Partido Regenerador terceirense. Foi o orador nas exéquias da rainha, a Senhora D. Maria II.

- José Augusto Cabral de Melo — terceirense, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, secretário da Câmara Municipal de Angra, advogado de provisão, membro correspondente da Academia Filomática do Rio de Janeiro, nasceu aos 22 de janeiro de 1793¹⁸¹ e faleceu aos 16 de outubro de 1871. Foi poeta, escritor e jornalista. A longa lista das suas produções, e suas traduções, está publicada em *A Terceira* de [9 de junho de] 1888: *Subsídios para a bibliographia Açoreana*,¹⁸² [da autoria de Joaquim José] Coelho Mendes.¹⁸³
- José Inácio Barcelos da Silveira¹⁸⁴ — terceirense, escreveu: *Memoria sobre a contra-revolução na ilha Terceira em 1828*, Lisboa, 1834.¹⁸⁵ Referidos *Subsídios*.¹⁸⁶
- António Diniz Ormonde¹⁸⁷ — terceirense, foi um dos redatores do antigo jornal praiense *Onze de Agosto*.¹⁸⁸ Faleceu.
- Padre Mariano Constantino Homem — terceirense, foi vigário na freguesia das Fontinhas, e quando se estabeleceu o Liceu de Angra foi nomeado professor efetivo, e regeu as cadeiras de latim, latinidade e português. Escreveu e publicou: *Pequena biographia historica da vida do insigne padre Jeronymo Emiliano d'Andrade; primeiro commissario dos estudos neste districto, offerecido ao publico pelo seu antigo discípulo e amigo e padre, etc.*, 1848; *Oração recitada na nova egreja de S. Theotonio*, 1843. Faleceu em 1881.
- Tibúrcio António Craveiro¹⁸⁹ — terceirense, nasceu a 4 de maio de 1800 e faleceu em julho de 1844, a bordo de um navio, quando regressava aos Açores. Produziu e escreveu: *Merope*, tragédia de Voltaire, 1826; *Mithdriates*, tragédia de João Racine, 1828;¹⁹⁰ *Ermenonville ou o túmulo de Jean Jacques Rousseau*, [1831];¹⁹¹ *Compendio de historia portugueza*, seis livros, 1833; *Apendice ao compendio da historia portugueza*, 1834; *Lara*, romance de Lord Byron, 1837; *Discursos acerca da rhetorica*, 1842; e *Ensaio acerca da tragédia*.¹⁹²

- Roberto Luiz de Mesquita [Pimentel]¹⁹³ — terceirense, bacharel formado em Matemática, foi deputado às Cortes de 1821. Escreveu: *A imparcialidade julgando os Jesuítas*, 1830.¹⁹⁴ Morreu em idade avançada.
- Tomás José da Silva¹⁹⁵ — terceirense, nasceu a 7 de dezembro de 1779. Foi nomeado por D. João VI, em 1819, inspetor de agricultura nos Açores, lugar que exerceu até 1821. Devido às lutas civis emigrou para o Brasil, estabelecendo-se como comerciante e industrial em Pernambuco, onde faleceu. Escreveu: *Reflexões sobre a agricultura, industria e commercio da ilha Terceira*, 1822.¹⁹⁶
- João Miguel Coelho Borges¹⁹⁷ — terceirense, nasceu aos 20 de setembro de 1778 e faleceu aos 20 de setembro de 1846. Escreveu: *Biographia de Luiz Diogo Pereira Forjaz, seguida da oração funebre de F. C. Vanzeller na morte do mesmo; Elegia à morte de Manuel Maria Barbosa du Bocage*, 1806; *Elegia a Sua Magestade el-rei D. João VI, impresso na relação da maneira porque foi celebrado na cidade de Angra o dia 13 de maio de 1824, aniversário de Sua Magestade Fidelíssima o senhor D. João VI*, 1824.
- Manuel Homem da Costa Noronha — terceirense, nasceu em janeiro de 1828. Foi deputado por Torres Vedras, vice-presidente da Câmara Municipal de Angra, vogal da Junta Geral e presidente da comissão executiva da mesma Junta, e ultimamente nomeado inspetor do selo. Foi redator principal de *A Terceira*, colaborou em vários jornais, e fundou o semanário *O Districto de Angra*. Faleceu em 5 de novembro de 1897.
- António Joaquim da Fonseca¹⁹⁸ — terceirense, nasceu em 1838 e faleceu em 10 de janeiro de 1870. Foi distinto jornalista, e colaborou nos jornais *Pobres da Terceira*, *Clarim*, *A Terceira* e outros.
- Manuel Joaquim dos Reis¹⁹⁹ — terceirense. Foi empregado da secretaria do Governo Civil, sendo aposentado como 1.º oficial. Foi professor efetivo da cadeira da língua inglesa no Liceu Nacional de Angra, onde exerceu o cargo de reitor no impedimento do próprio. Nasceu em 1831 e faleceu a 20 de março de 1898.

- Manuel Basílio Coelho Rocha — terceirense, nasceu aos 14 de junho de 1846 e faleceu a 15 de julho de 1874. Foi vereador da Câmara de Angra, vogal da Junta Geral, tesoureiro da Câmara, agente consular de Sua Santidade, advogado de provisão, e administrador do concelho e comissário de polícia interino. Colaborou em vários jornais, e publicou *O Boletim Judicial*.
- Padre Antonio Joaquim Borges²⁰⁰ — terceirense, cônego honorário, pregador régio, vigário da freguesia do Cabo da Praia, examinador pro-sinodal, foi sacerdote ilustrado, um orador distinto, e prestou relevantes serviços à Igreja. Colaborou no jornal *O Angrense*, e foi o redator principal do jornal praiense *O Onze de Agosto*.
- Padre José Augusto Coelho de Brito²⁰¹ — terceirense. Foi cura em várias paróquias da ilha Terceira, ouvidor na Vila Franca, e prior das Capelas em São Miguel, onde faleceu. Foi jornalista distinto e redator do *Onze de Agosto*.
- Padre José Pacheco Dutra²⁰² [José d'Utra Pacheco] — terceirense, cônego honorário, pregador régio, era pároco da freguesia de Santa Luzia desta cidade quando faleceu em 1870. Foi distinto orador sagrado.
- Jorge de Almeida Monjardino — terceirense, nasceu aos 11 de junho de 1846 e faleceu em abril de 1886. Foi tesoureiro pagador do distrito de Angra. A sua ilustração e superior talento concederam-lhe justos foros de jornalista distinto. Colaborou no *Revolução de Setembro*, de Lisboa, e em vários jornais açorianos.
- João Marcelino de Mesquita²⁰³ — terceirense, nasceu em 3 de agosto de 1830 e faleceu a 28 de dezembro de 1902. Escreveu: *Noções Elementares de Desenho*, 1857; *Manuscriptos* para as escolas. Existem algumas das suas produções poéticas publicadas em jornais. Era um bom calígrafo.
- Padre João de Aguiar Valadão²⁰⁴ — terceirense, vigário da paróquia de Belém [Terra Chã], pregador régio, nasceu em 10 de novembro de 1831 e faleceu a 31 de outubro de 1855. Foi devotado membro do Partido Histórico, de que nesta ilha foi chefe o 1.º conde da Praia da Vitória, e,

depois do Pacto da Granja, acompanhou sempre o Partido Progressista. Como jornalista e orador distinto defendeu com ardor a política do seu partido, na imprensa e nos comícios. Era veemente na polémica, e houve-se sempre com inexcedível valor nas lutas partidárias por que passou a ilha Terceira. Alquebrado de forças pela doença, que o vitimou, a sua energia e força de vontade dominavam as dores físicas logo que se tornava necessário para a luta, depois caía extenuado, mas nunca faltou em comparecer ao menor grito de alarme do seu partido.

- Joaquim Coelho de Andrade e Santos²⁰⁵ — terceirense. Foi professor particular de instrução primária e de latim. Estabeleceu o colégio denominado Novo Colégio da Guia.²⁰⁶ Escreveu e publicou: *Apontamentos sobre as quatro conjugações dos verbos latinos acomodados à gramática elementar da língua latina do sr. Joaquim Alves de Sousa*, 1873. Nasceu a 2 de julho de 1844 e faleceu a 13 de dezembro de 1883.
- João José de Aguiar²⁰⁷ — terceirense, nasceu aos 30 de setembro de 1844 e faleceu em 21 de outubro de 1888. Foi amanuense da secretaria da Câmara Municipal de Angra, escrivão da administração deste concelho, e era condecorado com o hábito de Cristo. Foi procurador à Junta Geral do distrito, e vogal da comissão executiva da mesma Junta. Era conceituado jornalista e colaborou com comprovada competência em vários jornais terceirenses. Escreveu e publicou: *Memoria descriptiva da inauguração do retrato do fallecido par do reino conde da Praia da Victoria, no salão nobre do palacio da camara municipal de Angra do Heroismo*; e *O Bispo de Nilopolis e a ilha Terceira*, 1887.²⁰⁸
- José Teixeira Soares²⁰⁹ — terceirense, nasceu em 1852 e faleceu a 27 de outubro de 1874. Foi professor de instrução primária e colaborou em vários jornais.
- Gonçalo Rodrigues da Câmara Lima²¹⁰ — terceirense. Foi advogado de provisão na comarca de Angra, e exerceu vários cargos eletivos. Colaborou em vários jornais e almanaques, tendo produções em prosa e verso. Faleceu em setembro de 1879.

- António Joaquim Teixeira²¹¹ — terceirense, nasceu aos 28 de março de 1853. Como jornalista colaborou em vários jornais angrenses, e escreveu: *A mulher vendida ou historia de um casamento*; *O Parocho na aldeia*, comédia em 3 atos; fundou o *Chicote*, pequeno jornal. Cultivou a arte musical, deixando algumas produções avulsas. Foi empregado de Fazenda, esteve em África e faleceu em Lisboa.
- João de Sousa Pereira²¹² — terceirense, nasceu em 1823. Quando rapaz exerceu a profissão de tipógrafo. Aplicando-se ao estudo, principiou a escrever para o jornal *O Angrense*, publicando algumas produções em prosa e verso com o pseudónimo *Mathias Alberto*, mais tarde foi empregado na conservatória de Angra do Heroísmo, chegando a ser ajudante da mesma conservatória. Era um bom e honesto empregado. Faleceu nesta cidade.
- Joaquim José Coelho Mendes — terceirense, nasceu a 12 de junho de 1861. Colaborou em vários jornais e almanaques; escreveu várias biografias, e poesias, o que tudo consta dos *Subsidios para a historia litteraria dos Açores*, que principiou a coligir e publicar em folhetins no jornal *A Terceira* de 1886-1888. Era inteligente, estudioso e trabalhador. Faleceu aos 7 de dezembro de 1890.
- Teotónio Simão Paim de Ornelas Bruges — terceirense, bacharel em Filosofia pela Universidade Livre de Bruxelas, em 1862, advogado nas comarcas de Angra e Praia da Vitória, antigo deputado da nação, por Angra do Heroísmo e Pico, 1868 e 1879. Nasceu aos 22 de setembro de 1841. Escreveu: *Aqui Não, resposta ao folheto intitulado D. Miguel II*; *Philosophia da Historia*, conferências realizadas na extinta sociedade Grémio Literário, 1871; *Duas palavras sobre a solidariedade humana*, discurso pronunciado no salão do paço municipal de Angra, no sarau promovido em benefício das vítimas dos terremotos da Andaluzia, 1885; *Memoria da solemne entrada na sua diocese do ex.mo e rev.mo D. João Maria, bispo de Angra do Heroísmo*, 1872; traduziu a comédia francesa *Honra e Dinheiro*, de Ponsard,²¹³ e tem vários e importantes trabalhos jurídicos, e brilhantes discursos forenses, históricos e literários, que pena é não verem a luz da

publicidade. Foi chefe fiscal do distrito das alfândegas dos Açores, escrivão da Câmara Municipal, subinspetor de instrução secundária nos Açores e Madeira desde 1881 a 1892, em que a subinspeção foi extinta, e foi também o primeiro diretor da atual Escola Distrital. É jornalista e tem sido o diretor político de *O Angrense*. Foi administrador deste concelho, vogal da Junta Geral do distrito, e membro da comissão executiva da mesma Junta.

- António da Fonseca Carvão Paim da Câmara — terceirense, barão do Ramalho, comendador da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, fidalgo cavaleiro da Casa Real, doutor em Ciências Naturais pela Universidade de Bruxelas, 1858, nasceu aos 17 de setembro de 1835. Foi governador civil deste distrito, deputado da nação, vogal do conselho de distrito e da Junta Geral, e presidente da Câmara Municipal desta cidade. Como jornalista primoroso foi diretor político de *A Terceira*. É inspetor superior das alfândegas, e está colocado na alfândega de Angra.
- António Borges do Canto Moniz²¹⁴ — terceirense, nasceu a 27 de fevereiro de 1846. Foi professor régio de instrução primária, e é hoje inspetor de 1.ª classe do corpo da fiscalização de impostos. Escreveu: *A ilha Graciosa, descrição historica e topographica*, 1884; *Biographia de D. Catharina de Senna, abbadessa do convento de S. Gonçalo de Angra*, 1874, e várias produções em prosa e verso, artigos políticos, folhetins, etc., publicados em diversos jornais do continente e Açores.
- Alberto Teles de Utra Machado — terceirense, já está feita a referência como bacharel. Escreveu: *Cantos Açoreanos*; *D. Affonso VI, fragmento*, 1857; ²¹⁵ *Rimas*, 1863; importantes produções publicadas em vários números da *Illustração Portuguesa*, e ultimamente tem traduzido os belos volumes, que constituem a preciosa biblioteca do benemérito Júlio de Andrade.²¹⁶
- Augusto Ribeiro — terceirense, antigo deputado, 1887-1890, comendador de número da nobilíssima Ordem de Carlos III e de Isabel a Católica de Espanha; cavaleiro da Legião de Honra e oficial de Instrução Pública em França, de Leopoldo da Bélgica, de Gustavo Vasa da Suécia, membro

honorário da *Société des Sciences* de Bruxelas; sócio correspondente da *Société académique indochinoise*, de Paris, e seu delegado geral pelos Açores, membro honorário do *Conseil héraldique de France*, e do Instituto Heráldico de Roma; sócio efetivo da Real Associação dos Arqueólogos de Portugal; membro efetivo do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais; secretário do Conselho das Pautas Ultramarinas; vogal da Junta Geral das Missões Portuguesas; vogal da Comissão de Contas do Ministério da Fazenda, e sócio efetivo, vice-presidente da Secção de Estatística, e membro das comissões de Emigração e Insulana da Sociedade de Geografia de Lisboa, nasceu aos 16 de maio de 1853.

Foi aluno distinto do Liceu de Angra. Encetou a sua brilhante carreira jornalística colaborando no jornal angrense *A Independência*, do falecido dr. José da Fonseca Abreu Castelo-Branco. Mais tarde publicou o jornal liberal *A Ideia Nova*, 1879, semanário de combate anti-jesuítico. Colaborou em vários outros jornais angrenses, e entre as suas produções, a que deu publicidade nesta sua pátria, a ilha Terceira, que muito ama e estremece, tornam-se mais importantes: *Progreddior, discurso de propaganda liberal*, 1874; *O Ultramontanismo e a Liberdade, duas palavras aos jesuítas*, 1874; *Lazaristas nos Açores*, 1876; *Eu e Elle, carta ao sr. D. João Maria, Bispo de Angra*, 1876.

Como ilustrado funcionário público começou a sua carreira por amanuense da administração do concelho de Angra, sendo em 1878 nomeado, por concurso, amanuense para o Ministério da Marinha, e foi promovido a segundo oficial em 1885 e a primeiro em 1896.

Em Lisboa fundou o jornal *Commercio de Portugal*, e tem colaborado e colabora nos jornais mais importantes de Lisboa e Porto. Foi correspondente e colaborador da *Revue Politique et Parlementaire*, de Paris, e sendo convidado pelo comité central da exposição de Paris, escreveu três monografias: *Études et observations météorologiques aux colonies du Portugal*; *Missions et exploration portugaises du XVe au XIXe siècles*; *Du régime fiduciaire et du crédit foncier aux colonies portugaises*.

Da história açoriana, com especialidade da história terceirense, tem sido um incansável investigador, aproveitando sempre todas as ocasiões para a enaltecer e exaltar os feitos sublimados dos seus heróis. O seu elevado amor patriótico levou-o a dar à sua estremecida e ilustre filha o nome de Maria Angra. Consta que tem já concluído um importante estudo, que verá a luz da publicidade com o título: *Os Açores e os descobrimentos modernos, os Côrte-Reaes*. Por ocasião da visita régia ao Arquipélago Açoriano publicou: *Pro Memoria, Visita de Suas Majestades El-Rei o Senhor D. Carlos I e Rainha, a Senhora D. Amelia à ilha Terceira*.

Quando deputado, apresentou a proposta para ser dada uma pensão ao insigne poeta João de Deus. O discurso para a apresentação da proposta é um dos monumentos do *Diário das Câmaras*. Foi secretário particular dos ministros da marinha conde de Macedo,²¹⁷ Barros Gomes²¹⁸ e Ressano Garcia.²¹⁹ A biografia deste ilustre terceirense foi publicada pelo conde de Sieuve de Menezes (2.º) na revista literária e ilustrada angrense, *A Semana*, n.º 27, do 1.º de julho de 1900, e é precedida do seu retrato.

- Francisco de Meneses Meireles Canto e Castro, visconde de Meireles²²⁰ — terceirense, diretor das alfândegas de Macau e Moçambique, cônsul de Portugal em Bombaim (Índia Inglesa), cônsul-geral de Portugal em Stettin (Alemanha), secretário-geral da Companhia de Moçambique, e por diversas vezes governador dos territórios da mesma Companhia em África, é atualmente cônsul de 1.ª classe e agente comercial português junto da embaixada em Berlim. Colaborou com Teixeira de Vasconcelos²²¹ no *Jornal da Noite*, de Lisboa, e ultimamente, quando regressou da África, fez reaparecer o *Jornal das Colónias*, que havia sido propriedade de seu tio,²²² Alexandre Meirelles do Canto e Castro.²²³
- Francisco de Azevedo Cabral²²⁴ — terceirense, nasceu aos 21 de julho de 1828. Foi vereador da Câmara Municipal de Angra, administrador do concelho da Praia da Vitória, e primeiro oficial chefe da repartição da antiga Junta Geral deste distrito. É empregado da secretaria da atual Junta, é jornalista, tendo colaborado em vários jornais angrenses, nos quais se acham também publicadas algumas das suas mimosas produções.

- Padre Manuel Maria da Costa²²⁵ — terceirense, nasceu em novembro de 1843. Foi cura nas paróquias das Doze Ribeiras e Belém, ilha Terceira. Foi secretário do falecido D. João Maria Pereira do Amaral e Pimentel. É ilustrado pároco da freguesia de São Mateus, desta ilha. Como jornalista colaborou no jornal *O Catholico*, que se publicou nesta cidade.
- Francisco Joaquim Moniz de Bettencourt (*Mendo Bem*) — terceirense, nasceu aos 8 de dezembro de 1848. Como funcionário público da repartição de fazenda, tem exercido com superior competência as funções do seu cargo em Angra do Heroísmo, Ponta Delgada, Lisboa, Porto e Guarda, onde é delegado do Tesouro. Como jornalista e poeta distinto e primoroso tem as suas muitas produções publicadas em diversos jornais dos Açores e continente, que sobejamente confirmam os seus elevados dotes intelectuais, e tem mais as seguintes publicações: *Esmola aos náufragos*, versos, 1878; *Valle das Furnas*, versos, 1895; *Florilégio Mariense*, versos, 1896; *Cozinha Economica*, versos, 1898; *Mariense*, versos, 1899; *O Coronel Sousa e Silva*, 1899; *Notas de Viagem*, 1899: A publicar: *Respigando*, contos; *Amorosas*, versos d'outrora; *Pela Beira*, viagens; *Rimas Insulares*, 1.º livro de versos; *Noites Açoreanas*, 2.º livro de versos; *Atlânticas*, 3.º livro de versos; *Trovas de Mendo Bem*, 4.º livro de versos; *Cartas Açoreanas*. Este ilustre terceirense acaba de enriquecer a biblioteca da Câmara Municipal de Angra, com a valiosíssima oferta de 3000 volumes. A municipalidade angrense, na sua sessão extraordinária de 25 de setembro de 1902, sob proposta do seu presidente, o sr. Visconde da Agualva, consignou na ata um voto de louvor e profundo agradecimento por tão preciosa dádiva; deliberou colocar na sala da biblioteca, que ia ser ampliada, o retrato do ilustre oferente, e pediu ao governador civil do distrito para levar ao conhecimento de Sua Majestade este meritório facto, para que possa da Régia munificência receber o devido galardão.
- Padre António Augusto Teixeira — terceirense, capelão militar, atualmente em Viana do Castelo. Foi professor da extinta Escola Normal de Angra do Heroísmo, e professor provisório do Liceu desta cidade. Como jornalista foi diretor do jornal *A Terceira*. É orador ilustrado.

- Elias José Ribeiro Júnior — terceirense, ilustrado coronel do Regimento de Infantaria n.º 25, no castelo de S. João Baptista, comendador de São Bento de Avis, cavaleiro da Ordem de Cristo, condecorado com a medalha de prata da classe de comportamento exemplar, nasceu aos 9 de janeiro de 1846. Como jornalista distinto tem colaborado em vários jornais.
- Raimundo Sieuve de Menezes,²²⁶ 2.º conde de Sieuve de Menezes — terceirense, presidente da atual Câmara Municipal, governador civil deste distrito, diretor da Caixa Económica de Angra do Heroísmo, recebedor aposentado deste concelho, nasceu aos 13 de junho de 1854. Foi diretor político do semanário *A Terceira* e tem colaborado distintamente em vários jornais.
- Alfredo Pamplona Machado Côrte-Real²²⁷ — terceirense, nasceu aos 20 de janeiro de 1855. Foi professor do Novo Colégio da Guia. É distinto e inteligente 1.º empregado da Caixa Económica de Angra do Heroísmo. Fez parte da redação dos jornais *O Heroísmo*, *A Época* e *O Angrense*, sendo os seus artigos bem redigidos. Há anos que abandonou as lides jornalísticas.
- José Augusto da Silva Sampaio — terceirense, nasceu aos 28 de fevereiro de 1852. É 3.º verificador das alfândegas, aposentado em 1900, e desde 1870, em que foi nomeado aspirante, serviu nas alfândegas de Angra, Funchal, Horta e Porto. Foi professor particular de Matemática, professor provisório do Liceu de Angra, amanuense da extinta repartição central do governo civil do distrito e socio benemérito do Grémio Literário de Angra do Heroísmo. Escreveu e publicou: *Cantos da Mocidade*, versos, 1870; *Algumas reflexões sobre o ensino público na ilha Terceira*, 1871; *Synopse alphabetica das resoluções da comissão das pautas e do conselho geral das alfandegas*, 1853 a 1875; *Indice alphabetico da Gazeta das Alfândegas*, desde 1873 a 1892; *Diccionario de tecnologia aduaneira*, 1.º vol. 1899, 2.º vol. 1900 até à letra CEV. Esta obra, que se imprimia por conta do Governo na Imprensa Nacional, foi interrompida por haver sido retirado o subsídio para esta publicação. Como jornalista distinto tem colaborado em vários jornais.

- Francisco Sieuve de Menezes e Lemos²²⁸ — terceirense, nasceu aos 21 de novembro de 1855. Entrando muito novo para a fiscalização externa das alfândegas, onde inteligentemente exerceu cargos de superior categoria, é hoje inspetor de 1.^a classe da fiscalização dos impostos. É jornalista e tem colaborado em vários jornais. É o fundador e diretor da interessante e bem-conceituada revista literária angrense *A Semana*, que se principiou a publicar no 1.^o de janeiro de 1900. É a primeira revista, no seu género, do arquipélago. Tem apresentado gravuras de homens notáveis de Portugal e estrangeiro, de artistas, monumentos, costumes, etc.
- José Sebastião de Castro do Canto²²⁹ — terceirense, nasceu a 20 de janeiro de 1850. Foi professor do Novo Colégio da Guia. É ilustrado secretário da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. É fotógrafo amador e tem apresentado primorosos trabalhos. Tem colaborado em vários jornais.
- Alfredo Mesquita²³⁰ — terceirense, nasceu a 16 de julho de 1871. Encetou a sua distinta carreira de jornalista e escritor fundando, conjuntamente com Joaquim Borges de Menezes, *Os Binóculos*, publicação de crítica mensal, 1887; escreveu a cançoneta *De Paris*, que foi desempenhada, no Teatro Angrense, pelo ator Santinhos²³¹ da companhia dramática Afonso Taveira,²³² sendo muito vitoriada esta primeira produção do novel escritor; colaborou no *Almanach Açoreano* e na *Revista Angrense*. Resolvendo ir estabelecer-se em Lisboa, tem colaborado, por forma superior, em vários jornais da capital, e escreveu e publicou: *Júlio Cesar Machado, Portugal Moribundo, Vida Airada, De Cara Alegre, Cartas d'Hollanda*.
- António Ramos Moniz Corte Real²³³ — terceirense, nasceu em 1835 e faleceu aos 20 de maio de 1878. Foi o fundador e redator do semanário *O Correio da Terceira*.
- Manuel Pinheiro — terceirense, nasceu em 1853. Foi administrador dos concelhos da Vila da Praia da Vitória e da Vila de Santa Cruz da Graciosa. É 1.^o verificador das alfândegas e foi diretor da alfândega de Angra, e das alfândegas da circunscrição dos Açores. Encetou a sua carreira jornalística colaborando no jornal *A Independência*, foi redator de *O Angrense*, e

colaborou em outros jornais. Escreveu parte do 5.º volume e o 6.º volume das *Épocas Memoráveis da ilha Terceira*, que estavam incompletas pelo falecimento de seu pai, José Joaquim Pinheiro.

- Padre José Alves da Silva — terceirense, monsenhor, cônego da Sé de Angra, examinador pro-sinodal, nasceu aos 8 de junho de 1850. Foi corista e capelão cantor da Sé, cura na Matriz de Santa Catarina da Calheta, na igreja da Conceição de Angra, e vigário da igreja de São Roque dos Altares. Foi redator do *Catholico*, *Cartão de Visita* e *Peregrino [de Lourdes]*, e colaborou em vários jornais e publicou anotada a *Topographia ou descrição phisica, politica, etc, da ilha Terceira*, do padre Jerónimo Emiliano de Andrade, em 1891.
- Faustino da Fonseca²³⁴ — terceirense, nasceu em 1871. Como jornalista tem colaborado em vários jornais terceirenses e continentais, e como escritor tem, entre outras publicações, *Tres mezes no Limoeiro*, *Alma Portuguesa*, *Descoberta do Brazil* e *Ignez de Castro*. Reside em Lisboa.
- Francisco de Paula Moniz Barreto — terceirense, oficial da secretaria do Governo Civil, nasceu aos 16 de abril de 1857. Fez parte da redação dos jornais *O Artista*, *Voz do Artista* e *Imparcial*, e tem colaborado em outros jornais. É distinto amador dramático e musical.
- Eduardo Augusto de Sousa Ribeiro — terceirense, reside em Lisboa. É o fundador, proprietário e redator do bem-conceituado jornal *Portugal, Madeira e Açores*. É empregado da repartição do Ministério da Marinha. É distinto amador musical, e compôs a música para o drama sacro *O Martyr do Japão*, original do intendente de pecuária José Maria Leite Pacheco, e além de outras produções musicais compendiou, para piano, os cantos terceirenses, usados nos bailes populares, e aos quais deu publicidade.²³⁵
- Padre João Augusto da Silva Furtado²³⁶ — terceirense, nasceu aos 26 de junho de 1852. Foi cura em Ponta Delgada, da ilha das Flores, em Santo António, do Pico, na Calheta, de São Jorge, e vigário na freguesia das Quatro Ribeiras, da ilha Terceira. É atualmente vigário de São Pedro da Ribeirinha, Terceira. Tem colaborado em vários jornais.

- Padre Francisco Machado Victoria Sozinho²³⁷ — terceirense, nasceu a 6 de maio de 1856. Foi cura da Matriz das Velas, São Mateus, de Angra, e é vigário dos Biscoitos, Terceira. Tem colaborado em vários jornais.
- Feliciano do Nascimento Pinto²³⁸ — terceirense, nasceu aos 29 de outubro de 1864. É capitão do Exército e está em serviço na Escola Prática de Infantaria em Mafra. Colaborou distintamente em alguns jornais angrenses, e redigiu a excelente publicação literária angrense *O Domingo*, fundado por Jácome de Sousa Ribeiro.
- Manuel Caetano²³⁹ — terceirense, tenente de Infantaria, nasceu aos 23 de maio de 1855. Foi durante muito tempo o redator principal do semanário *O Imparcial*, que se publicou nesta cidade. As suas produções, em prosa e verso nele publicadas, demonstram o seu amor ao estudo e superior inteligência.
- Luís da Costa — terceirense, nasceu aos 9 de maio de 1866. Foi durante alguns anos o diretor político do jornal *A Terceira*. É bem-conceituado escrivão e notário na comarca de Angra do Heroísmo.
- Padre Francisco Lourenço do Rego²⁴⁰ — terceirense, nasceu aos 4 de janeiro de 1846. Foi cura no Porto Martins, e na freguesia de Santa Luzia, é vigário da paróquia da Serreta. Foi professor do Novo Colégio da Guia, e como jornalista colaborou no semanário *O Angrense* e outros jornais.
- Manuel Vieira Mendes da Silva — terceirense, nasceu aos 28 de setembro de 1862. Foi capelão da Sé de Angra, aluno do Liceu e Seminário. Fundou o semanário *O Cartão de Visita*, de que era redator, conjuntamente com o cônego José Alves da Silva, então vigário dos Altares. No 1.º dezembro de 1893 estabeleceu o importante diário angrense *A União*, que superiormente redige. Tem colaborado em vários jornais dos Açores. É amador musical cantor.
- João de Castro do Canto e Melo²⁴¹ — terceirense, nasceu aos 26 de maio de 1875. É inteligente amanuense da secretaria da Câmara Municipal de Angra, e como jornalista tem colaborado distintamente em vários jornais. É o correspondente do jornal *O Arauto*, que se publica em New Bedford.

- Joaquim Borges de Menezes²⁴² — terceirense. Quando estudante do Liceu de Angra, publicou, conjuntamente com Alfredo Mesquita, *Os Binóculos*, publicação literária e crítica mensal. Publicou mais, conjuntamente com os outros estudantes, o jornal *O Incolor*, revelando sempre em todos os seus escritos a sua elevada aptidão para a literatura, e superior inteligência. Reside há anos nos Estados Unidos da América do Norte, e fundou, em New Bedford, a importante revista ilustrada *O Arauto*.
- Manuel Vieira da Silva²⁴³ — terceirense, nasceu aos 22 de julho de 1868. É amanuense da secretaria da Junta Geral deste distrito. Principiou a sua carreira jornalística no semanário *O Industrial*, colaborando depois em outros jornais. É hoje um dos redatores de *A Terceira*. É inteligente e estudioso.
- Estêvão Borges do Canto²⁴⁴ — terceirense, nasceu em 1849. É inspetor de 2.^a classe da fiscalização dos impostos. Tem colaborado com distinção em vários jornais angrenses.
- José Maria Pinheiro²⁴⁵ — terceirense, nasceu em 15 de agosto de 1862. Foi amanuense e oficial da secretaria da antiga Junta Geral deste distrito, e é distinto oficial da secretaria do governo civil. Tem colaborado em vários jornais angrenses.
- José Teodósio de Bettencourt Carvalhal²⁴⁶ — terceirense, nasceu aos 9 de junho de 1840. É bibliotecário da Câmara Municipal de Angra. Tem escrito várias poesias, que se encontram publicadas em diversos jornais terceirenses.
- Tomás de Azevedo²⁴⁷ — terceirense, nasceu em 1851. Escreveu e publicou várias poesias e folhetins, que se encontram publicadas em *A Terceira*. Reside nos Estados Unidos do Brasil.
- José Maria Coelho de Lima — terceirense, nasceu aos 29 de fevereiro de 1864. É escriturário da agência do Banco de Portugal em Angra. Tem exercido alguns cargos eletivos. Como vogal secretário da Junta de Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, muito concorreu para a reedificação da igreja do Desterro. Foi um dos fundadores da Cozinha

Económica Angrense, e é secretário da comissão permanente da mesma Cozinha. Como secretário da direção do Club Popular Angrense,²⁴⁸ muito tem concorrido para as prosperidades desta associação, e muito tem melhorado a sua biblioteca. Foi um dos fundadores e redatores do semanário *O Liberal*.

- Francisco Vicente Ramos²⁴⁹ — terceirense, nasceu a 18 de novembro de 1860. Como distinto jornalista tem colaborado em vários jornais, fazendo atualmente parte da redação do semanário *A Ilha Graciosa*. É distinto advogado da comarca de Santa Cruz, daquela ilha, onde foi presidente da Câmara, juiz substituto e administrador do concelho.
- António César Vieira²⁵⁰ — terceirense, nasceu aos 13 de dezembro de 1859. Foi professor do Curso Primário Noturno Fonseca Coutinho,²⁵¹ estabelecido no Club Artístico Terceirense. É despachante da alfândega de Angra. Inteligente, trabalhador e estudioso, fez parte condigna da redação do semanário *O Artista* e da *Voz do Artista*.
- Padre José de Menezes de Brito²⁵² — terceirense, nasceu aos 29 de dezembro de 1836. É recebedor no concelho da Vila da Praia da Vitória. Fundou o antigo jornal praiense *Onze de Agosto*, e mais tarde *O Praiense*, *Ecco Praiense* e *O Jornal da Praia*. Foi capelão da Misericórdia daquela vila.
- Constantino José Cardoso Júnior²⁵³ — terceirense, nasceu aos 23 de agosto de 1864. Foi presidente da Câmara Municipal da Vila da Praia da Vitória, e como tal exerceu o lugar de juiz substituto. Como jornalista tem distintamente colaborado nos jornais da política progressista. É secretário da Câmara da Praia e advogado naquela comarca.
- Jacob Abohbot — terceirense, nasceu ao 20 de junho de 1840. É agente consular de Túnis. Foi o proprietário e redator do jornal *A Evolução*, órgão do Partido Republicano, que se publicou em 3 de dezembro de 1885, suspendendo a publicação em 22 de julho de 1896.
- António Lucas de Lima²⁵⁴ — terceirense, nasceu aos 12 de outubro de 1854. É apontador de 1.ª classe das Obras Públicas, fazendo serviço na

secretaria da Junta Geral deste distrito. Escreveu: *Drama de família, ou a virtude premiada*, romance.²⁵⁵

- Cândido [Luís] de Melo — terceirense, professor interino da Escola Distrital, escreveu: *Volitos*, 1 volume, versos, 1901. É amador cantor musical.
- Gervásio Lima²⁵⁶ — terceirense, escreveu: *Saudades, contos íntimos*, 1 volume, 1901; *Discurso sobre a batalha de 11 de agosto de 1829*. Tem colaborado em vários jornais.
- António Correia Garcia²⁵⁷ — terceirense, nasceu em 24 de outubro de 1857. Tem escrito crónicas tauromáquicas com conhecimento perfeito da arte de Montes.²⁵⁸
- Henrique Brás — terceirense, nasceu a 9 de fevereiro de 1834. E aluno do Liceu Central de Lisboa. Escreveu *Vagidos, primeiros versos*, 1 vol. 1902.
- Joaquim Bartolomeu Flores²⁵⁹ — terceirense, nasceu aos 24 de agosto de 1885. É aluno do Liceu Central de Lisboa. Escreveu: *Preconceitos Sociaes*, comédia-drama em 3 atos, que vai ser posta em cena, por amadores, no Teatro Angrense.
- João Moniz Corte Real — terceirense. Escreveu: *Fatalidades do povo da ilha Terceira na sua política contenda contra os rebeldes*, 1832.²⁶⁰
- Luís Meireles do Canto e Castro²⁶¹ — terceirense, fidalgo cavaleiro da casa real, nasceu em 15 de maio de 1785, e faleceu a 23 de março de 1854. Escreveu: *Memoria sobre as ilhas dos Açores e principalmente sobre a Terceira, considerando a educação da mocidade, a agricultura, o commercio, a administração fazenda publica e o governo municipal*, Paris, 1834.
- Manuel do Canto e Castro — terceirense. Escreveu: *Dos esquadrões modernos*, Madrid, 1839.
- Joaquim de Menezes Teixeira Brasil²⁶² — terceirense, nasceu aos 11 de setembro de 1845 e faleceu a 31 de dezembro de 1882. Escreveu uma série de artigos e folhetins no jornal angrense *O Heroísmo*, e colaborou em outros jornais.

- Alfredo Luiz Campos²⁶³ — terceirense. Escreveu: *Fidalgos e Plebeus*, comédia-drama em 4 atos, representada por amadores no Teatro Angrense; *Scenas da Vida*, comédia-drama em 4 atos, representada por amadores e pela atriz Carolina Santos;²⁶⁴ *Alda, a filha do sargento*, comédia-drama em 4 atos, representada pela companhia do ator Justino Marques;²⁶⁵ *O Segredo de Albertina*, comédia ornada de música, versos do falecido jornalista e poeta António Casimiro Mourato;²⁶⁶ *Em família*, comédia em 1 ato, ornada de música, versos de Azevedo Cabral;²⁶⁷ *O Dominó Vermelho*, comédia em 1 ato; estas três últimas produções foram representadas por crianças, no mesmo teatro; *Um quarteto de amor*, comédia em 1 ato. Fundou os jornais *O Heroísmo* (2.º), *O Luctador*, *O Industrial* e *Atheneu*, que redigiu, conjuntamente com Alfredo Pamplona Machado Corte Real, o primeiro; com Casimiro Mourato²⁶⁸ e João José de Aguiar, o segundo; e com vários jornalistas o terceiro e quarto. Na ausência do falecido dr. José da Fonseca Abreu Castelo-Branco, quando este foi eleito deputado, ficou, durante duas legislaturas, com a direção política de *O Angrense*; colaborou nos jornais terceirenses *O Artista*, *Voz do Artista*, *Luiz de Camões*, *União*, *Gazeta de Notícias*, *A Terceira*, *Imparcial* e *Liberal*, e no jornal micaelense o *Diário dos Açores*. Foi vogal da antiga Junta Geral deste distrito.

*

Ilha de São Jorge

- João Soares de Albergaria²⁶⁹ — jorgense, nasceu em janeiro de 1796, e escreveu: *Chorographia Açorica, ou descrição phisica, politica e histórica dos Açores*, 1822. Foi deputado em 1837. Faleceu em março de 1875.
- João Cabral de Melo²⁷⁰ — jorgense, era bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, refere [Joaquim José] Coelho Mendes, e escreveu: *Motes glosados na ilha Terceira, no dia dos annos, (9 de junho) da ill.ma e ex.ma sr.ª D. Francisca Maria d'Assis e Costa*, 1790; *Paraíso restaurado de Milton*, que ofereceu a Luís Pinto de Sousa Coutinho,²⁷¹ 1776; *Ode á ill.ma e exm.ª sr.ª condessa de São Lourenço, no dia dos seus annos na ilha Terceira*, 1805.

- José Maria de Sousa — jorgense, nasceu em 1838, e faleceu em Angra do Heroísmo. Era artista de alfaiate e dedicava-se às letras. Publicou muitos artigos em vários jornais açorianos, assinados *O artista*, *José Maria de Sousa*. Era inteligente e possuía dotes oratórios, e tendo facilidade em falar publicamente, discursou por várias vezes em reuniões da assembleia geral do Partido Progressista terceirense, e em *meetings*. Escreveu e pronunciou alguns discursos em saraus, e junto da campá de vários cidadãos.
- Cândido Ferreira de Serpa²⁷² — jorgense, nasceu em 1855 e faleceu no Rio de Janeiro. Foi redator d*O Jorgense*.
- João Duarte de Andrade²⁷³ — jorgense, dedicou-se a seguir o curso de Medicina, mas adoecendo teve de regressar à terra natal, falecendo na Vila das Velas. Foi redator d*O Jorgense*.
- Jorge Severino da Silva²⁷⁴ — jorgense, foi aluno do Seminário angrense onde faleceu em 1870. Escreveu algumas poesias e colaborou em vários jornais, demonstrando notável aptidão e superior inteligência.
- António de Sousa Hilário²⁷⁵ — jorgense, nasceu a 10 de dezembro de 1841. Foi empregado da biblioteca do Liceu da Horta, 1866 a 1879, e escreveu: *Educação paterna, breves discursos*, 1876; *Breves soluções dos programmas officiaes para os exames de instrucção primaria*, 1878; *Sermão dedicado á Santissima Virgem das Angustias*, 1875. Foi redator do jornal *O Direito Popular*, da Horta.
- Anselmo de Sousa Bettencourt Silveira²⁷⁶ — jorgense, é secretario da Câmara das Velas. Foi redator e fundador d*O Jorgense*.
- Manuel de Andrade²⁷⁷ — jorgense, é advogado de provisão na comarca das Velas. Foi redator d*O Jorgense*.
- João Caetano de Sousa e Lacerda²⁷⁸ — jorgense, tem exercido por várias vezes o cargo de administrador do concelho da Calheta, cargo que atualmente exerce. Escreveu: *Saudades da minha infância*, 1867. Tem

colaborado em vários jornais, e no *Velense* publicou uma série de primorosos folhetins, sob o pseudónimo de *Júlio Cândido da Silva Leite*.²⁷⁹

- José Pimentel Homem de Noronha — jorgense. Já está feita referência como bacharel. Escreveu: *A justiça das eleições no systema representativo*, 1872; e *Duas palavras sobre o recâmbio*, 1874. Colaborou em vários jornais de Coimbra e da ilha Terceira e na *Revista de Legislação e Jurisprudência*.
- José de Lacerda — jorgense. Já está feita referência como médico. Escreveu: *Hecatombe*; *Flôr de pantano*; *Os neurasthenicos*, com prefácio do dr. Sousa Martins;²⁸⁰ *Esboços de Pathologia social e ideias sobre Pedagogia geral*; e *Algumas palavras sobre interesses açorianos*.
- Manuel Machado Pamplona²⁸¹ — jorgense, nasceu em 1845. É notário nas Velas. Foi redator do *Jorgense* e do *Velense*.
- José de Matos da Silveira²⁸² — jorgense, nasceu em 1853. É notário na Vila da Praia da Vitória. Foi redator do *Jorgense*.
- António Miguel da Silveira Moniz — jorgense, nasceu a 4 de fevereiro de 1857. Foi professor primário, e tem exercido vários cargos eletivos, como o de vogal da Junta Geral e vereador da Câmara de Angra. Foi redator fundador da *Voz do Professorado*, redator e proprietário do diário *A Gazeta de Notícias*, periódicos angrenses, e colaborou em outros jornais. Escreveu: *Dos Açores a França (notas de viagem)*, 1889; *Contos Insulares*, 1893. É sócio correspondente da Associação da Imprensa Portuguesa.
- José Cândido da Silveira Avelar — jorgense, antigo escrivão da administração do concelho das Velas e ajudante do conservador da Horta. Escreveu: *Ilha de São Jorge, apontamentos para a sua história*, da qual colhemos importantes notas referentes a esta ilha. Tem colaborado em diversos jornais.
- Padre Manuel de Azevedo da Cunha²⁸³ — jorgense, foi professor primário complementar e é beneficiado da Matriz da Calheta. Tem colaborado em vários jornais angrenses e ultimamente no *Insulano*, semanal da Vila do

Topo, tem publicado sob a epígrafe *Papéis velhos*, importantes documentos e notas para a história da ilha de São Jorge.

- João Silveira Forjaz de Lacerda e Carvalho²⁸⁴ — jorgense, é professor primário. Foi redator do *Respigador*.
- João Duarte de Sousa²⁸⁵ — jorgense, foi administrador do concelho da Praia da Vitória. Escreveu: *Ilha de São Jorge, apontamentos historicos e descripção topographica*, 1897.

*

Ilha Graciosa

- António Gil [da Silveira Machado Bettencourt] — graciosense. Escreveu folhetins e bem elaborados artigos políticos, literários, e mimosas poesias, que se encontram publicados em vários jornais açorianos e continentais. Traduziu e publicou o romance de Amédée Achard,²⁸⁶ *Belle-Rose*.²⁸⁷ Publicou, conjuntamente com Augusto Ribeiro, o *Almanach para Açores e Madeira*, 1873 e 1874. Fundou e redigiu, conjuntamente com José Sampaio, o semanário *Os Açores*. Foi professor particular da língua francesa, e provisório do Liceu de Angra e estabeleceu nesta cidade um gabinete de leitura domiciliária. Faleceu em 1883.
- João Hermeto Coelho de Amarante — graciosense, nasceu em 1820, e faleceu em 12 de agosto de 1893. Foi professor da língua francesa no Liceu da Horta e no Liceu de Ponta Delgada, sócio correspondente da Sociedade de Geografia de Lisboa e da *Société académique indo-chinoise* de Paris. Foi jornalista, escritor e poeta. Escreveu e publicou: *Roma perante o século XIX*, 1865; *Páginas de prosa e verso, dedicadas aos verdadeiros progressistas de Portugal e Brazil*. Em diversos jornais estão publicados muitos artigos e poesias que escreveu. Tomou parte em alguns saraus, pronunciando bem elaborados discursos.
- André Diogo Martins dos Santos²⁸⁸ — graciosense, foi professor de instrução primária na escola da freguesia da Sé desta cidade. Colaborou

em vários jornais. Escreveu: *Compendio de arithmetica para uso das escolas* (inédito). Faleceu a 8 de março de 1871.

- Manuel [de] Bettencourt Neves²⁸⁹ — graciosense. Escreveu: *Compendio do systema metrico decimal para uso da infância*.²⁹⁰

*

É por enquanto limitado o número de damas que, neste distrito, têm dado publicidade a trabalhos literários, não obstante ser elevado o número das que, pela sua instrução, fino espírito e superiores dotes intelectuais, possuem a aptidão própria para isso. Porém, o receio, um natural acanhamento e modéstia própria, as têm levado a só escrever para si e para suas amigas íntimas.

As damas, de que temos conhecimento haver escrito para o público, são:

- D. Catarina de Cristo²⁹¹ — terceirense, foi religiosa no Convento de São Gonçalo, e escreveu: *Contemplações Espirituais*.
- D. Maria Guilhermina Mesquita Pimentel²⁹² — terceirense. É elevado o número das suas brilhantes produções em prosa e verso, que com prazer têm sido lidas em vários jornais, que lhes têm dado publicidade. Esta ilustre dama, que, à sua culta inteligência e sentimentos liberais, alia uma alma bem formada, um coração magnânimo, é incontestavelmente digna, pelas suas benemerências, do muito respeito e veneração, que todos lhe tributam. À sua boa vontade, e assíduos esforços se deve a criação da Cozinha Económica Angrense, inaugurada a 17 de abril de 1897.
- D. Olívia Soares da Silveira²⁹³ — terceirense, reside em Lisboa, escreveu e publicou em *A União* algumas primorosas poesias.
- D. Mariana Belmira de Andrade²⁹⁴ — jorgense, distinta poetisa, escreveu e deu publicidade: *Phantasias*, 1 vol., 1875; *A Sybilla*, 1884; *A Esphinge*, publicação em prosa; e folhetins no jornal *Ilha Graciosa*.
- D. Filomena Serpa²⁹⁵ — jorgense, reside na Vila da Praia da Vitória. Tem escrito e publicado em jornais mimosas poesias.

*

Professores, mestres de banda, compositores e amadores musicais:

- Rafael Coelho Machado²⁹⁶ — terceirense, nasceu em 1814. Foi jornalista, poeta, e compositor musical. Das suas importantes produções e composições, trata o *Diccionario de Innocencio*.
- Pedro Machado de Alcântara²⁹⁷ — terceirense, nasceu em 1849 e faleceu em 1894. Foi capelão cantor da catedral, professor primário e empregado da repartição de Fazenda. Era um talento musical. Compôs: *Memor est mei; Oremos pro antistem; Libera-me; Antifona justus germinabit; Jaculatórias da Senhora da Boa Nova; Sub-tuum praesidium; Corona Aurea; Motetos de quarta-feira santa; uma missa; Te Matrem; valsas, marchas, hinos, polcas, etc.*
- José Augusto César²⁹⁸ — terceirense, faleceu contramestre da banda do Regimento de Caçadores n.º 10. Foi um distinto executante em cornetim, e conhecia os segredos da arte, como afirmavam os entendidos, o que está demonstrado nas suas diversas composições e arranjos para orquestra e banda.
- Guilherme da Silveira Borges²⁹⁹ — terceirense, nasceu a 23 de março de 1841 e faleceu a 23 de setembro de 1864. Compôs uma missa e um *Ecce sacerdos magnus*, além de outras composições.
- Manuel José Candeias³⁰⁰ — terceirense, foi um executante distinto em barítono. Faleceu mestre da banda de Caçadores n.º 10.
- Manuel Augusto Gaspar³⁰¹ — terceirense, foi uma notabilidade musical. Faleceu mestre da banda da Guarda Municipal de Lisboa.
- João António das Neves [Jr.] — terceirense, nasceu aos 3 de março de 1846. É distinto amador musical e compôs: *Libera-me*, para ser cantado nas exéquias de D. Frei Estêvão de Jesus Maria, bispo de Angra, 1870; *Te-Deum* a 4 vozes e instrumental, 1871; *Tantum ergo* a solo e 4 vozes e instrumental, que foi premiado com medalha de ouro na exposição de Ponta Delgada, 1901; *Credo* a 3 vozes e instrumental, e várias outras

composições sacras para orquestra, e profanas para banda e orquestra. É advogado na comarca de Angra.

- Tomás Vaz Borba³⁰² — terceirense, nasceu a 23 de novembro de 1868. É professor do Real Conservatório de Lisboa, e compôs: *Missa*, para canto e instrumental; *Te-Deum*, para canto e instrumental; *O Fado do Limoeiro*, para piano e canto; *Lembras-te*, melodia para canto e piano; *Senhor! eu sou teu filho*, «*preghiera*» para canto e piano; *Barcarolla*, para canto e piano. Tem mais composições sacras e profanas, de que não sabemos os títulos. É pianista e organista distinto.
- Jácome de Sousa Ribeiro³⁰³ — terceirense, nasceu a 6 de março de março de 1862. É amanuense da Câmara da Calheta, exercendo o lugar de secretário. Compôs: *Te-Deum* a 4 vozes e instrumental; *Te-Deum* a 3 vozes e instrumental. Segundo nos consta está compondo uma missa. Existem deste distinto cultivador da arte musical várias outras produções, como jaculatórias, antífonas, valsas, marchas, arranjos de diversas óperas, etc. É organista e regente de orquestra e banda.
- João de Sousa Ribeiro [Jr.]³⁰⁴ — terceirense, nasceu em 8 de julho de 1840. Tem regido várias filarmónicas, com notável aptidão. É trabalhador incansável. O desenvolvimento musical nesta cidade deve muito ao seu zelo e atividade.
- Gabriel das Neves³⁰⁵ — nasceu a 3 de dezembro de 1874. Tem o terceiro ano do curso do Real Conservatório de Lisboa. É organista e pianista digno de apreço.
- João dos Reis das Neves (*De Neves Giovanni*)³⁰⁶ — nasceu a 6 de janeiro de 1881. Com notável vocação musical, foi para Lisboa estudar com o afamado professor [Napoleone] Vellani,³⁰⁷ e tendo este falecido foi continuar os seus estudos em Milão, estreando-se em Codogno com a *Lucia di Lammermoor*,³⁰⁸ desempenhando o papel de *Lord Enrico Asthon*, 1893. Esta sua estreia teve feliz êxito. Sendo em seguida contratado para o Grande Teatro Sociale,³⁰⁹ desempenhou outras óperas, sendo aplaudido, e classificado pela imprensa: «*Sempre bene il baritono De Neves*».

Visitando a sua família e pátria em julho de 1903, deu um concerto no Teatro Angrense, sendo calorosamente aplaudido, antevendo-lhe todos um futuro brilhante na sua carreira tão auspiciosamente encetada.

- Arão Benjamin³¹⁰ — terceirense, tem publicado várias composições, entre as quais só temos conhecimento de *Morena*, e de *Partida do comboio*, valsas.
- Francisco de Lacerda³¹¹ — jorgense, é professor do Real Conservatório de Lisboa, e está atualmente em Paris. É um pianista distinto. Ignoramos quais as suas produções.
- Padre José Maria do Nascimento³¹² — jorgense, nasceu a 18 de julho de 1874, e foi ordenado de presbítero a 27 de maio de 1899. É mestre da capela da Sé Catedral de Angra do Heroísmo, e professor de música e cantochoão do Seminário angrense. As suas composições são: *Miserere*, premiado com medalha de ouro na exposição de Ponta Delgada, 1901; *Missa a instrumental*, que tem sido executada nas principais e mais solenes festividades de Angra. Tem outras composições ligeiras. É distinto organista.

*

Involuntariamente deixámos de mencionar no lugar competente, os seguintes nomes, que passamos a arquivar:

- Teotónio de Ornelas Bruges³¹³ — terceirense, doutor em Ciências Naturais pela Universidade de Bruxelas, 1860, conselheiro, antigo deputado, nasceu em 26 de outubro de 1836. Reside em Lisboa, onde casou e constituiu família.
- António Homem da Costa Noronha — terceirense, brigadeiro, escreveu: *Informações dos extinctos conventos da ilha Terceira, no anno de 1827*.
- João Cândido de Moraes — terceirense, escreveu: *Breve noticia da historia natural dos Açores*. Revista do jornal *O Século*, 1865.

- Francisco de Paula Rebelo³¹⁴ — terceirense, farmacêutico pela escola do Porto, nasceu aos 16 de setembro de 1874. Está estabelecido em Angra do Heroísmo.
- Álvaro da Costa Franco³¹⁵ — terceirense, nasceu em agosto de 1842. Foi presidente da Junta Geral do Distrito de Angra e provedor da Misericórdia desta cidade. Tem colaborado em alguns jornais angrenses.
- João Martins Pinto³¹⁶ — terceirense, nasceu em 24 de abril de 1868. É engenheiro civil e reside em Lisboa.
- Francisco Gervásio Flores³¹⁷ — terceirense, nasceu aos 19 de junho de 1877. Completou o curso de veterinário em 1903.
- Gregório Siles González de Medina³¹⁸ — terceirense, nasceu aos 19 de maio de 1858. Foi aluno da Casa Pia de Lisboa. É 2.º oficial dos Correios e Telégrafos, preparador de eletrotécnica no Instituto Industrial e Comercial do Porto. Publicou: *Luzes de Electricidade*, um vol. 1882, edição esgotada. Colaborou nos jornais *Commercio do Porto*, *Revista de Electricidade*, *A Correspondencia e o Telegrapho Postal*.

-
- 1 Manuel Nicolau Bettencourt Pitta (Angra, 5 de junho de 1826 — Lisboa, 23 de novembro de 1905), bacharel em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Coimbra (em 1853), e lente da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Foi clínico do Hospital de São José, e lente da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa.
 - 2 Acúrcio Garcia Ramos (Santa Luzia de Angra, 31 de maio de 1830 — Angra do Heroísmo, 14 de setembro de 1892), ao tempo grafado Accursio Garcia Ramos, médico militar, político e escritor, que se destacou no campo da história natural. Publicou, entre outras obras de menor fôlego, uma *Notícia do Arquipélago dos Açores e do que há mais importante na sua história natural*, em 1869, a que se seguiu *A Ilha da Madeira*, obra em dois volumes, publicada entre 1879 e 1880, onde além da análise dos usos e costumes madeirenses, apresenta uma listagem detalhada da fauna e da flora do arquipélago da Madeira.
 - 3 Accursio Garcia Ramos, *Noticia do archipelago dos Açores e do que há de mais importante na sua historia natural*. Angra do Heroísmo, Typ. Terceirense, 1869 (2.ª edição: Lisboa, Typografia Universal, 1871).
 - 4 Accursio Garcia Ramos, *Ilha da Madeira*. Lisboa, Typographia de Ximenes Leopoldino Correia, 1880.
 - 5 Teotónio Maria Coelho Borges (Angra (Sé), 12 de dezembro de 1821 — Lisboa, 11 de janeiro de 1887), oficial general do Exército que se notabilizou nas Campanhas de Pacificação em Angola e pelo seu apoio ao marechal Saldanha e ao conde de Peniche, envolvendo-se em diversas conspirações. Foi um dos implicados na intentona que ficou conhecida por *A Pavorosa*, em julho de 1872, o que o levou à prisão. Reformou-se em 1883, graduado em general de divisão (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 283-284).
 - 6 Alusão à intentona que ficou conhecida por *A Pavorosa*, ocorrida em julho de 1872, contra o governo de Fontes Pereira de Melo, e na qual esteve envolvido Teotónio Maria Coelho Borges, então tenente-coronel de Infantaria.
 - 7 Accursio Garcia Ramos, *Biographia de D. Sabina Augusta d'Oliveira Brazil, natural da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo, Typ. Angrense, 1864.
 - 8 Accursio Garcia Ramos, *Saudade, ou o dia 11 de dezembro de 1848, anniversario do passamento do padre Jeronymo Emliano d'Andrade*. Angra do Heroísmo, Imprensa do Governo, 1848.
 - 9 Manuel Sieuve de Meneses Zagalo Nogueira (Angra do Heroísmo, 13 de julho de 1843 — Leiria, 29 de março de 1917), bacharel formado em Medicina e Cirurgia Geral pela Universidade de Coimbra. Foi médico militar, participou nas campanhas de pacificação e ocupação em Moçambique (1896), terminando a sua carreira como tenente-coronel médico do Exército nas funções de diretor do Hospital Militar de Leiria.

-
- 10 A Estação de Saúde de Angra do Heroísmo era um serviço de sanidade marítima que funcionava a cargo da Junta Geral do Distrito. Por decreto de 17 de outubro de 1904 passou a ser de 1.^a classe, com médico inspetor, um escrivão intérprete, um servente, patrão e remadores. A partir de 1929 passou a ter a classificação de 2.^a classe, sendo constituída apenas por um médico inspetor, um escrivão intérprete e um servente (Decreto n.º 17677, de 28 de novembro de 1929).
 - 11 João Carlos da Silva Pitta (Horta, 26 de maio de 1860 — New Bedford, 1936), médico cirurgião formado pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Exerceu as funções de delegado de saúde e médico do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo antes de emigrar para New Bedford, Estados Unidos, onde exerceu clínica e foi vice-cônsul de Portugal. Exerceu diversas funções políticas em Angra do Heroísmo.
 - 12 Alexandre Martins Pamplona Ramos (Praia da Vitória, 6 de junho de 1865 — Angra do Heroísmo, 4 de fevereiro de 1933), médico e político que se notabilizou no combate à epidemia de peste que afetou a ilha Terceira nos primeiros anos do século XX. Entre outras funções, foi governador civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo.
 - 13 Aníbal de Bettencourt (Angra do Heroísmo, 21 de junho de 1868 — Lisboa, 9 de janeiro de 1930), médico que se notabilizou como bacteriologista. Colaborador e continuador do trabalho de Luís da Câmara Pestana, foi um dos pioneiros em Portugal do estudo das doenças infecciosas e dos seus vetores e um dos mais reputados higienistas do seu tempo. Foi diretor do Real Instituto Bacteriológico de Câmara Pestana, em Lisboa.
 - 14 Nicolau Anastácio de Bettencourt (Angra do Heroísmo, 1 de outubro de 1872 — Lisboa, 9 de julho de 1941), neto do governador civil homónimo, médico, professor universitário e investigador, que se notabilizou no campo da bacteriologia. Foi sócio da Academia das Ciências de Lisboa.
 - 15 Francisco de Paula Borba (Angra do Heroísmo, 24 de março de 1873 — Setúbal, 26 de setembro de 1934), médico cirurgião formado pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa em 1898. Exerceu medicina na Misericórdia e no Montepio em Setúbal, ficando conhecido pela sua filantropia. Foi irmão do compositor e musicólogo padre Tomás Vaz Borba.
 - 16 Augusto de Almeida Monjardino (Angra do Heroísmo, 3 de março de 1871 — Lisboa, 6 de julho de 1941), médico cirurgião formado pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa (atual Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa), tendo defendido a sua tese de doutoramento a 18 de julho de 1899. Foi médico-cirurgião do Hospital de São José, em Lisboa, Inspetor-Geral de Higiene, fundador e primeiro diretor da Maternidade Alfredo da Costa, presidente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, professor da Faculdade de Medicina de Lisboa, reitor da Universidade de Lisboa, deputado e vice-presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1911 e senador da Primeira República Portuguesa.
 - 17 Artur Baptista Fernando Rocha (Angra do Heroísmo (Sé), 1 de maio de 1873 — Lisboa (Anjos), 13 de fevereiro de 1953), filho do advogado e magistrado terceirense Fernando Rocha, foi médico-cirurgião formado pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa em 1900. Foi clínico do Hospital de São José em Lisboa e médico do Montepio em Setúbal, tendo exercido o cargo de diretor do serviço geral de clínica médica dos Hospitais Cíveis de Lisboa. Foi professor nos liceus de Setúbal e Viseu e do Liceu Central de Lisboa, onde em 1912-1913 se envolveu num conflito com colegas (*cf.*: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 417; *Diário do Governo*, n.º 20, de 24 de janeiro de 1913, p. 318).
 - 18 Maria Teodora Pimentel (Angra do Heroísmo, 11 de setembro de 1865 — Angra do Heroísmo, 16 de novembro de 1948), primeira mulher açoriana a formar-se em Medicina. Concluiu o curso na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, aprovada plenamente no Acto Grande que defendeu a 11 de novembro de 1895. Foi delegada de saúde em Angra do Heroísmo.
 - 19 António Joaquim de Sousa Júnior (Praia da Vitória, 15 de dezembro de 1871 — Porto, 7 de junho de 1938), mais conhecido por Sousa Júnior, médico e político republicano que, entre outras funções, foi deputado ao Congresso Constituinte de 1911 e, por duas vezes, Ministro da Instrução Pública de governos da Primeira República Portuguesa. Foi o primeiro titular de um ministério em Portugal especificamente criado para os assuntos da Educação. Foi colaborador próximo de Ricardo Jorge e diretor do Laboratório Bacteriológico do Porto. Deslocou-se gratuitamente à ilha Terceira para participar no combate ao surto de peste que ocorreu em 1908-1909.
 - 20 Álvaro Forjaz do Monte e Freitas (Angra do Heroísmo (Conceição), 1 de fevereiro de 1876 — Lisboa (Lapa), 23 de maio de 1962), médico formado pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Foi tenente médico no Ultramar Português, fixando-se em Moçâmedes, onde residia em 1910.
 - 21 João Alberto Pereira de Azevedo Neves (Angra do Heroísmo, 12 de maio de 1877 — Lisboa, 14 de abril de 1955), médico, professor de Medicina e político. Teve uma carreira notável, ocupando, entre muitos outros, os cargos de professor de Medicina Legal na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, de reitor da Universidade Técnica de Lisboa, de membro do Conselho Médico-Legal, de vogal do Conselho Superior de Instrução Pública e de diretor da Associação Internacional de Estudo do Cancro. Publicou numerosos trabalhos de investigação médica e colaborou na imprensa. Teve intervenção política relevante, chegando a ocupar os cargos de deputado às Cortes, vereador da Câmara Municipal de Lisboa, Ministro do Comércio e Ministro dos Negócios Estrangeiros.
 - 22 Francisco de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos (Angra, 3 de dezembro de 1779 — Lisboa, 14 de março de 1840), mais conhecido como Francisco de Lemos Bettencourt, nome que usou na sua vida pública, foi um grande proprietário no Alentejo e Ribatejo e político. Foi membro da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino que se seguiu à Revolução Liberal do Porto de 24 de Agosto de 1820, onde exerceu funções na Junta Preparatória das Cortes, sendo um dos mais influentes deputados das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa (1821-1822), para as quais foi eleito pela Estremadura e onde integrou a Comissão de Agricultura. Manteve atividade política até falecer, sendo sucessivamente eleito deputado e par do reino. Pertenceu à Maçonaria.

-
- 23 Inácio Martins Pamplona Corte-Real (Angra (Santa Luzia), 9 de dezembro de 1778 — c. 1820), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1803), fidalgo cavaleiro da Casa Real (1805), magistrado judicial e juiz de fora em Vilares (1806).
- 24 João Machado de Melo e Castro (São Mateus da Calheta, 13 de fevereiro de 1792 — Guimarães), bacharel em leis pela Universidade de Coimbra (1822). Era filho do desembargador Estêvão Machado de Melo e Castro.
- 25 Francisco Jerónimo da Silva (Angra do Heroísmo, 30 de dezembro de 1807 — Lisboa, 2 de novembro de 1871), bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra (1831), advogado, jurisconsulto e escritor. As suas convicções políticas condicionaram-lhe a sua atividade ao longo dos anos, já que nascido no seio de uma família legitimista, manteve essas convicções. Ao falecer legou à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo parte da sua valiosa biblioteca, cabendo ao Município cerca de 4 000 volumes, os quais serviram de embrião à Biblioteca Municipal de Angra, a qual foi fundida com a biblioteca pública existente no Convento de São Francisco para dar origem à atual Biblioteca Pública e Arquivo Luís da Silva Ribeiro. Os seus restos mortais foram trasladados para o Cemitério do Livramento, em Angra do Heroísmo.
- 26 José de Menezes Parreira (Angra, 27 de novembro de 1824 — Lisboa, 3 de outubro de 1857), bacharel em Direito (1846), deputado às Cortes eleito nas listas do Partido Progressista pelo círculo de Angra do Heroísmo para a legislatura de 1851-1852 (eleição em Angra do Heroísmo, a 11 de junho de 1852) que durou pouco, mas que aprovou o Acto Adicional à Carta Constitucional.
- 27 Manuel Joaquim Maciel Jr. (Angra, c. 1825 —), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1846). Foi delegado do Procurador Régio em Moura e juiz de Direito em Évora.
- 28 Manuel Lourenço de Sousa e Rocha (Angra, 12 de novembro de 1822 — Angra do Heroísmo, 22 de junho de 1857), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. Pertenceu ao Batalhão Académico de 1846-1847 e era conhecido entre os condiscípulos como o «*Rocha Ilhéu*». Em março de 1848 fez parte da comissão que pretendeu marcar o 1.º aniversário do recontro do Alto Viso (Setúbal). Foi deputado às Cortes eleito pelo círculo de Angra do Heroísmo na legislatura de 1852-1856 (cf.: *Genealogias da ilha Terceira*, vol. VIII, p. 415; *Dicionário biográfico parlamentar (1834-1910)*, vol. III, p. 486).
- 29 Raimundo César Borges Teixeira (Angra, 22 de outubro de 1824 — São Mateus da Calheta, 29 de julho de 1866), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1852). Foi voluntário no Batalhão Académico de 1846-1847 (cf.: *Genealogias da ilha Terceira*, vol. IX, p. 350).
- 30 Joaquim Maria da Silva (Angra, 24 de maio de 1830 — Lisboa, 27 de setembro de 1913), jurista, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra em 1854, filósofo, político e publicista, que se notabilizou pelo seu pensamento político. Foi professor do Liceu Nacional de Santarém, onde exerceu o cargo de reitor. Foi o autor de algumas obras de filosofia política, incluindo algumas traduções. Foi presidente da Câmara Municipal de Santarém (1884-1886). Foi irmão de João Fagundo da Silva, sócio da Academia das Ciências de Lisboa.
- 31 Luís António Nogueira (Angra do Heroísmo, 29 de dezembro de 1832 — Lisboa, 28 de junho de 1884), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1855), foi advogado e político. Exerceu as funções de secretário-geral do governo civil dos distritos de Angra do Heroísmo e do Porto, de ajudante do Procurador-Geral da Fazenda e de secretário-geral e diretor-geral da Administração Política e Civil do Ministério do Reino. Foi deputado eleito pelo círculo de Angra do Heroísmo nas listas do Partido Histórico para a legislatura de 1857-1858. Foi o avô materno de Fernando Pessoa.
- 32 Manuel José da Fonseca (Angra, 10 de outubro de 1831 — Lisboa, c. 1912), bacharel em Direito, em 1855. Seguiu a magistratura, tendo sido juiz no Tribunal da Relação dos Açores (1892), transferido para o Tribunal da Relação de Lisboa (1893), do qual seria mais tarde vice-presidente (1904). Subiu a presidente daquele tribunal por Decreto de 10 de abril de 1906. Tomou posse a 11 de abril do mesmo ano. Terminou a sua carreira como juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça (1907). Integrou como vogal o Conselho Geral Penitenciário (1904). Sem funções em 1911.
- 33 José António de Montauray Guerreiro (Angra, c. 1830 —), filho do conselheiro de Estado José António Guerreiro. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1856).
- 34 Luís Francisco da Rocha (São Bartolomeu dos Regatos, 25 de agosto de 1830 — Angra), formado em Teologia pela Universidade de Coimbra em 1858 e presbítero. Foi apresentado cônego da Sé de Angra e depois elevado à dignidade de arcediogo. Foi professor do Liceu e Seminário de Angra. Foi o primeiro vice-reitor do Seminário de Angra (1862-1864).
- 35 José de Meneses Toste (Angra do Heroísmo, 19 de maio de 1827 — Lisboa, c. 1902), bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, alto funcionário público e político. Foi administrador do concelho de Almada, guarda-mor e secretário do Tribunal da Relação de Lisboa. Membro destacado do Partido Histórico, foi deputado às Cortes em diversas legislaturas, sempre eleito pelo círculo de Angra do Heroísmo. Apresentou a iniciativa n.º 37-A de 1863, para as moedas de ouro, prata e cobre do sistema decimal, que giravam no continente do reino, tivessem curso legal nas ilhas dos Açores. Outra iniciativa, em 1870, visava a reabilitação do concelho de Vila do Topo, na ilha de S. Jorge.
- 36 José Augusto Mendes (Angra, 12 de março de 1830 — Luanda, 12 de maio de 1878), bacharel em Direito formado pela Universidade de Coimbra (1859), foi administrador do concelho de Angra do Heroísmo de 1861 até 1868. Foi delegado do Governo da República no arquipélago de Cabo Verde, juiz de direito em Benguela e em Luanda, cidade onde prestou serviço no Tribunal da Relação.
- 37 Joaquim de Oliveira Brasil (Terra Chã, 22 de novembro de 1839 — Lisboa, a. 1902), de família oriunda do Topo, bacharel em Teologia pela Universidade de Coimbra (1862), professor e diretor da Escola Normal de Angra do Heroísmo. Estabeleceu em Angra um colégio de instrução primária e secundária denominado Instituto Angrense, de que foi diretor e professor.

-
- 38 O Colégio Instituto Angrense foi um estabelecimento de ensino particular de instrução primária e secundária fundado e dirigido pelo professor Joaquim de Oliveira Brasil, seu proprietário, tendo como professor Augusto César Pacheco. Fundado em 1892, funcionou este colégio na rua de Jesus e mais tarde no Alto das Covas. Existiu outra escola com o mesmo nome.
- 39 Alberto Teles de Utra Machado (Angra do Heroísmo, 24 de janeiro de 1840 — Oeiras, 12 de janeiro de 1923), jurista, escritor, publicista e político, formado em Direito pela Universidade de Coimbra em 1863. Assinou parte da sua obra literária como Alberto Telles. Foi sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, afirmando-se como um literato entre a elite lisboeta da época.
- 40 Nicolau Moniz de Bettencourt (Angra do Heroísmo, 4 de abril de 1836 — Angra do Heroísmo, 19 de outubro de 1898), bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra em 1863. Funcionário da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, onde exerceu os cargos de escrivão e tabelião.
- 41 Jorge de Lemos Bettencourt de Almeida Monjardino (Angra do Heroísmo, 25 de junho de 1846 — Angra do Heroísmo, 21 de abril de 1886), terratenente e político, entre outras funções, exerceu o cargo de tesoureiro-pagador do Distrito de Angra do Heroísmo. A sua ilustração e talento concederam-lhe foros de jornalista, tendo colaborado no *Revolução de Setembro*, de Lisboa, e em vários jornais editados nos Açores ligados ao Partido Histórico, partido em que militava e cujo sogro era o líder.
- 42 Augusto Ribeiro era o jornalista Augusto Maria de Lemos Álvares Portugal Ribeiro.
- 43 João Fagundo da Silva (Angra do Heroísmo, 12 de junho de 1840 — Santarém, 5 de julho de 1914), engenheiro civil. Sócio da Academia das Ciências de Lisboa. Professor de Desenho e secretário do Liceu Nacional de Santarém, esteve ligado a diversas obras, tendo nomeadamente acompanhado a obra da Ponte D. Luís I sobre o Tejo, em Santarém, inaugurada em 1881. Era irmão de Joaquim Maria da Silva, angrense, presidente da Câmara Municipal de Santarém. Publicou obras de cariz didático no campo da geometria e do desenho, estudos de hidráulica, alguns projetos de saneamento e um estudo sobre a navegabilidade e proteção marginal do Tejo na região de Santarém.
- 44 João Cândido de Moraes (Angra do Heroísmo, 7 de março de 1841 — Sintra, 10 de julho de 1895), bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra em 1868, coronel de Engenharia do Exército, político, professor, empreendedor e empresário, pioneiro da eletricidade em Portugal.
- 45 É autor da «Breve notícia da história natural das ilhas dos Açores». Revista de *O Século*, Lisboa, 1865.
- 46 Diogo de Barcelos Machado de Bettencourt (Angra do Heroísmo, 8 de agosto de 1847 — Angra do Heroísmo, 16 de outubro de 1922), magistrado judicial e político, bacharel em direito pela Universidade de Coimbra (1868), que entre outras funções foi juiz de diversas comarcas açorianas e governador civil do Distrito da Horta.
- 47 Carlos de Brum da Silveira (Angra do Heroísmo (Conceição), 11 de agosto de 1841 — Lisboa, 4 de agosto de 1907), bacharel em Direito (1871) e Teologia (1873) pela Universidade de Coimbra, sacerdote, pároco em Alcoutim e depois em Alcanhões na diocese de Santarém (1880).
- 48 Henrique Herz (Angra do Heroísmo, 20 de dezembro de 1846 — Velas, 31 de outubro de 1885), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1871), magistrado. Foi juiz de direito das Velas, ilha de São Jorge, onde faleceu (cf.: *Genealogias da ilha Terceira*, vol. VII, p. 736).
- 49 Diogo Gomes de Menezes (Praia da Vitória, 21 de novembro de 1855 — Angra do Heroísmo, 16 de abril de 1936), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1882), magistrado, delegado do Procurador da Coroa e Fazenda no Ultramar e juiz dos quadros ultramarinos.
- 50 Cândido de Meneses Pacheco de Melo Forjaz de Lacerda (Angra do Heroísmo, 5 de maio de 1863 — Lisboa, 26 de abril de 1922), 2.º visconde de Nossa Senhora das Mercês, senhor da Casa do Pombal, aristocrata e político. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1891), foi subdelegado do Procurador Régio e substituto do juiz de Direito na comarca de Angra do Heroísmo. Exerceu o cargo de vereador da Câmara Municipal e foi agente consular de Itália em Angra do Heroísmo.
- 51 Jacinto dos Reis Fisher (Angra do Heroísmo, 8 de janeiro de 1867 — Coimbra, 12 de julho de 1947), oficial de artilharia do Exército que atingiu o posto de general. Era bacharel, formado em matemática em 1889. Foi agraciado com os graus de comendador (15 de fevereiro de 1919) e grande-oficial da Ordem Militar de Avis (5 de outubro de 1930).
- 52 Francisco dos Reis Fisher (Angra do Heroísmo, 18 de abril de 1863 — Congo, 9 de dezembro de 1895), bacharel formado em Direito em 1891. Foi delegado do Procurador da Coroa e Fazenda em Angola.
- 53 Pedro Álvares da Câmara Paim de Bruges (Angra do Heroísmo, 1 de agosto de 1872 — Angra do Heroísmo, 10 de março de 1910), bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado e notário na comarca de Angra do Heroísmo, publicista e político, que exerceu importantes funções políticas, entre as quais vice-presidente e presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.
- 54 João de Bettencourt Barcelos Machado (Santa Cruz da Graciosa, 14 de outubro de 1872 — Angra do Heroísmo, 7 de março de 1942), bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado e notário. Foi notário na comarca de Angra do Heroísmo, por decreto de 26 de janeiro de 1899, e advogado nos auditórios da mesma comarca. Em Angra do Heroísmo teve também os cargos de administrador do concelho (1907-1910) e comissário da Polícia. Foi filho do angrense Diogo de Barcelos Machado de Bettencourt, bacharel formado em Direito, juiz de direito na Graciosa, onde casou, e mais tarde governador civil do Distrito da Horta.
- 55 Rui Teles Palhinha (Angra do Heroísmo, 4 de janeiro de 1871 — Lisboa, 13 de novembro de 1957), botânico e docente a quem se devem grandes avanços na exploração sistemática da flora açoriana. Formado em Ciências pela Faculdade de Filosofia Natural da Universidade de Coimbra (1893), foi professor liceal, professor

-
- universitário e diretor do Jardim Botânico de Lisboa. Exerceu as funções de presidente da Câmara Municipal de Santarém, de vereador da Câmara Municipal de Lisboa e de reitor do Liceu de Camões de Lisboa. Foi sócio efetivo da Academia das Ciências de Lisboa.
- 56 João Nogueira de Freitas (Angra do Heroísmo, 5 de dezembro de 1866 — Lisboa, 21 de fevereiro de 1904), agrônomo, formado em 1889. Exerceu a sua profissão na cidade de Beja, em Angra do Heroísmo e também em Lisboa. Vereador, foi agente consular de França, da Companhia Insulana de Navegação e da companhia de seguros Fidelidade em Angra. Foi tio de Fernando Pessoa.
- 57 Pedro de Lemos (Terra Chã, 12 de junho de 1858 — Angra do Heroísmo, d. 1909), farmacêutico, formado pela escola do Porto em 1885, exerceu a sua profissão em Angra do Heroísmo. Foi proprietário da Farmácia Lemos, antecessora da Farmácia Lisboa, na rua Direita (cf.: Manuel de Sousa Menezes, «Médicos, Cirurgiões e outros da arte de curar na Ilha Terceira», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XV (1957), p. 66).
- 58 Teotónio Alberto Mendes (Angra do Heroísmo (Conceição), 24 de setembro de 1866 — Angra do Heroísmo, 24 de setembro de 1945), farmacêutico formado pela escola do Porto (1892). Exerceu a sua atividade no Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo a partir de 1899 (cf.: Manuel de Sousa Menezes, «Médicos, Cirurgiões e outros da arte de curar na Ilha Terceira», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XV (1957), p. 66).
- 59 João da Rocha Lemos (Fontinhas, 10 de junho de 1871 — Angra do Heroísmo (Conceição), 7 de março de 1909), farmacêutico formado pela escola do Porto (1893). Exerceu a sua atividade em Angra do Heroísmo, onde foi proprietário da «Farmácia Lemos», instalada na rua do Galo (cf.: Manuel de Sousa Menezes, «Médicos, Cirurgiões e outros da arte de curar na Ilha Terceira», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XV (1957), p. 66).
- 60 Alfredo Machado da Silva (Angra do Heroísmo (Sé), 4 de abril de 1879 — Vila Franca do Campo), farmacêutico pela escola de Lisboa, recebedor do Concelho de Vila Franca do Campo, vila onde casou em 1902 e foi farmacêutica da Santa Casa da Misericórdia.
- 61 Manuel Ferreira Giraldes (Angra do Heroísmo, 15 de dezembro de 1868 — Aldeia Galega do Ribatejo, 10 de maio de 1916), farmacêutico pela escola do Porto (1891). Era filho de um farmacêutico homónimo, que trabalhou na Santa Casa da Misericórdia de Angra (desde 1861) e faleceu em 1883. A 1 de novembro de 1908 foi eleito presidente da Câmara Municipal de Aldegalega do Ribatejo, à cabeça da lista de candidatos do Partido Republicano Português. Tomou posse a 30 de novembro de 1908, sendo a primeira câmara republicana de Aldegalega do Ribatejo, hoje Montijo, e uma das primeiras do país. É lembrado na toponímia do Montijo.
- 62 João Baptista Mendes (São Bento, 12 de fevereiro de 1877 — Praia da Vitória, 4 de junho de 1951), farmacêutico pela escola de Lisboa (1898). Inicialmente farmacêutico da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, depois estabeleceu-se ali com a sua própria farmácia de oficina (cf.: Manuel de Sousa Menezes, «Médicos, Cirurgiões e outros da arte de curar na Ilha Terceira», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XV (1957), p. 92).
- 63 Francisco Lúcio Fagundes Júnior (Santa Cruz da Praia, 15 de fevereiro de 1876 — d. 1945), farmacêutico pela escola de Lisboa (1899), inicialmente com farmácia na Praia da Vitória. Mudou-se para Angra, onde teve a Farmácia Fagundes, na rua da Sé. Ausentou-se depois para o Continente, onde ainda exerceu a profissão (cf.: Manuel de Sousa Menezes, «Médicos, Cirurgiões e outros da arte de curar na Ilha Terceira», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XV (1957), p. 92).
- 64 Aurélio Leonardo do Rego (Angra do Heroísmo (Sé), 2 de dezembro de 1871 — d. 1902), farmacêutico, dirigente da Associação dos Farmacêuticos Portugueses. Estabeleceu-se em Lisboa.
- 65 Ilídio de Meneses Carvalho Mourato (Angra do Heroísmo, 26 de junho de 1880 — Angra do Heroísmo, 2 de dezembro de 1961), farmacêutico com estabelecimento na Rua da Sé (Farmácia Central). Melómano, músico e colecionador de mobiliário e cerâmica, de que reuniu importante coleção.
- 66 Luís Gomes da Silva (31 de dezembro de 1865 — Praia da Vitória, d. 1930), terceirense, farmacêutico estabelecido em Angra e depois na Praia da Vitória, foi presidente da comissão administrativa do Asilo D. Pedro V da Praia da Vitória (1930).
- 67 José Bettencourt Coelho da Rocha (Praia da Vitória, 20 de setembro de 1871 — Nordeste), farmacêutico. Estabeleceu-se na vila do Nordeste. Foi sócio correspondente da Sociedade Farmacêutica Lusitana.
- 68 Francisco José da Silveira (Velas, c. 1770 —), cirurgião por carta régia de 2 de setembro de 1802, registada na Câmara de Angra a 13 de abril de 1815 (cf.: Manuel de Sousa Menezes, «Médicos, Cirurgiões e outros da arte de curar na Ilha Terceira», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XV (1957), p. 61).
- 69 José Severino de Avelar e Lemos (Velas, 8 de julho de 1825 — Niterói, c. 1900), médico e cirurgião, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que se estabeleceu na cidade de Niterói, onde foi um dos fundadores e primeiros dirigentes do Imperial Instituto Médico Fluminense. O seu parente, António Severino de Avelar, foi condenado por tráfico de escravos no processo relativo ao «desembarque de Sirinhaém» (Pernambuco), um escândalo político e diplomático que em 1855 abalou o Brasil. António Severino de Avelar foi deportado, cabendo ao dr. Avelar e Lemos proceder à liquidação dos bens que o réu detinha no Brasil.
- 70 Francisco Severino de Avelar (Velas, 28 de outubro de 1828 — Lisboa, 12 de setembro de 1904), médico e político, que entre outras funções foi guarda-mor da saúde em Ponta Delgada e Lisboa e deputado eleito pelo Partido Regenerador em representação do círculo eleitoral da Horta.
- 71 Emílio Severino de Avelar (Velas, 20 de fevereiro de 1834 — São Tomé, ilha de São Tomé, 5 de março de 1894), médico que ganhou grande fama como urologista, sendo um dos pioneiros da especialidade em Portugal e um dos primeiros a intervir cirurgicamente na bexiga. Notabilizou-se pelas suas curas admiráveis.

-
- 72 José Caetano de Sousa e Lacerda (Ribeira Seca, ilha de São Jorge, 21 de julho de 1861 — Estoril, 12 de julho de 1911), mais conhecido por José de Lacerda, médico, poeta e político. Irmão do maestro Francisco de Lacerda, exerceu clínica em Lisboa, como médico do Hospital de São José, a partir de 1903, ganhando reputação como excelente psiquiatra. Nas eleições gerais de 1901, na fase final da Primeira Campanha Autonomista Açoriana, foi eleito deputado às Cortes pelo círculo de Angra do Heroísmo, integrado nas listas do Partido Regenerador. Participou ativamente nos trabalhos parlamentares da legislatura de 1902 a 1904, fazendo no início da legislatura um longo discurso que publicaria com adendas e interessante informação sobre os Açores (*Algumas palavras sobre interesses açorianos pronunciadas na Câmara dos Deputados e ampliadas depois, com ligeiras notas a respeito do parlamentarismo português, e sobre a origem geológica, a situação geográfica, o clima, a flora, a fauna terrestre e marítima, o descobrimento, a colonização e a navegação do arquipélago dos Açores*. Lisboa, Livraria Rodrigues & C^a, 1902).
- 73 Manuel Vitorino de Bettencourt (Manadas, 28 de outubro de 1866 — Lisboa, 8 de janeiro de 1937), formado pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa em 1893, foi médico municipal de Angra do Heroísmo, facultativo do Hospital de Santo Espírito e do Hospital da Misericórdia da Praia da Vitória, guarda-mor da Estação de Saúde (1904), inspetor de Sanidade Marítima e diretor do Posto de Desinfecção de Angra. Genro do 2.º conde de Sieuve de Meneses, distinguiu-se na política, como figura de destaque do Partido Regenerador e, depois da implantação da República, chefiou o Partido Republicano Português no Distrito de Angra. Foi procurador à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo em 1898.
- 74 José Ernesto de Amorim (Ribeira Seca (Calheta), 7 de agosto de 1867 — Porto, c. 1932), médico formado pela Universidade de Coimbra. Foi professor liceal em Viseu e no Porto, cidade onde faleceu. Foi proprietário do imóvel agora conhecido por «Casa Gaspar da Silva», na Ribeira Seca.
- 75 Trajano Baptista Pereira (Urzelina, 9 de setembro de 1870 — Oeiras, 1 de fevereiro de 1957), depois de ter frequentado os estudos preparatórios na Academia Politécnica do Porto, formou-se em Medicina pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa em 1896. Ocupou interinamente o lugar de médico na Praia da Vitória onde se demorou apenas alguns meses, retirando-se para São Jorge, onde foi clínico de grande prestígio e de apreciados méritos. Foi proprietário de uma grande exploração agrícola na ilha de São Jorge e um dos maiores impulsionadores do nascimento da Cooperativa Leitaria das Manadas, uma das mais velhas do país, e um dos embriões do movimento cooperativo na produção do queijo da ilha de São Jorge. Militou no Partido Republicano Nacionalista.
- 76 João Pereira de Lacerda Forjaz (Velas, 9 de dezembro de 1869 — Lisboa (São Sebastião da Pedreira), 22 de abril de 1927), conhecido por Dr. Lacerda Forjaz, médico formado pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra em 1898. Exerceu atividade na ilha das Flores e na cidade da Horta, onde foi delegado de saúde e professor liceal. Foi reitor do Liceu da Horta entre 1904 e 1906.
- 77 João de Sousa Pacheco (Ribeira Seca (Calheta), c. 1665 — Velas, 1714) presbítero, bacharel formado pela Universidade de Coimbra. Era vice vigário do Norte Grande em 1700 e foi vigário da Matriz de São Jorge em Velas e ouvidor eclesiástico de 1703 a 1714, ano em que faleceu. Enquanto pároco do Norte Grande, esteve envolvido na Revolta dos Inhames, tendo acalmado o povo revoltado queimando, no alto do campanário da igreja e à vista de todos, a lista das pessoas intimadas.
- 78 Lázaro de Sousa Pereira (Velas, c. 1670 — Angra, c. 1741), presbítero, bacharel formado em Cânones pela Universidade de Coimbra (1695), foi arcediago da Sé de Angra e vigário-geral do Bispado.
- 79 D. Frei Bartolomeu do Pilar (Velas, 14 de setembro de 1667 — Belém do Pará, 9 de abril de 1733), nascido Bartolomeu de Bettencourt, religioso carmelita, doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra, primeiro bispo de Belém do Pará.
- 80 António José Pereira da Silveira e Sousa (Velas, 9 de outubro de 1793 — Velas, 7 de dezembro de 1881), bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra em 1821, foi juiz substituto, presidente da Câmara Municipal das Velas e subdiretor da Alfândega das Velas. Colaborou na imprensa de Angra.
- 81 *O Escudo* foi um periódico publicado em Angra do Heroísmo entre novembro de 1844 e junho de 1849, num total de 212 edições.
- 82 Joaquim José Pereira da Silveira e Sousa (Velas, 17 de fevereiro de 1796 — Urzelina, 1 de maio de 1870), grande proprietário na vila de Velas e político da direita constitucional, bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, que, entre outras funções, foi por diversas vezes presidente da Câmara Municipal de Velas, deputado às Cortes e governador civil do distrito da Horta.
- 83 Manuel Teixeira Soares (Velas, 6 de dezembro de 1796 — Ponta Delgada (São Sebastião), 4 de março de 1879), bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra em 1826. Foi residir em Ponta Delgada, onde casou e integrou a governança autárquica. Era funcionário da Repartição de Fazenda e fiscal das alfândegas do distrito. Foi em 1839, sob a vereação camarária de Manuel Teixeira Soares, que foram criados os primeiros três postos de socorro a incêndios, espalhados pelas três freguesias da cidade de Ponta Delgada, embrião da atual Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários daquela cidade.
- 84 João Bernardes da Câmara Madureira Cirne (Velas, c. 1795 —), filho do magistrado João José Bernardes de Madureira e Sousa Cyrne, oriundo de Bragança, matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1816 onde se formou bacharel em Leis em 1821. Enveredou pela magistratura, sendo despachado juiz de fora da Graciosa em 1829, tendo sido naquela ilha determinante na aclamação de D. Maria II em 1831. Teve importante atividade política nas comarcas por onde foi passando.
- 85 João Silveira da Luz (Velas, c. 1800 — c. 1870), filho do homónimo juiz de fora da ilha de São Jorge. Bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra (1823), foi procurador régio em Angra (1835), juiz de fora na Praia da Vitória e adjunto no efêmero Tribunal da Relação de Angra (1829) (cf.: Isabel Graes, «Um relance histórico

sobre a Junta de Justiça de Angra, bosquejo de história judiciária liberal», in *Cuadernos de Historia del Derecho*, 18 (2011), pp. 333-362).

- 86 José Soares Teixeira de Sousa (Terreiros, Manadas, 26 de março de 1826 — Velas, 20 de agosto de 1885), bacharel em direito pela Universidade de Coimbra (1849), advogado e político. Foi administrador do concelho das Velas, ilha de São Jorge, e pagador das Obras Públicas naquela ilha. Foi casado com D. Isabel Beatriz de Azevedo Pereira e Sousa (1837-1921), a 1.^a viscondessa de São Mateus por decreto do rei D. Carlos datado de 25 de outubro de 1894.
- 87 José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa (Velas, 11 de dezembro de 1823 — Velas, 20 de fevereiro de 1912), rico proprietário na ilha de São Jorge, bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra, que, entre outras funções, foi deputado às Cortes e líder político do Partido Histórico na sua ilha natal, conselheiro de Estado e por diversas vezes presidente da Câmara Municipal de Velas.
- 88 António Pereira da Cunha e Silveira (Ribeira Seca, Calheta, 3 de janeiro de 1828 — Ribeira Seca, 1 de janeiro de 1900), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1854), administrador do concelho das Velas e presidente da Câmara Municipal da Calheta.
- 89 João Pereira da Cunha Pacheco (Ribeira Seca (Calheta), 24 de junho de 1825 — Velas, 24 de março de 1902), jorgense, bacharel em Direito Pela Universidade de Coimbra (1854). Foi administrador do concelho das Velas e presidente da respetiva Câmara. Foi proprietário da grande Quinta dos Mistérios, na Queimada.
- 90 Manuel Bernardo de Sousa Enes (Vila do Topo, 5 de novembro de 1814 — Portalegre, 8 de setembro de 1887), depois de uma estadia de alguns anos na Terceira, onde foi professor primário da escola masculina da freguesia de Santa Bárbara, e no Brasil, onde foi ordenado presbítero, matriculou-se na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra. Concluído o curso, em 1854 foi convidado a ingressar no corpo docente da Faculdade de Teologia, instituição onde se doutorou, em 16 de julho de 1857, e onde foi nomeado lente em 1861, passando a catedrático em 1872, regendo, em simultâneo, entre 1871 e 1873, no Seminário de Coimbra, as cadeiras de Direito Natural, Teologia Moral, Direito Canónico e Dogmática Especial. Foi sucessivamente bispo de Macau (1873-1883), bispo de Bragança e Miranda (1883-1886) e finalmente de bispo de Portalegre (1886-1887).
- 91 Parece ser uma referência a António Moniz Barreto Corte Real, professor liceal, mas que também exerceu advocacia em Angra.
- 92 José Bettencourt da Silveira e Ávila (Vila do Topo, 9 de maio de 1837 — Angra do Heroísmo, 6 de fevereiro de 1922), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1864), foi administrador do concelho da Praia da Vitória, ingressando depois na magistratura. Foi juiz ordinário na Calheta de São Jorge, delegado do procurador régio na cidade da Horta e na Praia da Vitória, juiz de direito em Vila do Porto, Praia da Vitória, Ribeira Grande, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e novamente em Angra do Heroísmo, de onde saiu em 1903, para exercer o cargo desembargador e juiz conselheiro da Relação dos Açores, da qual foi juiz presidente.
- 93 Manuel Inácio da Silveira Borges (Urzelina, 18 de abril de 1835 — Porto, 27 de maio de 1887), bacharel em Teologia pela Universidade de Coimbra (1870) e presbítero, foi professor de ensino livre em Coimbra, capelão-mor da Real Capela da Universidade de Coimbra, cónego da Sé do Porto e vice-reitor do seminário daquela cidade. Recebeu o título de monsenhor.
- 94 José Joaquim Borges de Azevedo Enes (Vila do Topo, 13 de fevereiro de 1852 — Lisboa, 1894), bacharel em Teologia e Direito pela Universidade de Coimbra (1873), foi magistrado judicial do quadro colonial, terminando a sua carreira como desembargador e presidente do Tribunal da Relação de Luanda.
- 95 Manuel Veloso de Armelim Júnior (Velas, 1 de fevereiro de 1857 — Lisboa, 4 de outubro de 1935), advogado, escritor e jornalista, era bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1887). Exerceu a sua profissão em Lisboa. Foi diretor do jornal de jurisprudência *O Correio Jurídico*, de Lisboa.
- 96 José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa Júnior (Velas, 7 de agosto de 1864 — Velas, 14 de março de 1927), agrónomo e abastado proprietário rural, líder local do Partido Progressista jorgense, que, entre outras funções, foi deputado às Cortes e governador civil do distrito de Angra do Heroísmo. Como agrónomo e grande proprietário na ilha de São Jorge, dedicou-se à melhoria das pastagens e ao desenvolvimento da indústria dos lacticínios, com destaque para o queijo de São Jorge, de cuja produção foi o principal dinamizador, devendo-se-lhe a melhoria das técnicas de fabrico e o incremento da exportação.
- 97 Mariano Cirilo de Carvalho (Alenquer, Abrigada, 25 de junho de 1836 — Cascais, 19 de outubro de 1905), mais conhecido como Mariano de Carvalho, professor e vogal do Conselho Superior de Instrução Pública, jornalista, político (deputado e Ministro da Fazenda e do Reino) e tradutor de obras de ficção. Foi o primeiro tradutor para português das obras de Júlio Verne.
- 98 Manuel Bernardo Borges de Azevedo Enes (Vila do Topo, 13 de março de 1856 — Paris, 5 de dezembro de 1905), advogado e jornalista, formado bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra em 1887. Exerceu advocacia e jornalismo em Lisboa.
- 99 Miguel Teixeira Soares de Sousa (Velas, 12 de agosto de 1824 — Angra do Heroísmo (São Pedro), 10 de agosto de 1894), grande proprietário na ilha de São Jorge e na Terceira, doutor em Letras por uma Universidade da Bélgica. Foi presidente da Câmara Municipal das Velas e exerceu o cargo de juiz substituto do de direito. Requitado e culto, remodelou o velho Solar do Corpo Santo nas Velas e melhorou a Quinta dos Terreiros, introduzindo as árvores que ainda impressionam pela sua monumentalidade.
- 100 Manuel Teles Pinto de Leão (Santa Cruz da Graciosa, 8 de agosto de 1873 — Ribeira Grande, 11 de janeiro de 1965), médico cirurgião pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto, 1901. Exerceu clínica na ilha das Flores e depois na ilha de São Miguel. É autor de uma tese pioneira sobre a fisiologia do ciclismo (cf.: *Exercício velocipedico : efeitos physiologicos, contra-indicações, applicações therapeuticas e hygiene : dissertação inaugural*

apresentada à escola Medico-Cirurgica do Porto. Porto: Of. do Comércio, 1901).

- 101 Francisco Jerónimo Coelho e Sousa (Santa Cruz da Graciosa, 1802 — Fajã de Baixo, 1 de setembro de 1888), bacharel em leis pela Universidade de Coimbra em 1825, jurista e magistrado judicial. Terminou a sua carreira como juiz do Supremo Tribunal de Justiça.
- 102 António de Sousa Machado (Vila da Praia da Graciosa, c. 1820 — Angra do Heroísmo, c. 1900), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra em 1844. Foi presidente da Câmara do extinto concelho da Vila da Praia da Graciosa.
- 103 Álvaro Pereira de Bettencourt Lopes (Praia da Graciosa, 9 de julho de 1819 — Lagoa (São Miguel), 4 de novembro de 1897), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, 1845. Foi muitos anos administrador do concelho da Lagoa, onde faleceu.
- 104 João Álvaro de Bettencourt Silveira (Santa Cruz da Graciosa, c. 1820 — Coimbra, 1844), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra em 1844. Faleceu em Coimbra logo após a formatura, antes de retornar à ilha Graciosa.
- 105 Luís António Gil da Silveira (Santa Cruz da Graciosa, c. 1850 — Fundão, c. 1920), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, 1872. Foi advogar para a comarca do Fundão, onde casou e deixou descendência. O seu filho homónimo criou um prémio escolar destinados aos alunos do ensino primário do concelho do Fundão cujo regulamento foi aprovado pela Portaria n.º 17261, de 8 de julho de 1959.
- 106 Francisco Silveira Machado (Santa Cruz da Graciosa, c. 1835 — Ponta Delgada, c. 1890), bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra em 1858. Faleceu em Ponta Delgada, onde havia casado.
- 107 João Inácio de Simas e Cunha (Santa Cruz da Graciosa, 26 de março de 1821 — Santa Cruz da Graciosa, 6 de setembro de 1896), 1.º e único barão de Guadalupe, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1845), advogado, empresário e presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa. Por alvará de 30 de janeiro de 1866 foi feito moço fidalgo da Casa Real com exercício no Paço e por decreto de 15 de maio de 1874, do rei D. Luís, foi-lhe concedido o título de barão de Guadalupe.
- 108 João de Bettencourt (Vila da Praia da Graciosa, c. 1810 — Santa Cruz da Graciosa), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1833). Foi advogado na comarca da Graciosa, onde faleceu.
- 109 A obra foi publicada como: *Fenix Angrence*, 2 volumes. Instituto Histórico da ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1989.
- 110 *História Insulana das Ilhas a Portugal sugeytas no Oceano Occidental*. Lisboa Occidental, na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1717.
- 111 Loreto Lusitano, *Virgem Senhora da Lapa, residência milagrosa do Real Colégio de Coimbra*. Lisboa, Officina de Felipe de Souza Villela, 1719.
- 112 *Resoluções Theojurísticas* (2 volumes). Lisboa Occidental, na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1718.
- 113 Manuel Inácio Martins Pamplona Corte Real (Angra, 8 de maio de 1762 — Elvas, 16 de outubro de 1832), feito 1.º barão de Pamplona em França e 1.º conde de Suberra em Portugal, oficial general e político da tendência pró-francesa da fase inicial do vintismo. Lutou na Crimeia integrado no exército russo, fez parte das forças aliadas que tomaram Valenciennes em 1793, participou na campanha do Rossilhão e, mais tarde, como oficial general da Legião Portuguesa, nas campanhas de Napoleão Bonaparte contra Portugal (3.ª invasão), a Áustria e a Rússia. Condenado à morte por colaboracionismo em 1811, foi amnistiado em 1821. Após a amnistia, entre muitas outras funções, foi deputado às Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa (1821-1822), ministro de várias pastas e Ministro Assistente ao Despacho, cargo correspondente ao de Primeiro-Ministro, durante o reinado de D. João VI, e embaixador em Madrid. Foi elevado à condição de par do reino, de conde de Suberra (1823) e de membro do Conselho de Estado. Faleceu preso no Forte da Graça, em Elvas, onde fora encerrado por ordem do rei D. Miguel.
- 114 Conde de Suberra foi um título criado por D. João VI, por decreto de 2 de julho de 1823, a favor de Manuel Inácio Martins Pamplona Corte Real, na altura em que este desempenhava as funções de Ministro do Reino. Foram titulares: (1) Manuel Inácio Martins Pamplona Corte Real, 1.º conde de Suberra; e (2) Maria Mância de Lemos Roxas Carvalho e Menezes (15 de maio de 1805 — 16 de agosto de 1881), 2.ª condessa de Suberra.
- 115 Isabel Antónia do Carmo de Roxas e Lemos Carvalho e Menezes (Porto, 5 de novembro de 1779 — Lisboa, 1856), da família dos senhores da Trofa, viúva de Manuel de Roxas e Lemos, seu primo, e herdeira de vasta fortuna que incluía a Quinta da Suberra, em São João dos Montes, concelho de Vila Franca de Xira. Casou em segundas núpcias, a 19 de março de 1806, com Manuel Inácio Martins Pamplona Corte Real, depois conde de Suberra, título que deriva da quinta propriedade de sua esposa. Acompanhou o marido nas campanhas das guerras napoleónicas, tendo sido condenada à morte por colaboracionismo com os franceses, depois amnistiada. Foi presa, com o marido, pelos miguelistas, tendo passado por várias prisões até ser libertada com a vitória dos liberais.
- 116 Maria Mância de Lemos Roxas e Menezes (Lisboa, 15 de maio de 1805 — Quinta de Suberra, Alhandra, 16 de agosto de 1881), senhora das quintas de Suberra e da Bemposta, casou a 8 de maio de 1822 com seu primo Fradique de Souza e Lemos (trineto dos 8.ºs senhores da Trofa), que assim sucederam como 2.ºs condes de Suberra. Como este casal não teve filhos, voltando ela a casar a 25 de agosto de 1833 com Teodoro Estêvão de La Rue de Saint-Léger, conde de Saint-Léger em França, que em Portugal sucedeu a seu tio materno João Guilherme Hyde de Neuville como 2.º conde e depois 2.º marquês da Bemposta, por mercês reais de 3 de julho de 1823 e 24 de fevereiro de 1836, respetivamente, foi mestre-sala da Casa Real e ajudante de campo do rei D. Fernando. A filha do segundo casamento viria a ser a influente 1.ª marquesa de Rio Maior, D. Maria Isabel

-
- Antónia do Carmo de Lemos e Roxas de Carvalho e Menezes de Saint-Léger (1841-1920), marquesa por casamento com o 1.º marquês, D. António José de Saldanha Oliveira e Sousa (1836-1891).
- 117 *Memoria justificativa de Manoel Ignacio Martins Pamplona e de sua mulher D. Isabel de Roxas e Lemos*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1821.
- 118 *Aperçu nouveau sur les campagnes des Français en Portugal en 1807, 1808, 1809, 1810 et 1811, contenant des observations sur les écrits de MM. le baron Thiébault, lieutenant général, Naylies, officier supérieur des gardes du corps de Monsieur, Gingret, chef de bataillon en demi-activité*. Paris, Chez Delaunay, 1818. A obra foi publicada em Paris sem indicação de autor.
- 119 *La Guerre de la Péninsule sous son véritable point de vue, ou lettre à Mr l'abbé F***, sur l'Histoire de la dernière guerre ; publiée dernièrement à Florence. Suivie d'un Appendix et d'une table chronologique des événements les plus mémorables depuis l'année 1803 jusqu'à 1814. Traduite de l'original italien, imprimé en 1816*. Bruxelles, Weissenbruch, 1819. A obra, impressa sem identificação de autor ou do tradutor, é a tradução para francês da obra atribuída a Domingos António de Sousa Coutinho, 1.º conde e 1.º marquês do Funchal, intitulada *La guerra della penisola sotto il suo vero punto di vista, ossia, Lettera al sig. Abate F. *** riguardo alla storia dell'ultima guerra pubblicata recentemente in Firenze : con un 'appendice, ed una tavola cronologica degli avvenimenti più memorabili dall'anno 1803 al 1814*, aparecida em Itália no ano de 1816. A tradução é precedida um extenso prefácio de 50 páginas, onde se declara a obra ter por objetivo relatar com objetividade «*uma das campanhas mais notáveis do regime imperial*» e ainda contribuir com elementos informativos para a história daquela tão conturbada época, acrescentando ao original cerca de 40 páginas de documentos justificativos.
- 120 *O contemporaneo político e litterario* (3 volumes). Paris, Officina de P. N. Rougeron, 1820. A obra está publicada sem indicação de autor, mas é uma coletânea de artigos publicados num periódico de que foi um dos redatores.
- 121 João Carlos Feo Cardoso de Castello Branco e Torres, *Resenha das familias titulares do reino de Portugal: Acompanhada das noticias biographicas de alguns individuos das mesmas famílias*, pp. 229-232. Lisboa, Imprensa Nacional, 1838.
- 122 Innocencio Francisco da Silva, *Diccionario bibliographico portuguez : estudos de Innocência Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil*, tomo 5.º, pp. 447-448. Lisboa : Na Imprensa Nacional, 1858-1923.
- 123 Diogo de Teive Vasconcelos Cabral (Angra, 3 de janeiro de 1785 — Lisboa, 31 de julho de 1836) foi um oficial do Corpo de Engenheiros do Exército, lente da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa e publicista. Foi filho do poeta terceirense João Cabral de Melo.
- 124 *Oração capitular recitada no capitulo provincial que celebrarão os menores observantes da provincia de S. João Evangelista das ilhas dos Açores em 27 de Junho de 1818 [...]*. Lisboa, Impressão Régia, 1818.
- 125 *Elogio historico da vida do insigne sacerdote José de Andrade: beneficiado na Igreja Parochial de Nossa Senhora da Conceição da Cidade de Angra, Ilha Terceira dos Açores, e morto a 14 de Janeiro de 1821 / offerecido aos amantes da virtude por Fr. Jeronymo Emiliano*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, Anno 1821.
- 126 *Primeiros elementos da história philosophica para uso dos estudantes do curso de philosophia racional da Cidade d'Angra*. Angra, Imprensa da Prefeitura, 1834.
- 127 *Primeiros elementos de logica para uso dos estudantes do curso de philosophia racional da cidade d'Angra*. Angra, Imprensa da Prefeitura, 1834.
- 128 *Primeiros elementos de metaphysica para uso dos estudantes do curso de philosophia racional da cidade d'Angra*. Angra, Imprensa da Prefeitura, 1835.
- 129 *Primeiros elementos de geographia para uso dos estudantes do curso philosophico da Cidade d'Angra*. Angra, Imprensa da Prefeitura, 1835.
- 130 *Primeiros elementos de ethica para uso dos estudantes do curso de philosophia racional da cidade de Angra do Heroísmo*. Angra do Heroísmo, Imprensa da Administração Geral, 1840.
- 131 *Primeiros elementos de literatura clássica, oratoria, e poetica para uso das lições de cór dos estudantes da quinta cadeira do Lyceo Nacional da cidade d'Angra do Heroísmo*. Angra do Heroísmo, Tipographia do Angrense, 1847.
- 132 *Opusculo historico ou resumo das principaes epocas, periodos, e acontecimentos da história universal antiga, e moderna, obra elemental accommodada ao uso das escolas por J. E. D'A*. Angra do Heroísmo, Imprensa do Governo, 1837.
- 133 *Noções primárias das figuras de Geometria e medição de superficies e volumes de solidos, por meio de Desenho Linear para uso dos estudantes do curso de Philosophics da cidade de Angra do Heroísmo*. Angra do Heroísmo, Imprensa do Governo, 1846.
- 134 *Primeiros elementos de geographia astronomica, physica, e politica para uso dos estudantes do curso philosophico da cidade d'Angra do Heroísmo*. Angra do Heroísmo, 1844.
- 135 *Topographia, ou descripção physica, politica, civil, ecclesiastica, e historica da ilha Terceira dos Açores*. Angra do Heroísmo, Oficina do Terceirense, 1843-1845.
- 136 *Apontamentos posthumos : para servirem de continuação à Topographia da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo, Imprensa de J.J. Soares, 1850.
- 137 *Resumo da historia portuguesa accommodado ás lições e exercicios das escolas*. Angra do Heroísmo, Officina

do Terceirense, 1846.

- 138 *Compêndio de Arithmética Ordinária : acomodado às Lições e Exercícios das Escolas de Instrução Primária*. Angra do Heroísmo, Officina do Terceirense, 1846.
- 139 *Princípios geraes de moral e civilidade christã para uso das escholas d'instrução primaria do districto d'Angra do Heroísmo*. Angra do Heroísmo, 1860.
- 140 *Rudimentos da grammatica latina accomodados ao uso das escolas: parte segunda da Syntaxe*. Angra, Imprensa de J. J. Soares, 1842.
- 141 *Prolegomenos da grammatica latina para uso dos alunos de latim do lyceu d'Angra do Heroísmo*. Angra do Heroísmo, Tip. de M.J.P. Leal, sem data.
- 142 *Elogio d'alguns portuguezes celebres por suas virtudes, e talentos e pequenos discursos sobre varios pontos philosophicos, historicos, e oratoricos recitados [sic] por alguns dos alumnos do falecido professor, o padre Jeronimo Emiliano d'Andrade*. Angra do Heroísmo, 1852.
- 143 *Exame de ordinandos até à sagrada ordem do presbiterado segundo a prática do bispo d'Angra do Heroísmo, concluido em 1847*. Angra do Heroísmo. Typ. M. J. P. Leal, 1856.
- 144 *Primeiros elementos das quatro partes da gramática portugueza : accomodados ao uso das escolas de primeiras letras*. Angra, Imprensa de J. J. Soares, 1852.
- 145 *Bellezas de Coimbra*. Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1831.
- 146 *O Desejo, e o quadro do Dilúvio de Salomão Gessner, traduzidos e acompanhados de um artigo «A Violeta»*. Angra do Heroísmo, Oficina do Terceirense, 1844.
- 147 *Bibliothecinha da infância: tributo paterno*. Angra do Heroísmo, Typ. de M. J. P. Leal, 1856.
- 148 *Selectasinha da Infancia*. Angra do Heroísmo.
- 149 *Synopse da gramática portugueza*. Angra do Heroísmo, Typ. da Independência, 1873.
- 150 Os textos publicados no periódico foram reunidos em: *O Lyceo*, Angra do Heroísmo, Typographia de Manoel José Pereira Leal, 1855.
- 151 *O Annunciador da Terceira* foi um periódico literário, publicado semanalmente em Angra do Heroísmo, com 51 edições entre 23 de abril de 1842 e 24 de junho de 1843. Foram redatores Jerónimo Emiliano de Andrade e António Moniz Barreto Corte-Real e editor Joaquim José Soares. Para além de anúncios e pequenas notícias locais, o jornal debruçou-se sobre temas culturais que visavam divulgar o conhecimento da história e etnografia terceirenses, descrevendo pormenorizadamente as festas do Divino Espírito Santo, a procissão do Corpo de Cristo e publicando, em folhetim, o primeiro volume da *Topografia da ilha Terceira*, de Jerónimo Emiliano de Andrade, obra que depois apareceria em monografia. Divulgou os acontecimentos liberais ocorridos na Terceira e defendeu o desenvolvimento da agricultura como motor da economia da ilha.
- 152 *Noticia biographica de Francisco d'Ornellas da Câmara Paim, governador do castello de S. João Baptista da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo: Typ. do Angrense, 1842.
- 153 *Memória biográfica do terceirense João d'Ávila*. Angra do Heroísmo: Typ. do Angrense, 1844.
- 154 *Memoria historica do horrível terremoto de 15 de Junho de 1841 que assolou a Villa da Praia da Victoria da ilha Terceira*. Angra do Heroísmo: Imprensa da Administração Geral, 1841.
- 155 *Memoria estatistica e historica da ilha Graciosa*. Angra do Heroísmo: Imprensa de Joaquim José Soares, 1845.
- 156 *Noticiario da honrosa visita de sua altesa serenissima o senhor Infante Dom Luiz Duque do Porto á ilha Terceira em 31 d'Outubro de 1858*. Angra do Heroísmo: Typ. de M. J. P. Leal, 1858.
- 157 *Memoria sobre a antiga academia militar da ilha Terceira*. Angra do Heroísmo: Imprensa do Governo, 1847.
- 158 *Viagem d'el-rei de Portugal e Senhor D. Pedro V às principaes cortes da Europa no anno de 1854*. Ponta Delgada, Typ. Auxiliadora das Letras Açorianas, 1856.
- 159 *Collecção dos escriptos administrativos e litterarios do Illm^o e Exm^o Snr. Joze Silvestre Ribeiro, Governador Civil do Districto d'Angra do Heroísmo*. Angra do Heroísmo: Imprensa do Governo, 1844.
- 160 Félix José da Costa aderiu ao movimento revolucionário setembrista de 1847, apoiando a Junta Revolucionária que então se instalou em Angra. A derrota do movimento após a intervenção da Quádrupla Aliança levou a que fosse suspenso do emprego público e deportado para a Graciosa. Atingida a acalmia política, regressou à Terceira e foi reintegrado em 1851 no seu emprego no Governo Civil.
- 161 A obra foi editada em 1990 como: *Apontamento Topográficos, Políticos, Cívicos e Eclesiásticos para a História das Nove Ilhas dos Açores, servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990.
- 162 João Ferreira Machado Drumonde (Vila de São Sebastião, 1 de maio de 1843 — Vila de São Sebastião, 30 de maio de 1912), também conhecido por João Ferreira Drumonde Machado ou João Ferreira Valadão, neto do historiador Francisco Ferreira Drummond, foi herdeiro do espólio de seu avô, incluindo o manuscrito inédito dos *Apontamentos Topográficos [...]*, obra que só seria editada em 1990. Foi escrivão do juízo ordinário, organista da Matriz de São Sebastião e professor de instrução primária (cf.: *Genealogias da ilha Terceira*, vol. IV, p. 123).
- 163 *Memória descriptiva da horrorosa catastrophe na Ilha Terceira dos Açores na noite de 22 para 23 de Julho de*

-
- 1891 *oferecida ao Ex.mo Snr. Conselheiro José Julio Rodrigues*. Angra do Heroísmo, Typ Minerva, 1891.
- 164 *Epocas memoráveis da Ilha Terceira dos Açores*. Angra do Heroísmo, Typographia do Luctador, 1890-1896.
- 165 *Elementos de metaphysica, segundo Genuense*. Porto, Tip. de S. J. Pereira, 1849.
- 166 *Períodos da história portuguesa antiga e moderna* (2 volumes). Porto, Imprensa Constitucional, 1841-1842.
- 167 *Cartilha de Doutrina Christã*. Porto, Typ. Santos, 1849.
- 168 O autor deixou inédita e apenas começada a obra «*Pequena Bibliotheca Açorica, ou Catalogo dos Escriptores dos Açores, divididos pelos distritos Oriental, Central e Occidental*». Também deixou inéditos sermões e discursos, entre os quais uma coletânea intitulada «*Sermões e Discursos sobre vários assuntos scientificos*».
- 169 José Lourenço da Rocha (Doze Ribeiras, 9 de agosto de 1766 — Doze Ribeiras, 24 de outubro de 1844), com formação essencialmente autodidata, foi um erudito que ganhou fama de homem sábio e virtuoso, atingindo grande notoriedade na vida religiosa e intelectual do seu tempo. Tendo-se preparado para a vida sacerdotal estudando nos conventos de Angra, uma paralisia levou a que ficasse pelo subdiaconado, retirando-se para as Doze Ribeiras onde manteve uma escola e uma tertúlia que atraía a intelectualidade angrense, especialmente a ligada ao clero.
- 170 *Descrição da Entrada d'El-Rei, Nosso Senhor, O Senhor D. Miguel, na Cidade de Braga, em o dia 1.º de Novembro de 1832, composta e oferecida ao Mesmo Augusto Senhor por Francisco Jeronymo da Silva*. Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1832.
- 171 *O dia 8 de Março ou a Defesa da Archi-Confraria do SS e Immaculado Coração de Maria em varias cartas que escreveu e publicou na coallisão o Bacharel Francisco Jeronimo da Silva*. Porto: Tip. de Faria Guimarães, 1846.
- 172 *Ao ill.mo sr. João Pereira Forjaz de Lacerda, em testemunho de antiga amizade*. Angra do Heroísmo, Imprensa de Joaquim José Soares, 1847 [é um epicedio ou trecho fúnebre ao falecimento da esposa do seu amigo João Pereira Forjaz de Lacerda].
- 173 *Sonetos, ao ex.mo e rev.mo sr. D. Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e Mello, arcebispo de Braga, por ocasião da sua solemne entrada na dita cidade em o 1.º de Outubro de 1843* [dois sonetos, sem o nome do autor].
- 174 *A Terceira ou o ausente visitando a terra natal: poesia de Francisco Jeronymo da Silva*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1848.
- 175 *Allegação oral que em defeza do periódico «A Nação» proferiu o bacharel Francisco Jeronymo da Silva perante o Juri de liberdade d'imprensa em sessão de 28 de Fevereiro de 1852*. Lisboa: Tipographia de António Henrique de Pontes, 1852.
- 176 D. Frei Cristóvão da Silveira (Angra, 12 de março de 1614 — A caminho de Goa, 9 de abril de 1673), prelado e escritor sacro, arcebispo de Goa e Primaz do Oriente eleito em 1670 e consagrado em 7 de junho de 1671. Faleceu quando estava a caminho da sua arquidiocese e foi sepultado na Sé Catedral de Santa Catarina de Goa. Conhecem-se dele os manuscritos intitulados «*Cursus Totius Philosophiae ad Mentem D. Augustini*» e «*Tractatus de Scientia Dei*».
- 177 Pedro Cordeiro de Espinosa (Angra, 14 de novembro de 1630 — Salvador da Bahia, d. 1697), presbítero, doutor em Cânones e lente da Universidade de Coimbra que se distinguiu como jurisconsulto. Foi deão e vigário-geral do Arcebispado de São Salvador da Bahia e juiz desembargador na Relação de Salvador. Foi irmão do padre António Cordeiro.
- 178 Caetano Francisco do Couto (— 1763), terceirense, foi, segundo refere Francisco Ferreira Drummond nos *Anais da Ilha Terceira*, bom poeta e improvisador.
- 179 Manuel de Sousa de Meneses (c. 1690 — Vila de São Sebastião, 1755), presbítero que em 1755 era vigário da igreja matriz da Vila de São Sebastião. Notabilizou-se como genealogista.
- 180 Narciso António da Fonseca (Angra (Santa Luzia), 15 de abril de 1802 — Angra do Heroísmo, 29 de julho de 1869), presbítero, professor do Seminário Episcopal de Angra e jornalista. Distinguiu-se como político durante o período inicial do regime constitucional. Foi dirigente do Partido Regenerador.
- 181 Na edição original aparece «12 de janeiro de 1793».
- 182 Joaquim José Coelho Mendes, «Subsidios para a historia litteraria dos Açores (Bibliographia)», in *A Terceira*, n.º 1518, edição de 9 de junho de 1888.
- 183 Joaquim José Coelho Mendes (Angra do Heroísmo, 12 de junho de 1861 — Angra do Heroísmo, 7 de dezembro de 1890), poeta, jornalista e escritor que deixou vasta obra dispersa em vários jornais e almanaques editados na ilha Terceira. Faleceu aos 29 anos de idade vítima de tuberculose.
- 184 José Inácio Barcelos da Silveira (Angra (Sé), 6 de julho de 1787 — d. 1834), também conhecido por José Inácio Barcelos da Silveira, filho do homónimo antigo tesoureiro dos aprovisionamentos do Castelo de São João Baptista e procurador do concelho de Angra. Doou ao povo a ermida de Nossa Senhora do Pilar, nas Cinco Ribeiras. Em finais de 1828, foi enviado a Inglaterra pela Junta Governativa Liberal da Terceira, acompanhando o bacharel Manuel Joaquim Nogueira, para pessoalmente solicitar os socorros precisos para a defesa da ilha. Foi autor de uma memória sobre os eventos revolucionários de 1828 (*Memoria [sobre a contra-revolução na ilha Terceira em 1828]*, Lisboa: na Imprensa da Rua dos Fanqueiros, 1834).
- 185 José Ignacio Barcellos da Silveira, *Memoria*. Lisboa, Imprensa da Rua dos Fanqueiros, 1834.
- 186 Joaquim José Coelho Mendes, «Subsidios para a historia litteraria dos Açores (Bibliographia)», in *A Terceira*,

n.º 1518, edição de 9 de junho de 1888.

- 187 António Diniz Ormonde (Praia, 1835 — d. 1871), editor do primeiro periódico que se publicou na Praia da Vitória, intitulado *Onze de Agosto de 1829* (1868-1871).
- 188 O «*Onze de Agosto de 1829*» foi um semanário que se publicou na Praia de Vitória entre 11 de agosto de 1868 e 15 de junho de 1871. Foi o primeiro periódico que se publicou na Praia da Vitória.
- 189 Tibúrcio António Craveiro (Angra, 4 de maio de 1800 — Velas, 23 de maio de 1844), por vezes referido por António Craveiro, poeta, historiador e teórico da literatura, com uma obra que inclui temáticas de história, teoria da literatura e poesia, campo em que aderiu à corrente da Arcádia Lusitana. Também se dedicou à tradução de obras de autores franceses e ingleses. Ficou conhecido pela morbidez da sua poesia e pelo seu gosto pelo horror e pela magia negra.
- 190 Tibúrcio António Craveiro, *Mithdriates* (tradução da obra teatral homónima de Jean Racine). Rio de Janeiro, 1828.
- 191 Tibúrcio António Craveiro, *Ermenonville, ou, O túmulo de J. J. Rousseau* (poesia). Rio de Janeiro, Typographia de Thomas B. Hunt & Ca., 1831.
- 192 Tibúrcio António Craveiro, *Ensaio acerca da tragédia*. Lisboa, Typ. Soc. Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1843.
- 193 Roberto Luís de Mesquita Pimentel (Angra, 26 de janeiro de 1785 — Angra do Heroísmo, 29 de julho de 1870) militar e político, formado bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra. Foi deputado às Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa pelo círculo dos Açores, mas fez parte da Junta Governativa absolutista, que se formou em Angra após o contragolpe miguelista de 1823, e militou no partido miguelista, tendo-se batido na Guerra Civil Portuguesa (1828-1834) integrado nas forças absolutistas. Foi lente da Academia Militar da Ilha Terceira e na fase final da sua vida dedicou-se à educação e fundou o Colégio de Nossa Senhora da Guia da Ilha Terceira, na sua quinta da Terra Chã.
- 194 Roberto Luiz de Mesquita Pimentel, *A imparcialidade julgando os jesuítas pelo mesmo testemunho dos seus contrários*. Lisboa, Impressão Régia, 1830.
- 195 Tomás José da Silva (Angra, 7 de dezembro de 1779 — Pernambuco, 1839), grande negociante, exportador de laranja, e político, membro da vereação da cidade de Angra, nomeado em 1819 para o cargo de Inspetor da Agricultura nos Açores, lugar que exerceu até 1823. Destacou-se na fase inicial de implantação do liberalismo nos Açores e como consequência das lutas civis e da perseguição aos liberais que se seguiu foi obrigado a emigrar para o Brasil, estabelecendo-se como comerciante por grosso e industrial em Pernambuco, onde faleceu.
- 196 Thomaz Jozé da Silva, «Reflexões sobre a agricultura, industria e commercio da ilha Terceira», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. 38 (1980), pp. 193-220. Angra do Heroísmo, 1980.
- 197 João Miguel Coelho Borges (Angra, 20 de setembro de 1778 — Angra do Heroísmo, 20 de agosto de 1846), poeta e escritor. Viveu em Lisboa, onde frequentou as tertúlias intelectuais e foi próximo de Barbosa du Bocage.
- 198 António Joaquim da Fonseca (Angra do Heroísmo (São Pedro), 21 de janeiro de 1838 — Angra do Heroísmo (São Pedro), 10 de janeiro de 1870), jornalista e político. Colaborou nos jornais publicados na ilha Terceira.
- 199 Manuel Joaquim dos Reis (Angra (Sé), 19 de dezembro de 1831 — Angra (Conceição), 20 de março de 1898), funcionário da secretaria do governo civil e professor efetivo da cadeira da língua inglesa no Liceu Nacional de Angra do Heroísmo, onde exerceu o cargo de reitor no impedimento do próprio. Filho de um comerciante homónimo (Santarém, c. 1805 — Sé, 24 de janeiro de 1879), foi dirigente da Associação Comercial de Angra do Heroísmo.
- 200 António Joaquim Borges (Angra do Heroísmo (Conceição), 19 de fevereiro de 1822 — Cabo da Praia, 9 de janeiro de 1876), vigário do Cabo da Praia, cônego honorário e pregador régio. Foi examinador pro-sinodal e sacerdote ilustrado, tido como um grande orador. Foi o primeiro presidente da comissão administrativa do Asilo de Mendicidade D. Pedro V da Praia da Vitória. Colaborou no jornal *O Angrense* e foi o redator principal do jornal praiense *Onze de Agosto de 1829*.
- 201 José Augusto Coelho de Brito (Santa Cruz (Praia da Vitória), 7 de dezembro de 1834 — Capelas, 28 de março de 1888), presbítero, cura em várias paróquias da Terceira, ouvidor em Vila Franca do Campo e pároco nas Capelas, onde faleceu. Foi jornalista distinto, redator do jornal *Onze de Agosto de 1829*, da Praia da Vitória.
- 202 José de Utra Pacheco (Angra (Sé), c. 1842 — Angra (Santa Luzia), 6 de agosto de 1870), com o apelido geralmente grafado d'Utra Pacheco, cônego honorário, pregador régio, pároco de Santa Luzia de Angra. Era considerado um grande orador sobre os assuntos do sagrado.
- 203 João Marcelino de Mesquita Pimentel (Angra, 3 de agosto de 1830 — Lisboa, 28 de dezembro de 1902), industrial empreendedor, intelectual e escritor. Casado com a poetisa e filantropa Maria Guilhermina de Bettencourt, foi pai do escritor Alfredo Mesquita (1871 — 1933).
- 204 João de Aguiar Valadão (Angra, 30 de novembro de 1831 — Angra do Heroísmo, 31 de outubro de 1855), vigário da paróquia da Terra Chã e pregador régio. Foi um devotado membro do Partido Histórico, de que foi líder na ilha o 1.º conde da Praia da Vitória, e, depois do Pacto da Granja, militante destacado do Partido Progressista. Veemente na polémica, como jornalista e orador distinto defendeu com ardor a política do seu partido, na imprensa e nos comícios.
- 205 Joaquim Coelho de Andrade e Santos (Angra do Heroísmo (Sé), 2 de julho de 1844 — Angra do Heroísmo (Conceição), 13 de dezembro de 1883), professor particular de instrução primária e de latim, fundou o colégio denominado Novo Colégio da Guia. Escreveu e publicou várias obras de carácter didático para uso dos seus

alunos.

- 206 O Novo Colégio da Guia foi um estabelecimento de ensino particular da cidade de Angra do Heroísmo, fundado por iniciativa do professor particular de instrução primária e de latim Joaquim Coelho de Andrade e Santos (1844 — 1883).
- 207 João José de Aguiar (Angra do Heroísmo (Conceição), 30 de setembro de 1844 — Angra do Heroísmo (Conceição), 21 de outubro de 1888), jornalista e publicista. Foi amanuense da Câmara Municipal de Angra e, mais tarde, secretário da respetiva administração do concelho. Militou no Partido Progressista, tendo, entre 1880 e 1883, feito parte, como seu secretário, da comissão executiva da Junta Geral do Distrito de Angra, da qual era vogal eleito. Foi também um dos colaboradores do jornal liberal radical *A Ideia Nova*, fundado em Angra, em 1876, por Augusto Ribeiro.
- 208 João José de Aguiar, *O bispo de Nilopolis e a ilha Terceira: memoria da manifestação feita a sua excellencia reverendissima por ocasião do seu sexagesimo anniversario natalicio no 1.º de Janeiro de 1887*. Angra do Heroísmo: Imprensa da Junta Geral, 1887.
- 209 José Teixeira Soares (Angra do Heroísmo (São Pedro), 21 de novembro de 1852 — Angra do Heroísmo (São Pedro), 26 de setembro de 1874), professor de instrução primária que colaborou em vários jornais terceirenses.
- 210 Gonçalo Rodrigues da Câmara Lima (Angra do Heroísmo, 14 de dezembro de 1828 — Angra do Heroísmo, 21 de setembro de 1879), advogado de provisão na comarca de Angra do Heroísmo e subdelegado do Procurador Régio na Praia da Vitória. Exerceu vários cargos eletivos, entre os quais o de procurador à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo. Colaborou com vários jornais e almanaques, tendo escrito várias produções em prosa e verso.
- 211 António Joaquim Teixeira (Angra do Heroísmo (Santa Luzia), 28 de março de 1853 — Lisboa, antes de 1902), jornalista e escritor. Como jornalista colaborou em vários jornais de Angra do Heroísmo e fundou o jornal *O Chicote*. Cultivou a arte musical, deixando algumas publicadas composições para piano. Foi empregado de Fazenda Publica em Angra e Ponta Delgada. Fez uma viagem pelo continente africano, o que terá contribuído para influenciar a sua produção literária.
- 212 João de Sousa Pereira (Angra (Santa Luzia), 1812 — Angra do Heroísmo (Sé), 2 de outubro de 1891), terceirense, foi tipógrafo e depois ajudante da Conservatória de Angra. Escreveu para o jornal *O Angrense*, publicando algumas produções em prosa e verso com o pseudónimo Mathias Alberto.
- 213 François Ponsard (Vienne, Isère, 1 de junho de 1814 — Paris, 7 de julho de 1867), dramaturgo, poeta e escritor, membro da *Académie française*.
- 214 António Borges do Canto e Silveira Moniz (Angra do Heroísmo, 27 de fevereiro de 1846 — Porto, c. 1920), professor régio de instrução primária e depois inspetor de 1.ª classe do corpo da fiscalização das alfândegas, prestando serviço na Graciosa, onde casou, e em Angra. Terá exercido posteriormente as funções de secretário da inspeção da fiscalização da cultura de tabaco no Douro (a Comissão Geral da Cultura de Tabaco no Douro, instituída pela Lei de 13 de março de 1884), residindo no Porto. É autor de algumas monografias e de várias produções em verso e em prosa publicadas em jornais dos Açores e de Lisboa e Porto. Publicou uma monografia sobre a ilha Graciosa (1884).
- 215 Alberto Telles de Utra Machado, *Cantos açorianos: D. Affonso VI*. Angra do Heroísmo, Typ. de M. J. P. Leal, 1857.
- 216 Júlio César de Andrade (Lisboa (Mártires), 18 de junho de 1838 — Lisboa, 25 de julho de 1906), banqueiro, benemérito de várias causas sociais, membro fundador da Sociedade Protetora dos Animais (1875), ofereceu à cidade de Lisboa os primeiros fontanários-bebedouros ali instalados. Com o intuito de contribuir para a educação popular, organizou uma «biblioteca popular» de obras sobre moral, higiene, temperança, boa forma física e gestão doméstica. A «biblioteca» era na realidade uma coleção de 12 obras, na sua maior parte de autores franceses e ingleses, cuja tradução e edição das versões portuguesas financiou integralmente e que destinou a serem oferecidas gratuitamente a bibliotecas de escolas e de agremiações populares (cf.: Rodrigo Veloso, «A Sociedade Protectora dos Animaes e Julio de Andrade», in *O Occidente*, vol. XXIV, n.º 703, de 10 de janeiro de 1901).
- 217 O conde de Macedo era Henrique de Macedo Pereira Coutinho (Verride, Montemor-o-Velho, 6 de setembro de 1843 — Lisboa, 13 de maio de 1910), lente de Matemática na Escola Politécnica de Lisboa e político.
- 218 Henrique de Barros-Gomes (Lisboa, 14 de setembro de 1843 — Alcanhões, 15 de novembro de 1898), político português, ligado ao Partido Progressista, que entre outras funções foi deputado, diretor do Banco de Portugal e ministro dos Negócios da Fazenda, dos Negócios Estrangeiros e da Marinha e Ultramar.
- 219 Frederico Ressano Garcia (Lisboa, Mercês, 12 de novembro de 1847 — Lisboa, 27 de agosto de 1911), engenheiro e professor de engenharia, político e administrador que se notabilizou por ter dirigido a expansão e renovação urbana da cidade de Lisboa no último quartel do século XIX. Entre outras funções, foi ministro, deputado e par do Reino.
- 220 Francisco de Meneses de Meireles do Canto e Castro (Angra do Heroísmo, 21 de novembro de 1850 — Dafundo, 7 de março de 1915), 1.º visconde de Meireles, foi um alto funcionário das alfândegas portuguesas, diplomata e político. Foi também jornalista de mérito, distinguindo-se como crítico literário.
- 221 António Augusto Teixeira de Vasconcelos (Porto, 1 de novembro de 1816 — Paris, 29 de junho de 1878), escritor e jornalista, vice-presidente da Academia de Ciências de Lisboa, com vasta obra publicada, sobre quem Camilo Castelo Branco disse que foi «o mais rijo pulso de atleta que teve a arena dos gladiadores políticos em Portugal».
- 222 Na edição original lê-se «de seu pai», mas na realidade o citado foi tio paterno do 1.º visconde de Meireles.

-
- 223 Alexandre Bento de Meireles de Távora do Canto e Castro (Angra do Heroísmo, 10 de março de 1827 — Lisboa, 11 de novembro de 1896), mais conhecido por Alexandre Meireles de Távora, magistrado judicial, jornalista e escritor que se distinguiu como magistrado na administração colonial portuguesa.
- 224 Francisco de Azevedo Cabral (Angra do Heroísmo, 21 de julho de 1828 — Angra do Heroísmo, 31 de dezembro de 1917), vereador da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, administrador do concelho da Praia da Vitória, primeiro-oficial chefe da repartição da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo. Além de político, foi poeta e jornalista, tendo colaborado em vários jornais angrenses, nos quais foram publicadas algumas das suas mais conhecidas produções poéticas.
- 225 Manuel Maria da Costa (São Mateus da Calheta, 11 de novembro de 1843 — d. 1913), presbítero ordenado em 1869, cura nas paróquias das Doze Ribeiras, Terra Chã e São Mateus da Calheta (1885). Foi secretário do bispo D. João Maria Pereira do Amaral e Pimentel. Foi colaborador no jornal *O Catholico*, que se publicou em Angra do Heroísmo. Foi o principal promotor da construção da atual igreja de São Mateus, sendo lembrado na toponímia daquela localidade.
- 226 Raimundo Sieuve de Meneses (Angra do Heroísmo, 13 de junho de 1854 — Angra do Heroísmo, 17 de novembro de 1937), também conhecido por Raimundo Sieuve de Séguier Camelo Borges, nome que utilizava nos seus artigos na imprensa, foi procurador à Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, presidente da Câmara Municipal (1893-1895) e governador civil do Distrito (1902-1904). Foi também diretor da Caixa Económica de Angra do Heroísmo. Foi agraciado, por decreto de 16 de novembro de 1893, com o título de 2.º conde de Sieuve de Meneses, em memória dos serviços do pai. Foi diretor político do semanário *A Terceira*, ligado ao Partido Regenerador, e colaborou em vários jornais açorianos e de Lisboa. Liderou o Partido Regenerador no Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, mas perdeu a liderança para Jacinto Cândido da Silva.
- 227 Alfredo Pamplona Machado Corte Real (Niterói, 23 de novembro de 1855 — Angra do Heroísmo, d. 1903), jornalista e professor, foi funcionário da Caixa Económica de Angra do Heroísmo, professor do Novo Colégio da Guia e diretor do colégio Instituto Angrense. Fez parte da redação dos jornais *O Heroísmo*, *A Época* e *O Angrense*.
- 228 Francisco Sieuve de Meneses e Lemos (Angra do Heroísmo, 21 de novembro de 1855 — Lisboa, 20 de abril de 1907), funcionário das alfândegas, dedicou-se ao jornalismo. Editou de 1900 a 1904 a revista literária angrense *A Semana*, o primeiro periódico ilustrado publicado nos Açores, voltado para o público feminino (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, pp. 700-701).
- 229 José Sebastião de Castro do Canto (Angra do Heroísmo, 20 de janeiro de 1850 — Angra do Heroísmo, c. 1920), professor do Novo Colégio da Guia e secretário da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Foi floricultor e aquarelista e como fotógrafo apresentou ao público trabalhos que o notabilizaram, especialmente no campo dos postais ilustrados editados pela Loja do Buraco. Colaborou em vários jornais angrenses (cf.: Sieuve de Menezes, «José Sebastião de Castro do Canto», in *Almanach Açores*, 1904, pp. 96-97. Angra do Heroísmo, Tip. Souza e Andrade, 1903).
- 230 Alfredo de Mesquita Pimentel (Angra do Heroísmo, 16 de julho de 1871 — Paris, 20 de maio de 1931), mais conhecido por Alfredo Mesquita, jornalista, escritor, olisipógrafo e diplomata. Foi redator do *Jornal do Comércio*, do *Diário de Notícias* e da revista *O Ocidente*. Colaborou nos jornais humorísticos *António Maria* e *Paródia*. Publicou uma extensa obra literária, incluindo biografias, ensaios literários, contos, teatro, literatura de viagens e um romance.
- 231 António José dos Santos (1856 — 1912), conhecido por *o Santinhos*, ator e empresário teatral.
- 232 Afonso dos Reis Taveira (Fontes (Santa Marta de Penaguião), 6 de janeiro de 1850 — Porto, 8 de novembro de 1916), ator, encenador e empresário teatral.
- 233 António Ramos Moniz Corte Real (Angra (Sé), 12 de outubro de 1834 — Angra do Heroísmo (Conceição), 20 de março de 1878), fundador e redator do semanário *O Correio da Terceira*.
- 234 Faustino da Fonseca (Angra do Heroísmo, 1 de abril de 1871 — Lisboa, 22 de outubro de 1918), político, jornalista e escritor. Colaborou em vários jornais de Angra do Heroísmo e de Lisboa. Editou vários livros e traduções. Foi deputado constituinte e senador na Primeira República Portuguesa, diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa (1911-1918) e sócio da Academia das Ciências de Lisboa. Foi casado com a escritora, tradutora e pintora Maria Virgínia Teixeira de Sousa Adão da Fonseca.
- 235 *Cantos populares dos Açores: coordenados para piano por Eduardo Augusto de Sousa Ribeiro*. Coimbra: Minerva, 1882.
- 236 João Augusto da Silva Furtado (Angra do Heroísmo (Conceição), 26 de junho de 1852 — Ribeirinha, d. 1907), presbítero, cura em Ponta Delgada das Flores, em Santo António do Pico, na Calheta de São Jorge, e vigário nas freguesias de Quatro Ribeiras e Ribeirinha, na Terceira. Colaborou com diversos jornais açorianos e foi um dos fundadores da Sociedade Filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha.
- 237 Francisco Machado Victoria Sozinho (Ribeirinha (Feteira), 6 de maio de 1856 —), terceirense, cura da Matriz das Velas e de São Mateus da Calheta, vigário dos Biscoitos (1880-1908). Colaborou em vários jornais.
- 238 Feliciano do Nascimento Pinto (Angra do Heroísmo, 29 de outubro de 1864 — Lisboa, 29 de novembro de 1916), militar e publicista, reformado no posto de tenente-coronel de Infantaria. Foi pai do brigadeiro Adolfo do Amaral Abranches Pinto (1895 — 1981), Ministro do Exército (1950-1954).
- 239 Manuel Caetano (Angra do Heroísmo (São Pedro), 23 de maio de 1855 —), terceirense, oficial de Infantaria, durante muito tempo o redator principal do semanário *O Imparcial*, que se publicou em Angra. Notabilizou-se pelas suas produções, em prosa e verso.
- 240 Francisco Lourenço do Rego (Angra do Heroísmo (Santa Luzia), 4 de janeiro de 1846 — Lisboa, 23 de fevereiro

-
- de 1922), presbítero, cura no Porto Martins e em Santa Luzia da Praia, vigário da Serreta (1905). Foi professor do Novo Colégio da Guia. Colaborou no jornal semanário *O Angrense* e em outros jornais açorianos.
- 241 João de Castro do Canto e Melo (Angra do Heroísmo, 26 de maio de 1875 —), funcionário da Secretaria da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e colaborador na imprensa periódica angrense. Foi correspondente do jornal *O Arauto*, de New Bedford.
- 242 Joaquim Borges de Menezes (Altares, 6 de março de 1866 — Alameda (Albany), Califórnia, 14 de janeiro de 1949), estudou no Liceu de Angra do Heroísmo, demonstrando já nessa altura dotes para o jornalismo. Publicou, conjuntamente com Alfredo de Mesquita, o mensário de crítica *Os Binóculos*. Publicou, também conjuntamente com outros estudantes, o jornal *O Incolor*. Foi residir para os Estados Unidos, inicialmente em New Bedford, onde editou *A Revista Portuguesa* (1895) e a revista ilustrada *O Arauto*. Mudou-se para a Califórnia, onde em Hayward editou a revista *O Arauto* (1896-1906), que depois se publicou em Oakland, Califórnia. Também editou, em San Jose, o periódico *A Semana Portuguesa* (1903) e a revista *A Crítica Literária*.
- 243 Manuel Vieira da Silva (Angra do Heroísmo (Santa Luzia), 22 de julho de 1868 — Angra do Heroísmo (Sé), 15 de setembro de 1950), amanuense da secretaria da Junta Geral. Principiou a sua carreira jornalística no semanário *O Industrial*, colaborando depois em outros jornais. Foi redator de *A Terceira*.
- 244 Estêvão Borges do Canto e Silveira (Angra do Heroísmo (Conceição), 21 de julho de 1849 — d. 1901), fiscal dos corpos auxiliares das alfândegas e inspetor da fiscalização dos impostos. Colaborou em vários jornais angrenses e é autor de um opúsculo sobre os Condes de Sieuve de Meneses (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. II, p. 296).
- 245 José Maria Pinheiro (São Bento, 15 de agosto de 1862 — d. 1912), funcionário da secretaria da Junta Geral e depois da secretaria do Governo Civil. Colaborou em vários jornais angrenses.
- 246 José Teodósio de Bettencourt Carvalhal (Angra do Heroísmo (Sé), 9 de junho de 1840 — d. 1908), bibliotecário da Câmara Municipal de Angra, poeta com obra publicada em vários jornais terceirenses.
- 247 Tomás de Azevedo (1851 — c. 1914), terceirense, escreveu várias poesias e folhetins, que se encontram publicadas em *A Terceira*. Emigrou para o Brasil.
- 248 O Club Popular Angrense foi uma associação formada por membros da classe média e da pequena burguesia de Angra, maioritariamente empregados públicos e do comércio, artesãos, lojistas e comerciantes. Fundado em 1869, resultou de uma coletividade anterior, a Sociedade Dominical D. Pedro V, criada em 17 de maio de 1868. O Club Popular tinha como principais fins manter a biblioteca popular concedida pelo governo em 1871, dando-lhe o possível desenvolvimento, proporcionar aos sócios passatempos e recreios próprios, como jogos lícitos, leituras e saraus e, caso os recursos financeiros o permitissem estabelecer aulas públicas de ensino, ou particulares só para os sócios, bem como promover palestras e leituras científicas e literárias (cf.: Paulo Silveira e Sousa, «As elites, o quotidiano e a construção da distinção no distrito de Angra do Heroísmo durante a segunda metade do século XIX», in *Arquipélago: História*, 2.ª série, VIII (2004), pp. 113-170).
- 249 Francisco Vicente Ramos (Angra do Heroísmo, 18 de novembro de 1860 — Lisboa, 11 de maio de 1930), jurista, jornalista e político que entre outras funções foi presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, governador civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo e senador no Congresso da República. Foi irmão de Alexandre Pamplona Ramos, médico que também foi governador civil do distrito de Angra do Heroísmo.
- 250 António César Vieira (Angra do Heroísmo (Sé), 13 de dezembro de 1859 — d. 1951), despachante da alfândega de Angra do Heroísmo e professor do Curso Primário Noturno Fonseca Coutinho, estabelecido no Clube Artístico Terceirense. Fez parte da redação dos periódicos *O Artista* e *A Voz do Artista*.
- 251 O «Curso Primário Noturno Fonseca Coutinho» foi uma escola de instrução popular destinada à preparação para o acesso à Escola de Desenho Industrial de Angra. Foi criada por iniciativa do governador civil Augusto Maria da Fonseca Coutinho e funcionou nas salas do Club Artístico Terceirense.
- 252 José de Meneses de Brito (Praia da Vitória, 29 de dezembro de 1836 — Praia da Vitória, 16 de fevereiro de 1912), presbítero, foi recebedor no concelho da Praia da Vitória, onde fundou o jornal *Onze de Agosto de 1829*, e mais tarde os jornais *O Praiense*, *Eco Praiense* e *O Jornal da Praia*. Foi capelão da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória e dirigente do Lar D. Pedro V (1879). Foi militante destacado do Partido Progressista (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 179).
- 253 Constantino José Cardoso (Fontinhas, 23 de agosto de 1864 — Angra do Heroísmo, 5 de março de 1938) foi um político e jornalista que ocupou vários cargos de destaque na vida política da ilha Terceira, entre os quais secretário e presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória e governador civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo (1919 e 1920-1921). Autodidata, apesar de possuir apenas o ensino primário, foi advogado provisório, chegando a exercer as funções de juiz substituto na comarca da Praia da Vitória.
- 254 António Lucas de Lima (Angra do Heroísmo (Sé), 12 de outubro de 1854 — Angra do Heroísmo, 19 de setembro de 1912), apontador das Obras Públicas, fazendo serviço na secretaria da Junta Geral de Angra. Escreveu pelo menos um romance, publicado em 1891.
- 255 Antonio Lucas de Lima, *Drama de família ou a virtude premiada : romance original*. Angra do Heroísmo: Typ. dos «Dois Amigos», 1891.
- 256 Gervásio da Silva Lima (Praia da Vitória, 26 de março de 1876 — Angra do Heroísmo, 24 de fevereiro de 1945), mais conhecido por Gervásio Lima, foi um prolífico escritor com uma obra em prosa e em verso que inclui contos, teatro e ensaios nas áreas da etnografia e da história. No campo da história não foi um investigador preocupado com o rigor científico dos temas tratados, antes escrevendo obras de pendor romântico, reveladoras do seu patriotismo e amor à terra em que nasceu, nas quais deu alma e corpo a heróis terceirenses, transformando-os em verdadeiros mitos populares. A ele se deve a mitificação em torno das heroínas Brianda Pereira e Violante

do Canto e o alpendorar da batalha da Salga em evento de extraordinária heroicidade.

- 257 António Correia Garcia (Angra do Heroísmo (Conceição), 24 de outubro de 1857 — d. 1902), autor de crónicas sobre tauromaquia, matéria sobre a qual demonstrava um profundo conhecimento.
- 258 «*Arte de Montes*» é uma referência à arte tauromáquica cultivada na Escola de Tauromaquia de Sevilha, a qual teve como principal expoente Francisco Montes Reina (1804 — 1851), conhecido por «*Paquiro*», considerado um verdadeiro génio do toureio. Dos praticantes da tourada à espanhola dizia-se que eram cultores da «*arte de Montes*».
- 259 Joaquim Bartolomeu Flores (Angra do Heroísmo, 24 de agosto de 1880 — Angra do Heroísmo, 31 de julho de 1956), médico cirurgião pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, com o curso de bacteriologia do Instituto Câmara Pestana, o curso do Instituto Gama Pinto e o curso do Instituto Central de Higiene. Foi inspetor de saúde e médico municipal em Angra do Heroísmo, diretor clínico do Hospital da Santa Casa da Misericórdia e primeiro diretor da Casa de Saúde de São Rafael. Também se dedicou à escrita, publicando numerosas crónicas, particularmente de viagem (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IV, p. 354).
- 260 João Moniz Corte-Real, *Fatalidade do povo da ilha Terceira na sua política contenda contra os rebeldes*. Lisboa, Imprensa Régia, 1832.
- 261 Luís de Meireles do Canto e Castro (Angra, 16 de maio de 1785 — Angra do Heroísmo, 23 de março de 1854), grande proprietário, político e escritor. Fez parte da Junta Governativa absolutista que se formou em Angra após o contragolpe miguelista de 1823 e foi autor de uma das primeiras análises conhecidas sobre a organização política dos Açores (*Memoria sobre as Ilhas dos Açores e Principalmente sobre a Terceira, Considerando a Educação da Mocidade, a Agricultura, o Comercio, a Administração da Fazenda Publica e o Governo Municipal*. Paris, Imprimerie de Madame Huzard, 1834).
- 262 Joaquim de Menezes Teixeira Brasil (Angra do Heroísmo (Sé), 11 de setembro de 1845 — Angra do Heroísmo (Sé), 31 de dezembro de 1882), jornalista e publicista, escreveu numerosos artigos e folhetins no jornal angrense *O Heroísmo* e colaborou em outros jornais.
- 263 Alfredo Luís Campos (Angra do Heroísmo, 19 de março de 1856 — Angra do Heroísmo, 13 de janeiro de 1931), professor, escritor e jornalista de renome. Publicou diversas obras para o teatro e produziu volumosa colaboração em vários jornais, alguns dos quais ajudou a fundar. Era professor de português da Escola Industrial e Comercial Madeira Pinto de Angra do Heroísmo. É autor da presente obra.
- 264 Carolina Santos, atriz de grande nomeada, que integrou a *Companhia de Lisboa*, dirigida pelo maestro Plácido Stichini.
- 265 Justino Marques, ator e empresário teatral de Lisboa. Esteve, com a sua companhia, em digressão no Teatro Angrense em janeiro de 1895.
- 266 António Casimiro Mourato (Avis (Matriz), 13 de dezembro de 1852 — Angra do Heroísmo (Sé), 15 de agosto de 1900), farmacêutico formado pela Universidade de Coimbra, sócio da Sociedade Farmacêutica Lusitana, que se estabeleceu em Angra com a sua própria farmácia de oficina. Filantropo, dirigente local do Partido Progressista e vereador da Câmara Municipal de Angra, destacou-se como ator e promotor de atividades teatrais e como jornalista e poeta (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, pp. 400-401).
- 267 Azevedo Cabral é Francisco de Azevedo Cabral.
- 268 Casimiro Mourato é António Casimiro Mourato.
- 269 João Soares de Albergaria de Sousa (Velas, 16 de janeiro de 1776 — Velas, 1 de fevereiro de 1875), frequentemente referido apenas como João Soares de Albergaria, foi um político liberal e abastado proprietário rural da ilha de São Jorge, autor da *Corografia Açórica*, obra publicada em 1822 e considerada um dos documentos fundadores da açorianidade enquanto consciência política da existência do povo açoriano.
- 270 João Cabral de Melo (Biscoitos, Calheta de São Jorge, c. 1740 — Angra, 16 de maio de 1824), bacharel em leis pela Universidade de Coimbra, distinguiu-se como escritor, advogado e poeta.
- 271 Luís Pinto de Sousa Coutinho (Leomil, 27 de novembro de 1735 — Lisboa, 14 de abril de 1804), primeiro visconde de Balsemão de juro e herdade, aristocrata e político. Foi governador da capitania de Mato Grosso, de 1769 a 1772, secretário de estado (ministro) durante o reinado de D. Maria I e guarda-mor da Torre do Tombo.
- 272 Cândido Ferreira de Serpa (Velas, 3 de outubro de 1855 — Rio de Janeiro, antes de 1902), de família originária do Pico, foi redator do jornal *O Jorgense*.
- 273 João Duarte de Andrade (Velas — Velas), estudante de Medicina, faleceu após ter regressado a São Jorge devido a doença. Foi redator do jornal *O Jorgense*.
- 274 Jorge Severino da Silva (Urzelina, 28 de novembro de 1841 — Angra do Heroísmo, 14 de janeiro de 1871), aluno do Seminário Episcopal de Angra do Heroísmo, tendo falecido, vítima de tifo, antes de ser ordenado. Escreveu poesia e colaborou em vários jornais da Terceira e de São Jorge.
- 275 António de Sousa Hilário (Norte Grande, 10 de dezembro de 1841 — Horta, 16 de fevereiro de 1918), funcionário da biblioteca do Liceu Nacional da cidade da Horta de 1866 a 1879 e depois professor daquele estabelecimento, foi colaborador assíduo na imprensa faialense e redator do jornal *O Direito Popular*, editado na Horta. Publicou várias obras de carácter didático.
- 276 Anselmo de Sousa Bettencourt Silveira (Velas, 8 de janeiro de 1846 — Velas, 2 de abril de 1916), advogado de provisão, secretário da Câmara Municipal e provedor da Santa Casa da Misericórdia das Velas (1896-1898). Foi redator de vários jornais e fundador de *O Jorgense*.

-
- 277 Manuel de Andrade (Velas — d. 1912), jorgense, advogado de provisão na comarca das Velas e administrador do concelho de Velas (até 1912). Foi redator de *O Jorgense*.
- 278 João Caetano de Sousa e Lacerda (Ribeira Seca, São Jorge, 14 de agosto de 1829 — Fajã da Fragueira, 10 de abril de 1913), grande proprietário, administrador do concelho da Calheta e investigador da história jorgense. Foi pai do compositor Francisco de Lacerda e do médico e político José de Lacerda. Usou o pseudónimo de *Júlio Cândido da Silva Leite*.
- 279 *Júlio Cândido da Silva Leite* é um pseudónimo literário de João Caetano de Sousa e Lacerda.
- 280 José Tomás de Sousa Martins (Alhandra, 7 de março de 1843 — Alhandra, 18 de agosto de 1897), médico e professor catedrático da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa.
- 281 Manuel Machado Pamplona (Velas, 1845 — Velas, 1 de julho de 1910), escrivão do Juiz de Direito e notário na vila das Velas. Foi redator dos jornais *O Jorgense* e *Velense*.
- 282 José de Matos da Silveira (1853 — Praia da Vitória, d. 1913), jorgense, bacharel em leis pela Universidade de Coimbra, notário e escrivão judicial na Praia da Vitória. Foi redator de *O Jorgense*.
- 283 Manuel de Azevedo da Cunha (Calheta, 1 de janeiro de 1861 — Calheta, 13 de agosto de 1937), sacerdote, historiador, professor e jornalista, a quem a vila da Calheta, em São Jorge, deve a criação de alguns dos seus jornais mais relevantes.
- 284 João Silveira Forjaz de Lacerda e Carvalho (Velas — Velas, d. 1920), professor primário em Santo Amaro e em Rosais, administrador do concelho e provedor da Santa Casa da Misericórdia das Velas (1886-1888). Foi redator de *O Respigador*, que se publicou na fajã de Santo Amaro. Anotou e publicou a obra *Os Silveiras dos Açores* (Calheta, Minerva Calhetense, 1920), obra da autoria de João Teixeira Soares de Sousa.
- 285 João Duarte de Sousa (Velas, 23 de outubro de 1862 — Angra do Heroísmo, 29 de maio de 1909), muitas vezes referido apenas por J. Duarte de Sousa, político e historiador açoriano, autor de uma obra pioneira sobre a história da ilha de São Jorge (*Ilha de São Jorge - Apontamentos Históricos e Descrição Topográfica*, Angra do Heroísmo, 1897 (reeditada pela Câmara Municipal de Velas em 2003)).
- 286 Louis Amédée Eugène Achard (Marselha, 19 de abril de 1814 — Paris, 24 de março de 1875), jornalista e romancista que se notabilizou pela escrita de romances de ação e de costumes, alguns dos quais atingiram grande popularidade. Embora indevidamente, é-lhe creditado ter inventado o romance tipo capa e espada. Foi também autor dramático, escrevendo peças de carácter romântico, ao gosto do tempo, que foram populares em França e noutros países do sul da Europa.
- 287 *Belle-Rose por Amédée Achard; tradução de A. Gil*. Angra do Heroísmo, Typ. do Governo Civil, 1873-1876 (3 volumes).
- 288 André Diogo Martins dos Santos (Santa Cruz da Graciosa, 5 de setembro de 1847 — Angra do Heroísmo, 8 de março de 1871), professor de instrução primária na escola da freguesia da Sé (Angra do Heroísmo). Colaborou em vários jornais dos Açores, com destaque para os da cidade de Angra do Heroísmo.
- 289 Manuel de Bettencourt Neves (Graciosa — Ponta Delgada, d. 1912) professor primário, autor de um manual escolar para ensino do sistema métrico nas escolas. Fixou-se em Ponta Delgada, onde foi vereador e membro do Partido Republicano.
- 290 Manoel de Bettencourt Neves, *Compendio do systema metrico decimal para uso da infancia*. Ponta Delgada: N. Cordeiro, 1873 (1.ª edição) e 1876 (2.ª edição).
- 291 Catarina de Cristo (Angra, —), filha de Vital Bettencourt, fidalgo da Casa Real, e de Isabel Pacheco, sua mulher, recusou o convite da infanta D. Isabel, filha de D. Manuel I, para ser dama do Paço e professou no Convento de São Gonçalo de Angra, criado em 1545, tendo possivelmente sido uma das primeiras religiosas que nele entraram, aí vivendo em exemplar virtude até ao fim dos seus dias. Foi autora de poemas místicos, que permaneceram inéditos, entre os quais, um texto de meditações intitulado *Contemplações Espirituais*.
- 292 Maria Guilhermina de Bettencourt Mesquita Pimentel (Angra do Heroísmo, 12 de dezembro de 1839 — Angra do Heroísmo, 7 de julho de 1907), casada com o industrial João Marcelino de Mesquita Pimentel (1830 — 1902), poetisa, escritora e filantropa, principal impulsionadora da fundação da Cozinha Económica Angrense (1907) e de outras iniciativas de solidariedade social. Foi mãe do diplomata e escritor Alfredo de Mesquita.
- 293 Olívia Soares da Silveira (Urzelina, 3 de outubro de 1875 — Lisboa, d. 1913), poetisa. Fixou-se em Arroios, após ter casado, em segundas núpcias, com Álvaro Franco, filho do visconde da Falcarrreira, um grande negociante e banqueiro de Lisboa, passando a usar o nome Olívia Fanco Falcarrreira. A partir de 1911 manteve uma disputa, rodeada de grande polémica pública, sobre os bens da herança do seu primeiro marido com seu tio João Jorge da Silveira e Paulo, que com o seu primeiro marido (e tio) tinham sido sócios na roça *Colónia Açoreana*, na ilha de São Tomé (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IX, p. 115).
- 294 Mariana Belmira de Andrade (Velas, 31 de dezembro de 1844 — Velas, 17 de fevereiro de 1921), professora do ensino primário, poetisa açoriana da geração realista, ficcionista, ativista republicana com laivos de socialismo e feminista. Foi uma das personalidades mais marcantes do panorama intelectual açoriano de finais do século XIX.
- 295 Filomena Furtado Serpa (Velas, 8 de agosto de 1861 — Praia da Vitória, 17 de setembro de 1930), poetisa parnasiana com vasta obra dispersa pela imprensa periódica. Viveu na Praia da Vitória.
- 296 Rafael Coelho Machado (Santa Cruz da Praia, 13 de janeiro de 1814 — Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1887), jornalista, poeta, e compositor musical. Emigrou para o Brasil, onde foi professor, musicólogo, editor e multi-instrumentista. Tocava piano, órgão e flauta.

-
- 297 Pedro Machado de Alcântara (Angra do Heroísmo, 19 de outubro de 1849 — Angra do Heroísmo, 25 de julho de 1894), professor primário e empregado da Repartição de Fazenda, foi compositor, mestre-escola, capelão-cantor da Sé de Angra, onde deixou um notável acervo de música sacra.
- 298 José Augusto César (Angra do Heroísmo (Sé), 24 de fevereiro de 1850 — antes de 1902), contramestre da banda do Regimento de Caçadores n.º 10. Foi um distinto executante em cornetim e compositor, deixando diversas peças e arranjos para orquestra e banda, entre as quais marchas fúnebres, ao tempo interpretadas nas procissões do Senhor dos Passos.
- 299 Guilherme da Silveira Borges (Angra do Heroísmo (Santa Luzia), 23 de março de 1841 — Angra do Heroísmo (Conceição), 23 de setembro de 1864), compositor de música sacra. Faleceu jovem.
- 300 Manuel José Candeias (Santa Cruz (Praia da Vitória), 27 de outubro de 1831 — Angra do Heroísmo (Sé), 18 de abril de 1899), mestre da banda do Regimento de Caçadores n.º 10, distinto executante de barítono. Também prestou serviço no Regimento de Caçadores n.º 11, em Ponta Delgada. Compôs em 1869 o *Hino do Senhor Santo Cristo dos Milagres*, hoje ícone daquelas festas de Ponta Delgada e tocado por todo o arquipélago. Faleceu no Pico da Urze, mas o óbito foi registado na Sé, onde era paroquiano.
- 301 Manuel Augusto Gaspar (Angra do Heroísmo, 25 de março de 1843 — Lisboa, 13 de abril de 1901), notável músico militar, trompetista e regente de banda, que se notabilizou como regente da banda da Guarda Municipal de Lisboa (atual banda da Guarda Nacional Republicana).
- 302 Tomás Vaz Borba (Angra do Heroísmo, 23 de novembro de 1867 — Lisboa, 12 de fevereiro de 1950), presbítero, músico, compositor e professor do Conservatório Nacional de Lisboa. Destacou-se não apenas como erudito, mas também como um inovador na pedagogia da Música em Portugal.
- 303 Jácome Policarpo de Sousa Ribeiro (Angra do Heroísmo, 6 de março de 1862 — Angra do Heroísmo, 16 de março de 1923), funcionário administrativo, dedicou-se ao jornalismo e à música, destacando-se como compositor e regente de bandas. Compôs vários tipos de música e foi organista e regente de orquestra e de banda. Fundou a publicação literária angrense *O Domingo*, que mais tarde foi dirigido por Feliciano do Nascimento Pinto. Foi pai do historiador Ângelo Pinto Ribeiro (1886-1936).
- 304 João de Sousa Ribeiro Jr. (Angra do Heroísmo, 8 de julho de 1840 — Angra do Heroísmo, 23 de maio de 1920), funcionário público e jornalista, redator e diretor político de *O Angrense*, órgão do Partido Progressista. Foi flautista de grande mérito e regeu várias filarmónicas com notável aptidão. Foi sócio fundador da União Popular Angrense e da Filarmónica Recreio dos Artistas, de que foi o primeiro regente (*cf.: Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 402).
- 305 Gabriel Paula das Neves (Praia da Vitória, 3 de dezembro de 1874 — Porto Martins, 30 de novembro de 1948), diplomado com o curso superior de Canto e Piano do Real Conservatório de Lisboa, foi professor de música e vereador da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Foi organista e pianista muito conhecido.
- 306 João dos Reis das Neves (Praia da Vitória, 6 de janeiro de 1881 — Porto Martins, 24 de fevereiro de 1946), cantor lírico (barítono) e compositor. Formado em Lisboa e Milão, ficou conhecido em Itália, onde viveu alguns anos, como *De Neves Giovanni*.
- 307 Napoleone Vellani Albini (New York, 1839 — Lisboa, 11 de janeiro de 1902), maestro e professor de canto em Madrid e depois no Real Conservatório de Lisboa.
- 308 *Lucia di Lammermoor* é uma ópera em 3 atos de Gaetano Donizetti, com libreto de Salvatore Cammarano, baseada no romance *The Bride of Lammermoor* (*A noiva de Lammermoor*) de Walter Scott.
- 309 «La Sala Grande» do hoje denominado Teatro Sociale Delia Cajelli, em Milão.
- 310 Arão Benjamin (— Lisboa, d. 1913), terceirense, músico e compositor. Fez carreira em Lisboa como editor de partituras.
- 311 Francisco Inácio da Silveira de Sousa Pereira Forjaz de Lacerda (Ribeira Seca, 11 de maio de 1869 — Lisboa, 18 de julho de 1934), musicólogo, compositor e maestro. Além de produzir uma valiosa obra musical como compositor, teve uma notável carreira internacional, tendo sido chefe de orquestra em Portugal, Suíça e França. Embora a sua principal atividade tenha sido a de chefe de orquestra, foi também conferencista, estudioso do folclore e professor de direção de orquestra, tendo tido alguns alunos que se tornaram célebres. Foi um dos fundadores da Filarmónica de Lisboa.
- 312 José Maria do Nascimento (Velas, 18 de julho de 1874 — Angra do Heroísmo, 27 de dezembro de 1924), presbítero, foi mestre da capela da Sé de Angra e professor de música e cantochão no Seminário Episcopal de Angra.
- 313 Teotónio de Ornelas Bruges (Angra do Heroísmo, 26 de outubro de 1836 — Lisboa, 20 de janeiro de 1907), doutor em Ciências Naturais pela Universidade de Bruxelas em 1860, conselheiro e deputado. Casou com Clementina de Lima Mayer, de uma família de grandes negociantes e banqueiros.
- 314 Francisco de Paula dos Reis Rebelo (Angra do Heroísmo (Sé), 16 de setembro de 1874 — Angra do Heroísmo, 1905), farmacêutico em Angra do Heroísmo, gerente da Farmácia Monteiro a partir de 1899.
- 315 Álvaro Fournier da Costa Franco (Terra Chã, 5 de agosto de 1842 — São Carlos, 28 de agosto de 1906), presidente da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, provedor da Misericórdia de Angra do Heroísmo (1887-1896). Militante do Partido Progressista, foi colaborador em vários jornais publicados na cidade de Angra.
- 316 João Martins Pinto (Angra do Heroísmo (Sé), 24 de abril de 1868 — Lisboa, 23 de novembro de 1910), engenheiro civil, fixou-se em Lisboa.

-
- 317 Francisco Gervásio Flores (Angra do Heroísmo, 19 de junho de 1877 — Lisboa, c. 1953), veterinário militar, oficial veterinário do Exército com participação, como capitão veterinário, no Corpo Expedicionário Português enviado para França. Foi irmão do médico Joaquim Bartolomeu Flores.
- 318 Gregório Siles González de Medina (Angra do Heroísmo, 19 de maio de 1858 —), de uma família originária de Lekeitio, País Basco, depois de frequentar a Casa Pia em Lisboa foi preparador eletrotécnico formado pelo Instituto Industrial e Comercial do Porto. Funcionário dos Correios e Telégrafos, chefiou o serviço telegráfico em Leiria e depois no Porto. Foi editor da *Revista de Electricidade, Telegraphos, Pharoas e Correios* (1884), que se publicou no Porto.

Capítulo XXXII

Fenómenos vulcânicos nos Açores (após 1638)

Ao tratarmos, no capítulo XV, dos fenómenos vulcânico que se têm dado nos Açores, mencionámos somente o acontecido até 1638, deixando a referência dos que se lhes seguiram para novo capítulo, quando, no continuado da narração desta memória histórica, estivéssemos mais próximos das épocas em que os últimos tiveram lugar.

*

O primeiro fenómeno vulcânico a seguir-se, foi a 12 de janeiro de 1647, na ilha Terceira, em que vários tremores de terra atemorizaram todos os habitantes. Como se isto fosse pouco, vieram acompanhados tremenda tempestade, que arrancou muitas árvores, destruiu chaminés, casas de palha e os beirados das casas.

Neste mesmo ano, a 9 e 28 de junho e 4 de julho, repetiram-se valentes tremores de terra, que arruinaram muitas casas em Angra. Este ano foi denominado da fome e dos tremores de terra.¹

*

De 12 a 19 de outubro de 1652 houve na ilha de São Miguel continuados tremores de terra, a que se seguiu uma horrível erupção no Pico de João Ramos e no Pico do Paio.

*«O fogo era tal, — escreve o padre António Fernandes Franco,² — que subindo da terra ao céu, parecia descer dele em nuvens de fogo toda a noite; e no seguinte dia eram tais os estrondos da horrível pedraria que os montes de si lançavam, e tal dilúvio de cinza, quente, negra e medonha, que não só casas, quintas, e cercas, mas ainda muitas terras se perderam, e tornaram infrutíferas: pior seria, se não fora o vento norte e rijo, que lançava ao mar vizinho do sul aqueles grandes dilúvios de cinza e fogo».*³

*

Em 1672, a 12 de abril, principiaram-se a sentir na ilha do Faial amiudados tremores de terra, que arrasaram muitas casas nas freguesias da Praia do Norte e Capelo, e continuando até à noite de 23 para 24, rebentou um horrível vulcão entre estas duas freguesias,⁴

«... vomitando ardente lava que cobria vastas campinas, deixando seus donos reduzidos à miséria, arrojando por toda a ilha ardentes cinzas, que cobrindo as cearas e frutas pendentes as fizeram logo definhar, ocasionando a morte de muito gado, numa palavra levando o terror e desolação a todos os habitantes do Faial».^a

*

Em dezembro do ano 1682 houve uma erupção submarina próxima da ilha de São Miguel, que se viu da «*Praia de Angra e dos Mosteiros de São Miguel*».⁵

*

Em fins do ano de 1713 foi a ilha de São Miguel, mais uma vez, vítima de violentos tremores de terra, que destruíram muitos edifícios e arruinaram templos.⁶

*

No 1.º de fevereiro de 1718, principiaram-se a sentir, na ilha do Pico, amiudados tremores de terra, rebentando um espantoso vulcão na falda da montanha do Pico, entre as freguesias de Santa Luzia e das Bandeiras, lançando por quatro bocas ardente lava em caudalosas ribeiras para o mar. Diminuindo de violência o fogo deste vulcão, houve nova explosão entre as freguesias de São Mateus e São João, principiando o fogo a correr para o mar na distância de duas léguas. No dia 11 de fevereiro rebentou o fogo no mar, a distância de 50 braças da terra. No dia 24 houve outra explosão no caminho que vai para o Cais do Pico, repetindo-se, no dia 27, no centro da freguesia.

^a António Lourenço da Silveira Macedo, *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*. Horta, 1871.

Parecendo ter limite este continuado e aflitivo viver dos picoenses, com a extinção do fogo a 15 de agosto, repetiram-se os tremores de terra no princípio de setembro, cessando os tremores e ação do fogo em janeiro de 1719.⁷

*

Em 10 de julho de 1720, repetiu-se com maior violência este fenómeno vulcânico rebentando o fogo por dezasseis bocas nas faldas do Pico, por detrás do Cabeço do Soldão. A inundação do fogo ocupou cerca de uma légua em quadrado, causando enormes prejuízos. As cinzas foram levadas até à vizinha ilha de São Jorge, onde causaram consideráveis prejuízos.⁸

*

Em 10 de outubro de 1720 houve uma espantosa erupção submarina entre as ilhas de São Miguel e Terceira, de que resultou a formação de uma nova ilha que desapareceu em fins do ano de 1723. Vários têm sido os escritores que tratam desta erupção, como se vê no volume IV do *Archivo dos Açores*, pp. 345 a 349.⁹

*

Em 1755 os efeitos do terramoto de Lisboa fizeram-se sentir nos Açores, alterando-se o mar de forma tal, que enormes enchentes se estenderam pela terra, demolindo casas, derrubando paredes e ocasionando algumas mortes, na ilha Terceira.¹⁰

*

[O *Mandado de Deus* é o nome popular porque ficou conhecido o grande sismo e maremoto que a 9 de julho de 1757 abalou a ilha de São Jorge e ilhas vizinhas, causando nelas grande destruição e mortandade].¹¹

«Às 11 horas e meia da noite do dia 9 de julho de 1757 houve na ilha de São Jorge um espantoso terramoto, que fez os maiores estragos (sendo repercutido na ilha Terceira) na Fajã dos Vimes e povoação que lhe ficava próxima, que ambas caíram correndo até ao mar, perecendo toda a gente que nas casas estava, e sendo este abalo no sábado, logo no domingo se acharam junto do adro da igreja 128 pessoas mortas, entre as quais o vigário da freguesia e ouvidor, assim como o cura; foram estes os corpos

que por estarem mais fáceis se desaterraram, que depois se extraíram muitos outros corpos, ficando outros que se não puderam tirar, e se achou faltarem entre todos mil pessoas, sem diferença de 4 ou 5. Também este terramoto chegou com grande força à Ponta da Ilha no Pico, onde caiu a igreja e casas que por ali havia e morreram alguns indivíduos.»^b

*

Desde 24 de dezembro de 1759 a abril de 1760 foi a ilha do Faial vítima de continuados tremores de terra, que obrigaram os povos a viver em constante sobressalto, e a fazer muitas procissões e preces.¹²

*

Na ilha Terceira principiaram-se a sentir violentos abalos de terra em 22 de novembro de 1760, os quais continuaram até abril de 1761. No dia 17 deste mês rebentou o fogo entre o Pico Gordo e a Serra de Santa Bárbara; no dia 21 rebentou no Mistério Velho, durante oito dias, lançando ao ar enormes pedras, chuvas de areia e cinza, que se espalharam por toda a ilha. Deste fogo saíram três correntes de lava em diferentes direções, consumindo uma delas 27 casas na freguesia dos Biscoitos. Felizmente não houve vítimas a lamentar.¹³

Em 29 de dezembro, deste mesmo ano, houve um enorme temporal, que derribou casas e arrancou árvores, seguindo-se ao temporal copiosíssima chuva, que enchendo as ribeiras inundou os campos.

*

O Arquipélago dos Açores, com especialidade a ilha Terceira, foi em 1800, agitado por muitos terramotos, que principiaram no dia 24 de junho e acabaram a 4 de setembro, julgando-se, diz [Francisco Ferreira] Drummond, serem ocasionados por algum vulcão rebentado no mar. Foram grandes os prejuízos nas casas desde a freguesia de Vila Nova à de São Sebastião.¹⁴

*

^b Apontamentos do dr. João Teixeira Soares [cf.: João Teixeira Soares de Sousa, no jornal *Velense*, n.º 135, de 23 de julho de 1885; transcrito no *Arquivo dos Açores*, vol. V, pp. 442-443].

Em maio de 1808, foi a ilha de São Jorge vítima de enorme erupção, cuja horrorosa e minuciosa descrição se encontra no vol. V do *Archivo dos Açores*, pp. 437 a 447. Os seus efeitos fizeram-se sentir nas ilhas Terceira e Faial.¹⁵

*

Em julho de 1811 houve uma erupção em frente do lugar dos Ginetes, ilha de São Miguel:

«No fim de oito dias de explosões sucessivas, e terramotos, a erupção cessou, deixando formado um ilhéu de altura de 500 a 600 pés e de um terço de légua de circunferência, tendo no centro uma bacia de águas quentes lançando grande quantidade de vapores: foi, porém, pouco consistente a acumulação sobranceira às águas, que o mar a desfez em breve tempo, ficando em seu lugar somente um baixio».^{c 16}

*

O dia 15 de junho de 1841 marca uma data tristíssima, aflitiva para a ilha Terceira, pelo horrível terramoto que arrasou a Vila da Praia da Vitória. Arquivemos o que publicou *O Angrense* de 24 de junho daquele ano:¹⁷

«A Vila da Praia da Vitória, antes do ano de 1614 foi situada dentro das pontas de Santa Catarina e Espírito Santo, onde estão hoje colocados os dois fortes que lhe deram os nomes, e o seu porto ficava entre as Pontas do Parto e da Má Merenda, cuja baía e ancoradouro têm 12 a 15 braças de fundo, segundo vemos da planta das fortificações, desenhada por um hábil oficial de Artilharia, o sr. major António Homem da Costa Noronha.¹⁸ O terramoto de 24 de maio de 1614, que destruiu a antiga vila, abateu-a a ponto de que o mar tomou logo posse do terreno, formando aquele formosíssimo areal de três quartos de légua, em circunferência do qual estão colocados, em apropriadas distâncias, os nove fortes com 25 bocas de fogo.

c

Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque, *Observações sobre a ilha de S. Miguel [recolhidas pela Comissão enviada a mesma ilha em agosto de 1825, e regressada em outubro do mesmo anno, por Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, e seu ajudante Ignacio Pitta de Castro Menezes]*. Lisboa, Impressão Regia, 1826].

Arrasada e abatida a vila naquele ano, não desanimaram os praienses, pois começaram logo a erigir novos edifícios para que seus vindouros viessem talvez a descobrir as causas que destruíram a antiga vila, que são as mesmas que arrasaram a nova Praia da Vitória. Não pretenderemos tocar no espesso véu que encobre os segredos da natureza incompreensível, nem nos atreveremos a decidir qual fosse a causa da destruição daquela vila, porque no grande teatro da natureza há fenómenos que não se podem absolutamente explicar, senão por conjeturas, e melhor é narrá-los do que clausurar os direitos ao saber. Temos olhos, e por isso seja-nos lícito emitir nossa opinião, fundada sobre factos.

Todo o observador que entrar na vila pela estrada do Cabo da Praia, verá que, mui próximo ao forte de São João, existe uma grande fenda que vem do mar cortando todo o areal, e estendendo-se até à Cruz do Marco, que não é menos de um quarto de légua. Se lançar os olhos para a frente do extinto Convento de São Francisco verá a concussão que este recebeu em todo o frontispício, fazendo tombar as colunas e paredes da igreja, toda construída de grandes pedras de cantaria; verá que a mesma violenta concussão destruiu todas as casas, demolindo-as na mesma direção, assim como todos os mais valentes edifícios, servindo de melhor exemplo a Igreja Matriz que tendo a capela-mor voltada para o mar, o tecto desta foi impelido para o corpo da igreja, e toda a frente e torre está inclinada para a Serra da Praia, indicando que toda a força, que a fez partir e curvar, lhe veio do lado do porto, ou do nordeste.

Para não sermos fastidiosos, devemos concluir que a destruição da vila da Praia procedeu de um grande vulcão que rebentou no mar, bem em frente daquele porto; cuja força incompreensível, e pela proximidade percutiu com mais intensidade a vila e a freguesia das Fontinhas, estendendo a sua vibração com menos violência por todo o litoral, até à vila de São Sebastião, além da qual não aparece vestígio algum de ruína; e tanto nos parece consentânea esta razão, que a incalculável força impelida pelo vulcão, e que causou o terremoto, abriu aquela grande fenda no areal, denotando a

força sobrenatural da expansão, e comunicando-se por alguma caverna subterrânea por baixo da Serra de Santiago, fosse a arrasar a igreja das Fontinhas, cujo alicerce saltou para cima das ruínas daquele templo. Esta freguesia foi a que mais sofreu pela força vertical ou pulsação do terramoto, que arrasou todas as paredes, sendo notável que do grande Pico do Seleiro,¹⁹ que lhe fica próximo, nem uma só das paredes que o circundam lhe caiu, podendo afoutamente dizer: «Nemo me impune lacessit», não há quem me despedace impunemente.

A freguesia das Fontinhas que tem 203 fogos e 1006 moradores, é na verdade, das paróquias arrasadas, a que mais sofreu comparativamente, não se prolongando as ruínas além deste local. A demolição das casas e da igreja, segundo a posição em que tombaram, assaz demonstra que a grande concussão veio do lado de nordeste, e que o abalo ali foi vertical pelo arrojado dos alicerces; o que se não observa na Praia que só foi percutida por violento tremor de inclinação e concussão, como fizemos ver a muitos dos seus moradores, e os convencemos».

*

Em São Miguel, nos anos de 1848, a 30 de outubro, e 1852, a 16 de abril, houve violentos tremores de terra, que desabaram edifícios, abriram caminhos e derrubaram paredes.²⁰

*

Em 1862, desde 21 de setembro até ao mês de dezembro, viveram os faialenses em constante susto e aflição, pelos continuados tremores de terra por que passou a ilha do Faial.²¹

*

O último e assustador fenómeno vulcânico vivido no Arquipélago foi a erupção submarina junto da ilha Terceira em 1867.

Durante os primeiros seis meses deste ano sentiram-se na Terceira e Graciosa alguns abalos de terra mais ou menos fortes, tornando-se mais frequentes de 25 de maio em diante, abalando e destruindo casas nas freguesias da Serreta e

Raminho. Na noite do 1.º junho, pelas 10 horas, rompeu a erupção no mar à distância de cinco quilómetros da costa.²²

A descrição deste fenómeno, bem assim as descrições de todos os que temos referido, encontram-se minuciosamente feitas e publicadas em diversos volumes do *Archivo dos Açores*.

-
- 1 O padre Manuel Luís Maldonado, na sua *Fenix Angrence*, inclui um relato circunstanciado da crise sísmica de 1647, atribuindo-lhe o título de «*ano da fome, e dos terramotos*» (cf.: Manuel Luís Maldonado, *Fenix Angrence*, vol. I, p. 305-36. Angra do Heroísmo, 1990). A crise sísmica iniciou-se em dezembro de 1646, com alguns sismos sentidos, seguindo-se uma série de pequenos abalos que poucos danos causaram na cidade de Angra. Precedido por dois ou três abalos, o sismo mais violento ocorreu a 12 de janeiro de 1647, pelas quatro horas da manhã, e causou grande destruição na cidade de Angra e em praticamente toda a ilha. O terramoto colocou toda a ilha em alvoroço, o que foi exacerbado pelas condições meteorológicas, pois pelas nove horas da manhã formou-se uma grande tempestade, com ventos muito fortes que derrubaram várias chaminés e telhados. Temerosos, os angrenses acorreram a confissões e comunhões, «*não faltando pessoa alguma*». Realizaram-se também demonstrações públicas de fé e contrição através de procissões que saíram de várias igrejas pouco tempo após o terramoto e se repetiram nas semanas seguintes. O sismo principal foi seguido por várias réplicas, com destaque para o forte sismo que abalou os festejos do Espírito Santo, em 9 de junho, e para o abalo que ocorreu no dia em que se festejava São Pedro, a 29 de junho. O sismo de 9 de junho daquele ano aconteceu pelas onze horas da manhã, quando se celebravam os «*bodos públicos na forma que hoje se costuma*», atemorizando o povo que festejava o Domingo de Pentecostes. Este sismo causou muitos danos, com destaque para a catedral, onde ficou uma «*das torres fendida*» e um dos «*arcos das naves interiores ... padeceu a mesma ruína*». A este evento seguiram-se novas procissões e manifestações de penitência pública, que se estenderam por 13 dias. Novamente, às nove e meia da noite de 29 de junho, dia de São Pedro, ocorreu novo terramoto, saindo no dia seguinte uma procissão da Catedral em que tomaram parte todos os seus ministros e os religiosos graciosos e de São Francisco, indo todos à igreja da Misericórdia, de onde saiu o crucifixo que aí estava e se dizia ser milagroso, correndo as igrejas da cidade. A crise prolongou-se até 4 de julho, quando novamente dois abalos causaram grandes estragos. Após esta data não há notícia de sismos sentidos.
 - 2 António Fernandes Franco (São Miguel, c. 1600 — Lagoa, 25 de março de 1669), presbítero, terceiro vigário da vila da Lagoa, que testemunhou as erupções vulcânicas de 1652, deixando um circunstanciado relato dos eventos.
 - 3 António Fernandes Franco, *Relação do lastimoso e horrendo caso que aconteceu na ilha de S. Miguel em segunda-feira 2 de setembro de 1630*. Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1630. O texto citado encontra-se em António Cordeiro, *História Insulana*, livro V, capítulo XXII (p. 309 da edição de 1866).
 - 4 O evento, que ficaria conhecido como a erupção do Cabeço do Fogo, ocorreu no Sistema Vulcânico Fissural do Capelo, uma estrutura tectónica que ocupa o sector oeste da ilha do Faial, desenvolvendo-se desde o flanco oeste do Vulcão da Caldeira até à extremidade nordeste da ilha. Iniciou-se com uma prolongada crise sísmica, com sismos sentidos pelo menos a partir de 20 de setembro de 1671, que se intensificou em fevereiro de 1672. Desde o dia 12 de abril, naquele ano a terça-feira da Semana Santa, ocorreu uma sequência de sismos mais violentos nas freguesias da Praia do Norte e Capelo, derrubando muitas casas. A atividade vulcânica começou na noite de 23 para 24 de abril, domingo de Páscoa, com uma curta fase explosiva, seguindo-se durante 10 meses uma considerável efusão de lava basáltica a partir de duas chaminés, uma no contraforte do Cabeço do Fogo e outra no Pincarito. A atividade sísmica serenou a partir de maio de 1672, cessando os sismos sentidos a partir de setembro daquele ano. Cerca de 1200 famílias perderam a casa e terão morrido asfixiadas por gases pelo menos duas pessoas (cf.: António Lourenço da Silveira Macedo, *História das Quatro Ilhas do Distrito da Horta*. Horta, 1871-1878).
 - 5 Esta erupção submarina ocorreu entre o extremo noroeste da ilha de São Miguel e o Banco D. João de Castro, provavelmente numa estrutura hoje conhecido como o Pesqueiro Alcatraz. O relato conhecido do evento, incluso na *Crónica da Província de São João Evangelista das Ilhas dos Açores*, de Agostinho de Mont'Alverne (vol. II, cap. 43.º), indica que em dezembro de 1682 se sentiram na ilha de São Miguel três grandes sismos. No dia 13 de dezembro daquele ano, a terra tornou a tremer de tal modo que se organizaram procissões, avistando-se pouco depois sinais de um vulcão no mar. A erupção submarina, centrada a cerca de «*quatro léguas*» da Ponta da Ferraria, era visível da Terceira e de São Miguel. Do texto de Mont'Alverne não é claro que o início da erupção tenha ocorrido no próprio dia 13 de dezembro: «*[...] em treze do dito mês, dia de Santa Luzia, que caiu ao domingo, estando os pregadores, de manhã, pregando nos púlpitos, [...], tremeu a terra de sorte, [...], que todos se consideravam subvertidos da terra, e [...] foi Deus servido arrebeantasse o fogo na Ferraria, no mar, quase quatro léguas da terra, na semana seguinte, como foi visto da Praia de Angra e do lugar de Mosteiros*». A presença de manifestações à superfície com magnitude que permitiu o avistamento a partir de ilhas relativamente distantes, como são as de São Miguel e Terceira, indicia uma erupção pouco profunda que, dada a distância indicada de cerca de 20 km a partir da costa noroeste de São Miguel, teria como localização mais provável as baixas situadas a NW da Ponta da Ferraria, no bordo norte da Bacia Hirondelle do Sul, zona conhecida como o Pesqueiro Alcatraz, a cerca de um terço da distância entre São Miguel e a Terceira.
 - 6 Esta crise sísmica ocorreu em finais de 1713, centrada no flanco sudoeste do Vulcão das Sete Cidades. Terá

durado cerca de seis semanas com sismos sentidos que danificaram muitas casas nos Ginetes, Mosteiros e Candelária. Existe referência que em dezembro daquele ano, após as seis semanas de sismos, surgiu uma «*ribeira de lama quente*» na encosta do Pico das Camarinhas, o que poderá corresponder a uma liquefação do solo, eventualmente associado a manifestações geotérmicas despoletadas pelos abalos.

- 7 O evento relatado é a erupção de lavas basálticas muito fluidas que ocorreu no ano de 1718 nas encostas da Montanha do Pico, nos locais que ficaram conhecidos por Lomba do Fogo, Cabeços de Cima e Cabeços de Baixo, e ainda no mar junto a São João do Pico. O fenómeno iniciou-se quando por volta das 6 horas da manhã de 1 de fevereiro de 1718, após algumas horas de tremor, se formaram quatro bocas eruptivas na encosta norte da Montanha do Pico, sobranceiras às freguesias de Bandeiras e Santa Luzia. Seguindo a descrição do padre Matias Cardoso Machado, ao tempo pároco da Matriz das Lajes do Pico, naquela «*manhã tremeu a terra em horripantes convulsões; ouvindo-se terríveis estrondos como de peças d'artilheria, o povo espavorido correu logo à Matriz onde a collegiada reunida começou devotas preces ... continuando a ouvir-se os estrondos e aparecendo nos ares nuvens de cinza que inteiramente os obscurecião*». Em «*menos de seis horas chegou o fogo ao mar, levando uma considerável largura nas ribeiras que de suas bocas vomitou entranhando-se no mar com tanta vehemencia, que em poucos dias se extinguiu o incendio d'aquella parte*» do norte da ilha. Entretanto, na encosta sul, na madrugada do dia 2 de fevereiro «*houve nova explosão no sítio da Bragada, entre as freguezias de S. Matheus e S. João nos mattos com horripantes estrondos, e convulsões*». As escoadas de lava provenientes deste centro eruptivo começaram logo a «*correr em caudalosas ribeiras para o mar na distancia de duas leguas formando um vasto mysterio*». No dia 11 de fevereiro iniciou-se uma erupção submarina «*a distancia de 50 braças de terra e n'altura de 40 defronte da igreja [de São João], arrojando para terra grande quantidade de peixes assados e alguns desconhecidos, e pedras abrazadas em ardente lava com que formou um promontorio de grande altura, e entrando por terra dentro começou a devastar os campos e casas d'aquella freguezia*». No dia 24 de fevereiro houve nova explosão junto ao caminho que ligava as Lajes ao Cais do Pico, ocorrendo outra explosão no dia 27 de fevereiro próximo da freguesia de São João, «*continuando a terra a tremer com violentas convulsões e horripantes estrondos que parecião descargas d'artilheria*», o que obrigou à evacuação da freguesia. Começou então a diminuir a emissão de lavas, até que a 15 de agosto daquele ano pareceu extinto o evento. Contudo, voltou a rebentar no princípio de setembro, «*com iguais estrondos e tremores de terra*», o que obrigou o povo das Lajes a abandonar as suas habitações. As erupções cessaram no princípio de outubro daquele ano de 1718 (cf.: António Lourenço da Silveira Macedo, *História das Quatro Ilhas do Distrito da Horta*. Horta, 1871-1878).
- 8 Este evento ficou conhecido como a erupção do Cabeço do Soldão (ou do Fogo). Foi uma erupção fissural de lavas basálticas, muito fluidas, que se iniciou na noite de 10 de julho de 1720 por várias bocas que se abriram na encosta sueste da Montanha do Pico, por detrás do Cabeço do Soldão. A fissura tinha uma extensão de cerca de 700 m, a uma altitude de 350 a 400 m, na vertente entre as povoações de São João e Silveira. Os derrames percorreram os 2 km que separavam o centro eruptivo do litoral, cobrindo cerca de 3 km da anterior linha de costa. A escoada recobriu «*uma légua quadrada de terreno*», onde existiam quintas, vinhas e pomares, destruindo 30 casas, e atingiu o mar. A grande quantidade de cinzas arrasou as culturas e os pastos, provocando a morte de muito gado. Os estragos estenderam-se à ilha de São Jorge, onde a queda de cinzas foi também abundante (cf.: António Lourenço da Silveira Macedo, *História das Quatro Ilhas do Distrito da Horta*. Horta, 1871-1878). A erupção durou 5 meses, terminando a 18 de dezembro de 1720.
- 9 Esta erupção ocorreu na estrutura geológica submersa conhecida por Banco D. João de Castro, sendo provavelmente uma das muitas erupções que edificaram aquele monte submarino. O evento foi precedido por sismos sentidos em São Miguel e na Terceira, não sendo consensual a data de início da erupção, sendo mais provável que tenha sido por volta de 9 de dezembro de 1720. O centro eruptivo localizava-se a cerca de 40 milhas náuticas da Ponta da Ferraria e a 32 milhas náuticas da Ponta das Contendas, no local atualmente conhecido por Banco de D. João de Castro, nome do navio hidrográfico da Armada Portuguesa que o localizou em 1941. Na sua máxima extensão, a ilhota grosseiramente circular formada teria cerca de 900 m de diâmetro e 180 m de altura, constituída pela acumulação de cinzas e *lapilli*. Desapareceu gradualmente a partir de fins de dezembro daquele ano em resultado da erosão marinha e de movimentos tectónicos, estando completamente submersa na primavera de 1723.
- 10 O terramoto gerou um maremoto que se propagou pelo Atlântico, atingindo os Açores sob a forma de três enormes ondas cerca de hora e meia após o sismo. Na Terceira, o maremoto causou inundações, com ondas que alcançaram entre 11 e 15 metros de altura, afetando casas e campos próximos à costa. Na cidade de Angra demoliu as portas do mar, os portões junto à Alfândega, atingindo a Praça Velha. Demoliu, na Praia da Vitória 15 casas e a ermida de São Tiago no Porto Martins, além de destruir barcos, terras, muros e vinhas, provocado a morte a, pelo menos, seis pessoas.
- 11 A 9 de julho de 1757 ocorreu um dos mais violentos, senão o mais violento, dos terramotos de que há memória nos Açores. Atingiu o leste da ilha de São Jorge, causando destruição generalizada e formando muitas das atuais fajãs, entre elas a da Caldeira de Santo Cristo. O terramoto ficou conhecido na tradição popular pelo *Mandado de Deus*. Dos grandes deslizamentos então ocorridos resultou um maremoto que atingiu todo o Grupo Central. Pelo menos 1053 pessoas morreram em São Jorge e 11 no Pico. O terramoto foi tal que «*a norte desta ilha, distância de 100 braças, pouco mais, se levantaram dezoito ilhotas, umas maiores que outras. Apareceram todas na manhã do dia 10 [de julho]. É navegável o mar entre as ditas, e a ilha. Nas Fajãs dos Vimes, São João e Cubres, se moveu a terra, voltando-se do centro para cima, de sorte que nelas não há sinal [de] onde houvesse edificio*».
- 12 Em 24 de dezembro de 1759 foi sentido um forte sismo no Faial, seguido de muitas réplicas. A 4 de janeiro um sismo ainda maior causou o pânico, tendo sido deliberado ir «*à Praia do Almoxarife a buscar a imagem do Senhor Santo Cristo que em solene procissão trouxeram para a igreja da Misericórdia*». A crise sísmica apenas deixou de ser sentida em maio de 1760, tendo-se então celebrado solene *Te-Deum* na Matriz da Horta.
- 13 O Vulcão dos Picos Gordos corresponde às erupções do Vulcão de Santa Bárbara e zona fissural anexa que

ocorreram no período de 17 a 29 de abril de 1761 no lugar dos Picos Gordos, freguesias dos Altares e dos Biscoitos. Apesar de ser normalmente citado como um evento único, naquele período ocorreram duas erupções completamente distintas na origem e no material emitido. Esta foi, até à data, o único evento eruptivo que ocorreu em terra na ilha Terceira desde a sua colonização. No ano anterior as fumarolas das Furnas do Enxofre deixaram de fumegar. A partir de 22 de novembro de 1760 começaram a sentir-se, com maior ou menor intensidade, pequenos sismos, que foram progressivamente aumentando de frequência ao longo de todo o inverno. A partir de 14 de abril de 1761 surgiu um tremor contínuo que aterrorizou as populações de ambas as costas da parte central da ilha. Pela manhã do dia 17, um enorme estrondo marcou o início da erupção, que se iniciou na vertente leste do vulcão de Santa Bárbara (entre a Caldeira e o Pico Gordo). A erupção do dia 17 de abril de 1761 produziu um volumoso domo traquítico, sito cerca de 2 km a oeste do Pico Gordo, nas imediações do Pico Gaspar. A lava libertada era extremamente viscosa, dando origem a uma elevação de características bolbosas, com cerca de 500 m de comprimento por 300 m de largura, sem qualquer cratera definida, com o topo relativamente plano a cerca de 80 m acima dos terrenos vizinhos. O domo é hoje conhecido pelo Pico Queimado, dada a sua cor negra e a memória ainda presente da sua origem ígnea. O material expelido é um traquito relativamente rico em fenocristais, que se encontra em extremo fraturado, formando grandes fendas de bordos aguçados. A erupção foi muito rápida, pois terá durado apenas 4 dias, tendo cessado por volta do dia 21 de abril. Nesse mesmo dia 21 de abril de 1761, quando a erupção do Pico Queimado caminhava para o seu termo, nova erupção surgiu cerca de 5 km a lés-nordeste do foco eruptivo inicial, num local chamado Chama ou Mistério Velho. Esta segunda erupção teve carácter marcadamente fissural, produzindo numa primeira fase um monte de bagacina com cerca de 70 metros de altura em relação aos terrenos vizinhos, do qual eram projetadas grandes pedras e areias basálticas (cinzas) que, conforme a direção do vento, caíam sobre quase toda a ilha. Os novos focos vulcânicos mantiveram-se em erupção durante oito dias com uma atividade havaiano-estromboliana, marcada pela emissão de bombas, escórias e *lapilli* que edificaram dois pequenos cones. As lavas escorreram para norte, em direção aos Biscoitos, formando três escoadas: a primeira correu por 2,5 km e parou no lugar do Chama (junto à Fonte do Vimeiro); a segunda atingiu uma extensão de 3,5 km, estendendo-se para NNW; e a terceira, mais longa (cerca de 6 km), chegou ao limite sul do povoado de Biscoitos, onde destruiu 27 casas, tendo parado junto à igreja e ficando a cerca de 1 km da costa. No extremo da primeira língua de lava manteve-se atividade fumarólica durante alguns anos.

- 14 Na tarde do dia 24 de junho de 1800, um sismo destruiu boa parte dos edifícios das freguesias do nordeste da Terceira, atingindo mais intensamente as povoações situadas entre a Vila Nova e a vila de São Sebastião. Foi seguido por uma grande réplica a 29 de dezembro. Estes sismos não causaram mortos, mas os danos materiais foram grandes. Na sequência dos abalos do ano anterior, a 26 de janeiro de 1801 um novo sismo, de maior intensidade, atingiu as mesmas freguesias, sendo a povoação mais atingida a vila São Sebastião, onde provocou dois mortos. A destruição dos edifícios foi generalizada, particularmente em São Sebastião, Fonte do Bastardo, Praia e Cabo da Praia. Estes sismos parecem estar ligados a uma erupção submarina ocorrida ao largo da Ponta do Topo, pois precedendo os abalos ouviam-se estampidos vindos do mar e no dia seguinte observaram massas nebulosas que naquela zona, a intervalos, se elevavam da superfície do mar. As manifestações, que apenas duraram mais um dia, localizavam-se a SSW de Angra, no local onde se situa a Baixa de São Jorge de Fora. A pequena duração do fenómeno e as reduzidas manifestações à superfície podem significar que se tratou de uma erupção de pequena magnitude ou que a profundidade a que ocorreu não permitiu que chegassem à superfície mais indícios.
- 15 Em 1808 ocorreu uma erupção fissural nas proximidades do Pico do Pedro, entre as localidades de Ribeiras e Areias de Santo Amaro, no oeste da ilha de São Jorge. A erupção foi precedida por uma crise sísmica, pois durante a última semana de abril daquele ano sentiram-se sismos frequentes. Na noite de 30 de abril para 1 de maio a frequência dos abalos aumentou para cerca de oito por hora, sentindo-se um mais forte de madrugada, que acordou a população. Na manhã do domingo, 1 de maio, entre as onze e o meio dia, um sismo violento foi acompanhado por grande estrondo, formando-se uma coluna eruptiva sobre o Pico de António José de Sequeira, defronte da igreja da Urzelina. A nuvem de cinzas e vapor atingiu rapidamente grande altura e, encurvada por ventos de NNW, descreveu um arco sobre a Urzelina e Manadas. Durante toda a tarde, a queda abundante de cinzas cobriu a encosta sobranceira à Urzelina e as vinhas dos Casteletes até à ermida de Santa Rita, nas Manadas. O peso da cinza quase fazia abater os telhados das casas. Com atividade explosiva e abundante emissão de cinzas, nos primeiros três dias formaram-se sete bocas alinhadas ao longo da cumeeira sobranceira à Urzelina e Manadas. A atividade eruptiva diminuiu na tarde de 3 de maio, mas na madrugada seguinte, 4 de maio, abriram-se mais duas bocas eruptivas no sítio de Entre Ribeiras, por cima da Fonte da Fajã, 1,5 km a oeste das primeiras, com emissão de enxofre e outros produtos freato-magmáticos. O centro eruptivo continuou a alargar-se para oeste e a 11 de maio formaram-se mais duas bocas no sítio das Areias de Santo Amaro, 1,5 km a oeste, a partir das quais foram emitidos dois derrames. Alguns dias depois, por volta de 15 de maio, a atividade recomeçou com grande intensidade nas bocas iniciais, com emissão de abundantes cinzas e areias que, transportadas pelos ventos de NNW, cobriram os campos da Urzelina e freguesias vizinhas e atingiram a zona leste da ilha do Pico. Quando aumentaram de intensidade as emissões de uma das bocas situadas por cima da Urzelina, na tarde de 16 de maio, o pároco, com a ajuda de populares, iniciou a remoção do recheio da igreja de São Mateus da Urzelina, mas na manhã do dia 17 de maio, uma nuvem ardente despenhou-se sobre a povoação, «*queimando trinta e tantas pessoas*», provocando a morte a muitos dos que participavam nos trabalhos de remoção. Para além das 8 pessoas que morreram naquele dia, outros dos queimados viriam a falecer nos dias seguintes. A atividade efusiva prolongou-se até, pelo menos, ao dia 28 de maio e a emissão de escórias, *lapilli* e cinzas prolongou-se até 10 de junho. A atividade fumarólica manteve-se por mais dois anos, o que levou a que em 8 de julho de 1810 três homens morressem asfixiados por gases vulcânicos ao descer ao poço de maré da Urzelina para o limpar das escórias que aí se tinham acumulado.
- 16 Esta erupção, ocorrida frente à Ponta da Ferraria, levou à formação da *Ilha Sabrina*, um ilhéu efémero, mas que ainda assim foi fonte de disputa com o Reino Unido. A partir de 17 de junho de 1810, durante sete meses e meio, registou-se intensa atividade sísmica na região oeste de São Miguel. Alguns dos sismos atingiram intensidades elevadas e provocaram destruição importante nas povoações de Mosteiros, Várzea, Ginetes e Sete Cidades. Durante os meses de janeiro e fevereiro de 1811 observou-se a emissão de gases no mar, frente à

Ponta da Ferraria, mas em final de fevereiro, a atividade tinha cessado. Em maio e junho daquele mesmo ano, a atividade sísmica na região sudoeste do Maciço das Sete Cidades recrudescceu, fazendo ruir rochedos e arruinando muitas casas. A 10 de junho de 1811, num local sito cerca de 3 milhas náuticas da zona onde se verificara a emissão de gases em janeiro e a cerca de 2 km da costa, desencadeou-se uma poderosa erupção submarina que em poucos dias criou uma ilhota ao largo da Ponta da Ferraria. A ilhota era de forma circular e tinha cerca de 2 km de perímetro e por volta dos 90 m de altitude máxima, configurando-se como um anel rebaixado para noroeste, em direção à vizinha costa da ilha de São Miguel. No interior do anel existia uma laguna de água em ebulição, da qual nascia uma torrente que corria para o mar. Entretanto, a erupção fora avistada pelo *HMS Sabrina*, uma chalupa de guerra britânica, cujo comandante, o capitão James Tillard (York, Inglaterra, 5 de agosto de 1774 — Haslar, 6 de janeiro de 1814), após conferenciar com William Harding Read, o cônsul britânico em Ponta Delgada, e de tentar várias aproximações à ilhota, acabou por conseguir desembarcar a 4 de julho, dando o nome de *Sabrina* à ilha e ali hasteando a bandeira britânica, tomando posse formal da ilha em nome de Sua Majestade Britânica. O conflito diplomático que se seguiu extinguiu-se quando a ilha desapareceu pela erosão do mar. Em outubro de 1811 só restavam alguns rochedos, que nos meses seguintes também submergiram.

- 17 Este evento, que ficou conhecido como a *Segunda Caída da Praia*, iniciou-se com uma sequência de numerosos sismos sentidos na parte leste da Terceira desde a manhã do dia 12 de junho de 1841, com particular incidência no Ramo Grande. No dia 13 de junho alguns sismos mais intensos provocaram alguns danos nos edifícios e forçaram os moradores da Praia e freguesias vizinhas a abandonar as suas casas. Na madrugada do dia 14, violentos sismos provocaram ainda maiores danos. Pelas 3h 25m da madrugada do dia 15, um violento sismo causou enorme destruição em Santa Cruz da Praia e nas Fontinhas e danos generalizados em todas as freguesias do leste e nordeste da Terceira, entre São Sebastião e a Aqualva. Desde o areal até à Cruz do Marco ficou uma fissura no terreno marcando a posição da falha que por ali passa. A destruição foi maior nas Fontinhas, freguesia onde ruíram todos os edifícios. Dado que os habitantes tinham já abandonado as casas, ninguém morreu. Ficaram, contudo, danificadas centenas de casas em Santa Cruz, Fontinhas, Lajes, São Brás, Vila Nova, Aqualva, Cabo da Praia, Porto Martins, Fonte do Bastardo e São Sebastião. Destas casas muitas tiveram de ser reconstruídas. A reconstrução foi apoiada por uma Comissão dos Socorros, criada por iniciativa do governador civil, então designado por administrador-geral, José Silvestre Ribeiro (1807-1891), a quem coube a gestão do desastre e da posterior reedificação. A reconstrução que se seguiu levou ao aparecimento de um estilo arquitetónico distinto para as casas rurais então construídas, hoje designado por «*estilo Ramo Grande*».
- 18 António Homem da Costa Noronha (Porto, 3 de agosto de 1787 — Angra do Heroísmo, 13 de julho de 1868), oficial de Artilharia do Exército, fidalgo cavaleiro da Casa Real, pioneiro da moderna cartografia e um dos líderes militares da fase inicial do liberalismo nos Açores. No posto de major, foi comandante do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição, formado em Angra. Para além do levantamento das fortificações das ilhas e do material de artilharia existente, foi encarregue de estudar os padrões de pesos e medidas existentes nos concelhos açorianos e a sua conversão para o sistema métrico. Foi governador do Castelo de São João Baptista, destacando-se durante o pronunciamento setembrista que ali ocorreu a 22 de abril de 1847. Deixou obra publicada em periódicos. Depois de uma distinta carreira militar, foi reformado como marechal-de-campo, sendo pouco depois elevado a tenente-general (cf.: Genealogias da Ilha Terceira, vol. VI, pp. 497-501).
- 19 Esta elevação aparece alternadamente designada por «Pico Seleiro», «Pico do Seleiro» e «Pico do Celeiro», topónimos que apesar de homófonos indiciam origem bem diversa. A explicação mais consistente envolve a posse de terrenos, valendo nesse caso a indicação de Ferreira Drummond que o local «*tomou o nome de seu antigo dono, André Dias Selleiro [...] que fez testamento em 1520*», parecendo o nome indicar alguém que se ocupava da feitura ou venda de selas. Contudo, o termo «*seleiro*» pode ter outros significados, incluindo denotar uma morfologia semelhante a uma sela, o que efetivamente se verifica no local. Outra explicação, aí apoiando a variante «*Pico do Celeiro*», indicaria a presença na zona de um celeiro. A elevação é um cone vulcânico formado por bagacinas avermelhadas, com 288 m de altitude máxima, instalado sobre a falha norte do *graben* das Lajes, que com a elevação situada imediatamente a sueste, o cone vulcânico conhecido por Pico Velho, forma uma *sela* por cujo vale passa a estrada.
- 20 No verão de 1848, a ilha de São Miguel foi atingida por uma crise sísmica que, embora tenha causado grande preocupação entre a população, não resultou em grandes danos ou vítimas. O sismo mais intenso ocorreu a 30 de outubro de 1848, mais sentido na parte oeste da ilha, em especial na Várzea, Feteiras, Candelária e Ginetes. Nova crise sísmica ocorreu na primavera de 1852, com a região da Ribeira Grande a ser especialmente afetada, tendo o sismo de maior intensidade ocorrido a 16 de abril e causado pelo menos 9 mortos (12 mortos segundo outros autores).
- 21 A partir de 21 setembro de 1862 foram sentidos numerosos sismos na ilha do Faial. Em outubro os sismos eram tão frequentes que os habitantes da Horta não se atreviam a dormir nas suas casas, o que «*obrigou a maior parte dos habitantes da cidade a construir barracas para dormir*». Os faialenses recorreram à milagrosa imagem do Senhor Santo Cristo da Praia do Almoxarife, que foi trazido para a cidade da Horta em devota procissão. Em finais de outubro eram já raros os sismos e a crise sísmica terminou sem grandes danos durante o mês de dezembro.
- 22 No decurso dos primeiros meses de 1867 sentiram-se numerosos sismos, alguns dos quais intensos, nas ilhas Terceira e Graciosa. Os sismos eram sentidos com maior intensidade nas freguesias do oeste e noroeste da ilha Terceira. A partir de 25 de maio, os abalos tornaram-se mais intensos e frequentes e nas localidades da Serreta, Raminho e Altares sentiu-se tremor vulcânico. Os sismos mais fortes provocaram derrocadas na falésia costeira e grandes danos nas paredes dos prédios e nas habitações do Raminho, Serreta e Altares, localidades onde a intensidade e frequência dos tremores era tal que quase todas as casas se encontravam arruinadas e os seus habitantes não se atreviam a nelas entrar, dormindo em cafuas feitas de palha e de ramagens de árvore. A 1 de junho de 1867, por volta das 10 horas da noite, teve início uma erupção submarina a cerca de 5 km a NW da Ponta da Serreta, numa zona onde a profundidade rondaria os 200 m. O começo do evento foi marcado por fortes detonações, observando-se emanações gasosas e o mar colorido de amarelo. Por volta das 9 horas da

noite do dia 2 de junho viram-se, por três vezes, grandes jatos de água que se elevavam do mar entre o ponto inicial da erupção e a costa. Nos dias seguintes, juntamente com água do mar e vapor, eram projetados grandes blocos de rocha. Em torno do centro eruptivo principal existiram sete outros focos dispostos numa área grosseiramente circular com cerca de 2 km de diâmetro. Em terra sentiu-se cheiro forte a enxofre. No período de maior intensidade da erupção, registado no dia 5 de junho, observaram-se seis centros eruptivos alinhados, numa extensão de cerca de 2 km, dando origem a grandes jatos de água e vapor, por vezes com projeção de fragmentos rochosos. A intensidade da erupção diminuiu progressivamente, cessando todas as manifestações vulcânicas a 7 de junho. A atividade sísmica apenas deixou de se sentir no decurso do mês de agosto. Durante algum tempo foi ainda observado borbulhar de gás nas proximidades do centro eruptivo principal.

Capítulo XXXIII

D. José I, D. Maria I, D. João VI, D. Pedro de Alcântara. Invasão francesa. Terceirenses notáveis na Guerra Peninsular

Durante o governo do primeiro capitão-general, D. Antão de Almada, até ao do sexto capitão Aires Pinto de Sousa Coutinho, gozaram os terceirenses de completa paz, a agricultura progrediu e os melhoramentos materiais foram importantes.

A 10 de junho de 1777 recebia-se a notícia de haver falecido D. José I, a 24 de maio, sucedendo-lhe D. Maria I, e que sendo mais tarde atacada de doença mental, assumira o governo de Portugal e seus domínios o príncipe D. João de Bragança, como foi comunicado por carta régia de 16 de julho de 1799.

O nascimento do príncipe D. Pedro de Alcântara,¹ a 12 de outubro de 1798, e de que só chegou a notícia à ilha Terceira em 23 de janeiro de 1799, foi festejado com imponentes manifestações de regozijo público.

O bispo D. José Pegado de Azevedo, que desembarcou em Angra em dezembro de 1802, trazendo poderes de visitador e reformador das ordens religiosas, sofreu por isto sérios desgostos, pois encontrou em alguns conventos de um e outro sexo, um viver licencioso, e uma vergonhosa relaxação de costumes.

Em janeiro de 1808 foi recebida a desgraçada notícia de haver sido Portugal invadido pelo exército francês, sob o comando de Junot,² e a da triste partida da família real para o Brasil.

Todas as notícias, que depois se receberam quando foram expulsos os franceses nas três invasões, solenizaram-se em Angra com patrióticas demonstrações de alegria, efetuando-se *festas reais*, na forma do antigo compromisso da cidade, com brilhantes e ricas cavalhadas, danças, corridas de toiros, *etc.*

Em 26 de setembro de 1810, fundeava na baía de esta cidade a fragata *Amazona*,³ trazendo a seu bordo os presos políticos, que o servil e perseguidor Beresford⁴ desterrara para a ilha Terceira.

Entre os desterrados contavam-se os padres Van Zeler⁵ e D. Francisco da Soledade,⁶ e os doutores Lopes⁷ e [Joaquim José da Costa e] Simas,⁸ o

desembargador Vicente Ferreira Cardoso,⁹¹⁰ e outros, que foram de comprovada utilidade para esta ilha difundindo os seus conhecimentos e saber entre os terceirenses.

Em 14 de abril de 1817, teve a Câmara aviso para proceder à aclamação de D. João VI, o que se realizou com a costumada solenidade.

*

Haviam-se espalhado de um a outro hemisfério em ondas de luz brilhantíssima, os princípios liberais que a França revolucionária tinha proclamado.

Pina Manique¹¹ e os seus esbirros, a Inquisição e os seus horrorosos tormentos, não conseguiram, por mais perseguições que fizessem, por mais castigos que executassem, impedir a sua benéfica propaganda no reino lusitano.

O clarão imenso, que irradiara da Revolução e da República francesas, havia feito tremer os déspotas, os grandes e os poderosos, que consideravam a humanidade sua escrava, e eles os senhores e dominadores de tudo e de todos.

Seguia a revolução na sua missão destruidora de velhas e caducas instituições; os canhões e a fuzilaria lançavam o terror e a morte por toda a parte, e tudo o que de grande e heroico, de terrível e angustioso, de magnânimo e humanitário, de horroroso e abominável, então se passou, regista-o a história para ensinamento das gerações presentes e futuras.

Nessas grandes lutas colocara-se Portugal entre a espada e a parede. Servia de brinquedo entre a França, Espanha e Inglaterra tendo de passar por tristes humilhações. A isto seguiu-se a miseranda campanha de 1801.¹²

As águias napoleónicas caminhavam, de conquista em conquista, através da França e da Europa.

Napoleão dividia caprichosamente na carta da Europa os reinos existentes. No Tratado de Fontainebleau,¹³ no dia 29 de outubro de 1807, feito pelo general Duroc,¹⁴ representante do imperador dos franceses, e Izquierdo¹⁵ representante do rei Carlos de Espanha, era Portugal dividido em três porções.

Junot marcha sobre Portugal, invade-o; e o príncipe D. João, e a família real, fugindo para o Brasil, escapam a ser presa do audacioso general.

O que se passou em Portugal com a primeira invasão francesa, e com as duas que se lhe seguiram, comandadas por Soult¹⁶ e Massena,¹⁷ até ao fim da Guerra Peninsular;¹⁸ o quanto sofreram os portugueses com os inimigos e os aliados, di-lo a história.

Resta-nos para glória, que, não obstante todos os lamentáveis acontecimentos, todas as desditas, os regimentos portugueses, que fizeram parte do exército anglo-luso, praticaram prodígios de valor e bravura, sendo elogiados e enaltecidos os seus feitos pelos generais ingleses.

Também à ilha Terceira coube uma pequena parte nessa glória, pelos feitos de alguns de seus filhos, dos quais temos conhecimento dos seguintes:

- Manuel Inácio Martins Pamplona, 1.^o conde de Subserra — a que já nos referimos, nas notas dos escritores e jornalistas.
- João Moniz Corte-Real — filho de Francisco Moniz Corte-Real e de D. Mariana Josefa do Rego, nasceu em 23 de julho de 1775. Foi um militar distinto, havendo-se valorosamente na Guerra Peninsular, o que lhe mereceu honrosa menção nas *Ordens do Exército*. Tinha a Cruz de Ouro n.^o 6 e era condecorado com os hábitos de Cristo e Avis. Reformou-se no posto de major a 12 de agosto de 1877. Foi intransigente partidário do miguelismo.
- Luís Diogo Forjaz de Lacerda¹⁹ — filho de Diogo Álvaro Pereira Sarmento Forjaz de Lacerda²⁰ e de D. Joaquina Narcisa Leite de Noronha,²¹ fez a campanha da Guerra Peninsular, morrendo no cerco de Bayona.²² Em Lisboa fizeram-lhe exéquias, em que foi orador o padre Van Zeller.²³ Este discurso está publicado em folheto, acompanhado de uma pequena biografia deste ilustre terceirense,²⁴ e de umas poesias em seu louvor, escritas pelo terceirense João Miguel Coelho Borges.

Acabada a guerra com a abdicação do imperador, em 1814, feita a restauração dos Bourbons,²⁵ e assinada a paz, voltou à pátria o exército português, que foi recebido entusiasticamente pelos seus compatriotas.

E um desses valentes, que fez parte do exército que tão gloriosamente se houve na Guerra Peninsular, foi nomeado para sétimo capitão-general dos Açores, Francisco António de Araújo e Azevedo.

*

Chegou a família real à Bahia a 19 de janeiro de 1808, e a 7 de março dava entrada no Rio de Janeiro, onde se estabeleceu a corte portuguesa.

Assim, acabada a Guerra Peninsular, ficamos com dois governos, o do Rio de Janeiro e o anglo-luso em Portugal.

Por carta de lei, de 16 de dezembro de 1815, foi elevado o Brasil à dignidade, preeminência e denominação de reino, devendo os reinos de Portugal, Algarves e Brasil, formar um só reino sob o título de *Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves*.

Por alvará de 9 de janeiro de 1817, o príncipe herdeiro, que tinha o título de *Príncipe do Brasil*, passou a denominar-se *Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves*, conservando sempre o de *Duque de Bragança*.

A permanência da corte no Rio de Janeiro, as medidas governativas que se tomaram, enfim tudo o que lá se decretou, tornaram próspero o Brasil, e D. João VI foi tomando amor àquelas paragens, deixando Portugal completamente abandonado, concedendo a Beresford o título de marechal-general, com poderes verdadeiramente proconsulares e independentes da regência.

A tomada de Montevideu²⁶ pelas tropas portuguesas deu lugar a vivos protestos da Espanha, sendo os nossos direitos defendidos pelo conde de Palmela²⁷ e reconhecidos pela Rússia, Áustria, Prússia, França e Inglaterra.

Deste reconhecimento resultou o acordo feito com a Espanha de nos entregar Olivença em troca de Montevideu.²⁸ Não entregámos Montevideu, que perdemos quando perdemos o Brasil, nem recebemos Olivença.

A França ficou com a Guiana, que lhe havíamos conquistado, sem que nos restituísse as preciosidades que nos tinham roubado os seus generais, e só muito a custo recebemos a famosa *Bíblia dos Jerónimos*,²⁹ que Luís XVIII teve de comprar à viúva de Junot.

Foi no meio deste estado de coisas que, em dezembro de 1816, se recebia em Angra uma ordem, da Secretaria de Estado, para se organizar dois batalhões de linha, um na Terceira e outro em São Miguel.

Havia receio de que a Espanha, depois dos portugueses terem ocupado Montevideu, se preparava, com a esquadra que tinha reunido em Cádiz, para tomar algumas das ilhas dos arquipélagos da Madeira ou Açores.

Procedeu imediatamente o general Araújo ao recrutamento de forças, e tratou ativamente de reparar as fortificações das costas, principiando a executar, no dia 3 de janeiro de 1818, importantes manobras militares, e realizando no dia 5 [daquele mês] um simulacro de combate no Pico do Seleiro.

Continuaram-se as obras da estrada militar,³⁰ o conserto dos caminhos, e amiudados exercícios das tropas, fazendo-lhes aprender a manobra inglesa, introduzida em Portugal.

Todos estes trabalhos, para que o povo concorria com faxinas, e os amiudados exercícios, principiaram a granjear antipatias contra o general Araújo, que se avolumaram com a intriga e indisposições dos descontentes com as promoções por ele feitas. Cada descontente tornava-se um inimigo.

Diz a este respeito o padre Jerónimo Emiliano de Andrade, «*os trabalhos com que sobrecarregou o povo, só foram insuportáveis em razão da frouxidão e rebeldia da ilha. Em obséquio à verdade deve-se confessar que em seus dias, a ilha Terceira apesar destes desgostos foi feliz e ditosa*». ³¹

Era nesta época bispo da diocese D. Frei Alexandre da Sacra Família,³² faialense, tio do grande Almeida Garrett.³³ Sofreu sérios desgostos por conta do cabido que lhe dificultou a posse. Faleceu em 22 de abril de 1818, com 84 anos de idade.

Foi então, eleito pelo cabido o dr. João José da Cunha Ferraz, graciosense, para exercer o cargo de governador do bispado.

E a intriga contra o governo do general Araújo³⁴ ia ganhando campo, e as opiniões estavam divididas; notícias recebidas do continente sobre a marcha governativa, e as que diziam respeito ao estado de exaltação em que se encontravam os ânimos, parecia tudo levar aos espíritos a convicção de que estava prestes um grande acontecimento, que convulsionaria a sociedade portuguesa.

*

No Brasil a situação complicava-se com a revolução de Pernambuco,³⁵ que tinha a adesão da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Esta revolução foi punida à força de armas e os chefes do movimento foram todos enforcados.

Em Portugal não era menos crítica a situação, com a conspiração liberal de 1817, de que resultou a captura dos chefes conspiradores, a serem enforcados, cortadas as cabeças, queimadas juntamente com os corpos e depois lançadas ao mar as cinzas.

Assim, referindo-se à punição da revolta no Brasil, e à da conspiração liberal em Lisboa, escreve o eminente historiador sr. Pinheiro Chagas:³⁶

«Esta punição atroz com que se pretendeu afogar em sangue uma revolução, que ainda não tinha raízes, teve um efeito contraproducente. Da repressão sanguinolenta da revolução pernambucana saiu em parte a independência do Brasil, como do suplício de Gomes Freire³⁷ em parte brotou a revolução da 1820.

Quando o carrasco se apoderou enfim de Gomes Freire, queria o general dizer o último adeus à pátria e à vida, e dirigir aos soldados algumas palavras; mas, da mesma forma que os tambores abafaram a voz de Luís XVI, assim os padres, rezando em altos gritos as suas orações, abafaram a voz de Gomes Freire.

Consumara-se o crime sem um protesto, como se consumara o do Campo de Santana,³⁸ e os basbaques de Belém iam ver de longe as chamas da fogueira que reduzia a cinzas o corpo de Gomes Freire, como os de Lisboa tinham presenciado até ao fim o horroroso espetáculo do Campo de Santana.

Assim este ano de 1817 foi assinalado em Portugal e no Brasil pelos prenúncios do cataclismo, que em breve devia subverter o regímen absoluto e colonial, e dar ao Brasil a independência e a Portugal a liberdade. Revoluções prematuras tinham de se malograr forçosamente, mas o que fez com que elas fossem fecundas foi exatamente a repressão violenta. O governo absolutista, com as suas próprias mãos preparava a queda; a conjuração de Lisboa,³⁹ a revolução de Pernambuco pouco significavam em si, não tinham ecos entre o povo, nem criavam simpatias; o que lhes deu força foram as fogueiras do Campo de Santana e os cadafalsos da Bahia. Foi o próprio governo, que fez dos levianos conjurados do conselho regenerador e dos fracos revolucionários brasileiros os primeiros mártires da liberdade».^a

*

Triunfava a revolução liberal na Espanha, a regência de Portugal, toda assustada, manda o despótico Beresford ao Rio de Janeiro, e no Porto, a *Cidade Invicta*, estava estabelecido o grande foco liberal tendo à frente os patriotas Manuel Fernandes Tomás⁴⁰ e José da Silva Carvalho.⁴¹

Em 24 de agosto de 1820 rebentava no Porto a revolução, a que aderiram os regimentos das províncias do Norte, sendo logo nomeada uma junta governativa.⁴²

A regência de Lisboa, assombrada e furiosa por aquele movimento revolucionário, e receosa pelo seu resultado, consulta o conde de Palmela, que havia regressado da França, e tinha de seguir para o Brasil, sobre a atitude a tomar. O conde aconselha à regência que o caminho a seguir era colocar-se à frente do movimento, impossível de dominar, e bem encaminhá-lo e dirigi-lo, e que fizesse

a [Pinheiro Chagas], *História de Portugal*, vol. VI.

todas as concessões que a Junta Provisional reclamava e afiançasse aos povos que convocava Cortes.

Fez a regência uma proclamação neste sentido, o que não evitou que a corrente revolucionária seguisse o seu curso, e que em 15 de setembro, dia de gala,⁴³ por ser aniversário da partida dos franceses, fosse aclamada entusiasticamente em Lisboa a Constituição, que a regência se eclipsasse, sendo substituída por um governo provisório, o qual estabelecendo negociações com a junta do Porto, resultou a reunião em Lisboa das duas secções governativas, para juntas deliberarem.

Voltando Beresford a 10 de outubro, com poderes mais largos do que os primeiros, que lhe havia conferido D. João VI, foi intimado a não desembarcar, e a ausentar-se imediatamente do reino.

Raiara, enfim, na pátria portuguesa a aurora da liberdade, que durante três anos tinha de a iluminar, para mais tarde se refugiar, perseguida pelos sectários do despotismo, neste rochedo açoriano, a ilha Terceira.

1 Futuro D. Pedro IV de Portugal.

2 Jean-Andoché Junot (Bussy-le-Grand, 24 de setembro de 1771 — Montbard, 29 de julho de 1813), oficial general francês, coronel-general dos Hussardos. Comandou a invasão franco-espanhola de Portugal em 1807, sendo nomeado governador-geral de Portugal e feito duque de Abrantes em março de 1808. Retirou, com armas e bagagens, após a Convenção de Sintra de 30 de agosto de 1808, continuando uma carreira militar nos exércitos napoleónicos. Em 1813 foi feito governador da Ilíria, mas mostrando sinais de demência regressou à França, tentando de seguida cometer suicídio atirando-se por uma janela. Fraturou uma perna e depois tentou amputar-se com uma faca de cozinha. Morreu alguns dias mais tarde, devido a complicações por infeção.

3 A *Amazona* foi uma fragata da Marinha Real Portuguesa construída por volta de 1798 nos estaleiros do Pará, no então Estado do Brasil, por ordem do Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1795-1801). Considerada uma excelente embarcação pelos materiais empregados na sua construção e pelas suas qualidades náuticas, após uma carreira brilhante na Armada do Atlântico, foi apreendida pelas forças francesas que a 11 de julho de 1831 forçaram a entrada no porto de Lisboa. Nesta operação as forças francesas apresaram 8 navios portugueses (entre os quais a *Amazona*). Foi vendida em Brest pelos franceses.

4 William Carr Beresford (Bedgebury Cross, Kent, 2 de outubro de 1768 — Klindown, Kent, 8 de janeiro de 1854), 1.º visconde Beresford (*1st Viscount Beresford*), barão e visconde de Albuera e Dungarvan, conde de Trancoso, 1.º marquês de Campo Maior e 1.º duque de Elvas, militar e político anglo-irlandês que serviu como general no Exército Britânico e como marechal no Exército Português durante a Guerra Peninsular. Permaneceu em Portugal após o termo da guerra, agindo como governador de facto. Depois serviu como mestre de ordenanças no governo do duque de Wellington, em 1828.

5 Francisco do Coração de Jesus Cloots van Zeller (1757 — 1817), com o apelido por vezes grafado «*Wanzeler*», frade de origem holandesa da Ordem dos Agostinianos Descalços (Grilos), depois secularizado, sacerdote, professor de retórica e membro da Nova Arcádia.

6 Francisco da Soledade (— Viana do Castelo, c. 1838), cônego regular de Santo Agostinho, professor de Filosofia Racional nas Reais Escolas de São Vicente de Fora. Veio para Angra entre os deportados trazidos pela fragata *Amazona*. Publicou «*Discurso que por ocasião da entrada do nosso invencível exercito em Bordeos se recitou em Angra em uma funcção que fez Luis de Meirelles do Canto e Castro [...]*» (Lisboa, Imprensa Régia, 1817). Publicou outras obras sob pseudónimo. Permaneceu em Angra até pelo menos abril de 1815.

7 Não foi possível identificar entre os deportados da *Amazona* um «doutor Lopes».

8 Joaquim José da Costa e Simas (Avis, c. 1760 — d. 1830), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1786), advogado na Casa da Suplicação em Lisboa. Escreveu sobre a reconversão da agricultura alentejana

numa memória enviada à Academia das Ciências de Lisboa («Considerações acerca da província de Alentejo no reino de Portugal» (1808), in *Memórias Económicas Inéditas* (1780-1808), Academia das Ciências, Lisboa, 1987, pp. 193-209). Foi um dos deportados da Amazona, exilando-se depois para Londres, onde foi um dos financiadores da imprensa portuguesa então ali publicada. Um seu filho homónimo foi Procurador Geral da Fazenda Nacional e deputado às Cortes em várias legislaturas.

- 9 Vicente Ferreira Cardoso era Vicente José Ferreira Cardoso da Costa.
- 10 Vicente José Ferreira Cardoso da Costa (Bahia, 5 de abril de 1765 — Ponta Delgada, 14 de agosto de 1834), mais conhecido por Vicente Ferreira Cardoso, jurista, magistrado, político e intelectual, autor de diversas obras sobre Direito e política. Aquando das invasões francesas, por estar ligado à Maçonaria, foi preso no âmbito do processo da *Setembrizada* e foi um dos deportados da *Amazona*. Fixou-se nos Açores, casando em Ponta Delgada no seio de uma das mais ricas e prestigiosas famílias locais.
- 11 Diogo Inácio de Pina Manique (Lisboa, 3 de outubro de 1733 — Lisboa, 1 de julho de 1805), moço fidalgo da Casa Real, primeiro senhor de Manique do Intendente, 4.º senhor do morgado de São Joaquim, na vila de Coima, alcaide-mor de Portalegre, comendador da Ordem de Cristo. Magistrado, que apesar de ser da confiança de Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, só foi nomeado intendente-geral da Polícia da Corte e do Reino em 1780, após a queda desse seu protetor. O cargo conferia-lhe o estatuto de ministro e assento no Conselho Real, além de ampla jurisdição sobre uma gama variada de assuntos ligados à ordem pública, saneamento e ao controlo do território e da população urbana de Lisboa.
- 12 A «*miseranda campanha de 1801*» refere o conflito diplomático e militar que opôs Portugal à Espanha e à França em 1801 e que ficaria conhecida pela *Guerra das Laranjas*. Reflexo da guerra entre a França e a Inglaterra, a chamada Guerra da Segunda Coligação, as ações militares da Guerra das Laranjas desenrolaram-se na Europa e na América do Sul. Portugal foi invadido por forças espanholas a 20 de maio de 1801. Foi uma guerra de curta duração que terminou a 6 de junho desse ano com perda de território (Olivença e povoações vizinhas) por parte de Portugal. No Brasil, a guerra ficou conhecida como a Guerra de 1801 e permitiu a expansão das fronteiras portuguesas no Rio Grande do Sul. A paz entre as potências beligerantes foi estabelecida nos termos do Tratado de Badajoz, assinado entre Portugal e a Espanha, e do Tratado de Madrid, assinado entre Portugal e a França.
- 13 Tratado assinado em segredo entre a Espanha e a França a 27 de outubro de 1807, em Fontainebleau, preparando a ocupação de Portugal por forças franco-espanholas e a subsequente divisão do território europeu do reino de Portugal em três entidades políticas distintas a serem colocadas sob a suserania da coroa espanhola. Portugal europeu seria dividido em: (1) o reino da Lusitânia Setentrional, com capital no Porto, destinado ao rei deposto da Etrúria (Carlos Luís de Bourbon-Parma); (2) o Principado dos Algarves, com capital em Évora e destinado a Manuel de Godoy (o Príncipe da Paz); e (3) Trás-os-Montes, as Beiras e a Estremadura, com capital em Lisboa, que ficaria em depósito nas mãos dos franceses até ao final da guerra, mas cujo destino seria constituir um reino subordinado à coroa espanhola.
- 14 Christophe de Michel du Roc (Pont-à-Mousson, 25 outubro 1772 — Bautzen (Saxe), 22 de maio de 1813), conhecido por general Duroc, duque de Friul, grande marechal do Império, por vezes referido como a «*sombra de Napoleão*» tal era a sua proximidade em relação ao imperador. Morreu na batalha de Bautzen.
- 15 Eugenio Izquierdo de Ribera y Lazaún (Saragoça, 1745 – Chantilly (Oise), 29 de maio de 1813), naturalista e diplomata espanhol, representante oficioso de Manuel de Godoy perante Napoleão. Foi diretor do Real Gabinete de História Natural de Madrid.
- 16 Nicolas Jean-de-Dieu Soult (Saint-Amans-Soult (Tarn), 29 de março de 1769 — Saint-Amans-Soult (Tarn), 26 de novembro de 1851), duque da Dalmácia, general e estadista francês, nomeado marechal do império em 1804 e muitas vezes referido por Marechal Soult. Soult foi um dos seis oficiais na história francesa a receber a distinção de Marechal Geral da França. O duque também serviu três vezes como presidente do conselho de ministros, ou seja, primeiro-ministro da França.
- 17 André Masséna (Nice, 6 de maio de 1758 — Paris, 4 de abril de 1817), general francês durante as Guerras Revolucionárias Francesas e as Guerras Napoleónicas. Foi um dos 18 marechais do império iniciais criados por Napoleão I, com o apelido de *l'Enfant chéri de la Victoire* (o *Querido Filho da Vitória*).
- 18 A Guerra Peninsular (1807–1814) foi o conflito militar entre o Primeiro Império Francês e a aliança do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, do Império Espanhol e do Reino de Portugal e Algarves pelo domínio da Península Ibérica durante as Guerras Napoleónicas. O conflito teve início quando os exércitos franceses e espanhóis invadiram e ocuparam Portugal em 1807, tendo ganho nova configuração em 1808 após a França se ter voltado contra a Espanha, sua aliada até então. A guerra prolongou-se até à derrota de Napoleão pela Sexta Coligação em 1814, sendo vista como uma das primeiras guerras de libertação nacional e um passo significativo na emergência da guerrilha em grande escala como estratégia militar.
- 19 Luís Diogo Forjaz de Lacerda (Angra, 27 de março de 1781 — Bayonne, 10 de dezembro de 1813) tenente-coronel de Infantaria, morreu no cerco de Bayonne (França) durante a Guerra Peninsular (*cf.: Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, pp. 441-442). Em Lisboa fizeram-lhe solenes exéquias, em que pregou o eminente orador o padre Francisco do Coração de Jesus Cloots van Zeller. O discurso foi publicado em folheto, acompanhado de uma biografia deste militar terceirense e de umas poesias em seu louvor, escritas pelo também natural da ilha Terceira, João Miguel Coelho Borges (*Oração fúnebre do illustrissimo senhor Luiz Diogo Pereira Forjaz, tenente-coronel do Regimento d'Infantaria n.º 3: oferecida ao illustrissimo senhor João Pereira Sarmento Forjaz de Lacerda, dada á luz por J.M.C.B.,* Lisboa, Imprensa Régia, 1814).
- 20 Diogo Álvaro Pereira Sarmento Forjaz de Lacerda (Angra, 9 de agosto de 1738 — Angra 28 de março de 1780), rico proprietário, morgado de São Mateus da Calheta, fidalgo cavaleiro da Casa Real, capitão de uma companhia do Terço de Auxiliares de Angra (*cf.: Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, pp. 440).

-
- 21 Joaquina Narcisa Leite de Noronha (Angra, 19 de dezembro de 1744 — Angra, 22 de janeiro de 1811), esposa de Diogo Álvaro Pereira Sarmento Forjaz de Lacerda e mãe, entre outros, do tenente-coronel Luís Diogo Forjaz de Lacerda, morto na Guerra Peninsular (*cf.: Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, pp. 267).
- 22 O cerco de Bayonne foi uma complexa operação terra-mar executada por tropas britânicas, portuguesas e espanholas que de fevereiro a abril de 1814 uniu o estuário de Adour, a jusante de Bayonne, a posições do lado norte da cidade, isolando completamente aquela praça-forte. O cerco foi mantido letargicamente por ambos os lados até que a 14 de abril de 1814 se desenvolveu um intenso combate corpo a corpo, quando a guarnição francesa de Bayonne, liderada pelo general de divisão Pierre Thouvenot lançou uma surtida contra as forças sitiadas comandadas pelo tenente-general britânico John Hope. Apesar da dura batalha travada, com pesadas perdas de ambos os lados, o cerco continuou e em 17 de abril, o exército de campo francês, sob o comando do marechal Jean-de-Dieu Soult, assinou um armistício com Arthur Wellesley. Thouvenot continuou a resistir até que ordens diretas de Soult o obrigaram a observar o cessar-fogo. Foi a última grande batalha da Guerra Peninsular e ocorreu após as notícias não oficiais da abdicação de Napoleão, que ocorrera a 4 de abril, terem chegado às forças opostas.
- 23 O padre van Zeller era Francisco do Coração de Jesus Cloots van Zeller, um dos deportados da *Amazona*.
- 24 João Miguel Coelho Borges, *Oração fúnebre do illustrissimo senhor Luiz Diogo Pereira Forjaz, tenente-coronel do Regimento d'Infantaria n.º 3: oferecida ao illustrissimo senhor João Pereira Sarmento Forjaz de Lacerda, dada á luz por J.M.C.B.*, Lisboa, Imprensa Régia, 1814.
- 25 A Restauração dos Bourbons, ou Restauração Francesa, foi o regresso ao trono francês dos herdeiros de Luís XVI em resultado da coligação de potências europeias ter derrotado Napoleão em 1814, encerrando o seu império. A restauração durou desde 6 de abril de 1814 até às revoltas populares da Revolução de Julho de 1830, exceto por um período em 1815, conhecido como o Governo dos Cem Dias, quando Napoleão voltou de seu exílio e depôs Luís XVIII com ajuda do exército e da insatisfeita população francesa.
- 26 A cidade de Montevidéu foi conquistada por forças portuguesas em 20 de janeiro de 1817, e em 1821 tornou-se capital da Província Cisplatina do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve. Incluído no Império do Brasil, o Uruguai alcançou a independência em 1828.
- 27 O Conde de Palmela era Pedro de Sousa e Holstein, depois 1.º duque de Palmela, ao tempo ministro plenipotenciário português junto do Congresso de Viena.
- 28 A devolução à soberania portuguesa da praça de Olivença e povoações vizinhas, que haviam sido ocupadas na Guerra das Laranjas em 1801, ficou consignada no artigo 105.º do Ato Final do Congresso de Viena de 1815 que pôs termo às Guerras Napoleónicas. Tal implicava também o reconhecimento da nulidade do Tratado de Badajoz de 1801 que pusera termo àquele conflito luso-espanhol. Contudo, quando tudo se preparava para dar execução ao referido artigo, que determinava que a entrega de Olivença devia ser realizada o mais rapidamente possível, o processo foi suspenso porque a coroa espanhola tomou conhecimento de que, em janeiro de 1817, o exército português tinha tomado a cidade de Montevidéu, na Cisplatina, que era possessão espanhola. Perante essa ocupação, a Espanha declarou que não se via obrigada a entregar Olivença e apresentou um protesto internacional, declarando que apenas entregaria Olivença se Montevidéu voltasse imediatamente à soberania espanhola. Como tal não aconteceu, o impasse manteve-se até hoje.
- 29 A *Bíblia dos Jerónimos* é uma Bíblia manuscrita, em sete volumes, produzida na última década do século XV em Florença para o futuro rei D. Manuel I de Portugal. Decorada com iluminuras de extremo luxo e requinte, as suas qualidades ímpares têm levado a que seja considerada entre os mais ricos exemplares saídos das oficinas de iluminura florentinas. Foi legada pelo monarca em testamento ao Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, onde permaneceu até o século XIX. Aquando da primeira invasão francesa de Portugal em 1808, a obra foi confiscada pelo general Jean-Andoche Junot e levada para Paris. Retornaria a Portugal graças à intervenção do rei Luís XVIII da França, que comprou a obra à viúva do general para que pudesse ser devolvida. A obra regressou a Portugal em 1815, pela mão do Ministro dos Negócios Estrangeiros, D. Miguel Pereira Forjaz, 9.º conde da Feira. Encontra-se no acervo da Torre do Tombo, em Lisboa.
- 30 A «*estrada militar*» era a ligação entre o Pico Redondo e a Praia, passando pela Barraca e pela Serra do Cume, cujo troço central ficaria depois conhecido como a «*Reta da Achada*». O troço principal, entre São Bento e a Barraca, faz hoje parte da Via Rápida Vitorino Nemésio, subsistindo do traçado original a ligação entre a Barraca e o Vale Farto e troço que liga o Reguinho ao Pico Redondo.
- 31 Jerónimo Emiliano de Andrade, *Apontamentos Posthumos do Padre Jeronymo Emiliano d'Andrade para Servirem de Continuação à Topographia da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo, Imp. de J. J. Soares, 1850.
- 32 Alexandre da Sagrada Família (Horta, 22 de maio de 1737 — Angra, 22 de abril de 1818), nome de religião na Ordem dos Frades Menores (Franciscanos) de Alexandre José da Silva, presbítero eleito Bispo de Malaca, transferido para Angola e Congo e, finalmente, para Angra. Foi o 25.º bispo de Angra e o primeiro bispo desta diocese nascido nos Açores, tendo-a governado de 1816 até ao seu falecimento em 1818. Poeta de mérito, foi tio paterno de João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, 1.º visconde de Almeida Garrett, para cuja educação contribuiu, albergando-o em sua casa aquando da estadia deste na ilha Terceira.
- 33 João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett (Porto, 4 de fevereiro de 1799 — Lisboa, 9 de dezembro de 1854), 1.º visconde de Almeida Garrett, escritor e dramaturgo romântico, orador, par do reino, ministro e secretário de estado honorário. Sobrinho de D. frei Alexandre da Sagrada Família, bispo de Angra, manteve uma estreita ligação à ilha Terceira, onde esteve na adolescência e durante a Guerra Civil.
- 34 O general Araújo era o capitão-general Francisco António Pereira Pinto de Araújo e Azevedo.
- 35 A Revolução Pernambucana, também conhecida como a Revolução dos Padres, foi um movimento de caráter liberal e republicano que eclodiu no dia 6 de março de 1817 em Pernambuco, no Brasil. De entre as suas causas,

destacam-se a influência das ideias iluministas propagadas pelas sociedades maçônicas contra o absolutismo monárquico e os enormes gastos da Família Real e seu séquito, suportados pelos impostos brasileiros. A Capitania de Pernambuco, então a mais lucrativa do Brasil, era obrigada a enviar para o Rio de Janeiro grandes somas de dinheiro para custear salários e outras despesas da Corte, o que dificultava a resolução de problemas locais e ocasionava o atraso no pagamento dos soldados, gerando grande descontentamento no povo. O movimento gorou-se e a repressão foi violenta, sendo 14 revoltosos executados pelo crime de lesa-majestade (a maioria enforcados e esquartejados, enquanto outros foram fuzilados), e outras centenas morreram em combate ou na prisão. Foi o único movimento independentista do período de dominação portuguesa que ultrapassou a fase conspiratória e atingiu o processo de tomada do poder. A Revolução Pernambucana provocou a repressão antiliberal em todo o Brasil. Foi durante a insurreição de 1817 que a república foi proclamada pela primeira vez em terras brasileiras.

- 36 Pinheiro Chagas, *História de Portugal*, vol. VI.
- 37 Gomes Freire de Andrade e Castro (Viena, 27 de janeiro de 1757 — Forte de São Julião da Barra, 18 de outubro de 1817), oficial general do Exército, executado por enforcamento sob a acusação de traição. Partidário das ideias liberais, dado o seu prestígio foi naturalmente encarado como chefe do movimento contra a influência inglesa e o regime absoluto. Embora não tivesse participado ativamente em qualquer conspiração, em maio de 1817 na sequência da descoberta da Conjuração de Lisboa foi preso, tratado como um criminoso, conhecendo, apenas, um simulacro de julgamento que levou à sua condenação à morte. Foi enforcado junto ao Forte de São Julião da Barra, em Oeiras, por crime de traição à Pátria. O mesmo julgamento levou à condenação de outros 11 acusados de pertencerem à conjura, que foram executados no Campo de Santana, constituindo o grupo que ficaria conhecido pelos «*Mártires da Pátria*». O evento daria impulso às movimentações que desembocaram na Revolução Liberal do Porto de 24 de agosto de 1820.
- 38 O antigo Campo de Santana foi palco, no dia 18 de outubro de 1817, da execução por enforcamento dos 11 companheiros de Gomes Freire, como ele acusados de conspirarem para libertar o país do domínio inglês. Não sendo um lugar habitualmente associado a execuções, o Campo de Santana ficou marcado por este acontecimento, e a ele se deveu a alteração do seu topónimo oficial para Campo dos Mártires da Pátria pela deliberação camarária de 5 de junho e consequente edital municipal de 11 de julho de 1879.
- 39 A «*Conjuração de Lisboa*», ou «*Conspiração de 1817*», foi uma tentativa de golpe de Estado organizada em 1817 por um grupo de jovens oficiais pertencentes à Loja Maçónica de Santarém que saiu frustrada. Planeavam prender os governadores do Reino e o marechal Beresford, provocar um motim nas ruas e apresentar o general Gomes Freire de Andrade como o restaurador da ordem. Daí resultaria, segundo os seus objetivos, um governo provisório liberal, uma reunião das Cortes, uma constituição e a eleição de um rei constitucional.
- 40 Manuel Fernandes Tomás (Figueira da Foz, 31 de julho de 1771 — Lisboa, 19 de novembro de 1822), por muitos considerado a figura mais importante do primeiro período liberal português, foi um magistrado e político vintista que se destacou na organização dos primeiros movimentos pró-liberalismo. Era juiz desembargador na Relação do Porto quando foi um dos fundadores do *Sinédrio*, assumindo um papel central na Revolução Liberal do Porto de 24 de agosto de 1820. Foi figura primordial do liberalismo vintista, fez parte da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, criada no Porto, que administrou o Reino após a revolução liberal, sendo encarregue dos negócios do Reino e da Fazenda. Eleito deputado às Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, pela Beira, participou ativamente na elaboração das Bases da Constituição da Monarquia Portuguesa, que D. João VI jurou em 1822.
- 41 José da Silva Carvalho (São João de Areias, Santa Comba Dão, 19 de dezembro de 1782 — Lisboa, 5 de setembro de 1856), advogado e magistrado, foi um dos obreiros da Revolução de 1820, ministro de D. João VI, D. Pedro IV e de D. Maria II e o primeiro presidente do Supremo Tribunal de Justiça.
- 42 A junta revolucionária adotou o nome de «*Junta Provisional do Governo Supremo do Reino*».
- 43 Os «*dias de gala*» correspondem aos atuais feriados cívicos.

Capítulo XXXIV

A revolta liberal de Angra em abril de 1821

Em 21 de outubro de 1820, desembarcava na Terceira o novo capitão-general Francisco de Borja Garção Stockler, que havia sido nomeado a 12 novembro de 1819.

Crentes os que, na ilha, aplaudiam o novo sistema político estabelecido no reino, de que Stockler tinha prestado juramento à Constituição, e que assim ela seria a norma do governo no Arquipélago Açoriano, ficaram completamente descorçoados, quando lhe ouviram motejar das pessoas que a haviam estabelecido, e manifestar publicamente os seus sentimentos anticonstitucionais.

É certo que o número dos que aplaudiam o novo sistema político era então muito limitado, e isto tem servido de argumento para os que maliciosamente pretendem pôr em dúvida os sentimentos liberais dos terceirenses.

E servem-se deste argumento, com o enfatuamento de quem possui a convicção íntima de que o ter-se tornado a ilha Terceira o refúgio e a guarida da liberdade, foi puramente casual, e bem contra a vontade dos seus habitantes.

Ora, aos que tais coisas apregoam, é caso para se lhes perguntar: Qual era o sistema governativo até então estabelecido, seguido e conhecido? O sistema absoluto. Muito bem.

Sendo assim, o novo sistema político, que se apresentasse, completamente desconhecido para a quase totalidade da população, sistema que vinha acabar com o predomínio, com a ascendência, e superioridade dos ricos e dos poderosos, e abater a soberba e o autoritarismo dos nobres, não era humanamente possível apenas fosse apresentado, alcançar elevado número de adeptos.

Era preciso primeiramente torná-lo conhecido, fazer ver a todos as suas vantagens, os altos benefícios que ele vinha prestar, e o valor das ideias nobres, alevantadas, e humanitárias, que ele representava.

Ora tudo isto não se faz em rápido momento, leva seu tempo, porque de um só golpe não se acabam com usos e costumes antiquíssimos, e com formas de governo de existência secular, por piores, que tenham sido.

Foi isto o que sucedeu na ilha Terceira, como tem sucedido em todo o mundo, como há-de suceder, quando as alterações do viver social tiverem de ser feitas revolucionariamente, e não suave, lenta e inteligentemente preparadas.

Ora, esta última forma, é o que não se podia dar: a evolução só pode ter lugar, quando a instrução está regularmente espalhada em todos os corpos coletivos, e não com a ignorância, com o fanatismo, que então predominava, agravados com a torpeza de costumes e o predomínio estúpido dos grandes e dos poderosos.

Mas ainda assim, e felizmente para a ilha Terceira, aos tais argumentadores, que ainda hoje olham embasbacados para os velhos pergaminhos dos fidalgos terceirenses daquele tempo, e que para eles são ainda hoje os que representavam a ilha, os que só tinham o direito de possuir opinião e vontade própria, como se os milhares de habitantes existentes não fossem seres humanos, capazes de sentir, poder e querer, temos a dizer-lhes, que mesmo assim, não se fez esperar longo tempo, para que muitos dos representantes da fidalguia terceirense se colocassem à frente do movimento liberal, sacrificando vida, família e haveres em prol da liberdade.

E se o embasbacamento é só para o grupo dos fiéis às caducas instituições, esse grupo, balanceado com o que aplaudiu, seguiu e combateu pela liberdade, nada deixa pessoalmente a desejar, isto para não se ir mais longe.

Embasbaquem-se, pois, perante a firmeza de princípios por velharias, que desapareceram para sempre, porque também nós admiramos o valor, a heroicidade dos que, de boa fé, ou por um erro de entendimento, ou por injustificáveis preconceitos, se sacrificaram pelo passado, mas curvem-se respeitosos, e admirem também a abnegação, o civismo e o amor patriótico dos que seguiram a aurora brilhante, que irrompeu de entre as trevas do passado, para iluminar o caminho do futuro, estabelecendo a igualdade dos homens perante a lei, acabando com caducas instituições, com detestáveis poderios, tornando livre o pensamento e libérrima a consciência.

E se não se quiserem dar ao trabalho de, folheando as páginas da história terceirense, por cada nome que encontrarem, indagar a sua ascendência e feitos,

nós, embora resumidamente, apresentar-lhe-emos, no decorrer deste rápido resumo das lutas liberais, o número suficiente de bons e leais patriotas, embora incompleto por falta de notas que lhes digam respeito, para balancearem à vontade com o número dos fiéis.

*

Desiludidos os partidários do constitucionalismo, com a certeza de não poderem contar com Stockler, trataram de planear a forma da Constituição ser aclamada nos Açores. À frente deste patriótico movimento estava o desembargador Alexandre de Gamboa Loureiro¹ e o juiz de fora Eugénio Dionísio de Mascarenhas Grade,² que trataram de captar a força militar a favor da causa em que estavam empenhados.

A notícia recebida de que em Ponta Delgada tinha sido aclamada a Constituição, no 1.º de março de 1821, animou-os a continuar no seu patriótico intento.

Conseguindo os conspiradores fazer seu aliado o general Araújo, que tinha influência na oficialidade, e que não via com bons olhos o seu sucessor, trataram de planear o movimento, que Stockler ainda mais fez apressar, mandando intimar Araújo a que se retirasse da cidade, preparando-se para o prender.

À meia-noite de 1 para 2 de abril, foi resolvido fazer-se a revolução, entrando os conspiradores no castelo com a patrulhas da cidade, que àquela hora tinham de ser rendidas, e que eram comandadas por dois oficiais de confiança, os terceirenses Agapito Pamplona Rodovalho,³ tenente de Infantaria, e Francisco Augusto da Silva Sieuve,⁴ alferes.

Preso no seu quartel o coronel governador do castelo, Caetano Paulo Xavier,⁵ e reunidos os dois batalhões de artilharia e infantaria, fez-se a aclamação constitucional, salvou a fortaleza, e constituiu-se uma junta provisória do governo supremo dos Açores.^a

Apenas Stockler ouviu a salva, fugiu assustado para Vale de Linhares, extramuros da cidade; e reunindo no dia 2 [de abril] 1200 homens, dirigiram-se castelo, sendo postos em debandada, com um simples tiro de metralha, e com

a Foi composta do general Francisco António de Araújo, desembargador Alexandre de Gamboa Loureiro, José Leite Botelho e dr. José Maria Osório.

a saída do castelo de duas colunas de tropa, disparando a infantaria pontarias altas.

Stockler foi salvo, felizmente para ele, e infelizmente para a causa liberal e para as vítimas da ferocidade daquele poltrão, sendo agarrado e levado às costas por um moço de fretes. Fugiu para a Vila da Praia.

É indigno e repleto de falsidade o relatório que Stockler dirigiu, nesta ocasião, ao conde de Arcos,⁶ pois teve a desfaçatez, para esconder a sua covardia, de fazer mentirosas acusações a honrados e valentes militares, que seguiam a sua triste causa.

Foi enviado ao castelo, ao anoitecer do dia 2 [de abril], como parlamentar, e apresentando os artigos de capitulação, o juiz de fora da comarca da Praia, Joaquim Firmino Leal Delgado,⁷ em vista do que regressou Stockler à cidade no dia 3 [de abril], indo residir para casa do negociante João da Rocha Ribeiro,⁸ na rua Direita, onde foi visitado pelas pessoas principais de Angra, e até pelo próprio general Araújo, que em poucas horas tinha de ser a primeira vítima do perverso a quem visitava.

Enoja descrever a comédia, que então se pôs em cena, para captar a simpatia popular a favor de Stockler, percorrendo as filhas, ao lado do pai, com os cabelos desgrenhados, as ruas da cidade.

Com o dinheiro fornecido pelo tesoureiro-mor Frutuoso José Ribeiro,⁹ pela promessa de ser nomeado deão da catedral, quando falecesse o proprietário, foi preparada a contrarrevolução, fornecendo-se vinho em abundância às tropas, exaltando-lhes os ânimos, despertando-lhe os maus instintos.

Tendo o governo conhecimento de tudo isto, mandou uma ordem a Stockler, para que imediatamente embarcasse num navio que estava pronto a recebê-lo.

A prisão imediata teria sido um ato mais prudente e humanitário, pois a ordem foi o grito de alarme, para ser dado aviso aos oficiais, que no castelo tratavam da sublevação das tropas; e às 10 horas da noite, marcharam em elevado número, para a praça do castelo, partidários de Stockler, sendo o general Araújo

morto apenas chegou à janela do palácio, por um sargento de artilharia, que quase à queima-roupa desfechou sobre ele!

Estava covardemente derramado no solo terceirense o primeiro sangue em defesa dos princípios liberais, e caíra sem vida o primeiro mártir da liberdade em terras açorianas!

O solo, porém, era fértil; e a semente generosa, que a covardia e a perversidade criminosamente lhe haviam lançado, tinha de nascer, fecundar, e produzir-se, para que fosse cumprida a missão humanitária e santa de libertar o povo português! Era só questão de tempo.

O que se passou depois de tão ignóbil assassinato foi puramente selvagem. Basta dizer, que o cadáver do desditoso Araújo ficou exposto a todos os insultos da soldadesca ébria e da população ignorante, até que, o ajudante de ordens Manuel José Coelho Borges [da Silva Quintanilha],¹⁰ praticou o ato misericordioso de o mandar sepultar, quase a ocultas, na incendiada igreja do castelo.^b

Estabeleceu Stockler o régimen do terror, procedeu a prisões, devassas e a tudo quanto se pode imaginar de cruel.

Horroriza ler as descrições das atrocidades que praticou, das que consentiu e aplaudiu este Nero, e que os historiadores terceirenses relatam minuciosamente.

*

A 13 de maio seguinte fundeava no porto de Angra a fragata *Pérola*,¹¹ trazendo o decreto do juramento prestado por D. João VI à Constituição, e as ordens para Stockler e o bispo D. Frei Manuel Nicolau de Almeida¹² retirarem para Lisboa, e ser organizado o governo interino conforme era lei da capitania.¹³

Transformou-se logo Stockler de bravo leão em manso cordeiro, com o intento de não perder o governo; e com o mais sabujo servilismo, constituiu, em 14 de maio o governo provisório, composto do deão José Maria de Bettencourt [de

^b Em 1869 foram trasladados os ossos desta infeliz vítima para o Cemitério do Livramento, onde, por subscrição pública, lhe foi erigido um mausoléu.

Vasconcelos],¹⁴ corregedor João Bernardo Rebelo Borges¹⁵ e do governador do castelo Caetano Paulo Xavier, ao qual se fez agregado e bem assim o bispo.

No dia 15 reuniu-se solenemente, nos paços do concelho, o novo governo, com o senado, autoridades, clero, nobreza e povo; e o cruel Stockler, lembrando-se dos seus antigos tempos de ex-jacobino orador perante Junot, ali orou brilhantemente, aplaudindo os constitucionais, e congratulando-se com os angrenses pelo facto solene que naquela ocasião se celebrava!

O elevado número de constitucionais, que estavam presos, só no dia 17 é que o governo interino lhes permitiu a prisão como homenagem da cidade e ilhas, «*na esperança de que ninguém se animaria a maltratá-los por ações nem por palavras, antes os considerassem dignos de viverem tranquilos no seio das suas famílias e pátria*».^c

Stockler fez-lhes o oferecimento de suplicar às Cortes a «*amnistia para os crimes por eles cometidos*»! Um cúmulo!

A revolução liberal na Horta, teve lugar, com feliz êxito, em 14 de maio de 1821.

Estabelecido o regímen constitucional nos Açores, sabendo-se que D. João VI havia regressado ao reino, desembarcando a 4 de julho, e saindo Stockler, em agosto para Lisboa, contiveram os seus despeitos e rancores os inimigos do liberalismo, e a administração pública entrou em norma regular.

Procedeu-se à eleição de deputados, representantes das três províncias açorianas.^d

Em 16 de abril de 1822 realizou-se em Angra a eleição da primeira Câmara, segundo a Constituição. [Ficaram eleitos: José da Costa Franco,¹⁶ Jerónimo Martins Pamplona, João Baptista de Bettencourt,¹⁷ Luís Pacheco de Lima [pai], José de Menezes Coelho,¹⁸ Manuel de Barcelos Machado,¹⁹ João Pedro Coelho Machado,²⁰ Luís José Coelho²¹ e José Joaquim Teixeira,²² secretário Manuel José Borges da Costa.]

c Palavras do edital então publicado.

d Pela Província Central, constituída por Terceira, São Jorge e Graciosa, foram eleitos Manuel Inácio Martins Pamplona, depois conde de Suberra, Manuel José Coelho Borges [da Silva Quintanilha], terceirenses, e o dr. Roberto Luís de Mesquita, florentino.

Em 23 de setembro de 1822, promulgavam as Cortes, «*em nome da Santíssima e indivisível Trindade*», a Constituição, composta de 6 títulos e de 240 artigos. Não obstante ser promulgada em nome da Santíssima Trindade, teve logo grandiosa oposição do clero e da nobreza.

Os erros, as violências e os disparates das Cortes de Lisboa contra o Brasil, levaram-no à sua independência, e a aclamar D. Pedro, em 12 de outubro de 1822, com o título de *imperador constitucional* do Brasil.

Progride o movimento reacionário em Portugal, e à sua frente coloca-se a rainha D. Carlota Joaquina,²³ recusando-se abertamente a jurar a Constituição, pondo-se em luta declarada contra o rei. Procede-se às eleições das primeiras Cortes ordinárias em Portugal, sendo eleitos muitos absolutistas. As sessões das Cortes são tumultuosas, fazendo-se justas e merecidas acusações à rainha, a qual foi uma das maiores calamidades, em tudo e por tudo, que perseguiu o pobre rei D. João VI. A rainha conspira abertamente no Ramalhão,²⁴ para onde foi residir, industriando o infante D. Miguel,²⁵ e recebendo o marquês de Abrantes²⁶ e o duque de Cadaval.²⁷

O conde de Amarante²⁸ levanta o estandarte da revolta em Vila Real,²⁹ a que aderiram várias províncias de Trás-os-Montes, e é derrotado, a 25 de março de 1823, pelo exército comandado pelo general Luís do Rego.³⁰

D. João VI, perante todos estes tumultuosos acontecimentos, passa horas de contínuo susto, e procura dar às Cortes todas as provas de ser rei constitucional. A rainha folgava, e conspirava.

D. Miguel, instigado e industriado por sua mãe, parte disfarçado para Lisboa, coloca-se à frente do Regimento de Infantaria n.º 23, que aliciado e comprado, se revoltara no dia 26 de maio.

Os ministros, sendo-lhes negado o voto de confiança pedido, demitem-se; o rei constitui novo ministério. A guarnição de Lisboa, com exclusão do Regimento de Infantaria n.º 18, apresenta-se a D. Miguel, que faz a sua proclamação.

D. João VI todo aterrado, é levado a fazer uma proclamação contra o procedimento de D. Miguel. A esta proclamação seguiram-se outras, consoante

os acontecimentos obrigavam, sendo afinal dissolvidas as Cortes, feita a promessa de uma nova Constituição, promulgadas as ordens, escreve Pinheiro Chagas:

«[...] que chamavam a Lisboa o Patriarca, que fora deportado por não ter querido jurar a Constituição, e a rainha que estava, como sabemos, fora de Lisboa, e que el-rei foi em pessoa buscar ao Ramalhão, com grandes provas de afeto conjugal. Foi o único desgosto que teve o bom do rei. Restituírem-lhe, juntamente com os seus direitos inauferíveis, a sua meiga esposa!»

A notícia destes acontecimentos foi recebida em Angra, em 5 de julho, e os partidários do absolutismo realizaram pomposas festas durante três dias, sendo no dia 6 [de julho] substituída a Câmara constitucional pela anterior.

Começou desde logo a perseguição aos liberais, contando os absolutistas com o apoio da grande maioria da população, estupidamente fanatizada pelo clero e pela nobreza, que lhe fazia acreditar, que os liberais eram inimigos da religião, que tinham pacto com o diabo, por serem *pedreiros livres*, e outras parvoíces de igual jaez.

Apenas se soube que o feroz Stockler chegaria em breve, como capitão-general, o que a Câmara já havia pedido, foi o bastante a ideia do seu regresso, para na Vila da Praia serem atacadas as casas dos liberais, maltratando-os e prendendo-os como criminosos, remetendo-os para Angra, onde a muito custo puderam ser salvos, pelos franciscanos, das iras dos arruaceiros que os perseguiram.

Em seguida, como não ficassem satisfeitos os arruaceiros, por lhes haver escapado a presa apetecida, para cevarem os seus ódios, quiseram assaltar a machado as portas do convento, no que as escoltas não consentiram.

Insubordina-se a tropa, prendem e roubam o corregedor José Joaquim Cordeiro,³¹ indo encarcerá-lo no castelo. À noite a tropa, que já se havia rebelado contra o governador militar, que temendo igual sorte à do infeliz Araújo, se homiziara, espalha-se pela cidade, junta-se aos paisanos arruaceiros, cercam as casas dos constitucionais, forçam-lhes as portas, maltratam-nos, prendem-nos e vão encerrá-los no castelo.

Aproveitando-se toda esta anarquia e inaudita perseguição, instala-se na Câmara um governo interino reacionário.^e

[Foi composto pelo coronel de milícias Cândido de Menezes Lemos e Carvalho,³² pelos morgados João Pereira de Lacerda³³ e Luís Meireles do Canto e Castro, e pelo dr. Roberto Luís de Mesquita Pimentel. Foi eleito, para governador do castelo, Manuel José Coelho Borges.]

Como se tudo isto ainda fosse pouco, para inspirar o terror, inventam um *milagre*, feito pela Virgem da Boa Morte, que três padres impostores se prestam a narrar perante a Câmara.

Valeu de muito aos infelizes, que o furor revolucionário encerrara nas prisões, o juiz ordinário Alexandre Martins Pamplona [Corte-Real],³⁴ terceirense, irmão do conde de Suberra, que, no inquérito que fez, demonstrou a inocência dos liberais perseguidos, e que foram soltos com a amnistia publicada por D. João VI.

No dia 17 de novembro de 1823, desembarca na Vila da Praia, o bem conhecido Stockler, a quem havia sido conferido o título de barão da mesma vila.³⁵ Houve festas, arcos triunfais, luminárias, vivório, servilismo sem conta, e *Te-Deum* em honra do tirano Stockler, a quem davam o nome de *general santo*!

Com Stockler desembarcou uma parte do Batalhão de Caçadores n.º 5, que havia sido deportado para os Açores. A outra parte tinha ficado em São Miguel.

Com a chegada do *general santo*, alegraram-se os odientos e rancorosos absolutistas. Stockler para lhes ser agradável, e para satisfação da sua própria má índole, e da sua perversidade, tratou logo de fazer prosseguir as devassas, mas felizmente não encontrou nos magistrados o auxílio que esperava. Inventou, então, uma *pavorosa*, de que resultou a deportação de vários constitucionais.

*

«Quando D. João VI dizia nas suas proclamações que nunca faltara à sua palavra, não exprimia decerto um facto da sua existência, mas exprimia

^e Foi composto pelo coronel de milícias Cândido de Menezes, pelos morgados João Pereira de Lacerda e Luís Meireles do Canto e Castro e pelo dr. Roberto Luís de Mesquita Pimentel. Foi eleito, para governador do castelo, Manuel José Coelho Borges.

uma aspiração da sua alma. D. João VI odiava o perjúrio, e, contudo, jurou tratados, jurou constituições, mas sempre contra vontade própria, impelido pela fatalidade da sua fraqueza ingénita. Assim, o pobre rei não se resignava a entrar de novo na posse dos seus direitos inauferíveis, depois de ter tantas vezes advogado as vantagens e os benefícios da liberdade».^f

Assim colocado no meio da grande intriga da corte, de que era alma a rainha, e o desejo de não revoltar contra si os constitucionais, o bom do rei vivia em constante suplício.

Aceitando D. João VI a realeza absoluta, escolheu para Ministro dos Negócios Estrangeiros o conde de Palmela, na sinceridade de encaminhar as coisas a dar uma constituição ao país, de forma que ele ficasse com uns certos direitos majestáticos.

O conde de Palmela, a quem nomeou marquês, que era um liberal convicto, doutrinário, moderado, constituía para ele uma garantia, de que os liberais aguardariam pacificamente os acontecimentos. É certo que a 18 de junho de 1823, foi assinado o decreto nomeando uma Junta de catorze membros encarregada de redigir um projeto de Constituição. Inaugurou a Junta o seus trabalhos a 7 de julho, falando brilhantemente no ato da inauguração o marquês de Palmela.

Realizavam-se, porém, perseguições contra os liberais, que se haviam tornado mais notáveis nas agressões ao rei e à rainha. Garrett, o autor do *Catão*,³⁶ e outros liberais foram obrigados a refugiar-se na Inglaterra; Pato Moniz³⁷ foi desterrado para a ilha do Fogo; a liberdade de imprensa foi suprimida.

Tudo isto, porém, era ainda pouco para satisfação do soberbo orgulho e incansável ódio de D. Carlota Joaquina, que não descansava um instante para realizar o seu plano, o restabelecimento da pura realeza absoluta, e a extinção dos constitucionais.

^f Pinheiro Chagas, *História de Portugal*, vol. VI.

A conspiração planeada para entregar ao infante D. Miguel o governo do reino, e que a polícia descobriu, foi abafada e posta uma pedra em cima, porque envolvia pessoas importantes, sendo a primeira a rainha.

Em princípios de 1824 regressou o famigerado Beresford a Portugal, o que foi motivo de grande alegria para os absolutistas.

Palmela, e o valente terceirense conde de Suberra, eram, entre muitos, os que mais estavam em foco para as iras dos reacionários.

O marquês de Loulé,³⁸ favorito do rei e amigo íntimo do conde de Suberra, foi encontrado morto, na manhã de 29 de fevereiro de 1824, no entulho do Palácio Real de Salvaterra. Foi um assassinato que a história marca como planeado pela rainha e pelo infante D. Miguel.

Suberra, que estava marcado no plano criminoso para ser morto conjuntamente com duque, foi salvo em 29 de fevereiro, pelo embaixador francês Hyde de Neuville.³⁹

O malogro deste assassinato premeditado, fez apressar a revolução, em que D. Miguel se colocou à frente, chamando hipocritamente as tropas às armas em defesa do rei contra os pedreiros livres, que dizia tramavam uma conspiração, tendo à frente o conde de Suberra, com o fim de assassinar o rei. No dia 30 de abril espalha D. Miguel uma proclamação revolucionária, e dirige a el-rei uma carta, justificando o seu ato de rebelião, e pedindo que aprovasse o seu procedimento. Mas sem aguardar primeiro a resposta do pai, foi encerrando-o no Paço da Bemposta, com sentinelas à vista, e incomunicável. Esta revolução é conhecida pela *Abrilada*.⁴⁰

O conde de Suberra, escapa às iras de D. Miguel, indo para bordo de uma fragata inglesa; o marquês de Palmela é preso e encerrado em uma fortaleza.

Contra todos estes atos anárquicos e despóticos se revoltaram os representantes das potências estrangeiras, que se reuniram na Nunciatura, a convite do ministro francês Hyde de Neuville, e de lá dirigem-se à Bemposta, onde estava encarcerado o rei, e lá entraram, depois de conseguirem destruir a oposição que se lhes fez.

Animado com a presença dos representantes das nações estrangeiras, mandou D. João VI chamar o infante à sua presença, e repreendeu-o, continuando erradamente a conservar-lhe o comando das tropas. Depois disto as perseguições e as prisões continuaram.

Não podia D. João VI suportar a ideia de estar sujeito a um regímen em que predominasse D. Carlota Joaquina, e assim para realizar um plano premeditado, projetou ir jantar a Caxias.

Seguindo Tejo abaixo na galeota real, no dia 3 maio, mostrou desejos de ir visitar a nau de guerra inglesa *Windsor Castle*,⁴¹ o que fez. Neste navio estavam reunidos os principais membros do corpo diplomáticos e o marquês de Palmela, que já havia sido solto. Mandou então intimar D. Miguel a que comparecesse a bordo da nau, o que ele foi forçado a fazer depois do terceiro recado. D. Miguel foi demitido de comandante-em-chefe do exército; foram dadas ordens para se soltarem todas as pessoas, que arbitrariamente tinham sido presas, e a rainha recebeu ordem para se recolher ao Convento da Estrela, sendo-lhe depois permitida a residência em Queluz.

A independência do Brasil, para a qual a Inglaterra tanto se empenhou e cooperou, com o fim de tornar menos poderosa e mais fraca a sua aliada, que convinha ter sempre sujeita aos seus interesses e caprichos, foi reconhecida por D. João VI pelo tratado 29 de agosto de 1825.⁴²

As notícias destes acontecimentos foram recebidas em Angra consoante o seu valor e importância.

A notícia da *Abrilada* chegou a Angra aos 20 de maio, em navio expressamente mandado para tal fim. Houve solene *Te Deum* na cidade e na Vila da Praia, por ordem das Câmaras.

As notícias de 26 de maio, vieram entristecer os absolutistas, e libertar a ilha Terceira do governo do cruel Stockler, a quem o conde de Suberra, apenas entrou no ministério promoveu a saída.

Assim, em 24 de julho desembarcava em Angra o capitão-general Manuel Vieira Tovar de Albuquerque, e veio a ordem para ser reintegrado o antigo secretário

da Câmara, Manuel José Borges da Costa,⁴³ e de suspensão do juiz de fora da Praia, Pegado Brotero,⁴⁴ que muito se salientara nas perseguições aos constitucionais e nas calorosas manifestações absolutistas.

A isto seguiu-se a carta régia de 17 de setembro declarando «*arbitrário e de um notório escândalo*» os atos anárquicos dos primeiros dias de agosto do ano antecedente, e mandando que cessasse todo o procedimento contra os implicados naqueles sucessos, trancando-se e rasgando-se todos os documentos que a eles dissessem respeito.

Durante algum tempo puderam os terceirenses viver em paz e sossego, devido ao proceder correto e justo do governo, que obrigou os absolutistas a domarem a sua ferocidade. O aniversário natalício de João VI foi, em 1825, comemorado com pomposas festas, promovendo os mancebos Teotónio de Ornelas,⁴⁵ e seus primos Pedro Homem⁴⁶ e Manuel Homem, ricas cavalhadas, vistosas danças e valentes touradas, aonde concorreram milhares de pessoas, sem que houvesse o menor dissabor.

Já a este tempo o número dos constitucionais ia aumentando consideravelmente, e principiaram a aparecer em público, alguns dos que teriam de dar impulso valente ao movimento liberal. Eram novos, muito novos, mas nos seus corações abrigavam-se sentimentos generosos e humanitários: e abraçavam a ideia nova, com o entusiasmo e ardor de que os novos são capazes, sem pensarem nas comodidades da vida, sem se arrecearem do perigo, sem temerem os déspotas.

*

As lutas continuadas e tormentosas por que passou o desventurado monarca, D. João VI, os desgostos superiores às suas forças, que lhe ocasionaram a esposa e os filhos, tudo enfim, que temos resumidamente referido, abalaram-lhe o organismo, agravando-lhe as doenças que o perseguiram.

Conhecendo que a morte se aproximava, nomeou uma regência, presidida pela infanta Isabel Maria,⁴⁷ para governar o reino.

Faleceu aos 10 de março de 1826, com 59 anos de idade incompletos.

A notícia da morte deste desditoso monarca foi recebida em Angra aos 15 de abril, tendo lugar o quebramento de escudos,⁴⁸ exéquias solenes, e tudo o mais que era costume.

-
- 1 Alexandre de Gamboa Loureiro (Lisboa, 26 de agosto de 1770 — Lisboa, 1839), magistrado judicial, juiz em várias comarcas dos Açores, desembargador da Relação e Casa do Porto e presidente da Relação de Lisboa, que se destacou durante a primeira fase da implantação do liberalismo nos Açores. Deixou uma descrição desses acontecimentos na obra intitulada *Notícia resumida dos acontecimentos da Ilha Terceira na instalação do seu Governo Constitucional; na contra-regeneração; nos martírios e despotismos praticados pelo ex-General Stockler* (Lisboa, Officina de António Rodrigues Galhardo, 1821).
 - 2 Eugénio Dionísio de Mascarenhas Grade (Lagoa (Algarve), 6 de março de 1785 — Belém, 4 de agosto de 1868), magistrado judicial e político, influente na primeira fase do liberalismo nos Açores, círculo pelo qual foi deputado nas Cortes do vintismo. Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, foi juiz de fora em Mértola, Angra e Braga, juiz e vice-presidente da Relação do Porto. Faleceu juiz do Supremo Tribunal de Justiça. Era comendador da Ordem de Cristo e 1.º visconde de Lagoa, por decreto de 2 de julho de 1861 do rei D. Pedro V.
 - 3 Agapito Pamplona Rodovalho (Angra, 18 de agosto de 1776 — Angra do Heroísmo, 2 de maio de 1863), oficial do Exército, reformado no posto de capitão por doença. Aderiu à causa liberal tendo papel determinante na revolta de 2 de abril de 1821 em Angra. Dois dos seus filhos integraram o Exército Libertador (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, pp. 500-501).
 - 4 Francisco Augusto da Silva Sieuve (Angra, 27 de setembro de 1797 — Angra do Heroísmo, 7 de abril de 1874), oficial do Exército, filho de José Joaquim da Silva, secretário do Governo Geral dos Açores. Teve papel importante na revolta liberal de 2 de abril de 1821 e foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1828 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 705).
 - 5 Caetano Paulo Xavier (Lisboa, 10 janeiro 1770 — Lisboa, 4 de julho de 1830), oficial de engenharia militar do Exército, lente de Matemática e Fortificação do Regimento de Artilharia da Corte e autor de vários levantamentos cartográficos e projetos de fortificação. Em 13 de maio de 1810 foi promovido a tenente-coronel agregado no Batalhão de Artilharia da Terceira, assumindo o comando daquele batalhão a 6 de junho de 1813, sendo a 1 de outubro de 1814 nomeado governador do Castelo de São João Baptista. Promovido a coronel agregado a 6 de fevereiro de 1818 e efetivo a 22 de janeiro de 1820, foi graduado em brigadeiro a 14 de abril de 1821. Esteve preso às ordens das Cortes por ter acompanhado o general Stockler na repressão da revolução angrense de 2 de abril de 1821, mas foi reintegrado após a Vila-Francada e continuou no governo da Fortaleza. Foi preso pelos revoltosos de 22 de junho de 1828 e deportado para Londres. Voltou a Lisboa, onde integrou as forças miguelistas derrotadas na Praia da Vitoria a 11 de agosto de 1829. Faleceu pouco depois do seu regresso a Lisboa.
 - 6 Marcos de Noronha e Brito (Lisboa, 7 de julho de 1771 — Lisboa, 6 de maio de 1828), 8.º conde dos Arcos, alto aristocrata e político, último vice-rei do Brasil. Ao tempo exercia as funções de Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, departamento governativo que superintendia a governação dos Açores, arquipélago que na época era considerado um território ultramarino. Em consequência, recebia os relatórios e informações dos governadores e capitães-generais.
 - 7 Joaquim Firmino Leal Delgado (Paul (Covilhã), 29 de setembro de 1790 — 1852), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1814) e magistrado judicial. Foi juiz de fora na Praia, com posse em julho de 1819, tendo papel determinante nos acontecimentos que rodearam a capitulação e refúgio na Praia do general Francisco de Borja Garção Stockler em 2 de abril de 1821.
 - 8 João da Rocha Ribeiro (Angra, 6 de março de 1767 — Angra, 20 de setembro de 1824), grande comerciante e político, pioneiro no pensamento económico nos Açores, autor de um conjunto de obras de pendor fisiocrático sobre a liberdade de exportação dos cereais e sobre os seus preços, adotando em boa parte o pensamento de Adam Smith. Amigo e colaborador próximo do capitão-general Francisco de Borja Garção Stockler, que frequentava a sua casa, desempenhou um importante papel nos acontecimentos que culminaram na revolta liberal de 1821 e na subsequente reposição no poder do capitão-general Stockler. Foi administrador da sociedade arrematadora do contrato dos dízimos do trigo e miunças da ilha Terceira (e também da ilha de São Miguel), sucedendo neste negócio a seu pai e ao seu tio-avô. Foi irmão do deão e governador do bispado Frutuoso José Ribeiro.
 - 9 Frutuoso José Ribeiro (Angra, 11 de outubro de 1769 — Angra, 18 de fevereiro de 1841), licenciado em Cânones pela Universidade de Coimbra em 1796, presbítero, foi sucessivamente cônego, promotor, vigário-geral, deão a administrador da Diocese de Angra. Conotado com o miguelismo, após a revolta liberal de 22 de junho de 1828 refugiou-se em São Miguel, apenas regressando à Terceira após o termo da Guerra Civil. Foi irmão do grande comerciante e político angrense João da Rocha Ribeiro.
 - 10 Manuel José Coelho Borges da Silva Quintanilha (Angra, 2 de janeiro de 1782 — Angra do Heroísmo, 26 de dezembro de 1846), militar, faleceu como major graduado em tenente-coronel de Infantaria. Foi irmão do poeta João Miguel Coelho Borges. Era ajudante de ordens do capitão-general em 1821 aquando da morte do general Francisco António de Araújo e Azevedo. Miguelista, foi eleito deputado às Cortes vintistas em 1821 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 285-286). Foi nomeado governador do Castelo de São João Baptista pelo governo interino miguelista instalado em Angra em 1823.

-
- 11 A fragata *Pérola* foi um navio de guerra de 44 peças, construído no Pará em 1797. Na sua construção empregou-se boa e excelente madeira de angelim. Chegou a montar 54 peças. Demandava 19 pés. Em 1798 a lotação aprovada era de 329 homens. Era considerada uma fragata de excelentes qualidades náuticas, tendo executado missões de grande relevância, entre as quais em maio de 1824 a condução do infante D. Miguel a Brest. Em 11 de julho de 1831 foi apreendida, com outros navios, por forças francesas e levada do Tejo, durante a intervenção comandada pelo contra-almirante Albin Roussin que forçou a assinatura do humilhante Tratado de 14 de julho de 1831, e vendida em Brest.
 - 12 Manuel Nicolau de Almeida (Vila Franca de Xira, 25 de dezembro de 1761 — Lisboa, 11 de outubro de 1825), da Ordem dos Carmelitas Descalços, 26.º bispo da Diocese de Angra, tendo-a governado entre 1820 e 1825. Liberal convicto, cedo se envolveu na intensa atividade política que então se verificava na ilha Terceira, estabelecendo uma relação complexa de apoios pontuais e de contrapoder com o 8.º capitão-general dos Açores, o tenente-general Francisco de Borja Garção Stockler. Apesar de liberal, parece não ter participado diretamente na revolta constitucional de Angra de 2 de abril de 1821 e não ter tido papel ativo nos acontecimentos que dias depois levaram à morte de Francisco António de Araújo e Azevedo. Durante estes eventos, embora tenha enviado uma carta em que se escusava da comparência na sessão da Câmara de Angra em que se proclamou a Junta Provisória do Supremo Governo das Ilhas dos Açores, como membro nato da Junta subscreveu a expulsão do capitão-general Stockler. Ainda assim, aceitou partilhar com Stockler as funções de adido à Junta Governativa que se formou após ter sido jurada a Constituição de 1822, o que lhe valeu ser chamado com Stockler a Lisboa por ordem de D. João VI, aparentemente suspeito de não adesão ao regime constitucional. Esteve então preso em Camarate sem que se conheçam com certeza as acusações que sobre ele impenderam.
 - 13 A criação de governos interinos em substituição do capitão-general nas suas faltas e impedimentos era regulado pelo Alvará de 12 de setembro de 1770, do rei D. José I, que estabelecia para todo o império ultramarino, inclusive para as ilhas adjacentes ao Reino, as normas a seguir no caso de faltar o governo daqueles territórios. Estabelecia aquele alvará que «no caso de morte, de ausência dilatada ou qualquer outro acontecimento que requiera de pronta providência» se criassem governos interinos e provisórios formados pelo bispo, ou na sua falta pelo deão, o chanceler da Relação e o oficial de guerra de maior patente, ou que fosse mais antigo, em caso de igualdade. No caso de capitânias onde não houvesse bispo seria chamado o ouvidor e também no caso onde não houvesse chanceler se chamaria o ouvidor. Na falta destes nomeados sucederiam aqueles que os substituíssem nos cargos.
 - 14 José Maria de Bettencourt de Vasconcelos (Angra, 21 de novembro de 1763 — Angra, 23 de janeiro de 1827), licenciado em Cânones pela Universidade de Coimbra, freire conventual da Ordem de São Bento de Avis e cônego da Sé (1799), tesoureiro-mor, deão (1805), vigário capitular e governador do bispado por nomeação do bispo D. Frei Manuel Nicolau de Almeida. Recebeu as mercês de pregador régio e fidalgo capelão (1794). Foi membro do Governo Provisório da Capitania-Geral dos Açores aquando do falecimento do capitão-general Dinis Gregório de Melo e Castro (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. II, p. 30).
 - 15 João Bernardo Rebelo Borges (Ponta Delgada, 11 de dezembro de 1765 — c. 1830), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1791), juiz de fora na Madeira em 1795, não chegou a tomar posse, sendo transferido para o mesmo cargo na vila da Ribeira Grande, na sua ilha natal. Em 1803 foi nomeado juiz de fora da cidade de Ponta Delgada e, em 1819, corregedor da comarca de Angra.
 - 16 José da Costa Franco (Angra (Sé), 12 de fevereiro de 1762 — Angra do Heroísmo (Sé), c. 1840), morgado, alferes das Ordenanças de Angra e presidente da Câmara de Angra eleita a 16 de abril de 1822.
 - 17 João Baptista de Bettencourt [de Vasconcelos Correia e Ávila] (Angra (Sé), 6 de dezembro de 1773 — São Mateus da Calheta, 19 de julho de 1833), morgado, grande terratenente nas ilhas Terceira e Graciosa, foi avô do 1.º visconde de Bettencourt. Foi vereador da Câmara de Angra eleita a 16 de abril de 1822.
 - 18 José de Menezes Coelho (—), foi vereador da Câmara de Angra eleita a 16 de abril de 1822.
 - 19 Manuel de Barcelos Machado (Angra —), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1791). Foi vereador da Câmara de Angra eleita a 16 de abril de 1822.
 - 20 João Pedro Coelho Machado (Angra —), foi vereador da Câmara de Angra eleita a 16 de abril de 1822.
 - 21 Luís José Coelho (São Bento, c. 1775 — Angra (Conceição), 19 de julho de 1850), comerciante, escrivão da Câmara de Angra e administrador da Casa de Suberra. Absolutista acirrado, foi vereador da Câmara de Angra eleita a 16 de abril de 1822. Esteve preso pela sua intransigência face aos ideais liberais e por oposição ao juramento da Carta (cf.: Valadão Júnior, «O último Capitão-General do regime absoluto na Ilha Terceira», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. 2 (1944), pp. 65-66).
 - 22 José Joaquim Teixeira (Angra —), vereador da Câmara de Angra eleita a 16 de abril de 1822.
 - 23 Carlota Joaquina de Bourbon (Aranjuez, 25 de abril de 1775 — Queluz, 7 de janeiro de 1830), infanta de Espanha, esposa do rei D. João VI e, por isso, rainha consorte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e depois do Reino de Portugal e Algarves de 1816 até 1826. Com pretensões políticas próprias e férrea defensora do absolutismo, após o regresso da família real a Portugal, em 1821, foi confinada no Palácio Real de Queluz por recusar jurar as bases da Constituição. Morreu a 7 de janeiro de 1830, com 54 anos de idade.
 - 24 O Palácio do Ramalhão, também conhecido como Paço Real do Ramalhão ou Quinta do Ramalhão, é uma quinta com palácio que se localiza em São Pedro de Penaferrim, Sintra. Embora remontando à segunda metade do século XV, o palácio, na sua estrutura atual, resulta de uma profunda intervenção, de gosto neoclássico, patrocinado por D. Carlota Joaquina, que ali viveu desterrada após ter recusado jurar a Constituição de 1822.
 - 25 D. Miguel (Queluz, 26 de outubro de 1802 — Wertheim, 14 de novembro de 1866), regente do Reino de Portugal de 1826 a 1828, em nome de sua sobrinha e noiva D. Maria II, e depois rei de Portugal e dos Algarves entre 1828 e 1834. Terceiro filho varão do rei D. João VI de Portugal, e de sua esposa, a infanta Carlota Joaquina de

Espanha, era irmão mais novo de D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal. Após o fim da Guerra Civil (1828–1834), com a Convenção de Évora Monte, seguiu para o exílio. Casou em 1851 em Kleinheubach, na Alemanha, com a princesa Adelaide de Löwenstein-Wertheim-Rosenberg, de quem teve um filho e seis filhas. Entre a sua descendência contam-se diversos monarcas, entre os quais o rei dos belgas, o grão-duque do Luxemburgo e príncipe do Liechtenstein.

- 26 José Maria da Piedade de Lencastre Silveira Castelo Branco de Almeida Sá e Meneses (Lisboa, 7 de fevereiro de 1784 — Londres, 11 de fevereiro de 1827), 4.º marquês de Abrantes (embora tendo falecido antes de seu pai), aristocrata e político. Integrou a comissão portuguesa que em maio de 1808 foi a Bayonne, na França, onde ficou prisioneiro até ao fim da Guerra Peninsular. Partidário do absolutismo e valido do infante D. Miguel de Bragança, foi acusado de envolvimento no assassinato do Marquês de Loulé, ocorrido em Salvaterra a 29 de fevereiro de 1824. Para evitar ser preso, fugiu para a Itália, onde permaneceu até 1826, ano em que tentou regressar a Lisboa, sendo impedido de desembarcar, fugindo então para Londres, onde morreu, aparentemente envenenado.
- 27 Nuno Caetano Álvares Pereira de Melo (Lisboa, 7 de abril de 1799 — Paris, 14 de fevereiro de 1837), 8.º marquês de Ferreira, 9.º conde de Tentúgal e 6.º duque de Cadaval, alto aristocrata e um dos principais políticos miguelistas que, entre outras funções de relevo, foi Ministro Assistente ao Despacho, o ministro a quem cabia chefiar o governo, num dos executivos de D. Miguel.
- 28 Manuel da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira (Vila Real, 3 de março de 1784 — Lisboa, 7 de março de 1830), 1.º marquês de Chaves e 2.º conde de Amarante, oficial general do Exército que se distinguiu como um dos principais apoiantes do miguelismo durante a Guerra Civil Portuguesa.
- 29 O conde de Amarante, o general Manuel da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira, juntamente com outros militares que haviam sido afastados depois da *Martinhada*, promoveu em 23 de fevereiro de 1823 a revolta das tropas de Trás-os-Montes. Tendo corrido grande parte das terras do Minho, e havendo-se demorado em Braga, recolheu a Vila Real, onde estabeleceu o centro da revolta. Os revoltosos foram dominados em Amarante pelas forças afetas ao governo, comandadas pelo general Luís do Rego Barreto, sendo obrigados à rendição ou à fuga.
- 30 Luís do Rego Barreto (Viana do Castelo, 28 de outubro de 1777 — Campo da Penha, 7 de setembro de 1840), 1.º visconde de Geraz do Lima, mais conhecido por general Luís do Rego, distinguiu-se no combate às invasões napoleónicas e na repressão da Revolução Pernambucana. Considerado violento e autoritário, agiu com inusitada crueldade na repressão do Pernambuco. Instrumental no sufoco da rebelião absolutista centrada em Vila Real de 1823, foi preso durante o reinado de D. Miguel, conseguiu evadir-se para Espanha, regressando após a concessão de Évora-Monte. Nomeado vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar em 1834, foi nomeado novamente governador das armas do Minho durante o Setembrismo, que o nomeou senador por Viana do Castelo, durante a curta vigência da Constituição de 1838. Recebeu o título de visconde de Geraz do Lima em 27 de abril de 1835.
- 31 José Joaquim Cordeiro (Lisboa, c. 1780 — Lisboa, d. 1849), formado em Direito pela Universidade de Coimbra (1804), magistrado judicial, juiz de fora em Beja, corregedor da comarca de Angra (1821). Liberal, foi deputado na legislatura de 1826-1827.
- 32 Cândido de Menezes Lemos e Carvalho (Angra (São Pedro), 6 de março de 1772 — Angra (Sé), 10 de dezembro de 1831), político miguelista, moço fidalgo da Casa Real, por alvará de 20 de março de 1786, comendador da Ordem de Cristo, por decreto de 29 de setembro de 1823, coronel do regimento de milícias da vila da Praia, comandante da Linha Marítima das Fortificações da mesma vila, membro do governo provisório pró-absolutista que ficou conhecido como a Junta de Governo Interino de Angra (1823).
- 33 João de Paula Pereira Sarmento Forjaz de Lacerda (Angra, 19 de setembro de 1771 — Lisboa, 19 de outubro de 1841), morgado, fidalgo cavaleiro da Casa Real e político miguelista. Foi membro do governo interino pró-absolutista que ficou conhecido como a Junta de Governo Interino de Angra (1823).
- 34 Alexandre Martins Pamplona Corte-Real (Angra, 4 de novembro de 1768 — Angra do Heroísmo, 17 de janeiro de 1856), grande proprietário e político. Destacou-se durante o período inicial da implantação do regime liberal nos Açores e durante a Guerra Civil. Liberal moderado, aquando da revolta de 22 de junho de 1828, que aclamou D. Maria II, foi o primeiro a assinar o auto de aclamação. Integrou a Junta Governativa formada em 6 de outubro de 1828, sendo nomeado encarregado dos Negócios do Interior e Fazenda, lugar que manteve até à dissolução da mesma em 1829. Exerceu ainda cargos na Junta Geral e no Conselho de Distrito. Foi membro da Junta Governativa setembrista que se formou em Angra em 1847. Era irmão de Manuel Inácio Martins Pamplona Corte-Real, o 1.º conde de Subsera.
- 35 Por decreto de 29 de setembro de 1823, de D. João VI, Francisco de Borja Garção Stockler foi feito «*barão da Vila da Praia*» em reconhecimento do seu desempenho enquanto governador e capitão-general dos Açores. O título foi concedido por uma vida, tendo sido este o seu único titular.
- 36 *Catão* é uma tragédia em versos decassílabos brancos, representada pela primeira vez em setembro de 1821, no Teatro do Bairro Alto. O volume contém, além de um prefácio doutrinário onde Garrett discorre acerca das dificuldades da arte e analisa os pontos de contacto entre o *Catão* e a obra homónima do poeta e ensaísta inglês Joseph Addison.
- 37 Nuno Álvares Pereira Pato Moniz (Lisboa, 18 de setembro de 1781 — Ilha do Fogo, Cabo Verde, 24 de dezembro de 1826), poeta, escritor, jornalista e político.
- 38 Agostinho Domingos José de Mendonça Rolim de Moura Barreto (Lisboa, 28 de agosto de 1780 — Salvaterra de Magos, 29 de fevereiro de 1824), 1.º marquês de Loulé e 8.º conde de Vale de Reis, aristocrata e político. Considerado próximo do rei D. João VI e partidário do liberalismo, apareceu morto entre os entulhos do Palácio Real de Salvaterra. As circunstâncias estranhas da sua morte lançaram a suspeita da autoria moral do atentado

sob o infante D. Miguel e os seus partidários. Foi pai de Nuno José de Moura Barreto, o 2.º marquês de Palmela e um dos principais políticos liberais durante a Guerra Civil e as primeiras décadas do regime constitucional.

- 39 Jean-Guillaume, barão Hyde de Neuville (La Charité-sur-Loire, 24 de janeiro de 1776 — Paris, 28 de maio de 1857), político pró-monárquico e diplomata francês que, entre outros cargos, foi Ministro da Marinha e Ultramar da França e embaixador da França em Portugal e nos Estados Unidos da América. Foi um dos mais fiéis apoiantes da legitimidade da Casa de Bourbon no trono de França. O papel que desempenhou nos acontecimentos políticos que rodearam a Abrilada levou a que fosse agraciado com a grã-cruz da Ordem da Torre e Espada e feito 1.º conde e depois 1.º marquês da Bemposta.
- 40 A *Abrilada* foi um pronunciamento político-militar de caráter absolutista que ocorreu em 30 de abril de 1824. Consequência da *Vilafrancada* (1823), foi um dos passos decisivos do processo de crescente instabilidade política e militar que levaria à Guerra Civil Portuguesa (1828-1834).
- 41 *HMS Windsor Castle* era um navio de linha de segunda classe da Royal Navy, armado com 98 peças, que havia sido lançado à água em 3 de maio de 1790 no Deptford Dockyard.
- 42 Tratado do Rio de Janeiro, também chamado Tratado Luso-Brasileiro e Tratado de Paz, Amizade e Aliança, foi o acordo bilateral firmado em 29 de agosto de 1825 entre o Império do Brasil e o Reino de Portugal que reconheceu a independência do Brasil e formalmente pôs fim à Guerra da Independência Brasileira.
- 43 Manuel José Borges da Costa (Angra, 15 de dezembro de 1798 — Angra do Heroísmo, 6 de janeiro de 1841), morgado, guarda-mor de saúde e escrivão da Câmara Municipal de Angra. Foi um político conservador, ligado ao cartismo.
- 44 António Justiniano Pegado Brotero (Coimbra, 26 de outubro de 1796 — Lisboa, c. 1870), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1818) e magistrado judicial, exerceu as funções de juiz de fora da Praia da Vitória. Foi acusado de perseguir os partidários do liberalismo durante o governo de D. Miguel. Continuou a sua carreira judicial em Lisboa e Setúbal. Destituído em 1833, na sequência da vitória liberal, terminou a sua carreira como advogado em Lisboa. Era sobrinho do botânico Félix de Avelar Brotero.
- 45 Teotónio de Ornelas Bruges Paim da Câmara (Angra, 25 de abril de 1807 — Angra do Heroísmo, 25 de outubro de 1870), 1.º visconde de Bruges e 1.º conde da Praia da Vitória, notável vulto da história terceirense e da história nacional que desempenhou um papel determinante no sucesso da causa liberal nos Açores e no arranque do processo que levaria à vitória do liberalismo na guerra civil portuguesa. Sendo um rico terratenente da ilha Terceira, a sua adesão foi determinante no sucesso da causa liberal na ilha. Liderou, com apenas 21 anos de idade, o movimento político-militar de 22 de junho de 1828 que restaurou o liberalismo na Terceira e abriu caminho para que a ilha se transformasse no trampolim a partir do qual a causa liberal se imporia em Portugal. Encarregado de diversas missões determinantes para o sucesso da causa e seu principal financiador, foi por duas vezes Secretário de Estado dos Negócios da Guerra do governo da Regência de Angra. Posteriormente, ocupou diversos cargos governativos nos Açores, entre os quais presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, sendo nessa função o primeiro presidente de Câmara eleito no país, e administrador-geral do Distrito de Angra do Heroísmo. Foi eleito deputado às Cortes para a legislatura de 1834 a 1836 pela Província Ocidental dos Açores, sendo, entretanto, feito par do reino a 1 de outubro de 1835, um dos primeiros a receber tal distinção após a implantação da Monarquia Constitucional. Era figura destacada da Maçonaria.
- 46 Pedro Homem da Costa Noronha Ponce de Leão (Angra, 13 de março de 1806 — Angra do Heroísmo, 31 de agosto de 1870), primeiro e único barão e visconde de Noronha, rico terratenente e político liberal que se destacou durante a guerra civil. Atingiu o posto de coronel no Regimento de Milícias de Angra e foi em 1829, aos 23 anos de idade, Secretário de Estado dos Negócios da Guerra do governo da Regência de Angra. Depois da guerra, foi governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo e presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Pelos serviços à causa liberal foi condecorado com a medalha das Campanhas da Liberdade n.º 9. Foi um dos cinco deputados eleitos pelos Açores, em 15 de agosto de 1834, mandato que exerceu até 1840. Estando em Lisboa, aderiu à Revolução de Setembro, e foi nomeado comandante dos batalhões das guardas nacionais de Lisboa. Tomou parte na revolta de Almeida, em 1844, e foi governador civil, quando, em 1847 e no contexto da Patuleia, se criou na ilha Terceira a Junta Governativa de Angra do Heroísmo, subordinada à Junta Suprema do Reino, estabelecida no Porto.
- 47 Isabel Maria de Bragança (Lisboa, 4 de julho de 1801 — Lisboa, 22 de abril de 1876), a quarta filha de D. João VI e da sua consorte, D. Carlota Joaquina de Bourbon, infanta de Portugal. Serviu como regente por um período de quase dois anos após a morte de D. João VI.
- 48 O «*quebramento de escudos*» era uma cerimónia pública que consistia em quebrar os escudos do rei falecido para os substituir pelos do novo monarca. Efetuava-se nas principais cidades do reino e nela estavam presentes todos os funcionários públicos, as principais entidades políticas e religiosas, a aristocracia e o povo, que era convocado por editais. Havia um séquito, no qual estava um dos procuradores da cidade que, montado num cavalo, empunhava numa haste negra uma bandeira da mesma cor que rojava o chão. De cada lado seguiam cidadãos sustendo varas pretas, e no meio seguiam duas personalidades, selecionadas de entre as mais relevantes da cidade, tendo cada um escudo negro. No final seguiam os membros do Senado da Câmara, com varas também negras. Chegado o cortejo a uma praça pública, quebravam-se os escudos e seguia-se depois para a Sé, onde se efetuavam as exéquias em memória do monarca falecido. Este cerimonial efetuou-se em Angra até à morte de D. Pedro V, em 1861.

Capítulo XXXV

O falecimento de D. João VI e início da luta pela sucessão

Como terceirenses, e como liberal, que muito nos prezamos de ser, não podemos admitir dúvida sobre quem era o legítimo herdeiro da coroa portuguesa, pelo falecimento de D. João VI.

Para os liberais a legitimidade da sucessão pertencia, e muito bem, ao imperador D. Pedro; para os absolutistas, que a todo o custo queriam a continuação do antigo regímen, diziam pertencer ao infante D. Miguel, segundo as leis constitutivas do reino, e fundamento nas Cortes de Lamego, nas de Coimbra e nas de Lisboa de 1641.

O que é certo, é que D. João VI, ao concluir o tratado de 29 de agosto de 1825, reconhecendo a independência do Brasil, denominou, o seu «*sobre todos muito amado e prezado filho*», D. Pedro, imperador do Brasil e «*príncipe real de Portugal e dos Algarves*»; a regência, por ele nomeada, foi a primeira a reconhecer-lhe o direito de sucessão, mandando a nau *D. João VI*¹ ao Rio de Janeiro, levar a notícia do falecimento de el-rei, e prestar homenagem ao herdeiro da coroa portuguesa; as Cortes da Europa reconheceram a D. Pedro como legítimo soberano de Portugal, e só dois anos depois, quando se propagou o movimento reacionário na Europa, é que aplaudiram a indicação da Rússia, para a regência passar para o infante D. Miguel, que segundo o auto dos esponsais, assinado na delegação portuguesa, em Viena de Áustria, em 29 de outubro de 1826, tinha de ser o marido da rainha D. Maria II, esponsais para que D. Pedro assinara o respetivo decreto, e o papa concedera o breve dando a necessária dispensa.

O que é também certo, é que não sendo possível a D. Pedro reunir à coroa de Portugal a do Brasil, abdicou a coroa portuguesa em sua filha D. Maria da Glória,² aos 2 de maio de 1826, depois de haver outorgado aos portugueses, em 29 de abril, a Carta Constitucional, escrita por Francisco Gomes da Silva,³ oficial maior do gabinete imperial, constando de 8 títulos com 145 artigos; que a Carta depois de várias hesitações da regência, devidas ao receio de não irritar mais os absolutistas, foi proclamada e jurada, para o que muito concorreu João Carlos

de Saldanha,⁴ depois duque de Saldanha, e o dr. Bernardo José de Abrantes,⁵ animando a regente a dar cumprimento às ordens de D. Pedro IV; que a proclamação publicada foi datada de 12 [de julho de 1826],⁶ que no dia 15 [de julho] era publicada a Carta e o ato de abdicação, e no dia 19 [de julho] o decreto determinando, que no dia 31 de julho [de 1826] se jurasse a Carta Constitucional, como realmente foi jurada.

O que também é certo, é que D. Miguel, na carta que escreveu ao imperador Francisco José de Áustria,⁷ acompanhando a cópia da carta que mandou à infanta regente, D. Isabel Maria, não demonstrou em qualquer delas o menor sinal de não reconhecer irmão D. Pedro como legítimo rei, até pelo contrário, foi levado a escrevê-las, para o *«caso pouco provável de que alguém temerariamente se arrojasse a abusar do seu nome para servir de capa a projetos subversivos da boa ordem»*, etc.; que D. Miguel, segundo foi declarado pela infanta no discurso da Coroa, o primeiro pronunciado perante as duas Câmaras, prestou juramento à Carta, no dia 4 de outubro, e isto *«sem reserva»*, o que, dizia a infanta, *«era uma circunstância para confirmar as nossas esperanças de futura felicidade»*; que, depois deste juramento, muitos outros prestou D. Miguel; que só a assinatura do referido auto de esponsais, com sua sobrinha D. Maria da Glória, é o bastante para prova de haver reconhecido, em seu irmão D. Pedro, o legítimo sucessor de seu pai, o falecido rei D. João VI.

A reação, porém, é que não descansava em Portugal, como não descansava em toda a Europa, para acabar com o régimen liberal.

As revoltas eram amiudadas, em vários pontos do país; os revoltosos, batidos por Saldanha, conde de Vila Flor, marquês de Angeja⁸ e Azevedo,⁹ são obrigados a refugiarem-se na Espanha, onde a rainha D. Maria Teresa,¹⁰ filha de D. João VI, os animava, favorecendo e dirigindo o movimento reacionário português.

Os estudantes de Coimbra, levados do mais nobre patriotismo, e indignados por tanta corrupção, que lavrava no país, pela deslealdade da regência, e perseguições cometidas, formam um Batalhão Académico¹¹ de seis companhias, respondendo assim ao apelo do coronel Álvares Pereira.¹²

A 30 de abril de 1827 estava finda aquela luta, e nesta ocasião, a pedido do governo, mandou a Inglaterra para Portugal, uma divisão de seis mil homens, comandada por Clinton,¹³ o que obrigou a Espanha a cumprir as leis da neutralidade.

Mandou D. Pedro à França a nau *D. João VI* com ordem de lhe levar, para o Rio de Janeiro, o infante D. Miguel, o qual demorou largamente a resposta de cumprir a ordem recebida. As negociações com o infante eram umas vezes dirigidas pelo ministro português, barão de Vila Seca,¹⁴ outras pelo ministro brasileiro, marquês de Resende.¹⁵ Não se entendiam.

«Ora, ao passo que D. Pedro IV discontentava os seus súbditos portugueses, que não podiam resignar-se facilmente a ser governados de longe, discontentava ainda mais os seus súbditos brasileiros, que se queixavam, e com razão, de que estavam pagando a um corpo diplomático numeroso para ele se ocupar dos negócios portugueses. Preparava assim, a um tempo, o golpe de estado de D. Miguel em Portugal, e a revolução de 7 de abril de 1831 no Brasil.

O golpe de estado de D. Miguel estava-se preparando lentamente na Europa. A Carta, como dissemos, era mal vista por todas as potências europeias: a Áustria de Metternich,¹⁶ a defensora a todo o transe do velho absolutismo; a Rússia, a terra clássica dos déspotas; a França da Restauração, que, com a subida de Carlos X¹⁷ ao trono, se tornara verdadeiramente a França da reação; a Espanha de Fernando VII,¹⁸ não podiam deixar de envidar todos os esforços, para que desaparecesse da Europa essa faísca de liberdade, que podia facilmente propagar-se; mas o que necessário também era, conciliarem o seu ódio à liberdade com o seu respeito da legitimidade. Por isso hesitavam, e Metternich, que dirigia completamente, até por concurso dos outros gabinetes, o procedimento de D. Miguel, aconselhara-o, que não partisse para o Rio de Janeiro, que ganhasse tempo, que enviasse Neumann,¹⁹ e finalmente a Rússia, já nesse ano de 1827, aventou a ideia de que se poderia chegar a um acordo sobre os negócios portugueses, acordo que tivesse por base a regência de D. Miguel.

Aí temos, pois, a centelha, de onde brotou a labareda, que devastou Portugal durante seis anos [...].

Daí a pouco tempo o infante D. Miguel era regente, e entre a sua regência, em nome da Carta, e a sua realeza contra a Carta, não foi mais espaço do que o que mediou entre a sua saída de Viena de Áustria e a sua chegada a Belém».^a

*

Estava resolvido, pelos gabinetes de Viena de Áustria e da Inglaterra, o impor a Portugal a regência do infante D. Miguel, quando D. Pedro nomeou regente mesmo infante.

A 22 de fevereiro de 1828 chegou D. Miguel a Lisboa. O seu primeiro passo foi logo um ato de rebelião, não seguindo o programa dos festejos do seu regresso, e não indo ao pavilhão, em que a Câmara o esperava para lhe entregar as chaves. Ao mesmo tempo que assim procedia, consentia, e recebia com sorrisos, os «*Viva D. Miguel absoluto*», que soltava a plebe que o acompanhou até à Ajuda.

Prestou juramento de fidelidade à Carta Constitucional, a D. Pedro IV e a D. Maria II, em presença de Cortes reunidas, mas, em ato contínuo, demitiu o ministério, nomeou outro composto de absolutistas, mudou os governadores das armas,²⁰ os comandantes dos corpos [do Exército], transferiu os oficiais, e demitiu magistrados, dissolvendo em 13 de março [de 1828] a Câmara dos Deputados.

A isto seguiu-se a proibição de se cantar o hino dedicado a D. Pedro, por ser estrangeiro, e de dar vivas a D. Maria II e à Carta.

A esta continuada série de loucuras seguiram-se outras, causando todas más impressões no estrangeiro, e até mesmo entre muitos dos seus partidários. Os liberais, receando os acontecimentos, iam emigrando para Paris e Londres.

^a Pinheiro Chagas, *História de Portugal*.

«A nada se atendia em Lisboa, — escreve o sr. Pinheiro Chagas. — Soprara um vento de loucura na corte de D. Miguel; e sua mãe, D. Carlota Joaquina, não era a menos atacada pela epidemia reinante.

No dia 25 de abril fazia ela anos. Nesse dia os agentes miguelistas começaram a agitar o povo, e magotes de pessoas, pelas ruas, começaram a gritar: «Viva D. Miguel I, rei absoluto!».

Pôs-se depois em cena a comédia das representações, com assinaturas forçadas, para que D. Miguel assumisse a realeza. Assim, em 3 de maio promulgou o decreto convocando os três Estados do reino. Estava desta forma tudo preparado para o crime de alta traição, que D. Miguel ia praticar.

Regente em nome do rei, D. Miguel acabava de violar todos os seus juramentos, e de atraiçoar a confiança, que nele haviam depositado, para destronar a princesa que desposara, para desobedecer ao rei legítimo, que nesse mesmo momento completava a sua abdicação e lhe dava assim a prova mais absoluta de confiança! Podem alegar como quiserem, que os juramentos políticos não ligam os que os prestam. Há aqui um sofisma transparente, que é fácil patentear. Pode o homem, que prestou juramento a uma constituição política, entender que é indispensável, que essa constituição se transforme ou modifique, nem há constituição alguma que se proclame perpétua. Se pelos meios pacíficos e legais não pode conseguir essa modificação que reclama, pode recorrer à força das armas e derrubar essa mesma constituição que jurou: mas jurá-la premeditadamente só com o fim de a atraiçoar, fazer as mais cordeais promessas de sinceridade, só para obter hipocritamente o mando supremo, que lhe é indispensável para satisfazer o fim que tem em vista, e jurá-la única e exclusivamente para empolgar os meios de a destruir, é o que realmente não pode deixar de estigmatizar-se, e foi contudo o que D. Miguel fez. Não tardaria a amargurá-lo».^b

*

^b Pinheiro Chagas, *História de Portugal*, vol. VI.

Este ato criminoso de D. Miguel levou os liberais à mais justa e patriótica resistência, e as Cortes europeias a censurá-lo.

Mas D. Miguel, cego pela ambição de ser rei, cercado de desvairados e rancorosos absolutistas, continuou loucamente no inglório caminho para realizar por completo a usurpação; e depois da famigerada reunião dos Três Estados, no palácio da Ajuda, em 23 de junho de 1828, na qual fizeram figuras altamente ridículas e servis muitos dos que haviam aplaudido, jurado e defendido a Constituição, foi o usurpador D. Miguel coroado rei absoluto, servindo de condestável o duque de Cadaval.

As forças liberais, mal organizadas, sem a presença, em devido tempo, de generais competentes, pois Saldanha e Vila Flor estavam em Inglaterra, e a sua vinda, no *Belfast*,²¹ já tardia, de nada serviu, tiveram de retirar desastrosamente para a Galiza.

«Qual foi o primeiro ato do governo de D. Miguel? Qual foi a sua primeira inspiração, nesse momento em que o povo inteiro o aclamava com delírio, que ele podia ter quase a certeza completa de que nem a mais leve nuvem ensombrava o seu horizonte?»

Foi por acaso um pensamento de clemência, como os que o júbilo e a satisfação completa dos desejos da alma humana naturalmente inspiram? Não! Foi um decreto de proscrição e de sangue, foi um decreto para se levantarem cadafalsos, foi o decreto que nomeou a famosa «Alçada», que foi julgar os implicados nos acontecimentos do Porto.

[...]

O fanatismo tomava realmente proporções inacreditáveis. Havia o fanatismo da adoração e o fanatismo da violência. Deificavam D. Miguel, e aos pés de altares derramavam sem remorsos o sangue de vítimas humanas. Os defensores do régimen eram principalmente José Agostinho de Macedo²² e frei Fortunato de São Boaventura,²³ os panfletários desbragados que não conheciam limites à violência delirante da sua linguagem; os agentes prediletos desse régimen nefasto eram Leite de Barros²⁴ e Teles Jordão;²⁵ a musa dessa política descomposta era D.

Carlota Joaquina. Portugal entrou perfeitamente num período orgíaco semelhante ao dessas festas báquicas da Antiguidade, em que se perdia a razão no meio das cerimónias mais atrozes e dos ritos mais sanguinolentos».^c

Referido assim ao correr da pena, e mais que resumidamente, os acontecimentos desta época de perseguição, morte, sangue e luto, que atravessou Portugal, o que fizemos para ligação dos acontecimentos gloriosos de que depois foi teatro a ilha Terceira, lancemos um espesso véu sobre tantos horrores e crimes praticados, que a história já arquivou para vergonha e condenação eterna da memória dos criminosos, e vejamos quais foram esses acontecimentos, que imortalizaram a terra querida da pátria que nos foi berço.

- 1 A nau *D. João VI* foi lançada ao mar em 24 de agosto de 1816. Aparelhava a galera de três mastros, com papafigos, gáveas, joanetes e três velas de proa. A lotação em 1817 era de 537 homens e armava com 74 bocas de fogo. Depois de uma carreira distinta, que incluiu a participação na batalha de 11 de agosto de 1829, uma comissão de vistoria deu em 1852 o navio por inútil, sendo a nau desmanchada.
- 2 D. Pedro estava certo de que não poderia acumular as coroas de Portugal e Brasil, porque o Império, cioso da sua recente independência, se oporia a essa solução, a qual também não seria aceitável para o Reino de Portugal. Perante a impossibilidade de uma união pessoal, a 2 de maio de 1826 D. Pedro escolheu a coroa imperial e abdicou da portuguesa em favor de sua filha D. Maria da Glória, princesa do Grão-Pará. Dois dias antes, a 29 de abril, outorgara uma Carta Constitucional aos portugueses. Contudo, a abdicação estava sujeita ao cumprimento prévio de duas condições: (1) que a Carta fosse jurada pelo reino e por D. Miguel; e (2) que este efetuasse o seu casamento com D. Maria da Glória. Nesse sentido, afirmava: «*Esta minha abdicação e cessão não se verificará, se faltar qualquer destas duas condições*» No entretanto, enquanto a rainha não fosse proclamada, D. Pedro IV reinaria através da regente D. Isabel Maria (cf.: Maria de Fátima Bonifácio, «A «causa» de D. Maria II (1826-1834)», in *Análise Social*, vol. XXXIX (172), 2004, 519-545).
- 3 Francisco Gomes da Silva (Lisboa, 22 de setembro de 1791 — Lisboa, 30 de dezembro de 1852), dito o *Chalapa*, confidente do primeiro imperador do Brasil, D. Pedro I. Filho natural do visconde de Vila Nova da Rainha, foi educado no Seminário de Santarém onde se revelou de grande inteligência. Acompanhou a corte portuguesa para o Rio de Janeiro onde, depois de uma juventude aventureira, acabou por ingressar no círculo próximo do infante D. Pedro, depois imperador do Brasil, como uma espécie de secretário particular. Terá escrito discursos para o imperador, e depois rei D. Pedro IV, e é apontado como um dos autores de partes da Constituição brasileira de 1824 e da Carta Constitucional portuguesa de 1826.
- 4 João Carlos Gregório Domingos Vicente Francisco de Saldanha Oliveira e Daun (Lisboa, 17 de novembro de 1790 — Londres, 21 de novembro de 1876), 1.º conde, 1.º marquês e 1.º duque de Saldanha, também conhecido por Marechal Saldanha, oficial do Exército, no qual atingiu o posto de marechal, diplomata e um dos políticos dominantes do século XIX em Portugal. Teve uma carreira política que se iniciou na Guerra Civil Portuguesa (1828-1834) e só terminou com a sua morte em 1876. A sua longa carreira, e os cargos de relevo que exerceu, fizeram dele o mais importante homem de Estado do período da monarquia constitucional, influenciando de forma substancial o rumo dos acontecimentos políticos em Portugal ao longo de meio século. Entre outros cargos e honrarias, foi marechal general do Exército, par do reino, conselheiro de Estado efetivo, ministro plenipotenciário em Londres, mordomo-mor da Casa Real, vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, vinte e quatro vezes ministro, assumindo designadamente as pastas da Guerra e dos Negócios da Fazenda, e por quatro vezes presidente do Conselho de Ministros (em 1835, 1846-1849, 1851-1856 e em 1870).
- 5 Bernardo José de Abrantes e Castro (Santa Marinha (Seia), 1771 — Lisboa, 14 de novembro de 1833), médico formado pela Universidade de Coimbra (1797), diplomata e jornalista, fundador e redator do *Investigador Português* em Londres, periódico mensal patrocinado pela Coroa Portuguesa, então no Rio de Janeiro, que circulou entre julho de 1811 e fevereiro de 1819.
- 6 O ato de abdicação foi publicado no n.º 161 da *Gazeta de Lisboa*, edição de 6ª feira, dia 12 de julho de 1826.
- 7 Francisco José (Florença, 12 de fevereiro de 1768 — Viena, 2 de março de 1835), em alemão Franz Joseph Karl, último imperador do Sacro Império Romano-Germânico, como Francisco II, de 1792 até à sua abdicação em 1806 após a derrota na Batalha de Austerlitz frente às tropas de Napoleão Bonaparte. Foi o primeiro imperador

c Pinheiro Chagas, *História de Portugal*, referida.

-
- da Áustria, como Francisco I, de 1804 até sua morte, e também rei da Hungria, Croácia e Boémia a partir de 1792. Serviu como primeiro presidente da Confederação Germânica após a sua criação em 1815.
- 8 João de Noronha Camões de Albuquerque Sousa Moniz (Lisboa, 20 de abril de 1788 — Braga, 23 de junho de 1827), 9.º conde de Vila Verde e 6.º marquês de Angeja, par do reino por carta régia de 30 de abril de 1826, de que não chegou a tomar posse. Gentil-homem da câmara de el-rei D. João VI de Portugal, tenente-general do Exército que entre outros cargos foi governador das armas da Província do Algarve e depois da Província do Minho. Era governador das armas da Província do Minho quando rebentou a revolta absolutista em 1826. Abraçou imediatamente a causa liberal, combatendo as guerrilhas em Trás-os-Montes, conseguiu reunir-se na Lixa com o conde de Vila Flor. Na Ponte do Prado e na Ponte da Barca derrotou as forças miguelistas em fevereiro de 1827.
- 9 António de Azevedo Cunha (c. 1780 — Lisboa, 1829), tenente-coronel, comandante do Batalhão de Caçadores n.º 10 e governador da praça de Valença. Aprisionado pelos miguelistas e trazido para Lisboa, foi morto na prisão. Um seu filho homónimo foi engenheiro militar e deputado.
- 10 Maria Teresa de Bragança (Lisboa, 29 de abril de 1793 — Trieste, 17 de janeiro de 1874), filha primogénita de D. João VI de Portugal e da infanta Carlota Joaquina da Espanha, irmã mais velha do rei D. Pedro IV. Muito conservadora, aliou-se a seu irmão D. Miguel na tentativa daquele infante obter a coroa de Portugal durante a Guerra Civil Portuguesa. Também foi aliada do seu tio materno, e seu segundo marido, D. Carlos de Bourbon, conde de Molina, que desejava obter a coroa espanhola durante o reinado de Isabel II de Espanha.
- 11 O Batalhão de Voluntários Académicos, formado em 1826 em Coimbra, era um corpo de tropas com seis companhias, formado na esmagadora maioria por estudantes da Universidade de Coimbra, que se distinguiu nos dias difíceis regência da infanta D. Isabel Maria, em apoio às forças liberais que combatiam a forte facção absolutista. Organizado contra a vontade da Universidade e do Governo, recebeu a proteção do então general João Carlos de Saldanha que, como Ministro da Guerra, determinou a anulação das faltas marcadas aos estudantes que compunham o Batalhão. O batalhão foi dissolvido em 1827.
- 12 António Pinto Álvares Pereira (—) oficial do Exército, comandante Militar de Coimbra em 1826-1827, procedeu à distribuição de armamento e munições para os Corpos de Voluntários criados pelos estudantes da Universidade de Coimbra que deu origem ao Batalhão Académico de 1826-1827. Deputado nas Cortes Gerais eleitas em 1826, esteve preso na Torre de São Julião da Barra. Celebrizou-se, já como oficial general, ao comandar as tropas liberais que em 1834 resistiram sitiadas em Marvão, num dos últimos episódios bélicos da Guerra Civil.
- 13 William Henry Clinton (Lyons, Surrey, 23 de dezembro de 1769 — Cockenhatch, 15 de fevereiro de 1846), general e político britânico que se distinguiu durante as Guerras Napoleónicas, tendo comandado a força britânica que tomou e ocupou a Madeira entre 1801 e 1802 e depois a divisão britânica que esteve em Portugal no período que precedeu a Guerra Civil Portuguesa. Foi membro do Parlamento britânico.
- 14 Rodrigo Navarro de Andrade (Guimarães, 2 de julho de 1765 — Baden bei Wien, Áustria, 22 de fevereiro de 1939), 1.º barão de Vila Seca, oficial do Exército que se destacou durante a Guerra Peninsular. Fidalgo-cavaleiro da Casa Real, foi enviado-extraordinário e ministro plenipotenciário de Portugal na Corte de Viena de Áustria.
- 15 António Teles da Silva Caminha e Meneses (Torres Vedras, 22 de setembro de 1790 — Lisboa, 8 de abril de 1875), primeiro e único visconde com grandeza e marquês de Resende, aristocrata que permaneceu no Brasil após a independência daquele país, servindo como enviado e ministro plenipotenciários do Império do Brasil junto das cortes de Viena, Paris e Moscovo.
- 16 Klemens Wenzel Nepomuk Lothar, príncipe de Metternich-Winneburg zu Beilstein (1773 — 1859), mais conhecido por Metternich, diplomata que esteve no centro da política europeia durante cerca de três décadas, como ministro dos negócios estrangeiros do Império Austríaco desde 1809 e como seu chanceler a partir de 1821 até que a revolução liberal de 1848 forçou a sua demissão.
- 17 Carlos X de França (Versalhes, 9 de outubro de 1757 — Görz, 6 de novembro de 1836), rei da França e Navarra de 1824 até sua abdicação forçada em 1830. Sucedeu no trono a seu irmão Luís XVIII e reinou por quase seis anos, até que a Revolução de Julho de 1830 forçou a sua abdicação e elegeu Luís Filipe I, duque d'Orleães, como o novo rei.
- 18 Fernando VII de Espanha (San Lorenzo de El Escorial, 14 de outubro de 1784 — Madrid, 29 de setembro de 1833), rei de Espanha entre março e maio de 1808, reinado que interrompeu em resultado das forçadas abdicções de Baiona, mas que retomou o reinado após a expulsão do rei invasor José Bonaparte e o seu retorno ao país. Reinou neste segundo período de maio de 1814 até à sua morte, exceto num breve intervalo em 1823, quando foi destituído pelo Conselho da Regência durante o Triénio Liberal.
- 19 Philipp von Neumann (Bruxelas, 4 de dezembro de 1781 — Bruxelas, 14 de janeiro de 1851), de seu nome completo Philipp Roger Franz von Neumann, Freiherr von Neumann, por vezes referido na literatura lusófona por barão de Neumann ou cavaleiro de Neumann, diplomata austríaco com uma carreira distinta, próximo do príncipe de Metternich, que desempenhou importante papel nas negociações entre o Império Austríaco, o Reino de Portugal e o Império do Brasil que resultaram nos acordos de outubro de 1827 visando os esponsais da futura rainha D. Maria II de Portugal com seu tio, o infante D. Miguel.
- 20 *Governador das Armas* foi um cargo, criado por D. João IV em 1641, por transformação das funções dos antigos fronteiros-mores, dada a necessidade de criar estruturas de comando que cobrissem os pontos mais sensíveis para a defesa do território, mesmo que longe das fronteiras externas. Correspondia às funções de comandante operacional das diferentes forças do Exército distribuídas por essas regiões.
- 21 Por iniciativa Pedro de Sousa Holstein, futuro duque de Palmela, os liberais exilados em Londres fretaram o vapor *Belfast*, pela quantia de 47 libras diárias, para os trazer de Plymouth ao Porto em tempo de poderem liderar a revolta que ali se declarara contra o governo de D. Miguel. O financiamento da expedição foi assegurado

por Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, o barão e depois visconde de Itabaiana, ministro plenipotenciário do Império do Brasil em Londres. Os líderes liberais embarcaram em Plymouth a 16 de junho de 1828, na companhia de algumas das figuras mais notáveis da aristocracia liberal. O insucesso da revolta, que ficaria conhecida como a *Belfastada*, levou a que retirassem para Inglaterra, tendo o *Belfast* deixado o Porto a 3 de julho levando de volta a maioria dos líderes liberais que trouxera.

- 22 José Agostinho de Macedo (Beja, 11 de setembro de 1761 — Lisboa, 2 de outubro de 1831), sacerdote e prolífico escritor que se destacou na crítica ao liberalismo. Foi um dos principais defensores do miguelismo entre a intelectualidade portuguesa do seu tempo. Também se destacou pela sua aversão à obra de Camões, afirmando em relação a *Os Lusíadas*, que «*tiradas do poema as oitavas inúteis, ficava reduzido a cousa nenhuma*».
- 23 Fortunato de São Boaventura (Alcobaça, 30 de abril de 1777 — Roma, 6 de dezembro de 1844), monge cisterciense e arcebispo de Évora. Fez os primeiros estudos no Mosteiro de Alcobaça, doutorando-se em Teologia na Universidade de Coimbra, onde em 1812 foi nomeado lente. Nos anos que se seguiram a 1820, declarou-se acérrimo defensor do regime absolutista e foi um dos mais prolíficos escritores de temas histórico-filológicos do seu tempo. Destacou-se particularmente entre os panfletários políticos da sua época na área do pensamento contrarrevolucionário. Foi reformador geral dos estudos e arcebispo de Évora sob D. Miguel, a quem serviu afincadamente no exílio.
- 24 José António de Oliveira Leite de Barros (São Gens, Fafe, 3 de setembro de 1749 — Coimbra, 4 de agosto de 1833), conde de Basto, bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra. Foi desembargador da Casa da Suplicação, comendador professo na Ordem de Cristo, Ministro e Secretário de Estado do Reino do rei D. João VI e Ministro e Secretário de Estado da Justiça no Ministério nomeado em 1828 por D. Miguel, no qual, juntamente com o brigadeiro Joaquim Teles Jordão, implantou o terror em Lisboa e no Porto, enviando para a forca, apenas com instrução sumária, alguns revoltosos, o que fez dele uma das figuras mais odiadas e vilipendiadas do período da Guerra Civil. Era figura central da ala dura do partido apostólico e, para os liberais, símbolo da opressão do governo miguelista.
- 25 Joaquim Teles Jordão (Guarda, São Vicente, 1777 — Cacilhas, 23 de julho de 1833), oficial general do Exército ligado à facção conservadora miguelista. Apesar de ter aderido à revolução liberal de 1820, como comandante das tropas aquarteladas em Braga, participou na *Martinhada* e desempenhou papel de grande relevo na repressão do movimento liberal em Lisboa na sequência da restauração do absolutismo por D. Miguel. Destacou-se no Cerco do Porto e depois na defesa de Lisboa contra o avanço das tropas liberais, morrendo em combate na véspera da tomada de Lisboa pelas forças liberais.

Capítulo XXXVI

Acontecimentos mais notáveis na ilha Terceira e nos Açores nas lutas em prol da liberdade. A revolta liberal de 22 de junho de 1828

Em 21 de agosto de 1826 era prestado, na ilha Terceira, o juramento à Carta Constitucional, de que também foi portador para esta ilha *Sir* Charles Stuart,¹ a quem D. Pedro concedeu o título de marquês de Angra.²

Este ato correu friamente, pela incerteza em que todos se encontravam, com respeito ao futuro político do país, pois corria como certo que tudo mudaria com a vinda de D. Miguel para Portugal. Além disto, os liberais acharam prudente só cumprir com o dever de prestar juramento à Carta Constitucional, e aguardar os acontecimentos, sem manifestações que fossem acirrar mais os ânimos rancorosos dos absolutistas.

Em São Miguel o juramento limitou-se aos atos oficiais, e na Horta é que este ato se realizou com toda a solenidade, havendo iluminações, bailes e récitas, cavalhadas, músicas e outras diversões demonstrativas do regozijo público.

No dia 21 de março de 1828 recebia-se, na ilha Terceira, a notícia, de que tinha regressado a Lisboa o infante D. Miguel, a quem el-rei D. Pedro havia nomeado regente, na qualidade de seu lugar-tenente, durante a menoridade da rainha, e que o mesmo infante havia prestado juramento à Carta Constitucional, e fidelidade ao rei e à rainha.

Esta notícia, que era uma prova evidente de D. Miguel reconhecer como rei de Portugal, a seu irmão D. Pedro, e ao mesmo tempo de que aceitava o novo regímen político, levou os liberais a tomar parte nas festas realizadas, conjuntamente com os absolutistas, embora cada grupo se mantivesse perfeitamente separado.

O fidalgo terceirense Teotónio de Ornelas Ávila Paim da Câmara Ponce de Leão, o mais rico proprietário da ilha, legítimo representante do primeiro donatário da Terceira, Jácome de Bruges, e descendente direto dos beneméritos terceirenses, Francisco de Ornelas Paim da Câmara e capitão João de Ávila, a que já nos referimos, havia atingido a maioridade, pois, até então, estivera sob a tutela de sua respeitável mãe D. Rita Pulquéria de Ornelas Paim da Câmara.

Este ilustre terceirense, conjuntamente com os seus não menos ilustres primos Pedro Homem da Costa Noronha Ponce de Leão e Manuel Homem da Costa Noronha,³ filhos do morgado Manuel [José] Homem da Costa Noronha Ponce de Leão,⁴ «acompanhados de outros mancebos distintos por suas pessoas, qualidades e prendas», vestindo casaca preta e calças brancas, e tendo à sua frente uma música, percorreram as ruas da cidade, indo até junto do palácio onde residia o general Manuel Vieira Tovar de Albuquerque, tocando e cantando os hinos constitucionais,⁵ soltando vivas a el-rei D. Pedro, à Carta, e ao regente. Estas manifestações foram repetidas durante os três dias festivos.

Outro grupo, dirigido pelos cadetes Luís Pacheco de Lima⁶ e Estêvão Pacheco de Lima,⁷ filhos do fidalgo Luís Pacheco de Lima,⁸ e acompanhados de várias pessoas de distinção, tendo à frente uma música, que tocava o hino realista,⁹ dava vivas ao infante D. Miguel, a D. Carlota Joaquina e ao general.

O primeiro grupo foi recebido friamente pelo general Tovar, enquanto ao segundo foram-lhe dadas todas as provas de consideração e aplauso.

Estavam assim definidos os campos liberal e absolutista, com a diferença, que o primeiro não era já composto por um limitado grupo, como em abril de 1821. As ideias e os princípios liberais, tinham conquistado devotados adeptos entre os terceirenses, e à sua frente estavam colocados filhos distintos da ilha Terceira, representantes da antiga nobreza, e descendentes legítimos dos varões mais ilustres, que pelos seus feitos valorosos, pela sua lealdade, civismo e amor pátrio, eram luzeiro inapagável nas páginas da história.

Vai, pois, principiar a luta entre os defensores despotismo e os apóstolos da liberdade; entre os sectários das trevas e do erro e os amantes da luz e da verdade; entre os que queriam a humanidade escrava dos grandes, dos poderosos e do clero, e os que a queriam emancipar dessa escravidão, e libertá-la da tutela, «que era a negação formal do raciocínio, e a luta contra a luz que ilumina o espírito»; entre os que pretendiam trazer a consciência presa ao fanatismo estúpido e à superstição parva, e os que desejavam a consciência libérrima em toda a sua ação, e cada qual no pleno direito de pensar e crer segundo a sua razão e soberana vontade lhe determinassem.

A luta tinha de ser cruenta. Os apóstolos da liberdade eram em número limitado, em comparação com o número dos defensores do despotismo, mas em compensação estavam animados por crenças sinceras, fortalecidos pela fé que os inspirava, dimanada da causa do bem que defendiam. Os seus seguidores, também em número limitado, não os acompanhavam conscientemente no salutar movimento para a regeneração social, como sucedia aos seus inimigos. Depois, estavam confiados nessa grande verdade, que o espírito da época pode mais do que os indivíduos, e que nada há que possa impedir o caminhar progressivo da humanidade para a sua perfeitibilidade.

Era louca e temerária a empresa? Sim. Mas sublime loucura, e abençoada temeridade, que haviam de iluminar o espírito com a luz da verdade, e libertar a consciência humana das garras do fanatismo que escravizava o cérebro humano, impedindo-lhe todas as aspirações elevadas, todos os ideais nobres, todo o seu caminhar ativo na senda do progresso e da civilização.

Recordemos, pois, o que se passou.

A sofreguidão em que estavam os absolutistas angrenses de ver derrubado o sistema constitucional, e de ter no trono português um rei absoluto, que eles sabiam estar bem no infante D. Miguel, não lhes permitiu aguardar os acontecimentos, e esperar a notícia final do ato criminoso da usurpação, que se estava preparando no continente.

Mais absolutistas do que o próprio rei absoluto, queriam um rei, primeiro do que ele usurpasse o título, e assim não estiveram para delongas, fizeram o seu rei bem-amado, com uma tumultuária aclamação, realizada no dia 18 de maio de 1828.

Os três braços do Estado tinham de se reunir na Ajuda, para a decisão final da criminosa comédia, posta em cena em Lisboa, em que se tinha de esclarecer os pontos de Direito português, que D. Miguel dizia necessitar serem esclarecidos, para se legalizar a usurpação, mas isso era caso secundário para os absolutistas angrenses, porque superiores aos três Estados estavam eles, e assim aquele que era ainda regente em todo o país, já era o seu rei na ilha Terceira.

E bom foi que assim sucedesse, para a ilha Terceira se poder orgulhar de que D. Miguel, nunca, como rei, dominou neste rochedo, baluarte das liberdades pátrias.

Tudo aquilo, que os absolutistas terceirenses fizeram, nada significou, além do gosto que tiveram em dar vivas a «*D. Miguel, rei absoluto*», e lavrarem um auto de aclamação.

E a demonstração desta afirmativa está em que a reunião dos três Estados, para *legalizar* a usurpação do título de rei, para D. Miguel, teve lugar no dia 23 de junho de 1828, sendo o usurpador aclamado e coroado no dia 30 do mesmo mês; e em 22 de junho de 1828, realizava-se em Angra a memorável revolução liberal, que proclamou os direitos do legítimo rei D. Pedro IV.

Esta é a verdade, que os factos demonstram e o confronto de datas confirma.

D. Miguel, como rei usurpador, dominou nas restantes ilhas dos Açores, e nas demais terras portuguesas, mas aqui, na ilha Terceira, não.

*

Fez-se, pois, a aclamação tumultuária de D. Miguel em sessão da Câmara, sendo o auto ditado pelo dr. Roberto Luís de Mesquita Pimentel, de combinação com Jerónimo Martins Pamplona¹⁰ e Luís Meireles do Canto [e Castro], por não agradar a forma como ia sendo encaminhado aquele ato pelo juiz-de-fora José Jacinto Valente Farinho.¹¹ A Câmara em nada interveio. Recusando-se o capitão Agapito Pamplona Rodovalho a assinar o auto, foi logo preso, o que serviu para outros circunstantes não lhe seguirem, embora desejassem, o seu nobre exemplo.

Depois disto, e das formalidades do estilo, que todas se fizeram para dar o carácter de legalidade àquele ato tumultuário, foi a Câmara em corporação ao palácio do general, que veio à janela dar os vivas, percorrendo em seguida a Câmara as ruas da cidade, precedida de quatro foliões, que tocavam e dançavam. Não nos dizem os historiadores se cantavam «*o rei chegou*».¹²

Houve *Te Deum* com assistência das forças da guarnição, e no fim os respetivos vivas, notando-se, e causando certo receio, o nenhum entusiasmo que mostrou por aquele ato a força de Caçadores n.º 5, negando-se o seu comandante, José Quintino Dias,¹³ a cumprir ordens que lhe não fossem dadas por escrito.

«Um pouco de água fria, — escreve o sr. Manuel Pinheiro, — naquela fervura, que ameaçava cozer os liberais, que em pouco tiraram a desforra, apesar das enormes dificuldades, que se lhes antolhavam».

Os frades franciscanos associaram-se entusiasticamente às manifestações de júbilo dos absolutistas, convertendo o frontispício da igreja em fortaleza, de onde davam descargas de fuzilaria. Frei José do Livramento,¹⁴ franciscano, foi tal o seu entusiasmo, que desceu à praça pública a pregar um *sermão de enterro* da Carta Constitucional.

Nas Câmaras da Praia e São Sebastião, realizou-se no dia seguinte o ato da aclamação, e o deão Frutuoso José Ribeiro, governador do bispado, mandou os padres dizerem na missa *«Regem nostrum Michaellem»*,¹⁵ e o clero paroquial promoveu marchas populares, que capitaneou, entrando na cidade, ao som de instrumentos campestres, entoando hinos, chacotas, dançando e dando vivas ao *«rei absoluto»*. E, como se tudo isto fora pouco, o púlpito transformou-se em tribuna política, o confessionário em ratoeira para os fanáticos e ignorantes.

Toda esta alegria, porém, tinha de ser pouco duradoura. A Providência, nos seus altos desígnios, havia destinado este formoso rochedo açoriano, para refúgio e guarida das liberdades pátrias, e assim baldado era o empenho dos reacionários em aclamar o seu *rei absoluto*, irrisório o tentar levantar obstáculos ao caminhar das ideias, porque:

«[...] as ideias — escreve o sr. visconde de Ouguela,¹⁶ — têm uma força de expansibilidade, e uma energia no seu desenvolvimento, assim como a luz, a eletricidade e o magnetismo, são a expressão de causas misteriosas, e de movimentos impenetráveis e desconhecidos. E tal é a intensidade das crenças, que quanto mais alto se levanta o patíbulo, quanto maior é o charco de sangue em que se pretende afogar uma ideia, mais eficaz se torna o proselitismo, e mais viva é a fé dos adeptos».

E por ser isto incontestável, é que, no ainda limitado número dos liberais angrenses, nos quais imperava a intensidade das crenças e a fé mais viva, apenas restabelecidos do assombro que lhes causou aquele ato da aclamação tumultuária de D. Miguel, se apoderou uma vontade tenaz, fundada no mais

ardente patriotismo, de energicamente todos reagirem, lutarem, para salvar a liberdade, restaurando a Carta Constitucional.

Unem-se, reúnem-se, e conspiram, para assunto de tão subida monta, os seguintes patriotas: Dr. João José da Cunha Ferraz, provisor do bispado e tesoureiro-mor; os morgados Teotónio de Ornelas Bruges, Pedro Homem da Costa Noronha, e seu irmão Manuel Homem da Costa Noronha, António Tomé da Fonseca [Carvão],¹⁷ António Borges Leal Corte-Real;¹⁸ os bacharéis Manuel Joaquim Nogueira,¹⁹ advogado, José Jacinto Valente Farinho, juiz-de-fora; o major Joaquim de Freitas Aragão;²⁰ Teófilo Rogério [Machado] de Andrade;²¹ e os capitães Luís Manuel de Moraes Rego²² e José Quintino Dias.

O general Tovar, que bem desejava manter o que estava feito, trata de perseguir os constitucionais, e estabelece o plano de deportar os mais importantes, com especialidade a Teotónio de Ornelas e a seus primos.

Foram deportados, para as ilhas, alguns oficiais, e a 21 de junho determinava Tovar a deportação de alguns oficiais inferiores, que eram tidos e havidos como aderentes aos princípios liberais.

Assim, tornava-se urgente pôr termo a esta continuada série de perseguições, e fazer-se a revolução primeiro que o general tivesse tempo de enfraquecer o grupo liberal, com as deportações parciais, que iniciara.

Na manhã de 21 de junho, a força de Caçadores 5, aquartelada no castelo de São João Baptista, manifestou claramente o querer sublevar-se, o que o governador do castelo e o comandante conseguiram acalmar, mas isto foi o bastante para Tovar expedir ordens, para se reforçarem as guardas principais da cidade, mandar seguir para Angra o regimento de milícias da Praia, e incumbir o capitão João Moniz de Sá Corte-Real²³ de organizar um corpo de voluntários, para defesa da pessoa do mesmo general e restante autoridades.

Tardias foram estas medidas, a que forçosamente teriam de seguir-se perseguições e crueldades.

Às 9 horas da noite de 21, toma o capitão Quintino Dias o comando das quatro companhias de Caçadores 5, compostas por cerca de 300 homens, e tendo por imediato o tenente Francisco Eleutério Lobão,²⁴ apossa-se do castelo, prende o

governador Caetano Paulo Xavier, e descendo à cidade, pelas duas horas da madrugada de 22, acompanhado por uma força, da qual entregou o comando ao tenente Lobão, dirige-se ao palácio do general, onde encontrou franca entrada. Dando voz de preso ao general, obriga-o a assinar uma ordem para o batalhão da Praia e as forças da cidade deporem as armas e retirarem-se a suas casas.

Encontrando resistência na rendição do oficial e soldados da guarda do palácio, e não sabendo qual o destino das milícias de Angra, que supunha terem-se ido incorporar com as da Praia, tomou a precaução, depois de um pequeno tiroteio, de se retirar ao Largo Onze de Agosto,²⁵ ficando de observação.

Ao amanhecer, tendo reunido maior força, ataca a guarda do palácio, consegue desarmá-la, prende Tovar e os seus ajudantes de campo, [António Isidoro de] Morais Âncora²⁶ e [Manuel José] Coelho Borges, sendo estes últimos conduzidos imediatamente para o castelo; o general [também foi levado ao castelo] na tarde desse dia, devido ao seu mau estado de saúde não o permitir em ato contínuo à prisão.

Realizada a revolução, com extraordinária felicidade, tratou-se de se organizar com a devida legalidade um governo interino, convocando o juiz-de-fora, Valente Farinho, a respetiva Câmara, de que era presidente.

Pelas 10 horas da manhã teve lugar a sessão camarária, com a assistência dos representantes das três classes, clero, nobreza e povo, e depois de um judicioso discurso do presidente, procedeu-se à nomeação do governo interino, o que teve impugnação da parte de alguns concorrentes, que entendiam dever ter o governo o carácter de provisório.

Foram eleitos para o governo o dr. João José da Cunha Ferraz, tesoureiro-mor da catedral, dr. José Jacinto Valente Farinho, pela recusa do corregedor, e o coronel de engenheiros José Rodrigo de Almeida,²⁷ em substituição do brigadeiro D. Inácio de Castil-Branco²⁸ que estava doente. Foram nomeados o bacharel Manuel Joaquim Nogueira, secretário, e ajudantes de ordens o capitão de milícias Teotónio de Ornelas Bruges Ávila e Manuel Homem da Costa Noronha.

O auto deste memorável feito é o seguinte:

— Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e vinte oito, aos vinte e dois dias do mês de junho do dito ano nesta cidade de Angra da ilha Terceira, e na sala da Câmara da mesma cidade onde se achavam juntos em vereação extraordinária o ministro dr. juiz de fora, presidente, vereadores, procurador do concelho, e mais pessoas da nobreza e povo, abaixo-assinados, se procedeu à vereação do modo seguinte. — Nesta vereação apresentou o ministro juiz-de-fora presidente a participação que havia recebido do comandante interino do Batalhão n.º 5 de Caçadores José Quintino Dias, na qual se lhe comunica a deliberação que tomou o referido batalhão de restaurar a legitimidade do Senhor D. Pedro IV e de sua augusta filha a senhora D. Maria II: para o que o forçaram as circunstâncias a prender o governador e capitão general destas ilhas: em consequência do que se fazia necessária a nomeação do governo interino na forma do alvará de 12 de setembro de 1770.²⁹ E logo na presença das sobreditas representações, e acontecimentos que tiveram lugar no dia de hoje, em que a tropa cheia de entusiasmo tem aclamado El-Rei o Senhor D. Pedro IV por legítimo Rei deste reino, e sua Augusta filha a Senhora D. Maria II nossa Rainha, na conformidade da Carta Constitucional, protestando derramar a última gota de sangue para defender a sua legitimidade: se deliberou pela Câmara, e mais pessoas que foram presentes, que ficasse de nenhum efeito o ato de vereação do dia 18 do mês passado, no qual foi aclamado o sereníssimo infante D. Miguel por uma comoção popular, que nesse dia teve lugar, sem que a Câmara pudesse deliberar, nem as pessoas das três classes do estado, sobre as medidas que então convinha adotar-se. — Outrossim que, visto o impedimento do governador e capitão general, se designassem as pessoas que deviam compor o governo interino na conformidade do citado alvará, atenta a escusa do doutor corregedor, e não ser presente o deão deste bispado, pela exclusão que dele fez o voto unânime da mesma tropa; e nesta conformidade recaía a nomeação legal no referido tesoureiro-mor João José da Cunha Ferraz, por ser hoje a imediata dignidade da Sé ao dito deão; o brigadeiro D. Ignacio de Castil Blanco do Canto, o ministro doutor juiz de fora, presidente da Câmara e corregedor interino José

Jacinto Valente Farinho, e para secretário o bacharel Manuel Joaquim Nogueira. E por esta forma se houve esta vereação por finda que assinaram os vogais presentes, perante mim Manuel José Borges da Costa, escrivão da Câmara, que o escrevi. = Farinho = Barreto = Borges Cabral = Cabral.

Alexandre Martins Pamplona = Francisco de Menezes Lemos e Carvalho, moço fidalgo da Casa Real= José Maria da Silva e Carvalho³⁰ = Francisco Moniz Barreto do Couto,³¹ moço fidalgo, e por acrescentamento fidalgo escudeiro da Casa Real = João José da Cunha Ferraz, tesoureiro-mor = Francisco Eleutério Lobão Merens e Castro, tenente do Batalhão de Caçadores n.º 5 = António Homem da Costa Noronha, fidalgo cavaleiro e 1.º tenente do Batalhão de Artilharia = José Quintino Dias, capitão do 5.º de Caçadores = Pedro Homem da Costa Noronha, fidalgo da Casa Real e tenente-coronel do Batalhão n.º 1 = António da Fonseca Paim da Câmara, fidalgo da Casa Real e capitão reformado, convocado = Teotónio de Ornelas Bruges, fidalgo cavaleiro da Casa Real = José Maria do Carvalhal da Silveira,³² fidalgo cavaleiro da Casa Real = António Cardoso Sousa e Liz,³³ alferes do 5.º de Caçadores = Joaquim Bernardo da Fonseca,³⁴ contador geral = Mateus de Menezes Lemos e Carvalho³⁵ = António José de Vasconcelos,³⁶ alferes do n.º 5 = Manuel Homem da Costa Noronha, fidalgo da Casa Real = Manuel Joaquim Nogueira = António Moreira da Silva,³⁷ negociante = Luís de Barcelos Merens Lobo,³⁸ 2.º tenente de Artilharia do batalhão de Angra = Francisco Leite Botelho de Teive,³⁹ fidalgo cavaleiro da Casa Real = Joaquim Pinheiro da Silva⁴⁰ = José Teodoro Coelho⁴¹ = Dinis Teixeira de Sampaio,⁴² administrador do Correio e ajudante de ordenanças = Bernardo Moniz Barreto do Couto,⁴³ moço fidalgo, acrescentado ao de fidalgo escudeiro da Casa de Sua Majestade = Félix José da Costa segundo escriturário da Contadoria Geral da Junta da Fazenda Pública destas ilhas = António Sebastião Espínola Homem,⁴⁴ major comandante dos fortes da ilha de São Jorge, presentemente nesta cidade = Cipriano da Costa Pessoa⁴⁵ = Francisco de Paula da Costa⁴⁶ = João Moreira da Silva,⁴⁷ alferes de caçadores n.º 1 de 2.ª linha = Francisco José Teixeira,⁴⁸ praticante da contadoria da Junta da Fazenda = Mateus

Homem Borges,⁴⁹ fidalgo cavaleiro da Casa Real = Mateus João de Bettencourt de Vasconcelos,⁵⁰ fidalgo cavaleiro da Casa Real = José Hilário Ameno Lopes,⁵¹ oficial da secretaria do governo = Luís José de Vasconcelos,⁵² negociante da praça desta cidade = António Lúcio Duarte dos Reis⁵³ = Vital de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos,⁵⁴ brigadeiro = Vicente Pedro de Korth,⁵⁵ cirurgião desta Câmara = Fernando de Sá Viana⁵⁶ = Joaquim António de Oliveira⁵⁷ = José Rodrigo de Almeida, coronel engenheiro = António Leonardo Pires Toste⁵⁸ = Francisco José Balieiro,⁵⁹ escrivão e tabelião de notas = Simão do Carvalho da Silveira,⁶⁰ fidalgo cavaleiro da Casa Real = António Plácido de Bettencourt Lemos⁶¹ = Nicolau Caetano de Bettencourt Pita,⁶² médico da Câmara = Joaquim José da Silva⁶³ = Luís António Pires Toste⁶⁴ = Alexandre de Oliveira⁶⁵ = Fernando Joaquim da Silva e Rocha⁶⁶ = José Augusto Cabral de Melo, secretário da Junta do Paço = António Botelho de Sampaio,⁶⁷ cura = Joaquim de Menezes Vasconcelos,⁶⁸ guarda-mor de saúde.

*

Constituído assim o governo interino, tratou este de proceder à aclamação nas duas restante Câmaras da ilha, de fazer a devida comunicação às demais ilhas do arquipélago, e de tomar todas as medidas, que as circunstâncias exigiam.

O governo do castelo foi entregue ao capitão José Quintino Dias, o das armas ao major Freitas Aragão e o da artilharia ao tenente António Homem da Costa Noronha.

Foi deportado para São Miguel o deão Frutuoso Ribeiro, e para esta e outras ilhas vários oficiais superiores e inferiores, que o governo tinha por suspeitos.

Os oficiais encarregados da defesa da costa, e que não inspiravam confiança, foram substituídos, e demitidos alguns oficiais de milícias. Foi tirada devassa para se proceder à prisão dos influentes no movimento revolucionário de 18 de maio,⁶⁹ e dos que se opuseram ao movimento de 22 de junho.

Na ilha do Faial foi bem aceite o movimento liberal terceirense, não sucedendo o mesmo em São Miguel. Destas duas ilhas, mandou o governo buscar a parte da guarnição, que pertencia ao valente Batalhão de Caçadores n.º 5, a qual foi festiva e entusiasticamente recebida em Angra, quando desembarcou a 5, 7 e

11 de julho. A guarnição vinda de São Miguel era comandada pelo major Zeferino de Sequeira.⁷⁰

Estavam as coisas neste estado, quando, a 15 de julho fundeou no porto de Angra a fragata *Princesa Real*,⁷¹ trazendo a seu bordo o almirante Henrique de Sousa Prego,⁷² que havia sido despachado capitão-general dos Açores.

Desembarcando o comandante com ofícios para o governo, para que aceitasse e desse posse ao almirante, foi-lhe esta negada, por deliberação unânime da Câmara, dos representantes dos três estados do povo, dos comandantes militares e dos governadores das fortalezas. Sousa Prego foi, dias depois, ter a São Miguel, onde o receberam e reconheceram.

De tudo o que fica exposto, mandou a Câmara participação a el-rei D. Pedro, solicitando-lhe socorros para a defesa da ilha, e assim da grande causa constitucional.

Este ato de energia, não se recebendo o capitão general Prego, causou furor entre os absolutistas, que juraram vingança, logo que restaurassem os direitos do seu rei D. Miguel, para o que estavam animados pela notícia recebida de que se tratava de organizar uma esquadra para subjugar a Madeira, único ponto português, que, além da ilha Terceira, não obedecia ao governo do rei absoluto, e que a esquadra depois viria a esta ilha obrigar os *rebeldes* à obediência.

Era naturalíssimo, que, em virtude desta notícia e das disposições vingativas dos miguelistas terceirenses, o governo se precavesse preparando a defesa contra os inimigos externos e internos. Assim, para estes principiou por mandar desarmar as milícias e ordenanças, e deportar os que pôde alcançar, não só militares como paisanos, e que considerava mais perigosos.

Todos estes atos, que circunstâncias extraordinárias levaram a praticar, fizeram aumentar o número dos descontentes.

A notícia da vinda da esquadra, e a fuga da divisão liberal, sob o comando do general Pizarro⁷³ para a Galiza e depois para a Inglaterra, vieram desanimar os liberais e o Batalhão de Caçadores n.º 5, que esteve prestes, devido ao seu comandante José Quintino Dias, a seguir para a Inglaterra no dia 24 de agosto.

Graças, porém, aos esforços do respeitável ancião, presidente do governo, o dr. Ferraz, de Teotónio de Ornelas, dr. Nogueira, tenente Lobão e outros militares e paisanos, não partiu o Batalhão de Caçadores n.º 5. Nesta ocasião principiaram a alistar-se vários patriotas como voluntários, e ativou-se os trabalhos da defesa da costa, nomeando-se pessoal de confiança para guarnição dos fortes.

Por proposta e a instâncias do dr. Ferraz, foi substituído o governo por uma Junta Provisória, que ficou composta pelo mencionado dr. Ferraz, pelo juiz de fora Farinho, por Quintino Dias, e Teotónio de Ornelas, que servia de capitão de voluntários, ficando secretário o dr. Nogueira.

Os primeiros socorros que chegaram a Angra, enviados por Palmela, segundo as ordens de D. Pedro, foram em 4 de setembro na fragata brasileira *Isabel*,⁷⁴ que a seu bordo conduzia o general Diocleciano Leão Cabreira⁷⁵ e outros oficiais emigrados. Os recursos constaram de algum dinheiro, armas e munições de guerra.

Depois das conferências havidas a bordo com o governo e os oficiais mandados por Palmela, desembarcaram estes no dia 8, sendo a presidência do governo e o comando da força entregues ao general Cabreira.

Feita a proclamação do novo general, tratou-se da conveniente organização de todo o pessoal de armas. A Junta deliberou mandar à Inglaterra o bacharel Manuel Joaquim Nogueira, para pessoalmente solicitar os socorros precisos. Nogueira foi acompanhado por José Inácio da Silveira.

*

Sabida a notícia de que a ilha da Madeira tinha sido subjugada pela esquadra miguelista, não podiam conformar-se os realistas terceirenses, que a ilha Terceira fosse o único ponto português, que não obedecesse a D. Miguel. Por este motivo, pelos seus ardentes desejos de vinganças pessoais, e para alcançarem as principais e vantajosas futuras posições, tratam de escolher quem se pusesse à frente de um movimento revolucionário, recaindo a escolha no capitão João Moniz Corte-Real, que logo tratou de obter recursos das ilhas do Faial, São Miguel, São Jorge e Graciosa, para o que saíram furtivamente em um barco o morgado Joaquim de Almeida⁷⁶ e Carlos Jorge da Silveira Séguier.⁷⁷

Os recursos recebidos pelo capitão João Moniz, e que chegaram no 1.º de outubro ao porto da freguesia dos Biscoitos, eram insignificantíssimos; umas duzentas espingardas, na sua maioria incapazes de servir; cartuchos; algumas balas; mas nada de pólvora, soldados e oficiais, quando muitos existiam nas ilhas onde foram enviados os emissários.

Era caso para um natural esmorecimento dos revolucionários, mas como a paixão cega o homem, e a ambição leva a todas as temeridades, não foi posta de parte a ideia da revolução, e logo se tratou de se organizar uma guerrilha, fazendo-se distribuição de armamento, prestando valiosa coadjuvação neste serviço o capitão de milícias João Moniz de Sá Barreto [Corte Real]. Em pouco tempo estavam armados de espingardas, espadas, chuços e foices, mais de 1500 homens.

De todo este movimento teve conhecimento o general Cabreira, bem como os revoltosos tinham conhecimento de tudo o que se passava na Junta Provisória. A espionagem e os delatores eram nos dois campos.

Para dispersar os revoltosos, que estavam acampados na freguesia dos Biscoitos, mandou Cabreira quarenta soldados, em duas divisões, de vinte cada uma, seguindo caminho diverso, mas com igual direção à mencionada freguesia. Estas pequenas divisões foram batidas, feitas prisioneiras e desarmadas pelos soldados do comando de Joaquim de Almeida, auxiliados pelo reforço que lhes trouxe o capitão João Moniz.

Contentes com esta vitória, dirigiram-se os amotinados à vila da Praia, com o fim de surpreender o destacamento que lá se encontrava, o que não conseguiram porque tendo disto conhecimento o comandante, havia-se retirado e recolhido ao castelo de Angra.

Chegados à Praia, estabelecem quartel general na Câmara; são convocados os vereadores e autoridades civis e eclesiásticas, é lavrado um auto, com assentimento geral, declarando de nenhum efeito o que se havia praticado em Angra no dia 22 de junho, nomeia-se um governo interino e resolve-se mandar um emissário ao general Cabreira «*com parte oficial do estado destas coisas, exigindo anuísse à aclamação de el-rei D. Miguel, ponderando-lhe o quanto vinha*

evitar desgostos de pessoas e famílias, pois que ali se proclamavam os princípios, que por então vogavam na Europa, em oposição das instituições liberais».

Cabreira tratou de pôr termo àquele movimento revolucionário, pois que era já elevado o número de pessoas armadas, que hora a hora iam dando entrada na Praia, embora na sua maior parte ignorantes da arte militar.

Para isto mandou prontificar, no dia 4 de outubro, meia brigada de artilharia, e uma força de infantaria de 150 praças, e colocando-se Cabreira à sua frente com o coronel José António da Silva Torres,⁷⁸ comandante da divisão, o capitão José Maria Taborda,⁷⁹ comandante de infantaria, e o capitão Luís Manuel de Morais Rego, comandante-geral de artilharia, seguiram pela estrada de cima em direção à vila da Praia. Pelo mar seguiu a fragata *Isabel* em direção à baía da mesma vila.

Eram esperados pelos amotinados no Pico do Seleiro. Colocadas as forças liberais em ordem de combate principiou um valente tiroteio, que durante hora e meia não se sabia de que parte estaria a vitória, mas conseguindo os liberais flanquear os miguelistas, foram estes postos em debandada, tratando cada qual de fugir o melhor que pôde.

Com esta assinalada vitória ficaram os liberais de posse da ilha Terceira, tendo a inquietá-los insignificantes guerrilhas compostas de soldados desertores, e aguardando os inimigos externos que a toda a hora eram esperados na esquadra miguelista, que havia subjugado ilha da Madeira.

1 Charles Stuart (Highcliffe Castle, Highcliffe (Dorset), 2 de janeiro de 1779 — Highcliffe Castle, 6 de novembro de 1845), barão de Rothesay, conde de Machico e 1.º e único marquês de Angra, diplomata britânico que desempenhou papel de grande relevo nas negociações que levaram ao reconhecimento por Portugal da independência do Brasil. O título de marquês de Angra foi-lhe concedido a 1 de maio de 1826, no Rio de Janeiro, por D. Pedro IV, sendo um dos atos finais daquele monarca enquanto rei de Portugal, pois abdicou no dia seguinte.

2 Marquês de Angra foi um título nobiliárquico criado por D. Pedro IV, a 1 de maio de 1826, véspera da sua abdicação como rei de Portugal, a favor do diplomata britânico Charles Stuart. O título foi concedido por uma vida, desaparecendo em 1845 com o falecimento do primeiro titular.

3 Manuel Homem da Costa Noronha (Angra, 2 de janeiro de 1807 — Furnas, 25 de setembro de 1832), filho de Manuel Homem da Costa Noronha Ponce de Leão e de D. Úrsula Cândida do Canto, fidalgo cavaleiro da Casa Real. Foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1822. Tomou parte ativa no movimento liberal de 1828 e participou incorporado nas forças liberais na submissão das restantes ilhas. Acusado de envolvimento na morte de dois realistas nos arredores das Velas e de ter mutilado um dos cadáveres, foi morto por dois guerrilheiros miguelistas (os «*calcetas*») quando se encontrava em casa de um amigo nas Furnas, ilha de São Miguel.

4 Manuel José Homem da Costa Noronha Ponce de Leão (Angra, 14 de março de 1784 — Angra, 5 de julho de 1824), morgado, grande proprietário, fidalgo cavaleiro da Casa Real e coronel do Regimento de Milícias de Angra. Era primo de Teotónio de Ornelas Bruges, o 1.º conde da Vila da Praia da Vitória, e pai de Pedro Homem da Costa Noronha (1809-1870) e de Manuel Homem da Costa Noronha (1807-1832), dois jovens que se destacaram entre os principais apoiantes da causa liberal na Terceira.

-
- 5 Desencadeada a Revolução Liberal do Porto, foram vários os hinos patrióticos alusivos à revolução e ao constitucionalismo que foram sendo adotados pelos partidários do liberalismo como forma de identificação e mobilização popular. Os mais conhecidos foram o *Hino Patriótico Constitucional*, composto em 1821, e o hino intitulado *Desagravo à Constituição*, composto em 1823, mas existiram hinos de carácter local, desconhecendo-se se terá sido o caso em Angra. Contudo, aquele que acabaria por ganhar foros de verdadeiro hino dos constitucionais foi o escrito pelo então príncipe D. Pedro de Alcântara (datado de 31 de março de 1821), na sequência da aprovação das Bases da Constituição que havia ocorrido em Lisboa. Aparentemente deslumbrado pela causa constitucional, D. Pedro de Alcântara, para celebrar a lei fundamental que estava em elaboração nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, onde viria a ser aprovada em 23 de setembro de 1822, compôs um breve trecho musical crismando-o de *Hino Constitucional*. Com letra da sua autoria, precedido de uma introdução musical de jeito marcial, o hino inicia-se com as palavras: «Ó Pátria, ó Rei, ó Povo / ama a tua Religião / observa e guarda sempre / Divinal Constituição!». Tocado como hino identificador dos partidários do liberalismo, o hino só viria a ser oficializado, enquanto elemento protocolar, em março de 1834, já no reinado de D. Maria II. Como, entretanto, já havia sido outorgada a Carta Constitucional (1826), foi rebatizando como *Hymno da Carta*, nome pelo qual é hoje conhecido (cf.: Maria José Quaresma de Carvalho Alves Borges Valentim, *A produção musical de índole política no período liberal: 1820-1851*. FCSH/UNL, Lisboa, 2008).
- 6 Luís Pacheco de Lima (Angra, 7 de fevereiro de 1806 — Angra do Heroísmo, 4 de junho de 1883), fidalgo cavaleiro da Casa Real e grande proprietário. Miguelista, era cadete no Regimento de Milícias de Angra aquando da revolução de 1828, acabando por ficar preso nas masmorras do Castelo de São João Baptista por vários anos. Após a amnistia que se seguiu à vitória liberal, teve uma carreira política, sendo eleito presidente da junta de paróquia de São Pedro e presidente da comissão eleitoral legitimista de Angra instalada em finais de 1857 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, pp. 759-761).
- 7 Estêvão Pacheco de Lima e Lacerda (São Bento, 2 de setembro de 1808 — Angra do Heroísmo, 11 de junho de 1889), fidalgo cavaleiro da Casa Real, grande proprietário. Miguelista, era cadete no Regimento de Milícias de Angra em 1828. Foi preso e desterrado para a ilha do Faial, onde permaneceu alguns anos (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 761).
- 8 Luís Pacheco de Lima [e Lacerda de Vasconcelos] (São Bento, 2 de março de 1773 — Angra, 28 de julho de 1843), rico morgado, fidalgo cavaleiro da Casa Real, capitão do Regimento de Milícias de Angra e sargento-mor de Ordenanças de Angra. Legitimista convicto, seguiu o partido miguelista, foi preso e exilado para Inglaterra, tendo os bens sequestrados. Regressou após a amnistia e retomou a administração das suas vastas propriedades. Os seus filhos Luís Pacheco de Lima e Estêvão Pacheco de Lima, também miguelistas, foram igualmente presos e exilados (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, pp. 757-759).
- 9 Os partidários de D. Miguel lançaram *O Hymno Real de D. Miguel*, cujos autores se ignoram, mas que foi muito popular nos anos de 1828 a 1833 em resposta ao *Hino da Carta*. Tudo indica ser este o hino realista referido.
- 10 Jerónimo Martins Pamplona Corte-Real (Angra, 1 de outubro de 1773 — Angra do Heroísmo (Sé), 23 de julho de 1858), irmão mais novo do 1.º conde de Suberra, frequentou a Academia de Marinha, sendo promovido guarda-marinha a 26 de setembro de 1795 e a segundo-tenente da Armada em 1797. Transferiu-se para o Regimento de Chaves em 1801. Foi vereador da Câmara Municipal de Angra em 1822. Miguelista, esteve preso e desterrado, com os bens sequestrados (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 167). Após a amnistia, voltou para Angra onde casou e foi rico proprietário. Um filho homónimo foi oficial da biblioteca da Academia Real das Ciências de Lisboa.
- 11 José Jacinto Valente Farinho (Beja, 18 de agosto de 1792 — Beja, 24 de julho de 1855), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1817), magistrado judicial, juiz de fora em Borba e depois em Angra, membro da Junta Provisória de Angra. Saldanhista, foi expulso da Terceira por Palmela em 1831. Foi procurador régio na Relação dos Açores e Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça do governo de Saldanha, entre 6 de outubro de 1846 e 28 de abril de 1847.
- 12 Referência ao hino miguelista «*O Rei Chegou*», expressando o fervor absolutista.
- 13 José Quintino Dias (Tavira, 26 de agosto de 1792 — Lisboa, 13 de novembro de 1881), primeiro e único barão de Monte Brasil, oficial do Exército, reformado no posto de general-de-divisão, que se distinguiu durante a resistência liberal na Terceira e no decurso da Guerra Civil Portuguesa.
- 14 José do Livramento (—), frade franciscano no Convento de São Francisco de Angra em 1828. Miguelista, pregou o que foi apodado de «*sermão de enterro da Carta Constitucional*».
- 15 «*Pelo nosso rei Miguel*», frase incluída na oração que era pronunciada na coleta da missa, ao tempo dita em latim. Ora se rezava pelo «*Regem nostrum Michaelem*», ora pelo «*Regentem nostrum Petrum*», consoante dominassem as simpatias miguelistas ou liberais.
- 16 Carlos Ramiro Coutinho (Lisboa, 30 de julho de 1828 — Lisboa, 5 de janeiro de 1897), 3.º barão de Barcelinhos e 1.º e único visconde de Ouguela, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, atingiu notabilidade como advogado e como ensaísta político. Grande capitalista e proprietário, distinguiu-se no campo da filantropia e da política. Ligado à maçonaria.
- 17 António Tomé da Fonseca Carvão Paim da Câmara (São Mateus da Calheta, 9 de novembro de 1808 — Angra do Heroísmo, 27 de junho de 1864), filho do 1.º barão do Ramalho, morgado e aparentado com a melhor aristocracia de Angra. Militou desde cedo na causa liberal, sendo um dos participantes no movimento que em 22 de junho de 1828 aclamou em Angra a rainha D. Maria II. Distinguiu-se como militar durante a fase inicial da Guerra Civil (1828-1834). Foi procurador à Junta Geral, membro do Conselho do Distrito e vereador da Câmara Municipal de Angra (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 109-110). Aderiu ao pronunciamento militar de 22 de abril de 1847 que em Angra apoiou a «*Patuleia*», sendo nomeado vogal da Junta Governativa saída dessa revolta, presidida por seu sogro Teotónio de Ornelas Bruges.

-
- 18 António Borges Leal Corte-Real (Angra, 26 de fevereiro de 1801 — Angra do Heroísmo, 17 de maio de 1865), rico morgado e grande proprietário, foi fidalgo cavaleiro da Casa Real, comendador da Ordem de Cristo, condecorado com a medalha n.º 7 das Campanhas da Liberdade. Aderiu à causa liberal, e como capitão do Batalhão de Caçadores Artilheiros da Vila da Praia, aderiu à revolução de 22 de junho de 1828, passando depois ao Batalhão de Voluntários da Rainha, com o qual participou na batalha de 11 de agosto de 1829 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 252).
- 19 Manuel Joaquim Nogueira (Tomar, 11 de novembro de 1783 — Caldas da Rainha, 2 de janeiro de 1862) bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, magistrado, conselheiro de Estado, comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e fidalgo cavaleiro da Casa Real. Foi pai de Rodrigo Zagalo Nogueira e avô de José Augusto Nogueira Sampaio.
- 20 Joaquim de Freitas Aragão (Funchal, c. 1794 — Angra do Heroísmo, 16 de junho de 1846), oficial do Exército, ajudante de ordens do governo da ilha da Madeira (1821) e governador de armas da ilha de Porto Santo (1822), comandante do Castelo de São Sebastião em Angra (1827). Liberal, em 1828 recusou a assinar o auto de aclamação de D. Miguel, tendo sido, por esse motivo, destituído do comando do Castelhinho, preso e transferido para a Praia. Tomou parte na revolta liberal de 22 de junho de 1828, sendo nomeado, pelo governo interino, comandante da força armada da ilha Terceira. A 18 de dezembro de 1828 foi nomeado interinamente governador da Fortaleza de São João Baptista. Não acompanhou o Exército Libertador, permanecendo na Terceira. Em 14 de abril de 1838, em consideração dos serviços prestados à causa da liberdade no ano de 1828, voltou a ser nomeado governador do Castelo de São Sebastião, cargo que exerceu até falecer.
- 21 Teófilo Rogério Machado de Andrade (Angra (Sé), 5 de março de 1776 — São Mateus da Calheta, 19 de março de 1837), oficial da Armada Real, terminou a carreira no posto de capitão-de-mar-e-guerra. Tendo servido no Rio de Janeiro, por decreto de 24 de julho de 1823 foi nomeado governador do Castelo de São João Baptista, cargo que ocupou até ser exonerado por portaria da Junta Governativa de Angra, de 7 de outubro de 1823, emitida na sequência da *Vilafrancada* e no contexto das medidas tomadas pelo ministro conde de Suberra, terceirense, para o restabelecimento da Capitania-Geral nos Açores. O fim do seu mandato deu-se na sequência da revolta de 22 de junho de 1828. Foi cavaleiro das Ordens de Avis e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Em 1830 era capitão-de-fragata.
- 22 Luís Manuel de Moraes Rego (Lisboa, 1782 — Angra do Heroísmo, 3 de maio de 1840), oficial do Exército que desempenhou papel relevante no período conturbado que se seguiu ao golpe liberal de 2 de abril de 1821 em Angra e nos anos finais da Capitania-Geral dos Açores. Foi pai do general José Maria de Moraes Rego, nascido em Angra, que foi Ministro da Guerra em 1870.
- 23 João Moniz de Sá [Barreto] Corte-Real (Angra, 12 de maio de 1792 — Angra do Heroísmo, 27 de janeiro de 1870), morgado e grande proprietário. Assentou praça aos 16 anos no Regimento de Milícias de Angra, tendo ascendido em 1821 a capitão na companhia de granadeiros do Regimento de Milícias da Praia. Tinha residência na Arrochela, freguesia dos Altares, onde nuns cerrados sítios na margem esquerda da Ribeira de Lapa se concentraram, nos primeiros dias de outubro de 1828, as milícias miguelistas que formavam o «*Batalhão Terceirense*». Essas forças partiram dali para a Praia, acabando por ser desbaratadas no combate do Pico do Seleiro, travado a 4 de outubro daquele ano. Conotado com os miguelistas, não teve atividade política relevante após a vitória liberal.
- 24 Francisco Eleutério Lobão Castro Fernandes (Chaves, 1804 — Porto, 21 de setembro de 1832), também referido por Francisco Eleutério Lobão Merens e Castro, oficial do Exército. No posto de tenente chegou em 1823 à Terceira integrado no Batalhão de Caçadores n.º 5. Esteve destacado na Horta (1825) e foi comandante militar das Flores. Aderiu à revolta constitucional angrense de 22 de junho de 1828, sendo promovido a capitão-agregado. Acompanhou o Exército Libertador, tendo sido mortalmente ferido no cerco do Porto. Uma sua filha casou em Angra com o então major Elias José Ribeiro.
- 25 Durante muitas décadas o Alto das Covas foi designado por *Largo Onze de Agosto*, topónimo que lembrava a batalha da Praia de 11 de agosto de 1829. Por decisão das autoridades do Estado Novo, visando suprimir as memórias do período liberal, em 28 de maio de 1937, aquando da inauguração dos arranjos urbanísticos ali feitos e das celebrações do «*28 de Maio*» daquele ano, passou a ser o Largo do Dr. Oliveira Salazar. O local retomou a toponímia tradicional após o restabelecimento do regime democrático em 1974.
- 26 António Isidoro de Moraes Âncora (Lisboa, 1786 — Lisboa, 26 de abril de 1854), oficial do Exército, onde ingressara depois de ter passado pela Armada, onde atingira o posto de primeiro-tenente em 1808. Foi sargento-mor de Cavalaria durante a Guerra Peninsular. Em 1815 foi graduado em tenente-coronel e enviado para os Açores como ajudante de ordens do capitão-geral. Na sequência da primeira revolução liberal nos Açores e da extinção do governo geral pelas Cortes Constituintes de 1822, regressou ao Continente. Restabelecida a capitania-geral, no ano seguinte, regressou aos Açores, na mesma função. Em 1828, no rescaldo da revolução liberal em Angra, foi preso e exilado para a ilha do Faial por ordem do governo provisório. Nessa ilha, a 3 de setembro daquele ano, foi o mentor da revolução que ali restabeleceu o governo de D. Miguel e foi proclamado comandante militar. Devido a esse ato foi demitido pelo governo provisório, estabelecido em Angra. Manteve, contudo, o Faial fiel a D. Miguel até ao ataque do conde de Vila-Flor, decidindo abandonar a ilha e retirar-se para São Miguel, pondo-se às ordens do capitão-general Sousa Prego. Foi feito prisioneiro na Ladeira da Velha em agosto de 1831. Respondeu em conselho de guerra sendo condenado à morte, mas com pena comutada em quatro anos de prisão, que cumpriu no Forte de São Brás de 1832 a 1835, ano em que foi libertado por ordem do governador militar dos Açores, barão de Cacela. Regressou a Lisboa, servindo como empregado numa comissão criada na Torre do Tombo. Foi reintegrado em 1840, e em 1852 foi nomeado coronel reformado, ficando adido ao 1.º Batalhão de Veteranos.
- 27 José Rodrigo de Almeida (Lisboa, 1757 — Ponta Delgada, 8 de junho de 1832), engenheiro militar integrado no Real Corpo de Engenheiros, mas colocado em serviço na Capitania-Geral dos Açores, onde em 1800 estava encarregue da Direção-Geral de Obras Públicas na cidade de Angra, além de trabalhar na carta topográfica da

ilha Terceira. Aquando da revolução liberal em Angra de 22 de junho de 1828 foi nomeado membro do governo interino. Em 1830, no posto de coronel, foi nomeado membro do Conselho de Justiça Militar e, nessa qualidade, acompanhou o exército liberal da Terceira para São Miguel. Adoeceu a bordo e faleceu no hospital de Ponta Delgada.

- 28 Inácio de Castil-Branco do Canto (Angra, 14 de abril de 1778 — Angra do Heroísmo (Sé), 14 de junho de 1856), por vezes com o nome grafado Ignacio de Castil-Blanco, de seu nome completo Inácio Casimiro de Castil-Branco do Canto Munhoz de Sampaio e Melo, morgado e brigadeiro miguelista. Iniciou a sua carreira militar em 1783 como cadete na Companhia de Artilharia aquartelado no Castelo de São João Baptista de Angra, atingindo o posto de coronel de Infantaria em 1806. Promovido a brigadeiro em 1824, em 1851 passou à reforma no posto de marechal-de-campo, adido ao castelo de Angra Heroísmo (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 129-133). Foi escolhido pela Câmara de Angra para, em 1822, depois de D. João VI ter jurado as bases da Constituição, ir a Lisboa cumprimentar as Cortes. Aquando do movimento revolucionário que em 1828 instaurou a Carta na ilha Terceira, foi chamado, dado ser o oficial mais graduado, para nos termos legais integrar o governo interino, mas recusou, dando auxílio aos miguelistas que na Praia organizavam a resistência. Em resultado dessa atitude, foi expulso para a Inglaterra, onde a 4 de fevereiro de 1829, juntamente com outros absolutistas, prestou juramento de fidelidade a D. Miguel. Contudo, estando em Lisboa aquando da entrada das forças liberais a 24 de julho de 1833, jurou fidelidade a D. Maria II, integrando-se na nova ordem política.
- 29 Alvará de 12 de setembro de 1770 que dispunha para todo o império ultramarino, inclusive para as ilhas adjacentes ao Reino, as normas a seguir no caso de faltar o governo daqueles territórios.
- 30 José Maria da Silva e Carvalho (Angra, 6 de dezembro de 1780 — Angra do Heroísmo, 7 de novembro de 1848), militar do Exército que se encontrava em Lisboa aquando da primeira invasão francesa. Tomou parte ativa na revolta liberal de 1821 em Angra, pelo que esteve preso. Voltou a participar nos acontecimentos de 1823, sendo novamente perseguido. Era procurador da Câmara Municipal de Angra em 1828, tendo tido papel relevante na aclamação de D. Maria II em 22 de junho daquele ano e na subsequente rejeição e proibição do desembarque do almirante Sousa Prego que havia sido nomeado capitão-general dos Açores pelo governo de D. Miguel. Foi conselheiro de Distrito e presidente da Junta Geral de Angra do Heroísmo (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 94-95).
- 31 Francisco Moniz Barreto do Couto (Angra, 4 de outubro de 1757 — Angra do Heroísmo, 27 de junho de 1839), grande proprietário e fidalgo escudeiro da Casa Real. Foi vereador da Câmara de Angra em 1795.
- 32 José Maria do Carvalhal da Silveira (Angra, 9 de agosto de 1783 — Praia da Graciosa, d. 1850), grande proprietário, fidalgo cavaleiro da Casa Real, sargento-mor das Ordenanças de Angra, reformado no posto de capitão-mor de Angra. Casou para a Graciosa, onde foi presidente da Câmara Municipal da Praia da Graciosa (1837) tendo-se iniciado durante o seu mandato o aproveitamento das águas termais do Carapacho.
- 33 António Cardoso Sousa e Liz (Viseu, c. 1805 —), filho do advogado viseense homónimo, alferes do Batalhão de Caçadores n.º 5, foi um dos signatários do auto de aclamação de D. Maria II em Angra a 22 de junho de 1828.
- 34 Joaquim Bernardo da Fonseca (Angra (Sé), c. 1763 — Angra do Heroísmo, 30 de julho de 1844), contador geral da Contadoria da Fazenda em Angra do Heroísmo. Foi um dos signatários do auto de aclamação de D. Maria II em Angra a 22 de junho de 1828.
- 35 Mateus de Menezes Lemos e Carvalho (Angra, 22 de julho de 1785 — Angra do Heroísmo (São Pedro), 13 de fevereiro de 1845), de uma família de morgados, tenente da 6.ª Companhia do Regimento de Milícias de Angra, aderiu ao movimento liberal e foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1828.
- 36 António José de Vasconcelos (Madeira, c. 1809 —), alferes do Batalhão de Caçadores n.º 5, aderiu ao movimento liberal e foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1828.
- 37 António Moreira da Silva (—), negociante em Angra. Aderiu ao movimento liberal e foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1828.
- 38 Luís de Barcelos Merens Lobo (Angra (Sé), 14 de dezembro de 1795 — Angra do Heroísmo, 11 de março de 1867), oficial do Exército, era tenente-coronel reformado quando faleceu. Era 2.º tenente de artilharia quando foi signatário do auto de aclamação de 22 de junho de 1828.
- 39 Francisco Leite Botelho de Teive (Ponta Delgada, 1790 — Ponta Delgada (Matriz), 23 de maio de 1858), morgado, fidalgo cavaleiro da Casa Real, administrador de vínculos em São Miguel e na Terceira. Foi tenente-coronel comandante do Batalhão de Milícias da cidade de Angra. Aderiu ao movimento liberal e foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1828.
- 40 Joaquim Pinheiro da Silva (Angra (Sé), 1797 — Angra do Heroísmo, 17 de abril de 1865), empregado da Junta Real da Fazenda em Angra e depois escrivão da Relação de Angra. Foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1828. Integrou o Batalhão de Voluntários e depois o Exército Libertador, participando no desembarque no Mindelo e no Cerco do Porto. Depois de servir nos batalhões nacionais de Lisboa, era capitão quando estes foram dissolvidos. Faleceu oficial maior da secretaria da Fazenda em Angra. Era comendador da Ordem de Cristo.
- 41 José Teodoro Coelho (—), liberal. Aderiu ao movimento liberal e foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1828.
- 42 Dinis Teixeira de Sampaio (Angra, 13 de agosto de 1792 — Lisboa, 26 de abril de 1858), administrador do Correio de Angra e ajudante de ordenanças. Foi um dos signatários do auto de aclamação de D. Maria II a 22 de junho de 1828. Foi irmão de Luís Teixeira de Sampaio, 1.º visconde do Cartaxo, e de Henrique Teixeira de Sampaio, 1.º conde da Póvoa.
- 43 Bernardo Moniz Barreto do Couto (Angra, 16 de abril de 1760 — Angra, 13 de maio de 1839), moço fidalgo,

-
- acrescentado ao de fidalgo escudeiro da Casa Real, proprietário. Foi pai do marechal-de-campo João Moniz Barreto do Couto.
- 44 António Sebastião Espínola Homem (c. 1765 — d. 1831), sargento-mor das Velas e major comandante dos fortes da ilha de São Jorge. Foi um dos signatários do auto de aclamação de D. Maria II a 22 de junho de 1828. Casou em agosto de 1831, aos 66 anos de idade, na paróquia da Sé de Angra.
- 45 Cipriano da Costa Pessoa (Angra (Conceição), 6 de novembro de 1762 — d. 1828) liberal convicto, liderou os movimentos populares de apoio à causa liberal. Esteve preso em Angra nos dias 3 e 4 de agosto de 1823. Foi um dos signatários do auto de aclamação de D. Maria II a 22 de junho de 1828. Conseguiu unir os liberais e liderou a população visando forçar a Câmara de Angra a manter-se firme na defesa da causa liberal e impedir a saída da ilha do Batalhão de Caçadores n.º 5.
- 46 Francisco de Paula da Costa (Angra (São Pedro), 8 de junho de 1801 — Angra (Sé), 10 de outubro de 1882), signatário do auto da revolução liberal de 22 de junho de 1828. Em 1830 era escriturário da Comissão de Fazenda em Angra. Foi tenente do Batalhão de Voluntários e tinha a Medalha n.º 7 das Campanhas da Liberdade.
- 47 João Moreira da Silva (—), alferes de Caçadores n.º 1 da 2.ª linha. Aderiu ao movimento liberal e foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1828.
- 48 Francisco José Teixeira (—), escrivão da Capitania-Geral e praticante da Contadoria da Junta da Fazenda. Foi tenente do Batalhão de Caçadores Voluntários da Rainha. Aderiu ao movimento liberal e foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1828.
- 49 Mateus Homem Borges [Leal Corte Real] (Angra (Santa Luzia), 30 de janeiro de 1782 — Angra (Sé), 24 de janeiro de 1847), fidalgo cavaleiro da Casa Real. Foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1828.
- 50 Mateus João de Bettencourt de Vasconcelos [Correia e Ávila] (Angra (Sé), 11 de abril de 1781 —), fidalgo cavaleiro da Casa Real. Foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1828.
- 51 José Hilário Ameno Lopes (Lisboa, c. 1767 — Angra do Heroísmo, 27 de julho de 1843), ou Lopes Ameno, oficial menor da Capitania Geral do Açores, depois oficial maior do Governo Civil de Angra. Era neto do famoso editor lisboeta Francisco Luís Ameno.
- 52 Luís José de Vasconcelos (Lisboa (Mercês), c. 1765 — Angra (Conceição), 23 de novembro de 1833), fixou-se na Terceira antes de 1795, onde foi um grande negociante da praça de Angra, ligado à exportação de laranja, e sargento de Milícias. Além de mercador de grosso trato, era um homem de sociedade, cidadão benquisto e um político ativo, que pôs os seus dotes a favor da política liberal da época. Esteve preso na sequência dos acontecimentos de 3 e 4 de agosto de 1823 e foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1828. Foi sargento de no Exército Libertador e vereador da Câmara de Angra em 1844-1845 (cf.: Valdemar Mota, «A família Frederico de Vasconcelos na economia açoriana e no Museu de Angra», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LXII (2004), pp. 241-242).
- 53 António Lúcio Duarte dos Reis (Angra (Sé), 15 de abril de 1780 — Angra, d. 1833), escrivão da Provedoria dos Resíduos de Angra, por arrendamento, e mesário da Santa Casa da Misericórdia. Liberal, foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1828. Foi capitão de Ordenanças de São Mateus durante os anos iniciais da Guerra Civil. Foi pai de Francisco Lúcio Duarte Reis (1800 — Angra do Heroísmo (Sé), 9 de maio de 1853), advogado de provisão em Angra e diretor político e redator principal de *O Angrense* (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IV, pp. 157-158).
- 54 Vital de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos (Angra, 3 de julho de 1751 — Angra, 28 de junho de 1847), fidalgo da Casa Real, morgado e grande proprietário, senhor do Solar da Madre de Deus, coronel do Regimento de Milícias de Angra e brigadeiro do Exército. Foi almotacé, vereador e juiz da Câmara de Angra, deputado da Junta da Real Fazenda, protetor dos expostos e inspetor das estradas da Terceira. Teve filhos a militar em ambos os lados da Guerra Civil, o que o fez oscilar entre os liberais e os absolutistas, assinando os respetivos autos. Faleceu a dias de completar 96 anos de idade, sendo ao tempo uma das figuras mais respeitadas da sociedade angrense (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. II, pp. 32-33).
- 55 Vicente Pedro de Korth (Horta, 3 de novembro de 1786 — Angra do Heroísmo, 22 de novembro de 1852), cirurgião do partido da Câmara Municipal de Angra e signatário do auto de aclamação de D. Maria II em Angra na sequência da revolta liberal de 22 de junho de 1828.
- 56 Fernando de Sá Viana (—), escrivão da receita da Alfândega de Angra e procurador do rendeiro dos moinhos de água da Terceira. Foi uma das pessoas que foram presas em Angra nos dias 3 e 4 de agosto de 1823. Foi signatário do auto de aclamação de D. Maria II em Angra na sequência da revolta liberal de 22 de junho de 1828.
- 57 Joaquim António de Oliveira (c. 1777 — Angra do Heroísmo (Sé), 30 de janeiro de 1849), liberal, foi um dos signatários do auto de aclamação de D. Maria II em Angra na sequência da revolta liberal de 22 de junho de 1828.
- 58 António Leonardo Pires Toste (Porto Judeu, 18 de dezembro de 1796 — Angra do Heroísmo (Conceição), 17 de dezembro de 1876), tabelião do público e judicial na cidade de Angra. Esteve preso na sequência dos acontecimentos de 3 e 4 de agosto de 1823 e foi um dos signatários do auto de aclamação de D. Maria II em Angra na sequência da revolta liberal de 22 de junho de 1828.
- 59 Francisco José Balieiro (Luz, Graciosa, c. 1772 — Angra do Heroísmo (Sé), 17 de janeiro de 1848), oficial da secretaria do Governo Geral do Açores e depois escrivão do crime e tabelião de notas em Angra (1824-1838), cidade onde casou na freguesia de Santa Luzia em 1794, aí se fixando. Foi um dos signatários do auto de aclamação da realza de D. Pedro IV e de D. Maria II em 22 de junho de 1828.

-
- 60 Simão do Carvalhal da Silveira (Angra (Conceição), 11 de junho de 1788 — Angra do Heroísmo (Santa Luzia), 17 de fevereiro de 1878), morgado, fidalgo cavaleiro da Casa Real. Foi um dos signatários do auto de aclamação de D. Maria II em Angra na sequência da revolta liberal de 22 de junho de 1828. Foi voluntário do Corpo de Cavalaria de Angra.
- 61 António Plácido de Bettencourt e Lemos (c. 1769 —), foi um dos signatários do auto de aclamação de D. Maria II em Angra na sequência da revolta liberal de 22 de junho de 1828.
- 62 Nicolau Caetano de Bettencourt Pita (Funchal, 6 de dezembro de 1790 — Angra do Heroísmo, 21 de maio de 1857), médico militar e político, introdutor da imprensa na ilha da Madeira. Acusado de liberal, foi deportado da Madeira para a Terceira, onde chegou em dezembro de 1823. Estabeleceu-se em Angra passando a dar assistência médica às tropas ali aquarteladas. Pertenceu a diversas sociedades científicas e foi redator de vários periódicos.
- 63 Joaquim José da Silva (—), foi um dos signatários do auto de aclamação de D. Maria II em Angra na sequência da revolta liberal de 22 de junho de 1828.
- 64 Luís António Pires Toste (Ribeirinha, 8 de agosto de 1772 — d. 1843), tabelião e escrivão do juízo de direito da comarca de Angra. Foi um dos signatários do auto de aclamação de D. Maria II em Angra na sequência da revolta liberal de 22 de junho de 1828.
- 65 Alexandre de Oliveira (Funchal, c. 1780 — Angra do Heroísmo, d. 1837), foi um dos signatários do auto de aclamação de D. Maria II em Angra na sequência da revolta liberal de 22 de junho de 1828.
- 66 Fernando Joaquim da Silva e Rocha (Viana do Castelo, 27 de abril de 1787 — Angra (Sé), 17 de outubro de 1861), também referido por Fernando Joaquim de Sousa Rocha, veio para Angra em criança, ficando a residir com seu tio, importante negociante da praça de Angra e de quem viria a herdar todos os bens. Figura prestigiada da sociedade angrense, tesoureiro-geral da Junta de Fazenda em Angra, foi um dos signatários do auto de aclamação de D. Maria II em Angra na sequência da revolta liberal de 22 de junho de 1828. Foi quartel-mestre do Regimento de Milícias de Angra (*cf.: Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, pp. 413-414).
- 67 António Botelho de Sampaio (— d. 1828), padre cura. Foi um dos signatários do auto de aclamação de D. Maria II em Angra na sequência da revolta liberal de 22 de junho de 1828.
- 68 Joaquim de Menezes e Vasconcelos (Biscoitos, 22 de janeiro de 1783 — Biscoitos, 25 de setembro de 1836), guarda-mor da saúde em Angra em 1828. Foi uma das pessoas que foram presas em Angra nos dias 3 e 4 de agosto de 1823. Foi signatário do auto de aclamação de D. Maria II em Angra na sequência da revolta liberal de 22 de junho de 1828.
- 69 O «*movimento revolucionário de 18 de maio*» foi a proclamação na Câmara Municipal de Angra de D. Miguel como rei absoluto ocorrida a 18 de maio de 1828.
- 70 Zeferino de Sequeira (Carnaxide, 9 de setembro de 1793 — Angra do Heroísmo, 4 de dezembro de 1854), de seu nome completo Joaquim Zeferino Luiz de Sequeira, oficial do Exército, reformado no posto de tenente-general em 1854, que teve um papel relevante na consolidação das forças liberais na ilha Terceira e depois nas restantes ilhas. Distinguiu-se no Cerco do Porto e foi comandante militar da Terceira e governador da Fortaleza de São João Baptista após a vitória liberal. Cartista moderado, resistiu ao golpe setembrista de abril de 1847, sendo por isso preso e desterrado para São Jorge, regressando após a derrota dos revoltosos.
- 71 Apesar de frequentemente designada por «*fragata*» ou «*charrua*», o *Princesa Real* era um navio melhor classificado como corveta. Foi construída por Manuel Luís dos Santos, em Pernambuco, onde foi comprado e oferecido ao Estado em 1818. Teve uma carreira distinta, transportando personalidades entre o Brasil e Lisboa e entre Lisboa e os Açores e a Madeira. Participou nos combates navais da Guerra Civil Portuguesa como parte das forças afetas ao governo miguelista. Na sequência da Batalha do Cabo de São Vicente, em 1833, integrou as forças liberais. Passou ao estado de desarmamento em 1833 e foi vendida em 1834.
- 72 Henrique da Fonseca de Sousa Prego (Lisboa, 1768 — Gaeiras, Óbidos, 25 de março de 1847), vice-almirante que depois de uma brilhante carreira naval foi o último capitão-general da Capitania Geral dos Açores nomeado pelo governo do rei D. Miguel. Governou a partir de Ponta Delgada por lhe não ter sido possível desembarcar na capital da capitania, a cidade de Angra, onde à data da sua chegada já havia sido aclamado o regime constitucional.
- 73 Joaquim de Sousa Quevedo Pizarro (São Pedro de Agostém, Bóveda, 19 de novembro de 1777 — São Pedro de Agostém, Bóveda, 27 de abril de 1838), 1.º visconde de Bóveda, mais conhecido por *General Pizarro*, oficial general do Exército e político liberal. Foi Ministro da Guerra em dois períodos distintos durante a regência de D. Pedro.
- 74 A fragata *Isabel Maria*, da Marinha Imperial brasileira, foi construída em New York e lançada à água em agosto de 1826. Deslocava 1768 toneladas e tinha 54 m de comprimento, 8 de boca e 6,1 de calado, armando com 34 colubrinas e 30 caronadas, com 520 homens de guarnição. Participou na guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata e na luta contra os corsários argentinos e norte-americanos nas costas do Brasil. A partir de maio de 1831 mudou de nome, passando a designar-se *Constituição*. Serviu no mar até 1867, passando então a ficar fundeada na Baía de Guanabara para servir de quartel da Escola de Marinha. Foi abatida em 1880. Nos primeiros dias de outubro de 1828 a fragata *Isabel Maria* estava em Angra, tendo avançado sobre a Praia, então ocupada por milícias miguelistas, em apoio às forças liberais que por terra marchavam sobre aquela localidade. A presença na baía da Praia daquele navio de guerra, sentida como uma ameaça às forças miguelistas concentradas em torno da localidade, foi importante para garantir a vitória liberal no recontro do Pico do Seleiro, travado na tarde de 4 de outubro desse ano de 1828.
- 75 Diocleciano Leão de Brito Cabreira (Faro, 15 de agosto de 1772 — Londres, 4 de outubro de 1839), 1.º barão

de Faro, oficial general do Exército que desempenhou importantes funções militares e políticas durante a Guerra Civil Portuguesa. Chegou à Terceira a 5 de outubro de 1828, enviado por Pedro de Sousa Holstein, ao tempo conde de Palmela, que liderava os liberais exilados em Londres. À chegada assumiu o comando das forças liberais presentes na ilha e a presidência da junta que a governava em nome da rainha D. Maria II. Permaneceu na presidência da junta governativa até 3 de março de 1829, data em que se demitiu por desinteligências com os restantes membros.

- 76 Joaquim de Almeida Tavares do Canto (Angra, 31 de março de 1790 — Posto Santo, 1 de março de 1855), tornou-se figura lendária de resistência miguelista na Terceira, chefiando conjuntamente com João Moniz Corte-Real as milícias que se opuseram às tropas que em 1828 aclamaram D. Maria II. Derrotadas as milícias, organizou as guerrilhas, que comandou a partir do seu solar no Posto Santo e, com grande mobilidade, percorrendo a ilha na sua célebre égua branca. Apesar de ter a cabeça a prêmio, e dos seus eventuais encobridores estarem ameaçados de morte, nunca foi possível às autoridades liberais prendê-lo. Acabou por morrer assassinado por outras razões que não as da resistência armada, tendo o seu filho, Francisco de Almeida Tavares do Canto, sido condenado à força (embora não executado) pelo seu homicídio (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. I, pp. 180-187).
- 77 Carlos Jorge da Silveira Séguier (—), foi um dos líderes da resistência miguelista na ilha Terceira, participando na luta armada contra os liberais. Protagonizou uma tentativa, sem grande sucesso, de obter armamento e pessoal na Graciosa e restantes ilhas do Grupo Central, usando o porto dos Biscoitos.
- 78 José António da Silva Torres Ponce de Leão (Santarém, 16 de março de 1782 — Santarém, 6 de setembro de 1848), também conhecido por *General Torres*, primeiro e único barão do Pico do Seleiro e primeiro e único visconde da Serra do Pilar, oficial do Exército, reformado no posto de general. Adepto do liberalismo, exerceu importantes funções de comando durante a Guerra Civil Portuguesa e ocupou diversos cargos políticos, entre os quais o de par do reino.
- 79 José Maria Taborda Robalo Portugal (Fundão, 1797 — 1867), mais conhecido por *General Taborda*, oficial do Exército, reformado no posto de brigadeiro. Para além de papel relevante durante a Guerra Civil, integrado no Batalhão de Caçadores n.º 5, foi comandante da 4.ª Divisão Militar (cf.: Paulo de Passos Figueiras, *O general de brigada José Maria Taborda Robalo Portugal: um bravo do Mindelo (Pampelido)*. Porto, 1980).

Capítulo XXXVII

Acontecimentos mais notáveis na ilha Terceira e nos Açores nas lutas em prol da liberdade. A Junta Provisória

Alcançada a vitória na ação do Pico do Seleiro, e atendendo à exposição apresentada pelo dr. João José da Cunha Ferraz, sempre providente em preparar o campo para o bom caminhar da causa liberal, foi resolvido, como consta dos respetivos autos, se procedesse à eleição das pessoas que deviam compor a Junta Provisória do governo da Capitania, a qual teve lugar no dia 5 de outubro, ficando eleitos por unanimidade o brigadeiro Diocleciano Leão Cabreira, o dr. João José da Cunha Ferraz, e o coronel José António da Silva Torres.

Na primeira sessão da Junta foram organizadas as Secretarias de Estado, ficando secretários: para a Guerra, Teotónio de Ornelas Bruges Ávila; Estrangeiros e Fazenda, o coronel Pedro Homem da Costa Noronha; e para o Interno, Eclesiásticos e Justiça, Alexandre Martins Pamplona.

Em 28 de outubro, publicou a Junta dois decretos: o primeiro declarando ser «a cidade de Angra a sede do governo dos portugueses, legitimamente autorizado para sustentar os direitos do Senhor D. Pedro IV e da Senhora D. Maria II, e que assim deve ser contemplada enquanto se não estabelecer em Portugal o legítimo governo do mesmo Augusto Senhor»; o segundo decreto declarava, em nome de el-rei, que todas as nove ilhas dos Açores eram uma e única província do reino, e a cidade de Angra a sua capital.¹

Este ato audacioso, mas patriótico, foi a luva de desafio que os liberais, refugiados em um pequeno rochedo isolado no meio do oceano, lançavam ao rei usurpador, D. Miguel, e a todos os seu numerosos partidários.

Assim escreve o sr. Manuel Pinheiro:

— «A primeira declaração era uma afirmação política e um desafio ao governo de D. Miguel, o qual já se não considerava coato, como anteriormente, mas em plena rebelião contra seu irmão e soberano; a segunda garantia a hegemonia da Terceira sobre todo o arquipélago, e passando este à categoria de província tirava-lhe o carácter ultramarino,

que lhe dava o governo absoluto, em competência com os presídios africanos».

*

Seguir dia a dia todo o acontecido nesta ilha, e que levou o governo a tomar mediadas enérgicas, perseguidoras, cruéis, deportando uns, demitindo outros, mandando prender a muitos, castigando e fuzilando alguns; não cabe neste resumo histórico.

Circunstâncias extraordinárias levaram a todos aqueles excessos. Da sustentação do governo constitucional na ilha Terceira, dependia a salvação da causa liberal, e não só desta, como também a vida e teres de tantas pessoas e famílias, que por aquela causa se haviam, com a mais louvável abnegação e civismo, voluntariamente sacrificado.

Qual era o exemplo recebido e a sorte que esperavam aqueles devotados servidores da liberdade, no caso de serem vencidos? O exemplo estava bem vivo no suplício de Gomes Freire de Andrade e de todos os seus companheiros, na conjuração liberal de 1817; o exemplo tinham-no em tantos atos selvagens, sanguinários, de que eram vítimas os liberais por todo o país, desde que dominava D. Miguel; a sorte que os esperava era o cacete, a prisão, a condenação, a forca, e para os seus descendentes a continuação de um passado despótico, intolerante, e escravizador; o trono com um rei de *direito divino*, e o altar com os seus falsos ministros; o poder absoluto e o fanatismo tudo e todos dominando e atrofiando.

Com isto que dizemos, não existe a ideia de aplaudir as crueldades então praticadas, por Deus não se julgue semelhante cousa; mas nas circunstâncias em que se encontravam os liberais na ilha Terceira, cada qual defende-se e sustenta-se, como as mesmas circunstâncias exigem.

Depois, que havia a esperar de um povo fanático e ignorante, que soltava loucamente vivas à religião e a D. Miguel, e do governo de um país, onde, como muito bem disse o sr. visconde de Ouguela,² a superstição e o despotismo eram os dois fetiches destes bárbaros do Ocidente?

Exposto isto sobre os atos de força praticados pela Junta Provisória, para conter os excessos e as crueldades dos miguelistas, salvar a causa constitucional e as pessoas, famílias e teres dos liberais, digamos: a esquadra de D. Miguel saindo em meados de outubro da ilha da Madeira, chegou a São Miguel no último do mês, demorando-se, para receber mantimentos, até 4 de novembro, e isto sempre perseguida por mau tempo, o qual, continuando, fez com que ela se dispersasse, seguindo a maior parte dos navios para Lisboa; que às águas da Terceira só vieram a fragata *Princesa Real*, a corveta *Urânia*³ e o brigue *Glória*,⁴ que conseguiram corresponder-se com o capitão João Moniz [Corte Real], mas vendo que não lhes era possível conseguir um desembarque e render a ilha, e arreando-se todos dos temporais, seguiram outro rumo a 21 de novembro.

No 1.º de dezembro apareceu a nau *D. João VI*, tendo a seu bordo o vice-almirante Sousa Prego, que se retirou para São Miguel, com receio, no caso de tentar desembarque, ter de se bater com a fragata brasileira *Isabel*, e assim julgou prudente aguardar nova e melhor estação para a ambicionada rendição da Terceira.

Foi natural o contentamento dos constitucionais com a partida da esquadra, pois ganhavam tempo para fortificar convenientemente a ilha, e aguardarem os socorros prometidos pelo marquês de Palmela, na carta que dirigiu à Junta, em que também lhe comunicava o haver D. Pedro efetuado a completa abdicação da coroa portuguesa na sua filha D. Maria da Glória. O portador foi o secretário da mesma Junta, dr. Manuel Joaquim Nogueira, que, como dissemos, tinha ido em comissão à Inglaterra.

O capitão Moniz [Corte Real] embarcou, fugindo para a ilha de São Miguel, sendo patrocinado na fuga por dois liberais; Joaquim de Almeida [Tavares do Canto], Mateus Pamplona Corte-Real⁵ e Eustáquio Francisco de Andrade⁶ seguiram-lhe o exemplo, embarcando para outras ilhas, e depois para Lisboa.

Esta resolução dos chefes e influentes dos revoltosos deixaram, nesta parte, a Junta Provisória um pouco mais à vontade, tendo, contudo, serias dificuldades a assoberbarem-lhe a sua marcha governativa, como a falta de numerário, a guerra surda do clero, e as desinteligências que principiavam a surgir entre os próprios liberais.

*

A jovem rainha de Portugal saiu do Rio de Janeiro a 5 de julho de 1828, acompanhada pelo marquês de Barbacena,⁷ chegando a Gibraltar aos 2 de setembro, e deste ponto, por conselho do cavalheiro Ildefonso Leopoldo Bayard,⁸ seguiu para Londres, escapando assim de ir parar à corte de Áustria.

Em Londres foi recebida com as honras devidas, tanto pelo ministro *lord* Wellington⁹ como pelo rei George IV.¹⁰

«Mas em todas estas demonstrações faltava sinceridade, e o governo de lord Wellington, embora não tivesse ainda reconhecido D. Miguel, estava inclinado para o seu lado, não só porque assim satisfazia à Santa Aliança,¹¹ mas ainda porque distanciava mais o imperador do Brasil da coroa portuguesa.

Apesar das reclamações do marquês de Palmela, e depois do marquês de Barbacena,¹² quando ao primeiro se recusou o carácter de embaixador português, Wellington não só negou todo o auxílio à causa da jovem princesa, mas ainda exigiu a pronta dissolução do depósito dos emigrados em Plymouth, a sua dispersão pelo interior da Inglaterra e a separação dos oficiais dos soldados, alegando que as leis inglesas não permitiam depósitos de militares estrangeiros».^a

Em vista desta deliberação do governo da sempre fiel aliada, tratou Palmela de fazer sair da Inglaterra os emigrados. Organizou uma expedição composta de cerca de 604 praças de Infantaria n.º 18¹³ e Caçadores, além de muitos oficiais, que fez embarcar no porto de Plymouth, sob o comando do general Saldanha, em quatro transportes, que lá estavam há muito fretados. As instruções dadas foram para que a saída se fizesse isoladamente e ostensivamente com destino ao Rio de Janeiro, mas esforçando-se para desembarcar na ilha Terceira.

A 16 de janeiro de 1829 chegavam os transportes defronte da Vila da Praia, não podendo o general Saldanha realizar o desembarque, porque *lord* Wellington havia mandado bloquear a ilha pelas fragatas *Ranger*¹⁴ e *Nimrod*,¹⁵ comandadas por [William] Walpole,¹⁶ que não duvidou fazer fogo sobre os transportes, que

a Manuel Pinheiro, *Épocas Memoráveis da ilha Terceira*, vol. VI.

conduziam homens completamente desarmados. Fez dois rombos em um dos navios, matou um soldado e feriu um passageiro. Depois de Saldanha lavar o seu protesto, seguiu para Brest, onde chegou a 30 de janeiro, sendo os emigrados bem recebidos em França.

Não obstante este odioso proceder dos ingleses, que ocasionou justas censuras da França e de outras nações europeias, e do apertado bloqueio feito à ilha, desembarcavam em Angra, aos 8 de março, 607 praças de diversos corpos, comandadas pelo coronel António Pedro de Brito [Vila Lobos], e até ao fim deste mês vieram munições de guerra para 50 peças, 4000 espingardas, elevado número de espadas e 1000 homens.

Caminhavam assim as coisas, recebendo a ilha oficiais, soldados e munições, organizavam-se corpos, procedia-se à defesa das fortalezas e dos pontos da costa mais acessíveis para um desembarque, mas no governo aumentava a rivalidade entre o general Cabreira e o coronel Torres, ao ponto de Cabreira abandonar a presidência da Junta e seguir para a Inglaterra. Foi substituído por seu irmão, o brigadeiro Sebastião Cabreira.¹⁷

Continuaram, porém, as rivalidades, formando-se dois partidos. As rivalidades iam-se estendendo e acentuando até entre os diversos corpos.

Para pôr cobro a este mal-estar, que podia, no seu aumento continuado, tornar-se altamente prejudicial, mandou Palmela, como capitão-general, o conde de Vila Flor, António José de Sousa Severim de Noronha, o qual desembarcou na Vila da Praia, no dia 22 de junho de 1829. Chegava o valente caudilho da liberdade, acompanhado do seu estado maior, composto de vinte e dois oficiais,^b no dia do primeiro aniversário da restauração liberal na ilha Terceira.

Com a posse do novo general serenaram os ânimos, e ativaram-se prodigiosamente os trabalhos de defesa, e a organização dos corpos.

*

^b Estes oficiais eram: António da Costa e Silva; António José da Silva Leão; D. António de Melo; Augusto Sotero de Faria; Baltazar de Almeida Pimentel; D. Carlos Mascarenhas; conde de Ficalho [Francisco José de Mello Breyner Telles da Silva]; Domingos de Melo Breyner; Francisco de Magalhães Coutinho; Francisco de Sá Nogueira; João Ferreira Sarmento; Joaquim José de Groot da Silva Pombo; Joaquim Maria da Rosa; José Alexandre da Silva Serpa; José Baptista da Silva Lopes; José Joaquim Barros Lobo; Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque; D. Manuel da Câmara; Manuel José Mendes; Manuel Tomás dos Santos; e Tomás de Magalhães Coutinho.

Nesta rápida passagem sobre tantos sucessos, que assoberbaram a ilha Terceira, estamos chegados a um dos mais notáveis acontecimentos desta época de lutas, o qual constitui o primeiro golpe misericordioso dado nas colossais forças de mar e guerra do usurpador D. Miguel.

Se, o temerário movimento liberal de 22 de junho de 1828, foi o pródromo dessa assombrosa epopeia, que deu a liberdade ao povo português, a memorável batalha de 11 de agosto de 1829, que tornou muito notável a Vila da Praia, foi o primeiro e valente abalo dado ao poder absoluto, por um limitadíssimo número de bravos e heroicos patriotas, abalo que, causando o assombro geral, tinha fatalmente de levar de vencida esse poder amaldiçoado, para dele nada mais ficar, do que a sua memória execranda, que só pode ter ainda apologistas nas loucas imaginações de uns tristes companheiros daqueles que ainda esperam pela vinda do desejado D. Sebastião.

Era, realmente, inaudito, assombroso, que em um pequeno rochedo oceânico, um punhado de homens, se erguessem valorosos, e desassombradamente se levantassem contra aquele que, embora servindo-se da traição, era o dominador de todo reino e possessões portuguesas, e com a altivez dos fortes, com o ânimo dos que têm fé e crenças sinceras, lhe dissessem:

— *Aqui, neste pequeno rochedo oceânico, não tem cabida o teu poder absoluto, não chega o teu audacioso e desleal ato de usurpação; se traístes os teus sagrados juramentos de fidelidade, nós, não; somos livres, e como tais queremos a liberdade, e defenderemos até ao último extremo os incontestáveis direitos do legítimo monarca, que nos outorgou a Carta Constitucional, código fundamental das liberdades pátrias, que jurámos; este pequeno rochedo é a arca santa do código liberal, nós os seus defensores e salvadores.*

É isto, nada mais, nem menos, o que representava a atitude valorosa dos liberais terceirenses e dos portugueses leais, que se haviam refugiado na ilha Terceira.

Ora, esta atitude enérgica, temerária, loucamente audaciosa, tornou-se, para D. Miguel e para os seus partidários, merecedora de tremendo castigo, e para que

este tivesse lugar, organizou-se uma esquadra composta de 21 navios.^c Eram a nau *D. João VI*, levando a seu bordo o chefe da esquadra a [José Joaquim da] Rosa Coelho¹⁸ e o capitão-general Sousa Prego; fragatas *Diana*, *Pérola* e *Amazona*, indo nesta última o coronel [José] António de Azevedo Lemos,¹⁹ comandante da força de desembarque; corvetas *Urânia* e *Princesa Real*, charruas *Galathea*, *Orestes*, *Princesa da Beira* e *Maia Cardoso*; brigues *Glória*, *Infante D. Sebastião*, *Três de Maio* e *Providência*; escunas *Triunfo da Inveja* e *Bom Jesus*; iates *Bom Despacho*, *Santa Luzia* e *Divina Providência*; patachos *Carmo* e *Almas*. Armavam estas embarcações 360 peças de vários calibres, tinham 2778 homens de tripulação e 3393 praças do Exército.

Os primeiros navios da esquadra chegaram a São Miguel no 1.º de maio, e com eles se deu começo ao bloqueio da ilha Terceira, e o grosso da esquadra fundeava no porto daquela ilha em 20 de junho.

Vê-se, pois, que, para o conde de Vila Flor desembarcar na Vila da Praia, em 22 de junho, teve de iludir o bloqueio, e que a sua chegada foi no momento em que mais necessária se tornava a vinda de quem, com superior e reconhecida competência, se colocasse à frente das forças liberais.

As instruções que o conde de Basto²⁰ deu a [José Joaquim da] Rosa Coelho, comandante da força naval, eram de completo extermínio de tudo quanto fizesse oposição à mesma esquadra, ou que auxiliasse os constitucionais, poupando-se a vida da Sereníssima Senhora D. Maria da Glória, logo que fosse encontrada a bordo de qualquer navio. E se o navio em que ela fosse encontrada, desatendesse à intimação de se entregar, fossem os demais que o acompanhassem metidos a pique, para exemplo daquele; e caso isto não obstasse, a que se tentasse o desembarque, sofrer a sorte dos outros, fazendo preservar, *se possível for*, a vida da senhora Princesa do Grão-Pará.

Foram estas as instruções dadas pelo governo da usurpação, chegando ao ponto de não ter dúvida em sacrificar a vida da sobrinha do seu rei, que lhe havia

c Eram: a nau *D. João VI*, levando a seu bordo o chefe da esquadra Rosa Coelho e o capitão-general Sousa Prego; fragatas *Diana*, *Pérola* e *Amazona*, indo nesta última o coronel António de Azevedo Lemos, comandante da força de desembarque; corvetas *Urânia* e *Princesa Real*, charruas *Galathea*, *Orestes*, *Princesa da Beira* e *Maia Cardoso*; brigues *Glória*, *Infante D. Sebastião*, *Três de Maio* e *Providência*; escunas *Triunfo da Inveja* e *Bom Jesus*; iates *Bom Despacho*, *Santa Luzia* e *Divina Providência*; patachos *Carmo* e *Almas*. Armavam estas embarcações 360 peças de vários calibres, tinham 2778 homens de tripulação e 3393 praças do Exército.

jurado fidelidade reconhecendo-a como rainha, e que chegara a assinar o auto, recebendo-a como esposa!

Em vista de tamanha perversidade para com uma senhora da família real, sobrinha do *seu rei*, o que não estava reservado para os que lhe eram estranhos?

-
- 1 Pelo Decreto de 28 de outubro de 1828, a Junta resolveu fazer de Angra a sede do governo dos portugueses enquanto não se estabelecesse o governo de D. Maria II, passando os Açores, com as suas nove ilhas, a constituir uma única província do Reino.
 - 2 O visconde de Ouguela era Carlos Ramiro Coutinho.
 - 3 Lançada à água em 1821, a corveta *Urânia* era um navio de 600 toneladas da Armada Portuguesa, armado com 22 peças. Ao serviço do governo miguelista, a 3 de junho de 1831 foi apresado ao largo da Terceira na sequência da intervenção da fragata francesa *Melpomène* e do brigue *Endymion*, da esquadra chefiada pelo capitão-de-mar-e-guerra Michel-Joseph-Guillaume de Rabaudy, no contexto do ultimato francês ao governo de D. Miguel. A corveta foi libertada em Brest após a assinatura do Tratado de 14 de julho de 1831, passando para o lado liberal. O navio foi abatido em 1850.
 - 4 O brigue *Glória* era uma pequena embarcação, com 8 peças de pequeno calibre.
 - 5 Mateus Pamplona [Machado] Corte-Real (São Bento, 5 de outubro de 1777 — Lisboa, 18 de janeiro de 1853), capitão do Regimento de Milícias de Angra, foi condenado à morte, por sentença de 9 de janeiro de 1829, por ser miguelista, dando-se um prémio de 100\$000 réis e amnistia de todos os delitos a quem denunciasse o seu paradeiro. Fugiu para Lisboa, onde permaneceu até falecer, sendo amnistiado após o termo da Guerra Civil.
 - 6 Eustáquio Francisco de Andrade (—) boticário em Angra, fornecia medicamentos manipulados para o Hospital da Boa Nova. Oficial de milícias, foi um dos mais destacados líderes miguelistas na ilha Terceira, tendo participado nos confrontos armados com os liberais, de que resultou o sequestro dos seus bens. Foi vereador da Câmara de Angra (1850) e pioneiro no estudo das águas minerais da Terceira, em colaboração com o naturalista Domenico Vandelli (*cf.*: *O Angrense*, edição de 28 de março de 1844).
 - 7 O marquês de Barbacena era Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta.
 - 8 Ildefonso-Leopoldo Bayard (Coimbra, 3 de setembro de 1785 — Lisboa, 25 de janeiro de 1856), diplomata e político que, entre outras funções, foi Ministro da Guerra e Ministro dos Negócios Estrangeiros no 16.º governo da Monarquia Constitucional presidido pelo Marechal Saldanha (1847).
 - 9 Arthur Colley Wellesley (Dublin, 1 de maio de 1769 — Castelo de Walmer, 14 de setembro de 1852), 1.º duque de Wellington, marechal e político britânico, primeiro-ministro do Reino Unido por duas vezes (de 14 de novembro a 10 de dezembro de 1834; e de 22 de janeiro de 1828 a 16 de novembro de 1830).
 - 10 Jorge IV (Londres, 12 de agosto de 1762 — Windsor, 26 de junho de 1830), rei do Reino Unido e de Hanover de 29 de janeiro de 1820 até sua morte. De 1811 até sua ascensão ao trono foi Príncipe Regente durante a doença mental de seu pai Jorge III.
 - 11 A Santa Aliança, também designada por Grande Aliança, foi uma coligação de interesses que unia as monarquias da Áustria, da Prússia e da Rússia, as grandes potências monárquicas europeias. Foi criada após a derrota final de Napoleão por iniciativa do czar Alexandre I da Rússia e assinada em Paris em 26 de setembro de 1815. A aliança tinha como objetivo conter o liberalismo e o secularismo na Europa na esteira das devastadoras guerras contra a França e seus aliados, o que foi conseguido até ao dealbar da Guerra da Crimeia, conflito que levou ao seu colapso. Otto von Bismarck conseguiu recriar a Santa Aliança após a unificação da Alemanha em 1871, mas a aliança entrou novamente em colapso na década de 1880 devido aos conflitos de interesse entre austríacos e russos sobre a dissolução do Império Otomano.
 - 12 Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta (Mariana, 19 de setembro de 1772 — Rio de Janeiro, 13 de junho de 1842), primeiro visconde com grandeza e marquês de Barbacena no Império do Brasil, militar, diplomata e político brasileiro. Envolveu-se de forma decisiva na política na época do Primeiro Reinado, destacando-se na luta contra o absolutismo e pela criação de um governo constitucional.
 - 13 O Regimento de Infantaria n.º 18 foi uma unidade do Exército historicamente sediada na cidade do Porto. Teve ao longo dos tempos as seguintes designações: 2.º Regimento de Infantaria do Porto de 1762; Regimento de Infantaria n.º 11, de 1834; Batalhão de Infantaria n.º 18, de 1837; Regimento de Infantaria n.º 2, de 1837; Regimento n.º 18 de Infantaria do Príncipe Real, de 1892; e Regimento de Infantaria n.º 18, de 1806, 1834, 1855 e 1911. Teve papel determinante na *Belfastada* e nos acontecimentos que rodearam a resistência liberal ao miguelismo no norte de Portugal.
 - 14 O *HMS Ranger* era um pequeno navio de guerra britânico (um *sixth-rate*), de 28 peças, lançado em 1820. Foi dado por incapaz e vendido em 1832.
 - 15 O *HMS Nimrod* foi um pequeno navio de guerra britânico, de 18 peças, da classe *Cruizer*, lançado em 1812 e naufragado em 1827 quando encalhou na costa por ter partido a amarra da âncora. Reflutuado, foi vendido nesse ano a fim de ser recuperado para usos civis.
 - 16 William Walpole (29 de janeiro de 1789 — Londres, 8 de maio de 1875), oficial da Marinha Real Britânica que

comandou o bloqueio à Terceira durante a guerra civil. Tendo ingressado na Royal Navy em 1803, tomou parte na batalha de Trafalgar como aspirante a bordo do *HMS Colossus*. Reformou-se em 27 de abril de 1863 no posto de almirante.

- 17 Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira (Faro, 6 de janeiro de 1763 — Porto, 2 de junho de 1833), fidalgo da Casa Real e bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra, oficial general do Exército. Aderiu ao ideário do liberalismo e foi vice-presidente da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino que saiu da Revolução Liberal do Porto em 1820. Quando em março de 1829 as dissensões na Junta Provisória de Angra levaram à demissão do seu irmão Diocleciano Cabreira do cargo de presidente, foi nomeado para o substituir, sendo responsável por alguns dos mais duros atos de repressão exercidos sobre os miguelistas terceirenses.
- 18 José Joaquim da Rosa Coelho (Lisboa (Mercês), 5 de setembro de 1773 — Lisboa, 19 de dezembro de 1833), fidalgo cavaleiro da Casa Real, oficial general da Armada, chefe-de-esquadra (1818). Em 1818 foi nomeado intendente da Marinha da cidade do Porto, mas já anteriormente se havia encarregado da direção das obras da barra do Douro. De tendência absolutista, em 1823, após a *Vilafrancada*, foi escolhido por uma assembleia de notáveis para governar interinamente a cidade do Porto, mas recusou e pediu a nomeação de uma junta. Em janeiro de 1829 foi nomeado comandante da expedição de bloqueio e punição dos rebeldes da ilha Terceira, que fracassou na Batalha de 11 de agosto daquele ano na Praia. Regressado a Lisboa, em 1830 voltou ao cargo de intendente da Marinha no Porto e Províncias do Norte, mas pouco depois incorporou-se no exército realista, sendo ajudante-general e, em 1831, inspetor do Arsenal Real da Marinha. Em 1833, por ter opinado que a esquadra miguelista não devia sair do Tejo e combater a liberal, foi preso no Castelo de São Jorge, em Lisboa, e aí se manteve até ser libertado, por ordem de D. Pedro, nas vésperas da sua morte (cf.: «O Almirante José Joaquim da Rosa Coelho 1773-1833», *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. 34, fasc. 1-2. Porto, Câmara Municipal do Porto, 1973).
- 19 José António de Azevedo Lemos (Pereira, Vilar (Vila do Conde), 1 de outubro de 1786 — Lisboa, 16 de fevereiro de 1870), oficial do Exército que se destacou durante a Guerra Civil Portuguesa como um dos principais comandantes das forças afetas a D. Miguel. Teve papel importante no Cerco do Porto e foi o último comandante-em-chefe das forças legitimistas, condição em que foi forçado a assinar a Capitulação de Évora-Monte como representante do povo e das forças miguelistas. Foi também um notável latinista, traduzindo diversos clássicos.
- 20 O conde de Basto era José António de Oliveira Leite de Barros.

Capítulo XXXVIII

A batalha de 11 de agosto de 1829 no areal da Praia

Era a ilha Terceira o único rochedo português, no meio dos mares revoltosos, onde nas ameias das suas fortalezas, tremulava impávido e altivo o pendão glorioso das liberdades pátrias!

Era a ilha Terceira o único ponto dos vastíssimos territórios portugueses, onde encontravam guarida os foragidos da pátria, que desditosa gemia sob os rigores do governo absoluto, que mão traiçoeira e filhos degenerados haviam odiosamente estabelecido!

«A ilha Terceira, nos anais dos povos, na história da humanidade, nos fastos do género humano, é um verdadeiro herói, herói tão distinto entre todas as plagas que formam o relevo do orbe terrestre, como ela mesma na linha divisória dos dois hemisférios, se distingue entre todas as que povoam a vastidão do oceano que separa o mundo novo do mundo velho.

Dada a lume pela nação portuguesa em meado do século quinze, na adolescência dos povos da idade moderna, tem-se mostrado em todos os tempos, e em todas as crises da independência e liberdade da mãe pátria, filha sempre grata e extremosa; sacrificando nas aras da autonomia o sangue mais precioso dos seus filhos; tem sido sempre o egrégio baluarte da lealdade e fidelidade portuguesa, o berço ilustre da regeneração da mãe pátria, como lhe chamou o maior herói dos nossos tempos.¹ Se em 1581 e 1640 foi a última que se rendeu e a primeira de todas as insulas que sacudiu o jugo castelhano, que pesava havia sessenta anos sobre o colo de Portugal, em 1828, nesse dia notável nas revoluções celestes, em que das miras da esperança se passa aos gozos da caridade, também com sua revolução abriu nas páginas da história a Portugal a famosa época da sua passagem dos rigores da escravidão e do despotismo para os foros e regalias da liberdade».^a

Era, porém, essa passagem, que a todo o transe queriam D. Miguel e os seus sectários obstar, e assim conquistando a ilha Terceira, encerrando em

a O Angrense, n.º 1222, [edição de 25 de] junho de 1863.

masmorras, e destas conduzindo à força, os loucos, que temerariamente defendiam a liberdade, estava tudo conseguido.

Para isto, na tarde de 29 de julho de 1829, aparecia em frente da Terceira a formidável esquadra destinada à sua conquista.

Era poderosa, com a vantagem de unida atacar o ponto da ilha, que julgasse ser mais acessível para realizar o desembarque, enquanto as forças liberais, inferiores em número, pois constavam de 2386 homens de todas as armas e graduações, achavam-se, distribuídas por toda a ilha, nos oito distritos militares, em que ela estava dividida.

Em presença do inimigo animam-se os liberais, para o repelir valorosamente; o conde de Vila Flor proclama às tropas e aos povos, trata de guarnecer todos os pontos acessíveis da ilha, e de mandar preparar tudo o que julgou mais acertado para a defesa.

Devido ao vento do quadrante sueste não pôde a esquadra realizar de pronto o ataque, e só no dia 9 de agosto, mudando o vento para o sudoeste, conseguiu reunir no dia seguinte todos os navios e alguns barcos que das ilhas de oeste tinham de vir prestar serviço no desembarque.

Na manhã de 11 de agosto fundeava a esquadra na vasta baía da Vila da Praia, lugar destinado para o desembarque, pelo conselho reunido a bordo da nau *D. João VI*, convocado por Sousa Prego.

Defendia aquele ponto uma parte do Batalhão dos Voluntários da Rainha,² sob o comando do major Manuel Joaquim de Menezes,³ e a guarnição dos fortes era composta pelos artilheiros da costa, comandados por oficiais da 1.^a linha, tendo só treze peças de bater de vários calibres.

Eram poucos em número, perante a poderosa esquadra, e os milhares de homens que a guarneciam e os que estavam destinados para o desembarque, mas animava-os a força da vontade, a santidade da causa que defendiam, e esta dava-lhes a esperança de alcançar vitória.

Rompeu o fogo o Forte do Porto, que era comandado pelo alferes Simão António de Albuquerque e Castro,⁴ o qual no primeiro tiro de bala enviado à nau, quando

esta se preparava para lançar ferro, lhe matou um homem, feriu outro, desfez-lhe o pau da retranca, além de outras avarias.

Dado assim o sinal pelas forças liberais, de que estavam prontas para o combate, tornou-se ele cruento e majestoso.

Os fortes, e os parapeitos construídos à pressa, sofreram grandes avarias, e lê-se no roteiro da esquadra:

«Às quatro horas tendo-se calado o fogo dos forte e baterias, batidos vivamente pela artilharia da esquadra, somente fazia alguns tiros, com grandes intervalos, uma das baterias».

Foi, então, que da esquadra julgaram oportuno o momento de se proceder ao desembarque, principiando por uma coluna da força de infantaria e caçadores, em número superior a mil homens.

Grandiosa foi a luta, vivíssimo o fogo de fuzilaria, evitando as tropas liberais, a peito descoberto, e com valor e heroicidade inimitáveis, que as forças inimigas conseguissem vantajosamente desembarcar, acabando por serem derrotadas, quando, ao ponto onde estava travada a luta, acudia o resto do Batalhão de Voluntários.

«Então os constitucionais soltando entusiásticos e clamorosos vivas à rainha e à Carta proclamaram a sua vitória, levando o terror aos atacantes, que depunham as armas, para que os considerassem prisioneiros, chegando alguns a mostrar as chapas de Infantaria 15, que traziam escondidas, e com as quais queriam demonstrar, que nutriam os sentimentos liberais daquele corpo.

Perante os inimigos, que pediam misericórdia, cessaram os voluntários de fazer fogo, e com risco da própria vida ajudaram-nos a subir a rocha conduzindo-os em turnos para a Vila da Praia, sem um insulto ou maus-tratos, ação que muito os enobreceu».^b

À segunda coluna da força de desembarque, em número igual ao da primeira, e que era conduzida em dezoito lanchas, em direção ao centro do areal, foi o bastante que, ao aproximarem-se da terra as primeiras embarcações, dois

^b Manuel Pinheiro, *Épocas Memoráveis da ilha Terceira*.

certeiros tiros de artilharia de campanha, fizessem submergir duas lanchas, e que outra virasse pela confusão estabelecida, para que as restantes, receando igual sorte, se retirassem, e se fossem colocar ao abrigo da nau.

Depois disto, e com o anoitecer, só se ouvia algum tiro isolado, quando, às nove horas, tendo chegado a artilharia grossa dos constitucionais, e com ela dois obuses, foram lançadas duas granadas, que passando próximas da popa da nau, levaram o comandante a dar sinal à esquadra para seguir à vela, cortando rapidamente os navios as amarras.

Com respeito aos destroços da esquadra podem-se avaliar pelos da nau, de que nos dá notícia o referido roteiro:

«Esta nau sofreu vinte e quatro rombos, um ao lume de água e outros em diferentes pontos do costado, ficaram desmontadas duas caronadas na tolda, um peça no convés, outra na coberta, a retranca partida, a bomba de fogo despedaçada, dois escaleres arrombados, partidos alguns paus das antenas, cortado o estai grande, um óvem da enxárcia grande, dois fuzis de abotoadura, dois óvens da enxárcia do traquete, alguns brandais da gávea e joanetes; uma grande parte dos cabos de laborar cortados e diversas velas furadas.

Ficaram encalhadas em terra duas barcas canhoneiras e um barco, na ocasião da retirada da tropa.

A nau fez, desde a sua entrada até à saída do porto da Praia, mil trezentos e noventa e um tiros».

Neste memorável combate tiveram os constitucionais três oficiais, dois sargentos e doze soldados mortos e vinte oito feridos; e os miguelistas cerca de seiscentos mortos, incluindo neste número dois oficiais distintíssimos, o coronel José de Azeredo Pinto⁵ e o major D. Gil Eanes da Costa,⁶ além de outros oficiais. Foram trezentos e oitenta e oito os prisioneiros, sendo quinze oficiais, vinte e dois oficiais inferiores, e trezentos e cinquenta e uma praças de *pret* e marinheiros. Foi elevado o número de feridos que seguiram na esquadra.

Estava, pois, ganha a primeira batalha, que, tornando inexpugnável o baluarte das liberdades pátrias, tinha de ser a precursora das gloriosas vitórias, que, no decorrer de quatro anos, varreriam para sempre do solo português o odiado absolutismo, e assegurando no trono a dinastia constitucional dariam a todo o país a liberdade.

Nos fastos da história, a vitória alcançada no dia 11 de agosto de 1829, foi um triunfo brilhantíssimo, que demonstra de quanto é capaz o sentimento profundo do amor da pátria, amor superior a todos os amores, e que leva a praticar feitos de sublime coragem, de indizível abnegação, como os praticados pelos defensores da liberdade nos fortes, nos rochedos e no areal da Vila da Praia.

Lá, ao som do troar do canhão, do relampaguear da fuzilaria, por entre nuvens de fumo da pólvora, em frente do majestoso oceano, que vinha distender as suas ondas em lençóis de alva espuma, pelo grandioso palco onde se realizava tão assombrosa luta, cada soldado tornou-se um herói, cada morto um mártir!

Heróis pela pátria e pela liberdade! Mártires da pátria e da liberdade!

Eis os títulos de nobreza que a todos igualou à face da história, e que as gerações, que se lhe seguiram, têm em consagração solene bem alto proclamado.

Depois de tão assinalada vitória, a proclamação do conde de Vila Flor foi a seguinte:

Habitantes da ilha Terceira: Quando a esquadra do usurpador, respirando sangue e vingança, apareceu ameaçando a vossa ilha, eu vos recomendei o sossego e a confiança em mim, e na leal guarnição, que vos defende, e vos prometi o castigo dos inimigos do legítimo trono e da liberdade da pátria, se eles se atrevessem a acometer este glorioso baluarte da fidelidade. Vós, habitantes leais desta ilha, observastes fiéis o que vos indiquei, e com o seu valor inabalável as tropas leais, que comando, me fizeram cumprir a minha promessa. — O inimigo deixou coberto de cadáveres as vossas praias que queria inundar do vosso sangue; as ordens sanguinárias, que trazia contra a vossa guarnição, e contra os povos fiéis desta ilha, a Providência, que malogrará sempre os esforços do crime, as volveu contra eles; mais da metade dos seus soldados morreu pelo fogo ou pelas ondas, ou recebeu dos seus generosos vencedores o acolhimento,

que a religião e a humanidade determinam, mas que as ordens da tirania lhes tinham proibido dar aos seus defensores, e a vós mesmos se fossemos vencidos. — Se, depois da ruína experimentada, se atrever a voltar a estas praias, eu vo-lo prometo novamente, e a experiência acaba de mostrar-vos o valor desta promessa, a sua ruína será completa. — Povos da Terceira, habitantes deste ilustre baluarte da fidelidade, da honra e da constância, continuai a viver na mais completa tranquilidade. Cooperai com os valerosos que vos defendem, para acabar de pôr estas praias no abrigo de todo o criminoso esforço de nossos adversários; e a vossa ilha terá a glória de ter restaurado no trono a nossa amada rainha, de ter sido nobilitado o nome português, e de ter sido o foco de onde partirá a liberdade e a prosperidade da pátria. — Acampamento em São Sebastião, aos 12 de agosto de 1829. — Conde de Vila Flor.

-
- 1 O «maior herói dos nossos tempos» era D. Pedro, duque de Bragança.
 - 2 O Batalhão de Voluntários da Rainha D. Maria II (1828-1834) foi uma unidade militar da facção liberal, organizada em Plymouth, com recurso a militares liberais ali exilados na sequência da Belfastada, a que se agregaram membros do antigo Batalhão Académico e outros liberais presentes no Reino Unido e depois na ilha Terceira, para onde o batalhão se transferiu. Os sobreviventes do antigo Batalhão Académico constituíram a 1.ª companhia, a qual embarcou em 30 de janeiro de 1829 em Plymouth e chegou a Angra a 16 de fevereiro, depois de uma viagem atribulada para furar o bloqueio naval miguelista e britânico à ilha Terceira. O batalhão foi destacado para guarnecer a vila da Praia, onde teve um papel determinante na defesa da ilha contra o desembarque de forças miguelistas intentado a 11 de agosto de 1829. O Batalhão integrou as forças do Exército Libertador, participando no Cerco do Porto. Manteve-se ativo até ao termo da Guerra Civil (1834).
 - 3 Manuel Joaquim de Meneses (Porto, 8 de agosto de 1778 — Almeida, 13 de outubro de 1835), 1.º e único barão do Cabo da Praia, oficial do Exército, onde atingiu o posto de brigadeiro. Distinguiu-se durante a Guerra Civil, em particular na Batalha da Praia, onde comandava o destacamento que defendia o Cabo da Praia, e durante o Cerco do Porto. Foi governador da Praça de Almeida, cargo que detinha quando faleceu. Foi feito barão do Cabo da Praia por decreto de 23 de setembro de 1835, da rainha D. Maria II, pela «acrisolada fidelidade, bravura e constante devoção cívica de que tem dado repetidas provas durante a sua longa carreira militar» e em especial pelos relevantes serviços militares na ilha Terceira em 1829, contribuindo para a vitória na Batalha da Praia, e no Cerco do Porto.
 - 4 Simão António de Albuquerque e Castro (Lisboa, c. 1805 — Oeiras, c. 1870), era alferes de Infantaria aquando da batalha de 11 de agosto de 1828, depois capitão do Batalhão de Caçadores n.º 5. Faleceu no posto de major.
 - 5 José de Azeredo Pinto (Sabrosa, c. 1780 — Praia, 11 de agosto de 1829), coronel do Exército, um dos comandantes da expedição miguelista contra a Terceira, morreu durante a tentativa de desembarque na Praia a 11 de agosto de 1829.
 - 6 Gil Eanes da Costa de Sousa de Macedo (Lisboa, 9 de dezembro de 1792 — Praia, 11 de agosto de 1829), da família dos viscondes de Mesquitela, major do Exército, um dos comandantes da expedição miguelista contra a Terceira. Morreu durante a tentativa de desembarque na Praia a 11 de agosto de 1829.

Capítulo XXXIX

A Regência de Angra e a estada de D. Pedro nos Açores

Uma prova eloquente de que, na data memorável de 11 de agosto de 1829, as ideias e os princípios liberais tinham já conquistado elevado número de aderentes terceirenses, está na proclamação com que encerrámos o anterior capítulo; e se assim não fosse, não teriam os partidários do absolutismo melhor ocasião de se apresentar em defesa da sua causa, do que no momento em que todos os esforços dos liberais estavam empregues em repelir as forças inimigas, que se lhes apresentavam no mar, e nesta ocasião qualquer ataque em terra, podia ter altamente prejudicado a defesa do ponto, em que a esquadra pretendia desembarcar as forças miguelistas.

Não se atreveram a fazê-lo, nem nos diz a história, que em tal coisa se pensasse, e a razão é clara: é porque a corrente das ideias ia seguindo a sua marcha benéfica e civilizadora, esclarecendo os espíritos, conquistando corações, fazendo luz no meio das trevas, com as quais o fanatismo e o predomínio dos grandes envolvia o povo.

A cantata de que os liberais eram inimigos da religião, já não fazia eco, e o povo via ao lado dos liberais alguns sacerdotes dignos, à frente dos quais estava o respeitável velho, o arcediogo dr. Ferraz; e da nobreza, que o povo respeitava ou temia, uma parte importante, a que mais tinha que perder, havia sido esclarecida pela verdade, era seguidora devotada do liberalismo.

Esta é a verdade, que bem pese aos que, ainda hoje, fazem triste propaganda oficiosa e interesseira proclamando o contrário.

Querem mais uma prova? Quem ficou defendendo a cidade e os seus castelos, quando a força, que os guarnecia, seguiu para a Praia sob o comando de Vila Flor, no dia 11 de agosto? Os convalescentes, os veteranos, a companhia de voluntários paisanos, os funcionários eclesiásticos e civis, que entusiasticamente, patrioticamente se apresentaram a pedir armas.

Foi só questão do tempo preciso para se realizar a natural transformação para a nova crença, o que pouco depois deu o realizar-se com facilidade um

recrutamento, entre os terceirenses, superior a mil homens, que constituiu uma das boas partes do Exército Libertador.¹

É com estas verdades históricas, que se destroem as cantatas dos historistas da atualidade.

*

A entrada em Angra do conde de Vila Flor, futuro duque da Terceira, e dos heróis que tanto se engrandeceram na ação de 11 de agosto, foi festival, entusiástica, delirante.

Imediatamente foram expedidos ofícios ao marquês de Palmela, sobre tão notável vitória, dos quais foi portador o ajudante de campo do general, o tenente de cavalaria D. António de Melo,² que chegou a Inglaterra antes de 30 de agosto, dia destinado para a partida da rainha D. Maria, para o Brasil, acompanhada de sua madrastra, a princesa D. Amélia.³

Retirando a esquadra, reúne-se um conselho a bordo da nau *D. João VI*, determinando-se que parte da força se distribuísse pelas diversas ilhas do arquipélago, e a restante seguisse para Lisboa.

Reparados os navios, tanto quanto pôde ser, voltaram a bloquear a ilha Terceira, realizando algumas apreensões de navios ingleses e americanos, o que levantou dificuldades ao governo de D. Miguel.

A despesa com a esquadra e com a tropa miguelista foi paga pelo cofre de Ponta Delgada, e importou em quantia superior a cem contos de réis nos meses de dezembro de 1828 a julho de 1829.

Neste estado de coisas não tinham os terceirenses a recear que a ilha fosse de pronto novamente atacada, pois a tremenda derrota que os miguelistas sofreram, havia sido bom ensinamento, e Sousa Prego escrevendo ao conde de Basto, dizia:

«Falandu com a franqueza que devo, digo a V. Ex.^a que a ilha Terceira está hoje em respeitável estado de defesa, que os pontos suscetíveis de serem atacados são poucos ou de difícil acesso, e que todas as expedições, que não forem feitas em força e em regra serão perdidas. Não me tenha V. Ex.^a por terrorista, falo a V. Ex.^a com conhecimento de causa a

linguagem da verdade, pedindo a V. Ex.^a que desconfie daquela de lisonjeiros e impostores».

A ilha do Faial foi a que mais sofreu com as perseguições até à morte, que os liberais ali tiveram infligida pelo feroz desembargador José Monteiro Torres,⁴ carrasco togado, como bem o classificou o sr. Manuel Pinheiro.

Por decreto de 9 de fevereiro foram demitidos e substituídos os magistrados nas diversas ilhas.

Dois acontecimentos importantes tiveram lugar ainda neste memorável ano de 1829; foi o primeiro a oferta que a rainha D. Maria II fez de uma bandeira bordada pelas suas mãos, ao valente Batalhão de Caçadores n.º 5, bandeira que depois ardeu no incêndio do Convento de São Francisco do Porto;⁵ o segundo a providencial maneira como escapou de ficar prisioneiro da esquadra miguelista, o futuro marquês de Sá da Bandeira,⁶ cognominado o *Bayard português*.⁷

Em 4 de dezembro viam os terceirenses desembarcar em Angra uma dama ilustre, a condessa de Vila Flor,⁸ que vinha compartilhar com seu marido os perigos a que ele estava exposto.⁹

«Com uma pequena leva de emigrados, que neste tempo mandava Palmela para a Terceira, dizia este a Vila Flor que, naquela ocasião ficavam todos os depósitos de Inglaterra, França e Bélgica unicamente compostos de oficiais ou de paisanos inábeis para pegar em armas, por isso que para a Terceira tinham sido encaminhados todos os soldados neles existentes.»^a

*

Em fevereiro de 1830 chegava a Londres D. Tomás de Mascarenhas,¹⁰ enviado por D. Pedro, com ordens para uma subvenção pecuniária de 5000 libras esterlinas mensais, para acudir, tanto quanto possível, às urgentes despesas com a causa constitucional.

D. Pedro ordenava ao marquês do Palmela, que com toda a urgência se estabelecesse na ilha Terceira, e com ele a Regência, composta pelo mesmo marquês, presidente; pelo marquês de Valença;¹¹ e pelo conselheiro José

a Manuel Pinheiro, *Épocas Memoráveis*, vol. VI.

António Guerreiro,¹² a qual em nome da rainha governaria os territórios portugueses.

Das 5000 libras esterlinas mensais foi determinado, que 3000 seriam remetidas para Angra, e as restantes distribuídas para socorrer um pouco aos emigrados da Europa, e aos empregados diplomáticos nas diversas nações.

No dia 15 de março, conseguindo iludir o bloqueio, desembarcavam em Angra o marquês de Palmela e José António Guerreiro. Neste mesmo dia se instalou a Regência, da qual ficou fazendo parte o conde de Vila Flor, visto haver-se escusado o marquês de Valença. Foi escolhido para secretário o capitão Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, sendo enviado ao Rio de Janeiro o conde de Ficalho,¹³ com despachos e credenciais ao conde de Sabugal,¹⁴ que havia sido nomeado ministro plenipotenciário junto do imperador.

A morte da rainha D. Carlota Joaquina e a do famigerado marquês de Chaves,¹⁵ foram dois golpes profundos no partido miguelista, e que deixaram um pouco mais à vontade o partido liberal.

Em 26 de junho falecia em Inglaterra o rei George IV, e em julho era destronado Carlos X, subindo ao trono francês o duque de Orleães,¹⁶ e estes acontecimentos vieram favorecer muito a causa liberal portuguesa.

O primeiro decreto da Regência foi incumbindo o comando das forças ao conde de Vila Flor. A este decreto seguiram-se outros, que estão todos publicados e a que não podemos fazer referência especial.

*

Graves eram as dificuldades com que lutava a Regência para acudir às despesas com a sustentação das tropas, como também graves eram as que assoberbavam em São Miguel o general Sousa Prego, para sustentar as forças miguelistas, que o seu governo havia abandonado, valendo-lhe o recurso que tinha nas restantes ilhas do arquipélago.

A subvenção, realmente diminuta, de D. Pedro estava a terminar, e não se haviam realizado os esperados empréstimos. Em março de 1831 estava o *pret* dos soldados em quatro meses de atraso, tendo valido até então, e durante mais

de dois anos, o recurso da Terceira fornecendo pão e carne a toda a guarnição e emigrados.

Bem desejava a Regência alargar a área real do seu domínio às demais ilhas açorianas, mas o bloqueio constante não lho permitia.

Felizmente as desinteligências que se levantaram entre o governo de D. Miguel e o governo francês, por causa dos franceses Bonhome e Sauvinet,¹⁷ que levou a França a mandar uma esquadra a Lisboa, que apresou dez navios da esquadra portuguesa, ao mesmo tempo que mandava para os Açores o brigue *Endymion*¹⁸ e a fragata *Melpomène*,¹⁹ que capturaram a corveta *Urânia* e afugentaram a *Isabel Maria*, foi levantado o bloqueio à ilha Terceira. As forças que guarneciam a *Urânia* aclamaram a rainha, que passaram a defender.

*

Assim a 17 de abril de 1831, pelas seis horas da manhã, formavam junto do Convento de São Francisco, sob o comando do major José Joaquim Pacheco,²⁰ os contingentes dos diversos corpos, que tinham de constituir a expedição destinada a ir libertar as ilhas.

Neste ato o general conde de Vila Flor, comandante em chefe da expedição, dirigiu aos bravos soldados, que tinha de conduzir à vitória, patriótica e entusiástica proclamação.

Foi imponente o embarque destes heróis, que iam sacrificar a vida em defesa dos princípios liberais.

Animados pelo santo amor da pátria e da liberdade, havia cada qual se empenhado altamente para fazer parte daquele núcleo expedicionário, oferecendo-se voluntariamente, e pagando muitos para substituir aqueles que tinham sido destinados, em cada regimento, para se formar a expedição.

Não eram soldados mercenários, eram devotados patriotas, que à porfia ambicionavam caminhar na vanguarda, para alcançar as honras da vitória, ou morrer no campo da batalha, mártires da nobre causa que defendiam.

Assim a data 17 de abril de 1831, representando a partida da primeira expedição, que saiu da ilha Terceira, para dar princípio à humanitária missão de libertar os

açorianos das garras do despotismo, tornou-se uma data assinalada nos fastos da história terceirense.

E por providencial coincidência veio esta data, no decorrer dos anos, sem em tal se pensar, novamente tonar-se duas vezes mais assinalada para a ilha Terceira.

A primeira foi em 1897 com a fundação da Cozinha Económica Angrense, devida à iniciativa e esforços da ilustre dama terceirense, distinta escritora e mimosa poetisa, a Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria Guilhermina Mesquita Pimentel.

A segunda em 1901 com a expulsão dos padres Jesuítas estabelecidos na casa da Graça,²¹ e que o bispo, que foi desta diocese, D. Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito, aqui introduzira, com o pretexto de serem os diretores espirituais do Seminário angrense.

A saída forçada dos jesuítas da Graça deve-se à atitude patriótica dos liberais angrenses, pedindo o cumprimento da lei, relativa às congregações religiosas, à energia do liberal governador civil sr. dr. António da Fonseca Carvão Paim da Câmara,²² terceirense ilustre, e digno descendente daqueles, que tanto haviam arriscado a vida e sacrificado a fortuna para a implantação da liberdade.^b

Arquivados estes dois acontecimentos, e neste lugar pela coincidência de igual data, continuemos: — Pelo meio-dia a embarcação comandante, a bordo da qual ia o general conde de Vila Flor, deu o sinal para todos os navios levantarem ferro. Era comandante dos navios de guerra o capitão-tenente da armada real [britânica] Robert Hills.²³

Postas ao largo todas as embarcações, chegou a expedição, no dia 31 de abril, à ilha do Pico, onde foi entusiasticamente recebida, não encontrando resistência, pois a guarnição miguelista, que estava naquela ilha, havia fugido para a do Faial.

O conde de Vila Flor dirigiu nesta ocasião duas proclamações, uma aos habitantes dos Açores, outra aos militares, oficiais ou soldados, que serviam sob a bandeira de D. Miguel.

b O sr. dr. António da Fonseca Carvão Paim da Câmara [(1864—1931)], filho do atual sr. barão do Ramalho, é neto do morgado António Tomé da Fonseca Carvão Paim da Câmara, que foi um denodado defensor da liberdade, e de sua consorte D. Maria Isabel Leopoldina de Ornelas Paim da Câmara, irmã do benemérito morgado Teotónio de Ornelas, 1.º conde da Praia da Vitória.

Não permitindo o mau tempo que os navios conduzissem prontamente a expedição às restantes ilhas, só a 8 de maio seguinte se realizou o desembarque na ilha de São Jorge.

Ali tiveram os expedicionários de lutar valentemente, alcançando honrosa vitória, nos ataques do Lombo do Gato, Urzelina e Manadas, pondo em debandada as forças rebeldes, deixando muito mortos e feridos, fazendo muitos prisioneiros e apoderando-se de toda a artilharia.

Foi portador da notícia oficial desta vitória, mandada à Regência pelo conde de Vila Flor, o coronel Teotónio de Ornelas Bruges.

Voltando o general conde de Vila Flor à Terceira, saiu novamente para São Jorge, com o seu estado-maior, levando novo contingente superior a cem baionetas.

No dia 16 de maio fundeava na baía da Praia a escuna *Jack-o'-Lantern*,²⁴ trazendo de Londres o secretário da Regência Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque e o general Pizarro.

A 3 de Junho foi publicado o decreto criando a Junta Consultiva, para exercer as funções que pelo capítulo VII do título V da Carta Constitucional são conferidas ao Conselho de Estado.²⁵ Desta Junta fez parte Teotónio de Ornelas.

No dia 9, passando em frente da baía de Angra o brigue francês *L'Endymion*,²⁶ e a fragata *La Melpomène*,²⁷ de 60 peças de calibre 30, vieram a terra o primeiro e segundo comandantes, erguendo um deles, apenas firmou os pés em terra, um «*Viva a D. Maria II*», que foi retribuído pelos espectadores com os de «*Viva o Rei Cidadão! Viva a França!*».

O segundo-comandante disse: «*Os portugueses da Terceira, os polacos, e os franceses, são todos irmãos*». Depois de cumprimentarem a Regência, voltaram para bordo e seguiram viagem.

No dia 25 de junho foi recebida pela Regência a notícia de que, depois de estar proposta uma capitulação honrosa às forças miguelistas estacionadas na ilha do Faial, fugira vergonhosamente o governador com uma parte da guarnição, no dia 23 do mesmo mês, para bordo da corveta *Isabel Maria* e de dois navios mercantes.

Esta fuga foi tão precipitada, que as forças liberais seguindo do Pico para o Faial, puderam aprisionar parte da guarnição, que não conseguiu embarcar; a que estava num dos transportes, ainda fundeado na baía, ficou prisioneira, vindo entregar-se toda a tropa que havia fugido para os montes da ilha. O total dos prisioneiros foi de 304.

O entusiasmo dos faialenses, quando se viram libertos do jugo despótico das tropas miguelistas, chegou ao delírio. Foram postos em liberdade elevado número de presos por opiniões políticas.

O cônsul britânico no Faial entregou ao conde de Vila Flor a carta que D. Pedro lhe dirigiu ao passar por aquela ilha:

«Meu caro Conde e Amigo: Havendo eu, em consequência de uma revolução de tropa e povo,²⁸ a qual teve lugar no Império do Brasil, abdicado em meu filho, hoje D. Pedro II,²⁹ a coroa que os brasileiros me haviam espontaneamente oferecido, e eu defendi, enquanto a honra, e a constituição do mesmo Império mo permitiram, resolvi passar à Europa; e assim o faço a bordo da fragata inglesa Volage.³⁰

As forçosas circunstâncias de uma navegação de 47 dias me trouxeram à vista do porto da ilha do Faial, e aqui me chega a mui fausta notícia que v. ex.^a animado sempre dos puros sentimentos de fidelidade, e amor para com a sua pátria, e à augusta pessoa da senhora D. Maria II, minha muito muito amada e prezada filha, acaba de fazer triunfar de novo a causa da justiça e da razão, suplantando o partido usurpador nas ilhas de São Jorge, e Pico, arrancando-as pela virtude e coragem às garras da traição e do despotismo.

Esta ação liberal e nobre, engrandecerá (se é possível) a glória de v. ex.^a, quando a pena imparcial da história indicar aos povos livres o nome dos heróis seus defensores.

A rainha de Portugal, que partiu do Rio de Janeiro na mesma ocasião em que eu, faz agora viagem para o porto de Brest na fragata La Seine,³¹ que os delegados da nação francesa naquela corte puseram à disposição da mesma augusta senhora para seu transporte àquele porto.

Como natural tutor de minha filha, como verdadeiro constitucional, e antigo afeiçoado amigo de v. ex.^a, eu aproveito esta feliz ocasião para dar-lhe um testemunho do meu respeito por tanto valor e constância; e do meu agradecimento por tão heroicos e sustentados sentimentos de honra e fidelidade à soberana causa da liberdade legal: e em nome da rainha fidelíssima o autorizo a que faça constar a todos os bravos defensores de seus imprescritíveis direitos a alta consideração em que a mesma augusta senhora terá estes relevantes serviços.

Eu posso assegurar a v. ex.^a, e a todos os portugueses honrados, que incansável em promover na Europa os interesses de sua filha, o pai como simples particular, se votará de todo o coração, como o fez soberano, em favor da causa da legitimidade, e da constituição. Se me não couber o prazer de mostrar de outra sorte a v. ex.^a a minha satisfação e estima, sirva esta carta da mais autêntica prova da gratidão e amizade, que v. ex.^a conservará em quanto eu viva. — D. Pedro de Alcântara de Bragança e Bourbon — Bordo da fragata Volage, em 30 de maio de 1831.»

No dia 29 regressou a Angra o conde de Vila Flor e seu estado maior, no dia 30 o corpo de cadetes do Corpo Expedicionário, e a seguir o resto da tropa.

Na ilha Graciosa, com a notícia recebida das vitórias alcançadas nas demais ilhas pelas tropas liberais, e com a chegada àquela ilha do juiz-de-fora, O Jorgense João Bernardes da Câmara Madureira Cirne, aclamaram patrioticamente os graciosenses, no dia 10 de julho de 1831, a Rainha D. Maria II e a Carta Constitucional.

Na ilha das Flores, apenas foram ali recebidas as instruções da Regência, a Câmara de Santa Cruz fez a aclamação da rainha, no dia 21 de julho, com geral aplauso dos florentinos.

Estavam satisfeitos os desejos dos povos ocidentais, vendo-se libertos do jugo do despotismo, faltando só as ilhas orientais do arquipélago.

Em São Miguel, a ilha mais importante pela sua extensão, população e riqueza, não eram menos ardentes as aspirações pela liberdade, nos corações patrióticos da grande maioria dos micaelenses, mas o jugo da opressão miguelista, não lhes consentia quebrar de pronto os grilhões, que lhes lançara a usurpação.

Era esta libertação mais uma glória, que estava reservada aos heróis, que a ilha Terceira guardava em seu seio, com a mais digna e justa ufania.

Para isso, no dia 28 de julho, pelas 6 horas da manhã, formava em ordem de marcha, no campo do Relvão, a divisão destinada a libertar a ilha de São Miguel.

Era composta do Corpo de Cadetes, Corpo de Voluntários Académicos, Batalhão de Caçadores n.º 5, Corpo de Sapadores, um batalhão do Regimento n.º 18, um do Regimento Provisório e um contingente do Batalhão de Artilharia.

«No dia 30, pelo meio-dia, — descreve a Chronica,³² — principiou o embarque, e em menos de duas horas toda a Divisão se achava embarcada. Os respetivos vivas, os hinos, o belicoso som das cornetas, que se faziam ouvir de todos os navios, dava maior realce a este ato interessante.

Uma grande multidão de espectadores se achava apinhada no cais, e nas colinas que bordam a baía, acenando com lenços para as embarcações, onde iam os seus parentes e amigos. Às 4 horas da tarde a esquadilha levantou ferro, e às 5 todos os vasos se achavam já fora da baía».

Para as despesas com esta expedição foi necessário recorrer mais uma vez à lealdade dos terceirenses, contraindo-se um empréstimo de vinte contos.

No dia 1.º de agosto teve lugar o desembarque das tropas expedicionárias, no lugar do Pesqueiro da Achadinha, junto à foz da ribeira que ali corre.

A primeira força miguelista que se apresentou, sob o comando do capitão Marcelino Coelho Bandeira Quintal,³³ ajudante de ordens do general Sousa Prego, e bem assim a segunda, sob o comando do capitão José Maria da Silveira,³⁴ foram derrotadas, ficando mortos no campo os dois comandantes e vários soldados, outros feridos e prisioneiros.

Na manhã seguinte marcharam as tropas para o lugar do Porto Formoso, e foi então que teve lugar a memorável batalha da Ladeira da Velha,³⁵ que, pela formidável posição que ocupavam as forças miguelistas, pelo seu elevado número, pelo admirável plano estratégico posto em execução, e pela valentia e coragem com que se houveram as tropas constitucionais, pode ser considerada como uma das melhores glórias do Exército Libertador.

O conde de Vila Flor no seu relatório diz:

— «*Todos os Corpos, todos os indivíduos desta Divisão entraram na peleja, todos triunfaram das maiores privações e dificuldades; oficiais e soldados desta Divisão, todos mostraram à porfia o denodo, a audácia, e a constância, que nas épocas as mais brilhantes da nossa história distinguiram os Portugueses, e os tornaram a admiração das mais Nações. Resultados de tanta importância custaram à Divisão a vida do tenente de Caçadores n.º 5 António Joaquim Borges de Bettencourt,³⁶ que morreu no solo que o viu nascer, e no momento em que o libertávamos, e cinco soldados do mesmo Corpo; ficando dele feridos gravemente o alferes José Maria de Moraes Rego³⁷ e dois soldados; e levemente o ajudante João Baptista de Abreu,³⁸ dois oficiais inferiores, e dezassete soldados; os demais corpos tiveram uma perda menor, que não posso enumerar exatamente, por não ter ainda recebido os respetivos mapas.*»

No dia 2, quando o povo da cidade de Ponta Delgada teve notícia de um tão brilhante feito, e que viu as forças militares miguelistas abandonarem a mesma cidade, pôde respirar livremente, e com patriótico entusiasmo aclamar o legítimo governo da rainha de Portugal, a Senhora D. Maria II.

Foi portador para a ilha Terceira, no dia 7 de agosto, da notícia desta assinalada vitória, o grande patriota Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque.

A divisão expedicionária que desembarcou em São Miguel, compunha-se de mil e quinhentos homens. As forças miguelistas, que guarneciam aquela ilha, compunham-se de quatro mil cento e oitenta homens, sendo mil trezentos e oitenta de tropa de linha, e dois mil e oitocentos de milícias. Até ao dia 12 de agosto, o total dos prisioneiros era de mil duzentos e setenta e sete.

Estavam, felizmente, todas as ilhas dos Açores prestando voluntariamente obediência ao regímen constitucional, e a Regência, por meio de salutareos decretos, tratava de tomar medidas convenientes para o bem-estar dos povos açorianos, e libertação da pátria portuguesa.

Em agosto de 1831 recebia o marquês de Palmela uma carta de D. Pedro, escrita em Londres, a 6 de julho, convidando-o a comparecer naquela cidade.

D. Pedro, seguindo do Faial, chegara a 12 de junho a Cherbourg, partindo em seguida para Londres, onde foi honrosamente recebido.

No dia 1.º de agosto chegava a senhora D. Maria II a Portsmouth, sendo oficialmente recebida como rainha de Portugal por ordens positivas do governo inglês.

O cabido de Angra dirigiu, em 17 de agosto, a Sua Majestade a Rainha uma patriótica felicitação, que muito o honrou, demonstrando assim os seus sentimentos liberais.

A 29 de agosto embarca Palmela no porto de Angra, na escuna de guerra *Ilha Terceira*,³⁹ acompanhado da comissão encarregada de cumprimentar a família real, composta por Teotónio de Ornelas Bruges, pelo tenente-coronel Manuel de Sousa Raivoso,⁴⁰ e o ajudante de ordens de Vila Flor, D. Carlos de Mascarenhas.⁴¹

A 17 de outubro recebia D. Pedro a comissão presidida por Palmela, proferindo o marquês, em nome da Regência, um discurso, no qual, depois da exposição do ocorrido na Terceira, solicitava do imperador o colocar-se ostensivamente à testa dos negócios de Sua Majestade Fidelíssima.

A resposta de D. Pedro foi a seguinte:

«Em nome da minha Augusta Filha, a Rainha de Portugal, e em meu nome, agradeço à Regência, os sentimentos de respeito e de amor, que a animam; e às valorosas tropas e leais povos dos Açores, os sacrifícios que têm feito, e a lealdade que em tão difíceis circunstâncias têm tão exemplarmente provado, tomando na devida consideração quanto a deputação expõe. Farei tudo o que houver por mais conveniente aos interesses da causa da minha Augusta Filha e da Carta Constitucional.»

Obtidos os recursos necessário, e feita a aquisição dos navios para constituírem a esquadra, chegou D. Pedro a Belle Isle,⁴² a 2 de fevereiro de 1832, anunciando a sua chegada as salvas das embarcações, sendo conduzido pelo almirante [George Rose] Sartorius⁴³ a bordo da fragata *Rainha de Portugal*,⁴⁴ onde assinou o manifesto redigido por Palmela, depois enviado a todos os soberanos da Europa.

A 10 de fevereiro parte em direção à Terceira a fragata *Rainha de Portugal*, transportando D. Pedro e o seu estado maior, acompanhada pela fragata *D. Maria*

II,⁴⁵ a escuna *Terceira* e os transportes *Eduardo*⁴⁶ e *Tyrian*,⁴⁷ ficando em Belle Isle a corveta *Juno ou Amélia*,⁴⁸ para comboiar quatro embarcações conduzindo tropa, emigrados e munições.

No dia 22 [de fevereiro], devido aos ventos, chegava D. Pedro em frente de São Miguel, onde desembarcou no meio das mais calorosas aclamações.

As desinteligências havidas, e que levaram à exclusão dos generais Saldanha, [Thomas William] Stubbs,⁴⁹ Moura⁵⁰ e Melo, encontraram partidários entre os defensores da ilha Terceira.

No dia 3 de março de 1832, dia assinalado na história terceirense, e como tal a data que o recorda é de grande gala para a ilha Terceira, desembarcava o dador da Carta Constitucional, o imortal Duque de Bragança, o rei soldado, D. Pedro IV, na terra que, por entre enormes sacrifícios, e incontestáveis atos de heroicidade, valor, lealdade e civismo, havia assegurado o trono português para a sua extremosa filha, a rainha D. Maria II.

Não se descreve o delirante entusiasmo como foi recebido, na liberal e heroica ilha Terceira, aquele, que sacrificando duas coroas, vinha colocar-se à frente de um grupo de heróis, para libertar a nação portuguesa do domínio do usurpador e das garras do despotismo.^c

Apenas fundeada, na baía de Angra, a fragata *Rainha de Portugal*, publicou o imortal Duque de Bragança o manifesto dirigido aos portugueses, no qual denominou a ilha Terceira — «*egrégio baluarte da Fidelidade e da Liberdade Portuguesa*».

À mensagem da Regência, apresentada a bordo, respondeu Sua Majestade Imperial:

«Agradeço à Regência os sentimentos que manifesta: restituir à Minha Augusta Filha o trono, e aos portugueses o governo da Carta Constitucional, é hoje o único objeto dos meus desejos como até agora o tem sido do louvável zelo de Regência.»

c O suplemento ao n.º 33 da *Chronica [da Terceira]* descreve a majestosa receção feita ao imperador.

À mensagem da Câmara de Angra, lida pelo seu presidente interino, o terceirense Francisco de Menezes Lemos e Carvalho, respondeu:

«É muito agradável para mim ter de agradecer à Câmara desta Cidade as expressões de consideração que me dirige; e ainda mais as provas de fidelidade que tem dado a minha Augusta Filha. Fiel aos sentimentos do meu coração e ao chamamento dos leais Povos dos Açores, venho hoje unir-me a eles, para restabelecer com o Trono da Senhora D. Maria II, o governo da Carta Constitucional.»

À mensagem dirigida pelo governador do Castelo de São João Baptista, ao entregar as chaves do castelo, respondeu:

«Agradeço ao governador do Castelo de São João Baptista os dignos sentimentos de que ele e a sua guarnição se acham animados; o valor ilustre com que têm sabido defender este baluarte da fidelidade portuguesa, prova que, nem a defesa do castelo pode ser confiada a gente mais brava, nem as chaves dele depositadas em melhores mãos».

No dia 4 de abril, aniversário natalício da bem-amada rainha D. Maria II, foram delirantes as manifestações realizadas em Angra, para o comemorar. Em seguida ao *Te-Deum*, orou brilhantemente o prior de São Lourenço de Alhos Vedros e freire da Ordem de Sant'Iago da Espada, Marcos Pinto Soares Vaz Preto. À noite houve um brilhantíssimo baile e ceia, no paço real de Angra, oferecidos por sua majestade imperial, onde concorreram mais de 120 senhoras.

A 7 de abril desembarcava o imperador na cidade, onde se demorou até ao dia 11, seguindo para a ilha de São Jorge no *Superb*,⁵¹ desembarcando nas Velas, sendo, tanto naquela cidade, como nesta vila, entusiasticamente vitoriado. À noite regressava a Angra, salvando os navios de guerra e as fortalezas e iluminando-se espontaneamente todas as casas da cidade.

Foram muitos e importantes os decretos que em Angra, e alguns em Ponta Delgada, promulgou o imperador, os quais se encontram publicados na *Chronica*.^d

^d Existe publicado um folheto, que temos presente, com os 65 decretos promulgados pelo governo na corte de Angra, desde 1830 a fevereiro de 1832 [(refere-se a *Collecção de decretos e regulamentos publicados durante o Governo da Regência do Reino estabelecida na ilha Terceira de 2 de junho de 1830 a 27 de fevereiro de 1832*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1834)].

Todas as Câmaras do distrito, muitas juntas de paróquia, corporações, e casas religiosas dirigiram ao Duque de Bragança, altas provas de consideração, homenagem e obediência, em bem elaboradas felicitações, como se vê na referida *Chronica*.

No dia 23 [de abril] principiou o embarque das forças da expedição liberal, que, conjuntamente com as do Faial, seguiram para São Miguel nos quarenta transportes da esquadra.

O bravo Batalhão de Voluntários, como prova de gratidão pela maneira como haviam sido recebidos pelos terceirenses, dirigiram-se-lhes, na ocasião da partida, pela forma seguinte:

«Habitantes da Terceira:

— Chamados pela voz da Honra, nós deixamos os vossos lares, generosos Habitantes da Terceira, levando em nossos corações profundamente gravados os sentimentos do mais vivo reconhecimento para convosco.

Jamais nos esquecerá, que, aportando às vossas praias, encontrámos em vós um acolhimento afetuoso, uma amizade cordial, uma hospitalidade oficiosa; ainda mais, achamos corações compassivos, almas sensíveis, que buscaram enxugar-nos as lágrimas que a saudade da Pátria, e das famílias, nos faziam verter; lágrimas, porém, que os seus desvelos não puderam nunca estancar! Ah! jamais se riscará na nossa lembrança, que no espaço de 3 anos, que estivemos entre vós, fomos tratados como filhos no grémio de suas famílias, e que a vossa benéfica amizade soube por muitas vezes mitigar-nos os dissabores da emigração.

Terceirenses, vós tendes uma Pátria, viveis sob a proteção de um Governo justo, gozais os frutos de uma liberdade, que soubemos sustentar na vossa Ilha: mas a nossa infeliz Pátria está acurvada ao peso do mais tirano despotismo; enxovalhado e roubado o trono de uma Jovem Rainha; gemendo entre ferros as nossas famílias, parentes e amigos: nós vamos combater por estes sagrados objetos! Em tão gloriosa empresa muitos dos vossos nos acompanham: oh, eles encontrarão em nossos lares, no seio das nossas famílias o mesmo agasalho, a mesma amizade hospitaleira que

encontrámos em vós. O ser terceirense será um título sagrado ao nosso reconhecimento; nisto, nada mais faremos que pagar uma dívida.

Aceitai, pois, almas generosas, aceitai os nossos agradecimentos, os votos que fazemos pela vossa prosperidade, e o nosso saudoso e prolongado — Adeus!»

Sua Majestade Imperial embarcou no dia 25 [de abril] para São Miguel onde chegou a 26.

Foram imponentes as manifestações realizadas em Ponta Delgada, no dia 29 de abril, aniversário da outorga da Carta Constitucional.

No dia 22 de junho de 1832, quatro anos depois da revolução liberal em Angra de 22 de junho de 1828, dirigia D. Pedro a sua proclamação de despedida aos açorianos, na véspera da partida para a Cidade Invicta.

É com esta proclamação, que vamos encerrar este resumo histórico das lutas liberais na ilha Terceira.

Muitas foram as referências, que deixámos de fazer relativas a esta época assinalada, a qual só por si era o bastante para volumosa publicação, e que é realmente para lamentar não estar ainda feita, devido decerto às avultadas despesas, que ela acarretaria; e aos que no arquipélago açoriano se aplicam aos estudos históricos e mesmo literários, não lhes abundam, infelizmente, os meios de fortuna.

Contudo, tanto quanto foi possível, diligenciámos apresentar neste resumo histórico, o suficiente, não só com referência à época liberal, mas também às que a antecederam, para que, quem nos ler, possa ter conhecimento dos serviços assinalados prestados, em especial pela ilha Terceira, à mãe pátria.

Se louvores hemos feito, enaltecendo os atos sublimados dos heróis terceirenses, em boa consciência, o dizemos, que os julgamos de inteira justiça; e se nos envaidecemos orgulhosamente perante tantos atos de heroísmo, de valor intemerato, de lealdade nunca desmentida, de que foi teatro a ilha Terceira, é justa a vaidade, bem cabido o orgulho, sem que, em nada nos cegue, o elevado amor que tributamos à terra querida que nos foi berço.

Assim, encerremos com chave de ouro este capítulo:

Ilustres habitantes nos Açores:

— «Por mais de três meses Tenho vivido entre vós, penetrado de admiração e reconhecimento pelos sacrifícios que tendes feito, e pela adesão que haveis mostrado à Causa Sagrada de Minha Augusta Filha. Forçoso é agora que vos deixe, e que, à frente dos bravos que me acompanham, vá derribar a usurpação, restaurar o trono da Senhora D. Maria II e firmar o império da Lei, restabelecendo o Governo da Carta, a cuja sombra gozarão, outra vez, os portugueses da união, da tranquilidade e da justiça, de que assaz os tem privado a barbaridade e o despotismo.

Deixo-vos, pois, fiéis Açorianos, mas levo comigo uma viva lembrança da vossa fidelidade e do vosso patriotismo; levo o importante conhecimento da fecundidade do vosso solo e do carácter e espírito industrioso dos seus Povos: e se, aqui mesmo, no meio dos embaraços que ainda rodeiam o Governo de Sua Majestade Fidelíssima, tenho provido, quanto as circunstâncias o permitem, as vossas necessidades, confiai que, mais tarde, quando as Instituições se acharem desenvolvidas, o mesmo Governo contará por um dos seus mais sagrados deveres estender, com particularidade, a proteção e benefício delas a tão férteis países e a tão úteis e laboriosos habitantes.

Ficai-vos embora pois, bravos Açorianos; se um intento glorioso Me separa, hoje, de vós, acompanha-Me a certeza de que o vosso amor à causa da justiça, por que vos tendes sacrificado, e a vossa adesão às novas Instituições, de que já começais a sentir os benefícios, hão de conservar ileso, e digno da glória que tem adquirido, este nobre Arquipélago, terra clássica da lealdade portuguesa, berço ilustre da regeneração da Mãe Pátria. — D. Pedro, Duque de Bragança.»

-
- 1 *Exército Libertador* é a designação que os liberais vencedores da Guerra Civil consagraram para a força militar que em julho de 1832 desembarcou nas praias do Mindelo para combater os realistas, defensores de D. Miguel. Este «*exército libertador*» teve como núcleo inicial o Batalhão de Caçadores n.º 5, sendo aumentado com forças vidas do exterior e com o grande recrutamento feito nos Açores.
 - 2 António de Melo (D.) (—), tenente do Regimento de Cavalaria n.º 4 em 1829, ajudante de campo do general Conde de Vila Flor na ilha Terceira e adido à embaixada de Portugal em Londres no ano imediato.
 - 3 Amélia de Leuchtenberg (Milão, 31 de julho de 1812 — Lisboa, 26 de janeiro de 1873), em francês Amélie Auguste Eugénie Napoléone de Beauharnais, princesa de Leuchtenberg, a segunda esposa do imperador D.

-
- Pedro I e imperatriz consorte do Brasil de 1829 até 1831. Era filha do príncipe Eugène Rose de Beauharnais, duque de Leuchtenberg, e de sua esposa, a princesa Augusta da Baviera (Auguste Amalia Ludovika von Bayern).
- 4 José Monteiro Torres (Lisboa, 4 de novembro de 1800 —), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1820), magistrado, juiz de fora em Almada (16 de abril de 1822 a 2 de março de 1827), desembargador da Relação e Casa do Porto (nomeado a 21 de maio de 1825, mas só empossado no início de 1828). Foi enviado pelo governo miguelista em missão contra os liberais que estavam nos Açores. Esteve a bordo da nau *D. João VI* no ataque à vila da Praia em 11 de agosto de 1829, preparado para proceder à devassa na ilha Terceira na sequência da prevista vitória, que não aconteceu. Regressado a Lisboa, foi despachado desembargador da Casa da Suplicação, por carta de 1 de setembro de 1831, sendo ainda, em 1832, nomeado para as funções de inspetor prisional. Foi destituído após a vitória liberal.
- 5 A 24 de julho de 1832, durante o Cerco do Porto pelas tropas miguelistas, um grande incêndio destruiu por completo o Convento de São Francisco do Porto, subsistindo apenas a sua igreja. Arderam os implementos pertencentes ao Batalhão de Caçadores n.º 5 que estava aquartelado naquele convento. Contudo, a bandeira referida tinha sido entregue ao Município de Angra, encontrando-se ainda no seu espólio.
- 6 O futuro marquês de Sá da Bandeira era Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo.
- 7 A designação de «*Bayard português*» deve-se a Alexandre Herculano, que na sua obra *A reacção ultramontana em Portugal ou A Concordata de 21 de fevereiro*, publicada em 1857, referindo-se a Sá da Bandeira usa a expressão «*Acorda, moderno Bayard, que te matam!*» (a p. IX da edição de 1857). A expressão é uma alusão a Pierre Terrail de Bayard (1475 – 1524), o «*cavaleiro de Bayard*», considerado o exemplo das virtudes do cavaleiro sem medo e sem mácula.
- 8 A condessa de Vila Flor era Maria Ana Luísa Filomena de Mendonça.
- 9 Maria Ana Luísa Filomena de Mendonça (Lisboa, 5 de dezembro de 1808 — Lisboa, 1 de julho de 1866), irmão do 1.º duque de Loulé, casou no Rio de Janeiro a 23 de abril de 1821 com António José de Sousa Manoel de Meneses Severim de Noronha, 1.º duque da Terceira. Foi camareira-mor da rainha D. Maria Pia e fez parte da comitiva encarregue de trazer a Portugal a rainha D. Maria Pia de Saboia, para o seu casamento com o rei D. Luís I, em 1862.
- 10 Tomás Assis de Mascarenhas Castelo Branco da Costa Lencastre (Lisboa, 28 de fevereiro de 1781 — Lisboa, 5 de setembro de 1833), aristocrata, filho do 4.º conde de Óbidos, brigadeiro do Exército. Par do reino vintista, depois de ter sido ajudante-de-campo do infante D. Miguel e comandante-em-chefe do Exército, aderiu ao campo liberal e foi enviado do Rio de Janeiro para Londres, onde chegou nos inícios de fevereiro de 1830, revestido de plenos poderes para tratar dos negócios de D. Maria II como julgasse conveniente. D. Pedro incumbiu-o particularmente de duas missões: fiscalizar a distribuição dos dinheiros que o Brasil fornecia à emigração portuguesa; e fazer partir, quanto antes, para a Terceira, a regência. Morreu nas linhas de Lisboa.
- 11 José Bernardino de Portugal e Castro (Salvador da Bahia, 20 de maio de 1780 — Lisboa, 26 de fevereiro de 1840), 12.º conde de Vimioso e 5.º marquês de Valença, oficial general, ministro de Estado, par do reino (1826). Fora Ministro da Guerra de 6 de dezembro de 1826 a 9 de janeiro de 1827, mas não aceitou participar na Regência de Angra.
- 12 José António Guerreiro (Lanhelas, 5 de dezembro de 1789 — Lisboa, 1 de agosto de 1834), magistrado e político, considerado uma das maiores figuras do liberalismo português oitocentista, que protagonizou um curto, mas intenso, percurso político que o colocou na chefia do governo liberal no exílio, cargo que exerceu em Londres de 2 de junho de 1828 a 15 de junho 1829 e depois na Regência de Angra. Eleito pelo Minho, fora um dos mais influentes deputados nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, determinante na elaboração da Constituição de 1822.
- 13 António José de Melo Breyner Teles da Silva (Lisboa, 22 de agosto de 1806 — Lisboa, 27 de abril de 1893), conde de Ficalho, aristocrata e militar.
- 14 Manuel de Assis Mascarenhas Castelo Branco da Costa Lencastre (Lisboa, 18 de julho de 1778 — Lisboa, 5 de fevereiro de 1839), conde de Sabugal, intelectual, poliglota, dado à poesia e à tradução. Liberal moderado, esteve desterrado na ilha de São Miguel e em França e Inglaterra. Par do reino no vintismo, foi nomeado pelo governo de D. Maria II, rainha no exílio, ministro de Portugal na corte do Brasil.
- 15 O marquês de Chaves era Manuel da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira.
- 16 Luís Filipe I (Paris, 6 de outubro de 1773 — Surrey, 26 de agosto de 1850), o *Rei Cidadão* ou o *Rei Burguês*, foi o último rei dos Franceses, no trono de 1830 até abdicar em 1848. Filho de Luís Filipe, duque de Orleães, que havia apoiado a Revolução Francesa, mas que acabara guilhotinado durante o Período do Terror. Luís Filipe foi declarado rei em 1830 depois de Carlos X ter sido forçado a abdicar. Durando seu reinado, a França foi dominada por ricos burgueses e vários ex-oficiais napoleónicos, seguindo políticas conservadoras sob a influência de François Guizot. Luís Filipe promoveu boas relações com o Reino Unido e apoiou a expansão colonial, com destaque para a conquista da Argélia. Tendo perdido popularidade, foi forçado a abdicar em fevereiro de 1848, vivendo o resto de sua vida exilado no Reino Unido.
- 17 O cidadão francês Edmond Potentin Bonhomme, de 32 anos de idade à altura dos factos, professor de língua francesa, foi acusado de na Páscoa de 1828 ter entrado de forma sacrílega e irreverente na capela do Santíssimo da Sé de Coimbra, e ter, em companhia de estudantes da Universidade, desrespeitado o lugar sagrado. Foi condenado a ser açoitado publicamente, a pagar uma pesada multa e a ser desterrado por 10 anos para Angola (cf.: «Correspondence relative to the French demands», in *Parliamentary Papers*, vol. 20. Great Britain. Parliament. House of Commons, H.M. Stationery Office, 1831). As autoridades francesas, rejeitaram a sentença porque «*tinham boas razões para acreditar que muitas das declarações feitas, não têm outro fundamento senão o preconceito e a maldade do sacerdócio português*», tendo lavrado protesto e exigido a demissão do juiz e a

concessão de um juízo próprio para julgar os seus cidadãos, para além do pagamento de uma pesada indemnização. Situação semelhante ocorreu com a prisão do comerciante francês Claude Sauvinet, acusado de envolvimento com os conspiradores da tentativa frustrada de revolta ocorrida a 8 de fevereiro de 1831, condenado a assistir à execução dos acusados que foram enforcados e depois desterrado durante 10 anos para Massangano (Angola). Houve várias detenções de outros cidadãos franceses, por razões semelhantes, que o governo francês considerou arbitrárias. A isto acresciam as pressões diplomáticas visando forçar o governo de D. Miguel I a reconhecer o recém-estabelecido Reino dos Franceses. A rejeição destas exigências levou a que uma força naval daquele país, comandada pelo contra-almirante Albin Roussin, forçasse a entrada no Tejo e obrigasse o governo português a assinar o humilhante Tratado de 14 de julho de 1831, enquanto apreendia os navios de guerra portugueses que estavam em Lisboa, os quais foram quase todos vendidos em Brest para pagamento da indemnização exigida.

- 18 O *Endymion* era um brigue de 18 peças, um tipo de pequena embarcação ligeira e rápida, ao serviço da Marinha de Guerra Francesa. Foi lançado à água em 1824, em Lorient, tendo sido abatido ao efetivo em 1840.
- 19 O *Melpomène* era uma fragata de 2500 toneladas, com 60 bocas de fogo e uma guarnição de 301 homens, ao serviço da Marinha de Guerra Francesa. O navio foi lançado à água em 1828, em Cherbourg. Teve a sua primeira ação na invasão de Argel em 1830. Deixou o serviço ativo em 1833 e foi abatida em 1845.
- 20 José Joaquim Pacheco (Óbidos, 1792 — Areosa (Maia), 2 de dezembro de 1833), oficial do Exército, com uma carreira distinta no Brasil e na Guerra Peninsular. Liberal, refugiou-se em Inglaterra e depois na Terceira, onde foi nomeado comandante da expedição que submeteu aos liberais as ilhas do Grupo Central. Acompanhou o Exército Libertador, distinguiu-se no Cerco do Porto, morrendo dos ferimentos sofridos em combate, quando era coronel do Regimento de Infantaria n.º 10. Aparece frequentemente referido por «*coronel Pacheco*».
- 21 No antigo Convento da Graça, ao Alto das Covas (sensivelmente onde está construída a Escola Infante D. Henrique), que se encontrava vazio e cuja igreja já fora demolida, instalaram-se, a convite do bispo D. Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito, dois sacerdotes jesuítas, os padres Francisco Pereira e Bernardino de Araújo. A presença destes religiosos em Angra desencadeou forte polémica, com as forças da esquerda liberal a oporem-se duramente a este regresso sub-reptício da Ordem de Jesus após a expulsão pombalina. Após longa polémica e algumas manifestações públicas, a 17 de abril de 1901, o governador civil emitiu um mandato de expulsão, terminando assim esta primeira tentativa de regresso da Ordem de Jesus a Angra. Os dois padres foram «*intimados a sair de casa e metidos em carro fechado e debaixo de custódia, sendo assim conduzidos até ao Castelo de São João Baptista do Monte Brasil, de onde embarcaram, à noite, pela baía do Fanal, para bordo do vapor Açor, que os levou para a metrópole*».
- 22 Refere-se ao dr. António da Fonseca Carvão Paim da Câmara (1864—1931), professor liceal e político.
- 23 Robert Hills (Henley-on-Thames, c. 1780 — a. 1852), antigo capitão-tenente da Armada Real Britânica e depois comandante de navios mercantes. Esteve ao serviço das forças liberais durante a fase inicial da Guerra Civil. Capitaneou diversos navios de transporte, nomeadamente o transporte *Countess of Liverpool*, as escunas *Neptune* e *Coquette* (salva de um encalhe na Terceira), com a qual participou no transporte de tropas para o desembarque no Mindelo. Também participou no armamento e condução de múltiplas canhoneiras e embarcações ligeiras usadas no transporte de tropas e de apetrechos de guerra. Terminou a sua carreira como capitão do *Jack-o'-Lantern* e de outros navios mercantes (cf.: Capt. A. J. Hippisley, «*Reminiscences of the late war of succession in Portugal; and of Oporto, during the siege of 1832 and 1833*», in *Colburn's United States Magazine and Naval and Military Journal*, part III (1846), pp. 50-51, London, 1846).
- 24 *Jack-o'-Lantern* foi uma escuna de 140 toneladas, armada com 10 peças, propriedade de Thomas FitzMaurice, o *Earl of Orkney*, utilizada em transportes diversos e fretamentos a partir de portos do Reino Unido. Perdeu-se no mar, com desaparecimento de todas as pessoas a bordo, em março de 1847, quando em viagem de Sevilha para Londres.
- 25 O texto constitucional (artigo 110.º) era o seguinte: «*Os Conselheiros serão ouvidos em todos os Negócios graves e Medidas gerais de Pública Administração, principalmente sobre a declaração da Guerra, ajustes de Paz, Negociações com as Nações Estrangeiras; assim como em todas as ocasiões, em que o Rei se proponha exercer qualquer das Atribuições próprias do Poder Moderador, indicadas no Artigo 74.º; à exceção do 5.º §.*» O parágrafo excepcionado dizia: «*Nomeando e demitindo livremente os Ministros de Estado.*»
- 26 L' *Endymion* foi um brigue de guerra da Marinha Francesa, com 33,3 m de comprimento total, que armava com 20 peças. Projetado pelo engenheiro naval Jean-Louis Barrallier (1751-1834) e construído nos estaleiros de Lorient, entrou ao serviço em 1824. Depois de um cruzeiro nas Caraíbas e na costa do Brasil, esteve em Lisboa e nos Açores. Participou na tomada de Argel em 1830. O navio foi abatido ao efetivo e desmantelado em 1840.
- 27 La *Melpomène* foi uma fragata da Marinha Francesa, com 54 m de comprimento total, que armava com 60 peças. Construída em 1828, entrou em serviço em 1830. Participou na tomada de Argel em 1830 e na expedição a Lisboa que resultou no apresamento de vários navios da Armada portuguesa. Protagonizou em 1833 um grave incidente de cólera epidémica a bordo durante uma escala em Lisboa. Saiu do serviço ativo em 1833 e foi transformada numa estrutura de apoio portuário em 1845.
- 28 A abdicação do imperador D. Pedro I do Brasil ocorreu a 7 de abril de 1831 na sequência da instabilidade política criada pela oposição liberal ao exercício do «*poder moderador*» pelo imperador e pelo seu Conselho de Estado, exacerbada pelas tensões entre brasileiros e portugueses que tinham optado por permanecer no Brasil e que ali exerciam influência determinante na corte imperial. Na sequência das revoltas liberais europeias de 1830, cresceu a instabilidade política e gerou-se um grande sentimento xenófobo e antilusitano entre a população e as tropas. Depois de fracassar uma tentativa de recomposição do governo, sem o apoio dos militares, o imperador foi abrigado a abdicar no seu filho D. Pedro de Alcântara, que reinaria como D. Pedro II, e a procurar refúgio a bordo de um navio de guerra britânico, o *HMS Warspite*, partindo alguns dias depois com destino à Europa a bordo do *HMS Volage*.

- 29 Pedro II do Brasil (Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1825 — Paris, 5 de dezembro de 1891), segundo e último monarca do Império do Brasil, no trono durante um período de 58 anos. Nascido no Palácio Imperial de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, foi o filho mais novo do imperador D. Pedro I do Brasil e da sua consorte D. Maria Leopoldina de Áustria, sendo, portanto, membro do ramo brasileiro da Casa de Bragança. A abrupta abdicação do pai e a sua partida para a Europa, tornaram D. Pedro imperador com apenas cinco anos. Obrigado a passar a maior parte do seu tempo em preparação para reinar, conheceu poucos momentos de alegria e amigos da sua idade. As experiências com intrigas palacianas e disputas políticas durante este período tiveram grande impacto na formação do seu caráter.
- 30 *HMS Volage* (1825) era uma fragata da Marinha Real Britânica de 6.^a classe (*sixth-rate*) construída em 1825.
- 31 *La Seine* (1814-1835) era uma corveta de 26 peças da Marinha Real Francesa, classificada como «*flûte*» e depois como «*corvette de charge*», ou seja, um navio especialmente adaptado para o transporte de pessoal. Na viagem que transportou a jovem princesa D. Maria da Glória tinha como comandante o capitão-de-fragata Joseph Thibault. Saíndo do Rio de Janeiro a 13 de abril, com escala na ilha de Gorée (Senegal), a corveta chegou a Brest a 14 de julho de 1831, após 92 dias de viagem, a que se seguiram dois dias de quarentena (cf.: Louis Miard, «Le passage en Bretagne de la Reine Marie II du Portugal: juillet 1831», in *La Bretagne, le Portugal, le Brésil: échanges et rapports*, vol. 1, pp. 227-238. Université de Haute Bretagne, Rennes. 1973).
- 32 «*A Chronica : Semanário da Terceira*», mais conhecido por *Chronica da Terceira*, foi o primeiro periódico que se publicou nos Açores, com o seu primeiro número datado de 17 de abril de 1830. Era impresso na «*Impressão do Governo*», uma tipografia vinda de Londres em fevereiro de 1829 que esteve instalada na Ermida da Boa Nova, ao tempo anexa ao Hospital Militar. Esta tipografia foi, também, o primeiro equipamento de impressão que existiu nos Açores. Terminou com o n.º 44 em 27 de março de 1831.
- 33 Marcelino Coelho Bandeira (Tondela, c. 1797 — Achadinha, 1 de agosto de 1831), capitão de Caçadores da Beira-Alta, ajudante de ordens do general Sousa Prego, capitão-general dos Açores por D. Miguel. Este oficial pertencera à Divisão do Marquês de Chaves e estivera preso em São João da Foz, cumprindo sentença do Conselho Militar, sendo depois integrado como capitão de Caçadores 5 em Angra, onde aquando da aclamação da Carta Constitucional não escondeu o seu pendor miguelista. O capitão-general transferiu-o imediatamente para a ilha do Faial de onde passou para São Miguel e foi nomeado ajudante-de-ordens do novo capitão-general miguelista. Morreu em combate tentando sustentar o desembarque liberal na costa norte da ilha de São Miguel. O nome por vezes aparece com o apelido «*Quintal*» ou «*do Quintal*», referência à família que teve por solar o lugar de Quintal, na freguesia de Besteiros, do concelho de Tondela.
- 34 José Maria da Silveira (Elvas, c. 1790 — Achadinha, 1 de agosto de 1831), capitão do Exército. Morreu em combate tentando sustentar o desembarque liberal na costa norte da ilha de São Miguel.
- 35 O *Combate da Ladeira da Velha* foi um recontro travado a 2 de agosto de 1831, no contexto da Guerra Civil Portuguesa (1828-1834), entre as forças liberais vindas da ilha Terceira e forças da guarnição da ilha de São Miguel, fiéis a Miguel. Após o desembarque das forças Liberais no Pesqueiro da Achadinha (concelho de Nordeste), sob o comando do 7.º conde de Vila Flor, o combate ocorreu nas encostas do vale que da Ribeira do Limo e Cerrado Novo sobem até à Ladeira da Velha, na freguesia de Porto Formoso, concelho da Ribeira Grande. As forças miguelistas foram vencidas, abrindo o caminho à conquista da ilha pelos liberais.
- 36 António Joaquim Borges de Bettencourt (São Miguel — Ladeira da Velha, 2 de agosto de 1831), tenente do Batalhão de Caçadores n.º 5. Morreu em combate na batalha da Ladeira da Velha, na costa norte de São Miguel, combatendo pelo lado liberal integrado nas forças que idas da Terceira desembarcaram a 1 de agosto daquele ano no Pesqueiro da Achadinha.
- 37 José Maria de Morais Rego (Angra, 6 de agosto de 1810 — Lisboa, 24 de maio de 1883), oficial do Exército e político. Aos 21 anos de idade, foi gravemente ferido nos combates da Ladeira da Velha (1831). Na sua carreira militar atingiu o posto de general de divisão e na carreira política, entre outras funções de relevo, foi deputado e Ministro da Guerra (1870-1871).
- 38 João Baptista de Abreu (—), ajudante nas forças liberais, foi ferido na Batalha da Ladeira da Velha.
- 39 A escuna *Terceira*, na qual foram montadas 3 peças, foi adquirida em Inglaterra em 1831 para o serviço da causa liberal. Em 1832 foi a pique no rio Douro, afundada pelo fogo das baterias miguelistas.
- 40 Manuel de Sousa Rebelo de Vasconcelos Raivoso (Fafe, 1782 — Lisboa, 21 de agosto de 1842), militar do Exército que se distinguiu nas campanhas da Guerra Peninsular e teve importante papel na defesa da Terceira durante a guerra civil. Foi deputado às Cortes (1834-1836) e par do reino eletivo (1838 e 1840).
- 41 D. Carlos Mascarenhas (Lisboa, 1 de abril de 1803 — Lisboa, 3 de maio de 1861), aristocrata, irmão do Marquês de Fronteira, e oficial general do Exército, foi ajudante de campo do Duque da Terceira e, depois, do rei D. Pedro V. Considerado um militar de mérito reconhecido e herói das guerras liberais, foi comandante da Guarda Municipal de Lisboa e depois da Guarda Nacional. Político ativo no campo saldanhista, foi par do reino.
- 42 Belle-Île-en-Mer (na grafia antiga Belle-Isle; em bretão Enez ar Gerveur), com 86 km² de área e cerca de 5 400 habitantes (2021), é uma ilha do golfo da Gasconha, junto à costa da Bretanha, a sueste da cidade portuária de Lorient, no departamento de Morbihan. A ilha desempenhou por duas vezes importante papel na história portuguesa como local de acantonamento de tropas refugiadas no estrangeiro e de preparação de incursões armadas. Aquando da união das coroas de Portugal e Espanha em 1580, foi em Belle-Isle que as forças fiéis a D. António I, prior do Crato, se reuniram, e foi de Belle Isle que ele partiu em 1582 à conquista dos Açores, na malfada expedição que soçobraría na Batalha Naval de Vila Franca do Campo. Novamente, aquando da guerra portuguesa, foi em Belle-Isle que se congregaram as forças liberais acossadas pelos absolutistas e pelas incompreensões inglesas e francesas para partirem, também desta vez, rumo à Terceira, com D. Pedro IV à cabeça, para começar a longa caminhada que os conduziria ao desembarque no Mindelo e à vitória de Évora-

Monte em 1834.

- 43 George Rose Sartorius (Bombaím, 9 de agosto de 1790 — Lymington, 13 de abril de 1885), visconde da Piedade (1836), depois 1.º visconde de Mindelo e 1.º conde de Penha Firme, almirante britânico que comandou as forças navais ao serviço de D. Pedro IV durante a primeira fase das lutas liberais. Depois da sua passagem pela Armada portuguesa reingressou na Armada britânica tendo atingido o prestigioso posto de *Admiral of the Fleet*. Era um acérrimo defensor da existência de navios de casco reforçado (os *ram-ships*), dotados de um esporão à proa capaz de afundar, por abalroamento, os navios inimigos, um dos quais, o *HMS Polyphemus*, foi construído sob a sua orientação. Para além das suas funções navais, George Sartorius foi também um talentoso aquarelista, autor de diversas obras ainda hoje relevantes e valiosas.
- 44 A fragata *Rainha de Portugal* era o navio mercante inglês *Congress*, de 1200 toneladas, comprada em 1831 pela Comissão de Aprestos Expedicionários para servir a causa liberal. A fragata era aparelhada a galera, com 47,85 m de comprimento, 11,55 m de boca e 7,59 m de pontal. Tinha uma lotação (em 1842) de 350 homens. O navio prestou um bom serviço à causa de D. Pedro. Em 1832 conduziu D. Pedro para os Açores como parte da primeira Esquadra Liberal. Integrou a expedição do Mindelo, participou no bloqueio de Lisboa e Setúbal e integrou, como navio-chefe, em 1833, a expedição ao Algarve. Participou na batalha do Cabo de São Vicente e participou na defesa de Lisboa, com o intuito de impedir o regresso dos miguelistas. De 1846 a 1849, serviu de registo do porto e de lazareto de observação. Depois serviu como Quartel do Corpo de Marinheiros. Foi vendida em 30 de janeiro de 1854.
- 45 A fragata *D. Maria II* era o navio mercante *Asia*, comprado em Inglaterra em 1831 e armado a fragata em Belle Isle, em 1832. O navio tinha 42,52 m de comprimento, 10,42 m de boca e 8,84 m de pontal, com 44 peças e uma lotação de 324 homens. Em 1831, navegou de Londres para Belle Isle, onde foi armada. Em 1832, integrou, como navio-chefe, a expedição à Madeira, partindo depois para os Açores onde integrou a expedição ao Mindelo e tomou parte nos dois bloqueios ao Tejo. Em 1833, após ter entrado no combate travado a 5 de julho ao largo do Cabo de São Vicente, desempenhou várias comissões na costa portuguesa. Em 1833 e 1834 viajou para a Índia, com escala por Moçambique, por três vezes, como nau de viagem. Em 1846, saiu para o bloqueio do Porto, como navio-chefe. Em 1849, largou para a Índia, como nau de viagem, com escala por Moçambique. A 27 de outubro de 1850, aniversário do rei D. Fernando, estando fundeada frente à ilha de Taipa (Macau), sofreu uma grande explosão no paiol, seguida de incêndio, com perda total do navio. Morreram 188 homens da guarnição, incluindo o seu comandante, o capitão-tenente Francisco de Assis e Silva.
- 46 O navio *Eduardo* era o *Edwards*, um transporte mercante de três mastros.
- 47 O *Tyrian* era uma embarcação mercante de três mastros, depois batizada como *Terceira*.
- 48 *Juno ou Amélia* era uma galera artilhada com 20 peças. Serviu para transportar tropas e para comboiar transportes de tropas e material, quase sempre navios mercantes, de pequeno lote, desarmados.
- 49 Thomas William Stubbs (Basingstoke, 7 de junho de 1776 — Lisboa, 27 de março de 1844), geralmente referido por *Sir Thomas Stubbs*, 1.º visconde de Vila Nova de Gaia, general britânico que ao serviço das forças liberais teve um papel relevante na guerra civil. Enviado para Portugal durante a Guerra Peninsular, permaneceu no país após o seu termo, mantendo uma carreira de 44 anos ao serviço do Exército.
- 50 Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto (Lisboa, 6 de novembro de 1804 — Lisboa, 23 de maio de 1875), 9.º conde de Vale de Reis, 2.º marquês de Loulé e 1.º duque de Loulé, aristocrata e político, líder incontestado da esquerda liberal na primeira fase da monarquia constitucional. Líder do Partido Histórico, foi por diversas vezes ministro e, por três vezes, presidente do Conselho de Ministros (1856–1859, 1860–1865 e 1869–1870).
- 51 O *Superb* era um vapor a rodas, com casco em madeira, inicialmente construído para operar no Mar da Irlanda. Fora construído em 1825 pelo estaleiro de William Elias Evans, Rotherhithe, Londres. Deslocava 179 toneladas, com 41,1 m de comprimento e 8,8 m de boca, e estava equipado com um motor de 120 cv. Propriedade da St. George Steam Packet Co., depois de terminado o período em que esteve fretado pelos liberais portugueses, foi devolvido ao tráfego comercial no Mar da Irlanda e no Mar do Norte, tendo-se perdido por encalhe a 23 de fevereiro de 1835, numa viagem de Cork para Liverpool.

Capítulo XL

Terceirenses, jorgenses e graciosenses notáveis nas lutas em prol da liberdade. Liberais que se estabeleceram na ilha Terceira. Títulos concedidos a açorianos e com referência a lugares açorianos pela rainha D. Maria II. Ministros, secretários de Estado e oficiais militares naturais do Distrito de Angra do Heroísmo

Estava cumprida nos Açores a providencial missão desse punhado de bravos, que denodadamente, com a mais sublime dedicação cívica e amor pátrio, se haviam unido para a implantação definitiva da liberdade no solo querido da pátria portuguesa.

Após a luta nos Açores, ia continuar a luta no continente. E ela tinha necessariamente de ser terrível.

Contra a liberdade, a mais nobre aspiração da humanidade, na evolução santa das modernas sociedades, coligaram-se um facto e um erro, disse um notável orador terceirense, o falecido dr. Fernando Rocha. O facto era o ultramontanismo, o erro o absolutismo.

Mas no coração daqueles bravos haviam-se albergado, em toda a sua pureza, as doutrinas liberais, e com a fé mais viva, com a esperança de alcançarem vitória, caminharam para o combate, sem temor das fadigas da guerra, e das terríveis consequências que a guerra traz, não duvidando derramar o seu sangue, e tudo arrostar por amor da liberdade.

E por entre privações, fome, peste, os heroicos defensores da liberdade alcançaram vitória, e no solo da pátria portuguesa foi mais uma vez derramado o sangue dos mártires.

Que o proclamem bem alto a Serra do Pilar, o longo período de onze meses do cerco do Porto, Ponte Ferreira, Algarve, Lisboa, Asseiceira, Santa Maria de Almoester e Évora, onde tantos atos de abnegação, de heroísmo, de valor intemerato foram praticados!

Bem desejávamos poder seguir em toda a campanha liberal os valorosos patriotas, que nela tomaram parte, e que bem mereceram da pátria, e assim

arquivar nesta modesta memória os nomes de tantos beneméritos, porém um tal desejo é de impossível realização.

E assim, segundo a ordem dada a este nosso trabalho, e em cumprimento do que prometemos, vamos arquivar, em resumidas notas biográficas, os nomes dos que no distrito, e dele naturais, se tornaram mais notáveis pelos seus feitos e relevantes serviços.

E como decerto havemos de cometer faltas, por não alcançarmos notas referentes a todos, pedimos que tais faltas nos sejam relevadas, pois do coração o confessamos, sentimos que isto fatalmente nos sucede.

Terceirenses, jorgenses e graciosenses notáveis nestas lutas, notas biográficas

Resta-nos, porém, a consolação, de que neste trabalho histórico, temos feito referências a factos e a pessoas, que dos primeiros muitos se acham em notas ou notícias dispersas, e das segundas só se leem os seus nomes, e se atualmente obtivemos, com continuado trabalho e dificuldade, as informações necessárias, com o decorrer dos anos maior seria esse trabalho, e mais difícil e incompleta a tarefa.

Continuando, pois, demos a primazia, a quem, entre o grupo dos terceirenses, tem a ela direito, e que é ilustre e inolvidável:

- Teotónio de Ornelas Ávila Paim da Câmara Noronha Ponce de Leão — que nasceu, nesta cidade de Angra do Heroísmo, aos 25 de abril de 1807. Foram seus progenitores, o dr. André Eloy Homem da Costa Noronha, e D. Rita Pulquéria de Ornelas Paim da Câmara. Era este apóstolo da liberdade 1.º visconde de Bruges,¹ 1.º conde da Praia da Vitória,² grande do reino, do Conselho de Sua Majestade, fidalgo cavaleiro da Casa Real, par do reino, comendador da Ordem Militar de Cristo, condecorado com a medalha D. Pedro e D. Maria n.º 9 da Restauração da Liberdade, coronel das extintas Milícias e de Voluntários da Rainha D. Maria II. Por ordem de antiguidade era o 7.º na Câmara dos Pares, antecedendo-se-lhe o marquês da

Fronteira,³ o duque de Loulé, os marqueses de Ponte de Lima,⁴ de Ficalho⁵ e de Sá da Bandeira⁶ e o duque de Saldanha. A Teotónio de Ornelas, ao seu coração magnânimo, ao seu inexcedível patriotismo, à sua abnegação, ao sacrifício da sua grande fortuna, com continuado risco da sua vida, devem-lhe muito a pátria e as instituições liberais. Quando, por assim dizer, a causa liberal naufragava no continente português, ele, moço, cheio de vida, riquíssimo de bens de fortuna, tudo deu, tudo colocou no altar sagrado da pátria, o qual se ergueu neste santo rochedo denominado ilha Terceira, para salvar a liberdade. Estava só? Não. Outros bons e denodados patriotas estavam com ele, trabalhavam tanto, mais do que ele próprio, devido aos seus conhecimentos, à sua longa prática dos negócios públicos, às aptidões bélicas, à sua madura experiência, predados que não se podiam, então, todos dar no jovem Teotónio de Ornelas. Mas sem Teotónio de Ornelas, sem a sua fortuna, quem sabe o caminho que os acontecimentos políticos então tomariam? Por isso o seu biógrafo, Félix José da Costa, escreveu com toda a verdade:⁷

«Teotónio de Ornelas foi um vulto sobre que se ergueu a causa da liberdade, quando no Reino ela caía de todo. Honremos, pois, com incessante lembrança a decisão que ele tomou em momento de tanta gravidade, de tanto perigo e incerteza.

Deve-lhe muito Portugal, e o trono constitucional. Devem-lhe muito os que ele susteve de naufragarem com a coroa de D. Maria II, e com os foros da liberdade, que D. Pedro IV lhe outorgara!

Abraçou a ideia quando a pátria estava só. De longe nem uma palavra, nem um aceno. Com outros que o amavam, fez desta ilha a tábua da salvação para aquela causa. O mais valioso núcleo da sua guarnição eram os soldados de Caçadores 5, que davam a vida por ele!

Estava, pois, erguida a bandeira. Teotónio de Ornelas não recusou, e achou decididos companheiros. O seu nome, a sua pessoa e os seus bens sustentaram muito as urgências do Estado, dissiparam as dúvidas de uns, acabaram com as hesitações de outros. Sua palavra alevanta muitas vezes os subsídios, era honroso estímulo. A sua presença era ânimo. A sua

riqueza era força e defesa. Nos sacrifícios era o primeiro; nas crises era logo presente.

As relíquias de uma grande emigração vieram reunir-se nesta ilha como no capitólio da pátria; Teotónio de Ornelas foi à França, diante do Duque de Bragança, ser o intérprete dos votos de tantos portugueses. Não foi debalde a sua expressão, que ao cabo de pouco tempo D. Pedro coloca-se à frente da causa da Terceira, votando a esta cidade os nomes de «Baluarte da fidelidade portuguesa» e «Berço ilustre da regeneração da mãe pátria»! Quanto se acham entrelaçadas as glórias e os títulos da ilha Terceira com o nome de Teotónio de Ornelas?»

Faleceu em 25 de outubro de 1870, aos 63 anos de idade. Em 25 de abril de 1907 é o primeiro centenário do nascimento de tão proeminente vulto. Que os terceirenses se preparem para uma comemoração condigna daquele, que em vida teve o nome de Teotónio de Ornelas Ávila Paim da Câmara Ponce de Leão, nome que soube tornar inolvidável, honrando-se a si próprio e honrando a pátria, que terão cumprido um dever de bons e reconhecidos patriotas, pagando assim uma dívida de gratidão.

- Pedro Homem da Costa Noronha Ponce de Leão — terceirense, filho de Manuel [José] Homem da Costa Noronha Ponce de Leão, e de D. Úrsula Cândida do Canto,⁸ nasceu em 13 de março de 1806. Foi um dos apóstolos fervorosos da liberdade. Foi membro da Junta Provisória e encarregado da administração do Reino e Açores, dos Negócios da Fazenda e Estrangeiros, até 22 de junho de 1829, quando o conde de Vila Flor tomou posse do governo geral do Arquipélago Açoriano. Foi um dos 5 deputados eleitos pelos Açores, em 15 de agosto de 1834,⁹ mandato que exerceu até 1840.¹⁰ Estando em Lisboa aderiu à Revolução de Setembro,¹¹ e foi comandante dos batalhões das Guardas Nacionais da capital. Tomou parte na Revolta de Almeida,¹² em 1844, e foi governador civil, quando, em 1847, se criou na Terceira a Junta Governativa, subordinada à Junta Suprema do Reino, estabelecida no Porto.¹³ Era conselheiro, barão de Noronha, primeiro título que D. Pedro IV concedeu na cidade invicta, a 8 de dezembro de 1832, e recebeu o título de visconde de Noronha, e a

comenda da Ordem Militar de Cristo em 1866. Exerceu vários cargos eletivos com superior competência. Faleceu em 31 de agosto de 1870.

- António Tomé da Fonseca Carvão Paim da Câmara — foi um dos filhos diletos da ilha Terceira. Era filho de António da Fonseca Carvão Paim da Câmara, 1.º barão do Ramalho, e de D. Rosa de Menezes Lemos e Carvalho.¹⁴ Nasceu aos 9 de novembro de 1808 e casou com D. Maria Isabel Leopoldina de Ornelas Paim da Câmara,¹⁵ irmã do 1.º conde Praia da Vitória. Aplaudindo com entusiasmo os princípios liberais, tomou parte ativa em todo o movimento liberal terceirense, chegando ao posto de major, prestando sempre relevantes serviços à causa a que do coração se havia devotado. O morgado António Tomé da Fonseca era comendador da Ordem de Cristo, e tinha a Medalha n.º 7 das Campanhas da Liberdade. Exerceu com elevada aptidão vários cargos eletivos. Faleceu 27 de junho de 1864.
- António Homem da Costa Noronha — terceirense, filho do sargento-mor Manuel Inácio de Noronha¹⁶ e da portuense D. Ana Rita de Noronha,¹⁷ nasceu a 3 de agosto de 1787. Era fidalgo cavaleiro da Casa Real, cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis, condecorado com a Medalha n.º 9 de D. Pedro e D. Maria, e brigadeiro reformado do Exército Português. É longa e bastante honrosa a lista de serviços deste benemérito terceirense, que, à sua bravura, lealdade e patriotismo, aliava uma inteligência assaz desenvolvida, e superiores conhecimentos militares. Faleceu em 13 de julho de 1868.
- Alexandre Martins Pamplona Corte-Real — terceirense, era filho de André Diogo Martins Pamplona Corte-Real,¹⁸ 8.º senhor do morgado da Salga na ilha Terceira, e de D. Josefa Jacinta Merens de Távora.¹⁹ Fez parte da vereação angrense de 1820, prestando juramento à Constituição. Em 1823 era juiz ordinário em Angra, lugar que exerceu com superior competência, e concorrendo muito para salvar os liberais da odiosa perseguição dos absolutistas. No auto lavrado no memorável dia 22 de junho de 1828 foi o primeiro signatário, depois da respetiva vereação. Em outubro de 1828 foi nomeado pela Junta Provisória para Secretário de Estado dos Negócios

Eclesiásticos e de justiça, lugar que desempenhou até 22 de junho de 1829, em que chegou o conde de Vila Flor. Este devotado patriota e grande liberal era irmão do conde de Suberra. Faleceu nesta cidade.

- Agapito Pamplona Rodovalho — terceirense, capitão reformado do Exército, faleceu em angra do Heroísmo em 2 de maio de 1863. Liberal convicto, e sendo tenente de Infantaria, tomou parte na revolução de 1821, sendo depois preso. Quando em 18 de maio de 1822, os absolutistas fizeram a aclamação de D. Miguel, não quis Agapito Pamplona assinar o auto, pelo que foi preso em ato contínuo. Não podendo pela sua idade acompanhar o Exército Libertador na sua gloriosa campanha, deu um valioso contingente nos seus filhos Militão Pamplona Corte-Real²⁰ e Júlio Pamplona Corte-Real.²¹ O seu terceiro filho, Joaquim Maria Pamplona Corte-Real,²² ficou na guarnição da ilha Terceira.
- Militão Pamplona Corte-Real — terceirense, era filho de Agapito Pamplona Rodovalho e de D. Maria Narcisa de Barcelos Pamplona.²³ Assentou praça em 1825 no brioso Batalhão de Caçadores n.º 5, e tomou parte no feito heroico de 22 de junho de 1828. Assistiu à defesa da Terceira e à tomada das ilhas do Oeste e da ilha de São Miguel. Seguiu com a expedição liberal, e ao desembarcar no Mindelo empunhava a bandeira que a rainha D. Maria II oferecera àquele bravo batalhão. Fez toda a campanha liberal até à Convenção de Évora-Monte. Foi na divisão auxiliar à Espanha em 1835, e, recolhendo em 1837, ainda veio assistir às ações de Ruivães²⁴ e de Chão da Feira.²⁵ Em 1839 regressou à Terceira, sendo capitão de Infantaria n.º 21. Aderiu ao movimento popular de 1846-1846, passando por isso à 3.ª secção do Exército. Tornou a entrar no serviço em 1852, e reformou-se, pouco depois, em tenente-coronel. Era condecorado com o hábito [da Ordem] de Avis, com a Medalha n.º 9 D. Pedro e D. Maria, e a medalha das Campanhas de Espanha. Foi o último dos oficiais que faleceu em Angra que acompanharam o imortal D. Pedro. Faleceu aos 8 de março de 1890.
- Júlio Pamplona Corte-Real — terceirense, filho de Agapito Pamplona Rodovalho, e de D. Maria Narcisa de Barcelos Pamplona, nasceu a 15 de setembro de 1811. Assentou praça em 20 de setembro de 1828, como

voluntário, no Batalhão de Caçadores n.º 5; era cadete a 5 de outubro de 1832 e alferes a 30 do mesmo mês e ano. Em 24 de julho de 1834 foi nomeado tenente e colocado em Caçadores n.º 1, passando em 5 de agosto de 1844, como capitão, para Caçadores n.º 4. Tomou parte nas seguintes batalhas e combates: Açores — defesa da Terceira; combate da Calheta,²⁶ na ilha de São Jorge; e Ladeira da Velha, na ilha de São Miguel; Porto — reconhecimento de Valongo em 22 de junho de 1832; batalha de Ponte Ferreira em 23 de julho de 1832; reconhecimento de Souto Redondo, onde foi gravemente ferido; ação sobre a estrada do Cativo e Valongo em 11 de novembro; ação sobre Lordelo e Campanhã; ações de 5 e 25 de julho nas linhas interiores do Porto; combate de Leiria e Torres Novas; ação de Pernes; e batalha de Almoester a 18 de fevereiro de 1834. Estando na ilha de São Miguel aderiu à revolução de 1846, passando à 3.ª secção do Exército em 20 de junho de 1847. Reformou-se em major, e era condecorado com o hábito [da Ordem] de Avis e medalha n.º 7 das Campanhas da Liberdade. Faleceu em 1871.

- Joaquim Maria Pamplona Corte-Real — terceirense, era filho de Agapito Pamplona Rodovalho, e de D. Maria Narcisa de Barcelos Pamplona. Entrou na revolução liberal de 22 de junho de 1828, sendo porta-bandeira, e tomou parte ativa na ação do Pico do Seleiro, comandando, como 2.º tenente, a força de artilharia que lhe foi destinada, e bem assim tomou parte na defesa da Terceira, onde ficou de guarnição, depois da partida do Exército Libertador. Era comendador da Ordem de Cristo e major reformado de artilharia. Faleceu em 23 de maio de 1877.
- Cândido Gonçalves Rosa²⁷ — terceirense, era filho de uma família modesta da Vila de São Sebastião. No seu coração juvenil albergaram-se com fervoroso entusiasmo, os generosos sentimentos da libertação da pátria, e assim, em 30 de julho de 1829 alistava-se nesse Exército de bravos, que tinha de constituir a legião libertadora. Tomou parte ativa em toda a campanha liberal, havendo-se sempre por forma notabilíssima, sendo-lhe concedido, após a memorável batalha nas linhas interiores do Porto, em 25 de julho de 1833, o grau de oficial da Ordem da Torre e Espada. Fez parte da Divisão Auxiliar a Espanha, continuando a manter os justos

créditos de valente militar. Era cavaleiro da Ordem Militar de São Bento de Avis, oficial da Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito, agraciado com a Medalha n.º 9 das Campanhas da Liberdade, coronel graduado de artilharia, e foi governador interino do Castelo de São João Baptista. Nasceu em 1808, e faleceu a 30 de junho de 1863.

- António Borges Leal Corte-Real — terceirense, senhor do morgado de Sant'Ana, era filho de José Borges Leal Corte-Real²⁸ e de D. Joana Rita de Bettencourt.²⁹ Devotado à causa liberal, e sendo capitão do Batalhão de Caçadores Artilheiros da Vila da Praia, aderiu à revolução de 1828, passando depois ao Batalhão de Voluntários. Assistiu à gloriosa Batalha de 11 de agosto de 1829, e foi, pelo general Conde de Vila Flor, encarregado de ir comunicar a Angra o resultado do primeiro ataque. Era fidalgo cavaleiro da Casa Real, comendador da Ordem de Cristo e condecorado com a Medalha n.º 7 das Campanhas da Liberdade. Faleceu aos 17 de maio de 1865.
- João Moniz Barreto do Couto³⁰ — terceirense, cavaleiro das Ordens de Torre e Espada, Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e de São Bento de Avis, filho de Bernardo Moniz Barreto do Couto, fidalgo escudeiro da Casa Real, e de D. Maria do Carmo Pacheco de Lima e Lacerda Moniz Barreto do Couto,³¹ nasceu em 1802 e faleceu a 2 de março de 1860. Principiou a sua carreira militar como cadete, sendo, em 13 de setembro de 1828, nomeado porta-bandeira do Batalhão de Artilharia de Angra, e elevado ao posto de 2.º tenente. Comandava a artilharia do Forte de Santo António, na Vila da Praia, na batalha de 11 de agosto de 1829. Fez parte da expedição libertadora dos Açores, e, acompanhando o Exército Libertador, houve-se com valentia em toda a campanha. Foi major da praça do Castelo de São João Baptista, sendo elevado ao posto de tenente-coronel em 19 de dezembro de 1848, ao de coronel em 29 de abril de 1851, ao de brigadeiro graduado em 29 de setembro de 1852, reformando-se depois em marechal-de-campo.
- João de Carvalho da Silveira³² — filho de João de Carvalho Noronha e Frias³³ e de D. Francisca Carlota de Montojos Taveira e Neiva,³⁴ nasceu a

12 de outubro de 1809 e faleceu a 30 de dezembro de 1894. Aos 18 anos de idade, estando na ilha do Faial, tomou parte ativa na revolução liberal de outubro de 1828, sendo preso e remetido para Lisboa, onde o encerraram no Limoeiro. Condenado à morte, foi enviado para a ilha de São Miguel para lá ser dada execução à sentença, tendo a boa sorte de chegar àquela ilha na mesma ocasião da expedição libertadora, que havia saído da Terceira, o que o salvou da forca. Em 12 de julho de 1832 foi nomeado tenente do Batalhão de Voluntários da Rainha, organizado em Angra, e em 25 de outubro, do mesmo ano, nomeado capitão. Serviu neste corpo até junho de 1837, em que passou para o Batalhão de Artilheiros de Posição, no qual fez serviço até 1840, quando foram extintos os batalhões nacionais. Foi condecorado com a Medalha n.º 7 das Campanhas da Liberdade. Em 5 de outubro de 1852 foi nomeado verificador da Alfândega de Angra, passando em 6 de setembro de 1856 a escrivão de carga e descarga da mesma alfândega, e em janeiro de 1865 a oficial. Serviu por várias vezes como diretor interino e chefe fiscal.

- Pedro Roberto Dias da Silva³⁵ — terceirense, soldado que foi do Batalhão de Voluntários da Rainha, filho de Jerónimo Dias da Silva,³⁶ nasceu em 1815, e era condecorado com a Medalha n.º 3 das Campanhas da Liberdade, e conselheiro. Foi delegado de Tesouro do Distrito de Angra do Heroísmo, deputado em várias legislaturas por São Jorge e Graciosa, prestando relevantes serviços a este distrito. Foi par-do-reino eletivo, e morreu chefe da repartição de contabilidade do Ministério das Obras Públicas.
- Roberto Luís Borges da Costa³⁷ — terceirense, nasceu em 1803. Era filho de Alexandre Borges da Costa,³⁸ fidalgo cavaleiro da Casa Real, capitão de milícias, e de D. Maria da Luz Fagundes Falcão Coelho Borges,³⁹ proprietária do ofício de escrivão da Câmara de Angra. Aos dois anos de idade assentava praça como cadete no Batalhão de Artilharia, jurando bandeira em 1818, e recebendo baixa, a seu pedido, em 1821. Enquanto militar frequentou a Academia do Castelo de São João Baptista.⁴⁰ Em 4 de julho de 1828 foi nomeado almoxarife dos armazéns civis e militares de Angra, e em 1832 reuniu ao almoxarifado o do arsenal militar. Extinto este

lugar, em 5 de agosto de 1839, foi empregado dos depósitos, servindo de pagador do trem da 10.^a Divisão Militar. De 1836 a 1851 serviu como inspetor das obras públicas deste distrito, sendo neste último ano nomeado condutor, quando foi criada a Direção das Obras Públicas. Devotado à causa liberal, era bom patriota e um empregado honestíssimo. Morreu em 26 de maio de 1861.

- José Maria de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos⁴¹ — filho de Antão de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos,⁴² neto do valoroso capitão João de Bettencourt [de Vasconcelos], nasceu em 3 de abril de 1803. Fazendo parte do bravo Corpo de Infantaria n.º 23, do Porto, que tinha inscrito na sua bandeira a legenda: «*Vencerei não só estes adversários, mas quantos a meu rei forem contrários*». Fez as campanhas de 1826 a 1828, emigrando depois da revolução de 18 de maio. Era, então, tenente do Exército. Esteve no depósito dos emigrados em Plymouth, e assistiu em França aos atos gloriosos que derrubaram a tirania de Carlos X do trono francês. Veio para a Terceira em 1832, prestando bom serviço no Exército liberal dos Açores. Seguindo as ideias políticas de Passos Manuel,⁴³ foi um dos oficiais que tomaram parte na revolta de 1846, no Porto, sofrendo por isso. Não lhe permitindo os seus brios militares o servir sob as ordens de oficiais que haviam sido seus subalternos, reformou-se em tenente-coronel, sendo-lhe melhorada a reforma em coronel. Tinha o hábito de São Bento de Avis, a Medalha n.º 9 das Campanhas de Liberdade, e as medalhas de ouro e prata de Comportamento Exemplar. Faleceu em 31 de outubro de 1881.
- Sebastião Teixeira Carrascosa⁴⁴ — foi um dos ilustres terceirenses que acompanharam D. Pedro IV, e um dos bravos que desembarcaram no Mindelo, portando-se valente e corajosamente nas ações em que tomou parte. Tinha várias condecorações demonstrativas do seu alto valor e lealdade. Era major reformado. Faleceu a 3 de novembro de 1889.
- José Maria de Moraes Rego — terceirense, filho de Luís Manuel de Moraes Rego, governador que foi do Castelo de São João Baptista. Era cadete do Batalhão de Caçadores n.º 5 no memorável dia 22 de junho de 1828. Era

condecorado com a Medalha n.º 9 das Campanhas da Liberdade, nas quais se houve brilhantemente, sendo ferido na ação da Ladeira da Velha, em São Miguel. Foi Ministro da Guerra em 1870.

- Manuel Bernardo de Abreu Lopes⁴⁵ — terceirense, foi um cidadão prestante e um patriota distinto. Os seus serviços à causa liberal foram relevantes, já no distinto Batalhão de Caçadores n.º 5, já na Companhia de Voluntários de Angra, depois na Legião Nacional, e no último Batalhão de Voluntários da Rainha, no qual tinha o posto de tenente-ajudante. Era condecorado com a Medalha n.º 6 das Campanhas da Liberdade. Sendo empregado nas provedorias de concelho, criadas na nova organização administrativa de 1832, foi provido, em 1836, no emprego de escrivão da administração, lugar que exerceu até à sua morte, aos 12 de março de 1865.
- Vital de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos — terceirense, brigadeiro, fidalgo cavaleiro da Casa Real, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, condecorado com o hábito de Avis, era filho de José de Bettencourt⁴⁶ e de D. Maria Clara de Lacerda.⁴⁷ Aderiu ao movimento liberal terceirense, não tomando nele parte ativa atendendo à sua avançada idade. Foi um dos signatários do auto da revolução de 22 de junho de 1828, e subscreveu para a compra dos navios da esquadra constitucional. Faleceu em junho de 1847.
- Simão do Carvalho da Silveira — terceirense, fidalgo cavaleiro da Casa Real, filho de João de Carvalho da Silveira⁴⁸ e de D. Maria Genoveva de Noronha,⁴⁹ nasceu aos 11 de junho de 1788. Liberal convicto, aderiu à revolução de 1828. Foi voluntário do Corpo de Cavalaria de Angra. Exerceu com superior competência vários cargos eletivos, dando sempre públicas demonstrações dos seus sentimentos liberais. Faleceu em 17 de fevereiro de 1878.
- António da Fonseca Carvão Paim da Câmara — terceirense, cavaleiro fidalgo da Casa Real por alvará de 1795, 1.º barão do Ramalho por decreto de 13 de maio de 1837, do Conselho de Sua Majestade, era filho do sargento-mor de ordenanças e governador do Forte de São Mateus da

Prainha,⁵⁰ António Tomé da Fonseca Carvão Paim da Câmara e Noronha⁵¹ e de D. Maria Isabel de Matos.⁵² Aderiu com entusiasmo ao movimento liberal terceirense, sendo um dos signatários do auto da revolução de 22 de junho de 1828, e acompanhou sempre D. Pedro IV enquanto se demorou nesta ilha.

- Francisco de Menezes Lemos e Carvalho — terceirense, era filho de José Luís de Sousa de Menezes Lemos e Carvalho⁵³ e de D. Benedita Quitéria Sá Coutinho da Rocha,⁵⁴ senhora de um morgado na ilha Terceira. Foi provido no ofício de alferes da bandeira da Câmara em 1818. Fez parte das vereações constitucionais, e, como presidente, recebeu e leu a mensagem dirigida pela mesma Câmara ao imperador D. Pedro, quando este desembarcou na ilha Terceira aos 3 de março de 1832.
- Francisco da Fonseca Carvão⁵⁵ — terceirense, escudeiro fidalgo da Casa Real, era filho de António da Fonseca Carvão Paim da Câmara, 1.º barão do Ramalho, e de D. Rosa de Menezes Lemos e Carvalho. Aderiu ao movimento liberal terceirense, como toda a sua família, e como cadete seguiu na expedição liberal, portando-se valentemente, sendo ferido em um dos combates das linhas do Porto. Foi condecorado com a Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito. Faleceu em Lisboa.
- Mateus de Menezes Lemos e Carvalho — terceirense, era filho de José Luís de Sousa de Menezes Lemos e Carvalho, e de D. Benedita Quitéria Sá Coutinho da Rocha, senhora de um morgado na ilha Terceira. Aderiu ao movimento liberal terceirense, e foi um dos signatários do auto da revolução de 22 de junho de 1828.
- Manuel Homem da Costa Noronha — terceirense, era filho de Manuel [José] Homem da Costa Noronha Ponce de Leão e de D. Úrsula Cândida do Canto. Tomou parte ativa no movimento liberal de 1828, e foi morto pelos miguelistas nas Furnas, na ilha de São Miguel.
- Júlio Maria Silvano ⁵⁶ — terceirense, alistou-se na companhia de voluntários criada na ilha Terceira em 1828, assentando praça, em 1829, no Batalhão de Caçadores n.º 5. Foi à tomada das ilhas em 1831 e seguiu com a expedição liberal para o continente. Fez toda a campanha sempre

com brio e distinção. Aderindo aos acontecimentos políticos de 1846, passou para a 3.^a secção do Exército até 1851. Em 1864 veio, como tenente-coronel, organizar na ilha Terceira o Batalhão de Caçadores n.º 10, sendo o seu primeiro comandante. Em 1869 reformou-se em general. Foi presidente da Câmara Municipal, havendo-se com elevada distinção. Tinha a comenda da [Ordem da] Conceição. Faleceu nesta cidade aos 2 de maio de 1888.

- Luís de Barcelos Merens Lobo — terceirense, segundo-tenente que foi do Batalhão de Artilharia de Angra, aderiu em 1828 à revolução liberal, e era filho de Manuel Simplício Ferreira⁵⁷ e de D. Hermenegilda Eufémia de Barcelos Merens.⁵⁸ Faleceu em Angra. Era tenente-coronel reformado.
- Francisco Augusto da Silva Sieuve — terceirense, major reformado do Exército, era filho de José Joaquim da Silva⁵⁹ e de D. Maria Máxima Sieuve. Em 1821, sendo alferes de infantaria, aderiu à revolução constitucional em Angra, acompanhando sempre com entusiasmo todo o movimento liberal. Era condecorado com o hábito [da Ordem] de Avis. Faleceu nesta cidade.
- Estulano Inácio Parreira — terceirense, filho de Mateus Francisco Parreira⁶⁰ e de D. Escolástica Guilhermina Parreira,⁶¹ nasceu aos 10 de janeiro de 1808. Abraçando devotadamente os princípios liberais, aderiu à revolução de 22 de junho de 1828, indo, neste dia memorável à Vila da Praia, conjuntamente com Teotónio de Ornelas Bruges, Manuel Homem da Costa Noronha e António José Pais Júnior,⁶² tratar do desarmamento das tropas, o que audaciosamente conseguiram. Foi capitão de Voluntários, e esteve no combate de 11 de agosto de 1829. Exerceu vários cargos eletivos. Foi governador civil deste distrito. Faleceu em Lisboa aos 2 de dezembro de 1877.
- Joaquim Pinheiro da Silva — terceirense, era empregado da Junta Real da Fazenda antes dos acontecimentos políticos de 1828. Aderindo ao movimento constitucional acompanhou a expedição liberal em 1832. Serviu nos corpos nacionais da capital. Era capitão, comendador da Ordem de Cristo e oficial maior reformado da Secretaria da Fazenda. Faleceu em Angra do Heroísmo.

- Dinis Teixeira de Sampaio — terceirense, filho Francisco José Teixeira de Sampaio⁶³ e de D. Eulália Floriana Gualberta Carvão,⁶⁴ nasceu aos 13 de agosto de 1791. Era irmão dos terceirenses Henrique Teixeira de Sampaio,⁶⁵ 1.º conde da Póvoa,⁶⁶ 1.º barão de Teixeira,⁶⁷ 1.º senhor de Sampaio, e de D. Francisca Rocha, viscondessa de Bastos,⁶⁸ e tio da atual viscondessa de Cartaxo.⁶⁹ ⁷⁰ Devotado liberal, aderiu à revolução de 1828, sendo um dos signatários do auto. Foi ajudante de ordenanças e administrador do correio de Angra.
- Manuel José Borges da Costa — terceirense, moço fidalgo da Casa Real, era filho de Alexandre Sebastião Borges da Costa e de D. Maria da Luz Borges da Costa.⁷¹ Foi escrivão da Câmara Municipal por hereditariedade até 1838, com exclusão do tempo em que foi demitido por acompanhar o movimento liberal, sendo reintegrado quando foi ministro o conde de Suberra. Exerceu o cargo de guarda-mor de saúde. Foi administrador de um vínculo instituído pelo padre Domingos Fernandes Fagundes,⁷² e pertencia-lhe a capela na Sé Catedral, onde está a imagem de São João. Faleceu em 6 de janeiro de 1841.
- José Luís da Silva⁷³ — terceirense, capitão do Batalhão de Voluntários da Rainha, era condecorado com a Medalha n.º 7 [das Campanhas da Liberdade] e cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Em 1830 era escrivão do recebedor dos selos e novos direitos da Comissão de Fazenda em Angra. Exerceu com competência vários empregos públicos, sendo, quando faleceu, nesta cidade, escrivão do juízo de direito da comarca de Angra.
- José Augusto Balieiro⁷⁴ — terceirense, capitão dos Voluntários de Angra, era condecorado com a Medalha n.º 6 das Campanhas da Liberdade. Foi tesoureiro da Câmara Municipal de Angra. Faleceu nesta cidade em 31 de maio de 1879.
- João Inácio Craveiro⁷⁵ — terceirense, tenente do Batalhão de Voluntários de Angra, condecorado com a Medalha n.º 7 [das Campanhas da Liberdade], era, em 1830, escriturário da Comissão de Fazenda nesta cidade. Foi empregado do governo civil deste distrito, sendo primeiro

oficial reformado quando faleceu. Exerceu interinamente o lugar de secretário-geral.

- José Dinis Drumonde ⁷⁶— terceirense, primeiro tenente de Artilheiros de Posição na ilha Terceira, era condecorado com a Medalha n.º 3 das Campanhas da Liberdade.
- Francisco de Paula da Costa — terceirense, filho de José Narciso da Costa⁷⁷ e de D. Maria Severa da Costa,⁷⁸ nasceu a 8 de junho de 1801. Foi um dos signatários do auto da revolução liberal de 22 de junho de 1828. Em 1830 era escriturário da Comissão de Fazenda em Angra. Foi tenente do Batalhão de Voluntários, e tinha a Medalha n.º 7 das Campanhas da Liberdade. Faleceu a 10 de outubro de 1882.
- Francisco Inácio Pimentel⁷⁹ — terceirense, fez parte do Exército Libertador e era condecorado com a Medalha n.º 6 [das Campanhas da Liberdade]. Morreu em Angra major reformado do Exército.
- Francisco de Lemos Álvares — terceirense, filho do capitão de milícias Benedito António de Lemos⁸⁰ e de D. Antónia Benedita de Lemos Álvares,⁸¹ foi em 1830 escrivão da alfândega de Angra. Era liberal intransigente. Foi capitão de Voluntários da Rainha, secretário do governo civil de Angra, servindo de administrador-geral em 1838. Era advogado de provisão. Faleceu nesta cidade.
- José Maria Pais⁸² — terceirense, filho de António José Pais, foi dos bravos que fizeram a campanha liberal. Foi taquígrafo da Câmara [dos Deputados] na organização do parlamento. Morreu escrivão e tabelião na comarca de Angra do Heroísmo. Era condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria das Campanhas da Liberdade.
- João Toste Parreira⁸³ — terceirense, era em 1830 recebedor dos selos e novos direitos da Comissão de Fazenda em Angra. Foi devotado liberal, e exerceu vários cargos eletivos, entre eles o de vereador da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, da qual foi presidente.

- José Maria de Barcelos⁸⁴ — terceirense, filho de Joaquim Inácio de Barcelos,⁸⁵ foi oficial da Secretaria de Estado em Angra, e morreu oficial maior do Ministério da Guerra.
- Joaquim Martins Pamplona Corte-Real⁸⁶ — terceirense, filho de Alexandre Martins Pamplona Corte-Real, era, em 1830, primeiro-tenente servindo de ajudante da praça do Castelo de São João Baptista.
- Teófilo Rogério Machado de Andrade — terceirense, filho de Aniceto de Almeida de Andrade,⁸⁷ era, em 1830, capitão de fragata. Foi governador do Castelo de São João Baptista.
- José Augusto Martins Pamplona Corte-Real⁸⁸ — terceirense, filho de Alexandre Martins Pamplona Corte-Real, era, em 1830, segundo-tenente servindo de ajudante da praça do Castelo de São João Baptista.
- Félix José da Costa Sénior⁸⁹ — terceirense, foi escriturário da Comissão de Fazenda em Angra. Morreu primeiro oficial do governo civil deste distrito.
- José Alexandre de Barcelos Merens⁹⁰ — terceirense, foi escriturário da Comissão de Fazenda em Angra.
- Luís António Parreira⁹¹ — terceirense, foi condecorado com a Medalha n.º 3 de D. Pedro e D. Maria. Exerceu por várias vezes o cargo de administrador do concelho de Angra.
- José Borges Leal Corte-Real [1819 — 1903] — era filho do morgado de Sant'Ana, António Borges Leal Corte-Real e de D. Ângela Sebastiana Borges Corte-Real.⁹² Foi tenente do batalhão de artilheiros voluntários, era conselheiro e exerceu vários cargos eletivos. Faleceu a 5 de janeiro de 1903.
- António José Pais⁹³ — terceirense, foi porteiro da Secretaria de Estado em Angra, e mais tarde chaveiro da alfândega desta cidade, onde faleceu.
- Luciano José Balieiro⁹⁴ — terceirense, foi contínuo em 1830 da Comissão de Fazenda em Angra.

Os nomes dos terceirenses, que acabamos de arquivar, número limitado em comparação com o elevado número de terceirenses que tomaram parte ativa

nas lutas liberais, são na sua quase totalidade representantes das famílias mais distintas da ilha Terceira, pelos seus títulos de nobreza e elevada posição social. Muitos mais houve, dos quais não pudemos obter notas biográficas, e por isso não lhes fazemos referência especial, limitando-nos tão somente a arquivar de alguns os seus nomes, como das investigações que fizemos.

No auto da revolução liberal de 22 de junho [de 1828], além dos nomes a que já nos referimos, eram também terceirenses os seguintes:

Francisco Moniz Barreto do Couto, José Maria do Carvalho da Silveira, Joaquim Bernardo da Fonseca, António José de Vasconcelos, Francisco Leite Botelho de Teive, José Teodoro Coelho, Bernardo Moniz Barreto do Couto, Félix José da Costa, Francisco José Teixeira, Mateus Homem Borges, Mateus João de Bettencourt Vasconcelos,⁹⁵ José Hilário Ameno Lopes, Luís José de Vasconcelos, António Lúcio Duarte dos Reis, Vicente Pedro de Korth, Fernando de Sá Viana, António Leonardo Pires Toste, Francisco José Balieiro, António Plácido de Bettencourt Lemos, Luís António Pires Toste, Fernando Joaquim da Silva e Rocha, José Augusto Cabral de Melo, padre António Botelho de Sampaio.

*

O Batalhão de Caçadores Voluntários da Rainha, em Angra, teve origem em 22 de junho de 1828, e foi completamente organizado em 1832. Dissolvido em 2 de julho de 1839, por portaria de 8 de outubro de 1838, foi reorganizado por portaria de 25 de outubro de 1839. O pessoal superior ficou composto:

Coronel, visconde de Bruges; major, António Tomé da Fonseca; tenente-ajudante, Manuel Bernardo de Abreu Lopes; capitães, Manuel da Silva Castanho,⁹⁶ Francisco Machado Pamplona,⁹⁷ António José de Vasconcelos, José Luís da Silva, João Francisco de Oliveira Bastos⁹⁸ e José Augusto Balieiro; tenentes, Francisco de Paula da Costa, António José Pais Júnior, João Inácio Craveiro, Francisco José Teixeira, Francisco José Balieiro [Júnior]⁹⁹ e Raimundo do Canto e Castro;¹⁰⁰ alferes, António Borges Leal¹⁰¹, Luís Carlos Brum¹⁰² e Simão da Cunha Brum.¹⁰³

Ficou com seis companhias. Total, estado-maior e menor dito — seis companhias, 660 homens.

*

Em 1839, por portaria de 15 de junho, foi reorganizado o Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição, ficando composto:

- Comandante, o major de Artilharia António Homem da Costa Noronha; ajudante, Luís António Parreira; quartel-mestre, Francisco de Almeida Tavares do Canto;¹⁰⁴ capitães, João Coelho da Rocha,¹⁰⁵ J[oa]o de C[arvalho] da Silveira Júnior,¹⁰⁶ António Homem Goulart,¹⁰⁷ Francisco Diniz Ormonde,¹⁰⁸ Francisco Manuel Machado Fagundes Mouro,¹⁰⁹ Manuel Gonçalves de Toledo [Machado];¹¹⁰ primeiros-tenentes, J. Coelho da Costa,¹¹¹ José de Bettencourt Vasconcelos,¹¹² José Dinis [Drumonde], João Homem de Menezes,¹¹³ M[ateus] B[orges] do Canto e Ataíde,¹¹⁴ e Manuel José Constantino;¹¹⁵ segundos-tenentes, António Borges Cabral Fournier,¹¹⁶ José Borges Leal Corte-Real, Luís Borges Fialho,¹¹⁷ João Borges Rego,¹¹⁸ José de Aquino Borges,¹¹⁹ e Salvador Homem de Moraes.¹²⁰

Ficou com seis companhias. Total, estado-maior e menor — seis companhias, 630 homens.

*

Entre muitos nomes que encontrámos, foram condecorados com a Medalha D. Pedro e D. Maria,¹²¹ os terceirenses seguintes:

- Teotónio Francisco Correia,¹²² 2.º sargento, medalha n.º 9; José Nunes Godinho,¹²³ 1.º sargento, medalha n.º 7; Luís José de Vasconcelos, sargento, e Manuel José Vieira,¹²⁴ cabo reformado, medalha n.º 6; José Luís das Neves,¹²⁵ 1.º sargento, e António Martins Leandro,¹²⁶ soldado, medalha n.º 5; Manuel José de Sousa,¹²⁷ sargento, medalha n.º 4; José Luís da Rocha,¹²⁸ 1.º sargento, Francisco Cândido da Cunha,¹²⁹ 2.º sargento, Manuel António Veloso¹³⁰ e João Gonçalves,¹³¹ soldados, medalha n.º 3; António Coelho Mendes,¹³² cabo, Cândido José de

Sousa,¹³³ soldado, Manuel Joaquim de Andrade,¹³⁴ cabo, medalha n.º 2; Vitorino de Sousa Pereira,¹³⁵ soldado, medalha n.º 1.

- Joaquim Teófilo Machado¹³⁶ — amanuense reformado da secretaria do governo civil, condecorado com a medalha n.º 2 de serviços civis. Ainda vive, e cremos que é o único que existe desta época de lutas.

*

Muitos foram os terceirenses, que caíram mártires no campo da batalha, em defesa da liberdade; muitos foram os que lhes sobreviveram; poucos os que no último quartel da vida, tarde, bem tarde, lhes foi concedida a reforma, e assim de tantos que se sacrificaram pelas liberdades pátrias, impossível se torna hoje saber-lhes os nomes para aqui os arquivarmos.

Chegámos até onde nos foi possível, mas chegámos o bastante para demonstrar suficientemente, que o sentir da geração terceirense a seguir a tantos heróis, não pode deixar de ser essencialmente liberal, como legítima representante de tantos bravos e mártires, do que tem dado sobejas provas em todas as comemorações festivas das datas notabilíssimas das lutas liberais na ilha Terceira.

Podem alguns tresloucados, servindo-se de meios ardilosos, encapotando-se com este ou aquele nome de partido político, tentar fazer propaganda em prol da reação e do absolutismo, que, entre os terceirenses, não fazem eco as suas cantatas.

A semente generosa, lançada no solo terceirense em prol da liberdade, foi abundante, e o solo fertilíssimo.

A ilha Terceira foi, é, e há-de ser, essencialmente liberal, que bem pese, seja a quem for.

Liberais que se estabeleceram na ilha Terceira, notas biográficas

É de justiça que, antes de passarmos à resumida referência dos liberais das restantes ilhas do distrito, arquivemos os nomes de alguns bons patriotas, que

dedicando devotado amor à ilha Terceira, nela se estabeleceram, adotando-a como pátria, prestando-lhe os seus bons serviços, e nela constituindo família:

- João Francisco de Oliveira Bastos — natural de Lisboa, nasceu a 9 de março de 1806. Em 1826 veio para a ilha Terceira tomar conta da escrituração da casa do benemérito Teotónio de Ornelas, onde foi considerado como pessoa de família, casando com a sua respeitável filha, a ilustre dama D. Maria Amélia de Ornelas Bruges.¹³⁷ Devotado liberal, tomou parte nas reuniões que se realizaram no solar de Teotónio de Ornelas, onde foi planeada a revolução de 22 de junho de 1828. Foi pela Junta Provisória encarregado de ir à Inglaterra com despachos a Palmela, embarcando em outubro de 1828 no iate *Santa Luzia*.¹³⁸ Regressando à Terceira, em fevereiro de 1829, encontrou-a bloqueada pela esquadra inglesa, tendo de voltar novamente à Inglaterra. Quando alguns meses depois tornou a sair para regressar à ilha, foi feito prisioneiro pela fragata *Pérola*, sendo acorrentado e mandado preso para o porão da nau *D. João VI*. Sob os ferros do despotismo ouviu o troar do canhão e o tiroteio da esquadra miguelista e fortalezas da Vila da Praia, no dia 11 de agosto de 1829. Conservava Oliveira Bastos, como relíquia de subido valor, uma bala de fuzil disparada das fortalezas praienses, que encontrara na tolda da nau. Da chaveta da corrente que o prendia a outro companheiro, mandou fazer um anel, que usou até à hora da morte, em 29 de janeiro de 1892. Era a relíquia do cativo, a que aquele grande espírito de liberal convicto prestava fervoroso culto. Seguindo a nau para Lisboa, foi encerrado na Torre de São Julião, onde permaneceu até 24 de julho de 1833, dia em que a divisão liberal entrou triunfante em Lisboa. Saindo da prisão foi bater-se valorosamente, até 1834, contra as forças miguelistas. Acabada a guerra, voltou para a Terceira, alistando-se no Batalhão de Voluntários, onde tinha o posto de capitão. Era condecorado com a medalha n.º 7. Foi um jornalista distinto, e o último presidente da comissão promotora de auxílios aos veteranos da liberdade, aos quais prestou relevantes serviços. Quando em 1875 se estabeleceu a biblioteca municipal, foi Oliveira Bastos nomeado seu bibliotecário.

- Nicolau Anastácio de Bettencourt — madeirense, nasceu em 1810. Abraçando devotadamente as ideias e princípios liberais, alistou-se em 1827 no Batalhão Académico. Aderindo ao pronunciamento liberal do Porto, entrou nas ações da Cruz dos Maroços e Ponte do Vouga; emigrou com a divisão constitucional para a Galiza e depois para a Inglaterra, de onde seguiu para a Terceira com o Batalhão de Voluntários da Rainha. Bateu-se denodadamente na batalha de 11 de agosto; tomou parte na ação da Ladeira da Velha; seguindo depois com o Exército Libertador houve-se por maneira distinta na ação da Serra do Pilar, recebendo honrosa referência do seu general. De 1833 a 1836 exerceu o cargo de secretário da prefeitura em Angra, e depois em São Miguel. Foi governador civil dos distritos de Aveiro, Angra do Heroísmo, Horta e Portalegre. Em Aveiro, deixou um monumento da sua passagem, a Caixa Económica, que lá estabeleceu. Em Angra do Heroísmo, deixou dois monumentos a perpetuar a sua memória honrosa: 1.º — a Caixa Económica, instalada a 12 de janeiro de 1845, aniversário do título de «*Heroísmo*» concedido a esta cidade, principiando as operações da mesma Caixa, a 3 de março, aniversário do desembarque de D. Pedro IV; 2.º — a criação do Asilo de Infância Desvalida, instalado a 16 de abril de 1853. Nicolau Anastácio foi um escritor distinto e poeta primoroso. Recebeu o foro de fidalgo cavaleiro da Casa Real, carta de Conselho, o grau de cavaleiro da Ordem de Cristo e da Ordem da Conceição e a medalha n.º 9 das Campanhas da Liberdade. Casou com a terceirense D. Balbina Cândida de Brito.¹³⁹ Faleceu a 7 de março de 1874.
- Dr. António José de Amorim¹⁴⁰ — era natural de Coimbra, onde nasceu a 16 de julho de 1801. Cursava o 4.º ano de Medicina quando principiou a germinar a liberdade portuguesa, e em 1826 alistou-se voluntariamente no corpo militar académico. Em 1828, seguindo a sorte da divisão leal, emigrou para a Espanha pela Galiza até à Catalunha, de onde passou para Plymouth, sendo ali um dos aquartelados do famoso *Barracão de Plymouth*.¹⁴¹ Veio para a ilha Terceira na galera americana *James Crowper*,¹⁴² desembarcando com mais trezentos companheiros em 13 de fevereiro de 1829, fazendo parte das três companhias de voluntários, das

quais a primeira, em que foi colocado, era composta exclusivamente dos emigrados académicos. Em 11 de agosto de 1829, achou-se no teatro de guerra, na Vila da Praia da Vitória, onde foi, ainda convalescente, conduzir munições e apetrechos de campanha. Por decreto da Regência de 14 de julho de 1830, e depois de previamente examinado no hospital militar, por três facultativos, foi-lhe concedida a faculdade para exercer clínica, não obstante faltar-lhe ainda o ato da formatura. Em 1832, aceitou o cargo de médico da Legião de Guardas Nacionais, que se organizou nesta ilha, sob o comando de Teotónio de Ornelas, lugar que exerceu até 1833, passando em seguida a exercer os lugares do partido médico municipal e de médico do hospital civil. Em 20 de abril de 1836 transferiu a sua residência para a Vila da Praia, onde foi exercer os mesmos lugares que exercia em Angra, e onde se demorou até ao terramoto de 15 de junho de 1841.¹⁴³ Partindo para Coimbra, onde foi fazer ato de formatura, voltou para a Terceira em 15 de fevereiro de 1844, sendo nomeado guarda-mor de saúde do porto de Angra, cargo que exerceu até à sua morte em 12 de agosto de 1877. Exerceu vários cargos públicos, tais como juiz pedâneo, vereador e presidente do município praiense, conselheiro de distrito, procurador à Junta Geral, membro de várias comissões, das quais a que mais se ufanava de pertencer era a de Socorros aos Bravos do Mindelo, da qual morreu presidente. Era sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa e condecorado com a medalha n.º 9 das Campanhas da Liberdade.

- Frederico Ferreira Campos — natural de Benfica, filho de João Ferreira Campos¹⁴⁴ e de D. Vitorina le Couvreur,¹⁴⁵ nasceu em 1807. *«Foi completar na França a sua instrução, e aí recebeu as salutarens inspirações da liberdade proclamada em 1830. Voltando à pátria no tempo em que Portugal vivia oprimido pelo mais feroz despotismo, conseguiu, com não poucos sacrifícios, poder entrar incólume no seio da sua família, então retirada em Benfica. Por ocasião da entrada da libertadora divisão do ilustre duque da Terceira, em Lisboa, no memorando dia 24 de julho de 1833, alistou-se Frederico Ferreira Campos, com outros muitos liberais portugueses, em um dos corpos nacionais, que na defesa das linhas mostraram o valor que os animava e a bravura que possuíam. Foi-lhe*

conferido no seu corpo nacional o posto de alferes, pelo imortal Duque de Bragança, regente em nome de sua augusta filha, a rainha D. Maria II, sendo, portanto, na guerra das liberdades pátrias que estreou a sua vida política. Depois de liberta a pátria, e alcançada licença do Ministério do Reino, a Companhia do Real Contrato do Tabaco o nomeou seu delegado nesta ilha Terceira, cargo em que se conservou até à extinção da mesma companhia. Fez parte de diversas vereações municipais em Angra, foi por muitas vezes nomeado procurador à Junta Geral deste distrito, e sendo nesta respeitável corporação o vogal decano coube-lhe gerir ultimamente a suprema administração do distrito. Foi, portanto, liberal convicto e cidadão prestante».^a Era condecorado com a Medalha n.º 2 [das Campanhas da Liberdade]. Faleceu em 19 de dezembro de 1892.

- Faustino José da Fonseca¹⁴⁶ — major reformado, cavaleiro da Ordem Militar de São Bento de Avis e da nobre e antiga Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito, condecorado com a medalha das campanhas de Espanha e com a Medalha n.º 3 de D. Pedro e D. Maria; era natural de Lisboa e nasceu a 17 de fevereiro de 1808. Assentou praça em maio de 1823, em Infantaria n.º 13. Foi um dos emigrados portugueses que vieram reunir-se na heroica ilha Terceira, e dos que fizeram parte dos 7500 bravos que desembarcaram no Mindelo. Foi promovido a alferes de Infantaria n.º 18, por decreto de 30 de novembro de 1832, quando também o foram os terceirenses Casimiro Lopes Soeiro de Amorim,¹⁴⁷ Júlio Pamplona Corte-Real, Sebastião Teixeira Carrascosa, Bernardo Homem de Noronha¹⁴⁸ e Francisco da Fonseca Paim da Câmara.¹⁴⁹ Era cavaleiro da Torre e Espada. Fez parte importante da Divisão Auxiliar portuguesa nas campanhas de Espanha. Faleceu em Angra, aos 9 de junho de 1868.
- Francisco de Paula Bastos¹⁵⁰ — visconde de Bastos, nasceu aos 11 de junho de 1793. Foi um dos vultos ilustres dessa geração de fortes que batalhou pela independência e liberdades pátrias. «*Bravo da guerra peninsular*, — escreveu o sr. Augusto Ribeiro, — condecorado com a cruz n.º 3, ferido em Nivelle, o ilustre visconde de Bastos, foi depois um dos

mais valentes cooperantes da obra do Duque de Bragança. Emigrado pela Galiza, comendo o pão do estrangeiro, em Plymouth, dali saiu e chegou a Terceira em 7 de março de 1829. Soldado da liberdade, sob as ordens do valente conde de Vila Flor, tomou parte na memorável ação de 11 de agosto de 1829. Aí começou de novo a sua vida de lutador, que seguiu intrépido e corajoso. O ilustre visconde de Bastos tem uma biografia honrosa. A sua farda de general, é ornada por medalhas que provam a sua bravura nas lutas da liberdade e da independência». Faleceu em Angra, aos 2 de setembro de 1881.

- Francisco Raimundo de Moraes Sarmento¹⁵¹ — coronel de Infantaria, cavaleiro de Ordem Militar de São Bento de Avis, filho de José Pedro de Moraes Sarmento,¹⁵² administrador da mesa das novas licenças da Câmara Municipal de Lisboa, e de D. Brígida de Noronha Abreu e Lima,¹⁵³ nasceu em Lisboa aos 27 de julho de 1799. Em 12 de outubro de 1816 assentou praça como cadete em Infantaria 16, sendo em 26 de maio de 1821 promovido a alferes do segundo batalhão da Legião Lusitana, que foi à Bahia, onde tomou parte nas ações militares que lá tiveram lugar. A 9 de julho de 1827 foi promovido a tenente, e em 1828, devido às suas convicções liberais, teve de emigrar pela Galiza para a Inglaterra, passando em 1829 à ilha Terceira, assistindo à batalha de 11 de agosto. Fez a campanha dos Açores, seguiu com o Exército Libertador, desembarcando no Mindelo; assistiu à defesa da cidade do Porto durante o cerco, e tomou parte ativa em todas as Campanhas da Liberdade. Tendo sido promovido a capitão, em 17 de maio de 1833, e colocado no Batalhão n.º 1 do Minho, foi em seguida nomeado comandante do Batalhão Nacional fixo de Coimbra. Em 5 de fevereiro de 1845 foi promovido a major, e a 31 de dezembro de 1851 a tenente-coronel, reformando-se em coronel. Casou na ilha Terceira com D. Maria Júlia de Moraes Sarmento.¹⁵⁴ Faleceu no 1.º de maio de 1852.
- Manuel Joaquim Nogueira — conselheiro, comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição, fidalgo cavaleiro da Casa Real, nasceu em Tomar aos 5 de novembro de 1787, e faleceu aos 2 de janeiro de 1862, nas Caldas da Rainha. Era filho de Agostinho José Nunes¹⁵⁵ e de D. Maria Rosa

Nogueira.¹⁵⁶ Em 1808 frequentava a Universidade de Coimbra, quando Portugal foi invadido pelo exército francês, e levado pelo seu amor pátrio, alistou-se no Batalhão Académico, passando para a primeira linha como alferes até 1813, em que pediu a demissão para completar a sua formatura. Era condecorado com a Cruz de Ouro da Guerra Peninsular, e com a da batalha de Albuera, a que assistiu. Apenas formado em Direito, estabeleceu banca de advogado em Tomar, onde esteve até 1823, vindo depois para Angra. Em 1828 tomou parte importante no movimento liberal terceirense, sendo um dos conjurados da revolução de 22 de junho, e nomeado secretário do governo provisório. Foi o encarregado de ir a Inglaterra e ao Rio de Janeiro levar a participação de estar estabelecido na Terceira o governo constitucional, não passando de Londres por haver chegado àquela cidade a embaixada do Rio de Janeiro. Voltando à Terceira, conseguiu desembarcar, iludindo o bloqueio do usurpador, e foi nomeado juiz da Relação criada em Angra, e em seguida secretário da Junta do Paço e da Junta de Agricultura, e, ultimamente, Procurador Régio da Suprema Junta de Justiça. Acompanhou o Exército Libertador para o Porto, como oficial maior da Secretaria da Justiça. Foi juiz da Relação de Lisboa, e da dos Açores, sendo aposentado como juiz do Supremo Tribunal de Justiça. Os preciosos restos mortais do dr. Manuel Joaquim Nogueira foram trasladados para o jazigo de família no Cemitério do Livramento desta cidade de Angra. De tão benemérito cidadão, e ilustre apóstolo da liberdade, e de sua consorte, D. Ana Justina Emília Zagalo,¹⁵⁷ têm os terceirenses ainda a ventura de possuir o seu filho dileto, o dr. Rodrigo Zagalo Nogueira.

- Rodrigo Zagalo Nogueira¹⁵⁸ — médico cirurgião pela escola de Lisboa, e doutorado na Universidade de Lovaina, em 1840, comendador da Ordem da Conceição e cavaleiro da Ordem de Cristo, nasceu em Tomar, aos 9 de dezembro de 1819, vindo para a ilha Terceira aos 3 anos de idade, de onde saiu para ir estudar o curso de Medicina, e onde regressou apenas formado. A ilha Terceira é a pátria adotiva do sr. dr. Nogueira, e esta considera-o como um dos seus filhos mais diletos. Não é aqui lugar para desenvolvidamente biografar este benemérito homem de ciência, este

incansável caminheiro do bem, justamente cognominado «*o médico dos pobres*». Arquivámos somente o seu nome, assaz estimado e venerado, para honrarmos esta memória.

- Manuel Martins Pinto de Gouveia¹⁵⁹ — natural de Pedrogão Grande, sargento artilheiro, fez parte da guarnição da nau que conduziu D. João VI para o Brasil. Voltando a Portugal, tomou parte na Guerra Peninsular, depois da qual foi destacado para a ilha Terceira. Aderindo ao movimento liberal, esteve no combate de 11 de agosto de 1829. Quando D. Pedro IV veio à ilha Terceira, comandava o sargento Pinto a guarnição do Forte [Grande] de São Mateus. Querendo o imperador nomeá-lo alferes, atendendo aos seus serviços, pediu o sargento Pinto a devida escusa por ter numerosa família, e ser-lhe mais difícil o sustentá-la como alferes. Era afeiçoadíssimo a D. Pedro IV, que muitas vezes trouxera ao colo na viagem para o Brasil. Tinha várias condecorações e faleceu em Angra.

Além dos liberais acima mencionados, vieram estabelecer-se em Angra, entre muitos de que não pudemos saber os nomes, ou obter notas, os seguintes, e que eram condecorados:

- Joaquim José Vidigal,¹⁶⁰ 1.º sargento, condecorado com a medalha n.º 9, foi ferido no combate da Praia; Jorge Mesquita,¹⁶¹ sargento, e Joaquim Rodrigues,¹⁶² soldado, condecorados com a medalha n.º 8; Manuel de Castro,¹⁶³ José Joaquim Toste,¹⁶⁴ sargentos, e Mateus José Valadão,¹⁶⁵ cabo, condecorados com a medalha n.º 6; Sérgio José,¹⁶⁶ 1.º sargento, condecorado com a medalha n.º 5; Joaquim José de São Paulo,¹⁶⁷ voluntário do Batalhão de D. Pedro IV no Porto, e José Homem,¹⁶⁸ soldado, condecorados com a medalha n.º 4; Manuel de Simas Machado,¹⁶⁹ picoense, sargento, condecorado com a medalha n.º 3; José Maria da Cruz,¹⁷⁰ soldado, com a medalha n.º 2.
- João de Sousa Ribeiro,¹⁷¹ sargento-ajudante reformado, condecorado com a medalha n.º 9. Quando se estabeleceu a imprensa na ilha Terceira, a primeira dos Açores, então chamada «*[imprensa] da prefeitura*» ou «*do governo*», que funcionou desde 1832 a 1835 na Ermida da Boa Nova, que estava profanada desde 1828, foi João de Sousa Ribeiro um dos

compositores, conjuntamente com os imigrados António José Gonçalves Costa¹⁷² e Joaquim José Soares.¹⁷³

Todos os liberais acima mencionados faleceram nesta ilha.

*

Outras personalidades que se distinguiram nas lutas em prol da liberdade

- Dr. João José da Cunha Ferraz — provisor, tesoureiro-mor e presidente do cabido da Sé de Angra, era natural da ilha Graciosa e filho de pais humildes. Assaz considerado e respeitado pela sua idade e saber, foi um dos vultos mais proeminentes do movimento liberal, e dos que mais concorreram para a proclamação do dia 22 de junho de 1828. Foi presidente do governo interino, que nesta data memorável substituiu o governador e capitão-general Tovar, exercendo superiormente este lugar até 22 de junho de 1829, quando a Junta Provisória cessou o exercício das suas atribuições, com a vinda do conde de Vila Flor. Foi o escolhido para o lugar de chanceler da Relação da Província dos Açores, o que exerceu até setembro de 1829, quando esta Relação foi suspensa, passando em seguida a ser Junta de Justiça, criada por decreto de 27 de março de 1830. Por decreto de 30 maio de 1832, de Sua Majestade Imperial, regente em nome da rainha, foi: «o Desembargador do Paço João José da Cunha Ferraz jubilado e aposentado na dignidade de Arcediago da Santa Sé de Angra, visto ter quarenta anos de murçado¹⁷⁴ na mesma Santa Sé, com todas as proeminências e honras próprias da sua cadeira tanto no Coro, Cabido, e fora da Sé, usando hábitos canonicais próprios da sua Dignidade, voto e stállo¹⁷⁵ em toda as ocasiões, em que se apresentar na mesma Sé e Cabido, como até agora sempre usou, podendo residir ou deixar de residir na mesma Sé, e na ilha Terceira, ou em qualquer parte fora do Bispado».
- João Inácio de Simas e Cunha — graciosense, coronel de milícias, era filho do coronel João Inácio de Simas e Cunha¹⁷⁶ (cognominado o «coronel velho», para o distinguir do filho) e de D. Maria Clara de Melo e Cunha.¹⁷⁷ Casou com D. Custódia Libânia de Bettencourt,¹⁷⁸ irmã do barão da Fonte do Mato.¹⁷⁹ Foi um dos mais ativos promotores do movimento liberal na

Graciosa, conjuntamente com o mencionado seu cunhado, o barão da Fonte do Mato, e os patriotas graciosenses, a que em seguida fazemos referência. Nasceu a 21 de agosto de 1799 e faleceu a 6 de agosto de 1855.

- Joaquim Inácio de Quadros¹⁸⁰ — tenente-coronel de milícias, era filho de António de Quadros Espínola de Bettencourt¹⁸¹ e de D. Josefa de Sousa e Quadros.¹⁸² Nasceu a 16 de agosto de 1785, e faleceu a 16 de dezembro de 1869, tendo exercido por bastante tempo o cargo de administrador do concelho de Santa Cruz da Graciosa.
- Francisco Pereira Lopes de Ataíde¹⁸³ — é este o nome que lhe dá o *Archivo dos Açores*, mas o nome que usava era Francisco Pereira de Bettencourt Lopes.¹⁸⁴ Nasceu na cidade de Ponta Delgada e era filho do capitão de milícias, Francisco José de Athayde Bettencourt¹⁸⁵ e de D. Úrsula Bicudo da Câmara.¹⁸⁶ Estando em Angra a estudar, enamorou-se de D. Luzia Francisca da Silveira Bettencourt,¹⁸⁷ graciosense, irmã do barão da Fonte do Mato. Casou na Graciosa e lá residiu muitos anos. Na Graciosa lhe nasceram todos os filhos, o mais velho dos quais foi o coronel de Infantaria Francisco Pereira de Bettencourt Lopes de Athayde,¹⁸⁸ pai do ilustre advogado micaelense e distinto causídico, o sr. dr. Francisco Pereira Lopes de Bettencourt Athayde,¹⁸⁹ apóstolo fervoroso da autonomia açoriana. Auxiliou poderosamente o movimento liberal graciosense, pelo que D. Pedro o nomeou coronel de milícias de Ponta Delgada, para onde depois transferiu residência. Nasceu a 2 de janeiro de 1783 e faleceu a 28 de janeiro de 1862.
- António da Cunha Silveira Bettencourt¹⁹⁰ — barão da Fonte do Mato, graciosense, era filho do capitão-mor Bartolomeu Álvaro de Bettencourt¹⁹¹ e de D. Joaquina da Corte Celeste Gil da Silveira.¹⁹² Capitão-mor da vila da Praia [da Graciosa], por morte de seu pai, tomou parte no movimento liberal graciosense. Pelos seus serviços, com prejuízo da própria fazenda, foi agraciado, em 1860, com o título de barão da Fonte do Mato, que já lhe havia sido concedido pela Junta do Porto, mas que então ficara sem efeito. Casou com D. Isabel Forjaz de Lacerda Brum de Labath e

Marramaque Garcia da Rosa,¹⁹³ irmã do barão da Areia Larga,¹⁹⁴ faialense. Nasceu a 12 de agosto de 1782, e faleceu a 29 de janeiro de 1873.

- António Botelho de Bettencourt e Sousa¹⁹⁵ — graciosense, capitão-mor de milícias, foi escrivão da alfândega da Graciosa, e era filho do capitão Domingos António de Sousa e Silva¹⁹⁶ e de D. Joaquina de Naves.¹⁹⁷ Nasceu em 1772, e faleceu, no estado de solteiro, a 21 de fevereiro de 1842.
- Manuel da Cunha e Simas¹⁹⁸ — graciosense, filho de João Inácio de Simas e Cunha e de D. Maria Clara de Melo e Cunha, nasceu em 28 de março de 1802. Prestou relevantes serviço promovendo a revolução liberal na Graciosa. Era capitão de milícias. Durante muitos anos exerceu, com inteligência e ilustração, o cargo de administrador do concelho da Praia da Graciosa, ficando conhecido pelo «*senhor administrador velho*». Era comendador da Ordem da Conceição. Faleceu em 21 de abril de 1877.
- Cândido José Coelho¹⁹⁹ — graciosense, era filho de Frutuoso José Coelho²⁰⁰ e de D. Francisca Leocádia.²⁰¹ Nasceu a 9 de agosto de 1799, e faleceu a 29 de maio de 1863. Exerceu por muitos anos o cargo de administrador do concelho de Santa Cruz, e era pai do distinto escritor, e professor aposentado das línguas francesa e inglesa no Liceu de Ponta Delgada, o já falecido João Hermeto Coelho de Amarante.
- José de Passos Gonçalves²⁰² — natural de Viana do Castelo, nasceu em 1797 e casando em Lisboa veio residir para a Graciosa, tomando parte ativa no movimento liberal. Faleceu a 23 de fevereiro de 1842.
- Faustino José da Veiga²⁰³ — graciosense, era filho de Manuel dos Santos de Mendonça²⁰⁴ e de Isabel do Rosário.²⁰⁵ Nasceu em 28 de julho de 1787, e faleceu, solteiro, a 4 de junho de 1845.
- José Leite de Bettencourt²⁰⁶ — graciosense, capitão de milícias, era filho do alferes Francisco Leite de Bettencourt²⁰⁷ e de D. Quitéria Rosa de Bettencourt.²⁰⁸ Nasceu a 16 de novembro de 1778. Esteve preso como liberal.

- Bartolomeu Álvaro de Bettencourt ²⁰⁹ — capitão de ordenanças, graciosense, era filho do alferes José de Sousa Baptista de Bettencourt²¹⁰ e de D. Maria Joaquina de Athayde.²¹¹ Era afilhado do capitão-mor Bartolomeu Álvaro de Bettencourt, de quem tomou o nome. Nasceu a 10 de setembro de 1797 e faleceu a 15 de agosto de 1876.
- Francisco José Bettencourt²¹² — conhecido por Francisco Bettencourt do Barreiro,²¹³ era filho de António Correia de Mendonça²¹⁴ e de D. Rosa do Sacramento.²¹⁵ Foi um dos muitos graciosenses da legião dos bravos do Mindelo. Não sabia ler, e foi por distinção no campo de batalha, em Souto Redondo, de que falava com patriótico entusiasmo, feito anspeçada²¹⁶ e condecorado. Nasceu a 30 de abril de 1813, e faleceu a 14 de maio de 1888.
- Manuel José Bettencourt ²¹⁷ — graciosense, filho de Mateus de Bettencourt ²¹⁸ e de D. Anastácia Rosa, ²¹⁹ alistou-se em 1831 no Regimento de Infantaria n.º 18, e foi um dos 7500 bravos da legião libertadora, desembarcando no Mindelo e fazendo a campanha até à Convenção de Évora Monte. Foi agraciado com a Medalha n.º 4 das Campanhas da Liberdade. Promovido a alferes para a 1.ª secção do Exército, a 24 de abril de 1847, foi, por portaria da mesma data da Junta Governativa de Angra do Heroísmo, reintegrado ao posto de 1.º sargento no dia 1 de agosto. Sendo sargento-ajudante da Companhia de Veteranos dos Açores, foi despachado alferes reformado em 1864, associado ao comando do presídio do Castelo de São João Baptista em 1865, o qual foi extinto em outubro do mesmo ano. Era condecorado com a medalha militar de prata de Comportamento Exemplar. Nasceu a 25 de janeiro de 1808, e faleceu a 28 de junho 1879.
- José Tristão da Cunha Silveira Bettencourt²²⁰ — graciosense, filho do capitão-mor António da Cunha Silveira Bettencourt e de D. Ana Balbina da Cunha,²²¹ nasceu em 22 de março de 1807. Fez parte do Batalhão de Voluntários da Rainha e era condecorado com a Medalha n.º 2. Veio residir para a ilha Terceira com a sua família, onde foi distinto advogado de provisão. Faleceu a 7 de março de 1887.

*

O auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831, foi assinado por:

- José João da Cunha Vasconcelos,²²² José Correia de Melo,²²³ Manuel José Bettencourt Torres,²²⁴ António Fogaça de Sousa Bettencourt,²²⁵ Manuel Freire de Freitas,²²⁶ João Inácio de Simas e Cunha Júnior,²²⁷ Joaquim Inácio de Quadros, Francisco Leite e Barcamonte,²²⁸ Frederico Jorge da Silva Séguier,²²⁹ António Botelho de Bettencourt e Sousa, João Inácio de Simas e Cunha, Manuel José Correia da Silva e Melo,²³⁰ Jacinto Manuel de Sousa,²³¹ Mateus da Cunha e Silveira Machado,²³² Cândido José Coelho, Roberto José de Castro,²³³ frei Pedro do Coração de Jesus,²³⁴ frei André do Coração de Maria,²³⁵ frei João do Coração de Maria,²³⁶ frei Manuel da Vera Cruz,²³⁷ Manuel da Cunha e Simas, António Correia Picanço da Silva,²³⁸ Sebastião Espínola da Veiga,²³⁹ Cirino José Sales Cunha,²⁴⁰ João Bernardes da Câmara Madureira Cirne, Henrique José da Veiga,²⁴¹ Bartolomeu Correia da Cunha e Silveira,²⁴² Frutuoso José Ribeiro, Francisco de Sousa e Vasconcelos,²⁴³ Francisco de Sousa Machado Costa,²⁴⁴ Manuel de Bettencourt e Cunha,²⁴⁵ João Inácio de Melo e Bettencourt,²⁴⁶ José Correia de Melo Pacheco de Sousa e Vasconcelos,²⁴⁷ António Ribeiro de Gusmão,²⁴⁸ Joaquim de Carvalhal Silveira e Noronha,²⁴⁹ António Mariano de Simas e Cunha,²⁵⁰ Raimundo Martins Pamplona Corte-Real,²⁵¹ e Francisco Homem Ribeiro.²⁵²

*

[Na aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional distinguiram-se os seguintes jorgenses:]

- João Soares de Albergaria — jorgense, filho do capitão-mor Inácio Soares de Albergaria,²⁵³ nasceu nas Velas a 16 de janeiro de 1776. Em 1814 era alferes de milícias. Foi um dos apóstolos mais fervorosos da liberdade em São Jorge, empenhando-se ativamente para que não tivesse lugar a aclamação de D. Miguel nas Velas. Foi preso no dia 14 de novembro de 1829, sequestrados os seus bens e enviado para São Miguel para ser julgado pela comissão mista, criada pelo decreto de 4 de março de

1829.²⁵⁴ Em 17 de maio de 1830 foi julgado e condenado em 5 anos de degredo para Angola, sendo-lhe substituído o degredo pela prisão na praça de Elvas. Em 25 de junho de 1830 é enviado para Lisboa estando preso no Limoeiro, Elvas e Almeida, onde foi solto pelo duque da Terceira, em 27 de maio de 1834. Em 18 de dezembro de 1836 foi eleito deputado pelos seus patrícios, na legislatura de 1837 e 1838. Exerceu superiormente vários cargos eletivos, entre estes o de presidente da Câmara Municipal de Velas. Era inteligente e assaz ilustrado. Escreveu, como já dissemos, a *Corographia Açorica*,²⁵⁵ na qual, segundo bem diz o sr. José Cândido da Silveira Avelar, «*pusera em relevo o estado deplorável da administração pública do Arquipélago, descrevendo o despotismo dos capitães-generais, da magistratura, dos governadores militares, do clero, enfim!*».²⁵⁶ Faleceu em 1 de fevereiro de 1875.

- José Soares de Albergaria²⁵⁷ — jorgense, filho do capitão-mor Inácio Soares de Albergaria, nasceu a 3 de fevereiro de 1805. Em 1825 alistou-se como voluntário no posto de cadete, pertencendo no dia 22 de junho de 1828 ao bravo Batalhão de Caçadores n.º 5. Tomou parte na batalha de 11 de agosto de 1829, e seguindo com a expedição liberal fez toda a campanha, tornando-se notável no reconhecimento de Valongo e na ação de Ponte Ferreira de 22 e 23 de julho de 1832, pelo que foi feito cavaleiro da Ordem da Torre e Espada. Em 18 de março de 1834 foi ferido na batalha de Almoester, continuando, apesar de ferido, a comandar a sua companhia, sendo nomeado cavaleiro da Ordem Militar da Conceição. Em 1858 reformou-se em tenente-coronel. Era cavaleiro fidalgo da Casa Real e [comendador] da Ordem de São Bento de Avis. Tinha a medalha de ouro de Valor Militar, e a n.º 9 das Campanhas da Liberdade. Faleceu no dia em que completava 86 anos de idade.
- Francisco Pereira de Lacerda Cabral²⁵⁸ — jorgense, era escrivão da Câmara das Velas desde 1812, quando foi preso conjuntamente com João Soares de Albergaria, em novembro de 1829, sendo condenado, em São Miguel, a um ano de prisão na praça de Elvas. Incorporou-se depois na companhia de que era capitão José Soares de Albergaria. Em 1840 foi nomeado

escrivão da administração do concelho das Velas. Era assaz ilustrado. Faleceu em 1859.

- André José Apolinário²⁵⁹ — jorgense, nasceu em 14 de janeiro de 1810, e faleceu a 3 de novembro de 1891. Era condecorado com a medalha de Isabel a Católica de Espanha, e tinha o grau de cavaleiro da Torre e Espada. Fez a campanha liberal.
- Manuel Inácio da Silveira ²⁶⁰ — jorgense, foi um dos bravos que desembarcaram no Mindelo, fazendo toda a campanha.
- Miguel Teixeira Soares de Sousa²⁶¹ — jorgense, tenente-coronel de milícias, era convicto liberal. Foi morto por um destacamento liberal, no dia 9 de maio de 1831. O conde de Vila Flor, sentindo este fatal acontecimento, e para minorar na ilustre família o odioso que o facto lhe acarretava, nomeou para juiz e corregedor na ilha, ao capitão José Soares de Sousa,²⁶² irmão do assassinado.
- José de Sousa de Sequeira²⁶³ — jorgense, fez toda a campanha liberal, merecendo o grau de cavaleiro da Torre e Espada.
- Manuel de Bettencourt²⁶⁴ — jorgense, foi soldado granadeiro, e fez a campanha liberal.
- Jorge Machado da Silveira²⁶⁵ — jorgense, fez a campanha liberal, era cabo de veteranos.
- Manuel Machado da Silveira Nevoeiro²⁶⁶ — jorgense, desembarcou nas praias do Mindelo, fazendo algumas das campanhas liberais. Era homem muito inteligente e ninguém melhor descrevia com entusiasmo todas as circunstâncias das diferentes batalhas.
- António José da Fonseca²⁶⁷ — jorgense, foi um dos bravos que fez a campanha liberal.
- Jorge Pereira Gato ²⁶⁸ — jorgense, fez a campanha liberal, e era condecorado com a medalha da Torre e Espada.
- Francisco Nunes de Ataíde ²⁶⁹ — jorgense, fez a campanha liberal, recebendo o grau de cavaleiro da [Ordem da] Torre e Espada, que muito

respeitava, e quando assinava o seu nome, acrescentava sempre «cavaleiro da Torre e Espada».

*

Os signatários do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas, foram:

- Joaquim José da Terra e Silveira,²⁷⁰ António José Pereira da Silveira, André José da Silveira Bettencourt,²⁷¹ Francisco Silveira Feno,²⁷² Manuel José da Silveira,²⁷³ Jerónimo José de Lacerda Cabral,²⁷⁴ Domingos de Lages Armelim e Mendonça,²⁷⁵ João António da Silveira,²⁷⁶ António Homem Espínola,²⁷⁷ Manuel Vitorino Amarante,²⁷⁸ frei João Baptista,²⁷⁹ António Vitorino Amarante,²⁸⁰ António Furtado de Mendonça,²⁸¹ João Machado da Silva,²⁸² António Silveira e Ávila²⁸³, António Pedro da Silveira e Mesquita Júnior,²⁸⁴ Nicolau Teixeira da Silveira,²⁸⁵ e Manuel Silveira de Sousa (Baptista).²⁸⁶

Para este resumo referente à ilha de São Jorge, seguimos o que escreveu o sr. José Cândido da Silveira Avelar, no seu livro *Ilha de São Jorge*,²⁸⁷ e no qual declara o seguinte: «*Outros houve em toda a ilha que mereciam recordar, porém, os já muitos anos passados fizeram perder da memória os seus nomes, e ausente da pátria, sem poder consultar a tradição, difícil se torna dar uma resenha apurada como seria para desejar*».

Títulos concedidos a açorianos pela rainha a Senhora D. Maria II

Os títulos concedidos a açorianos pela rainha D. Maria II desde 1832 a 1837 foram:

- 1832 — Visconde de Bruges,²⁸⁸ a Teotónio de Ornelas Ávila Paim da Câmara Noronha Ponce de Leão; — Barão de Noronha,²⁸⁹ a Pedro Homem da Costa Noronha Ponce de Leão.
- 1836 — Barão da Fonte Bela,²⁹⁰ a Jacinto Inácio Rodrigues da Silveira;²⁹¹ — Barão das Laranjeiras,²⁹² a Manuel de Medeiros Costa Canto e Albuquerque.²⁹³
- 1837 — Barão do Ramalho,²⁹⁴ a António da Fonseca Carvão Paim da Câmara [1765—1838].

Títulos concedidos a continentais com referência a lugares açorianos

Títulos concedidos a continentais com referência a lugares açorianos, foram:

- 1832 — Duque da Terceira,²⁹⁵ ao conde de Vila Flor. Este título, com os de Visconde de Bruges e Barão de Noronha foram os primeiros concedidos, e únicos, em 1832.
- 1833 — Barão do Pico do Seleiro,²⁹⁶ a José António da Silva Torres.
- 1834 — Marquês do Faial,²⁹⁷ ao conde de Calhariz.²⁹⁸
- 1835 — Marquesa de Ponta Delgada,²⁹⁹ a D. Leonor da Câmara.³⁰⁰
- 1836 — Barão do Cabo da Praia,³⁰¹ a Manuel Joaquim de Meneses.

Liberais que estiveram na ilha Terceira e aos quais foram concedidos títulos desde 1833 a 1838

Liberais que estiveram na ilha Terceira, e aos quais foram concedidos títulos, desde 1833 a 1838:

- 1833 — Ao Marquês de Palmela,³⁰² Duque de Palmela; — Condessa de Ficalho,³⁰³ Marquesa de Ficalho;³⁰⁴ — Ao conde de Alva,³⁰⁵ marquês de Santa Iria;³⁰⁶ — A Bernardo de Sá Nogueira [de Figueiredo], barão de Sá Nogueira.³⁰⁷
- 1834 — Ao barão de Sá da Bandeira, visconde de Sá da Bandeira;³⁰⁸ — Ao barão do Pico do Seleiro, visconde da Serra do Pilar;³⁰⁹ — A Henrique da Silva da Fonseca Cerveira Leite,³¹⁰ barão de Alcobaça.³¹¹
- 1835 — Ao conde de Bemposta,³¹² marquês de Bemposta;³¹³ — A Luís Francisco Soares de Melo da Silva Breyner Sousa Tavares de Moura,³¹⁴ conde de Melo;³¹⁵ — A Joaquim de Sousa Quevedo Pizarro,³¹⁶ visconde de Bóbeda;³¹⁷ — A Francisco de Paula de Azevedo Teixeira,³¹⁸ visconde de Samodães;³¹⁹ — A Mariano José Barroso de Sousa Garcez Palha, barão de Almargem;³²⁰ — A Francisco Xavier da Silva Pereira,³²¹ barão das Antas;³²² — A Pedro António Machado Pinto de Sousa Canavarro,³²³ barão

de Arcossó;³²⁴ — A Francisco da Gama Lobo Botelho, barão de Argamassa;³²⁵ — A José Lúcio Travassos Valdez, barão do Bonfim;³²⁶ — A António Pedro de Brito, barão de Cacela;³²⁷ — A Baltazar de Almeida Pimentel,³²⁸ barão de Campanhã;³²⁹ — A Romão José Soares, barão de Cacilhas;³³⁰ — A Bento da França Pinto de Oliveira, barão da Fonte Nova;³³¹ — A José de Vasconcelos Bandeira de Lemos, barão de Leiria;³³² — A José Baptista da Silva Lopes, barão de Monte Pedral;³³³ — A António Vicente Queiroz, barão de Ponte de Santa Maria;³³⁴ — A Francisco Saraiva da Costa Refoios, barão de Ruivós;³³⁵ — A João Nepomuceno Machado, barão de São Cosme;³³⁶ — A João Schwalbach, barão de Setúbal;³³⁷ — A Vitorino José de Almeida Serrão, barão do Vale;³³⁸ — A Luís Pinto de Mendonça Arrais, barão de Valongo.³³⁹

- 1836 — Ao barão das Antas, visconde das Antas;³⁴⁰ — A José da Fonseca Gouveia, barão de Lordelo.³⁴¹
- 1837 — Ao visconde das Antas, conde das Antas;³⁴² — Ao barão do Bonfim, conde do Bonfim;³⁴³ — A Manuel José Mendes, barão do Candal.³⁴⁴

Ministros e Secretários de Estado terceirenses

Foram ministros e secretários de Estado os terceirenses:

- Manuel Inácio Martins Pamplona, conde de Subserra — [Henrique Teixeira de Sampaio], conde da Póvoa — Teotónio de Ornelas Bruges Ávila Paim da Câmara Ponce de Leão, 1.º conde da Praia da Vitória; — Pedro Homem da Costa Noronha Ponce de Leão, barão de Noronha; — Alexandre Martins Pamplona Corte-Real; — José Maria de Moraes Rego, general de brigada; — Francisco Maria da Cunha,³⁴⁵ general de brigada; — Conselheiro Jacinto Cândido da Silva.

Oficiais do Exército naturais do Distrito de Angra do Heroísmo

Além dos oficiais militares a que nos temos referido, há mais a arquivar, respeitante ao Distrito de Angra, os nomes seguintes, que na sua maioria estão presentemente no serviço ativo nos diversos corpos do Exército:

- Generais de brigada: — Francisco Maria da Cunha; reformados: Augusto César da Silva Sieuve;³⁴⁶ Teotónio Maria Coelho Borges (falecido); António Maria Silvano.³⁴⁷
- Coronéis: — João Aurélio de Bettencourt³⁴⁸ (falecido); Elias José Ribeiro Júnior; Frederico Leite Teixeira de Sampaio³⁴⁹ (reformado); Manuel José Coelho Borges.³⁵⁰
- Tenentes-coronéis: — António Belo de Almeida,³⁵¹ engenheiro; Estácio Garcia de Utra;³⁵² João da Rocha Ribeiro,³⁵³ reformado.
- Majores: — Manuel Rodrigues da Silveira Maciel;³⁵⁴ Vicente Augusto de Vasconcelos;³⁵⁵ Arnaldo José [de Sousa]³⁵⁶ e José Vitorino de Sousa³⁵⁷ (falecidos); Roberto Luís Borges³⁵⁸ (reformado); Boaventura Bernardino Homem de Noronha,³⁵⁹ Francisco Ludovino Costa Noronha,³⁶⁰ e Elias José Ribeiro³⁶¹ (falecidos); Jacinto dos Reis³⁶² (reformado); Ezequiel Benigno Vasconcelos³⁶³ e Acúrcio Garcia Ramos, cirurgião-mor (falecidos).
- Capitães: — José Correia de Mendonça;³⁶⁴ José de Sousa da Rosa Júnior³⁶⁵ e Francisco de Paula [Pinheiro da Silva],³⁶⁶ de Artilharia; António Pinheiro Silvano,³⁶⁷ 1.º tenente da Armada; Manuel Sieuve de Meneses Zagalo Nogueira, médico; Luís da Silva Alves,³⁶⁸ administração militar; António Augusto Teixeira, capelão; Augusto Hedwiges de Moraes Pereira Sarmiento³⁶⁹ (falecido); Francisco Borges de Meneses³⁷⁰ (reformado); Eduardo Augusto Perfelim;³⁷¹ Augusto Silvano Cardoso;³⁷² Emídio Lino da Silva Júnior; António Francisco Martins;³⁷³ António Veríssimo de Sousa;³⁷⁴ António Pamplona Corte-Real;³⁷⁵ António Sebastião Borges da Costa;³⁷⁶ Feliciano do Nascimento Pinto; Francisco Augusto da Costa Martins;³⁷⁷ Francisco Gomes;³⁷⁸ Francisco Inácio Pimentel Júnior;³⁷⁹ Francisco Ludovino de Noronha;³⁸⁰ Germano Augusto da Silveira;³⁸¹ João Borges Alpoim do Canto;³⁸² José Francisco da Silveira Júnior;³⁸³ José de Sousa da Fonseca Ornelas;³⁸⁴ Nicolau Reis;³⁸⁵ Teotónio Moniz Barreto do Couto;³⁸⁶ Teotónio Octávio de Ornelas Bruges;³⁸⁷ Tomás Soares Luís³⁸⁸ (falecido); Veríssimo José de Andrade;³⁸⁹ e Viriato Ribeiro de Lemos.³⁹⁰
- Tenentes: — Fernando [Augusto] Vieira de Matos³⁹¹ e Ruben Auber Tavares de Melo,³⁹² segundos-tenentes da Armada; Alexandre Martins

Pamplona Ramos, tenente médico de reserva; Francisco dos Reis;³⁹³ José António Airó;³⁹⁴ Francisco Henrique Xavier Pereira;³⁹⁵ Jacinto dos Reis Fisher; Manuel Augusto de Ávila;³⁹⁶ António Ernesto Borges;³⁹⁷ Carlos Mendes;³⁹⁸ Francisco José de Oliveira;³⁹⁹ Jaime Vaz;⁴⁰⁰ João Maria Pereira da Silva;⁴⁰¹ Joaquim Severino Machado Avelar;⁴⁰² Manuel Caetano; Manuel Joaquim Pereira da Costa;⁴⁰³ Pedro de Paula Pinheiro Machado;⁴⁰⁴ e Virgílio Henriques Soares Varela.⁴⁰⁵

- Alferes: — João Sieuve de Séguier Camelo Borges⁴⁰⁶ (falecido); Manuel Pacheco;⁴⁰⁷ Eduardo Gomes da Silva;⁴⁰⁸ Guilherme da Silva Quintanilha;⁴⁰⁹ João Álvaro dos Santos Silvano;⁴¹⁰ João de Sousa Eiró;⁴¹¹ Luís Lopes Ramos da Silva;⁴¹² Manuel Ferraz de Menezes;⁴¹³ Teotónio Carlos Martins;⁴¹⁴ Antero Homem de Noronha;⁴¹⁵ António Maria Maciel;⁴¹⁶ António da Silva Nogueira⁴¹⁷ (falecido); José Veríssimo de Sousa;⁴¹⁸ Júlio Maria Silvano Júnior;⁴¹⁹ Francisco Corvelo de Oliveira;⁴²⁰ e Militão Moniz Pamplona,⁴²¹ alferes de Infantaria de reserva.

**Jácome de Bruges, 2.º conde da Praia da Vitória, e José Maria
Sieuve de Menezes, 1.º conde de Sieuve de Menezes**

A adicionar à lista dos terceirenses ilustres, temos, na geração que se seguiu aos heróis da liberdade, de arquivar os nomes de dois vultos de primeira grandeza, verdadeiros beneméritos, cuja perda é ainda hoje geralmente sentida. Os seus nomes são:

- Jácome de Bruges Ornelas Ávila Paim da Câmara Ponce de Leão Homem da Costa Noronha Borges de Sousa e Saavedra — 2.º visconde de Bruges, 2.º conde da Praia da Vitória, fidalgo cavaleiro da Casa Real, comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e da [Ordem] de Cristo, oficial da Academia de França, grã-cruz da Ordem de Francisco José da Áustria, antigo deputado da nação, antigo governador civil; nasceu no palácio de Santa Luzia, solar da sua família, nesta cidade de Angra do Heroísmo, aos 14 de dezembro de 1833. Era filho primogénito do ilustre caudilho da liberdade, o morgado Teotónio de Ornelas, e da sua primeira consorte D. Elvira Monteiro Esmeraldo,⁴²² filha do cônsul que foi de

Portugal nos Estados Unidos, Joaquim [António] Monteiro,⁴²³ e irmã da baronesa de Palença,⁴²⁴ embaixatriz que foi da Rússia em Lisboa, pertencente à ilustre família dos Esmeraldos da Madeira, e nascida em New York. Casou o 2.º conde da Praia da Vitória com D. Maria Inácia Merens Forjaz Sarmiento de Lacerda,⁴²⁵ dama terceirense, filha do morgado João Pereira Forjaz Sarmiento de Lacerda⁴²⁶ e de D. Maria José Pacheco de Melo,⁴²⁷ da casa dos Pachecos de Melo e Sá Menezes, da Terceira, ligada a muitas das principais famílias do Reino. Deste consórcio houve três filhos, Teotónio Octávio de Ornelas Bruges, capitão do Exército, e ultimamente nomeado par do reino; Jácome de Bruges,⁴²⁸ escrivão de fazenda; e João de Ornelas Bruges,⁴²⁹ 1.º oficial da alfândega de Lourenço Marques. É longa a lista dos serviços relevantes prestados a este distrito e ao de Ponta Delgada, pelo 2.º conde da Praia da Vitória. Examinem-se atentamente os arquivos do governo civil destes dois distritos, consultem-se as várias coleções de jornais do seu tempo, leiam-se os jornais açorianos, continentais e estrangeiros, que a ele se referiram depois da sua prematura morte, que bem se avaliará das benemerências do ilustre extinto. A caridade açoriana deve-lhe a existência do Asilo de Mendicidade D. Pedro V,⁴³⁰ na Vila da Praia da Vitória, e o Asilo de Mendicidade, em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel. Como deputado, em várias legislaturas, tiveram sempre os açorianos um incansável advogado. Chefe prestigioso do Partido Progressista terceirense, a sua morte deixou no partido um vácuo, que não mais foi preenchido. Herdeiro das nobilíssimas tradições da sua família, soube mantê-las condignamente, como cumpria a um fidalgo devotadamente patriota, de esclarecida iniciativa, de ação enérgica, primorosa educação, e de inexcedível afabilidade, possuindo o segredo de saber conquistar corações.

- José Maria Sieuve de Menezes⁴³¹ — bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, antigo administrador do concelho de Angra do Heroísmo, antigo deputado da nação em várias legislaturas, moço fidalgo com exercício no Paço, cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, e comendador da mesma Ordem, primeiro visconde e primeiro conde de Sieuve de Menezes, par do reino; era filho do morgado João

Sieuve de Séguier Camelo Borges⁴³² e de sua segunda consorte D. Gertrudes Luísa de Menezes de Lemos e Carvalho.⁴³³ Nasceu nesta cidade aos 20 de novembro de 1826 onde faleceu aos 4 de novembro de 1893. Foi um dos filhos mais prestimosos e distintos da ilha Terceira, e que muito concorreu com a sua autoridade, prestígio e influência para o desenvolvimento e prosperidades da terra que teve a ventura de lhe ser berço. Patriota devotado, liberal convicto, não duvidou reagir com os próprios amigos políticos, com o próprio governo, saído do seu partido, quando se tratava dos interesses diretos da sua estremecida ilha Terceira. Reagia, e conseguia obter o que tinha por reto e justo. A morte do conde de Sieuve de Menezes, foi, incontestavelmente, como a do conde da Praia da Vitória, uma perda irreparável para a política de todo o distrito, porque como eles, só eles próprios. Não cabe nesta nota biográfica relatar os altos serviços deste eminente vulto, mas leiam-se os jornais e compulsem-se também os arquivos do Governo Civil e da Câmara Municipal, indague-se dos diários das câmaras dos pares e deputados, que todos existem nele mencionados. O ilustre conde de Sieuve era casado com sua respeitabilíssima prima, a ex.^{ma} sr.^a D. Ana Raimunda Martins Pamplona,⁴³⁴ condessa de Sieuve de Menezes, que reside nesta cidade de Angra do Heroísmo. Deste consórcio houve dois filhos, o atual governador civil do distrito, o ex.^{mo} Raimundo Sieuve de Menezes, 2.^o conde de Sieuve de Menezes, casado com a ex.^{ma} sr.^a D. Genoveva de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos,⁴³⁵ condessa de Sieuve Genoveva, e a ex.^{ma} sr.^a D. Maria Sieuve de Menezes,⁴³⁶ condessa do Rego Botelho, casada com o ex.^{mo} sr. António do Rego Botelho de Faria,⁴³⁷ 1.^o conde do Rego Botelho.⁴³⁸

Teotónio Maria Coelho Borges e José Silvestre Ribeiro, notas biográficas

Além destes, temos mais o nome de um terceirense, militar distinto, que foi um dos heróis da África, e o de um continental, cuja saudosa memória a ilha Terceira muito estremece, pelos inolvidáveis serviços a ela prestados. Os seus nomes são:

- Teotónio Maria Coelho Borges — terceirense, general de divisão reformado, era filho de Francisco Manuel Coelho [Borges],⁴³⁹ e faleceu em Lisboa. Foram importantes os seus serviços na África Ocidental, sendo promovido ao posto de major e agraciado com a cruz da Ordem da Torre e Espada por honroso feito praticado. O seu nome pode bem figurar entre os heróis de África. Foi uma das principais vítimas políticas das *pavorosas* do falecido e eminente estadista Fontes Pereira de Melo, e isto pela devotada amizade que o ilustre oficial dedicava ao duque de Saldanha e ao conde de Peniche.⁴⁴⁰ Porém, Coelho Borges, saiu sempre ileso dos conselhos de guerra, que lhe foram promovidos por injusta perseguição.
- José Silvestre Ribeiro⁴⁴¹ — natural de Idanha-a-Nova, filho de António Nunes Ribeiro e D. Josefa Pereira da Silva, nasceu a 31 de dezembro de 1807, e faleceu, em Lisboa, a 9 de março de 1891. Como liberal alistou-se em 1826 no Batalhão Académico, tendo mais tarde de emigrar, sendo um dos aquartelados do Barracão de Plymouth. Embarcou em Belle Isle, como voluntário académico, vindo com D. Pedro para os Açores, fazendo depois parte do exército dos bravos que desembarcaram no Mindelo, havendo-se sempre com valentia em toda a campanha, recebendo o grau de cavaleiro da Ordem da Torre e Espada, depois da defesa da Serra do Pilar. Sem espaço para referirmos os altos serviços prestados ao país, à história e literatura pátrias, por Silvestre Ribeiro, até 1839, em que veio para a ilha Terceira, e depois que desta ilha saiu, pois estão todos descritos em várias biografias de tão prestante cidadão, e bem alto os proclamam as suas obras, limitamo-nos ao que nos diz respeito. A reconstrução do cais da alfândega de Angra deve-se à sua atividade, e bem assim o estabelecimento das repartições públicas no paço angrense, e importantes melhoramentos em várias igrejas e estradas, e a construção do cais da Figueirinha,⁴⁴² e a da igreja da Serreta.⁴⁴³ Todos os ramos de serviço público mereceram ao benemérito José Silvestre Ribeiro particulares cuidados, mas onde a sua grande atividade, energia, força de vontade e iniciativa se tornaram admiráveis, sublimes, foi na ocasião do horrível terramoto que arrasou a Vila da Praia da Vitória, em 1841. De um montão de ruínas conseguiu José Silvestre Ribeiro edificar a atual e bela vila, que

hoje possui a ilha Terceira. O que ele então fez para conseguir um tão brilhante resultado, está descrito e documentado em várias publicações, que são do domínio público. Em 31 de dezembro de 1879, como prova de elevada gratidão, foi inaugurado na Vila da Praia da Vitória um monumento para perpetuar a memória do varão insigne, do cidadão notabilíssimo, e benemérito Conselheiro de Estado Extraordinário, José Silvestre Ribeiro.

-
- 1 Visconde de Bruges foi um título criado por decreto de 8 de dezembro de 1832, de D. Pedro, duque de Bragança, regente em nome da rainha D. Maria II, a favor de Teotónio de Ornelas Bruges Paim da Câmara. Usaram o título: (1) Teotónio de Ornelas Bruges Paim da Câmara, 1.º visconde de Bruges e depois (1863) 1.º conde da Vila da Praia da Vitória; (2) Jácome de Ornelas Bruges de Ávila Paim da Câmara, 2.º visconde de Bruges e 2.º conde da Vila da Praia da Vitória; e (3) Teotónio Octávio de Ornelas Bruges, 3.º visconde de Bruges.
 - 2 Conde da Vila da Praia da Vitória foi um título criado por decreto de D. Luís I, datado de 28 de julho de 1863, a favor de Teotónio de Ornelas Bruges Paim da Câmara, 1.º visconde de Bruges. Usaram o título: (1) Teotónio de Ornelas Bruges Paim da Câmara, 1.º visconde de Bruges e 1.º conde da Vila da Praia da Vitória; (2) Jácome de Ornelas Bruges de Ávila Paim da Câmara, 2.º visconde de Bruges e 2.º conde da Vila da Praia da Vitória; e (3) Augusto de Ornelas Bruges, 3.º conde da Vila da Praia da Vitória.
 - 3 José Trasimundo Mascarenhas Barreto (Lisboa, 4 de janeiro de 1802 — Lisboa, 19 de fevereiro de 1881), 7.º marquês de Fronteira, 8.º conde da Torre, 8.º conde de Cocolim e 10.º conde de Assumar, aristocrata e militar, com importante carreira política.
 - 4 José Maria Xavier de Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva (Almeida, 1 de novembro de 1807 — Lisboa, 21 de dezembro de 1877), 17.º visconde de Vila Nova da Cerveira e 3.º marquês de Ponte de Lima, aristocrata e militar. Assentou praça como cadete do Regimento de Cavalaria n.º 4 e fez no exército liberal as campanhas de 1827 e 1828. Exilou-se, passou às ilhas dos Açores, onde fez a campanha de 1831, tendo seguido para o Porto em 1832. Fora nomeado par do reino em 1826.
 - 5 D. António José de Melo Breyner Teles da Silva (1806–1893), 3.º conde de Ficalho.
 - 6 Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo (Santarém, 26 de setembro de 1795 — Lisboa, 6 de janeiro de 1876), moço fidalgo da Casa Real, par do reino, marechal de campo e importante líder do movimento setembrista. Foi um dos líderes do Partido Histórico, o qual abandonou para formar o seu próprio movimento, o Partido Reformista. Assumiu diversas pastas ministeriais e foi por cinco vezes presidente do Conselho de Ministros (1836–1837, 1837–1839, 1865, 1868–1869 e 1870), para além de presidente interino do Conselho de Ministros em substituição do duque de Loulé (1862). Foi primeiro barão (1833), primeiro visconde (1834) e primeiro marquês de Sá da Bandeira (1854).
 - 7 Félix José da Costa, *Notícia biographica de Francisco d'Ornellas da Câmara Paim, governador do castello de S. João Baptista da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo, Typographia do Angrense, 1842.
 - 8 Úrsula Cândida do Canto e Castro Pacheco (Angra (Conceição), 8 de fevereiro de 1775 — Angra, c. 1840), filha de José Francisco do Canto e Castro Pacheco, último Provedor das Armadas, cargo que foi extinto com a sua morte. Casou em 1805 com José Homem da Costa Noronha Ponce de Leão, sendo mãe de Pedro e de Manuel Homem da Costa Noronha, dois dos principais impulsionadores da revolta liberal na Terceira (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. II, p. 792).
 - 9 Na realidade as eleições ocorreram entre 13 e 27 de julho de 1834, tendo, isso sim, a sessão inaugural da primeira legislatura após a Guerra Civil tido lugar nesse dia 15 de agosto de 1834, realizada pela primeira vez no Palácio das Cortes, o extinto Mosteiro de São Bento, desde então sede do parlamento português.
 - 10 Foi sucessivamente reeleito nas eleições gerais de julho de 1836, novembro de 1836, agosto de 1838 e maio de 1840, sempre alinhado com a esquerda parlamentar e, depois da Revolução de Setembro, com as posições mais extremas do setembrismo. Teve uma presença pouco ativa na atividade parlamentar, mantendo um estrito alinhamento político com o seu primo e cunhado Teotónio de Ornelas Bruges, o futuro Conde da Praia.
 - 11 A Revolução de Setembro foi um golpe de estado ocorrido a 9 de setembro de 1836 que pôs termo ao *Devorismo* e levou à promulgação da efémera Constituição de 1838, que apenas vigoraria até à restauração cartista de fevereiro de 1842. Esta revolta de cariz progressista, inspirada por um movimento similar ocorrido em Espanha naquele ano, resultou da contestação ao pendor fortemente antidemocrático do cartismo e da Carta Constitucional, outorgada sem aprovação parlamentar ao contrário do que ocorrera com a Constituição de 1822. Acresce ainda o mal-estar causado pela miséria em que mergulhara boa parte do crescente operariado urbano e a concentração do poder político e económico numa burguesia limitada, predominantemente rural. A revolta teve como consequência a convocação de eleições para uma assembleia de carácter constituinte, que elaborou uma nova constituição, aprovada em 1838, repondo os princípios da Constituição de 1822. Os defensores desta solução constitucional, bem mais à esquerda da solução cartista, passaram a ser designados por *setembristas*.
 - 12 Refere-se à revolta de Torres Novas e ao cerco de Almeida. Com a restauração da Carta Constitucional, ocorrida em 10 de fevereiro de 1842, o duque da Terceira, chefe do governo cartista, nomeou Costa Cabral como ministro

do Reino. Inicia-se então um período de ditadura cabralista, o que levou os partidos da oposição a apelar à intervenção do Exército, provocando uma nova guerra civil que se iniciou a 4 de fevereiro de 1844, em Torres Novas, com a sedição do Regimento de Cavalaria n.º 4. Com os reforços do Regimento de Infantaria n.º 12 e do Batalhão de Caçadores n.º 1, o conde do Bonfim juntou-se ao coronel Vasconcelos Correia, dirigindo-se para Castelo Branco. As tropas revoltosas foram perseguidas pelas tropas governamentais, acabando aquelas por entrar em Almeida. A tropa de linha foi mobilizada contra esta praça, que acabou por capitular a 28 de abril de 1844, sem condições. Esta revolta de Torres Novas e o cerco de Almeida são considerados o prenúncio das revoltas da *Maria da Fonte* e da *Patuleia*.

- 13 Na sequência do movimento da *Patuleia* e da *revolução do Minho* que levava à criação de uma junta governativa na cidade do Porto, a 22 de abril de 1847 ocorreu um pronunciamento militar em Angra que levou à demissão das autoridades nomeadas pelo governo de Lisboa e à instauração de uma «*Junta Governativa do Distrito em Nome da Nação e da Rainha*», de pendor setembrista, presidida pelo visconde de Bruges, que assumiu a governação distrital, incluindo a condução da vertente militar. Após uma intensa atividade política, a Junta angrense foi dissolvida a 28 de julho pela chegada a Angra de um navio de guerra britânico que, em nome da Quádrupla Aliança, impôs a reposição das autoridades anteriores ao pronunciamento. O episódio levou a uma sublevação militar no Castelo de São João Baptista, a 31 de julho daquele ano, da qual resultaram vários feridos.
- 14 Rosa Francisca Isabel de Menezes Lemos e Carvalho (Angra, 29 de julho de 1783 — São Mateus da Calheta, 8 de abril de 1854), filha de José Luís de Sousa de Menezes Lemos e Carvalho, de Alquerubim, Albergaria-a-Velha, ajudante-de-ordens do capitão-general D. Antão de Almada. Foi baronesa do Ramalho pelo seu casamento, em 1807, com António da Fonseca Carvão Paim da Câmara, depois 1.º barão do Ramalho.
- 15 Maria Isabel Leopoldina de Ornelas Paim da Câmara (Angra, 9 de novembro de 1804 — Angra, 16 de setembro de 1884), irmã de Teotónio de Ornelas, 1.º conde da Praia. Casou em 1831 com António Tomé da Fonseca Carvão Paim da Câmara.
- 16 Manuel Inácio de Noronha (Angra, 4 de maio de 1757 — Angra, 15 de junho de 1809), fidalgo cavaleiro da Casa Real, oficial do Exército, distinguiu-se na Campanha do Rossilhão. Foi nomeado em 1796 sargento-mor do Terço de Infantaria Auxiliar da Praia e em 1803 para o cargo de escrivão dos Órfãos da Praia. Casou no Porto em 1786 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 495).
- 17 Ana Rita de Magalhães de Noronha (Porto, c. 1760 — Angra, c. 1830), filha do capitão do Exército Manuel Luís de Magalhães, originário de Viana do Castelo. Casou no Porto, a 25 de março de 1786, com o terceirense Manuel Inácio de Noronha (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 495).
- 18 Diogo Martins Pamplona Corte-Real (Angra, 2 de abril de 1737 — Angra, 5 de dezembro de 1804), fidalgo cavaleiro da Casa Real, administrador do morgadio dos Pamplonas. Numa tentativa de suicídio, resultante de uma recusa em «assistir com os alimentos precisos» a seu filho Manuel Inácio, futuro conde de Suberra, cravou um punhal no ventre, tendo parte da sua lâmina, que se quebrou no ato, permanecido por 12 anos no seu interior (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 122).
- 19 Josefa Jacinta Merens de Távora (Angra, 15 de setembro de 1733 — Angra, 14 de março de 1809), filha de Inácio de Távora Merens. Casou em 1760 com André Diogo Martins Pamplona Corte-Real e foi mãe do 1.º conde de Suberra.
- 20 Militão Pamplona Corte-Real (Angra, 10 de março de 1808 — Angra, 8 de março de 1890), militar do Exército, reformado em tenente-coronel. Tomou parte na Batalha da Praia, na Ladeira da Velha, no desembarque no Mindelo e no Cerco do Porto. Integrou a divisão enviada em 1835 em auxílio dos liberais espanhóis. Após a reforma, fixou-se em Angra, onde foi vice-cônsul da Grécia a partir de 1880 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 503).
- 21 Júlio Pamplona Corte-Real (Angra, 15 de setembro de 1811 — Angra, 30 de outubro de 1871), militar do Exército, reformado no posto de major. Ingressou no exército liberal em Angra, como cadete, em 1828, seguindo integrado no Exército Libertador para o Mindelo e depois participando nas campanhas da Guerra Civil. Setembrista, aderiu a todos os movimentos revolucionários em que participou o marechal Saldanha, sendo demitido do serviço ativo por ter aderido ao pronunciamento progressista ocorrido no Faial em abril de 1847, quando era ali comandante da força armada. Foi reintegrado e reformado no posto de major (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 502).
- 22 Joaquim Maria Pamplona Corte-Real (Angra, 28 de outubro de 1800 — Angra, 23 de maio de 1877), oficial do Exército, reformado no posto de major (1853). Fez a sua carreira em Angra, tendo participado nos acontecimentos revolucionários de 1821 a 1828 e tomado parte na ação do Pico do Seleiro (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 501).
- 23 Maria Narcisa de Barcelos Merens Pamplona (Angra, c. 1773 — Angra, 22 de novembro de 1829), filha do dr. Luís de Barcelos Machado Lobo, bacharel em Medicina pela Universidade de Coimbra e médico do partido municipal de Angra. Casou com Agapito Pamplona Rodovalho, contra a vontade do pai do noivo que se opôs a ponto de este ser por sete vezes preso para impedir o casamento (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 501).
- 24 Ação de Ruivães, ou Combate de Ruivães, foi um confronto militar entre forças opostas do Exército, travado a 18 de setembro de 1837 na localidade de Ruivães, no contexto da Revolta dos Marechais. As forças afetas ao governo, comandadas pelo então 1.º visconde das Antas, derrotaram as forças sublevadas, comandadas pelo então 1.º barão de Leiria. A vitória governamental ditou o fim da revolta com a assinatura de Convenção de Chaves, que a 7 de outubro daquele ano determinou a rendição incondicional das tropas sublevadas.
- 25 Ação do Chão da Feira, ou Combate de Chão da Feira, foi um confronto entre forças opostas do Exército durante a Revolta dos Marechais, travado no lugar de Chão da Feira, próximo da Batalha, a 28 de agosto de 1837. Foi

um evento peculiar porque as duas forças, quando se encontraram frente a frente, reagiram de uma forma pouco comum, optando pela celebração de um armistício que evitou o combate.

- 26 Combate da Calheta aparenta ser uma referência ao conjunto de recontros que ocorreram na ilha de São Jorge após o desembarque de forças liberais, enviadas da ilha Terceira, que ocorreu no porto da Ribeira do Nabo a 9 de maio de 1831. Ao contrário do que aconteceu nas restantes ilhas do Grupo Central, em São Jorge a resistência das milícias e das tropas de linha ali destacadas foi grande, resultando num conjunto de violentos recontros que nos dias 9 e 10 de maio causaram muitos mortos e feridos de parte a parte.
- 27 Cândido Gonçalves Rosa (Vila de São Sebastião, 29 de julho de 1808 — Angra do Heroísmo, 30 de junho de 1863), oficial do Exército, reformado no posto de coronel de Artilharia. Oriundo de uma família modesta da Vila de São Sebastião, distinguiu-se na Guerra Civil e depois na Divisão Auxiliar a Espanha. Foi coronel graduado de Artilharia e governador interino do Fortaleza de São João Baptista. Agraciado com a medalha n.º 9 das Campanhas da Liberdade, foi cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis e oficial da Ordem da Torre e Espada.
- 28 José Borges Leal Corte-Real (Angra, 2 de dezembro de 1775 — Angra, 29 de novembro de 1820), 3.º morgado de Sant'Ana, fidalgo cavaleiro da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Cristo, capitão-mor da Praia e mestre-de-campo do Terço de Infantaria Auxiliar de Angra.
- 29 Joana Rita de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos (Angra, 11 de janeiro de 1777 — Angra, c. 1840), filha de Vital de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos, casou com José Borges Leal Corte-Real, morgado de Sant'Ana. Foi apoiante entusiasta da causa liberal.
- 30 João Moniz Barreto do Couto (Angra, 21 de março de 1802 — Praia da Vitória, 2 de março de 1860), oficial do Exército, reformado no posto de marechal-de-campo. Iniciou a sua carreira militar como cadete do Batalhão de Artilharia de Angra em 1818, participando nos acontecimentos revolucionários de Angra. Iniciou uma expedição que submeteu aos liberais a ilha de São Miguel e acompanhou o Exército Libertador no Mindelo e no Cerco do Porto. Regressou a Angra, onde foi major da praça do Castelo de São João Baptista, sendo elevado ao posto de tenente-coronel em 19 de dezembro de 1848, ao de coronel em 29 de abril de 1851 e ao de brigadeiro graduado em 29 de setembro de 1852, reformando-se depois em marechal-de-campo.
- 31 Maria Constança do Carmo Pacheco de Lima e Lacerda (Angra, 16 de julho de 1779 — Angra do Heroísmo, 3 de fevereiro de 1851), filha do morgado João Pacheco de Lacerda, senhor da Quinta de São Luís, em São Bento. Casou em 1796 com Bernardo Moniz Barreto do Couto.
- 32 João de Carvalho da Silveira de Noronha e Frias (Horta, 12 de outubro de 1809 — Angra, 30 de dezembro de 1894), filho do morgado terceirense homónimo, foi oficial do Exército e funcionário público. Com 18 anos de idade foi preso e enviado para Lisboa por ter participado no levantamento liberal que ocorreu na Horta em setembro de 1828. Foi condenado à força e enviado para São Miguel para ser ali enforcado, mas teve a sorte da ilha ser tomada pelos liberais antes da execução da sentença. Ingressou no Exército Libertador, chegando a capitão nos Batalhões Nacionais de Angra, onde permaneceu até à sua extinção em 1840. Foi funcionário da Alfândega de Angra, atingindo o lugar de 1.º oficial.
- 33 João de Carvalho da Silveira Noronha e Frias (Angra, 4 de agosto de 1786 — Angra (São Bento), 19 de maio de 1873), fidalgo cavaleiro da Casa Real, último morgado da família Carvalho, proprietário da Quinta de Vale de Linhares, onde faleceu. Foi coronel agregado do Regimento de Milícias de Angra. Apesar do grande morgadio que herdou, desbaratou toda a sua fortuna e a das suas duas primeiras esposas, sendo obrigado a encontrar em 1840 uma sinecura, concedida por empenhos familiares, como diretor da Alfândega da Horta (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 56-57).
- 34 Francisca Carlota de Montojos Taveira e Neiva (Horta, 21 de novembro de 1786 — Horta, 9 de dezembro de 1831), filha de Jerónimo Sebastião de Brum da Silveira Frias Taveira e Neiva, fidalgo cavaleiro da Casa Real, capitão-mor do Faial e governador do Castelo de Santa Cruz. Casou em 1806 com João do Carvalho da Silveira Noronha e Frias.
- 35 Pedro Roberto da Cunha Dias da Silva (Angra, 7 de junho de 1815 — Lisboa, 26 de janeiro de 1891), político, deputado e par do reino em várias legislaturas, eleito pelas ilhas de São Jorge e Graciosa. Distinguiu-se durante a Guerra Civil Portuguesa como soldado do Batalhão de Voluntários da Rainha. A sua longa carreira parlamentar tornou-o num dos decanos da Câmara dos Deputados e um dos mais destacados deputados açorianos do século XIX, conhecido pela sua intensa ação a favor do seu distrito e capacidade de angariar fundos públicos para investimento nas ilhas de São Jorge, Graciosa e Terceira.
- 36 Jerónimo Manuel Dias da Silva (São Julião da Barra, Oeiras, 1770 — Angra, 7 de julho de 1818), oficial do Exército, com carreira feita em Angola, foi nomeado tenente na Fortaleza de São João Baptista de Angra em 1798. A esposa, natural de Elvas, ficou em Angra, onde faleceu em 1851. Foi pai do deputado Pedro Roberto da Cunha Dias da Silva (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 769-770).
- 37 Roberto Luís Borges da Costa (Angra, 1 de outubro de 1803 — Angra do Heroísmo, 26 de maio de 1861), depois de ter frequentado a Academia Militar da Ilha Terceira e de ter integrado o Exército liberal durante a Guerra Civil, foi funcionário administrativo da logística militar, com funções no almoxarifado da Fortaleza de São João Baptista. Foi depois dirigente da Direção de Obras Públicas do Distrito de Angra do Heroísmo (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. II, p. 345).
- 38 Alexandre Sebastião Borges da Costa (Santa Bárbara, 6 de janeiro de 1751 — Angra, 5 de janeiro de 1814), fidalgo cavaleiro da Casa Real, morgado, proprietário do ofício de escrivão da Câmara Municipal de Angra, com direito a passar o cargo ao filho primogénito. Prestou serviço no Regimento de Milícias de Angra, onde foi ajudante e depois capitão. Um dos seus filhos foi tenente-coronel e lente da Escola Matemática e Militar de Goa (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. II, pp. 284-285).
- 39 Maria da Luz Fagundes Coelho Borges Falcão (Angra, 24 de setembro de 1774 — Angra, c. 1840), filha de José

Pedro da Costa Fagundes, de Viana, militar, chegado à Terceira no posto de capitão do Regimento do Porto. Maria da Luz teve como padrinho o capitão-general D. Antão de Almada. Casou em 1797, na igreja das Mónicas, com um seu primo, o morgado Alexandre Sebastião Borges da Costa, natural de Santa Bárbara, fidalgo cavaleiro da Casa Real e capitão de milícias (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IV, p. 362). Como curiosidade, refira-se que mais tarde a família Borges da Costa militava no campo liberal, enquanto a família Coelho Borges, de onde procedia D. Maria da Luz, tinham seguido o absolutismo, incompatibilizando-se estes parentes próximos.

- 40 Refere-se à Academia Militar da Ilha Terceira (1810—1832), também conhecida por Academia Militar de Angra, um estabelecimento de ensino superior militar que funcionou na Fortaleza de São João Baptista. Surgiu no contexto do reforço da componente militar da Capitania-Geral dos Açores e da necessidade de formar localmente oficiais para o Exército, com destaque para a arma de Artilharia. Foi inicialmente criada uma Aula de Matemáticas que, em 1810 foi transformada em Academia Militar de Angra, o primeiro estabelecimento de ensino superior que existiu no arquipélago. Era de frequência obrigatória para os oficiais do Batalhão de Artilharia, assim como para os oficiais dos demais Batalhões de Linha das ilhas. O curso ministrado era constituído pelas disciplinas de Matemática, Fortificação, Balística e Artilharia. A Academia extinguiu-se em consequência das reformas que se seguiram à Revolução Liberal do Porto (1820), deixando de funcionar a partir de 1825 (segundo outras fontes, 1828) sendo formalmente extinta em 1832.
- 41 José Maria de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos (Almeida, 7 de abril de 1803 — Angra do Heroísmo, 31 de outubro de 1881), filho de pai terceirense, oficial do Exército, reformado no posto de tenente-coronel (1855). Após a derrota liberal da *Belfastada*, refugiou-se na Galiza e depois em Plymouth, de onde veio para a Terceira. Tomou parte nas campanhas da Guerra Civil integrado no Exército Libertador. Setembrista, em 1846 participou na Revolta do Porto.
- 42 Antão de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos (Angra, 3 de junho de 1772 — Almeida, c. 1850), fidalgo cavaleiro da Casa Real, oficial do Exército. Casou em Almeida e teve os filhos nascidos naquela praça.
- 43 Manuel da Silva Passos (São Martinho de Guifões, Bouças, 5 de janeiro de 1805 — Marvila, Santarém, 18 de janeiro de 1862), mais conhecido por Passos Manuel, bacharel formado em Direito, advogado, parlamentar brilhante, ministro em vários ministérios e um dos vultos mais proeminentes das primeiras décadas do liberalismo, encarnando a esquerda do movimento vintista na fase inicial da monarquia constitucional, tendo depois assumido o papel de líder incontestado dos setembristas. Ficou célebre a sua declaração de princípios: «A Rainha é o chefe da nação toda. E antes de eu ser de esquerda já era da Pátria. A Pátria é a minha política».
- 44 Sebastião Teixeira Carrascosa (Angra (Conceição), 8 de julho de 1814 — Angra do Heroísmo (Conceição), 3 de novembro de 1889), oficial do Exército, faleceu no posto de major reformado. Foi um dos militares que da ilha Terceira acompanharam o rei D. Pedro IV no desembarque no Mindelo, tendo feito as campanhas da Guerra Civil.
- 45 Manuel Bernardo de Abreu Lopes (Angra, 12 de agosto de 1804 — Angra do Heroísmo, 12 de março de 1865), era funcionário da Fazenda quando integrou a Companhia de Voluntários da Rainha formada em Angra em 1828. Participou nas campanhas da Guerra Civil, tendo em 1836, aquando da desmobilização, sido nomeado funcionário da provedoria do concelho e depois escrivão da administração do concelho de Angra, cargo que detinha ao falecer.
- 46 José de Bettencourt de Vasconcelos (Angra, 25 de novembro de 1732 — Angra, 6 de dezembro de 1806), fidalgo cavaleiro da Casa Real, rico morgado, senhor do Solar da Madre de Deus, em Angra. Era capitão de uma das companhias do Terço de Auxiliares de Angra. Foi pai do brigadeiro Vital de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos.
- 47 Maria Clara Pereira de Lacerda (Angra, 3 de abril de 1731 — Angra, 25 de novembro de 1773), casou em 1748 com o morgado José de Bettencourt de Vasconcelos. Foi mãe do brigadeiro Vital de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos.
- 48 João de Carvalhal de Noronha da Silveira (Angra, 14 de abril de 1756 — Angra, 25 de outubro de 1830), morgado, fidalgo cavaleiro da Casa Real, coronel das Milícias de Angra. Foi pai de Simão de Carvalhal da Silveira (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, p. 56).
- 49 Maria Genoveva da Costa Noronha (Angra, 14 de maio de 1763 — Angra, 5 de agosto de 1842), tia paterna do 1.º conde da Praia, casou em 1783 com o morgado João do Carvalhal de Noronha da Silveira (1809 — 1894). Foi mãe de Simão do Carvalhal da Silveira.
- 50 Hoje conhecido por Forte Grande de São Mateus.
- 51 António Tomé da Fonseca Carvão Paim da Câmara e Noronha (Angra, 4 de maio de 1738 — São Mateus da Calheta, c. 1805), nascido após a morte de seu pai, foi um rico morgado e grande proprietário, com terras na Terceira e no grande morgadio do Ramalho (São Miguel). Casou com uma mulher de menor condição, o que lhe mereceu reprovação social. Doou o terreno onde está construída a ermida da Penha de França (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 105-106).
- 52 Maria Isabel de Matos (Praia, c. 1740 — São Mateus da Calheta, c. 1820), esposa de António Tomé da Fonseca Carvão Paim da Câmara e Noronha. Era filha de pai trabalhador na Praia, mas oriundo das Velas, e de mãe oriunda da Vila Nova, num casamento desigual que foi mal-aceite pela família do marido.
- 53 José Luís de Sousa de Menezes Lemos e Carvalho (Alquerubim, Albergaria-a-Velha, 10 de dezembro de 1738 — Angra, 4 de fevereiro de 1808), moço fidalgo da Casa Real, oficial do Exército. Chegou à Terceira no posto de alferes do Regimento do Porto. Foi ajudante às ordens do capitão-general D. Antão de Almada. Casou em Angra, em 1767, fixando-se na cidade até falecer.
- 54 Benedita Quitéria da Rocha de Sá Coutinho e Câmara (Angra, 14 de janeiro de 1751 — Angra, 9 de outubro de 1825), foi herdeira de uma das maiores fortunas vinculares da Terceira, com vastos terrenos nas ilhas Terceira

-
- e São Jorge (Fajã dos Vimes). Casou em 1767 com José de Sousa de Menezes de Lemos e Carvalho e foi mãe de Francisco de Menezes Lemos e Carvalho e de Mateus de Menezes Lemos e Carvalho, dois dos signatários do auto de aclamação de 22 de abril de 1828 que se distinguiram na Guerra Civil.
- 55 Francisco da Fonseca Carvão Paim da Câmara (São Mateus da Calheta, 13 de agosto de 1814 — Lisboa, 1833), fidalgo escudeiro da Casa Real, filho segundo do 1.º barão do Ramalho. Integrou, como cadete, o Exército Libertador, portando-se valentemente, sendo ferido num dos combates das linhas do Porto. Foi condecorado com a Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito. Faleceu solteiro em Lisboa, com 19 anos de idade.
- 56 Júlio Maria Silvano (Angra, 30 de outubro de 1812 — Angra do Heroísmo, 2 de maio de 1888), oficial general do Exército e político. Filho natural do coronel Caetano Paulo Xavier, alistou-se inicialmente na companhia de voluntários criada na ilha Terceira em 1828. No ano seguinte, assentou praça como voluntário no Batalhão de Caçadores n.º 5, com o qual participou nas operações da Guerra Civil. Com a vitória liberal, serviu nos quartéis de Penafiel, Viseu e Abrantes. Aderindo aos acontecimentos políticos de 1846 foi compulsivamente colocado na reserva. Reintegrado no serviço ativo, em 1864 regressou à Terceira, como tenente-coronel, com o objetivo de organizar o Batalhão de Caçadores n.º 10, unidade que passou a guarnecer a Fortaleza de São João Baptista, sendo o seu primeiro comandante. Em 1869 reformou-se em general de brigada. Depois de reformado participou na vida política local, tendo presidido à Câmara de Angra do Heroísmo (1872-1873). Militou na esquerda liberal.
- 57 Manuel Simplício Ferreira (Ribeirinha — Angra do Heroísmo (Sé), 5 de março de 1819), pai do oficial do Exército Luís de Barcelos Merens Lobo.
- 58 Hermenegilda Eufémia de Barcelos Merens (Sé de Angra, 13 de abril de 1768 — Angra do Heroísmo, 26 de março de 1842), filha de Luís de Barcelos Machado Lobo, médico do partido da Câmara de Angra, e de Faustina Bernarda Vitorina Carvão. Casou com Manuel Simplício Ferreira, natural da Ribeirinha, com que teve Luís de Barcelos Merens Lobo e de José Alexandre de Barcelos Merens (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 597).
- 59 José Joaquim da Silva (Lisboa (Sacramento), c. 1746 — Angra (Santa Luzia), 15 de dezembro de 1807), fidalgo de cota de armas, secretário do Governo-Geral dos Açores e comandante do Forte do Bom Jesus da Praia Angra (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 704).
- 60 Mateus Francisco Parreira (Praia, 16 de setembro de 1776 — Angra, 27 de abril de 1845), escrivão do geral em Angra (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 290).
- 61 Escolástica Guilhermina Parreira (Ribeirinha, 10 de fevereiro de 1767 — Angra, c. 1840), ou Escolástica Narcisa do Carmo Parreira, casou em 1807 com o seu primo Mateus Francisco Parreira e foi mãe de Estulano Inácio Parreira, um dos mais importantes proprietários e empresários agrícolas terceirenses do seu tempo (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 328).
- 62 José Pais Júnior (Luz, Graciosa, c. 1810 — Angra, c. 1865), tenente do Batalhão de Voluntários da Rainha que se formou em Angra em 1828. A 28 de setembro de 1863 recebeu a Medalha de D. Pedro e D. Maria, algarismo 7.
- 63 Francisco José Teixeira de Sampaio (Gouviães, Tarouca, 1738 — Angra, 19 de janeiro de 1810), comerciante com traços de aventureiro, possivelmente capitão de navios, que vindo de Lamego se fixou na cidade de Angra em 1766, por coincidência o ano da criação da Capitania Geral. Registado em Gouviães, embora posteriormente se declare nascido em Lamego no ano de 1738, era filho do padre Pedro Teixeira de Sampaio, oriundo do Porto, ao tempo chantre da Sé de Lamego. Terá fugido de Lamego por «*cortejar hua Sr.ª casada*», iniciando um percurso que o traria até Angra, onde se fixou, tornando-se num dos mais importantes comerciantes da cidade. Casou, em segundas núpcias, com Eulália Floriana Gualberta de Melo Carvão, uma senhora ligada às melhores famílias tradicionais da ilha Terceira. Mantinha relações de grande proximidade com o primeiro capitão-general, D. Antão de Almada, e através dele com algumas das mais importantes figuras da política lisboeta do tempo, como se pode inferir dos padrinhos escolhidos para os seus filhos (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IX, pp. 365-369).
- 64 Eulália Floriana Gualberta Cabral de Melo Carvão (Angra, 14 de fevereiro de 1753 — Angra, 24 de outubro de 1824), filha de Mateus José Carvão, casada em 1773 com Francisco José Teixeira de Sampaio, de Tarouca (Viseu). Foi mãe de Luís Teixeira de Sampaio, 1.º visconde de Cartaxo, e de Henrique Teixeira de Sampaio, 1.º conde da Póvoa.
- 65 Henrique Teixeira de Sampaio (Angra, 30 de outubro de 1774 — Lisboa, 27 de março de 1833), 1.º senhor de Sampaio, 1.º barão de Teixeira e 1.º conde da Póvoa, grande comerciante, rico capitalista e político português que teve uma fortíssima influência, como principal credor do Estado, na condução da política financeira da última fase do reinado de D. João VI. Exerceu as funções de Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda entre 1823 e 1825. Foi o maior acionista do Banco de Lisboa, antecessor do atual Banco de Portugal.
- 66 Conde da Póvoa foi um título criado pelo rei D. João VI, por decreto de 3 de julho de 1823, a favor de Henrique Teixeira de Sampaio, antes 1.º barão de Teixeira. Usaram o título: (1) Henrique Teixeira de Sampaio, 1.º barão de Teixeira e 1.º conde da Póvoa; e (2) João Maria Teixeira de Sampaio, 2.º conde da Póvoa.
- 67 Barão de Teixeira foi um título criado pelo rei D. João VI, por decreto de 16 de março de 1818, a favor de Henrique Teixeira de Sampaio, depois 1.º conde da Póvoa.
- 68 Francisca Eulália Rocha Teixeira de Sampaio (Angra (Sé), 12 de maio de 1782 — Angra do Heroísmo (Sé), 18 de outubro de 1868), também conhecida por Francisca Rocha de Sampaio, viscondessa de Bastos pelo seu casamento, aos 78 anos de idade, com o general Francisco de Paula Bastos, barão e depois 1.º visconde de Bastos.

-
- 69 A viscondessa de Cartaxo era Cristina Helena Pita de Sampaio (1840 — 1907).
- 70 Cristina Helena Pita de Sampaio (Angra do Heroísmo, 2 de maio de 1840 — Lisboa, 30 de janeiro de 1907), filha do primogénito dos primeiros viscondes de Cartaxo, Luís Teixeira de Sampaio, do conselho de Sua Majestade Fidelíssima, deputado entre 1853 e 1869, governador civil de Angra do Heroísmo e comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, e de sua mulher Adelaide de Bettencourt Pita. Casou a 28 de outubro de 1874 com o seu tio paterno Eduardo Teixeira de Sampaio (1833 — 1906).
- 71 De seu nome completo Maria da Luz Coelho Borges da Costa Falcão.
- 72 Domingos Fernandes Fagundes (Santa Bárbara (Terceira), c. 1540 — Horta, c. 1600), padre, instituidor de um vínculo. Deve ter nascido em Santa Bárbara das Nove Ribeiras, filho de Fernando Martins Ferreira, cavaleiro africano natural de Ceuta, e de Mécia Lourenço Fagundes. Foi vigário da Matriz da Horta, onde morreu.
- 73 José Luís da Silva (c. 1780 — Angra do Heroísmo, d. 1836), terceirense, liberal, perseguido após a restauração do regime absolutista, em 1823 refugiou-se com Francisco Ferreira Drummond na ilha de Santa Maria, daí passando para São Miguel. Foi capitão do Batalhão de Voluntários da Rainha. Depois de ter feito as campanhas da Guerra Civil, regressou a Angra onde foi funcionário da Fazenda e, depois, escrivão do Juízo de Direito da comarca de Angra, emprego que detinha quando faleceu. Em 1836 foi arrematante das barracas do novo mercado municipal.
- 74 José Augusto Balieiro (Angra, 30 de novembro de 1811 — Angra, 31 de maio de 1879), assentou praça como voluntário em 1828, sendo promovido a capitão do Batalhão de Caçadores Voluntários da Rainha em 1839, depois de ter participado nas campanhas da Guerra Civil. Após a desmobilização dos batalhões nacionais, empregou-se como tesoureiro da Câmara Municipal de Angra. Em 1847 foi capitão da Batalhão de Voluntários de Angra que se organizou para apoiar a Junta do Porto durante a Patuleia. Foi um destacado militante do Partido Progressista (*cf.: Genealogias da Ilha Terceira*, vol. I, p. 550).
- 75 João Inácio Craveiro (Angra, 15 de junho de 1798 — Angra do Heroísmo, 21 de março de 1883), escriturário da Comissão de Fazenda em Angra, tenente do Batalhão de Voluntários. Foi empregado do governo civil de Angra, sendo primeiro oficial reformado quando faleceu. Exerceu por diversas vezes, interinamente, o lugar de secretário-geral do governo civil. Foi irmão do escritor Tibúrcio António Craveiro.
- 76 José Dinis Drumonde (Porto Judeu, 4 de abril de 1807 — c. 1870), primeiro-tenente do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839. Era condecorado com a Medalha n.º 3 das Campanhas da Liberdade. Foi professor de primeiras letras em São Sebastião.
- 77 José Narciso da Costa (Angra (Sé), 18 de outubro de 1776 —), casou em Lisboa com Maria Severa da Costa. Foi pai de Francisco de Paula da Costa.
- 78 Maria Severa da Costa (Lisboa —), casou com José Narciso da Costa, natural da Sé, onde se fixaram. Foi mãe de Francisco de Paula da Costa.
- 79 Francisco Inácio Pimentel (Vila Nova, 19 de janeiro de 1808 — Angra do Heroísmo (Sé), 31 de janeiro de 1885), fez parte do Exército Libertador e era condecorado com a Medalha n.º 6 das Campanhas da Liberdade. Morreu em Angra, no Castelo de São João Baptista, major reformado do Exército.
- 80 Benedito António de Lemos (Santa Bárbara, c. 1770 — Angra), capitão de milícias. Nasceu em Santa Bárbara (Terceira), filho de António Gonçalves Moules, proprietário, e de Rosa Francisca de Jesus Maria Lemos, esta natural das Doze Ribeiras. Foi ajudante do Regimento de Milícias de São Jorge e capitão de milícias em Angra (*cf.: Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 293).
- 81 Antónia Benedita de Lemos Álvares (—), foi esposa do capitão de milícias Benedito António de Lemos e mãe de Francisco de Lemos Álvares.
- 82 José Maria Pais (Angra, c. 1810 — Angra, c. 1870), filho de António José Pais, participou nas campanhas da Guerra Civil integrado no Exército Libertador. Foi taquígrafo da Câmara dos Deputados e depois escrivão e tabelião na comarca de Angra do Heroísmo (de 1840 a 1870). Era condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria das Campanhas da Liberdade.
- 83 João Toste Parreira (Ribeirinha, c. 1792 — Angra do Heroísmo (Sé), 30 de julho de 1858), era em 1830 recebedor dos selos e novos direitos da Comissão de Fazenda em Angra. Foi devotado liberal, e exerceu vários cargos eletivos, entre eles o de vereador da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, da qual foi presidente (1852-1854).
- 84 José Maria de Barcelos (Angra, 27 de julho de 1798 — Lisboa, 12 de junho de 1879), foi oficial da secretaria de Estado em Angra. Morreu oficial maior do Ministério da Guerra.
- 85 Joaquim Inácio de Barcelos (Sé de Angra, 5 de janeiro de 1765 — Angra do Heroísmo, 30 de outubro de 1843), proprietário, filho de António de Barcelos Machado Evangelho e de Bernarda Josefa de Bettencourt da Silva (*cf.: Genealogias da Ilha Terceira*, vol. I, p. 623).
- 86 Joaquim Martins Pamplona Corte-Real (Angra (Sé), 11 de abril de 1799 — Angra do Heroísmo, 1 de março de 1864), filho de Alexandre Martins Pamplona Corte-Real, era, em 1830, primeiro-tenente servindo de ajudante da praça do Castelo de São João Baptista. Reformou-se no posto de tenente de Milícias. Irmão de José Augusto Martins Pamplona Corte-Real, era sobrinho de Manuel Inácio Martins Pamplona Corte-Real, o conde de Suberra.
- 87 Aniceto de Almeida de Andrade (Santa Justa, Lisboa, c. 1736 — Angra, 12 de dezembro de 1804), filho do padre Inácio Teixeira de Sousa, natural da Sé de Angra, licenciado em cânones pela Universidade de Coimbra, administrador de vários morgados. Legitimado por seu pai em 19 de novembro de 1774 (*cf.: Genealogias da Ilha Terceira*, vol. I, p. 599).

-
- 88 José Augusto Martins Pamplona Corte-Real (Angra, 18 de março de 1794 — Angra do Heroísmo, 4 de novembro de 1853), filho de Alexandre Martins Pamplona Corte-Real. Era em 1830 segundo-tenente servindo de ajudante da praça do Castelo de São João Baptista. Reformou-se no posto de capitão. Irmão de Joaquim Martins Pamplona Corte-Real, era sobrinho de Manuel Inácio Martins Pamplona Corte-Real, o conde de Subseira.
- 89 Félix José da Costa (Angra, 1 de dezembro de 1771 — Angra do Heroísmo, 29 de abril de 1843), escriturário da Fazenda em Angra e depois oficial da secretaria do Governo Civil. Condecorado com a medalha n.º 3 das Campanhas da Liberdade. Foi pai do homónimo publicista e escritor e do cónego e orador sacro Francisco Rogério da Costa (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, p. 554).
- 90 José Alexandre de Barcelos Merens (Angra, 28 de março de 1805 — Horta), escriturário da Comissão de Fazenda em Angra. Casou na Horta onde passou a viver (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 597).
- 91 Luís António Parreira (São Bento, 13 de outubro de 1816 — Angra do Heroísmo (Sé), 11 de março de 1884), foi ajudante do Batalhão Nacional de Artilheiro de Posição formado em Angra em 1839. Membro do Partido Regenerador, exerceu por várias vezes o cargo de administrador do concelho e de vereador da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 258).
- 92 Ângela Sebastiana Borges Corte-Real (Angra (Santa Luzia), 19 de janeiro de 1788 — Angra do Heroísmo (Santa Luzia), 18 de novembro de 1851), esposa de António Borges Leal Corte-Real, morgado de Santana, e mãe de José Borges Leal Corte-Real (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 251).
- 93 António José Pais (— Angra), terceirense, foi porteiro da secretaria de estado em Angra, e mais tarde chaveiro da alfândega desta cidade, onde faleceu. Dois dos seus filhos destacaram-se na Guerra Civil: António José Pais Júnior, tenente no Batalhão de Voluntários de Angra; e José Maria Pais, que depois da guerra foi taquígrafo na Câmara dos Deputados.
- 94 Luciano José Balieiro (Angra (Conceição), c. 1807 — Angra do Heroísmo, c. 1865), filho de Francisco José Balieiro, proprietário, foi contínuo em 1830 da Comissão de Fazenda em Angra. Foi tenente do Batalhão de Caçadores Voluntários da Rainha que se formou em Angra em 1828. Militante do Partido Progressista.
- 95 Mateus João de Bettencourt Vasconcelos (Angra (Sé), 11 de abril de 1781 —), foi um dos signatários do auto da revolução liberal de 22 de junho de 1828. Foi capitão do Batalhão de Caçadores Voluntários da Rainha, organizado em Angra a 22 de junho de 1828.
- 96 Manuel da Silva Castanho (c. 1806 — Angra do Heroísmo (Sé), 15 de outubro de 1855), capitão do Batalhão de Caçadores Voluntários da Rainha, organizado em Angra a 22 de junho de 1828 e reorganizado em 25 de outubro de 1839.
- 97 Francisco Machado Pamplona [Corte Real] (Angra (Sé), 28 de maio de 1811 — Angra do Heroísmo (Sé), 25 de janeiro de 1858), capitão da 1.ª companhia do Batalhão de Caçadores Voluntários da Rainha, organizado em Angra a 22 de junho de 1828.
- 98 João Francisco de Oliveira Bastos (Lisboa, 9 de março de 1806 — Angra do Heroísmo, 29 de janeiro de 1892), escriturário do morgado Teotónio de Ornelas Bruges, com cuja filha Maria Amélia de Ornelas Bruges casou. Teve importante papel nas lutas civis na ilha Terceira, tendo sido feito prisioneiro durante o bloqueio à Terceira, quando regressava de uma missão a Londres. Foi libertado em Lisboa aquando da entrada naquela cidade das forças liberais em 24 de julho de 1833. Integrou as forças liberais, combatendo até ao fim da Guerra Civil. Colaborou na imprensa e foi bibliotecário municipal (cf.: Cândido Pamplona Forjaz, «Apêndice: João Francisco de Oliveira Bastos - notícia biográfica», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. 21/22 (1963-1964), pp. 162-169).
- 99 Francisco José Balieiro Jr. (Angra (Santa Luzia), c. 1799 — Angra do Heroísmo (Sé), 24 de janeiro de 1870), oficial do Batalhão de Caçadores Voluntários da Rainha, organizado em Angra a 22 de junho de 1828. Foi contador do juiz de Direito da comarca de Angra.
- 100 Raimundo do Canto e Castro [Pacheco] (Angra (Sé), 16 de setembro de 1791 — Angra do Heroísmo (Conceição), 6 de janeiro de 1872), oficial do Batalhão de Caçadores Voluntários da Rainha, organizado em Angra a 22 de junho de 1828. Foi major do Regimento de Milícias de Angra e regedor da paróquia de São Pedro (1837).
- 101 António Borges Leal (Angra do Heroísmo, 1807 — Angra do Heroísmo (Sé), 18 de novembro de 1864), oficial do Batalhão de Caçadores Voluntários da Rainha, organizado em Angra a 22 de junho de 1828. Foi escrivão e tabelião em Angra.
- 102 Luís Carlos Brum (—), terceirense, foi oficial do Batalhão de Caçadores Voluntários da Rainha organizado em Angra a 22 de junho de 1828 e completamente reorganizado em 1832.
- 103 Simão da Cunha Brum (—), terceirense, foi oficial do Batalhão de Caçadores Voluntários da Rainha organizado em Angra a 22 de junho de 1828 e completamente reorganizado em 1832.
- 104 Francisco de Almeida Tavares do Canto (Angra (Sé), c. 1815 — d. 1865), filho do morgado e caudilho miguelista Joaquim de Almeida Tavares do Canto, foi quartel-mestre do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839. Último morgado dos Almeidas, foi acusado de ter assassinado seu pai a 10 de novembro de 1855, pelo que fugiu para a Califórnia, mas apresentou-se em Angra a 1 de outubro de 1863, sendo julgado e condenado à forca, a ser levantada no Alto das Covas. Fugiu da cadeia, não se sabendo onde e quando faleceu (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. I, pp. 180-187).
- 105 João Coelho da Rocha (São Bartolomeu, 19 de julho de 1796 — Santa Bárbara, d. 1854), capitão de ordenanças, foi capitão do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839.

-
- 106 João de Carvalho da Silveira Júnior era João de Carvalho da Silveira Noronha e Frias (Angra, 4 de agosto de 1786 — Angra (São Bento), 19 de maio de 1873), último morgado da família Carvalho.
- 107 António Homem Goulart (São Mateus do Pico, 13 de novembro de 1797 — Porto Judeu, 16 de agosto de 1874), professor oficial de primeiras letras. Foi capitão do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839.
- 108 Francisco Diniz Ormonde (Praia, 26 de fevereiro de 1805 — Biscoitos, 18 de junho de 1853), também conhecido por Francisco Diniz Drummond, capitão de ordenanças. Foi capitão do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839. Grande proprietário nos Biscoitos, por volta de 1830, deitou-se ao mar naquela freguesia para salvar a imagem de Santo António, da ermida existente junto ao porto e de que era proprietário, que havia sido lançada ao mar por soldados do Batalhão de Voluntários das forças liberais ali aquarteladas.
- 109 Francisco Manuel Machado Fagundes Mouro (Praia, 18 de novembro de 1797 — Praia da Vitória, c. 1870), capitão de milícias e presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória (1859). Foi capitão do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IV, p. 318).
- 110 Manuel Gonçalves de Toledo Machado (Fontinhas, 19 de maio de 1806 — Fontinhas, 22 de junho de 1899), um dos mais ricos proprietário do concelho da Praia, com grandes propriedades nas Fontinhas. Foi capitão do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839. Foi presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória (1868-1869) e procurador à Junta Geral (1876) (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IX, p. 436).
- 111 J. Coelho da Costa (—), terceirense, foi tenente do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839.
- 112 José de Bettencourt e Vasconcelos (—), terceirense, foi tenente do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839.
- 113 João Homem de Menezes (Fontinhas, 20 de janeiro de 1793 — d. 1839), lavrador e proprietário, alferes de ordenanças, foi tenente do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839.
- 114 Mateus Borges do Canto e Ataíde (Biscoitos, 19 de setembro de 1802 — d. 1869) foi tenente do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839. Fora miguelista, demitido em 1831 do Batalhão de Milícias.
- 115 Manuel José Constantino (—), terceirense, foi tenente do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839.
- 116 António Borges Cabral Fournier (Lisboa, 27 de janeiro de 1792 — Dafundo, 6 de agosto de 1855), proprietário. Foi segundo-tenente do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição criado em Angra no ano de 1839.
- 117 Luís Borges Fialho (—), terceirense, foi tenente do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839.
- 118 João Borges do Rego (—), terceirense, foi tenente do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839.
- 119 José de Aquino Borges (—), terceirense, foi tenente do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839.
- 120 Salvador Homem de Moraes (Angra (Conceição), 11 de novembro de 1814 — Praia da Vitória, d. 1857), proprietário. Foi tenente do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839. Foi apontador da Direção das Obras Públicas do Distrito de Angra do Heroísmo.
- 121 A Medalha de D. Pedro e D. Maria, também designada por Medalha das Campanhas da Liberdade, foi criada por Decreto da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, de 16 de outubro de 1861, e publicada em Ordem de Exército n.º 24 desse mesmo ano, com vista a «*dar um testemunho publico da [...] benevolência àqueles que com admirável perseverança, e apesar de dificuldades que pareciam invencíveis*», sustentaram a causa do liberalismo português durante a Guerra Civil. A medalha, de cobre, tem 3 centímetros de diâmetro, cujo anverso é constituído pelas efígies sobrepostas de D. Maria II e D. Pedro IV, tendo na parte inferior as datas 1826-1834 em duas linhas. O reverso tem a frase, em torno, «*Campanhas da Liberdade*» ou «*Serviços Cívicos*», consoante os serviços à causa liberal fossem de natureza militar ou civil. No centro do reverso tem um algarismo, entre 1 e 9, correspondendo ao número de anos que o agraciado serviu. A medalha pende de fita azul-ferrete, com uma pequena linha vertical branca ao centro para as Campanhas da Liberdade, ou de azul-ferrete com as orlas brancas para a sua correspondente de Serviços Cívicos.
- 122 Teotónio Francisco Correia (—), terceirense, condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria.
- 123 José Nunes Godinho (—), terceirense, condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria.
- 124 Manuel José Vieira (c. 1795 — Angra do Heroísmo (Hospital da Boa Nova), 17 de fevereiro de 1870), cabo reformado, condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria.
- 125 José Luís das Neves (—), terceirense, condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria.
- 126 António Martins Leandro (Angra (Santa Luzia), c. 1792 — Angra do Heroísmo (Sé), 20 de janeiro de 1868), soldado, condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria.

-
- 127 Manuel José de Sousa (—), terceirense, condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria.
- 128 José Luís da Rocha (—), terceirense, condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria.
- 129 Francisco Cândido da Cunha (—), terceirense, condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria.
- 130 Manuel António Veloso (Angra (Sé), 1810 — Angra do Heroísmo (Sé), 15 de setembro de 1888), terceirense, condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria.
- 131 João Gonçalves (—), terceirense, condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria.
- 132 António Coelho Mendes (Angra (Conceição), 1815 — Angra do Heroísmo (Sé), no Hospital Militar, 27 de julho de 1891), soldado, condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria.
- 133 Cândido José de Sousa (—), terceirense, condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria.
- 134 Manuel Joaquim de Andrade (—), terceirense, condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria.
- 135 Vitorino de Sousa Pereira (Angra (Sé) —), condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria.
- 136 Joaquim Teófilo Machado (— d. 1902), terceirense, amanuense graduado da secretaria do Governo Civil de Angra do Heroísmo. Recebeu a Medalha de D. Pedro e D. Maria, do algarismo 2, por decreto de 20 de agosto de 1868.
- 137 Maria Amélia de Ornelas Bruges (Angra, 1832 — Angra do Heroísmo, 9 de abril de 1916), filha natural do 1.º conde da Praia. Casou a 18 de setembro de 1871 com João Francisco de Oliveira Bastos, desde há muitos anos guarda-livros da casa de seu pai.
- 138 O iate *Santa Luzia*, propriedade de Teotónio de Ornelas Bruges, serviu de transporte na comunicação entre os liberais acantonados na Terceira e os liberais exilados em Londres. No regresso da missão, tendo partido de Plymouth chegou à Praia no dia 11 de maio de 1829, não conseguindo escapar ao bloqueio miguelista. Foi aprisionado pela fragata *Pérola*, sendo os seus ocupantes enviados a ferros para a nau *D. João VI*, onde permaneceram durante a batalha da Praia e até ao regresso do navio a Lisboa, onde foram mantidos prisioneiros até à tomada daquela cidade pelas forças liberais a 24 de julho de 1833. O iate aprisionado foi entregue ao comando do guarda-marinha Carlos Augusto Morais de Almeida, tendo participado na batalha da Praia, pelo lado miguelista (cf.: Cândido Pamplona Forjaz, «Apêndice: João Francisco de Oliveira Bastos - notícia biográfica», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. 21/22 (1963-1964), pp. 162-169).
- 139 Balbina Cândida de Brito Bettencourt (Praia, 15 de agosto de 1810 — Angra do Heroísmo, 9 de fevereiro de 1879), esposa de Nicolau Anastácio de Bettencourt.
- 140 António José de Amorim (Coimbra, 16 de julho de 1801 — Angra do Heroísmo, 12 de agosto de 1877), médico que terminou a sua carreira como guarda-mor de saúde do porto de Angra. Tendo iniciado a sua carreira profissional como médico militar (quando ainda era apenas finalista de Medicina na Universidade de Coimbra) durante a Guerra Civil, foi médico na Praia da Vitória e depois médico no Hospital da Misericórdia e autoridade de saúde no porto de Angra. Foi presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, conselheiro distrital e procurador à Junta Geral do Distrito de Angra, entre outras funções políticas.
- 141 *Barracão de Plymouth* foi a designação depreciativa dada ao conjunto de barracões à beira-mar, na zona portuária de Plymouth, onde ficaram aquartelados os refugiados militares portugueses. Outros ficaram simplesmente apinhados em paquetes fundeados naquele porto, sem as mínimas condições de higiene. O conjunto, oficialmente designado por *Depósito Geral*, albergou os emigrados, na sua maioria, amontoados em alojamentos precários, durante meses a fio em condições verdadeiramente sub-humanas.
- 142 Não foi possível encontrar informação sobre esta embarcação.
- 143 O terramoto de 15 de junho de 1841 ficou conhecido como a «segunda caída da Praia» e afetou severamente o nordeste da ilha Terceira, entre a Agualva e a Vila de São Sebastião, com danos mais acentuados ao longo da falha das Fontinhas e norte do *graben* das Lajes.
- 144 João Ferreira Campos (Lisboa, 8 de setembro de 1772 — Lisboa), pai de João Ferreira Campos e avô do autor desta obra. Grande proprietário e comerciante em Lisboa, casou com Victorine le Couvreur (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IV, p. 431).
- 145 Vitorina le Couvreur (Lisboa, 10 de janeiro de 1775 — Lisboa), ou Victorine le Couvreur, casou em 4 de abril de 1796 com João Ferreira Campos (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, p. 683). Foi avô do autor desta obra e mãe de Emília le Couvreur Ferreira de Campos (1797 — 1863), esposa de Luís Teixeira de Sampaio, 1.º visconde do Cartaxo.
- 146 Faustino José da Fonseca (Lisboa, 17 de fevereiro de 1808 — Angra do Heroísmo, 9 de junho de 1868), militar do Exército, reformado no posto de major. Depois de uma carreira brilhante no período da Guerra Civil e de ter participado na Divisão Auxiliar a Espanha, que em 1835-1837 teve intervenção na Primeira Guerra Carlista, fixou-se em Angra, onde constituiu família. Foi pai do jornalista e escritor Faustino da Fonseca.
- 147 Casimiro Lopes Soeiro de Amorim (São Pedro de Angra, 8 de julho de 1805 — Capelas, 4 de agosto de 1880), participou na Batalha da Praia, tendo passado à reforma no posto de tenente de Infantaria integrado nos Lanceiros da Rainha.
- 148 Bernardo Homem de Noronha (Angra (Sé), 25 de janeiro de 1800 — Angra do Heroísmo (Conceição), 2 de fevereiro de 1855), integrou o Exército Libertador como alferes de Infantaria. Prosseguiu a carreira militar no Exército, falecendo no posto de tenente-coronel.
- 149 Francisco da Fonseca [Carvão] Paim da Câmara (São Mateus da Calheta, 13 de agosto de 1814 — Lisboa, 1833),

integrou o Exército Libertador como alferes de Infantaria.

- 150 Francisco de Paula Bastos (Lisboa, 11 de junho de 1793 — Angra do Heroísmo, 2 de setembro de 1881), 1.º barão (1848) e 1.º visconde de Bastos (1863), fidalgo-cavaleiro da Casa Real, oficial general do Exército. Participou na Guerra Peninsular desde abril de 1809 até ao seu termo em 1814, aderiu à Revolução do Porto, esteve exilado na Galiza e em Inglaterra, participou na defesa da Terceira durante a Guerra Civil, sendo em 1832 nomeado comandante do depósito de presos miguelistas que havia sido instalado na ilha de Santa Maria. Foi governador de Cabo Verde (1842-1845), sendo depois nomeado comandante de diversas praças e divisões militares, reformando-se comandante da 10.ª Divisão, sediada nos Açores. Casou em Angra, onde se fixou e faleceu no posto de marechal-de-campo reformado.
- 151 Francisco Raimundo de Morais Sarmento (Lisboa, 27 de julho de 1799 — Angra do Heroísmo, 1 de maio de 1852), oficial do Exército, reformado no posto de coronel de Infantaria. Depois de fazer as campanhas da Guerra Civil, casou em Angra, onde se fixou.
- 152 José Pedro de Morais Sarmento (Lisboa —), administrador da mesa das novas licenças da Câmara Municipal de Lisboa.
- 153 Brígida de Noronha Abreu e Lima (Lisboa —), esposa de José Pedro de Morais Sarmento.
- 154 Maria Júlia do Carmo de Morais Sarmento (Angra —), esposa do coronel Francisco Raimundo de Morais Sarmento.
- 155 Agostinho José Nunes (Tomar —), pai do conselheiro Manuel Joaquim Nogueira.
- 156 Maria Rosa Nogueira (Tomar (Pedreira, Casal Cordeiro) —), mãe do conselheiro Manuel Joaquim Nogueira.
- 157 Ana Justina Emília Zagalo Freire do Amaral (Tomar (São João Baptista), 19 de abril de 1789 — Angra do Heroísmo, 3 de outubro de 1870), esposa do juiz Manuel Joaquim Nogueira e mãe do médico Rodrigo Zagalo Nogueira (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 457).
- 158 Rodrigo Zagalo Nogueira (Tomar, 9 de dezembro de 1819 — Angra do Heroísmo, 3 de agosto de 1905), médico formado na Universidade de Lovaina e influente político, tendo-se distinguido no campo da filantropia. Foi uma das figuras políticas mais influentes do seu tempo na ilha Terceira. O seu filho Manuel Sieuve de Meneses Zagalo Nogueira foi também médico e político.
- 159 Manuel Martins Pinto de Gouveia (Pedrogão Grande — Angra do Heroísmo), sargento artilheiro. Fez parte da guarnição da nau que conduziu D. João VI para o Brasil e participou na Guerra Peninsular. Fixou-se na Terceira, onde comandou o Forte Grande de São Mateus e onde faleceu.
- 160 Joaquim José Vidigal (Lisboa (Santos-o-Velho), 1800 — Angra do Heroísmo (Sé), 4 de fevereiro de 1866), filho de pai marítimo e de mãe micalense, 1.º sargento, condecorado com a medalha n.º 9 das campanhas da Liberdade. Foi ferido no combate da Praia. Fixou-se em Angra, onde casou e faleceu.
- 161 Jorge Mesquita (—), sargento, condecorado com a medalha n.º 8 das Campanhas da Liberdade. Fixou-se em Angra, onde faleceu.
- 162 Joaquim Rodrigues (—), soldado, condecorado com a medalha n.º 8 das Campanhas da Liberdade. Fixou-se em Angra.
- 163 Manuel de Castro (—), sargento, condecorado com a medalha n.º 6 das Campanhas da Liberdade.
- 164 José Joaquim Toste (—), sargento, condecorado com a medalha n.º 6 das Campanhas da Liberdade.
- 165 Mateus José Valadão (—), cabo, condecorado com a medalha n.º 6 das Campanhas da Liberdade.
- 166 Sérgio José (—), 1.º sargento, condecorado com a medalha n.º 5 das Campanhas da Liberdade.
- 167 Joaquim José de São Paulo (—), voluntário do Batalhão de D. Pedro IV no Porto, condecorado com a medalha n.º 4 das Campanhas da Liberdade.
- 168 José Homem (—), soldado, condecorado com a medalha n.º 4 da Medalha das Campanhas da Liberdade.
- 169 Manuel de Simas Machado (—), picoense, sargento, condecorado com a medalha n.º 3 da Medalha das Campanhas da Liberdade.
- 170 José Maria da Cruz (—), soldado, condecorado com a medalha n.º 2 da Medalha das Campanhas da Liberdade.
- 171 João de Sousa Ribeiro (Porto, 1797 — Angra do Heroísmo, 6 de setembro de 1866), sargento-ajudante do Regimento de Voluntários da Rainha, foi tipógrafo-compositor na primeira imprensa que se instalou nos Açores, a funcionar na Ermida da Boa Nova, anexa ao Hospital Militar. Passado à reserva trabalhou como compositor gráfico até falecer. Foi pai do músico e jornalista João de Sousa Ribeiro Jr. e do jornalista Eduardo Augusto de Sousa Ribeiro, proprietário do periódico *Portugal, Madeira e Açores*.
- 172 António José Gonçalves Costa (—), veio para a Terceira integrado no grupo dos exilados em Plymouth, tendo sido compositor na tipografia instalada pelos liberais na cidade de Angra.
- 173 Joaquim José Soares (—), veio para a Terceira integrado no grupo dos exilados em Plymouth, tendo sido compositor na tipografia instalada pelos liberais na cidade de Angra. Também traduziu obras da língua francesa para a portuguesa. Estabeleceu-se em Angra por conta própria, com a Imprensa de Joaquim José Soares, tendo sido um dos primeiros editores que existiu nos Açores, publicando periódicos e monografias.
- 174 Derivado de «*murça*», a vestimenta que os cónegos usam por cima do sobrepeliz.
- 175 *Stállo*, do latim *stallus*, era a antiga designação dada aos assentos no coro das catedrais, ou, mais

genericamente, aos lugares do quadro dos beneficiados das sés episcopais.

- 176 João Inácio de Simas e Cunha (Santa Cruz da Graciosa, 23 de março de 1757 — Santa Cruz da Graciosa, 5 de maio de 1833), morgado, capitão-mor agregado das Ordenanças da Graciosa e coronel do Regimento de Milícias da Graciosa, cognominado «o coronel velho», para o distinguir do filho homónimo, o 1.º barão de Guadalupe (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, p. 696).
- 177 Maria Clara de Melo e Cunha (Santa Cruz da Graciosa, 17 de junho de 1770 — Santa Cruz da Graciosa, 3 de janeiro de 1844), casada com João Inácio de Simas e Cunha, cognominado o «coronel velho» (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, p. 698).
- 178 Custódia Libânia de Bettencourt (Praia da Graciosa, 3 de novembro de 1793 — Santa Cruz da Graciosa, 1 de janeiro de 1879), irmã do barão da Fonte do Mato. Foi casada com o coronel de milícias João Inácio de Simas e Cunha (nascido em 1766) e mãe do 1.º barão de Guadalupe.
- 179 O barão da Fonte do Mato era o graciosense António da Cunha Silveira Bettencourt.
- 180 Joaquim Inácio de Quadros (Santa Cruz da Graciosa, 16 de agosto de 1785 — Santa Cruz da Graciosa, 16 de dezembro de 1869), tenente-coronel de milícias. Foi administrador do concelho de Santa Cruz da Graciosa.
- 181 António de Quadros Espínola de Bettencourt (Santa Cruz da Graciosa, —), pai do tenente-coronel de milícias Joaquim Inácio de Quadros.
- 182 Josefa de Sousa e Quadros (Santa Cruz da Graciosa, —), mãe do tenente-coronel de milícias Joaquim Inácio de Quadros.
- 183 Francisco Pereira Lopes de Ataíde (Ponta Delgada, 2 de janeiro de 1783 — Ponta Delgada, 28 de janeiro de 1862), que também usava o nome Francisco Pereira Lopes de Ataíde, grande proprietário na ilha Graciosa por via do seu casamento com Luzia Francisca da Silveira Bettencourt, irmã do barão da Fonte do Mato, foi um dos líderes liberais na ilha Graciosa. Foi recompensado com o cargo de coronel de milícias de Ponta Delgada, cidade onde se fixou e faleceu. Foi avô do autonomista Francisco Pereira Lopes de Bettencourt Ataíde.
- 184 Francisco Pereira de Bettencourt Lopes usava o nome Francisco Pereira Lopes de Ataíde, pelo qual aparece aqui listado.
- 185 Francisco José de Athayde Bettencourt (Ponta Delgada, 21 de setembro de 1756 — Lagoa (Santa Cruz), 18 de julho de 1836), capitão de milícias em Ponta Delgada, pai de Francisco Pereira Lopes de Ataíde.
- 186 Úrsula Bicudo da Câmara (Ponta Delgada, 7 de novembro de 1758 — Lagoa (Santa Cruz), 15 de abril de 1831), esposa do capitão de milícias micalense Francisco José de Athayde Bettencourt e mãe de Francisco Pereira Lopes de Ataíde.
- 187 Luzia Francisca da Silveira Bettencourt (Praia da Graciosa, 1789 — 1851), irmã do barão da Fonte do Mato, casou com Francisco Pereira Lopes de Ataíde.
- 188 Francisco Pereira de Bettencourt Lopes de Athayde (Santa Cruz da Graciosa, 24 de novembro de 1811 — Ponta Delgada, 24 de outubro de 1884), filho de Francisco Pereira Lopes de Ataíde e pai de Francisco Pereira Lopes de Bettencourt Ataíde, líder autonomista. Grande proprietário, oficial do Exército, reformou-se no posto de coronel de Infantaria.
- 189 Francisco Pereira Lopes de Bettencourt Ataíde (Ponta Delgada, São José, 7 de setembro de 1836 — Ponta Delgada, 18 de janeiro de 1917), mais conhecido por Francisco Pereira Ataíde, advogado formado pela Universidade de Coimbra, foi um dos paladinos da Primeira Autonomia dos Açores, membro da Comissão Autônoma de Ponta Delgada. Foi eleito deputado na lista autonomista que concorreu às eleições gerais de 15 de abril de 1894 (30.ª legislatura da Monarquia Constitucional Portuguesa) pelo círculo eleitoral de Ponta Delgada. Foi presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada e o primeiro presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada, logo após a entrada em aplicação do Decreto Autônomo de 1895. Exerceu ainda as funções de governador civil, administrador do concelho e de provedor da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada.
- 190 António da Cunha da Silveira de Bettencourt (Praia da Graciosa, 2 de agosto de 1782 — Fonte do Mato, Praia da Graciosa, 29 de janeiro de 1873), 1.º barão da Fonte do Mato, grande proprietário e negociante, fidalgo cavaleiro da Casa Real (1816), capitão-mor da vila da Praia da Graciosa, sucedendo a seu pai (1818) como sargento-mor da ilha. Distinguiu-se como apoiante do liberalismo.
- 191 Bartolomeu Álvaro de Bettencourt (Praia da Graciosa, 15 de fevereiro de 1759 — Angra, 3 de junho de 1819), fidalgo de cota de armas, grande proprietário, capitão-mor da vila da Praia da ilha Graciosa, pai de António da Cunha da Silveira de Bettencourt, o 1.º barão da Fonte do Mato. Foi padrinho de um homónimo que se distinguiu na implantação do regime liberal na Graciosa.
- 192 Joaquina da Corte Celeste Gil da Silveira (Santa Cruz da Graciosa, 7 de dezembro de 1755 — Praia da Graciosa, 10 de janeiro de 1829), esposa de Bartolomeu Álvaro de Bettencourt, capitão-mor da Praia da Graciosa, e mãe de António da Cunha da Silveira de Bettencourt, o 1.º barão da Fonte do Mato.
- 193 Isabel Forjaz de Lacerda Brum de Labath e Marramaque Garcia da Rosa (Horta, 1793 — Praia da Graciosa, 6 de junho de 1844), irmã do barão da Areia Larga, esposa de António da Cunha Silveira Bettencourt, 1.º barão da Fonte do Mato.
- 194 O barão da Areia Larga era António Garcia da Rosa (Horta, 25 de agosto de 1790 — Horta, 25 de abril de 1876), 1.º barão da Areia Larga, um grande proprietário e político que, entre outras funções, foi subprefeito da Comarca da Horta (1833) e governador civil do Distrito da Horta.

-
- 195 António Botelho de Bettencourt e Sousa (Santa Cruz da Graciosa, 1772 — Santa Cruz da Graciosa, 21 de fevereiro de 1842), capitão-mor de milícias e escrivão da alfândega da Graciosa.
- 196 Domingos António de Sousa e Silva (Praia da Graciosa —), capitão de milícias e pai de António Botelho de Bettencourt e Sousa, capitão-mor da Graciosa.
- 197 Joaquina de Naves (— Graciosa), esposa do capitão de milícias da Graciosa Domingos António de Sousa e Silva e mãe de António Botelho de Bettencourt e Sousa, capitão-mor da Graciosa.
- 198 Manuel da Cunha e Simas (Santa Cruz da Graciosa, 28 de março de 1802 — Santa Cruz da Graciosa, 21 de abril de 1877), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831, distinguiu-se na implantação do regime liberal na Graciosa. Foi administrador do concelho da Praia da Graciosa.
- 199 Cândido José Coelho (Santa Cruz da Graciosa, 9 de agosto de 1799 — Santa Cruz da Graciosa, 29 de maio de 1863), administrador do concelho de Santa Cruz. Foi pai do escritor João Hermeto Coelho de Amarante.
- 200 Frutuoso José Coelho (Praia da Graciosa, 30 de fevereiro de 1767 — Santa Cruz da Graciosa, 7 de janeiro de 1825), pai de Cândido José Coelho, administrador do concelho de Santa Cruz da Graciosa.
- 201 Francisca Leocádia Correia da Silva (Santa Cruz da Graciosa, 1762 — Santa Cruz da Graciosa, 17 de outubro de 1820), mãe de Cândido José Coelho, administrador do concelho de Santa Cruz da Graciosa.
- 202 José de Passos Gonçalves (Viana do Castelo, 1797 — Graciosa, 23 de fevereiro de 1842), comerciante, fixou-se na Graciosa, onde tomou parte ativa no movimento liberal.
- 203 Faustino José da Veiga (Santa Cruz da Graciosa, 28 de julho de 1787 — Santa Cruz da Graciosa, 4 de junho de 1845), destacou-se no apoio ao movimento liberal na ilha Graciosa.
- 204 Manuel dos Santos de Mendonça (Santa Cruz da Graciosa, c. 1750 —), pai de Faustino José da Veiga.
- 205 Isabel do Rosário (Santa Cruz da Graciosa, c. 1750 —), mãe de Faustino José da Veiga.
- 206 José Leite de Bettencourt e Silveira (Praia da Graciosa, 6 de novembro de 1778 — Praia da Graciosa, 17 de novembro de 1835), capitão de milícias, esteve preso devido às suas simpatias pelo liberalismo. Um filho homónimo foi diretor dos Correios em Santa Cruz da Graciosa.
- 207 Francisco Leite de Bettencourt e Silveira (Praia da Graciosa, c. 1745 — Praia da Graciosa, c. 1830), alferes de Ordenanças e depois capitão e sargento-mor das Ordenanças da vila da Praia da Graciosa.
- 208 Quitéria Rosa de Bettencourt (Fonte do Mato, Praia da Graciosa, c. 1750 —), casou em 1768, na Praia da Graciosa, com o alferes de Ordenanças Francisco Leite de Bettencourt e Silveira. Foi mãe de José Leite de Bettencourt e Silveira.
- 209 Bartolomeu Álvaro de Bettencourt (Luz (Graciosa), 10 de setembro de 1797 — Luz (Graciosa), 15 de agosto de 1876), grande proprietário e capitão de Ordenanças. Distinguiu-se na implantação do liberalismo na Graciosa.
- 210 José de Sousa Baptista de Bettencourt (Praia da Graciosa, c. 1790 — Luz (Graciosa), c. 1850), alferes de ordenanças.
- 211 Maria Joaquina de Athayde [Bettencourt] (Luz (Graciosa), c. — Luz (Graciosa), c. 1842), esposa do alferes José de Sousa Baptista de Bettencourt e mãe do capitão de Ordenanças Bartolomeu Álvaro de Bettencourt.
- 212 Francisco José Bettencourt (Luz (Graciosa), 30 de abril de 1813 — Luz (Graciosa), 14 de maio de 1888), conhecido por Francisco Bettencourt do Barreiro, integrou o Exército Libertador tendo-se distinguido no recontra de Souto Redondo. Apesar de analfabeto, foi graduado em anspeçada e condecorado.
- 213 Francisco Bettencourt do Barreiro era Francisco José Bettencourt.
- 214 António Correia de Mendonça (Luz (Graciosa), c. 1785 — (Luz (Graciosa), c. 1850), pai de Francisco José Bettencourt.
- 215 Rosa do Sacramento (Praia da Graciosa, c. 1790 — (Luz (Graciosa), c. 1850), esposa de António Correia de Mendonça e mãe de Francisco José Bettencourt.
- 216 Anspeçada era um posto militar da classe das praças, intermédio entre soldado (ou marinheiro) e cabo.
- 217 Manuel José de Bettencourt (Guadalupe (Graciosa), 25 de janeiro de 1808 — Angra do Heroísmo (Sé), 28 de junho 1879), fez toda a Guerra Civil, permanecendo depois em Angra como sargento-ajudante da Companhia de Veteranos dos Açores e depois como alferes reformado associado ao comando do presídio da Fortaleza de São João Baptista. Poderá ser o Manuel José de Bettencourt Torres, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
- 218 Mateus de Bettencourt (Guadalupe (Graciosa), c. 1767 — Guadalupe (Graciosa), 4 de março de 1854), pai de Manuel José de Bettencourt, veterano da Guerra Civil.
- 219 Anastácia Rosa de São José (Guadalupe (Graciosa), c. 1769 — Guadalupe (Graciosa), 22 de março de 1853), mãe de Manuel José de Bettencourt.
- 220 José Tristão da Cunha Silveira de Bettencourt (Praia da Graciosa, 22 de março de 1807 — Angra do Heroísmo, 7 de março de 1887), fidalgo cavaleiro da Casa Real, filho natural de António da Cunha Silveira e Bettencourt, o 1.º barão da Fonte do Mato. Distinguiu-se durante a Guerra Civil integrado no Exército Libertador. Terminada a guerra, foi advogado da provisão na cidade de Angra do Heroísmo.

-
- 221 Ana Balbina da Cunha (Praia da Graciosa, 19 de agosto de 1783 — Praia da Graciosa, c. 1840), mãe de José Tristão da Cunha Silveira de Bettencourt, advogado de provisão em Angra, filho natural do seu primo António da Cunha Silveira e Bettencourt, o 1.º barão da Fonte do Mato.
- 222 José João da Cunha Vasconcelos (—), graciosense, morgado, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
- 223 José Correia de Melo (Praia da Graciosa, 28 de agosto de 1773 — Praia da Graciosa, 5 de setembro de 1855), também conhecido por José Correia da Silva e Melo, tenente de Ordenanças, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
- 224 Manuel José de Bettencourt Torres (Guadalupe (Graciosa) — d. 1856), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
- 225 António Fogaça de Sousa Bettencourt (Praia da Graciosa, c. 1788 — Praia da Graciosa, 27 de março de 1855), alferes de Ordenanças, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
- 226 Manuel Freire de Freitas (—), major de cavalaria, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831. Liberal, fora Governador das Armas da Província do Rio Grande do Norte. Fez parte da força enviada de Angra para submeter a ilha de São Jorge, tendo sido daí enviado à Graciosa.
- 227 João Inácio de Simas e Cunha Júnior (Santa Cruz da Graciosa, 21 de junho de 1799 — Santa Cruz da Graciosa, 2 de agosto de 1855), coronel de Ordenanças, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831. Havia casado a 10 de abril de 1820, com Custódia Libânia de Bettencourt, filha do capitão-mor Bartolomeu Álvaro de Bettencourt e de sua mulher Joaquina da Corte Celeste da Silveira, uma irmã do barão da Fonte do Mato. Foi subdiretor das Alfândegas na Graciosa a partir de 1842. Foi pai do bacharel João Inácio de Simas e Cunha, o 1.º e único barão de Guadalupe (*cf.: Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, p. 697).
- 228 Francisco Leite e Barcamonte (Praia da Graciosa, 1790 — Praia da Graciosa, 2 de dezembro de 1851), capitão de Ordenanças, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
- 229 Frederico Jorge da Silva Sieuve de Séguier (Rio de Janeiro, 1810 — Lisboa, 1883), viveu na Graciosa, onde em 10 de julho de 1831, na vila de Santa Cruz, foi um dos signatários do auto de aclamação da rainha D. Maria II. Casou em Santa Cruz da Graciosa, em 1830, mas divorciou-se alguns anos mais tarde. Foi amanuense da Câmara Municipal de Barcelos (*cf.: Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 711).
- 230 Manuel José Correia da Silva e Melo (Santa Cruz da Graciosa, 27 de setembro de 1783 — Santa Cruz, c. 1850), também conhecido por Manuel José Correia de Melo, tabelião, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
- 231 Jacinto Manuel de Sousa (c. 1792 —), capitão, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831. Suspeito de não ser afeto ao regime constitucional, fora expulso da Terceira em 22 de junho de 1828.
- 232 Mateus da Cunha e Silveira Machado (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
- 233 Roberto José de Castro (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
- 234 Pedro do Coração de Jesus (—), frade franciscano, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
- 235 André do Coração de Maria (—), frade franciscano, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
- 236 João do Coração de Maria (—), frade franciscano, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
- 237 Manuel da Vera Cruz (—), frade franciscano, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
- 238 António Correia Picanço da Silva (—), graciosense, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
- 239 Sebastião Espínola da Veiga (Santa Cruz (Graciosa), c. 1790 — Santa Cruz da Graciosa, 13 de março de 1838), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
- 240 Cirino José Sales Cunha (— Santa Cruz da Graciosa, 29 de dezembro de 1857), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
- 241 Henrique José da Veiga (Santa Cruz da Graciosa, 9 de julho de 1785 — d. 1837), ajudante com a graduação de alferes do Batalhão de Artilharia de Angra, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831. Foi comandante militar da Graciosa (1836-1837).
- 242 Bartolomeu Correia da Cunha e Silveira (Santa Cruz da Graciosa, 18 de dezembro de 1784 —), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.

-
- 243 Francisco de Sousa e Vasconcelos (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
- 244 Francisco de Sousa Machado Costa (Praia da Graciosa, c. 1810 —), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
- 245 Manuel de Bettencourt e Cunha (Santa Cruz da Graciosa, 1 de janeiro de 1772 —), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
- 246 João Inácio de Melo e Bettencourt (Guadalupe (Graciosa), c. 1798 — c. 1869), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
- 247 José Correia de Melo Pacheco de Sousa e Vasconcelos (—), graciosense, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
- 248 António Ribeiro de Gusmão (—), tabelião, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
- 249 Joaquim de Carvalho Silveira e Noronha (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
- 250 António Mariano de Simas e Cunha (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
- 251 Raimundo Martins Pamplona Corte-Real (Santa Cruz da Graciosa, 28 de setembro de 1806 — Angra do Heroísmo (Sé), 12 de março de 1890), grande morgado, tenente do Batalhão de Milícias da Graciosa e coronel agregado do mesmo Batalhão, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831. Era comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e ofereceu ao povo os terrenos onde foram construídos alguns dos reservatórios destinados ao abastecimento de água a Santa Cruz (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, pp. 160-161).
- 252 Francisco Homem Ribeiro (— Santa Cruz da Graciosa, d. 1846), professor de latim, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831. Correspondia-se com Almeida Garrett. Tentou editar algumas obras e é autor de um trabalho genealógico sobre famílias da Graciosa.
- 253 Inácio Soares de Albergaria (Urzelina, 19 de setembro de 1767 — Velas, 15 de janeiro de 1836), capitão-mor das Velas.
- 254 Decreto de 12 de janeiro de 1829 pelo qual «Nomeia S. Majestade humma Comissão de Militares e Ministros para julgarem os Réos do enorme crime de rebelião, sublevação, e motim, principiado a pôr em pratica pelo Brigadeiro Graduado da Brigada real da Marinha, Alexandre Moreira, e mais Co-réos pelas 8 horas da noite do dia nove do corrente mez de Janeiro no Quartel da ditta Brigada».
- 255 João Soares de Albergaria de Sousa, *Corographia Açórica, ou Descrição Phísica, Política e Histórica dos Açores, por um cidadão açorense, M. da Sociedade Patriótica Phylantropia n'os Açores*, Lisboa, Imprensa de João Nunes Esteves, 1822 (monografia com 133 páginas). A obra, que cobre múltiplos aspetos da história e geografia do arquipélago, é atribuída a João Soares de Albergaria de Sousa (1776-1875), um liberal nascido na ilha de São Jorge que defendia a autonomia dos Açores, embora aparente ser o resultado das discussões e contributos de uma tertúlia de açorianos presentes em Lisboa no período em que nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa se debateu o enquadramento político dos Açores no contexto da elaboração do texto constitucional, sendo por isso na sua essência um manifesto político. A *Corografia Açórica* pode assim ser considerada como a primeira manifestação política conhecida da açorianidade. Em 1975, no contexto da luta separatista, conheceu uma reedição fac-similada e, em 1995 aquando da celebração do centenário da primeira autonomia açoriana, uma nova e mais cuidada edição, prefaciada por José Guilherme Reis Leite.
- 256 José Cândido da Silveira Avelar, *Ilha de S. Jorge (Açores) : Apontamentos para a sua História*, Horta, 1902.
- 257 José Soares de Albergaria (Velas, 3 de fevereiro de 1805 — Velas, 3 de fevereiro de 1891), oficial do Exército, reformado em 1858 no posto de tenente-coronel. Fez parte do Batalhão de Caçadores n.º 5, com o qual tomou parte na Batalha da Praia. Cavaleiro fidalgo da Casa Real, integrou o Exército Libertador, participando no desembarque no Mindelo, no Cerco do Porto e nas subseqüentes campanhas da Guerra Civil. Destacou-se pelo seu denodo e coragem, o que lhe valeu ser feito cavaleiro da Ordem Militar da Torre e Espada e da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição e comendador da Ordem de São Bento de Avis. Foi irmão de João Soares de Albergaria de Sousa.
- 258 Francisco Pereira de Lacerda Cabral (Velas, c. 1781 — Velas, 29 de julho de 1863), militante liberal. Exerceu as funções de tabelião nas Velas (1817-1822) esteve preso em Ponta Delgada acusado de parcialidade liberal. Participou na Guerra Civil. Depois do conflito foi escrivão da administração do concelho das Velas.
- 259 André José Botelho Apolinário (Velas, 14 de janeiro de 1810 — Velas, 3 de novembro de 1891), distinguiu-se durante a Guerra Civil. Foi cavaleiro da Ordem da Torre e Espada e comendador da Ordem de Isabel a Católica. Era ferreiro de profissão.
- 260 Manuel Inácio da Silveira (Velas, c. 1789 — Velas, 15 de junho de 1846), jorgense, alfaiate de profissão, soldado, foi um dos bravos que desembarcaram no Mindelo, fazendo toda a campanha da Guerra Civil.
- 261 Miguel Teixeira Soares de Sousa (Velas, 14 de junho de 1791 — Velas, 9 de maio de 1831), filho primogénito do capitão-mor das Velas, tenente-coronel de milícias e convicto liberal. Em 31 de maio de 1821, em sessão pública da Câmara, fora um dos cidadãos que jurara as bases da Constituição e em novembro de 1822 fora eleito, por sufrágio popular, presidente da Câmara das Velas, funções que desempenhou, no ano seguinte, até

que D. João VI restabeleceu o poder absoluto. Foi morto por um destacamento liberal, no dia 9 de maio de 1831, no sítio do Ribeirinho, junto ao lugar de São Pedro, arredores das Velas na sequência do desembarque das tropas liberais vindas de Angra. O incidente aconteceu quando por ali seguia pacificamente, na companhia do padre António Rodrigues Pereira, e encontrou um piquete liberal que descia em direção à vila, tendo os soldados que o integravam «*espingardeado*» ambos os homens, acabando de os matar a golpes de baioneta (cf.: José Cândido da Silveira Avelar, *Ilha de São Jorge (Açores) : Apontamentos para a sua História*, p. 401. Horta, Typ. Minerva Insulana, 1902). O conde de Vila Flor, como compensação, e para minorar na ilustre família o odioso que o facto lhe acarretava, nomeou para juiz e corregedor na ilha, um seu irmão, o capitão José Soares de Sousa. Teve um sobrinho homónimo, o Dr. Miguel Teixeira Soares de Sousa (1824-1894), que se dedicou à política em São Jorge, sendo presidente da Câmara de Velas e juiz substituto do juiz de Direito.

- 262 José Soares de Sousa (Velas, 31 de julho de 1794 — Urzelina (Casteletes), 22 de dezembro de 1872), filho segundo do capitão-mor das Velas, irmão de Miguel Teixeira Soares de Sousa, foi vereador e presidente da Câmara de Velas e capitão de Ordenanças nas Velas. Estudou na Terceira, preparando-se para uma carreira eclesiástica, mas a morte do irmão primogénito colocou-se na posição de morgado e administrador da sua grande casa paterna (cf.: Obituário em *O Jorgense*, n.º 30, edição de 1 de janeiro de 1873).
- 263 José de Sousa de Sequeira (—), jorgense, soldado no Exército Libertador, fez toda a campanha liberal, merecendo o grau de cavaleiro da Torre e Espada.
- 264 Manuel de Bettencourt (—), jorgense, foi soldado granadeiro no Exército Libertador, tendo feito toda a campanha da Guerra Civil Portuguesa.
- 265 Jorge Machado da Silveira (—), jorgense, fez toda a campanha da Guerra Civil Portuguesa. Era cabo de veteranos.
- 266 Manuel Machado da Silveira Nevoeiro (—), jorgense, integrou o Exército Libertador, tendo desembarcado no Mindelo. Fez algumas das campanhas da Guerra Civil.
- 267 António José da Fonseca (Urzelina, —), jorgense, fez a campanha da Guerra Civil.
- 268 Jorge Pereira Gato (Manadas —), jorgense, fez a campanha liberal. Foi condecorado com a Torre e Espada.
- 269 Francisco Nunes de Ataíde (—), jorgense, fez a campanha liberal, recebendo o grau de cavaleiro da Ordem da Torre e Espada.
- 270 Joaquim José da Terra e Silveira (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
- 271 André José da Silveira Bettencourt (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
- 272 Francisco Silveira Feno (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
- 273 Manuel José da Silveira (Manadas, 1800 — Manadas, 13 de novembro de 1884), presbítero, cura de Manadas e signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
- 274 Jerónimo José de Lacerda Cabral (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
- 275 Domingos de Lages Armelim e Mendonça (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
- 276 João António da Silveira (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
- 277 António Homem Espínola [da Silva Sodré] (Velas —), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
- 278 Manuel Vitorino Amarante (Velas, — Santo Amaro), tenente de milícias, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
- 279 João Baptista (—), frade franciscano em São Jorge, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
- 280 António Vitorino Amarante (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
- 281 António Furtado de Mendonça (Velas, 1809 — Velas, 11 de março de 1891), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
- 282 João Machado da Silva (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
- 283 António da Silveira e Ávila (—), sargento-mor da Calheta, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
- 284 António Pedro da Silveira e Mesquita Júnior (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
- 285 Nicolau Teixeira da Silveira (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.

-
- 286 Manuel Silveira de Sousa [Baptista] (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
- 287 José Cândido da Silveira Avelar, *Ilha de S. Jorge (Açores) : Apontamentos para a sua História*, Horta, 1902.
- 288 Visconde de Bruges foi um título criado por decreto de 8 de dezembro de 1832, de D. Pedro, duque de Bragança, em nome da sua filha, a rainha D. Maria II, então menor, a favor de Teotónio de Ornelas Bruges Paim da Câmara. Usaram este título: (1) Teotónio de Ornelas Bruges Paim da Câmara, 1.º visconde de Bruges e depois (1863) 1.º conde da Vila da Praia da Vitória; (2) Jácome de Ornelas Bruges de Ávila Paim da Câmara, 2.º visconde de Bruges e 2.º conde da Vila da Praia da Vitória; e (3) Teotónio Octávio de Ornelas Bruges, 3.º visconde de Bruges.
- 289 Barão de Noronha foi um título criado por decreto de 8 de dezembro de 1832, de D. Pedro, duque de Bragança, em nome da sua filha, a rainha D. Maria II, então menor, a favor de Pedro Homem da Costa Noronha Ponce de Leão, depois 1.º visconde de Noronha (1866).
- 290 Barão da Fonte Bela foi um título criado por D. Maria II, por decreto de 3 de março de 1836, a favor de Jacinto Inácio Rodrigues da Silveira. Usaram este título: (1) Jacinto Inácio Rodrigues da Silveira, 1.º barão da Fonte Bela; (2) Amâncio Gago da Câmara, 2.º barão da Fonte Bela; e (3) Jacinto da Silveira Gago da Câmara, 3.º barão e 2.º conde da Fonte Bela.
- 291 Jacinto Inácio Rodrigues da Silveira (Ponta Delgada, 13 de outubro de 1785 — Ponta Delgada, 20 de dezembro de 1869), 1.º barão da Fonte Bela, político, rico negociante e grande terratenente na ilha de São Miguel, que exerceu as funções de administrador-geral interino do Distrito de Ponta Delgada. Foi nomeado par do reino, mas faleceu sem ter tomado posse.
- 292 Barão das Laranjeiras foi um título criado por D. Maria II, por decreto de 27 de maio de 1836, a favor de Manuel de Medeiros Costa Canto e Albuquerque. Usaram o título: (1) Manuel de Medeiros Costa Canto e Albuquerque, 1.º barão das Laranjeiras; (2) António Manuel de Medeiros Costa Canto e Albuquerque, 2.º barão e 1.º visconde das Laranjeiras; e (3) Duarte Borges de Medeiros Costa e Albuquerque, 3.º barão das Laranjeiras.
- 293 Manuel de Medeiros Costa Canto e Albuquerque (Ponta Delgada, São Sebastião, 10 de abril de 1798 — Ponta Delgada, São Pedro, 28 de abril de 1847), 1.º barão das Laranjeiras, fidalgo de cota de armas, foi um rico terratenente da ilha de São Miguel que se distinguiu como líder do movimento liberal que levou à revolta de 1821 em Ponta Delgada. Foi um dos principais financiadores da preparação do Exército Libertador que culminou no desembarque no Mindelo.
- 294 Barão do Ramalho foi um título criado por D. Maria II, por carta régia de 13 de maio de 1837, a favor de António da Fonseca Carvão Paim da Câmara (1765—1838). Usaram o título: (1) António da Fonseca Carvão Paim da Câmara (1765 — 1838), 1.º barão do Ramalho; e (2) António da Fonseca Carvão Paim da Câmara (1836 — 1907), 2.º barão do Ramalho.
- 295 Duque da Terceira foi um título nobiliárquico, instituído de juro e herdade, com honras de parente (tratamento de sobrinho), por decreto do regente do Reino D. Pedro de Bragança, em nome da rainha D. Maria II, em 8 de novembro de 1832, em benefício de António José de Sousa Manuel de Menezes Severim de Noronha, 7.º conde de Vila Flor, com varonia real de Portugal por bastardia (Souza), e que havia sido, entretanto, agraciado com o título de 1.º marquês de Vila Flor. O agraciado faleceu sem descendência.
- 296 Barão do Pico do Seleiro foi um título criado por D. Pedro IV, regente durante a menoridade de D. Maria II, por decreto de 4 de abril de 1833, a favor de José António da Silva Torres Ponce de Leão. Usou o título apenas José António da Silva Torres Ponce de Leão, 1.º barão do Pico do Celeiro e depois 1.º visconde da Serra do Pilar.
- 297 Marquês do Faial foi um título criado por D. Maria II, por decreto de 1 de dezembro de 1834 e carta de 24 de outubro de 1835, a favor de Domingos António Maria Pedro de Sousa e Holstein, depois 2.º conde de Calhariz e 2.º duque de Palmela. Usaram o título: (1) D. Domingos António Maria Pedro de Sousa e Holstein, 1.º marquês do Faial, 2.º duque de Palmela, 2.º conde de Calhariz; (2) D. Maria Luísa de Sousa Holstein, 2.ª marquesa do Faial, 3.ª duquesa de Palmela, 3.ª condessa de Calhariz; e (3) D. Helena Maria Domingas de Sousa Holstein, 3.ª marquesa do Faial, 4.ª duquesa de Palmela, 4.ª condessa de Calhariz.
- 298 O conde de Calhariz era Domingos António Maria Pedro de Sousa e Holstein, filho primogénito de Pedro de Sousa Holstein, 1.º duque de Palmela.
- 299 Marquês de Ponta Delgada foi um título criado por D. Maria II, por decreto de 25 de janeiro de 1835, a favor de D. Leonor Maria da Câmara. Usaram o título: (1) D. Leonor Maria da Câmara, 1.ª marquesa de Ponta Delgada; (2) D. Francisco Gonçalves Zarco da Câmara, 2.º marquês de Ponta Delgada, 8.º conde e 1.º marquês da Ribeira Grande.
- 300 Leonor Maria da Câmara (Lisboa, 30 de maio de 1781 — Lisboa, 27 de março de 1850), 1.ª marquesa de Ponta Delgada, filha do 6.º conde da Ribeira Grande e da sua segunda mulher, Maria Rita de Almeida, irmã mais nova da marquesa de Alorna. Dama da rainha Carlota Joaquina, foi aia e mestra da rainha D. Maria II, que a recompensou com o título.
- 301 Barão do Cabo da Praia foi um título criado por decreto de 23 de setembro de 1835, da rainha D. Maria II, a favor de Manuel Joaquim de Meneses pela «*acrisolada fidelidade, bravura e constante devoção cívica de que tem dado repetidas provas durante a sua longa carreira militar*» e em especial pelos relevantes serviços militares durante a Guerra Civil, nomeadamente na ilha Terceira em 1829, contribuindo para a vitória na Batalha da Praia e no Cerco do Porto.
- 302 Marquês de Palmela foi um título criado por decreto de 3 de julho de 1823 do rei de D. João VI a favor de Pedro de Sousa Holstein. Antes de ser feito duque de Palmela, Pedro de Sousa Holstein tinha recebido o título de duque do Faial por decreto de 4 de abril de 1833. O título de duque de Palmela foi concedido por decreto de D. Pedro, duque de Bragança, regente em nome de D. Maria II, datado de 13 de junho de 1833, primeiramente

em vida, depois concedido de juro e herdade em 18 de outubro de 1850.

- 303 A condessa de Ficalho era Eugénia Maurícia Tomásia de Almeida Portugal (1784—1859), aristocrata casada com o 2.º conde de Ficalho, morto na Batalha de Arapiles (1812). Mãe de quatro filhos empenhados nas fileiras liberais, foi encarcerada pelo governo de D. Miguel I no Convento de Carnide. Após a reposição da ordem constitucional, foi elevada a marquesa em 1833 e a duquesa em 1836. Foi camareira-mor de D. Maria II.
- 304 Marquês de Ficalho foi um título criado por D. Maria II em 4 de abril de 1833, a favor de D. Eugénia de Almeida, também 1.ª duquesa e 2.ª condessa de Ficalho. Usaram o título: (1) D. Eugénia Maurícia Tomásia de Almeida Portugal (1784–1859), 1.ª marquesa e 1.ª duquesa de Ficalho; (2) António José de Melo Breyner Teles da Silva (1806–1893), 3.º conde de Ficalho; e (3) Francisco de Melo da Costa (1890–1945), 3.º marquês de Ficalho.
- 305 O conde de Alva era Luís Roque Sousa Coutinho Monteiro Paim, 3.º conde de Alva e depois 1.º marquês de Santa Iria.
- 306 Luís Roque Sousa Coutinho Monteiro Paim (Paris, 1 de fevereiro de 1783 — Lisboa, 5 de abril de 1850), 3.º conde de Alva e 1.º marquês de Santa Iria, aristocrata que esteve exilado em Londres, integrou as tropas liberais reunidas na Terceira e participou no desembarque no Mindelo e no Cerco do Porto. O título de marquês de Santa Iria foi criado por decreto da rainha D. Maria II, de 4 de abril de 1833. Usaram o título: (1) Luís Roque de Sousa Coutinho Monteiro Paim, 3.º conde de Alva e 1.º marquês de Santa Iria; (2) José Luís de Vasconcelos e Sousa (1888-1966).
- 307 Barão de Sá Nogueira foi um título criado por decreto 4 de abril de 1833, de D. Pedro, duque de Bragança, regente em nome de D. Maria II, a favor de Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, 1.º barão de Sá Nogueira, depois 1.º visconde (1 de dezembro de 1834) e 1.º marquês de Sá da Bandeira (3 de fevereiro de 1864). Foi usado apenas pelo seu primeiro titular.
- 308 Visconde de Sá da Bandeira foi um título criado por decreto de 1 de dezembro de 1834, da rainha D. Maria II a favor de Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, 1.º barão de Sá Nogueira, depois 1.º visconde e 1.º marquês de Sá da Bandeira (3 de fevereiro de 1864). Foi usado apenas pelo seu primeiro titular.
- 309 Visconde da Serra do Pilar foi um título criado por decreto de 1 de dezembro de 1834, da rainha D. Maria II, a favor de José António da Silva Torres Ponce de Leão, 1.º barão do Pico do Seileiro. Foi usado apenas pelo seu primeiro titular.
- 310 Henrique da Silva da Fonseca de Cerveira Leite (Porto, 30 de julho de 1784 — Coimbra, 16 de janeiro de 1852), oficial general do Exército que se distinguiu no comando de uma das divisões do Exército Libertador que desembarcou no Mindelo.
- 311 Barão de Alcobaça foi um título criado por D. Maria II, por decreto de 22 de dezembro de 1834, a favor de Henrique da Silva da Fonseca de Cerveira Leite, depois 1.º visconde de Alcobaça. O título foi usado apenas por Henrique da Silva da Fonseca de Cerveira Leite, 1.º barão e depois 1.º visconde de Alcobaça (1841).
- 312 O conde da Bemposta era Jean-Guillaume, barão Hyde de Neuville (La Charité-sur-Loire, 24 de janeiro de 1776 — Paris, 28 de maio de 1857), um diplomata e político pró-monárquico francês que, entre outros cargos, foi Ministro da Marinha e Ultramar da França e embaixador da França em Portugal e nos Estados Unidos da América. Foi um dos mais fiéis apoiantes da legitimidade da Casa de Bourbon no trono de França. O papel que desempenhou nos acontecimentos políticos que rodearam a *Abrilada* levou a que fosse agraciado com a grã-cruz da Ordem da Torre e Espada e feito 1.º conde e depois 1.º marquês da Bemposta.
- 313 Marquês da Bemposta foi um título criado pela rainha D. Maria II, por decreto de 11 de julho de 1835, a favor de Jean-Guillaume Hyde de Neuville, 1.º conde da Bemposta, embaixador da França em Lisboa durante a Abrilada. Teodoro Estevão de La Rue de Saint-Léger, sobrinho materno do 1.º marquês, teve em 3 de julho de 1823 a mercê para suceder ao tio como 2.º conde da Bemposta e a 24 de fevereiro de 1836 como 2.º marquês da Bemposta. Foi casado com D. Maria Mância de Lemos Roxas e Menezes, 2.ª condessa de Suberra, filha adotiva do terceirense Manuel Inácio Martins Pamplona Corte Real, 1.º conde de Suberra. Usaram o título: (1) Jean-Guillaume Hyde de Neuville, 1.º conde da Bemposta e 1.º marquês da Bemposta; e (2) Teodoro Estevão de La Rue de Saint-Léger (1799 — 1871), 2.º marquês da Bemposta.
- 314 Luís Francisco Soares de Melo da Silva Breyner Sousa Tavares e Moura (Porto, 23 de agosto de 1801 — Lisboa, 13 de novembro de 1865), 1.º conde de Melo, aristocrata e político. Esteve na Terceira incorporado nas tropas liberais, seguindo para o Porto integrado no Exército Libertador. Foi vogal do Supremo Conselho de Justiça, vice-inspetor da Academia de Belas-Artes, senador, par do reino e presidente da Câmara Municipal de Lisboa (1840).
- 315 Conde de Melo foi um título criado por D. Maria II, por decreto de 24 de janeiro de 1835, a favor de Luís Francisco Estêvão Soares de Melo da Silva Breyner, antes 19.º senhor de Melo. Usaram o título: (1) Luís Francisco Estêvão Soares de Melo da Silva Breyner, 19.º senhor e 1.º conde de Melo; e (2) Teresa Francisca de Melo Breyner Sousa Tavares e Moura, 2.ª condessa de Melo.
- 316 Visconde de Bóveda foi um título criado por D. Maria II, por decreto de 28 de outubro de 1835 e carta de 9 de fevereiro de 1837, a favor do general Joaquim de Sousa de Quevedo Pizarro. Teve como único titular o general Pizarro.
- 317 Por manifesto lapso, na edição original lê-se «visconde de Reboredo».
- 318 Francisco de Paula de Azeredo Teixeira de Carvalho (Samodães, 14 de janeiro de 1770 — Samodães, 9 de setembro de 1857), 1.º visconde de Samodães e 1.º conde de Samodães, mais conhecido por *General Azeredo*, oficial general do Exército que se distinguiu no período inicial do regime liberal.
- 319 Visconde de Samodães foi um título criado por D. Maria II, por decreto de 20 de maio de 1835, a favor do

-
- general Francisco de Paula de Azeredo Teixeira de Carvalho, depois 1.º conde de Samodães. Usaram o título: (1) Francisco de Paula de Azeredo Teixeira de Carvalho, 1.º visconde e 1.º conde de Samodães; e (2) Francisco de Azeredo Teixeira de Aguiar, 2.º visconde e 2.º conde de Samodães.
- 320 Barão de Almargem foi um título concedido pela rainha D. Maria II, por decreto de 23 de setembro de 1835, a favor de Mariano José Barroso Garcez Palha (Estremoz, 19 de abril de 1793 — Guimarães, 17 de maio de 1860), oficial do Exército que se reformou no posto de marechal de campo de Infantaria. Teve um único titular.
- 321 Francisco Xavier da Silva Pereira (Valença, 14 de março de 1793 — Lisboa, 20 de maio de 1852), 1.º barão, 1.º visconde e 1.º conde das Antas, militar e político vintista e setembrista que se distinguiu nas guerras liberais e na guerra civil da Patuleia, de que foi um dos chefes militares, tendo comandado, de 9 de outubro de 1846 a 29 de julho de 1847, o exército da Junta Provisória do Supremo Governo do Reino. Integrou a Leal Legião Lusitana e, entre outras funções, foi tenente-general do Exército, par do Reino (1842), vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, inspetor-geral da arma de Infantaria, governador-geral do Estado da Índia (1842-1843) e deputado ao Congresso Constituinte de 1837. Foi membro fundador da Sociedade Patriótica Lisbonense em 9 de março de 1836. Exerceu as funções de grão-mestre da Confederação Maçónica Portuguesa, de junho de 1851 até à sua morte.
- 322 Barão das Antas foi um título criado por D. Maria II, por decreto de 7 de setembro de 1835 e carta de 22 de abril de 1837, a favor de Francisco Xavier da Silva Pereira, depois 1.º visconde das Antas e 1.º conde das Antas.
- 323 Pedro António Machado Pinto de Sousa Canavarro (Vila Pouca de Aguiar, 30 de dezembro de 1772 — Chaves, 13 de maio de 1836), primeiro e único barão de Vila Pouca de Aguiar e, posteriormente, barão de Arcossó, militar e político de origem transmontana que se notabilizou como comandante das forças militares liberais estacionadas na ilha Terceira após a partida do Exército Libertador. Foi comandante militar dos Açores.
- 324 Por manifesto lapso na edição original aparece «*barão de Arcoso*». Barão de Arcossó foi um título criado por decreto de 2 de dezembro de 1835, da rainha D. Maria II, a favor do brigadeiro Pedro António Machado Pinto de Sousa Canavarro. O título resultou da transformação, a pedido do agraciado, do título de barão de Vila Pouca de Aguiar, que lhe havia sido concedido por decreto da mesma monarca datado de 1 de outubro de 1835. Teve um único titular.
- 325 Barão de Argamassa foi um título criado por D. Maria II, por decreto de 1 de outubro de 1835, a favor de Francisco da Gama Lobo Botelho (Campo Maior, 11 de abril de 1788 — Coimbra, 23 de setembro de 1848), 1.º barão da Argamassa, oficial general do Exército que se distinguiu durante a Guerra Civil. Teve um único titular.
- 326 Barão do Bonfim foi um título criado por D. Maria II, por decreto de 17 de setembro de 1835, a favor do general José Lúcio Travassos Valdez (Elvas, 23 de fevereiro de 1787 — Lisboa, 10 de julho de 1862), 1.º barão (1835) e 1º conde do Bonfim (1838), oficial general e político que se destacou na Guerra Civil e na primeira fase da monarquia constitucional portuguesa. Teve um único titular.
- 327 Barão de Cacula foi um título criado por decreto de 27 de setembro de 1835, da rainha D. Maria II, e confirmado por carta de 31 de janeiro de 1837, a favor do general António Pedro de Brito Vila Lobos, que foi o único titular.
- 328 Baltazar de Almeida Pimentel (Almeida, 18 de outubro de 1791 — Lisboa, 30 de maio de 1876), 1.º barão, 1.º visconde e 1.º conde de Campanhã, oficial do Exército que se distinguiu nas campanhas da Rússia e da Prússia, integrado na Legião Portuguesa Napoleónica, e depois na Guerra Civil Portuguesa. Foi ajudante de campo de D. Pedro e de D. Fernando II e par do reino.
- 329 Barão de Campanhã foi um título criado por D. Maria II, por decreto de 20 de junho de 1835, a favor do general Baltazar de Almeida Pimentel, seu único titular.
- 330 Barão de Cacilhas foi um título criado por decreto de 23 de setembro de 1835, da rainha D. Maria II, a favor de Romão José Soares (Évora, 28 de fevereiro de 1787 — Lisboa, 11 de julho de 1844), 1.º barão de Cacilhas, oficial general do Exército, seu único titular.
- 331 Barão da Fonte Nova foi um título criado por D. Maria II, por decreto de 20 de novembro de 1835 e carta de 30 de janeiro de 1837, a favor de Bento da França Pinto de Oliveira (Porto, 6 de novembro de 1793 — Lisboa, 14 de dezembro de 1852), antes 1.º barão de Mondim e depois 1.º visconde e 1.º conde de Fonte Nova, oficial do Exército com papel relevante durante a permanência das tropas liberais em Angra. Reformou-se no posto de brigadeiro.
- 332 Barão de Leiria foi um título criado por D. Maria II, por decreto de 1 de outubro de 1835, a favor de José de Vasconcelos Bandeira de Lemos (Barcelos, 5 de fevereiro de 1794 — Várzea da Ovelha, Marco de Canaveses, 3 de abril de 1873), depois 1.º visconde de Leiria, oficial general do Exército e político cartista que desempenhou um papel de relevo na Revolta dos Marechais e foi Ministro da Guerra no período conturbado de 1836-1837. Usaram o título: (1) José de Vasconcelos Bandeira de Lemos, 1.º barão e 1.º visconde de Leiria; e (2) Maria Benedita de Vasconcelos e Lemos, 2.ª baronesa e 2.ª viscondessa de Leiria.
- 333 Barão de Monte Pedral foi um título criado pela rainha D. Maria II, por decreto de 13 de setembro de 1835, a favor do brigadeiro José Baptista da Silva Lopes (Lagos, 1 de junho de 1785 — Lisboa, 22 de abril de 1857), oficial do Exército, reformado no posto de tenente-general, que se distinguiu durante a Guerra Civil Portuguesa. Foi quartel-mestre na ilha Terceira, cabendo-lhe então a operacionalização na ilha de uma rede de telégrafos visuais, pioneira no país. Foi o único a usar o título.
- 334 Barão da Ponte de Santa Maria é um título criado por D. Maria II, por carta de 10 de setembro de 1835, a favor de António Vicente de Queirós (Valença, 5 de agosto de 1792 — Lisboa, 7 de fevereiro de 1868), depois 1.º visconde da Ponte de Santa Maria e 1.º conde da Ponte de Santa Maria, militar do Exército que se destacou durante a Guerra Civil Portuguesa e terminou a sua carreira como marechal (1860).
- 335 Barão de Ruivós foi um título criado por D. Maria II, por decreto de 20 de setembro de 1835, a favor de Francisco

-
- Saraiva da Costa Refoios, mais conhecido por «*General Saraiva*», um militar que se destacou na Guerra Civil Portuguesa. Teve um único titular.
- 336 Barão de São Cosme foi um título criado por D. Maria II, por decreto de 12 de maio de 1835, a favor de João Nepomuceno de Macedo (Chamusca, 15 de maio de 1793 — Chão da Feira, 28 de agosto de 1837), oficial do Exército que se destacou na Guerra Civil Portuguesa. O título foi usado por: (1) João Nepomuceno de Macedo, 1.º barão de São Cosme; e (2) Josefa Henriqueta Girão de Macedo, 2.ª baronesa de São Cosme, neta do anterior.
- 337 Barão de Setúbal foi um título criado por D. Maria II, por decreto de 23 de setembro de 1835, em favor de João Schwalbach, depois 1.º visconde de Setúbal. O único titular foi João Schwalbach (Trier, 22 de março de 1774 — Santo André, Estremoz, 25 de maio de 1847), nascido Johann Schwalbach, primeiro e único barão e primeiro e único visconde de Setúbal, mais conhecido por «*General Schwalbach*», um militar do Exército Português que se destacou durante a Guerra Civil e na revolta da Maria da Fonte.
- 338 Barão do Vale foi um título criado por decreto de 9 de outubro de 1835, da rainha D. Maria II, a favor do general Vitorino José de Almeida Soares Serrão. O único titular foi Vitorino José de Almeida Soares Serrão (Setúbal, 20 de julho de 1788 — Lisboa, 26 de dezembro de 1836), 1.º barão do Vale, brigadeiro do Exército que se distinguiu no comando da força expedicionária portuguesa enviada para Espanha combater os carlistas.
- 339 Barão de Valongo foi um título criado por decreto de 28 de setembro de 1835, da rainha D. Maria II, a favor de Luís Pinto de Mendonça Arrais, mais tarde 1.º visconde de Valongo.
- 340 Visconde das Antas foi um título criado por D. Maria II, por decreto de 13 de maio de 1836 e carta de 6 de julho de 1837, a favor de Francisco Xavier da Silva Pereira, antes 1.º barão das Antas e depois 1.º conde das Antas.
- 341 Barão de Lordelo foi um título criado por D. Maria II, por decreto de 20 de dezembro de 1836, em favor de José da Fonseca e Gouveia, antes 1.º barão de Vilar. O único titular foi o general José da Fonseca e Gouveia (Porto, 12 de dezembro de 1792 — Porto, 31 de janeiro de 1863), 1.º barão de Vilar, título que foi trocado pelo de 1.º barão de Lordelo. Oficial do Exército, foi governador militar do Faial e distinguiu-se na Guerra Civil, especialmente no Cerco do Porto. Foi administrador-geral do Distrito do Funchal. Reformou-se no posto de tenente-general.
- 342 Conde das Antas foi um título criado por D. Maria II, por decreto de 16 de maio de 1838, a favor de Francisco Xavier da Silva Pereira, antes 1.º barão das Antas e 1.º visconde das Antas. Usaram o título: (1) Francisco Xavier da Silva Pereira, 1.º barão, 1.º visconde e 1.º conde das Antas; (2) Francisco Xavier da Silva Pereira Júnior, 2.º conde das Antas; e (3) Fernando Augusto de Rávago y Santisteban da Silva Pereira, 3.º conde das Antas.
- 343 Conde do Bonfim foi um título criado por D. Maria II, por decreto de 4 de abril de 1838, a favor de José Lúcio Travassos Valdez, antes 1.º barão do Bonfim. Usaram o título: (1) José Lúcio Travassos Valdez, 1.º barão e 1.º conde do Bonfim; (2) José Bento Travassos Valdez, 2.º conde do Bonfim; (3) José Lúcio Travassos Valdez, 3.º conde do Bonfim; e (4) José Francisco de Melo Travassos Valdez, 4.º conde do Bonfim.
- 344 Barão do Candal foi um título criado por D. Maria II, por carta de 4 de abril de 1838, a favor de Manuel José Mendes Pacheco de Moraes. Usaram o título: (1) Manuel José Mendes Pacheco de Moraes, 1.º barão do Candal; e (2) António Pereira Cardoso Mendes de Campos, 2.º barão do Candal. O primeiro titular, o general Manuel José Mendes Pacheco de Moraes (Porto, 20 de novembro de 1787 — Goa, 18 de abril de 1840), 1.º barão do Candal, foi um oficial do Exército que, entre outras funções de relevo, foi governador do Estado da Índia.
- 345 Francisco Maria da Cunha (Angra, 22 de dezembro de 1832 — Lisboa, 13 de janeiro de 1909), oficial general do Exército e político que, entre outras funções de relevo, foi Ministro da Guerra, governador da Índia Portuguesa, deputado e par do reino.
- 346 Augusto César da Silva Sieuve (Angra, 30 de abril de 1823 — Angra do Heroísmo, 30 de abril de 1905), rico proprietário e oficial do Exército. Depois de frequentar o Colégio Militar, iniciou a sua carreira como cadete em 1841, reformando-se no posto de general de brigada em 1893. Foi governador do Castelo de São João Baptista, comandante do depósito de emigrados espanhóis refugiados em Angra em 1867 – 1868, comandante do Regimento de Caçadores n.º 10 (em Angra) e do Regimento de Caçadores n.º 11 (em Ponta Delgada). Terminou a carreira como comandante da Praça de Monsanto.
- 347 António Maria Silvano (Angra do Heroísmo, 24 de abril de 1840 — Lisboa, 13 de outubro de 1913), oficial do Exército, filho do general de brigada Júlio Maria Silvano. Com uma longa carreira militar, que incluiu comissões de serviço no Estado da Índia e em Cabinda, passou à reserva em 1897 no posto de general de brigada.
- 348 João Aurélio de Bettencourt (1827 — 1885), coronel do Exército. Foi chefe da Repartição dos Pesos e Medidas do Distrito de Angra do Heroísmo e é autor da obra: *Tabellas Officiaes para Reducção das Antigas Medidas de Capacidade dos Concelhos do Districto de Angra do Heroismo às Medidas do Novo Systema Metrico Decimal e das Medidas de Capacidade Modernas às Antigas*, Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza. Lisboa. 1862.
- 349 Frederico Leite Teixeira de Sampaio (Ponta Delgada (São Sebastião), 13 de fevereiro de 1839 — Angra do Heroísmo (São Pedro), 7 de março de 1906), coronel do Exército. Seguiu uma carreira militar com larga permanência em África que terminou no cargo de comandante do Distrito de Recrutamento de Angra do Heroísmo (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IX, p. 501).
- 350 Manuel José Coelho Borges (Angra do Heroísmo, 30 de maio de 1849 — Lisboa, 13 de março de 1925), oficial do Exército. Passou à reserva em 1902 e foi reformado no posto de coronel em 1907. Era irmão do general Teotónio Maria Coelho Borges.
- 351 António Belo de Almeida Jr. (Santa Luzia, Angra do Heroísmo, 11 de maio de 1851 — Lisboa, 8 de setembro de 1914), engenheiro militar, autor do levantamento dos fortes da Terceira e de várias obras de restauro e de

defesa da costa. Reformou-se no posto de coronel de Engenharia.

- 352 Estácio Garcia de Utra (Angra do Heroísmo, 7 de fevereiro de 1851 — Angra do Heroísmo, 18 de março de 1922), oficial do Exército que fez grande parte da sua carreira na guarnição do Castelo de São João Baptista que governou ao assumir interinamente o comando militar dos Açores, em dezembro de 1910, na sequência da implantação da República e até à nova orgânica do Comando Militar dos Açores, aprovada por decreto de 25 de maio de 1911. Reformou-se no posto de coronel.
- 353 João da Rocha Ribeiro (Angra do Heroísmo, 15 de janeiro de 1852 — Angra do Heroísmo, 18 de novembro de 1916), reformado no posto de tenente-coronel. Filho do general Elias José Ribeiro, foi pai de Luís da Silva Ribeiro.
- 354 Manuel Rodrigues da Silveira Maciel (Ponta Delgada, —), oficial do Exército.
- 355 Vicente Augusto de Vasconcelos (Angra do Heroísmo, 23 de outubro de 1815 — Angra do Heroísmo, 20 de abril de 1881), oficial do Exército. Faleceu no posto de major.
- 356 Arnaldo José de Sousa (Angra, c. 1828 — Angra do Heroísmo (Sé), 13 de agosto de 1892), oficial do Exército. Faleceu no posto de major de Artilharia.
- 357 José Vitorino de Sousa (— a. 1902), oficial do Exército. Faleceu no posto de major.
- 358 Roberto Luís Borges (Angra do Heroísmo (Sé), c. 1840 — Angra do Heroísmo (Santa Luzia), 13 de novembro de 1907), oficial do Exército. Faleceu no posto de major reformado.
- 359 Boaventura Bernardino Homem da Costa Noronha (Angra do Heroísmo, 31 de outubro de 1818 — Angra do Heroísmo, 31 de janeiro de 1890), oficial do Exército. Reformado no posto de major em 16 de setembro de 1872 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 488).
- 360 Francisco Ludovino Homem da Costa Noronha (Praia, 17 de agosto de 1820 — Angra do Heroísmo, 20 de fevereiro de 1888), oficial do Exército, reformado no posto de major. Foi cavaleiro da Ordem de Avis (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 501).
- 361 Elias José Ribeiro (Lisboa (Mercês), 27 de julho de 1823 — Angra do Heroísmo (Santa Luzia), 20 de agosto de 1903), oficial do Exército, demitido por se ter envolvido numa revolta contra o cabralismo. Readmitido, foi arquivista da 10.ª Divisão Militar, reformando-se graduado no posto de major. Foi pai do oficial homónimo, Elias José Ribeiro Júnior, o *General Elias* (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, pp. 300-301).
- 362 Jacinto dos Reis (Angra do Heroísmo (Sé), c. 1851 — Angra do Heroísmo (Sé), 24 de janeiro de 1911), oficial do Exército. Faleceu no posto de major reformado.
- 363 Ezequiel Benigno Borges de Vasconcelos (Praia da Vitória, 11 de abril de 1858 — Lourenço Marques, c. 1900), oficial do Exército. Iniciou a sua carreira como sargento do Regimento de Infantaria do Ultramar, tendo falecido no posto de major.
- 364 José Correia de Mendonça (Santa Cruz da Graciosa, 15 de julho de 1869 — Lisboa, 26 de agosto de 1943), oficial do Exército. Passou à reserva no posto de coronel.
- 365 José de Sousa da Rosa Júnior (Uzelina, 18 de janeiro de 1858 — Lisboa, 1 de julho de 1945), oficial do Exército. Passou à reserva no posto de coronel. Comandante militar da Madeira entre 28 de janeiro de 1917 e 1 de julho de 1918, durante a I Guerra Mundial, foi também governador civil interino do Distrito Autónomo do Funchal de 3 de agosto a 18 de setembro de 1917. Exerceu interinamente o comando militar dos Açores entre 11 de março e 11 de outubro de 1919.
- 366 Francisco de Paula Pinheiro da Silva (Angra (Sé), 30 de outubro de 1809 — Cristelo Novo (Valença), 26 de janeiro de 1857), oficial do Exército. Assentou praça no Batalhão de Artilharia da Ilha Terceira em 1828 e faleceu no posto de capitão do Regimento de Artilharia n.º 3, aquartelado em Valença. Era cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1847) (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 636).
- 367 António Pinheiro Silvano (Angra do Heroísmo, 28 de junho de 1871 — Lisboa, 1936), oficial da Armada. Participou nas campanhas ultramarinas e passou à reserva no posto de capitão-de-mar-e-guerra. Era parente e amigo de Fernando Pessoa.
- 368 Luís da Silva Alves (Angra do Heroísmo (Sé), 1859 — d. 1918), oficial de administração militar do Exército que terminou a carreira no posto de coronel. No posto de tenente-coronel foi o primeiro presidente da Delegação Distrital da Cruz Vermelha Portuguesa em Angra do Heroísmo (1917-1918).
- 369 Augusto Hedwiges de Moraes Pereira Sarmiento (Matriz, Horta, 20 de abril de 1846 — Lisboa, 15 de dezembro de 1901), oficial do Exército. Faleceu no posto de capitão. Foi filho de Germano César Pereira de Moraes Sarmiento, autor do projeto de algumas obras públicas relevantes no concelho de Angra, entre as quais a ligação entre o Jardim Duque da Terceira e a Memória.
- 370 Francisco Borges de Meneses (Praia da Vitória, 1 de setembro de 1852 —), oficial do Exército, reformado no posto de capitão depois de uma carreira militar com largos períodos em África. Era alferes em Moçambique em 1881.
- 371 Eduardo Augusto Perfelim (—), oficial do Exército, reformado no posto de major. Foi administrador do concelho da Praia, Cabo Verde (exonerado a 6 de junho de 1911).

-
- 372 Augusto Silvano Cardoso (Angra do Heroísmo (Santa Luzia), 21 de outubro de 1856 —), oficial do Exército, onde atingiu o posto de tenente-coronel. Foi mais tarde comandante da marinha mercante.
- 373 António Francisco Martins (Angra do Heroísmo, 16 de junho de 1860 — Angra do Heroísmo, 24 de maio de 1941), aluno do Colégio Militar, foi oficial do Exército, reformado no posto de coronel de Infantaria (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 710).
- 374 António Veríssimo de Sousa (Santa Cruz da Graciosa, 5 de agosto de 1858 — Lisboa (Alcântara), 11 de outubro de 1933), oficial do Exército. Passou à reserva no posto de coronel. Distinguiu-se nas campanhas de pacificação de Angola. Foi Comandante Militar dos Açores (1917-1919) e governador civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo (1921).
- 375 António Pamplona Corte-Real (Santa Cruz da Graciosa, 31 de agosto de 1861 — Angra do Heroísmo (São Pedro), 25 de junho de 1929), oficial do Exército, reformado no posto de tenente-coronel de Infantaria (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 164).
- 376 António Sebastião Borges da Costa (Santa Bárbara, 28 de novembro de 1852 — Angra do Heroísmo, 22 de julho de 1912), fidalgo cavaleiro da Casa Real, filho de Alexandre Sebastião Borges da Costa, último morgado de Santa Bárbara, e de D. Angélica Augusta do Carmo Borges de Menezes. Assentou praça no Batalhão de Caçadores n.º 10 e seguiu a carreira de oficial do Exército. Faleceu no posto de tenente-coronel.
- 377 Francisco Augusto da Costa Martins (Angra do Heroísmo, 4 de outubro de 1858 — Horta, 18 de abril de 1938), oficial do Exército, passou à reserva no posto de coronel. Distinguiu-se como colecionador, especialmente com numismata. Foi presidente da Câmara Municipal da Horta.
- 378 Francisco Gomes (—), oficial do Exército.
- 379 Francisco Inácio Pimentel Júnior (Angra do Heroísmo, 12 de março de 1853 — Lisboa, 25 de março de 1931), oficial do Exército, passou à reserva graduado em major. Prestou serviço na Índia e em Angra do Heroísmo. Depois de passar à reserva foi secretário do Hospital de Inválidos Militares de Runa (1906) e segundo-comandante do Asilo de Inválidos Militares de Princesa Maria Benedita (1923). Era cavaleiro da Ordem Militar de São Bento de Avis (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 595).
- 380 Francisco Ludovino da Costa Noronha (Angra do Heroísmo, 29 de janeiro de 1860 — Lisboa, 27 de junho de 1908), oficial do Exército. Faleceu no posto de capitão de Infantaria. Foi cavaleiro da Ordem de Avis (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 511).
- 381 Germano Augusto da Silveira (Angra do Heroísmo (Sé), 28 de maio de 1852 — Runa (Torres Vedras), 20 de fevereiro de 1918), oficial do Exército, faleceu no posto de tenente-coronel.
- 382 João Borges Alpoim do Canto (Angra do Heroísmo, 28 de outubro de 1885 — Angra do Heroísmo, 3 de fevereiro de 1959), oficial do Exército que terminou a carreira militar no posto de coronel. Exerceu diversas funções políticas, entre as quais as de presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (1927-1928), senador no Congresso da República (1922) e deputado à Assembleia Nacional do Estado Novo (1949-1957).
- 383 José Francisco da Silveira Júnior (Praia da Vitória, 5 de fevereiro de 1860 —), oficial do Exército.
- 384 José de Sousa da Fonseca de Ornelas (Praia da Vitória, 23 de janeiro de 1859 — Leiria, 21 de fevereiro de 1911), oficial do Exército. Assentou praça como voluntário no Batalhão de Caçadores n.º 5. Fez o curso da Escola do Exército. Faleceu no posto de major (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 635).
- 385 Nicolau Reis (Angra do Heroísmo, 11 de dezembro de 1859 — Lisboa, 29 de novembro de 1912), oficial do Exército. Participou nas campanhas de pacificação em África e passou à reserva no posto de tenente-coronel.
- 386 Teotónio Moniz Barreto do Couto (Angra (São Bento), 11 de novembro de 1862 — Lisboa, 26 de agosto de 1923), aluno do Colégio Militar, oficial do Exército, passou à reserva no posto de tenente-coronel em 1919. Foi comandante da Polícia Cívica de Lisboa e comandante da Guarda Nacional Republicana no Porto.
- 387 Teotónio Octávio de Ornelas Bruges (Lisboa, 10 de março de 1861 — Angra do Heroísmo, 2 de novembro de 1906), 3.º visconde de Bruges, oficial do Exército. Par do reino, foi o último membro da dinastia política do 1.º conde da Praia.
- 388 Tomás Soares Luís (Terra Chã, 30 de março de 1858 — Angra do Heroísmo (Santa Luzia), 9 de junho de 1902), oficial do Exército. Faleceu no posto de capitão do Regimento de Infantaria n.º 25, aquartelado em Angra do Heroísmo.
- 389 Veríssimo José de Andrade (Angra do Heroísmo, 23 de fevereiro de 1863 — Lisboa, 1 de maio de 1927), oficial do Exército. Foi comandante das tropas aquarteladas na Fortaleza de São João Baptista. Passou à reserva no posto de coronel.
- 390 Viriato Ribeiro de Lemos (Velas, 5 de dezembro de 1858 — Lisboa (São José), 9 de fevereiro de 1949), oficial de Infantaria do Exército e engenheiro, que passou à reserva no posto de coronel. Foi pai de Victor Hugo Duarte de Lemos (1894 — 1959), professor catedrático de Matemática da Universidade de Lisboa e Ministro da Instrução Pública.
- 391 Fernando Augusto Vieira de Matos (—), oficial da Armada. Destacou-se nas campanhas de pacificação em África, especialmente em Moçambique, e foi governador interino de Macau durante o consulado sidonista (1917-1918). Capitão-de-fragata, era comendador da Ordem Militar de Cristo (1923).
- 392 Ruben Auber Tavares de Melo (Angra do Heroísmo (Sé), 3 de setembro de 1873 — Lisboa, 3 de fevereiro de 1953), oficial da Armada, classe de Marinha, passou à reserva no posto de capitão-de-fragata. Era filho de

-
- Leonel Tavares de Melo e de Rachel Abohobot. Era cavaleiro da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. É lembrado na toponímia de Paço de Arcos.
- 393 Francisco dos Reis (Angra do Heroísmo, —), oficial do Exército, passou à reserva no posto de capitão de Administração Militar em 1913.
- 394 José António Airó (Terra Chã, 6 de fevereiro de 1849 —), com o apelido também grafado *Ayró*, oficial do Exército.
- 395 Francisco Henrique Xavier Pereira (Angra do Heroísmo, 29 de novembro de 1867 — Lisboa, 27 de março de 1952), filho de Francisco Maria Xavier Pereira, natural de Setúbal, e de Alegria Levy, que depois de se converter ao catolicismo passou a usar o nome de Adelina Alegria Levy. Foi oficial do Exército, sendo em 1896 tenente de Engenharia. Faleceu no posto de coronel de Artilharia. Nas eleições gerais de 8 de novembro de 1925 foi candidato republicano às Cortes pelos círculos de Chaves e Porto (não eleito).
- 396 Manuel Augusto de Ávila (Santa Cruz da Graciosa, 1 de janeiro de 1854 —), oficial do Exército.
- 397 António Ernesto Borges (Angra do Heroísmo (São Pedro), 30 de novembro de 1866 — Lisboa (Santa Isabel), 20 de outubro de 1945), oficial do Exército reformado no posto de coronel. Com o então capitão de engenheiros António Belo de Almeida, é coautor de uma «Planta do Castello d'Angra e Monte Brazil: com a determinação de todos os lotes de cultura» (1888), assinalando as parcelas de cultivo que lá existiram. Prestou serviço em Goa e Macau. Integrrou a loja maçónica Pátria e Liberdade (cf.: António Ventura, *Pátria e Liberdade : Uma loja maçónica de militares*. Lisboa, Âncora Editora, 2024).
- 398 Carlos Mendes (Angra do Heroísmo (Conceição), 16 de janeiro de 1865 —), oficial do Exército. Terminou a sua carreira como capitão do Regimento de Infantaria de Angra (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 44).
- 399 Francisco José de Oliveira (Angra do Heroísmo, 7 de julho de 1858 — Angra do Heroísmo, 15 de abril de 1914), oficial do Exército. Passou à reserva em 1910 no posto de major (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 587).
- 400 Jaime Vaz (— Lisboa, 22 de junho de 1944), terceirense, oficial do Exército. Em 1913, no posto de capitão, era adjunto do Comando Militar dos Açores, em Angra do Heroísmo. Reformado no posto de coronel.
- 401 João Maria Pereira da Silva (Angra do Heroísmo (Sé), c. 1875 — Angra do Heroísmo (São Pedro), 15 de dezembro de 1955), oficial do Exército.
- 402 Joaquim Severino Machado Avelar (Angra do Heroísmo, 25 de setembro de 1861 — Angra do Heroísmo, 18 de novembro de 1944), oficial do Exército. Foi aluno do Colégio Militar.
- 403 Manuel Joaquim Pereira da Costa (—), oficial de administração militar do Exército.
- 404 Pedro de Paula Pinheiro Machado (Angra do Heroísmo, 29 de novembro de 1870 — Lisboa, 21 de novembro de 1948), oficial do Exército. Nos postos de major (1915) e de coronel (1921-1923) foi governador interino da Fortaleza de São João Baptista e comandante do Regimento de Infantaria n.º 25 aquartelado naquela fortaleza (1920-1923). No posto de brigadeiro governador militar dos Açores (1926-193). Terminou a sua carreira no posto de general comandante da 4.ª Região Militar e depois vogal do Supremo Tribunal Militar.
- 405 Virgílio Henriques Soares Varela (Angra do Heroísmo, 26 de janeiro de 1868 — Lisboa, 5 de dezembro de 1932), filho de Manuel da Fonseca Soares Varela, de Arneiros, Lamego, sargento do Batalhão de Caçadores n.º 10. Foi oficial do Exército.
- 406 João Sieuve de Séguier Camelo Borges (Angra, 19 de maio de 1821 — Ponta Delgada, 5 de outubro de 1891), foi oficial do Exército, sendo passado compulsivamente à reserva (Companhia de Veteranos dos Açores) em 1847, no posto de alferes devido ao seu envolvimento no levantamento da Patuleia. Foi reformado, como alferes, em 1864. Empregou-se como funcionário da alfândega de Ponta Delgada, cargo que manteve até ao fim da vida (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 696).
- 407 Manuel Pacheco (—), oficial do Exército. Era tenente em 1902.
- 408 Eduardo Gomes da Silva (Serreta, 27 de julho de 1876 — Angra do Heroísmo, 10 de novembro de 1955), oficial de Infantaria do Exército que se destacou no campo da arquitetura, da topografia e da fotografia. Concebeu alguns dos prédios mais marcantes da cidade de Angra do Heroísmo, nomeadamente o Teatro Angrense e o edifício sede da Confederação Operária Terceirense. Comandou o Depósito de Concentrados Alemães que foi constituído no Castelo de São João Baptista durante a participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial.
- 409 Guilherme da Silva Quintanilha (Angra do Heroísmo, 25 de abril de 1876 — Lisboa, 6 de dezembro de 1949), oficial do Exército, reformado no posto de coronel. Foi irmão do cientista Aurélio Pereira da Silva Quintanilha.
- 410 João Álvaro dos Santos Silvano (Angra do Heroísmo, 2 de março de 1881 — Lisboa, 23 de maio de 1967), oficial do Exército, reformado no posto de coronel (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 793).
- 411 João de Sousa Eiró (Santa Cruz da Graciosa, 2 de janeiro de 1879 — Lisboa, 29 de março de 1944), oficial do Exército, membro da Comissão de Defesa Antiaérea, reformado no posto de coronel de Infantaria.
- 412 Luís Lopes Ramos da Silva (Penafiel, 13 de outubro de 1862 — c. 1911), oficial do Exército. Destacou-se nas campanhas de pacificação em África. Fez parte da coluna de operações ao Cuamato, Mufilo, Acongo e Damequero e foi agraciado com o grau de cavaleiro da Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito e o grau de cavaleiro da Real Ordem Militar de São Bento de Avis. Fora condecorado com a medalha de prata Rainha D. Amélia.
- 413 Manuel Ferraz de Menezes (Cabo da Praia, 13 de agosto de 1868 — Coimbra, 5 de setembro de 1938), oficial do Exército, falecido no posto de capitão. Prestou serviço no ultramar.

-
- 414 Teotónio Carlos Martins (Angra do Heroísmo, 6 de maio de 1877 — Lisboa, 21 de fevereiro de 1954), oficial do Exército. Integrou o Secretariado Nacional de Informação e Cultura Popular e publicou sobre turismo e hotelaria.
- 415 Antero Homem de Noronha (Angra do Heroísmo, 18 de agosto de 1878 — Ponta Delgada, 16 de junho de 1963), oficial do Exército, reformado no posto de coronel de Infantaria (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 503).
- 416 António Maria Maciel (Rosais, 10 de abril de 1869 —), oficial de Infantaria do Exército. Destacou-se nas campanhas de pacificação em Moçambique, recebendo o grau de cavaleiro da Ordem da Torre Espada, com que foi agraciado pelo seu desempenho na batalha de Maganja da Costa, em 1898.
- 417 António da Silva Nogueira (Angra do Heroísmo (Sé), 11 de março de 1866 — Angola, c. 1918), oficial do Exército. Foi ajudante-de-campo do Governador Geral de Angola. Faleceu em Angola depois de 1902.
- 418 José Veríssimo de Sousa (—), oficial do Exército. Era alferes em 1902.
- 419 Júlio Maria Silvano Júnior (Angra do Heroísmo, 1 de junho de 1843 — Angola, 4 de agosto de 1872), oficial do Exército. Em 1867 foi enviado para Angola, no posto de alferes, em que faleceu.
- 420 Francisco Corvelo de Oliveira (Angra do Heroísmo, 6 de novembro de 1867 — Angra do Heroísmo), oficial do Exército. Foi proprietário da Ermida de Santa Filomena, em Angra do Heroísmo.
- 421 Militão Moniz Martins Pamplona (Angra do Heroísmo, 6 de outubro de 1869 — Angra do Heroísmo), filho de Raimundo Martins Pamplona de D. Maria Isabel Moniz de Sá. Foi segundo-sargento do Regimento de Caçadores n.º 10 e depois funcionário público (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII p. 520). Foi pai do jornalista e autor teatral Clemente Ramos Pamplona (1895 — 1957).
- 422 Elvira Favila Monteiro Esmeraldo (New York, 16 de junho de 1801 — Angra do Heroísmo, 24 de janeiro de 1838), de uma família de origem madeirense, filha do negociante Joaquim Monteiro, cônsul-geral de Portugal em New York e depois em Amesterdão. Casou em Angra, em 1833, com Teotónio de Ornelas Bruges, 1.º conde da Vila da Praia da Vitória (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 297).
- 423 Joaquim António Monteiro (Funchal, 20 de setembro de 1770 — Amesterdão, d. 1824), abastado comerciante madeirense, cônsul-geral de Portugal em New York e depois em Amesterdão.
- 424 A baronesa de Palença era Emília Monteiro (New York, 14 de maio de 1798 — Lusciano, Nápoles, 17 de abril de 1875), filha do comerciante madeirense Joaquim António Monteiro, cônsul-geral de Portugal em New York. Era cunhada do 1.º conde da Praia. O título de barão de Palença foi criado por decreto de 13 de maio de 1824, do rei D. João VI, a favor do diplomata russo Franz Frantsevich Borel (Франц Францевич Борель), encarregado de negócios do Império Russo junto da Corte Portuguesa, em agradecimento pela sua ação durante a Abridada. A aceitação do título e o seu uso no Império Russo foram autorizados por decreto do czar Alexandre I datado de 25 de julho de 1825.
- 425 Maria Inácia Merens Forjaz Sarmento de Lacerda (São Mateus da Calheta, 17 de junho de 1836 — Lisboa, 29 de junho de 1882), esposa de Jácome de Ornelas Bruges Paim da Câmara, 2.º conde da Praia. Era filha do morgado João Pereira Forjaz Sarmento de Lacerda.
- 426 João Pereira Forjaz Sarmento de Lacerda (São Mateus da Calheta, 9 de setembro de 1806 — Angra do Heroísmo, 11 de abril de 1867), morgado e fidalgo cavaleiro da Casa Real (1810). Foi oficial do Regimento de Cavalaria n.º 2, em Lisboa, tendo combatido na Guerra Civil nas hostes miguelistas. Terminada a guerra, regressou à Terceira onde casou em 1835 com Maria José Pacheco de Melo, herdeira de um rico morgadio. Dedicou-se à gestão da sua vasta casa agrícola, sendo ganhador e aficionado, tendo revitalizado as Festas de São João, as atuais Sanjoaninas, que haviam sido interrompidas durante a guerra. Foi membro do Conselho de Distrito e procurador à Junta Geral e presidente da comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Angra. Foi também o iniciador das touradas na praça da Serreta, a primeira das quais se realizou a 10 de setembro de 1849 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, pp. 474-482).
- 427 Maria José de Menezes Pacheco de Melo (Angra, 25 de dezembro de 1806 — São Mateus da Calheta, 3 de setembro de 1847), filha do político miguelista Cândido de Menezes Lemos e Carvalho (1772 — 1831) e herdeira da Quinta Mercês, em São Mateus. Casou com o morgado João Pereira Forjaz Sarmento de Lacerda e foi sogra do 2.º conde da Praia (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 110).
- 428 Jácome de Ornelas Bruges Paim da Câmara (Angra do Heroísmo, 23 de fevereiro de 1865 — Lagoa (São Miguel), 20 de outubro de 1903), funcionário da Fazenda, colocado sucessivamente nas repartições de Angra, Velas, Ponte da Barca e Lagoa.
- 429 João de Ornelas Bruges Paim da Câmara (Angra do Heroísmo, 13 de março de 1871 — Taunton, Massachusetts, 9 de abril de 1933), funcionário da alfândega em Lourenço Marques. Residiu os últimos anos da sua vida nos Estados Unidos.
- 430 O Asilo de Mendicidade D. Pedro V, da Praia da Vitória, foi criado em 31 de outubro de 1861, altura em que por alvará do Governo Civil foi nomeada a Comissão Instaladora. O Asilo de Mendicidade começou a funcionar a 10 de agosto de 1862, instalando-se por 3 anos nos baixos do Hospital do Espírito Santo da Misericórdia da Praia, à beira-mar, em lojas que serviram de graneis. Foram aí improvisadas duas enfermarias, uma para homens e outra para mulheres, um cubículo de apoio e retretes. Usava-se a cozinha do hospital. Os internados de ambos os sexos, andavam pela dúzia. A mudança definitiva para o edifício do antigo Convento da Luz ocorreu a 28 de setembro de 1865. A instituição é o antecessor da atual estrutura residencial para idosos que funciona no referido imóvel, tendo o Asilo, a 22 de julho de 1981, passado à designação de Lar.
- 431 José Maria Sieuve de Meneses (Angra do Heroísmo, 20 de novembro de 1826 — Angra do Heroísmo, 4 de novembro de 1893), 1.º visconde e 1.º conde de Sieuve de Meneses, bacharel em Direito pela Universidade de

Coimbra, rico terratenente e político, líder local do Partido Regenerador na ilha Terceira, que durante muitos anos dominou a cena política açoriana, em particular no Distrito de Angra do Heroísmo. Foi deputado às Cortes, onde apresentou projetos próprios, nomeadamente em matérias do regime fiscal especial da produção de tabacos nos Açores, na regulação dos contratos de navegação e na obtenção de fundos para obras públicas. Poucas foram as freguesias do seu círculo que não receberam investimentos obtidos pela sua influência como deputado, o que lhe granjeou uma enorme influência eleitoral. Foi nomeado par do reino vitalício em 1882.

- 432 João Sieuve de Séguier Camelo Borges (Angra, 6 de fevereiro de 1774 — Angra, 11 de março de 1844), morgado, senhor da casa de São Sebastião das Pedreiras em Angra, fidalgo da Casa Real. Teve vários cargos nas milícias de Angra, da Vila de São Sebastião e da Praia, entre os quais o de capitão-mor das Ordenanças da Praia. Foi vereador e juiz ordinário na Praia e vereador em Angra. Em 1828 era o vereador mais velho da Câmara de Angra, e por isso presidiu ao juramento de fidelidade a D. Miguel que teve lugar em maio daquele ano. Após a revolta de 22 de junho de 1828, considerado miguelista, foi preso e deportado para a Inglaterra, de onde passou a Lisboa, só regressando à Terceira após a amnistia concedida pelo governo liberal (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, pp. 694-695).
- 433 Gertrudes Luísa de Menezes de Lemos e Carvalho (Angra, 15 de março de 1790 — Angra do Heroísmo, 3 de novembro de 1879), esposa do morgado João Sieuve de Séguier Camelo Borges e mãe do político angrense José Maria Sieuve de Menezes (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 113).
- 434 Ana Raimunda Martins Pamplona Corte-Real (b. São Bartolomeu dos Regatos, 12 de fevereiro de 1832 — Angra do Heroísmo, 22 de março de 1911), condessa de Sieuve de Menezes, esposa do político angrense José Maria Sieuve de Menezes, 1.º conde de Sieuve de Menezes, e mãe do também político Raimundo Sieuve de Menezes, 2.º conde de Sieuve de Menezes. Foi batizada em São Bartolomeu como filha de pais incógnitos e perfilhada pelo pai, o morgado graciosense Raimundo Martins Pamplona Corte-Real, em 1853. A mãe era Maria Benedita de Lemos e Carvalho, cunhada do pai e depois sua segunda esposa. Foi educada em Lisboa, como interna no Convento dos Religiosos Irlandeses do Bom Sucesso, de onde apenas saiu para casar (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 162).
- 435 Genoveva de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos (Angra do Heroísmo, 5 de setembro de 1859 — Angra do Heroísmo, 17 de outubro de 1946), 2.ª condessa de Sieuve de Menezes, filha do morgado Vital de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos do Carvalhal, casada com o político Raimundo Sieuve de Menezes, 2.º conde de Sieuve de Menezes (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. II, p. 37).
- 436 Maria Sieuve de Menezes Pamplona (Angra do Heroísmo, 25 de novembro de 1856 — Angra do Heroísmo, 29 de outubro de 1910), filha do político angrense José Maria Sieuve de Menezes, 1.º conde de Sieuve de Menezes, casou em 1876 com António Maria Holtreman do Rego Botelho de Faria, 1.º conde do Rego Botelho (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 698).
- 437 António Maria Holtreman do Rego Botelho de Faria (Arruda dos Vinhos, 28 de agosto de 1854 — Angra do Heroísmo, 22 de outubro de 1929), 1.º conde do Rego Botelho, grande proprietário com terrenos nas ilhas Terceira e São Miguel, político destacado, líder incontestado do Partido Regenerador na ilha Terceira. Foi par do reino, presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e grande mecenas de diversas instituições e igrejas das freguesias rurais terceirenses, em geral administradas por figuras próximas dos regeneradores.
- 438 Conde de Rego Botelho foi um título criado por decreto de 4 de janeiro de 1894, do rei D. Carlos I, a favor do político regenerador António Maria Holtreman do Rego Botelho de Faria. Teve um único titular.
- 439 Francisco Manuel Coelho Borges (Angra, 27 de abril de 1794 — Angra do Heroísmo, 25 de junho de 1863), oficial do Exército, miguelista. Depois de ter frequentado a Real Academia de Fortificação e Desenho, iniciou uma carreira militar que o levou ao posto de capitão em 1821. Partidário do absolutismo, participou ativamente na supressão da revolta liberal de 1821, o que lhe valeu ser feito cavaleiro de Ordem de Cristo em 1823, e foi governador do Castelo de São João Baptista em 1828. Foi major comandante do Batalhão de Infantaria do Senhor D. Miguel I na Beira Alta (1828) e tenente-coronel comandante do Batalhão de Infantaria que defendia a ilha de São Miguel contra as investidas liberais (1830). Foi demitido do Exército após a Guerra Civil.
- 440 O conde de Peniche era Caetano Gaspar de Almeida e Noronha Portugal Camões de Albuquerque Moniz e Sousa (Lisboa, 12 de março de 1820 — Lisboa, 1 de junho de 1881), 8.º marquês de Angeja, 3.º conde de Peniche e 19.º senhor de Vila Verde, diplomata e político da esquerda monárquica.
- 441 José Silvestre Ribeiro (Idanha-a-Nova, 31 de dezembro de 1807 — Lisboa, 9 de março de 1891), político e historiador, autor de uma importante obra sobre a história das instituições científicas e culturais portuguesas. Foi administrador-geral de vários distritos, ministro da Justiça, deputado e par do Reino. Distinguiu-se sobremaneira no processo de socorro às populações do Ramo Grande aquando do grande terramoto da segunda *Caída da Praia* e no arranque do subsequente processo de reconstrução. Igualmente se destacou no combate à fome que assolou a Madeira em 1847 e a ele se devem as primeiras tentativas de transformar o bordado da Madeira numa atividade económica. As suas ideias esclarecidas sobre a economia e a sociedade e a sua visão europeísta do futuro de Portugal fizeram dele um dos pensadores mais avançados do Portugal do seu tempo, com algumas das suas propostas a levarem mais de um século para obterem plena concretização.
- 442 O cais da Figueirinha começou a ser construído em 1841, por iniciativa do governador civil José Silvestre Ribeiro. A obra, que incluiu a proteção costeira até ao Porto Novo, frente ao atual viaduto, e o seu prolongamento até ao Pátio da Alfândega, por debaixo da Rocha, só terminaria em 1890.
- 443 A construção da igreja da Serreta, ao tempo localizada no lado oposto da estrada em relação à atual, iniciou-se em 1818, por decisão do capitão-general Francisco António de Araújo e Azevedo. Em resultado do período revolucionário e da guerra civil que se seguiu as obras ficaram paradas, com apenas parte das paredes levantadas. Foram reiniciadas em 1842, por iniciativa de José Silvestre Ribeiro, sendo a imagem transferida da igreja de São Jorge das Doze Ribeiras para o novo templo em 10 de setembro daquele ano. A Serreta passou a

paróquia independente por decreto de 16 de outubro de 1861.

Capítulo XLI

A ilha Terceira e a dinastia liberal

El-Rei o Senhor D. Pedro IV. A Rainha a Senhora D. Maria II. El-Rei o Senhor D. Pedro V. El-Rei o Senhor D. Luís I e a Rainha a Senhora D. Maria Pia

Relatados resumidamente os acontecimentos mais importantes da época liberal, de que foi teatro a ilha Terceira, sendo restaurado o trono português para a sua legítima soberana a Senhora D. Maria II, sigamos o que se refere aos egrégios monarcas da dinastia liberal, e sucedido na mesma ilha.

El-Rei o Senhor D. Pedro IV

Faleceu a 24 de setembro de 1834. A notícia da inesperada morte do herói da liberdade portuguesa, o imortal rei soldado, veio ferir profundamente o coração dos terceirenses que muito o estremeciam e idolatravam.

Realizaram-se solenes exéquias na Catedral e em várias outras igrejas da ilha, trajando todos rigoroso luto. Durante muitos anos, até à extinção da 10.^a Divisão Militar dos Açores, no dia do aniversário do passamento do Duque de Bragança, celebrava-se, na real capela do Colégio, uma missa, a que assistiam autoridades civis e militares, o senado angrense, titulares, corpo consular, corporações e associações, funcionários públicos, a força da guarnição e companhia de reformados.

O primeiro monumento, levantado em terras portuguesas a D. Pedro IV foi na ilha Terceira, aos 3 de março de 1845, na praça do antigo Castelo de São Luís, depois Castelo de São Cristóvão.

A pedra inaugural daquele monumento, que foi a pedra em que primeiro colocou os pés o imortal dador da Carta Constitucional, ao desembarcar nesta ilha aos 3 de março de 1832, foi conduzida respeitosamente em numeroso cortejo cívico até à praça do castelo.

Neste ato solene, a que assistiram milhares de pessoas, foram pronunciados brilhantes, patrióticos e arrebatadores discursos. A descrição minuciosa de tudo o que se passou neste imponente ato, e do que se disse, está publicada no *Angrense* daquele ano, e reeditada no mesmo jornal, a 3 de março de 1903.

A Rainha a Senhora D. Maria II

A notícia da morte da rainha bem-amada dos terceirenses, sucedida em 15 de novembro de 1853, foi dolorosamente recebida nesta ilha a 26 do mesmo mês. Realizaram-se todos os atos de pranto e dor, que era uso terem lugar.

No dia 3 de dezembro houve a quebra de escudos com todo o aparato fúnebre, próprio destes atos. Presidia ao município angrense o vice-presidente, o falecido liberal Frederico Ferreira Campos, e os escudos foram quebrados: o primeiro no Largo 22 de Junho,¹ pelo vereador António José Vieira Rodrigues Fartura Júnior,² o segundo, no Largo 11 de Agosto,³ pelo vereador o dr. José Augusto Nogueira Sampaio, o terceiro, na Praça da Restauração,⁴ pelo vereador Aniceto António dos Santos.⁵

Celebraram-se solenes exéquias na Catedral, orando o deão Narciso António da Fonseca; na igreja do Livramento, orando o padre Francisco Rogério da Costa; e nas matrizes da Vila da Praia da Vitória e de São Sebastião.

El-Rei o Senhor D. Pedro V

Foi aclamado solenemente na cidade de Angra do Heroísmo aos 30 de setembro de 1835, realizando-se todos os atos demonstrativos de regozijo público.

Quando a morte arrebatou, aos 17 de julho de 1859, a virtuosa esposa deste magnânimo monarca, a rainha D. Estefânia,⁶ veio uma tão fatal notícia ecoar tristemente, doridamente, no coração de todos os terceirenses.

Depois, rejubilando de contentamento ao terem conhecimento de todos os atos sublimemente heroicos, humanitários, civilizadores e patrióticos do Senhor D. Pedro V, faziam os terceirenses votos para que a Providência dilatasse por muitos anos a vida preciosa do esperançoso monarca.

No meio, porém, de tantas esperanças e ardentes votos, é recebida na ilha Terceira a infausta notícia de que o desditoso monarca tinha falecido no Paço das Necessidades, aos 11 de novembro de 1861, e de que a desventura havia descido sobre a família real portuguesa, vitimando os príncipes D. Fernando⁷ e D. João, e lançado no leito, gravemente enfermo, o príncipe D. Augusto.⁸ As demonstrações de sentimento na ilha Terceira pela morte de el-rei foram as que a seguir se descrevem.

A quebra de escudos reais, com o triste e lutuoso aparato destas solenidades, foi a última quebra de escudos que se realizou em Angra. Os paços do concelho estavam forrados de pesado luto, e pelas 11 horas da manhã [do dia 13 de dezembro] saiu deles o préstito pela forma seguinte:

- Na frente iam dois zeladores da Câmara, e entre eles um empregado municipal com a saca preta em que deviam ser arrecadados os fragmentos dos escudos quebrados; seguiam-se na devida ordem todas as corporações, associações, funcionários, dignidades, autoridades, *etc.*
- Os vereadores trajavam capas, chapéus desabados e fumos caídos, e empunhavam varas pretas. Na frente da Câmara ia a cavalo o vereador António Sieuve Camelo Borges,⁹ levando a bandeira do Município coberta de crepe.
- O general comandante da 10.^a Divisão Militar, estado-maior e mais oficialidade, antecediavam toda a tropa em disponibilidade, que fechava o préstito.

Os lugares destinados para o quebramento de escudos foram: 1.^o — Largo 22 de Junho, 2.^o — Largo 11 de Agosto de 1829; 3.^o — Praça da Restauração. Os vereadores encarregados desta cerimónia foram Luís António Parreira, Francisco Bettencourt Pereira e Melo,¹⁰ e Frederico Ferreira Campos.

No dia 20 [de dezembro], mandou o secretário-geral, Jácome de Bruges,¹¹ servindo de governador civil, celebrar solenes exéquias na catedral. Rico e aparatoso catafalco, estilo gótico, desenho do sr. Germano César de Morais Pereira Sarmento, estava erguido no meio do coro, chegando quase ao teto do majestoso templo, produzindo admirável efeito pela multiplicidade dos lumes que o cercavam, pelo brilhantismo das serpentinas e alâmpadas de prata, que sustentavam os mesmos lumes, fazendo realçar o brilho dos ricos galões de ouro e prata que guarneciam os veludos.

Sobre o ataúde repousava a coroa real coberta de crepe, bem como o escudo com as armas reais e a bandeira portuguesa. A única inscrição, que nele se lia, era o nome de D. Pedro V.

Celebrou de pontifical o bispo D. Frei Estevão, orou o deão Narciso António da Fonseca.

Na vila da Praia da Vitória, a cerimónia do quebramento de escudos teve lugar no dia 20 [de dezembro], e as exéquias no dia 21, recitando a oração fúnebre o vigário António Joaquim Borges.

Na paroquial da Conceição, em Angra, houve também exéquias, orando o cônego honorário Francisco Rogério da Costa, e em todas as paróquias e igrejas das casas de caridade se celebraram missas sufragando a alma do desditoso monarca.

Em deputação ao paço, em Lisboa, foram os terceirenses José Maria Sieuve de Menezes, Manuel Homem de Noronha, António Severino de Avelar¹² e Luís Meireles do Canto Merens de Távora,¹³ apresentar ao senhor D. Luís a seguinte mensagem da Associação Comercial de Angra do Heroísmo:¹⁴

«Senhor: Três acontecimentos bem dolorosos, a morte infausta de dois Infantes esperançosos, e a do Rei Querido dos portugueses, o nunca assaz chorado Monarca o Senhor D. Pedro V, acabam de mergulhar a Família Real na mais viva dor e a Nação Portuguesa na mais sincera aflição.

O Príncipe que era admiração da Europa, e que tinha entre todos os portugueses simpatias legítimas pelas virtudes que particular e oficialmente demonstrou sempre, o Príncipe que foi o cultor de todos os progressos, o protetor de todos os cometimentos úteis, o apóstolo e mantenedor das leis constitucionais que havia jurado, desceu inesperadamente ao túmulo de Seus Maiores, entregando-lhe a coroa que sua fronte cingia com tanto aplauso do seu povo.

A Associação Comercial da cidade de Angra do Heroísmo, por meio da sua direção, vem por isso juntar sua voz pesarosa à de tantas corporações, que têm acompanhado a Vossa Majestade na Sua vivíssima dor, e pedir-lhe haja de acolher com benevolência os seus sentidos pêsames e a expressão do seu muito profundo respeito.

Consinta Vossa Majestade igualmente, que esta Associação aproveite tão dolorosa oportunidade para ao mesmo tempo saudar a elevação de Vossa

Majestade ao Trono Constitucional do Senhor D. Pedro IV, e patentear a Vossa Majestade a esperança que acompanha todos os portugueses de continuarem neste reinado a ver a Nação caminhar na estrada dos progressos úteis, e a liberdade das instituições aperfeiçoada no interesse do povo, no bom regímen da sociedade.

Deus prolongue por dilatados anos a preciosa existente de Vossa Majestade e a dos Príncipes da Casa de Bragança, como a todos os portugueses é mister.

— *Associação Comercial de Angra do Heroísmo, dezassete de janeiro de mil oitocentos e sessenta e dois. — Presidente, António da Silva Baptista¹⁵ — Joaquim José Marques Guimarães¹⁶ — Jacinto Cândido da Silva — Silvério Severino de Avelar¹⁷ — Manuel Inácio Cardoso¹⁸ — Manuel Joaquim dos Reis — André Francisco Meireles do Canto e Castro,¹⁹ secretário.»*

El-Rei o Senhor D. Luís I e a Rainha a Senhora D. Maria Pia

Um dos acontecimentos mais assinalados que a história terceirense regista jubilosamente, é o da honrosa visita do saudoso monarca, o Senhor D. Luís I, quando infante, à ilha Terceira.

Era sua alteza um dos filhos da rainha dileta dos terceirenses, a Senhora D. Maria II, e a sua visita, devia ocasionar, como ocasionou, geral alvoroço e delirante entusiasmo.

Teve ela lugar no dia 31 de outubro de 1858, coincidindo este dia com o aniversário natalício do sereníssimo infante.

A descrição desta visita, escrita por Félix José da Costa, está publicada em um folheto com o título — «*Noticiário a honrosa visita de Sua Alteza Sereníssima o Senhor Infante D. Luiz, Duque do Porto, à ilha Terceira*».²⁰

Foi o Senhor D. Luís aclamado rei de Portugal e seus domínios, na cidade de Angra do Heroísmo, aos 29 de janeiro de 1862.

Este ato teve lugar com toda a pompa e solenidade. À noite realizaram-se brilhantes e sumptuosas iluminações, a que tocaram a banda regimental e filarmónicas.

A notícia do consórcio do Senhor D. Luís I com a Senhora D. Maria Pia de Saboia foi jubilosamente recebida nesta ilha.

A terra, que havia sido o baluarte da liberdade portuguesa, aplaudiu fervorosamente o auspicioso enlace do neto do imortal D. Pedro IV, o libertador dos portugueses, com a Excelsa Filha do grande Victor Manuel,²¹ o libertador dos italianos.

O jornal *O Angrense*, ao congratular-se por tão assinalada união, escreveu em 27 de novembro de 1862:

«Não podemos deixar de a considerar auspiciosa e bem-vinda, é que D. Luís era digno de tão grande aliança, como Pedro IV era digno de Victor Manuel, como os italianos mereciam os portugueses, como Garibaldi,²² o homem de todo o mundo, é digno da humanidade.

O Senhor D. Luís I, rei querido dos portugueses, e a Senhora D. Maria Pia, Rainha desejada dos liberais, têm o seu verdadeiro trono no coração dos seus súbditos; a sua união tão esperançosa, e tão freneticamente aplaudida, simboliza uma união de crenças e de virtudes, de princípios e de tradições; o seu consórcio, como tem sido predito e proclamado por mais de mil bocas, assinala uma época de ventura para o Rei, de glória e prosperidade para Portugal».

Era assim, que, em nome da grande família liberal terceirense, se expressava o jornal mais importante de Angra do Heroísmo, e Angra adornava-se de galas para festejar o régio enlace.

A Câmara de Angra sempre à frente de todos os movimentos patrióticos, sempre nobre, promoveu no dia 27 de novembro um solene *Te-Deum*, na Sé Catedral, pelas 11 horas da manhã, a que concorreu tudo o que a ilha Terceira tinha de mais importante em todas as classes sociais; no dia 28 [de novembro] uma brilhante iluminação, na Praça da Restauração, e no dia 29 [de novembro] distribuição de abundantes esmolas aos pobres, na rua da Sé.

Durante estes três dias festivos, ao toque da alvorada, a banda militar percorreu as ruas da cidade, embandeiraram-se as casas consulares, fortalezas, monumento de D. Pedro IV, município e Praça da Restauração. O adro e o pórtico

da catedral estavam lindamente decorados, com flores, verdura, bandeiras, troféus e estátuas.

Na capela-mor elevava-se um trono com os retratos do Senhor D. Luís e da Senhora D. Maria Pia, e a igreja foi sumptuosamente adornada.

A frente do edifício do Asilo de Infância Desvalida esteve embandeirada durante os três dias, e na janela central viam-se, em elegante troféu, as bandeiras portuguesa e italiana.

Nestes três dias salvou sempre o Castelo de São João Baptista, e a iluminação da cidade foi geral.

Depois do *Te-Deum*, no dia 27, subiu à tribuna sagrada o reverendo cónego José da Fonseca Abreu Castelo-Branco, o grande orador das exéquias, em Lisboa, do imortal Cavour.²³ O seu discurso foi arrebatador pela eloquência e pela doutrina.

À noite o governador civil, Jácome de Bruges,²⁴ filho primogénito do inolvidável Teotónio de Ornelas Bruges Ávila, deu nas salas do Paço Real de Angra um sumptuoso baile, onde estiveram mais de seiscentas pessoas.

No dia 28, como o tempo não permitisse a realização da regata que estava projetada, houve a diversão de tiro ao alvo no Campo do Relvão, sendo estabelecidos prémios.

O visconde de Bruges ofereceu um abundante jantar às crianças do Asilo. Foi um dia de festa para os jovens asilados, que cantaram o «*Hino do Trabalho*»,²⁵ e saudaram com entusiásticos vivas as majestades.

A iluminação na Praça da Restauração, onde se levantou em madeira a fachada do atual passo, que se tratava de construir, esteve brilhante. Tocaram a banda regimental²⁶ e a *Harmónica Terceirense*.²⁷ A concorrência calculou-se em sete mil pessoas.

No dia 29, o ato da bênção e distribuição de esmolas aos pobres foi concorridíssimo. As janelas da rua da Sé estavam repletas de damas e adornadas de lindíssimas colchas.

À noite houve récita de gala no Teatro Angrense, pela Companhia Dramática Lisbonense.²⁸ O teatro estava galharda e luxuosamente adornado. Por entre coroas de louro viam-se escritas as datas mais notáveis da história portuguesa,

e entre estas as do nascimento de Carlos Alberto²⁹ e a da sua chegada ao Porto, as do nascimento de Victor Manuel³⁰ e da sua aclamação, e a do nascimento da rainha a Senhora D. Maria Pia.³¹

Na tribuna real, guarnecida de três grandes espelhos, paredes prateadas, chão alcatifado, rico reposteiro de cetim azul e branco, guarnecidas de galão e cachos de ouro, estavam os retratos de Suas Majestades, sobre duas belíssimas almofadas vermelhas, ricamente bordadas a branco; o teto era azul-celeste estrelado a prata. Lindas placas douradas, faziam realçar, com os seus lumes, este rico conjunto.

As cortinas da tribuna foram abertas pelo visconde de Bruges, a convite da direção do teatro, não só na qualidade de digno par do reino e um dos primeiros heróis das liberdades pátrias, mas também como presidente da Câmara Municipal.

Quando se abriu a tribuna real, rompeu o hino nacional, e o governador civil levantou vivas a El-Rei, à Rainha e à Carta Constitucional, os quais foram entusiasticamente correspondidos. Em seguida o distinto e laureado autor e ator Mendes Leal (António)³² recitou uma patriótica poesia, intitulada «*Viva El-Rei! Viva a Rainha!*» que escrevera para este ato solene.

Fica assim arquivada nesta memória o resumo das imponentes festas, que se realizaram na ilha Terceira por ocasião do casamento do Senhor D. Luís com virtuosa Rainha a Senhora D. Maria Pia de Saboia, e ao mesmo tempo arquivamos também mais uma prova do amor que os terceirenses consagram aos reis liberais descendentes e legítimos representantes da não menos virtuosa Rainha, a Senhora D. Maria II.

O cabido da Sé de Angra dirigiu a El-Rei a seguinte felicitação:

«Senhor — O cabido da Sé de Angra do Heroísmo, sumamente dedicado à dinastia da Real Casa de Bragança, e possuído dos sentimentos de adesão ao trono e amor à liberdade, que sempre caracterizaram os habitantes desta leal cidade, recebeu com extraordinário júbilo a notícia da realização do consórcio de Vossa Majestade com a Augusta Princesa, Filha do Nobre Libertador do povo italiano, e neta do Generoso Mártir da independência da sua pátria.

Neste facto vemos todos um penhor, não só da felicidade doméstica de Vossa Majestade, mas também da manutenção da liberdade, pela qual tantos esforços precisaram fazer os filhos desta terra, que foram colocar no trono português a primeira Rainha Constitucional.

Digne-se Vossa Majestade receber com benevolência a nossa cordial felicitação por tão fausto acontecimento. E sempre reconhecidos para com Sua Majestade a Rainha D. Maria II, que se dignou vir dar novo esplendor à nossa pátria, elevaremos ao Céu um cântico de louvor e uma fervorosa oração, implorando do Eterno todas as graças para Vossas Majestades.

Deus guarde as Augustas Pessoas de Vossas Majestades, como todos os fiéis portugueses desejam. — O deão Narciso António da Fonseca — O tesoureiro-mor José Prudêncio Teles de Bettencourt³³ — O cônego António José Ferreira de Sousa³⁴ — O cônego João Inácio da Rocha³⁵ — O cônego José Machado Evangelho³⁶ — O cônego Francisco Gonçalves dos Santos³⁷ — O cônego José da Fonseca Abreu Castelo-Branco — O cônego João Albertino da Silva Pereira — O cônego Joaquim Alves Mateus.»

É este um importante documento que honrou sobremodo o cabido da Sé de Angra, e comprovou os elevados sentimentos patrióticos dos ilustrados sacerdotes que o compunham, o seu amor pela liberdade, e a sua independência de carácter.

Todos os signatários deste importante documento, que muito folgamos em ter encontrado nas nossas pesquisas, já a morte arrebatou, mas constituíam um grupo de sacerdotes respeitáveis pelo seu talento, ilustração, dignidade e representação. Ainda os conhecemos todos e pudemos avaliar a sua importância, influência e respeitabilidade.^a

*

No dia 19 de outubro de 1889 enlutava-se a nação portuguesa pela prematura morte do seu muito amado rei o Senhor D. Luís, e pelo *Funchal*, era recebida na ilha Terceira tão dolorosa notícia.

^a O cabido da Sé de Angra, em 1831 e 1862, não duvidava, em proclamar bem alto e publicamente os seus sentimentos liberais; o cabido da mesma Sé, composto de outros sacerdotes, sendo convidados para as festas liberais de 1902, não se dignou comparecer.

A imprensa angrense, fiel intérprete do sentir dos terceirenses, publicou enlutados números, noticiando tão infausto sucesso, enaltecendo as virtudes, civismo, amor pátrio e elevada ilustração do chorado monarca constitucional, cujo reinado todo de paz, foi um reinado modelo, reinado todo de trabalho, de progresso material e moral, pelo desenvolvimento das artes e indústrias, pela importância dos melhoramentos realizados, pelo desenvolvimento da instrução e economia pública.

Se mais nada existisse, entre o muito que existe, para se avaliar bem o elevado amor que o Senhor D. Luís dedicava à sua pátria, era o bastante a seguinte carta dirigida ao duque de Loulé, que transcrevemos, para honrar e nobilitar esta modesta memória.³⁸

«Paço de Mafra, 26 de setembro da 1869. — Meu caro Duque: — Constando-me que alguns jornais têm asseverado, que em virtude de combinações ultimamente feitas em Paris, eu abdicaria em meu filho a coroa de Portugal, sob a regência de meu augusto pai, aceitando a de Espanha, e não desejando que tão infundado boato tome incremento, e se me atribuam, em assunto de tanta gravidade, intenções que estão longe do meu ânimo, venho pedir-lhe, meu caro duque, que faça com a maior brevidade desmentir semelhante notícia.

Se a Providência tem reservado dias de dolorosa provação à minha pátria, espero, confiado no amor do país e na aliança sincera da liberdade com o trono, poder resistir a essas temerárias eventualidades.

O meu posto de honra é ao lado da nação. Hei-de cumprir os deveres, que o amor das instituições e a lealdade à pátria me impõem.

Nasci português, português quero morrer. — Seu afeiçoado. — Luís.»

As exéquias que na sé catedral se realizaram em 28 de setembro de 1889, sendo governador civil o falecido visconde das Mercês,³⁹ foram um ato soleníssimo, e uma imponente manifestação de respeito à memória de tão ilustrado e popular Rei.

A eça levantada junto do cruzeiro era elegante, majestosa e iluminada por grande número de círios, que ardiam em serpentinas de prata. O templo estava adornado com rigoroso luto.

Na véspera à noite realizaram-se matinas presididas pelo deão dr. Castelo-Branco. A música do invitatório e dos responsórios era de Davide Perez.⁴⁰

No dia as *laudes*⁴¹ foram presididas pelo reverendo mestre escola, e a missa cantada pelo reverendo deão. Toda a música foi cantada com acompanhamento de órgão e instrumental. A oração fúnebre foi recitada pelo reverendo monsenhor António Mariano de Sousa, que apresentou um discurso à altura do assunto, exaltando as virtudes cívicas e cristãs do falecido monarca, e demonstrando que essas virtudes concorreram poderosamente para que Portugal, durante 27 anos, enquanto as demais nações eram perturbadas por discórdias civis, ou guerras com estrangeiros, mantivesse com todas elas amigáveis relações, e gozasse tranquilo dos benefícios da paz, sem a qual não pode haver progresso, liberdade, ordem e civilização.

A concorrência a estes atos foi avultadíssima, trajando todos rigoroso luto.

1 O largo fronteiro ao Palácio dos Capitães-Generais, frente ao Seminário Episcopal.

2 António José Vieira Rodrigues Fartura Júnior (Porto, c. 1827 — Braga, 4 de setembro de 1854), negociante na praça de Angra, vice-cônsul da Rússia na Terceira por carta do cônsul russo em Lisboa de 30 de abril de 1852, confirmada por carta régia de 23 de outubro daquele ano. Vereador da Câmara Municipal em 1853. Faleceu em Braga, vítima de uma «phtisica pulmonar» e segundo a imprensa local: «Era bom filho, bom esposo, e ornado de qualidades que o tornavam digno da estima dos seus concidadãos» (*cf.*: O Angrense, n.º 854, de 12 de outubro de 1854, p. 4). Foi filho do comendador António José Vieira Rodrigues Fartura (Mosteiros de Vieira, 24 de setembro de 1794 — Porto, 13 de setembro de 1862), grande negociante nas praças de Angra e do Porto (*cf.*: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IV, pp. 388-389), por várias vezes vereador da Câmara de Angra e o proponente, em sessão camarária de 20 de março de 1847, da construção dos novos paços do concelho de Angra.

3 O Alto das Covas.

4 A Praça Velha.

5 Aniceto António dos Santos (Lisboa (Mercês), c. 1790 — Angra do Heroísmo, d. 1858), tendo enriquecido no Brasil, foi contratador dos tabacos e dos dízimos em São Miguel e Terceira e um dos mais ricos comerciantes angrenses (depois arruinado), genro do diplomata russo Franz Frantsevich Borel, barão de Palença. Foi vereador da Câmara Municipal de Angra. De uma relação extra-conjugal com Maria Teresa de Castro, filha do comerciante e capitão de navios Tomé de Castro, nasceu Aniceto António dos Santos e Castro, que se destacou como professor, fundador do Colégio Instituto Angrense.

6 Estefânia de Hohenzollern-Sigmaringen (Krauchenwies, 15 de julho de 1837 — Lisboa, 17 de julho de 1859), em alemão: Stephanie Josepha Friederike Wilhelmine Antonia, esposa do rei D. Pedro V e rainha consorte de Portugal e Algarves de 1858 até à sua morte. Era a filha mais velha de Karl Anton von Hohenzollern, príncipe de Hohenzollern-Sigmaringen, e de sua esposa, a princesa Josephine von Baden, sendo irmã do rei Carlos I da Roménia e tia do rei Alberto I da Bélgica.

7 Fernando de Bragança (Lisboa, 23 de julho de 1846 — Lisboa, 6 de novembro de 1861), infante de Portugal, quarto filho da rainha D. Maria II de Portugal, e de seu marido, o rei D. Fernando II. Faleceu aos 15 anos de idade vítima de cólera, cinco dias antes do seu irmão, o rei D. Pedro V, que morreu vítima de febre tifoide.

8 Augusto de Bragança (Lisboa, 4 de novembro de 1847 — Lisboa, 26 de setembro de 1889), infante de Portugal e duque de Coimbra, oitavo filho da rainha D. Maria II de Portugal, e de seu marido, o rei consorte D. Fernando II. Seguiu a carreira militar, atingindo a patente de general de divisão do Exército.

-
- 9 António Sieuve de Séguier Camelo Borges (Angra do Heroísmo, 6 de dezembro de 1818 — Angra do Heroísmo, 15 de fevereiro de 1874), morgado e vereador da Câmara de Angra. Foi procurador à Junta Geral do Distrito e administrador do concelho de Angra.
- 10 Francisco Bettencourt Pereira e Melo (Angra do Heroísmo (Sé), —), vereador da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo em 1861.
- 11 O secretário-geral do Governo Civil do Distrito de Angra do Heroísmo era Jácome de Ornelas Bruges de Ávila Paim da Câmara, o 2.º conde da Praia.
- 12 António Severino de Avelar (Horta, 1815 — Horta, 27 de outubro de 1868), negociante e proprietário de navios. Em 1861 integrou a deputação enviada a Lisboa para apresentar os pêsames pelo falecimento de D. Pedro V em representação da Associação Comercial de Angra do Heroísmo. O seu nome aparece ligado ao tráfego negroiro a partir de Angola, sendo um dos implicados no processo relativo ao «desembarque de Sirinhaém» (Pernambuco), um escândalo político e diplomático que em 1855 abalou o Brasil (cf.: Marcus Joaquim Maciel de Carvalho & Paulo Henrique Fontes Cadena, «A política como «arte de matar a vergonha»: o desembarque de Sirinhaém em 1855 e os últimos anos do tráfico para o Brasil», in *Topoi* (Rio J.), 20 (42), Sep-Dec 2019). Em consequência foi em 1856 deportado do Brasil.
- 13 Luís Meireles do Canto e Castro Merens de Távora (Angra, 31 de janeiro de 1816 — Algés, 31 de julho de 1876), último morgado dos Meireles e dos Merens, senhor de uma grande fortuna, foi proprietário da Quinta da Candelária, em São Mateus, da Quinta da Salga e de muitos outros prédios (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 754).
- 14 A Associação Comercial de Angra do Heroísmo, fundada por iniciativa de uma comissão presidida pelo comerciante e oficial das Alfândegas Tomás José da Silva (Angra (Sé), 1811 — 27 de maio de 1864), teve os seus estatutos formalmente aprovados em Assembleia Geral realizada a 28 de abril de 1852 e posteriormente homologados pelo Governo. Com a imposição da organização corporativista do Estado Novo, por alvará de 16 de outubro de 1940, as Associações Comerciais de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória transformaram-se em Grémio do Comércio do Distrito de Angra do Heroísmo. Restabelecida a liberdade de associação, por deliberação da assembleia geral, realizada a 19 de março de 1975, o Grémio do Comércio deu lugar à Associação Comercial e Industrial de Angra do Heroísmo.
- 15 António da Silva Baptista (Avintes, 1800 — Angra do Heroísmo, 25 de outubro de 1882), comerciante, sócio fundador da Associação Comercial de Angra do Heroísmo e seu presidente. Fez fortuna em África e foi proprietário de navios em sociedade com o negreiro João Severino de Avelar. Investiu na melhoria da produção agrícola da ilha, quando José Silvestre Ribeiro era governador civil de Angra. Comendador da Ordem de Cristo (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. I, p. 553).
- 16 Joaquim José Marques Guimarães (Viana do Castelo, 1800 — Angra do Heroísmo, 3 de setembro de 1866), comerciante. Foi vereador da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e sócio fundador da Caixa Económica de Angra do Heroísmo e da Associação Comercial de Angra do Heroísmo.
- 17 Silvério Severino de Avelar (Horta, 1820 — Angra, 16 de junho de 1893), fiel na Direção Telégrafo-Postal do Distrito de Angra do Heroísmo, negociante e proprietário no concelho da Praia da Vitória. Era sócio da firma *Avellar & Avellar*, proprietária da Fábrica de Tabacos Angrense. A escuna *Laura*, propriedade da família Avelar, esteve em 1852 envolvida no transporte de escravos africanos para Cuba, sendo os seus proprietários, incluindo Silvério, suspeitos de traficantes de escravos (cf.: Gilberto da Silva Guizelin, «On the trail of the returned and escapee slave dealers to Portugal: the Intelligencia Saquarema in the service of combating the Atlantic slave trade after 1850», in *Almanack*, Guarulhos, n.º 30, 2022).
- 18 Manuel Inácio Cardoso (Santa Cruz da Praia, c. 1825 — Angra do Heroísmo), grande comerciante na cidade de Angra, sócio fundador da Associação Comercial de Angra do Heroísmo.
- 19 André Francisco de Meireles de Távora do Canto e Castro (São Mateus da Calheta, 13 de julho de 1823 — Lisboa, 3 de março de 1898), político e publicista. Filho segundo do morgado Luís de Meireles do Canto e Castro, político e administrador de uma grande casa vincular, devido ao exílio de seu pai, acusado de miguelista, foi educado em Paris. Regressou a Angra com a família cerca de 1840. Foi um dos fundadores do jornal *A Terceira*, órgão do Partido Regenerador de Angra, que dirigiu de 1859 a 1882, ano em que se mudou para Lisboa. Em Angra foi procurador à Junta Geral, secretário da Misericórdia, dirigente da Associação Comercial e da Sociedade Agrícola, vice-cônsul de França e tesoureiro da alfândega. Em Lisboa seguiu uma carreira administrativa no Ministério das Obras Públicas. Nunca abandonou o jornalismo, tendo em Lisboa dirigido o periódico *Opinião Popular* e sido correspondente, em francês, do *L'Indépendance Belge* e de vários periódicos parisienses. Publicou várias monografias e colaborou no *Dicionário Larousse*.
- 20 Félix José da Costa, *Noticiário da Honrosa Visita de Sua Alteza Sereníssima o Senhor Infante Dom Luiz Duque do Porto à Ilha Terceira em 31 d'Outubro de 1858*. Angra do Heroísmo, Tip. M.J.P. Leal, 1858.
- 21 Vítor Emanuel II (Turim, 14 de março de 1820 — Roma, 9 de janeiro de 1878), em italiano Vittorio Emanuele II, também apelidado pelos italianos de Pai da Pátria, foi rei da Sardenha de 23 de março de 1849 até 17 de março de 1861, quando unificou a Península Itálica num único estado, continuando a partir de então a reinar como rei da Itália até à sua morte. Era filho do rei Carlos Alberto da Sardenha e sua esposa, a arquiduquesa Maria Teresa da Áustria.
- 22 Giuseppe Garibaldi (Nice, 11 de julho de 1807 — Caprera, 2 de junho de 1882), patriota e revolucionário italiano, alcunhado «o herói de dois mundos» pela sua participação em conflitos na Europa e América do Sul. Foi uma das mais notáveis figuras da unificação italiana, conduzida pela organização republicana *Giovine Italia* (*Jovem Itália*), da qual fazia parte. Nasceu em Nizza (hoje Nice, na França), então ocupada pelo Primeiro Império Francês, mas que retornaria ao Reino da Sardenha com a queda de Napoleão Bonaparte para ser depois cedida

à França pelo tratado de Turim de 24 de março de 1860.

- 23 Camillo Paolo Filippo Giulio Benso, conde de Cavour (Turim, 10 de agosto de 1810 — Turim, 6 de junho de 1861), primeiro-ministro do Reino de Itália entre 23 de março e 6 de junho de 1861. Estadista do Reino da Sardenha, foi um dos principais obreiros da unificação italiana.
- 24 Refere-se a Jácome de Ornelas Bruges de Ávila Paim da Câmara (1833 — 1889).
- 25 Obra de António Feliciano de Castilho (1800-1875), composto aquando da sua permanência em Ponta Delgada, publicada na *Revista Universal Lisbonense*, de 26 de abril de 1849, e incluída no seu livro *Felicidade pela Agricultura* (Ponta Delgada, 1849, pp. 121-122 e pp. 126-127). Inicialmente musicado por João Luís de Moraes Pereira, amador musical micaelense e futuro escrivão da Câmara Municipal de Ponta Delgada, teve múltiplas versões musicais posteriores. A sua recitação ou canto incluía-se na componente de doutrinação para o trabalho que norteava a componente educativa dos asilos e orfanatos.
- 26 A banda regimental era a banda do Regimento de Caçadores n.º 10, unidade que então guarnecia a Fortaleza de São João Baptista.
- 27 A *Harmónica Terceirense*, cujo patrono era o Senhor dos Passos, era uma filarmónica sedeadada na cidade de Angra do Heroísmo, onde tocavam «*cavalheiros da melhor sociedade*».
- 28 Companhia Dramática Lisbonense foi uma companhia teatral, inicialmente itinerante, constituída por artistas dos teatros de Lisboa, organizada para permitir a apresentação de peças teatrais em digressões pelos teatros fora de Lisboa. A companhia teve várias composições, sendo extinta e refundada várias vezes. Sob a direção do ator e dramaturgo António Mendes Leal, realizou em 1862 uma digressão pelas ilhas adjacentes, passando pelos teatros do Funchal, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. A sua última, e mais estruturada existência, resultou da formação, a 14 de outubro de 1875, de uma sociedade, com este nome, para explorar teatros em Lisboa.
- 29 Carlos Alberto (Turim, 2 de outubro de 1798 – Porto, 28 de julho de 1849), em italiano Carlo Alberto di Savoia, filho de Carlos Emanuel, príncipe de Carignano, e de sua esposa a princesa Maria Cristina da Saxónia, foi o rei da Sardenha de 1831 até sua abdicação após ser derrotado na Batalha de Novara, travada a 23 de março de 1849, contra forças austríacas. Abdicou em 24 de março de 1849, um dia após a derrota em Novara, e retirou-se, viajando por via terrestre, para a cidade do Porto, onde chegou a 19 de abril e onde faleceu alguns meses depois.
- 30 Vítor Emanuel II nasceu em Turim a 14 de março de 1820 e foi aclamado rei de Itália a 17 de março de 1861.
- 31 Maria Pia de Saboia nasceu em Turim a 16 de outubro de 1847.
- 32 António Mendes Leal (Lisboa, 1831 — Maceió, 1871), poeta, ator e dramaturgo. Autor prolífico, também foi tradutor, adaptando aos palcos lusófonos múltiplas peças francesas. Esteve em Angra integrado na Companhia Dramática Lisbonense, que dirigia, numa tournée pelo Açores, com uma paragem de cerca de um mês em Ponta Delgada e algumas semanas em Angra.
- 33 José Prudêncio Teles de Bettencourt (Angra, 2 de dezembro de 1824 — Angra do Heroísmo, 19 de março de 1881), cónego da Sé de Angra e tesoureiro-mor do cabido. Tem alguns sermões publicados.
- 34 António José Ferreira de Sousa (Coimbra, 6 de setembro de 1805 — Fajã de Baixo, junho de 1890), cónego da Sé de Angra, chantre e vigário-geral durante um largo período. Bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra, veio para Angra como secretário particular do bispo D. Frei Estêvão de Jesus Maria, em 1840. Foi reitor do Seminário Episcopal de Angra.
- 35 João Inácio da Rocha (—), cónego da Sé de Angra. Instituído num canonicato da sé em 1849, foi promovido à dignidade de mestre-escola em 1855. Tinha sido beneficiado da catedral angrense.
- 36 José Machado Evangelho (—), cónego da Sé de Angra, instituído num canonicato em 1861.
- 37 Francisco Gonçalves dos Santos (—), cónego da Sé de Angra, instituído num canonicato em 1857 (cf.: José Augusto Pereira, *Lista dos Capitulares da Catedral de Angra*, in *Obras*, vol. II, p. 392. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2022).
- 38 O duque de Loulé era ao tempo Presidente do Conselho de Ministros do 30.º governo da Monarquia Constitucional Portuguesa. A carta patriótica dirigida ao chefe do governo foi publicada no *Diário do Governo* e reproduzida na primeira página da edição de 28 de setembro de 1869 do *Diário de Notícias*, causando sensação no país. O boato ali desmentido resultou de ter a casa real portuguesa sido sondada para fornecer um monarca a Espanha, na sequência da abdicação forçada da rainha Isabel II, ocorrida em 30 de setembro de 1868 em resultado da revolução de 17 de setembro daquele ano, evento conhecido como *La Gloriosa*.
- 39 Visconde de Nossa Senhora das Mercês foi um título criado por D. Luís I, por carta de 21 de agosto de 1879, a favor de Cândido Pacheco de Melo Forjaz de Lacerda, antes 1.º barão de Nossa Senhora das Mercês.
- 40 Davide Perez (Nápoles, 1711 — Lisboa, 30 de outubro de 1778), compositor italiano que estudou violino com Antonio Gallo e contraponto com Francisco Mancini, mestre do Conservatório de Loreto. Serviu como maestro na Real Capela Palatina de Palermo até 1748 e em 1752 foi contratado, por ordem de D. José I, para ser mestre dos seus filhos e compositor da corte portuguesa. Autor de extensa obra musical, permaneceu em Portugal até falecer.
- 41 As *laudes*, mais propriamente *laudes matutinae*, ou louvores da manhã, são uma das horas litúrgicas da Liturgia das Horas, celebrada de manhã.

Capítulo XLII

El-Rei o Senhor D. Carlos I, a sua aclamação. Estabelecimento do telégrafo nos Açores. Autonomia administrativa dos Açores

Estamos chegados ao acontecimento assinalado para a história açoriana, que nos levou a escrever esta memória, que é a honrosa visita dos Egrégios Monarcas portugueses à ilha Terceira.

Do que fizeram os heróis terceirenses, e os das ilhas que compõem o distrito de Angra do Heroísmo, quando o génio da nação portuguesa era pelas conquistas, hemos escrito o suficiente, para demonstrar que estas pérolas oceânicas tiveram filhos distintos, que compartilharam condignamente dos feitos altivos e nobres, então realizados, e que concorreram por maneira brilhante para o progresso e civilização da humanidade, em todas as partes do mundo, aonde chegara o nome português.

No que respeita às lutas titânicas em prol da independência e da liberdade, que, nas escarpadas costas deste rochedo heroico, tiveram de sustentar com bravura homérica os filhos destas ilhas açorianas, sobejas foram as provas, que arquivámos, demonstrando o seu patriotismo e a sua lealdade nunca desmentida.

O túmulo reclamou esses heróis, plêiade de homens notáveis, cujos nomes enriquecem as páginas da história, e que, gravados nos mármores dos monumentos, que se erguem nas praças públicas, ou nos jazigos, iluminam com os lampejos dos seus heroicos feitos, por forma tal, que tornam a sua memória imorredora.

Hoje que se não pode, nem se deve, ter pensamentos de guerra, nem imaginar enramar as frentes com os loiros dos combates, loiros que os nossos maiores tanto se esforçaram para conservar virentes, continuando na gloriosa senda de novos triunfos, hoje que só nos deve ser estímulo a glória pelo amor ao trabalho, ao desenvolvimento industrial, ao progredir da ciência, hoje que a nossa atividade deve ser empregada em cometimentos úteis, que o talento, impulsionado pelo móbil criador, tem nos seus voos de águia de se aplicar só a produzir e a encaminhar os povos pela senda do progresso e da civilização, concorrendo assim para o engrandecimento e prosperidades pátrias, devemos,

não obstante ser esta hoje a nossa missão, enaltecer sempre os nomes daqueles que batalharam, que se sacrificaram, que derramaram o seu sangue generoso, para que estejamos a gozar a paz que desfrutamos à sombra da liberdade.

Os seus nomes estão gravados radiantemente no livro de oiro, onde figuram os mártires da humanidade; tenhamos esse belo livro sempre aberto ao nosso culto e veneração.

E se nós, os que ainda conhecemos muitos desses nobres caracteres, que opulentaram os seus nomes, inspirados no fogo sagrado do amor da pátria e da liberdade, somos os legítimos depositários da grandiosa herança que eles nos legaram, nós, que constituímos a geração, que lhes sucedeu, saibamos demonstrar que, no meio do indiferentismo que tudo persegue e atrofia, tivemos a virtude de conservar sem mácula a preciosa herança, para a entregarmos, tal qual a recebemos, à geração futura.

E por assim pensarmos, e ser este o nosso sentir, é que nos demos ao trabalho de investigar o que dizia respeito a muitos desses homens ilustres, naturais do Distrito de Angra do Heroísmo, para que não ficassem só os seus nomes na história, como na sua maioria, até aqui se encontravam, completamente desacompanhados do que lhes dizia respeito.

Feito isto, e colocando os nomes destes heróis na devida distância dos Egrégios Monarcas da Sereníssima Casa de Bragança, que constituem a dinastia liberal, e a que já prestámos respeitosa homenagem, vamos agora referir o que a ilha Terceira tem feito como preito de veneração e amor para com o Chefe da nação portuguesa.

*

El-Rei o Senhor D. Carlos I — A notícia de haver nascido, a 28 de setembro de 1863, o Príncipe herdeiro, o Senhor D. Carlos, foi recebida com alegria pelos terceirenses, realizando-se entusiásticas e festivas demonstrações de regozijo público.

Com igual júbilo foi recebida a notícia, a 10 de junho de 1886, do afortunado enlace do Magnânimo Príncipe com a Ilustre Princesa, a Senhora D. Amélia de Orleães, sendo considerados de grande gala, por alvará do governo civil, os dias

12, 13 e 14 do mês de junho, iluminando-se todos os edifícios públicos e casas particulares, e salvando a fortaleza do Castelo de São João Baptista.

A direção da Associação Comercial de Angra ofereceu nos três dias jantares aos dois asilos, para comemorar tão auspicioso enlace.

O ato da aclamação do Senhor D. Carlos realizou-se com pompa festival. Em conformidade com o decreto de 5 de dezembro de 1889, e alvará do governador civil de 27 do mesmo mês, foi destinado o dia 18 de janeiro para a solene aclamação do novo monarca.

Reuniram-se, a convite da municipalidade angrense, nos paços do concelho, as autoridades civis, eclesiástica e militar, titulares, dignitários, oficiais da guarnição, corpo consular, representantes da imprensa, e vários cidadãos, procedendo à solene aclamação o presidente da Câmara Municipal, sr. Vital de Bettencourt Vasconcelos e Lemos.¹

Toda a força disponível do Regimento de Caçadores n.º 10 prestou as devidas honras, postada em frente do Município. Salvou o Castelo de São João Baptista, e junto do paço municipal foram lançadas ao ar girândolas de foguetes.

A Câmara, acompanhada por todas as pessoas que assistiram a este ato, dirigiu-se em seguida para a catedral, onde se celebrou um solene *Te-Deum*, com exposição do Santíssimo Sacramento.

As festas realizaram-se, como da seguinte descrição, que então escrevemos e publicámos no semanário *O Industrial*:

«O Paço Municipal achava-se lindamente decorado para o ato da aclamação. Exteriormente, e ornando a janela do centro, via-se um frontão de madeira, representando no alto e por cima da cornija da janela, as armas portuguesas ladeadas pelas serpes da Casa de Bragança;² debaixo da cornija um cortinado vermelho franjado, preso aos lados com elegância por cordões e borlas; mais ao centro, duas colunas, que formavam as janelas, em cujo parapeito uma inscrição rodeada de louros dizia — 28 de dezembro de 1889 — aludindo à data da aclamação do monarca na capital do reino.

Sobre as pontas do cortinado, a um lado e outro, erguiam-se dois troféus com as armas antigas e modernas, tendo cada uma bandeiras em aspa, em cujo cruzamento assentava um escudo português, e por baixo deste uma couraça encimada por um capacete.

Dentro da janela pendiam airoosamente duas outras cortinas, uma azul e outra branca, com bordados de ouro de maravilhoso efeito, sustidas aos lados por magníficos cordões de branco, azul e ouro, para deixarem ver, mais ao fundo, o retrato de El-Rei, que devia ser à noite iluminado por transparência.

No átrio do palácio figuravam dois troféus; o da direita composto por uma peça de campanha com todo o seu material, e coroado por bandeiras portuguesas; o da esquerda, pertencente aos Bombeiros Municipais, com todos os aprestes que lhe são próprios, e encimado por uma bandeira azul e branca com as letras B. M.

As escadas atapetadas eram adornadas por vasos com flores e verdes, no chão ou sobre pedestais.

Sobre o patamar do primeiro lanço da escada impunha-se outro troféu, que merece especial menção pelas suas avantajadas dimensões, pela elegância e bom gosto da sua disposição; por isso vamos descrevê-lo.

Ao fundo, e tomando um largo espaço, destacavam-se quatro grandes bandeiras portuguesas, graciosamente dispostas, rematando no alto com as armas portuguesas em um grande escudo. Inferiormente a este, ostentava-se um outro de formato diferente, bipartido com as cores nacionais, sobre o qual descansavam, dispostas com muito gosto, formando uma panóplia, várias espadas, adagas e punhais de diferentes épocas, e ao centro um lindo capacete dourado, tendo por cimeira as serpes de Bragança. Cercavam esta panóplia armas antigas, lanças, alabardas, etc. O resto do troféu assentava sobre um estrado de meio metro de altura, representando um reduto de cantaria. Na parte central posterior desta erguia-se um sarilho de armas, e na frente uma peça montada, tendo junto dela a competente pilha de balas: à direita todos os utensílios e amanhos de lavoura representavam a agricultura; à esquerda

vários aparelhos e instrumentos simbolizavam o comércio e a indústria. Dois veteranos da liberdade faziam guarda aos lados.

No vestíbulo superior, também adornado de flores e verdes, ostentava-se ainda um outro elegante troféu, ali levantado pelos bombeiros voluntários, de que Sua Majestade é protetor, compondo-se de uma bomba e todos os aprestes e utensílios adequados àquela prestante corporação. Este era guardado por dois bombeiros uniformizados.

Tanto a bomba dos voluntários, como a dos municipais, estavam cheias e prontas a funcionar, prevenção tomada para o caso de serem necessárias na noite por ocasião da iluminação.

O salão nobre dos paços do concelho estava atapetado e ornado com gosto severo, como o exigia a solenidade e imponência do ato a que estava destinado. À noite tudo se achava iluminado para ser visitado por quem quisesse assinar o respetivo auto, ou mesmo para os que desejassem visitar o palácio por simples curiosidade. E com efeito durante mais de duas horas tornou-se necessário estabelecer por meio de polícias a maneira de entrada e saída para evitar o atropelamento, tal era a afluência de gente de todas as classes.

Calculam-se por milhares as pessoas que ali concorreram nessa noite.

*

«A iluminação — O paço municipal de Angra é um formoso edifício, de gosto moderno, majestoso e bem lançado; no entanto, de diferentes iluminações que ali se têm realizado, podemos assegurar que foi esta a mais brilhante. Não nos move o espírito pátrio, somente afirmamos a verdade: a iluminação exterior do paço municipal na noite de 18 do corrente poderá figurar bem em toda a parte. Sabemos até de alguns estrangeiros, que a presenciaram, e asseguram, que, sem lisonja, fora uma das coisas mais belas a que têm assistido naquele género.

Uma vista tirada na manhã seguinte, pelo hábil e inteligente fotógrafo sr. Carlos Franco, nosso amigo, merece ver-se, por dar a ideia perfeita da

disposição dos lumes, mas o que não pode reproduzir-se é o efeito deslumbrante e harmonioso que apresentava.

Em cada das janelas superiores da fachada principal estavam dispostos 42 copos com lamparina e em cada uma das inferiores 34, sendo em cada janela metade azuis e metade brancos, formando assim ao alto as cores nacionais. Eram ao todo 792 copos.

Em volta das janelas e portas, nos botaréus, nas cornijas, na platibanda, por toda a parte enfim, estavam distribuídos 1700 lampiões de papel, sendo uns azuis e brancos, e outros azuis, brancos e vermelhos.

Mas o que surpreendia a vista, o que extasiava, era a simetria, a boa ordem, a disposição inteligente, em que todos se achavam colocados.

Confessamos, que nunca vimos coisa daquele género que se lhe assemelhasse.

Na janela do centro, que já descrevemos, destacava-se com belo efeito o retrato de El-Rei, o Senhor D. Carlos, iluminado por transparência.

No centro da Praça da Restauração, contígua ao palácio, estava um bonito coreto, no qual tocava a banda de Caçadores 10. A praça estava brilhantemente iluminada com os novos candeeiros, que são de muita força.

Depois que a banda de Caçadores 10 tocou o Hino da Carta, que é também o de Sua Majestade, alguns súbditos alemães, que residem no Hotel Central, e que durante o dia tiveram içadas nas janelas as bandeiras portuguesa e alemã, queimaram bonitos fogos-de-bengala, ³ que produziram belo efeito.

Iluminaram-se os edifícios públicos, as igrejas da Sé, Conceição, Colégio e São Francisco e muitas casas particulares. Durante a noite lançaram-se ao ar muitas girândolas de foguetes.»

*

Dois acontecimentos importantíssimos para os Açores tiveram lugar no feliz reinado do Senhor D. Carlos: a ligação do Arquipélago Açoriano ao continente

pelo telégrafo, e o decreto estabelecendo a autonomia administrativa de cada distrito.

O primeiro, que nos fez entrar no convívio dos povos civilizados, que nos pôs em instante comunicação com a Europa, e desta com todo o mundo, realizou-se a 27 de agosto de 1893; o segundo, por decreto de 2 de março de 1895, sendo a autorização para o distrito de Angra por decreto de 6 de outubro de 1898, instalando-se a Junta Geral em 2 de janeiro de 1899.

Sua Majestade El-Rei, colocando-se sempre à frente de tudo quanto concorre para o progresso, civilização e desenvolvimento da pátria, que tanto preza e ama, de tudo quanto é tendente aos interesses e bem-estar do povo, que o admira e idolatra, quis passar o primeiro telegrama, dignando-se ir pessoalmente à Estação de Carcavelos.⁴

O telegrama de Sua Majestade foi o seguinte:

«Presidente da Comissão Distrital — Sinto-me deveras feliz ao enlaçar a mãe-pátria por um vínculo, quase tão íntimo como o pensamento, que nos reúne ao valoroso povo açoriano. Está aberto à circulação o cabo telegráfico entre Lisboa e os Açores. — EL-REI.»

A resposta da Comissão Distrital de Ponta Delgada foi a seguinte:

«A Sua Majestade El-Rei — O povo micalense, por si e como intérprete de todo o arquipélago açoriano, saúda respeitoso e grato Vossa Majestade e toda a Família Real. Viva a integridade nacional! — Aristides da Mota,⁵ presidente.»

«A Suas Majestades as Rainhas — As senhoras micalenses, por si e intérpretes dos sentimentos das senhoras açorianas, beijam respeitosamente as mãos das Augustas Rainhas. — Georgina Hintze.⁶»

As Augustas Rainhas responderam:

«D. Georgina Hintze — Agradeço vivamente as saudações das senhoras açorianas. Nada mais grato ao meu coração de rainha e de mãe do que esta aproximação que tanto responde aos sentimentos de mútuo carinho da família portuguesa. — Rainha D. Amélia.»

«Envio-lhe também do fundo da alma as minhas congratulações. Elevemos juntas as nossas preces, para que Deus proteja os nossos filhos. — D. Maria Pia.»

Do Presidente do Conselho de Ministros⁷ para o governador civil de Ponta Delgada:⁸

«Governador Civil — Em nome do governo faço votos sinceros, para que este empreendimento, que solenizamos, seja mais um laço de íntima confraternidade entre os povos portugueses, e mais um seguro elemento de atividade e progresso para a nação. Viva Portugal, pátria de nós todos! Transmita V. Ex.^a às outras ilhas do arquipélago açoriano as congratulações de Suas Majestades e os votos que o governo faz pela prosperidade do país. — Hintze Ribeiro.⁹»

Do terceirense Jacinto Cândido:

«Par do reino Faria e Maia — Um abraço de congratulação. Saúdo os povos açorianos e em especial o de Angra. Peço transmita esta saudação ao governador civil de Angra, logo que se estabeleça ligação com a Terceira. — Jacinto Cândido.»

A inauguração do ramal do cabo submarino, que ligou a ilha Terceira, teve lugar no dia 1.º de novembro [de 1893]. Os primeiros telegramas expedidos foram:

«A Sua Majestade El-Rei — Lisboa — O ramal do cabo submarino, hoje inaugurado, é um laço íntimo, e quiçá de justiça e viva esperança de longos anos, que na atualidade mais prende o povo terceirense à pátria e à família real; beijo pois a mão a Vossa Majestade por mim e estes meus administrados em testemunho de muita lealdade e gratidão. — O governador civil — José Pimentel Homem de Noronha.»

*

«Governador civil — Angra — Sua Majestade El-Rei, felicitando-se pela inauguração do ramal do cabo, ordena-me agradeça a V. Ex.^a o seu telegrama. — Bernardo de Pindela,¹⁰ secretário particular de El-Rei.»

*

«*Sua Majestade El-Rei — Lisboa — Comissão Distrital Angra eleva ao trono de Vossa Majestade a sua satisfação e reconhecimento pela inauguração do cabo, elemento de progresso para o povo do distrito. — Presidente, António do Rego Botelho de Faria.*¹¹»

*

«*Comissão Distrital, Angra — Sua Majestade ordena-me agradeça a V. Ex.^a e à Comissão sua digna presidência telegrama de felicitação. — Bernardo de Pindela, secretário particular de El-Rei.*»

*

«*Governador Civil Angra — Acabo de receber participação de estar completa a ligação telegráfica com esse distrito; as minhas felicitações por tão importante melhoramento. — Hintze Ribeiro.*»

-
- 1 Vital de Bettencourt Vasconcelos e Lemos (Angra, 2 de outubro de 1832 — Angra do Heroísmo, 27 de agosto de 1908) grande proprietário e político filiado no Partido Progressista. Entre outros cargos, foi presidente da Junta Geral do Distrito e depois presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.
 - 2 A serpe alada, representada com figuração semelhante a um dragão, foi usada como timbre nas armas reais portuguesas, ficando conhecida como a «*serpe dos Bragança*». A presença desta figura nas armas da Casa Real tem origem um tanto nebulosa. Segundo D. António Caetano de Sousa, na sua «*Historia genealógica da casa real Portuguesa*», de 1736, o uso terá tido início no reinado de D. Afonso Henriques, e estará ligado ao grito de batalha «*Por São Jorge!*», já que a iconografia de São Jorge apresenta o santo trespassando um dragão. Com a dinastia de Bragança, a serpe alada passou a integrar o brasão real, perdurando daí em diante como símbolo dos Bragança. Acredita-se que a serpe, como símbolo mitológico, surgiu de uma derivação do dragão usado pelas legiões de Trajano no reino de Dácia em meados do século I, estando presente na heráldica europeia desde tempos medievais.
 - 3 Um tipo de fogo-de-artifício que ao arder produz luz de cores variadas.
 - 4 A Estação do Cabo Submarino de Carcavelos foi uma estação de telegrafia elétrica submarina, de transmissão e retransmissão, que entrou em serviço a 8 de junho de 1870 com a inauguração do cabo submarino que ligava Portugal (Carcavelos) a Porthcurno (Cornualha, Reino Unido), e Carcavelos a Gibraltar, o primeiro cabo submarino que amarrou em Portugal. Situava-se na Quinta Nova de Santo António, em Carcavelos. O lançamento do cabo que ligou Carcavelos a Ponta Delgada iniciou-se em 13 de agosto de 1893 com uma cerimónia realizada a bordo do navio lança-cabos *Seine*, fundeado na baía de Cascais, na qual esteve presente Hintze Ribeiro (Presidente do Conselho de Ministros), Bernardino Machado, (Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria) e John Pender, o principal promotor da *Telegraph Construction & Maintenance Co.*, a empresa britânica contratada para o lançamento do cabo. A inauguração ocorreu no domingo, dia 27 de agosto, com troca de telegramas entre Ponta Delgada e Lisboa.
 - 5 Aristides Moreira da Mota (Ponta Delgada, 12 de julho de 1855 — Ponta Delgada, 1 de maio de 1942), advogado e professor liceal. Foi um dos mais ativos promotores da autonomia açoriana e o autor do projeto legislativo que serviu de catalisador ao processo que levou à promulgação do Decreto de 2 de março de 1895, que concedeu autonomia administrativa aos distritos açorianos que a solicitassem.
 - 6 Georgina Hintze Ribeiro (Ponta Delgada, 6 de julho de 1842 — Coimbra 25 de março de 1926), irmã de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, ao tempo presidente do Conselho de Ministros.
 - 7 O presidente do 47.º governo da Monarquia Constitucional era o micalense Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro.
 - 8 As funções de governador civil do Distrito de Ponta Delgada eram então exercidas, interinamente, por Aristides Moreira da Mota.
 - 9 Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (Ponta Delgada, 7 de novembro de 1849 — Lisboa, 1 de agosto de 1907), distinto parlamentar e par do reino, procurador-geral da Coroa, ministro das Obras Públicas, das Finanças e dos Negócios Estrangeiros e líder incontestado do Partido Regenerador. Por três vezes assumiu o cargo de presidente do Conselho de Ministros. Foi um dos políticos dominantes da fase final da Monarquia Constitucional, ocupando

a presidência do ministério mais tempo que qualquer outro naquele período. A ele se devem importantes reformas, algumas das quais ainda perduram, tais como as autonomias insulares (1895), o regime das farmácias e a criação do regime florestal (1901). Feito Conselheiro de Estado efetivo em 1891, recebeu múltiplas condecorações, entre as quais a grã-cruz da Torre e Espada. Foi sócio efetivo da Academia Real de Ciências de Lisboa.

10 *Bernardo de Pindela* era o pseudónimo literário Bernardo Pinheiro Correia de Melo, o 1.º conde de Arnoso.

11 Ver António Maria Holtreman do Rego Botelho de Faria.

Capítulo XLIII

El-Rei o Senhor D. Carlos I e a Rainha a Senhora D. Maria Amélia

A imprensa angrense descreveu e arquivou, com a superior competência que muito a distingue, tudo o que se passou na ilha Terceira, desde que se recebeu a agradabilíssima notícia de que Suas Majestades se dignavam visitar os arquipélagos da Madeira e Açores, até à afortunada realização de tão honrosa visita.

As descrições feitas pela imprensa periódica angrense são importantes, valiosíssimas, próprias da ilustração dos dignos redatores dos diversos jornais, e consoante o seu comprovado patriotismo, e assim são documentos para a continuação da história terceirense.

Há, porém, o perigo do descaminho com relação a documentos da imprensa periódica, do que tivemos muitas provas nas nossas investigações, e o melhor que se deve fazer para evitar esse descaminho, é arquivar tudo em um livro.

O distinto escritor, sr. J. Simões Ferreira,¹ em um bem elaborado artigo, intitulado «*Dois Poetas*», que publicou em *O Instituto [de Coimbra]*,² escreveu:³

«Quem publica em jornais escreve em areia: quem escreve um livro grava em diamantes. Os jornais, como a espuma do mar, sobrenadam brilhantes, mas duram um instante: os livros como os rochedos, veem-se menos, mas permanecem eternos. Não nos vêm encontrar todos os dias, não se nos metem aos olhos fazendo-se lembrados, mas aquedam-se em sítio certo, e lá nos esperam, e lá os achamos quando nos são precisos.»

Exposto isto, e servindo-nos de guia as descrições da imprensa periódica angrense, digamos com toda a franqueza, e em boa verdade, que ao saber-se estar definitivamente resolvida a visita de Suas Majestades ao Arquipélago Açoriano, rejubilaram todos os terceirenses com uma tão importante notícia.

Certos os açorianos de que as nove ilhas, que compõem este arquipélago, são joias fulgentes entrelaçadas no diadema português, folgaram em que pessoalmente tivessem delas conhecimento os Egrégios Monarcas, que nobremente cingem o mesmo diadema; e mais ainda que de perto houvessem por bem Suas Majestades apreciar e avaliar a dedicação, o respeito e o amor,

que este bom povo tributa à monarquia constitucional e à Família Real portuguesa.

Abandonavam os Reis de Portugal os paços reais, e todos os confortos, comodidades, faustos e grandezas, que lhes são próprios, para, atravessando os mares, visitarem o povo açoriano.

Desciam Suas Majestades do trono dos seus maiores, para honrarem com sua Real presença a ilha Terceira, que havia heroicamente, vitoriosamente, defendido a independência pátria, ao fundar-se a dinastia da Sereníssima Casa de Bragança, e mais tarde os incontestáveis direitos ao mesmo trono da virtuosa Rainha, a Senhora D. Maria II.

Saíam os Régios visitantes, o Senhor D. Carlos I e Sua Augusta Esposa, a Rainha a Senhora D. Maria Amélia, da grande e opulenta capital do reino, a majestosa cidade de Lisboa, para darem entrada na cidade, que outrora, em momentos assaz angustiosos, fora a leal capital do mesmo reino, a pequena, modesta, mas formosa cidade de Angra do Heroísmo.

Desceram Suas Majestades do trono português, abandonaram o paço real; mas encontraram na ilha Terceira um outro paço muito seu, tendo, por sala do trono, a sala que já o havia sido do seu imortal avô, o grande D. Pedro IV; e ao mesmo tempo vieram encontrar um povo, português de lei, sincero, simples, humilde, mas altivo pelos feitos nobilíssimos que engrandeceram os seus antepassados, pela sua lealdade nunca desmentida, e inexcedível patriotismo.

E vieram Suas Majestades muito bem, porque os Reis precisam dos corações dos simples e dos humildes, pois neles existe a sinceridade em toda a sua pureza. Os seus cânticos, os seus louvores, as suas aclamações, representam o seu sentir, inspirado nos ditames de uma consciência não maculada pelos hábitos da adulação cortesã.

E assim o povo terceirense, educado no amor e veneração pela realeza, fascinado decerto pela majestade que dela dimana, contemplava respeitosamente de frente erguida, o Senhor D. Carlos, mas não o contemplava somente como Rei de Portugal, como Chefe da nação portuguesa.

E isto tem razão de ser. O Senhor D. Carlos é para os terceirenses o seu legítimo soberano, mas é ao mesmo tempo o neto da virtuosa Rainha a Senhora D. Maria II, Augusta filha do imortal Rei Soldado.

E o Senhor D. Pedro IV, ilustre avô do Senhor D. Carlos, e os pais e avós do povo terceirense, que jubilosamente recebia o seu legítimo Rei, foram irmãos e cooperários para o assentamento sólido do edifício augusto da liberdade. E o Senhor D. Carlos é para os terceirenses o Rei bem-amado, que vigilante e denodadamente sustenta o *«edifício augusto da liberdade, que tem por cimento o sangue de nossos pais, por cúpula as esperanças de nossos filhos»*.⁴

Agora, que nos reclinamos nos braços da paz, da continuação da qual depende a felicidade e o engrandecimento pátrios, viam os terceirenses, no seu Ilustrado e Magnânimo Rei, a garantia de uma paz duradoura, ao mesmo tempo que o contemplavam, como apóstolo fervoroso, enérgico, convicto do progresso e da liberdade. E a continuação da paz está na sustentação da liberdade.

«A sombra negra do passado, erguendo-se macerada de entre ruínas, parece abalançar-se a vida nova, velando incuráveis feridas com o espesso manto da hipocrisia.

Haverá exageração, mas há verdade nestes ditos. Não a veem todos, porque a não querem ver muitos. Eu declaro que a vejo, mas não me assusta.

O passado é impotente contra o futuro, porque um representa a luz, o outro as trevas: aquele é o ancião que estrebucha para morrer, este o jovem que ensaia o passo para caminhar; aquele está a esgotar forças na luta, este a robustecer-se no exercício; aquele tem a consciência da sua fraqueza, este nem ainda tem de quanto pode. Mais alguns anos e tudo está acabado. As ideias não são como os indivíduos, que morrem de momento. Levam anos a acabar, como levam séculos a arreigar. Mas cedem afinal.»^a

Assim, as ideias do passado caducaram perante a razão e o bom senso, e pretender ressuscitá-las é loucura. Não se pode encravar o progresso no seu

a J[oaquim] Simões Ferreira [in «Dois poetas», *O Instituto*, n.º 11, p. 75. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1862].

caminhar humanitário e assombroso, nem tão pouco tolher os majestosos voos do pensamento.

Ora os terceirenses, que pensam por esta forma, pois que o espírito de independência e liberdade é neles ingénito; que têm por brasão de honra o amor da pátria não movido de prémio vil, anelavam pelo momento do desembarque do Rei liberal, na sua pátria estremecida, que fora o paládio sacrossanto da liberdade, para o saudarem com as mais vivas e sinceras aclamações, fazendo sentir ao Senhor D. Carlos o júbilo do reconhecimento pela sua honrosa visita, prometedora de um futuro de felicidade.

E se isto assim sucedia com respeito a El-Rei, não era menor a ansiedade de que todos estavam possuídos, e a franca alegria que pululava no rosto de todos, para bem receberem e com entusiasmo aclamarem Sua Majestade a Rainha.

E bem justa era essa ansiedade e bem cabida tal alegria. Lemos, não nos recorda onde, esta grande verdade: *«Os espíritos que nasceram fadados para amar, todos os demais se afinam neste sentimento divino.»*

A fama de que a Excelsa Rainha, a Senhora D. Maria Amélia, possuía sólidos dotes da mais preciosa predileção pelos infelizes, e que todos os seus atos eram incitamento ao amor do bem e estímulos à virtude, havia felizmente chegado a estas plagas açorianas.

A caridade tem os seus luminares, satélites brilhantes que a acompanham, proclamando-a a mais sublime de todas as virtudes. Exercem esses luminares a sua ação benéfica entre os deserdados da fortuna, entre os que sofrem no leito de espinhos armado pelas adversidades da vida, entre os que vertem as lágrimas da orfandade e da viuvez, entre os que a desventura prostra enfermos, entre a pobreza envergonhada.

São anjos da caridade, sobre os quais intensamente reverbera a esplendente auréola, que lhes irradia em torno. Oh! abençoados os que possuem a lembrança viva dos que choram, os que sabem bem compreender que *«[..., se um bom silogismo] vale muito, uma lágrima bem quente, bem viva e bem sentida, [deve valer tanto – ou muito mais ainda]»*.⁵

«O peso de uma lágrima! — escreveu o eminente escritor e imortal poeta açoriano, Antero de Quental⁶ — Leve coisa, talvez, na palma da mão do

filósofo, acostumada a levantar a mole espantosa dos argumentos, dos sistemas, das ciências. Mas quando sobre o coração nos cai, de uns olhos que Deus fizera para a luz e para a ventura, e a que a vida só deu sombras e abrolhos — então! sente-se-lhe bem o peso, a essa pobre gota de água, e não há aí já peito de bronze que não vergue e se abale, como se o tocasse o dedo invisível de uma divindade...

Nesse estreito cristal se reflete um mundo de desventuras sem nome, de sortes incompreensíveis, de desesperos sem voz, de consumições solitárias, para que não há consolação possível na Terra, porque a Terra as ignora, porque são sombras de destinos violentamente despedaçados, porque são terríveis e irremediáveis como a morte! Como esse molusco do mar das Índias, de cuja pútrida consumpção nasce a pérola nacarada, assim da espantosa decomposição das misérias humanas, sai, como símbolo de toda a melancolia da vida, a viva pérola de triste e doce reflexo — uma lágrima! Como os milhões de glóbulos numa só gota de sangue, movem-se ali, agitam-se e passam todas as tragédias, cuja catástrofe nenhum braço de ferro pôde evitar; todas as lutas, em que a virtude e a verdade se viram sempre esmagadas, como sob o peso de maldição desconhecida; todas as fúnebres agonias das grandes almas ignoradas; todos esses dramas sem nome, que no mais baixo, no mais fundo da sociedade se revolvem misteriosos e terríveis!

Que assombrosos quadros de miséria não alumia o doce raio de luz, que atravessa a água pura de uma lágrima! É o espantoso caleidoscópio das dores da humanidade! E tudo isto, todas estas realidades ardentes, palpitantes, sangrentas, deixarão de existir, de bradar, de se estorcer, porque um dia no fundo do cadinho metafísico, onde uma ciência cruel lançara estas grandes ideias, Alma, Deus, Vida, se achou esse resíduo, essa escura abstração, essa cousa que nenhuma palavra diz bem — uma negação, nada!

Não pode ser. O coração levanta-se de salto e não pode ler essa irrisão feroz, escrita no céu com letras de ouro, com letras de harmonia. A razão não quer ouvir essa gargalhada delirante e credulíssima, soltada contra a sua fé, a sua lei, ela mesma a — ordem. Só a inteligência, depois de ter

recolhido as suas redes vazias, dirá, olhando para o vapor que exalam ao enxugá-las o sol: «eis aí o destino dos homens; como este fumo se evaporam e somem no ar vazio as dores da humanidade? ...»

Vir-se ao mundo para amar, crer, sentir, ser bom, e feliz, e forte, que tanto quer dizer — homem, e achar um leito de espinhos, e endurecer-se-lhe o corpo e a alma, e descer e chorar, e ser mau, e ignorante e mísero — uma existência a si mesmo traidora — um ser que renega sua própria lei — uma coisa feita para ser exatamente o contrário do seu destino — que é isto, senão a contradição terrível de tudo quanto temos por justiça, por verdade, por princípio e harmonia dos mundos?

É a negação dos sentimentos mais íntimos, das ideias mais essenciais. Ou o universo é o delírio de um demónio, ébrio de sua mesma maldade; ou para além do extremo arco da ponte da vida nos espera o seio vasto de uma Bondade, a quem não esquece um ai, um suspiro só; uma mão, que ate com amor os destinos partidos; uma lei de justiça, a que chamamos Compensação.

Sem este equilíbrio de além-túmulo o mundo moral inclina-se sob o peso de suas ruínas acumuladas de séculos, e tomba e rola desamparado nos abismos do nada! Quando num prato da balança eterna se lança toda essa massa espantosa das desgraças humanas, tamanho peso só se compensa, pondo no outro o amor infinito — Deus.

Sim, Deus! Espírito, Força, Princípio, Essência, Jehovah ou Brahama, que me importa um nome? Eu chamo a Deus justiça! Na queda e triste ruína das ilusões antigas, das velhas crenças das gerações, fica-nos eterna essa grande palavra. — É que está gravada no coração. Só o arrancando-o a poderão tirar de lá. E nem assim. No deserto das alturas a águia que o empolgasse leria — justiça — nas carnes palpitantes... e cairia assombrada!».7

E quando no meio das tempestades da vida, quando no perpassar desses quadros assombrosos de miséria, quando ao correr dessas lágrimas bem quentes, bem vivas, bem sentidas, bem dolorosas, gotas insignificantes de água, que tanto valem, que tanto pesam, que imensas angústias e dores representam,

como brilhantemente descreve o eminente filósofo açoriano; quando tudo isto sucede, e no meio de tanta infelicidade e desdita, aparece um vulto de mulher, de rara gentileza, coração diamantino, alteza de alma, mãe de príncipes, espalhando o bem, confortando os que sofrem, enxugando lágrimas dolorosas, animando para que a desesperação não se apodere dos espíritos atribulados, todos, por uma impulsão intuitiva, a admiram, a bendizem, a veneram e amam, proclamando-a a mãe dos desamparados, a mensageira escolhida pelo Espírito, Força, Princípio, Essência, Deus, para ser o anjo da caridade entre os desgraçados, consolando-os e alentando-os no meio dos seus enormes sofrimentos.

É isto que acontece com a Augusta Rainha de Portugal, a Senhora D. Maria Amélia de Orleans.

As suas virtudes, os seus sentimentos caritativos, a sua nobreza de coração e magnanimidade de alma, não precisam ser esmerilhados à luz da publicidade, para se tornarem bem conhecidos, pois a voz sonora da fama se encarregou voluntariamente de os proclamar.

Assim, eram bem cabidos os veementes desejos do povo terceirense de ver e aclamar os Reis de Portugal, sem que as suas aclamações tivessem por fim único o cortejar grandezas da terra, ou constituir rolos de incenso para turificar a realeza.

As aclamações entusiásticas, calorosas dos terceirenses, feitas às pessoas de El-Rei e de sua Augusta Esposa, tinham sobejas razões de ser; foram espontâneas, sinceras, do coração, próprias de quem muito se ufana de ser bom e leal português.

Para com o Senhor D. Carlos, além de todos os títulos que lhe são próprios, existia, guardada a devida distância, uma homogeneidade de crenças, era o Rei Liberal; e os avós de Sua Majestade, e os pais e avós dos terceirenses, seja-nos respeitosamente permitida a repetição da frase, foram irmãos e cooperários para o assentamento sólido do edifício augusto da liberdade portuguesa.

Para com Sua Majestade, a Senhora D. Maria Amélia, era a Esposa de El-Rei, a Mãe estremecida e carinhosa dos Príncipes, a Rainha bem-amada dos portugueses, Aquela, repetimos, que possui sólidos dotes da mais preciosa

predileção pelos infelizes, e que todos os seus atos são incitamento ao amor do bem, estímulo à virtude.

O seu espírito nasceu fadado para amar, e o espírito de todos os seus súbditos, seguindo os seus nobres exemplos, afinam nesse sentimento divino.

-
- 1 Joaquim Simões Ferreira (Coimbra, 1 de abril de 1837 — Lisboa, 1912), bacharel em Teologia pela Universidade de Coimbra, iniciou a sua carreira como professor e jornalista político, mas, depois de casar numa das mais influentes famílias de Pinhel, ingressou na política, tendo sido governador civil de Castelo Branco e deputado eleito nas listas do Partido Progressista durante mais de duas décadas, representando os círculos de Castelo Rodrigo e da Guarda (cf.: Pinho Leal et al., *Portugal antigo e moderno : dicionário geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e ...*, vol. 7, pp. 96-97. Lisboa, Mattos Moreira & Co., 1873). Em 1869 fora nomeado secretário do Governo Civil de Angra, mas não tomou posse. Foi ainda chefe da Repartição do Comércio no Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria de 1887 a 1911 (cf.: Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*, vol. II, pp. 141-142. Lisboa, Assembleia da República, 2005).
 - 2 *O Instituto : jornal scientifico e litterario*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1853-1981.
 - 3 Joaquim Simões Ferreira, «Dois poetas» [in *O Instituto*, n.º 11, pp. 74-76. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1862].
 - 4 Joaquim Simões Ferreira in «Dois poetas», *O Instituto*, n.º 11, p. 75. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1862.
 - 5 Antero de Quental, «O sentimento de imortalidade : carta ao sr. Anselmo d'A», p. 40, in *O Instituto*, 13(2), pp. 39-43, 1866. Republicado como *O sentimento de imortalidade : carta ao sr. Anselmo d'Andrade*. Barcelos, Tip. do Aurora do Cávado, 1896.
 - 6 Antero Tarquínio de Quental (Ponta Delgada, 18 de abril de 1842 — Ponta Delgada, 11 de setembro de 1891), poeta e filósofo, foi o verdadeiro líder intelectual do Realismo em Portugal. Dedicou-se à reflexão dos grandes problemas filosóficos e sociais do seu tempo, contribuindo para a implantação das ideias renovadoras da geração de 1870. Ligado aos movimentos anarquista e socialista, deixou uma extensa obra poética e ensaística, bem como colaboração dispersa por múltiplos periódicos.
 - 7 Antero de Quental, *Sentimento da Imortalidade*, col. *Obras Completas de Antero de Quental*, organização, introdução e notas de Joel Serrão, ed. Comunicação, Lisboa, 1991, p. 27. O texto integra um ensaio de juventude, datado de 1865, intitulado «O sentimento de imortalidade : carta ao sr. Anselmo d'A», publicado em *O Instituto*, 13(2), pp. 39-43, 1866.

Capítulo XLIV

A Visita Régia

Preparava-se a cidade de Angra do Heroísmo para receber condigna e festivamente a Suas Majestades, os Reis de Portugal.

Adornava-se com as suas melhores galas, trabalhando todos, para que, à falta das pompas, esplendores e grandezas, que facilmente se encontram nas ricas e opulentas cidades, a receção dos Augustos Soberanos representasse a manifestação mais evidente de sincero preito e respeitosa homenagem de súbditos fiéis e de leais portugueses.

A Junta Geral do distrito, o senado angrense, as associações e corporações, todos enfim, concorriam com excecional vontade, para que o fausto acontecimento que devia ter lugar fosse solenizado com o máximo brilhantismo, animação e realce.

*

O governador civil, conselheiro Emídio Lino da Silva Júnior

O ilustre governador civil, filho estremecido da ilha Terceira, foi incansável em tudo e de todos auxiliar, tratando, com inexcedível zelo e amor pátrio, de remover as dificuldades que de momento surgiam. O digno governador civil era:

- Emídio Lino da Silva Júnior — nasceu aos 10 de agosto de 1860. Aluno distinto do Liceu de Angra, escolheu a carreira militar, completando o curso da Escola do Exército em 1879, e o de engenheiro civil, sendo já oficial do Exército, em 1887. Tem exercido e desempenhado, com superior competência e comprovada ilustração, os cargos de chefe de secção, diretor das Obras Públicas no Funchal, governador civil em Angra, e atualmente é inspetor dos incêndios e comandante do Corpo de Bombeiros Municipais de Lisboa. Foi secretário particular de seu ilustre irmão, o digno par do reino, sr. conselheiro Jacinto Cândido da Silva, quando Ministro da Marinha. É conselheiro, e tem a comenda da Ordem de Cristo, a de Mérito Naval de Espanha, a da Ordem de Avis, a Medalha de Comportamento Exemplar e a grã-cruz da Ordem da Conceição.

*

D. Brites da Cunha e Silva

Ao lado da autoridade primária do distrito salienta-se, por forma superior, a sua virtuosa esposa, a ilustre dama jorgense, a ex.^{ma} sr.^a D. Brites da Cunha e Silva.¹

Com respeito aos brilhantes serviços prestado por S. Ex.^a para o bom êxito da receção a Suas Majestades, arquivamos a seguinte notícia, publicada em suplemento ao n.º 75 do semanário angrense *A Semana*:²

«D. Brites da Cunha e Silva — De entre os mais devotados ao bom êxito das festas, com que a Terceira tinha a receber os nossos Augustos Soberanos, de justiça é salientar a muito nobre e ilustre esposa do ex.^{mo} governador civil, a Ex.^{ma} Sr.^a D. Brites da Cunha e Silva. Se os terceirenses se sentem envaidecidos por esse bom êxito, atestado nas palavras de agradecimento de El-Rei, que são mais um título de honra para esta nossa terra, àquela distinta senhora muito o devem. Só quem a acompanhou nestes trabalhos, poderá fazer juízo exato do valor do seu esforço, da tenacidade do seu empenho, da dominadora ação do seu espírito superior e culto. Por tudo se repartia a sua atenção preclara; a todos impulsionava a sua vontade enérgica. E onde quer que exercia a ação direta, aí ficavam, no conjunto e no detalhe, impressos traços vivos do seu espírito gentil e da sua alma de artista. Por tamanhos o esforço e a atividade, de espanto é como a natural fraqueza dos seus músculos serviu a energia viril do seu espírito. Alma verdadeiramente portuguesa, esposa dedicadíssima, dois deveres a impulsionavam, qual deles o mais sagrado para o seu devotado coração. E ambos, brilhantemente, os cumpriu. Também era dever prestar esta sincera e simples homenagem ao superior espírito, à enérgica vontade, que de muitos foi guia e estímulo. Muito ficou devendo a ilha Terceira à ilustre senhora, e de tanto seja público o reconhecimento, embora minguido o prémio de tão alto serviço. — Frederico Augusto Lopes da Silva.»

*

Na véspera da chegada à ilha Terceira. Associação Comercial. José Júlio da Rocha Abreu

Na véspera da chegada — «O respeitável corpo comercial de Angra do Heroísmo, pensando, e muito bem, que a alegria e o bem-estar por ocasião da régia visita deviam a todos tocar, resolveu distribuir, na véspera da chegada de Suas Majestades, esmolas, o que praticou assim:

A quinhentos pobres, cem de cada uma das cinco freguesias da cidade, 625 réis a cada um, na importância de réis 312\$500;

Aos cem doentes e inválidos existentes no Hospital de Santo Espírito; às recolhidas dos recolhimentos da Associação Educadora do Sexo Feminino³ e de Jesus, Maria José⁴ e aos presos da cadeia civil, 625 réis a cada um;

Aos asilos de Infância Desvalida e de Mendicidade, para as refeições dos dias que durasse a visita régia, 50\$000 réis a cada um;

À Cozinha Económica para cem jantares diários, gratuitos, durante três dias, 60\$000 réis.

Assim a Suas Majestades abriu a caridade as portas da cidade de Angra do Heroísmo».

O digno presidente da Associação Comercial de Angra do Heroísmo é o respeitável cavalheiro, e distinto terceirense, o ex.^{mo} senhor:

- José Júlio da Rocha Abreu⁵ — Nasceu aos 19 de janeiro de 1857. Negociante inteligente e laborioso, goza geral estima e consideração. Sempre pronto a acudir ao infortúnio, abriu, estando em Lisboa, conjuntamente com o seu falecido pai, Bento José de Matos Abreu,⁶ uma subscrição a favor das vítimas da catástrofe, que nesta ilha teve lugar na noite de 22 para 23 de julho de 1891.⁷ Nesta ocasião, e por seu alvitre, fundou o ex.^{mo} governador civil, o sr. conselheiro José Inácio de Almeida Monjardino, o Cofre de Caridade.⁸ Acudindo prontamente ao apelo de Sua Majestade, a Senhora D. Maria Amélia, abriu, como presidente da Associação Comercial, uma subscrição a favor dos famintos de Cabo Verde. É diretor da Caixa Económica Angrense,⁹ juiz substituto e vice-cônsul do

Uruguai. Foi membro da Junta Geral do distrito, e o seu nome benquisto, probo e respeitado está ligado a todas as associações de beneficência desta cidade, de que é desvelado protetor, fazendo parte da direção de algumas.

*

Na ilha Graciosa

Na ilha Graciosa — Não podendo Suas Majestades desembarcar nesta ilha, como estava destinado, a Câmara Municipal foi a bordo prestar aos Augustos Monarcas a devida homenagem.

Alocução da Câmara Municipal de Santa Cruz:

«Senhor! — Permita Vossa Majestade que a Câmara Municipal desta ilha graciosa pela beleza da sua disposição topográfica, como nobilíssima pela fidalguia daqueles a quem os Monarcas, predecessores de Vossa Majestade, houveram por bem instituir por seus primeiros donatários, venha hoje, e pela vez primeira, jubilosamente, acercar-se do seu Rei Fidelíssimo, para em nome dos munícipes, humildes e respeitadores súbditos de Vossa Majestade, saudar com as boas-vindas, tão efusiva quanto respeitosa, a Real Pessoa de Vossa Majestade e de Sua Majestade a Rainha, a excelsa Princesa que o povo português, em sua simples verdade, justissimamente cognomina mãe da pobreza e desvelada protetora dos que sofrem, dos pequeninos e indigentes, dos que não têm mãe e daqueles a quem a fortuna não sorri!

Senhor! — A honrosa visita de Vossa Majestade a esta pequeníssima parte do reino de Vossa Majestade é um facto de tão transcendente valor e importância, que será, para sempre, memorado nos fastos da sua história, não pouco notável já pelos serviços prestados à causa santa da independência da Pátria, como à implantação dos sacratíssimos princípios da liberdade, que Vossa Majestade tão brilhantemente encarna e simboliza!

Digne-se, pois, Vossa Majestade de aceitar as saudações que a Vossa Majestade dirigimos, neste soleníssimo momento, que nos enche de glória

e de infindo prazer, como a mais sincera e respeitosa manifestação da adesão deste bom povo à causa nobilíssima que Vossa Majestade tão superiormente representa, e de permitir que, como intérpretes dos munícipes graciosenses, dirijamos ao Altíssimo os mais fervorosos votos pelas prosperidades de Vossa Majestade, de Sua Majestade a Rainha, Augusta esposa de Vossa Majestade, do Príncipe Real e de toda a Família Real Portuguesa, e pelo feliz regresso de Vossa Majestade à corte do seu reino.

— Viva Sua Majestade El-Rei! — Viva Sua Majestade a Rainha! — Viva Sua Alteza o Príncipe Real! — Viva a Família Real portuguesa!»

Resposta de Sua Majestade El-Rei:

«Com íntima e viva satisfação ouvi e agradeço as palavras que a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa acaba de me dirigir e a Sua Majestade a Rainha, congratulando-se pela nossa visita a esta formosa ilha, palavras de todo o ponto conformes aos sentimentos de dedicação à pátria e aos seus Monarcas, em que sempre timbraram os habitantes deste concelho».

*

Na vila da Praia da Vitória

Na vila da Praia da Vitória — A divisão naval ancorou na Praia da Vitória pelas duas horas da tarde do primeiro de julho; naquela mesma baía em que se feriu a memorável batalha de 11 de agosto de 1829, cujo triunfo por parte dos liberais lhes garantiu a posse deste baluarte egrégio da lealdade portuguesa e foi fiador da vitória da dinastia constitucional, receberam Suas Majestades, a bordo, as homenagens das autoridades e vários cidadãos da muito notável vila.

Alocução da Câmara Municipal da Praia da Vitória no dia 1.º de julho:

«Senhor! — A Câmara Municipal da Praia da Vitória, como fiel intérprete dos habitantes do concelho, vem mui respeitosa e humildemente apresentar a Vossa Majestade o seu mais profundo e subido respeito, afirmando a sua submissão e a sua fidelidade à Monarquia e às instituições por que Portugal felizmente se rege.

Senhor! — A alta distinção que Vossa Majestade nos concede, dignando-se de visitar esta vila, enche-nos do mais ardente júbilo, move-nos à mais profunda gratidão, e permiti, Senhor, que em Vossa Augusta presença nos ufanemos como descendentes desses heroicos súbditos da ínclita e sempre saudosa Rainha D. Maria II, que ali, sobre aquele famoso areal, encetaram tão gloriosamente as campanhas da liberdade, e alcançaram a primeira e notabilíssima vitória. Foi ali, Senhor, que se deu a memorável batalha do dia 11 de agosto de 1829; ali, Senhor, é que é o verdadeiro berço da liberdade portuguesa, de que Vossa Majestade é o mais seguro e precioso penhor!

Dignai-vos, Senhor, de aceitar os sinceros protestos da nossa vassalagem e do nosso amor; Vós, e Vossa Augusta e virtuosíssima Esposa, a nossa veneranda e excelsa Rainha que o Céu, para ventura Vossa e para felicidade dos portugueses que tanto amais, nos concedeu; e crede, Senhor, que o grandioso acontecimento da Vossa visita a esta vila, — tal é o sentimento de gratidão e de amor que neste momento domina os povos — ficará indelevelmente gravado em nossos corações como sendo o mais faustoso e solene da nossa vida histórica.

Fazemos votos fervorosos a Deus para que conserve por felizes e dilatados anos a saúde e a vida de Vossa Majestade, de Vossa Augusta Esposa, do muito esperançoso e amado Príncipe Real, Sua Alteza o Senhor D. Luís Filipe, do querido e Sereníssimo Infante o Senhor D. Manuel e de toda a Família Real portuguesa».

Resposta de Sua Majestade El-Rei:

«Venero o padrão de glória que esta nobre terra representa; ao perigar da causa da legitimidade e da liberdade, o valor dos seus filhos rechaçou a arremetida que vinha sufocar o arranco de um direito tradicional e de uma aspiração coletiva.

A honra histórica e patriótica remanesce por tradição e herança.

Sois vós os filhos dos heróis de outrora, como eu sou o filho daquele a quem sustentastes à custa de sangue. E bem o dizem os transportes com

que saudais o vosso Rei e o grato sentimento que nos invade ao divisar o leal entusiasmo de um povo, a quem testemunho nesta visita o meu afeto e dedicação».

*

Em Angra do Heroísmo

Do que se passou na cidade e ilha Terceira, vamos arquivar, extraída do importante jornal *A Semana*, a minuciosa, exata, e bem elaborada descrição, feita pelo talentoso jornalista terceirense, senhor Francisco Sieuve de Menezes e Lemos, única e simplesmente colocando por ordem o que diz respeito ao acontecido em cada dia, às descrições dos vários pontos, edifícios, etc., que Suas Majestades visitaram, o que de forma alguma foi possível, àquele distinto escritor, obter todas as notas necessárias para lhes dar publicidade na ordem devida.

Representa tudo um valioso trabalho, que passamos a arquivar.

A chegada — Desde muito cedo começou a povoar-se todas as eminências da cidade, desde a Rocha até ao Corpo Santo, a estrada marginal Bernardino Machado e outros pontos de onde se podia desfrutar o majestoso panorama da chegada da divisão naval que, como se sabe, era composta dos cruzadores *D. Carlos*,¹⁰ *São Gabriel*¹¹ e *D. Amélia*,¹² sob o comando supremo do capitão-de-mar-e-guerra sr. Moraes e Sousa.¹³

Nas imediações do cais da alfândega era também enorme a concorrência, e nas ruas Direita e Sé, por onde devia passar o cortejo, as janelas estavam apinhadas de damas, cujas *toilettes* claras punham no ar tons de radiante alegria.

Momentos depois da chegada do *Berrio*,¹⁴ vindo da Graciosa, demandava a barra o *yacht Amélia*,¹⁵ aviso da esquadra.

Uma salva de 21 tiros no Castelo de São João Baptista anunciou a aproximação da esquadra.

No cais achava-se já a Câmara Municipal, o prelado, o general comandante militar dos Açores, funcionários civis e militares e muitas senhoras da nossa primeira sociedade.

Pouco depois aparecia a divisão naval, navegando em ângulo de caça, ou seja, em forma de um V invertido. Mais longe o *Australia*¹⁶ e o *Severn*¹⁷ da marinha imperial britânica.

O panorama era surpreendente e faltam-nos palavras para o descrever. Simplesmente belo o aspeto da baía!

Ao fundear o *D. Carlos*, dirigiu-se para seu bordo o elegante escaler da alfândega, transformado com inexcedível gosto em galeota real, para conduzir a terra Suas Majestades. E, por entre o troar da artilharia de todos os navios e do Castelo e do estalar de girândolas de foguetes, dirigiu-se para o cais a galeota com os régios viajantes, rodeados por uma flotilha de barcos de pesca embandeirados.

O que se passou durante o curto trajeto, até que os Soberanos pisassem o primeiro degrau do cais de Angra, foi extraordinariamente comovedor, e não mais se apagará da memória de quantos assistiram a tamanha apoteose.

Milhares de bocas acamavam os Reis, milhares de braços agitavam lenços, davam palmas. E em todas estas sinceras manifestações de júbilo, em que vibrava tensamente a alma do nosso povo, havia um tom quente e carinhoso, entusiástico, de uma alegria boa e sã, da santa alegria que é espontânea, que brota do coração!

Recebidos os cumprimentos das damas e cavalheiros, que junto à escadaria do cais os aguardavam, para quem Suas Majestades tiveram cativantes sorrisos de satisfação, dirigiram-se os Soberanos, a comitiva e os convidados para o elegante pavilhão, onde a Câmara Municipal os esperava.

O ilustre presidente do senado angrense, depois de beijar a mão a Suas Majestades, leu-lhes a seguinte alocução:

«Senhor! — Nas mãos de Vossa Majestade tem esta Câmara Municipal a honra de depositar as chaves da Muito Nobre, Leal e Sempre Constante cidade de Angra do Heroísmo.

É este preito de homenagem, Senhor, sinal de respeito e de submissão, devidos aos Senhores Reis de Portugal, de longa data usado neste país, e

que esta Câmara Municipal se honra de ser-lhe dado prestar neste tão solene momento.

Estas chaves, Meu Senhor, as mesmas são que outrora aprouve a Sua Majestade o Senhor D. Pedro IV receber, na ocasião em que chamou a esta terra «o egrégio baluarte da liberdade e fidelidade Portuguesa», quando se dignou vir juntar-se aos bravos que a haviam intrepidamente defendido durante quatro anos, e que depois ele próprio conduziu à inteira conquista da liberdade e do solo sagrado da Pátria.

Cumprindo este dever, a Câmara Municipal vem à porta da sua cidade receber a Vossas Majestades e agradecer, em nome destes povos, possuídos da maior gratidão, a honrosa visita que Vossas Majestades se dignam fazer-lhes.

Pela Câmara Municipal e pelos habitantes deste concelho, tenho a honra de beijar as mãos de Vossas Majestades, e pedimos todos a Deus conceda a Vossas Majestades dilatada e próspera vida, para inteira felicidade da Nação Portuguesa».

Estas chaves tinham sido conduzidas em salva de prata por uma gentil criança, neta do acreditado negociante e vereador sr. Guilherme Martins Pinto.¹⁸

Nessa ocasião, também a interessante filhinha do sr. governador civil,¹⁹ à frente de um formoso grupo de crianças, oferecia a Sua Majestade a Rainha um lindíssimo *bouquet* de flores naturais, onde predominavam os *bluets*,²⁰ uma das flores prediletas da Senhora D. Amélia. Nas largas fitas de seda azul e branca via-se, além de uma deliciosa aquarela de Casanova,²¹ representando a Baía de Angra, a seguinte inscrição:

*À NOSSA BONDOSA RAINHA
DEDICADA PROTECTORA DAS CRIANÇAS*

As duas crianças foram muito acariciadas por Suas Majestades.

*

Nas ruas — Continuavam estrondosos os vivas, e as músicas entoavam galhardamente o hino nacional. Organizou-se então o cortejo, pegando às varas

do pátio a vereação, e conduzindo o estandarte da Câmara o secretário sr. [José Sebastião de] Castro do Canto.

Começou o desfile. Numa tribuna, ao lado das escadas do cais, as crianças do Asilo de Infância Desvalida levantaram frenéticos vivas a Suas Majestades. Afluíra então toda a gente ao Pátio da Alfândega, rampa, Misericórdia e ruas adjacentes. Mais de 25000 pessoas, descobertas, abrindo alas respeitosamente, aclamavam os Soberanos, que foram alvo de uma manifestação imponentíssima, tão grande, tão sentida, tão viva, tão extraordinária, que não se compreende que possa ser excedida em brilho e entusiasmo!

O aspeto do cortejo desde a rua Direita até à Catedral, atravessando uma verdadeira muralha humana, sob uma chuva de flores, que das janelas caíam a atapetar o caminho a Suas Majestades, os vivas, as palmas, as damas acenando com lenços, o estalar de milhares de foguetes, o som alegre das músicas colocadas em diversos pontos da passagem, tocando com verdadeiro *entrain* o hino real, o estrondear da artilharia confundindo-se com as aclamações da multidão, era de um efeito fantástico, único, como raras vezes será dado presenciar, de uma imponência superiormente emocionante.

Fechava o cortejo o Regimento de Infantaria n.º 25, sob o comando do ilustre coronel sr. Elias José Ribeiro Júnior, que junto à Alfândega fizera a guarda de honra.

Nas ruas estavam postadas as filarmónicas *Recreio dos Artistas*,²² *Flamenguense*,²³ *União Velense*²⁴ e a da freguesia dos Altares.²⁵

*

Na Catedral — As largas escadarias da Sé e ruas adjacentes regurgitavam de povo. À porta do majestoso templo esperavam Suas Majestades o prelado, o corpo capitular e elevado número de sacerdotes.

Cumprida as formalidades do ritual, os Soberanos dirigiram-se à capela-mor onde tomaram lugar sob um rico dossel de seda azul encimado pelas armas portuguesas; ao lado os membros do governo e a casa militar e civil de Suas Majestades.

Oficiou o prelado, cantando-se a grande instrumental um pequeno, mas delicioso, *Te-Deum*, de Alexandre Ferreira,²⁶ sob a regência do hábil maestro sr. João [António] das Neves.²⁷

Na vasta Catedral via-se grande número de senhoras, além das que acompanharam desde o cais Sua Majestade a Rainha, e todos quantos compunham o cortejo e muito povo.

Terminada a cerimónia religiosa, o Regimento,²⁸ postado em frente da Sé, deu as descargas da ordenança, respondendo o Castelo de São João Baptista.

Momentos depois, Suas Majestades atravessavam a igreja, entre alas de damas e cavalheiros, dirigindo-se para as carruagens, onde tomaram assento, seguindo dificilmente, através da multidão, para o Paço.

*

No Paço — O que se passou foi estonteante e fascinador. Por muitas vezes, depois de entrarem no Paço, cuja ornamentação era um deslumbramento, os Reis de Portugal das janelas agradeciam à multidão os vivas e aclamações sinceras de que eram alvo, e que tinham toda a expansão da boa e franca alma popular, absolutamente fascinada na contemplação dos seus Reis.

A figura esbelta de Sua Majestade a Rainha atraía as atenções de toda a gente, que se empurrava para a ver. O seu porte verdadeiramente majestoso, o seu olhar insinuante, tudo enfim que a torna sobremodo distinta logo à primeira vista, entusiasmava a multidão, que freneticamente a aclamava sem cessar.

Às 7:30 servia-se o jantar a que apenas assistiram os dignitários da corte, general Pimenta de Castro²⁹ e o sr. governador civil, que, durante a demora de El-Rei no Real Paço de Angra, foi convidado para todas as refeições.

*

O edifício — Como se vê da planta, o Real, Paço de Angra tem excepcionais acomodações que permitiram a Suas Majestades e comitiva uma instalação só comparável à dos Paços Reais da Ajuda e Necessidades.

A parte esquerda da frente do Paço era ocupada pelos aposentos de Sua Majestade a Rainha, compostos de quartos de cama, de *toilette* e casa de banho, seguindo-se os aposentos da dama sr.^a D. Maria Francisca de Menezes,³⁰ constituídos por quartos de cama e de *toilette*.

Ao outro lado da frontaria há a escada nobre, sala de entrada e a primeira da série de salas da ala norte do palácio. Esta sala, iluminada por duas janelas sobre o Largo Vinte e Dois de Junho e duas sobre o jardim, foi destinada aos ajudantes, seguindo-se-lhe as salas de El-Rei, de Sua Majestade a Rainha, cada uma com duas janelas, do trono com três e o grande salão de jantar que mede 19 metros de comprimento por 7,7 metros de largo e abre, como as outras salas, 5 janelas para os jardins.

Pelo lado detrás destas salas correm os aposentos de El-Rei, com janelas para os jardins do claustro, e que se compõem de quartos de cama, de *toilette*, gabinete de trabalho e casa de banho; a seguir, o quarto de cama e gabinete do sr. conde de Arnoso,³¹ secretário particular de Sua Majestade.

A ala leste, que encosta à igreja do Colégio, é ocupada por um quarto dando passagem para o jardim, pela comunicação para as tribunas daquele templo, pela grande sala denominada das Carrancas, que serviu de copa, cujas janelas abrem sobre o pátio da sacristia e pela estação telegráfica. No extremo, os aposentos do sr. D. Fernando de Serpa,³² intendente dos Reais Palácios.

Na mesma ala, do lado do jardim do claustro, as instalações destinadas ao sr. Hintze Ribeiro e que se compunham de quarto de cama, sala de receção e casa de banho; ao lado, os quartos ocupados pelo secretário do ilustre Presidente do Conselho de Ministros.

Na ala do sul estavam, sobre a portaria, os aposentos do sr. [António] Teixeira de Sousa,³³ Ministro da Marinha, composto de quarto de dormir, casa de banho e sala de receção, seguindo-se a escada de serviço.

De um lado e outro do corredor e em parte do da frente, iluminados por janelas sobre o jardim do claustro e sobre a cidade, quatorze quartos onde se alojaram os camaristas de Suas Majestades, ajudante de campo, médico da Real Câmara e o pessoal superior e menor do serviço particular dos Soberanos.

No rés-do-chão alojou-se o resto do pessoal menor. No mesmo pavimento, e em diversas instalações, depósitos de géneros e outros artigos do serviço do Paço.

*

As decorações — Damos aos nossos leitores, completando a notícia que acabam de ler sobre o Paço Real de Angra, a descrição rápida, mas absolutamente verdadeira, da mobília dos aposentos ocupados por Suas Majestades e comitiva, não pormenorizando, por falta de espaço, os mil pequenos detalhes de decoração e ornamentação que ali se admiravam e que reuniam a um alto e inconfundível valor artístico a mais requintada distinção, elegância e bom gosto:

*

Aposentos de Sua Majestade a Rainha —

Quarto de *toilette* — Alcatifa verde, estofos, reposteiros e sanefas em seda verde e rosa. A mobília, lindíssima, no estilo de Luís XV; as guarnições dos espelhos e o guarda-fato em pau-santo e *tuya*. Do teto pendia um soberbo lustre *baccarat* antigo em verde e cor-de-rosa. Todos os objetos do toucador, em prata do mais aprimorado gosto, eram em estilo de Luís XV. Sobre um precioso *chiffonier* admirava-se uma lindíssima jarra antiga da Índia, verdadeira maravilha, e um formoso álbum com fotografias da Terceira, adorável recordação desta terra oferecida a Sua Majestade a Rainha pela ex.^{ma} sr.^a D. Brites da Cunha e Silva. Num pequeno *paravent*, sobre a secretária, de notável valor artístico, os retratos da sr.^a Condessa de Paris,³⁴ mãe da Augusta Soberana, e dos príncipes D. Luís e D. Manuel. Entre as plantas que ornamentavam a sala destacava-se um lindo exemplar de avenca.³⁵

Quarto de dormir — Estofos e guarnições em seda *vieux-rose* de surpreendente efeito; cama, cómoda e lavatório em pau-santo e *tuya*; à cabeceira do leito, sobrepujado por um dossel de rendas e seda, um belo crucifixo em marfim; ao lado, um *bénitier*. Cobria o leito uma riquíssima colcha branca, antiga, da Índia, bordada a matiz. Sobre a cómoda, um esplêndido cofre para joias, em tartaruga e prata, antiquíssimo e de alto valor. Na parede, um notável quadro de autor. O serviço completo do lavatório em prata, riquíssimo.

Quarto de banho — Uma bela e elegante banheira de ferro esmaltado, servida por duas torneiras de prata correspondendo à canalização de água quente e fria. No pavimento, coberto de oleado finíssimo, viam-se magníficos tapetes brancos felpudos. A mobília e guarnições em peluche azul. A resguardar a tina um rico *paravent* primorosamente bordado.

*

Os aposentos da dama da Senhora D. Amélia, eram mobilados em nogueira *ciré*, género Luís XV.

Cobria o leito, onde se admirava um magnífico crucifixo de marfim, linda colcha antiga da Índia, carmesim e branco, da cor dos reposteiros e estofos. No quarto de *toilette*, repleto de *bibelots* preciosos, havia lindíssimas plantas de estufa comunicando-lhe um ar alegre e garrido.

*

Aposentos de Sua Majestade El-Rei —

Quarto de *toilette* — Esplêndida mobília antiga, em pau-santo; cadeiras de couro, antigas, de ricos lavores e tamboretas no mesmo estilo. *Chiffonnier* com embutidos de madrepérola e prata. Um lindíssimo contador e mesa em pau-santo com embutidos de prata. Num rico *passe-partout*, o retrato de Sua Majestade ao colo de sua Augusta Mãe, quando tinha dois anos.

Quarto de dormir — Mobília Luís XV, em pau-santo e *tuya*; estofos e guarnições em seda *bleu-pastel*; serviço completo de lavatório em prata, estilo Luís XV. Cobria o leito uma riquíssima colcha de seda antiga da Índia, cor-de-rosa bordada a matiz.

Quarto de banho — Igual ao de Sua Majestade a Rainha.

*

A mobília dos aposentos do sr. conde de Arnoso, secretário de El-Rei, era em nogueira *ciré*, estilo Luís XV. Estofos e guarnições em veludo verde. No leito, uma formosa colcha da Índia, azul-escuro, bordada a matiz.

*

Instalação do sr. Presidente do Conselho de Ministros —

Sala de receção e quarto de cama em preciosa mobília de pau-santo, antiga, torneada e com soberbos trabalhos de talha. No toucador da mesma madeira, guarnições de prata estilo Império. Na cama uma magnífica colcha da Índia escarlate, bordada a matiz. Na sala, os estofos e guarnições eram em seda amarela; no quarto de dormir, em seda escarlate. A mobília do quarto de banho e *toilette* em mogno, do melhor gosto.

Aposento do secretário do sr. Hintze Ribeiro —

Mobília em pau-santo; cama, com belos trabalhos de talha, torneada, da mesma madeira, assim como uma rica escrivaninha com guarnições de prata lavrada.

Aposentos do sr. Ministro da Marinha —

Quartos de cama, de *toilette* e sala de receção, em bela mobília de mogno. Estofos e guarnições, elegantíssimas, em *bourette* de seda escarlate.

O quarto do sr. Fernando de Serpa, inspetor dos Palácios Reais, tinha uma elegante mobília, de madeira clara, em estilo inglês. Estofos, guarnições e carpete em peluche azul e *grenat*. No leito, uma rica colcha da Índia, cor-de-rosa e branco.

O aposento do sr. conde de Tarouca,³⁶ camarista de Sua Majestade El-Rei, tinha também uma elegante mobília no género inglês; estofos e guarnições de cor clara. Uma lindíssima colcha da Índia, amarela, bordada a matiz, cobria o leito.

O aposento do sr. Guilherme de Brito Capelo,³⁷ ajudante de campo de El-Rei era em *pitch-pine* estilo inglês. Bela colcha antiga, em damasco azul. Mobília e guarnições da mesma cor.

O aposento do sr. conde da Ribeira Grande,³⁸ veador de Sua Majestade a Rainha, tinha uma bonita mobília em mogno. Cobria o leito uma magnífica colcha de damasco carmesim.

No quarto do sr. dr. Oliveira Feijão,³⁹ médico da Real Câmara, via-se uma linda mobília em pau-santo. Na cama, riquíssima colcha em damasco amarelo.

As salas:

Dos ajudantes — Sala *ciré*, com carpete; mobília em pau preto antiga; estofos em damasco encarnado.

*

De El-Rei — Sala *ciré*, com carpete; a mobília, verdadeiramente sumptuosa, compreendendo contadores e mesas da Índia, antigas, com embutidos em marfim, era em pau-santo e de maravilhoso trabalho. Os estofos, reposteiros e guarnições em veludo verde-escuro.

*

De Sua Majestade a Rainha — Sala *ciré*, com lindíssima carpete; estofos, reposteiros e guarnições em *bourette* de seda brique e ouro; espelhos e placas puro estilo Luís XV. Entre as janelas um formosíssimo e elegante *console* dourado com espelho e finíssimas pinturas em vidro. Este móvel, do mais alto valor artístico, foi feito nos princípios do reinado de Luís XV. No piano, distinta *draperie* com uma esplêndida colcha da Índia, antiga, em azul, bordada a matiz. Plantas ornamentais em lindos jarrões da China.

*

Do trono — Alcatifa e paredes em *grenat*; reposteiros e guarnições em damasco da mesma cor, de uma extrema simplicidade. Nas paredes dois esplêndidos retratos de Suas Majestades, de Malhoa,⁴⁰ o grande pintor português e uma das glórias da arte nacional, ricamente emoldurados em ouro e encimados com as armas reais. O dossel do trono em *grenat* e ouro era sobrepujado pela coroa real.

*

De jantar — Mobília completa e distinta em *vieux chêne*, estilo Henrique II. Nas paredes alguns retratos de soberanos da atual dinastia. Estofos, guarnições, etc, em *grenat* e creme. No coreto, lindíssimas *draperies* com colchas da Índia, ricas, bordadas a matiz. Três elegantes *paravents*. Palmeiras, fetos e outros soberbos exemplares de plantas ornamentais; nos aparadores, rica baixela de prata antiga.

*

O vestíbulo mobilado com ricas cadeiras de espaldar, antigas, de couro lavrado. Na escada nobre uma extraordinária variedade de plantas ornamentais de surpreendente efeito.

*

A iluminação do Paço, a acetileno, produzia um belo efeito. A acrescentar a esta pequena resenha, uma enorme profusão de plantas raras, orquídeas, fetos, palmeiras, dispersas pelos quartos, salas e corredores, davam a todo o edifício o aspeto de um elegante jardim.

*

Iluminações — À noite a cidade iluminou toda, produzindo um belo efeito. Das iluminações públicas sobressaía a Câmara Municipal e a Caixa Económica Terceirense, a copos de cores, a Praça da Restauração coberta com uma cúpula de balões venezianos, do mais agradável aspeto, e a Alfândega e Associação Comercial, também à veneziana.

Muito elegante também a iluminação da casa do sr. Conselheiro Távora,⁴¹ na rua da Esperança.

Num coreto da Praça tocava a *Recreio dos Artistas*. Pelas ruas as outras filarmónicas.

O movimento por toda a parte era extraordinário. Até altas horas da noite a multidão conservou-se no Largo Vinte e Dois de Junho, aclamando Suas Majestades.

*

O escaler da alfândega — Tem o número 1 no registo das embarcações da alfândega de Angra. À sua história tem ligadas duas datas notáveis para esta terra: — nele desembarcou o sr. D. Pedro IV e mais tarde o Infante D. Luís, depois rei de Portugal e pai do atual Soberano.

O casco, pintado a branco com ornatos dourados, é de cedro, faia e teca, e pregado a cobre. Mede de comprimento 10,80 m, de boca 3,31 m e de pontal 0,90 m.

A sua decoração — A armação do dossel, estilo Luís XV, é feita em madeira e apoiada em oito colunatas que terminam em esferas encimadas por lanças de prata. Na frente, em magnífica obra de talha, o escudo e coroa portuguesa, dourados. Todo o emolduramento das guarnições e ornatos é em alto relevo. Na parte inferior o tecto é coberto de seda azul e branca, em listas simetricamente dispostas, rematando ao centro num *chou* do mesmo tecido. As cortinas e sanefas são em damasco de seda azul com franjados da mesma cor e forradas de *surah* branco. Os *embrassements* de cordão de seda azul com borlas da mesma cor. Das sanefas desenrolam-se bambolins do mesmo tecido com franjas brancas, ligando-se entre si por laços de seda azul.

O xadrez de popa, ocupado pelo camarim destinado a Suas Majestades, é coberto por um tapete carmesim, e as bancadas revestidas de coxins em damasco *grenat*, salientando-se ao redor rampas de peluche carmesim com cordões da mesma cor. Sobre o tapete, uma almofada de damasco *grenat* guarnecida de cordão igual. No assento de popa, caía artisticamente um rico pano de damasco azul e branco, com cordão e borlas azuis.

Duas pequenas escadas de mogno, com três degraus cobertos de passadeira da cor do tapete, davam ingresso no elegante barco.

A guarnição era composta de 1 patrão e 12 remadores, do quadro da Alfândega de Angra, homens de reconhecida coragem e perícia nas lides do mar.

Referindo-se a esta embarcação, disse, em telegrama para o Ministro da Justiça, o sr. conselheiro Hintze Ribeiro, ilustre Presidente do Conselho de Ministros:

«Suas Majestades desembarcaram para o escaler que havia sido utilizado pelo sr. D. Pedro IV, e que se achava ricamente adornado.»

*

Edifícios e estabelecimentos públicos — As manifestações de entusiasmo começaram logo de madrugada, indo várias filarmónicas tocar a alvorada em frente do Paço Real e do Paço Municipal.

Foi no meio de estrepitosos vivas e palmas, e ao som do hino real, tocado pela filarmónica *União Velense*, que Suas Majestades saíram do Paço, às 10 horas da manhã do dia 2, em carruagem, seguidas pela comitiva e precedidas pelo sr. governador civil, dirigindo-se à Câmara Municipal, por entre o povo que acorria em massa a prestar-lhes homenagem do seu respeito e saudando-os delirantemente.

Ali eram esperados no átrio do Palácio pela vereação com o seu presidente à frente.

Junto ao pórtico tocava a *Flamenguense*.

Ao entrarem no sumptuoso edifício, cuja ornamentação era primorosa, receberam os cumprimentos da municipalidade, e dirigindo-se ao salão nobre, o sr. dr. Homem de Noronha⁴² leu a seguinte alocução:

«Senhores: — Permitam Vossas Majestades, na ocasião em que se dignam entrar nesta casa, que eu, em nome da Câmara Municipal e de todos os seus munícipes, agradeça com o mais profundo acatamento as elevadas distinções que Vossas Majestades se têm dignado conceder a esta cidade de Angra do Heroísmo.

Neste mesmo lugar, Senhores, se inaugurou, no 1.º dia de janeiro de 1831, a primeira Câmara Municipal eleita em todo o país, consoante os preceitos da Carta Constitucional da Monarquia. Foi dia de festa esse, em que se julgou ganha definitivamente a causa constitucional, posta nesse momento sob a proteção do município liberal, porque em todos os tempos o município tem sido em Portugal o paládio das liberdades pátrias, o laço de amor entre o Rei e o Povo.

Vossas Majestades, honrando com a Sua visita estes paços do concelho, dignam-se dar a esta cidade uma prova de consideração, que mais estreita aquele laço, mais obriga a nossa lealdade e acresce em honra aos muitos títulos de nobreza com que a munificência régia tem distinguido esta ilha.

Para que fique perdurável memória de facto tão honroso para esta Câmara Municipal e para os povos que ela diretamente representa, em nome dela imploro de Vossas Majestades a graça de assinarem auto desta sua generosa visita, que fique sendo não somente padrão de tão memorável sucesso, mas também novo protesto de lealdade e respeito para com os Augustos Reis de Portugal, da Muito Nobre, Leal e Sempre Constante cidade de Angra do Heroísmo».

Em seguida Suas Majestades dignaram-se assinar o auto da visita, que era do teor seguinte:

«No dia dois de julho do ano de mil novecentos e um, nesta Muito Nobre, Leal e Sempre Constante cidade de Angra do Heroísmo, achando-se reunidos nos paços do concelho os excelentíssimos presidente e vereadores da Câmara Municipal, para o fim de receberem a honrosa visita que Suas Majestades El-Rei D. Carlos I e a Rainha Senhora D. Maria Amélia, se dignaram fazer a este paço municipal, se dirigiu a mesma Câmara ao átrio e entrada do edifício onde teve a honra de receber a Suas Majestades, que se encaminharam ao salão nobre, acompanhados das pessoas do seu séquito, onde o excelentíssimo presidente da Câmara, obtida vénia, dirigiu a Suas Majestades uma alocução de agradecimento pelas elevadas distinções que Suas Majestades se têm dignado conceder a esta cidade, pedindo aos mesmos Augustos Senhores a Graça de assinarem termo desta sua visita, que fique sendo não somente padrão de tão memorável sucesso, mas também novo protesto de amor e de lealdade para com os Augustos Soberanos do país, da parte desta municipalidade e dos povos que ela representa.

Suas Majestades dignaram-se aceder com a maior benignidade a assinar este auto que eu José Sebastião de Castro do Canto, secretário da Câmara, fiz escrever e subscrevi.

— El-Rei D. Carlos — D. Maria Amélia Rainha — D. Maria Francisca de Menezes — Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro — António Teixeira de Sousa — Conde de Tarouca — Conde da Ribeira Grande⁴³ — Guilherme Brito Capelo

— *Conde de Arnoso — Fernando Eduardo de Serpa — Francisco Augusto d'Oliveira Feijão*⁴⁴ — *Emídio Lino da Silva Júnior*.

*Câmara — José Pimentel Homem de Noronha — Guilherme Martins Pinto Júnior*⁴⁵ — *Francisco José da Costa Vidal*⁴⁶ — *Frederico Augusto de Vasconcelos Júnior*⁴⁷ — *João Nogueira de Freitas — Cândido de Menezes Pacheco de Melo Forjaz de Lacerda — Pedro Álvares da Câmara Paim de Bruges — Sebastião Cardoso Pamplona Corte-Real*⁴⁸
— *José Sebastião de Castro do Canto.*»

Depois de rápida visita ao edifício, cujo aspeto grandioso o faz com justiça considerar o primeiro entre as Câmaras do país, exceção feita ao município de Lisboa, Suas Majestades saíram do Paço Municipal com o mesmo cerimonial, sendo aclamados pela multidão, ao som do hino real, dirigindo-se a comitiva ao Seminário pela rua D. Maria Amélia em cujas janelas, cobertas de ricas colchas, estava grande número de damas lançando flores sobre a carruagem real.

O edifício — No dia 11 de agosto de 1846, vigésimo aniversário da mais memorável data da história liberal, foi lançada a primeira pedra do atual Paço Municipal de Angra.

Num cofre de bronze foram lançadas algumas moedas do reinado de D. Maria II, assim como o duplicado do auto da inauguração.

Este majestoso edifício tem 37 metros de frente e 21 de fundo. No frontão ostenta as armas da cidade e uma estátua representando *Angra*, reprodução de uma estatueta que forma o cabo de uma campainha oferecida ao senado angrense por El-Rei D. João VI.

A história do município angrense é das mais honrosas. Foi a primeira Câmara constitucional do país, e a mais considerada e galardoada pelos soberanos de Portugal.

Em 12 de outubro de 1829, aniversário natalício de D. Pedro IV, o general conde de Vila Flor, entregava solenemente à municipalidade de Angra o retrato da Rainha D. Maria II, o primeiro que houve, e por Ela oferecido.

Este retrato acha-se na sala das sessões, onde se vê igualmente exemplar impresso da Carta Régia de 12 de janeiro de 1837, que concedeu à cidade de Angra o seu novo brasão, de onde pendem as insígnias da grã-cruz da Torre e Espada e o título de *Muito Nobre, Leal e Sempre Constante cidade*.

Num outro quadro, existe a chave do cofre que em 3 de março de 1845 foi colocado no monumento erigido à memória do Rei Soldado.

Por ocasião da visita régia, o Paço Municipal, devido aos incansáveis esforços do ilustre presidente da Câmara, sr. dr. José Pimentel Homem de Noronha, inteligentemente coadjuvado pelo esclarecido secretário da Câmara e nosso prezadíssimo amigo, sr. José Sebastião de Castro do Canto, que foi a alma das festas promovidas pela Câmara em honra dos nossos Reis, apresentou-se à altura da cidade, que representava a antiga capital dos Açores e do Reino, tão rica e imponente era a decoração de todo o edifício.

Tentaremos dar uma leve ideia dessa decoração, em que se aliava um requintado bom gosto à mais opulenta sumptuosidade.

No vestíbulo e patins de mosaico, desde a rua até à sala de entrada, corria uma passadeira carmesim aveludada.

Formosos fetos e outras plantas ornamentais adornavam a majestosa escadaria, assim como as janelas do patim superior que se achavam transformadas, por meio de plantas de estufa, em pitorescos jardins.

A sala de entrada, revestida de linóleo, assim como os corredores, tinha uma rica mobília antiga de pau-santo e grandes vasos com flores; ao fundo, em dois enormes *bouquets*, ostentavam-se sobre fundo verde as iniciais dos régios visitantes.

O vasto salão nobre, onde foram recebidas as Majestades mede de comprimento 19,20 por 10 metros de largura e tem 7 janelas que que abrem para a Rua D. Amélia e 3 para a Praça da Restauração, todas guarnecidas de ricos cortinados de tule bordada.

Os reposteiros, de *bourrette* de seda ouro velho, e as sanefas do mesmo estofado e peluche de seda granada, são do mais apurado gosto.

Veste o salão uma magnífica alcatifa aveludada, estilo moderno inglês.

A mobília é estofada a seda carmesim com ramos ouro velho, tendo o sofá e *fauteuils* guarnições de pelúcia da cor dos reposteiros.

Sobre um estrado, destacam-se duas belas cadeiras antigas, de pau-santo, forradas a pelúcia de seda granada.

Ao fundo do salão vê-se, por cima do trono, o retrato a óleo de El-Rei; aos lados o busto em bronze de D. Pedro IV por ele oferecido, e a bandeira da cidade.

Além destes estão os retratos dos 1.º e 2.º condes da Praia da Vitória e do 1.º conde de Sieuve de Menezes.

A sala é brilhantemente iluminada por 18 placas e 4 lustres de metal dourado e cristal, que podem servir indistintamente para petróleo, gás ou eletricidade.

No centro da sala nota-se uma primorosa mesa antiga de pau-santo, com fechos de prata, onde foi assinado o auto da honrosa visita de Suas Majestades, em livro especial, riquissimamente encadernado em *chagrin*, com cantos e brasão de armas da cidade em prata oxidada.

Numa salva de prata vê-se — em metal dourado — as chaves da cidade que foram entregues a El-Rei, e que já o haviam sido a D. Pedro IV. Num canto do salão e sobre elegante coluna, está uma esplêndida serpentina de prata, verdadeiro primor artístico, oferecida ao conselheiro José Silvestre Ribeiro pela Rainha de Inglaterra, e por ele deixada em testamento à Câmara de Angra.

No tecto do salão ostentam-se em alto relevo e a cores naturais, as armas da cidade; aos cantos magníficos florões dourados.

Segue-se o gabinete da presidência, alcatifado e com reposteiros e sanefas de *bourrette* de seda encarnada. No centro um *borne* forrado de seda idêntica à dos reposteiros, além de um sofá e dois *fauteuils* do mesmo tecido.

A sala das sessões, dividida em duas partes por uma teia em mogno finamente rendilhada, é alcatifada na sua parte superior. Os reposteiros são de *reps cardinal*, e as cadeiras antigas de pau-santo, estofadas a seda igual às do salão

nobre. Nesta sala, além dos quadros de recordação histórica, já mencionados, estão vários retratos ricamente emoldurados de soberanos portugueses.

O gabinete do secretário, que é contíguo, igualmente alcatifado, com reposteiros em *bourette* condizendo com o papel aveludado que o reveste, está ornamentado com formosas plantas. Magníficas estantes encerram obras científicas e de legislação.

A Biblioteca Municipal, inaugurada no dia 1.º de dezembro de 1876, contém cerca de cinco mil volumes, parte dos quais foram doados pelo ilustre terceirense, já falecido, Francisco Jerónimo da Silva, cujo retrato a óleo se acha na mesma biblioteca; possui também duas primorosas estantes de pau-santo que pertenceram ao visconde de Almeida Garrett.

Tem este grandioso edifício outras salas onde se acham instaladas as secretarias, a tesouraria, repartição de obras municipais, serviço de incêndios, administração do concelho, comissariado de polícia, conservatória, etc.

Eis a ligeiros traços a descrição do Paço Municipal de Angra do Heroísmo, que pode ser considerado como um museu de preciosidades históricas devidas à munificente gratidão dos reis que, em tempos idos, souberam agradecer e premiar os serviços inigualáveis prestados à Pátria e à Coroa pela Muito Nobre, Leal e Sempre Constante cidade.

*

No Seminário — À chegada ao Seminário foram Suas Majestades recebidas pelos seminaristas, que formavam alas até ao pórtico, onde aguardavam os Soberanos, o prelado e os corpos docente e dirigente daquele instituto.

Por entre entusiásticos vivas dos estudantes foi, pelo mais novo dos seminaristas, oferecido à Senhora D. Amélia um formoso *bouquet*, do qual pendiam fitas azuis e brancas com a seguinte legenda:

*A Sua Majestade a Rainha
A Senhora D. Amélia
Os Seminaristas de Angra*

Suas Majestades, depois de visitarem o museu, a sala de recepção, a biblioteca, salas de estudo, dormitórios e jardins, dirigiram-se à igreja de São Francisco, onde fizeram oração na capela do Santíssimo Sacramento. Durante a visita não cessaram as aclamações dos seminaristas aos seus Reis, as quais se misturavam com as do povo, que tinha invadido o largo átrio da igreja, estendendo-se pelas ruas próximas.

No átrio tocava a *Recreio dos Artistas*.

No Hospital — Suas Majestades tomaram novamente a carruagem, e seguiram para o Hospital de Santo Espírito, onde chegaram cerca das 11 horas, sendo muito vitoriados na rua de D. Carlos.

A esperá-los estava a mesa administrativa, os médicos, o mordomo e o capelão.

Depois de rápida oração na Capela, onde há quadros de subido valor, que os nossos Reis admiraram, dirigiram-se às enfermarias. Ali Sua Majestade a Rainha informou-se pessoalmente do estado dos doentes, percorrendo todas as camas e tendo palavras de conforto e carinho para todos, palavras que iam direitas ao coração de cada doente que as ouvia.

A Augusta Soberana quis saber dos recursos de que o Hospital dispõe para a sua manutenção. Ao saber que a receita era aproximadamente de dez contos de réis, manifestou a sua admiração por se conseguir tanto com tão exígua dotação.

Na sala das sessões, onde Suas Majestades e comitiva se dignaram inscrever o seu nome no livro dos visitantes, o sr. Guilherme Martins Pinto Júnior, ilustre provedor da mesa, leu a seguinte alocução:

«Senhor — A mesa administrativa deste pio estabelecimento, a que tenho a honra de pertencer, não pode deixar passar esta ocasião de tanta solenidade e regozijo sem demonstrar, ainda que em frase pobre e despretensiosa, o quanto lhe é agradável a régia visita de seus Augustos Monarcas a estas plagas açorianas.

O quanto este povo vos ama, Augusto Senhor, di-lo bem alto a história da nossa querida pátria.

É ela que vos diz que aqui, neste pequeno rochedo lançado no meio do Oceano, se derramou sangue pela causa santa da liberdade; é ela que canta o heroísmo deste povo, que, como valentes soldados, souberam dar a vida pela Pátria e pelo Rei; e esses valentes soldados, não só amavam a liberdade até darem a vida, mas souberam também lançar no coração de seus filhos essa preciosa semente. — Sim, Real Senhor, ainda também nós sentimos girar nas veias o sangue de nossos avós, e como eles amamos a nossa pátria e o nosso Rei, até ao sacrifício, se precioso for.

Senhor — É grande, é imensa a alegria que nos vai na alma ao recebermos tão subida prova de consideração, com a visita de Vossas Majestades a este estabelecimento de caridade, e muito desejaríamos poder apresentar a Vossas Majestades um hospital belo e com todas as condições que a ciência exige, mas ainda que sejam esses os nossos ardentes desejos, não o podemos fazer, porque o não permitem as nossas forças pecuniárias; e se alguma coisa temos feito devemo-lo em grandíssima parte aos sentimentos caritativos e filantrópicos que exornam o coração magnânimo de Vossas Majestades. — Sim! Real Senhor, sois Vós que nos tendes auxiliado muito e muito, concedendo a esta casa um subsídio anual pela indemnização do desconto no juro das suas inscrições, e se não fora tão generosa proteção, que lhe tendes concedido, difícil e atrofiada seria a sua existência.

Reconhecidos, pois, por tão grandes benefícios, deixai, Senhores, que eu, em nome da mesa desta Santa Casa, em nome dos pobres inválidos que no último quartel da vida, e quando já não têm os afagos da família, aqui vêm abrigar-se, em nome dos pobres enfermos, que aqui se revolvem no leito da dor, com o mais profundo respeito, deposite em vossas mãos um ósculo, que signifique o nosso profundo reconhecimento e a nossa eterna gratidão para com as Augustas pessoas de Vossas Majestades.»

Terminou o sr. Pinto Júnior levantando entusiásticos vivas a Suas Majestades.

*

No Asilo de Mendicidade⁴⁹ — A real comitiva, acompanhada da mesa administrativa [da Santa Casa], seguiu a pé para o Asilo de Mendicidade, onde

era esperada pelas damas protetoras do Asilo, pela direção e pelas irmãs de São José de Cluny,⁵⁰ que têm a seu cargo o tratamento dos inválidos.

Suas Majestades, despedindo-se da mesa administrativa do Hospital que os acompanhara, entraram naquela casa de caridade ao som do hino real e de calorosos vivas.

Ali os pobres asilados rodearam Suas Majestades, osculando-lhes as mãos num íntimo e santo entusiasmo, deveras comovente, ouvindo dos Régios Visitantes as mais carinhosas palavras.

Depois de percorrerem o edifício, cujo asseio muito elogiaram, e visitarem a capela vestida de galas para receber os Soberanos, Suas Majestades entraram na sala das sessões onde o ilustre presidente, sr. Manuel Alves de Bettencourt, leu a seguinte alocução:

«Deus Salve os Excelsos Monarcas Portugueses, que se dignaram honrar hoje com a Sua presença o modesto Asilo da Mendicidade terceirense.

É pobre e acanhado o estabelecimento, mas é grande, sublime a sua missão de caridade. Que a Vossa Real benevolência haja por bem desculpar as muitas faltas que, bem a nosso pesar, ainda por aqui se encontram, e que os pobres velhos albergados neste Asilo possam recordar-se da honrosa visita dos nossos Excelsos Soberanos.

Dignai-Vos, pois, tomá-los sob a Vossa Real proteção e Deus Vos compensará por certo, continuando sempre venturoso o Vosso reinado para honra e glória da nação portuguesa, como todos havemos mister.

Deus Salve os Excelsos Monarcas Portugueses!

Viva Sua Majestade El-Rei!

Viva Sua Majestade a Rainha!

Viva a família Real Portuguesa!»

À entrada do Asilo tocara a *Flamenguense*. Momentos depois Suas Majestades saíram do Asilo deixando as mais gratas e perduráveis recordações.

*

No Asilo de Infância Desvalida⁵¹ — Eram esperados à porta da igreja de Nossa Senhora do Livramento pelas damas protetoras, mesa administrativa, asiladas e muitas outras pessoas de distinção.

Recebidos os cumprimentos pelos Augustos Visitantes, Suas Majestades entraram na igreja, esplendidamente ornamentada, indo orar na capela-mor e junto do altar da Padroeira do Asilo.

Dirigiu-se depois o cortejo para o vasto salão, onde estava instalada a exposição dos trabalhos executados pelas educandas, sob a cuidadosa e esmerada direção das irmãs de São José de Cluny. Logo que os Soberanos tomaram lugar sob um rico dossel de seda azul-celeste, do melhor gosto, as asiladas entoaram um hino consagrado àquele ato solene, com acompanhamento de piano pela ex.^{ma} sr.^a D. Maria das Mercês Mendonça Machado,⁵² gentil filha do respeitável cavalheiro graciosense sr. Manuel de Sousa Machado da Cunha.⁵³

A mais pequenina das educandas recitou então uma adorável saudação aos Monarcas:

«Real Senhor! Real Senhora! — As criancinhas desvalidas do Asilo de Nossa Senhora do Livramento, não sabem exprimir a sua alegria e grande contentamento por terem a felicidade de lhes ser concedida a graça de beijarem reverentes as Régias mãos de Vossas Majestades Fidelíssimas! Meu Deus! Meu Deus! Como são bons e cheios de carinhos Suas Majestades os Reis de Portugal!

Chegam à nossa bela e linda cidade de Angra, e no meio de tantas festas com que são acolhidos por toda esta formosa ilha, que está louca de contentamento, Suas Majestades não esquecem o pobre asilo de criancinhas tão pobres, que só têm a riqueza da sua fé em Deus Nosso Senhor e o amor reverente aos seus Augustos Monarcas.

Como o Bom Jesus, nosso Deus e Salvador, acariciava as criancinhas, dignam-se Vossas Majestades vir também honrar e engrandecer a nossa pequenez e desvalimento chamando-nos para junto de Suas Augustas Pessoas, o que nos parece ainda um sonho.

Já no regaço de uma santa Rainha se converteram as esmolas em flores, e nós vemos hoje aqui no coração da nossa Excelsa Soberana, que é também uma Rainha santa, convertidos em flores todos os carinhos maternos que Sua Majestade se digna dispensar às criancinhas pobres.

A essas flores mimosas da Sua alma angélica, correspondemos com o nosso amor puro e inocente de criancinhas. E desfolhamos a seus pés as flores da nossa maior veneração, do nosso profundo acatamento, do nosso acrisolado afeto de humildes servas de tão Augusta Soberana!

E nestas florinhas, Real Senhor e Real Senhora, vai simbolizado o amor, respeito e gratidão eterna que consagram a Vossas Majestades todos os Seus leais súbditos desta formosa ilha.

A flor deste amor não emurhecerá jamais, porque a alimentará sempre a impressão, que nos fica para toda a vida, da bondade e carinho dos nossos Augustos Soberanos.

Nossa Senhora do Livramento guarde e defenda Vossas Augustas Majestades para glória da Nação Portuguesa.

— Viva Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Carlos I!

— Viva Sua Majestade a Rainha!

— Viva toda a Augusta Família Real!»

Foi grande o entusiasmo que produziu esta formosa alocução, impressionando muito agradavelmente os Soberanos.

Suas Majestades admiraram os trabalhos, que se achavam expostos, tendo palavras de carinhoso incentivo para as asiladas, que lhes ofereceram duas toalhas para mãos em *granité* bordadas a *soie lavable*, tendo cada uma as iniciais de cada um dos Monarcas.

Em nome das ilustres Senhoras que constituem o conselho protetor do Asilo, a ex.^{ma} sr.^a D. Maria Francisca de Bruges Brito do Rio⁵⁴ ofereceu a Sua Majestade a Rainha um lindíssimo *paravent* em seda *moirée* branca, tendo num dos *panneaux* um escudo com as armas das casas de Orléans e Bragança, bordadas a ouro, prata e matiz, e no outro um formoso e artístico ramo de *bluets*, a flor predileta da virtuosa Rainha, bordado a matiz.

Este esplêndido trabalho, cuja execução era tudo quanto há de mais primoroso e distinto, foi executado pelas ex.^{mas} senhoras D. Maria Teresa Sanches Franco de Lima⁵⁵ e D. Adelaide Costa.⁵⁶

A falta absoluta de tempo privou Suas Majestades de se demorarem naquele estabelecimento e visitarem o resto do edifício.

Durante a demora dos Soberanos no Asilo tocou no átrio a filarmónica *Recreio dos Artistas*.

A multidão, que não cessara de vitoriar Suas Majestades desde a saída do Paço e em todo o percurso das visitas, fez-lhes uma estrondosa ovação quando saíram do Asilo. Tomaram em seguida os Monarcas lugar na carruagem, que os conduziu rapidamente ao Palácio, sob uma verdadeira tempestade de vivas.

Todas as cabeças de homens se descobriam, todos os lenços brancos de mulheres se agitavam, todas as bocas de crianças se entreabriam em sorrisos, como botões de rosa ao orvalho e ao sol!

As ruas do trânsito estavam lindíssimas, e as janelas, onde se ostentavam ricas colchas, regurgitavam de senhoras.

Junto do Paço aguardava os reais Visitantes a filarmónica *União Velense*.

*

A receção — Às duas horas da tarde, começou a afluir ao Paço tudo quanto Angra tem de distinto na sua sociedade elegante, além do elemento oficial largamente representado.

Na sala dos ajudantes e nas de El-Rei e da Rainha, via-se grande número de damas, Câmara Municipal, oficiais das divisões navais portuguesa e inglesa, o general comandante militar dos Açores com um luzido séquito de todos os oficiais da guarnição, tendo à frente o distinto coronel de Infantaria sr. Elias José Ribeiro Júnior, o prelado, corpo capitular, chefes de repartição e respetivos funcionários, *etc.*, *etc.*

Depois da audiência de Suas Majestades às senhoras angrenses, começou o beija-mão, que durou cerca de uma hora, e teve extraordinária imponência.

O sr. presidente da Câmara leu a seguinte alocução:

«Senhores — Ante o trono de Vossas Majestades, dominada pelo mais vivo reconhecimento, possuída do maior respeito, vem a Câmara Municipal da Muito Nobre, Leal e Sempre Constante cidade de Angra do Heroísmo, em nome dos povos que representa, depor os protestos da sua gratidão, pela elevada distinção que Vossas Majestades se dignaram conceder a esta cidade e ilha com a Sua honrosa visita.

Esta gratidão, Senhores, é acompanhada dos sentimentos de maior veneração pelas excelsas pessoas de Vossas Majestades e de profundo afeto à augusta dinastia constitucional que Vossas Majestades representam, entre a qual e esta terra heroica tem sempre existido vínculo de amor, que este fausto sucesso veio tornar perseverante e indissolúvel. E se estes sentimentos, Senhor, não tivessem a confirmá-los a eloquência de heroicos feitos, clara e luminosamente consignados na história, esculpidos nos brasões de nobreza cívica desta terra, bastaria para assegurar deles a Vossas Majestades o alegre alvoroço, os entusiásticos aplausos, as aclamações reiteradas com que a alma popular recebeu ontem a Vossas Majestades nesta ilha, manifestações, cuja espontaneidade está fulgurantemente a demonstrar o amor, a submissão que este pobre, mas honrado e lealíssimo povo, consagra a Vossas Majestades.

Esta Câmara Municipal, os habitantes desta terra, todos fazemos votos para que a Divina Providência cubra de bênçãos a Vossas Majestades, encha de prosperidades o seu reinado, prolongue Suas vidas preciosas e perpetue a Sua dinastia para felicidade destes povos, para honra, lustre e glória da Nação Portuguesa.»

A eloquente resposta de Sua Majestade El-Rei foi:

«Num transe angustiado, quando Portugal tentava num esforço extremo repulsar o despotismo para se abraçar à liberdade e ao progresso da vida social moderna, foi neste recanto insular que veio acoitar-se foragida a bandeira do direito nacional por excelência: a realeza legítima associada às franquias populares.

Foi esta cidade de Angra que recolheu piedosamente a arca santa do coração do reino, cobrindo-a com o seu peito abroquelado do mais intemerato heroísmo.

Sinto-me comovido ao recordar que meus Augustos Avós neste retalho abençoado da terra portuguesa soltaram convosco o primeiro grito da restauração triunfante da Pátria.

Rei liberal e português, venho junto de vós com o mesmo entranhado afeto receber o preito da vossa lealdade e devoção cívica. As vossas saudações, que reconhecidamente agradeço, são o eco redivivo da aclamação de outrora, repassada da mesma santidade de juramento com que um povo e um Rei selaram, nos altares desta heroica e patriótica cidade, o indestrutível pacto da fé e da aliança nacionais.»

Durante a receção tocaram no Largo Vinte e Dois de Junho a banda regimental e quatro filarmónicas.

*

Nas festas deste dia regista-se, como das mais agradáveis aos Monarcas, a manifestação entusiástica que lhes fizeram os estudantes do Liceu, Escola Distrital e escolas primárias.

Antes da partida de Suas Majestades para a inauguração do monumento comemorativo da visita régia, centenares de alunos dos dois sexos, inspirados na afeição pelos seus Reis, nas tradições de lealdade dos seus antepassados, nos feitos heroicos desta terra, escritos em letras de ouro na sua história, vieram prestar em frente do Paço uma carinhosa e emocionante homenagem aos Monarcas de Portugal. Suas Majestades, à janela, agradeciam comovidos tão sinceras e espontâneas demonstrações de respeitosa simpatia.

Por entre vivas delirantes, soltados pela boca de centenas de crianças, às quais se associou a multidão que enchia a rua Duque de Palmela,⁵⁷ uma deputação de estudantes dos dois sexos foi admitida à presença dos nossos Augustos Hóspedes.

Uma gentilíssima criança, filha do sr. José da Rosa Silveira,⁵⁸ ofereceu à senhora D. Amélia um formoso *bouquet*, que Sua Majestade recebeu vivamente impressionada, beijando afetosamente a adorável pequenita.

O sr. Henrique Brás,⁵⁹ um dos rapazes mais inteligentes e talentosos que cursam o nosso Liceu, leu a seguinte mensagem:

«Temos assistido com o mais sincero prazer a esse entusiasmo verdadeiramente patriótico com que a nossa terra, pequeno penhasco elevado sobre o Oceano, mas santo asilo da liberdade oprimida, pretendeu receber os seus Augustos Soberanos.

Apenas se confirmou a notícia da visita de Vossas Majestades ao arquipélago açoriano, todos os corações dos terceirenses exultaram de alegria e procuraram, unidos no mesmo pensamento, prestar a sua modesta, mas cordial e sincera, homenagem ao Vulto que representa a integridade da Pátria, as suas nobres e inigualáveis tradições, o seu progresso e engrandecimento; e ao Anjo de Caridade que, dotada de geniais qualidades para colaborar na mesma grandiosa obra, protege a infelicidade, leva lenitivo à dor, procurando assim salvar os seus diletos filhos que tanto a estremecem e adoram.

Nascidos neste pequeno baluarte que defrontou dignamente e briosamente o sobrececho do despotismo, as terríveis e angustiosas inclemências do desterro e da prepotência para se conservar sempre fiel à causa liberal, não podíamos ficar silenciosos, nem deixar de vir com o mais profundo respeito, a mais subida consideração, o mais sincero e cordial afeto, prestar a nossa pequena e singela homenagem ante o trono de Vossas Majestades.

Por isso vimos nós, em nome da academia angrense e escolas primárias, levantar com o mais santo fervor um Viva de reconhecimento pela passagem de Vossas Majestades por esta ilha, pedindo à Providência que ela nos fique eternamente gravada na memória, e abra novos horizontes de progressivo desenvolvimento neste arquipélago.

Vimos, pois, em nome da academia que representa os homens de amanhã nesta terra, demonstrar mui respeitosamente a Vossas Majestades que

estamos hoje e estaremos sempre prontos a imitar o exemplo dos nossos antepassados, desde que perigue a integridade da Pátria e a preciosa vida dos seus Augustos Soberanos.»

Sua Majestade El-Rei, visivelmente impressionado, apertou fortemente a mão do simpático académico, para quem teve agradáveis palavras.

Em frente do Paço tocava a *Flamenguense*.

*

Às cinco horas da tarde saíam Suas Majestades em direção à Praça da Restauração, onde se devia realizar a cerimónia do lançamento e bênção da primeira pedra do monumento comemorativo da visita régia.

A multidão espessa, que se agitava, que formigava nas imediações do Paço, estudantes à frente, faz então aos Soberanos uma estonteante ovação, acompanhando todos a carruagem real. Houve momentos de verdadeira loucura quando a Rainha, cuja figura esbelta se destacava por sobre a multidão, sorria ao bom povo, mais como irmã do que como Soberana!

Foi sob uma verdadeira tempestade de aclamações, apaixonadas, frenéticas, delirantes, que Suas Majestades tomaram lugar no pavilhão levantado na Praça.

No recinto reservado à cerimónia via-se uma distinta concorrência. Feitas as formalidades religiosas, o ilustre presidente da Câmara leu o respetivo auto, que abaixo transcrevemos, e que foi encerrado num magnífico cofre de pau preto com moedas da efígie do sr. D. Carlos. Depositado depois na pedra fundamental do monumento, Suas Majestades com os utensílios de pedreiro cumpriram o cerimonial do encerramento daquela pedra, por entre estrondosos vivas e palmas ao som do hino real e do estrondo de muitas girândolas de foguetes.

Na praça tocava a *Recreio dos Artistas* e a *União Velense*. [O auto tinha o seguinte teor:]

«No ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e um, aos dois dias do mês de julho, nesta cidade de Angra do Heroísmo, ilha Terceira e na Praça da Restauração, procedeu Sua Majestade El-Rei de Portugal D. Carlos I, com a assistência de Sua Majestade a Rainha D.

Amélia, à colocação da primeira pedra do monumento comemorativo da visita de Suas Majestades a esta ilha, pedra que previamente tinha sido benzida por sua excelência reverendíssima o senhor D. Francisco José, Bispo desta diocese de Angra.

E para que de futuro se conheça este facto tão memorável, em que os filhos e habitantes do distrito de Angra pretendem perpetuar tão fausto acontecimento, se lavrou o presente auto, do qual se extraíram duas cópias autênticas, uma para ser depositada e guardada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e outra no arquivo da Câmara Municipal desta cidade.»

*

No Castelo — Terminada esta solenidade, partiram para o Castelo de São João Baptista, onde eram aguardados por toda a guarnição, tendo à frente o ilustre general governador sr. Pimenta de Castro.

À chegada dos Soberanos à vetusta e histórica fortaleza houve a salva da ordenança. Suas Majestades e comitiva apearam-se das carruagens junto à entrada principal do Palácio do Governador, sendo alvo de estrondosas aclamações da multidão que enchia a enorme praça do Castelo. Depois de rápida visita àquele edifício, onde o sr. Pimenta de Castro teve a honra de apresentar a Sua Majestade a Rainha a sua esposa, filhas e muitas outras senhoras das famílias dos oficiais da guarnição, os soberanos dirigiram-se à igreja profanada, seguindo depois a visitar algumas casernas e a admirar os esplêndidos pontos de vista que se gozam dos dois bastiões extremos. Ali se demoraram Suas Majestades durante muito tempo contemplando os formosos panoramas e tirando fotografias.

A multidão, que se tinha espalhado pelas baterias, não cessava de vitoriar os nossos Reis, e foi sob uma chuva de palmas, de vivas, de ovações entusiásticas que deixaram o Castelo, regressando ao Paço onde deveria ser, às 8 horas, servido o jantar de gala.

À entrada do Paço tocava a *Recreio dos Artistas*.

Suas Majestades, ainda neste dia, dignaram-se dar audiência ao distinto fotógrafo sr. Carlos Franco,⁶⁰ que gentilmente ofereceu a Sua Majestade um exemplar da sua esplêndida vista da cidade, e ao mavioso poeta sr. Cândido de Melo⁶¹ que teve a honra de depor nas mãos da Senhora D. Amélia o livro de versos *Volitos*,⁶² dedicado à Soberana.

*

O jantar — Às 8 horas começava o jantar oficial, que foi de 65 talheres, assistindo não só a corte e ministros, mas também muitos funcionários e cavalheiros de distinção. Eis o menu:

Crème de volaille à la Reine
Poisson bouilli, sauce anglaise
Filet de bœuf à la barigoule
Escalopes de dindon aux truffes
Foie-gras en belle-vue
Punch glacé à L'Impériale
Bécasses rôties aux croûtes
Salade panachée
Asperges à la hollandaise
Pouding de Saxon
Coupe à la chantilly glacée
Vins : Madeira, Sauternes, Johannisberg, Bordeaux, Champagne, Porto et
Moscatel
Café et liqueurs.

Sua Majestade, El-Rei, dignou-se no fim do jantar, brindar a ilha Terceira e a cidade de Angra do Heroísmo. O honroso brinde foi o seguinte:

«Sua Majestade a Rainha, a Senhora D. Maria II, minha Augusta avó, distinguiu esta gloriosa cidade com os mais honrosos títulos, merecidos pela muita nobreza, lealdade e constância com que os seus heroicos habitantes tudo arriscaram, vida e fazenda, pela causa liberal e pela sua Rainha. Estou convencido de que os filhos e os netos desses heróis dariam hoje igualmente o seu sangue e os seus haveres pela pátria e pela

liberdade. Rei português e liberal, sinto-me neste momento verdadeiramente feliz vendo-me nesta terra que foi o berço da liberdade portuguesa e a cuja história estão ligadas tantas e tão brilhantes tradições. Eu e a Rainha estamos profundamente cativados e agradecidos pela receção entusiástica e verdadeiramente brilhante que nos foi feita e de que guardaremos grata memória em nossos corações, por vermos nela novo testemunho da constante lealdade e do sincero amor deste povo brioso e digno. Brindo pela ilha Terceira e pela cidade de Angra do Heroísmo.»

Respondeu o dr. Homem de Noronha:

«Os habitantes da cidade de Angra representados aqui pelo presidente do seu Município, agradecem a Sua Majestade as palavras benévolas que se dignou dirigir-lhes, e fazem votos pelas prosperidades da Família Real Portuguesa.»

*

No coreto do amplo e elegante salão de jantar, tocava um magnífico sexteto, superiormente regido pelo distinto maestro sr. João António das Neves Júnior. Nos jardins do Paço, onde Suas Majestades passearam depois do jantar, ouvia-se a banda de Infantaria 25, que executava um magnífico repertório.

*

Na cidade continuava o entusiasmo. Como na noite anterior, era magnífico o efeito das iluminações. Na Praça da Restauração, literalmente apinhada, tocou primorosamente a charanga de marinheiros um repertório esplêndido, que foi muito apreciado e aplaudido com calor. Nas ruas uma multidão enorme que, de espaços em espaços, ia ao Largo Vinte e Dois de Junho, acompanhada de filarmónicas, aclamar Suas Majestades, que das janelas do Paço agradeciam tão cativantes demonstrações de simpatia e afeto.

Terminados os festejos desse dia, tão extraordinariamente movimentado, El-Rei acompanhado dos senhores governador civil e conde de Arnoso, percorreu as ruas da cidade, que achou deveras formosa e só comparável a Lisboa.

*

Digressão — No dia 3, pelas 10 horas da manhã, foram Suas Majestades em digressão às freguesias de São Mateus e de São Bartolomeu. Era enorme a *queue* de carruagens, que seguia o coche real, conduzindo, além da comitiva real, muitas damas e cavalheiros da nossa sociedade elegante.

O Bairro de São Pedro estava engalanado; os caminhos cobertos de flores. Nos centros das duas importantes povoações suburbanas o povo reunido aclamava vibrantemente os seus Reis, acercando-se respeitosamente da carruagem para beijar-lhes as mãos.

Suas Majestades, que atravessaram uma das mais pitorescas regiões do nosso concelho, ficaram encantados com a digressão.

Nas freguesias de São Mateus e de São Bartolomeu, eram Suas Majestades aguardados por filarmónicas.

À uma hora da tarde servia-se no Paço um almoço íntimo, a que apenas assistiu o sr. governador civil.

*

A corrida de touros em São João de Deus — Uma festa propriamente característica dos nossos costumes e hábitos tradicionais.

Diversão francamente popular, sem protocolo, ou cerimoniosas formalidades cortesãs, em que toda a gente se sente alegre, bem disposta, interessada no êxito da tourada e... dos trambolhões, estava naturalmente indicada uma corrida de touros à corda, para servir a Suas Majestades de observação e estudo do nosso carácter folgazão, reinadio, festeiro, amante de foguetes e favas torradas, sem contudo pôr notas discordantes nessas festas, antes tendo no meio delas uma compostura e quase gravidade, que é um dos modos mais apreciáveis do nosso bom povo.

Desde manhã começou uma verdadeira romaria para o pitoresco bairro, na ânsia de apanhar bom lugar, garantia de comodamente presenciar a festa.

O lugar de São João de Deus presta-se como nenhum outro à diversão. Todas as casas têm balcões, que nestes dias se apinham de senhoras, cujas *toilettes* claras e garridas põem notas alegres e risonhas no panorama.

Pelas quatro horas da tarde era ali extraordinária a aglomeração de povo. No ar cantava agudo e penetrante o pregão dos vendedores de milho e fava torrada — *quentinhas* — e frutas.

Meia hora depois, uma girândola e os ecos do hino real anunciavam a aproximação da comitiva régia. E em pouco aparecia a carruagem real, literalmente coberta de flores, por entre uma multidão compacta, que não cessava de aclamar Suas Majestades. Dos balcões agitavam-se freneticamente lenços, davam-se palmas, lançavam-se flores! e de toda a parte vivas estrondosos aos Soberanos; o entusiasmo popular, geral, completo, vibrava em todas as suas cordas de amor e satisfação.

Logo depois de Suas Majestades tomarem lugar na elegantíssima tribuna, mandada fazer pela Junta Geral, e cuja ornamentação era distintíssima de bom gosto e riqueza, começou a corrida com toda a série de lances imprevistos, de boléos,⁶³ de episódios cômicos que faziam rir Suas Majestades e até o sr. Hintze...

Os Soberanos seguiam com verdadeira curiosidade e interesse os diversos lances do espetáculo, tão novo para eles e, enquanto El-Rei tirava fotografias, o sr. conde de Arnoso⁶⁴ lançava na sua carteira de *touriste* notas que servirão, ao que nos disse, para um livro sobre a viagem régia aos Açores.⁶⁵

Sua Majestade El-Rei desejou conhecer o dono do curro. O sr. governador civil apressou-se a satisfazer esse desejo, apresentando-lhe o simpático *ganadero* para quem El-Rei teve, como sempre, palavras de justo elogio, que o sr. José Francisco Aurora⁶⁶ agradeceu muito reconhecido. No arraial predominava sempre a mesma nota alegre e entusiástica, e as ovações aos Soberanos eram sem interrupção.

Os valentes marinheiros da divisão portuguesa tiveram as honras da tarde, brincando galhardamente com os touros, embora uma vez ou outra mordessem o pó da estrada, mercê de alguma investida não prevista.

Devemos aqui notar, que o nosso povo se absteve das habituais brincadeiras deixando o campo livre aos hóspedes, e que não houve a registrar, num ajuntamento de mais de 15000 pessoas, uma única prisão!

Recolhido o último touro, Suas Majestades retiraram-se do arraial. A multidão espessa, que se agitava junto à tribuna, não cessava de vitoriar os Monarcas. Como na ida, o regresso foi um passeio triunfal. As damas acenavam com os seus lenços brancos, os homens com palmas e vivas ensurdeciam os ares, as crianças lançavam flores à sua Rainha!

Surpreendente e delicioso quadro!

Durante a tarde tocou no largo de São João de Deus a *Recreio dos Artistas*, e no restante arraial a *Flamenguense*, *União Velense* e a filarmónica dos Altares.

Suas Majestades dirigiram-se ao Monumento de D. Pedro IV. Ali admiraram os surpreendentes pontos de vista da cidade, da baía e dos campos. El-Rei tirou muitas fotografias dos panoramas que mais lhe feriram a atenção.

*

Escola de desenho — Instantes depois retornavam os Monarcas às carruagens dirigindo-se à Escola de Desenho Industrial, onde eram aguardados pelo diretor, artistas e pela Ex.^{ma} doadora do edifício D. Catarina Pamplona Teixeira.⁶⁷ Suas Majestades visitaram as oficinas apreciando devidamente o valioso donativo daquela ilustre dama, para quem tiveram palavras de conforto e justo elogio.

Foi por entre estrondosos vivas, que Suas Majestades saíram do edifício seguindo para o Paço.

Na escola estava a ex.^{ma} esposa do diretor,⁶⁸ sr Ciríaco Tavares da Silva, e muitas outras damas e cavalheiros.

Junto ao Paço eram esperados pela *Flamenguense*, acompanhada de grande número de pessoas, que delirantemente os vitoriavam.

*

Na noite deste dia, como nas anteriores, repetiram-se as iluminações das ruas, edifícios públicos e casas particulares, continuando sempre com caloroso entusiasmo as manifestações de elevada estima a Suas Majestades.

*

A tribuna real em São João de Deus — Era de estilo oriental e media 9,0 metros de frente, por 4,5 m de largura e 5,3 m de altura, assentando sobre um pedestal de 3 metros.

Na fachada principal, ao centro, tinha uma ampla arcada com varanda, ladeada por outras duas de menor largura. As mesas das varandas das três faces do pavilhão eram revestidas de pelúcia de seda carmesim. As pinturas exteriores e ornatos, assim como as arcadas e colunas que formavam as janelas, obedeciam absolutamente ao estilo da elegante construção. Duas amplas arcadas laterais deixavam gozar o movimentado panorama do arraial.

Nas janelas, fartíssimos e ricos cortinados em peluche carmesim, destacando-se, através dos recortes, os panos das arcadas. O interior, paredes e teto da tribuna eram forrados de finos estofos de azul, branco e *grenat*, cujas cores se combinavam artisticamente em pregas e em forma de xadrez. No pavimento uma rica alcatifa carmesim.

O gabinete de *toilette* da Senhora D. Maria Amélia tinha uma decoração igual à tribuna.

A mobília, género antigo, era preciosa. Aos cantos, sobre artísticas colunatas, vasos com formosas begónias e soberbos exemplares de orquídeas.

A escada que dava ingresso na tribuna, também guarnecida aos dois lados de lindíssimas palmeiras, fetos e outras plantas decorativas, tinha uma rica passadeira em veludo inglês.

Junto à galeria que circuncidava a tribuna, sobre a janela principal, via-se o escudo das armas portuguesas e o mastro em que flutuava, docemente impelido pela aragem, o pavilhão real.

O projeto da elegante tribuna foi devido ao hábil funcionário da Direção das Obras da Junta Geral, sr. Abraham Abohbot,⁶⁹ que dirigiu assiduamente aquela

construção em todos os seus menores detalhes, afirmando mais uma vez a sua fina intuição artística e poderosas faculdades de trabalho.

*

A revista pecuária no Paul — Ao tratar-se de organizar o programa das festas em honra de Suas Majestades, foi alvitado como número muito agradável a El-Rei uma revista pecuária.

Escolhido o local, que bizarramente foi logo posto à disposição da comissão dos festejos pelo seu proprietário, o sr. José Luís de Sequeira,⁷⁰ foi S. Ex.^a convidado a encarregar-se daquela interessante festa, ficando com a absoluta superintendência e direção de todos os serviços, missão que o distinto cavalheiro, com a sua habitual bizzarria e gentileza, aceitou, começando logo a pôr em ação a sua prodigiosa recetividade e excecionais faculdades para o bom êxito do *clou*⁷¹ das festas terceirenses.

Lavrador da mais rasgada iniciativa, orientada num seguro e fino critério, tenaz na execução dos seus propósitos, alma acessível a todos os grandes ideais do progresso, conseguiu o sr. Sequeira desde há muito impor-se à admiração e estima gerais, pela inteligência com que dirige as suas importantes propriedades, onde tem posto em prática todos os modernos processos de tratamento dos terrenos, dando assim um frisante exemplo do que pode a boa vontade ao serviço de uma iniciativa rasgada, útil e proveitosa.

Estas circunstâncias davam-lhe de facto e de direito a proeminência na direção das festas, na sua esplêndida propriedade do Paul.

E foram elas tão brilhantes, apesar dos aguaceiros que a princípio pareciam ir prejudicar o encantador festival, que o sr. Sequeira deve estar hoje verdadeiramente envaidecido, por ter conseguido levar a cabo tão imponente manifestação da vida agrícola terceirense, numa grandeza e numa significação tão alta do nosso valor moral, ainda não vista nesta terra, e difícil de realizar ainda noutros mais importantes centros agrícolas.

*

Na vasta planície do Paul mais de 30000 pessoas se reuniram a presenciar o magnífico espetáculo. Cerca de 800 veículos, dos quais 600 carros puxados a bois, quase todos com os seus toldos de cores alegres e garridas, rodeavam o recinto reservado às diversas fases da revista.

No sopé da Serra, que domina aquele vasto campo, elevavam-se três pavilhões elegantíssimos, de ornamentação rústica, que mais realçava a beleza e o bom gosto do plano, devido ao insigne artista Bordalo Pinheiro.⁷² Construídos de troncos toscos de pinheiros, formando rendilhados delicados, colunas elegantemente capitonadas de pinhas artisticamente dispostas, entrelaçados os fustes com heras e ligados entre si com fustões de onde pendiam lindas *corbeilles* de flores naturais, tinham a coroá-los tetos de palha em formas primorosas.

O pavilhão, ou tribuna central destinada a Suas Majestades, em forma hexagonal, de 18 metros de altura desde a base, elegantíssimo de estrutura, era de encantador aspeto. Comunicava pelo fundo com um elegante *boudoir* artisticamente guarnecido com colchas de linho, lã e algodão e lã e linho, esplêndidos produtos da indústria caseira da ilha de São Jorge, rica em cores e em desenhos. Pelo lado direito ligava-se a tribuna por uma bonita ponte ao pavilhão destinado ao almoço dos Monarcas.

O pavilhão da esquerda, separado dos outros, servia para a comitiva, convidados de El-Rei, do sr. governador civil e diretor da festa.

Davam ingresso aos pavilhões elegantes escadas cujos mainéis, obedecendo ao plano de ornamentação, eram de ramos de pinheiros encruzados, tendo de espaços a espaços cabaças com *bouquets* de flores.

No teto da tribuna real, todo em flores e verdura, via-se ao centro uma lindíssima colcha de linho com as armas reais ao centro, tecidos no mesmo fio, expressamente mandada fazer pelo sr. Sequeira para aquele efeito.

Os tetos dos outros pavilhões, feitos com pequenos ramos de buxo e outras plantas, delicadamente aparados, eram do mais formoso aspeto.

Os pavilhões apoiavam-se em rochas artificiais da mais artística disposição, guarnecidas de plantas ornamentais, árvores e flores.

Por detrás das tribunas, e à esquerda da casa, viam-se, numa instalação ligeira, os aparelhos, com os seus motores a vapor, destinados ao fabrico de manteiga e queijo. No pátio junto, e numa disposição muito artística, toda a alfaia agrícola do sr. Sequeira e de outros lavradores.

À direita, a cozinha, a copa e outras instalações indispensáveis. Numa ampla barraca de campanha, o *buffet*, abundante, delicado e profusamente servido de uma requintada variedade de iguarias, doces, frutas, vinhos da mais fina escolha, resistindo valentemente ao apetite de mais de 600 pessoas que ali foram refazer forças, durante o almoço de Suas Majestades.

Em frente dos pavilhões, duas vastas tribunas reservadas a senhoras, e ao centro e lado lugares reservados às 3 filarmónicas que abrilhantaram a festa.

Chovia ainda quando Suas Majestades chegaram, trens abertos, arrostando bizarramente com o tempo. Foi enorme, estrondosa, a ovação que lhes fizeram em todo o percurso até ao pavilhão.

Em frente da tribuna real faziam guarda de honra mais de cem pastores, nos seus trajos pitorescos, tendo à frente os criadores que tomavam parte na revista. Levantados vivas entusiásticos pelo sr. José Sequeira, que foram também sempre entusiasticamente correspondidos, solicitou o ilustre cavalheiro a autorização de El-Rei para começar a festa, executando-se então o-seguinte programa e desfilando cada divisa acompanhado do criador:

*

I Parte

Passagem de vacas leiteiras.

Grupo de novilhas de 2 a 3 anos.

Gado de trabalho, desfile de carros.

Passagem das vacas com os bezerros.

II Parte

Fabrico de manteiga.
Exame de alfaia agrícola.
Exposição de gado bravo.

*

Nomes dos criadores e suas divisas:

Manuel Corvelo Soares & Irmãos⁷³ — azul;
Francisco de Paula Barcelos Machado Bettencourt⁷⁴ — vermelho;
José Francisco Aurora — verde;
João Luís Toste Parreira⁷⁵ — branco;
Pedro Parreira de Lima⁷⁶ — amarelo;
João Machado de Ávila⁷⁷ — amarelo;
Félix Machado Barcelos⁷⁸ — amarelo e vermelho;
José Pacheco Ormonde⁷⁹ — verde e amarelo;
Francisco de Paula Rego⁸⁰ — azul e cor-de-rosa;
Pedro de Menezes Parreira & Irmão⁸¹ — verde, branco e vermelho;
José Luís de Sequeira — azul e branco.

Ao terminar a passagem foi ordenhada uma das mais formosas vacas diante do pavilhão, sendo oferecidas a Suas Majestades e comitiva taças de leite que beberam com prazer.

Ia servir-se o almoço. O sr. conde de Tarouca⁸² convidou as damas e cavalheiros que os Monarcas se dignavam admitir à sua mesa. Pouco depois Suas Majestades e convidados entravam no pavilhão, onde foi servido o almoço, cujo menu era constituído por pratos da cozinha terceirense:

Canja
Pasteis de lapas
Frango com cabeças de nabo
Alcatra, pudim de batata
Fiambre
Peru assado, feijão verde, agriões
Leitão recheado, acelgas, alfaces
Pastelaria, doces e frutas diversas

*Vinhos:*⁸³ *Madeira, Graciosa, Candelária tinto, Bordéus, Casteletes,*
Champanhe, Porto.
*Café, cognac, andaia,*⁸⁴ *licores.*

A mesa, que era servida por um formoso grupo de raparigas, elegantíssimas nas suas *toilettes* azul e branco, tendo na cabeça pequeninas toucas brancas tão graciosas como empolgantes, apresentava um lindo aspeto na ornamentação artisticamente elegante.

Sua Majestade El-Rei tinha colocada à sua direita a ex.^{ma} sr.^a D. Brites da Cunha e Silva e à sua esquerda a Ex.^{ma} Sr.^a D. Adelaide de Barcelos Noronha,⁸⁵ esposa do sr. presidente da Câmara.

Sua Majestade a Rainha tinha à direita o prelado e à esquerda o sr. conselheiro Hintze Ribeiro.

O almoço, servido em riquíssimas louças do Japão e Índia, correu alegremente, notando-se em Suas Majestades excelente disposição de espírito.

El-Rei e a Rainha fizeram um brinde particular ao incansável diretor da festa.

Logo que os Soberanos voltaram ao pavilhão do centro, onde foi servido o café, continuou a segunda parte do programa, que muito os interessou.

Para El-Rei, que faz lembrar um outro monarca português, D. Dinis,⁸⁶ *o Lavrador*, interessando-se pelos progressos da agricultura e criador aprimorado a quem não falta excecional competência, possuindo um dom que muitos desejariam ter, o golpe de vista de conhecedor nato, tinha na festa, nos seus melhores detalhes, um extraordinário atrativo e interesse que não ocultava, antes procurando informar-se de tudo com os Srs. governador civil e José Sequeira.

Suas Majestades visitaram as instalações de fabrico de manteiga e da alfaia agrícola, demorando-se alguns instantes, numa pequena tribuna, a ver o desfilar do gado bravo num pasto cerrado.

Regressando ao pavilhão foram ali, como até então e sempre, alvo de calorosas e afetivas aclamações.

Sua Majestade a Rainha dignou-se então escolher e encomendar algumas colchas dos padrões que ornamentavam o gabinete em que descansara, no que foi seguida pela comitiva que também fez alguns pedidos dos belos produtos da indústria caseira de São Jorge.

Tinha visivelmente deixado em todos os nossos hóspedes a mais agradável impressão a festa do Paul, festa nossa, típica, característica, espelho da nossa atividade, da nossa energia moral, da nossa economia, testemunho vivo de uma das mais importantes afirmações do nosso trabalho.

E foi sob essa impressão, que Suas Majestades agradeceram ao sr. Sequeira a magnífica festa, que lhes tinha proporcionado, dirigindo-lhe palavras de justo elogio e louvor. El-Rei dignou-se oferecer-lhe um casal das manadas da Casa Real de Bragança instaladas na herdade do Vidigal, em Vendas Novas, e a medalha do Mérito Agrícola que o sr. Sequeira pediu licença para não aceitar, dando-se por bastante honrado apenas com o primeiro oferecimento do Senhor D. Carlos.

Concorreram à revista 238 vacas leiteiras com os seus 238 bezerros; 80 novilhas; 4 touros mansos; 118 touros bravos e 1200 rezes jungidas aos 600 carros. Além disso, na serra e vasta planície pastavam mais de 1400 cabeças de gado, o que dá uma totalidade superior a 3000 cabeças que se abrangiam num golpe de vista!

O sr. Sequeira ofereceu a Suas Majestades dois formosos exemplares da raça especial de cães de fila,⁸⁷ que, principalmente a Senhora D. Amélia, tinha dias antes manifestado desejos de ver.

Estava terminada a festa. Suas Majestades e comitiva tomaram lugar nas carruagens e partiram sob uma verdadeira tempestade de aclamações frenéticas, soltadas delirantemente por milhares de bocas, aclamações não interrompidas em todo o percurso até ao Paço.

E no meio desse tocante arrebatamento, dessa como que embriaguez de contentamento, o povo, contido por um espírito de admirável disciplina, caracterizada por uma grande ordem, não saiu da sua linha discreta de proceder, não perturbou com o mais pequeno distúrbio, com a menos refletida irreverência

tão estonteantes manifestações! Pois a polícia do Paul, onde estavam 30 000 pessoas, foi confiada a 10 guardas civis!

Suas Majestades no regresso atravessaram a opulenta freguesia da Ribeirinha, que estava em festa; cheios de flores os caminhos, as casas e os muros cobertos de colchas dos mais variados matizes, em mastros bandeiras, lenços, galhardetes; no ar, nuvens de foguetes ao som do hino real tocado pela excelente filarmónica da localidade, *Recreio dos Lavradores*,⁸⁸ e do repicar alegre dos sinos da paróquia.

Ali o bom povo, simples, franco, com o seu vigário à frente fez-lhes sentidíssimas manifestações, que Suas Majestades muito agradeceram.

A multidão, sempre aclamando os Monarcas, acompanhou-os até ao extremo da freguesia. E uma pobre velha, que alegre e contente fitava a Senhora D. Amélia, teve para Ela a seguinte frase: «*A Rainha é um botão de rosa!*»

*

A partida — Pouco antes das 6 horas da tarde chegaram Suas Majestades ao Paço, e às 6,30 dirigiam-se para o cais por entre alas compactas de povo.

Junto à alfândega uma companhia do [Regimento de Infantaria n.º] 25, sob o comando do sr. Teotónio Moniz [Barreto do Couto], fazia a guarda de honra.

No Largo Três de Março eram os Régios Viajantes esperados pela Câmara Municipal, autoridades, funcionários de todas as repartições, oficialidade da guarnição, clero, etc.

Logo que Suas Majestades se apearam da carruagem, numerosíssimas damas rodearam a Senhora D. Amélia, enquanto El-Rei se dirigia ao sr. presidente da Câmara, a quem agradeceu a receção que Angra Lhes tinha feito e que muito os penhorara.

O sr. dr. Noronha levantou então vivas a Suas Majestades e à família Real, que foram delirantemente correspondidos e nos quais havia o quer que fosse de enternecedor e amorável!

Suas Majestades depois de se despedirem pessoalmente de cada um dos representantes do povo angrense desceram ao cais.

Notava-se nos semblantes dos Augustas Monarcas uma profunda comoção, que nem tentavam esconder!

Momentos depois, tendo-se dignado receber os cumprimentos de despedida de todas as pessoas que tiveram a honra de se Lhes aproximar, tomaram lugar no escaler da alfândega, que os conduziu a bordo do *D. Carlos*.

A emoção impaciente dos poucos instantes que nos seria permitido vê-los ainda, sobrelevou a intensidade da mágoa, e, num prolongado *viva*, que ecoou de um extremo ao outro da baía, *viva* em que ia a alma de um povo inteiro bendizendo Os que tanto o tinham honrado com a sua visita, a ilha Terceira disse o último adeus aos Reis de Portugal!

A bordo do cruzador *D. Carlos* realizou-se, às 8 horas, o jantar oferecido, pela oficialidade da divisão naval, a Suas Majestades, e cujo menu foi o seguinte:

Consumé à la printanière
Petites timbales de riz farci
Poisson à la duchesse
Escalopes de veau aux champignons
Pâté de foie gras en belle vue
Poulets rôtis aux truffes
Salade
Asperges en branches, sauce mousseline
Pouding à la brésilienne
Crème glacée à la vanille
Vins, café, liqueurs.

Ao jantar assistiu o sr. Emídio Lino da Silva Júnior e sua ex.^{ma} esposa, que acompanharam os Monarcas a São Miguel.

Sua Majestade El-Rei, num entusiástico brinde, agradeceu ao chefe do distrito, como representante do povo terceirense, as simpáticas e cordiais manifestações,

que em Angra tinha recebido e Sua Augusta Esposa, manifestações que jamais olvidaria.

A Senhora D. Amélia muito particularmente significou à ex.^{ma} sr.^a D. Brites da Cunha e Silva o modo por que se achava cativada pelo povo angrense, exprimindo também à ilustre dama o seu agradecimento muito íntimo, pela forma incansável e inimitável por que lhe tinha proporcionado tamanhas comodidades e conforto nos régios aposentos.

À noite, como nas anteriores, repetiram-se as iluminações da cidade, edifícios públicos e particulares, sendo iluminada toda a muralha que defronta a baía. No Porto de Pipas foi queimado um belo fogo.

No *Berrio* seguiram alguns terceirenses, que foram assistir às festas régias em Ponta Delgada. Entre eles iam os senhores visconde da Agualva⁸⁹, tenente Henrique Pereira⁹⁰ e família e Alfredo Luís Campos, delegado da Junta Geral deste distrito na exposição açoriana, que ia ser inaugurada em Ponta Delgada.

*

Notas — Sua Majestade El-Rei pôs à disposição do sr. governador civil a quantia de um conto de réis, não só para donativos às casas de caridade, mas ainda para satisfazer aos raros pedidos de auxílio que os soberanos receberam durante a sua estada na ilha Terceira.

Sua Majestade a Rainha agradeceu pessoalmente ao sr. governador civil e à sua esposa o bom gosto e requintada distinção das instalações do Paço.

A ordem do cortejo para a ocasião de desembarque de Suas Majestades foi estabelecida pela seguinte forma:

Suas Majestades sob o pálio com os vereadores às varas, e estandarte da Câmara atrás da última vara, lado esquerdo.

Presidente do Conselho e Ministro da Marinha, bispo, serviço de Suas Majestades, governador civil, general, secretário-geral, pessoal civil fardado, corpo consular, Junta Geral, magistratura, administrador do concelho, e empregados das diversas repartições com os seus chefes à frente.

A comissão encarregada de dirigir o almoço de Suas Majestades, e bufete para os convidados, composta dos senhores Álvaro Forjaz de Lacerda,⁹¹ José Maria Coelho de Lima,⁹² Alfredo Monteiro⁹³ e Jacob Abohbot triunfou de todas as dificuldades, apresentando um serviço distintíssimo, que foi justamente elogiado, e que deu a nota da singular competência daqueles cavalheiros para a direção de festas de igual natureza.

Basta dizer, que foram servidas mais de 600 pessoas no bufete, não conseguindo esgotá-lo!

O sr. governador civil convidou o jornalista Alfredo Luís Campos para seu auxiliar na receção aos Régios Visitantes, encarregando-o da direção de todo o movimento e manifestações populares, as quais correram pela forma brilhante como ficam descritas.

Em todos os consulados estiveram içados os respetivos pavilhões durante os dias da visita régia.

O desenvolvimento da derrota da divisão naval, que conduziu Suas Majestades foi, em milhas marítimas, desde a saída de Lisboa até à entrada no Tejo, a seguinte:

De Lisboa a Porto Santo, 490; de Porto Santo ao Funchal, 50; do Funchal a Santa Maria, 475; de Santa Maria ao Faial (Horta), 187; da Horta à Graciosa, 45; da Graciosa a Angra, 45; de Angra a São Miguel, 92; de São Miguel a Lisboa, 796. Total 2:153 milhas ou sejam cerca de 4:000 quilómetros.

O sr. José Luís de Sequeira ofereceu a Suas Majestades duas lindíssimas cadeiras de vimes, trabalho terceirense, encimado com as armas reais. São de um trabalho perfeito, e, cremos bem, que naquele género não há nada de melhor.

Os livros onde Suas Majestades se dignaram inscrever os seus nomes, nos Asilos de Mendicidade e Infância Desvalida e no Hospital, foram feitos na importante casa de encadernações e impressões do sr. Manuel de Sousa Ribeiro.⁹⁴ O primeiro é em pelúcia cardinal e cetim rosa; o segundo, em forma de álbum, é em *chagrin* dourado; o terceiro em pelúcia e cetim azul.

*

Telegramas:

Ponta Delgada, 5 de julho — Urgente — Presidente da Câmara Municipal — Angra do Heroísmo. — Ao chegarmos aqui, depois de uma excelente viagem, quero mais uma vez, em meu nome e da Rainha, agradecer a esse bom e leal povo a cativante recepção que nos fizeram e assegurar-lhe que ela ficará como uma das mais gratas recordações da nossa vida. — El-Rei.

*

Angra do Heroísmo, 5 de julho de 1901 — Ex.^{mo} Presidente do Conselho — Ponta Delgada. — A Câmara Municipal pede a V. Ex.^a se digne dizer como passaram Suas Majestades de viagem. — Presidente.

*

Ponta Delgada, 5 de julho. — Presidente da Câmara Municipal — Angra. — Suas Majestades, a quem comuniquei o conteúdo do telegrama de V. Ex.^a, incumbem-me de agradecer a V. Ex.^a e de informar que se encontram bem e com indelével saudade dessa bela Ilha, de onde trouxeram tão gratas impressões. — Hintze Ribeiro.

Apenas recebido o telegrama de Sua Majestade El-Rei, foi pela municipalidade angrense mandado imprimir e distribuir profusamente. À noite, como demonstração de público regozijo pela recepção de tão honroso e cativante telegrama, percorreu o povo em marcha *aux flambeaux*⁹⁵ as ruas da cidade, acompanhado por filarmónicas, soltando entusiásticos e vibrantes vivas a El-Rei, à Rainha e à Família Real. Inúmeros foguetes atroavam os ares, e durante o dia o Paço Municipal teve hasteado o pendão nacional.

Destas entusiásticas manifestações foi, pelo sr. governador civil, dada comunicação telegráfica ao sr. Presidente do Conselho de Ministros, que respondeu:

— *Suas Majestades agradecem a penhorante manifestação dos povos de Angra do Heroísmo, que tão gratas impressões lhes deixaram. — Hintze Ribeiro.*

*

Lisboa, 14 de julho, 4 horas e 20 minutos da tarde. — Presidente da Câmara Municipal — Angra. — A esse bom e leal povo quero, no momento de chegar, significar ainda uma vez, no meu nome e no da Rainha, todo o meu reconhecimento pela afetuosa receção que aí tivemos, e assegurar-lhe os votos que fazemos pela sua ventura e prosperidade. — El-Rei.

*

Pena (Sintra) 14 de julho, 11 horas da manhã. — Presidente da Câmara — Angra. — Suas Majestades agradecem muito as felicitações da Câmara Municipal. — Malaquias de Lemos,⁹⁶ ajudante de campo.

*

Além destes telegramas puramente locais, encontram-se publicados no *Diário do Governo*, n.º 144 a 149, os telegramas oficiais, que dirigiu o ilustre Presidente do Conselho de Ministros, e Conselheiro de Estado, o Ex.^{mo} Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, e que dizem respeito à receção feita a Suas Majestades na ilha Terceira. São eles um resumo exatíssimo de tudo quanto se passou.

Teve o ilustre açoriano, e eminente homem político, o Ex.^{mo} conselheiro Hintze Ribeiro, a ventura da realização da visita dos Reis de Portugal ao Arquipélago Açoriano, em um período em que lhe estava superiormente confiada a direção suprema do governo da nação portuguesa.

A maneira assinalada, as provas evidentes de afeto e entranhado amor, com que os açorianos receberam os Augustos Monarcas, tudo o que de grandioso, de magnificante se passou, foi decerto encher de justo júbilo o coração patriótico de S. Ex.^a, não só como português, mas também como filho nobilíssimo deste formoso e importante arquipélago.

É S.^a Ex.^a o chefe prestigioso do Partido Regenerador, partido de honrosas tradições, e os seus correligionários e amigos, conferindo-lhe um tão

proeminente lugar, prestaram a devida justiça ao eminente vulto político, ao parlamentar distinto, que, com a sua palavra insinuante, frase enérgica e eloquente, tem superiormente tratado as mais altas questões nos variados ramos da ciência política, tendo sempre em vista o bem-estar geral da Pátria, o seu progresso e desenvolvimento.

Como liberal, como patriota, como leal vassalo de Suas Majestades, e como defensor fervoroso das instituições que nos regem, é o bastante dizer: o conselheiro Hintze Ribeiro é açoriano.

É açoriano, e está dito tudo.

Isto não é fazer o elogio de tão prestante cidadão, não é enaltecer o seu nome, é tão somente dizer a verdade, e nada mais.

O seu elogio está na longa lista dos seus assinalados serviços, o enaltecimento do seu nome existe de há muito na sua probidade, no seu genial talento, nos seus profundos conhecimentos em economia política e social, de que são documentos vivos as suas importantes e sábias reformas nos vários ramos da administração do Estado.

Assim, imperdoável seria a falta que cometeríamos se, nesta memória histórica, em que arquivámos o que diz respeito ao fausto acontecimento da visita de Suas Majestades à ilha Terceira, não prestássemos a devida homenagem àquele, que, nesta ocasião, era o seu primeiro ministro, um nobre e ilustre açoriano, que nobilitando-se e honrando-se a si próprio, nobilitou e honrou a terra que lhe foi berço, mais do que ela, a pátria em geral, porque o ex.^{mo} conselheiro Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro é incontestavelmente uma glória nacional.

S. Ex.^a lega à posteridade, como exemplo a seguir, os seus atos de civismo, todo o importantíssimo trabalho produzido pelo seu robusto talento, e como e por que forma se chega a alcançar o nome de estadista eminente, de cidadão benemérito, e a glória do próprio nome.

E a glória do ex.^{mo} conselheiro Hintze Ribeiro é muito subida, pertence à história, e essa, como disse um ilustre orador referindo-se a um notável estadista, «há-

de confirmá-la a História, onde tem lugar eminente, e onde o esperam os louros que não morrem».

- 1 Brites da Cunha e Silva (Alcantarilha (Silves), c. 1865 — Lisboa, c. 1930), esposa do conselheiro Emídio Lino da Silva, ao tempo governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo. O casamento realizou-se em Lisboa, onde o casal fixou residência e onde a noiva recebeu como dote uma casa no Vale do Pereiro, em Lisboa, expropriada pelo Estado na altura da construção da Avenida da Liberdade. De uma família originária das Velas, foi filha do conselheiro José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, grande proprietário e político inicialmente ligado ao Partido Histórico, mas que após o Pacto da Granja optou pelo Partido Progressista, embora, na década de 1880, se tenha afastado progressivamente das suas hostes, acabando por ingressar no Partido Regenerador, levando consigo boa parte do eleitorado jorgense. Esta ligação familiar explica a eleição pelo círculo das Velas do ex-ministro regenerador Jacinto Cândido da Silva, irmão de Emídio Lino, depois de ter perdido o apoio regenerador em Angra.
- 2 A *Semana* foi um semanário que se publicou em Angra do Heroísmo nos anos de 1900 a 1904. Tinha como subtítulo «A *Semana* : revista litteraria e illustrada : dedicada ás damas açoreanas». Pertencia à editora Souza & Andrade e tinha como diretor Francisco Sieuve de Menezes e Lemos.
- 3 A Associação Educadora do Sexo Feminino do Distrito de Angra do Heroísmo era a entidade que administrava o recolhimento feminino instalado no Convento de São Gonçalo de Angra. Teve os seus estatutos aprovados em 1886 e foi-lhe concedida a utilização dos edifícios do antigo convento para ali ser instalado um «recolhimento» destinado a albergar mulheres que não tinham condições económicas para uma vida independente. Esta concessão resultou de uma proposição de lei que em abril de 1885 foi apresentada na Câmara dos Dignos Pares concedendo à Associação Educadora do Sexo Feminino, com sede na cidade de Angra do Heroísmo, o edifício do Convento de São Gonçalo da mesma cidade, com a respetiva igreja, suas imagens e alfaia sagradas, tornando-se efetiva esta concessão somente pelo falecimento da última freira existente no convento. A proposta aprovada a 10 de julho daquele ano, deu origem à Carta de Lei de 30 de julho de 1885, que concede aquele imóvel (cf.: *Diário do Governo*, n.º 175, de 8 de agosto de 1885). O convento foi extinto em 20 de julho de 1885, por morte da última religiosa ali residente, a madre Matilde Clementina do Carmo, da Ordem de Santa Clara da Regra de Urbano IV, as *clarissas urbanistas*, sendo a cedência efetuada pelo Decreto de 17 de setembro de 1885, «concedendo à associação educadora do sexo feminino da cidade de Angra do Heroísmo o edifício do convento de S. Gonçalo com a igreja, cêrca e mais dependências» (cf.: *Diário do Governo*, n.º 212, de 22 de setembro de 1885). Para além do recolhimento, tratou-se de criar imediatamente um colégio para meninas, com o nome de Colégio D. Maria II, o que foi levado a efeito por alvará do governador civil de 17 de abril do mesmo ano, o qual funcionou na parte do edifício que está voltada para o Alto das Covas (agora o infantário ali existente). Estabeleceram-se também algumas escolas noturnas, na linguagem do tempo destinadas aos «artistas e serventes», ou seja, a operários especializados e não especializados, mas que tiveram pouca duração.
- 4 O *Recolhimento de Jesus, Maria, José*, mais conhecido por *Mónicas*, foi fundado por voto pio de Mónica Maria Francisca de Andrade, viúva de João de Sousa Fagundes, que havia enriquecido no Brasil. A fundadora, que doou a sua fortuna à instituição, passou a viver no recolhimento até à sua morte a 22 de janeiro de 1768. Destina-se, desde a sua fundação, a recolher mulheres cuja situação socioeconómica seja frágil, não tenham suporte familiar, sejam socialmente marginalizadas ou sejam mães solteiras.
- 5 José Júlio da Rocha Abreu (Angra do Heroísmo, 13 de janeiro de 1857 — Lisboa, 7 de dezembro de 1938), grande comerciante e proprietário, filantropo e político que se destacou nos campos da benemerência e do associativismo comercial. Foi irmão do médico e político Eduardo Abreu.
- 6 Bento José de Matos Abreu (Amares, 11 de novembro de 1825 — Amares, 20 de agosto de 1893), grande comerciante na praça de Angra do Heroísmo.
- 7 Na noite de 22 para 23 de julho de 1891 registaram-se grandes inundações no sul da ilha Terceira, destruindo grande número de habitações, especialmente ao longo da ribeira de São Bento (cf.: José Joaquim Pinheiro, *Memoria descriptiva da horrorosa catastrophe na Ilha Terceira dos Açores na noite de 22 para 23 de Julho de 1891, offerecida ao ex.mo sr. José Julio Rodrigues*. Angra do Heroísmo, Tip. Minerva, 1891). O evento teve grande repercussão na imprensa portuguesa, tendo sido objeto, entre muitas outras publicações, da obra de Rafael Bordalo Pinheiro intitulada «*Os inundados da Terceira*» (*O António Maria*, n.º 317 (VII), de 13 de agosto de 1891).
- 8 O Cofre de Caridade do Distrito de Angra do Heroísmo foi criado por alvará de 16 de outubro de 1891, do governador civil José Inácio de Almeida Monjardino. A instituição teve como fundo inicial o dinheiro oferecido por múltiplos beneméritos para socorrer os sinistrados das cheias que na noite de 22 para 23 de julho de 1891 afetaram a cidade de Angra. Funcionava no governo civil do distrito de Angra do Heroísmo e era administrado por uma comissão composta por cinco indivíduos de comprovada respeitabilidade, nomeados de dois em dois anos, um pelo bispo da Diocese, outro pelo governador civil, outro pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, outro pela Junta Geral e o último pela mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo. Além dos socorros prestados em 1891, o Cofre de Caridade prestou valioso auxílio aos sinistrados de diversas calamidades, socorrendo as famílias dos pescadores vítimas da tempestade que em novembro de 1892 fez naufragar alguns barcos no porto de Vila Nova, prestando apoio à reconstrução de casas destruídas pelo ciclone de 28 de agosto de 1893 e que pertenciam a pescadores, principalmente na freguesia de São Mateus, e no socorro às vítimas da tromba de água que em 1900 caiu sobre a Serra do Cume, arruinando casas e terras lavradias. Também apoiou a construção de casas para famílias em situação de grande pobreza, atividade que manteve até à sua extinção em 1974.

-
- 9 A Caixa Económica de Angra do Heroísmo (1844—1991), também conhecida como Caixa Económica Angrense, foi uma instituição bancária, com inspiração no movimento mutualista e na filosofia de economia social de Friedrich Wilhelm Raiffeisen, que teve um importante papel socioeconómico em Angra do Heroísmo, financiando os pequenos investimentos dos empresários locais e apoiando algumas das mais emblemáticas instituições de beneficência da ilha Terceira.
- 10 O cruzador *D. Carlos I* integrou a Armada no período de 1899 a 1925. Foi construído em 1899 nos estaleiros da *Vickers-Armstrong Shipbuilders*, de Newcastle. Batizado *D. Carlos I*, em homenagem ao monarca então reinante, após a implantação da República teve o nome alterado para *NRP Almirante Reis*, em memória do almirante Carlos Cândido dos Reis. Participou em múltiplos eventos revolucionários durante a fase mais atribulada da Primeira República. Foi o maior navio de combate português e à época de sua entrada ao serviço era o mais poderoso cruzador protegido do mundo. Foi o primeiro navio da Marinha Portuguesa a dispor de telecomunicações sem fios, algo tecnologicamente avançado para os padrões da época. Foi abatido do efetivo da Armada a 22 de janeiro de 1925.
- 11 O cruzador de 3.^a classe *São Gabriel* integrou a Armada no período de 1900 a 1925. Foi construído em França, pelos estaleiros da firma *Forges et Chantiers du Havre* (Augustin Normand), para cumprir os planos de modernização da frota de guerra delineados pelo ministro terceirense Jacinto Cândido da Silva. Foi o primeiro navio de guerra português a realizar uma circum-navegação (entre 11 de dezembro de 1909 e 19 de abril de 1911), através de uma rota reconhecidamente difícil, que passou pelo Estreito de Magalhães e pelos canais da Patagónia. A viagem durou 16 meses e 9 dias, tendo o navio percorrido cerca de 42000 milhas náuticas e visitado 72 portos.
- 12 O cruzador *Rainha Dona Amélia* foi uma unidade da Armada Portuguesa, construída no Arsenal de Lisboa, em 1901. O navio foi batizado em honra de D. Amélia de Orleães, esposa do rei D. Carlos I. Em 1910, após a implantação da república, na qual o cruzador teve papel proeminente nos diversos movimentos revolucionários, o seu nome foi alterado para *NRP República*. A 6 de agosto de 1915 perdeu-se por encalhe na costa a sul de Peniche.
- 13 Luís António de Morais e Sousa (1845 — 1924), oficial da Armada, reformado em 1910 no posto de vice-almirante. É autor de diversas obras sobre temática naval e sobre cartografia.
- 14 O *Bérrio* era um rebocador de deslocamento normal de 424 toneladas, construído em aço nos estaleiros *Ateliers et Chantiers de La Loire*, em Saint Nazaire, no ano de 1897. Foi adquirido na sequência do Plano Naval de 1896, de Jacinto Cândido da Silva. Na I Guerra Mundial foi integrado no serviço de caça-minas e a 28 de março de 1916 afundou a primeira mina alemã rocegada na barra do Tejo. Passou em 1930 a navio-hidrográfico, com o mesmo nome, e iniciou nesse ano operações nas costas de Moçambique, onde permaneceu até 1947, ano em que foi abatido.
- 15 O iate *Amélia III* foi uma embarcação que esteve ao serviço do rei D. Carlos entre 1899 e 1901. Originalmente batizado como *Yacona*, substituiu, em 1899, o iate *Amélia II*, sendo rebatizado, tal como este, com o nome da esposa do monarca, a rainha D. Amélia de Orleães. Tal como os antecessores, foi adquirido por D. Carlos para servir, essencialmente, como navio de investigação oceanográfica, tendo recebido os equipamentos e instalações necessárias a essa atividade. Em 1901 foi utilizado pelos soberanos na visita régia à Madeira e aos Açores. Em novembro desse mesmo ano foi substituído pelo iate *Amélia IV*, o último dos *Amélia*.
- 16 O *HMS Australia* foi um dos sete cruzadores blindados da classe *Orlando* construídos para a Marinha Real Britânica em meados da década de 1880. Lançado à água em 1885, foi integrado na Esquadra do Mediterrâneo em 1889 e lá permaneceu até 1893, quando voltou para a Grã-Bretanha. O navio foi então incorporado na Esquadra de Guarda Costeira durante uma década, antes de ser colocado na reserva em 1903. Foi vendida para sucata em 1905.
- 17 O *HMS Severn* foi um cruzador protegido da classe *Mersey*, da Marinha Real Britânica, lançado em 1885 e vendido para sucata em 1905.
- 18 Guilherme Martins Pinto (Angra do Heroísmo, 24 de julho de 1819 — Angra do Heroísmo, 29 de julho de 1902), comerciante de ferragens em Angra e um dos fundadores da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo e o maior subscritor dos títulos então emitidos por aquela instituição. Foi sogro do autor desta obra (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 649).
- 19 Maria Luísa Brites de Bettencourt Silva (Angra do Heroísmo, 19 de janeiro de 1893 — Angra do Heroísmo, 2 de junho de 1973), filha de Emídio Lino da Silva Júnior, governador civil ao tempo da visita régia. Viria a casar em 1914 com João Baldaia do Rego Botelho de Faria e seria feita comendadora da Ordem da Benemerência em 1941 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 717).
- 20 Nome comum das flores de coloração azul de diversas centáureas, maioritariamente cultivares da espécie *Centaurea cyanus* (Asteraceae).
- 21 Enrique Casanova (Saragoça, 1850 — Madrid, 1913), pintor aquarelista espanhol que se fixou em Lisboa a partir de 1880, onde adquiriu nomeada e foi mestre da Casa Real, tendo entre os seus alunos o futuro rei D. Carlos, que se revelaria um bom aquarelista. Deixou vasta obra, em boa parte ligada à família real portuguesa, incluindo importante colaboração com D. Carlos na sua obra sobre as aves de Portugal.
- 22 Sociedade Filarmónica de Instrução e Recreio dos Artistas, fundada a 16 de julho de 1877, no Dia de Nossa Senhora do Carmo, sua padroeira. Destinada à instrução e recreio da classe operária citadina, já que os operários especializados eram ao tempo designados por «*artistas*», ao longo da sua história sempre manteve a sua filarmónica, à qual foi juntando outras atividades, como o teatro, o folclore e o cinema. A instituição é membro honorário da Ordem de Benemerência.
- 23 Sociedade Filarmónica Nova Artista Flamenguense, fundada em 23 de janeiro de 1881 na freguesia de

-
- Flamengos, ilha do Faial, por um grupo de entusiastas que se quotizaram e compraram o instrumental, o fardamento e o pendão da filarmónica Nova Lira da cidade da Horta, que deixara de existir, sendo a primeira filarmónica no meio rural faialense.
- 24 Sociedade Filarmónica União Velense, fundada na vila das Velas em 1868 e, entretanto, extinta.
- 25 Filarmónica Altarense do Sagrado Coração de Jesus, fundada em 1879 por iniciativa de José Alves da Silva, ao tempo pároco da freguesia dos Altares. A instituição é membro honorário da Ordem de Benemerência.
- 26 Alexandre Ferreira (Lisboa, 29 de abril de 1842 — Lisboa, 1 de junho de 1906), violinista de orquestra e de música de câmara, compôs alguma música sacra e lecionou muito o seu instrumento (*cf.*: «Necrologia», in *Arte Musical*, n.º 179, de 15 de junho de 1906, pp. 138-139).
- 27 João António das Neves Júnior (Praia da Vitória, 3 de março de 1846 — Angra do Heroísmo, 23 de abril de 1929), advogado de provisão na Praia da Vitória e em Angra do Heroísmo, que se notabilizou como músico e compositor. Ligado ao Partido Regenerador, foi presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória (1878-1882 e 1883-1886). Foi pai de Gabriel Paula das Neves, também músico, e de João dos Reis Neves, cantor lírico.
- 28 Era o Regimento de Infantaria n.º 25, unidade então aquartelado na Fortaleza de São João Baptista.
- 29 O general Joaquim Pereira Pimenta de Castro.
- 30 Maria Francisca de Menezes (Lisboa, 30 de julho de 1856 — Lisboa, 22 de fevereiro de 1928), filha de D. António Pedro Jorge de Meneses Portugal e Silva, da Casa da Flor da Murta e senhor do Reguengo da Carvoeira e de D. Eugénia de Almeida e Vasconcelos, filha dos segundos condes da Lapa e cujo conde desempenhava o ofício de porteiro-mor. Foi dama-camarista ao serviço da rainha D. Amélia de 1892 a 1908.
- 31 O conde de Arnoso era Bernardo Pinheiro Correia de Melo, também conhecido por Bernardo de Pindela.
- 32 Fernando Eduardo de Serpa Pimentel (Coimbra, 31 de maio de 1853 — Tábua, Espariz, 19 de janeiro de 1929), oficial do Exército e último administrador-geral da Fazenda da Casa Real.
- 33 António Teixeira de Sousa (Sabrosa, Celeirós, 5 de maio de 1857 — Porto, 5 de junho de 1917), médico termalista transmontano, político, escritor, deputado, par do reino, ministro de Estado e líder do Partido Regenerador. Presidiu ao último governo da monarquia constitucional, sendo deposto pela revolução de 5 de outubro de 1910.
- 34 A condessa de Paris era Maria Isabel de Montpensier (Sevilha, 21 de setembro de 1848 — Villamanrique de la Condesa, 23 de abril de 1919), nascida María Isabel de Orleans y Borbón, princesa de Orléans e infanta de Espanha. Casou com o pretendente ao trono francês, Luís Filipe, conde de Paris, e foi mãe da rainha D. Amélia.
- 35 A avenca (*Adiantum capillus-veneris*) é um feto utilizado para fins decorativos de interior dada a sua capacidade de crescer em locais com baixa luminosidade.
- 36 O conde de Tarouca era Sebastião Eduardo Pereira da Silva de Sousa e Menezes.
- 37 Guilherme Augusto de Brito Capelo (Palmela, 5 de agosto de 1839 — Lisboa, 21 de março de 1926), oficial da Armada, passou à reserva no posto de vice-almirante. Destacou-se como explorador, cientista e administrador colonial. Foi governador-geral e comissário régio em Angola e o primeiro comandante do cruzador *D. Carlos I*.
- 38 O conde da Ribeira Grande era José Maria Gonçalves Zarco da Câmara.
- 39 Refere-se ao dr. Francisco Augusto de Oliveira Feijão, professor de Medicina e médico assistente da Casa Real.
- 40 José Vital Branco Malhoa (Caldas da Rainha, 28 de abril de 1855 — Figueiró dos Vinhos, 26 de outubro de 1933) pintor, aquarelista e professor de arte.
- 41 O conselheiro Merens de Távora era Luís do Canto e Castro Merens de Távora.
- 42 Refere-se a José Pimentel Homem de Noronha, ao tempo presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.
- 43 José Maria Gonçalves Zarco da Câmara (Lisboa, 3 de novembro de 1843 — Lisboa, 15 de dezembro de 1907), o 9.º conde da Ribeira Grande, doutor em ciências políticas e administrativas pela Universidade de Lovaina (Bélgica). Foi adido à legação portuguesa junto do Vaticano, e par do Reino, por sucessão de seu pai, tomando posse na respetiva câmara na sessão de 17 de janeiro de 1873. Aficionado por touros e cavalos, deu grande impulso ao desporto hípico em Portugal e às corridas de touros.
- 44 Francisco Augusto de Oliveira Feijão (Almada, 24 de novembro de 1850 — Várzea, 11 de novembro de 1918), prestigiado médico, higienista e intelectual, reputado como excelente cirurgião e obstetra. Professor de Cirurgia na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e médico da Casa Real, foi dirigente da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, onde apresentou notáveis comunicações. Era dotado de grande cultura literária, traduzia fluentemente o latim e recitava longas estrofes dos poetas latinos. Proprietário de terras no Ribatejo, também nutria grande interesse pela agricultura, tendo sido dirigente da Associação Central da Agricultura Portuguesa, par do reino e deputado eleito pelo círculo eleitoral de Évora em representação dos interesses agrícolas.
- 45 Guilherme Martins Pinto Júnior (Angra do Heroísmo, 29 de novembro de 1844 — Angra do Heroísmo, 12 de outubro de 1920), grande comerciante da praça de Angra e proprietário, agente da Companhia de Seguros Tagus e da Companhia de Seguros Esperança. Foi um dos sócios fundadores da Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra, de que foi membro da direção fundadora, e gerente da Caixa Económica do Montepio Terceirense. Militante do Partido Progressista, foi vogal da Junta Geral, vereador da Câmara Municipal e provedor da Santa Casa da Misericórdia (*cf.*: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, pp. 650-651).
- 46 Francisco José da Costa Vidal (Santa Maria do Bouro (Amares), 1846 — Angra do Heroísmo, depois de 1922),

destacado comerciante em Angra, fundador da Loja Vidal, e vice-cônsul interino da Turquia. Veio para Angra em 1862 servir na Loja de Bento José de Matos Abreu, igualmente originário da zona de Braga. Em 1864 era já gerente da sociedade Abreu & Matos, da qual se tornou sócio em 1870. Estava igualmente ligado a várias associações e coletividades, como a Associação Comercial, da qual foi presidente, à Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, de que foi um dos fundadores e a cuja administração presidiu, e ao Club Popular Angrense, no qual presidiu à assembleia geral. Militante do Partido Progressista, foi por diversas vezes vereador e presidiu à Câmara Municipal nos meses finais da monarquia (14 de março a 5 de outubro de 1910).

- 47 Frederico Augusto de Vasconcelos Júnior (Angra do Heroísmo, 18 de abril de 1865 — Angra do Heroísmo, 23 de março de 1947), grande comerciante e industrial, fundador da firma Frederico A. Vasconcelos (Herdeiros), Ld.a. Foi vereador da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (cf.: Valdemar Mota, «A família Frederico de Vasconcelos na economia açoriana e no Museu de Angra», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LXII (2004), pp. 219-289).
- 48 Sebastião Cardoso Pamplona Corte-Real (Angra do Heroísmo, 7 de maio de 1842 — Angra do Heroísmo, 2 de julho de 1904), filho de Francisco Machado Pamplona Corte-Real, capitão de Caçadores Voluntários da Rainha, e irmão de Catarina Pamplona Corte-Real, a baronesa de Teixeira. Foi vereador da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.
- 49 O Asilo de Mendicidade estava instalado nos baixos do edifício do Convento das Concepcionistas, ao tempo Hospital de Santo Espírito, na parte voltada ao nascente (para o lado de São Bento). O estabelecimento foi criado pelo governador civil José Maria da Silva Leal, que, além de promover a sua criação, estabeleceu os primeiros elementos da sua receita. Foi inaugurado em 14 de abril de 1860, assistindo a este ato, não só o bispo D. Fr. Estêvão de Jesus Maria, como também todas as autoridades civis e funcionários públicos. O asilo tinha uma entrada independente do resto do edifício, vedada por uma grande porta, sobre a qual se lia a seguinte inscrição «Abril — 1860 — Asilo de Mendicidade». Tinha à direita uma porta que dava acesso a uma vasta cerca que servia de horta e passeio para os asilados, e à esquerda os dormitórios, sendo um para o sexo masculino e outro para o feminino. Tinha ainda a cozinha, dispensa, casa de arrecadação, habitação da diretora, sala de receção e, ao canto do edifício, uma pequena, mas elegante, capela, construída na década de 1880, tendo um só altar com uma bonita imagem de Nossa Senhora de Lourdes, e na parede lateral esquerda, sobre uma peanha de madeira, uma outra imagem, não menos bonita, do Coração de Jesus. Desde janeiro de 1896 o asilo passou a ter uma direção interna, desempenhada por irmãs de São José de Cluny, à semelhança da que foi estabelecida no Asilo de Infância Desvalida. A estrutura foi internalizada na Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, sendo uma antecessora da atual estrutura residencial para idosos que funciona na parte nova daquele imóvel.
- 50 Congregação das Irmãs de São José de Cluny, instituto de vida religiosa fundado em França por Ana Maria Javouhey, falecida a 15 de julho de 1851.
- 51 O Asilo da Infância Desvalida foi criado por iniciativa do governador civil Nicolau Anastácio de Bettencourt. Teve a sua atividade iniciada a 16 de abril de 1853, após a missa celebrada pelo chantre da Sé Catedral, Eusébio Joaquim Fernandes, e sermão pregado pelo vigário António Joaquim Borges. Os estatutos foram aprovados pela rainha D. Maria II, por Decreto de 8 de junho daquele ano. A instituição foi instalada no edifício do extinto convento de Santo António dos Capuchos, o qual foi doado para este fim, por carta de lei de 27 de fevereiro de 1858. O asilo podia recolher crianças de ambos os sexos e a sua manutenção estava a cargo da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento, que elegia de dois em dois anos uma mesa administrativa composta de sete vogais, um dos quais era nomeado mordomo. A partir de novembro de 1894, a educação interna passou a ser feita pelas irmãs de São José de Cluny. Entretanto foi criado o Orfanato do Beato João Baptista Machado, instituto de beneficência e instrução, fundado pela irmandade de Nossa Senhora do Livramento e aberto no dia 24 de dezembro de 1899, sendo os seus estatutos aprovados por alvará do governo civil de 25 de janeiro do mesmo ano. As duas instituições foram fundidas, dando origem ao lar infantojuvenil da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento, ainda instalado na cerca do referido convento.
- 52 Maria das Mercês Mendonça Machado (—), filha do grande produtor de vinhos graciosense e político local Manuel de Sousa Machado da Cunha.
- 53 Manuel de Sousa Machado da Cunha (Santa Cruz da Graciosa — d. 1904), membro da direção do Asilo da Infância Desvalida aquando da visita régia de 1901 e vereador da Câmara Municipal de Angra (1902-1904). Era grande produtor de vinhos em Santa Cruz da Graciosa.
- 54 Maria Francisca de Ornelas Bruges Brito do Rio (Angra do Heroísmo, 31 de março de 1856 — Angra do Heroísmo, 2 de março de 1939), filha do 1.º conde da Praia, casou em 1873 com Henrique de Menezes Brito do Rio, grande proprietário e recebedor da comarca de Angra. O marido falecera em 13 de abril de 1882, pelo que à data da visita régia era viúva.
- 55 Maria Teresa Sanches Franco de Lima (Angra do Heroísmo, c. 1865 — Angra do Heroísmo, 11 de janeiro de 1957), filha do grande comerciante angrense Gregório Carlos Sanches Franco (Sé, 1843 — Sé, 29 de setembro de 1887), vice-cônsul do Paraguai e membro destacado do Partido Regenerador. Casou com o publicista José Maria Coelho de Lima. Com Adelaide da Costa, bordou um biombo em seda que foi oferecido à rainha D. Amélia pelas senhoras protetoras do Asilo da Infância Desvalida.
- 56 Adelaide da Costa (—), com Maria Teresa Sanches Franco de Lima, bordou um biombo em seda que foi oferecido à rainha D. Amélia pelas senhoras protetoras do Asilo da Infância Desvalida.
- 57 Hoje a Rua do Palácio.
- 58 José da Rosa Silveira (—), de Santo Amaro, ilha do Pico, pai de uma criança que esteve na receção aos reis.

-
- 59 Henrique Ferreira de Oliveira Brás (Angra do Heroísmo, 9 de fevereiro de 1884 — Furnas, 11 de agosto de 1947), advogado, jornalista, político e historiógrafo, que se notabilizou na vida forense e na atividade política no Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo. Foi o primeiro governador civil após a implantação da República, governando o distrito de 1910 a 1912, sendo posteriormente eleito deputado e senador ao Congresso da República. Também teve importante participação na governação autárquica, presidindo à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e à Junta Geral do distrito. Ficou conhecido pelos seus dotes de orador e foi sócio fundador do Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- 60 Carlos Augusto Mendes Franco (Angra do Heroísmo, 21 de setembro de 1841 — Angra do Heroísmo, c. 1910), amanuense da Câmara Municipal e da Santa Casa da Misericórdia de Angra, e fotógrafo profissional (Photographia Terceirense e Foto Angrense). Foi premiado com a medalha de ouro na exposição realizada na cidade de Ponta Delgada por ocasião da visita régia (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IV. p. 553). Em Angra do Heroísmo ofereceu em mão própria ao rei D. Carlos uma fotografia panorâmica da costa sul da Terceira, desde a Ponta de São Mateus até à Baía da Salga (tirada do Monte Brasil).
- 61 Cândido Luís de Melo (Porto Judeu, 3 de fevereiro de 1866 — Angra do Heroísmo, 3 de dezembro de 1936), professor de instrução primária elementar e professor interino da Escola Distrital de Angra do Heroísmo. Notabilizou-se como poeta e cantor lírico amador.
- 62 Cândido Luís de Melo, Volitos. Angra do Heroísmo, Minerva de Manuel de Sousa Ribeiro, 1901 (com prefácio de *Mendo Bem*).
- 63 Queda, sem consequências graves; trambolhão.
- 64 Bernardo Pinheiro Correia de Melo (Guimarães, 27 de maio de 1855 — Vila Nova de Famalicão, 21 de maio de 1911), 1.º conde de Arnoso, também conhecido pelo pseudónimo literário Bernardo de Pindela, oficial de engenharia do Exército, jornalista e escritor. Exerceu as funções de oficial-às-ordens e secretário pessoal do rei D. Carlos e foi par do reino. Membro do grupo de intelectuais conhecido pelos Vencidos da Vida, é autor de várias obras, incluindo o relato de uma viagem à China e ao Japão e algumas peças para teatro. Deixou importante colaboração na imprensa periódica.
- 65 Não se conhece a publicação.
- 66 José Francisco Aurora (Santa Luzia (lugar do Posto Santo), 29 de fevereiro de 1840 — d. 1902), filho de Manuel José da Cunha, abastado lavrador e ganadeiro do Posto Santo.
- 67 Catarina Pamplona Corte-Real (Angra do Heroísmo, 21 de julho de 1846 — Castro Daire, c. 1915), benemerita que se distinguiu pela disponibilização de vultosos donativos, incluindo o imóvel onde funcionou a Escola Industrial e Comercial de Angra do Heroísmo, sita na Ladeira de São Francisco. Foi casada com João Tomás Teixeira, um abastado comerciante e político da cidade de Angra do Heroísmo, a cuja Câmara Municipal presidiu. Foi feita baronesa de Teixeira, por decreto de 22 de julho de 1901 (na sequência da visita régia aos Açores), em remuneração das suas muitas benemerências. Em 1910, aos 63 anos de idade, casou em segundas núpcias com o juiz António Cândido de Oliveira Figueiredo, natural de Castro Daire, onde o casal se fixou e onde viria a falecer (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 146).
- 68 Maria dos Anjos da Silva (Conceição (Ribeira Grande), c. 1879 —), natural da Ribeira Grande, era em 1901 esposa de Ciríaco Tavares da Silva, o diretor da Escola de Desenho Industrial de Angra do Heroísmo. Ciríaco fora anteriormente casado com Violante Margarida de Almeida Borges (Angra do Heroísmo (São Pedro), 27 de julho de 1837 — Biscoitos, 3 de janeiro de 1894), filha do controverso morgado Francisco de Almeida Tavares do Canto, com quem tinha casado em 13 de maio de 1889, na paroquial da Conceição de Angra do Heroísmo, quando a nubente era viúva de Mateus Borges do Canto e tinha, à data do casamento, 51 anos de idade, enquanto o noivo tinha apenas 27 anos.
- 69 Abraham Abohbot (Lisboa, 29 de julho de 1871 — Angra do Heroísmo, 13 de outubro de 1959), desenhador na Direção de Obras Públicas da Junta Geral, foi pintor e decorador, autor de diversas obras de vitrais e de mobiliário e decoração de espaços nobres de edifícios públicos e igrejas. Também se dedicou à arquitetura, sendo o autor do projeto de diversos imóveis da cidade de Angra do Heroísmo, com destaque para os vitrais dos Paços do Concelho e para arquitetura da Ermida de Nossa Senhora da Saúde sita à Praça Velha.
- 70 José Luís de Sequeira (Angra do Heroísmo, 23 de abril de 1853 — Angra do Heroísmo, 13 de janeiro de 1930), grande proprietário, lavrador e industrial de laticínios. Foi um destacado membro e dirigente do Partido Progressista na Terceira e em São Jorge, abandonando definitivamente a política após a revolução republicana, por se manter fiel aos seus ideais monárquicos. Foi procurador à Junta Geral, vereador da Câmara Municipal de Angra e membro da Comissão Distrital (1899). Aquando da sua morte *A União*, na sua edição de 3 de outubro de 1933 publicou um artigo necrológico que refere: «Quando em 1901 os Reis de Portugal visitaram esta ilha, foi José Sequeira a alma de um dos melhores números das festas, a Revista Pecuária, realizada nas suas propriedades do Paul e que deixou as melhores impressões. Em sinal de reconhecimento pelos serviços prestados à agricultura terceirense foi, por essa ocasião, agraciado com a comenda do Mérito Agrícola e D. Carlos ofereceu-lhe um lindo casal de gado Jersey.» (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, pp. 663-665).
- 71 *Clou* (francês: *prego, cravo*; do latim: *clavus*), o principal ponto de interesse ou atração de um evento ou festa.
- 72 Rafael Augusto Prostes Bordallo Pinheiro (Lisboa 21 de março de 1846 — Lisboa, 23 de janeiro de 1905), artista multifacetado, precursor do cartaz artístico em Portugal, desenhador, aquarelista, ilustrador, decorador, caricaturista político e social, jornalista, ceramista e professor. O seu nome está intimamente ligado à caricatura portuguesa, à qual deu um grande impulso, imprimindo-lhe um estilo próprio que a levou a uma qualidade nunca atingida. É o autor da representação popular do Zé Povinho, que se veio a tornar num símbolo do povo português.
- 73 A ganadaria Manuel Corvelo Soares & Irmão (os irmãos *Chorica*) da freguesia da Terra Chã.

-
- 74 Francisco de Paula de Barcelos Machado de Bettencourt (Angra do Heroísmo, 14 de setembro de 1831 — Angra do Heroísmo, 19 de abril de 1907), grande proprietário e político. Fidalgo Cavaleiro da Casa Real por alvará de 28 de abril de 1868, foi agraciado com a Comenda da Ordem de Isabel a Católica. Latifundiário com terras principalmente nos Cinco Picos, incluindo a área onde se situa a Lagoa do Ginjal, dedicou-se à criação de gado de leite, mas manteve uma afamada ganadaria, fornecedora de gado bravo para as praças de toiros e para as touradas à corda.
- 75 João Luís Toste Parreira (Ribeirinha, 6 de março de 1839 — Ribeirinha, d. 1902), lavrador e grande proprietário rural na Serra da Ribeirinha, criador de gado bravo, famoso pelos seus touros para corda. O negócio foi continuado pelo seu filho homónimo, nascido na Ribeirinha em 1870 e ali falecido em 1947.
- 76 Pedro Parreira de Lima (Angra do Heroísmo, 13 de agosto de 1855 — Vila Nova, 5 de fevereiro de 1933), grande proprietário rural e criador de gado bravo.
- 77 João Machado de Ávila (—), terceirense, grande criador de gado bovino e ganadeiro das touradas à corda.
- 78 Félix Machado de Barcelos (Santa Bárbara — Angra do Heroísmo, 21 de dezembro de 1926), filho de João Machado de Barcelos e de Maria do Rosário, foi abastado lavrador (um dos 40 maiores contribuintes do concelho de Angra) e criador de gado bravo. Organizou farras com grande ostentação, tentando atrair público à atividade (cf.: Luís da Silva Ribeiro, «O pastoreio na ilha Terceira», *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. I (1943), pp. 110-122).
- 79 José Pacheco Ormonde (Porto Judeu, 26 de março de 1850 —), criador de gado de leite e gado bravo e industrial de laticínios. Era sócio-gerente da firma *José Pacheco Ormonde & Miguel Coelho*, com sede na Rua de Jesus, em Angra, produtora de manteigas.
- 80 Francisco de Paula Rego (Lajes, 24 de novembro de 1861 — Lisboa, 17 de maio de 1935), grande proprietário rural e ganadeiro.
- 81 A ganadaria *Pedro de Menezes Parreira & Irmão*, constituída por Pedro de Menezes Parreira e seu irmão José de Menezes Parreira (1847-1922), teve grande destaque na agropecuária terceirense. Para além do gado bravo, teve um grande efetivo de vacas leiteiras, dando impulso à nascente indústria de laticínios terceirense.
- 82 Sebastião Eduardo Pereira da Silva de Sousa e Menezes (Porto, 27 de março de 1855 — Lisboa, 11 de dezembro de 1934), conde de Tarouca (*jure uxoris*) pelo seu casamento com a 12.^a condessa de Tarouca, Eugénia Teles da Silva Caminha e Menezes, dama da rainha D. Amélia. Foi oficial-mor e estribeiro-mor do rei D. Carlos e exerceu as funções de par-do-reino.
- 83 Atente-se que entre os vinhos não consta o dos Biscoitos, mas apenas o Graciosa, o Candelária tinto (Pico) e o Casteletes (Urzelina, São Jorge), este último hoje desaparecido.
- 84 *Andaia* (nas grafias mais antigas *andaya*) é um licor típico da ilha Graciosa, obtido a partir da retificação em alambique de fogo direto de aguardente, preferencialmente preparada por destilação de um vinho tinto de boa qualidade, durante a qual se suspende do fundo da caldeira um saco de pano ralo ou serapilheira contendo extrato de cidra (*Citrus medica*), canela em casca e erva doce (cf.: Nuno Santos Costa, «A Andaia», in *Revista Verdelho*, Confraria do Vinho Verdelho, Biscoitos, 1997).
- 85 Maria Adelaide de Barcelos Bettencourt Carvalhal (Angra do Heroísmo, 5 de janeiro de 1851 — Angra do Heroísmo, 20 de janeiro de 1930), esposa de José Pimentel Homem de Noronha, presidente da Câmara Municipal de Angra de 2 de janeiro a 12 de dezembro de 1899 e de 21 de novembro de 1900 a 8 de setembro de 1901 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. I, p. 584).
- 86 D. Dinis de Portugal (Lisboa, 9 de outubro de 1261 — Santarém, 7 de janeiro de 1325), o Lavrador, foi rei de Portugal e do Algarve de 1279 até falecer. Filho mais velho do rei D. Afonso III de Portugal e sua segunda esposa D. Beatriz de Castela, foi grande amante das artes e letras que cultivou as cantigas de amigo e a sátira, contribuindo para o desenvolvimento da poesia trovadoresca na Península Ibérica. Terá sido o primeiro monarca português verdadeiramente alfabetizado, tendo assinado sempre com o nome completo.
- 87 O *cão-de-fila*, também conhecido por *cão-das-vacas*, é tipo de cão boieiro pertencente a uma raça na atualidade considerada autóctone da ilha de São Miguel, mas cuja história está ligada à do *cão-de-fila* da Terceira, hoje desaparecido. Existem referências ao cão-de-fila a partir do início do século XIX.
- 88 A Sociedade Filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha foi fundada a 1 de maio de 1889, chamando-se então Harmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha, tendo como padroeira Nossa Senhora do Rosário. A sua sede foi inaugurada a 17 de outubro 1896, junto à igreja de São Pedro da Ribeirinha. Mais tarde, em 1977, alterou os estatutos e passou a chamar-se Sociedade Filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha, nome que desde sempre tinha usado.
- 89 O visconde da Agualva era Jacinto Carlos da Silva.
- 90 Henrique Pereira (—), militar do Exército. Em 1901, com o posto de tenente, acompanhou a visita régia.
- 91 Álvaro Forjaz de Lacerda (Angra do Heroísmo (Sé), 2 de março de 1877 — São Mateus da Calheta, 28 de abril de 1927), de seu nome completo Álvaro Pereira de Sampaio e Melo Forjaz de Lacerda, proprietário e vereador da Câmara de Angra. Foi uma das personalidades que integraram a comissão local encarregada de preparar a recepção ao rei D. Carlos e sua comitiva.
- 92 José Maria Coelho de Lima (Angra do Heroísmo (Conceição), 29 de fevereiro de 1864 — Angra do Heroísmo, d. 1957), funcionário da Direção de Finanças de Angra e da agência do Banco de Portugal, fundador e redator do jornal «*O Liberal*», proprietário e editor da revista mensal «*A Luz da Verdade*» (1908), cofundador da Cozinha Económica Angrense, diretor do Club Popular Angrense e membro da Junta da Paróquia da Conceição (cf.:

- 93 Alfredo Monteiro de Castro (Angra do Heroísmo, 2 de janeiro de 1863 — Angra do Heroísmo, 27 de agosto de 1937), agente do Banco de Portugal e figura destacada da sociedade angrense, foi procurador à Junta Geral do distrito, em 1901. Praticante do espiritismo, distinguiu-se como benemérito, auxiliando direta e discretamente muitos dos seus concidadãos mais necessitados. Após o falecimento, a Câmara Municipal mandou descerrar uma lápide na sua residência, assinalando a sua benemerência.
- 94 Manuel de Sousa Ribeiro (Angra do Heroísmo, 1865 — Angra do Heroísmo, c. 1930), guarda da biblioteca do Liceu de Angra e proprietário de uma loja de encadernações e tipografia a que estava associada a casa editora Minerva, na rua Direita, junto à igreja da Misericórdia, muito utilizada pela intelectualidade açoriana da época e cuja chancela aparece em dezenas de publicações. Era filho de João de Sousa Ribeiro Jr., jornalista do semanário *O Angrense*, órgão do Partido Progressista, músico amador e um dos fundadores da Filarmónica Recreio dos Artistas.
- 95 As «*marchas aux flambeaux*» eram marchas noturnas realizadas com archotes acesos ou, mais frequentemente, com balões iluminados por uma vela ou lanternas venezianas transportadas pelos participantes.
- 96 Filipe Malaquias de Lemos (Castelo Branco, 19 de novembro de 1848 — Madrid, 9 de fevereiro de 1912), coronel de Cavalaria, ajudante de campo do rei D. Carlos e posteriormente comandante-geral das Guardas Municipais de Lisboa (1902-1910), cargo de que foi exonerado aquando da implantação da República, tendo falecido exilado em Madrid (cf.: «O coronel Malaquias de Lemos e a revolução de 5 de outubro», in *Estudos de Castelo Branco: Revista de História e Cultura*, n.º 14, outubro de 1964, pp. 5-72. Castelo Branco).

Capítulo XLV

Exposição em São Miguel, secção do Distrito de Angra. A El-Rei.

Expositores premiados. Telegramas

Seguiram Suas Majestades para a ilha de São Miguel, a mais rica e importante do Arquipélago Açoriano, e o último ponto destinado para completar a visita.

Os micaelenses, sempre ativos e laboriosos, promoveram uma exposição interinsular,¹ solicitando de El-Rei a honra de presidir à inauguração daquele torneio de indústria, artes e ciências.

Convidados os habitantes do Distrito de Angra do Heroísmo a concorrerem àquele certame do trabalho, a Junta Geral deste distrito nomeou uma comissão composta dos terceirenses António de Amorim Pires Toste, Ildefonso Borges² e Alfredo Luís Campos, para tratar de tão momentoso assunto.

Uma comissão, composta de ilustres damas terceirenses, as ex.^{mas} sr.^{as} D. Maria Guilhermina de Bettencourt Mesquita [Pimentel], D. Palmira Ema de Noronha Bruges,³ D. Carlota Rocha de Barcelos Coelho Vieira Ribeiro,⁴ D. Ignez Evelina Menezes Meyreles Pamplona,⁵ D. Elvira Avelar Borges de Ávila,⁶ D. Maria Teresa Sanches Franco e Lima,⁷ D. Lucinda Amélia Noronha⁸ e D. Maria da Ascensão Mesquita Pimentel,⁹ endereçou às damas uma carta, solicitando-lhes o seu concurso à exposição.

Foi curto o espaço de tempo para se preparar uma representação valiosa, como todos bem desejavam, contudo, como a boa vontade pode muito, os produtos apresentados, para os quais a respeitável comissão micaelense, presidida pelo ilustrado professor, talentoso advogado e notável orador, sr. dr. Aristides da Mota, destinou uma boa parte de um dos elegantes e belos pavilhões da exposição, mereceram elogios de todos os que os examinaram.

A exposição foi inaugurada no dia 5 de julho de 1901, e tendo a ilustre Junta Geral concedido a honra de nos nomear seu delegado naquele civilizador certame, tomámos a ousadia de dar publicidade, no importante e ilustrado jornal micaelense, o *Diário dos Açores*,¹⁰ do que passamos a arquivar dirigido a El-Rei:

«Senhor! — O alvorecer de século XX apresenta para a história do Arquipélago Açoriano um acontecimento tão assinalado, de tanta magnitude, que não pode deixar de ser considerado como precursor de épocas de felicidade.

É a afortunada visita de Vossa Majestade e de Sua Augusta Esposa e Excelsa Rainha, a estas terras genuinamente portuguesas, tornando bem visível ao mundo que no oceano Atlântico existem nove preciosas joias da Coroa de Portugal, e que os seus habitantes prestam leal e sincera vassalagem aos Seus bem-amados Soberanos, curvando-se reverentes ante as suas Reais Pessoas, aclamando-os entusiasticamente com vivas demonstrações de afeto.

Somos devotadamente portugueses, Senhor, e a nossa lealdade nunca desmentida à Pátria e a El-Rei bem alto o proclama.

De nove formosos rochedos se compõe o nosso arquipélago, que o mar separa, mas pela Pátria, pelo Rei e pela Liberdade, somos todos por um e um por todos.

Separa-nos o mar, que muitas vezes afronta enraivecido as baías, enseadas e costas destes formosos rochedos, mas a sua fúria torna-se impotente. Os rochedos permanecem firmes, não se assustam do bramido do oceano, não tremem diante dos seus terríveis furores nem perante a descomunalidade das suas ondas.

Assim sucede aos seus habitantes, sempre firmes, inabaláveis na sua lealdade, no seu sentir, nas suas crenças

Pátria, Rei e Liberdade¹¹ constituem para os açorianos um trio santo, imutável. Ordem, civilização e progresso, a divisa de honra que muito prezam e amam.

Por isso, no meio das suas festas, em homenagem aos Monarcas portugueses, modelos de reis constitucionais, os habitantes desta cidade de Ponta Delgada, a mais rica e opulenta das do arquipélago, convidaram

os seus irmãos das restantes oito ilhas a patentear em certame civilizador, os produtos do seu trabalho em todas as suas manifestações.

E foi sob a afortunada e Real Presidência de Vossa Majestade, que se inaugurou este tão civilizador certame.

Não apresenta ele, pelo menos na parte que diz respeito ao distrito de Angra do Heroísmo, que humildemente represento como delegado da Junta Geral, a riqueza, o fausto, a grandeza e importância, que seriam para desejar, e a que a Alta e Real presença de Vossa Majestade tinha jus, mas tem na sua pobreza a representação da boa vontade de quem pouco pode e possui, tem a animá-lo a esperança de que este acontecimento extraordinário, magnífico, da visita dos nossos Reis, ocasionará o percorrer por sobre estes povos um sopro vivificador do renascimento das artes e indústrias no Arquipélago Açoriano.

E a Vossa Majestade, protetor solícito das artes, a Vossa Majestade que possui o segredo de avassalar a si o povo de que é Rei, e a Sua idolatrada Esposa, Mãe extremosa de Príncipes e Rainha nossa por Deus concedida a este reino como Excelsa mensageira da caridade, para dar conforto aos famintos e aos que sofrem no leito da doença, transformando a miséria a dor em sorrisos de esperança e de felicidade, confesso com o mais acrisolado respeito, no meu humilde nome e no do distrito que represento, o reconhecimento profundo, indelével, pela elevada honra concedida em tornarem grande, valioso, com as suas Reais presenças, o que é tão modesto e humilde.

E curvando-me reverente ante as Egrégias Pessoas de Vossas Majestades, imploro respeitosamente, confiante na magnanimidade do seu formosíssimo coração, a graça do perdão para a ousadia do que hei exposto, fazendo sinceros votos pelas prosperidades de toda a Augusta Família Real, para felicidade da Pátria Portuguesa. — Ponta Delgada, 6 de julho de 1901. — O terceirense, Alfredo Luís Campos.»

Finda a exposição, e no desempenho do mandato que nos foi conferido, tomámos a liberdade de remeter a Suas Majestades os objetos ofertados por vários expositores, pelo que recebemos as seguintes honrosas cartas:

*

Real Paço das Necessidades — Lisboa, 10 de setembro de 1901 — Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Tendo o Veador de Sua Majestade a Rainha entregue a Sua Majestade El-Rei os objetos, que por intermédio de V. Ex.^a recebeu, Sua Majestade El-Rei, meu Augusto Amo, ordena-me para de novo os agradecer aos considerados oferentes, pedindo eu a V. Ex.^a o favor de comunicar-lhes para conhecimento. — De V. Ex.^a At.^o Vd.^{or} e Obg.^{do} — Conde de Arnoso.

*

Paço da Pena, 19 de setembro de 1901. — Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Sua Majestade a Rainha ordena-me que comunique a V. Ex.^a, que muito penhorada ficou pelo oferecimento que V. Ex.^a, como delegado da Junta Geral do distrito de Angra do Heroísmo, na exposição que teve lugar em Ponta Delgada, de uns trabalhos terceirenses, que muito agradável foi para Sua Majestade recebê-los, que muito apreciou, e que quer que muito agradeça a V. Ex.^a. É uma lembrança para Sua Majestade da sua visita à ilha Terceira, da qual conserva e sempre conservará a melhor e mais grata recordação; muitas vezes por Sua Majestade é lembrada essa visita, e sempre dela falando com gratidão e saudade. — Com toda a consideração sou — De V. Ex.^a Vd.^{or} e Obg.^{do} — Conde da Ribeira Grande, Veador ao Serviço.

*

Foram 152 os expositores premiados no distrito, sendo 31 com medalha de ouro: Terceira 25, Graciosa 4, e São Jorge 2; com medalha de prata 44: Terceira 38, e Graciosa 5; com medalha de cobre 82: Terceira 75, Graciosa 4, São Jorge 3.

Os telegramas referentes à exposição foram:

*

Ponta Delgada, 5 de julho. — Governador civil — Angra. — Calorosa entusiástica receção Majestades, grandiosa concorrência, exposição admirável, distrito de Angra instalação separada colocação artística produtos. Rainha elogiou tecidos, bordados, trabalho vimes, presidente comissão felicitou representante Junta boa compreensão bom êxito distrito. Emídio,¹² Sotto Maior,¹³ Alcampos¹⁴ solicitaram Majestade Rainha graça oferta produtos nome Junta. — Governador civil.

*

Tendo Sua Majestade El-Rei apreciado muito o primoroso trabalho em alto relevo de um filtro de água,¹⁵ trabalho do hábil artista sr. Sá e Silva¹⁶, exposto pelo digno negociante sr. António Pedro Simões¹⁷, e sendo-lhes isto comunicado, pediram para que o filtro fosse ofertado a El-Rei. O sr. governador civil recebeu o seguinte telegrama:

— Sua Majestade El-Rei meu Augusto Amo pede e diz agradeça em nome de Sua Majestade a Manuel de Sá e Silva e António Pedro Simões a oferta do lindo filtro que fizeram a Sua Majestade e que muito apreciou. — Conde de Arnoso.

*

— Em nome Sá e Silva, Pedro Simões e meu agradeço muito reconhecido a honra que Sua Majestade El-Rei se dignou conceder aceitando a humilde oferta daqueles e respetiva comunicação de V. Ex.^a — Governador civil.

*

— Suas Majestades aceitam e agradecem a oferta do filtro em alto relevo, produto Manuel de Sá e Silva, exposto por António Pedro Simões. — Hintze Ribeiro.

*

— Sá e Silva, António Pedro Simões e eu agradecemos penhoradíssimos a honrosa comunicação por parte de Sua Majestade El-Rei da humilde oferta daqueles — Governador civil.

- 1 «Exposição Insulana», oficialmente «Exposição das Indústrias, Artes e Ciências e Feira Franca», foi um certame realizada no Relvão (ao tempo Alameda da Liberdade), em Ponta Delgada, por ocasião da visita régia à ilha de São Miguel. Foi realizado por uma comissão organizadora, presidida pelo dr. Aristides Moreira da Motta, que procurou patentear as potencialidades económicas de São Miguel e das outras ilhas, apresentando os melhores produtos locais: agrícolas, artesanais e fabris (cf.: Susana Serpa Silva, «Achegas para outras leituras da visita régia ao arquipélago dos Açores», in «A Visita Régia, 1901-2001», *Insulana*, vol. LVII (2001), pp. 24-25. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2001).
- 2 Ildefonso Borges (Santa Cruz da Graciosa, 14 de outubro de 1864 — Lisboa, 26 de setembro de 1942), médico veterinário e agrônomo, formado no Instituto de Agronomia e Veterinária, onde durante os estudos mereceu a atribuição de três prémios honoríficos e quatro diplomas de «*accessit*». Exerceu os cargos de fiscal sanitário da Câmara de Lisboa, veterinário da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, chefe de serviço do Instituto da Agronomia e Veterinária, intendente de pecuária de Angra do Heroísmo, assistente do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, diretor interino da Estação Zootécnica Nacional e professor catedrático de Parasitologia e de Patologia na Escola Superior de Medicina Veterinária. Foi autor de uma vasta e importante obra de investigação das suas especialidades, sendo alguns desses trabalhos feitos de colaboração com outro distinto açoriano, o Professor Aníbal de Bettencourt (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. II, p. 346).
- 3 Palmira Ema da Costa Noronha Bruges (Angra do Heroísmo 15 de novembro de 1863 — Angra do Heroísmo, 15 de agosto de 1950), filha de Francisco Ludovino Homem da Costa Noronha, oficial do Exército. Casou em 15 de novembro de 1888 com seu primo Teotónio Octávio de Ornelas Bruges, o 3.º visconde de Bruges.
- 4 Carlota Rocha de Barcelos Coelho Vieira Ribeiro (Angra do Heroísmo, 23 de janeiro de 1872 — Lisboa, 28 de fevereiro de 1941), de seu nome completo Carlota Augusta da Purificação da Rocha de Barcelos Coelho Borges, filha de Manuel Basílio Coelho Borges Rocha, advogado de provisão, membro do Partido Regenerador, vereador da Câmara de Angra, vogal da Junta Geral, e agente consular dos Estados Pontifícios na ilha Terceira, para além de comerciante e agente de seguros. Casou na Sé de Angra a 14 de junho de 1890 com o Domingos José Vieira Ribeiro (Chaves, 24 de julho de 1861 — Ponte da Barca, 29 de outubro de 1943), magistrado que terminou a sua carreira como presidente do Supremo Tribunal de Justiça.
- 5 Inês Evelina Menezes Meireles Pamplona (Angra do Heroísmo, 28 de novembro de 1853 — Angra do Heroísmo, d. 1909), ou Inês Evelina de Menezes e Mendonça, filha de Joaquim António de Mendonça e Menezes, rico negociante de açúcar no Brasil, e de Inês Joaquina de São José Alves Mateus. Seu pai, regressado à Terceira, comprou para residência familiar a casa do famoso caudilho miguelista, o morgado Francisco de Almeida Tavares do Canto, na Rua da Sé, tendo exercido as funções de vice-cônsul do Brasil. Casou na Sé, a 18 de novembro de 1884, com Joaquim Meireles Pamplona (Angra do Heroísmo (Sé), 10 de julho de 1851 — Angra do Heroísmo (Sé), 2 de outubro de 1909), contador e distribuidor do Juízo de Direito de Angra e amanuense do Asilo da Infância Desvalida.
- 6 Elvira Avelar Borges de Ávila (Lisboa, 1881 — Angra do Heroísmo), ou Elvira Aurora Avelar, filha do picoense Manuel Severino Soares de Avelar (Madalena do Pico, c. 1846 — Angra do Heroísmo (Sé), 27 de dezembro de 1890), proprietário e negociante estabelecido em Angra, e de Rosa Severino de Avelar. Casou na Terra Chã, tendo 18 anos de idade, a 2 de dezembro de 1899, com Emílio Borges de Ávila, comerciante com uma grande loja de fazendas na Rua da Sé. Depois de divorciada, casou com João Guiod de Castro, comerciante em Angra.
- 7 Maria Teresa Sanches Franco e Lima (Angra do Heroísmo, c. 1865 — Angra do Heroísmo (Conceição), 11 de janeiro de 1957), esposa de José Maria Coelho de Lima. Foi filha do grande comerciante angrense Gregório Carlos Sanches Franco (1843 — 1887), vice-cônsul do Paraguai e membro destacado do Partido Regenerador.
- 8 Lucinda Amélia Noronha (Ponta Delgada, 22 de junho de 1856 — Angra do Heroísmo), nasceu na ilha de São Miguel, de pais terceirenses, filha do então tenente Francisco Ludovino Homem da Costa Noronha, natural da Praia da Vitória, e de Lucinda Cornélia Drummond, e por isso irmã de Palmira Ema da Costa Noronha Bruges. Faleceu solteira (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 501).
- 9 Maria da Ascensão Mesquita Pimentel (Angra do Heroísmo, 24 de maio de 1876 — Arlington, Massachusetts, 1943), filha de Manuel Maria de Mesquita Pimentel, que havia seguido a carreira militar e, segundo a tradição, teria sido um dos mais exímios jogadores do pau da Terceira, e de D. Custódia Libânia de Simas e Cunha. Emigrou para os Estados Unidos alguns anos depois de ter casado em São Mateus a 23 de maio de 1907 com o luso-americano Felisberto da Silveira Jacinto (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 153).
- 10 *Diário dos Açores* é um periódico editado em Ponta Delgada, com primeira edição a 5 de fevereiro de 1870. Foi seu fundador e primeiro editor Manuel Augusto Tavares de Resende (1849 — 1892).
- 11 «*Pátria, Rei e Liberdade*» foi o lema do movimento que ficaria conhecido por «*liberalismo católico*» cujas bases ideológicas se inspiraram no *Zentrumspartei* (o *Partido do Centro*) e nos movimentos católicos alemães que se opunham a Otto von Bismarck no período da *Kulturkampf*. O moto teve notável expansão entre os católicos portugueses após o artigo do padre José Vitorino Pinto de Carvalho intitulado «*Projecto de Programa para a Organização do Partido Católico*» publicado na edição de 23 de novembro de 1878 do periódico *A Palavra*.
- 12 «*Emídio*» é Emídio Lino da Silva Júnior.
- 13 «*Sotto Maior*» é Félix José da Costa Sotto Mayor.
- 14 «*Alcampos*» é Alfredo Luís Campos.
- 15 Os filtros de água do tipo «*pedra filtrante*», em geral manufaturados com rocha vulcânica porosa (frequentemente ignimbritos ou traquitos), permitiam uma filtragem eficaz, embora lenta, da água para beber. Foram produzidos em França e depois em diversas regiões, sendo comum a exportação para as regiões tropicais

onde a qualidade microbiológica da água era um risco para a saúde. Na Terceira, estes filtros estiveram localmente em voga a partir da década de 1880, subsistindo o seu uso até às primeiras décadas do século XX. O equipamento, com um formato exterior quadrangular ou arredondado, tinha um depósito, ou pia, escavado no centro onde se colocava a água, que a partir daí era lentamente filtrada, gota a gota, para um recipiente, em geral uma bilha cerâmica, colocado debaixo. Instalados em suportes de madeira ou ferro forjado, os filtros com as respetivas bilhas tornaram-se equipamentos domésticos comuns, indispensáveis, principalmente, nos lares da comunidade açoriana no Brasil. A produção e exportação de filtros de água deu lugar, a partir de meados da década de 1880, a uma bem-sucedida indústria artesanal local, usando ignimbritos das Lajes e alguns traquitos cinzentos, que tinha na firma *Basílio Simões*, de Angra do Heroísmo, o exportador, e em Eduardo da Silva Ribeiro, comerciante sediado no Rio de Janeiro, o representante no Brasil. Pese embora o êxito inicial, no final da década de 1910 tal produção já estava extinta.

- 16 Manuel de Sá e Silva (Paços de Brandão, 1852 — Califórnia, 1932), artista multifacetado que se dedicou à fotografia, mas que também trabalhou como escultor, relojoeiro, ourives, pintor e violeiro. Foi dono do estúdio fotográfico «*Photographia Angrense*». Oriundo de uma família ligada à *Fábrica de Papel do Prado*, foi convidado por um grupo de capitalistas terceirenses para montar a fábrica de papel da Terceira, cuja direção assegurou enquanto funcionou. Foi viver para Boston em 1920, tendo permanecido durante alguns anos naquela cidade, onde casou a sua filha e lhe nasceu a primeira neta. Regressou à Terceira em meados de 1925, mas viria a falecer na Califórnia, onde se encontrava de visita a seus filhos (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 577).
- 17 António Pedro Simões (Ericeira, 25 de setembro de 1834 — Angra do Heroísmo, 13 de março de 1909), capitão de navios, proprietário do navio «*Flor de Angra*», comerciante estabelecido na Rua Direita. Foi um dos fundadores da Caixa Económica da Misericórdia de Angra e Presidente da Direção da Caixa Económica do Montepio Terceirense. Quando faleceu, o diário «*A União*» (edição n.º 4489, de 13 de março de 1909) publicou a sua fotografia, com a notícia necrológica (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IX, pp. 143-145).

Capítulo XLVI

Carta régia concedendo à Câmara Municipal da Muito Nobre, Leal e Sempre Constante Cidade de Angra do Heroísmo as armas e a grã-cruz da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito

«São as cidades como as famílias: enobrecem-se estas com as imagens dos seus maiores, ilustram-se aquelas com a memória dos seus filhos beneméritos. A família é uma cidade ostentando muitas vezes às suas portas as estátuas dos seus cidadãos; a cidade é uma família nobilíssima, que enumera quase sempre uma série respeitável de membros gloriosos. Tinham as famílias antigas nos seus átrios, as modernas nas suas salas, os retratos dos seus nobres antepassados; as cidades, umas vezes nas suas praças, outras nos seus templos, e sempre nos fastos da sua história, conservam os monumentos dos que as honraram com ações ilustres».^a

Assim, no decorrer desta despretensiosa memória, em homenagem a El-Rei o Senhor D. Carlos I e a sua Virtuosa Esposa, a Rainha a Senhora D. Maria Amélia, procurámos nos fastos da história, em especial os nomes dos filhos do distrito de Angra do Heroísmo, que o honraram com suas ações ilustres.

Não lhes realçámos suas ilustres ações com artificiosos louvores; temos a consciência de que escrevemos só a verdade, colhida nas investigações a que procedemos, nem o contrário nos cumpria fazer, nem éramos disso capazes. E de que serviriam artificiosos louvores?

«Têm os homens grandes, — disse o notável escritor acima referido,¹ — um condão ingénito, que deriva da sua própria grandeza, avulta onde quer que apareçam; a sua biografia é um capítulo da história, ou antes cada capítulo da história se resume num ou outro nome distinto.

É a terra portuguesa essencialmente distinta e feracíssima de varões assinalados; seus filhos em todas as épocas a têm enobrecido. Não há página da história, que não lhes narre um feito, nem povo no mundo que lhe não deva lição.»

a

Abílio Augusto da Fonseca Pinto [in *Glórias Portuguezas. Comemorações Historicas*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1884].

E sendo as terras açorianas essencialmente portuguesas, não podiam deixar de ter entre os seus filhos varões assinalados, que pelas suas façanhas, pelos seus feitos sublimados, ou pelo seu talento, levantassem perdurável monumento da sua fama. De muitos deles ficam neste livro arquivados os seus nomes com a narração dos seus feitos.

Está, pois, concluído este modesto trabalho, que bem desejávamos pudesse corresponder ao acontecimento, por tantos títulos assinalado, que lhe deu origem.

Infelizmente não corresponde, e ousado e temerário foi decerto este nosso propósito; mas à falta de merecimentos próprios, para tratar de um assunto de tanta magnitude, valha-nos para desculpa o amor patriótico, que nos levou a assim proceder.

Feita esta franca confissão, e antecédida a narrativa do sucedido na ilha Terceira, por ocasião da Visita Régia, com as referências, embora em linguagem rude, aos factos mais importantes da história terceirense, e aos feitos ilustres dos filhos beneméritos deste distrito, encerremos com chave de ouro o nosso despretenso trabalho, arquivando a Carta Régia de 12 de janeiro de 1837, brasão honroso da cidade de Angra, que a muitos desses vultos beneméritos foi berço e de todos capital.

E, cumprindo com um dever imperioso, agradecemos reconhecidos aos ilustres corpos administrativos, as dignas Junta Geral deste distrito e Câmara Municipal Angrense, a maneira patriótica como se houveram, concorrendo poderosamente para a publicação desta memória.

Eis a Carta Régia:



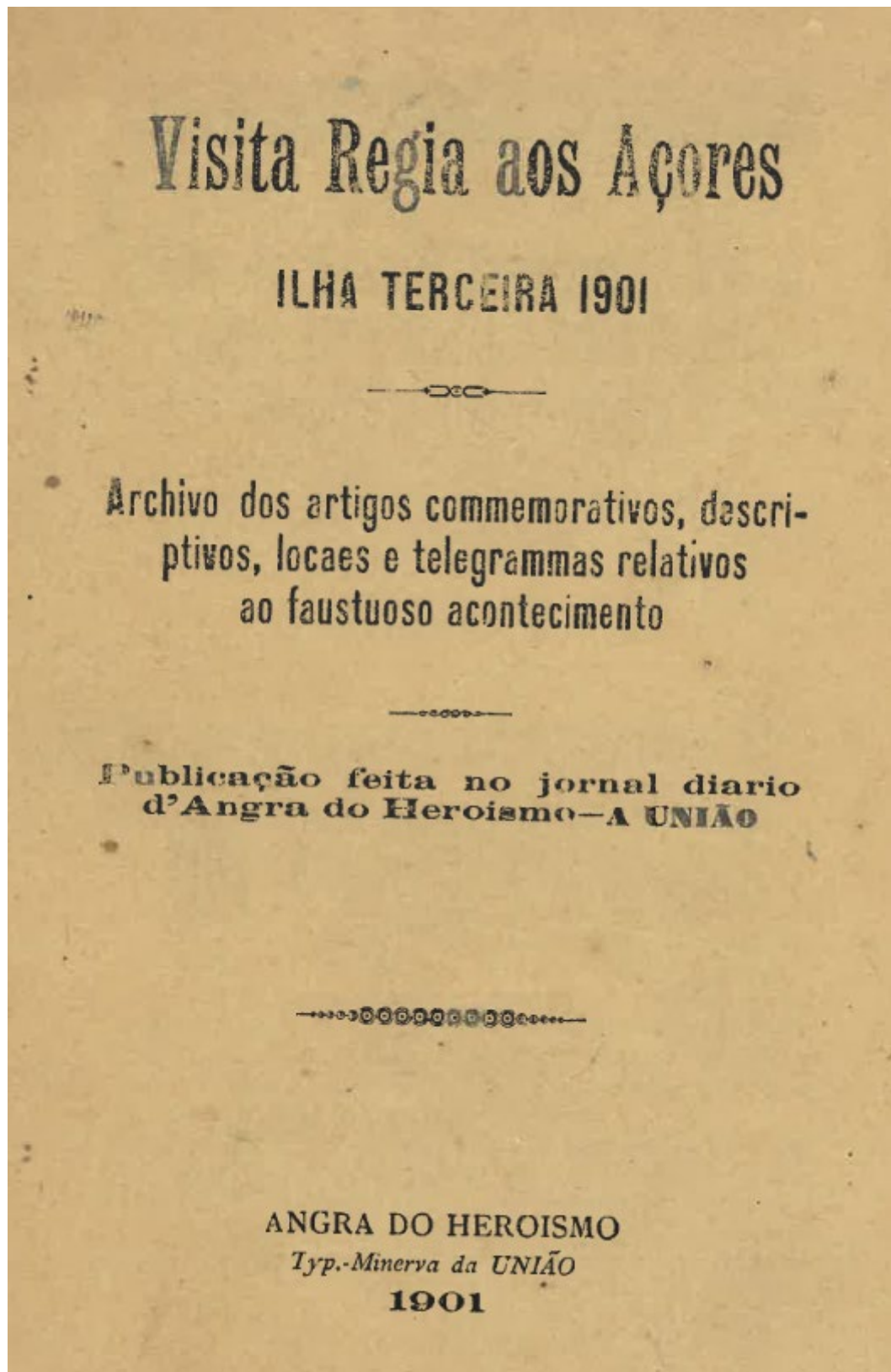
— *Presidente e Vereadores da Câmara Municipal da Muito Nobre, Leal e Sempre Constante Cidade de Angra do Heroísmo: — Eu a Rainha vos Envio muito saudar, e por vós a todos os leais habitantes da ilha Terceira, como aqueles a quem tanto devo. — Amigos: Desejando que na lembrança dos vindouros fique memória de Minha Gratidão, assim como perpetuamente há de ficar na história a dos extraordinários serviços e sacrifícios que*

à Minha Causa e à de toda a Nação Portuguesa, que é a santa causa da Liberdade e da civilização, fizeram os leais habitantes da ilha Terceira, único refúgio que em toda a vasta Monarquia Portuguesa acharam os poucos leais que, no meio da defeção de tantos, aí foram protestar por sua honra e pela do povo português, a qual tão nobremente reabilitaram depois, levando aos combates e à vitória a flor da mocidade daquela ilha, assim na reconquista do Arquipélago dos Açores, e no memorável cerco do Porto, como em todos os ilustres feitos que se fizeram até à completa restauração do Reino; por todos estes motivos, e não menos pela heroica firmeza com que, durante tantos anos, permaneceu inabalável em sua constância aquele pequeno rochedo no meio do Oceano, dando um exemplo de constância e de tão subida lealdade como não se recordará nunca igual: E já que em todo esse tempo foi a cidade de Angra da referida ilha Terceira a sede do legítimo Governo e a capital do Reino, é devido que a esta mais considerável povoação da dita ilha fique padrão do muito que aí se fez e de tanto que ela bem mereceu da Pátria e do Príncipe; e Ordenei, portanto, por Decreto de data desta, que a cidade de Angra da ilha Terceira seja denominada de ora em diante, Cidade de Angra do Heroísmo, e que ao título de Muito Nobre e Leal, que já tinha a referida cidade, se acrescente o de — Sempre Constante; e bem assim que as Armas da Muito Nobre, Leal e Sempre Constante Cidade de Angra do Heroísmo sejam, em vez das que dantes tinha, um escudo esquartelado, tendo no primeiro quartel, em campo vermelho, um braço de prata armado com uma espada na mão; no segundo quartel, em campo de prata, um açor de sua cor, e assim os contrários; e sobre tudo um escudete com as Quinas de Portugal, e em remate uma coroa mural; e por timbre o braço armado das Armas; em roda do escudo uma fita azul-ferrete, saindo da parte inferior da coroa com a tenção em letras de ouro — Valor, Lealdade e Mérito, tendo pendente a insígnia de Grã-Cruz da Antiga e Muito Nobre Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito. O que me pareceu participar-vos para vossa inteligência e

satisfação. — Escrita no Palácio das Necessidades, em doze de janeiro de mil oitocentos trinta e sete. — RAINHA — Manuel da Silva Passos — Para o Presidente e Vereadores da Câmara Municipal da Muito Nobre, Leal e Sempre Constante Cidade de Angra do Heroísmo.

1 Abílio Augusto da Fonseca Pinto (Coimbra, 27 de maio de 1830 — Coimbra, 12 de outubro de 1893) bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, intelectual e escritor. Assinou boa parte da sua obra como *AA da Fonseca Pinto*. O texto citado está incluído na obra *Glórias Portuguezas. Comemorações Historicas*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1884.

ANEXO I



Capa do suplemento publicado pelo jornal *A União* em julho de 1901

**Visita de Suas Majestades El-Rei D. Carlos 1.º e Rainha Dona Maria
Amélia à Ilha Terceira**

1 a 4 de julho de 1901

Viva El-Rei D. Carlos 1.º!

Esta saudação de entusiasmo com que o povo terceirense recebe neste momento faustoso o seu monarca, não pode ser mais franca, mais sincera, nem mais leal.

Sabe El-Rei pela história dos Açores, que nenhuma terra poderá dar mais nem maiores provas de dedicação ao seu Rei, arrostando decididamente contra todos os despotismos de uma usurpação, sem amor por vidas e fazenda, para alto levantar pregão a favor de uma legitimidade representada hoje pela Sua Augusta Pessoa, como a Ilha Terceira.

Para se proceder assim, tão abertamente, é preciso que haja muita sinceridade de crença numa família reinante, e no régimen constitucional que promulgou.

Praticar heroísmos de tanta abnegação é tocar os limites da lealdade, é ser-se inexcedível em amor ao Rei.

Senhor, a Vossa visita à Ilha Terceira, representando um ato de reconhecimento por esta terra que Vosso Augusto Avô, o Rei-Soldado, classificou de — *terra clássica da liberdade portuguesa, berço ilustre da regeneração da mãe pátria* —, ao mesmo tempo que nos enche de grande alegria, conforta-nos na ideia de que não foram esquecidos os sacrifícios dos açorianos, pela Monarquia Constitucional.

Não pode a ilha Terceira receber-Vos com as riquezas devidas ao alto poder que Vos reveste, mas as galas que ostenta nesta ocasião, as flores que espalha à Vossa passagem, são o produto do honrado trabalho dos seus laboriosos habitantes, pois são colhidas no canteiro do seu pequeno jardim.

Lançámos mão de tudo quanto temos, fizemos mesmo um esforço, para mostrar-Vos a que ponto é o nosso regozijo pelo facto com que rejubilamos.

Não achará Vossa Majestade o deslumbramento da opulência, por que essa impressão não lh'a podemos oferecer, nem é mesmo a que pretendemos tenha Vossa Majestade desta terra. Mas chegará D. Carlos 1.º, Rei de Portugal, ao conhecimento pessoal de que nenhum povo dos seus domínios Lhe é mais afeiçoado, nenhum ponto da nação que governa Lhe consagra mais estima, e em nenhuma parte melhor disposição encontra para renovar atos de heroicidade, como os que aqui se praticaram.

Não pensam os terceirenses em outro chefe de nação que não seja o seu Rei. Não ambicionam outro sistema que não seja o monárquico.

Aqui, Real Senhor, aqui, a Vossa Pessoa estará sempre defendida pelos nossos peitos. Por isso escusado seria guardar com sentinelas o Vosso palácio, organizar polícia para impedir desacato à Vossa Pessoa.

Em cada um de nós tendes um súbdito fiel, um vassalo obediente.

Não é só a majestade da Vossa primacial jerarquia que nos desperta tais sentimentos. Aos açorianos não é a ideia do poder que os subjuga; mas é por que em Vossa Majestade vê este povo um Monarca dotado de todos os sublimes predicados precisos para promover a regeneração do nosso querido Portugal. É porque em D. Carlos 1.º vê um neto do Rei-liberal a quem tanto amou, e cuja memória jamais desaparecerá do seu espírito, por que ela é dos açorianos história gloriosa.

É porque Vossa Majestade, Monarca ilustrado e de largo golpe de vista, novo e habilíssimo político, é uma esperança realizável da manutenção da integridade nacional.

É pela recordação histórica que representais, aliada às Vossas nobres e distintas qualidades de Rei e de homem, que o povo terceirense vestido com as suas melhores galas, entusiasticamente Vos saúda, Senhor.

Alguma vez, Majestade, terá chegado a Vossos ouvidos rumores de descontentamento destes povos; mas sabeis, oh! rei do nosso querido Portugal, que eles

não são pela Vossa Pessoa. Provocou-os atos menos justos d'algum de Vossos ministros.

Quando alguma vez se repitam, o que oxalá não suceda, tomai Senhor, propriamente conhecimento dos motivos de suas queixas, e vereis que são justas suas petições.

Aspirações temo-las como as dos povos que desejam progredir, mas não se pode dizer com razão que quando reclamamos, o fazemos sem motivo ponderoso.

Não se pode ser mais trabalhador nem mais honrado do que o povo açoriano. Não temos causado embaraços à administração dos governos de Vossa Majestade, porque dos tributos que pagamos ainda temos concorrido liberalmente para a mãe pátria.

Agora que temos aqui o nosso Rei; que Ele se dignou de pessoalmente, além de dar-nos a grandiosa honra da Sua visita, vir tomar conhecimento das necessidades deste povo, é ocasião propícia para lembrar que há um compromisso consignado na história desta terra, e que diz respeito à atual casa reinante, a El-Rei D. Carlos 1.º, Real Senhor! Vosso Augusto avô, de saudosa memória, por quem a ilha Terceira praticou atos de dedicação até ao heroísmo, que se a história os não registasse pareceriam lendários, em seu Decreto de dezassete de maio de 1832, título I, artigo 1.º, determinou que fosse aplicado a portos de abrigo nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial, o produto dos bens dos conventos que suprimiu. A duas destas ilhas já está essa dívida paga.

A ilha Terceira porem, a *sempre constante e leal* cidade de Angra do Heroísmo, tem o seu porto abandonado pelo descrédito em que está! As condições, perante a excelência dos portos de São Miguel e Faial, não permitem a nossa expansibilidade comercial.

É a maior aspiração da ilha Terceira, Real Senhor, possuir um porto de abrigo. Vê Vossa Majestade por seus próprios olhos, que é justa. Vê também que a natureza mais pródiga connosco, delineou esse porto de abrigo que, por isso, demandava para ser concluído despesa insignificante, comparativamente com a já gasta nas outras duas ilhas. Lembra a ilha Terceira, Real Senhor, a palavra de

Vosso Augusto avô, o Senhor D. Pedro 4.º. É crença do povo português, por ser apanágio dos seus Monarcas, que a palavra do Rei não deixa de se cumprir.

Mais de 600 contos de réis produziu então a venda dos bens dos conventos nesta ilha. Outros se venderam depois, e de alguns, de que o Estado se aproveitou por utilidade pública, também deles nos pertence o valor.

Temos, portanto, nos cofres da nação, dinheiro mais que suficiente para a construção ambicionada do porto de abrigo em Angra. Essa dívida sagrada por saldar, tem-nos posto numa exceção odiosa. Recomendai com instância, Real Senhor, ao vosso governo, a solução breve deste importante problema, de capital importância para esta terra. A satisfação desta aspiração do povo terceirense é o justo cumprimento de uma dívida sagrada. Que o seu pagamento seja um indestrutível padrão da visita de Vossa Majestade à heroica ilha Terceira.

Ao regressardes à Vossa Corte, levai, Senhor, os sentimentos de afeição deste povo, que conservará recordação saudosa da Vossa Real Pessoa, e transmitirá com respeito a seus filhos, que a Vossa passagem por esta terra, marcou uma época de prosperidade.

VIEIRA MENDES (*A União*, n.º 2:237 — 1 de julho de 1901)

Salve! Augusta Rainha!

Felizes os povos que, como nós, possuírem uma Rainha que ponha os seus cuidados em prover-lhes as necessidades, mitigar-lhes os sofrimentos e dulcificar-lhes a existência.

Felizes os Reis que, como a Augusta Rainha Senhora Dona Maria Amélia, conquistam tão naturalmente a afeição e estima do seu povo.

Os terceirenses amavam já a Rainha de Portugal porque a fama de Suas virtudes, espelharam as refulgências de seu diamantino coração.

Pelo conhecimento de tanta beleza de sentimentos, afigura-se-nos linda a nossa Rainha.

O seu retrato nos «*ateliers*» era o de uma encantadora Mulher, mas o nosso espírito enlevado dizia dever ter muito mais encanto a nossa Rainha. E era! Viu-A ontem este povo com ansiedade, e saudando-A freneticamente com vivas, palmas e flores, dizia, marejados os olhos com lágrimas de alegria: — *Muito linda é a nossa Rainha!*

Augusta e feliz Rainha! Sois dotada por Deus de todas as virtudes que Ele podia conceder a um só dos entes da sua mais perfeita criação.

A Augusta Esposa de D. Carlos 1.^o é enriquecida por Deus com as virtudes da Esposa de D. Dinis. É uma Santa a nossa Rainha. É três vezes rica!

É facto que a história pela primeira vez registará: — Rica de virtudes, rica de dotes de espírito, rica de beleza!

Prova-o a pobreza enferma e desvalida, que lhe absorve os maiores cuidados da existência; os sanatórios e os dispensários que tem fundado.

Justifica-o o concurso com que tem contribuído para a áurea do trono português.

Afirma-o o deslumbramento que a Sua presença produz, nos que tem o infindo gozo de A verem.

Real Senhora; reconhecido Vos está o povo terceirense pela honra da Vossa visita. Não aumentaram os sentimentos de afeição que por Vós tinha, porque mais não pode comportar, pois por completo Vos é dedicado; mas confirmara-se nos extremos de amor pela Augusta Pessoa de Vossa Majestade.

Respeitosamente Vos beijam a mão; mão que tanto tem esmolado, tantas lágrimas tem enxugado, e acariciando tem feito desaparecer o desespero dos tugúrios que amiudadas vezes visitais na capital.

Excelsa Rainha! Se Vosso Augusto Esposo está neste momento, na terra dos maiores heroísmos e lealdade dos Seus domínios, Vossa Majestade está na terra que cuidadosamente cultiva a preciosa flor mais do agrado de Vossa Majestade — a Caridade. Não exercerá essa sublime virtude na proporção dos seus desejos, porque limitados são os seus recursos; mas proporcionalmente nenhuma outra se lhe tem avantajado, em prodigalizar benefícios aos desprotegidos da sorte, porque não tem deixado que reine aqui a miséria, como colónia.

Está, pois, Vossa Majestade na terra que mais lisonjeará os nobres instintos do Seu coração.

Estão, portanto, os nossos Monarcas na terra clássica de heroísmos guerreiros e caridosos.

Ligada Vossa Majestade ao Rei do Portugal pelo estreitíssimo laço de Esposa amantíssima, está naturalmente ligada aos terceirenses pelos serviços prestados à Sua obra humanitária, como Ele pelos feitos à legitimidade da Casa reinante.

Real Senhora! Espera o povo terceirense que marque uma época de progresso para esta terra, a passagem dos seus Reis. De Vosso amado Esposo, nós, filho do povo, e por consequência intimamente ligado com ele, apresentámos já respeitosamente, qual a sua mais justificada aspiração — um porto de abrigo em Angra.

De Vós, Senhora solicitamos também proteção para que nos Açores se instale um sanatório para tuberculosos, obra porque tanto Vos tendes interessado em Portugal.

Temos também, infelizmente, açorianos atacados dessa terrível doença, que assentou arraiais por estas paragens. Os nossos recursos já são mui limitados para as necessidades crescentes que pedem esforço caridoso. A mão poderosa de Vossa Majestade, a Sua interferência na satisfação desta grande obra que reclamam os infelizes atacados dessa doença, que Vos propusestes exterminar no nosso muito amado Portugal, torna-se necessário para mais breve Vossa Majestade chegar ao conseguimento do Seu humanitário fim.

Querida e desvelada Rainha! Com as esperanças com que o povo terceirense fica de ser cumprida por Vosso Soberano Esposo a promessa sagrada de D. Pedro 4.º, Seu Augusto avô e nosso muito saudoso monarca, deixai alimentar também a de que a nossa tão querida e amada Rainha D. Maria Amélia se não esquecerá de um sanatório para os tuberculosos dos Açores. Diz-se que a ilha do Pico possui as condições climatéricas indispensáveis.

A iniciativa de Vossa Majestade seria a realização de ideia tão caridosa.

Se dos sofrimentos da humanidade enferma falamos nesta ocasião em que só hosanas devíamos cantar, é pela certeza de que o coração magnânimo de Vossa Majestade se compraz mais em fazer calar infortúnios do que em ouvir entoar loas.

Mas é também tão curta a Vossa visita, e não achamos outra ocasião para vos dirigir súplicas. Vão-se tão depressa os nossos Reis!

Mas, Senhora! creia Vossa Majestade na sinceridade da profunda simpatia deste povo pela família reinante, na lealdade ao Rei, e no amor a Vossa Majestade.

As lágrimas de satisfação que vertemos ao receber Vossas Majestades, transformam-se em pranto pela saudade que nos fica ao partirem.

Viva El-Rei D. Carlos 1.º!

Viva Sua Majestade a Rainha D. Amélia!

Viva a Família Reinante!

Os nossos Reis

(*A União*, de 5 de julho de 1901, n.º 2:239 e seguintes)

*

I

Partiram os nossos Monarcas, deixando a mais viva saudade neste povo, que Lhes deu os mais francos testemunhos de afeição.

D. Carlos Primeiro e a Rainha Senhora D. Maria Amélia, insinuam-se por tal forma no ânimo do seu povo, que este espontaneamente irrompe em aclamações de entusiasmo.

A curta estada de Suas Majestades nesta terra, passou-se no meio de uma só ovação, que começou mal foram vistos do cais, até ao embarque ontem.

Ninguém nesta cidade pensou durante estes dias senão em procurar ver o maior número de vezes possível os Monarcas, dar-Lhes palmas, vivas, e cobri-los de flores.

Como estava anunciado, a esquadra portuguesa, acompanhada de dois navios de guerra ingleses que a têm seguido em homenagem aos Reis de Portugal, tocou no porto da Praia da Vitória onde Suas Majestades receberam a bordo os cumprimentos da Câmara e autoridades locais, vindo depois para Angra, desembarcando os Monarcas pelas 5 e meia da tarde do faustoso dia primeiro de julho de 1901.

Calcula-se em 18 a 20 mil, o número de pessoas que enchia as muralhas que circundam a baía, desde o Porto de Pipas até ao Portinho Novo, as imediações do Pátio da Alfândega, os pontos enfim donde se podia presenciar o movimento; e até as pedras do mar encostadas à muralha do matadouro, como a maré fosse vazia, também estavam cobertas de gente!

Ao aproximar-se o escaler, ricamente adornado, com os Monarcas, irromperam os vivas calorosos e as palmas vibrantes de delírio.

No cais aguardavam Suas Majestades a Câmara Municipal, governador civil, que a bordo do cruzador «*D. Carlos*» tinha vindo desde a ilha Graciosa e desembarcara primeiro, o prelado diocesano, cabido e todo o pessoal da catedral, seminário, clero da cidade e grande parte do das freguesias do campo, o general comandante militar e oficialidade de Infantaria 25, Junta Geral, juiz e delegado, administrador do concelho, titulares, funcionalismo, Imprensa e todas as pessoas de distinção desta cidade.

Sua Majestade a Rainha foi recebida por um distinto grupo de ilustres damas.

No pavilhão preparado no cais, e onde entraram Suas Majestades, houve a cerimónia da entrega das chaves da cidade a El-Rei, dirigindo-Lhe o sr. presidente da Câmara uma alocução.

Após essa cerimónia, a estremecida filhinha do sr. governador civil entregou a Sua Majestade a Rainha, em nome das crianças do Asilo de Infância Desvalida, um lindo «*bouquet*».

Recebidas as Majestades debaixo do pálio, seguiu o cortejo, por entre estrondosos vivas e palmas, pelas ruas Direita e Sé.

De todas as janelas pendiam ricas colchas, e sobre os Soberanos caía chuva de flores, acenando as damas com seus lenços, saudando com palmas e vivas a que a Rainha Senhora D. Maria Amélia correspondia com encantadores gestos de agradecimento, dizendo adeus para toda a parte, e El-Rei cumprimentando.

O cortejo era luzido e imponente por debaixo de muitos arcos que foram feitos em toda a extensão das ruas do percurso.

As janelas estavam apinhadas de damas e era delirante o entusiasmo.

Do cais pela rua Direita estava postada toda a força do Regimento de Infantaria n.º 25. Além da banda regimental, tocavam o *Hino da Carta* em pontos diferentes do trajeto, as filarmónicas *Flamenguense*, *União Velense*, *Recreio dos Artistas* e a da freguesia dos Altares, misturando os sons com os do troar dos canhões do castelo e dos navios da esquadra, e o estalar das numerosas girândolas de foguetes, dando a impressão do extraordinário acontecimento que se celebrava.

Na catedral tomaram Suas Majestades lugar sob um dossel convenientemente preparado, cantando-se o *Te-Deum* a instrumental, retirando depois os Monarcas, no meio do imenso povo que soltava vivas, para o palácio, ato este que se realizou de carro.

À noite toda Angra se iluminou, sendo surpreendente o efeito que produziu o ver-se todas as casas com lampiões de gostos vários e disposições diversas. Quase que bem se dispensava a iluminação oficial, da qual sobressaiu a do palácio real, da Câmara e da Alfândega, e a da Praça da Restauração.

Produzia também um lindo efeito a iluminação da fachada da Caixa Económica, e a da casa do sr. conselheiro Merens de Távora.¹

Em todas as noites houve iluminação geral da cidade, tocando as filarmónicas em diferentes pontos, fazendo-se ouvir também de dia percorrendo as ruas.

Na noite de quarta-feira veio tocar a um dos coretos da Praça da Restauração, a charanga de bordo do cruzador «*D. Carlos*».

As proximidades do palácio real estiveram sempre tomadas de povo, que aclamava os régios visitantes quando apareciam às janelas e algumas vezes a elas vieram pelos instantes pedidos que o povo fazia, retribuindo sempre Suas Majestades com afabilidade as manifestações.

O palácio do governo civil, onde se hospedaram os Monarcas com a sua comitiva, estava ricamente decorado, sendo a mobília dos principais aposentos toda antiga, e algumas peças de grande valor.

O edifício, que é muito grande, acomodou muito à vontade toda a comitiva e pessoal de serviço, estando preparado para receber 60 pessoas.

As instalações eram superiores, e os aposentos de Suas Majestades, e as salas, não podiam estar mais mimosamente ornamentados, não se notando a mais insignificante falta de bom gosto e de comodidade.

*

II

No segundo dia, visitaram Suas Majestades, de manhã, os Paços do Concelho, o hospital, asilos de Mendicidade e Infância Desvalida, Seminário e Castelo.

Durante todo o trajeto eram os carros, que seguiam devagar, acompanhados de muito povo em constantes vivas, que também se soltavam das janelas donde as senhoras batiam palmas e lançavam flores.

Suas Majestades chegaram ao Hospital de Santo Espírito com a sua comitiva peras 11 horas, sendo esperados pela mesa administrativa, médicos e capelão, entrando no átrio onde se achava postada a harmónica «*Recreio dos Artistas*» que rompeu o *Hino da Carta*, acompanhado de repiques na torre da igreja do hospital e de palmas e vivas, dadas pela imensa multidão de povo que Os esperava.

Entraram na portaria e subiram a escada, que é majestosa pela sua largura e altura, perguntando Sua Majestade a Rainha se aquele edifício tinha sido construído para o hospital, sendo informada que fora um convento adaptado depois para aquele fim.

Dirigiram se à tribuna da igreja para fazerem oração, e analisando a pintura dos grandes retábulos e teto, Sua Majestade a Rainha ficou tão impressionada, que recomendou ao sr. Provedor a sua boa conservação, e que nunca consentisse se pintassem por estarem algum tanto deteriorados, pois que quem o fizesse seria o autor de um vandalismo.

Passando às enfermarias, a Rainha manifestou ao sr. Provedor o desejo de aliter os respetivos médicos, ao que o sr. Guilherme [Martins Pinto] Júnior satisfez, apresentando-Lhe os srs. drs. Alfredo [da Silva] Sampaio e Manuel Victorino [de Bettencourt].

A Rainha principiou de informar-se da doença de cada enfermo, e assim se passou a visita a todas as enfermarias.

A visita foi rápida, por Suas Majestades terem pressa em fazerem outras.

Suas Majestades seguiram para uma sala devidamente ornada, onde o sr. Provedor leu a seguinte alocução:

«SENHOR — A mesa administrativa deste pio estabelecimento a que tenho a honra de pertencer, não pode deixar esta ocasião de tanta solenidade e regozijo sem demonstrar, ainda que em frase pobre e despretensiosa, o quanto lhe é agradável a régia visita de seus Augustos Monarcas a estas plagas açorianas.

O quanto este povo Vos ama, Augusto Senhor, di-lo bem alto a história da nossa querida pátria.

É ela que Vos diz que aqui, neste pequeno rochedo lançado no meio do oceano, se derramou sangue pela causa santa da liberdade; é ela que canta o heroísmo deste povo, que, como valentes soldados, souberam dar e vida pela pátria e pelo Rei; e esses valentes soldados, não só amavam a liberdade até darem a vida, mas souberam também lançar no coração de seus filhos essa preciosa semente. Sim, Real Senhor, ainda também nós sentimos girar nas veias o sangue de nossos avós, e como eles amamos a pátria e o nosso Rei, até ao sacrifício, se preciso for.

SENHOR — É grande, é imensa, a alegria que nos vai na alma ao recebermos tão subida prova de consideração com a visita de Vossas Majestades a este estabelecimento de caridade, e muito desejaríamos poder apresentar a Vossas Majestades um hospital belo e com todas as condições que a ciência exige, mas ainda que sejam esses os nossos desejos, não o podemos fazer, porque o não permitem as nossas forças pecuniárias, e se alguma coisa temos feito devemos-lo em grandíssima parte aos sentimentos caritativos e filantrópicos que exornam o coração magnânimo de Vossas Majestades. Sim! Real Senhor, sois Vós que nos tendes auxiliado muito e muito, concedendo a esta casa um subsídio anual pela indemnização do desconto no juro das suas inscrições, e se não fora tão generosa proteção que lhe tendes concedido, difícil e atrofiada seria a sua existência.

Reconhecidos, pois, por tão grandes benefícios, deixai Senhores, que eu, em nome da mesa desta Santa Casa, em nome dos pobres inválidos que no último quartel da vida, e quando já não têm os afagos da família, aqui vêm abrigar-se, em nome dos pobres enfermos, que aqui se revolvem no leito da dor, com o mais profundo respeito deposite em Vossas mãos um ósculo que signifique o nosso profundo reconhecimento e a nossa eterna gratidão para com as Augustas pessoas de Vossas Majestades.»

Terminou o provedor, sr. Guilherme [Martins Pinto] Júnior, levantando a Suas Majestade, e à família Real, vivas que foram entusiasticamente correspondidos por toda a assembleia.

O sr. provedor apresentou a Sua Majestades um livro forrado a pelúcia azul, onde inscreveram os Seus nomes e data, seguindo-se o sr. Presidente do Conselho de Ministros e mais pessoas presentes. A Rainha informou-se do sr. provedor da média dos doentes e rendimento do hospital, admirando-se como se podia manter com o rendimento tão insignificante, de 10 contos de réis, reconhecendo que era com muita economia, acrescentando o sr. provedor que havia falta de muitos acessórios, de coisas essenciais, como casa de operações, e que também por isso não podia apresentar o edifício devidamente asseado, ao que a Rainha respondeu reconhecer ser um edifício antigo, mas decente, com o que se achava muito satisfeita.

Suas Majestades seguiram a pé para o Asilo de Mendicidade, até onde foram acompanhados pelo provedor, mesários do Hospital e muito povo, que aclamaram freneticamente Suas Majestades.

À entrada do Asilo, Suas Majestades despediram-se muito afetosamente da mesa administrativa e foram recebidos pela do Asilo de Mendicidade e pelas excelentíssimas damas protetoras desta casa de caridade.

Os nossos Soberanos informaram-se minuciosamente das condições do estabelecimento, louvaram a sua tão económica administração, admirando também

como com tão escassos rendimentos se podia fazer face às despesas do seu custeio.

O edifício, pelo asseio, mereceu-Lhes os maiores elogios.

Os pobres asilados, loucos de contentes, agruparam-se junto de Sua Majestade a Rainha, beijando-Lhe a mão e recebendo palavras de conforto.

Informou-se a Rainha do presidente, sr. Manuel Alves de Bettencourt, do serviço que prestavam as Irmãos de São José [de Cluny], recebendo em resposta que elas tinham sido a felicidade daquela casa.

À chegada de Suas majestades, o sr. Alves dirigiu-Lhes a seguinte alocução:

«REAIS MAJESTADES — Deus salve os excelsos monarcas portugueses que se dignaram honrar hoje com a Sua presença o modesto Asilo de Mendicidade terceirense.

É pobre e acanhado o estabelecimento, mas é grande, sublime, a sua missão de caridade. Que a Vossa real benevolência haja por bem desculpar as muitas faltas que, bem a nosso pesar, ainda por aqui se encontram, e que os pobres velhos albergados neste asilo possam recordar-se da honrosa visita dos nossos excelsos Soberanos.

Dignai-Vos, pois, tomá-los sob a Vossa real proteção e Deus Vos compensará por certo, continuando sempre venturoso o Vosso reinado para honra e glória da nação portuguesa, como todos havemos mister.

Deus Salve os excelsos Monarcas Portugueses.

Viva Sua Majestade El-Rei!

Viva Sua Majestade a Rainha!

Viva a Família Real Portuguesa!»

Seguiram depois os Soberanos de Portugal para o Asilo de Infância Desvalida, entrando Suas Majestades primeiramente na igreja, que estava lindamente adornada, fazendo oração na capela-mor e no altar de Nossa Senhora do Livramento.

A concorrência de pessoas ao Asilo, com o fim de verem as Majestades e assistirem à abertura da exposição, era imensa. O salão do Asilo estava deslumbrante, dando o principal realce àquela ornamentação o grande número de variados trabalhos executados pelas crianças, e que iam constituir a 3.^a exposição deste género que se faz naquela casa dentro do período de dois anos, o que lhe tem granjeado centos de mil réis.

No fim do salão via-se um elegante dossel de seda azul-celeste, para Suas Majestades.

Ao entrarem os Soberanos, cantaram as asiladas um lindo hino consagrado a Suas Majestades, sendo acompanhado ao piano por uma estremecida filha do ilustre cavalheiro ex.^{mo} Manuel de Sousa Machado da Cunha.

Uma criança asilada em nome de todas as suas companheiras, recitou uma linda e sentimental saudação a Suas Majestades e a toda a Família Real. Penhorou muito a bondosa Soberana a oferta que as crianças lhe fizeram para seus Augustos filhos, e que consiste em duas lindas toalhas com mimosos bordados a pontos abertos, tudo executado pelas crianças.

As ex.^{mas} sr.^{as} do conselho protetor ofereceram também à excelsa Soberana um trabalho de alto merecimento, que Sua Majestade muito agradeceu, dirigindo palavras de muita amabilidade a tão distintas e ilustres senhoras. Não puderam as Majestades demorar-se quanto desejavam, por causa dos muitos pontos do programa das festas para este dia. Deram vista a alguns trabalhos da exposição e visitaram uma grande parte do edifício.

A bondosa Rainha falou por alguns minutos com o dedicado mordomo da casa, o sr. cônego [António Maria] Ferreira, procurando informar-se do estado da casa, seu desenvolvimento e prosperidade, rendendo muitos elogios às Irmãs de São José de Cluny que a dirigem. Disse por fim a Excelsa Soberana ao sr. cônego

[António Maria] Ferreira que pedisse em Seu nome desculpa às ex.^{mas} senhoras do conselho e mesários, de não se poderem demorar mais tempo, como Lhes seria tão agradável.

Deixaram os Soberanos aquela casa por entre novas aclamações da multidão que ali se aglomerava.

E não podiam as Majestades deixar de levar as mais raras impressões do nosso Asilo de Infância, porque realmente é uma maravilha o que ali se observa.

Em livro convenientemente preparado, ficaram as assinaturas de Suas Majestades, dos Ministros e das pessoas da corte.

Junto do Asilo tocou durante a visita a filarmónica «*Recreio dos Artistas*».

Como Suas Majestades mostrassem desejos de abreviar a Sua visita, por causa de outros trabalhos que As aguardavam naquele dia, o ilustre mordomo da casa teve de suprimir a alocução que tencionava proferir a fim de dar a uma criança asilada a satisfação recitar uma pequena saudação que tinha decorado, e que foi ouvida pelas Majestades e sua comitiva, com demonstrações de muito agrado, porque a criança recitou-a perfeitamente.

A alocução do mordomo sr. cónego [António Maria] Ferreira era concebida nos seguintes termos:

«SENHOR! — Há ocasiões tão solenes na vida, em que o mudo silêncio excede os mais eloquentes discursos. Silencioso devia eu permanecer na Augusta presença de Vossas Majestades; mas cabendo-me a honra de presidir à Mesa administrativa deste Estabelecimento de Caridade, por mais profundo que seja o acatamento que tributo aos nossos excelsos Monarcas, não posso reprimir a ânsia que me domina de expandir a gratidão imensa que eu e todos os meus colegas sentimos pela alta honra desta visita, só própria dos extremos de bondade que enaltecem os régios corações de Vossas Majestades. E parece-me que nunca podem ser inoportunas as expressões que o reconhecimento inspira.

E de reconhecimento profundo é unicamente a minha palavra, muito embora não me seja dado poder exprimir o que sinto. Já disse o príncipe dos nossos poetas que: em contar extremos, trabalhos e tempo perdidos são.

SENHOR — Quarenta e oito anos de existência conta já este Asilo, fundado por um ilustre Magistrado, o conselheiro Nicolau Anastácio de Bettencourt, que o instalou em 16 de abril de 1853. E quando contava apenas 5 anos de existência teve esta casa a glória de receber a honrosíssima visita do Augusto e Saudosíssimo Pai de Vossa Majestade, quando era ainda Sere-níssimo Infante.

Essa data festival do primeiro de novembro de 1858, em que esta casa recebeu o senhor D. Luiz Primeiro, de saudosa memória, essa data fica para sempre entrelaçada com a data de hoje, em que temos a ventura de receber o Augusto herdeiro de suas virtudes e do seu cetro, que Ele sustentou com tanta firmeza e honra.

E se era já motivo de gratidão imensa a visita de Sua Majestade El-Rei, não é possível exprimir o reconhecimento de nossos corações quando vemos a seu lado a excelsa Soberana de Portugal a Quem o alto prestígio da realeza, que a tantos tem fascinado, a Ela tem unicamente servido para dar mais amplitude à grande munificência da sua ardente caridade.

SENHOR — Todo o nosso empenho e zelo converge para melhorar este asilo a fim de que as crianças desvalidas que aqui se abrigam sob as benéficas asas do formoso anjo da caridade, possam tornar-se úteis para si e para a sociedade.

E é imensa a consolação que sentimos em declarar com toda a verdade perante Vossas Majestades que muito temos conseguido com a eficaz e zelosa direção e proficiente ensino das ilustres e virtuosas Irmãs de São José de Cluny. Educar para a virtude, para a sociedade e para o trabalho, é todo o ideal da sua missão. — A cidade de Angra honorificada com tantos títulos que os augustos predecessores de Vossa Majestade lhe têm outorgado, possui um que lhe conferiu o imortal Infante D. Henrique, quando

chamou a esta — «Ilha Terceira de Nosso Senhor Jesus Cristo». É um título de maior glória que nunca há-de esquecer. Angra tem sido sempre filha mimosa, nobre, leal, constante na fidelidade aos seus Augustos Monarcas e por isso vem aqui oferecer a Vossas Majestades o «bouquet» que seus magnânimos corações mais apreciam.

Esse «bouquet» compõe-se das mimosas flores da caridade com que Angra fundou, conserva e sustenta há 48 anos esta santa instituição que é incontestavelmente um padrão de glória a atestar a bondade e generosidade de tantos corações que amam estremecidamente estas criancinhas, muitas das quais não conhecem o amor de uma mãe.

Bendita mil vezes a Divina Religião de Nosso Senhor Jesus Cristo que nos manda amar a todos, e em especial as crianças pobres e desvalidas! Bendita mil vezes essa Divina Religião que dá forças a uma Rainha excelsa para deixar o seu trono, e o que é mais, deixar por alguns dias dois anjos de inocência e candura, para vir ao meio destes mares consolar seus súbditos e acariciar estas pobres criancinhas! Bem hajam os nossos Augustos Monarcas! Bem-haja a Augusta Soberana em cujo diadema brilham como pérolas de vivíssimo fulgor, as lágrimas dos pobrezinhos que a sua ardente caridade não cessa de enxugar.

A Vossas Majestades Fidelíssimas os preitos da nossa eterna gratidão, e a mais respeitosa súplica para que os nossos Augustos Soberanos acolham esta casa sob a Sua régia proteção.»

O pequenino discurso recitado pela asilada Maria do Amparo foi o seguinte:

«REAL SENHOR! REAL SENHORA!

As criancinhas desvalidas do Asilo de Nossa Senhora do Livramento, não sabem exprimir a sua alegria e grande contentamento por terem a felicidade de lhes ser concedida a graça de beijarem reverentes as Régias mãos de Vossas Majestades Fidelíssimas!

Meu Deus! Meu Deus! Como são bons e cheios de carinhos Suas Majestades os Reis de Portugal!

Chegam à nossa bela e linda cidade de Angra, e no meio de tantas festas com que são acolhidos por toda esta formosa ilha, que está louca de contentamento, Suas Majestades não esquecem o pobre Asilo de criancinhas tão pobres, que só têm a riqueza da sua fé em Deus Nosso Senhor e o amor reverente aos seus Augustos Monarcas.

Como o Bom Jesus, nosso Deus e Salvador, acariciava as criancinhas, dignam-se Vossas Majestade vir também honrar e engrandecer a nossa pequenez e desvalimento chamando-nos para junto de Suas Augustas Pessoas, o que nos parece ainda um sonho.

Já no regaço de uma santa Rainha se converteram as esmolas em flores, e nós vemos hoje aqui, no coração da nossa excelsa Soberana, que é também uma Rainha santa, convertidos em flores todos os carinhos maternos que Sua Majestade se digna dispensar às criancinhas pobres.

A essas flores mimosas da Sua alma angélica, correspondemos com o nosso amor puro e inocente de criancinhas. E desfolhamos a seus pés as flores da nossa maior veneração, do nosso profundo acatamento, do nosso acrisolado afeto de humildes servos de tão Augusta Soberana!

E nestas florinhas, Real Senhor e Real Senhora, vai simbolizado o amor, respeito e gratidão eterna que consagram a Vossas Majestades todos os Seus leais súbditos desta formosa ilha.

A flor deste amor não emurchececerá jamais, porque a alimentará sempre a impressão que nos fica para toda a vida da bondade e carinho dos nossos Augustos Soberanos.

Nossa Senhora do Livramento guarde e defenda Vossas Augustas Majestades para glória da Nação Portuguesa.

Viva Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Carlos Primeiro!

Viva Sua Majestade a Rainha!

Viva toda a Augusta Família Real!»

Estava ainda preparada outra saudação recitada por uma das asiladas pequeninas, Júlia. E que pena não teve a criança de a não recitar! Mas a brevidade que se pedia não o permitiu. Era a seguinte:

«Real Senhor! Real Senhora!

Uma criança como eu, tão pequenina e tão pobre, não sabe nem pode falar diante de Vossas Majestades. Mas quero só dizer que as pequeninas também têm coração para consagrarem a Vossas Majestades o reconhecimento mais puro e indelével por uma visita tão honrosa ao nosso querido Asilo. Sou pequenina; mas bem pequena é a borboleta e ela também louva a seu modo o Divino Criador. E ainda que pequenina, como tantas das minhas companheiras, devo dizer com grande consolação, a Vossas Majestades, que trabalhamos durante muitos meses com a maior alegria das nossas almas para apresentarmos, neste dia grande e verdadeiramente festival, esta pequena exposição de trabalhos todos feitos por nós, sob a direção das nossas queridas e amadas diretoras.

Dignem-se Vossas Majestades olhar com benevolência para os trabalhos destas pobres asiladas, que tudo quanto sabem o devem à caridade, esse anjo de formosura e bondade que parece estar personalizado na Rainha tão amada dos portugueses.

Ali estão os nossos trabalhos, executados de propósito para festejar a visita dos nossos amados soberanos, porque nos diziam nossas mestras que nada poderíamos apresentar que mais agradasse a Suas Majestades, do que uma prova do nosso amor ao trabalho. A nossa maior dita será que Vossas Majestade levem as mais gratas impressões do nosso Asilo e que Se dignem tomá-lo debaixo da Sua Régia Proteção.

Por esta visita tão honrosa, como nunca tivemos nem tornaremos a ter, a nossa gratidão será eterna, as nossas inocentes orações acompanharão sempre Vossa Reais Majestades.»

*

III

As visitas de Suas Majestades aos estabelecimentos públicos começaram pela Câmara, onde aguardavam os augustos Soberanos a vereação municipal, que saudou os régios visitantes, e o povo calorosamente secundou com vivas e palmas.

Era rica a ornamentação do palácio do povo, e todas as alfaias pertencem ao Município.

O salão nobre, vasto e elegante, surpreendeu Suas Majestades, pela sumptuosidade que não esperavam certamente encontrar.

O presidente da Câmara sr. dr. José Pimentel Homem de Noronha leu a seguinte alocução:

«SENHORES!

Permitam Vossas Majestades, na ocasião em que se dignam entrar nesta casa, que em nome da Câmara Municipal e de todos os seus munícipes, agradeça, com o mais profundo acatamento, as elevadas distinções que Vossas Majestades se têm dignado conceder a esta cidade de Angra do Heroísmo.

Neste mesmo lugar, Senhores, se inaugurou, no primeiro dia de janeiro de 1831, a primeira Câmara Municipal eleita em todo o país consoante os preceitos da Carta Constitucional da Monarquia. Foi dia de festa esse, em que se julgou ganha definitivamente a causa constitucional, posta nesse momento sob a proteção do Município, que tem sido em Portugal o paládio das liberdades pátrias, do laço de amor entre o Rei e o Povo.

Vossas Majestades, honrando com a sua visita estes paços do concelho, dignam-se dar a esta cidade uma prova de consideração que mais estreita aquele laço, mais obriga a nossa lealdade e acresce em honra aos muitos títulos de nobreza com que a munificência Régia tem distinguido esta ilha.

Para que fique perdurável memória de facto tão honroso para esta Câmara Municipal e para os povos que ela diretamente representa, em nome dela imploro de Vossas Majestades a Graça de assinarem auto desta Sua generosa visita, que fique sendo não somente padrão de tão memorável sucesso, mas também novo protesto de lealdade e respeito para com os Augustos Reis de Portugal, da Muito Nobre, Leal e Sempre Constante Cidade de Angra do Heroísmo.»

Lavrou-se auto do faustoso facto, a assinando-o Suas Majestades. É do teor seguinte:

Auto da honrosa visita de Suas Majestades El-Rei o Senhor D.

Carlos 1.º e a Senhora Dona Maria Amélia

No dia dois de julho do ano de mil novecentos e um, nesta muito nobre, leal e sempre constante cidade de Angra do Heroísmo, achando-se reunidos nos paços do concelho os excelentíssimos presidente e vereadores da Câmara Municipal, para o fim de receberem a honrosa visita que Suas Majestades, El-Rei D. Carlos 1.º e a Rainha Senhora D. Maria Amélia, se dignaram fazer a este paço municipal, se dirigiu a mesma Câmara ao átrio e entrada do edifício onde teve a honra de receber a Suas Majestades, que se encaminharam ao salão nobre, acompanhados das pessoas do seu séquito, onde o excelentíssimo presidente da Câmara, obtida vénia, dirigiu a Suas Majestades uma alocução de agradecimento pelas elevadas distinções que Suas Majestades se têm dignado conceder a esta cidade, pedindo aos mesmos Augustos Senhores a Graça de se dignarem assinar termo desta Sua visita, que fique sendo não somente padrão de tão memorável sucesso, mas também novo protesto de amor e de lealdade para com os Augustos Soberanos do país, da parte desta municipalidade e dos povos que ela representa.

Suas Majestades dignaram-se aceder com a maior benignidade a assignar este auto, que eu José Sebastião de Castro do Canto, secretário da Câmara, fiz escrever e subscrevi.

El-Rei D. Carlos — D. Maria Amélia Rainha — D. Maria Francisca de Menezes — Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro — António Teixeira de Sousa — Conde de Tarouca — Conde da Ribeira Grande — Guilherme Brito Capelo — Conde de Arnoso — Fernando Eduardo de Serpa — Francisco Augusto d'Oliveira Feijão — Emídio Lino da Silva Júnior.

Câmara: — José Pimentel Homem de Noronha — Guilherme Martins Pinto Júnior — Francisco José da Costa Vidal — Frederico Augusto de Vasconcelos Júnior — João Nogueira de Freitas — Cândido de Meneses Pacheco de Melo Forjaz e Lacerda — Pedro Álvares da Câmara Paim de Bruges — Sebastião Cardoso Pamplona Corte-Real — José Sebastião de Castro do Canto

Depois da visita à Câmara seguiu-se a do Seminário, indo Suas Majestades pela Rua de D. Amélia, chegando ali pouco depois das 10 horas.

Apesar de se haver anunciado com muita antecipação que Suas Majestades visitariam os edifícios públicos da cidade, no Seminário só na véspera, e já noite adentro, é que se soube ao certo que aquele estabelecimento participaria de tão subida honra.

Um pouco antes da hora marcada, para ali se dirigiu sua excelência reverendíssima o sr. Bispo.

Os seminaristas formavam no adro, até ao pórtico que ainda há pouco dava entrada para o Liceu, duas longas alas, por entre as quais entrou o carro que conduzia os Augustos visitantes, que se apearam junto ao pórtico onde os aguardava o prelado à frente de todo o corpo docente e dirigente do Seminário.

Apenas entrou no adro o trem real, de mistura com o estrondear dos foguetes e festivais repiques na torre da igreja, romperam de entre os seminaristas as mais

calorosas aclamações, que se repetiam entre a multidão composta de povo que imediatamente invadiu aquele lugar.

Logo que Suas Majestades desceram do trem, apressaram-se a apresentar-Lhes os seus cumprimentos sua excelência reverendíssima o sr. Bispo e os superiores do Seminário, e pelo mais jovem dos seminaristas foi, em nome de todos os alunos, oferecido a Sua Majestade a Rainha um lindo «*bouquet*» de flores colhidas no jardim do Seminário, do qual pendiam duas fitas de seda, azul e branca, com a legenda em letras de ouro: — «*A Sua Majestade a Rainha Senhora D. Maria Amélia — os seminaristas d'Angra*».

Tocavam a filarmónica *Recreio dos Artistas e Flamenguense*.

A primeira parte do edifício em que entraram Suas Majestades e a sua comitiva foi a sala do museu, que percorreram com demonstrações de agrado, admirando alguns exemplares e particularmente a bela coleção de moluscos.

Dali subiram à sala de visitas, entraram na biblioteca, gabinete de leitura, na grande sala de estudo da Prefeitura de São Francisco Xavier, onde Sua Majestade a Rainha se demorou algum tempo abrindo e folheando alguns livros de estudo dos seminaristas. Entraram em um dos dormitórios do corredor principal e dali pela escada do lado norte desceram ao claustro e jardim, passando por fim à igreja, onde fizeram oração diante do altar do Santíssimo Sacramento na capela-mor. Era um encanto a Rainha em oração, toda a gente que a via admirava o respeito e devoção dela naquele acto.

Já na Sé Catedral edificou pela piedade de que deu provas de encanto a sua assistência ao *Te Deum*.

Enquanto durou a visita ao Seminário, Suas Majestades dirigiram por diferentes vezes a palavra ao excelentíssimo prelado e ao vice-reitor que de perto os acompanhavam, ora interrogando, ora mostrando agrado e satisfação pelo que viam. A brevidade do tempo não permitiu que os Augustos visitantes vissem as restantes partes do edifício, onde certamente experimentaríamos igual satisfação, pois em todo o edifício havia que admirar o asseio e boa ordem, prova bem clara

do quanto se trabalha naquela casa para a dotar das condições que estabelecimentos daquele género reclamam.

Desde o princípio até ao fim da visita, quase não tiveram interrupção as aclamações entusiásticas dos seminaristas e do povo a Suas Majestades, a quem não passaram despercebidas e antes pelo contrário muito agradavelmente impressionaram, como mais de uma vez declararam depois ao ex.^{mo} prelado, aquelas demonstrações de afeto destes seus súbditos que jamais olvidarão o prazer e honra que lhes trouxe a visita de tão egrégios personagens.

Depois de visitarem Suas Majestades o Seminário, é que foram ao Hospital e Asilo, do que já no capítulo antecedente demos notícia.

Às 2 horas da tarde houve a receção oficial no Paço, a qual foi concorridíssima, durando uma hora o beija-mão, ao que foram admitidas primeiro as senhoras e em seguida a Câmara Municipal, que pelo seu presidente dirigiu uma alocução a Suas Majestades nos seguintes termos:

«SENHORES

Ante o trono de Vossas Majestades, dominada pelo mais vivo reconhecimento, possuída do maior respeito, vem a Câmara Municipal da Muito Nobre, Leal e Sempre Constante cidade d'Angra do Heroísmo, em nome dos povos que representa, depor os protestos da sua gratidão pela elevada distinção que Vossas Majestades se dignaram conceder a esta cidade e ilha com a Sua honrosa visita.

Esta gratidão, Senhores, é acompanhada dos sentimentos de maior veneração, pelas excelsas Pessoas de Vossas Majestades e de profundo afeto à Augusta Dinastia Constitucional que Vossas Majestades representam, entre a qual e esta terra heroica tem sempre existido um vínculo de amor, que este fausto successo veio tornar perseverante e indissolúvel.

E se estes sentimentos, Senhor, não tivessem a confirmá-los a eloquência de heroicos feitos, clara e luminosamente consignados na história,

esculpidos nos brasões de nobreza cívica desta terra, bastaria para assegurar deles a Vossas Majestades o alegre alvoroço, os entusiásticos aplausos, as aclamações reiteradas com que a alma popular recebeu ontem a Vossas Majestades nesta ilha; manifestação cuja espontaneidade está fulgurantemente a demonstrar o amor, a submissão que este pobre, mas honrado e lealíssimo povo, consagra a Vossas Majestades.

Esta Câmara Municipal, os habitantes desta terra, todos fazemos votos para que a Divina Providência cubra de bênçãos a Vossas Majestades, encha de prosperidades o seu reinado, prolongue Suas vidas preciosas e perpetue a Sua Dinastia para felicidade destes povos, para honra, lustre e glória da Nação Portuguesa.»

El-Rei, recebendo da mão do sr. Presidente Conselho a resposta, dignou-se lê-la, fazendo nela as mais agradáveis referências à cidade de Angra e ao povo terceirense.

Às 5 horas da tarde, foi a inauguração na Praça da Restauração do monumento que se pretende erigir a El-Rei, comemorando a sua visita a esta ilha.

O povo apinhava-se no vasto espaço e recebeu Suas Majestades com ovações.

Tomando os Soberanos lugar no pavilhão com o Seu séquito, procedeu-se à cerimónia da bênção da pedra, ato a que procedeu o prelado diocesano com a assistência do clero, corpo seminarístico e todas as pessoas de distinção.

Eram repetidos os vivas e palmas, que o povo com extraordinário entusiasmo soltava.

Lido pelo sr. presidente da Câmara o auto, foi ele encerrado em um cofre, onde foram lançadas moedas, e esse cofre metido na pedra fundamental do monumento. Descendo Suas Majestades, El-Rei com uma colher de pedreiro botou cimento na tampa da abertura da pedra, e a Rainha, com um martelo, bateu-a.

Eis o texto do auto:

«No ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1901, aos 2 dias do mês de julho, nesta cidade de Angra do Heroísmo, ilha Terceira, e na praça da Restauração, procedeu Sua Majestade El-Rei de Portugal D. Carlos 1.º, com a assistência de Sua Majestade a Rainha D. Amélia, à colocação da primeira pedra do monumento comemorativo da visita de Suas Majestades a esta ilha, pedra que primeiramente tinha sido benzida por sua excelência reverendíssima o sr. D. Francisco José, bispo desta diocese d'Angra.

E para que de futuro se conheça este facto tão memorável em que os filhos e habitantes do distrito de Angra pretendem perpetuar tão fausto acontecimento, se lavrou o presente auto, do qual se extraíram duas cópias autênticas, uma para ser depositada e guardada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e outra no arquivo da Câmara Municipal desta cidade.»

(seguem-se as assinaturas)

Terminada a cerimónia no meio do estrondear de foguetes, de palmas e vivas, Suas Majestades seguiram a visitar o Castelo de São João Baptista d'Angra.

Eram esperados na praça de armas pela guarnição e famílias dos oficiais.

Dirigindo-se à ala nobre do palácio, o sr. governador apresentou a Suas Majestades os oficiais e suas famílias, havendo os cumprimentos do estilo.

Em seguida Suas Majestades entraram na igreja, que está profanada, visitaram casernas e cozinha do regimento e dirigiram-se às baterias onde se demoraram algum tempo, gozando a bela vista que dali se observa, não só da cidade como de maior parte das freguesias do Oeste.

Sua Majestade El-Rei tirou algumas fotografias, mostrando estar satisfeito, retirando depois das 7 horas.

Foi enorme a concorrência de povo à fortaleza, tornando-se por algumas vezes mesmo difícil o trânsito.

Houve numerosas e entusiásticas aclamações a Suas Majestades e a toda a família real portuguesa.

A Suas Majestades foi mandado mostrar, quando estavam no mirante da bandeira, do rancho dos soldados, que provaram e acharam muito bom, indagando a Rainha se era sempre naquelas condições, o que parecia, visto o bom aspeto dos soldados.

Perguntou também se não lhes davam peixe, e assim idênticas indagações que mostraram que Sua Majestade conhece e se interessa pelas coisas que parecem ser-Lhe indiferentes.

Nesta mesma tarde, o fotógrafo sr. Carlos Franco foi admitido à presença de Sua Majestade El-Rei, de Quem obteve a graça de aceitar um trabalho fotográfico que consistia em uma grande vista panorâmica da encosta e litoral do sul da ilha Terceira, desde a ponta de São Mateus até à da Salga, incluindo ao centro a cidade de Angra do Heroísmo.

Esta fotografia mede, fora as margens, 2 metros e 12 centímetros de comprimento por 40 centímetros de largo.

A moldura, dourada de lindos labores, tem de largura 14 centímetros.

Sua Majestade recebeu amavelmente aquele distinto fotógrafo e estimável cavalheiro, agradecendo a oferta, que ainda não vira, mas de que se tinha informado.

Foi por indicação do sr. Presidente do Conselho de Ministros que o oferente se apresentou pessoalmente a Sua Majestade El-Rei.

*

IV

Foi também no dia 2, às 8 horas da noite, que teve lugar o jantar oficial no Paço. Foi de 65 talheres e a ele assistiu o elemento oficial que é da praxe ser convidado para tais atos, tendo também assistido, como representante da família do 1.º

conde da Praia da Vitória, a quem a atual casa reinante mais serviços de lealdade até ao sacrifício deve, os senhores Teotónio Paim de Ornelas Bruges e capitão Teotónio Octávio de Ornelas Bruges, que também fora convidado como comandante da guarda de honra que nesse dia estava ao Paço.

Assistiram também os srs. dr. Rodrigo Zagallo Nogueira e José Luiz de Sequeira.

Na sala tocou um sexteto, e no jardim do Paço a banda regimental.

Não sendo usual, representando, portanto, uma grande distinção, Sua Majestade El-Rei saudou na pessoa do sr. presidente da Câmara a leal cidade de Angra, fazendo-o em termos os mais honrosos para esta ilha, respondendo o sr. dr. Noronha agradecendo a prova de consideração que acabava de dar Sua Majestade ao povo terceirense.

O representante do «*Diário de Notícias*» de Lisboa, que acompanhou a comitiva régia, deu àquele jornal notícia telegráfica do brinde d'El-Rei no jantar de gala, nos seguintes termos:

«El-Rei fez um grande e caloroso brinde, recordando os serviços que a ilha Terceira prestou à causa da liberdade; invocou a memória do rei soldado, D. Pedro IV, que residiu no mesmo palácio, onde está o rei D. Carlos; o de sua augusta avó, D. Maria II, cuja regência, em seu nome, teve as suas sessões no mesmo palácio, e que ofereceu ao município o seu retrato, o primeiro que houve daquela soberana, e que por ela foi mandado de Londres, para ser oferecido à municipalidade de Angra, efetuando-se a entrega, com toda a solenidade, no dia do aniversário natalício de D. Pedro IV, em 1829, sendo portador de tão honrosa dádiva o conde de Vila Flor.

El-Rei terminou o brinde demonstrando o seu agradecimento ao povo da ilha Terceira pelas suas calorosas manifestações, que o têm comovido e à Rainha.

Respondeu a sua Majestade o presidente da Câmara Municipal, agradecendo as elogiosas palavras do Chefe do Estado ao povo terceirense, e

afirmando o sincero afeto de todos os habitantes da valorosa ilha Terceira à família real.

Todas as pessoas que acompanhavam Suas Majestades, declararam nunca terem ouvido falar El-Rei com tanto entusiasmo».

Aquele jornal justifica o entusiasmo do brinde de El-Rei, com o conhecimento profundo que Sua Majestade tem dos feitos históricos de ineludível heroísmo desta terra; e o da recepção vibrante que aos Soberanos foi aqui feita, pelas tradições e educação deste povo.

O «menu» do jantar foi o seguinte:

— Crème de volaille à la Reine — Poisson bouilli, sauce anglaise — Filet de bœuf à la barigoule — Escalopes de dindon aux truffes — Foie-gras en belle-vue — Punch glacé à l'Impérial — Bécasses rôties aux croûtes — Salade panachée — Asperges à la hollandaise — Pouding saxon — Coupe à la chantilly — Glace.

Nesta mesma noite, e a hora adiantada, passeou Sua Majestade El-Rei a pé pela cidade, acompanhado do seu secretário particular, o sr. conde de Arnoso, e do sr. governador civil, gostando imenso da nossa cidade.

Conquanto em todas as noites da estada dos Soberanos portugueses nesta ilha houvesse iluminações públicas e geralmente de particulares, na noite do dia 2 de julho é que os navios da esquadra portuguesa e os cruzadores ingleses iluminaram, produzindo de terra surpreendente vista, fazendo nos outros dias projeções elétricas para a cidade.

No dia 3 [de julho], Suas Majestades, com grande comitiva que tomou quase todos os carros da cidade, foram em digressão pelas freguesias do Oeste até São Bartolomeu, sendo em todo o trajeto muito vitoriados pelas populações que juncaram de verdura os caminhos e revestiram as paredes de colchas, deitando flores, batendo palmas, dando vivas.

Gostaram muito Suas Majestades do lindo arrabalde de São Carlos, que efetivamente pelas excelentes casas de campo que possui e sua continuidade, impressiona agradavelmente os que nos visitam.

Suas Majestades regressaram à cidade pelo Caminho de Baixo, por onde também é agradabilíssimo o passeio.

Em São Bartolomeu e São Mateus, onde pararam, o povo assaltou o carro para beijar a mão a Suas Majestades, principalmente à Rainha que distribuía sorrisos e carinhos que a todos prendia de encanto.

De tarde houve a tourada à corda no lugar de São João de Deus, divertimento peculiar desta ilha.

A tribuna, preparada para Suas Majestades e séquito assistirem ao divertimento, era majestosa e rica. A ornamentação não podia ser mais cuidada nem mais aprimorada.

Milhares de pessoas pelo caminho, pelos balcões, pelas bancadas e até por camarotes construídos especialmente para este dia, à passagem e chegada de Suas Majestades soltavam os mais calorosos vivas, acompanhados de estridentes palmas.

Em todo o percurso tiveram sempre a mesma intensidade as ovações, porque era a mesma a impressão de alegria e entusiasmo de que se achava possuído o povo.

Os touros, do *ganadero* sr. José Francisco Aurora, escolhidos caprichosamente como era de esperar, eram uns bonitos bichos e bravos.

Suas Majestades riam de boa vontade ao ver as brincadeiras que os mais ousados tinham com os animais.

Deram-se nas proximidades da tribuna real, onde se demoravam os touros, todas as peripécias de tais divertimentos e que os tornam de uma especial atração.

Um marinheiro da armada inglesa, que nunca tivera certamente tal distração, perseguido por um dos touros em carreira vertiginosa, quase prestes a ser apanhado, foi tomado pela mão férrea de um outro marinheiro português, que o puxou ao lado furtando-o à vista do animal que seguiu na carreira. Avalie-se o alívio que experimentou! Teve também muita graça a maneira grave, à inglesa, porque agradeceu com uma rápida inclinação de cabeça e a frase consagrada «*I thank you!*».

Tomaram parte importante no divertimento marinheiros da armada portuguesa, brincando com os bichos e quase sós, honra que naturalmente, e como hóspedes, lhes concedeu a nossa gente. Apanharam seus trambolhões, que com mais um pouco de prática no género de divertimento, evitariam. Será para outra vez!

Suas Majestades, ora numa ora noutra janela, seguiam com curiosidade e interesse todo o movimento, aplaudindo, rindo-se, mostrando por vários modos o prazer que lhes causava esse divertimento, novo para Suas Majestades.

Mostrou igualmente gozar boa sensação da tourada, toda a comitiva real. Até o sr. Hintze Ribeiro riu de vontade!

Sua Majestade El-Rei, tão agradavelmente ficou impressionado deste género de divertimento, que pretende ensaiá-lo com gado de Suas manadas, em Vila Viçosa.

Depois de corrido o 4.º touro, o sr. governador civil, para que Suas Majestades se não enfastiassem do divertimento, comunicou que era costume correr-se só 4 touros, mas que havia ainda mais dois, caso fosse do agrado de Suas Majestades. El-Rei quis que se corressem esses dois, mostrando assim o prazer que Lhe causava a diversão.

Terminada a corrida retiraram Suas Majestades e seu séquito, entrando na Memória de D. Pedro 4.º, de onde admiraram a excelente vista de toda a cidade que dali se goza.

Tanto na Memória como na tourada, tirou El-Rei muitos «*clichés*».

Depois da visita ao monumento de D. Pedro 4.^o, Suas Majestades dignaram-se visitar a nova casa da escola industrial e oficinas anexas, a pedido do sr. governador civil, que muito desejava satisfazer à vontade de ex.^{ma} sr.^a D. Catarina Pamplona Corte Real Teixeira, do sr. presidente da Junta Geral e do diretor da escola.

Aguardavam no edifício a vinda de Suas Majestades e de Sua ilustre comitiva, a benemérita doadora, D. Catarina Pamplona Corte Real Teixeira, o diretor e sua esposa, e artistas, e, fora, alunos do Seminário, muitas senhoras, cavalheiros e o povo. Depois das apresentações feitas pelo sr. governador civil, o diretor da Escola conduziu os Régios Visitantes e sua comitiva à sala onde se acham colocados os retratos da doadora e de seu estremecido esposo falecido, que em vida mostrou claramente grande desejo de que aqueles utensílios servissem para a instrução dos artistas de Angra.

Neste momento teve a ilustre doadora ocasião de manifestar a Suas Majestades o seu encantamento por tão honrosa visita àquela casa e material de ofícios que em benefício da classe operária e em satisfação à vontade de seu falecido marido se havia apressado em confiar e ceder a Junta Geral do distrito, e que agora se dignassem Suas Majestades aceitar em homenagem às Suas Raes Pessoas, e em recordação da sua tão honrosa visita a esta cidade. Em resposta dirigiu Sua Majestade a Rainha palavras de agradecimento, de condolência e conforto àquela senhora.

A nossa Rainha fez à ex.^{ma} sr.^a D. Catarina especial agradecimento pela oferta que esta senhora Lhe mandara fazer nesse mesmo dia. Era um lindo barco ba-leiro construído de papel pelo patrão-mor do porto de Angra, [José António Teles Pamplona], ² e de que aquela senhora tivera conhecimento pela descrição feita dele no diário «*A União*», que alvitrou a ideia de ser comprado para um bonito presente à Rainha de Portugal, Senhora D. Maria Amélia, a Quem devia ser muito agradável a oferta, não só porque Sua Majestade ter predileção pelos passeios em barco no Tejo, mas ainda por ser uma alusão ao ato admirável de

coragem e filantropia praticado pela Rainha não há muito em Cascais, deitando-se à água para salvar a vida a um dos tripulantes do barco que A conduzia.

O barco monta 4 remos e tem 5,50 m de comprimento, 1,40 m de boca e 0,54 m de pontal, com o nome de *D. Amélia*, que em letras de ouro está desenhado à popa. Nada falta para que seja uma embarcação do mais requintado bom gosto e luxuosa ornamentação. Assegura o construtor que pode fazer serviço e estar na água sucessivamente 5 meses que não se ressentirá na sua resistência.

Continuou o diretor a mostrar as ferramentas e material de trabalho de relojoeiro, ourives, serralheiro, ferreiro, fundidor, latoeiro, marceneiro, carpinteiro, tanoeiro, correeiro e o pequeno laboratório de química.

O material achava-se disposto artisticamente em coleções nas diferentes salas, ligeiramente ornamentadas de modo a apreciar-se a sua variedade, aplicação e importância, o que não passou despercebido a Suas Majestades e ilustre comitiva que o tiveram por valioso e muito útil àquele estabelecimento.

Durante a visita, Suas Majestades dirigiram algumas palavras de animação aos artistas presentes e ao diretor da escola, manifestando desejos de que se engrandecesse aquele estabelecimento de instrução artística.

No decurso da visita, Sua Majestade D. Maria Amélia dignou-se também informar-se da frequência e aproveitamento dos alunos da escola, do pessoal que administrava aquela instrução, e do que havia sido projetado para o futuro ano letivo, ao que o diretor sr. Ciríaco Tavares satisfez, agradecendo ao mesmo tempo a Suas Majestades a honra que se dignaram conceder àquele estabelecimento, fazendo votos pela preciosa existência de Suas Majestades.

*

V

Falando no capítulo precedente da tourada em São João de Deus, notámos com prazer a espontaneidade do nosso povo, deixando que brincassem com os touros os seus hóspedes, como os marinheiros da armada. Fizemos também uma outra

nota circunstanciada que dá o característico de um certo grau de educação do nosso povo.

É coisa peculiar, indispensável mesmo, ir-se de varapau para as touradas à corda, ostentando do povo: os velhos uns paus menos cuidados; e os rapazes bordões bem emponteirados e luzidos. Pois na tourada real em São João de Deus, o nosso povo desarmou-se por completo em respeito aos nossos monarcas! O guarda-sóis eram o único adorno das mãos dos milhares de homens que ali estavam! Impressionou-nos isso também, como o facto de não se ter visto um ébrio, de não se ter notado uma rixa, o que sucedeu em todo o conjunto das festas, pois não se efetuou uma prisão nem necessidade houve de fazer uma simples detenção!

Nas manifestações do segundo dia da estada de Suas Majestades entre nós, na altura competente deixámos de fazer referência a uma das que muito calaram no ânimo dos Monarcas Portugueses. Foi a que de tarde Lhes fizeram os estudantes de ambos os sexos: do Liceu, Escola Distrital e escolas primárias desta cidade.

Reuniram-se no pátio do palacete do sr. Barão do Ramalho, e antes de Suas Majestades assistirem à inauguração do Monumento, aqueles centenaes de esperançosos estudantes, que representam a sociedade de amanhã, cheios do entusiasmo próprio da sua idade, de afeição aos seus Monarcas com que têm sido educados, de um santo amor pela pátria que neles tem as suas esperanças como a tem no futuro, pelas tradições de lealdade de seus antepassados, com a herança dos feitos heroicos praticados por seus avós, foram diante do Palácio Real aclamar os Reis de Portugal.

Os vivas eram frenéticos, as palmas estridentes, tocando o delírio quando Suas Majestades apareceram a uma das varandas, agradecendo sensibilizados manifestação tanto do seu agrado, pelo que tinha de espontânea e franca, como pela ideia que significavam, de dedicação à Pátria e ao Rei.

Uma deputação de estudantes de ambos os sexos subiu à presença dos Soberanos, levando uma menina, filha do sr. José da Rosa Silveira, de Santo Amaro da ilha do Pico, que é aluna de uma das nossas escolas, um lindo *bouquet* de flores que ofereceu à Rainha, lendo o estudando do liceu sr. Henrique Brás a seguinte mensagem:

«SENHOR!

Temos assistido com o mais sincero prazer a esse entusiasmo verdadeiramente patriótico com que a nossa terra, pequeno penhasco elevado sobre o oceano, mas santo asilo da liberdade oprimida, pretendeu receber os seus Augustos Soberanos.

Apenas se confirmou a notícia da visita de Vossas Majestades ao Arquipélago Açoriano, todos os corações dos terceirenses exultaram de alegria e procuraram, unidos no mesmo pensamento, prestar a sua modesta mas cordial e sincera homenagem ao Vulto que representa a integridade da Pátria, as suas nobres e inigualáveis tradições, o seu progresso e engrandecimento — e ao Anjo da Caridade que, dotada de geniais qualidades para colaborar na mesma grandiosa obra, protege a infelicidade, leva lenitivo à dor, procurando assim salvar os seus diletos filhos que tanto A estremecem e adoram.

Nascidos neste pequeno baluarte que defrontou digna e briosamente o sobrececho do despotismo, as terríveis e angustiosas inclemências do desterro e da prepotência para se conservar sempre fiel à causa liberal, não podíamos ficar silenciosos, nem deixar de vir com o mais profundo respeito, a mais subida consideração, o mais sincero e cordial afeto, prestar a nossa pequena e singela homenagem ante o trono de Vossas Majestades.

Por isso vimos nós, em nome da academia angrense e escola primária, levantar com o mais santo fervor um «viva» de reconhecimento pela passagem de Vossas Majestades por esta ilha, pedindo à Providência que ela nos fique eternamente gravada na memória e abra novos horizontes de progressivo desenvolvimento neste arquipélago.

Vimos, pois, em nome da academia que representa os homens de amanhã nesta terra, demonstrar mui respeitosamente a Vossas Majestades que estamos hoje, e estaremos sempre, prontos a imitar o exemplo dos nossos antepassados, desde que perigue a integridade da pátria e a preciosa vida dos seus Augustos Soberanos.»

A saída de Suas Majestades para a inauguração do monumento na Praça da Restauração era aguardada pelos estudantes, que ladearam o trem, acompanhando-o até à Praça da Restauração no meio de frenéticas e entusiásticas aclamações.

Acompanhou sempre os estudantes nas suas manifestações a filarmónica *Flamenguense*.

No dia 4 [de julho] teve lugar a revista pecuária no Paul. Previa-se que seria este o número mais importante e agradável das festas que dedicámos aos Reis de Portugal.

Excedeu, porém, o que se imaginava. Foi bela, surpreendente, a festa do Paul.

De há muito que trens, carrinhos e carroças, de todos os pontos da ilha, se achavam alugados e por bom preço. Houve necessidade de se lançar mão de carros de bois, que foram alugados do campo em número superior a 400 carros. Além destes, ainda concorreram mais de 500 que conduziram gente das freguesias de toda a ilha!

Tudo isso despejou gente no Paul, não falando em cavaleiros nem em peões.

A concorrência foi extraordinária. Seguramente umas 24 mil pessoas se juntaram naquele vale, oferecendo pelas variegadas cores dos vestuários de homens e mulheres uma encantadora vista, um panorama delicioso.

Seria meio-dia quando Suas Majestades e seu séquito, seguidos de numerosos trens, chegaram ao Paul, atravessando a multidão no meio de aclamações

estrondosas que ecoavam pela extensa planície, que parecia, repetindo as ovações, também saudar o Rei lavrador.

Suas Majestades, apesar do chuvisco que caiu, chegaram de carro aberto o que maior delírio causou ao povo, por ver que para se não furtarem à sua vista, os Soberanos preferiram assim expor-se ao tempo!

Suas Majestades subiram para o pavilhão real, que era de um lindo efeito, execução bem compreendida de um plano do eminente artista português Bordalo Pinheiro.

Eram três os pavilhões.

As cúpulas, formando três corpos, eram revestidas a palha de centeio, com suas respectivas espigas. Circundava-os uma baixa rocha artificial, de cujas pequenas cavidades saíam bonitas plantas de adorno, pés de milho e outras produções agrícolas.

O primeiro pavilhão era a casa onde se serviu o almoço, e contíguo a esse, com passagem interior, era o destinado a Suas Majestades e comitiva. No terceiro, tomaram lugar titulares, imprensa e mais convidados.

O fundo do segundo pavilhão dava entrada para um gabinete destinado a descanso dos Monarcas.

Era um primor de ornamentação, característica da terra e do local.

Eram colchas de lindo gosto, fabricadas na ilha, que o forravam, bem como ao teto do pavilhão, em que a do centro tinha a coroa portuguesa, tecida também na terra.

Duas cadeiras feitas de vimes, encimadas com a coroa portuguesa também do mesmo fabrico, e com coxim de seda azul e branca, destinaram-se aos lugares de Suas Majestades.

Seria longo e quase se nos torna impossível descrever a originalidade e encanto da ornamentação, principalmente do pavilhão e gabinete destinado a Suas Majestades. Bastará dizer que era impossível revesti-los de mais atrativos. Tanto

assim foi, e tanto agrado produziu, que das colchas, umas elogiadas por Sua Majestade a Rainha foram-lhes oferecidas, bem como a El-Rei as cadeiras; alguns dignitários da sua comitiva também desejaram outras, que lhes foram também oferecidas, apesar de pedirem que fossem mandadas fazer por sua encomenda, daqueles padrões.

*

VI

Antes da chegada de Suas Majestades ao Paul, caíram chuueiros, fazendo reear que não se efetuasse a revista por falta da comparência de Suas Majestades, em vista de o tempo afigurar que não melhoraria.

Os milhares de assistentes lamentavam que assim sucedesse, e por isso foi indescritível a alegria à chegada dos nossos Reis ao Paul.

Alagada a relva, toda a gente tomou lugar na estrada, ocupando uma extensão aproximadamente de dois quilómetros. Se as pastagens não estivessem alagadas, aqueles milhares de pessoas distribuídas pela planície dariam um panorama surpreendente.

Foi, no entanto, também de arrebatador efeito ver aquela grossa coluna de povo, que ao cair dos chuueiros armava os guarda-chuvas, que formavam um teto perfeito, parecendo obedecer a um plano combinado para produzir aquele resultado.

Conquanto ainda depois de Suas Majestades se acharem no Paul, caísse alguma chuva, após a Sua chegada o tempo melhorou, dando lugar a que se procedesse regularmente à revista, fazendo-se o desfile de gado em frente da tribuna Real pela ordem seguinte:

1.^a parte: — *Passagem de vacas leiteiras — Grupo de novilhas de 2 a 3 anos — Gado de trabalho — Passagem das vacas com os bezerros.*

2.^a parte: — *Desfile de carros — Fabrico de manteiga — Exame de alfaia agrícola — Exposição de gado bravo.*

Os criadores que concorreram à exposição apresentaram o seu gado com divisas especiais: fita na haste de um dos animais da manada. Foram os senhores: Manuel Carvalho Soares & Irmãos — Francisco de Paula Barcellos Machado Bettencourt — José Francisco Aurora — João Luiz Toste Parreira — Pedro Parreira de Lima e João Machado de Ávila — Félix Machado Barcelos — Jacinto de Sousa — José Pacheco Ormonde — Francisco de Paula Rego — Pedro Menezes Parreira & Irmão — José Luiz de Sequeira.

Depois da passagem das vacas com os bezerros, vieram para ser mungidas diante da tribuna Real, uma vaca de cada criador: as que tinham a divisa. Da que pertencia ao promotor desta festa em honra das Majestades, tirou-se primeiramente leite em um jarro de prata, de onde se botou em copos, que em uma bandeja também de prata, se foi oferecer a Suas Majestades, bebendo El-Rei e os da Sua comitiva, provando só Sua Majestade a Rainha, receando poder fazer-lhe mal.

Os nossos Monarcas prestaram sempre muita atenção a todas as circunstâncias da revista, admirando alguns exemplares especiais das manadas, vendo-se perfeitamente que estavam muito agradados da festa.

O desfile dos carros de bois produziu também grande sensação nos Régios visitantes.

Mais de 200 carros com ornamentações várias ao estilo da terra, embandeirados, puxados pelas melhores juntas de bois, passaram em frente do pavilhão Real, soltando os passageiros os seus lenços saudando os Monarcas, que correspondiam cumprimentando cativamente, no meio dos vivas e palmas do povo.

Finda a primeira parte do programa da festa, serviu-se o almoço.

A mesa estava primorosamente disposta, e o serviço foi todo à terceirense. Serviram guapas raparigas. Eis o menu:

— *Canja* — *Vinho «Madeira»* — *Pastéis de lapas* — *Vinho «Graciosa» (velho)*
— *Codornizes com cabeças de nabo* — *Vinho «Candelária» (tinto velho)* —
Alcatra — *Pudim de batata* — *Vinho «Bordéus»* — *Fiambre* — *Vinho*

«Casteletes» — Peru assado — Feijão verde e agrião — Acelga e alface — Vinho champanhe — Doces, pastelaria e frutas diversas — Vinhos do Porto e Madeira — Café, cognac e licores.

Suas Majestades visitaram depois do almoço a instalação do fabrico de manteiga, onde se demoraram, indo em seguida para uma pequena tribuna, junto a um pasto fechado, para ver o gado bravo que ali se achava, custando a trazê-lo próximo do local onde estavam os Soberanos, só vindo parte dele.

O gado bravo era em número de 118 cabeças, e o mais gado que entrou na revista foi em número de 560 cabeças, a além do que estava tomado aos carros que ascendia a 1800 cabeças.

Durante a revista, Suas Majestades por vezes felicitaram o promotor daquela esplêndida festa, o sr. José Luiz de Sequeira, de quem era a propriedade em que se realizou, bem como ao sr. governador civil.

Declarou El-Rei que não podiam preparar-lhe festa que mais agradavelmente o impressionasse como aquela.

Prometeu Sua Majestade enviar das Suas manadas ao sr. Sequeira um casal da melhor raça de rezes que lá tivesse, honra que o sr. Sequeira agradeceu confundido. El-Rei também disse que o mesmo cavalheiro havia de aceitar a Medalha de Mérito Agrícola com que o queria condecorar. O sr. Sequeira, mostrando a Sua Majestade o quanto se achava penhorado por tantas honras com que já o tinha distinguido, dispensando-lhe afabilidades de que se não considerava merecedor, declarou que para mostrar o seu reconhecimento faria o que Sua Majestade mandasse.

A condecoração, a que pertence o título de comendador, foi criada por El-Rei D. Carlos para distinguir méritos agrícolas que Sua Majestade muito aprecia, e confere-a muito especialmente.

Foi mostrado a Suas Majestades no Paul um lindo cão exemplar da raça de fila, especial desta ilha, pertencente ao sr. Ciríaco Tavares da Silva.

Muito gostaram Suas Majestades do animal, e manifestando a Rainha vontade em possuí-lo, pediu o sr. Sequeira licença para o ofertar, o que Sua Majestade estimou dizendo que o queria levar consigo, e assim foi o feliz cão para bordo do cruzado «*D. Carlos*», mandando gratificar a Rainha o portador que o levou a bordo, um criado do sr. Ciríaco, com dez mil réis fortes. Ficou o sr. Sequeira de mandar depois uma fêmea da mesma raça.

Terminada a festa do Paul, da qual declararam Suas Majestades levarem as mais agradáveis recordações, retiraram-se os Soberanos para a cidade, seguindo o Seu carro numerosos trens, sempre no meio de entusiásticos vivas e palmas, que, quase ininterrompidamente, soaram toda a tarde a Seus ouvidos.

No Paul foi armada uma grande barraca de campanha onde se estabeleceu um «*buffet*» esplêndido e gratuito, onde se serviu a mais de 500 pessoas.

A oficialidade dos navios de guerra portugueses e estrangeiros, bem como todos os nossos hóspedes e mais pessoas que ali foram, depois de se terem utilizado à vontade de tudo o que desejavam, ao pedir a conta ficavam surpreendidos respondendo-se-lhes que ali se não pagava coisa alguma.

Apesar de tanta gente se ter utilizado do «*buffet*», tão bem sortido ele estava que ainda ficou o suficiente para mais umas 200 pessoas.

*

VII

No regresso do Paul vieram Suas Majestades pela freguesia da Ribeirinha, graça que aquele povo solicitou com grande empenho e que os Monarcas na Sua bondade concederam, retribuindo tão carinhosamente a prova de muita afeição às Suas reais Pessoas, que a solicitação representava.

Os caminhos estavam juncados de verdura e flores, e a densa população daquela freguesia, à passagem dos seus Reis, dava-Lhes entusiásticos vivas e palmas. Um delírio de prazer.

A filarmónica da freguesia tocava o hino nacional. Uma importante parte do povo seguiu o trem real até uma grande distância, sempre em entusiásticas aclamações.

As janelas estavam ornadas com colchas de várias cores e tecidos, dando o tom de uma grande festa no povoado.

Uma velhinha que alegre e contente, atenta olhava a Rainha, exclamou num arrebatamento de prazer: — *A Rainha é um botão de rosa!* — Singela é a frase, mas bastante expressiva.

Chegados os Régio Visitantes à cidade, ocupado o tempo indispensável na mudança de «*toilette*», dirigiram-se de carruagem para o Cais da Alfândega, onde teve lugar o embarque pelas 6 horas e meia.

Na Rua Direita estava postada a guarda de honra, e no Largo 3 de Março aguardavam Suas Majestades: a câmara municipal, autoridades, funcionários, clero, todo o corpo seminarístico e muito povo, que aclamavam os seus Reis.

Suas Majestades despediram-se com afabilidade dos que se Lhes acercavam, e El-Rei dirigindo-se ao sr. Presidente da Câmara, disse-lhe: que ia penhorado pela receção que nesta cidade Lhe tinham feito e à Rainha, o que mais uma vez agradecia à Câmara, representante deste lealíssimo povo.

Levantou o sr. Presidente da Câmara vivas a Suas Majestades, que foram calorosamente correspondidos. Eram ruidosas as aclamações, mas notava-se a comovência que a saudade da partida deixava. Principalmente a nossa Rainha ia bastante sensibilizada, demonstrando assim que Lhe será de boa recordação a curta estada de Suas Majestades nesta ilha.

A bordo teve lugar o jantar dedicado a El-Rei pelo comandante do cruzador «*D. Carlos*», sr. Moraes e Sousa, estando entre os convidados, oficialidade da Marinha de Guerra, o ilustre governador civil deste distrito sr. Emídio Lino da Silva Jr. e ex.^{ma} esposa. El-Rei dirigiu um brinde muito honroso para esta terra ao sr.

governador civil, agradecendo-lhe, como chefe do distrito, a cordialidade e entusiástica simpatia com que o povo terceirense tinha recebido os seus Monarcas.

Sua Majestade a Rainha mui particularmente significou à ex.^{ma} esposa do sr. governador civil, sr.^a D. Brites Cunha e Silva, a maneira porque se achava cativada por este povo, e pela forma incansável por que a ilustre dama tinha proporcionado todas as comodidades e embelezamentos nos régios aposentos.

O sr. governador civil e ex.^{ma} esposa, que acompanharam Suas Majestades à ilha de São Miguel, receberam também ali de Suas Majestades por vezes, provas do quanto iam satisfeitos e agradavelmente impressionados. Assim se depreende dos honrosos seguintes telegramas que El-Rei expediu à Sua chegada a São Miguel e a Lisboa, ao sr. Presidente da Câmara de Angra:

«Ponta Delgada, 5 de julho — Urgente — Presidente da Câmara Municipal d'Angra do Heroísmo — Ao chegarmos aqui depois de uma excelente viagem quero mais uma vez, em meu nome e da Rainha, agradecer a esse bom e leal povo a cativante receção que nos fizeram e assegurar-lhe que ela ficará como uma das mais gratas recordações da nossa vida. — El-Rei».

Tal e tão justificado regozijo produziu o texto do telegrama de El-Rei ao povo terceirense, que um sem número de cópias dele, impressas, existem em quadros. Toda a gente quis guardar as impressões dos Reis de Portugal, manifestas nesse documento que fica sendo mais uma prova do reconhecimento que os Monarcas Portugueses deram da afeição que Lhes consagra o povo terceirense. Não menor é a que nos foi dada com o seguinte telegrama, expedido logo que Suas Majestades chegaram a Lisboa:

«Lisboa, 14 de julho — 5 horas e 20 minutos da tarde — Presidente da Câmara Municipal — Angra — A esse bom e leal povo quero, no momento de chegar, significar ainda uma vez em meu nome e no da Rainha todo o meu reconhecimento pela afetuosa receção que aí tivemos e assegurar-lhe os votos que fazemos pela sua ventura e prosperidade. — El-Rei.»

No mesmo sentido, o sr. governador civil expediu o sr. Presidente [do Ministério] no mesmo dia às 5 h. 25 m. o seguinte:

«Suas Majestades acabam de chegar a Lisboa de perfeita saúde e com feliz viagem, trazendo desse distrito as mais gratas recordações pelo afetuoso e entusiástico acolhimento que aí tiveram e que jamais esquecerão. No seu regresso a esta capital foram Suas Majestades recebidas com as mais cativantes demonstrações de festiva e respeitosa homenagem. — Hintze Ribeiro.»

Essas provas nos fazem ter por bem empregados quaisquer sacrifícios que hajam sido feitos para condignamente receber os nossos Soberanos. Mostrámo-Lhes que imutável é a lealdade e amor dos terceirenses.

Com a satisfação de que se acha possuída toda a ilha Terceira, pela simpatia que teve a felicidade de inspirar aos seus Monarcas, fica também a esta terra a esperança de que tão honrosa visita marcará um novo período de prosperidade pública.

Ao terminar a notícia descritiva das festas que a ilha Terceira fez aos Reis de Portugal, cumpre-nos francamente declarar que ao fazê-la não tivemos em vista apresentá-la com a minuciosidade que os leitores da «*A União*» e o público desejariam.

Diligenciámos arquivar, o mais detalhadamente que nos foi possível, os principais factos, desataviadamente e sem exageros. Exposição simples e verdadeira, é o merecimento da notícia descritiva que oferecemos aos leitores.

Vieira Mendes

NOTAS

A alocução do sr. Presidente da Câmara de Angra por ocasião da entrega das chaves da cidade é do teor seguinte:

«SENHOR!

Nas Mãos de Vossa Majestade tem esta Câmara Municipal a honra de depositar as chaves da Muito Nobre Leal e Sempre Constante cidade de Angra do Heroísmo.

É este preito de homenagem, Senhor, sinal do respeito e submissão devido aos Senhores Reis de Portugal, de longa data usado neste país, e que esta Câmara Municipal se honra de ser-lhe dado prestar neste tão solene momento.

Estas chaves, Meu Senhor, as mesmas são as que outrora aprouve a Sua Majestade o Senhor D. Pedro 4.º receber na ocasião em que chamou a esta terra o egrégio baluarte da liberdade e fidelidade portuguesas, quando se dignou vir juntar-se aos bravos que a haviam intrepidamente defendido durante 4 anos, e que depois Ele próprio conduziu à inteira conquista da liberdade e do solo sagrado da Pátria.

Cumprindo este dever, a Câmara Municipal vem à porta da sua cidade receber a Vossas Majestades e agradecer, em nome destes povos, possuídos da maior gratidão, a honrosa visita que Vossas Majestades se dignam fazer-lhes.

Pela Câmara Municipal e pelos habitantes deste concelho tenho a honra de beijar as mãos de Vossas Majestades, e pedimos todos a Deus conceda a Vossas Majestades dilatada e próspera vida, para felicidade da Nação Portuguesa.»

A Associação Comercial fez uma mui simpática comemoração da chegada de Suas Majestades a esta ilha.

Em cada uma das cinco freguesias da cidade fez distribuição a 100 pobres de esmolas de 625 réis, ou sejam 500 pobres contemplados, e que foram distribuídos na casa da mesma Associação.

À Cozinha Económica deu 60\$000 réis, para durante os 3 dias da visita régia, distribuir 100 jantares melhorados e com vinho.

Aos Asilos de Infância Desvalida e de Mendicidade deu 50\$000 réis a cada, e 20\$000 réis ao Orfanato para os jantares melhorados durante os mesmos 3 dias.

A cada uma das recolhidas da Associação Educadora e Recolhimento Jesus Maria José, 625 réis.

Aos 100 doentes e inválidos do Hospital da Santo Espírito, 625 réis a cada. A mesma quantia a cada preso da cadeia.

Ao desembarque de Suas Majestades assistiram em uma tribuna no cais, as crianças do Asilo de Infância Desvalida com suas diretoras. Soltavam vivas de contentamento e entusiasmo, despertando muita simpatia essa manifestação.

Em sinal de regozijo por se ver que as nossas tão espontâneas e francas manifestações foram tanto do agrado de Suas Majestades, após a publicação dos telegramas de El-Rei, a Câmara hasteou o seu estandarte, e à noite houve manifestações de regozijo público, percorrendo o povo em marcha «*aux flam-beaux*», com música, as ruas da cidade em entusiásticas manifestações, levantando vivas a El-Rei, à Rainha e à Família Real.

Das manifestações do primeiro dia, deu o sr. Governador civil comunicação telegráfica para Ponta Delgada ao sr. Presidente do Conselho, que respondeu nos seguintes termos:

«Suas Majestades agradecem a penhorante manifestação dos povos de Angra do Heroísmo que tão gratas impressões lhes deixaram. — Hintze Ribeiro»

Em resposta a um telegrama do sr. Presidente da Câmara desta cidade para Ponta Delgada, perguntando como tinham passado Suas Majestades de viagem, respondeu o sr. conselheiro Hintze Ribeiro com o seguinte telegrama:

«Suas Majestades a quem comuniquei o conteúdo do telegrama de V. Ex.^a, incumbe-me de agradecer a V. Ex.^a e de informar que se encontram bem

e com indelével saudade dessa bela ilha donde trouxeram tão gratas impressões. — Hintze Ribeiro»

O sr. governador civil recebeu também de Ponta Delgada este telegrama:

«Calorosa entusiástica receção Majestades grandiosa concorrência, exposição admirável distrito Angra instalação separada colocação artística productos. Rainha elogiou tecidos, bordados, trabalhos vimes, presidente comissão felicitou representante Junta boa compreensão bom êxito distrito. Emídio, Sotto Maior, Alcampos solicitaram Majestade Rainha graça oferta alguns productos nome Junta. —Governador Civil»

Em resposta a este telegrama do sr. governador civil de Ponta Delgada, enviou o sr. governador civil de Angra o telegrama seguinte:

«Congratulo-me V. Ex.^a excelente receção Suas Majestades nessa ilha, e agradeço penhorado sua comunicação.»

Para a exposição em Ponta Delgada, entre os produtos da ilha Terceira que ali concorreram, existia um filtro de água, representando em alto relevo nas faces as quatro estações do ano.

Era primoroso trabalho do habilíssimo artista sr. Sá e Silva, sendo expositor o abastado negociante sr. António Pedro Simões.

Na visita à instalação desta ilha, Sua Majestade El-Rei apreciou muito esse trabalho. Foi isso comunicado dali ao sr. Simões, que imediatamente deu ordem para que se oferecesse esse objeto a Sua Majestade. Depois da oferta recebeu o sr. governador civil este telegrama:

«Sua Majestade El-Rei meu Augusto Amo pede e diz agradeça em nome de Sua Majestade a Manoel de Sá e Silva e António Pedro Simões a oferta do lindo filtro que fizeram a Sua Majestade e que muito apreciou. — Conde de Arnoso.»

Em resposta expediu o sr. governador civil:

«Em nome Sá e Silva, Pedro Simões e meu agradeço muito reconhecida-mente a honra que Sua Majestade El-Rei se dignou conceder aceitando a humilde oferta daquele e respetiva comunicação de V. Ex.^a»

Sobre o mesmo assunto telegrafou o sr. Hintze Ribeiro o seguinte:

«Suas Majestades aceitam e agradecem a oferta do filtro em alto relevo, produto de Manoel Sá e Silva, exposto por António Pedro Simões.»

Agradeceu o sr. governador civil nestes termos:

«Sá e Silva, Antonio Pedro Simões e eu agradecemos penhoradíssimos a honrosa comunicação por parte de Sua Majestade El-Rei da humilde oferta d'aqueles.»

Ressente-se o presente trabalho, tanto em disposição, redação e revisão, da brevidade com que teve de ser feito.

Garantimos, porém, que não peca por exageros nas referências às festas que a ilha Terceira fez, recebendo os seus Monarcas. Afasta-se mesmo do princípio ordinariamente seguido de avolumar os factos.

Será perdurável neste povo a saudade por D. Carlos 1.^o e rainha D. Maria Amélia, como o é a sua lealdade para com a Casa Reinante de Portugal.

VIVA A FAMÍLIA REAL PORTUGUESA!

1 Luís do Canto e Castro Merens de Távora (Lisboa, 25 de junho de 1848 — Lisboa, 22 de setembro de 1926), reputado engenheiro civil, grande proprietário e político. Foi fidalgo cavaleiro da Casa Real por alvará de 1875, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, proprietário da Quinta da Candelária em São Mateus da Calheta e de vários outros imóveis, incluindo grandes parcelas de terreno agrícolas. Conhecido nas décadas finais da sua vida por «*Conselheiro Merens de Távora*», teve uma distinta carreira no campo da Obras Públicas, iniciada no Distrito da Guarda, mas que incluiu o cargo de diretor das Obras Públicas do Distrito de Angra (1879 a 1886) e do Distrito de Ponta Delgada, onde também dirigiu as obras de construção do molhe do porto. Entre outros cargos, foi governador civil do Distrito do Funchal (1892 a 1893) e inspetor da 5.^a Circunscrição Industrial, com sede em Angra. Dedicou-se ao hipismo e foi toureiro amador. Pelo salvamento de um grupo de pescadores ao largo de Ponta Delgada, foi agraciada com o grau prata da Medalha D. Maria II ao Mérito, Filantropia e Generosidade (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, pp. 756-757).

2 António Teles Pamplona (Angra do Heroísmo (Sé), 29 de abril de 1850 – Angra do Heroísmo (Sé), 12 de

setembro de 1925), oficial da marinha mercante e patrão-mor do porto de Angra do Heroísmo. Notabilizou-se pela construção de pequenas embarcações com cavername de madeira forrado a papel de jornal embebido em resina. A sua obra mais famosa foi a embarcação denominada Autonomia, utilizada em maio de 1895 por Francisco Moniz Barreto Corte-Real (Praia da Vitória, 24 de novembro de 1868 – Martha's Vineyard, 16 de outubro de 1939), cavaleiro tauromáquico, caçador e navegador solitário, para ir de Angra do Heroísmo a Ponta Delgada, numa distância de mais de 90 milhas náuticas (167 km), para participar na Confraternização Açoriana, que então reunia na cidade de Ponta Delgada representantes de diversas ilhas do arquipélago celebrando a concessão da autonomia administrativa distrital consagrada no Decreto de 2 de março daquele ano.

ANEXO II

Augusto Ribeiro

Pro Memoria

VISITA DE SUAS Magestades

El-Rei o Senhor D. Carlos I
e Rainha a Senhora D. Amelia

À

ILHA TERCEIRA

(1 a 4 de Julho de 1901)

Valor, lealdade e merito



LISBOA

A LIBERAL — Officina typographica

216 — RUA DE S. PAULO — 216

1901

A Maria Angra

*Vereis amor da pátria, não movido
de prémio vil, mas alto, e quase eterno;
Que não é prémio vil ser conhecido
Por um pregão do ninho paterno.*

Luís de Camões, *Os Lusíadas* (Canto I, 10.^a estância)

**Visita de Suas Majestades El-Rei o Senhor D. Carlos I e Rainha a Senhora D.
Amélia à Ilha Terceira**

Por ocasião da memorável viagem de Suas Majestades às ilhas da Madeira e dos Açores, julguei do meu dever reavivar a lembrança de algumas gloriosas memórias da heroica Ilha Terceira. Creio bem que, para muitos, foi coisa nova a sintetização dos relevantes serviços prestados por aquele bom e leal povo à independência e à liberdade portuguesa, porque, de não raros, recebi agradecimentos e felicitações por o haver feito. D'esta circunstância resultou a ideia de fazer esta edição especial dos artigos publicados, ampliando-os e corrigindo-os, destinando-a apenas a distribuição particular.

Consagro este modesto e despretensioso trabalho à minha querida filha Maria Angra, em cujo nome quis perpetuar o da minha pátria sempre amada e nunca esquecida. E, para completar toda essa homenagem, entendi dever juntar-lhe as palavras tão calorosas, como sentidas, com que Sua Majestade El-Rei se dignou honrar a Ilha Terceira e o brioso e leal povo terceirense nos atos solenes da receção de Suas Majestades na muito notável vila da Praia da Victoria e na muito nobre, leal e sempre constante cidade d'Angra do Heroísmo. Junto igualmente os expressivos telegramas de agradecimento expedidos por Sua Majestade de Ponta Delgada e de Lisboa, ao presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e ainda a significativa saudação dos açorianos de Boston e a resposta que Sua Majestade se dignou dar-lhe.

— Lisboa, 24 de julho, 68.º aniversário da entrada do
Exército Libertador na capital do reino. —
— Augusto Ribeiro —

A Ilha Terceira

Títulos, brasões, homenagens e serviços

Dentro de poucos dias serão hóspedes da Ilha Terceira Suas Majestades El-rei e a Rainha de Portugal, acolhendo-se no mesmo histórico palácio, que foi sede do governo provisório de 1828 a 1830 e da célebre regência de 1830 a 1832 e, neste último período, (de 3 de março a 25 de abril de 1832) residência de sua majestade o sr. D. Pedro IV. Terra três vezes sagrada para a liberdade, não há nos domínios da coroa portuguesa nenhuma mais leal nem mais sinceramente patriótica. A Ilha Terceira, vinculada gloriosamente às navegações e conquistas nos séculos XV e XVI, tendo sido o solar dos Corte-Reais, as grandes figuras primaciais de toda a nossa epopeia marítima, tendo obrado prodígios de heroicidade em defesa da independência nacional nos séculos XVI e XVII, cabendo-lhe ainda a glória dos sacrifícios e das abnegações extremadas que assinalaram a brilhante campanha da liberdade no século XIX, a Ilha Terceira, decerto, fará aos monarcas portugueses uma receção calorosa e entusiástica e, decerto também, será grato a suas majestades avivar ali todas as recordações que se prendem àquele histórico rochedo atlântico, onde, por assim dizer, em cada pedra das fortalezas, em cada montanha, em cada lugar, em cada edifício, há uma lembrança, uma tradição e uma memória dessa altiva e briosa raça de fortes, que foi grande nos mares, grande nos terços de África, grande nas lutas da Ásia, grande, enfim, em toda a parte onde o valor português teve que afirmar-se pela honra e pela grandeza da pátria.

Como em geral andam esquecidas e mal cuidadas as coisas da nossa própria história, ainda mesmo as de épocas mais próximas de nós, e a muitos, talvez, pareça exagerado caber tanta grandeza em rochedo tão pequeno, tem oportunidade a publicação deste *memorandum* acerca dos títulos, brasões e homenagens históricas, que tem honrado e honram a Ilha Terceira, que, nem por um momento, perdeu o direito à consideração, ao respeito e ao reconhecimento do país e dos seus poderes constituídos, pelos indiscutíveis serviços que lhes tem prestado e com um desinteresse, que, sempre em todas as conjunturas, igualou a sua coragem e a sua energia. Não se ajeitam a contumélias, braços afeitos às armas, nem se dobram a adulações, cervizes acostumadas a arrostar serenas os perigos. É sabido que nas viagens das explorações dos séculos XV e XVI, na defesa do Prior do Crato e na luta liberal, se despenderam, sem reparação, fortunas pessoais enormes. Deu-se tudo e nada se pediu.

Angra do Heroísmo, capital da Ilha Terceira, antiga capital da província e da capitania-geral dos Açores, vila desde a povoação da ilha (1450) cidade por mercê de el-rei D. João III (21 de agosto de 1534) sede do bispado dos Açores (bula de 5 de novembro de 1534 e carta régia de 11 de outubro de 1535), sede do governo do reino em nome de D. António Prior do Crato (5 de agosto de 1580 até 6 de agosto de 1582), *muito nobre e sempre leal* cidade (carta régia de D. João IV em 2 de abril de 1643), residência de el-rei D. Afonso VI (21 de junho de 1669 a 30 de agosto de 1674), sede do governo geral dos Açores (decreto de 30 de agosto de 1766), sede da Academia Militar dos Açores (19 de novembro de 1810 a 1832), sede da junta provisória em nome da rainha D. Maria II (5 de outubro de 1828 a 5 de abril de 1829), capital do reino (regência em nome da rainha, 15 de março de 1830 a 3 de março de 1832, regência do imperador 3 de março a 25 de abril de 1832), capital do distrito central dos Açores (decreto de 28 de março de 1836), *sempre constante* cidade de Angra do *Heroísmo*, grã cruz da Torre e Espada (decreto de 12 de janeiro de 1837), sede 10.^a (depois 5.^a) divisão militar (17 de outubro de 1846, 23 de julho de 1864, 4 de novembro de 1868 e 30 de outubro de 1884).

«Vendo eu como na Ilha Terceira de Nosso Senhor Jesus Cristo, a vila de Angra é agora tão acrescentada de povoação e nobreza, por onde bem merece ser cidade, havendo a isso respeito e assim aos muitos serviços que dos moradores da dita vila tenho recebido... como bons e leais vassalos que são... sem eles mo rogarem nem outrem por eles, hei por bem de a fazer cidade...»

(Carta régia de D. João III em 21 de agosto de 1534)

*Somente nos algares, na braveza
da heroica ilha Terceira,
se desfralda a bandeira
do D. Prior do Crato!
Que valor! que firmeza!*

(Tomás Ribeiro — D. Jayme)

«Hei por bem conceder á dita cidade de Angra que se possa nomear e tenha o título de sempre leal cidade pelo haver assim merecido por sua muita lealdade com os seus príncipes naturais.»

(Alvará de El-Rei D. João IV de 1 de abril de 1643)

«Vejo que continuais a mesma lealdade que el-rei meu senhor e pai começou a experimentar em vossos ânímos, logo que entrou na posse destes reinos. Esta foi a razão, que me obrigou a escolher esse sítio e a confiar de vós a pessoa d'el-rei (D. Afonso VI) tendo por certo que para seu comodo e decência o não podia haver mais capaz. Espero que em ocasião tão importante provareis merecer em meu serviço a justa confiança que faço de tão leais vassalos, como sempre fostes para que eu tenha lugar de vos fazer toda a mercê e honra que desejo.»

(Carta régia de D. Pedro II em 28 de agosto de 1669)

«Hei por bem dar por acabadas as funções d'essa benemérita junta (Junta Provisória de 1828) e por esta ocasião sou servida declarar-vos que terei sempre presente em minha real consideração os relevantes serviços, acrisolada lealdade e constância admirável com que os distintos membros d'essa junta se houveram em tão críticas e singulares circunstâncias.»

(Carta régia de D. Maria II em 5 de abril de 1829)

«Sua Majestade leva impressos¹ em sua alma os relevantes serviços d'esta guarnição e lhe manda assegurar que o objeto da sua contínua solicitude será pôr o seu valor e fidelidade em circunstâncias de acabar a empresa tão nobremente iniciada de libertar a Pátria da opressão.»

(Ordem do dia do Conde de Vila Flor em 16 de novembro de 1829)

«Nesta muito nobre e sempre leal cidade de Angra da Ilha Terceira e sala das vereações do senado da camara d'esta mesma cidade, onde se achavam presentes o exm.^o conde de Vila Flor, governador e capitão general d'esta província dos Açores, o presidente e oficiais da mesma câmara, autoridades civis e militares e

peçoas do clero, nobreza e povo, aí pelo dito ex.^{mo} governador e capitão general foi entregue à mesma o retrato de S. M. F. a senhora D. Maria II, enviado em seu real nome, para ser colocado na presente sala, em memória da constante lealdade com que este senado e o fiel povo que representa tem sabido manter esta ilha na sua legítima obediência».

(Ata da sessão da Câmara de Angra em 12 de outubro de 1829)

«Em nome de minha augusta filha a rainha de Portugal e em meu nome agradeço à regência os sentimentos de respeito e d'amor que a animam e às valorosas tropas e leais povos dos Açores os sacrifícios que têm feito e a lealdade que em tão difíceis circunstâncias têm tão exemplarmente provado».

(Resposta de D. Pedro IV em Paris à deputação da Regência da Terceira em 10 de outubro de 1831)

«Ao contemplar que, apesar dos maiores obstáculos de todo o género, a lealdade pôde salvar à Ilha Terceira (asilo e baluarte da liberdade portuguesa já ilustrado em outras épocas da nossa história) os escassos meios com que os seus nobres defensores não só têm conseguido desde ali sujeitar novamente ao domínio da minha augusta filha as outras ilhas dos Açores, mas também reunir as forças com que hoje contamos, não posso deixar de reconhecer a proteção especial da Divina Providência».

(Manifesto de D. Pedro IV em 2 de fevereiro de 1832)

«Decidi-me a embarcar em Belle Isle e fazer-se à vela, logo que pude, para esta ilha, egrégio baluarte da fidelidade e da liberdade portuguesa. Acudindo deste modo ao chamamento dos seus povos, venho em nome da vossa rainha, e pessoalmente, agradecer à regência e a todos os habitantes das ilhas dos Açores e às valorosas tropas que as guarnecem, tantos sacrifícios feitos, tanta fidelidade provada, tanta constância desenvolvida, que seguramente vos tornam aos olhos do mundo civilizado vivos exemplos daquela heroicidade e amor da pátria com que os Albuquerque e os Castros se distinguiram na Índia».

(Proclamação de D. Pedro IV em 3 de março de 1832)

«Desejando que na lembrança dos vindouros fique memória da minha gratidão, assim como perpetuamente há de ficar na história a dos extraordinários serviços e sacrifícios que à minha causa e à de toda a nação portuguesa, que é a santa causa da liberdade e da civilização, fizeram os leais habitantes da Ilha Terceira, único refúgio que em toda a monarquia portuguesa acharam os poucos leais, que no meio da defeção de tantos, aí foram protestar pela sua honra e pela do povo português, a qual tão nobremente reabilitaram depois levando aos combates e à vitória a flor da mocidade daquela Ilha, assim na conquista do arquipélago dos Açores, no memorável cerco do Porto, como em todos os ilustres feitos que se fizeram até à completa restauração do reino; por todos estes motivos e não menos pela heroica firmeza com que durante tantos anos permaneceu, inabalável em sua constância, aquele pequeno rochedo no meio do Oceano, dando um exemplo de constância e de tão subida lealdade, como não se recordará nunca igual [...]. E já que em todo o tempo foi a cidade d'Angra da referida Ilha Terceira a sede do legítimo governo e capital do reino; e também à Vila da Praia coube a fortuna de ser teatro de uma das mais pasmosas façanhas, que ainda obrou a lealdade e valor português, na memorável batalha do dia 11 d'agosto de 1829: é devido que a estas duas mais consideráveis povoações da dita ilha fique padrão do muito que aí se fez e de tanto que elas bem mereceram da pátria e do príncipe.»

(Carta régia de 12 de janeiro de 1837 concedendo o título de «sempre constante cidade de Angra do Heroísmo» e a grã-cruz da Torre e Espada, com brasão de armas, à capital da ilha Terceira e de «muito notável vila da Praia da Vitória», com brasão de armas, à vila da Praia, teatro da batalha de 11 de agosto de 1829)

«A ilha Terceira foi o primeiro baluarte inexpugnável da liberdade; — a Vila da Praia o teatro dos mais gloriosos feitos dos seus defensores».

(João Eduardo de Abreu Tavares² em sessão da Câmara dos Deputados de 5 de julho de 1841, por ocasião de dar notícia do terramoto de 15 de junho)³

«O governo fará tudo o que puder no interesse d'um povo que fez os maiores sacrifícios pela Rainha e pela Liberdade e não se esquecerá de que na Vila da Praia teve lugar a memorável ação de 11 d'agosto de 1829 e que nela recebeu um tremendo golpe a usurpação.»

(Discurso do Presidente do Conselho, Joaquim Augusto de Aguiar, na Câmara dos Deputados, 5 de julho de 1841)

«Tendo chegado ao meu conhecimento pelas diferentes participações oficiais que me foram presentes o calamitoso acontecimento ocorrido na ilha Terceira [...] e desejando eu acudir de pronto a tão horrorosa catástrofe e mostrar, além dos socorros que o meu governo tem já prestado e continuará a prestar, quanto for compatível com as apuradas circunstâncias do tesouro público, os demais auxílios que se poderem obter da generosidade, da filantropia e da gratidão do povo Português, gratidão de que os habitantes da mencionada ilha são credores pelos aturados e valiosos serviços, que prestaram a prol da liberdade e da independência nacional [...].»

(Decreto da rainha D. Maria II de 5 de julho de 1841)

Foram promulgados na Ilha Terceira, datados e referendados no paço d'Angra, os decretos fixando as cores da bandeira nacional (18 d'outubro de 1828), — abolindo os impostos e privilégios do pescado (6 de novembro de 1830), — criando as câmaras municipais eletivas e abolindo os procuradores dos mesteres (27 de novembro de 1830), — organização do Exército, 7 e 20 de setembro, 4 d'outubro, 2, 10 e 19 de novembro de 1831 — proclamando a liberdade do ensino (29 de março de 1832), — abolindo os morgados e capellas (4 d'abril de 1832), — assegurando as liberdades individuais (13 d'abril de 1832), — abolindo as sisas (19 d'abril de 1832), — criando as primeiras escolas primárias (24 d'abril de 1832). A primeira câmara constitucional do país foi a de Angra que começou a funcionar em 1 de janeiro de 1831 sendo o seu primeiro presidente o conselheiro Teotónio de Ornelas Bruges Ávila.

O primeiro monumento que à independência nacional foi erigido em terras portuguesas, depois da gloriosa restauração de 1640, foi na Ilha Terceira e no castelo de São Filipe de Angra, por mandato d'el-rei D. João IV, que nas cortes de 1642, em resposta aos capítulos apresentados pelos procuradores da Ilha Terceira, escreveu:

— «Muito vos agradeço as lembranças que me fazeis nestes dois capítulos, que é muito conforme à vossa fidelidade, valor e lealdade com que tendes procedido e avantajado em meu serviço e defesa da vossa liberdade e do reino, de que sempre terei lembrança. E mando que no castelo do Monte do Brasil se faça uma igreja da invocação de São João Baptista e que d'aqui em diante se chame o castelo de São João e que as armas de Castella se tirem e as de Portugal se ponham em seu lugar.»

O primeiro monumento levantado em Portugal e Brasil à memória do imperador-soldado, o egrégio duque de Bragança, foi na ilha Terceira e no sítio do velho Castelo de São Luiz (1460) de que foi alcaide-mor o célebre João Vaz Corte Real (1495), depois denominado de São Cristóvão (do nome do marquês de Castelo Rodrigo, D. Cristóvão de Moura; genro daquele capitão donatário). O monumento formado por uma grande pirâmide quadrangular, foi inaugurado em 3 de março de 1845.

Estabelecimento da imprensa na Terceira (14 de fevereiro de 1829) — liceu nacional (20 de setembro de 1844) — biblioteca pública (1 de outubro de 1860) — posto meteorológico (1 de outubro de 1861) — seminário diocesano (9 de novembro de 1862) — biblioteca popular, a primeira dos Açores (inaugurada em 1 de dezembro de 1871) — biblioteca municipal (1 de dezembro de 1876) — associação de socorros mútuos (22 de abril de 1860) — asilo da infância desvalida (16 de abril de 1853) — asilo de mendicidade em Angra (14 de abril de 1860) — na Praia da Vitória (10 de agosto de 1862) — caixa económica (3 de março de 1845) — misericórdia da vila da Praia (1492) — cozinha económica, a primeira dos Açores, (1898).

Tem havido os seguintes ministros e secretários de estado naturais da Ilha Terceira: — conde da Póvoa (Ministro da Fazenda em várias épocas do reinado de el-rei D. João VI) — Manuel Inácio Martins Pamplona, conde de Suberra (Ministro da Guerra e Presidente do Conselho de Ministros de 1821 e 1823) — Teotónio de Ornelas Bruges, 1.º visconde de Bruges, 1.º conde da Praia da Vitória (Ministro da Guerra da Junta Provisória da Terceira 1828-1829) — Pedro Homem da Costa Noronha, 1.º barão e 1.º visconde de Noronha (Ministro da Fazenda da Junta Provisória da Terceira 1828-1829) — general José Maria de Moraes Rego (Ministro da Guerra, 1870-1871) — Jacinto Cândido da Silva (Ministro da Marinha e Ultramar 1896-1897) — general Francisco Maria da Cunha (Ministro da Guerra 1897-1898).⁴

A Ilha Terceira

Do coração, como açoriano e português, liberal por índole e por convicção, me associo às manifestações com que a Ilha Terceira acolhe e agradece a visita régia. Três príncipes portugueses têm visitado a Ilha Terceira como soberanos, todos eles representando,

nas suas fortes individualidades, princípios de nobre devoção nacional: — o Prior do Crato; o Imperador Duque de Bragança; e El-rei o sr. D. Carlos I.

Nascido, criado e educado noutro meio, essencialmente pacífico, fortemente impregnado do espírito moderno, el-rei, tendo todas as superiores qualidades de talento, de energia, de valor e de nacionalismo do Prior do Crato e do Duque de Bragança, seu augusto bisavô, tem, além disso, os elevados dotes resultantes da sua larga, profunda e variada educação científica, que faz dele um dos soberanos mais ilustrados do mundo. Tem a ciência e a consciência das suas altas responsabilidades e a sua missão de reinar tem-lhe merecido sempre o mais escrupuloso cuidado. Em todos os atos da sua vida pública El-rei não deixa de se apresentar sempre como um português, patriota sincero, devotadíssimo pelas glórias da nação.

Visitando a Ilha Terceira, creio bem que, no esclarecido espírito de El-rei, se avivarão lembranças que lhe são particularmente gratas como português, desde as dos Cortes-Reais, de cujos trabalhos geográficos Sua Majestade é um conhecedor e admirador entusiasta, até às das diversas e gloriosas fases das lutas da independência e da liberdade tão valorosamente sustentadas n'esta terra. Sua Majestade vendo no salão nobre dos paços do concelho da cidade d'Angra do Heroísmo o retrato de sua augusta avó, a senhora D. Maria II, por ela oferecido à municipalidade como homenagem do seu reconhecimento, o busto do imperador-soldado, a velha bandeira da cidade com a cruz de Cristo e a nova com a grã-cruz da Torre e Espada — visitando o castelo de São João Baptista, a igreja — primeiro monumento levantado em terras portuguesas à independência nacional — o monumento do imperador — o primeiro também que lhe foi erigido em Portugal e no Brasil — as ruínas desmanteladas dos fortes da baía da vila da Praia — o castelo de São Sebastião — os restos do solar dos Cortes-Reais, a igreja que lhes deu jazigo e onde esteve depositado Paulo da Gama, — Sua Majestade deve ter, decerto, um momento de desvanecido orgulho de português, porque reconhecerá que não há terra portuguesa mais portuguesa do que a Ilha Terceira e que nela vivem muitas das memórias mais ilustres e mais gloriosas de toda a historia nacional. ⁵

Saudação da colónia açoriana de Boston

Boston, 1 de julho

A Sua Majestade El-Rei de Portugal

Angra do Heroísmo

«Na ocasião histórica da primeira visita de Vossa Majestade aos Açores, a colónia portuguesa de Boston, acompanhada do seu cônsul, muito respeitosamente, apresenta as suas homenagens e beija as mãos de Vossa Majestade e de Sua Majestade a Rainha, orgulhando-se de sentir que foram os nossos antepassados que, com o imortal imperador-soldado, nas praias do Mindelo e nas linhas do Porto, mostraram ao mundo que cada açoriano é um herói, que sabe vencer ou morrer pela Pátria e pelo Rei, quando ela ou ele a eles apelam. Do Corvo a Santa Maria enviaram eles os seus melhores filhos ao herói das liberdades pátrias, o imortal bisavô de Vossa Majestade. Pedimos conceda Deus a Vossas Majestades longa vida e felicidades para bem da nação, e em coro repetimos: Deus proteja a Pátria, El-Rei e a Real Família.»⁶

Resposta de Sua Majestade El-Rei

Angra do Heroísmo, 2 de julho
Ao cônsul de Portugal em Boston

«Sinto-me feliz por me achar entre o heroico povo açoriano e as saudações, que de tão longe me enviam os filhos d'estas ilhas, e que do coração agradeço, enchem-me de júbilo e de comoção.»

El-Rei

Discurso de Sua majestade El-Rei o Senhor D. Carlos I na baía da vila da Praia da Vitória em 1 de julho de 1901, em resposta à saudação da Câmara Municipal

«Venero o padrão de glória que esta nobre terra representa; ao perigar da causa da legitimidade e da liberdade, o valor dos seus filhos rechaçou a arremetida que vinha a sufocar o arranco de um direito tradicional e de uma aspiração coletiva. A honra histórica e patriótica remanesce por tradição e herança. Sois vós os filhos dos heróis de outrora, como eu sou o neto daquela a quem sustentaste à custa de sangue. E bem o dizem os transportes, com que saudais o vosso Rei e o grato sentimento, que me invade, ao divisar o leal entusiasmo de um povo, a quem testemunho nesta visita o meu afeto e dedicação.»

**Discurso de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Carlos I em resposta à
mensagem da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, na receção oficial no
paço em 2 de julho de 1901**

«Num transe angustiado, quando Portugal tentava n'um esforço extremo, repulsar o despotismo para se abraçar à liberdade e ao progresso da vida social moderna, foi n'este recanto insular que veio acoitar-se foragida a bandeira do direito nacional por excelência: a realeza legítima associada às franquias populares.

Foi esta cidade de Angra que recolheu piedosamente a arca santa do coração do reino, cobrindo-a com o seu peito abroquelado do mais intemerato heroísmo. Sinto-me comovido ao recordar que meus Augustos Avós, n'este retalho abençoado da terra portuguesa, soltaram convosco o primeiro grito da restauração triunfante da pátria.

Rei liberal e português, venho junto de vós, com o mesmo entranhado afeto, receber o preito da vossa lealdade e devoção cívica. As vossas saudações, que reconhecidamente agradeço, são o eco redivivo da aclamação de outrora, repassada da mesma santidade de juramento com que um povo e um Rei selaram nos altares d'esta heroica e patriótica cidade, o indestrutível pacto da fé e da aliança nacionais.»

**Brinde de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Carlos I no banquete oficial no
paço de Angra do Heroísmo, em 2 de julho de 1901**

«Sua Majestade a rainha, a senhora D. Maria II, minha augusta avó, distinguiu esta gloriosa cidade com os mais honrosos títulos, merecidos pela muita nobreza, lealdade e constância com que os seus heroicos habitantes tudo arriscaram, vida e fazenda, pela causa liberal e pela sua Rainha.

Estou convencido de que os filhos e os netos d'esses heróis dariam hoje igualmente o seu sangue e os seus haveres pelos seus reis, pela pátria e pela liberdade. Rei português e liberal, sinto-me neste momento verdadeiramente feliz vendo-me nesta terra, que foi o berço da liberdade portuguesa e a cuja história estão ligadas tantas e tão brilhantes tradições. Eu e a rainha estamos profundamente cativados e agradecidos pela receção entusiástica e verdadeiramente brilhante, que nos foi feita e de que guardaremos grata memória em nossos corações, por vermos nela novo testemunho da constante lealdade e do sincero amor deste povo brioso e digno. Brindo pela Ilha Terceira e pela cidade de Angra do Heroísmo.»⁷

Telegramas de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Carlos I ao Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

URGENTE.

Ponta Delgada, 5 de julho

«Ao chegarmos aqui, depois de uma excelente viagem, quero mais uma vez, em meu nome e no da Rainha agradecer a esse brioso e leal povo a cativante recepção que nos fizeram e assegurar-lhe que ela ficará como uma das mais gratas recordações da nossa vida.»

El-Rei.

Lisboa, 14 de julho, 4 h. 20 m. tarde.

«A esse bom e leal povo quero, no momento de chegar, significar ainda uma vez, em meu nome e no da Rainha todo o meu reconhecimento pela afetuosa recepção, que aí tivemos, e assegurar-lhe os votos que fazemos pela sua ventura e prosperidade.»

El-Rei.

A Família Bruges

Pro patria semper.

Não se pode falar na história da Ilha Terceira sem recordar os relevantes serviços prestados à independência e à liberdade pela família Bruges, do primeiro donatário Jácome de Bruges, a qual já nas memoráveis lutas do século XVI teve brilhante evidência na pessoa dos ilustres capitães João de Ávila e Francisco de Ornelas. Este principalmente ocupou lugar distintíssimo na falange dos defensores da Terceira contra os espanhóis e na conquista do castelo de Angra (1642) e mereceu a El-Rei D. João IV especiais provas de amizade e apreço, recebendo dele as maiores distinções e honrarias.

No movimento liberal de 1828 tomou parte ativa e preponderante, tendo sido o heroico e desinteressado fiador da integridade da causa da rainha nos Açores, outro descendente dos fortes capitães do século XVI, o morgado Teotónio d'Ornelas Bruges Ávila Paim da Câmara (1807-1870), ministro do governo provisório de 1828, visconde de Bruges (dos primeiros títulos concedidos por sua majestade o imperador regente em nome de D. Maria II), conde da Praia da Vitória e par do reino. O morgado Teotónio de Ornelas, na flor dos anos, dispondo de uma enorme fortuna (na sua casa estavam reunidos mais de vinte e cinco vínculos) foi, por assim dizer, a alma da revolução constitucional na Terceira. A sua fortuna foi posta generosamente ao serviço da rainha

e, mais d'uma vez, contribuiu poderosamente para evitar atos que seriam fatais à causa que ela personificava, designadamente quando se tentou fazer embarcar para Inglaterra uma parte da guarnição da Terceira.

No palácio de Santa Luzia, solar da sua família, tiveram sempre a mais franca hospitalidade os emigrados e a hospitalidade ali era das mais largas e das mais bizarras. Quando a regência da Terceira resolveu mandar a Paris uma deputação a fim de convidar o imperador a vir colocar-se à frente das tropas leais (1831), o morgado Teotónio d'Ornelas foi escolhido para presidente e D. Pedro nunca esqueceu a boa impressão que lhe causou a figura insinuante e simpática do jovem fidalgo terceirense, nem o entusiasmo com que lhe falou da causa da rainha.

De todos é sabido que as momentosas urgências de dinheiro, determinadas pelos preparativos para a expedição a Portugal, foram largamente satisfeitas por quatro ou cinco morgados açorianos, figurando no primeiro plano o visconde de Bruges (1832); Duarte Borges, depois visconde da Praia — 1845 — pai do atual marquês da Praia e Monforte); Jacinto Inácio Rodrigues da Silveira (depois barão de Fonte-Bela — 1836); Manuel de Medeiros (depois barão das Laranjeiras — 1836); — Pedro Homem, barão de Noronha (1832). É igualmente sabido, que estes beneméritos açorianos se recusaram sempre a aceitar quaisquer títulos ou documentos representando os largos suprimentos dados por eles para o sucesso da causa liberal.

Deve notar-se que os títulos de visconde de Bruges e de barão de Noronha foram dados pela regência do imperador, já no Porto — ambos em 8 de dezembro de 1832 — um mês depois do título de Duque da Terceira, dado ao glorioso conde de Vila Flor. Os títulos a Sá de Bandeira, a Saldanha, a Pamela e a Ficalho foram posteriores. O conde da Praia da Vitória, visconde de Bruges, deixou larga e distinta descendência, mas como nunca pediu coisa alguma nem fez valer os seus serviços, deixou-os em circunstâncias da representação titular não poder ser continuada, por desistência do herdeiro, depois de morto o primogénito, 2.º visconde de Bruges e 2.º conde da Praia da Vitória, por se tornar oneroso encargo para aquele a quem de direito ela pertenceria.⁸

Além de seis filhas, senhoras distintíssimas, houve o conde da Praia da Vitória mais os seguintes filhos: — 2.º visconde de Bruges e 2.º conde da Praia da Vitória,⁹ (falecido, deixando quatro filhos: — Teotónio, capitão de infantaria, Jácome e João, sendo o primeiro o herdeiro do título) conselheiro Teotónio de Ornelas Bruges (que vive há anos em Lisboa, com descendência); Teotónio Simão Paim de Ornelas Bruges, (que vive na Terceira, com descendência), João de Ávila de Ornelas Bruges (que vive na Beira Alta,

com descendência); André Elói Homem de Ornelas Bruges (que vive na ilha Terceira, com descendência). ¹⁰

-
- 1 Sua Majestade, a Rainha D. Maria II, havia saído de França para Inglaterra.
 - 2 João Eduardo de Abreu Tavares (c. 1800 — Caldas de Vizela, 31 de agosto de 1856), oficial do Exército, foi capitão do Regimento de Voluntários da Rainha. Foi em 1830 foi um dos redatores da *Chronica da Terceira* e foi nomeado em 1831, pela Regência da Terceira, para o cargo de diretor da Imprensa do Governo. Tendo permanecido na Terceira a comandar uma companhia dos Voluntários da Rainha, em 1832 foi conselheiro da Prefeitura de Angra. Membro da Maçonaria, foi secretário da Sociedade Patriótica Marte, do Porto. Desenvolveu atividade política entre os liberais mais radicais até 1836, quando se passou para os cartistas, sendo mesmo o seu chefe político em Angra. Opôs-se à Revolução de Setembro e foi eleito deputado pelo distrito central dos Açores para a legislatura de 1840-1842. Foi também diretor da Alfândega de Angra e dirigente Caixa Económica de Angra do Heroísmo. Era poeta.
 - 3 A nova da catástrofe da Terceira em 14 de junho de 1841, foi sabida em Lisboa no dia 4 de julho seguinte. Foi transmitida ao Senado pelo marechal duque da Terceira e à Câmara dos Deputados pelo capitão de Voluntários da Rainha João Eduardo d'Abreu Tavares em sessão de 5 de julho. A subscrição nacional foi aberta pela Câmara dos Deputados sendo os primeiros subscritores João Eduardo de Abreu Tavares e José Estêvão Coelho de Magalhães, este também Voluntário da Rainha.
 - 4 Publicado no *Diário de Notícias* de 29 de junho de 1901. Foi ampliado e corrigido.
 - 5 Publicado no número especial da revista literária *A Semana*, de Angra do Heroísmo, consagrado a Suas Majestades, em 1 de julho de 1901.
 - 6 Este telegrama vinha coberto por grande número de assinaturas. Tem dupla significação a homenagem a Suas majestades por haver-lhes sido dirigida quando os augustos monarcas desembarcaram na ilha Terceira.
 - 7 Este brinde não pôde ser estenografado. A sua reconstituição foi feita sobre uma informação particular. A forma pode, talvez, não ser rigorosamente exata, mas o pensamento d'El-Rei está perfeitamente reproduzido. Todas as informações são concordes em que el-rei falou com grande entusiasmo.
 - 8 O título de Visconde de Bruges foi renovado, por decreto de 6 de fevereiro de 1889, na pessoa do filho primogénito do 2.º visconde de Bruges e 2.º conde da Praia da Vitória, Teotónio Octávio de Ornelas Bruges Ávila Paim da Câmara Noronha Ponce de Leão Borges de Sousa e Saavedra, ao tempo alferes de Infantaria, que o declinou por força de circunstâncias. Este oficial, hoje capitão, teve a honra de comandar a guarda de honra a Suas Majestades, no paço de Angra do Heroísmo, no dia da receção e do banquete oficial. Por uma coincidência, também digna de menção, o coronel de Infantaria n.º 25, que comandava a guarda de honra do desembarque de Suas Majestades em Angra do Heroísmo, Elias José Ribeiro Júnior, também é neto e representante direto de um dos principais fautores do movimento liberal de 1828, o tenente de Caçadores n.º 5, Francisco Eleutério Lobão Merens e Castro.
 - 9 Jácome de Bruges Ornelas Ávila Paim da Câmara Homem da Costa Noronha Ponce de Leão Borges de Sousa e Saavedra, 2.º visconde de Bruges (1864), 2.º conde da Praia da Vitória (1870), fidalgo cavaleiro da casa real, adido à legação de Sua Majestade Fidelíssima em Bruxelas, comendador das Ordens de Cristo e da Conceição, grã-cruz da Imperial Ordem de Francisco José de Áustria, por distintos serviços prestados, deputado da nação, governador civil dos distritos de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada, fundador dos Asilos de Mendicidade da Praia da Vitória e de Ponta Delgada, iniciador da primeira exposição de agricultura, artes e indústria dos Açores (Angra do Heroísmo 29 de outubro de 1863), fundador da Sociedade Promotora de Artes e Letras, de Angra do Heroísmo (1866), nasceu no palácio de Santa Luzia da cidade de Angra aos 14 de dezembro de 1833. Casou, na mesma cidade, em 1860, com D. Maria Inácia de Menezes Pacheco de Mello Lemos e Carvalho Pereira Forjaz Sarmento de Lacerda, filha do morgado João Pereira Forjaz Sarmento de Lacerda e de sua consorte D. Maria José Pacheco de Mello Menezes Lemos e Carvalho, falecida em Lisboa aos 29 de junho de 1882. O Conde da Praia da Vitória faleceu na ilha da Madeira em 20 de janeiro de 1889. El-Rei D. Luís tinha pelo Conde de Praia da Vitória distinta consideração pessoal, e, mais de uma vez manifesta simpatia.
 - 10 Publicado no *Diário de Notícias* de 4 de julho de 1901.

Lista alfabética das personalidades citadas

1. Abílio Augusto da Fonseca Pinto (Coimbra, 27 de maio de 1830 — Coimbra, 12 de outubro de 1893) bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, intelectual e escritor. Assinou boa parte da sua obra como *AA da Fonseca Pinto*. O texto citado está incluído na obra *Glórias Portuguezas. Comemorações Historicadas* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1884).
2. Abraham Abohbot (Lisboa, 29 de julho de 1871 — Angra do Heroísmo, 13 de outubro de 1959), desenhador na Direção de Obras Públicas da Junta Geral, foi pintor e decorador, autor de diversas obras de vitrais e de mobiliário e decoração de espaços nobres de edifícios públicos e igrejas. Também se dedicou à arquitetura, sendo o autor do projeto de diversos imóveis da cidade de Angra do Heroísmo, com destaque para os vitrais dos Paços do Concelho e para arquitetura da Ermida de Nossa Senhora da Saúde sita à Praça Velha.
3. Acúrcio Garcia Ramos (Angra (Santa Luzia), 31 de maio de 1830 — Angra do Heroísmo, 14 de setembro de 1892), ao tempo grafado *Accursio Garcia Ramos*, médico militar, político e escritor, que se destacou no campo da história natural. Publicou, entre outras obras de menor fôlego, uma *Notícia do Arquipélago dos Açores e do que há mais importante na sua história natural*, em 1869, a que se seguiu *A Ilha da Madeira*, obra em dois volumes, publicada entre 1879 e 1880, onde além da análise dos usos e costumes madeirenses, apresenta uma listagem detalhada da fauna e da flora do arquipélago da Madeira.
4. Adelaide da Costa (—), com Maria Teresa Sanches Franco de Lima, bordou um biombo em seda que foi oferecido à rainha D. Amélia pelas senhoras protetoras do Asilo da Infância Desvalida.
5. Adriano Augusto dos Santos (Angra do Heroísmo (Sé), c. 1857 — Angra do Heroísmo (Sé), d. 1910), escrivão intérprete da Estação de Saúde de Angra do Heroísmo. Foi nomeado inspetor de incêndios da Câmara Municipal de Angra, cargo de que se demitiu em 1902 em protesto pela aprovação de um regulamento municipal que transferia boa parte das suas competências para o comandante do corpo municipal de bombeiros.
6. Afonso Anes da Costa (Tavira, c. 1490 — Angra, c. 1550), veio para a Terceira na companhia de seu pai. Em 1519 integrou a guarnição de Santa Cruz de Cabo de Gué, onde a 18 de fevereiro de 1520 foi armado cavaleiro por D. João de Castro, o governador daquela fortaleza, na sequência de atos de bravura praticados na tomada de um povoado vizinho. Foi confirmado cavaleiro por carta régia de 13 de setembro de 1527. Casou na Terceira com D. Catarina Borges Abarca, sobrinha de João Vaz Corte-Real. Com o seu sogro, João Borges, o Velho, e com seu parente e tio de sua mulher, João Vaz Corte-Real, foi um dos fundadores do Hospital de Santo Espírito de Angra (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 543-544).
7. Afonso de Castro (Lamego, 11 de janeiro de 1824 — Leiria, 3 de maio de 1885), oficial do Exército, administrador colonial, político e jornalista que, entre outras funções, foi deputado às Cortes, governador de Timor (1859 a 1863), governador civil do Distrito do Funchal (1877 a 1879) e governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo (10 de maio de 1881 a 23 de maio de 1883).
8. Afonso de Portugal e Castro (1591 — Lisboa, 4 de agosto de 1649), 5.º conde de Vimioso e 1.º marquês de Aguiar, filho de D. Luís de Portugal e Castro, 4.º conde de Vimioso. Por herança paterna foi 9.º capitão do donatário da capitania de Machico. Após a Restauração da Independência em 1640, foi governador de armas do Alentejo, membro do Conselho de Estado de D. João IV e administrador dos bens da família Corte-Real em Portugal por seu cunhado, D. Manuel de Moura Corte-Real, ter optado por permanecer em Espanha. O rei D. João IV, por carta de 8 de setembro de 1643, elevou-o a 1.º marquês de Aguiar. Entre os bens por ele administrados contava-se as capitanias de Angra e Praia.
9. Afonso Figueira (—), provedor e corregedor nos Açores no reinado de D. Sebastião quando D. Catarina de Áustria exercia a regência. Em 1558 lançou uma finta sobre as famílias de ascendência judaica nos Açores, criando um livro de registo, depois usado como base para os fintados e seus descendentes serem considerados cristãos-novos.
10. Afonso Gonçalves Antona Baldaia (Porto, c. 1415 — Praia, 1481), navegador e explorador, foi um dos primeiros povoadores da ilha Terceira, onde terá chegado em 1461 integrado no grupo capitaneado por Jácome de Bruges. Tendo-se fixado inicialmente em Angra, mas sendo próximo de Álvaro Martins Homem, de quem foi lugar tenente, acompanhou-o na mudança para a capitania da Praia. Cedeu os terrenos e casas onde foram fundados os conventos franciscanos de Angra e Praia, razão pela qual ficou conhecido pelo «velho de São Francisco».
11. Afonso Gonçalves de Antona Baldaia (Porto, c. 1415 — Praia, 1481), navegado e explorador, que foi um dos primeiros colonos da ilha Terceira, onde chegou com o primeiro capitão do donatário da ilha, Jácome de Bruges, ou, segundo outros cronistas, com o primeiro capitão do donatário da Praia, Álvaro Martins Homem, de quem foi lugar tenente.
12. Agapito Pamplona Rodovalho (Angra, 18 de agosto de 1776 — Angra do Heroísmo, 2 de maio de 1863), oficial do Exército, reformado no posto de capitão por doença. Aderiu à causa liberal tendo papel determinante na revolta de 2 de abril de 1821 em Angra. Dois dos seus filhos integraram o Exército Libertador (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, pp. 500-501).
13. Agostinho (frei) (—), frade terceirense, doutor em Teologia, partidário de D. António, preso e enviado

para Lisboa na sequência da tomada da ilha Terceira pelas forças de Filipe II em 1583. Foi vendido aos mouros, como cativo, mas foi resgatado para França, falecendo anos depois em Bordéus.

14. Agostinho Borges de Sousa (Angra, 1635 — Ponta Delgada, 21 de dezembro de 1687), sucedeu a seu sogro no cargo de provedor da Fazenda Real nos Açores. Uma devassa aos oficiais da alfândega de Angra, que envolveu o provedor da Fazenda Real, resultou um processo judicial longo e, para Agostinho Borges de Sousa, penoso, que culminou com o seu falecimento na prisão.
15. Agostinho José Nunes (Tomar —), pai do conselheiro Manuel Joaquim Nogueira.
16. Agostinho Ribeiro (D.) (Lisboa, 1483 — Lamego, 27 de março de 1549) foi o 1.º bispo da Diocese de Angra, que governou de 1534 a 1540, e o 48.º prelado da Diocese de Lamego, que governou de 1540 até ao seu falecimento. Foi o segundo reitor da Universidade de Coimbra.
17. Aires de Paula Bastos (Angra do Heroísmo (Sé), 1850 — Angra do Heroísmo, 14 de agosto de 1909), com o nome ao tempo grafado Ayres, alfaiate e depois empregado público (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, pp. 601).
18. Aires Fernandes (—), terceirense, piloto de alto-mar, que «*foy por vinte vezes Piloto à Índia, sem alguma hora arribar*» (cf.: António Cordeiro, *Historia Insulana*, cap. XVI, p. 305. Lisboa, 1717).
19. Aires Pinto de Sousa Coutinho (Lamego, 12 de maio de 1778 — Forte de São Julião da Barra, 21 de maio de 1836), aristocrata, filho segundo do visconde de Balsemão, senhor da casa de Balsemão e de Ferreiros de Tendais. Teve uma distinta carreira como oficial do Exército, atingindo o posto de marechal de campo. Para além das funções militares, foi do Conselho de Sua Majestade e o 6.º capitão-general dos Açores, cuja capitania-geral governou de 9 de setembro de 1810 até 14 de maio de 1817. Foi irmão de Luís Pinto de Sousa Coutinho, 2.º visconde de Balsemão.
20. Albano Maciel (Ribeira Seca (Ribeira Grande), 17 de dezembro de 1874 — Santo António (Ponta Delgada), 18 de dezembro de 1948), doutor em Teologia e Direito Canónico, professor e reitor do Seminário Episcopal de Angra. Organizou em 1922 as solenidades comemorativas do 4.º centenário do nascimento de Gaspar Frutuoso.
21. Alberto Cantino (fl. 1490-1510), representante diplomático do duque de Ferrara em Lisboa. Conseguiu obter e remeter clandestinamente ao seu empregador um mapa detalhado dos descobrimentos portugueses até à época (1502), de autor anónimo, mapa que ficaria conhecido por *Planisfério de Cantino*.
22. Alberto Teles de Utra Machado (Angra do Heroísmo, 24 de janeiro de 1840 — Oeiras, 12 de janeiro de 1923), jurista, escritor, publicista e político, formado em Direito pela Universidade de Coimbra em 1863. Assinou parte da sua obra literária como Alberto Telles. Foi sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, afirmando-se como um literato entre a elite lisboeta da época.
23. Alexandre Bento de Meireles de Távora do Canto e Castro (Angra do Heroísmo, 10 de março de 1827 — Lisboa, 11 de novembro de 1896), mais conhecido por Alexandre Meireles do Canto e Castro, magistrado judicial, jornalista e escritor que se distinguiu como juiz na administração colonial portuguesa. Fez os seus primeiros estudos em Paris, onde a família esteve exilada. Regressou com os pais à ilha Terceira, onde assentou praça em Infantaria n.º 5, onde se conservou 10 meses. Em 1847 bateu-se no combate do Alto do Viso. Matriculou-se em 1849 na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, de onde transitou para a de Direito, cujo curso concluiu em 1854. Doutorou-se em 1858, e regheu temporariamente uma cadeira de Direito. No concurso para delegado do Procurador Régio e Fazenda, obteve a primeira classificação, sendo então despachado para Timor por carta régia de 2 de junho de 1864, onde a sua ação se fez sentir de forma bastante notável. Em 1866 foi transferido para Macau, e no ano seguinte foi nomeado juiz de direito para a comarca de Quelimane, de onde passou para a de Luanda, e desta para a de Benguela e Moçâmedes. Em 1872 foi nomeado procurador da Coroa e Fazenda junto à relação de Luanda, cargo que deixou, para passar a exercer o de juiz da 1.ª vara na mesma comarca. Regressado ao reino, exerceu a magistratura nas comarcas da Póvoa do Varzim, Idanha-a-Nova e Mangualde, partindo em 1880 para a Índia, a fim de desempenhar o lugar de juiz da relação de Goa. Em 1895 foi colocado no Tribunal da Relação de Lisboa. Colaborou em vários jornais e revistas, e escreveu várias obras de carácter biográfico (cf.: H. Carvalho, «O Dr. Alexandre Meyrelles de Távora do Canto e Castro (juiz da Relação de Goa)», in *As Colónias Portuguesas*, Lisboa, 1 de setembro de 1883, pp. 98-99); *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 753).
24. Alexandre da Sagrada Família (D. frei) (Horta, 22 de maio de 1737 — Angra, 22 de abril de 1818), nome de religião na Ordem dos Frades Menores (Franciscanos) de Alexandre José da Silva, presbítero eleito Bispo de Malaca, transferido para Angola e Congo e, finalmente, para Angra. Foi o 25.º bispo de Angra e o primeiro bispo desta diocese nascido nos Açores, tendo-a governado de 1816 até ao seu falecimento em 1818. Poeta de mérito, foi tio paterno de João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, 1.º visconde de Almeida Garrett, para cuja educação contribuiu, albergando-o em sua casa aquando da estadia deste na ilha Terceira.
25. Alexandre de Gamboa Loureiro (Lisboa, 26 de agosto de 1770 — Lisboa, 1839), magistrado judicial, juiz em várias comarcas dos Açores, desembargador da Relação e Casa do Porto e presidente da Relação de Lisboa, que se destacou durante a primeira fase da implantação do liberalismo nos Açores. Deixou uma descrição desses acontecimentos na obra intitulada *Notícia resumida dos acontecimentos da Ilha Terceira na instalação do seu Governo Constitucional; na contra-regeneração; nos martírios e*

despotismos praticados pelo ex-General Stockler (Lisboa, Oficina de António Rodrigues Galhardo, 1821).

26. Alexandre de Oliveira (Funchal, c. 1780 — Angra do Heroísmo, d. 1837), foi um dos signatários do auto de aclamação de D. Maria II em Angra na sequência da revolta liberal de 22 de junho de 1828.
27. Alexandre Ferreira (Lisboa, 29 de abril de 1842 — Lisboa, 1 de junho de 1906), violinista, diretor de orquestra e compositor. Após ter iniciado uma carreira nos teatros de Lisboa, em 1868 foi contratado como diretor musical do Teatro Micaelense. Em 1871, a convite de D. Frei Estêvão de Jesus Maria, bispo de Angra, mudou-se para Angra onde assumiu a direção musical da Sé Catedral. Permaneceu em Angra até 1874, ano em que foi contratado para integrar o grupo lírico itinerante de que era empresário o violoncelista Cesare Casella (cf.: *Necrologia in A Arte Musical*, ano VIII, n.º 179, de 15 de junho de 1906, pp. 138-139).
28. Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo (Lisboa, 28 de março de 1810 — Quinta de Vale de Lobos, Azoia de Baixo, 13 de setembro de 1877), escritor, historiador, jornalista e poeta do romantismo. Esteve na ilha Terceira integrado no Regimento dos Voluntários da Rainha, integrando as forças liberais que protagonizaram o Desembarque do Mindelo.
29. Alexandre Martins Pamplona Corte-Real (Angra, 4 de novembro de 1768 — Angra do Heroísmo, 17 de janeiro de 1856), grande proprietário e político. Destacou-se durante o período inicial da implantação do regime liberal nos Açores e durante a Guerra Civil. Liberal moderado, aquando da revolta de 22 de junho de 1828, que aclamou D. Maria II, foi o primeiro a assinar o auto de aclamação. Integrou a Junta Governativa formada em 6 de outubro de 1828, sendo nomeado encarregado dos Negócios do Interior e Fazenda, lugar que manteve até à dissolução da mesma em 1829. Exerceu ainda cargos na Junta Geral e no Conselho de Distrito. Foi membro da Junta Governativa setembrista que se formou em Angra em 1847. Era irmão de Manuel Inácio Martins Pamplona Corte-Real, o 1.º conde de Subserra.
30. Alexandre Martins Pamplona Ramos (Praia da Vitória, 6 de junho de 1865 — Angra do Heroísmo, 4 de fevereiro de 1933), médico e político que se notabilizou no combate à epidemia de peste que afetou a ilha Terceira nos primeiros anos do século XX. Entre outras funções, foi governador civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo.
31. Alexandre Sebastião Borges da Costa (Santa Bárbara, 6 de janeiro de 1751 — Angra, 5 de janeiro de 1814), fidalgo cavaleiro da Casa Real, morgado, proprietário do ofício de escrivão da Câmara Municipal de Angra, com direito a passar o cargo ao filho primogénito. Prestou serviço no Regimento de Milícias de Angra, onde foi ajudante e depois capitão. Um dos seus filhos foi tenente-coronel e lente da Escola Matemática e Militar de Goa (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. II, pp. 284-285).
32. Alfredo da Silva Sampaio (Angra do Heroísmo, 19 de setembro de 1862 — Angra do Heroísmo, 21 de novembro de 1918), médico e naturalista, notabilizou-se pela publicação em 1904 da obra *Memória sobre a Ilha Terceira*, uma vasta monografia sobre a história natural, geologia, geografia e história da ilha Terceira. Faleceu vítima da «*pneumónica*», a grande pandemia gripal de 1918-1920.
33. Alfredo de Mesquita Pimentel (Angra do Heroísmo, 16 de julho de 1871 — Paris, 20 de maio de 1931), mais conhecido por Alfredo Mesquita, jornalista, escritor, olisipógrafo e diplomata. Foi redator do *Jornal do Comércio*, do *Diário de Notícias* e da revista *O Occidente*. Colaborou nos jornais humorísticos *António Maria* e *Paródia*. Publicou uma extensa obra literária, incluindo biografias, ensaios literários, contos, teatro, literatura de viagens e um romance.
34. Alfredo Luís Campos (Angra do Heroísmo, 19 de março de 1856 — Angra do Heroísmo, a 13 de janeiro de 1931), o autor desta obra, foi professor do curso de Português anexo à Escola de Desenho Industrial do Distrito de Angra, jornalista, escritor e um ativo dinamizador cultural. Filho natural de Frederico Ferreira Campos, um importante comerciante e político angrense de origem lisboeta, inicialmente registado como filho de pais incógnitos, foi reconhecido pela mãe em 1859. Publicou a presente obra, a *Memória da Visita Régia à Ilha Terceira*, para além de várias peças para teatro (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IV, p. 433).
35. Alfredo Machado da Silva (Angra do Heroísmo (Sé), 4 de abril de 1879 — Vila Franca do Campo), farmacêutico pela escola de Lisboa, recebedor do Concelho de Vila Franca do Campo, vila onde casou em 1902 e foi farmacêutica da Santa Casa da Misericórdia.
36. Alfredo Maria Correia (29 de maio de 1877 —) auxiliar na Escola de Desenho Industrial de Angra do Heroísmo.
37. Alfredo Monteiro de Castro (Angra do Heroísmo, 2 de janeiro de 1863 — Angra do Heroísmo, 27 de agosto de 1937), agente do Banco de Portugal e figura destacada da sociedade angrense, foi procurador à Junta Geral do distrito, em 1901. Praticante do espiritismo, distinguiu-se como benemérito, auxiliando direta e discretamente muitos dos seus concidadãos mais necessitados. Após o falecimento, a Câmara Municipal mandou descerrar uma lápide na sua residência, assinalando a sua benemerência.
38. Alfredo Pamplona Machado Corte Real (Niterói, 23 de novembro de 1855 — Angra do Heroísmo, d. 1903), jornalista e professor, foi funcionário da Caixa Económica de Angra do Heroísmo, professor do Novo Colégio da Guia e diretor do colégio Instituto Angrense. Fez parte da redação dos jornais *O Heroísmo*, *A Época* e *O Angrense*.
39. Álvaro de Bazán y Guzmán (Granada, 12 de dezembro de 1526 — Lisboa, 9 de fevereiro de 1588), 1.º marquês de Santa Cruz de Mudela, Grande de Espanha de 2.ª classe, militar espanhol, perito em

operações navais, que teve um papel decisivo na batalha de Lepanto, na conquista de Lisboa em 1580 e nas campanhas de 1582 e 1583 para a conquista dos Açores. Venceu a armada luso-francesa de D. António I na batalha naval de Vila Franca do Campo e submeteu em 1583 a ilha Terceira pelo desembarque da Baía das Mós, saqueando a cidade de Angra.

40. Álvaro de Castro Meneses (Angra do Heroísmo, 9 de fevereiro de 1876 — Angra do Heroísmo, 5 de julho de 1967), artista plástico, professor liceal e político. Lecionou desenho na Academia Portuense de Belas Artes e depois foi professor de desenho e presidente do conselho escolar da Escola Industrial e Comercial de Angra do Heroísmo. Foi presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo de 1914 a 1917.
41. Álvaro de Ornelas (Praia —), da vila da Praia, a quem foi concedida mercê dos privilégios de fidalgo por carta de 12 de março de 1534, e o hábito de Cristo em 1535.
42. Álvaro de Sousa e Távora (c. 1510 — c. 1585), morgado de Alcube, capitão de Chaul na Índia (1537), membro do conselho de Filipe I de Portugal, casado com Francisca de Moura, irmã de Cristóvão de Moura, marido de Margarida Corte-Real e futuro marquês de Castelo Rodrigo.
43. Alvaro de Vivero y Menchaca (Villa de Olmedo, 1606 — c. 1670), senhor de Encinillas, frequentemente com o nome aportuguesado para Álvaro de Viveiros, militar com carreira feita nos Países Baixos Espanhóis, que atingiu o posto de general. Foi filho de Juan de Vivero y Luna, 2.º conde de Fuensaldaña. Como governador do Castelo de São Filipe do Monte Brasil resistiu a quase um ano de cerco, sendo obrigado a 4 de março de 1642 a uma rendição honrosa com a consequente restauração da soberania portuguesa nos Açores. Participou ativamente nas campanhas da Guerra da Restauração, durante as quais, como general da Cavalaria da Extremadura, desempenhou papel relevante nas lutas travadas na fronteira do Alentejo.
44. Álvaro Fernandes da Câmara (—), navegador a quem é atribuída a exploração da costa ocidental africana por alturas da atual Guiné-Bissau em 1446 e o reconhecimento de algumas das ilhas do Grupo Central dos Açores em 1441 (cf.: Manuel de Menezes, «O problema da descoberta e povoamento dos Açores e em especial da ilha Terceira», *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. V (1947), p. 75).
45. Álvaro Forjaz de Lacerda (Angra do Heroísmo (Sé), 2 de março de 1877 — São Mateus da Calheta, 28 de abril de 1927), de seu nome completo Álvaro Pereira de Sampaio e Melo Forjaz de Lacerda, proprietário e vereador da Câmara de Angra. Foi uma das personalidades que integraram a comissão local encarregada de preparar a recepção ao rei D. Carlos e sua comitiva.
46. Álvaro Forjaz do Monte e Freitas (Angra do Heroísmo (Conceição), 1 de fevereiro de 1876 — Lisboa (Lapa), 23 de maio de 1962), médico formado pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Foi tenente médico no Ultramar Português, fixando-se em Moçâmedes, onde residia em 1910.
47. Álvaro Fournier da Costa Franco (Terra Chã, 5 de agosto de 1842 — São Carlos, 28 de agosto de 1906), presidente da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo e provedor da Misericórdia de Angra do Heroísmo (1887-1896). Militante do Partido Progressista, foi colaborador em vários jornais publicados na cidade de Angra.
48. Álvaro Lopes de Santo António (—), micalense, armado cavaleiro por D. Duarte de Menezes, pelos seus serviços em Tânger, confirmado por carta do rei D. Manuel em 1511.
49. Álvaro Martins Homem (Beiras, c. 1430 — Praia, c. 1482), navegador e capitão do donatário na ilha Terceira (na Capitania da Praia). Terá nascido nas Beiras no início da década de 1430, descendente de Pedro da Costa Homem, senhor da Lageosa (Sabugal). Integrou o grupo capitaneado por Jácome de Bruges que se instalou na Terceira após 1461. Fixou-se na costa sul da ilha, onde foi o fundador da vila de Angra. Terá acompanhado João Vaz Corte-Real em viagens de exploração pelo noroeste do Atlântico e foi assumindo progressiva importância no governo da ilha, particularmente na parte de Angra. Quando em 1474 a ilha foi formalmente repartida em duas capitanias, foi obrigado a escolher a Capitania da Praia, já que a de Angra fora preferida por João Vaz Corte-Real. Indemnizado pelos investimentos feitos em Angra, mudou-se para a Praia, capitania que permaneceria nos seus descendentes até 1577.
50. Álvaro Pereira de Bettencourt Ataíde (Vila Franca do Campo, c. 1860 — Lisboa, c. 1920) bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, magistrado judicial. Terminou a carreira como Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. Foi cantor amador nos seus tempos de estudante (cf.: M. Emygdio da Silva, *S. Miguel em 1893. Causas e Pessoas : Cartas reproduzidas do Diário de Notícias de Lisboa*, p. 59. Ponta Delgada, 1893).
51. Álvaro Pereira de Bettencourt Lopes (Praia da Graciosa, 9 de julho de 1819 — Lagoa (São Miguel), 4 de novembro de 1897), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, 1845. Foi muitos anos administrador do concelho da Lagoa, onde faleceu.
52. Álvaro Pires (—), micalense, armado cavaleiro por Nuno Fernandes de Ataíde, capitão de Safim, confirmado por carta régia de 26 de maio de 1515.
53. Amador Vieira (— Angra, 8 de agosto de 1583), nobre que ficou conhecido como delator dos partidários de Filipe II, sendo por isso enforcado após o saque de Angra.
54. Amaro Rodrigues (Angra —), recebeu uma mercê pecuniária em resultado da sua prestação no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642.

55. Amaro Soares (Velas, c. 1580 — Velas, 1652), militar com experiência nas guerras da Flandres. Sargento-mor da ilha de São Jorge e superintendente das fortificações daquela ilha. Dirigiu os trabalhos de entrenchamento no início do cerco ao Castelo de São Filipe.
56. Ambrósio de Aguiar Coutinho (Porto, c. 1530 — Ponta Delgada, 5 de julho de 1582), filho morgado de Pedro Afonso de Aguiar, provedor dos armazéns do Reino de Portugal. Foi por capitão-mor de uma armada que D. Sebastião mandou à Índia em 1574 e acompanhou aquele monarca na jornada de África, sendo um dos quatro coronéis que ficaram cativos. Libertado do cativo, foi nomeado capitão na fortaleza de Setúbal, onde foi preso por ordem de D. António. Libertado após a derrota deste em Alcântara. Em prêmio da sua fidelidade, Filipe II de Espanha nomeou-o governador dos Açores, «*com largos poderes e novas honras; deixando em seu alvedrio tudo, dizendo-lhe que confiava dele que em seu serviço o faria sempre melhor do que o ele encomendava*» (cf.: Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro IV. Ponta Delgada, 1977). Foi recusado o seu desembarque na Terceira, pelo que desembarcou em São Miguel a 28 de maio de 1581, onde Filipe II foi então aclamado. Teve um papel determinante na criação das condições que dariam a vitória das forças afetas a Filipe II nos Açores.
57. Ana Balbina da Cunha (Praia da Graciosa, 19 de agosto de 1783 — Praia da Graciosa, c. 1840), mãe de José Tristão da Cunha Silveira de Bettencourt, advogado de provisão em Angra, filho natural do seu primo António da Cunha Silveira e Bettencourt, o 1.º barão da Fonte do Mato.
58. Ana Justina Emília Zagalo Freire do Amaral (Tomar (São João Baptista), 19 de abril de 1789 — Angra do Heroísmo, 3 de outubro de 1870), esposa do juiz Manuel Joaquim Nogueira e mãe do médico Rodrigo Zagalo Nogueira (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 457).
59. Ana Ormonde Fialho (c. 1870), encarregada do ensino de labores na Escola de Desenho Industrial.
60. Ana Raimunda Martins Pamplona Corte-Real (b. São Bartolomeu dos Regatos, 12 de fevereiro de 1832 — Angra do Heroísmo, 22 de março de 1911), condessa de Sieuve de Menezes, esposa do político angrense José Maria Sieuve de Menezes, 1.º conde de Sieuve de Menezes, e mãe do também político Raimundo Sieuve de Menezes, 2.º conde de Sieuve de Menezes. Foi batizada em São Bartolomeu como filha de pais incógnitos e perfilhada pelo pai, o morgado graciosense Raimundo Martins Pamplona Corte-Real, em 1853. A mãe era Maria Benedita de Lemos e Carvalho, cunhada do pai e depois sua segunda esposa. Foi educada em Lisboa, como interna no Convento dos Religiosos Irlandeses do Bom Sucesso, de onde apenas saiu para casar (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 162).
61. Ana Rita de Magalhães de Noronha (Porto, c. 1760 — Angra, c. 1830), filha do capitão do Exército Manuel Luís de Magalhães, originário de Viana do Castelo. Casou no Porto, a 25 de março de 1786, com o terceirense Manuel Inácio de Noronha (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 495).
62. Anastácia Rosa de São José (Guadalupe (Graciosa), c. 1769 — Guadalupe (Graciosa), 22 de março de 1853), mãe de Manuel José de Bettencourt.
63. André de Novais (—), militar na Índia.
64. André Diogo Martins dos Santos (Santa Cruz da Graciosa, 5 de setembro de 1847 — Angra do Heroísmo, 8 de março de 1871), professor de instrução primária na escola da freguesia da Sé (Angra do Heroísmo). Colaborou em vários jornais dos Açores, com destaque para os da cidade de Angra do Heroísmo.
65. André do Coração de Maria (frei) (—), frade franciscano, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
66. André Francisco de Meireles de Távora do Canto e Castro (São Mateus da Calheta, 13 de julho de 1823 — Lisboa, 3 de março de 1898), político e publicista. Filho segundo do morgado Luís de Meireles do Canto e Castro, político e administrador de uma grande casa vincular, devido ao exílio de seu pai, acusado de miguelista, foi educado em Paris. Regressou a Angra com a família cerca de 1840. Foi um dos fundadores do jornal *A Terceira*, órgão do Partido Regenerador de Angra, que dirigiu de 1859 a 1882, ano em que se mudou para Lisboa. Em Angra foi procurador à Junta Geral, secretário da Misericórdia, dirigente da Associação Comercial e da Sociedade Agrícola, vice-cônsul de França e tesoureiro da alfândega. Em Lisboa seguiu uma carreira administrativa no Ministério das Obras Públicas. Nunca abandonou o jornalismo, tendo em Lisboa dirigido o periódico *Opinião Popular* e sido correspondente, em francês, do *L'Indépendance Belge* e de vários periódicos parisienses. Publicou várias monografias e colaborou no *Dicionário Larousse*.
67. André José Botelho Apolinário (Velas, 14 de janeiro de 1810 — Velas, 3 de novembro de 1891), distinguiu-se durante a Guerra Civil. Foi cavaleiro da Ordem da Torre e Espada e comendador da Ordem de Isabel a Católica. Era ferreiro de profissão.
68. André Manuel Pavão (—), micalense, armado cavaleiro por Rui Barreto em Tânger, o que lhe foi confirmado por carta de D. Manuel de 26 de maio de 1515.
69. Ângela Sebastiana Borges Corte-Real (Angra (Santa Luzia), 19 de janeiro de 1788 — Angra do Heroísmo (Santa Luzia), 18 de novembro de 1851), esposa de António Borges Leal Corte-Real, morgado de Santana, e mãe de José Borges Leal Corte-Real (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 251).
70. Aníbal de Bettencourt (Angra do Heroísmo, 21 de junho de 1868 — Lisboa, 9 de janeiro de 1930), médico que se notabilizou como bacteriologista. Colaborador e continuador do trabalho de Luís da Câmara Pestana, foi um dos pioneiros em Portugal do estudo das doenças infecciosas e dos seus vetores e um

dos mais reputados higienistas do seu tempo. Foi diretor do Real Instituto Bacteriológico de Câmara Pestana, em Lisboa.

71. Aniceto António dos Santos (Lisboa (Mercês), c. 1790 — Angra do Heroísmo, d. 1858), tendo enriquecido no Brasil, foi contratador dos tabacos e dos dízimos em São Miguel e Terceira e um dos mais ricos comerciantes angrenses (depois arruinado), genro do diplomata russo Franz Frantsevich Borel, barão de Palença. Foi vereador da Câmara Municipal de Angra. De uma relação extraconjugal com Maria Teresa de Castro, filha do comerciante e capitão de navios Tomé de Castro, nasceu Aniceto António dos Santos e Castro, que se destacou como professor, fundador do Colégio Instituto Angrense.
72. Aniceto António dos Santos e Castro (Angra do Heroísmo, 5 de abril de 1843 — Angra do Heroísmo, 6 de junho de 1923), professor primário e jornalista. Foi aluno do Liceu de Angra do Heroísmo, onde completou o curso em 1887, tendo frequentado o Seminário Episcopal de Angra, onde completou o 1.º e 2.º anos do curso de teologia de 1870 a 1871. Manteve grande atividade cultural e cívica e foi fundador do Instituto Angrense, uma escola privada. Foi pai de Aniceto dos Santos, governador civil de Ponta Delgada.
73. Aniceto de Almeida de Andrade (Santa Justa, Lisboa, c. 1736 — Angra, 12 de dezembro de 1804), filho do padre Inácio Teixeira de Sousa, natural da Sé de Angra, licenciado em cânones pela Universidade de Coimbra, administrador de vários morgados. Legitimado por seu pai em 19 de novembro de 1774 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. I, p. 599).
74. Anselmo de Sousa Bettencourt Silveira (Velas, 8 de janeiro de 1846 — Velas, 2 de abril de 1916), advogado de provisão, secretário da Câmara Municipal e provedor da Santa Casa da Misericórdia das Velas (1896-1898). Foi redator de vários jornais e fundador de *O Jorgense*.
75. Antão de Almada (Condeixa-a-Nova, 19 de abril de 1718 — Lisboa, 26 de janeiro de 1797), 9.º senhor de Pombalinho e 14.º senhor dos Lagares d'El-Rei, mestre-sala da Casa Real. Foi o 1.º Governador e Capitão-General das Ilhas dos Açores, na sequência do alvará de 2 de agosto de 1766 que criou aquele cargo. Desembarcou na cidade de Angra, acompanhado pela família, a 28 de setembro e tomou posse a 7 de outubro daquele ano. Permaneceu no exercício do cargo até 15 de abril de 1776, data em que entrou na cidade o seu substituto, o general Dinis Gregório de Melo Castro e Mendonça, desconhecendo-se o dia da sua partida para Lisboa.
76. Antão de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos (Angra, 3 de junho de 1772 — Almeida, c. 1850), fidalgo cavaleiro da Casa Real, oficial do Exército. Casou em Almeida e teve os filhos nascidos naquela praça.
77. Antão José Maria de Almada (Angra, 22 de novembro de 1801 — Santarém, 5 de abril de 1834), 2.º conde de Almada, aristocrata e militar, mestre-sala da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Cristo. Miguelista, acompanhou D. Miguel na guerra civil. Faleceu aos 32 anos de idade, vítima da epidemia de cólera que afetou as tropas miguelistas que em 1834 estavam aquarteladas em Santarém.
78. Antão Martins Homem (Praia, 1521 — Praia, 9 de julho de 1577), neto de Antão Martins Homem, 2.º capitão do donatário na vila da Praia. Foi o 4.º capitão do donatário na Praia, na linha dos Martins Homem, cargo que exerceu até falecer. Casou em Lisboa, a 9 de maio de 1513, com D. Beatriz de Noronha, filha de D. João Henriques, vedor da casa da infanta D. Guiomar Coutinho, duquesa da Guarda, e de sua mulher Inês de Abreu, filha de João Fernandes do Arco e de sua mulher Beatriz de Abreu, uma família com ligações à ilha da Madeira. O corregedor Jerónimo Luís em 1540, mandou construir na Praia a primeira cadeia pública estabelecida na Terceira, recaindo as respetivas despesas de construção sobre o capitão do donatário, conforme sentença de 23 de junho de 1576.
79. Antão Martins Homem (Terceira, c. 1460 — Praia, 5 de dezembro de 1531), filho primogénito de Álvaro Martins Homem, foi o 2.º capitão do donatário na Praia, por carta régia de 26 de março de 1483, exercendo o cargo até falecer. Faleceu antes de 5 de dezembro de 1531, data da abertura do seu testamento, e está sepultado na capela-mor da igreja da Misericórdia da Praia. No testamento, aprovado a 21 de maio de 1530 pelo tabelião Lopo Rodrigues, no qual pede para ser sepultado na capela-mor da Matriz da Praia, de onde era freguês, nomeia o seu filho Álvaro Martins para lhe suceder na capitania e no morgado de seus antepassados, «como filho verdadeiro e mais velho». Fidalgo da Casa Real, 2.º capitão donatário na Praia, por carta ducal dada em Moura a 26 de março de 1483, fundou o mosteiro da Luz na Praia, da regra de Santa Clara, o qual foi o primeiro convento feminino que existiu nos Açores. No testamento pede que no seu enterro se faça «*hum officio de nove liçoens, com vesporas, e laudas, para o qual assistirão todos os Clerigos, e Frades desta Jurisdicção, e dirão Missa cada hum, e com sua Missa Cantada, e Ladainha ao dito Officio, e se dará a cada hum delles hum tostão de esmolla (...) e todos os meus Vestidos, que achados forêm por meu falecimento, assim camizas, e calçado, se dara a pobres pelo Amôr de Deos*». Casou no Funchal em 1483 com Isabel de Ornelas da Câmara (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, pp. 132-133).
80. Antero Homem de Noronha (Angra do Heroísmo, 18 de agosto de 1878 — Ponta Delgada, 16 de junho de 1963), oficial do Exército, reformado no posto de coronel de Infantaria (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 503).
81. Antero Tarquínio de Quental (Ponta Delgada, 18 de abril de 1842 — Ponta Delgada, 11 de setembro de 1891), poeta e filósofo, foi o verdadeiro líder intelectual do Realismo em Portugal. Dedicou-se à reflexão dos grandes problemas filosóficos e sociais do seu tempo, contribuindo para a implantação das ideias renovadoras da geração de 1870. Ligado aos movimentos anarquista e socialista, deixou uma extensa obra poética e ensaística, bem como colaboração dispersa por múltiplos periódicos.

82. Antoine Escalin des Aimars (La Garde-Adhémar (Drôme), 1516 — La Garde-Adhémar, 1578), conhecido por capitão Poulain, Polin ou Paulin, depois barão de La Garde-Adhémar (*baron de la Garde-Adhémar*), frequentemente referido como António Escalin na literatura lusófona, militar francês, embaixador da França junto do Império Otomano (1541-1547) e a partir de 1544 «*General das Galeras*» (*Général des Galères*) do rei de França. Obteve o apoio dos otomanos para atacar as possessões da coroa espanhola no Mediterrâneo e participou no cerco franco-otomano a Nice (1543) e nos ataques otomanos à Córsega e às cidades costeiras do leste da Itália (1543). Teve papel de relevo no massacre dos protestantes valdenses em Mérindol (1545) e na repressão dos huguenotes em França (1571). Comandou as forças francesas enviadas para a Terceira em 1581-1583 (cf.: Alan James, «A French Armada? The Azores campaigns, 1582-1583». *The Historical Journal*, vol. 55, No. 1 (March 2012), pp. 1-20).
83. Antónia Benedita de Lemos Álvares (—), foi esposa do capitão de milícias Benedito António de Lemos e mãe de Francisco de Lemos Álvares.
84. Antónia Dias de Arce (—), filha de Jácome de Bruges e de sua mulher, Sancha Rodrigues de Arce. Era sobrinha de Gaspar Dias de Arce, um dos primeiros povoadores da ilha Graciosa. Casou em Lisboa, após 1472, com Duarte Paim. O casal teve um filho, Diogo Paim, e quatro filhas, duas das quais foram freiras no Convento de Jesus da Praia (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. I, p. 626).
85. António Augusto Teixeira (Lebução (Vale Passos), 13 de novembro de 1858 — Bragança, c. 1920), presbítero e jornalista, capelão militar em Angra do Heroísmo e Viana do Castelo. Foi professor da Escola Normal de Angra do Heroísmo e professor provisório do Liceu da mesma cidade. Foi diretor político do jornal *A Terceira*. Considerado um orador eloquente, teve papel político relevante no Distrito de Bragança durante a I República, sendo eleito senador.
86. António Augusto Teixeira de Vasconcelos (Porto, 1 de novembro de 1816 — Paris, 29 de junho de 1878), escritor e jornalista, vice-presidente da Academia de Ciências de Lisboa, com vasta obra publicada, sobre quem Camilo Castelo Branco disse que foi «o mais rijo pulso de atleta que teve a arena dos gladiadores políticos em Portugal».
87. António Baptista (Horta, 16 de dezembro de 1865 — Capelo, 22 de julho de 1927), jornalista, autor dramático e ator, considerado como um dos mais prolíficos autores teatrais açorianos. Destacou-se no campo da dinamização cultural e no campo do jornalismo local, sendo uma das principais figuras do panorama cultural açoriano das primeiras décadas do século XX. Destacou-se pela sua visão crítica em relação ao Primeiro Movimento Autonomista e aos seus promotores.
88. António Belo de Almeida Jr. (Santa Luzia, Angra do Heroísmo, 11 de maio de 1851 — Lisboa, 8 de setembro de 1914), engenheiro militar, autor do levantamento dos fortes da Terceira e de várias obras de restauro e de defesa da costa. Reformou-se no posto de coronel de Engenharia.
89. António Borges Cabral Fournier (Lisboa, 27 de janeiro de 1792 — Dafundo, 6 de agosto de 1855), proprietário. Foi segundo-tenente do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição criado em Angra no ano de 1839.
90. António Borges do Canto e Silveira Moniz (Angra do Heroísmo, 27 de fevereiro de 1846 — Porto, c. 1920), professor régio de instrução primária e depois inspetor de 1.ª classe do corpo da fiscalização das alfândegas, prestando serviço na Graciosa, onde casou, e depois em Angra. Terá exercido posteriormente as funções de secretário da inspeção da fiscalização da cultura de tabaco no Douro (a Comissão Geral da Cultura de Tabaco no Douro, instituída pela Lei de 13 de março de 1884), residindo no Porto. É autor de algumas monografias e de várias produções em verso e em prosa publicadas em jornais dos Açores e de Lisboa e Porto. Publicou uma monografia sobre a ilha Graciosa (1884).
91. António Borges Leal (Angra do Heroísmo, 1807 — Angra do Heroísmo (Sé), 18 de novembro de 1864), oficial do Batalhão de Caçadores Voluntários da Rainha, organizado em Angra a 22 de junho de 1828. Foi escrivão e tabelião em Angra.
92. António Borges Leal Corte-Real (Angra, 26 de fevereiro de 1801 — Angra do Heroísmo, 17 de maio de 1865), rico morgado e grande proprietário, foi fidalgo cavaleiro da Casa Real, comendador da Ordem de Cristo, condecorado com a medalha n.º 7 das Campanhas da Liberdade. Aderiu à causa liberal, e como capitão do Batalhão de Caçadores Artilheiros da Vila da Praia, aderiu à revolução de 22 de junho de 1828, passando depois ao Batalhão de Voluntários da Rainha, com o qual participou na batalha de 11 de agosto de 1829 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 252).
93. António Botelho de Bettencourt e Sousa (Santa Cruz da Graciosa, 1772 — Santa Cruz da Graciosa, 21 de fevereiro de 1842), capitão-mor de milícias e escrivão da alfândega da Graciosa.
94. António Botelho de Lima (Calhetas (Ribeira Grande) — d. 1922), presbítero, professor do Seminário Episcopal de Angra. Era pároco das Calhetas em 1922.
95. António Botelho de Sampaio (— d. 1828), padre cura. Foi um dos signatários do auto de aclamação de D. Maria II em Angra na sequência da revolta liberal de 22 de junho de 1828.
96. António Cardoso Machado (c. 1528 — d. 1600), sargento-mor da Praia.
97. António Cardoso Sousa e Liz (Viseu, c. 1805 —), filho do advogado viseense homónimo, alferes do Batalhão de Caçadores n.º 5, foi um dos signatários do auto de aclamação de D. Maria II em Angra a 22 de junho de 1828.

98. António Casimiro Mourato (Avis (Matriz), 13 de dezembro de 1852 — Angra do Heroísmo (Sé), 15 de agosto de 1900), farmacêutico formado pela Universidade de Coimbra, sócio da Sociedade Farmacêutica Lusitana, que se estabeleceu em Angra com a sua própria farmácia de oficina. Filantropo, dirigente local do Partido Progressista e vereador da Câmara Municipal de Angra, destacou-se como ator e promotor de atividades teatrais e como jornalista e poeta (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, pp. 400-401).
99. Antonio Centeno Quiral (—), cavaleiro da Ordem de São João de Malta, mestre-de-campo, governador dos Açores (1596 a 1600). O seu governo caracterizou-se pelo autoritarismo, pela arrogância e pela arbitrariedade. Comandante do Terço espanhol, foi detestado pelos seus soldados, sangrentamente reprimidos quando contra ele se amotinaram. Incompatibilizou-se com o bispo de Angra e imiscuiu-se abusiva e desmedidamente no regimento da terra, prendendo e vexando os seus opositores, levando as Câmaras a pedirem à Corte a sua retirada da Terceira (cf.: Manuel Augusto de Faria, *Da Militia: textos de história militar dos Açores e outros*, pp. 278-279. IHIT, Angra do Heroísmo, 2020).
100. António César Vieira (Angra do Heroísmo (Sé), 13 de dezembro de 1859 — d. 1951), despachante da alfândega de Angra do Heroísmo e professor do Curso Primário Noturno Fonseca Continho, estabelecido no Clube Artístico Terceirense. Fez parte da redação dos periódicos *O Artista* e *A Voz do Artista*.
101. António Coelho de Castro (—), tenente-general, governador do Castelo de São João Baptista (1674 a 1675).
102. António Coelho Mendes (Angra (Conceição), 1815 — Angra do Heroísmo (Sé), no Hospital Militar, 27 de julho de 1891), soldado, condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria.
103. António Cordeiro (Angra, 1641 — Lisboa, 2 de fevereiro de 1722), sacerdote da Companhia de Jesus e historiador, autor da *História Insulana das Ilhas a Portugal Sujeitas no Oceano Occidental* (Lisboa, 1717), uma das obras clássicas da historiografia açoriana. Foi o primeiro a publicar uma opinião sobre a forma de governação do arquipélago (cf.: José Guilherme Reis Leite, «António Cordeiro e uma proposta de autonomia para os Açores no século XVIII», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. 36 (1978), pp. 211-240. Angra do Heroísmo, 1978).
104. António Correia de Mendonça (Luz (Graciosa), c. 1785 — (Luz (Graciosa), c. 1850), pai de Francisco José Bettencourt.
105. António Correia Garcia (Angra do Heroísmo (Conceição), 24 de outubro de 1857 — d. 1902), autor de crónicas sobre tauromaquia, matéria sobre a qual demonstrava um profundo conhecimento.
106. António Correia Picanço da Silva (—), graciosense, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
107. António da Costa (— Horta, agosto de 1580), fidalgo da casa de D. António que foi portador das cartas dirigidas à Câmara de Angra que informavam ter o cardeal-rei D. Henrique falecido e instavam as câmaras açorianas a procederem à aclamação de D. António como novo rei. Faleceu no Faial, em agosto de 1580, quando ali tratava da aclamação de D. António.
108. António da Cunha da Silveira de Bettencourt (Praia da Graciosa, 2 de agosto de 1782 — Fonte do Mato, Praia da Graciosa, 29 de janeiro de 1873), 1.º barão da Fonte do Mato, grande proprietário e negociante, fidalgo cavaleiro da Casa Real (1816), capitão-mor da vila da Praia da Graciosa, sucedendo a seu pai (1818) como sargento-mor da ilha. Distinguiu-se como apoiante do liberalismo.
109. António da Fonseca Carvão Paim da Câmara (Angra do Heroísmo, 21 de fevereiro de 1864 — Angra do Heroísmo, 4 de junho de 1931), professor liceal, advogado e político que, entre outras funções, foi governador civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo (1906). Foi filho do 2.º barão do Ramalho e um dos líderes do Partido Regenerador na ilha Terceira.
110. António da Fonseca Carvão Paim da Câmara (Angra, 18 de setembro de 1836 — Angra do Heroísmo, 13 de abril de 1907), 2.º barão do Ramalho, grande terratenente, jornalista e político que por diversas vezes foi governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo (12 de abril de 1876 a 11 de outubro de 1877; 31 de janeiro de 1878 a 3 de junho de 1879; e 17 de janeiro de 1890 a 8 de janeiro de 1891) e governador civil do Distrito de Ponta Delgada (de 11 de outubro de 1877 a 31 de janeiro de 1878). Foi fidalgo cavaleiro da Casa Real e comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.
111. António da Fonseca Carvão Paim da Câmara (São Mateus da Calheta, 11 de dezembro de 1765 — Angra do Heroísmo, 23 de fevereiro de 1838), 1.º barão do Ramalho, grande morgado, fidalgo cavaleiro da Casa Real pertencente à melhor nobreza de Angra, capitão de milícias. Foi desde cedo militante da causa liberal e participou no movimento que em Angra aclamou D. Maria II em 22 de junho de 1828. Sendo conselheiro do distrito, serviu de governador civil interino do Distrito de Angra de 30 de setembro a 21 de dezembro de 1836. Foi conselheiro e, em paga dos serviços, agraciado com o título de barão do Ramalho, por carta de 13 de maio de 1837 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 107-108).
112. António da Silva Baptista (Avintes, 1800 — Angra do Heroísmo, 25 de outubro de 1882), comerciante, sócio fundador da Associação Comercial de Angra do Heroísmo e seu presidente. Fez fortuna em África e foi proprietário de navios em sociedade com o negreiro João Severino de Avelar. Investiu na melhoria da produção agrícola da ilha, quando José Silvestre Ribeiro era governador civil de Angra. Comendador da Ordem de Cristo (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. I, p. 553).
113. António da Silva Nogueira (Angra do Heroísmo (Sé), 11 de março de 1866 — Angola, c. 1918), oficial

- do Exército. Foi ajudante-de-campo do Governador Geral de Angola. Faleceu em Angola depois de 1902.
114. António da Silveira e Ávila (—), sargento-mor da Calheta, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
 115. António de Amorim Pires Toste (Angra do Heroísmo, 19 de maio de 1866 — Angra do Heroísmo, 22 de maio de 1932), engenheiro civil, Diretor de Obras Públicas do Distrito de Angra do Heroísmo e professor do Liceu Nacional desta cidade. Foi vogal correspondente do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais e membro da Comissão Distrital de estatística. Publicou em vários periódicos da cidade de Angra. (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 685).
 116. António de Araújo e Azevedo (Ponte de Lima, 14 de maio de 1754 — Rio de Janeiro, 21 de junho de 1817), conde da Barca, diplomata, cientista, político e escritor. Distinguiu-se como fundador de diversas instituições artísticas e científicas no período em que a corte portuguesa esteve instalada na cidade do Rio de Janeiro. Foi Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino de D. João VI, cargo semelhante ao de primeiro-ministro.
 117. António de Brito Pimentel (—), partidário de D. António, em 1581 dirigiu uma carta a Catarina de Médicis, regente pelo rei de França, solicitando ajuda para a causa antonina. Foi um dos excluídos do perdão geral concedido por Filipe II de Espanha a 18 de abril de 1581 aos sediciosos que tinham acompanhado D. António no levantamento de Santarém. Estando em Aveiro, D. António enviou António de Brito Pimentel a França como novo emissário junto da Corte francesa, sabendo-se que estava em Saint-Maur-des-Fossés, nos arredores de Paris, a 17 de novembro de 1580. Esteve em Angra na comitiva daquele monarca, partindo depois na sua companhia para França, tendo em 1589 participado na malograda tentativa de invasão liderada por *Sir Francis Drake*.
 118. António de Gouveia Osório (Castelo de Penalva, Vila Mendo, 25 de julho de 1825 — Castelo de Penalva, Vila Mendo, 4 de abril de 1915), fidalgo-cavaleiro da casa real e 1.º visconde de Vila Mendo, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra e grande proprietário. Foi governador civil de vários distritos, deputado e par do reino. Integrou o Conselho de Sua Majestade e foi conselheiro do Tribunal de Contas e sócio do Instituto de Coimbra.
 119. Antonio de Herrera y Tordesillas (Cuéllar, Segovia, 1549 — Madrid, 28 de março de 1626), biógrafo, cronista e historiador espanhol, autor da monumental *Historia General de los Hechos de los Castellanos en las Islas y Tierra Firme del Mar Océano*, obra que foi objeto de dezenas de edições e traduções e que se manteve até finais do século XIX como uma das principais fontes da história da conquista espanhola das Américas.
 120. Antonio de la Puebla y Rojas (Córdoba, c. 1548 — Angra, 7 de julho de 1595), mestre-de-campo, comandante da guarnição espanhola aquartelada na Terceira de 1592 até falecer. Em maio de 1593 procedeu à colocação da primeira pedra da Fortaleza de São Filipe do Monte Brasil, no baluarte de Santa Catarina, com a presença do bispo de Angra, D. Manuel de Gouveia. Faleceu em funções no ano de 1595, sendo substituído, interinamente, pelo capitão Juan Amilibia (cf.: Manuel Augusto de Faria, *Da Militia: textos de história militar dos Açores e outros*, p. 276 IHIT, Angra do Heroísmo, 2020).
 121. António de Melo (D.) (—), tenente do Regimento de Cavalaria n.º 4 em 1829, ajudante de campo do general Conde de Vila Flor na ilha Terceira e adido à embaixada de Portugal em Londres no ano imediato.
 122. António de Portugal, Prior do Crato (Lisboa, 20 de março de 1531 — Paris, 26 de agosto de 1595), mais conhecido pelo cognome de o Prior do Crato, filho natural do Infante D. Luís e neto de D. Manuel I, foi um dos candidatos ao trono português durante a crise sucessória de 1580. Foi aclamado rei de Portugal em Angra a 5 de agosto de 1580, tendo sido obedecido na Terceira como rei até à conquista da ilha por forças do rei Filipe II de Espanha a 27 de julho de 1583.
 123. António de Quadros Espínola de Bettencourt (Santa Cruz da Graciosa, —), pai do tenente-coronel de milícias Joaquim Inácio de Quadros.
 124. António de Saldanha (Lisboa, c. 1590 — 3 de setembro de 1654), quinto filho de João de Saldanha, comendador de São Martinho de Santarém na Ordem de Cristo. Serviu na Índia entre 1613 e 1623 como soldado, capitão e capitão-mor de navios, pelejando no mar e em terra. Foi capitão-mor da gente da guerra na fortaleza de Mangalore (hoje Mangaluru) em 1618. Foi um dos fidalgos da conjura da Restauração e integrou o grupo de oito desses fidalgos, que por delegação dos outros, fixaram o dia 1 de dezembro de 1640 para o levantamento. Participou ativamente nas ações de tomada do paço e prisão da duquesa de Mântua. Após ter exercido o cargo de governador da Torre de Belém, António de Saldanha saiu de Lisboa a 15 de maio de 1642 e chegou ao porto de Angra a 23 desse mês com sete caravelas que traziam 800 infantes, munições e artilharia grossa. Em sua companhia seguia Gaspar Cardoso Cardim, nomeado arcediago da Sé de Angra, provisor do bispado e vigário-geral e o mestre-de-campo Manuel de Sousa Pacheco, nomeado governador do Castelo. Ao morrer em 1654 era alcaide-mor de Vila Real e comendador de São Salvador de Sarrazes da Ordem de Cristo.
 125. António de Santiago (frei) (Angra, c. 1620 — Angra, c. 1665), religioso franciscano no Convento de São Francisco de Angra, irmão de Manuel Gonçalves Carvão, que prestou importantes serviços na aclamação de D. João IV em Angra.
 126. António de Sousa Hilário (Norte Grande, 10 de dezembro de 1841 — Horta, 16 de fevereiro de 1918), funcionário da biblioteca do Liceu Nacional da cidade da Horta de 1866 a 1879 e depois professor daquele

estabelecimento, foi colaborador assíduo na imprensa faialense e redator do jornal O Direito Popular, editado na Horta. Publicou várias obras de carácter didático.

127. António de Sousa Machado (Vila da Praia da Graciosa, c. 1820 — Angra do Heroísmo, c. 1900), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra em 1844. Foi presidente da Câmara do extinto concelho da Vila da Praia da Graciosa.
128. António de Utra de Figueiredo (—), almirante das esquadras de alto bordo da Índia.
129. António Diniz Ormonde (Praia, 1835 —), editor do primeiro periódico que se publicou na Praia da Vitória, intitulado *Onze de Agosto de 1829* (1868-1871).
130. António do Canto e Castro (Angra, 26 de maio de 1613 — Angra, 31 de dezembro de 1676), filho segundo do provedor das armadas, seguiu a carreira das armas. Serviu nas guerras da Flandres e militou na praça de Milão, mas regressou à ilha Terceira, onde se encontrava aquando da aclamação de D. João IV. Distinguiu-se no cerco do Castelo de São Filipe, sendo então nomeado sargento-mor de toda a gente de guerra. Acabado o cerco, foi nomeado, pelo general Saldanha, capitão de uma das companhias de cavalos levantadas na ilha para servirem na guerra da Restauração. Nesta distinguiu-se na batalha do Montijo. Foi agraciado pelo rei, em paga dos seus serviços em Angra, com o acrescentamento de fidalgo escudeiro. Foi interinamente governador do castelo por duas vezes, a primeira em 1655 e a segunda em 1665 (cf.: Jorge Forjaz, *O Solar de Nossa Senhora dos Remédios (Canto e Castro)*, p. 157. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2.ª edição, 1996).
131. António Ernesto Borges (Angra do Heroísmo (São Pedro), 30 de novembro de 1866 — Lisboa (Santa Isabel), 20 de outubro de 1945), oficial do Exército reformado no posto de coronel. Com o então capitão de engenheiros António Belo de Almeida, é coautor de uma «Planta do Castello d'Angra e Monte Brazil: com a determinação de todos os lotes de cultura» (1888), assinalando as parcelas de cultivo que lá existiram. Prestou serviço em Goa e Macau. Integrou a loja maçónica Pátria e Liberdade (cf.: António Ventura, *Pátria e Liberdade : Uma loja maçónica de militares*. Lisboa, Âncora Editora, 2024).
132. António Fernandes Franco (São Miguel, c. 1600 — Lagoa, 25 de março de 1669), presbítero, terceiro vigário da vila da Lagoa, que testemunhou as erupções vulcânicas de 1652, deixando um circunstanciado relato dos eventos.
133. António Figueiredo Dutra (Angra —), oficial naval, serviu na Índia com distinção.
134. António Fogaça de Sousa Bettencourt (Praia da Graciosa, c. 1788 — Praia da Graciosa, 27 de março de 1855), alferes de Ordenanças, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
135. António Francisco Martins (Angra do Heroísmo, 16 de junho de 1860 — Angra do Heroísmo, 24 de maio de 1941), aluno do Colégio Militar, foi oficial do Exército, reformado no posto de coronel de Infantaria (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 710).
136. António Furtado de Mendonça (Velas, 1809 — Velas, 11 de março de 1891), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
137. António Garcia da Rosa (Horta, 25 de agosto de 1790 — Horta, 25 de abril de 1876), 1.º barão da Areia Larga, um grande proprietário e político que, entre outras funções, foi subprefeito da Comarca da Horta (1833) e governador civil do Distrito da Horta.
138. António Garcia Sarmiento (—), capitão-mor das Velas em 1642. Foi capitão-mor durante 8 anos e durante mais de 30 anos foi escrivão do almoxarifado da alfândega das Velas (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, pp. 645-647). Foi avô de Constantino Pais Sarmiento, que se distinguiu na aclamação de D. João IV nas ilhas do Grupo Central (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, pp. 643-644).
139. António Garcia Sarmiento (Velas, c. 1615 — Angra, c. 1685), frequentou a Universidade de Coimbra nos anos de 1635 a 1642, matriculado em Cânones, com bacharelato obtido em 28 de abril de 1642. Viveu em Angra onde teve relevante ação durante o reinado de D. Afonso VI. A partir de 1667 teve a propriedade do ofício de Procurador da Coroa e Fazenda na ilha de São Jorge.
140. António Gil da Silveira Machado Bettencourt (Praia da Graciosa, 3 de junho de 1846 — Angra do Heroísmo, 3 de julho de 1883), mais conhecido por António Gil, escritor, poeta e bibliófilo. Pugnavia pela independência dos Açores sob protetorado dos Estados Unidos da América.
141. António Gil é António Gil da Silveira Machado Bettencourt.
142. António Gonçalves (—), considerado «velho», participou na Batalha da Salga, na qual se distinguiu.
143. António Homem da Costa Noronha (Porto, 3 de agosto de 1787 — Angra do Heroísmo, 13 de julho de 1868), oficial de Artilharia do Exército, fidalgo cavaleiro da Casa Real, pioneiro da moderna cartografia e um dos líderes militares da fase inicial do liberalismo nos Açores. No posto de major, foi comandante do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição, formado em Angra. Para além do levantamento das fortificações das ilhas e do material de artilharia existente, foi encarregue de estudar os padrões de pesos e medidas existentes nos concelhos açorianos e a sua conversão para o sistema métrico. Foi governador do Castelo de São João Baptista, destacando-se durante o pronunciamento setembrista que ali ocorreu a 22 de abril de 1847. Deixou obra publicada em periódicos. Depois de uma distinta carreira militar, foi reformado como marechal-de-campo, sendo pouco depois elevado a tenente-general (cf.:

144. António Homem Espínola [da Silva Sodré] (Velas —), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
145. António Homem Goulart (São Mateus do Pico, 13 de novembro de 1797 — Porto Judeu, 16 de agosto de 1874), professor oficial de primeiras letras. Foi capitão do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839.
146. António Isidoro de Moraes Âncora (Lisboa, 1786 — Lisboa, 26 de abril de 1854), oficial do Exército, onde ingressara depois de ter passado pela Armada, onde atingira o posto de primeiro-tenente em 1808. Foi sargento-mor de Cavalaria durante a Guerra Peninsular. Em 1815 foi graduado em tenente-coronel e enviado para os Açores como ajudante de ordens do capitão-geral. Na sequência da primeira revolução liberal nos Açores e da extinção do governo geral pelas Cortes Constituintes de 1822, regressou ao Continente. Restabelecida a capitania-geral, no ano seguinte, regressou aos Açores, na mesma função. Em 1828, no rescaldo da revolução liberal em Angra, foi preso e exilado para a ilha do Faial por ordem do governo provisório. Nessa ilha, a 3 de setembro daquele ano, foi o mentor da revolução que ali restabeleceu o governo de D. Miguel e foi proclamado comandante militar. Devido a esse ato foi demitido pelo governo provisório, estabelecido em Angra. Manteve, contudo, o Faial fiel a D. Miguel até ao ataque do conde de Vila-Flor, decidindo abandonar a ilha e retirar-se para São Miguel, pondo-se às ordens do capitão-general Sousa Prego. Foi feito prisioneiro na Ladeira da Velha em agosto de 1831. Respondeu em conselho de guerra sendo condenado à morte, mas com pena comutada em quatro anos de prisão, que cumpriu no Forte de São Brás de 1832 a 1835, ano em que foi libertado por ordem do governador militar dos Açores, barão de Cacula. Regressou a Lisboa, servindo como empregado numa comissão criada na Torre do Tombo. Foi reintegrado em 1840, e em 1852 foi nomeado coronel reformado, ficando adido ao 1.º Batalhão de Veteranos.
147. António Joaquim Borges (Angra do Heroísmo (Conceição), 19 de fevereiro de 1822 — Cabo da Praia, 9 de janeiro de 1876), vigário do Cabo da Praia, cônego honorário e pregador régio. Foi examinador prosinodal e sacerdote ilustrado, tido como um grande orador. Foi o primeiro presidente da comissão administrativa do Asilo de Mendicidade D. Pedro V da Praia da Vitória. Colaborou no jornal *O Angrense* e foi o redator principal do jornal praiense *Onze de Agosto de 1829*.
148. António Joaquim Borges de Bettencourt (São Miguel — Ladeira da Velha, 2 de agosto de 1831), tenente do Batalhão de Caçadores n.º 5. Morreu em combate na batalha da Ladeira da Velha, na costa norte de São Miguel, combatendo pelo lado liberal integrado nas forças que idas da Terceira desembarcaram a 1 de agosto daquele ano no Pesqueiro da Achadinha.
149. António Joaquim da Fonseca (Angra do Heroísmo (São Pedro), 21 de janeiro de 1838 — Angra do Heroísmo (São Pedro), 10 de janeiro de 1870), jornalista e político. Colaborou nos jornais publicados na ilha Terceira.
150. António Joaquim de Sousa Júnior (Praia da Vitória, 15 de dezembro de 1871 — Porto, 7 de junho de 1938), mais conhecido por Sousa Júnior, médico e político republicano que, entre outras funções, foi deputado ao Congresso Constituinte de 1911 e, por duas vezes, Ministro da Instrução Pública de governos da Primeira República Portuguesa. Foi o primeiro titular de um ministério em Portugal especificamente criado para os assuntos da Educação. Foi colaborador próximo de Ricardo Jorge e diretor do Laboratório Bacteriológico do Porto. Deslocou-se gratuitamente à ilha Terceira para participar no combate ao surto de peste que ocorreu em 1908-1909.
151. António Joaquim Teixeira (Angra do Heroísmo (Santa Luzia), 28 de março de 1853 — Lisboa, antes de 1902), jornalista e escritor. Como jornalista colaborou em vários jornais de Angra do Heroísmo e fundou o jornal *O Chicote*. Cultivou a arte musical, deixando algumas publicadas composições para piano. Foi empregado de Fazenda Pública em Angra e Ponta Delgada. Fez uma viagem pelo continente africano, o que terá contribuído para influenciar a sua produção literária.
152. António José da Fonseca (Urzelina, —), jorgense, fez a campanha da Guerra Civil.
153. António José da Silva Sarmiento Júnior (Angra do Heroísmo, 1837 — Rio de Janeiro, c. 1900), filantropo, maçom e pioneiro da museologia. Emigrou para o Brasil, fixando-se no Rio de Janeiro, onde desenvolveu atividade comercial no ramo dos géneros secos e molhados e granjeou considerável fortuna. Em 1874 esteve na Terceira, estabelecendo a partir daí ligação com o 2.º conde da Praia, líder local do Partido Progressista. Dessa ligação resultou o seu empenho em questões filantrópicas locais e o ter sido o principal promotor da criação do Museu Terceirense (cf.: Maria Manuel Velasquez Ribeiro, «António José da Silva Sarmiento Júnior», in Raquel Henriques da Silva (coord.), *Dicionário Quem é Quem na Museologia Portuguesa*, pp. 157-159. Instituto de História de Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2019).
154. António José de Amorim (Coimbra, 16 de julho de 1801 — Angra do Heroísmo, 12 de agosto de 1877), médico que terminou a sua carreira como guarda-mor de saúde do porto de Angra. Tendo iniciado a sua carreira profissional como médico militar (quando ainda era apenas finalista de Medicina na Universidade de Coimbra) durante a Guerra Civil, foi médico na Praia da Vitória e depois médico no Hospital da Misericórdia e autoridade de saúde no porto de Angra. Foi presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, conselheiro distrital e procurador à Junta Geral do Distrito de Angra, entre outras funções políticas.

155. António José de Melo Breyner Teles da Silva (Lisboa, 22 de agosto de 1806 — Lisboa, 27 de abril de 1893), conde de Ficalho, aristocrata e militar.
156. António José de Sousa Manuel de Meneses Severim de Noronha (Lisboa, 18 de março de 1792 — Lisboa, 26 de abril de 1860), 7.º conde de juro e herdade e 1.º marquês de Vila Flor e ainda 1.º duque da Terceira, de juro e herdade, com honras de parente, foi um importante general e homem de Estado do tempo do liberalismo, sendo uma das mais importantes figuras do tempo, tanto no plano político, como, e talvez sobretudo, no plano militar. De herói das guerras liberais tornou-se no líder incontestado dos cartistas, a facção mais conservadora do liberalismo português, embrião do futuro Partido Regenerador.
157. António José de Vasconcelos (Madeira, c. 1809 —), alferes do Batalhão de Caçadores n.º 5, aderiu ao movimento liberal e foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1828.
158. António José dos Santos (1856 — 1912), conhecido por *o Santinhos*, ator e empresário teatral.
159. António José Ferreira de Sousa (Coimbra, 6 de setembro de 1805 — Fajã de Baixo, junho de 1890), cônego da Sé de Angra, chantre e vigário-geral durante um largo período. Bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra, veio para Angra como secretário particular do bispo D. Frei Estêvão de Jesus Maria, em 1840. Foi reitor do Seminário Episcopal de Angra.
160. António José Gonçalves Costa (—), veio para a Terceira integrado no grupo dos exilados em Plymouth, tendo sido compositor na tipografia instalada pelos liberais na cidade de Angra.
161. António José Pais (— Angra), terceirense, foi porteiro da secretaria de estado em Angra, e mais tarde chaveiro da alfândega desta cidade, onde faleceu. Dois dos seus filhos destacaram-se na Guerra Civil: António José Pais Júnior, tenente no Batalhão de Voluntários de Angra; e José Maria Pais, que depois da guerra foi taquígrafo na Câmara dos Deputados.
162. António José Pereira da Silveira e Sousa (Velas, 9 de outubro de 1793 — Velas, 7 de dezembro de 1881), bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra em 1821, foi juiz substituto, presidente da Câmara Municipal das Velas e subdiretor da Alfândega das Velas. Colaborou na imprensa de Angra.
163. António José Vieira Rodrigues Fartura Júnior (Porto, c. 1827 — Braga, 4 de setembro de 1854), negociante na praça de Angra, vice-cônsul da Rússia na Terceira por carta do cônsul russo em Lisboa de 30 de abril de 1852, confirmada por carta régia de 23 de outubro daquele ano. Vereador da Câmara Municipal em 1853. Faleceu em Braga, vítima de uma «*pthsica pulmonar*» e segundo a imprensa local: «*Era bom filho, bom esposo, e ornado de qualidades que o tornavam digno da estima dos seus concidadãos*» (cf.: *O Angrense*, n.º 854, de 12 de outubro de 1854, p. 4). Foi filho do comendador António José Vieira Rodrigues Fartura (Mosteiros de Vieira, 24 de setembro de 1794 — Porto, 13 de setembro de 1862), grande negociante nas praças de Angra e do Porto (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IV, pp. 388-389), por várias vezes vereador da Câmara de Angra e o proponente, em sessão camarária de 20 de março de 1847, da construção dos novos paços do concelho de Angra.
164. António José Vieira Santa Rita (Funchal, 1802 — Horta, 22 de dezembro de 1877), político que exerceu as funções de governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo de 6 de junho de 1848 a 8 de setembro de 1849. Foi também governador civil da Horta durante mais de duas décadas, nessas funções publicando um conjunto de notáveis relatórios sobre a vida económica e social das ilhas que compunham aquela circunscrição administrativa. Foi também deputado às Cortes e recebeu carta de Conselho.
165. António Justiniano Pegado Brotero (Coimbra, 26 de outubro de 1796 — Lisboa, c. 1870), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1818) e magistrado judicial, exerceu as funções de juiz de fora da Praia da Vitória. Foi acusado de perseguir os partidários do liberalismo durante o governo de D. Miguel. Continuou a sua carreira judicial em Lisboa e Setúbal. Destituído em 1833, na sequência da vitória liberal, terminou a sua carreira como advogado em Lisboa. Era sobrinho do botânico Félix de Avelar Brotero.
166. António Leonardo Pires Toste (Porto Judeu, 18 de dezembro de 1796 — Angra do Heroísmo (Conceição), 17 de dezembro de 1876), tabelião do público e judicial na cidade de Angra. Esteve preso na sequência dos acontecimentos de 3 e 4 de agosto de 1823 e foi um dos signatários do auto de aclamação de D. Maria II em Angra na sequência da revolta liberal de 22 de junho de 1828.
167. António Lucas de Lima (Angra do Heroísmo (Sé), 12 de outubro de 1854 — Angra do Heroísmo, 19 de setembro de 1912), apontador das Obras Públicas, fazendo serviço na secretaria da Junta Geral de Angra. Escreveu pelo menos um romance, publicado em 1891.
168. António Lúcio Duarte dos Reis (Angra (Sé), 15 de abril de 1780 — Angra, d. 1833), escrivão da Provedoria dos Resíduos de Angra, por arrendamento, e mesário da Santa Casa da Misericórdia. Liberal, foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1828. Foi capitão de Ordenanças de São Mateus durante os anos iniciais da Guerra Civil. Foi pai de Francisco Lúcio Duarte Reis (1800 — Angra do Heroísmo (Sé), 9 de maio de 1853), advogado de provisão em Angra e diretor político e redator principal de *O Angrense* (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IV, pp. 157-158).
169. António Manuel de Amaral Vasconcelos (Povoação, 13 de novembro de 1873 — Angra do Heroísmo), cônego da Sé e professor do Seminário Episcopal de Angra.
170. António Marcelino da Vitória (—), ou António Marcelino de Victória, da família dos barões de Tondela, sócio fundador do Grémio Literário, foi governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo de 18 de

setembro de 1851 a 24 de abril de 1852.

171. António Maria Celestino de Sousa (Lisboa, 20 de agosto de 1840 — Lisboa, 1915), ao tempo coronel do Exército. Faleceu no posto de general de brigada. É autor de diversas obras de temática militar e histórica.
172. António Maria Ferreira (Sertã (São Pedro), 19 de novembro de 1851 — Angra do Heroísmo, 3 de maio de 1912), de pais incógnitos, foi exposto na roda municipal da Sertã, adotando o apelido da família de acolhimento. Veio para os Açores, com 21 anos de idade, como «familiar» do bispo D. João Maria Pereira de Amaral e Pimentel, de quem foi um dos testamenteiros, completando os seus estudos no Seminário de Angra. Foi cônego, monsenhor e vigário capitular da Sé de Angra. Editor e colaborador de diversos jornais católicos, fundou e dirigiu os semanários *O Catholico* (1876-1886) e *O Peregrino de Lourdes*, que em sua vida (1908) acabou por conveniência da fundação do diário angrense *Correio dos Açores*. Governou a diocese durante o período conturbado que se seguiu à publicação das leis de separação do Estado e da Igreja na sequência da implantação do regime republicano em Portugal (cf.: José Augusto Pereira, *Um dos nossos mestres, Monsenhor Cônego António Maria Ferreira*. Angra do Heroísmo, 1933). Publicou *Perfumes de Lourdes e Recordações da minha Peregrinação a Roma e a Lourdes*. Como governador do bispado publicou vários documentos no *Boletim Eclesiástico dos Açores* (cf.: José Augusto Pereira, *Padres açorianos. Bispos. Publicistas. Religiosos*, pp. 53-54. Angra do Heroísmo, União Gráfica Angrense, 1939).
173. António Maria Holtreman do Rego Botelho de Faria (Arruda dos Vinhos, 28 de agosto de 1854 — Angra do Heroísmo, 22 de outubro de 1929), 1.º conde do Rego Botelho, grande proprietário com terrenos nas ilhas Terceira e São Miguel, político destacado, líder incontestado do Partido Regenerador na ilha Terceira. Foi par do reino, presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e grande mecenas de diversas instituições e igrejas das freguesias rurais terceirenses, em geral administradas por figuras próximas dos regeneradores.
174. António Maria Maciel (Rosais, 10 de abril de 1869 —), oficial de Infantaria do Exército. Destacou-se nas campanhas de pacificação em Moçambique, recebendo o grau de cavaleiro da Ordem da Torre Espada, com que foi agraciado pelo seu desempenho na batalha de Maganja da Costa, em 1898.
175. António Maria Silvano (Angra do Heroísmo, 24 de abril de 1840 — Lisboa, 13 de outubro de 1913), oficial do Exército, filho do general de brigada Júlio Maria Silvano. Com uma longa carreira militar, que incluiu comissões de serviço no Estado da Índia e em Cabinda, passou à reserva em 1897 no posto de general de brigada.
176. António Mariano da Silva Sarmento (Angra do Heroísmo (Conceição), 1 de junho de 1839 — Angra do Heroísmo (Sé), 8 de setembro de 1908), escriturário do escrivão da Fazenda no Concelho de Angra do Heroísmo, depois delegado do Tesouro em Angra do Heroísmo. Foi governador civil substituto de 24 de setembro de 1892 a 27 de setembro de 1893 e de 13 de agosto de 1896 a 27 de janeiro de 1897. Foi vereador e por duas vezes presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (de 8 de julho a 18 de agosto de 1896 e de 24 de fevereiro de 1897 a 13 de janeiro de 1898), tendo no seu segundo mandato sido executada a escadaria que liga o Jardim Público à Memória, a qual desde 1898 ostenta o nome de Passagem Silva Sarmento. Foi agraciado com o grau de cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IX, pp. 90-91).
177. António Mariano de Simas e Cunha (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
178. António Mariano de Sousa (Santa Cruz das Flores, 18 de maio de 1842 — Santa Cruz das Flores, 22 de maio de 1912), presbítero e professor liceal, desembargador honorário da Relação Patriarcal de Lisboa, agraciado com o título de Monsenhor e Capelão de Sua Santidade pelo papa Leão XIII (1893).
179. António Martins Leandro (Angra (Santa Luzia), c. 1792 — Angra do Heroísmo (Sé), 20 de janeiro de 1868), soldado, condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria.
180. António Mendes Leal (Lisboa, 1831 — Maceió, 1871), poeta, ator e dramaturgo. Autor prolífico, também foi tradutor, adaptando aos palcos lusófonos múltiplas peças francesas. Esteve em Angra integrado na Companhia Dramática Lisbonense, que dirigia, numa *tournee* pelo Açores, com uma paragem de cerca de um mês em Ponta Delgada e algumas semanas em Angra.
181. António Miguel da Silveira Moniz (Ribeira Seca (São Jorge), 4 de fevereiro de 1857 — Lisboa, 27 de fevereiro de 1932), funcionário público e jornalista ligado ao Partido Regenerador. Viveu alguns anos em Angra do Heroísmo onde fundou e dirigiu *A Gazeta de Notícias* (1885-1902). Fixou-se em Lisboa, onde foi funcionário da administração do porto de Lisboa. Colaborou regularmente na imprensa, em especial no Portugal, Madeira e Açores. Publicou alguns textos em prosa e adaptou peças francesas para teatro. Foi um dos fundadores do Grémio dos Açores em Lisboa.
182. António Moniz Barreto (—), terceirense, acompanhou D. João de Castro na Índia, destacando-se aí pelos seus feitos bélicos.
183. António Moniz Barreto Corte-Real (Angra, 8 de dezembro de 1804 — Angra do Heroísmo, 23 de setembro de 1888), professor liceal, jornalista e escritor. Exerceu relevantes funções políticas. Foi considerado uma das mais interessantes e celebradas figuras da intelectualidade açoriana da primeira metade do século XIX, pedagogo, escritor e árbitro de elegâncias literárias. É também justamente considerado o precursor da etnografia açoriana pelo seu estudo sobre as festas do Espírito Santo na Terceira que

publicou em *O Annunciador da Terceira*, n.ºs 5-12, 1842.

184. António Moreira da Silva (—), negociante em Angra. Aderiu ao movimento liberal e foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1828.
185. António Narciso da Fonseca (Angra, 1802 — Angra do Heroísmo, 28 de julho de 1869), presbítero e professor, que se distinguiu na vida política durante o período inicial do regime constitucional. Foi jornalista distinto e político hábil e de comprovada influência, vulto importante do Partido Regenerador terceirense.
186. António Pamplona Corte-Real (Santa Cruz da Graciosa, 31 de agosto de 1861 — Angra do Heroísmo (São Pedro), 25 de junho de 1929), oficial do Exército, reformado no posto de tenente-coronel de Infantaria (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 164).
187. António Pedro da Silveira e Mesquita Júnior (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
188. António Pedro de Brito Vila Lobos (Tavira, 19 de outubro de 1782 — Lisboa, 17 de dezembro de 1841), 1.º barão de Cacula, oficial general do Exército, reformado no posto de tenente-general. Entre outras funções de relevo, foi governador das Armas do Algarve, governador militar da Província dos Açores e governador civil do distrito de Angra, funções que exerceu entre 4 de maio e 17 de setembro de 1836, sendo demitido por não ter aderido à Revolução de Setembro.
189. António Pedro Simões (Ericeira, 25 de setembro de 1834 — Angra do Heroísmo, 13 de março de 1909), capitão de navios, proprietário do navio «*Flor de Angra*», comerciante estabelecido na Rua Direita. Foi um dos fundadores da Caixa Económica da Misericórdia de Angra e Presidente da Direção da Caixa Económica do Montepio Terceirense. Quando faleceu, o diário «*A União*» (edição n.º 4489, de 13 de março de 1909) publicou a sua fotografia, com a notícia necrológica (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IX, pp. 143-145).
190. António Pereira da Cunha e Silveira (Ribeira Seca, Calheta, 3 de janeiro de 1828 — Ribeira Seca, 1 de janeiro de 1900), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1854), administrador do concelho das Velas e presidente da Câmara Municipal da Calheta.
191. António Pinheiro Silvano (Angra do Heroísmo, 28 de junho de 1871 — Lisboa, 1936), oficial da Armada. Participou nas campanhas ultramarinas e passou à reserva no posto de capitão-de-mar-e-guerra. Era parente e amigo de Fernando Pessoa.
192. António Pires do Canto (Angra, 11 de junho de 1511 — Angra, c. 11 de maio de 1565), filho primogénito de Pedro Anes do Canto, o Velho, e herdeiro do morgado por ele instituído. Foi o segundo Provedor das Armadas em Angra. Esteve presente nas campanhas norte-africanas, indo em socorro de Tânger no ano de 1531 e passando a Arzila em 1537. Casou com uma filha de D. Francisco de Castro, governador da Fortaleza de Santa Cruz do Cabo de Gué (cf.: Rute D. Gregório, *Pero Anes do Canto: um homem e um património (1473-1556)*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2001).
193. António Plácido de Bettencourt e Lemos (c. 1769 —), foi um dos signatários do auto de aclamação de D. Maria II em Angra na sequência da revolta liberal de 22 de junho de 1828.
194. António Ramos Moniz Corte Real (Angra (Sé), 12 de outubro de 1834 — Angra do Heroísmo (Conceição), 20 de março de 1878), fundador e redator do semanário *O Correio da Terceira*.
195. António Ribeiro de Gusmão (—), tabelião, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
196. António Sebastião Borges da Costa (Santa Bárbara, 28 de novembro de 1852 — Angra do Heroísmo, 22 de julho de 1912), fidalgo cavaleiro da Casa Real, filho de Alexandre Sebastião Borges da Costa, último morgado de Santa Bárbara, e de D. Angélica Augusta do Carmo Borges de Menezes. Assentou praça no Batalhão de Caçadores n.º 10 e seguiu a carreira de oficial do Exército. Faleceu no posto de tenente-coronel.
197. António Sebastião Espínola Homem (c. 1765 — d. 1831), sargento-mor das Velas e major comandante dos fortes da ilha de São Jorge. Foi um dos signatários do auto de aclamação de D. Maria II a 22 de junho de 1828. Casou em agosto de 1831, aos 66 anos de idade, na paróquia da Sé de Angra.
198. António Severino de Avelar (Horta, 1815 — Horta, 27 de outubro de 1868), negociante e proprietário de navios. Em 1861 integrou a deputação enviada a Lisboa para apresentar os pêsames pelo falecimento de D. Pedro V em representação da Associação Comercial de Angra do Heroísmo. O seu nome aparece ligado ao tráfico negreiro a partir de Angola, sendo um dos implicados no processo relativo ao «desembarque de Sirinhaém» (Pernambuco), um escândalo político e diplomático que em 1855 abalou o Brasil (cf.: Marcus Joaquim Maciel de Carvalho & Paulo Henrique Fontes Cadena, «A política como «arte de matar a vergonha»: o desembarque de Sirinhaém em 1855 e os últimos anos do tráfico para o Brasil», in *Topoi (Rio J.)*, 20 (42), Sep-Dec 2019). Em consequência foi em 1856 deportado do Brasil.
199. António Sieuve de Séguier Camelo Borges (Angra do Heroísmo, 6 de dezembro de 1818 — Angra do Heroísmo, 15 de fevereiro de 1874), morgado e vereador da Câmara de Angra. Foi procurador à Junta Geral do Distrito e administrador do concelho de Angra.
200. António Teixeira de Sousa (Sabrosa, Celeirós, 5 de maio de 1857 — Porto, 5 de junho de 1917), médico

termalista transmontano, político, escritor, deputado, par do reino, ministro de Estado e líder do Partido Regenerador. Presidiu ao último governo da monarquia constitucional, sendo deposto pela revolução de 5 de outubro de 1910.

201. António Teles Pamplona (Angra do Heroísmo (Sé), 29 de abril de 1850 – Angra do Heroísmo (Sé), 12 de setembro de 1925), oficial da marinha mercante e patrão-mor do porto de Angra do Heroísmo. Notabilizou-se pela construção de pequenas embarcações com cavername de madeira forrado a papel de jornal embebido em resina. A sua obra mais famosa foi a embarcação denominada Autonomia, utilizada em maio de 1895 por Francisco Moniz Barreto Corte-Real (Praia da Vitória, 24 de novembro de 1868 – Martha's Vineyard, 16 de outubro de 1939), cavaleiro tauromáquico, caçador e navegador solitário, para ir de Angra do Heroísmo a Ponta Delgada, numa distância de mais de 90 milhas náuticas (167 km), para participar na Confraternização Açoriana, que então reunia na cidade de Ponta Delgada representantes de diversas ilhas do arquipélago celebrando a concessão da autonomia administrativa distrital consagrada no Decreto de 2 de março daquele ano.
202. António Tomé da Fonseca Carvão Paim da Câmara (São Mateus da Calheta, 9 de novembro de 1808 — Angra do Heroísmo, 27 de junho de 1864), filho do 1.º barão do Ramalho, morgado e aparentado com a melhor aristocracia de Angra. Militou desde cedo na causa liberal, sendo um dos participantes no movimento que em 22 de junho de 1828 aclamou em Angra a rainha D. Maria II. Distinguiu-se como militar durante a fase inicial da Guerra Civil (1828-1834). Foi procurador à Junta Geral, membro do Conselho do Distrito e vereador da Câmara Municipal de Angra (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 109-110). Aderiu ao pronunciamento militar de 22 de abril de 1847 que em Angra apoiou a «Patuleia», sendo nomeado vogal da Junta Governativa saída dessa revolta, presidida por seu sogro Teotónio de Ornelas Bruges.
203. António Tomé da Fonseca Carvão Paim da Câmara e Noronha (Angra, 4 de maio de 1738 — São Mateus da Calheta, c. 1805), nascido após a morte de seu pai, foi um rico morgado e grande proprietário, com terras na Terceira e no grande morgadio do Ramalho (São Miguel). Casou com uma mulher de menor condição, o que lhe mereceu reprovação social. Doou o terreno onde está construída a ermida da Penha de França (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 105-106).
204. António Varejão (Freixo-de-Espada-à-Cinta, c. 1540 — Angra, 1585), presbítero, «*bom pregador da ordem de Santo Agostinho*», no seu tempo muito considerado pelo seu talento e virtudes, foi o fundador do Convento da Graça de Angra. Fez doação de parte dos seus bens à Misericórdia de Angra, reservando a outra parte para a fundação do convento dos graciosos, que ocorreu em 1584, sendo seu primeiro prior frei Pedro, natural de São Miguel. Começou a construir as casas para um hospital (cf.: Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, livro VI, cap. XIX).
205. António Vaz Torrado (Angra (Sé), c. 1525 —), vereador da Câmara Municipal da Vila de São Sebastião em 1581. Foi signatário da carta que nesse ano aquela Câmara enviou ao rei de França.
206. António Veríssimo de Sousa (Santa Cruz da Graciosa, 5 de agosto de 1858 — Lisboa (Alcântara), 11 de outubro de 1933), oficial do Exército. Passou à reserva no posto de coronel. Distinguiu-se nas campanhas de pacificação de Angola. Foi Comandante Militar dos Açores (1917-1919) e governador civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo (1921).
207. António Vicente de Queirós (Valença, 5 de agosto de 1792 — Lisboa, 7 de fevereiro de 1868), 1.º barão da Ponte de Santa Maria, depois 1.º visconde da Ponte de Santa Maria e 1.º conde da Ponte de Santa Maria, militar do Exército que se destacou durante a Guerra Civil Portuguesa e terminou a sua carreira como marechal (1860).
208. António Vieira (Lisboa, 6 de fevereiro de 1608 — Salvador, 18 de julho de 1697), mais conhecido como Padre António Vieira, padre da Companhia de Jesus que se destacou como filósofo, escritor e orador sacro. Uma das mais influentes personagens do século XVII em termos de política e oratória, destacou-se como missionário em terras brasileiras. Nesta qualidade, defendeu incansavelmente os direitos dos povos indígenas, combatendo a sua exploração e escravização e fazendo da sua evangelização uma prioridade. António Vieira defendeu os judeus, a abolição da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos e a abolição da escravatura. Criticou severamente os sacerdotes da sua época e a própria Inquisição. Na literatura, os seus sermões possuem considerável importância no barroco brasileiro e português. Na sequência de um naufrágio e ataque por piratas neerlandeses nas imediações do Corvo, de que foi vítima o navio em que viajava do Brasil para Lisboa em 1654, foi desembarcado na ilha Graciosa. Após cerca de dois meses naquela ilha, passou à Terceira e a São Miguel, ilhas onde pregou. Em dois dos seus sermões aborda temática açoriana: a caída da Praia em 1614 no «*Sermão ao Enterro dos Ossos dos Enforcados*» (1651); e a capitulação do Castelo de São Filipe do Monte Brasil no «*Sermão das exéquias do augustíssimo Rei Dom João IV, o animoso, o invicto pai da pátria, de imortal memória*» (1657).
209. António Vitorino Amarante (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
210. Arão Benjamin (— Lisboa, d. 1913), terceirense, músico e compositor. Fez carreira em Lisboa como editor de partituras.
211. Aristides Moreira da Mota (Ponta Delgada, 12 de julho de 1855 — Ponta Delgada, 1 de maio de 1942), advogado e professor liceal. Foi um dos mais ativos promotores da autonomia açoriana e o autor do projeto legislativo que serviu de catalisador ao processo que levou à promulgação do Decreto de 2 de

março de 1895, que concedeu autonomia administrativa aos distritos açorianos que a solicitassem.

212. Arnaldo José de Sousa (Angra, c. 1828 — Angra do Heroísmo (Sé), 13 de agosto de 1892), oficial do Exército. Faleceu no posto de major de Artilharia.
213. Artur Baptista Fernando Rocha (Angra do Heroísmo (Sé), 1 de maio de 1873 — Lisboa (Anjos), 13 de fevereiro de 1953), filho do advogado e magistrado terceirense Fernando Rocha, foi médico-cirurgião formado pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa em 1900. Foi clínico do Hospital de São José em Lisboa e médico do Montepio em Setúbal, tendo exercido o cargo de diretor do serviço geral de clínica médica dos Hospitais Cívicos de Lisboa. Foi professor nos liceus de Setúbal e Viseu e do Liceu Central de Lisboa, onde em 1912-1913 se envolveu num conflito com colegas (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 417; *Diário do Governo*, n.º 20, de 24 de janeiro de 1913, p. 318).
214. Augusto César da Silva Sieuve (Angra, 30 de abril de 1823 — Angra do Heroísmo, 30 de abril de 1905), rico proprietário e oficial do Exército. Depois de frequentar o Colégio Militar, iniciou a sua carreira como cadete em 1841, reformando-se no posto de general de brigada em 1893. Foi governador do Castelo de São João Baptista, comandante do depósito de emigrados espanhóis refugiados em Angra em 1867 – 1868, comandante do Regimento de Caçadores n.º 10 (em Angra) e do Regimento de Caçadores n.º 11 (em Ponta Delgada). Terminou a carreira como comandante da Praça de Monsanto.
215. Augusto de Almeida Monjardino (Angra do Heroísmo, 3 de março de 1871 — Lisboa, 6 de julho de 1941), médico cirurgião formado pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa (atual Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa), tendo defendido a sua tese de doutoramento a 18 de julho de 1899. Foi médico-cirurgião do Hospital de São José, em Lisboa, Inspetor-Geral de Higiene, fundador e primeiro diretor da Maternidade Alfredo da Costa, presidente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, professor da Faculdade de Medicina de Lisboa, reitor da Universidade de Lisboa, deputado e vice-presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1911 e senador da Primeira República Portuguesa.
216. Augusto Hedwiges de Moraes Pereira Sarmento (Matriz, Horta, 20 de abril de 1846 — Lisboa, 15 de dezembro de 1901), oficial do Exército. Faleceu no posto de capitão. Foi filho de Germano César Pereira de Moraes Sarmento, autor do projeto de algumas obras públicas relevantes no concelho de Angra, entre as quais a ligação entre o Jardim Duque da Terceira e a Memória.
217. Augusto Maria da Fonseca Coutinho (São Lourenço (Portalegre), 17 de novembro de 1857 — Portalegre, 1 de novembro de 1887), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado e político. Foi militante do Partido Regenerador e, entre outras funções, deputado às Cortes pelo círculo eleitoral de Portalegre (1881 a 1884) e governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo (de 10 de dezembro de 1884 a 28 de maio de 1885).
218. Augusto Maria de Lemos Álvares Portugal Ribeiro (Angra do Heroísmo, 16 de maio de 1853 — Lisboa, 20 de agosto de 1913), mais conhecido na imprensa por Augusto Ribeiro ou pelo pseudónimo Ruy Álvares, foi um jornalista e especialista em administração colonial com vasta obra dispersa na imprensa do seu tempo e cerca de 30 monografias publicadas, na sua maioria sobre questões de política ultramarina. Foi professor da Escola Superior Colonial e deputado eleito pelo círculo eleitoral de Angola (1887-1890).
219. Augusto Silvano Cardoso (Angra do Heroísmo (Santa Luzia), 21 de outubro de 1856 —), oficial do Exército, onde atingiu o posto de tenente-coronel. Foi mais tarde comandante da marinha mercante.
220. Aurélio Leonardo do Rego (Angra do Heroísmo (Sé), 2 de dezembro de 1871 — d. 1902), farmacêutico, dirigente da Associação dos Farmacêuticos Portugueses. Estabeleceu-se em Lisboa.
221. Aymar de Clermont-Chaste (c. 1534 — Quebec, 13 de maio de 1603), mais conhecido por comendador de Chaste (ou de Chastes), por deter uma comenda da Ordem do Hospital, foi almirante de França, governador militar da cidade de Dieppe e vice-rei da Nova França (no atual Canadá). Distinguiu-se durante as guerras franco-espanholas de 1582 a 1598 e foi figura dominante no apoio francês a D. António I durante a sua estadia nos Açores. Em algumas obras da historiografia açoriana aparece referido como «Xatres» ou «Chatres».
222. Baltasar Álvares Ramires (Santa Cruz da Praia, c. 1513 — Angra, agosto de 1583), bacharel em Leis pela Universidade de Salamanca (1538), letrado antigo da cidade e vereador (1548 e 1553), que por muitas vezes tinha servido de corregedor, foi deputado do tribunal régio que em nome de D. António I se constituiu em Angra em 1581, por iniciativa de Ciprião de Figueiredo. Após a queda da cidade de Angra para as forças de Filipe II de Espanha, foi por isso condenado à morte e executado na forca do Monte Brasil (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 792).
223. Baltasar da Costa Pereira (— Angra, d. 1653), micalense, mercador na cidade de Angra, recebeu a mercê do ofício de provedor do castelo de Angra, uma pensão e o hábito de Cristo pelos seus serviços no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642.
224. Baltasar Gonçalves (—), deão da Sé de Angra que rubricou o primeiro livro de registo de batismos da Sé.
225. Baltasar Mendes de Vasconcelos (Praia, c. 1615 —), capitão e o ouvidor na vila da Praia, recebeu uma pensão e o hábito de Cristo pelos seus serviços no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642.
226. Baltazar de Almeida Pimentel (Almeida, 18 de outubro de 1791 — Lisboa, 30 de maio de 1876), 1.º

- barão, 1.º visconde e 1.º conde de Campanhã, oficial do Exército que se distinguiu nas campanhas da Rússia e da Prússia, integrado na Legião Portuguesa Napoleónica, e depois na Guerra Civil Portuguesa. Foi ajudante de campo de D. Pedro e de D. Fernando II e par do reino.
227. Bartolomé de las Casas (Sevilha, 1474 — Madrid, 17 de julho de 1566), frade dominicano, cronista, teólogo, bispo de Chiapas (México) e grande defensor das populações ameríndias. Participou na segunda viagem de Cristóvão Colombo, sendo considerado o primeiro sacerdote católico ordenado nas Américas.
 228. Bartolomeu Afonso (—), micaelense, armado cavaleiro, em 1550, pelos seus importantes serviços em Diu.
 229. Bartolomeu Álvaro de Bettencourt (Luz (Graciosa), 10 de setembro de 1797 — Luz (Graciosa), 15 de agosto de 1876), grande proprietário e capitão de Ordenanças. Distinguiu-se na implantação do liberalismo na Graciosa.
 230. Bartolomeu Álvaro de Bettencourt (Praia da Graciosa, 15 de fevereiro de 1759 — Angra, 3 de junho de 1819), fidalgo de cota de armas, grande proprietário, capitão-mor da vila da Praia da ilha Graciosa, pai de António da Cunha da Silveira de Bettencourt, o 1.º barão da Fonte do Mato. Foi padrinho de um homónimo que se distinguiu na implantação do regime liberal na Graciosa.
 231. Bartolomeu Correia da Cunha e Silveira (Santa Cruz da Graciosa, 18 de dezembro de 1784 —), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
 232. Bartolomeu do Pilar (D. frei) (Velas, 14 de setembro de 1667 — Belém do Pará, 9 de abril de 1733), nascido Bartolomeu de Bettencourt, religioso carmelita, doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra, primeiro bispo de Belém do Pará.
 233. Bartolomeu Gomes de Oeiras (Praia, 1599 — Angra, 28 de março de 1648), foi meirinho e alcaide do mar (alcaide pequeno) da cidade de Angra. Edificou à sua custa diversos redutos de artilharia na encosta de Santa Luzia durante o cerco do Castelo de São Filipe.
 234. Bartolomeu Lourenço (c. 1550 —), «abastado lavrador», marido de Brianda Pereira, feito prisioneiro na fase inicial do desembarque da Salga (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IV, p. 345).
 235. Beatriz Adelaide de Araújo Barbosa (—), em 1894 era uma jovem pianista amadora. Com a sua irmã Maria Inocência, atuou no Teatro Angrense nas comemorações henriquinas daquele ano.
 236. Beatriz da Conceição (—), religiosa do Convento de Jesus da Paria e uma das fundadoras do Convento de São Gonçalo de Angra. Era irmã de Isabel de Jesus, outra das fundadoras daquela instituição.
 237. Beatriz de Melo (Velas, c. 1610 — Velas, 10 de julho de 1682), instituiu por seu testamento, datado de 24 de junho de 1687, o Hospital de Santa Beatriz, a funcionar junto da Santa Casa da Misericórdia das Velas (cf.: João Gabriel de Ávila, «A Vila das Velas na História das Suas Ruas: Topografia, Toponímia, Histórias», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLVI (1989), pp. 170-176. IHIT, Angra do Heroísmo, 1989).
 238. Beatriz de Portugal (D.) (13 de junho de 1430 — 1506), filha do infante D. João, Condestável de Portugal, filho do rei D. João I e de D. Filipa de Lencastre, e da sua esposa, Isabel de Barcelos, filha de D. Afonso I, duque de Bragança, e de Beatriz de Alvim. Teve um papel ativo na política dos reinados de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I. Ajudou a concretizar as pazes com Castela, encontrando-se pessoalmente com Isabel, a Católica, em 1479, e foi preponderante na gestão da Ordem de Santiago, atuando como tutora de seu filho D. Diogo. Nesta qualidade, também foi nomeada pelo papa como governadora da Ordem de Cristo, tendo sido a única mulher a desempenhar este cargo. Partidária da exploração do oceano para oeste dos Açores, organizou e financiou expedições ao noroeste do Atlântico.
 239. Benedita Quitéria da Rocha de Sá Coutinho e Câmara (Angra, 14 de janeiro de 1751 — Angra, 9 de outubro de 1825), foi herdeira de uma das maiores fortunas vinculares da Terceira, com vastos terrenos nas ilhas Terceira e São Jorge (Fajã dos Vimes). Casou em 1767 com José de Sousa de Menezes de Lemos e Carvalho e foi mãe de Francisco de Menezes Lemos e Carvalho e de Mateus de Menezes Lemos e Carvalho, dois dos signatários do auto de aclamação de 22 de abril de 1828 que se distinguiram na Guerra Civil.
 240. Benedito António de Lemos (Santa Bárbara, c. 1770 — Angra), capitão de milícias. Nasceu em Santa Bárbara (Terceira), filho de António Gonçalves Moules, proprietário, e de Rosa Francisca de Jesus Maria Lemos, esta natural das Doze Ribeiras. Foi ajudante do Regimento de Milícias de São Jorge e capitão de milícias em Angra (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 293).
 241. Bento da França Pinto de Oliveira (Porto, 6 de novembro de 1793 — Lisboa, 14 de dezembro de 1852), 1.º barão da Fonte Nova, antes 1.º barão de Mondim e depois 1.º visconde e 1.º conde de Fonte Nova, oficial do Exército com papel relevante durante a permanência das tropas liberais em Angra. Reformou-se no posto de brigadeiro.
 242. Bento José de Matos Abreu (Amares, 11 de novembro de 1825 — Amares, 20 de agosto de 1893), grande comerciante na praça de Angra do Heroísmo.
 243. Bernardo Corte-Real (1490 — c. 1561), filho de Vasco Anes Corte-Real e de D. Joana da Silva, foi alcaide de Tavira de 1537 a 1561. Sobre Bernardo Corte-Real escreve Gaspar Frutuoso nas *Saudades da Terra*,

livro V, que foi «[...] muito fidalgo e nobre de condição, grande muzico e tangedor de viola, e de muito gentil voz, e bom latino, sabia bem falar francez e italiano. Foi alcaide Môr de Tavila do Algarve, e casado com D. Maria de Menezes, irmã de D. Jorge Telles de Menezes. Era também grande cavalleiro, muito airoso, forte e bom cavalgador.»

244. *Bernardo de Pindela* era o pseudónimo literário de Bernardo Pinheiro Correia de Melo, o 1.º conde de Arnoso.
245. Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo (Santarém, 26 de setembro de 1795 — Lisboa, 6 de janeiro de 1876), moço fidalgo da Casa Real, par do reino, marechal de campo e importante líder do movimento setembrista. Foi um dos líderes do Partido Histórico, o qual abandonou para formar o seu próprio movimento, o Partido Reformista. Assumiu diversas pastas ministeriais e foi por cinco vezes presidente do Conselho de Ministros (1836–1837, 1837–1839, 1865, 1868–1869 e 1870), para além de presidente interino do Conselho de Ministros em substituição do duque de Loulé (1862). Foi primeiro barão (1833), primeiro visconde (1834) e primeiro marquês de Sá da Bandeira (1854).
246. Bernardo de Távora (—), capitão de uma das companhias das milícias de Angra que participaram na Batalha da Salga.
247. Bernardo Homem de Noronha (Angra (Sé), 25 de janeiro de 1800 — Angra do Heroísmo (Conceição), 2 de fevereiro de 1855), integrou o Exército Libertador como alferes de Infantaria. Prosseguiu a carreira militar no Exército, falecendo no posto de tenente-coronel.
248. Bernardo José de Abrantes e Castro (Santa Marinha (Seia), 1771 — Lisboa, 14 de novembro de 1833), médico formado pela Universidade de Coimbra (1797), diplomata e jornalista, fundador e redator do *Investigador Português em Londres*, periódico mensal patrocinado pela Coroa Portuguesa, então no Rio de Janeiro, que circulou entre julho de 1811 e fevereiro de 1819.
249. Bernardo Moniz Barreto do Couto (Angra, 16 de abril de 1760 — Angra, 13 de maio de 1839), moço fidalgo, acrescentado ao de fidalgo escudeiro da Casa Real, proprietário. Foi pai do marechal-de-campo João Moniz Barreto do Couto.
250. Bernardo Pinheiro Correia de Melo (Guimarães, 27 de maio de 1855 — Vila Nova de Famalicão, 21 de maio de 1911), 1.º conde de Arnoso, também conhecido pelo pseudónimo literário *Bernardo de Pindela*, oficial de engenharia do Exército, jornalista e escritor. Exerceu as funções de oficial-às-ordens e secretário pessoal do rei D. Carlos e foi par do reino. Membro do grupo de intelectuais conhecido pelos *Vencidos da Vida*, é autor de várias obras, incluindo o relato de uma viagem à China e ao Japão e algumas peças para teatro. Deixou importante colaboração na imprensa periódica.
251. Boaventura Bernardino Homem da Costa Noronha (Angra do Heroísmo, 31 de outubro de 1818 — Angra do Heroísmo, 31 de janeiro de 1890), oficial do Exército. Reformado no posto de major em 16 de setembro de 1872 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 488).
252. Brás Camelo (frei) (Santo António (Ponta Delgada) — Guadalajara (Castela), c. 1590), guardião do convento de São Francisco de Angra. Partidário de D. António, Prior do Crato, dirigiu uma carta solicitando ajuda a Catarina de Médicis, em 5 de junho de 1581. Preso em São Miguel, foi enviado para o convento franciscano de Guadalajara, onde faleceu.
253. Brás de Ornelas da Câmara (Angra, 10 de fevereiro de 1642 — Lisboa, 18 de maio de 1709), filho primogénito de Francisco de Ornelas da Câmara, moço fidalgo da Casa Real, capitão-mor da Praia e, em 1658, capitão de uma das companhias organizadas na Praia para socorrer o Reino na Guerra da Restauração. Sucedeu a seu pai no cargo de capitão do donatário na capitania da Praia.
254. Brás Dias Rodovalho (Angra, c. 1525 — Jaén, 1584), proprietário da Quinta de São Mateus (hoje Quinta dos Contentes), vereador da Câmara de Angra, em 1559, 1566, 1569 e 1581, e juiz ordinário em 1582. Foi forçado a acompanhar D. Violante do Canto a Jaén, onde faleceu (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, pp. 488-489).
255. Brás Pires do Canto (Guimarães, c. 1500 — Angra, 4 de maio de 1571), sobrinho de Pero Anes do Canto, fixou-se em Angra por volta de 1520. Serviu de juiz ordinário na Câmara de Angra em vários anos e foi escrivão do eclesiástico. Obteve breve apostólico a 7 de outubro de 1541 autorizando a fundação do Convento de São Gonçalo de Angra, de que foi o primeiro padroeiro (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. II, p. 796).
256. Brianda Pereira (Porto Judeu, c. 1550 — Concelho da Vila de São Sebastião, c. 1620), mulher elevada pela historiografia da Batalha da Salga e dos acontecimentos que a rodearam ao papel de heroína da resistência da ilha Terceira a Filipe II de Espanha. Embora sem base histórica que o sustente, a figura de Brianda Pereira foi mitificada pelo movimento romântico a partir de finais do século XIX, sendo elevada ao estatuto de heroína pela propaganda do Estado Novo, no contexto da afirmação do nacionalismo português dos açorianos. A figura popularizou-se, sendo feita matrona de diversas instituições e dando origem a múltiplas peças de teatro popular, cantigas e danças de Carnaval.
257. Brígida de Noronha Abreu e Lima (Lisboa —), esposa de José Pedro de Moraes Sarmento.
258. Brites da Cunha e Silva (Alcantarilha (Silves), c. 1865 — Lisboa, c. 1930), esposa do conselheiro Emídio Lino da Silva, ao tempo governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo. O casamento realizou-se em Lisboa, onde o casal fixou residência e onde a noiva recebeu como dote uma casa no Vale do Pereiro,

- em Lisboa, expropriada pelo Estado na altura da construção da Avenida da Liberdade. De uma família originária das Velas, foi filha do conselheiro José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, grande proprietário e político inicialmente ligado ao Partido Histórico, mas que após o Pacto da Granja optou pelo Partido Progressista, embora, na década de 1880, se tenha afastado progressivamente das suas hostes, acabando por ingressar no Partido Regenerador, levando consigo boa parte do eleitorado *O Jorgense*. Esta ligação familiar explica a eleição pelo círculo das Velas do ex-ministro regenerador Jacinto Cândido da Silva, irmão de Emídio Lino, depois de ter perdido o apoio regenerador em Angra.
259. Caetano de Andrade Albuquerque de Bettencourt (Roma, 21 de janeiro de 1844 — Ponta Delgada, 15 de março de 1900), grande proprietário, empresário agrícola, jornalista, escritor e político autonomista.
 260. Caetano Francisco do Couto (— 1763), terceirense, foi, segundo refere Francisco Ferreira Drummond nos *Anais da ilha Terceira*, bom poeta e improvisador.
 261. Caetano Paulo Xavier (Lisboa, 10 janeiro 1770 — Lisboa, 4 de julho de 1830), oficial de engenharia militar do Exército, lente de Matemática e Fortificação do Regimento de Artilharia da Corte e autor de vários levantamentos cartográficos e projetos de fortificação. Em 13 de maio de 1810 foi promovido a tenente-coronel agregado no Batalhão de Artilharia da Terceira, assumindo o comando daquele batalhão a 6 de junho de 1813, sendo a 1 de outubro de 1814 nomeado governador do Castelo de São João Baptista. Promovido a coronel agregado a 6 de fevereiro de 1818 e efetivo a 22 de janeiro de 1820, foi graduado em brigadeiro a 14 de abril de 1821. Esteve preso às ordens das Cortes por ter acompanhado o general Stockler na repressão da revolução angrense de 2 de abril de 1821, mas foi reintegrado após a *Vila-Francada* e continuou no governo da Fortaleza. Foi preso pelos revoltosos de 22 de junho de 1828 e deportado para Londres. Voltou a Lisboa, onde integrou as forças miguelistas derrotadas na Praia da Vitoria a 11 de agosto de 1829. Faleceu pouco depois do seu regresso a Lisboa.
 262. Cândido de Meneses Pacheco de Melo Forjaz de Lacerda (Angra do Heroísmo, 5 de maio de 1863 — Lisboa, 26 de abril de 1922), 2.º visconde de Nossa Senhora das Mercês, senhor da Casa do Pombal, aristocrata e político. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1891), foi subdelegado do Procurador Régio e substituto do juiz de Direito na comarca de Angra do Heroísmo. Exerceu o cargo de vereador da Câmara Municipal e foi agente consular de Itália em Angra do Heroísmo.
 263. Cândido de Menezes Lemos e Carvalho (Angra (São Pedro), 6 de março de 1772 — Angra (Sé), 10 de dezembro de 1831), político miguelista, moço fidalgo da Casa Real, por alvará de 20 de março de 1786, comendador da Ordem de Cristo, por decreto de 29 de setembro de 1823, coronel do regimento de milícias da vila da Praia, comandante da Linha Marítima das Fortificações da mesma vila, membro do governo provisório absolutista que ficou conhecido como a Junta de Governo Interino de Angra (1823).
 264. Cândido Ferreira de Serpa (Velas, 3 de outubro de 1855 — Rio de Janeiro, antes de 1902), de família originária do Pico, foi redator do jornal *O Jorgense*.
 265. Cândido Forjaz Pacheco de Melo (Angra do Heroísmo, 5 de maio de 1863 — Lisboa, 25 de abril de 1922), de seu nome completo Cândido de Meneses Pacheco de Melo Forjaz de Lacerda, filho do visconde de Nossa Senhora das Mercês, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, auditor administrativo e agente consular da Itália. Foi diretor político e redator principal do jornal *O Angrense*, órgão do Partido Progressista na Terceira. Foi governador civil substituto do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo e um influente político local nos anos finais da Monarquia Constitucional.
 266. Cândido Gonçalves Rosa (Vila de São Sebastião, 29 de julho de 1808 — Angra do Heroísmo, 30 de junho de 1863), oficial do Exército, reformado no posto de coronel de artilharia. Oriundo de uma família modesta da Vila de São Sebastião, distinguiu-se na Guerra Civil e depois na Divisão Auxiliar a Espanha. Foi coronel graduado de artilharia e governador interino do Fortaleza de São João Baptista. Agraciado com a medalha n.º 9 das Campanhas da Liberdade, foi cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis e oficial da Ordem da Torre e Espada.
 267. Cândido José Coelho (Santa Cruz da Graciosa, 9 de agosto de 1799 — Santa Cruz da Graciosa, 29 de maio de 1863), administrador do concelho de Santa Cruz. Foi pai do escritor João Hermeto Coelho de Amarante.
 268. Cândido José de Sousa (—), terceirense, condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria.
 269. Cândido Luís de Melo (Porto Judeu, 3 de fevereiro de 1866 — Angra do Heroísmo, 3 de dezembro de 1936), professor de instrução primária elementar e professor interino da Escola Distrital de Angra do Heroísmo. Notabilizou-se como poeta e cantor lírico amador.
 270. Cândido Pacheco de Melo e Meneses Forjaz de Lacerda (Lisboa, 22 de junho de 1837 — Angra do Heroísmo, 4 de setembro de 1900), fidalgo-cavaleiro da Casa Real, 1.º barão de Nossa Senhora das Mercês e 1.º visconde de Nossa Senhora das Mercês, foi um importante terratenente, administrador dos vínculos de Nossa Senhora das Mercês, um importante morgadio da ilha Terceira, e um influente político ligado ao Partido Progressista que por diversas vezes exerceu as funções de governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo. Foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (1878-1881).
 271. Carlos Augusto Mendes Franco (Angra do Heroísmo, 21 de setembro de 1841 — Angra do Heroísmo, c. 1910), amanuense da Câmara Municipal e da Santa Casa da Misericórdia de Angra, e fotógrafo profissional (*Photographia Terceirense* e *Foto Angrense*). Foi premiado com a medalha de ouro na

exposição realizada na cidade de Ponta Delgada por ocasião da visita régia (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IV. p. 553). Em Angra do Heroísmo ofereceu em mão própria ao rei D. Carlos uma fotografia panorâmica da costa sul da Terceira, desde a Ponta de São Mateus até à Baía da Salga (tirada do Monte Brasil).

272. Carlos Brum da Silveira (Angra do Heroísmo (Conceição), 11 de agosto de 1841 — Lisboa, 4 de agosto de 1907), bacharel em Direito (1871) e Teologia (1873) pela Universidade de Coimbra, sacerdote, pároco em Alcouthim e depois em Alcanhões na diocese de Santarém (1880).
273. Carlos Jorge da Silveira Séguier (—), foi um dos líderes da resistência miguelista na ilha Terceira, participando na luta armada contra os liberais. Protagonizou uma tentativa, sem grande sucesso, de obter armamento e pessoal na Graciosa e restantes ilhas do Grupo Central, usando o porto dos Biscoitos como local de desembarque.
274. Carlos Mascarenhas (D.) (Lisboa, 1 de abril de 1803 — Lisboa, 3 de maio de 1861), aristocrata, irmão do Marquês de Fronteira, e oficial general do Exército, foi ajudante de campo do Duque da Terceira e, depois, do rei D. Pedro V. Considerado um militar de mérito reconhecido e herói das guerras liberais, foi comandante da Guarda Municipal de Lisboa e depois da Guarda Nacional. Político ativo no campo saldanhista, foi par do reino.
275. Carlos Mendes (Angra do Heroísmo (Conceição), 16 de janeiro de 1865 —), oficial do Exército. Terminou a sua carreira como capitão do Regimento de Infantaria de Angra (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 44).
276. Carlos Ramiro Coutinho (Lisboa, 30 de julho de 1828 — Lisboa, 5 de janeiro de 1897), 3.º barão de Barcelinhos e 1.º e único visconde de Ouguela, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, atingiu notabilidade como advogado e como ensaísta político. Grande capitalista e proprietário, distinguiu-se no campo da filantropia e da política. Ligado à maçonaria.
277. Carlota Augusta de Sousa Pinto Campos (Sé, 4 de agosto de 1856 — Sé, 29 de maio de 1938), filha de Guilherme Martins Pinto, comerciante de ferragens e um dos principais acionistas fundadores da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo. Era a esposa do autor desta obra, Alfredo Luís Campos, com quem casara a 18 de dezembro de 1886 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 650).
278. Carlota Rocha de Barcelos Coelho Vieira Ribeiro (Angra do Heroísmo, 23 de janeiro de 1872 — Lisboa, 28 de fevereiro de 1941), de seu nome completo Carlota Augusta da Purificação da Rocha de Barcelos Coelho Borges, filha de Manuel Basílio Coelho Borges Rocha, advogado de provisão, membro do Partido Regenerador, vereador da Câmara de Angra, vogal da Junta Geral, e agente consular dos Estados Pontifícios na ilha Terceira, para além de comerciante e agente de seguros. Casou na Sé de Angra a 14 de junho de 1890 com o Domingos José Vieira Ribeiro (Chaves, 24 de julho de 1861 — Ponte da Barca, 29 de outubro de 1943), magistrado que terminou a sua carreira como presidente do Supremo Tribunal de Justiça.
279. Casimiro Lopes Soeiro de Amorim (São Pedro de Angra, 8 de julho de 1805 — Capelas, 4 de agosto de 1880), participou na Batalha da Praia, tendo passado à reforma no posto de tenente de Infantaria integrado nos Lanceiros da Rainha.
280. Cassiano Sepúlveda Teixeira (Condeixa-a-Nova, 1823 — Lisboa, janeiro de 1901), jurista, bacharel pela Universidade de Coimbra, magistrado e político. Foi governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo (1858 a 1859), deputado às Cortes (1861 a 1864) e 25.º presidente do Tribunal da Relação de Lisboa (1890).
281. Catarina Caxa (Angra — Angra, d. 1658), ou Catarina Correia de Lorvela, filha legitimada de Sebastião Correia de Lorvela. Casou com Martim Afonso de Melo e Sá, fidalgo-escudeiro da Casa Real que chegou à Terceira no séquito de D. Afonso VI e depois foi governador do Castelo de São João Baptista. Depois de viúva, recolheu-se ao convento de São Sebastião de Angra (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. 3, pp. 435-437).
282. Catarina de Cristo (Angra, —), filha de Vital Bettencourt, fidalgo da Casa Real, e de Isabel Pacheco, sua mulher, recusou o convite da infanta D. Isabel, filha de D. Manuel I, para ser dama do Paço e professou no Convento de São Gonçalo de Angra, criado em 1545, tendo possivelmente sido uma das primeiras religiosas que nele entraram, aí vivendo em exemplar virtude até ao fim dos seus dias. Foi autora de poemas místicos, que permaneceram inéditos, entre os quais, um texto de meditações intitulado *Contemplações Espirituais*.
283. Catarina Pamplona Corte-Real (Angra do Heroísmo, 21 de julho de 1846 — Castro Daire, c. 1915), benemérita que se distinguiu pela disponibilização de vultosos donativos, incluindo o imóvel onde funcionou a Escola Industrial e Comercial de Angra do Heroísmo, sita na Ladeira de São Francisco. Foi casada com João Tomás Teixeira, um abastado comerciante e político da cidade de Angra do Heroísmo, a cuja Câmara Municipal presidiu. Foi feita baronesa de Teixeira, por decreto de 22 de julho de 1901 (na sequência da visita régia aos Açores), em remuneração das suas muitas benemerências. Em 1910, aos 63 anos de idade, casou em segundas núpcias com o juiz António Cândido de Oliveira Figueiredo, natural de Castro Daire, onde o casal se fixou e onde viria a falecer (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 146).
284. Charles de Bordeaux (—), comandante de quatro companhias francesas e uma inglesa que em 1583

- foram enviadas para guarnecer as ilhas do Faial e Pico, ficando aquarteladas na ilha do Faial (cf.: Ricardo Cerezo Martinez, «La conquista de la Isla Tercera (1583)», in *Revista de Historia Naval*, ano I, n.º 3, p. 16. Madrid, 1983).
285. Charles de Cossé (Château d'Ételan, 1550 — Brissac, junho de 1621), conde e depois duque de Brissac, aristocrata e militar, par de França, feito em 1594 marechal de França por Henri IV de França. Teve uma brilhante carreira militar e política.
 286. Charles Stuart (Highcliffe Castle, Highcliffe (Dorset), 2 de janeiro de 1779 — Highcliffe Castle, 6 de novembro de 1845), barão de Rothesay, conde de Machico e 1.º e único marquês de Angra, diplomata britânico que desempenhou papel de grande relevo nas negociações que levaram ao reconhecimento por Portugal da independência do Brasil. O título de marquês de Angra foi-lhe concedido a 1 de maio de 1826, no Rio de Janeiro, por D. Pedro IV, sendo um dos atos finais daquele monarca enquanto rei de Portugal, pois abdicou no dia seguinte.
 287. Cipriano da Costa Pessoa (Angra (Conceição), 6 de novembro de 1762 — d. 1828) liberal convicto, liderou os movimentos populares de apoio à causa liberal. Esteve preso em Angra nos dias 3 e 4 de agosto de 1823. Foi um dos signatários do auto de aclamação de D. Maria II a 22 de junho de 1828. Conseguiu unir os liberais e liderou a população visando forçar a Câmara de Angra a manter-se firme na defesa da causa liberal e impedir a saída da ilha do Batalhão de Caçadores n.º 5.
 288. Ciprião de Figueiredo de Lemos e Vasconcelos (Alcochete, c. 1550 — Lagny-sur-Marne, 1606), 1.º e único conde da vila de São Sebastião (por D. António I de Portugal). Distinguiu-se como corregedor dos Açores durante a crise de sucessão de 1580, tendo governado o arquipélago durante o período conturbado que se seguiu à aclamação nas ilhas de D. António, Prior do Crato, como rei de Portugal. A ele se deve a fortificação e organização da defesa da ilha Terceira que levou à vitória na Batalha da Salga.
 289. Ciríaco Tavares da Silva (Matriz (Ribeira Grande), 16 de março de 1862 — Angra do Heroísmo, 5 de novembro de 1938), professor de Desenho da Escola Industrial e do Liceu de Angra do Heroísmo, comendador da Ordem Civil do Mérito Agrícola e Industrial e cavaleiro da Ordem Militar de Cristo. Foi considerado artista de grande mérito, é autor de múltiplos projetos arquitetónicos e de decoração para impérios, altares, ermidas e outras estruturas. Também se dedicou à fotografia, sendo colaborador fotográfico do periódico *O Occidente*, de Lisboa. Foi casado em primeiras núpcias com Violante Margarida de Almeida Borges (Angra do Heroísmo (São Pedro), 27 de julho de 1837 — Biscoitos, 3 de janeiro de 1894), filha do controverso morgado Francisco de Almeida Tavares do Canto, com quem casou em 13 de maio de 1889, na paróquia da Conceição de Angra do Heroísmo, quando a nubente era viúva de Mateus Borges do Canto e tinha, à data do casamento, 51 anos de idade, enquanto o noivo tinha apenas 27 anos. Casou em segundas núpcias com a sua parente Maria dos Anjos da Silva (Conceição (Ribeira Grande), c. 1879 —).
 290. Cirino José Sales Cunha (— Santa Cruz da Graciosa, 29 de dezembro de 1857), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
 291. Constantino José Cardoso (Fontinhas, 23 de agosto de 1864 — Angra do Heroísmo, 5 de março de 1938) foi um político e jornalista que ocupou vários cargos de destaque na vida política da ilha Terceira, entre os quais secretário e presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória e governador civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo (1919 e 1920-1921). Autodidata, apesar de possuir apenas o ensino primário, foi advogado provisório, chegando a exercer as funções de juiz substituto na comarca da Praia da Vitória.
 292. Constantino Pais Sarmiento (Santa Cruz da Graciosa —), passou a juventude em Portugal, onde esteve largos anos, passando também pela Galiza e algumas das possessões portuguesas. Voltando aos Açores, estabeleceu-se nas Velas nos princípios do século XVII. Era parente muito próximo do capitão-mor daquela vila, António Garcia Sarmiento. Em 1641 foi encarregue de proceder à aclamação de D. João IV na Graciosa, o que realizou com sucesso.
 293. Constantino Pais Sarmiento (Santa Cruz da Graciosa, 1578 — Velas, c. 1658), proprietário do ofício de escrivão dos órfãos na ilha de São Jorge, por cata régia de 1633. Passou a juventude em Portugal, onde esteve largos anos, distinguindo-se na Restauração. Passou também pela Galiza e algumas das possessões portuguesas. Voltando aos Açores, em 1641 foi encarregue pelo capitão-mor de Angra de proceder à aclamação de D. João IV na Graciosa, o que realizou com sucesso, e depois em São Jorge, Faial e Pico. Era neto do antigo capitão-mor das Velas, António Garcia Sarmiento, e sobrinho de outro António Garcia Sarmiento, filho do anterior, também capitão-mor das Velas. Foi pai do licenciado António Garcia Sarmiento, falecido em Angra a 12 de janeiro de 1688, instituidor a capela de Nossa Senhora do Carmo na igreja de Santo António dos Capuchos de Angra (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, pp. 645-647).
 294. Cristiano de Jesus Borges (Santa Cruz da Lagoa, 21 de janeiro de 1881 — Ribeira Grande, 28 de janeiro de 1944), cônego da Sé e professor do Seminário Episcopal de Angra. Esteve alguns anos a paróquia na Nova Inglaterra, regressando à ilha de São Miguel, onde foi membro da Junta Geral e dirigente do Partido Regionalista. Deixou importante colaboração dispersa pelos periódicos de Angra do Heroísmo, Ribeira Grande e Ponta Delgada.
 295. Cristina Helena Pita de Sampaio (Angra do Heroísmo, 2 de maio de 1840 — Lisboa, 30 de janeiro de 1907), filha do primogénito dos primeiros viscondes de Cartaxo, Luís Teixeira de Sampaio, do conselho

de Sua Majestade Fidelíssima, deputado entre 1853 e 1869, governador civil de Angra do Heroísmo e comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, e de sua mulher Adelaide de Bettencourt Pita. Casou a 28 de outubro de 1874 com o seu tio paterno Eduardo Teixeira de Sampaio (1833 — 1906).

296. Cristóvão Borges da Costa (Angra, c. 1614 — Agualva, 17 de maio de 1666), na edição original erradamente referido como *Cristóvão Borges do Canto*, recebeu uma pensão e o hábito da Ordem de Cristo pelos seus serviços no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642. Foi capitão de Ordenanças de Angra do Heroísmo, cavaleiro da Ordem de Cristo e fidalgo cavaleiro da Casa Real.
297. Cristóvão Corte-Real, filho de Vasco Anes Corte-Real e de D. Joana da Silva, faleceu criança antes de 1518.
298. Cristóvão da Silveira (D. frei) (Angra, 12 de março de 1614 — A caminho de Goa, 9 de abril de 1673), prelado e escritor sacro, arcebispo de Goa e Primaz do Oriente eleito em 1670 e consagrado em 7 de junho de 1671. Faleceu quando estava a caminho da sua arquidiocese e foi sepultado na Sé Catedral de Santa Catarina de Goa. Conhecem-se dele os manuscritos intitulados «*Cursus Totius Philosophiae ad Mentem D. Augustini*» e «*Tractatus de Scientia Dei*».
299. Cristóvão de Lemos (—), fidalgo angrense, partidário da manutenção da União Ibérica. Em 1641 refugiou-se no castelo de São Filipe, nele permanecendo durante o cerco que levaria à rendição em 1642.
300. Cristóvão de Moura e Távora (Lisboa, 1538 — Madrid, 26 de dezembro de 1613), 1.º conde de Castelo Rodrigo (em 3 de maio de 1594) e depois 1.º marquês de Castelo Rodrigo (em 29 de janeiro de 1600), fidalgo português líder do partido espanhol aquando da crise de sucessão de 1580, foi um dos mais influentes e brilhantes políticos da fase inicial da União Ibérica. Casado com Margarida Corte-Real, da poderosa e rica família Corte-Real. Foi escolhido para vice-rei de Portugal em três diferentes ocasiões, tendo influência determinante na condução da política portuguesa no contexto da monarquia hispânica de 1581 até 1612, ano em que concluiu o seu último mandato como vice-rei. Foi sucedido nas suas capitâncias e na gestão da sua casa por seu filho Manuel de Moura Corte-Real.
301. Cristóvão Nunes Vieira (Angra, 1552 —), pai do beato João Baptista Machado, foi batizado na Sé de Angra a 2 de maio de 1552 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IX, p. 792).
302. Cristóvão Soares de Albergaria (Loures, c. 1550 — Lisboa, c. 1628), bacharel pela Universidade de Coimbra, magistrado judicial, desembargador e corregedor. Foi juiz de fora de Ponta Delgada, corregedor dos Açores e provedor da Fazenda Real. Nomeado em 1578 juiz de fora em Ponta Delgada, exerceu estas funções durante o período conturbado da resistência açoriana contra Filipe II. Tendo demonstrado a sua fidelidade ao rei espanhol, em 1583, após a conquista da Terceira pelo marquês de Santa Cruz, recebeu carta patente de corregedor da Terceira e mais ilhas vizinhas por tempo de um ano e mais o que fosse do serviço régio. Foi assim, «o primeiro Corregedor, que por parte de Castella estas Ilhas governou» (cf.: Diogo das Chagas, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, p. 261. Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1989). Terminou a sua carreira como desembargador da Casa da Suplicação.
303. Custódia Libânia de Bettencourt (Praia da Graciosa, 3 de novembro de 1793 — Santa Cruz da Graciosa, 1 de janeiro de 1879), irmã do barão da Fonte do Mato. Foi casada com o coronel de milícias João Inácio de Simas e Cunha (nascido em 1766) e mãe do 1.º barão de Guadalupe.
304. Davide Perez (Nápoles, 1711 — Lisboa, 30 de outubro de 1778), compositor italiano que estudou violino com Antonio Gallo e contraponto com Francisco Mancini, mestre do Conservatório de Loreto. Serviu como maestro na Real Capela Palatina de Palermo até 1748 e em 1752 foi contratado, por ordem de D. José I, para ser mestre dos seus filhos e compositor da corte portuguesa. Autor de extensa obra musical, permaneceu em Portugal até falecer.
305. Diego de Valdés (Gijón, c. 1560 — Salga, 25 de julho de 1581), capitão de Infantaria, filho de Pedro de Valdés, o comandante da esquadra que tentou o desembarque na Salga. Encarregado, em conjunto com Luis de Bazán, do comando das forças desembarcadas, foi morto em combate, ficando o seu cadáver sepulto na Terceira. Na historiografia açoriana, a partir de Gaspar Frutuoso, aparece variadamente referido como Diogo ou João (*Juan*) de Valdez e erroneamente descrito como sobrinho ou primo de D. Pedro de Valdés. Esta confusão resulta de ter estado integrado naquela esquadra um Juan de Valdés, sobrinho de comandante D. Pedro de Valdés (e, portanto, primo de Diego de Valdés), que, contudo, não desembarcou, ficando no comando dos navios que durante o desembarque faziam o bloqueio dos portos da Praia e de Angra (cf.: Cesáreo Fernández Duro, *La conquista de las Azores en 1583*, p. 213. Madrid, Est. Tipográfico Sucesores de Rivadeneyra, 1886).
306. Diego Suárez de Salazar (—), um dos capitães que participou no desembarque na Baía das Mós e conquista da Terceira em 1583. Tendo ficado integrado na guarnição deixada na Terceira, no ano seguinte (1584) foi nomeado comandante da companhia que estava a guarnecer o Faial, nomeação que resultou da incapacidade de D. António de Portugal, que ficara a capitanear aquela companhia, controlar a insubordinação dos seus soldados, causada principalmente pela falta de pagamento dos soldos. Recolheu com aquela companhia à Terceira em 1589, deixando o Faial entregue às companhias de Ordenança locais. Em 1591 foi nomeado, interinamente, substituto de Juan de Urbina no comando da guarnição aquartelada em Angra. Em 1592 foi rendido nessas funções pelo mestre-de-campo D. Antonio de la Puebla (cf.: Manuel Augusto de Faria, *Da Militia: textos de história militar dos Açores e outros*, p. 275.

IHIT, Angra do Heroísmo, 2020).

307. Dinis Gregório de Melo Castro e Mendonça (Lisboa, 11 de abril de 1735 — Angra, 3 de dezembro de 1793), fidalgo do Conselho de El-Rei, militar do Exército. Foi o último governador de Mazagão, tendo governado aquela praça-forte de 1763 até ao seu abandono em 1769, período em que esteve sob permanente ataque. Foi o 2.º capitão-general da Capitania Geral dos Açores, nomeado para o cargo a 18 de outubro de 1771, embora só desembarcando em Angra a 15 de abril de 1776, tomando posse no dia 21 daquele mês. Faleceu em Angra, ficando sepultado na igreja de Nossa Senhora da Guia do Convento de São Francisco. A família ficou a residir em Angra até ao reinado de D. Maria II, embarcando para Lisboa por ordem real e à custa do erário público.
308. Dinis Teixeira de Sampaio (Angra, 13 de agosto de 1792 — Lisboa, 26 de abril de 1858), administrador do Correio de Angra e ajudante de ordenanças. Foi um dos signatários do auto de aclamação de D. Maria II a 22 de junho de 1828. Foi irmão de Luís Teixeira de Sampaio, 1.º visconde do Cartaxo, e de Henrique Teixeira de Sampaio, 1.º conde da Póvoa.
309. Diocleciano Leão de Brito Cabreira (Faro, 15 de agosto de 1772 — Londres, 4 de outubro de 1839), 1.º barão de Faro, oficial general do Exército que desempenhou importantes funções militares e políticas durante a Guerra Civil Portuguesa. Chegou à Terceira a 5 de outubro de 1828, enviado por Pedro de Sousa Holstein, ao tempo conde de Palmela, que liderava os liberais exilados em Londres. À chegada assumiu o comando das forças liberais presentes na ilha e a presidência da junta que a governava em nome da rainha D. Maria II. Permaneceu na presidência da junta governativa até 3 de março de 1829, data em que se demitiu por desinteligências com os restantes membros.
310. Diogo Álvares Cardoso (— Tibaldinho (Alcáçova), c. 1600), corregedor nos Açores, nomeado por D. João III a 9 de maio de 1571. Recebeu as plantas para a execução do Forte de São Sebastião (Castelinho). Protagonizou um grave conflito jurisdicional com o bispo de Angra, D. Pedro de Castilho (cf.: Manuel Coelho Baptista de Lima, «Cartas de Filipe I e Filipe II ao Bispo D. Pedro de Castilho», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, n.º 6 (1948), pp. 204-205). Exerceu o cargo até 1578, sendo depois desembargador da Casa da Suplicação.
311. Diogo Álvaro Pereira Sarmiento Forjaz de Lacerda (Angra, 9 de agosto de 1738 — Angra 28 de março de 1780), rico proprietário, morgado de São Mateus da Calheta, fidalgo cavaleiro da Casa Real, capitão de uma companhia do Terço de Auxiliares de Angra (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, pp. 440).
312. Diogo Botelho (c. 1600 — Angra, agosto de 1640), doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, magistrado que servia de juiz do crime na Corte. Foi provido a 6 de março de 1640 corregedor da comarca dos Açores. Tomou posse em Angra a 20 de maio e faleceu naquela cidade no fim de agosto do mesmo ano de 1640.
313. Diogo das Chagas (Santa Cruz das Flores, c. 1584 — Angra, c. 1661), frade franciscano e historiador açoriano, autor da obra *Espelho Cristalino*, uma das principais fontes para o estudo da colonização dos Grupos Central e Ocidental do arquipélago e da Restauração nos Açores após 1640. Concluiu os seus primeiros estudos na cidade de Angra, onde recebeu as ordens menores e, não havendo bispo na Diocese de Angra, partiu para Lisboa, em 1612, para ser ordenado padre. Regressou em 1614, tendo iniciado o estudo de Artes no Colégio da Companhia de Jesus em Angra. Em 1616 matriculou-se no curso de Teologia da Universidade de Coimbra, que concluiu em 1620. Regressou no mesmo ano aos Açores, passando a lecionar Teologia no Convento de São Francisco de Angra. Teve papel determinante na criação da Província Franciscana de São João Evangelista dos Açores (1638) e nos acontecimentos que levaram à Restauração em Angra em março de 1642.
314. Diogo de Barcelos Machado de Bettencourt (Angra do Heroísmo, 8 de agosto de 1847 — Angra do Heroísmo, 16 de outubro de 1922), magistrado judicial e político, bacharel em direito pela Universidade de Coimbra (1868), que entre outras funções foi juiz de diversas comarcas açorianas e governador civil do Distrito da Horta.
315. Diogo de Melo de Faria (—), alcaide-mor de Angra em 1581-1582.
316. Diogo de Teive (Porto, c. 1415 — Lisboa, c. 1474), capitão de caravelas e escudeiro da casa do infante D. Henrique. Fixou-se inicialmente na ilha da Madeira, onde recebeu licença para instalar um engenho de açúcar. Veio para a Terceira na década de 1460 a convite de Jácome de Bruges, capitão do donatário na ilha, de quem foi ouvidor. Realizou pelo menos duas viagens de exploração aos mares a oeste dos Açores, tendo reconhecido as ilhas das Flores e do Corvo, que lhe foram concedidas para povoamento. Teve negócios de produção de açúcar na Madeira a partir de 1452, mas manteve os seus direitos sobre as Flores e Corvo, que passaram por sua morte a seu filho, João de Teive, que em 1475 os vendeu a D. Fernão Teles de Meneses (cf.: Luís João Lisboa, «Teive, Diogo de», in Luís de Albuquerque (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II, p. 1018. Lisboa, Círculo de Leitores, 1994).
317. Diogo de Teive Vasconcelos Cabral (Angra, 3 de janeiro de 1785 — Lisboa, 31 de julho de 1836) foi um oficial do Corpo de Engenheiros do Exército, lente da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa e publicista. Foi filho do poeta terceirense João Cabral de Melo.
318. Diogo de Viseu (D.), infante de Portugal (Alcáçovas 1451 — Setúbal, 28 de agosto de 1484), 4.º duque de Viseu, 4.º senhor da Covilhã, 3.º duque de Beja e 3.º senhor de Moura, donatário das ilhas atlânticas,

filho do Infante D. Fernando (irmão de D. Afonso V) e da Infanta D. Beatriz. No contexto da política seguida por D. João II para fortalecer o poder real e reduzir o que considerava as excessivas regalias das classes privilegiadas, foi apunhalado pelo próprio rei, de quem era primo e cunhado, na noite de 28 para 29 de agosto de 1484.

319. Diogo Gomes de Menezes (Praia da Vitória, 21 de novembro de 1855 — Angra do Heroísmo, 16 de abril de 1936), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1882), magistrado, delegado do Procurador da Coroa e Fazenda no Ultramar e juiz dos quadros ultramarinos.
320. Diogo Gonçalves Machado (—), militar em África, que «*casou depois de haver servido em África, onde teve fama de grande homem de cavalo*». Foi armado cavaleiro em Safim, por D. Nuno de Mascarenhas, confirmado por El-Rei, por alvará dado de Évora a 8 de junho de 1524, transcrito na sua justificação de nobreza. Segundo o testemunho de Gaspar Gonçalves Flores, escudeiro, morador na Vila de São Sebastião, constante da mesma justificação de nobreza, «*andou em África e lá casou e trouxe sua mulher para esta ilha que se chamava Catarina de Franca e também se lhe sabe trazer da África mouros e cavalos e se sabe que se nomeava por cavaleiro fidalgo*» (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, pp. 541-542).
321. Diogo Leite Botelho de Vasconcelos (Ponta Delgada, 1608 — Ponta Delgada, 3 de agosto de 1658), fidalgo e rico terratenente, instituidor de um vasto morgadio. No seu testamento alega «*ter feito muitos serviços a Sua Majestade nas guerras da ilha Terceira e da ilha de São Miguel, contra os espanhóis, no que gastou muito*».
322. Diogo Lopes Machado (—), terceirense, militar.
323. Diogo Martins Pamplona Corte-Real (Angra, 2 de abril de 1737 — Angra, 5 de dezembro de 1804), fidalgo cavaleiro da Casa Real, administrador do morgadio dos Pamplonas. Numa tentativa de suicídio, resultante de uma recusa em «*assistir com os alimentos precisos*» a seu filho Manuel Inácio, futuro conde de Suberra, cravou um punhal no ventre, tendo parte da sua lâmina, que se quebrou no ato, permanecido por 12 anos no seu interior (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 122).
324. Diogo Mexia de Lacerda (—), sargento da companhia do capitão Diego de San Vicente, do terço do mestre-de-campo Antonio Centeno, quando este esteve aquartelado na ilha Terceira.
325. Diogo Nunes (—), micaelense, armado cavaleiro por Rui Barreto, em Tânger, confirmado por carta régia de 18 de abril de 1516.
326. Diogo Paim de Bruges (Angra do Heroísmo, 26 de julho de 1866 — Angra do Heroísmo, 25 de março de 1930), professor liceal, jornalista e político ligado ao Partido Progressista. Foi comissário de polícia e administrador do concelho de Angra.
327. Diogo Pinheiro (Barcelos, c. 1437 — Tomar, julho de 1526), ou Diogo Pinheiro Lobo, doutor *in utroque jure*. Entre várias funções de relevo, foi desembargador do Paço e Petições e vigário-geral da Ordem de Cristo em Tomar. Foi o 1.º bispo do Funchal, diocese que governou de 1514 até falecer. Nesse período os Açores estavam incluídos naquela diocese. Foi pai de D. Rodrigo Gomes Pinheiro, o 2.º bispo de Angra.
328. Domingos António de Sousa e Silva (Praia da Graciosa —), capitão de milícias e pai de António Botelho de Bettencourt e Sousa, capitão-mor da Graciosa.
329. Domingos de Lages Armelim e Mendonça (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
330. Domingos Fernandes Fagundes (Santa Bárbara (Terceira), c. 1540 — Horta, c. 1600), padre, instituidor de um vínculo. Deve ter nascido em Santa Bárbara das Nove Ribeiras, filho de Fernando Martins Ferreira, cavaleiro africano natural de Ceuta, e de Mécia Lourenço Fagundes. Foi vigário da Matriz da Horta, onde morreu.
331. Domingos Onzel (c. 1530 — Angra, 8 de agosto de 1583), licenciado em Leis, fidalgo de geração, desembargador em Angra e «*cidadão desta cidade*». Foi enforcado num cadafalso levantado nas traseiras dos Paços do Concelho após a conquista e saque de Angra pelas forças afetas a Filipe II de Espanha. A condenação à morte resultou do seu papel de liderança na resistência da Terceira a Filipe II.
332. Domingos Pinheiro (Angra, c. 1530 — Angra, agosto de 1583), licenciado em Leis, juiz ordinário de Angra, foi deputado do tribunal régio que em nome de D. António I se constituiu se constituiu em Angra em 1581, por iniciativa de Ciprião de Figueiredo. Após a tomada de Angra pelas forças de Filipe II, tentou sair da ilha disfarçado de mulher, foi descoberto e enforcado.
333. Duarte (D.) (fl. 1517), bispo titular de Dume, aparece em múltiplas referências da época. Em outubro desse mesmo ano de 1517 este bispo sagrou o altar da Sé do Funchal.
334. Duarte Paim (Lisboa — Lisboa, 21 de maio de 1499), fidalgo de ascendência inglesa, nascido em Lisboa, cidade onde casou, após 1472, com Antónia Dias de Arce, a filha mais velha de Jácome de Bruges, entretanto já desaparecido. Foi escrivão das sisas dos vinhos de Óbidos, cargo em que serviu de finais de 1434 a 1443, mas de que foi exonerado por ter feito «*algumas coisas como não devia*». Viveu em Évora, onde foi condenado a uma pena por ferir um homem, mas participou no cerco a Alcácer Ceguer, em 1458, o que lhe valeu o perdão da pena a que fora condenado. Após o casamento, iniciou um pleito pela posse da capitania que fora de seu sogro, mas que em 1474 acabou por ser dividida em duas partes, a de Angra concedida a João Vaz Corte-Real, e a da Praia, cedida a Álvaro Martins Homem. Sabe-se que

residia em Angra em 1492. Terá falecido em Lisboa, a 21 de maio de 1499, quando ali novamente tentava reaver a capitania que considerava herança de sua mulher (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 13).

335. Eduardo Augusto da Rocha Abreu (Angra do Heroísmo, 8 de abril de 1856 — Braga, 4 de fevereiro de 1912), médico e político com uma carreira inicialmente ligada ao Partido Progressista, tendo posteriormente aderido ao movimento republicano. Teve papel relevante na implantação do regime republicano em Portugal. Foi sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e médico do Hospital de São José de Lisboa. Foi deputado às Cortes pelo círculo uninominal de Figueiró dos Vinhos (1887) e pelo círculo plurinominal de Angra do Heroísmo (1890), em ambos os casos nas listas do Partido Progressista, e pelo círculo plurinominal de Lisboa (1892 e 1894), pelo Partido Republicano. Após a implantação do regime republicano, foi deputado à Assembleia Constituinte de 1911 e senador da República eleito pelo círculo de Angra do Heroísmo.
336. Eduardo Augusto de Sousa Ribeiro (Angra do Heroísmo, 3 de dezembro de 1848 — Lisboa, 20 de fevereiro de 1915), jornalista e músico que se destacou pelas suas recolhas de música popular açoriana e como fundador, proprietário e redator do periódico *Portugal, Madeira e Açores*. Compositor talentoso, musicou o drama sacro *O Martyr do Japão*, de José Maria Leite Pacheco, peça que teve assinalável sucesso. Fixou-se em Lisboa, como funcionário do Ministério da Marinha (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, pp. 401-402).
337. Eduardo Augusto Perfelim (—), oficial do Exército, reformado no posto de major. Foi administrador do concelho da Praia, Cabo Verde (exonerado a 6 de junho de 1911).
338. Eduardo Gomes da Silva (Serreta, 27 de julho de 1876 — Angra do Heroísmo, 10 de novembro de 1955), oficial de Infantaria do Exército que se destacou no campo da arquitetura, da topografia e da fotografia. Concebeu alguns dos prédios mais marcantes da cidade de Angra do Heroísmo, nomeadamente o Teatro Angrense e o edifício sede da Confederação Operária Terceirense. Comandou o Depósito de Concentrados Alemães que foi constituído no Castelo de São João Baptista durante a participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial.
339. Elias José Ribeiro (Lisboa (Mercês), 27 de julho de 1823 — Angra do Heroísmo (Santa Luzia), 20 de agosto de 1903), oficial do Exército, demitido por se ter envolvido numa revolta contra o cabralismo. Readmitido, foi arquivista da 10.^a Divisão Militar, reformando-se graduado no posto de major. Foi pai do oficial homónimo, Elias José Ribeiro Júnior, o *General Elias* (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, pp. 300-301).
340. Elias José Ribeiro Júnior (Angra do Heroísmo, 9 de janeiro de 1846 — Lisboa, 11 de janeiro de 1918), conhecido na fase final da vida por *General Elias*, foi um oficial do Exército que se distinguiu como jornalista. Fez parte significativa da sua carreira militar em Angra do Heroísmo, onde ganhou grande prestígio junto da população. Foi governador do Castelo de São João Baptista (1907-1910).
341. Elvira Avelar Borges de Ávila (Lisboa, 1881 — Angra do Heroísmo), ou Elvira Aurora Avelar, filha do picoense Manuel Severino Soares de Avelar (Madalena do Pico, c. 1846 — Angra do Heroísmo (Sé), 27 de dezembro de 1890), proprietário e negociante estabelecido em Angra, e de Rosa Severino de Avelar. Casou na Terra Chã, tendo 18 anos de idade, a 2 de dezembro de 1899, com Emílio Borges de Ávila, comerciante com uma grande loja de fazendas na Rua da Sé. Depois de divorciada, casou com João Guíod de Castro, comerciante em Angra.
342. Elvira Favila Monteiro Esmeraldo (New York, 16 de junho de 1801 — Angra do Heroísmo, 24 de janeiro de 1838), de uma família de origem madeirense, filha do negociante Joaquim Monteiro, cônsul-geral de Portugal em New York e depois em Amesterdão. Casou em Angra, em 1833, com Teotónio de Ornelas Bruges, 1.^o conde da Vila da Praia da Vitória (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 297).
343. Emídio Lino da Silva Júnior (Angra do Heroísmo, 10 de agosto de 1860 — Lisboa, 31 de março de 1936), engenheiro militar e político, que, entre outras funções, foi deputado às Cortes eleito pelo Partido Regenerador e governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo.
344. Emília Monteiro (New York, 14 de maio de 1798 — Lusciano, Nápoles, 17 de abril de 1875), baronesa de Palença, filha do comerciante madeirense Joaquim António Monteiro, cônsul-geral de Portugal em New York. Era cunhada do 1.^o conde da Praia. O título de barão de Palença foi criado por decreto de 13 de maio de 1824, do rei D. João VI, a favor do diplomata russo Franz Frantsevich Borel (Франц Францевич Борель), encarregado de negócios do Império Russo junto da Corte Portuguesa, em agradecimento pela sua ação durante a *Abrilada*. A aceitação do título e o seu uso no Império Russo foram autorizados por decreto do czar Alexandre I datado de 25 de julho de 1825.
345. Emílio Severino de Avelar (Velas, 20 de fevereiro de 1834 — São Tomé, ilha de São Tomé, 5 de março de 1894), médico que ganhou grande fama como urologista, sendo um dos pioneiros da especialidade em Portugal e um dos primeiros a intervir cirurgicamente na bexiga. Notabilizou-se pelas suas curas admiráveis.
346. Enrique Casanova (Saragoça, 1850 — Madrid, 1913), pintor aquarelista espanhol que se fixou em Lisboa a partir de 1880, onde adquiriu nomeada e foi mestre da Casa Real, tendo entre os seus alunos o futuro rei D. Carlos, que se revelaria um bom aquarelista. Deixou vasta obra, em boa parte ligada à família real portuguesa, incluindo importante colaboração com D. Carlos na sua obra sobre as aves de Portugal.

347. Erich Lassota von Steblau (Alta Silésia, c. 1550 — Kaschau, 1616), referido por vezes na literatura ibérica como Erich Lassota de Steblovo, testemunha ocular dos factos, afirma: «*fue degollado por el verdugo de nuestro regimiento alemán*» (cf.: Erich Lassota de Steblovo, «Memorias de viajes por España y Portugal de los años 1580 á 1584», in *Los viajes de extranjeros por España en los siglos XV, XVI y XVII. Colección de Javier Liske, traducidos y anotados por F. R.*, Madrid, 1879).
348. Ernesto do Canto (Ponta Delgada, 12 de dezembro de 1831 — Ponta Delgada, 21 de agosto de 1900), bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra (1856), bibliófilo, investigador da história açoriana e distinto genealogista, que se distinguiu pela organização e publicação do *Archivo dos Açores*, conjunto documental imprescindível para a História do arquipélago. A sua excecional biblioteca, que incluía um conjunto alargado de obras referentes aos Açores, entre as quais muitas raridades, foi legada à Biblioteca Pública de Ponta Delgada.
349. Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (Ponta Delgada, 7 de novembro de 1849 — Lisboa, 1 de agosto de 1907), distinto parlamentar e par do reino, procurador-geral da Coroa, ministro das Obras Públicas, das Finanças e dos Negócios Estrangeiros e líder incontestado do Partido Regenerador. Por três vezes assumiu o cargo de presidente do Conselho de Ministros. Foi um dos políticos dominantes da fase final da Monarquia Constitucional, ocupando a presidência do ministério mais tempo que qualquer outro naquele período. A ele se devem importantes reformas, algumas das quais ainda perduram, tais como as autonomias insulares (1895), o regime das farmácias e a criação do regime florestal (1901). Feito Conselheiro de Estado efetivo em 1891, recebeu múltiplas condecorações, entre as quais a grã-cruz da Torre e Espada. Foi sócio efetivo da Academia Real de Ciências de Lisboa.
350. Escolástica Guilhermina Parreira (Ribeirinha, 10 de fevereiro de 1767 — Angra, c. 1840), ou Escolástica Narcisa do Carmo Parreira, casou em 1807 com o seu primo Mateus Francisco Parreira e foi mãe de Estulano Inácio Parreira, um dos mais importantes proprietários e empresários agrícolas terceirenses do seu tempo (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 328).
351. Estácio Garcia de Utra (Angra do Heroísmo, 7 de fevereiro de 1851 — Angra do Heroísmo, 18 de março de 1922), oficial do Exército que fez grande parte da sua carreira na guarnição do Castelo de São João Baptista que governou ao assumir interinamente o comando militar dos Açores, em dezembro de 1910, na sequência da implantação da República e até à nova orgânica do Comando Militar dos Açores, aprovada por decreto de 25 de maio de 1911. Reformou-se no posto de coronel.
352. Estela Ribeiro Gil (Angra do Heroísmo, 17 de outubro de 1877 —), filha do escritor graciosense António Gil (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IX, pp. 91-92).
353. Estêvão Borges do Canto e Silveira (Angra do Heroísmo (Conceição), 21 de julho de 1849 — d. 1901), fiscal dos corpos auxiliares das alfândegas e inspetor da fiscalização dos impostos. Colaborou em vários jornais angrenses e é autor de um opúsculo sobre os Condes de Sieuve de Meneses (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. II, p. 296).
354. Estêvão da Silveira Borges (Angra, 20 de março de 1579 — Angra, 1641), fidalgo da Casa Real por alvará de 29 de maio de 1609. Participou no processo de negociação da rendição pacífica do Castelo de São Filipe e foi nele aprisionado por ordem do governador Alvaro de Vivero, ali falecendo durante o subsequente cerco.
355. Estêvão de Cerveira Costa Borges (c. 1538 — Lisboa, 1595), membro da deputação enviada em 1581 a Aveiro para conferenciar com D. António, Prior do Crato.
356. Estêvão de Jesus Maria (D. frei) (Mafra, 26 de dezembro de 1786 — Angra do Heroísmo, 28 de julho de 1871), da Ordem dos Frades Menores Reformados, foi o 27.º bispo de Angra, governando formalmente a diocese no período de 1827 a 1870, embora, com as convulsões provocadas pela guerra civil e pela sua adesão ao miguelismo, apenas tenha assumido o governo efetivo da diocese em 1840, e ainda assim permanecendo 19 anos, até 1859, em virtual exílio na ilha de São Miguel, aparentemente sem se atrever a entrar na sua cidade episcopal de Angra, por demais conotada com o liberalismo.
357. Estêvão Ferreira de Melo (Angra, c. 1525 — Angra, 1592), fidalgo cavaleiro da Ordem de Cristo, partidário de D. António que, em conjunto com seu filho Luís de Melo e com o provedor das Armadas, Pedro de Castro do Canto, fretou uma caravela e integrou a deputação de apoio a D. António, Prior do Crato. Foi feito prisioneiro ao chegar a Lisboa já depois da derrota sofrida em Alcântara pelas forças afetas ao Prior do Crato.
358. Estêvão Pacheco de Lima e Lacerda (São Bento, 2 de setembro de 1808 — Angra do Heroísmo, 11 de junho de 1889), fidalgo cavaleiro da Casa Real, grande proprietário. Miguelista, era cadete no Regimento de Milícias de Angra em 1828. Foi preso e desterrado para a ilha do Faial, onde permaneceu alguns anos (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 761).
359. Estulano Inácio Parreira (Angra, 10 de junho de 1808 — Lisboa, 2 de dezembro de 1877), militar do Exército que se distinguiu no período da resistência liberal na Terceira e nos anos iniciais do regime constitucional. Foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1828. Foi vogal do Conselho de Distrito, servindo de governador civil.
360. Eugénia Maurícia Tomásia de Almeida Portugal (1784—1859), aristocrata casada com o 2.º conde de Ficalho, morto na Batalha de Arapiles (1812). Mãe de quatro filhos empenhados nas fileiras liberais, foi encarcerada pelo governo de D. Miguel I no Convento de Carnide. Após a reposição da ordem

- constitucional, foi elevada a marquesa em 1833 e a duquesa em 1836. Foi camareira-mor de D. Maria II.
361. Eugénio Augusto de Oliveira (Ponta Delgada, 21 de novembro de 1852 — Angra do Heroísmo, 21 de maio de 1920), presbítero, professor e prefeito do Seminário Episcopal e professor e reitor do Liceu Nacional de Angra, que se notabilizou no campo do jornalismo católico. Foi editor e redator do *Peregrino de Lourdes*, periódico angrense ligado ao catolicismo conservador e precursor da imprensa nacionalista.
 362. Eugénio Dionísio de Mascarenhas Grade (Lagoa (Algarve), 6 de março de 1785 — Belém, 4 de agosto de 1868), magistrado judicial e político, influente na primeira fase do liberalismo nos Açores, círculo pelo qual foi deputado nas Cortes do vintismo. Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, foi juiz de fora em Mértola, Angra e Braga, juiz e vice-presidente da Relação do Porto. Faleceu juiz do Supremo Tribunal de Justiça. Era comendador da Ordem de Cristo e 1.º visconde de Lagoa, por decreto de 2 de julho de 1861 do rei D. Pedro V.
 363. Eulália Floriana Gualberta Cabral de Melo Carvão (Angra, 14 de fevereiro de 1753 — Angra, 24 de outubro de 1824), filha de Mateus José Carvão, casada em 1773 com Francisco José Teixeira de Sampaio, de Tarouca (Viseu). Foi mãe de Luís Teixeira de Sampaio, 1.º visconde de Cartaxo, e de Henrique Teixeira de Sampaio, 1.º conde da Póvoa.
 364. Eustáquio Francisco de Andrade (—) boticário em Angra, fornecia medicamentos manipulados para o Hospital da Boa Nova. Oficial de milícias, foi um dos mais destacados líderes miguelistas na ilha Terceira, tendo participado nos confrontos armados com os liberais, de que resultou o sequestro dos seus bens. Foi vereador da Câmara de Angra (1850) e pioneiro no estudo das águas minerais da Terceira, em colaboração com o naturalista Domenico Vandelli (cf.: *O Angrense*, edição de 28 de março de 1844).
 365. Ezequiel Benigno Borges de Vasconcelos (Praia da Vitória, 11 de abril de 1858 — Lourenço Marques, c. 1900), oficial do Exército. Iniciou a sua carreira como sargento do Regimento de Infantaria do Ultramar, tendo falecido no posto de major.
 366. Faustino da Fonseca (Angra do Heroísmo, 1 de abril de 1871 — Lisboa, 22 de outubro de 1918), político, jornalista e escritor. Colaborou em vários jornais de Angra do Heroísmo e de Lisboa. Editou vários livros e traduções. Foi deputado constituinte e senador na Primeira República Portuguesa, diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa (1911-1918) e sócio da Academia das Ciências de Lisboa. Foi casado com a escritora, tradutora e pintora Maria Virgínia Teixeira de Sousa Adão da Fonseca.
 367. Faustino José da Fonseca (Lisboa, 17 de fevereiro de 1808 — Angra do Heroísmo, 9 de junho de 1868), militar do Exército, reformado no posto de major. Depois de uma carreira brilhante no período da Guerra Civil e de ter participado na Divisão Auxiliar a Espanha, que em 1835-1837 teve intervenção na Primeira Guerra Carlista, fixou-se em Angra, onde constituiu família. Foi pai do jornalista e escritor Faustino da Fonseca.
 368. Faustino José da Veiga (Santa Cruz da Graciosa, 28 de julho de 1787 — Santa Cruz da Graciosa, 4 de junho de 1845), destacou-se no apoio ao movimento liberal na ilha Graciosa.
 369. Feliciano do Nascimento Pinto (Angra do Heroísmo, 29 de outubro de 1864 — Lisboa, 29 de novembro de 1916), militar e publicista, reformado no posto de tenente-coronel de Infantaria. Foi pai do brigadeiro Adolfo do Amaral Abranches Pinto (1895 — 1981), Ministro do Exército (1950-1954).
 370. Félicie Émilie Anne Trouillon-Lacombe (Bourges, 8 de outubro de 1821 — depois de 1874), também conhecida por Felicita Casella ou Felícia Lacombe Casella, esposa do violoncelista e empresário musical Cesare Augusto Casella, daí ser conhecida por «*madame Casella*». Foi cantora lírica, compositora e pianista, autora da peça operática «*Haydée*», uma tragédia lírica em dois atos com libreto de Luís Filipe Leite, publicada em Ponta Delgada no ano de 1852. Era irmã do pianista e compositor francês Louis Lacombe (cf.: Ernesto Vieira, *Diccionario biographico de musicos portugueses*, vol. I, pp. 237-239; Kristina Petric, «F. Casella e Felicita tra catalogazione e storiografia» in *SituArte*, ano 18 (2023), enero-diciembre, 2023, pp. 40-47).
 371. Félix Borges de Medeiros (Ponta Delgada, 21 de junho de 1819 — Angra do Heroísmo, 14 de junho de 1872), governador civil do Distrito de Ponta Delgada (1851 a 1868) e do Distrito de Angra do Heroísmo (25 de outubro de 1869 a julho de 1870; e 20 de outubro de 1870 a maio de 1872). Foi durante o seu mandato como governador civil de Ponta Delgada que, em 1852, se iniciaram as lições no Liceu de Ponta Delgada, no seguimento de um edital por ele assinado a 21 de fevereiro daquele ano. Também no seu mandato se deu início, no ano de 1861, à construção do molhe do porto daquela cidade.
 372. Félix José da Costa (Angra, 1 de dezembro de 1771 — Angra do Heroísmo, 29 de abril de 1843), escriturário da Fazenda em Angra e depois oficial da secretaria do Governo Civil. Condecorado com a medalha n.º 3 das Campanhas da Liberdade. Foi pai do homónimo publicista e escritor e do cônego e orador sacro Francisco Rogério da Costa (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, p. 554).
 373. Félix José da Costa (Angra, 27 de fevereiro de 1819 — Angra do Heroísmo, 17 de janeiro de 1877), ajudante da pagadoria militar da ilha Terceira e depois oficial da secretaria do Governo Civil, distinguiu-se como publicista e escritor no campo da história angrense. Teve importante intervenção política como dirigente do Partido Histórico, e depois do Partido Progressista, dirigindo, e em boa parte redigindo, os periódicos ligados ao seu partido político.
 374. Félix José da Costa Sotto Mayor (Angra do Heroísmo, 16 de fevereiro de 1853 — Ponta Delgada, 9 de

- junho de 1927), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1879), advogado e conservador privativo do registo predial na Praia da Vitória e em Ponta Delgada. Foi professor e reitor do Liceu Nacional de Ponta Delgada. Dedicou-se ao jornalismo.
375. Félix Machado de Barcelos (Santa Bárbara — Angra do Heroísmo, 21 de dezembro de 1926), filho de João Machado de Barcelos e de Maria do Rosário, foi abastado lavrador (um dos 40 maiores contribuintes do concelho de Angra) e criador de gado bravo. Organizou ferras com grande ostentação, tentando atrair público à atividade (cf.: Luís da Silva Ribeiro, «O pastoreio na ilha Terceira», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. I (1943), pp. 110-122).
 376. Fernando Augusto Vieira de Matos (—), oficial da Armada. Destacou-se nas campanhas de pacificação em África, especialmente em Moçambique, e foi governador interino de Macau durante o consulado sidonista (1917-1918). Capitão-de-fragata, era comendador da Ordem Militar de Cristo (1923).
 377. Fernando da Conceição Naranjo (Angra, c. 1610 — Angra, 18 de julho de 1669), provincial dos franciscanos e superior do Convento de São Francisco de Angra. Ilustre pelo seu saber e austero no exercício do seu cargo, era filho de António Naranjo, fidalgo espanhol, e nascera no castelo de São Cristóvão (ou dos Moinhos), onde seu pai era sargento-mor. Professou no convento de Vila Franca do Campo em 1628 e cursou depois a Universidade de Coimbra, onde se tornou distinto. Foi sob a sua direção que se iniciaram em 1663 os trabalhos de reedificação do Convento de São Francisco, os quais se completaram em 1672.
 378. Fernando de Sá Viana (—), escrivão da receita da Alfândega de Angra e procurador do rendeiro dos moinhos de água da Terceira. Foi uma das pessoas que foram presas em Angra nos dias 3 e 4 de agosto de 1823. Foi signatário do auto de aclamação de D. Maria II em Angra na sequência da revolta liberal de 22 de junho de 1828.
 379. Fernando Eduardo de Serpa Pimentel (Coimbra, 31 de maio de 1853 — Tábua, Espariz, 19 de janeiro de 1929), oficial do Exército e último administrador-geral da Fazenda da Casa Real.
 380. Fernando Joaquim da Silva e Rocha (Viana do Castelo, 27 de abril de 1787 — Angra (Sé), 17 de outubro de 1861), também referido por Fernando Joaquim de Sousa Rocha, veio para Angra em criança, ficando a residir com seu tio, importante negociante da praça de Angra e de quem viria a herdar todos os bens. Figura prestigiada da sociedade angrense, tesoureiro-geral da Junta de Fazenda em Angra, foi um dos signatários do auto de aclamação de D. Maria II em Angra na sequência da revolta liberal de 22 de junho de 1828. Foi quartel-mestre do Regimento de Milícias de Angra (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, pp. 413-414).
 381. Fernando Maria de Sousa Rocha (Angra do Heroísmo, 6 de janeiro de 1841 — São Roque do Pico, 9 de outubro de 1892), advogado e magistrado judicial que exerceu funções políticas. Bacharel em Direito e Filosofia pela Universidade de Coimbra em 1866, foi advogado em Angra do Heroísmo, onde foi vereador. Foi magistrado judicial em várias comarcas. Foi amigo próximo de Antero de Quental, que o visitou em Angra. Era considerado um extraordinário orador, tendo sido memorável a sua intervenção nas festas liberais de 22 de junho de 1877. Suicidou-se em São Roque do Pico (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, pp. 416-417).
 382. Fernando Rocha ver Fernando Maria de Sousa Rocha.
 383. Fernão Dulmo (—), também Fernão d'Ulmo ou Fernando de Ulmo, navegador e explorador, seria Ferdinand van Olmen, um flamengo que foi um dos primeiros povoadores da ilha Terceira, a quem o rei D. João II, por carta de doação de 1486, concedeu a capitania da ilha das Sete Cidades e de quaisquer terras que descobrisse a oeste dos Açores (cf.: Charles Verlinden, *Un précurseur de Colomb le Flamand Ferdinand van Olmen*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1963).
 384. Fernão Faleiro (c. 1540 — Angra, 13 de setembro de 1598), feitor, procurador e lugar-tenente do capitão do donatário D. Cristóvão de Moura que, como seu representante na capitania, superintendia na cobrança das respetivas rendas. Cavaleiro fidalgo da Casa Real e sargento-mor das companhias de ordenança da cidade de Angra e da vila de São Sebastião por mercê de Filipe II, foi também provedor dos órfãos, resíduos, hospitais, capelas, confrarias e albergarias da ilha Terceira (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IV, p. 373).
 385. Filipa da Silva (Angra — Lisboa, 19 de abril de 1548), filha de Vasco Anes Corte-Real e de D. Joana da Silva, faleceu solteira. Está sepultada na Igreja de Santos-o-Novo. Deixou a seu sobrinho, D. Diogo de Eça, um morgadio que instituiu por testamento de 22 de novembro de 1546 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III p. 478).
 386. Filipa Moniz (c. 1455 — c. 1484), também referida por autores posteriores como Filipa Perestrelo, Filipa Moniz Perestrelo ou Filipa Perestrelo Moniz, filha de Bartolomeu Perestrelo, primeiro capitão do donatário, da ilha do Porto Santo, e de Isabel Moniz. Casou com Cristóvão Colombo por volta de 1479, de quem teve um filho, Diogo Colombo, nascido em 1479 ou 1480.
 387. Filipe Augusto da Luz Lobo (Peniche (São Sebastião, Serra d'El-Rei), c. 1844 —), oficial do Exército. Foi um dos fundadores do Corpo de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo, de que foi dirigente. Era filho do coronel Francisco de Paula da Luz Lobo que foi governador do Castelo de São João Baptista (1870-1875).
 388. Filipe Malaquias de Lemos (Castelo Branco, 19 de novembro de 1848 — Madrid, 9 de fevereiro de 1912),

coronel de Cavalaria, ajudante de campo do rei D. Carlos e posteriormente comandante-geral das Guardas Municipais de Lisboa (1902-1910), cargo de que foi exonerado aquando da implantação da República, tendo falecido exilado em Madrid (cf.: «O coronel Malaquias de Lemos e a revolução de 5 de outubro», in *Estudos de Castelo Branco: Revista de História e Cultura*, n.º 14, outubro de 1964, pp. 5-72. Castelo Branco).

389. Filippo di Piero Strozzi (Florença, abril de 1541 — no mar, frente a Vila Franca do Campo, 27 de julho de 1582), também referido por Philippe Strozzi, Philippe Strossy, Philippe d'Estrosse ou Filipe Strozzi, nobre florentino, da poderosa família Strozzi, que ao serviço de França foi senhor de Épernay e de Bressuire e coronel general do exército francês. Comandou as forças franco-portuguesas na batalha naval de Vila Franca do Campo, onde perdeu a vida. Era grande amigo do escritor Pierre de Bourdeille, senhor de Brantôme (1540-1614), que o acompanhou na expedição aos Açores.
390. Filomena Furtado Serpa (Velas, 8 de agosto de 1861 — Praia da Vitória, 17 de setembro de 1930), poetisa parnasiana com vasta obra dispersa pela imprensa periódica. Viveu na Praia da Vitória.
391. Florêncio José da Silva Júnior (—), filho do general Florêncio José da Silva (Oeiras, 1788 — Lisboa, 1860) que fora governador militar de São Miguel, bacharel em Direito, secretário-geral do Governo Civil de Angra do Heroísmo e posteriormente magistrado judicial.
392. Francis Drake (Tavistock, Devon, c. 1540 — Portobelo, Colón, 28 de janeiro de 1596), vice-almirante do Reino da Inglaterra, corsário e navegador famoso. Isabel I da Inglaterra elevou Drake a cavaleiro em 1581. Participou no comando da armada inglesa contra a Invencível Armada em 1588, subordinado apenas a Charles Howard e à própria rainha. Morreu de disenteria em janeiro de 1596, depois de um ataque fracassado a San Juan, Porto Rico.
393. Francisca Carlota de Montojos Taveira e Neiva (Horta, 21 de novembro de 1786 — Horta, 9 de dezembro de 1831), filha de Jerónimo Sebastião de Brum da Silveira Frias Taveira e Neiva, fidalgo cavaleiro da Casa Real, capitão-mor do Faial e governador do Castelo de Santa Cruz. Casou em 1806 com João do Carvalhal da Silveira Noronha e Frias.
394. Francisca de Cristo (—), freira no Convento da Esperança, em Ponta Delgada, e depois abadessa do Convento da Esperança, em Angra. Partidária de D. António, escreveu a Catarina de Médicis em 1581.
395. Francisca de Moura (—), filha de Luís de Moura, alcaide-mor de Castelo Rodrigo, e irmã de Cristóvão de Moura, futuro marquês de Castelo Rodrigo e vice-rei de Portugal.
396. Francisca Eulália Rocha Teixeira de Sampaio (Angra (Sé), 12 de maio de 1782 — Angra do Heroísmo (Sé), 18 de outubro de 1868), também conhecida por Francisca Rocha de Sampaio, viscondessa de Bastos pelo seu casamento, aos 78 anos de idade, com o general Francisco de Paula Bastos, barão e depois 1.º visconde de Bastos.
397. Francisca Leocádia Correia da Silva (Santa Cruz da Graciosa, 1762 — Santa Cruz da Graciosa, 17 de outubro de 1820), mãe de Cândido José Coelho, administrador do concelho de Santa Cruz da Graciosa.
398. Francisco (ou Lourenço) Álvares (—), vereador da Câmara Municipal da Vila de São Sebastião em 1581. Foi signatário da carta enviada nesse ano ao rei de França.
399. Francisco Afonso Chaves e Melo (Lisboa, 24 de janeiro de 1857 — Ponta Delgada, 23 de julho de 1926), mais conhecido por *coronel Afonso Chaves*, oficial do Exército, naturalista, geofísico e meteorologista, pioneiro dos estudos meteorológicos e geofísicos nos Açores.
400. Francisco Afonso da Costa Chaves e Melo (Ponta Delgada, 24 de Agosto de 1797 — Ponta Delgada, 14 de janeiro de 1863), um dos maiores proprietários fundiários da ilha de São Miguel, foi um intelectual e político que, entre outras funções, foi governador civil do Distrito de Ponta Delgada e deputado vintista às Cortes. Publicou sobre política e história, tendo sido um dos mais destacados defensores da divisão distrital dos Açores para eliminar a submissão de São Miguel ao governo situado em Angra do Heroísmo.
401. Francisco António Pereira Pinto de Araújo e Azevedo (Lisboa, 21 de dezembro de 1772 — Angra, 4 de abril de 1821), oficial general do Exército, falecido no posto de general de brigada. Pertenceu ao Conselho de Sua Majestade, foi comendador da Ordem Militar de Avis, cavaleiro da Ordem Militar da Torre e Espada e exerceu o cargo de 7.º capitão-general da Capitania Geral dos Açores. Tendo liderado a Revolta Constitucional de Angra de 2 de abril de 1821, que depôs o seu sucessor, Francisco de Borja Garção Stockler, foi morto num contragolpe militar que ocorreu na noite de 3 para 4 de abril daquele ano.
402. Francisco Augusto da Costa Martins (Angra do Heroísmo, 4 de outubro de 1858 — Horta, 18 de abril de 1938), oficial do Exército, passou à reserva no posto de coronel. Distinguiu-se como colecionador, especialmente com numismata. Foi presidente da Câmara Municipal da Horta.
403. Francisco Augusto da Silva Sieuve (Angra, 27 de setembro de 1797 — Angra do Heroísmo, 7 de abril de 1874), oficial do Exército, filho de José Joaquim da Silva, secretário do Governo Geral dos Açores. Teve papel importante na revolta liberal de 2 de abril de 1821 e foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1828 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 705).
404. Francisco Augusto de Oliveira Feijão (Almada, 24 de novembro de 1850 — Várzea, 11 de novembro de 1918), prestigiado médico, higienista e intelectual, reputado como excelente cirurgião e obstetra. Professor de Cirurgia na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e médico da Casa Real, foi dirigente da

Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, onde apresentou notáveis comunicações. Era dotado de grande cultura literária, traduzia fluentemente o latim e recitava longas estrofes dos poetas latinos. Proprietário de terras no Ribatejo, também nutria grande interesse pela agricultura, tendo sido dirigente da Associação Central da Agricultura Portuguesa, par do reino e deputado eleito pelo círculo eleitoral de Évora em representação dos interesses agrícolas.

405. Francisco Bettencourt do Barreiro era Francisco José Bettencourt.
406. Francisco Bettencourt Pereira e Melo (Angra do Heroísmo (Sé), —), vereador da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo em 1861.
407. Francisco Borges de Meneses (Praia da Vitória, 1 de setembro de 1852 —), oficial do Exército, reformado no posto de capitão depois de uma carreira militar com largos períodos em África. Era alferes em Moçambique em 1881.
408. Francisco Cabral (—), religioso da Companhia de Jesus, visitador nas ilhas dos Açores. Foi encarregue em 1641 por D. João IV de dirigir as operações de conquista do Castelo de São Filipe do Monte Brasil. Conduziu as negociações que levaram à capitulação do castelo em 4 de março de 1642.
409. Francisco Cândido da Cunha (—), terceirense, condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria.
410. Francisco Cardoso de Torneo (—), fidalgo da Casa Real, colegial do Colégio de São Pedro da cidade de Coimbra, inquisidor apostólico comissionado por D. Fernando Martins Mascarenhas, bispo inquisidor geral de Portugal, para visitador geral das ilhas, presente, nomeadamente, na cidade de Ponta Delgada e na cidade de Angra, nos anos de 1619 e 1620.
411. Francisco Cardoso Gaspar (Vila Nova, 27 de novembro de 1870 — Fundão (Soalheira), d. 1911), comerciante e proprietário, vogal da Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, comandante do Real Corpo de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo (extintos em 1902) e depois do Corpo Municipal de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo.
412. Francisco Corvelo de Oliveira (Angra do Heroísmo, 6 de novembro de 1867 — Angra do Heroísmo), oficial do Exército. Foi proprietário da Ermida de Santa Filomena, em Angra do Heroísmo.
413. Francisco da Câmara Paim (1560 — Praia, 24 de julho de 1643), capitão-mor da vila da Praia aquando dos terramotos de maio de 1614. Foi pai de Francisco de Ornelas da Câmara, o herói da Restauração e uma das mais notáveis personalidades praienses do seu tempo (cf.: José Guilherme Reis Leite, «A honra, o serviço e o proveito: os capitães da Praia» in *Arquipélago – História*, 2.ª série, vol. VI, 2001).
414. Francisco da Câmara Paim (Praia, c. 1567 — Praia, 24 de julho de 1643), também conhecido por Francisco Paim da Câmara, capitão da gente de pé da Praia e provedor das obras e fortificações daquela vila. Foi guarda-mor da saúde na Praia durante a epidemia de peste de 1599-1600. Estudou em Coimbra, sem completar o curso, e andou embarcado em várias armadas. Foi pai de Francisco de Ornelas da Câmara (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, pp. 23-25).
415. Francisco da Fonseca Carvão Paim da Câmara (São Mateus da Calheta, 13 de agosto de 1814 — Lisboa, 1833), fidalgo escudeiro da Casa Real, filho segundo do 1.º barão do Ramalho. Integrou, como cadete, o Exército Libertador, portando-se valentemente, sendo ferido num dos combates das linhas do Porto. Foi condecorado com a Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito. Faleceu solteiro em Lisboa, com 19 anos de idade.
416. Francisco da Gama Lobo Botelho (Campo Maior, 11 de abril de 1788 — Coimbra, 23 de setembro de 1848), 1.º barão da Argamassa, oficial general do Exército que se distinguiu durante a Guerra Civil.
417. Francisco da Soledade (— Viana do Castelo, c. 1838), cônego regular de Santo Agostinho, professor de Filosofia Racional nas Reais Escolas de São Vicente de Fora. Veio para Angra entre os deportados trazidos pela fragata *Amazona*. Publicou «Discurso que por ocasião da entrada do nosso invencível exercito em Borneos se recitou em Angra em uma função que fez Luis de Meirelles do Canto e Castro [...]» (Lisboa, Imprensa Régia, 1817). Publicou outras obras sob pseudónimo. Permaneceu em Angra até pelo menos abril de 1815.
418. Francisco de Albuquerque Pinto Mesquita e Castro (Castelo Branco, 8 de abril de 1841 — Castelo Branco, 21 de agosto de 1928), 3.º visconde de Oleiros, bacharel formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, foi um político que, entre outras funções, foi deputado às Cortes e governador civil de vários distritos, entre os quais o Distrito de Angra do Heroísmo (22 de março de 1873 a 27 de novembro de 1876) e o do Funchal (1 de maio de 1876 a 24 de novembro de 1877).
419. Francisco de Almeida Tavares do Canto (Angra (Sé), c. 1815 — d. 1865), filho do morgado e caudilho miguelista Joaquim de Almeida Tavares do Canto, foi quartel-mestre do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839. Último morgado dos Almeidas, foi acusado de ter assassinado seu pai a 10 de novembro de 1855, pelo que fugiu para a Califórnia, mas apresentou-se em Angra a 1 de outubro de 1863, sendo julgado e condenado à forca, a ser levantada no Alto das Covas. Fugiu da cadeia, não se sabendo onde e quando faleceu (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. I, pp. 180-187).
420. Francisco de Azevedo Cabral (Angra do Heroísmo, 21 de julho de 1828 — Angra do Heroísmo, 31 de dezembro de 1917), vereador da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, administrador do concelho da Praia da Vitória, primeiro-oficial chefe da repartição da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo.

Além de político, foi poeta e jornalista, tendo colaborado em vários jornais angrenses, nos quais foram publicadas algumas das suas mais conhecidas produções poéticas.

421. Francisco de Bettencourt Correia e Ávila (Praia, 15 de abril de 1591 — Angra, 22 de dezembro de 1662), fidalgo da Casa Real, exerceu interinamente as funções de provedor dos Resíduos, Órfãos e Capelas da ilha Terceira. Foi procurador da Câmara de Angra às Cortes de 1642 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. 2, p. 98).
422. Francisco de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos (Angra, 3 de dezembro de 1779 — Lisboa, 14 de março de 1840), mais conhecido como Francisco de Lemos Bettencourt, nome que usou na sua vida pública, foi um grande proprietário no Alentejo e Ribatejo e político. Foi membro da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino que se seguiu à Revolução Liberal do Porto de 24 de Agosto de 1820, onde exerceu funções na Junta Preparatória das Cortes, sendo um dos mais influentes deputados das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa (1821-1822), para as quais foi eleito pela Estremadura e onde integrou a Comissão de Agricultura. Manteve atividade política até falecer, sendo sucessivamente eleito deputado e par do reino. Pertenceu à Maçonaria.
423. Francisco de Borja Garção Stockler (Lisboa, 25 de setembro de 1759 — Tavira, 6 de março de 1829), primeiro e único barão da Vila da Praia, oficial do Exército e reputado matemático. Alcançou o posto de tenente-general e entre outras funções de relevo foi o 8.º capitão-general dos Açores. Foi um dos pioneiros do cálculo diferencial e um dos mais notáveis historiadores da Matemática em Portugal, autor de uma obra que ainda mantém relevância quase dois séculos após a sua publicação. Demonstrando grande erudição, também se dedicou à poesia e à literatura.
424. Francisco de Lemos Álvares (Angra, 20 de novembro de 1796 — Angra do Heroísmo, 22 de dezembro de 1851), terceirense, capitão de Voluntários da Rainha, liberal intransigente. Advogado de provisão, foi ajudante do escrivão da Câmara de Angra, que em 1830 foi nomeado escrivão da alfândega de Angra e depois oficial maior e secretário da prefeitura e depois secretário geral do governo civil do Distrito de Angra do Heroísmo. Foi administrador-geral interino do Distrito de Angra do Heroísmo de 12 de janeiro a 6 de abril de 1838. Recebeu o hábito de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa em 1836 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V).
425. Francisco de Meneses de Meireles do Canto e Castro (Angra do Heroísmo, 21 de novembro de 1850 — Dafundo, 7 de março de 1915), 1.º visconde de Meireles, foi um alto funcionário das alfândegas portuguesas, diplomata e político. Foi também jornalista de mérito, distinguindo-se como crítico literário.
426. Francisco de Menezes Lemos e Carvalho (Angra, 20 de setembro de 1786 — Angra do Heroísmo, 6 de outubro de 1862), aristocrata e grande terratenente da ilha Terceira que exerceu importantes funções políticas, incluindo as de presidente interino da Câmara Municipal de Angra, conselheiro da Prefeitura da Província Ocidental dos Açores e governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo (1846). Foi cunhado de Almeida Garrett.
427. Francisco de Ornelas da Câmara Paim (Praia, 12 de outubro de 1606 — Praia, 24 de abril de 1664), fidalgo que se destacou na Restauração Portuguesa nos Açores, especialmente como líder da campanha militar que conduziu à submissão da Fortaleza de São João Baptista (1641-1642). Com apenas 20 anos de idade, em 1627, foi eleito pela câmara da sua vila natal capitão de uma das companhias de ordenança. Embarcou na esquadra real para o Brasil, entrando ali na guerra contra os holandeses. Em 1636 substituiu o pai no cargo de capitão-mor e provedor das fortificações da Praia e foi agraciado com o hábito da Ordem de Cristo. Estava em Lisboa quando se deu a revolução de 1 de dezembro de 1640, sendo encarregue pelo próprio D. João IV de promover a aclamação do novo rei nos Açores. Após múltiplas dificuldades, conseguiu a aclamação de D. João IV na Praia e, conjuntamente com o cunhado, o capitão-mor de Angra João de Bettencourt, comandou as ações militares do cerco ao castelo. Foi governador do Castelo de São João Baptista desde 1660 até falecer. A sua biografia é um dos indispensáveis ingredientes do nacionalismo histórico cultivado pelo Estado Novo, sendo lembrado na toponímia de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória.
428. Francisco de Paula Bastos (Lisboa, 11 de junho de 1793 — Angra do Heroísmo, 2 de setembro de 1881), 1.º barão e 1.º visconde de Bastos.
429. Francisco de Paula Bastos (Lisboa, 11 de junho de 1793 — Angra do Heroísmo, 2 de setembro de 1881), 1.º barão (1848) e 1.º visconde de Bastos (1863), fidalgo-cavaleiro da Casa Real, oficial general do Exército. Participou na Guerra Peninsular desde abril de 1809 até ao seu termo em 1814, aderiu à Revolução do Porto, esteve exilado na Galiza e em Inglaterra, participou na defesa da Terceira durante a Guerra Civil, sendo em 1832 nomeado comandante do depósito de presos miguelistas que havia sido instalado na ilha de Santa Maria. Foi governador de Cabo Verde (1842-1845), sendo depois nomeado comandante de diversas praças e divisões militares, reformando-se comandante da 10.ª Divisão, sediada nos Açores. Casou em Angra, onde se fixou e faleceu no posto de marechal-de-campo reformado.
430. Francisco de Paula Borba (Angra do Heroísmo, 24 de março de 1873 — Setúbal, 26 de setembro de 1934), médico cirurgião formado pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa em 1898. Exerceu medicina na Misericórdia e no Montepio em Setúbal, ficando conhecido pela sua filantropia. Foi irmão do compositor e musicólogo padre Tomás Vaz Borba.
431. Francisco de Paula da Costa (Angra (São Pedro), 8 de junho de 1801 — Angra (Sé), 10 de outubro de 1882), signatário do auto da revolução liberal de 22 de junho de 1828. Em 1830 era escriturário da Comissão de Fazenda em Angra. Foi tenente do Batalhão de Voluntários e tinha a Medalha n.º 7 das

Campanhas da Liberdade.

432. Francisco de Paula de Azeredo Teixeira de Carvalho (Samodães, 14 de janeiro de 1770 — Samodães, 9 de setembro de 1857), 1.º visconde de Samodães e 1.º conde de Samodães, mais conhecido por *General Azeredo*, oficial general do Exército que se distinguiu no período inicial do regime liberal.
433. Francisco de Paula de Barcelos Machado de Bettencourt (Angra do Heroísmo, 14 de setembro de 1831 — Angra do Heroísmo, 19 de abril de 1907), grande proprietário e político. Fidalgo Cavaleiro da Casa Real por alvará de 28 de abril de 1868, foi agraciado com a Comenda da Ordem de Isabel a Católica. Latifundiário com terras principalmente nos Cinco Picos, incluindo a área onde se situa a Lagoa do Ginjal, dedicou-se à criação de gado de leite, mas manteve uma afamada ganadaria, fornecedora de gado bravo para as praças de toiros e para as touradas à corda.
434. Francisco de Paula dos Reis Rebelo (Angra do Heroísmo (Sé), 16 de setembro de 1874 — Angra do Heroísmo, 1905), farmacêutico em Angra do Heroísmo, gerente da Farmácia Monteiro a partir de 1899.
435. Francisco de Paula Moniz Barreto (Angra do Heroísmo, 16 de abril de 1858 — Angra do Heroísmo, 25 de fevereiro de 1915), jornalista e amador dramático e musical. Oficial da secretaria do Governo Civil de Angra, desenvolveu variadas atividades culturais na cidade de Angra. Como cantor interpretava números líricos de compositores italianos, participando em vários espetáculos e capelas. Foi executante de clarinete nas filarmônicas Triunfo e Popular Angrense e no início do século XX dirigia um grupo de teatro com o seu nome. Distinguiu-se como jornalista nas redações de «*O Artista*», a «*Voz do Artista*» e «*O Imparcial*», mas é sobretudo como amador teatral que a sociedade angrense muito lhe deve. Foi presidente da direção da Recreio dos Artistas durante muitos anos, enquanto ensaiava e animava o seu grupo teatral, que acabou por se autonomizar sob a designação «Sociedade Dramática de Beneficência Moniz Barreto», com o objetivo de realizar espetáculos por toda a ilha a favor de instituições ou pessoas necessitadas. Militou no Partido Regenerador de 1878 a 1897 e em 1890 liderou o grupo de protesto conta o *ultimatum* inglês, organizando um espetáculo no Teatro Angrense onde ele próprio cantou, pela primeira vez na Terceira, «*A Portuguesa*» que acabava de ser composta por Alfredo Keil. Em 1905, a Recreio dos Artistas promoveu uma homenagem ao seu presidente, descerrando um retrato no salão nobre. Era uma personalidade que, no dizer de Vieira Mendes, «*a sociedade muito considerava pela sua ilustração, generoso e íntegro carácter. O seu único defeito foi talvez a sua excessiva bondade, extrema benevolência, que o impelia a contínuos atos de beneficência geralmente conhecidos só de quem os recebia*» (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, pp. 248-249).
436. Francisco de Paula Pinheiro da Silva (Angra (Sé), 30 de outubro de 1809 — Cristelo Novo (Valença), 26 de janeiro de 1857), oficial do Exército. Assentou praça no Batalhão de Artilharia da Ilha Terceira em 1828 e faleceu no posto de capitão do Regimento de Artilharia n.º 3, aquartelado em Valença. Era cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1847) (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 636).
437. Francisco de Paula Rego (Lajes, 24 de novembro de 1861 — Lisboa, 17 de maio de 1935), grande proprietário rural e ganadeiro.
438. Francisco de Portugal (Lisboa, c. 1550 — no mar frente a Vila Franca do Campo, 26 de julho de 1582), 3.º conde de Vimioso, foi um dos mais destacados apoiantes de D. António I de Portugal na sua luta pelo trono. Foi morto na Batalha Naval de Vila Franca do Campo, durante a qual era condestável das forças do partido antonino.
439. Francisco de Sousa e Vasconcelos (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
440. Francisco de Sousa Machado Costa (Praia da Graciosa, c. 1810 —), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
441. Francisco Dias (—), jesuíta, mestre de obras encarregado de dirigir a construção do Colégio de Angra.
442. Francisco Dias do Carvalhal (Guimarães, c. 1493 — Angra, 27 de novembro de 1556), escudeiro, armado cavaleiro durante a conquista de Azamor, por distinção em combate. Fixou-se na cidade de Angra, onde integrou a governança local.
443. Francisco Dias Santiago (—), capitão de uma das companhias das milícias de Angra que participaram na Batalha da Salga.
444. Francisco Diniz Ormonde (Praia, 26 de fevereiro de 1805 — Biscoitos, 18 de junho de 1853), também conhecido por Francisco Diniz Drummond, capitão de ordenanças. Foi capitão do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839. Grande proprietário nos Biscoitos, por volta de 1830, deitou-se ao mar naquela freguesia para salvar a imagem de Santo António, da ermida existente junto ao porto e de que era proprietário, que havia sido lançada ao mar por soldados do Batalhão de Voluntários das forças liberais ali aquarteladas.
445. Francisco do Canto (Angra, c. 1510 — Angra, 24 de janeiro de 1573), filho natural de Pêro Anes do Canto, legitimado pelo pai no seu testamento e de quem herdou o terceiro vínculo por ele instituído. Combateu em África pelo que D. João III lhe concedeu, em 1527, o foro de moço fidalgo e, em 1546, por ter continuado seu serviço em África por dois anos à sua custa, a comenda de S. Tomé de Travassos na Ordem de Cristo. Acompanhou o governador geral Tomé de Sousa ao Brasil, onde se distinguiu, sendo-lhe atribuído lugar distinto na fundação da cidade de Salvador da Baía. Foi capitão-mor de uma

armada que conduziu três naus da Índia a Lisboa.

446. Francisco do Carvalho Borges (Angra, 17 de agosto de 1603 — Angra, 30 de março de 1652), fidalgo cavaleiro da Casa Real, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, capitão de ordenanças de Angra e almirante da armada constituída em Angra em 1641-1642 para auxílio no cerco ao Castelo de São Filipe (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 50-51).
447. Francisco do Coração de Jesus Cloots van Zeller (1757 — 1817), com o apelido por vezes grafado «Wanzeler», frade de origem holandesa da Ordem dos Agostinianos Descalços (Grilos), depois secularizado, sacerdote, professor de retórica e membro da Nova Arcádia.
448. Francisco dos Reis (Angra do Heroísmo, —), oficial do Exército, passou à reserva no posto de capitão de Administração Militar em 1913.
449. Francisco dos Reis Fisher (Angra do Heroísmo, 18 de abril de 1863 — Congo, 9 de dezembro de 1895), bacharel formado em Direito em 1891. Foi delegado do Procurador da Coroa e Fazenda em Angola.
450. Francisco Duarte (—), cavaleiro professo da Ordem de Cristo, foi nomeado, por carta régia de 6 de dezembro de 1641, almirante da armada que veio à ilha Terceira.
451. Francisco Eleutério Lobão Castro Fernandes (Chaves, 1804 — Porto, 21 de setembro de 1832), também referido por Francisco Eleutério Lobão Merens e Castro, oficial do Exército. No posto de tenente chegou em 1823 à Terceira integrado no Batalhão de Caçadores n.º 5. Esteve destacado na Horta (1825) e foi comandante militar das Flores. Aderiu à revolta constitucional angrense de 22 de junho de 1828, sendo promovido a capitão-agregado. Acompanhou o Exército Libertador, tendo sido mortalmente ferido no cerco do Porto. Uma sua filha casou em Angra com o major Elias José Ribeiro.
452. Francisco Fernandes (fl. finais do século XV), escudeiro, mercador em Bristol, irmão de João Fernandes Lavrador em cujas expedições participou.
453. Francisco Ferreira Drummond (Vila de São Sebastião, 21 de janeiro de 1796 — Vila de São Sebastião, 11 de setembro de 1858), historiador, paleógrafo, organeiro e político com grande atividade cívica na vila de São Sebastião. A sua principal obra, os *Anais da ilha Terceira*, ocupa lugar de destaque na historiografia açoriana, sendo a base de boa parte das obras posteriores sobre a história dos Açores, em particular sobre a ilha Terceira.
454. Francisco Gervásio Flores (Angra do Heroísmo, 19 de junho de 1877 — Lisboa, c. 1953), veterinário militar, oficial veterinário do Exército com participação, como capitão veterinário, no Corpo Expedicionário Português enviado para França. Foi irmão do médico Joaquim Bartolomeu Flores.
455. Francisco Gomes (—), oficial do Exército.
456. Francisco Gonçalves dos Santos (—), cônego da Sé de Angra, instituído num canonicato em 1857 (cf.: José Augusto Pereira, Lista dos Capitulares da Catedral de Angra, in *Obras*, vol. II, p. 392. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2022).
457. Francisco Henrique Xavier Pereira (Angra do Heroísmo, 29 de novembro de 1867 — Lisboa, 27 de março de 1952), filho de Francisco Maria Xavier Pereira, natural de Setúbal, e de Alegria Levy, que depois de se converter ao catolicismo passou a usar o nome de Adelina Alegria Levy. Foi oficial do Exército, sendo em 1896 tenente de Engenharia. Faleceu no posto de coronel de Artilharia. Nas eleições gerais de 8 de novembro de 1925 foi candidato republicano às Cortes pelos círculos de Chaves e Porto (não eleito).
458. Francisco Homem Ribeiro (— Santa Cruz da Graciosa, d. 1846), professor de latim, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831. Correspondia-se com Almeida Garrett. Tentou editar algumas obras e é autor de um trabalho genealógico sobre famílias da Graciosa.
459. Francisco Inácio da Silveira de Sousa Pereira Forjaz de Lacerda (Ribeira Seca, 11 de maio de 1869 — Lisboa, 18 de julho de 1934), musicólogo, compositor e maestro. Além de produzir uma valiosa obra musical como compositor, teve uma notável carreira internacional, tendo sido chefe de orquestra em Portugal, Suíça e França. Embora a sua principal atividade tenha sido a de chefe de orquestra, foi também conferencista, estudioso do folclore e professor de direção de orquestra, tendo tido alguns alunos que se tornaram célebres. Foi um dos fundadores da Filarmónica de Lisboa.
460. Francisco Inácio Pimentel (Vila Nova, 19 de janeiro de 1808 — Angra do Heroísmo (Sé), 31 de janeiro de 1885), fez parte do Exército Libertador e era condecorado com a Medalha n.º 6 das Campanhas da Liberdade. Morreu em Angra, no Castelo de São João Baptista, major reformado do Exército.
461. Francisco Inácio Pimentel Júnior (Angra do Heroísmo, 12 de março de 1853 — Lisboa, 25 de março de 1931), oficial do Exército, passou à reserva graduado em major. Prestou serviço na Índia e em Angra do Heroísmo. Depois de passar à reserva foi secretário do Hospital de Inválidos Militares de Runa (1906) e segundo-comandante do Asilo de Inválidos Militares de Princesa Maria Benedita (1923). Era cavaleiro da Ordem Militar de São Bento de Avis (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 595).
462. Francisco Jerónimo Coelho e Sousa (Santa Cruz da Graciosa, 1802 — Fajã de Baixo, 1 de setembro de 1888), bacharel em leis pela Universidade de Coimbra em 1825, jurista e magistrado judicial. Terminou a sua carreira como juiz do Supremo Tribunal de Justiça.

463. Francisco Jerónimo da Silva (Angra do Heroísmo, 30 de dezembro de 1807 — Lisboa, 2 de novembro de 1871), bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra (1831), advogado, jurisconsulto e escritor. As suas convicções políticas condicionaram-lhe a sua atividade ao longo dos anos, já que nascido no seio de uma família legitimista, manteve essas convicções. Ao falecer legou à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo parte da sua valiosa biblioteca, cabendo ao Município cerca de 4 000 volumes, os quais serviram de embrião à Biblioteca Municipal de Angra, a qual foi fundida com a biblioteca pública existente no Convento de São Francisco para dar origem à atual Biblioteca Pública e Arquivo Luís da Silva Ribeiro. Os seus restos mortais foram trasladados para o Cemitério do Livramento, em Angra do Heroísmo.
464. Francisco Jerónimo de Lemos (Praia, 28 de maio de 1779 —), por vezes erradamente referido por Jácome Jerónimo de Lemos, ourives, casado na Praia, a 18 de janeiro de 1813, com D. Maria Isabel de Menezes (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 310).
465. Francisco Joaquim Moniz de Bettencourt (Praia da Vitória, 8 de dezembro de 1847 — Évora, 9 de setembro de 1905), mais conhecido pelo pseudónimo *Mendo Bem*, bibliófilo, filantropo, poeta e jornalista. Publicou uma vasta obra poética de carácter impressionista e deixou dispersos na imprensa lusófona da época inúmeros trabalhos jornalísticos, na maior parte crónicas. A sua rica biblioteca constituiu o núcleo inicial da Biblioteca Municipal de Angra do Heroísmo, hoje integrada na Biblioteca e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro.
466. Francisco José Balieiro (Luz, Graciosa, c. 1772 — Angra do Heroísmo (Sé), 17 de janeiro de 1848), oficial da secretaria do Governo Geral do Açores e depois escrivão do crime e tabelião de notas em Angra (1824-1838), cidade onde casou na freguesia de Santa Luzia em 1794, aí se fixando. Foi um dos signatários do auto de aclamação da realeza de D. Pedro IV e de D. Maria II em 22 de junho de 1828.
467. Francisco José Balieiro Jr. (Angra (Santa Luzia), c. 1799 — Angra do Heroísmo (Sé), 24 de janeiro de 1870), oficial do Batalhão de Caçadores Voluntários da Rainha, organizado em Angra a 22 de junho de 1828. Foi contador do juiz de Direito da comarca de Angra.
468. Francisco José Bettencourt (Luz (Graciosa), 30 de abril de 1813 — Luz (Graciosa), 14 de maio de 1888), conhecido por Francisco Bettencourt do Barreiro, integrou o Exército Libertador tendo-se distinguido no recontro de Souto Redondo. Apesar de analfabeto, foi graduado em anspeçada e condecorado.
469. Francisco José da Costa Vidal (Santa Maria do Bouro (Amares), 1846 — Angra do Heroísmo, depois de 1922), destacado comerciante em Angra, fundador da Loja Vidal, e vice-cônsul interino da Turquia. Veio para Angra em 1862 servir na Loja de Bento José de Matos Abreu, igualmente originário da zona de Braga. Em 1864 era já gerente da sociedade Abreu & Matos, da qual se tornou sócio em 1870. Estava igualmente ligado a várias associações e coletividades, como a Associação Comercial, da qual foi presidente, à Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, de que foi um dos fundadores e a cuja administração presidiu, e ao Club Popular Angrense, no qual presidiu à assembleia geral. Militante do Partido Progressista, foi por diversas vezes vereador e presidiu à Câmara Municipal nos meses finais da monarquia (14 de março a 5 de outubro de 1910).
470. Francisco José da Silveira (Velas, c. 1770 —), cirurgião por carta régia de 2 de setembro de 1802, registada na Câmara de Angra a 13 de abril de 1815 (cf.: Manuel de Sousa Menezes, «Médicos, Cirurgiões e outros da arte de curar na Ilha Terceira», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XV (1957), p. 61).
471. Francisco José de Athayde Bettencourt (Ponta Delgada, 21 de setembro de 1756 — Lagoa (Santa Cruz), 18 de julho de 1836), capitão de milícias em Ponta Delgada, pai de Francisco Pereira Lopes de Ataíde.
472. Francisco José de Oliveira (Angra do Heroísmo, 7 de julho de 1858 — Angra do Heroísmo, 15 de abril de 1914), oficial do Exército. Passou à reserva em 1910 no posto de major (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 587).
473. Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito (D.) (Rendufinho, Póvoa de Lanhoso, 6 de junho de 1850 — Póvoa de Lanhoso, 12 de julho de 1935) foi o 30.º bispo da Diocese de Angra e depois o 74.º bispo de Lamego. A 13 de Janeiro de 1892 foi apresentado bispo de Angra, confirmado a 5 de março imediato e sagrado a 27 daquele mesmo mês e ano. Tomou posse, pessoalmente, da sua Diocese a 11 de abril de 1892, dia em que fez a sua entrada solene na cidade de Angra do Heroísmo. Governou a Diocese de Angra até princípios de 1902, tendo como bispo de Angra recebido a visita régia de 1901.
474. Francisco José Teixeira (—), escrivão da Capitania-Geral e praticante da Contadoria da Junta da Fazenda. Foi tenente do Batalhão de Caçadores Voluntários da Rainha. Aderiu ao movimento liberal e foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1828.
475. Francisco José Teixeira de Sampaio (Gouviães, Tarouca, 1738 — Angra, 19 de janeiro de 1810), comerciante com traços de aventureiro, possivelmente capitão de navios, que vindo de Lamego se fixou na cidade de Angra em 1766, por coincidência o ano da criação da Capitania Geral. Registado em Gouviães, embora posteriormente se declare nascido em Lamego no ano de 1738, era filho do padre Pedro Teixeira de Sampaio, oriundo do Porto, ao tempo chantre da Sé de Lamego. Terá fugido de Lamego por «*cortejar hua Sr.ª casada*», iniciando um percurso que o traria até Angra, onde se fixou, tornando-se num dos mais importantes comerciantes da cidade. Casou, em segundas núpcias, com Eulália Floriana Gualberta de Melo Carvão, uma senhora ligada às melhores famílias tradicionais da ilha Terceira. Mantinha relações de grande proximidade com o primeiro capitão-general, D. Antão de Almada, e através dele com algumas das mais importantes figuras da política lisboeta do tempo, como se pode

inferir dos padrinhos escolhidos para os seus filhos (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IX, pp. 365-369).

476. Francisco Leite Botelho de Teive (Ponta Delgada, 1790 — Ponta Delgada (Matriz), 23 de maio de 1858), morgado, fidalgo cavaleiro da Casa Real, administrador de vínculos em São Miguel e na Terceira. Foi tenente-coronel comandante do Batalhão de Milícias da cidade de Angra. Aderiu ao movimento liberal e foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1828.
477. Francisco Leite de Bettencourt e Silveira (Praia da Graciosa, c. 1745 — Praia da Graciosa, c. 1830), alferes de Ordenanças e depois capitão e sargento-mor das Ordenanças da vila da Praia da Graciosa.
478. Francisco Leite e Barcamonte (Praia da Graciosa, 1790 — Praia da Graciosa, 2 de dezembro de 1851), capitão de Ordenanças, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
479. Francisco Lourenço do Rego (Angra do Heroísmo (Santa Luzia), 4 de janeiro de 1846 — Lisboa, 23 de fevereiro de 1922), presbítero, cura no Porto Martins e em Santa Luzia da Praia, vigário da Serreta (1905). Foi professor do Novo Colégio da Guia. Colaborou no jornal semanário *O Angrense* e em outros jornais açorianos.
480. Francisco Lourenço Valadão Júnior (Vila Nova, 3 de outubro de 1889 — Angra do Heroísmo, 31 de dezembro de 1969), mais conhecido por dr. Valadão Júnior, foi um advogado, político e intelectual açoriano. Ligado às correntes nacionalistas que aderiram ao ideário do Estado Novo. Entre outras funções, foi secretário do governo civil e governador civil interino do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo. Foi pai de Ramiro Machado Valadão, umas das mais importantes figuras da propaganda do Estado Novo.
481. Francisco Lúcio Fagundes Júnior (Santa Cruz da Praia, 15 de fevereiro de 1876 — d. 1945), farmacêutico pela escola de Lisboa (1899), inicialmente com farmácia na Praia da Vitória. Mudou-se para Angra, onde teve a Farmácia Fagundes, na rua da Sé. Ausentou-se depois para o Continente, onde ainda exerceu a profissão (cf.: Manuel de Sousa Menezes, «Médicos, Cirurgiões e outros da arte de curar na Ilha Terceira», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XV (1957), p. 92).
482. Francisco Ludovino da Costa Noronha (Angra do Heroísmo, 29 de janeiro de 1860 — Lisboa, 27 de junho de 1908), oficial do Exército. Faleceu no posto de capitão de Infantaria. Foi cavaleiro da Ordem de Avis (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 511).
483. Francisco Ludovino Homem da Costa Noronha (Praia, 17 de agosto de 1820 — Angra do Heroísmo, 20 de fevereiro de 1888), oficial do Exército, reformado no posto de major. Foi cavaleiro da Ordem de Avis (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 501).
484. Francisco Machado Pamplona [Corte Real] (Angra (Sé), 28 de maio de 1811 — Angra do Heroísmo (Sé), 25 de janeiro de 1858), capitão da 1.^a companhia do Batalhão de Caçadores Voluntários da Rainha, organizado em Angra a 22 de junho de 1828.
485. Francisco Machado Victoria Sozinho (Ribeirinha (Feteira), 6 de maio de 1856 —), terceirense, cura da Matriz das Velas e de São Mateus da Calheta, vigário dos Biscoitos (1880-1908). Colaborou em vários jornais.
486. Francisco Manuel Coelho Borges (Angra, 27 de abril de 1794 — Angra do Heroísmo, 25 de junho de 1863), oficial do Exército, miguelista. Depois de ter frequentado a Real Academia de Fortificação e Desenho, iniciou uma carreira militar que o levou ao posto de capitão em 1821. Partidário do absolutismo, participou ativamente na supressão da revolta liberal de 1821, o que lhe valeu ser feito cavaleiro de Ordem de Cristo em 1823, e foi governador do Castelo de São João Baptista em 1828. Foi major comandante do Batalhão de Infantaria do Senhor D. Miguel I na Beira Alta (1828) e tenente-coronel comandante do Batalhão de Infantaria que defendia a ilha de São Miguel contra as investidas liberais (1830). Foi demitido do Exército após a Guerra Civil.
487. Francisco Manuel Machado Fagundes Mouro (Praia, 18 de novembro de 1797 — Praia da Vitória, c. 1870), capitão de milícias e presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória (1859). Foi capitão do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IV, p. 318).
488. Francisco Maria da Cunha (Angra, 22 de dezembro de 1832 — Lisboa, 13 de janeiro de 1909), oficial general do Exército e político que, entre outras funções de relevo, foi Ministro da Guerra, governador da Índia Portuguesa, deputado e par do reino.
489. Francisco Maria de Sousa do Prado de Lacerda (D.) (Chamusca, 1 de janeiro de 1827 — Chamusca, Chamusca, 23 de fevereiro de 1892), 29.º bispo da Diocese de Angra, tendo-a governado de 1889 a 1891. Pároco da sua vila natal, na sequência de um pedido do 28.º bispo de Angra, D. João Maria Pereira de Amaral e Pimentel, que se sentia cansado e pedia um coadjutor, o governo português apresentou-o em 1885, tendo a Santa Sé confirmado no ano seguinte a sua eleição como coadjutor com direito de sucessão, concedendo-lhe o título de bispo de Nilópolis. Foi sagrado na Sé Catedral de Lisboa a 4 de abril de 1886, partindo de imediato para a sua sede episcopal, onde deu solene entrada a 10 de abril de 1886, sendo aí recebido no cais pelo prelado efetivo que lhe proporcionou honras na Sé.
490. Francisco Maria Supico (Lousã, 1 de novembro de 1830 — Ponta Delgada, 20 de agosto de 1911), farmacêutico, jornalista e investigador da história açoriana que deixou vasta colaboração na imprensa.

Da sua obra, destaca-se a edição de um vasto conjunto de crónicas históricas intituladas *Escavações*, inicialmente publicadas no periódico *A Persuasão*, de que era proprietário, diretor e redator, mas editadas postumamente em monografia. Também editou o *Almanaque do Arquipélago dos Açores, Estatístico, Histórico e Noticioso* (1864-1869), publicação de grande valor para o conhecimento dos Açores naquele período.

491. Francisco Moniz Barreto Corte-Real (Praia da Vitória, 24 de novembro de 1868 – Martha's Vineyard, 16 de outubro de 1939), cavaleiro tauromáquico, caçador e navegador solitário. Celebrizou-se ao fazer uma viagem solitária de Angra do Heroísmo para Ponta Delgada, a 90 milhas náuticas de distância, a bordo de um pequeno veleiro, o *Autonomia*, construído com papel de jornal e resina sobre um cavername de madeira. A embarcação, construída por António Teles Pamplona, ao tempo patrão-mor do porto de Angra, encontra-se depositada no Museu de Angra do Heroísmo.
492. Francisco Moniz Barreto do Couto (Angra, 4 de outubro de 1757 — Angra do Heroísmo, 27 de junho de 1839), grande proprietário e fidalgo escudeiro da Casa Real. Foi vereador da Câmara de Angra em 1795.
493. Francisco Nunes de Ataíde (—), jorgense, fez a campanha liberal, recebendo o grau de cavaleiro da Ordem da Torre e Espada.
494. Francisco Pacheco Vieira (—), jornalista, integrou a comissão que organizou a comemoração do centenário do nascimento de Jerónimo Emiliano de Andrade.
495. Francisco Pereira de Bettencourt Lopes de Athayde (Santa Cruz da Graciosa, 24 de novembro de 1811 — Ponta Delgada, 24 de outubro de 1884), filho de Francisco Pereira Lopes de Ataíde e pai de Francisco Pereira Lopes de Bettencourt Ataíde, líder autonomista. Grande proprietário, oficial do Exército, reformou-se no posto de coronel de Infantaria.
496. Francisco Pereira de Bettencourt Lopes usava o nome Francisco Pereira Lopes de Ataíde, pelo qual aparece aqui listado.
497. Francisco Pereira de Lacerda Cabral (Velas, c. 1780 — c. 1859), militante liberal. Exerceu as funções de tabelião nas Velas (1817-1822) esteve preso em Ponta Delgada acusado de parcialidade liberal. Participou na Guerra Civil. Depois do conflito foi escrivão da administração do concelho das Velas.
498. Francisco Pereira Henriques de Oliveira (—), sacerdote da Companhia de Jesus que integrou o grupo que ficaria conhecido localmente por os «*Padres da Graça*», dado que em nome do padre João Bento Justino, S.J., em 1895 foi comprado o edifício do extinto Convento da Graça, que passou a denominar-se «*Casa da Graça*», onde se instalaram. Estes jesuítas, formalmente ao serviço da associação religiosa Fé e Pátria, dada a proscrição da Companhia de Jesus, tinham vindo para Angra em 1894, a convite do bispo, com o fim de dirigirem os exercícios espirituais do clero. Dedicavam-se à pregação pelas igrejas da Terceira e assumiram a direção espiritual do Seminário, mas tinham como objetivo, nunca concretizado, a criação de um colégio na Graça (cf.: Frederico Lopes (João Ilhéu), «Da Praça às Covas: Memórias de uma velha rua» in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XXIII-XXIV (1965-1966), p. 264). Com o padre Francisco Pereira, estiveram em Angra o referido padre João Bento Justino, o padre Villas-Boas, o Padre Moura e o padre Bernardino Araújo. No ano de 1901, quando naquela casa já só residia este último e o padre Pereira, os jesuítas da *Casa da Graça* foram vítimas de uma feroz campanha contra a sua permanência na cidade de Angra, ao ponto de serem levados para o Castelo sob prisão e embarcados em 17 de abril de 1901, de noite e pelo cais do Fanal, no navio «*Açor*», com destino a Lisboa. O semanário católico *O Peregrino de Lourdes*, na sua edição de 3 de abril de 1897 (n.º 454) tece um grande elogio aos dotes oratórios do padre Francisco Pereira, sendo nesse mesmo periódico apontado como pregador o referido padre João Bento Justino. Com o padre Bernardino Araújo, foi quem ministrou a iniciação cristã a Gungunhana e aos seus companheiros de exílio para serem batizados (cf.: José Augusto Pereira, *A Expulsão dos Padres da Graça*, in: *Obras*, vol. I, pp. 332-339. IHIT, Angra do Heroísmo, 2022).
499. Francisco Pereira Lopes de Ataíde (Ponta Delgada, 2 de janeiro de 1783 — Ponta Delgada, 28 de janeiro de 1862), que também usava o nome Francisco Pereira Lopes de Ataíde, grande proprietário na ilha Graciosa por via do seu casamento com Luzia Francisca da Silveira Bettencourt, irmã do barão da Fonte do Mato, foi um dos líderes liberais na ilha Graciosa. Foi recompensado com o cargo de coronel de milícias de Ponta Delgada, cidade onde se fixou e faleceu. Foi avô do autonomista Francisco Pereira Lopes de Bettencourt Ataíde.
500. Francisco Pereira Lopes de Bettencourt Ataíde (Ponta Delgada, São José, 7 de setembro de 1836 — Ponta Delgada, 18 de janeiro de 1917), mais conhecido por Francisco Pereira Ataíde, advogado formado pela Universidade de Coimbra, foi um dos paladinos da Primeira Autonomia dos Açores, membro da Comissão Autônoma de Ponta Delgada. Foi eleito deputado na lista autonomista que concorreu às eleições gerais de 15 de abril de 1894 (30.ª legislatura da Monarquia Constitucional Portuguesa) pelo círculo eleitoral de Ponta Delgada. Foi presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada e o primeiro presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada, logo após a entrada em aplicação do Decreto Autônomo de 1895. Exerceu ainda as funções de governador civil, administrador do concelho e de provedor da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada.
501. Francisco Raimundo de Moraes Sarmento (Lisboa, 27 de julho de 1799 — Angra do Heroísmo, 1 de maio de 1852), oficial do Exército, reformado no posto de coronel de Infantaria. Depois de fazer as campanhas da Guerra Civil, casou em Angra, onde se fixou.

502. Francisco Raposo de Oliveira (Nordeste, 8 de janeiro de 1881 — Lisboa, 17 de janeiro de 1933), poeta e jornalista que se destacou no panorama jornalístico de Lisboa, onde foi redator e diretor de alguns dos mais relevantes jornais portugueses do tempo.
503. Francisco Rogério da Costa (Angra, 5 de setembro de 1822 — Angra do Heroísmo, 28 de agosto de 1886), cônego-honorário da Sé de Angra, orador sacro de grande nomeada, pregador régio e vigário da paróquia de Conceição da cidade de Angra do Heroísmo. Foi irmão do publicista e escritor Félix José da Costa.
504. Francisco Saraiva da Costa de Refoios (Guarda, 4 de outubro de 1779 — Lisboa, 21 de abril de 1842), primeiro e único barão de Ruivós, oficial general do Exército e político que, entre outras funções, foi prefeito da Província dos Açores, deputado às Cortes eleito pela Província do Minho e par do reino. Recebeu o título de barão de Ruivós por decreto de 28 de setembro de 1835, da rainha D. Maria II.
505. Francisco Sarmiento de Mendoza (Burgos, 10 de julho de 1525 — Jaén, 9 de junho de 1595), clérigo espanhol, bispo de Astorga e de Jaén. Era filho de Luis Sarmiento de Mendoza, antigo embaixador em Portugal. Doutor em Direito Canônico, é autor de várias obras sobre temas canônicos. A sua obra completa foi publicada em Antuérpia no ano de 1616.
506. Francisco Severino de Avelar (Velas, 28 de outubro de 1828 — Lisboa, 12 de setembro de 1904), médico e político, que entre outras funções foi guarda-mor da saúde em Ponta Delgada e Lisboa e deputado eleito pelo Partido Regenerador em representação do círculo eleitoral da Horta.
507. Francisco Sieuve de Meneses e Lemos (Angra do Heroísmo, 21 de novembro de 1855 — Lisboa, 20 de abril de 1907), funcionário das alfândegas, dedicou-se ao jornalismo. Editou de 1900 a 1904 a revista literária angrense *A Semana*, o primeiro periódico ilustrado publicado nos Açores, voltado para o público feminino (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, pp. 700-701).
508. Francisco Silveira Feno (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
509. Francisco Silveira Machado (Santa Cruz da Graciosa, c. 1835 — Ponta Delgada, c. 1890), bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra em 1858. Faleceu em Ponta Delgada, onde havia casado.
510. Francisco Vicente Ramos (Angra do Heroísmo, 18 de novembro de 1860 — Lisboa, 11 de maio de 1930), jurista, jornalista e político que entre outras funções foi presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, governador civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo e senador no Congresso da República. Foi irmão de Alexandre Pamplona Ramos, médico que também foi governador civil do distrito de Angra do Heroísmo.
511. Francisco Xavier da Silva Pereira (Valença, 14 de março de 1793 — Lisboa, 20 de maio de 1852), 1.º barão, 1.º visconde e 1.º conde das Antas, militar e político vintista e setembrista que se distinguiu nas guerras liberais e na guerra civil da Patuleia, de que foi um dos chefes militares, tendo comandado, de 9 de outubro de 1846 a 29 de julho de 1847, o exército da Junta Provisória do Supremo Governo do Reino. Integrou a Leal Legião Lusitana e, entre outras funções, foi tenente-general do Exército, par do Reino (1842), vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, inspetor-geral da arma de Infantaria, governador-geral do Estado da Índia (1842-1843) e deputado ao Congresso Constituinte de 1837. Foi membro fundador da Sociedade Patriótica Lisbonense em 9 de março de 1836. Exerceu as funções de grão-mestre da Confederação Maçónica Portuguesa, de junho de 1851 até à sua morte.
512. Frederico Augusto de Almeida Pinheiro (Estremoz, 20 de fevereiro de 1842 — Lisboa, 1 de abril de 1913), oficial do Exército que se reformou no posto de general de divisão. No posto de general de brigada, comandou, nos anos de 1897 a 1901, o Batalhão de Caçadores n.º 10, aquartelado na Fortaleza de São João Baptista, de que era governador.
513. Frederico Augusto de Vasconcelos Júnior (Angra do Heroísmo, 18 de abril de 1865 — Angra do Heroísmo, 23 de março de 1947), grande comerciante e industrial, fundador da firma Frederico A. Vasconcelos (Herdeiros), Lda. Foi vereador da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (cf.: Valdemar Mota, «A família Frederico de Vasconcelos na economia açoriana e no Museu de Angra», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LXII (2004), pp. 219-289).
514. Frederico Augusto Lopes da Silva (Angra do Heroísmo, 1 de dezembro de 1863 — Angra do Heroísmo, 31 de dezembro de 1941), farmacêutico, formado pela Universidade de Coimbra, que se distinguiu no jornalismo e na política. Foi secretário da Junta Geral, professor e reitor interino do Liceu de Angra do Heroísmo, presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, administrador do concelho de Santa Cruz da Graciosa e procurador e presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo. Foi um dos mais distintos jornalistas terceirenses do seu tempo, tendo-se distinguido na luta contra a extinção da moeda insulana (1891) e nas questões autonómicas.
515. Frederico Ferreira Campos (Benfica (Lisboa), 21 de janeiro de 1809 — Angra do Heroísmo, 9 de dezembro de 1892), comerciante e político. Veio para Angra como delegado da Companhia do Real Contrato do Tabaco, fixando-se na cidade, onde teve uma distinta carreira política. Foi vogal do Conselho do Distrito de Angra do Heroísmo, de que foi também de governador civil interino de 1 a 26 de junho de 1891. Foi presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Pai de Alfredo Luís Campos, o autor desta obra.
516. Frederico Jorge da Silva Sieuve de Séguier (Rio de Janeiro, 1810 — Lisboa, 1883), viveu na Graciosa,

onde em 10 de julho de 1831, na vila de Santa Cruz, foi um dos signatários do auto de aclamação da rainha D. Maria II. Casou em Santa Cruz da Graciosa, em 1830, mas divorciou-se alguns anos mais tarde. Foi amanuense da Câmara Municipal de Barcelos (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 711).

517. Frederico Leite Teixeira de Sampaio (Ponta Delgada (São Sebastião), 13 de fevereiro de 1839 — Angra do Heroísmo (São Pedro), 7 de março de 1906), coronel do Exército. Seguiu uma carreira militar com larga permanência em África que terminou no cargo de comandante do Distrito de Recrutamento de Angra do Heroísmo (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IX, p. 501).
518. Frei Melchior (—), religioso franciscano e pregador considerado e benquisto do partido antonino, membro da deputação enviada em 1581 a Aveiro para conferenciar com D. António, Prior do Crato.
519. Frutuoso José Coelho (Praia da Graciosa, 30 de fevereiro de 1767 — Santa Cruz da Graciosa, 7 de janeiro de 1825), pai de Cândido José Coelho, administrador do concelho de Santa Cruz da Graciosa.
520. Frutuoso José Ribeiro (Angra, 11 de outubro de 1769 — Angra, 18 de fevereiro de 1841), licenciado em Cânones pela Universidade de Coimbra em 1796, presbítero, foi sucessivamente cônego, promotor, vigário-geral, deão e administrador da Diocese de Angra. Conotado com o miguelismo, após a revolta liberal de 22 de junho de 1828 refugiou-se em São Miguel, apenas regressando à Terceira após o termo da Guerra Civil. Foi irmão do grande comerciante e político angrense João da Rocha Ribeiro.
521. Gabriel da Rocha (—), terceirense, armado cavaleiro por serviços prestados em Mazagão, confirmado por carta de 22 de setembro de 1548.
522. Gabriel de Almeida (Ponta Delgada, 22 de setembro de 1866 — Ponta Delgada, 29 de janeiro de 1894), jornalista e escritor que, apesar de precocemente falecido aos 27 anos de idade, deixou uma extensa obra dispersa pelos periódicos onde trabalhou e diversos opúsculos sobre as tradições populares, usos e costume das ilhas e ainda sobre temas de pendor corográfico e económico, incluindo artigos sobre a agricultura e indústria açorianas.
523. Gabriel Paula das Neves (Praia da Vitória, 3 de dezembro de 1874 — Porto Martins, 30 de novembro de 1948), diplomado com o curso superior de Canto e Piano do Real Conservatório de Lisboa, foi professor de música e vereador da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Foi organista e pianista muito conhecido (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 433).
524. Gabriel Samora Moniz Júnior (Horta, 26 de junho de 1858 — Angra do Heroísmo, 24 de junho de 1912), com o apelido frequentemente grafado Muniz, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra (1882), administrador do concelho da Horta (1886) e depois magistrado judicial. Sócio fundador do Grémio Literário Artista Faialense. Faleceu no cargo de juiz de Direito de Angra do Heroísmo.
525. Gaspar Álvares Chichorro (Angra, c. 1530 — Angra, 8 de agosto de 1583), piloto de caravelas, natural da ilha Terceira, que esteve ao serviço da causa de D. António, Prior do Crato. Comandou o navio que foi a Aveiro no princípio de agosto do ano de 1580, a indagar o paradeiro do Prior do Crato e a dar novas a D. António do estado das coisas na Terceira. Com a sua caravela também manteve a ligação a França, no período em que D. António ali esteve. Foi enforcado num cadafalso levantado nas traseiras dos Paços do Concelho após a conquista e saque de Angra pelas forças afetas a Filipe II de Espanha.
526. Gaspar Camelo do Rego (São Miguel, c. 1550 — Praia, 22 de janeiro de 1624), ouvidor, capitão-mor, vereador e juiz ordinário da Câmara da Praia. Foi capitão de uma das companhias das milícias de Praia que participaram na Batalha da Salga (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 97).
527. Gaspar Cavo de Barros (—), capitão de uma das companhias das milícias de Angra que participaram na Batalha da Salga.
528. Gaspar Corte-Real (Angra, c. 1465 — desaparecido, c. 1501), navegador e explorador que, conjuntamente com seu pai João Vaz Corte-Real e seu irmão Miguel, participou em várias viagens de exploração ao noroeste do Atlântico promovidas pela Coroa portuguesa. Essas viagens foram as primeiras expedições europeias modernas a alcançar a Terra Nova e possivelmente outras partes da costa leste do Canadá e da Nova Inglaterra (cf.: Louis-André Vigneras, «Corte-Real, Gaspar», in Brown, George Williams, *Dictionary of Canadian Biography I (1000–1700)*. University of Toronto Press, 1979; Ernesto do Canto, «Os Corte-Reaes; memória histórica, acompanhada de muitos documentos inéditos», in *Arquivo dos Açores*, Ponta Delgada, 1883).
529. Gaspar de Ornelas de Gusmão (—), terceirense, militar.
530. Gaspar Dias (—), natural da ilha Graciosa, despenseiro da nau *Santiago*, um dos navios que integrou a armada de Fernão de Magalhães na sua viagem de circum-navegação. Faleceu durante a viagem.
531. Gaspar Ferreira (—), corregedor nos Açores na segunda metade do século XVI.
532. Gaspar Frutuoso (Ponta Delgada, c. 1522 — Ribeira Grande, 24 de agosto de 1591), sacerdote, historiador e humanista. Foi bacharel em Artes e Teologia e doutor em Teologia pela Universidade de Salamanca. Notabilizou-se pela autoria da obra *Saudades da Terra*, uma detalhada descrição histórica e geográfica dos arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias, para além de conter múltiplas referências a Cabo Verde e a outras regiões atlânticas. Essa abrangência faz de Gaspar Frutuoso um verdadeiro cronista insulano, já que a sua obra interessa ao conhecimento de toda a Macaronésia.

533. Gaspar Gonçalves Machado (c. 1460 — Vila de São Sebastião, d. 1551), ou Gaspar Gonçalves da Ribeira Seca, que segundo a tradição terá sido a primeira pessoa a ser batizada na Terceira. Nasceu a bordo da embarcação que trazia seus pais, sendo batizado na ermida de Sant'Ana, na vila de São Sebastião, o primeiro templo que existiu na ilha. A mesma tradição afirma que efetuou explorações marítimas, tentando descobrir uma ilha a norte dos Açores, em época não precisada, mas seguramente entre os anos de 1486 e 1506. Destas navegações faz eco Gaspar Frutuoso, quando atribui ao cosmógrafo Martim Behaim uma profecia sobre Gaspar Gonçalves: «*dizem também que disse, indo Gaspar Gonçalves da Ribeira Seca da ilha Terceira a descobrir a ilha Nova ao norte destas ilhas: — Agora arriba Gaspar Gonçalves da sua ilha e nunca a mais acharão e lhe caio um homem ao mar —. E assi foi que, estando em seco, da ilha foi um homem a tomar a vela e caiu ao mar, sem o poderem tomar com as correntes, e se tornaram sem o mais achar*». Tal como seus irmãos, combateu em África onde foi armado cavaleiro. Viveu na Ribeira Seca, termo de São Sebastião e «*em memória e honra de seu pai que viveu naquelle sítio, mandou que os administradores da capella se chamassem - da Ribeira Sêcca - aliás não a administrariam*». Escudeiro fidalgo da Casa Real, conforme se pode ver na escritura de dote de sua filha Isabel de Jesus. Foi juiz dos órfãos da vila da Praia em 1510 e testou de mão comum com sua mulher a 19 de fevereiro de 1546, impondo a obrigação citada e mandando os instituidores que se erigisse na matriz de São Sebastião uma capela sob invocação de Nossa Senhora da Consolação. Vincularam a sua terça em dois moios de terra. Ainda vivia em 1551, velhíssimo, certamente, conforme se deduz do registo de batismo de sua sobrinha-neta Luísa, lavrado a 28 de abril desse ano. Casou primeira vez com Catarina Cardoso; casou segunda vez com Clara Gil Fagundes (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 543).
534. Gaspar Homem da Costa (Praia, c. 1520 — Angra, 3 de agosto de 1594), enviado à Terceira como parlamentar pelo governador Ambrósio de Aguiar Coutinho com cartas de Filipe II, em março de 1582, foi aprisionado na vila da Praia. Foi condenado à força, com perdimento dos seus bens e infâmia para os seus filhos, por sentença do conde Manuel da Silva. Quando já marchava para o patíbulo terá sido salvo pela interceção de Ana Gaspar Machado, com quem anteriormente se recusara a casar. Após a conquista pelas forças de Filipe II foi libertado e em 1586 feito cavaleiro da Ordem de Cristo, com uma tença de 40\$000 réis anual e autorizado a trazer mercadorias da Índia (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 144). O seu salvamento pelo amor de Ana Gaspar Machado foi romanceado por Eduardo de Noronha na sua obra sobre o Prior do Crato (*D. António, Prior de Crato*, vol. II, p. 255. Porto: Civilização, 1938).
535. Gaspar Manuel Pavão (—), micalense, armado cavaleiro por D. Vasco Coutinho, capitão de Arzila, confirmado por carta régia de 26 de maio de 1515.
536. Genoveva de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos (Angra do Heroísmo, 5 de setembro de 1859 — Angra do Heroísmo, 17 de outubro de 1946), 2.^a condessa de Sieuve de Menezes, filha do morgado Vital de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos do Carvalhal, casada com o político Raimundo Sieuve de Menezes, 2.^o conde de Sieuve de Menezes (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. II, p. 37).
537. George Rose Sartorius (Bombaím, 9 de agosto de 1790 — Lymington, 13 de abril de 1885), visconde da Piedade (1836), depois 1.^o visconde de Mindelo e 1.^o conde de Penha Firme, almirante britânico que comandou as forças navais ao serviço de D. Pedro IV durante a primeira fase das lutas liberais. Depois da sua passagem pela Armada portuguesa reingressou na Armada britânica tendo atingido o prestigioso posto de *Admiral of the Fleet*. Era um acérrimo defensor da existência de navios de casco reforçado (os *ram-ships*), dotados de um esporão à proa capaz de afundar, por abaloamento, os navios inimigos, um dos quais, o *HMS Polyphemus*, foi construído sob a sua orientação. Para além das suas funções navais, George Sartorius foi também um talentoso aquarelista, autor de diversas obras ainda hoje relevantes e valiosas.
538. Georgina Hintze Ribeiro (Ponta Delgada, 6 de julho de 1842 — Coimbra 25 de março de 1926), irmã de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, ao tempo presidente do Conselho de Ministros.
539. Germano Augusto da Silveira (Angra do Heroísmo (Sé), 28 de maio de 1852 — Runa (Torres Vedras), 20 de fevereiro de 1918), oficial do Exército, faleceu no posto de tenente-coronel.
540. Germano César de Moraes Pereira Sarmento (Lisboa, 7 de agosto de 1836 — Lisboa, 21 de janeiro de 1904), arquiteto, diplomado em 1858 como aluno distinto da Academia das Belas Artes de Lisboa. Foi desenhador de obras públicas em Coimbra (1859), transferido, para igual cargo, no Distrito de Angra do Heroísmo em 1860, onde acumulou com o exercício da docência no Liceu Nacional. Foi igualmente funcionário das Obras Públicas na Horta e em Ponta Delgada. É autor do projeto da escadaria de ligação entre a parte baixa do Jardim Duque da Terceira e a Memória, em Angra do Heroísmo, passagem que ostenta o seu nome.
541. Gertrudes Luísa de Menezes de Lemos e Carvalho (Angra, 15 de março de 1790 — Angra do Heroísmo, 3 de novembro de 1879), esposa do morgado João Sieuve de Séguier Camelo Borges e mãe do político angrense José Maria Sieuve de Menezes (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 113).
542. Gervásio da Silva Lima (Praia da Vitória, 26 de março de 1876 — Angra do Heroísmo, 24 de fevereiro de 1945), mais conhecido por Gervásio Lima, foi um prolífico escritor com uma obra em prosa e em verso que inclui contos, teatro e ensaios nas áreas da etnografia e da história. No campo da história não foi um investigador preocupado com o rigor científico dos temas tratados, antes escrevendo obras de pendor romântico, reveladoras do seu patriotismo e amor à terra em que nasceu, nas quais deu alma e corpo a heróis terceirenses, transformando-os em verdadeiros mitos populares. A ele se deve a

mitificação em torno das heroínas Brianda Pereira e Violante do Canto e o alpendorar da batalha da Salga em evento de extraordinária heroicidade.

543. Gil Eanes da Costa de Sousa de Macedo (Lisboa, 9 de dezembro de 1792 — Praia, 11 de agosto de 1829), da família dos viscondes de Mesquitela, major do Exército, um dos comandantes da expedição miguelista contra a Terceira. Morreu durante a tentativa de desembarque na Praia a 11 de agosto de 1829.
544. Gil Montalverne de Sequeira (Óbidos (Pará), 27 de junho de 1859 — Ponta Delgada, 10 de novembro de 1931), médico e um dos mais influentes paladinos do primeiro movimento autonomista, do qual resultou a autonomia administrativa dos distritos de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo em 1895 e 1898. Desempenhou diversos cargos, entre os quais os de diretor das Termas das Furnas, reitor do Liceu de Ponta Delgada, deputado às Cortes e procurador à Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada. Foi sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa.
545. Gomes Eanes de Azurara (1410 — 1474), ou Gomes Eanes de Zurara, foi o 5.º guarda-conservador da Livraria Real (a partir de 1451), substituindo em 1454 Fernão Lopes no cargo de guarda-mor da Torre do Tombo, funções que exerceu até falecer. Deixou várias crônicas, entre as quais a *Cronica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, obra importante para o conhecimento do período inicial dos Descobrimentos.
546. Gomes Pacheco de Lima (Angra, c. 1495 — Costa da Guiné, 1547), filho de João Pacheco e de Branca Gomes de Lima. Gaspar Frutuoso (*Saudades da Terra*, Liv. IV) regista que o «*mandou el-Rei D. João e o Infante D. Luís por capitão-mor de uma grossa armada a fazer o despejo das ilhas de Buão, na costa de Guiné, onde o mataram em campo*» (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, pp. 732-733).
547. Gonçalo Anes da Fonseca, nascido em Lagos (Algarve), foi cavaleiro fidalgo da Casa de D. Manuel I, com 1\$200 réis de moradia por mês. Pertenceu à primeira geração dos povoadores da Terceira, onde chegou em data posterior a 1460 na companhia de Jácome de Bruges, que lhe atribuiu várias terras, nomeadamente as compreendidas entre o cume da serra do Paul das Vacas e o mar, entestando com o biscoito do Porto Martins e com o leito da Ribeira Seca, lugar onde fez o seu assento de casas, sendo por tal conhecido como Gonçalo Anes Ribeira Seca, designação que alguns descendentes transformaram em apelido. Foi procurador de Jácome de Bruges e, mais tarde, de seu genro Diogo Paim, quando este sustentou a demanda sobre a posse da capitania da Praia. Em consequência, provavelmente, deste seu partido, esteve preso durante 8 anos, às ordens de João Vaz Corte-Real, que pretendia esbulhá-lo das terras que Jácome de Bruges lhe concedera, vindo a ser livrado da prisão por influência do seu grande amigo João Rodrigues de Badilho. Com sua mulher, Mécia de Andrade Machado, foi progenitor de Gaspar Gonçalves Machado, a primeira criança nascida na ilha, batizada na recém-fundada igreja de Sant'Ana, com vasta geração que preferiu o apelido materno Machado (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IV, p. 481).
548. Gonçalo Dias (—), da ilha de São Miguel, armado cavaleiro por Rui Barreto na tomada de Azamor, o que lhe foi confirmado por carta de D. Manuel de 20 de junho de 1514.
549. Gonçalo Eanes Machado (—), tinha mais de 60 anos aquando da Batalha da Salga, na qual se distinguiu.
550. Gonçalo Pereira de Lacerda (Faial, c. 1615 — Velas, 7 de fevereiro de 1684), recebeu uma pensão e uma comenda do hábito de Cristo pelos seus serviços no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642.
551. Gonçalo Rodrigues da Câmara Lima (Angra do Heroísmo, 14 de dezembro de 1828 — Angra do Heroísmo, 21 de setembro de 1879), advogado de provisão na comarca de Angra do Heroísmo e subdelegado do Procurador Régio na Praia da Vitória. Exerceu vários cargos eletivos, entre os quais o de procurador à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo. Colaborou com vários jornais e almanaques, tendo escrito várias produções em prosa e verso.
552. Gonçalo Vaz Homem (—), residente das Figueiras do Paim, em 1520 instituiu o Hospital de São Lázaro da Praia. Sofria de lepra (gafeira) e faleceu e foi enterrado no hospital que fundara (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 164).
553. Gonçalo Velho (c. 1400 — c. 1460), também referido como Gonçalo Velho Cabral ou Gonçalo Velho Cabral das Pias, foi um navegador, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, comendador de Almourol e senhor de Pias, Cardiga e Beselga. Foi colaborador próximo do infante D. Henrique e 1.º capitão do donatário das ilhas de Santa Maria e São Miguel, as quais teria descoberto.
554. Gonzalo Mexia (Ocaña, c. 1555 — Angra, 1618), mestre-de-campo, governador militar dos Açores e governador da Fortaleza de São Filipe do Monte Brasil (1614-1618). Deu andamento às obras da fortaleza, empenhou-se particularmente na florestação e arranjo da grota na encosta leste do Monte Brasil, fazendo dela uma zona de lazer ou regalo, onde mandou construir a Ermida de Santo António no lugar da antiga forca da cidade.
555. Gregório Siles González de Medina (Angra do Heroísmo, 19 de maio de 1858 —), de uma família originária de Lekeitio, País Basco, depois de frequentar a Casa Pia em Lisboa foi preparador eletrotécnico formado pelo Instituto Industrial e Comercial do Porto. Funcionário dos Correios e Telégrafos, chefiou o serviço telegráfico em Leiria e depois no Porto. Foi editor da *Revista de Electricidade, Telegraphos, Pharoas e Correios* (1884), que se publicou no Porto.
556. Gualdino Alfredo Lobo de Gouveia Valadares (Lisboa, c. 1850 — Lisboa, c. 1911), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, alto funcionário e político que, entre outras funções, exerceu os cargos

- de secretário-geral (de 21 de agosto de 1872 a março de 1873) e governador civil substituto (27 de novembro de 1874 a 21 de abril de 1876) do Distrito de Angra do Heroísmo, de governador civil do Distrito de Faro (de 24 de fevereiro de 1880 a 30 de março de 1881) e de governador civil do Distrito de Ponta Delgada (de 30 de setembro de 1878 a 19 de junho de 1879 e de 30 de março de 1881 a 1 de julho de 1886). Terminou a sua carreira como contador-geral do Tribunal de Contas (1886) e depois adjunto do Tribunal de Contas (1886-1911).
557. Guilherme Augusto de Brito Capelo (Palmela, 5 de agosto de 1839 — Lisboa, 21 de março de 1926), oficial da Armada, passou à reserva no posto de vice-almirante. Destacou-se como explorador, cientista e administrador colonial. Foi governador-geral e comissário régio em Angola e o primeiro comandante do cruzador *D. Carlos I*.
 558. Guilherme da Silva Quintanilha (Angra do Heroísmo, 25 de abril de 1876 — Lisboa, 6 de dezembro de 1949), oficial do Exército, reformado no posto de coronel. Foi irmão do cientista Aurélio Pereira da Silva Quintanilha.
 559. Guilherme da Silveira Borges (Angra do Heroísmo (Santa Luzia), 23 de março de 1841 — Angra do Heroísmo (Conceição), 23 de setembro de 1864), compositor de música sacra. Faleceu jovem.
 560. Guilherme Fisher Berquó Poças Falcão (Ponta Delgada, 11 de novembro de 1855 — Ponta Delgada, 14 de novembro de 1942), grande proprietário, advogado e político que se distinguiu como benemérito. Influente militante do Partido Progressista, foi um dos líderes do primeiro movimento autonomista. Foi presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada e presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada.
 561. Guilherme Martins Pinto (Angra do Heroísmo, 24 de julho de 1819 — Angra do Heroísmo, 29 de julho de 1902), comerciante de ferragens em Angra e um dos fundadores da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo e o maior subscritor dos títulos então emitidos por aquela instituição. Foi sogro do autor desta obra (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 649).
 562. Guilherme Martins Pinto Júnior (Angra do Heroísmo, 29 de novembro de 1844 — Angra do Heroísmo, 12 de outubro de 1920), grande comerciante da praça de Angra e proprietário, agente da Companhia de Seguros Tagus e da Companhia de Seguros Esperança. Foi um dos sócios fundadores da Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra, de que foi membro da direção fundadora, e gerente da Caixa Económica do Montepio Terceirense. Militante do Partido Progressista, foi vogal da Junta Geral, vereador da Câmara Municipal e provedor da Santa Casa da Misericórdia (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, pp. 650-651).
 563. Guilherme Moniz Barreto (c. 1450 — Angra, c. 1500), o Velho, chegou à Terceira por volta de 1474 integrado no grupo capitaneado por João Vaz Corte-Real, com cuja filha Joana casou. Instituiu um vasto morgadio que incluía vasta porção de terras no interior da ilha, a nas montanhas a norte de Angra. Um seu neto homónimo foi possuidor dessas terras e deu o nome à grande Caldeira de Guilherme Moniz.
 564. Guilhermina Adelaide de Sousa Pinto (Sé, 22 de setembro de 1858 — Estados Unidos), filha de Guilherme Martins Pinto, comerciante de ferragens e um dos principais acionistas fundadores da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 650).
 565. Guilhermina Cândida Zagalo Nogueira Sampaio (Tomar, 1810 — Angra do Heroísmo, julho de 1861), irmã do médico Rodrigo Zagalo Nogueira e esposa do médico-cirurgião Manuel Nogueira Sampaio, com quem casou em Angra a 11 de abril de 1824. Foi mãe do também médico José Augusto Nogueira Sampaio.
 566. Heinrich Schäfer (Schlitz (Vogelsbergkreis), 25 de abril de 1794 — Gießen, 2 de julho de 1869), bibliotecário e historiador, especialista em história ibérica. O trecho citado é da tradução portuguesa da sua obra *Geschichte von Portugal* (5 volumes, editados por Arnold Heeren em Hamburg: F. Perthes, 1836-1854). A tradução portuguesa foi publicada como *História de Portugal desde a fundação da Monarquia até à Revolução de 1820 [vertida fiel, integral e directamente por F. de Assis Lopes e continuada, sob o mesmo plano, até aos nossos dias por J. Pereira de Sampaio (Bruno)]* (7 volumes editados pela Empresa Editora, Porto, 1893-1899).
 567. Henri Ternaux-Compans (Paris, 9 de abril de 1807 — Castelbiague, 29 de outubro de 1864), de seu nome Charles Henri Ternaux, historiador e bibliófilo que se especializou no estudo da expansão seiscentista europeia, especialmente da espanhola.
 568. Henrique da Fonseca de Sousa Prego (Lisboa, 1768 — Gaeiras, Óbidos, 25 de março de 1847), vice-almirante que depois de uma brilhante carreira naval foi o último capitão-general da Capitania Geral dos Açores nomeado pelo governo do rei D. Miguel. Governou a partir de Ponta Delgada por lhe não ter sido possível desembarcar na capital da capitania, a cidade de Angra, onde à data da sua chegada já havia sido aclamado o regime constitucional.
 569. Henrique da Silva da Fonseca de Cerveira Leite (Porto, 30 de julho de 1784 — Coimbra, 16 de janeiro de 1852), oficial general do Exército que se distinguiu no comando de uma das divisões do Exército Libertador que desembarcou no Mindelo.
 570. Henrique de Castro (Angra do Heroísmo, 18 de janeiro de 1851 — no mar entre São Miguel e Terceira, 28 de maio de 1923), grande comerciante e político, líder local do Partido Progressista. Foi governador civil substituto do Distrito de Angra do Heroísmo (de 18 a 31 de maio de 1891). Era agente consular dos Estados Unidos da América e vice-cônsul da Áustria e Inglaterra em Angra do Heroísmo.

571. Henrique de Sá Nogueira Vasconcelos (Lisboa, 12 de outubro de 1843 — Lisboa, 18 de abril de 1923), fidalgo cavaleiro da Casa Real e político da última fase da monarquia constitucional, que exerceu as funções de deputado às Cortes, governador civil de vários distritos e administrador do concelho de Portalegre. Foi governador civil de Angra de 2 de março a 17 de maio de 1891.
572. Henrique Ferreira de Oliveira Brás (Angra do Heroísmo, 9 de fevereiro de 1884 — Furnas, 11 de agosto de 1947), advogado, jornalista, político e historiógrafo, que se notabilizou na vida forense e na atividade política no Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo. Foi o primeiro governador civil após a implantação da República, governando o distrito de 1910 a 1912, sendo posteriormente eleito deputado e senador ao Congresso da República. Também teve importante participação na governação autárquica, presidindo à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e à Junta Geral do distrito. Ficou conhecido pelos seus dotes de orador e foi sócio fundador do Instituto Histórico da Ilha Terceira.
573. Henrique Herz (Angra do Heroísmo, 20 de dezembro de 1846 — Velas, 31 de outubro de 1885), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1871), magistrado. Foi juiz de direito das Velas, ilha de São Jorge, onde faleceu (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 736).
574. Henrique José da Veiga (Santa Cruz da Graciosa, 9 de julho de 1785 — d. 1837), ajudante com a graduação de alferes do Batalhão de Artilharia de Angra, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831. Foi comandante militar da Graciosa (1836-1837).
575. Henrique Pereira (—), militar do Exército. Em 1901, com o posto de tenente, acompanhou a visita régia.
576. Henrique Teixeira de Sampaio (Angra, 30 de outubro de 1774 — Lisboa, 27 de março de 1833), 1.º senhor de Sampaio, 1.º barão de Teixeira e 1.º conde da Póvoa, grande comerciante, rico capitalista e político português que teve uma fortíssima influência, como principal credor do Estado, na condução da política financeira da última fase do reinado de D. João VI. Exerceu as funções de Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda entre 1823 e 1825. Foi o maior acionista do Banco de Lisboa, antecessor do atual Banco de Portugal.
577. Henry Harrisse (Paris, 28 de maio de 1829 — Paris, 13 de maio de 1910), advogado que se notabilizou como escritor e historiador, mas que também foi um reputado crítico de arte. As suas mais importantes obras centram-se na história da descoberta europeia da América do Norte e nas representações cartográficas primitivas do Novo Mundo.
578. Hermenegilda Eufémia de Barcelos Merens (Sé de Angra, 13 de abril de 1768 — Angra do Heroísmo, 26 de março de 1842), filha de Luís de Barcelos Machado Lobo, médico do partido da Câmara de Angra, e de Faustina Bernarda Vitorina Carvão. Casou com Manuel Simplício Ferreira, natural da Ribeirinha, com que teve Luís de Barcelos Merens Lobo e de José Alexandre de Barcelos Merens (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 597).
579. Ildefonso Borges (Santa Cruz da Graciosa, 14 de outubro de 1864 — Lisboa, 26 de setembro de 1942), médico veterinário e agrónomo, formado no Instituto de Agronomia e Veterinária, onde durante os estudos mereceu a atribuição de três prémios honoríficos e quatro diplomas de «accessit». Exerceu os cargos de fiscal sanitário da Câmara de Lisboa, veterinário da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, chefe de serviço do Instituto da Agronomia e Veterinária, intendente de pecuária de Angra do Heroísmo, assistente do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, diretor interino da Estação Zootécnica Nacional e professor catedrático de Parasitologia e de Patologia na Escola Superior de Medicina Veterinária. Foi autor de uma vasta e importante obra de investigação das suas especialidades, sendo alguns desses trabalhos feitos de colaboração com outro distinto açoriano, o Professor Aníbal de Bettencourt (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. II, p. 346).
580. Ildefonso-Leopoldo Bayard (Coimbra, 3 de setembro de 1785 — Lisboa, 25 de janeiro de 1856), diplomata e político que, entre outras funções, foi Ministro da Guerra e Ministro dos Negócios Estrangeiros no 16.º governo da Monarquia Constitucional presidido pelo Marechal Saldanha (1847).
581. Ilídio de Meneses Carvalho Mourato (Angra do Heroísmo, 26 de junho de 1880 — Angra do Heroísmo, 2 de dezembro de 1961), farmacêutico com estabelecimento na Rua da Sé (Farmácia Central). Melómano, músico e colecionador de mobiliário e cerâmica, de que reuniu importante coleção.
582. Inácio de Castil-Branco do Canto (Angra, 14 de abril de 1778 — Angra do Heroísmo (Sé), 14 de junho de 1856), por vezes com o nome grafado Ignacio de Castil-Blanco, de seu nome completo Inácio Casimiro de Castil-Branco do Canto Munhoz de Sampaio e Melo, morgado e brigadeiro miguelista. Iniciou a sua carreira militar em 1783 como cadete na Companhia de Artilharia aquartelado no Castelo de São João Baptista de Angra, atingindo o posto de coronel de Infantaria em 1806. Promovido a brigadeiro em 1824, em 1851 passou à reforma no posto de marechal-de-campo, adido ao castelo de Angra Heroísmo (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 129-133). Foi escolhido pela Câmara de Angra para, em 1822, depois de D. João VI ter jurado as bases da Constituição, ir a Lisboa cumprimentar as Cortes. Aquando do movimento revolucionário que em 1828 instaurou a Carta na ilha Terceira, foi chamado, dado ser o oficial mais graduado, para nos termos legais integrar o governo interino, mas recusou, dando auxílio aos miguelistas que na Praia organizavam a resistência. Em resultado dessa atitude, foi expulso para a Inglaterra, onde a 4 de fevereiro de 1829, juntamente com outros absolutistas, prestou juramento de fidelidade a D. Miguel. Contudo, estando em Lisboa aquando da entrada das forças liberais a 24 de julho de 1833, jurou fidelidade a D. Maria II, integrando-se na nova ordem política.

583. Inácio Martins Pamplona Corte-Real (Angra (Santa Luzia), 9 de dezembro de 1778 — c. 1820), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1803), fidalgo cavaleiro da Casa Real (1805), magistrado judicial e juiz de fora em Vilares (1806).
584. Inácio Soares de Albergaria (Urzelina, 19 de setembro de 1767 — Velas, 15 de janeiro de 1836), capitão-mor das Velas.
585. Inês Evelina Menezes Meireles Pamplona (Angra do Heroísmo, 28 de novembro de 1853 — Angra do Heroísmo, d. 1909), ou Inês Evelina de Menezes e Mendonça, filha de Joaquim António de Mendonça e Menezes, rico negociante de açúcar no Brasil, e de Inês Joaquina de São José Alves Mateus. Seu pai, regressado à Terceira, comprou para residência familiar a casa do famoso caudilho miguelista, o morgado Francisco de Almeida Tavares do Canto, na Rua da Sé, tendo exercido as funções de vice-cônsul do Brasil. Casou na Sé, a 18 de novembro de 1884, com Joaquim Meireles Pamplona (Angra do Heroísmo (Sé), 10 de julho de 1851 — Angra do Heroísmo (Sé), 2 de outubro de 1909), contador e distribuidor do Juízo de Direito de Angra e amanuense do Asilo da Infância Desvalida.
586. Inês Martins Cardoso (—), esposa de Álvaro Martins Homem, 1.º capitão do donatário na Praia.
587. Íñigo Hurtado de Corcuera Mendoza y de Corcuera Montoya (Bergüenda, Álava, c. 1580 — Bergüenda, c. 1658), cavaleiro da Ordem de Santiago e do Conselho de Sua Majestade. Governador do Castelo de São Filipe do Monte Brasil de 1625 a 1627, teve um mandato conturbado, tendo-se defrontado com sérias dificuldades financeiras que levaram a atraso no pagamento às tropas e à consequente indisciplina. Demonstrando parcialidade, condenou à morte, e fez executar, o capitão Felipe de Espinola Quirós, com quem tinha antigas desavenças, o que levou a que fosse chamado a Madrid e preso, embora durante pouco tempo (cf.: Manuel Augusto de Faria, *Da Militia: textos de história militar dos Açores e outros*, pp. 298-299. IHIT, Angra do Heroísmo, 2020). Após ter saído da Terceira, foi colocado no México, como mestre-de-campo.
588. Iria Corte-Real (Angra — Angra, 1526), filha de João Vaz Corte-Real e de sua mulher Maria de Abarca. Casou em Angra com Pedro de Goes da Silva, natural do Reino, que vivia integrado no grupo liderado por João Vaz Corte-Real. Foi assassinada pelo marido num acesso de ciúme. O crime ocorreu na casa do capitão do donatário de Angra, onde terá ficado uma mancha de sangue «*nas pedras de huma portada interior em que existio mais de cem anos, notando sse sempre a mancha delle, por mais diligencias que fizessem pello escurecer the que enfim o gastou o tempo*», nas palavras de Manuel Luís Maldonado na *Fenix Angrence*, vol. 3, p. 21 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, p. 472).
589. Isabel Antónia do Carmo de Roxas e Lemos Carvalho e Menezes (Porto, 5 de novembro de 1779 — Lisboa, 1856), da família dos senhores da Trofa, viúva de Manuel de Roxas e Lemos, seu primo, e herdeira de vasta fortuna que incluía a Quinta da Suberra, em São João dos Montes, concelho de Vila Franca de Xira. Casou em segundas núpcias, a 19 de março de 1806, com Manuel Inácio Martins Pamplona Corte Real, depois conde de Suberra, título que deriva da quinta propriedade de sua esposa. Acompanhou o marido nas campanhas das guerras napoleónicas, tendo sido condenada à morte por colaboracionismo com os franceses, depois amnistiada. Foi presa, com o marido, pelos miguelistas, tendo passado por várias prisões até ser libertada com a vitória dos liberais.
590. Isabel Corte-Real (Tavira, c. 1450 — Horta, 19 de julho de 1534), filha de João Vaz Corte-Real e de sua mulher Maria Abarca, e por isso irmã de Joana Corte-Real e de Iria Corte-Real. Casou com Joss de Utra (ou Jobs de Hutra), capitão do donatário nas ilhas do Faial e Pico, filho do flamengo Joost de Hurtere (Torhout, 1430 — Horta, 1495), fundador da cidade da Horta. Segundo Marcelino Lima, deixou estipulado no seu testamento que, no caso morrer no Faial, queria que o seu corpo fosse trasladado para a igreja do Convento de S. Francisco de Angra (cf.: Marcelino Lima, *Famílias Faialenses*, pp. 644 e 673-674).
591. Isabel de Jesus (—), religiosa do Convento de Jesus da Praia e uma das fundadoras do Convento de São Gonçalo de Angra. Era irmã de Beatriz da Conceição, outra das fundadoras daquela instituição.
592. Isabel de Jesus (—), religiosa do Convento de São João Evangelista da Horta, fundou o Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança em Angra.
593. Isabel de Ornelas (—), foi herdeira, após a morte do irmão, do morgadio de seu pai, que correu na sua descendência até ao falecimento, sem geração, de D. Clemência de Noronha, ocorrido em 1630. Casou no Funchal em 1483 com Antão Martins Homem (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, pp. 623).
594. Isabel de Portugal (Évora, 21 de fevereiro de 1397 — Dijon, 17 de dezembro de 1471), única filha do rei D. João I de Portugal e de sua esposa, D. Filipa de Lencastre. Muito culta, poliglota, casou em 1430 com Filipe III, duque da Borgonha, com quem teve três filhos, entre os quais Carlos, «o Temerário». Mulher muito refinada e inteligente, que gostava de se rodear de artistas e poetas, foi grande mecenas das artes. Também exerceu forte influência política sobre o marido e o filho, liderando várias missões diplomáticas. Por sua influência foi dada especial proteção aos comerciantes portugueses estabelecidos em Bruges e ao povoamento dos Açores, ilhas que receberam um considerável contingente de povoadores flamengos.
595. Isabel de Sousa (—), mulher de Gaspar de Ornelas de Gusmão e parente de D. Francisco de Almeida, vice-rei da Índia. Foi mãe de Tristão de Sousa de Gusmão.
596. Isabel de Sousa Neto de Ornelas (Praia, 1579 — Praia, 25 de maio de 1616), esposa de Francisco da

Câmara Paim e mãe de Francisco de Ornelas da Câmara (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 622).

597. Isabel do Rosário (Santa Cruz da Graciosa, c. 1750 —), mãe de Faustino José da Veiga.
598. Isabel Forjaz de Lacerda Brum de Labath e Marramaque Garcia da Rosa (Horta, 1793 — Praia da Graciosa, 6 de junho de 1844), irmã do barão da Areia Larga, esposa de António da Cunha Silveira Bettencourt, 1.º barão da Fonte do Mato.
599. Isabel Teixeira Fagundes (—), casada com António Garcia Sarmento, o capitão-mor das Velas, e mãe do dr. António Garcia Sarmento.
600. J. Coelho da Costa (—), terceirense, foi tenente do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839.
601. Jacinto Belo da Fonseca e Sousa (Porto de Mós, 25 de fevereiro de 1841 — c. 1900), formado em Direito pela Universidade de Coimbra (1866), foi secretário-geral do Governo Civil de Angra do Heroísmo, agindo como governador civil interino de 20 de agosto a outubro de 1870. Foi administrador do concelho do Crato.
602. Jacinto Cândido da Silva (Angra do Heroísmo, 30 de novembro de 1857 — Lisboa, 26 de fevereiro de 1926), mais conhecido por Jacinto Cândido, jurista, magistrado e político, que se distinguiu como Ministro da Marinha e Ultramar, cargo no qual criou a única força naval relevante de que Portugal dispôs nos últimos séculos. Foi o fundador e líder do Partido Nacionalista.
603. Jacinto Carlos da Silva (Angra do Heroísmo, 16 de setembro de 1872 — Angra do Heroísmo, 28 de janeiro de 1938), 1.º visconde de Aqualva, rico proprietário e grande comerciante, capitalista e político. Foi, entre outras funções, governador-civil do Distrito de Angra do Heroísmo (1901-1902), presidente da Câmara Municipal e presidente da Associação Comercial de Angra. Era primo direito de Jacinto Cândido da Silva, um importante político angrense dos anos finais da monarquia constitucional portuguesa.
604. Jacinto dos Reis (Angra do Heroísmo (Sé), c. 1851 — Angra do Heroísmo (Sé), 24 de janeiro de 1911), oficial do Exército. Faleceu no posto de major reformado.
605. Jacinto dos Reis Fisher (Angra do Heroísmo, 8 de janeiro de 1867 — Coimbra, 12 de julho de 1947), oficial de Artilharia do Exército que atingiu o posto de general. Era bacharel, formado em matemática em 1889. Foi agraciado com os graus de comendador (15 de fevereiro de 1919) e grande-oficial da Ordem Militar de Avis (5 de outubro de 1930).
606. Jacinto Inácio Rodrigues da Silveira (Ponta Delgada, 13 de outubro de 1785 — Ponta Delgada, 20 de dezembro de 1869), 1.º barão da Fonte Bela, político, rico negociante e grande terratenente na ilha de São Miguel, que exerceu as funções de administrador-geral interino do Distrito de Ponta Delgada. Foi nomeado par do reino, mas faleceu sem ter tomado posse.
607. Jacinto Manuel de Sousa (c. 1792 —), capitão, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831. Suspeito de não ser afeto ao regime constitucional, fora expulso da Terceira em 22 de junho de 1828.
608. Jacob Abohbot (Angra do Heroísmo, 20 de junho de 1840 — Angra do Heroísmo, 25 de março de 1916), comerciante e jornalista, foi um dos membros da comunidade hebraica que melhor se integrou na vida social angrense. Educado na Inglaterra, poliglota e com sólida cultura, empenhou-se na luta política, defendendo os ideais republicanos como redator do jornal *A Evolução* (1884), de que era proprietário o padre José Bettencourt Cardoso, órgão do Partido Republicano na Terceira. Casou com D. Rosa Borges Leal Quintanilha e foram os pais de outro judeu notável no meio artístico angrense, Abraão Abohbot, autor, entre várias obras de pintura e arquitetura, dos vitrais que se encontram a meio da escadaria dos Paços do Concelho de Angra e do retrato do bispo de Angra D. Francisco José Ribeiro Vieira e Brito. Pedro de Merelim traça uma boa biografia de Jacob Abohbot no seu livro *Os Hebraicos na Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, 1995, 2.ª edição, pp. 100-111.
609. Jácome de Bruges (Bruges, c. 1415 — c. 1472), 1.º capitão do donatário na ilha Terceira por carta de mercê de 2 de março de 1450. Flamengo, oriundo de uma família ligada ao comércio, fixou-se inicialmente em Ourense, na Galiza, e depois na cidade do Porto. Teve um papel determinante na primeira tentativa de povoamento da ilha Terceira, embora não conseguisse cumprir os objetivos que estavam subjacentes à licença que recebera do donatário, por ter encontrado dificuldades no recrutamento de colonos. Depois de lançados gados na ilha, o povoamento efetivo apenas se iniciou na década de 1460, com Jácome de Bruges a capitanear o grupo que se instalou na zona da Praia. Desapareceu por volta de 1472, presumivelmente morto durante uma viagem marítima, desencadeando um longo pleito pela sucessão na capitania (cf.: José Guilherme Reis Leite, «Uma Floresta de Enganos. A primeira tentativa de povoamento da Ilha Terceira», in: *Os reinos ibéricos na Idade Média, livro de homenagem ao Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno*, vol. II, pp. 671-676. Universidade do Porto, Livraria Civilização, Porto, 2003).
610. Jácome de Ornelas Bruges de Ávila Paim da Câmara (Angra, 14 de dezembro de 1833 — Funchal, 20 de janeiro de 1889), 2.º conde da Praia, fidalgo cavaleiro da Casa Real. Teve um longo percurso em cargos políticos e administrativos, entre os quais os de deputado, par do reino e governador civil. Governou por cinco vezes o Distrito de Angra do Heroísmo e foi durante 8 anos consecutivos governador civil do Distrito

de Ponta Delgada. Pertenceu à Maçonaria.

611. Jácome de Ornelas Bruges Paim da Câmara (Angra do Heroísmo, 23 de fevereiro de 1865 — Lagoa (São Miguel), 20 de outubro de 1903), funcionário da Fazenda, colocado sucessivamente nas repartições de Angra, Velas, Ponte da Barca e Lagoa.
612. Jácome Jerónimo de Lemos ver Francisco Jerónimo de Lemos.
613. Jácome Policarpo de Sousa Ribeiro (Angra do Heroísmo, 6 de março de 1862 — Angra do Heroísmo, 16 de março de 1923), funcionário administrativo, dedicou-se ao jornalismo e à música, destacando-se como compositor e regente de bandas. Compôs vários tipos de música e foi organista e regente de orquestra e de banda. Fundou a publicação literária angrense *O Domingo*, que mais tarde foi dirigido por Feliciano do Nascimento Pinto. Foi pai do historiador Ângelo Pinto Ribeiro (1886-1936).
614. Jaime Vaz (— Lisboa, 22 de junho de 1944), terceirense, oficial do Exército. Em 1913, no posto de capitão, era adjunto do Comando Militar dos Açores, em Angra do Heroísmo. Reformado no posto de coronel.
615. Jean-Ferdinand Denis (Paris, 13 de agosto de 1798 — Paris, 1 de agosto de 1890), viajante, historiador e escritor, especialista em história luso-brasileira. O trecho citado é do volume 1, pp. 151-152, de «*Portugal pittoresco, ou Descrição histórica d'este reino*» (Lisboa, Tip. de L. C. Cunha, 1846), a tradução para português da obra intitulada «*Portugal*» (Paris, Firmin Didot Frères, 1846).
616. Jean-Guillaume, barão Hyde de Neuville (La Charité-sur-Loire, 24 de janeiro de 1776 — Paris, 28 de maio de 1857), um diplomata e político pró-monárquico francês que, entre outros cargos, foi Ministro da Marinha e Ultramar da França e embaixador da França em Portugal e nos Estados Unidos da América. Foi um dos mais fiéis apoiantes da legitimidade da Casa de Bourbon no trono de França. O papel que desempenhou nos acontecimentos políticos que rodearam a *Abrilada* levou a que fosse agraciado com a grã-cruz da Ordem da Torre e Espada e feito 1.º conde e depois 1.º marquês da Bemposta.
617. Jerónimo de Utra Corte-Real (Horta, c. 1546 — Horta, 1610), capitão do donatário nas ilhas do Faial e do Pico, cargo que exerceu desde 1582 até falecer. Casado com D. Margarida de Azevedo, filha do cavaleiro Afonso Figueira, era o segundo filho do casamento de Manuel de Utra Corte-Real, 3.º capitão do donatário no Faial e Pico, com a plebeia Maria Vicente. Após a morte do irmão, Gaspar de Utra Corte-Real, prosseguiu o pleito iniciado por este e sua mãe na pretensão à posse da capitania das ilhas do Faial e Pico, reivindicada pela família desde a morte de Manuel de Utra Corte-Real em 1553. Após um longo período de insucesso, a 15 de junho de 1582 Filipe II reconheceu Jerónimo Utra Corte-Real como herdeiro legítimo e concedeu-lhe o governo daquelas ilhas, provavelmente influenciado pelo parentesco existente entre ele e Margarida Corte-Real, sua prima e herdeira das capitânicas das ilhas Terceira e São Jorge, casada com D. Cristóvão de Moura. Falecendo sem filhos, foi sucedido no cargo por D. Manuel de Moura Corte-Real, 1.º marquês de Lumiares e 2.º marquês de Castelo Rodrigo, o filho primogénito de Margarida Corte-Real. Está sepultado na capela-mor da antiga igreja de São Francisco da Horta (cf.: Marcelino Lima, *Famílias Faialenses*, pp. 645, 682-688).
618. Jerónimo Emiliano de Andrade (Angra, 30 de setembro de 1789 — Angra do Heroísmo, 11 de dezembro de 1847), frade franciscano no Convento de São Francisco de Angra até à extinção daquela instituição, presbítero, professor e pedagogo. Exerceu as funções de comissário dos estudos no Distrito de Angra do Heroísmo e de primeiro reitor do Liceu Nacional de Angra do Heroísmo. É autor de uma vasta obra pedagógica, com dezenas de manuais publicados.
619. Jerónimo José de Lacerda Cabral (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
620. Jerónimo Manuel Dias da Silva (São Julião da Barra, Oeiras, 1770 — Angra, 7 de julho de 1818), oficial do Exército, com carreira feita em Angola, foi nomeado tenente na Fortaleza de São João Baptista de Angra em 1798. A esposa, natural de Elvas, ficou em Angra, onde faleceu em 1851. Foi pai do deputado Pedro Roberto da Cunha Dias da Silva (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 769-770).
621. Jerónimo Martins Pamplona Corte-Real (Angra, 1 de outubro de 1773 — Angra do Heroísmo (Sé), 23 de julho de 1858), irmão mais novo do 1.º conde de Suberra, frequentou a Academia de Marinha, sendo promovido guarda-marinha a 26 de setembro de 1795 e a segundo-tenente da Armada em 1797. Transferiu-se para o Regimento de Chaves em 1801. Foi vereador da Câmara Municipal de Angra em 1822. Miguelista, esteve preso e desterrado, com os bens sequestrados (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 167). Após a amnistia, voltou para Angra onde casou e foi rico proprietário. Um filho homónimo foi oficial da biblioteca da Academia Real das Ciências de Lisboa.
622. Jerónimo Teixeira Cabral (Lamego, c. 1540 — Miranda do Douro, 10 de janeiro de 1614), inquisidor do Santo Ofício e 9.º bispo da Diocese de Angra, que governou de 1600 a 1612. Resignou do cargo de bispo de Angra, o que foi aceite por breve do papa Paulo V de 14 de maio de 1612, passando então à diocese de Miranda, de que foi o 9.º bispo, governando-a de 1612 a 1614, e dali a bispo de Lamego em 1614, não chegando a tomar posse por falecer.
623. Joana Abarca (Angra, c. 1482 — Angra, 8 de setembro de 1510), filha de Pedro Abarca e de Margaria Álvares Merens. Foi esposa de Pedro Anes do Canto e mãe de Violante do Canto. Era sobrinha de João Vaz Corte-Real.
624. Joana Corte-Real (— Angra, 7 de dezembro de 1574), filha de Guilherme Moniz Barreto e de Joana

Corte-Real, neta de João Vaz Corte Real e de sua mulher Maria Abarca.

625. Joana Corte-Real (fl. c. 1500), filha de João Vaz Corte-Real e de sua mulher Maria Abarca. Casou em Angra com Guilherme Moniz Barreto, o Velho.
626. Joana da Silva (— Lisboa, 1518), esposa de Vasco Anes Corte-Real, filho de João Vaz Corte-Real e de D. Maria Abarca, que sucedeu a seu pai nas capitânias de Angra e de São Jorge. Era filha de Garcia de Melo, alcaide-mor de Serpa, e de D. Filipa da Silva. Felgueiras Gaio, no seu Nobiliário, dá-lhe o nome de D. Joana ou D. Jerónima Pereira, nome que lhe vinha de seu avô materno Henrique Pereira, comendador-mor de São Tiago, enquanto Alão de Moraes a trata por D. Joana da Silva (Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. VI, p. 632).
627. Joana Rita de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos (Angra, 11 de janeiro de 1777 — Angra, c. 1840), filha de Vital de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos, casou com José Borges Leal Corte-Real, morgado de Sant'Ana. Foi apoiante entusiasta da causa liberal.
628. João Agostinho Pereira de Agrela e Câmara (Funchal, março de 1777 — Funchal, 28 de fevereiro de 1855), investigador da literatura e da história madeirense, dedicou-se com especial ênfase às pesquisas genealógicas. Escreveu uma coleção de memórias genealógicas que intitulou *Genealogias da Ilha da Madeira*, manuscrito que foi amplamente copiado.
629. João Albertino da Silva Pereira (Barquinha, 11 de setembro de 1831 — Angra do Heroísmo, 14 de março de 1902), cônego da Sé de Angra com ónus de ensino no Seminário Episcopal. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1853), foi cônego da Sé (1857) e mestre-escola (1864), uma das dignidades do cabido. Foi um dos primeiros professores do Seminário, onde a partir de 1864 regeu a cadeira de Direito Canónico. Exerceu também a advocacia em Angra.
630. João Alberto Pereira de Azevedo Neves (Angra do Heroísmo, 12 de maio de 1877 — Lisboa, 14 de abril de 1955), médico, professor de Medicina e político. Teve uma carreira notável, ocupando, entre muitos outros, os cargos de professor de Medicina Legal na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, de reitor da Universidade Técnica de Lisboa, de membro do Conselho Médico-Legal, de vogal do Conselho Superior de Instrução Pública e de diretor da Associação Internacional de Estudo do Cancro. Publicou numerosos trabalhos de investigação médica e colaborou na imprensa. Teve intervenção política relevante, chegando a ocupar os cargos deputado às Cortes, vereador da Câmara Municipal de Lisboa, Ministro do Comércio e Ministro dos Negócios Estrangeiros.
631. João Álvares Homem (c. 1450 — Praia, c. 1537), ouvidor e almoxarife da vila da Praia.
632. João Álvaro de Bettencourt Silveira (Santa Cruz da Graciosa, c. 1820 — Coimbra, 1844), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra em 1844. Faleceu em Coimbra logo após a formatura, antes de retornar à ilha Graciosa.
633. João Álvaro de Brito de Albuquerque (Santa Cruz da Graciosa, 13 de março de 1850 — Angra do Heroísmo, 12 de março de 1907), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado e professor liceal. Distinguiu-se na política local na Graciosa e em Angra, sendo um dos participantes no primeiro movimento autonomista. Foi professor do Liceu Nacional de Angra do Heroísmo, estabelecimento do qual foi reitor entre 1895 e 1900 e de 1904 a 1906. Exerceu o cargo de procurador à Junta Geral (1904).
634. João Álvaro dos Santos Silvano (Angra do Heroísmo, 2 de março de 1881 — Lisboa, 23 de maio de 1967), oficial do Exército, reformado no posto de coronel (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 793).
635. João António da Silveira (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
636. João António das Neves Júnior (Praia da Vitória, 3 de março de 1846 — Angra do Heroísmo, 23 de abril de 1929), advogado de provisão na Praia da Vitória e em Angra do Heroísmo, notabilizou-se como compositor. Militante do Partido Regenerador, foi presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória (1878-1882 e 1883-1886), a que presidia aquando da inauguração da praça do mercado e do jardim público da então vila. Foi subdelegado do Procurador Régio, e posteriormente da República, em Angra do Heroísmo, cidade onde também fez parte da vereação municipal. Ligado à música, foi organista e mestre de capela da matriz da Praia, regeu a Filarmónica Praiense e deixou algumas composições da sua autoria, tendo um seu *Tantum Ergo* sido premiado com uma medalha na exposição realizada em 1901 em Ponta Delgada, por ocasião da visita régia. Interessou-se pelo teatro, dirigindo um grupo de amadores.
637. João Aranha (D.), o primeiro bispo titular de Safim, cargo para que fora nomeado em 1487. Pediu a delimitação da sua diocese, ao que o papa Alexandre VI respondeu, em 18 de junho de 1499, com a bula «*In apostolicae dignitatis fastigio*». Esta diocese, contudo, só começaria a funcionar em pleno com a passagem da praça à soberania portuguesa, em 1508. A sua área compreendia as vilas de Azamor (1513), Almedina (1513), Tite (1513) e Mazagão (1513) e outros lugares adjacentes (cf.: Visconde de Paiva Manso, *História ecclesiastica ultramarina: Africa Septentrional Bispados de Ceuta, Tânger, Safim e Marrocos*, pp. 30-89. Imprensa Nacional, Lisboa, 1872).
638. João Augusto da Silva Furtado (Angra do Heroísmo (Conceição), 26 de junho de 1852 — Ribeirinha, d. 1907), presbítero, cura em Ponta Delgada das Flores, em Santo António do Pico, na Calheta de São Jorge, e vigário nas freguesias de Quatro Ribeiras e Ribeirinha, na Terceira. Colaborou com diversos

jornais açorianos e foi um dos fundadores da Sociedade Filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha.

639. João Aurélio de Bettencourt (1827 — 1885), coronel do Exército. Foi chefe da Repartição dos Pesos e Medidas do Distrito de Angra do Heroísmo e é autor da obra: *Tabellas Officiaes para Reducção das Antigas Medidas de Capacidade dos Concelhos do Districto de Angra do Heroísmo às Medidas do Novo Systema Metrico Decimal e das Medidas de Capacidade Modernas às Antigas*, Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza. Lisboa. 1862.
640. João Baptista (—), frade franciscano em São Jorge, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
641. João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett (Porto, 4 de fevereiro de 1799 — Lisboa, 9 de dezembro de 1854), 1.º visconde de Almeida Garrett, escritor e dramaturgo romântico, orador, par do reino, ministro e secretário de estado honorário. Sobrinho de D. frei Alexandre da Sagrada Família, bispo de Angra, manteve uma estreita ligação à ilha Terceira, onde esteve na adolescência e durante a Guerra Civil.
642. João Baptista de Abreu (—), ajudante nas forças liberais, foi ferido na Batalha da Ladeira da Velha.
643. João Baptista de Bettencourt [de Vasconcelos Correia e Ávila] (Angra (Sé), 6 de dezembro de 1773 — São Mateus da Calheta, 19 de julho de 1833), morgado, grande terratenente nas ilhas Terceira e Graciosa, foi avô do 1.º visconde de Bettencourt. Foi vereador da Câmara de Angra eleita a 16 de abril de 1822.
644. João Baptista Machado (Angra, 1582 — Omura, Japão, 22 de maio de 1617), filho de Cristóvão Nunes Vieira e de Maria Cota da Malha. Ordenado sacerdote em Goa, foi um dos missionários da Companhia de Jesus enviados para o Japão, onde foi detido e executado durante a perseguição ao cristianismo desencadeada na década de 1610 pelo shōgun Tokugawa Ieyasu. Foi beatificado pelo papa Pio IX em 7 de maio de 1867, com 204 outros mártires japoneses e de outras nacionalidades (cf.: «Testamento e Doação de João Baptista Machado» in *Arquivo dos Açores*, vol. I, pp. 259-261). É o padroeiro principal da Diocese de Angra.
645. João Baptista Mendes (São Bento, 12 de fevereiro de 1877 — Praia da Vitória, 4 de junho de 1951), farmacêutico pela escola de Lisboa (1898). Inicialmente farmacêutico da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, depois estabeleceu-se ali com a sua própria farmácia de oficina (cf.: Manuel de Sousa Menezes, «Médicos, Cirurgiões e outros da arte de curar na Ilha Terceira», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XV (1957), p. 92).
646. João Bernardes (fl. c. 1460) foi um dos primeiros povoadores da ilha Terceira, integrando o grupo dos «quatro Joões» que se encarregaram da governança inicial da ilha. Pouco se sabe sobre esta personalidade.
647. João Bernardes da Câmara Madureira Cirne (Velas, c. 1795 —), filho do magistrado João José Bernardes de Madureira e Sousa Cyrne, oriundo de Bragança, matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1816 onde se formou bacharel em Leis em 1821. Enveredou pela magistratura, sendo despachado juiz de fora da Graciosa em 1829, tendo sido naquela ilha determinante na aclamação de D. Maria II em 1831. Teve importante atividade política nas comarcas por onde foi passando.
648. João Bernardo Rebelo Borges (Ponta Delgada, 11 de dezembro de 1765 — c. 1830), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1791), juiz de fora na Madeira em 1795, não chegou a tomar posse, sendo transferido para o mesmo cargo na vila da Ribeira Grande, na sua ilha natal. Em 1803 foi nomeado juiz de fora da cidade de Ponta Delgada e, em 1819, corregedor da comarca de Angra.
649. João Borges Alpoim do Canto (Angra do Heroísmo, 28 de outubro de 1885 — Angra do Heroísmo, 3 de fevereiro de 1959), oficial do Exército que terminou a carreira militar no posto de coronel. Exerceu diversas funções políticas, entre as quais as de presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (1927-1928), senador no Congresso da República (1922) e deputado à Assembleia Nacional do Estado Novo (1949-1957).
650. João Borges do Rego (—), terceirense, foi tenente do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839.
651. João Cabral de Melo (Biscoitos, Calheta de São Jorge, c. 1740 — Angra, 16 de maio de 1824), bacharel em leis pela Universidade de Coimbra, distinguiu-se como escritor, advogado e poeta.
652. João Caetano de Sousa e Lacerda (Ribeira Seca, São Jorge, 14 de agosto de 1829 — Fajã da Fragueira, 10 de abril de 1913), grande proprietário, administrador do concelho da Calheta e investigador da história jorgense. Foi pai do compositor Francisco de Lacerda e do médico e político José de Lacerda. Usou o pseudónimo de *Júlio Cândido da Silva Leite*.
653. João Cândido de Moraes (Angra do Heroísmo, 7 de março de 1841 — Sintra, 10 de julho de 1895), bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra em 1868, coronel de Engenharia do Exército, político, professor, empreendedor e empresário, pioneiro da eletricidade em Portugal.
654. João Carlos da Silva (Angra do Heroísmo, 8 de maio de 1842 — Angra do Heroísmo, 7 de novembro de 1930), rico proprietário e comerciante. Fundou várias empresas, uma delas pioneira no comércio de automóveis. Foi governador civil substituto do Distrito de Angra do Heroísmo, de 28 de outubro de 1890

- a 2 de março de 1891 e de 19 de agosto de 1891 a 24 de setembro de 1892. Foi cônsul da Alemanha, vice-cônsul do Brasil, membro da Junta Geral de Angra e da comissão do Cofre da Caridade. Foi presidente da Associação Comercial de Angra do Heroísmo. Foi um grande numismata, possuidor de uma grande coleção de moedas portuguesas e brasileiras (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, pp. 718-719).
655. João Carlos da Silva Pitta (Horta, 26 de maio de 1860 — New Bedford, 1936), médico cirurgião formado pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Exerceu as funções de delegado de saúde e médico do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo antes de emigrar para New Bedford, Estados Unidos, onde exerceu clínica e foi vice-cônsul de Portugal. Exerceu diversas funções políticas em Angra do Heroísmo.
 656. João Carlos Gregório Domingos Vicente Francisco de Saldanha Oliveira e Daun (Lisboa, 17 de novembro de 1790 — Londres, 21 de novembro de 1876), 1.º conde, 1.º marquês e 1.º duque de Saldanha, também conhecido por *Marechal Saldanha*, oficial do Exército, no qual atingiu o posto de marechal, diplomata e um dos políticos dominantes do século XIX em Portugal. Teve uma carreira política que se iniciou na Guerra Civil Portuguesa (1828-1834) e só terminou com a sua morte em 1876. A sua longa carreira, e os cargos de relevo que exerceu, fizeram dele o mais importante homem de Estado do período da monarquia constitucional, influenciando de forma substancial o rumo dos acontecimentos políticos em Portugal ao longo de meio século. Entre outros cargos e honrarias, foi marechal general do Exército, par do reino, conselheiro de Estado efetivo, ministro plenipotenciário em Londres, mordomo-mor da Casa Real, vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, vinte e quatro vezes ministro, assumindo designadamente as pastas da Guerra e dos Negócios da Fazenda, e por quatro vezes presidente do Conselho de Ministros (em 1835, 1846-1849, 1851-1856 e em 1870).
 657. João Carlos Rodrigues da Costa (Lisboa, 7 de setembro de 1843 — Lisboa, 11 de maio de 1917), oficial do Exército, onde atingiu o posto de general-de-divisão, e intelectual que se distinguiu como jornalista e bibliófilo. Casou em Angra com Maria Augusta de Sande, filha do cirurgião-mor, Luís Augusto Pedro de Sande.
 658. João Coelho (Guimarães, c. 1440 — Angra, d. 1522), nasceu em Guimarães entre 1435 e 1445. Foi um dos primeiros povoadores da ilha Terceira, para onde veio na companhia de Jácome Bruges, capitão de toda a ilha. Teve terras de dadas no Porto Judeu, no lugar do Pico de D. Joana, que resultaram num grande litígio com os povoadores da segunda vaga liderada por João Vaz Corte-Real. Segundo os cronistas, foi navegador. Casou com Catarina Rodrigues da Costa, conhecida por Catarina Rodrigues, a Coelho, que faleceu com testamento aprovado na então vila de Angra a 19 de abril de 1521 pelo tabelião Pedro Antão, e codicilo de 10 de novembro de 1522. Têm uma vastíssima descendência em toda a ilha Terceira (sobre João Coelho cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 189-192, onde descrevem as várias hipóteses biográficas deste povoador dada a diversidade de opiniões).
 659. João Coelho da Rocha (São Bartolomeu, 19 de julho de 1796 — Santa Bárbara, d. 1854), capitão de ordenanças, foi capitão do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839.
 660. João Coelho Rodovalho (Angra, 1624 — Angra, 12 de maio de 1674) foi proprietário dos ofícios de apontador e guardião das ferramentas das obras do Castelo de São João Baptista do Monte do Brasil, concedidos por carta régia de 25 de fevereiro de 1658 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. 3).
 661. João Correia de Mesquita (Vila Real (Trás-os-Montes), c. 1570 — Porto, depois de 1621), magistrado formado na Universidade de Coimbra (1600), corregedor em Angra aquando da primeira Caída da Praia, em junho de 1614. Foi dos mais destacados corregedores provedores da fazenda nos Açores, sendo-lhe cometidas funções na conservação do Castelo de São Filipe (cf.: Marcelino Lima, *Famílias Faialenses*, pp. 528-544. Horta, Minerva Insulana, 1922). Contudo, é sobretudo pela sua ação na reconstrução da Praia que a sua memória perdura, sendo lembrado na toponímia da cidade da Praia da Vitória, onde existe a «Rua Corregedor Mesquita».
 662. João Crisóstomo de Abreu e Sousa (Lisboa, 27 de janeiro de 1811 — Lisboa, 7 de janeiro de 1895), militar e político que, entre outras funções, foi deputado, ministro e presidente do Conselho de Ministros durante a fase final da monarquia constitucional. Oficial de Engenharia Militar, atingiu o posto de general. Foi eleito pela primeira vez para a Câmara dos Deputados em 1861. Foi Ministro da Marinha e Ultramar, das Obras Públicas, Comércio e Indústria e da Guerra, tendo promovido importantes iniciativas legislativas, entre as quais a reforma do ensino industrial. Após o ultimato britânico de 1890, e a consequente demissão do governo de José Luciano de Castro, presidiu a um governo extrapartidário de unidade nacional que governou de 1890 a 1892.
 663. João da Ponte (fl. c. 1460) foi um dos primeiros povoadores da ilha Terceira, integrando o grupo dos «quatro Joões» que se encarregaram da governança inicial da ilha. Pouco se sabe sobre esta personalidade.
 664. João da Purificação (frei) (— Angra, c. 1641), prior do Convento da Graça de Angra e confessor de Alvaro de Vivero. Desempenhou importante papel nas negociações entre o governador do Castelo e o grupo liderado por Francisco Ornelas da Câmara. Faleceu durante o cerco ao castelo de São Filipe, onde se encontrava preso por ordem do governador Alvaro de Vivero.
 665. João da Rocha Lemos (Fontinhas, 10 de junho de 1871 — Angra do Heroísmo (Conceição), 7 de março de 1909), farmacêutico formado pela escola do Porto (1893). Exerceu a sua atividade em Angra do Heroísmo, onde foi proprietário da «Farmácia Lemos», instalada na rua do Galo (cf.: Manuel de Sousa

Menezes, «Médicos, Cirurgiões e outros da arte de curar na Ilha Terceira, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XV (1957), p. 66).

666. João da Rocha Ribeiro (Angra do Heroísmo, 15 de janeiro de 1852 — Angra do Heroísmo, 18 de novembro de 1916), reformado no posto de tenente-coronel. Filho do general Elias José Ribeiro, foi pai de Luís da Silva Ribeiro.
667. João da Rocha Ribeiro (Angra, 6 de março de 1767 — Angra, 20 de setembro de 1824), grande comerciante e político, pioneiro no pensamento económico nos Açores, autor de um conjunto de obras de pendor fisiocrático sobre a liberdade de exportação dos cereais e sobre os seus preços, adotando em boa parte o pensamento de Adam Smith. Amigo e colaborador próximo do capitão-general Francisco de Borja Garção Stockler, que frequentava a sua casa, desempenhou um importante papel nos acontecimentos que culminaram na revolta liberal de 1821 e na subsequente reposição no poder do capitão-general Stockler. Foi administrador da sociedade arrematadora do contrato dos dízimos do trigo e miunças da ilha Terceira (e também da ilha de São Miguel), sucedendo neste negócio a seu pai e ao seu tio-avô. Foi irmão do deão e governador do bispado Frutuoso José Ribeiro.
668. João da Silva (—), natural da ilha Graciosa, marinheiro da nau *Conceição*, um dos navios que integrou a armada de Fernão de Magalhães na sua viagem de circum-navegação. Faleceu durante a viagem.
669. João da Silva do Canto (Angra, 1607 — Angra, 1665), também referido por João do Canto de Castro Pacheco, recebeu a mercê de provedor das Armadas e Naus da Índia em Angra, por carta régia de 15 de outubro de 1642, e ainda uma pensão e o hábito da Ordem de Cristo pelos seus serviços no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642. Era o 5.º morgado dos Remédios por sucessão ao irmão, moço-fidalgo da Casa Real (1634), cavaleiro professo na Ordem de Cristo (1642), capitão-mor de Angra e membro do Conselho de D. Afonso VI (1665).
670. João da Silva do Canto (Castanheira, Lisboa, 10 de março de 1518 — Angra, 30 de novembro de 1577), filho do segundo casamento de Pero Anes do Canto com Violante da Silva, filha das segundas núpcias de Duarte Galvão, cronista-mor do reino. Com filhamento de moço fidalgo, pelo serviço de dois anos em Ceuta, entre 1546 e 1548, recebeu uma comenda da Ordem de Cristo. Fixou-se em Angra, onde foi capitão-mor das armadas nas ilhas, provedor da fazenda, provedor das fortificações e capitão-mor de Angra. Também serviu de provedor das armadas, tendo acumulado uma imensa fortuna, com rendimentos em várias ilhas dos Açores. Foi pai de D. Violante do Canto, sua herdeira única e heroína célebre da causa de D. António, Prior do Crato.
671. João de Aguiar Valadão (Angra, 30 de novembro de 1831 — Angra do Heroísmo, 31 de outubro de 1855), vigário da paróquia da Terra Chã e pregador régio. Foi um devotado membro do Partido Histórico, de que foi líder na ilha o 1.º conde da Praia da Vitória, e, depois do Pacto da Granja, militante destacado do Partido Progressista. Veemente na polémica, como jornalista e orador distinto defendeu com ardor a política do seu partido, na imprensa e nos comícios.
672. João de Andrade (—), desembargador encarregado de em 1674 conduzir em Angra as investigações em torno de uma pretensa tentativa de repor D. Afonso VI no trono.
673. João de Ávila (Angra, 26 de abril de 1596 — Angra, 18 de junho de 1684), capitão de ordenanças de Angra, cavaleiro da Ordem de Cristo, feitor da alfândega de Angra. Considerado pelas correntes mais nacionalistas como exemplo de patriotismo e dedicação à causa comum, era neto de espanhóis, estudou com os Jesuítas em Angra, mas desde cedo percebeu que a sua vocação estava na vida dos negócios, que iniciou ainda muito jovem. Em 1641 era o vereador mais velho da Câmara da cidade e pôs-se decididamente ao serviço da causa da Restauração, chefiando a facção que defendia a revolta contra os espanhóis. Acabada a guerra, foi nomeado capitão de Ordenanças e recebeu a mercê de cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis e, depois, da Ordem de Cristo. Foi nomeado feitor da Alfândega de Angra, em cujo cargo se distinguiu, principalmente na defesa e apoio às frotas do Brasil, andando várias vezes embarcado. Não descurava os seus negócios pessoais tornando-se, dizem os cronistas, o tipo de mercador exemplar pela escrupulosa lisura como cumpria os contratos, inclusive com os estrangeiros. Por isso, em 1650, passou a ser o administrador da Companhia Geral do Comércio do Brasil na ilha Terceira. Foi padroeiro do convento de Santo António dos Capuchos de Angra, cuja primeira pedra da igreja foi lançada em 9 de março de 1643.
674. João de Bettencourt (Madeira, c. 1540 — Angra, março de 1582), madeirense, apoiante entusiasta da causa filipina. Tinha vindo com seu pai para a Terceira por meados do século. Em 1581 foi escolhido por sorteio para, a cavalo, percorrer a cidade de Angra a incentivar o povo a aclamar Filipe II de Espanha. Preso, foi condenado à morte e executado por ordem do conde Manuel da Silva, governador da ilha em nome de D. António. Foi degolado na Praça Velha em março de 1582.
675. João de Bettencourt (Vila da Praia da Graciosa, c. 1810 — Santa Cruz da Graciosa), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1833). Foi advogado na comarca da Graciosa, onde faleceu.
676. João de Bettencourt Barcelos Machado (Santa Cruz da Graciosa, 14 de outubro de 1872 — Angra do Heroísmo, 7 de março de 1942), bacharel formado em Direito pelo Universidade de Coimbra, advogado e notário. Foi notário na comarca de Angra do Heroísmo, por decreto de 26 de janeiro de 1899, e advogado nos auditórios da mesma comarca. Em Angra do Heroísmo teve também os cargos de administrador do concelho (1907-1910) e comissário da Polícia. Foi filho do angrense Diogo de Barcelos Machado de Bettencourt, bacharel formado em Direito, juiz de direito na Graciosa, onde casou, e mais tarde governador civil do Distrito da Horta.

677. João de Bettencourt de Vasconcelos Correia e Ávila (Angra, 17 de agosto de 1835 — Lisboa, 26 de maio de 1903), 1.º visconde de Bettencourt, grande terratenente, empresário agrícola e político. Herdeiro de uma grande casa vincular de Angra, cuja cabeça era o palácio Bettencourt, era também administrador de vários vínculos e capelas na ilha Terceira e na ilha Graciosa. O título de 1.º visconde de Bettencourt foi-lhe concedido, em sua vida, por D. Luís I por Decreto de 13 de novembro de 1873 e Carta de 11 de julho de 1874. Não se repetiu na sua descendência, mas o seu filho secundogénito, Diogo de Bettencourt de Vasconcelos Correia e Ávila (Barcelos, 14 de abril de 1863 — Foz do Douro, 2 de junho de 1914) foi o 1.º e único conde de Correia Bettencourt.
678. João de Bettencourt Vasconcelos (Angra, 3 de julho de 1589 — Angra, 1670), fidalgo da Casa Real e cavaleiro professo na Ordem de Cristo (1633). Morgado de uma das mais importantes casas vinculares da Terceira, era capitão-mor de Angra aquando da Restauração. Cunhado de Francisco Ornelas de Câmara, aceitou coadjuvar na missão que este trazia de Lisboa de aclamar nos Açores D. João IV e de ganhar o controlo do Castelo de São Filipe. Foi às ilhas vizinhas promover a aclamação e assegurar apoios em tropas e munições. Comandou, com o cunhado, as milícias no cerco ao castelo e foram ambos nomeados governadores de guerra a 8 de maio de 1641. Com a rendição, governou o castelo até à chegada do general António de Saldanha, a quem entregou as chaves em março de 1642. Foi recompensado com a comenda de Santa Maria de Tondela (1658).
679. João de Carvalhal da Silveira de Noronha e Frias (Horta, 12 de outubro de 1809 — Angra, 30 de dezembro de 1894), filho do morgado terceirense homónimo, foi oficial do Exército e funcionário público. Com 18 anos de idade foi preso e enviado para Lisboa por ter participado no levantamento liberal que ocorreu na Horta em setembro de 1828. Foi condenado à força e enviado para São Miguel para ser ali enforcado, mas teve a sorte da ilha ser tomada pelos liberais antes da execução da sentença. Ingressou no Exército Libertador, chegando a capitão nos Batalhões Nacionais de Angra, onde permaneceu até à sua extinção em 1840. Foi funcionário da Alfândega de Angra, atingindo o lugar de 1.º oficial.
680. João de Carvalhal da Silveira Noronha e Frias (Angra, 4 de agosto de 1786 — Angra (São Bento), 19 de maio de 1873), fidalgo cavaleiro da Casa Real, último morgado da família Carvalhal, proprietário da Quinta de Vale de Linhares, onde faleceu. Foi coronel agregado do Regimento de Milícias de Angra. Apesar do grande morgadio que herdou, desbaratou toda a sua fortuna e a das suas duas primeiras esposas, sendo obrigado a encontrar em 1840 uma sinecura, concedida por empenhos familiares, como diretor da Alfândega da Horta (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 56-57).
681. João de Carvalhal de Noronha da Silveira (Angra, 14 de abril de 1756 — Angra, 25 de outubro de 1830), morgado, fidalgo cavaleiro da Casa Real, coronel das Milícias de Angra. Foi pai de Simão de Carvalhal da Silveira (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, p. 56).
682. João de Castro do Canto e Melo (Angra do Heroísmo, 26 de maio de 1875 —), funcionário da Secretaria da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e colaborador na imprensa periódica angrense. Foi correspondente do jornal *O Arauto*, de New Bedford.
683. João de Mendonça Pacheco de Melo (Santa Cruz da Graciosa, 27 de janeiro de 1857 — Belas, Sintra, 27 de janeiro de 1931), engenheiro civil que, entre outras funções de relevo, foi diretor de Obras Públicas de Angra, presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo e presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Foi dirigente distrital do Partido Regenerador.
684. João de Ornelas (—), foi um dos primeiros povoadores da ilha Terceira.
685. João de Ornelas Bruges Paim da Câmara (Angra do Heroísmo, 13 de março de 1871 — Taunton, Massachusetts, 9 de abril de 1933), funcionário da alfândega em Lourenço Marques. Residiu os últimos anos da sua vida nos Estados Unidos.
686. João de Paula Pereira Sarmento Forjaz de Lacerda (Angra, 19 de setembro de 1771 — Lisboa, 19 de outubro de 1841), morgado, fidalgo cavaleiro da Casa Real e político miguelista. Foi membro do governo interino pró-absolutista que ficou conhecido como a Junta de Governo Interino de Angra (1823).
687. João de Sousa Eiró (Santa Cruz da Graciosa, 2 de janeiro de 1879 — Lisboa, 29 de março de 1944), oficial do Exército, membro da Comissão de Defesa Antiaérea, reformado no posto de coronel de Infantaria.
688. João de Sousa Pacheco (Ribeira Seca (Calheta), c. 1665 — Velas, 1714) presbítero, bacharel formado pela Universidade de Coimbra. Era vice vigário do Norte Grande em 1700 e foi vigário da Matriz de São Jorge em Velas e ouvidor eclesiástico de 1703 a 1714, ano em que faleceu. Enquanto pároco do Norte Grande, esteve envolvido na Revolta dos Inhames, tendo acalmado o povo revoltado queimando, no alto do campanário da igreja e à vista de todos, a lista das pessoas intimadas.
689. João de Sousa Ribeiro (Porto, 1797 — Angra do Heroísmo, 6 de setembro de 1866), sargento-ajudante do Regimento de Voluntários da Rainha, foi tipógrafo-compositor na primeira imprensa que se instalou nos Açores, a funcionar na Ermida da Boa Nova, anexa ao Hospital Militar. Passado à reserva trabalhou como compositor gráfico até falecer. Foi pai do músico e jornalista João de Sousa Ribeiro Jr. e do jornalista Eduardo Augusto de Sousa Ribeiro, proprietário do periódico *Portugal, Madeira e Açores*.
690. João de Sousa Ribeiro Jr. (Angra do Heroísmo, 8 de julho de 1840 — Angra do Heroísmo, 23 de maio de 1920), funcionário público e jornalista, redator e diretor político de *O Angrense*, órgão do Partido Progressista. Foi flautista de grande mérito e regeu várias filarmónicas com notável aptidão. Foi sócio

fundador da União Popular Angrense e da Filarmónica Recreio dos Artistas, de que foi o primeiro regente (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 402).

691. João de Vilhena (—), talvez Juan de Villena, engenheiro-mor encarregado dos trabalhos preparatórios para a construção da Fortaleza de São Filipe do Monte Brasil. Procedeu, por ordem de Filipe II, ao levantamento da planta dos terrenos onde se implantaram as estruturas da fortaleza, a qual projetada de acordo com o plano geral de defesa concebido por Antonio de la Puebla. O projeto de fortificação é da autoria de Tiburzio Spannocchi (1541 — 1606), um engenheiro militar natural de Siena.
692. João Dias Ximenes (—), provavelmente filho de Gonçalo Ximenes, um dos que veio da Madeira para a Terceira com os primeiros povoadores trazidos por Jácome de Bruges, alterando o nome para Gonçalo de Linhares, adotado do vale onde se tinha fixado. Foi armado cavaleiro por Nuno Fernandes d'Ataíde na tomada de Azamor e confirmado por carta de El-Rei de 25 de janeiro de 1514.
693. João dos Reis das Neves (Praia da Vitória, 6 de janeiro de 1881 — Porto Martins, 24 de fevereiro de 1946), cantor lírico (barítono) e compositor. Formado em Lisboa e Milão, ficou conhecido em Itália, onde viveu alguns anos, como *De Neves Giovanni*.
694. João Duarte de Andrade (Velas — Velas, c. 1879), estudante de Medicina, faleceu após ter regressado a São Jorge devido a doença. Foi redator do jornal *O Jorgense*.
695. João Duarte de Sousa (Velas, 23 de outubro de 1862 — Angra do Heroísmo, 29 de maio de 1909), muitas vezes referido apenas por J. Duarte de Sousa, político e historiador açoriano, autor de uma obra pioneira sobre a história da ilha de São Jorge (*Ilha de São Jorge - Apontamentos Históricos e Descrição Topográfica*, Angra do Heroísmo, 1897 (reeditada pela Câmara Municipal de Velas em 2003).
696. João Espínola da Veiga (Graciosa, c. 1566 — Angra, 26 de março de 1646), capitão de Ordenanças em Angra, participante nos eventos que levaram à Restauração em 1641 e 1642.
697. João Fagundo da Silva (Angra do Heroísmo, 12 de junho de 1840 — Santarém, 5 de julho de 1914), engenheiro civil. Sócio da Academia das Ciências de Lisboa. Professor de Desenho e secretário do Liceu Nacional de Santarém, esteve ligado a diversas obras, tendo nomeadamente acompanhado a obra da Ponte D. Luís I sobre o Tejo, em Santarém, inaugurada em 1881. Era irmão de Joaquim Maria da Silva, angrense, presidente da Câmara Municipal de Santarém. Publicou obras de cariz didático no campo da geometria e do desenho, estudos de hidráulica, alguns projetos de saneamento e um estudo sobre a navegabilidade e proteção marginal do Tejo na região de Santarém.
698. João Fernandes Lavrador (fl. 1486–1505), proprietário de terras na ilha Terceira, navegador e explorador que liderou a expedição que em 1492 reconheceu a atual costa da Península do Labrador, no nordeste da América do Norte. Nasceu em data e local desconhecidos. Registos alfandegários de Bristol para 1486 mostram *Fornandus et Gunsalus* como comerciantes portugueses naquele porto e para 1493 mostram *Johannes Fornandus*. Em 1501, Henrique VII concedeu uma carta a um sindicato anglo-português, que incluía João Fernandes, Francisco Fernandes e João Gonçalves. É provável que João Fernandes tenha negociado em Bristol a partir de 1486 e assim se tenha vinculado às viagens inglesas à América e às viagens portuguesas. O planisfério de King-Hamy, de 1503-1504, mostra a Gronelândia como Terra de Labrador e a região da Terra Nova-Labrador como Terra de Corte Real, sugerindo que a Gronelândia havia sido descoberta pelo Labrador, João Fernandes, antes de Gaspar Corte Real em 1500.
699. João Ferreira Campos (Lisboa, 8 de setembro de 1772 — Lisboa), pai de João Ferreira Campos e avô do autor desta obra. Grande proprietário e comerciante em Lisboa, casou com Victorine le Couvreur (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IV, p. 431).
700. João Ferreira Machado Drumonde (Vila de São Sebastião, 1 de maio de 1843 — Vila de São Sebastião, 30 de maio de 1912), também conhecido por João Ferreira Drumonde Machado ou João Ferreira Valadão, neto do historiador Francisco Ferreira Drummond, foi herdeiro do espólio de seu avô, incluindo o manuscrito inédito dos *Apontamentos Topográficos [...]*, obra que só seria editada em 1990. Foi escrivão do juízo ordinário, organista da Matriz de São Sebastião e professor de instrução primária (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IV, p. 123).
701. João Francisco de Oliveira Bastos (Lisboa, 9 de março de 1806 — Angra do Heroísmo, 29 de janeiro de 1892), escriturário do morgado Teotónio de Ornelas Bruges, com cuja filha Maria Amélia de Ornelas Bruges casou. Teve importante papel nas lutas civis na ilha Terceira, tendo sido feito prisioneiro durante o bloqueio à Terceira, quando regressava de uma missão a Londres. Foi libertado em Lisboa aquando da entrada naquela cidade das forças liberais em 24 de julho de 1833. Integrou as forças liberais, combatendo até ao fim da Guerra Civil. Colaborou na imprensa e foi bibliotecário municipal (cf.: Cândido Pamplona Forjaz, «Apêndice: João Francisco de Oliveira Bastos - notícia biográfica», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. 21/22 (1963-1964), pp. 162-169).
702. João Gonçalves (—), terceirense, condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria.
703. João Gonçalves (fl. finais do século XV), mercador em Bristol, escudeiro e navegador. Participou nas expedições lideradas por João Fernandes Labrador.
704. João Gonçalves Correia (Graciosa, c. 1530 — Angra, c. 1600), fidalgo da Casa Real, licenciado em Leis pela Universidade de Coimbra (1559), foi deputado do tribunal régio que em nome de D. António I se constituiu em Angra em 1581, por iniciativa de Ciprião de Figueiredo. Aprisionado após a queda da cidade de Angra para as forças de Filipe II de Espanha, foi condenado a 10 anos de degredo em África,

- mas livrou-se e regressou a Angra. Foi genealogista (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 573).
705. João Gonçalves Machado (—), também conhecido por João Gonçalves Ribeira Seca, foi filho de Mécia de Andrade Machado e de Gonçalo Anes da Fonseca. Combateu em África, onde foi armado cavaleiro. Na escritura do dote a sua sobrinha Catarina Cardoso, datada de 1537, é identificado como escudeiro. Casou com Joana Gonçalves de Ávila (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 557).
 706. João Hermeto Coelho de Amarante (Santa Cruz da Graciosa, 28 de agosto de 1820 — no mar ao largo da Terceira, 12 de agosto de 1893), professor liceal, jornalista e escritor que se destacou no campo da poesia.
 707. João Homem de Menezes (Fontinhas, 20 de janeiro de 1793 — d. 1839), lavrador e proprietário, alferes de ordenanças, foi tenente do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839.
 708. João Inácio Craveiro (Angra, 15 de junho de 1798 — Angra do Heroísmo, 21 de março de 1883), escriturário da Comissão de Fazenda em Angra, tenente do Batalhão de Voluntários. Foi empregado do governo civil de Angra, sendo primeiro oficial reformado quando faleceu. Exerceu por diversas vezes, interinamente, o lugar de secretário-geral do governo civil. Foi irmão do escritor Tibúrcio António Craveiro.
 709. João Inácio da Rocha (—), cónego da Sé de Angra. Instituído num canonicato da sé em 1849, foi promovido à dignidade de mestre-escola em 1855. Tinha sido beneficiado da catedral angrense.
 710. João Inácio de Melo e Bettencourt (Guadalupe (Graciosa), c. 1798 — c. 1869), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
 711. João Inácio de Simas e Cunha (Santa Cruz da Graciosa, 23 de março de 1757 — Santa Cruz da Graciosa, 5 de maio de 1833), morgado, capitão-mor agregado das Ordenanças da Graciosa e coronel do Regimento de Milícias da Graciosa, cognominado o «coronel velho», para o distinguir do filho homónimo (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, p. 696).
 712. João Inácio de Simas e Cunha (Santa Cruz da Graciosa, 26 de março de 1821 — Santa Cruz da Graciosa, 6 de setembro de 1896), 1.º e único barão de Guadalupe, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1845), advogado, empresário e presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa. Por alvará de 30 de janeiro de 1866 foi feito moço fidalgo da Casa Real com exercício no Paço e por decreto de 15 de maio de 1874, do rei D. Luís, foi-lhe concedido o título de barão de Guadalupe.
 713. João Inácio de Simas e Cunha Júnior (Santa Cruz da Graciosa, 21 de junho de 1799 — Santa Cruz da Graciosa, 2 de agosto de 1855), coronel de Ordenanças, o «coronel novo» para o distinguir do pai homónimo, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831. Havia casado a 10 de abril de 1820, com Custódia Libânia de Bettencourt, filha do capitão-mor Bartolomeu Álvaro de Bettencourt e de sua mulher Joaquina da Corte Celeste da Silveira, uma irmã do barão da Fonte do Mato. Foi subdiretor das Alfândegas na Graciosa a partir de 1842. Foi pai do bacharel João Inácio de Simas e Cunha, o 1.º e único barão de Guadalupe (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, p. 697).
 714. João José da Cunha Ferraz (Angra, 24 de março de 1761 — Angra, 3 de fevereiro de 1844) presbítero que, entre outras funções, foi provisor, tesoureiro-mor e presidente do cabido da Sé de Angra. Destacou-se como defensor do movimento liberal, tendo presidido a uma das Juntas Provisórias liberais formadas em Angra e ao governo interino formado na Terceira antes da instalação da Regência de Angra. O Dr. Cunha Ferraz terá aderido à Loja Grémio Constitucional que funcionou em Angra por volta de 1820 a 1823 (cf.: António Lopes, *A Maçonaria Portuguesa e os Açores – 1792-1935*, Lisboa, 2008, p. 341).
 715. João José de Aguiar (Angra do Heroísmo (Conceição), 30 de setembro de 1844 — Angra do Heroísmo (Conceição), 21 de outubro de 1888), jornalista e publicista. Foi amanuense da Câmara Municipal de Angra e, mais tarde, secretário da respetiva administração do concelho. Militou no Partido Progressista, tendo, entre 1880 e 1883, feito parte, como seu secretário, da comissão executiva da Junta Geral do Distrito de Angra, da qual era vogal eleito. Foi também um dos colaboradores do jornal liberal radical *A Ideia Nova*, fundado em Angra, em 1876, por Augusto Ribeiro.
 716. João Leonardes (fl. c. 1460), o *Velho*, foi um dos primeiros povoadores da Terceira. Segundo Ferreira Drummond chegou integrado no grupo procedente da Madeira que era capitaneado por Jácome de Bruges. Recebeu terras de dadas na ponta de Santa Catarina, em São Sebastião, lugar hoje designado por Contendas devido à espoliação que João Leonardes sofreu por parte de João Vaz Corte-Real, que liderou a segunda vaga de povoadores, dando origem a uma renhida contenda judicial. Casou com Isabel Gonçalves e morreu entre 1503 e 1507 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, pp. 315-317).
 717. João Luís Toste Parreira (Ribeirinha, 6 de março de 1839 — Ribeirinha, d. 1902), lavrador e grande proprietário rural na Serra da Ribeirinha, criador de gado bravo, famoso pelos seus touros para corda. O negócio foi continuado pelo seu filho homónimo, nascido na Ribeirinha em 1870 e ali falecido em 1947.
 718. João Machado da Silva (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
 719. João Machado de Ávila (—), terceirense, grande criador de gado bovino e ganadeiro das touradas à corda.

720. João Machado de Melo e Castro (São Mateus da Calheta, 13 de fevereiro de 1792 — Guimarães), bacharel em leis pela Universidade de Coimbra (1822). Era filho do desembargador Estêvão Machado de Melo e Castro.
721. João Marcelino de Mesquita Pimentel (Angra, 3 de agosto de 1830 — Lisboa, 28 de dezembro de 1902), industrial empreendedor, intelectual e escritor. Casado com a poetisa e filantropa Maria Guilhermina de Bettencourt, foi pai do escritor Alfredo Mesquita (1871 — 1933).
722. João Marcelino dos Santos Homem Aparício (D.) (Setúbal, 2 de maio de 1719 — Ponta Delgada, 21 de maio de 1782) foi o 22.º bispo da Diocese de Angra, governando-a de 1774 a 1782. Freire conventual da Ordem Militar de Santiago, fez entrada solene na sua Sé a 15 de agosto de 1775 (cf.: José Augusto Pereira, A Diocese de Angra na História dos seus Prelados, in: *Obras*, I.H.I.T., 2020, pp. 125 e seguintes).
723. João Maria Pereira da Silva (Angra do Heroísmo (Sé), c. 1875 — Angra do Heroísmo (São Pedro), 15 de dezembro de 1955), oficial do Exército.
724. João Martins Pinto (Angra do Heroísmo (Sé), 24 de abril de 1868 — Lisboa, 23 de novembro de 1910), engenheiro civil, fixou-se em Lisboa.
725. João Mendes de Vasconcelos (Praia, 1597 — Angra, 19 de setembro de 1654), capitão de Ordenanças, levantou à sua custa uma companhia pelo que recebeu o foro de fidalgo cavaleiro da Casa Real pelos serviços prestados no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642. Era vereador em 1652 quando na Vila de São Sebastião foi assinado o acordo entre as três Câmaras da ilha.
726. João Miguel Coelho Borges (Angra, 20 de setembro de 1778 — Angra do Heroísmo, 20 de agosto de 1846), poeta e escritor. Viveu em Lisboa, onde frequentou as tertúlias intelectuais e foi próximo de Barbosa du Bocage.
727. João Moniz Barreto Corte-Real (Angra, 23 de julho de 1775 — Angra do Heroísmo, 9 de janeiro de 1860), oficial do Exército que se destacou como líder guerrilheiro miguelista durante a fase inicial da Guerra Civil Portuguesa. Combateu valorosamente na Guerra Peninsular, entre 1809 e 1814, o que lhe mereceu a Cruz de Ouro n.º 6 e os hábitos de cavaleiro da Ordem de Cristo e da Ordem de Avis. Foi promovido a capitão, em 1820 e apesar de ter aderido à Revolução Liberal do Porto, desse ano, em breve abraçou a causa do absolutismo. Aspirando em 1823 ao governo da ilha de São Miguel ou Faial, o lugar foi-lhe negado devido às suas convicções políticas. Aquando da entrada em vigor da Carta Constitucional foi, devido à sua posição política, desligado do serviço e reformado como major de Infantaria. Regressou à ilha Terceira, onde se fixou na Terra Chã, sendo um dos entusiastas da aclamação de D. Miguel e líder das guerrilhas antiliberais que se formaram na ilha. Após a derrota no Pico do Seleiro, conseguiu escapar para a ilha de São Miguel e daí para Lisboa, apenas regressando à ilha Terceira após ser amnistiado pelo governo liberal. Publicou em Lisboa uma espécie de relatório, intitulado «*Fatalidades do Povo da Ilha Terceira na sua política contenda contra os rebeldes*» (Lisboa, Imprensa Regia, 1832), onde descreve as suas atividades como líder guerrilheiro.
728. João Moniz Barreto do Couto (Angra, 21 de março de 1802 — Praia da Vitória, 2 de março de 1860), oficial do Exército, reformado no posto de marechal-de-campo. Iniciou a sua carreira militar como cadete do Batalhão de Artilharia de Angra em 1818, participando nos acontecimentos revolucionários de Angra. Integrou a expedição que submeteu aos liberais a ilha de São Miguel e acompanhou o Exército Libertador no Mindelo e no Cerco do Porto. Regressou a Angra, onde foi major da praça do Castelo de São João Baptista, sendo elevado ao posto de tenente-coronel em 19 de dezembro de 1848, ao de coronel em 29 de abril de 1851 e ao de brigadeiro graduado em 29 de setembro de 1852, reformando-se depois em marechal-de-campo.
729. João Moniz de Sá [Barreto] Corte-Real (Angra, 12 de maio de 1792 — Angra do Heroísmo, 27 de janeiro de 1870), morgado e grande proprietário. Assentou praça aos 16 anos no Regimento de Milícias de Angra, tendo ascendido em 1821 a capitão na companhia de granadeiros do Regimento de Milícias da Praia. Tinha residência na Arrochela, freguesia dos Altares, onde nuns cerrados sítios na margem esquerda da Ribeira de Lapa se concentraram, nos primeiros dias de outubro de 1828, as milícias miguelistas que formavam o «Batalhão Terceirense». Essas forças partiram dali para a Praia, acabando por ser desbaratadas no combate do Pico do Seleiro, travado a 4 de outubro daquele ano. Conotado com os miguelistas, não teve atividade política relevante após a vitória liberal.
730. João Moreira da Silva (—), alferes de Caçadores n.º 1 da 2.ª linha. Aderiu ao movimento liberal e foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1828.
731. João Nepomuceno de Macedo (Chamusca, 15 de maio de 1793 — Chão da Feira, 28 de agosto de 1837), barão de São Cosme, oficial do Exército que se destacou na Guerra Civil Portuguesa. O título foi usado por: (1) João Nepomuceno de Macedo, 1.º barão de São Cosme; e (2) Josefa Henriqueta Girão de Macedo, 2.ª baronesa de São Cosme, neta do anterior.
732. João Nogueira de Freitas (Angra do Heroísmo, 5 de dezembro de 1866 — Lisboa, 21 de fevereiro de 1904), agrónomo, formado em 1889. Exerceu a sua profissão na cidade de Beja, em Angra do Heroísmo e também em Lisboa. Vereador, foi agente consular de França, da Companhia Insulana de Navegação e da companhia de seguros Fidelidade em Angra. Foi tio de Fernando Pessoa.
733. João Pacheco (c. 1460 — Angra, c. 1520), fidalgo da Casa Real, filho de Manuel Pacheco, fidalgo, e de Mor Gil da Costa. Por volta de 1485 fixou-se na Terceira, onde recebeu terras em Santa Bárbara, vindo

a falecer em Angra, tendo testamento aprovado em 25 de setembro de 1518. Foi pai do navegador Gomes Pacheco de Lima e do explorador Manuel Pacheco de Lima (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, pp. 729-730).

734. João Paulino de Azevedo e Castro (D.) (Lajes do Pico, 4 de fevereiro de 1852 — Macau, 17 de fevereiro de 1918), 19.º bispo de Macau, diocese que governou entre 1902 e 1918. Interessou-se pelas questões jurídicas e espirituais do Padroado Português no Extremo Oriente e publicou uma vasta obra pastoral, incluindo numerosas provisões e escritos de natureza doutrinal. Formou-se em Teologia na Universidade de Coimbra, em julho de 1879. Foi professor e vice-reitor do Seminário Diocesano de Angra desde 1888, data em que foi nomeado cônego da Sé de Angra. Foi depois elevado à dignidade de tesoureiro-mor e, em 1901, à de arcediogo, lugar de que ainda não havia tomado posse quando foi proposto bispo de Macau, nomeação que foi confirmada pela Santa Sé a 9 de junho de 1902. Foi sagrado Bispo na igreja de Nossa Senhora da Guia do convento de São Francisco, então anexa ao Seminário, a 27 de dezembro de 1902 (cf.: José Augusto Pereira, *Padres Açoreanos. Bispos – Publicistas – Religiosos*, p. 15. Angra do Heroísmo, União Gráfica Angrense, 1939).
735. João Pedro Coelho Machado (Angra —), foi vereador da Câmara de Angra eleita a 16 de abril de 1822.
736. João Pereira da Cunha Pacheco (Ribeira Seca (Calheta), 24 de junho de 1825 — Velas, 24 de março de 1902), jorgense, bacharel em Direito Pela Universidade de Coimbra (1854). Foi administrador do concelho das Velas e presidente da respetiva Câmara. Foi proprietário da grande Quinta dos Mistérios, na Queimada.
737. João Pereira Dâmaso (Ribeira Grande, 14 de maio de 1867 — Ponta Delgada, 18 de abril de 1930), estudou no Seminário Episcopal de Angra tendo sido ordenado presbítero em dezembro de 1889, na Vila da Chamusca. Considerado erudito, foi professor do Seminário de Angra a partir de 1890. Secretário particular do bispo D. Francisco Maria do Prado Lacerda, acompanhou aquele prelado nas visitas pastorais que em 1890 fez a diversas ilhas. Foi cônego com ónus de ensino, por decreto de 30 de novembro de 1899, e colaborador assíduo de vários jornais católicos.
738. João Pereira de Lacerda Forjaz (Velas, 9 de dezembro de 1869 — Lisboa (São Sebastião da Pedreira), 22 de abril de 1927), conhecido por Dr. Lacerda Forjaz, médico formado pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra em 1898. Exerceu atividade na ilha das Flores e na cidade da Horta, onde foi delegado de saúde e professor liceal. Foi reitor do Liceu da Horta entre 1904 e 1906.
739. João Pereira Forjaz Sarmiento de Lacerda (São Mateus da Calheta, 9 de setembro de 1806 — Angra do Heroísmo, 11 de abril de 1867), morgado e fidalgo cavaleiro da Casa Real (1810). Foi oficial do Regimento de Cavalaria n.º 2, em Lisboa, tendo combatido na Guerra Civil nas hostes miguelistas. Terminada a guerra, regressou à Terceira onde casou em 1835 com Maria José Pacheco de Melo, herdeira de um rico morgadio. Dedicou-se à gestão da sua vasta casa agrícola, sendo ganadeiro e aficcionado, tendo revitalizado as Festas de São João, as atuais Sanjoaninas, que haviam sido interrompidas durante a guerra. Foi membro do Conselho de Distrito e procurador à Junta Geral e presidente da comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Angra. Foi também o iniciador das touradas na praça da Serreta, a primeira das quais se realizou a 10 de setembro de 1849 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, pp. 474-482).
740. João Sieuve de Séguier Camelo Borges (Angra, 19 de maio de 1821 — Ponta Delgada, 5 de outubro de 1891), foi oficial do Exército, sendo passado compulsivamente à reserva (Companhia de Veteranos dos Açores) em 1847, no posto de alferes devido ao seu envolvimento no levantamento da Patuleia. Foi reformado, como alferes, em 1864. Empregou-se como funcionário da alfândega de Ponta Delgada, cargo que manteve até ao fim da vida (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 696).
741. João Sieuve de Séguier Camelo Borges (Angra, 6 de fevereiro de 1774 — Angra, 11 de março de 1844), morgado, senhor da casa de São Sebastião das Pedreiras em Angra, fidalgo da Casa Real. Teve vários cargos nas milícias de Angra, da Vila de São Sebastião e da Praia, entre os quais o de capitão-mor das Ordenanças da Praia. Foi vereador e juiz ordinário na Praia e vereador em Angra. Em 1828 era o vereador mais velho da Câmara de Angra, e por isso presidiu ao juramento de fidelidade a D. Miguel que teve lugar em maio daquele ano. Após a revolta de 22 de junho de 1828, considerado miguelista, foi preso e deportado para a Inglaterra, de onde passou a Lisboa, só regressando à Terceira após a amnistia concedida pelo governo liberal (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, pp. 694-695).
742. João Silveira da Luz (Velas, c. 1800 — c. 1870), filho do homónimo juiz de fora da ilha de São Jorge. Bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra (1823), foi procurador régio em Angra (1835), juiz de fora na Praia da Vitória e adjunto no efémero Tribunal da Relação de Angra (1829) (cf.: Isabel Graes, «Um relance histórico sobre a Junta de Justiça de Angra, bosquejo de história judiciária liberal», in *Cuadernos de Historia del Derecho*, 18 (2011), pp. 333-362).
743. João Silveira Forjaz de Lacerda e Carvalho (Velas — Velas, d. 1920), professor primário em Santo Amaro e em Rosais, administrador do concelho e provedor da Santa Casa da Misericórdia das Velas (1886-1888). Foi redator de *O Respigador*, que se publicou na fajã de Santo Amaro. Anotou e publicou a obra *Os Silveiras dos Açores* (Calheta, Minerva Calhetense, 1920), obra da autoria de João Teixeira Soares de Sousa.
744. João Soares de Albergaria de Sousa (Velas, 16 de janeiro de 1776 — Velas, 1 de fevereiro de 1875), frequentemente referido apenas como João Soares de Albergaria, foi um político liberal e abastado proprietário rural da ilha de São Jorge, autor da *Corografia Açórica*, obra publicada em 1822 e

considerada um dos documentos fundadores da açorianidade enquanto consciência política da existência do povo açoriano.

745. João Teixeira Soares de Sousa (Manadas, 12 de setembro de 1827 — Ponta Delgada, 1 de fevereiro de 1875), em geral citado como Dr. João Teixeira Soares, político e investigador da história e antropologia açoriana. Foi deputado pelas ilhas de São Jorge e Graciosa, juiz e autor de numerosas publicações sobre a história da ilha de São Jorge e sobre temas da cultura popular, incluindo recolhas de provérbios e cantigas tradicionais.
746. João Torquato Coelho Rocha (Angra do Heroísmo, 19 de abril de 1856 — Angra do Heroísmo, 23 de julho de 1938), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1881), advogado e professor liceal. Administrador do concelho da Praia da Vitória, foi secretário-geral do governo civil do Distrito de Angra do Heroísmo, servindo como governador civil em algumas ocasiões (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, p. 288).
747. João Toste Parreira (Ribeirinha, c. 1792 — Angra do Heroísmo (Sé), 30 de julho de 1858), era em 1830 recebedor dos selos e novos direitos da Comissão de Fazenda em Angra. Foi devotado liberal, e exerceu vários cargos eletivos, entre eles o de vereador da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, da qual foi presidente (1852-1854).
748. João Vaz Cardoso (fl. c. 1460), presbítero, primeiro vigário na matriz de Santa Cruz da Praia, filho de Martim Anes Cardoso, *o Pequeno*, ou *o Pequenininho*, por ser de baixa estatura, fidalgo da casa dos Infantes, morador em Viseu. Nasceu na vila de Ferreira. Veio para a Terceira, viúvo e com as filhas, no tempo de seu cunhado Álvaro Martins Homem. João Vaz Cardoso tomou ordens sacras e consta que foi o 1.º vigário da matriz, a qual foi sagrada em 1517. Havia casado no reino com Andreza Rodrigues Rebelo (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 14 e 16).
749. João Vaz da Costa Corte-Real (Algarve, c. 1420 — Angra, 2 de julho de 1496), capitão do donatário em Angra de 1474 até ao seu falecimento, responsável pela organização inicial da então vila de Angra. Navegador, terá realizado viagens de exploração pelo Atlântico Noroeste, incluindo ter participado na expedição liderada por Didrik Pining à Gronelândia, sendo-lhe creditado o reconhecimento das costas da Terra Nova. Os seus três filhos, Gaspar Corte-Real, Miguel Corte-Real e Vasco Anes Corte-Real, continuaram o espírito de exploração de seu pai, tendo os dois primeiros desaparecido em expedições marítimas no noroeste do Atlântico em 1501 e 1502, respetivamente.
750. João Vaz de Vasconcelos (abril de 1560 — Praia, julho de 1627), nomeado procurador para em 1614 ir a Lisboa ou Madrid dar conta ao rei e ao capitão do donatário do sucedido na sequência do terramoto de maio de 1614 que destruíra a então vila da Praia e boa parte dos povoados do Ramo Grande (a *Primeira Caída da Praia*).
751. Joaquim Alves Mateus (Santa Comba Dão, 20 de outubro de 1835 — Santa Comba Dão, 29 de agosto de 1903), presbítero que se destacou como orador sacro e como parlamentar. Foi cônego da Sé de Angra (1861-1863), com o ónus de lecionar no Seminário Episcopal, e depois cônego da Sé de Braga e professor do Seminário daquela cidade. Também se dedicou à política, sendo militante destacado do Partido Reformista, chefiado por Alves Martins, bispo de Viseu, e depois do Partido Progressista, em cujas listas foi eleito deputado. Foi também par do reino de nomeação régia. Era considerado orador eminente das tribunas sagrada e parlamentar.
752. Joaquim António de Oliveira (c. 1777 — Angra do Heroísmo (Sé), 30 de janeiro de 1849), liberal, foi um dos signatários do auto de aclamação de D. Maria II em Angra na sequência da revolta liberal de 22 de junho de 1828.
753. Joaquim António Monteiro (Funchal, 20 de setembro de 1770 — Amesterdão, d. 1824), abastado comerciante madeirense, cônsul-geral de Portugal em New York e depois em Amesterdão.
754. Joaquim Bartolomeu Flores (Angra do Heroísmo, 24 de agosto de 1880 — Angra do Heroísmo, 31 de julho de 1956), médico cirurgião pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, com o curso de bacteriologia do Instituto Câmara Pestana, o curso do Instituto Gama Pinto e o curso do Instituto Central de Higiene. Foi inspetor de saúde e médico municipal em Angra do Heroísmo, diretor clínico do Hospital da Santa Casa da Misericórdia e primeiro diretor da Casa de Saúde de São Rafael. Também se dedicou à escrita, publicando numerosas crónicas, particularmente de viagem (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IV, p. 354).
755. Joaquim Bernardo da Fonseca (Angra (Sé), c. 1763 — Angra do Heroísmo, 30 de julho de 1844), contador geral da Contadoria da Fazenda em Angra do Heroísmo. Foi um dos signatários do auto de aclamação de D. Maria II em Angra a 22 de junho de 1828.
756. Joaquim Coelho de Andrade e Santos (Angra do Heroísmo (Sé), 2 de julho de 1844 — Angra do Heroísmo (Conceição), 13 de dezembro de 1883), professor particular de instrução primária e de latim, fundou o colégio denominado Novo Colégio da Guia. Escreveu e publicou várias obras de carácter didático para uso dos seus alunos.
757. Joaquim de Almeida Tavares do Canto (Angra, 31 de março de 1790 — Posto Santo, 1 de março de 1855), tornou-se figura lendária de resistência miguelista na Terceira, chefiando conjuntamente com João Moniz Corte-Real as milícias que se opuseram às tropas que em 1828 aclamaram D. Maria II. Derrotadas as milícias, organizou as guerrilhas, que comandou a partir do seu solar no Posto Santo e,

com grande mobilidade, percorrendo a ilha na sua célebre égua branca. Apesar de ter a cabeça a prêmio, e dos seus eventuais encobridores estarem ameaçados de morte, nunca foi possível às autoridades liberais prendê-lo. Acabou por morrer assassinado por outras razões que não as da resistência armada, tendo o seu filho, Francisco de Almeida Tavares do Canto, sido condenado à força (embora não executado) pelo seu homicídio (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. I, pp. 180-187).

758. Joaquim de Araújo (Penafiel, 16 de julho de 1858 — Sintra, 11 de maio de 1917), escritor, poeta e diplomata, a quem se deve importante contributo para a divulgação da cultura portuguesa na Europa. Foi membro da Academia das Ciências de Lisboa, do Instituto de Coimbra e da Sociedade de Geografia de Lisboa. Entre 1888 e 1911 manteve uma relação epistolar com Alice Moderno (cf.: Ferreira de Brito, *Joaquim de Araújo e a expansão europeia da cultura portuguesa*. Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 2000). Em 1892 foi representante da Comissão Central Colombina nos Açores aquando das celebrações dos 400 anos da descoberta da América.
759. Joaquim de Carvalhal Silveira e Noronha (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
760. Joaquim de Freitas Aragão (Funchal, c. 1794 — Angra do Heroísmo, 16 de junho de 1846), oficial do Exército, ajudante de ordens do governo da ilha da Madeira (1821) e governador de armas da ilha de Porto Santo (1822), comandante do Castelo de São Sebastião em Angra (1827). Liberal, em 1828 recusou a assinar o auto de aclamação de D. Miguel, tendo sido, por esse motivo, destituído do comando do Castelinho, preso e transferido para a Praia. Tomou parte na revolta liberal de 22 de junho de 1828, sendo nomeado, pelo governo interino, comandante da força armada da ilha Terceira. A 18 de dezembro de 1828 foi nomeado interinamente governador da Fortaleza de São João Baptista. Não acompanhou o Exército Libertador, permanecendo na Terceira. Em 14 de abril de 1838, em consideração dos serviços prestados à causa da liberdade no ano de 1828, voltou a ser nomeado governador do Castelo de São Sebastião, cargo que exerceu até falecer.
761. Joaquim de Menezes e Vasconcelos (Biscoitos, 22 de janeiro de 1783 — Biscoitos, 25 de setembro de 1836), guarda-mor da saúde em Angra em 1828. Foi uma das pessoas que foram presas em Angra nos dias 3 e 4 de agosto de 1823. Foi signatário do auto de aclamação de D. Maria II em Angra na sequência da revolta liberal de 22 de junho de 1828.
762. Joaquim de Menezes Teixeira Brasil (Angra do Heroísmo (Sé), 11 de setembro de 1845 — Angra do Heroísmo (Sé), 31 de dezembro de 1882), jornalista e publicista, escreveu numerosos artigos e folhetins no jornal angrense *O Heroísmo* e colaborou em outros jornais.
763. Joaquim de Oliveira Brasil (Terra Chã, 22 de novembro de 1839 — Lisboa, a. 1902), de família oriunda do Topo, bacharel em Teologia pela Universidade de Coimbra (1862), professor e diretor da Escola Normal de Angra do Heroísmo. Estabeleceu em Angra um colégio de instrução primária e secundária denominado Instituto Angrense, de que foi diretor e professor.
764. Joaquim de Sousa Quevedo Pizarro (São Pedro de Agostém, Bóbeda, 19 de novembro de 1777 — São Pedro de Agostém, Bóbeda, 27 de abril de 1838), 1.º visconde de Bóbeda, mais conhecido por *General Pizarro*, oficial general do Exército e político liberal. Foi Ministro da Guerra em dois períodos distintos durante a regência de D. Pedro.
765. Joaquim Firmino Leal Delgado (Paul (Covilhã), 29 de setembro de 1790 — 1852), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1814) e magistrado judicial. Foi juiz de fora na Praia, com posse em julho de 1819, tendo papel determinante nos acontecimentos que rodearam a capitulação e refúgio na Praia do general Francisco de Borja Garção Stockler em 2 de abril de 1821.
766. Joaquim Inácio de Barcelos (Sé de Angra, 5 de janeiro de 1765 — Angra do Heroísmo, 30 de outubro de 1843), proprietário, filho de António de Barcelos Machado Evangelho e de Bernarda Josefa de Bettencourt da Silva (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. I, p. 623).
767. Joaquim Inácio de Quadros (Santa Cruz da Graciosa, 16 de agosto de 1785 — Santa Cruz da Graciosa, 16 de dezembro de 1869), tenente-coronel de milícias. Foi administrador do concelho de Santa Cruz da Graciosa.
768. Joaquim José Coelho Mendes (Angra do Heroísmo, 12 de junho de 1861 — Angra do Heroísmo, 7 de dezembro de 1890), poeta, jornalista e escritor que deixou vasta obra dispersa em vários jornais e almanaques editados na ilha Terceira. Faleceu aos 29 anos de idade vítima de tuberculose.
769. Joaquim José da Costa e Simas (Avis, c. 1760 — d. 1830), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1786), advogado na Casa da Suplicação em Lisboa. Escreveu sobre a reconversão da agricultura alentejana numa memória enviada à Academia das Ciências de Lisboa («*Considerações acerca da província de Alentejo no reino de Portugal*» (1808), in *Memórias Económicas Inéditas (1780-1808)*, Academia das Ciências, Lisboa, 1987, pp. 193-209). Foi um dos deportados da Amazona, exilando-se depois para Londres, onde foi um dos financiadores da imprensa portuguesa então ali publicada. Um seu filho homónimo foi Procurador Geral da Fazenda Nacional e deputado às Cortes em várias legislaturas.
770. Joaquim José da Silva (—), foi um dos signatários do auto de aclamação de D. Maria II em Angra na sequência da revolta liberal de 22 de junho de 1828.
771. Joaquim José da Terra e Silveira (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas

em 10 de maio de 1831.

772. Joaquim José de São Paulo (—), voluntário do Batalhão de D. Pedro IV no Porto, condecorado com a medalha n.º 4 das Campanhas da Liberdade.
773. Joaquim José Marques Guimarães (Viana do Castelo, 1800 — Angra do Heroísmo, 3 de setembro de 1866), comerciante. Foi vereador da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e sócio fundador da Caixa Económica de Angra do Heroísmo e da Associação Comercial de Angra do Heroísmo.
774. Joaquim José Pereira da Silveira e Sousa (Velas, 17 de fevereiro de 1796 — Urzelina, 1 de maio de 1870), grande proprietário na vila de Velas e político da direita constitucional, bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, que, entre outras funções, foi por diversas vezes presidente da Câmara Municipal de Velas, deputado às Cortes e governador civil do distrito da Horta.
775. Joaquim José Soares (—), veio para a Terceira integrado no grupo dos exilados em Plymouth, tendo sido compositor na tipografia instalada pelos liberais na cidade de Angra. Também traduziu obras da língua francesa para a portuguesa. Estabeleceu-se em Angra por conta própria, com a Imprensa de Joaquim Jozé Soares, tendo sido um dos primeiros editores que existiu nos Açores, publicando periódicos e monografias.
776. Joaquim José Vidigal (Lisboa (Santos-o-Velho), 1800 — Angra do Heroísmo (Sé), 4 de fevereiro de 1866), filho de pai marítimo e de mãe micaelense, 1.º sargento, condecorado com a medalha n.º 9 das campanhas da Liberdade. Foi ferido no combate da Praia. Fixou-se em Angra, onde casou e faleceu.
777. Joaquim Maria da Silva (Angra, 24 de maio de 1830 — Lisboa, 27 de setembro de 1913), jurista, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra em 1854, filósofo, político e publicista, que se notabilizou pelo seu pensamento político. Foi professor do Liceu Nacional de Santarém, onde exerceu o cargo de reitor. Foi o autor de algumas obras de filosofia política, incluindo algumas traduções. Foi presidente da Câmara Municipal de Santarém (1884-1886). Foi irmão de João Fagundo da Silva, sócio da Academia das Ciências de Lisboa.
778. Joaquim Maria Pamplona Corte-Real (Angra, 28 de outubro de 1800 — Angra, 23 de maio de 1877), oficial do Exército, reformado no posto de major (1853). Fez a sua carreira em Angra, tendo participado nos acontecimentos revolucionários de 1821 a 1828 e tomado parte na ação do Pico do Seleiro (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 501).
779. Joaquim Martins Pamplona Corte-Real (Angra (Sé), 11 de abril de 1799 — Angra do Heroísmo, 1 de março de 1864), filho de Alexandre Martins Pamplona Corte-Real, era, em 1830, primeiro-tenente servindo de ajudante da praça do Castelo de São João Baptista. Reformou-se no posto de tenente de Milícias. Irmão de José Augusto Martins Pamplona Corte-Real, era sobrinho de Manuel Inácio Martins Pamplona Corte-Real, o conde de Subserra.
780. Joaquim Pereira Pimenta de Castro (Monção, Pias, 5 de novembro de 1846 — Lisboa, 14 de maio de 1918), oficial de Engenharia Militar que em 1911 foi brevemente Ministro da Guerra e depois Presidente do Ministério em 1915, quando foi deposto por um pronunciamento militar liderado por Álvaro de Castro. Retirou-se da política e escreveu um livro defendendo a sua administração, falecendo pouco depois. No posto de general de brigada, de 1901 a 1903, foi governador da Fortaleza de São João Baptista, ao tempo classificada como Praça de 1.ª classe. Esse cargo estava agregado ao de comandante do Comando Militar dos Açores, com sede em Angra do Heroísmo, estrutura que havia sido recriada, em substituição da 10.ª Divisão Militar, pela organização do Exército constante do Decreto de 7 de setembro de 1899, conjugado com o Decreto de 14 de setembro daquele mesmo ano. Este último diploma transformou o Batalhão de Caçadores n.º 10 em Regimento de Infantaria n.º 25, unidade que ficou aquartelada naquela fortaleza, tal como a Companhia n.º 1 de Artilharia de Guarnição (cf.: José Manuel Salgado Martins, *Regimento de Guarnição n.º 1. Uma herança gloriosa (séculos XV a XXI)*, p. 49. Estado Maior do Exército/Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, 2017).
781. Joaquim Pinheiro da Silva (Angra (Sé), 1797 — Angra do Heroísmo, 17 de abril de 1865), empregado da Junta Real da Fazenda em Angra e depois escrivão da Relação de Angra. Foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1828. Integrou o Batalhão de Voluntários e depois o Exército Libertador, participando no desembarque no Mindelo e no Cerco do Porto. Depois de servir nos batalhões nacionais de Lisboa, era capitão quando estes foram dissolvidos. Faleceu oficial maior da secretaria da Fazenda em Angra. Era comendador da Ordem de Cristo.
782. Joaquim Rodrigues (—), soldado, condecorado com a medalha n.º 8 das Campanhas da Liberdade. Fixou-se em Angra.
783. Joaquim Severino Machado Avelar (Angra do Heroísmo, 25 de setembro de 1861 — Angra do Heroísmo, 18 de novembro de 1944), oficial do Exército. Foi aluno do Colégio Militar.
784. Joaquim Silvestre Serrão (Setúbal, 16 de agosto de 1801 — Ponta Delgada, 20 de fevereiro de 1877), sacerdote católico que se notabilizou como compositor e organista. Foi muito considerado como compositor de música sacra e como organista nos Açores, onde viveu a maior parte da sua carreira como músico profissional. As suas obras revelam influência do estilo teatral italiano em voga no século XIX.
785. Joaquim Simões Ferreira (Coimbra, 1 de abril de 1837 — Lisboa, 1912), bacharel em Teologia pela Universidade de Coimbra, iniciou a sua carreira como professor e jornalista político, mas, depois de casar

- numa das mais influentes famílias de Pinhel, ingressou na política, tendo sido governador civil de Castelo Branco e deputado eleito nas listas do Partido Progressista durante mais de duas décadas, representando os círculos de Castelo Rodrigo e da Guarda (cf.: Pinho Leal et al., *Portugal antigo e moderno : dicionário geográfico, estatístico, chorográfico, heráldico, arqueológico, histórico, biográfico e ...*, vol. 7, pp. 96-97. Lisboa, Mattos Moreira & Co., 1873). Em 1869 fora nomeado secretário do Governo Civil de Angra, mas não tomou posse. Foi ainda chefe da Repartição do Comércio no Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria de 1887 a 1911 (cf.: Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*, vol. II, pp. 141-142. Lisboa, Assembleia da República, 2005).
786. Joaquim Taibner de Moraes (Marinha Grande, 10 de agosto de 1840 — Marinha Grande, 2 de abril de 1904), jurista e político que, entre outras funções, foi governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo (24 de outubro de 1865 a 9 de fevereiro de 1866 e desde agosto de 1866 a abril de 1867) e do Distrito do Porto (de 25 de outubro de 1890 a 17 de maio de 1892).
 787. Joaquim Teófilo Machado (— d. 1902), terceirense, amanuense graduado da secretaria do Governo Civil de Angra do Heroísmo. Recebeu a Medalha de D. Pedro e D. Maria, do algarismo 2, por decreto de 20 de agosto de 1868.
 788. Joaquim Zeferino Luiz de Sequeira, ver Zeferino de Sequeira.
 789. Joaquina da Corte Celeste Gil da Silveira (Santa Cruz da Graciosa, 7 de dezembro de 1755 — Praia da Graciosa, 10 de janeiro de 1829), esposa de Bartolomeu Álvaro de Bettencourt, capitão-mor da Praia da Graciosa, e mãe de António da Cunha da Silveira de Bettencourt, o 1.º barão da Fonte do Mato.
 790. Joaquina de Nunes (— Graciosa), esposa do capitão de milícias da Graciosa Domingos António de Sousa e Silva e mãe de António Botelho de Bettencourt e Sousa, capitão-mor da Graciosa.
 791. Joaquina Narcisca Leite de Noronha (Angra, 19 de dezembro de 1744 — Angra, 22 de janeiro de 1811), esposa de Diogo Álvaro Pereira Sarmento Forjaz de Lacerda e mãe, entre outros, do tenente-coronel Luís Diogo Forjaz de Lacerda, morto na Guerra Peninsular (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, pp. 267).
 792. Job Queimado (Setúbal, c. 1460 — c. 1520), natural da então vila de Setúbal, pertencia à pequena nobreza, mas ainda assim conseguiu uma potencialmente rendosa participação nas armadas da Carreira da Índia. Os eventos referidos ocorreram quando comandava a nau *Sant'Ana* em torna-viagem desde Calecute, na Índia. Job Queimado tinha ido para a Índia na sua própria nau, integrado na armada de 1506. A armada, composta por 16 navios e comandada por Tristão da Cunha, saía do Tejo a 4 de junho de 1506. A armada de torna-viagem, na qual se incluía a embarcação de Job Queimado, era composta por cinco naus e partira de Cananor a 7 de dezembro de 1507. Três naus chegaram a Lisboa em julho de 1508, deixando para trás as naus de Job Queimado e João da Veiga, forçados a invernar em Moçambique, pelo que vieram desacompanhadas desde o oceano Índico até à costa portuguesa. A abordagem pelo pirata teve lugar em novembro de 1508, frente ao cabo de São Vicente, quando nau se dirigia a Lisboa. Job Queimado foi aprisionado e desembarcado na costa galega, sofrendo a humilhação de ser «posto em camysa em terra». Após esta desventura foi nomeado «provedor dos lugares de África», cargo régio na logística do abastecimento às praças portuguesas no Norte de África (cf.: Ana Rita Pereira da Conceição, *A Baixa Nobreza Setubalense na Construção do Império Ultramarino Português - o caso da Família Queimado*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2020).
 793. Johan Procell (—), comerciante de cereais que adquiriu trigo na Terceira em 1520, em parte destinado ao abastecimento das praças portuguesas do Norte de África.
 794. John Norris (Yattendon, c. 1547 — Mallow (Irlanda), 3 de setembro de 1597), referido em alguma literatura portuguesa como *Narvais*, foi um aristocrata inglês que se distinguiu como militar, participando em todas as campanhas do reinado de Elisabete I, de quem era considerado um amigo de longa data. Ganhou particular destaque na fase final das campanhas da reconquista Tudor da Irlanda.
 795. Jorge Camelo (— Índia), terceirense, comandou navios de alto bordo. Faleceu na Índia.
 796. Jorge de Lemos (—), militar na Índia.
 797. Jorge de Lemos Bettencourt de Almeida Monjardino (Angra do Heroísmo, 25 de junho de 1846 — Angra do Heroísmo, 21 de abril de 1886), terratenente e político, entre outras funções, exerceu o cargo de tesoureiro-pagador do Distrito de Angra do Heroísmo. A sua ilustração e talento concederam-lhe foros de jornalista, tendo colaborado no *Revolução de Setembro*, de Lisboa, e em vários jornais editados nos Açores ligados ao Partido Histórico, partido em que militava e cujo sogro era o líder.
 798. Jorge de Santiago (D. frei) (c. 1500 — Angra, 26 de outubro de 1561), 3.º bispo da diocese de Angra, que governou de 1552 a 1561. Formado pela Universidade de Paris e professor na Universidade de Salamanca, teólogo afamado, participou no Concílio de Trento, na linha doutrinária do qual depois se distinguiu como moralizador da igreja açoriana. Reuniu o primeiro sínodo diocesano e aprovou as primeiras constituições do bispado de Angra. Era frade professo da Ordem dos Pregadores, com profissão feita a 26 de abril de 1522, no Mosteiro de Santo Estêvão de Salamanca. Foi o primeiro bispo que faleceu nos Açores, sendo sepultado na primitiva Igreja da Sé.
 799. Jorge Lopes (—), procurador dos misteres na Câmara de Angra, membro da deputação enviada em 1581 a Aveiro para conferenciar com D. António, Prior do Crato.

800. Jorge Machado da Silveira (—), jorgense, fez toda a campanha da Guerra Civil Portuguesa. Era cabo de veteranos.
801. Jorge Mesquita (—), sargento, condecorado com a medalha n.º 8 das Campanhas da Liberdade. Fixou-se em Angra, onde faleceu.
802. Jorge Pereira Gato (Manadas —), jorgense, fez a campanha liberal. Foi condecorado com a Torre e Espada.
803. Jorge Severino da Silva (Urzelina, 28 de novembro de 1841 — Angra do Heroísmo, 14 de janeiro de 1871), aluno do Seminário Episcopal de Angra do Heroísmo, tendo falecido, vítima de tifo, antes de ser ordenado. Escreveu poesia e colaborou em vários jornais da Terceira e de São Jorge.
804. José Alexandre de Barcelos Merens (Angra, 28 de março de 1805 — Horta), escriturário da Comissão de Fazenda em Angra. Casou na Horta onde passou a viver (*cf.: Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 597).
805. José Alves da Silva (Angra do Heroísmo, 3 de junho de 1850 — Angra do Heroísmo, 14 de setembro de 1922), presbítero, político, investigador da história local e jornalista. Foi pároco da Calheta de São Jorge e dos Altares, depois cônego da Sé de Angra. Foi agraciado com o título de monsenhor.
806. José António Airó (Terra Chã, 6 de fevereiro de 1849 —), com o apelido também grafado *Ayró*, oficial do Exército.
807. José António da Silva Torres Ponce de Leão (Santarém, 16 de março de 1782 — Santarém, 6 de setembro de 1848), também conhecido por *General Torres*, primeiro e único barão do Pico do Seleiro e primeiro e único visconde da Serra do Pilar, oficial do Exército, reformado no posto de general. Adepto do liberalismo, exerceu importantes funções de comando durante a Guerra Civil Portuguesa e ocupou diversos cargos políticas, entre os quais o de par do reino.
808. José António de Azevedo Lemos (Pereira, Vilar (Vila do Conde), 1 de outubro de 1786 — Lisboa, 16 de fevereiro de 1870), oficial do Exército que se destacou durante a Guerra Civil Portuguesa como um dos principais comandantes das forças afetas a D. Miguel. Teve papel importante no Cerco do Porto e foi o último comandante-em-chefe das forças legitimistas, condição em que foi forçado a assinar a Capitulação de Évora-Monte como representante do povo e das forças miguelistas. Foi também um notável latinista, traduzindo diversos clássicos.
809. José António de Melo da Silva César e Meneses (Lisboa, 19 de novembro de 1763 — Lisboa, 10 de dezembro de 1839), 8.º conde de São Lourenço e 2.º marquês de Sabugosa, alcaide-mor de Elvas, alferes-mor de Portugal, gentil-homem da Casa Real, grã-cruz da Ordem de Cristo e comendador da Ordem da Torre e Espada. Oficial general do Exército, foi capitão-general dos Açores em funções entre 17 de outubro de 1804 e 1806. Regressou a Lisboa devido ao falecimento de seu pai, o 1.º marquês de Sabugosa, ocorrido a 4 de junho de 1805.
810. José António de Montauray Guerreiro (Angra, c. 1830 —), filho do conselheiro de Estado José António Guerreiro. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1856).
811. José António Guerreiro (Lanhelas, 5 de dezembro de 1789 — Lisboa, 1 de agosto de 1834), magistrado e político, considerado uma das maiores figuras do liberalismo português oitocentista, que protagonizou um curto, mas intenso, percurso político que o colocou na chefia do governo liberal no exílio, cargo que exerceu em Londres de 2 de junho de 1828 a 15 de junho 1829 e depois na Regência de Angra. Eleito pelo Minho, fora um dos mais influentes deputados nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, determinante na elaboração da Constituição de 1822.
812. José Augusto Balieiro (Angra, 30 de novembro de 1811 — Angra, 31 de maio de 1879), assentou praça como voluntário em 1828, sendo promovido a capitão do Batalhão de Caçadores Voluntários da Rainha em 1839, depois de ter participado nas campanhas da Guerra Civil. Após a desmobilização dos batalhões nacionais, empregou-se como tesoureiro da Câmara Municipal de Angra. Em 1847 foi capitão da Batalhão de Voluntários de Angra que se organizou para apoiar a Junta do Porto durante a Patuleia. Foi um destacado militante do Partido Progressista.
813. José Augusto Cabral de Melo e Silva (Angra, 22 de janeiro de 1793 — Angra do Heroísmo, 16 de outubro de 1871), poeta, latinista, jornalista e intelectual de grande reputação no meio cultural terceirense. Entre as suas numerosas obras poéticas, as principais são a *Ode a um pessegueiro* e as *Poesias Líricas*, mas o seu trabalho mais relevante é a tradução integral das *Odes* de Horácio. Homem erudito e multifacetado, desenvolveu um grande labor literário e poético, correspondendo-se com os principais intelectuais portugueses do tempo, entre os quais Almeida Garrett. Também se destacou como cultor da caligrafia artística.
814. José Augusto César (Angra do Heroísmo (Sé), 24 de fevereiro de 1850 — antes de 1902), contramestre da banda do Regimento de Caçadores n.º 10. Foi um distinto executante em cornetim e compositor, deixando diversas peças e arranjos para orquestra e banda, entre as quais marchas fúnebres, ao tempo interpretadas nas procissões do Senhor dos Passos.
815. José Augusto Coelho de Brito (Santa Cruz (Praia da Vitória), 7 de dezembro de 1834 — Capelas, 28 de março de 1888), presbítero, cura em várias paróquias da Terceira, ouvidor em Vila Franca do Campo e pároco nas Capelas, onde faleceu. Foi jornalista distinto, redator do jornal *Onze de Agosto de 1829*, da

Praia da Vitória.

816. José Augusto da Silva Sampaio (Angra do Heroísmo, 28 de fevereiro de 1852 — Angra do Heroísmo, 6 de fevereiro de 1914), mais conhecido por José Sampaio, jornalista, poeta e professor liceal. Publicou uma obra diversificada que inclui, entre outros gêneros, poesia, biografia e escritos técnicos sobre matéria alfandegária. Colaborou em múltiplos periódicos terceirenses, tendo sido fundador e editor de vários deles.
817. José Augusto dos Santos (Angra do Heroísmo, 26 de março de 1875 — Lisboa, 30 de agosto de 1931), professor liceal de Ciências Físico-Naturais, reitor do Liceu Nacional de Angra do Heroísmo, destacado militante republicano e membro da Maçonaria, dirigente do Partido Republicano Português na ilha Terceira. Os seus métodos inovadores de ensino, com recurso ao ensino experimental e a visitas de estudo, levaram vários dos seus alunos a optar por carreiras em Medicina e nas Ciências Naturais.
818. José Augusto Martins Pamplona Corte-Real (Angra, 18 de março de 1794 — Angra do Heroísmo, 4 de novembro de 1853), filho de Alexandre Martins Pamplona Corte-Real. Era em 1830 segundo-tenente servindo de ajudante da praça do Castelo de São João Baptista. Reformou-se no posto de capitão. Irmão de Joaquim Martins Pamplona Corte-Real, era sobrinho de Manuel Inácio Martins Pamplona Corte-Real, o conde de Suberra.
819. José Augusto Mendes (Angra, 12 de março de 1830 — Luanda, 12 de maio de 1878), bacharel em Direito formado pela Universidade de Coimbra (1859), foi administrador do concelho de Angra do Heroísmo de 1861 até 1868. Foi delegado do Governo da República no arquipélago de Cabo Verde, juiz de direito em Benguela e em Luanda, cidade onde prestou serviço no Tribunal da Relação.
820. José Augusto Nogueira Sampaio (Angra, 11 de dezembro de 1827 — Angra do Heroísmo, 26 de julho de 1900), médico-cirurgião formado pela Universidade Católica de Lovaina, facultativo do Hospital do Santo Espírito e reitor do Liceu Nacional de Angra do Heroísmo. Distinguiu-se no campo da história natural, com destaque para a botânica e a meteorologia.
821. José Augusto Rodrigues (—), era estudante em 1894.
822. José Baptista da Silva Lopes (Lagos, 1 de junho de 1785 — Lisboa, 22 de abril de 1857), 1.º barão de Monte Pedral, oficial do Exército, reformado no posto de tenente-general, que se distinguiu durante a Guerra Civil Portuguesa. Foi quartel-mestre na ilha Terceira, cabendo-lhe então a operacionalização na ilha de uma rede de telégrafos visuais, pioneira no país.
823. José Bernardino de Portugal e Castro (Salvador da Bahia, 20 de maio de 1780 — Lisboa, 26 de fevereiro de 1840), 12.º conde de Vimioso e 5.º marquês de Valença, oficial general, ministro de Estado, par do reino (1826). Fora Ministro da Guerra de 6 de dezembro de 1826 a 9 de janeiro de 1827, mas não aceitou participar na Regência de Angra.
824. José Bernardo de Almada (Fajã de Cima, 23 de novembro de 1876 — Bretanha (Ponta Delgada), 4 de novembro de 1948), presbítero, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, cônego da Sé, professor do Seminário Episcopal de Angra e ativista social. Nas primeiras décadas do século XX exerceu grande influência social e política nos meios católicos açorianos. Foi um dos introdutores nos Açores dos sindicatos agrícolas, movimento precursor das atuais cooperativas leiteiras açorianas e dos ideais do sindicalismo agrícola católico inspirado nos ideais de Friedrich Wilhelm Raiffeisen.
825. José Bettencourt Cardoso (Lajes do Pico, c. 1834 — Angra do Heroísmo (Sé), 5 de fevereiro de 1907), presbítero, pároco na Graciosa, no Cabo da Praia e nas Doze Ribeiras, depois beneficiado da Colegiada do Santíssimo Salvador da Sé de Angra. Republicano evolucionista, distinguiu-se como jornalista e editor do semanário angrense *A Evolução*, fundado em 1884. Integrou a Comissão Autônômica do Distrito de Angra do Heroísmo, formada em 1894, e foi um dos redatores do relatório apresentado por aquela comissão.
826. José Bettencourt Coelho da Rocha (Praia da Vitória, 20 de setembro de 1871 — Nordeste), farmacêutico. Estabeleceu-se na vila do Nordeste. Foi sócio correspondente da Sociedade Farmacêutica Lusitana.
827. José Bettencourt da Silveira e Ávila (Vila do Topo, 9 de maio de 1837 — Angra do Heroísmo, 6 de fevereiro de 1922), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1864), foi administrador do concelho da Praia da Vitória, ingressando depois na magistratura. Foi juiz ordinário na Calheta de São Jorge, delegado do procurador régio na cidade da Horta e na Praia da Vitória, juiz de direito em Vila do Porto, Praia da Vitória, Ribeira Grande, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e novamente em Angra do Heroísmo, de onde saiu em 1903, para exercer o cargo desembargador e juiz conselheiro da Relação dos Açores, da qual foi juiz presidente.
828. José Borges Leal Corte-Real (Angra do Heroísmo (Santa Luzia), 3 de outubro de 1819 — Angra do Heroísmo (São Pedro), 5 de janeiro de 1903), rico terratenente, descendente dos morgados de Sant'Ana, foi filho do 4.º e último morgado, António Borges Leal Corte-Real. Foi tenente do Batalhão de Artilheiros Voluntários e exerceu vários cargos eletivos, entre os quais o de vereador e presidente da Câmara Municipal de Angra, destacando-se como dirigente do Partido Regenerador. Foi vogal do Conselho de Distrito de Angra do Heroísmo, onde foi governador civil interino em 1876. Foi comendador da Ordem de Cristo e da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e recebeu carta do Conselho (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, pp. 252-253).
829. José Borges Leal Corte-Real (Angra, 2 de dezembro de 1775 — Angra, 29 de novembro de 1820), 3.º

morgado de Sant'Ana, fidalgo cavaleiro da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Cristo, capitão-mor da Praia e mestre-de-campo do Terço de Infantaria Auxiliar de Angra.

830. José Caetano de Sousa e Lacerda (Ribeira Seca, ilha de São Jorge, 21 de julho de 1861 — Estoril, 12 de julho de 1911), mais conhecido por José de Lacerda, médico, poeta e político. Irmão do maestro Francisco de Lacerda, exerceu clínica em Lisboa, como médico do Hospital de São José, a partir de 1903, ganhando reputação como excelente psiquiatra. Nas eleições gerais de 1901, na fase final da Primeira Campanha Autonomista Açoriana, foi eleito deputado às Cortes pelo círculo de Angra do Heroísmo, integrado nas listas do Partido Regenerador. Participou ativamente nos trabalhos parlamentares da legislatura de 1902 a 1904, fazendo no início da legislatura um longo discurso que publicaria com adendas e interessante informação sobre os Açores (*Algumas palavras sobre interesses açorianos pronunciadas na Câmara dos Deputados e ampliadas depois, com ligeiras notas a respeito do parlamentarismo português, e sobre a origem geológica, a situação geográfica, o clima, a flora, a fauna terrestre e marítima, o descobrimento, a colonização e a navegação do arquipélago dos Açores*. Lisboa, Livraria Rodrigues & C^a, 1902).
831. José Cândido da Silveira Avelar (Velas, 6 de setembro de 1844 — Horta, 3 de dezembro de 1905), historiador, autor de uma obra pioneira sobre a história da ilha de São Jorge. Foi escrivão da administração do concelho de Velas, nomeado em 1881, tendo, por motivos políticos e intelectuais, sustentado forte polémica com João Duarte de Sousa, outro historiador jorgense e opositor político, sobre a historiografia da ilha. Em resposta a uma obra publicada por este último, publicou em 1902 a obra *Ilha de S. Jorge (Açores) - Apontamentos para a sua História*, trabalho em muitos aspetos pioneiro sobre a história da ilha. Colaborou na *Revista de Estudos Livres* (1883-1886) dirigida por Teófilo Braga.
832. José Correia de Melo (Praia da Graciosa, 28 de agosto de 1773 — Praia da Graciosa, 5 de setembro de 1855), também conhecido por José Correia da Silva e Melo, tenente de Ordenanças, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
833. José Correia de Melo Pacheco de Sousa e Vasconcelos (—), graciosense, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
834. José Correia de Mendonça (Santa Cruz da Graciosa, 15 de julho de 1869 — Lisboa, 26 de agosto de 1943), oficial do Exército. Passou à reserva no posto de coronel.
835. José da Costa Franco (Angra (Sé), 12 de fevereiro de 1762 — Angra do Heroísmo (Sé), c. 1840), morgado, alferes das Ordenanças de Angra e presidente da Câmara de Angra eleita a 16 de abril de 1822.
836. José da Fonseca Abreu Castelo-Branco (Pala (Pinhel), 11 de outubro de 1829 — Angra do Heroísmo (Santa Luzia), 13 de junho de 1901), presbítero católico e político, professor do Seminário Episcopal de Angra (veio provido num canonicato da Sé de Angra com o ónus de ensino no Seminário) e deão da Sé Catedral. Foi deputado em várias legislaturas e um dos líderes do movimento autonómico no Distrito de Angra do Heroísmo. Foi líder do Partido Progressista na Terceira e um destacado membro da Maçonaria, pertencendo à Loja 1.º de Dezembro de 1640 que funcionou em Angra entre 1861 e 1883 (cf. António Lopes, *A Maçonaria Portuguesa e os Açores – 1792-1935*, p. 352).
837. José da Fonseca e Gouveia (Porto, 12 de dezembro de 1792 — Porto, 31 de janeiro de 1863), 1.º barão de Lordelo e depois 1.º barão de Vilar, título que foi trocado pelo de 1.º barão de Lordelo. Oficial do Exército, foi governador militar do Faial e distinguiu-se na Guerra Civil, especialmente no Cerco do Porto. Foi administrador-geral do Distrito do Funchal. Reformou-se no posto de tenente-general.
838. José da Rosa Silveira (Santo Amaro (Pico) —), de Santo Amaro, ilha do Pico, pai de uma criança que esteve na receção aos reis.
839. José da Silva Maia (Angra do Heroísmo, 9 de maio de 1857 — Angra do Heroísmo, 28 de outubro de 1919), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, conservador do Registo Predial da Praia da Vitória, professor liceal e magistrado judicial substituto. Exerceu diversas funções políticas, entre as quais vereador da Câmara Municipal de Angra e vogal do Conselho de Distrito (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 681).
840. José de Aquino Borges (—), terceirense, foi tenente do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839.
841. José de Azeredo Pinto (Sabrosa, c. 1780 — Praia, 11 de agosto de 1829), coronel do Exército, um dos comandantes da expedição miguelista contra a Terceira, morreu durante a tentativa de desembarque na Praia a 11 de agosto de 1829.
842. José de Bettencourt de Vasconcelos (Angra, 25 de novembro de 1732 — Angra, 6 de dezembro de 1806), fidalgo cavaleiro da Casa Real, rico morgado, senhor do Solar da Madre de Deus, em Angra. Era capitão de uma das companhias do Terço de Auxiliares de Angra. Foi pai do brigadeiro Vital de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos.
843. José de Bettencourt e Vasconcelos (—), terceirense, foi tenente do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839.
844. José de Bettencourt Moniz (Angra do Heroísmo (Sé), 28 de maio de 1859 — Angra do Heroísmo (Sé), 17 de julho de 1884), cavaleiro tauromáquico amador e amador dramático (cf.: «Uma toirada à corda

nos Açores», p. 274, in Eduardo de Noronha, *História das Toiradas*, Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1900).

845. José de Matos da Silveira (1853 — Praia da Vitória, d. 1913), jorgense, bacharel em leis pela Universidade de Coimbra, notário e escrivão judicial na Praia da Vitória. Foi redator de *O Jorgense*.
846. José de Medeiros do Amaral (Bandeiras, 10 de novembro de 1857 — Lajes do Pico, 24 de setembro de 1910), cônego da Sé de Angra e professor do Seminário Episcopal de Angra. Colaborou no *Peregrino de Lourdes* e foi autor da monografia *Breves apontamentos sobre princípios elementares de chronologia* (Angra do Heroísmo, Typ. Fidelidade, 1897). Era considerado um bom orador sacro (cf.: José Augusto Pereira, *Padres Açoreanos. Bispos – Publicistas – Religiosos*. Angra do Heroísmo, União Gráfica Angrense, 1939).
847. José de Meneses de Brito (Praia da Vitória, 29 de dezembro de 1836 — Praia da Vitória, 16 de fevereiro de 1912), presbítero, foi recebedor no concelho da Praia da Vitória, onde fundou o jornal *Onze de Agosto de 1829*, e mais tarde os jornais *O Praiense*, *Eco Praiense* e *O Jornal da Praia*. Foi capelão da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória e dirigente do Lar D. Pedro V (1879). Foi militante destacado do Partido Progressista (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 179).
848. José de Meneses Mendonça (c. 1870 —), professor primário, cofundador do periódico *A Voz do Professorado*, que se publicou em Angra.
849. José de Meneses Toste (Angra do Heroísmo, 19 de maio de 1827 — Lisboa, c. 1902), bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, alto funcionário público e político. Foi administrador do concelho de Almada, guarda-mor e secretário do Tribunal da Relação de Lisboa. Membro destacado do Partido Histórico, foi deputado às Cortes em diversas legislaturas, sempre eleito pelo círculo de Angra do Heroísmo. Apresentou a iniciativa n.º 37-A de 1863, para as moedas de ouro, prata e cobre do sistema decimal, que giravam no continente do reino, tivessem curso legal nas ilhas dos Açores. Outra iniciativa, em 1870, visava a reabilitação do concelho de Vila do Topo, na ilha de S. Jorge.
850. José de Menezes Coelho (—), foi vereador da Câmara de Angra eleita a 16 de abril de 1822.
851. José de Menezes Parreira (Angra, 27 de novembro de 1824 — Lisboa, 3 de outubro de 1857), bacharel em Direito (1846), deputado às Cortes eleito nas listas do Partido Progressista pelo círculo de Angra do Heroísmo para a legislatura de 1851-1852 (eleição em Angra do Heroísmo, a 11 de junho de 1852) que durou pouco, mas que aprovou o Acto Adicional à Carta Constitucional.
852. José de Passos Gonçalves (Viana do Castelo, 1797 — Graciosa, 23 de fevereiro de 1842), comerciante, fixou-se na Graciosa, onde tomou parte ativa no movimento liberal.
853. José de Sousa Baptista de Bettencourt (Praia da Graciosa, c. 1790 — Luz (Graciosa), c. 1850), alferes de ordenanças.
854. José de Sousa da Fonseca de Ornelas (Praia da Vitória, 23 de janeiro de 1859 — Leiria, 21 de fevereiro de 1911), oficial do Exército. Assentou praça como voluntário no Batalhão de Caçadores n.º 5. Fez o curso da Escola do Exército. Faleceu no posto de major (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 635).
855. José de Sousa da Rosa Júnior (Urzelina, 18 de janeiro de 1858 — Lisboa, 1 de julho de 1945), oficial do Exército. Passou à reserva no posto de coronel. Comandante militar da Madeira entre 28 de janeiro de 1917 e 1 de julho de 1918, durante a I Guerra Mundial, foi também governador civil interino do Distrito Autónomo do Funchal de 3 de agosto a 18 de setembro de 1917. Exerceu interinamente o comando militar dos Açores entre 11 de março e 11 de outubro de 1919.
856. José de Sousa de Sequeira (—), jorgense, soldado no Exército Libertador, fez toda a campanha liberal, merecendo o grau de cavaleiro da Torre e Espada.
857. José de Utra Pacheco (Angra (Sé), c. 1842 — Angra (Santa Luzia), 6 de agosto de 1870), com o apelido geralmente grafado d'Utra Pacheco, cônego honorário, pregador régio, pároco de Santa Luzia de Angra. Era considerado um grande orador sobre os assuntos do sagrado.
858. José de Vasconcelos Bandeira de Lemos (Barcelos, 5 de fevereiro de 1794 — Várzea da Ovelha, Marco de Canaveses, 3 de abril de 1873), 1.º barão de Leiria, depois 1.º visconde de Leiria, oficial general do Exército e político cartista que desempenhou um papel de relevo na Revolta dos Marechais e foi Ministro da Guerra no período conturbado de 1836-1837.
859. José Dinis Drumonde (Porto Judeu, 4 de abril de 1807 — c. 1870), primeiro-tenente do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839. Era condecorado com a Medalha n.º 3 das Campanhas da Liberdade. Foi professor de primeiras letras em São Sebastião.
860. José do Livramento (frei) (—), frade franciscano no Convento de São Francisco de Angra em 1828. Miguelista, pregou o que foi apodado de « *sermão de enterro da Carta Constitucional* ».
861. José dos Reis Fisher (São Pedro de Angra, 23 de julho de 1856 — Sé, 1 de abril de 1929), ordenado presbítero em 1879, bacharel em Teologia e Direito pela Universidade de Coimbra em 1885, foi cônego (nomeado a 30 de julho de 1890), chantre (1895) e deão (1901) da Sé de Angra. Foi professor do Seminário Episcopal de Angra e vigário-geral e governador do bispado de Angra. Teve importante participação política, sendo vogal da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo e membro do

- Conselho do Distrito. Foi presidente da Câmara Municipal de Angra no tempo do governo de João Franco (1908). Por ocasião da visita régia aos Açores (1901) foi-lhe oferecida a comenda de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, que não aceitou (*Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IV, pp. 464-465). Resistiu às normas de separação da Igreja do Estado impostas pela Primeira República pelo que, sendo deão da Sé de Angra, foi proibido de residir no Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo por um período de dois anos por decreto assinado por Manuel de Arriaga a 12 de agosto de 1912 (*cf.: Diário do Govêrno*, n.º 203/1912, série I, de 29 de agosto de 1912).
862. José Emílio Augusto (Urzelina, 5 de maio de 1871 — Angra do Heroísmo, c. 1921), presbítero, ordenado a 1 de outubro de 1899, secretário e professor de matemática e ciências naturais no Seminário Episcopal de Angra.
 863. José Ernesto de Amorim (Ribeira Seca (Calheta), 7 de agosto de 1867 — Porto, c. 1932), médico formado pela Universidade de Coimbra. Foi professor liceal em Viseu e no Porto, cidade onde faleceu. Foi proprietário do imóvel agora conhecido por «Casa Gaspar da Silva», na Ribeira Seca.
 864. José Francisco Aurora (Santa Luzia (lugar do Posto Santo), 29 de fevereiro de 1840 — d. 1902), filho de Manuel José da Cunha, abastado lavrador e ganadeiro do Posto Santo.
 865. José Francisco da Silveira Júnior (Praia da Vitória, 5 de fevereiro de 1860 —), oficial do Exército.
 866. José Francisco Maia (Porto, c. 1819 — Angra do Heroísmo, 30 de setembro de 1887), veio para Angra em 1852 como secretário do Liceu, passando a professor liceal efetivo de Francês e Inglês em 1881 (*cf.: Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 681).
 867. José Freire de Andrade (—), micalense, nomeado capitão de uma companhia de entretenidos e para o cargo de sargento-mor, em São Miguel, bem como uma tença e o hábito da Ordem de Cristo, pelos seus serviços no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642.
 868. José Gonçalves Lestinho (Angra do Heroísmo (Santa Luzia), 22 de julho de 1854 — Angra do Heroísmo, c. 1907), tipógrafo e depois funcionário da Escola de Desenho Industrial António Augusto de Aguiar, de Angra do Heroísmo, onde desempenhou as funções de «guarda». Foi editor do periódico *O Angrense*, ligado ao Partido Progressista.
 869. José Guilherme Pacheco (Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1823 — Porto, 7 de dezembro de 1889), advogado e político, deputado às Cortes e governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo (1865 a 1866). Senhor da Casa das Vinhas, em Nevogilde, que herdara de seu pai, foi presidente da Câmara Municipal de Paredes, ganhando pela sua ação o epíteto de *rei de Paredes*, tendo o município em 1927 erigido em sua homenagem uma estátua no jardim defronte dos paços do concelho. Foi um dos fundadores do *Jornal de Notícias* e benfeitor de múltiplas instituições locais, tendo financiado o restauro da capela de Nossa Senhora da Ajuda em Paredes.
 870. José Hilário Ameno Lopes (Lisboa, c. 1767 — Angra do Heroísmo, 27 de julho de 1843), ou Lopes Ameno, oficial menor da Capitania Geral do Açores, depois oficial maior do Governo Civil de Angra. Era neto do famoso editor lisboeta Francisco Luís Ameno.
 871. José Homem (—), soldado, condecorado com a medalha n.º 4 da Medalha das Campanhas da Liberdade.
 872. José Inácio Barcelos da Silveira (Angra (Sé), 6 de julho de 1787 — d. 1834), também conhecido por José Inácio Barcelos da Silveira, filho do homónimo antigo tesoureiro dos aprovisionamentos do Castelo de São João Baptista e procurador do concelho de Angra. Doou ao povo a ermida de Nossa Senhora do Pilar, nas Cinco Ribeiras. Em finais de 1828, foi enviado a Inglaterra pela Junta Governativa Liberal da Terceira, acompanhando o bacharel Manuel Joaquim Nogueira, para pessoalmente solicitar os socorros precisos para a defesa da ilha. Foi autor de uma memória sobre os eventos revolucionários de 1828 (*Memoria [sobre a contra-revolução na ilha Terceira em 1828]*, Lisboa: na Imprensa da Rua dos Fanqueiros, 1834).
 873. José Inácio de Almeida Monjardino (Lisboa, 11 de novembro de 1819 — Angra do Heroísmo, 30 de setembro de 1904), político, secretário-geral e várias vezes governador civil interino do Distrito de Angra do Heroísmo. Iniciou na ilha Terceira uma influente família cuja presença na política se prolongou até anos recentes.
 874. José Jacinto Valente Farinho (Beja, 18 de agosto de 1792 — Beja, 24 de julho de 1855), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1817), magistrado judicial, juiz de fora em Borba e depois em Angra, membro da Junta Provisória de Angra. Saldanhista, foi expulso da Terceira por Palmela em 1831. Foi procurador régio na Relação dos Açores e Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça do governo de Saldanha, entre 6 de outubro de 1846 e 28 de abril de 1847.
 875. José João da Cunha Vasconcelos (—), graciosense, morgado, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
 876. José Joaquim Borges de Azevedo Enes (Vila do Topo, 13 de fevereiro de 1852 — Lisboa, 1894), bacharel em Teologia e Direito pela Universidade de Coimbra (1873), foi magistrado judicial do quadro colonial, terminando a sua carreira como desembargador e presidente do Tribunal da Relação de Luanda.
 877. José Joaquim Cordeiro (Lisboa, c. 1780 — Lisboa, d. 1849), formado em Direito pela Universidade de Coimbra (1804), magistrado judicial, juiz de fora em Beja, corregedor da comarca de Angra (1821). Liberal, foi deputado na legislatura de 1826-1827.

878. José Joaquim da Rosa Coelho (Lisboa (Mercês), 5 de setembro de 1773 — Lisboa, 19 de dezembro de 1833), fidalgo cavaleiro da Casa Real, oficial general da Armada, chefe-de-esquadra (1818). Em 1818 foi nomeado intendente da Marinha da cidade do Porto, mas já anteriormente se havia encarregado da direção das obras da barra do Douro. De tendência absolutista, em 1823, após a *Vilafrancada*, foi escolhido por uma assembleia de notáveis para governar interinamente a cidade do Porto, mas recusou e pediu a nomeação de uma junta. Em janeiro de 1829 foi nomeado comandante da expedição de bloqueio e punição dos rebeldes da ilha Terceira, que fracassou na Batalha de 11 de agosto daquele ano na Praia. Regressado a Lisboa, em 1830 voltou ao cargo de intendente da Marinha no Porto e Províncias do Norte, mas pouco depois incorporou-se no exército realista, sendo ajudante-general e, em 1831, inspetor do Arsenal Real da Marinha. Em 1833, por ter opinado que a esquadra miguelista não devia sair do Tejo e combater a liberal, foi preso no Castelo de São Jorge e aí se manteve até ser libertado, por ordem de D. Pedro, nas vésperas da sua morte (cf.: «O Almirante José Joaquim da Rosa Coelho 1773-1833», *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. 34, fasc. 1-2. Porto, Câmara Municipal do Porto, 1973).
879. José Joaquim da Silva (Lisboa (Sacramento), c. 1746 — Angra (Santa Luzia), 15 de dezembro de 1807), fidalgo de cota de armas, secretário do Governo-Geral dos Açores e comandante do Forte do Bom Jesus da Praia Angra (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 704).
880. José Joaquim Pacheco (Óbidos, 1792 — Areosa (Maia), 2 de dezembro de 1833), oficial do Exército, com uma carreira distinta no Brasil e na Guerra Peninsular. Liberal, refugiou-se em Inglaterra e depois na Terceira, onde foi nomeado comandante da expedição que submeteu aos liberais as ilhas do Grupo Central. Acompanhou o Exército Libertador, distinguiu-se no Cerco do Porto, morrendo dos ferimentos sofridos em combate, quando era coronel do Regimento de Infantaria n.º 10. Aparece frequentemente referido por «coronel Pacheco».
881. José Joaquim Pinheiro (Angra do Heroísmo, 22 de dezembro de 1833 — Angra do Heroísmo, 27 de novembro de 1894), funcionário público, jornalista e homeopata, com vasta obra publicada. Dedicou-se aos estudos históricos e à divulgação da homeopatia.
882. José Joaquim Teixeira (Angra —), vereador da Câmara de Angra eleita a 16 de abril de 1822.
883. José Joaquim Toste (—), sargento, condecorado com a medalha n.º 6 das Campanhas da Liberdade.
884. José Júlio da Rocha Abreu (Angra do Heroísmo, 13 de janeiro de 1857 — Lisboa, 7 de dezembro de 1938), grande comerciante e proprietário, filantropo e político que se destacou nos campos da benemerência e do associativismo comercial. Foi irmão do médico e político Eduardo Abreu.
885. José Júlio de Bettencourt Rodrigues (Funchal, 8 de maio de 1843 — Lisboa, 9 de abril de 1893), cientista, académico e político. Bacharel em Filosofia e Matemática pela Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, foi professor no Liceu Nacional de Lisboa, professor do Instituto Comercial e Industrial e lente de Química da Escola Politécnica de Lisboa e do Instituto Industrial de Lisboa. Notabilizou-se pela introdução em Portugal dos modernos métodos da investigação em Química. Foi inspetor técnico das Contribuições Industriais, presidente do Mercado de Produtos Agrícolas e fundador da Secção de Fotografia da Direcção-Geral de Trabalhos Geodésicos, Topográficos, Hidrográficos e Geológicos do Reino. Foi ainda deputado às Cortes pela Índia e pelo Funchal e é autor de uma vasta obra sobre geodesia, mineralogia, cartografia e fotografia.
886. José Leite de Bettencourt e Silveira (Praia da Graciosa, 6 de novembro de 1778 — Praia da Graciosa, 17 de novembro de 1835), capitão de milícias, esteve preso devido às suas simpatias pelo liberalismo. Um filho homónimo foi diretor dos Correios em Santa Cruz da Graciosa.
887. José Lourenço da Rocha (Doze Ribeiras, 9 de agosto de 1766 — Doze Ribeiras, 24 de outubro de 1844), com formação essencialmente autodidata, foi um erudito que ganhou fama de homem sábio e virtuoso, atingindo grande notoriedade na vida religiosa e intelectual do seu tempo. Tendo-se preparado para a vida sacerdotal estudando nos conventos de Angra, uma paralisia levou a que ficasse pelo subdiaconado, retirando-se para as Doze Ribeiras onde manteve uma escola e uma tertúlia que atraía a intelectualidade angrense, especialmente a ligada ao clero.
888. José Luís da Rocha (—), terceirense, condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria.
889. José Luís da Silva (c. 1780 — Angra do Heroísmo, d. 1836), terceirense, liberal, perseguido após a restauração do regime absolutista, em 1823 refugiou-se com Francisco Ferreira Drummond na ilha de Santa Maria, daí passando para São Miguel. Foi capitão do Batalhão de Voluntários da Rainha. Depois de ter feito as campanhas da Guerra Civil, regressou a Angra onde foi funcionário da Fazenda e, depois, escrivão do Juízo de Direito da comarca de Angra, emprego que detinha quando faleceu. Em 1836 foi arrematante das barracas do novo mercado municipal.
890. José Luís das Neves (—), terceirense, condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria.
891. José Luís de Sequeira (Angra do Heroísmo, 23 de abril de 1853 — Angra do Heroísmo, 13 de janeiro de 1930), grande proprietário, lavrador e industrial de lacticínios. Foi um destacado membro e dirigente do Partido Progressista na Terceira e em São Jorge, abandonando definitivamente a política após a revolução republicana, por se manter fiel aos seus ideais monárquicos. Foi procurador à Junta Geral, vereador da Câmara Municipal de Angra e membro da Comissão Distrital (1899). Aquando da sua morte *A União*, na sua edição de 3 de outubro de 1933 publicou um artigo necrológico que refere: «Quando

em 1901 os Reis de Portugal visitaram esta ilha, foi José Sequeira a alma de um dos melhores números das festas, a Revista *Pecuária*, realizada nas suas propriedades do Paul e que deixou as melhores impressões. Em sinal de reconhecimento pelos serviços prestados à agricultura terceirense foi, por essa ocasião, agraciado com a comenda do Mérito Agrícola e D. Carlos ofereceu-lhe um lindo casal de gado Jersey.» (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, pp. 663-665).

892. José Luís de Sousa de Menezes Lemos e Carvalho (Alquerubim, Albergaria-a-Velha, 10 de dezembro de 1738 — Angra, 4 de fevereiro de 1808), moço fidalgo da Casa Real, oficial do Exército. Chegou à Terceira no posto de alferes do Regimento do Porto. Foi ajudante às ordens do capitão-general D. Antão de Almada. Casou em Angra, em 1767, fixando-se na cidade até falecer.
893. José Machado Evangelho (—), cónego da Sé de Angra, instituído num canonicato em 1861.
894. José Maria Coelho de Lima (Angra do Heroísmo (Conceição), 29 de fevereiro de 1864 — Angra do Heroísmo, d. 1957), funcionário da Direção de Finanças de Angra e da agência do Banco de Portugal, fundador e redator do jornal «*O Liberal*», proprietário e editor da revista mensal «*A Luz da Verdade*» (1908), cofundador da Cozinha Económica Angrense, diretor do Club Popular Angrense e membro da Junta da Paróquia da Conceição (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IV, p. 556).
895. José Maria da Cruz (—), soldado, condecorado com a medalha n.º 2 da Medalha das Campanhas da Liberdade.
896. José Maria da Silva e Carvalho (Angra, 6 de dezembro de 1780 — Angra do Heroísmo, 7 de novembro de 1848), militar do Exército que se encontrava em Lisboa aquando da primeira invasão francesa. Tomou parte ativa na revolta liberal de 1821 em Angra, pelo que esteve preso. Voltou a participar nos acontecimentos de 1823, sendo novamente perseguido. Era procurador da Câmara Municipal de Angra em 1828, tendo tido papel relevante na aclamação de D. Maria II em 22 de junho daquele ano e na subsequente rejeição e proibição do desembarque do almirante Sousa Prego que havia sido nomeado capitão-general dos Açores pelo governo de D. Miguel. Foi conselheiro de Distrito e presidente da Junta Geral de Angra do Heroísmo (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 94-95).
897. José Maria da Silva Leal (Lisboa, 8 de outubro de 1812 — Lisboa, 20 de março de 1883), escritor ligado à corrente final do romantismo português, dramaturgo, jornalista e político, autor de numerosas obras dramáticas de diversos géneros. Foi secretário-geral do governo civil do Distrito de Santarém e governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo (22 de maio de 1859 a 20 de janeiro de 1861), diretor da *Revista Universal Lisbonense* (1846-1847) e secretário da direção do Conservatório de Lisboa. Foi um dos fundadores do Grémio Literário. É considerado um mestre da língua portuguesa.
898. José Maria da Silveira (Elvas, c. 1790 — Achadinha, 1 de agosto de 1831), capitão do Exército. Morreu em combate tentando sustentar o desembarque liberal na costa norte da ilha de São Miguel.
899. José Maria de Barcelos (Angra, 27 de julho de 1798 — Lisboa, 12 de junho de 1879), foi oficial da secretaria de Estado em Angra. Morreu oficial maior do Ministério da Guerra.
900. José Maria de Bettencourt de Vasconcelos (Angra, 21 de novembro de 1763 — Angra, 23 de janeiro de 1827), licenciado em Cânones pela Universidade de Coimbra, freire conventual da Ordem de São Bento de Avis e cónego da Sé (1799), tesoureiro-mor, deão (1805), vigário capitular e governador do bispado por nomeação do bispo D. Frei Manuel Nicolau de Almeida. Recebeu as mercês de pregador régio e fidalgo capelão (1794). Foi membro do Governo Provisório da Capitania-Geral dos Açores aquando do falecimento do capitão-general Dinis Gregório de Melo e Castro (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. II, p. 30).
901. José Maria de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos (Almeida, 7 de abril de 1803 — Angra do Heroísmo, 31 de outubro de 1881), filho de pai terceirense, oficial do Exército, reformado no posto de tenente-coronel (1855). Após a derrota liberal da *Belfastada*, refugiou-se na Galiza e depois em Plymouth, de onde veio para a Terceira. Tomou parte nas campanhas da Guerra Civil integrado no Exército Libertador. Setembrista, em 1846 participou na Revolta do Porto.
902. José Maria de Moraes Rego (Angra, 6 de agosto de 1810 — Lisboa, 24 de maio de 1883), oficial do Exército e político. Aos 21 anos de idade, foi gravemente ferido nos combates da Ladeira da Velha (1831). Na sua carreira militar atingiu o posto de general de divisão e na carreira política, entre outras funções de relevo, foi deputado e Ministro da Guerra (1870-1871).
903. José Maria de Sousa (1838 — Angra do Heroísmo, c. 1900), jorgense, alfaiate, dedicou-se ao jornalismo e à política, sendo militante destacado do Partido Progressista.
904. José Maria do Carvalhal da Silveira (Angra, 9 de agosto de 1783 — Praia da Graciosa, d. 1850), grande proprietário, fidalgo cavaleiro da Casa Real, sargento-mor das Ordenanças de Angra, reformado no posto de capitão-mor de Angra. Casou para a Graciosa, onde foi presidente da Câmara Municipal da Praia da Graciosa (1837) tendo-se iniciado durante o seu mandato o aproveitamento das águas termais do Carapacho.
905. José Maria do Nascimento (Velas, 18 de julho de 1874 — Angra do Heroísmo, 27 de dezembro de 1924), presbítero, foi mestre da capela da Sé de Angra e professor de música e cantochão no Seminário Episcopal de Angra.
906. José Maria Gonçalves Zarco da Câmara (Lisboa, 3 de novembro de 1843 — Lisboa, 15 de dezembro de

- 1907), o 9.º conde da Ribeira Grande, doutor em ciências políticas e administrativas pela Universidade de Lovaina (Bélgica). Foi adido à legação portuguesa junto do Vaticano, e par do Reino, por sucessão de seu pai, tomando posse na respetiva câmara na sessão de 17 de janeiro de 1873. Aficionado por touros e cavalos, deu grande impulso ao desporto hípico em Portugal e às corridas de touros.
907. José Maria Henrique Flores (Fajanzinha, 29 de março de 1868 — Angra do Heroísmo, 10 de julho de 1934), professor da Escola Distrital de Angra do Heroísmo e inspetor do círculo escolar de Angra do Heroísmo (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IV, p. 478).
 908. José Maria Leite Pacheco (Almeirim, 31 de outubro de 1839 — Angra do Heroísmo, 5 de dezembro de 1916), prestigiado médico veterinário e Intendente de Pecuária do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo. Autor teatral e amador dramático, também se dedicou ao jornalismo, sendo colaborador de A União. O seu drama sacro *O Martyr do Japão* foi musicado por Eduardo Augusto de Sousa Ribeiro.
 909. José Maria Pacheco de Aguiar (Porto Judeu, 8 de dezembro de 1803 — Porto Judeu, 31 de julho de 1876) presbítero, professor e escritor. Estudou no Colégio dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho, em Coimbra, onde se habilitou para o sacerdócio e para a docência. Foi professor naquele convento, ensinou Teologia Dogmática e Moral em Braga, foi professor colegial no Porto e professor de Ciências Eclesiásticas em Coimbra. Nomeado cônego da Sé de Angra, com o ónus de ensino, por dez anos, no Seminário Episcopal de Angra, instituição na qual proferiu a oração de sapiência na inauguração solene do Seminário em 9 de novembro de 1862. Na sua atividade docente evidenciou-se como um dos docentes mais cultos do Seminário angrense, ensinando História Sagrada e Eclesiástica durante 14 anos.
 910. José Maria Pais (Angra, c. 1810 — Angra, c. 1870), filho de António José Pais, participou nas campanhas da Guerra Civil integrado no Exército Libertador. Foi taquígrafo da Câmara dos Deputados e depois escrivão e tabelião na comarca de Angra do Heroísmo (de 1840 a 1870). Era condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria das Campanhas da Liberdade.
 911. José Maria Pinheiro (São Bento, 15 de agosto de 1862 — d. 1912), funcionário da secretaria da Junta Geral e depois da secretaria do Governo Civil. Colaborou em vários jornais angrenses.
 912. José Maria Sieuve de Meneses (Angra do Heroísmo, 20 de novembro de 1826 — Angra do Heroísmo, 4 de novembro de 1893), 1.º visconde e 1.º conde de Sieuve de Meneses, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, rico terratenente e político, líder local do Partido Regenerador na ilha Terceira, que durante muitos anos dominou a cena política açoriana, em particular no Distrito de Angra do Heroísmo. Foi deputado às Cortes, onde apresentou projetos próprios, nomeadamente em matérias do regime fiscal especial da produção de tabacos nos Açores, na regulação dos contratos de navegação e na obtenção de fundos para obras públicas. Poucas foram as freguesias do seu círculo que não receberam investimentos obtidos pela sua influência como deputado, o que lhe granjeou uma enorme influência eleitoral. Foi nomeado par do reino vitalício em 1882.
 913. José Maria Taborda Robalo Portugal (Fundão, 1797 — 1867), mais conhecido por *General Taborda*, oficial do Exército, reformado no posto de brigadeiro. Para além de papel relevante durante a Guerra Civil, integrado no Batalhão de Caçadores n.º 5, foi comandante da 4.ª Divisão Militar (cf.: Paulo de Passos Figueiras, *O general de brigada José Maria Taborda Robalo Portugal: um bravo do Mindelo (Pampelido)*. Porto, 1980).
 914. José Monteiro Torres (Lisboa, 4 de novembro de 1800 —), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1820), magistrado, juiz de fora em Almada (16 de abril de 1822 a 2 de março de 1827), desembargador da Relação e Casa do Porto (nomeado a 21 de maio de 1825, mas só empossado no início de 1828). Foi enviado pelo governo miguelista em missão contra os liberais que estavam nos Açores. Esteve a bordo da nau D. João VI no ataque à vila da Praia em 11 de agosto de 1829, preparado para proceder à devassa na ilha Terceira na sequência da prevista vitória, que não aconteceu. Regressado a Lisboa, foi despachado desembargador da Casa da Suplicação, por carta de 1 de setembro de 1831, sendo ainda, em 1832, nomeado para as funções de inspetor prisional. Foi destituído após a vitória liberal.
 915. José Narciso da Costa (Angra (Sé), 18 de outubro de 1776 —), casou em Lisboa com Maria Severa da Costa. Foi pai de Francisco de Paula da Costa.
 916. José Nunes Godinho (—), terceirense, condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria.
 917. José Pacheco Ormonde (Porto Judeu, 26 de março de 1850 —), criador de gado de leite e gado bravo e industrial de laticínios. Era sócio-gerente da firma *José Pacheco Ormonde & Miguel Coelho*, com sede na Rua de Jesus, em Angra, produtora de manteigas.
 918. José Pais Júnior (Luz, Graciosa, c. 1810 — Angra, c. 1865), tenente do Batalhão de Voluntários da Rainha que se formou em Angra em 1828. A 28 de setembro de 1863 recebeu a Medalha de D. Pedro e D. Maria, algarismo 7.
 919. José Pedro de Morais Sarmiento (Lisboa —), administrador da mesa das novas licenças da Câmara Municipal de Lisboa.
 920. José Pedro Soares (Ribeira Grande, 29 de março de 1842 — Angra do Heroísmo, 5 de agosto de 1916), mestre da capela da Sé de 1879 até 1902 e cônego a partir de 1915. Depois de estudar no Liceu de Ponta Delgada, veio para Angra como familiar do bispo D. Frei Estêvão de Jesus Maria, onde frequentou o Seminário e foi ordenado presbítero em 1868. Além de músico, foi professor de Filosofia, Latim,

História e Português no Liceu de Angra do Heroísmo, e entre 1891 e 1910 professor de Literatura, Retórica e Moral no Seminário Episcopal. Por longos anos foi capelão, confessor e síndico do Recolhimento das Mónicas, tesoureiro da Irmandade de São Pedro *Ad Vincula* da Sé e emissário da Venerável Ordem Terceira e da Confraria de Nossa Senhora das Dores, ambas eretas na igreja de Nossa Senhora da Guia do Convento de São Francisco. Foi tio do coronel José Pedro Soares, presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

921. José Pegado de Azevedo (D.) (Lisboa, 13 de março de 1750 — Ponta Delgada, 19 de junho de 1812), 24.º bispo de Angra, tendo governado a diocese de 1802 a 1812. Padre da Congregação do Oratório, tinha sido militar. Bom pregador e teólogo, era grande amante da música sacra, tendo fomentado a sua expansão na diocese. Apesar do edifício já se encontrar há muito concluído, sagrou a Sé Catedral de Angra, numa cerimónia realizada a 16 de outubro de 1808.
922. José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa (Velas, 11 de dezembro de 1823 — Velas, 20 de fevereiro de 1912), rico proprietário na ilha de São Jorge, bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra, que, entre outras funções, foi deputado às Cortes e líder político do Partido Histórico na sua ilha natal, conselheiro de Estado e por diversas vezes presidente da Câmara Municipal de Velas.
923. José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa Júnior (Velas, 7 de agosto de 1864 — Velas, 14 de março de 1927), agrónomo e abastado proprietário rural, líder local do Partido Progressista jorgense, que, entre outras funções, foi deputado às Cortes e governador civil do distrito de Angra do Heroísmo. Como agrónomo e grande proprietário na ilha de São Jorge, dedicou-se à melhoria das pastagens e ao desenvolvimento da indústria dos lacticínios, com destaque para o queijo de São Jorge, de cuja produção foi o principal dinamizador, devendo-se-lhe a melhoria das técnicas de fabrico e o incremento da exportação.
924. José Pimentel Homem de Noronha (Vila do Topo, 12 de abril de 1846 — Angra do Heroísmo, 28 de agosto de 1933), bacharel formado em Teologia e em Direito pela Universidade de Coimbra, proprietário, jornalista e político, que, entre outros cargos, foi presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo e deputado às Cortes. Foi líder do Partido Regenerador na ilha Terceira, mas entrou em dissensão com o partido e passou a orbitar na esfera do Partido Progressista, liderado pela família do seu sogro, pelo qual foi eleito deputado às Cortes.
925. José Prudêncio Teles de Bettencourt (Angra, 2 de dezembro de 1824 — Angra do Heroísmo, 19 de março de 1881), cônego da Sé de Angra e tesoureiro-mor do cabido. Tem alguns sermões publicados.
926. José Quintino Dias (Tavira, 26 de agosto de 1792 — Lisboa, 13 de novembro de 1881), primeiro e único barão de Monte Brasil, oficial do Exército, reformado no posto de general-de-divisão, que se distinguiu durante a resistência liberal na Terceira e no decurso da Guerra Civil Portuguesa.
927. José Rodrigo de Almeida (Lisboa, 1757 — Ponta Delgada, 8 de junho de 1832), engenheiro militar integrado no Real Corpo de Engenheiros, mas colocado em serviço na Capitania-Geral dos Açores, onde em 1800 estava encarregue da Direção-Geral de Obras Públicas na cidade de Angra, além de trabalhar na carta topográfica da ilha Terceira. Aquando da revolução liberal em Angra de 22 de junho de 1828 foi nomeado membro do governo interino. Em 1830, no posto de coronel, foi nomeado membro do Conselho de Justiça Militar e, nessa qualidade, acompanhou o exército liberal da Terceira para São Miguel. Adoeceu a bordo e faleceu no hospital de Ponta Delgada.
928. José Sebastião de Castro do Canto (Angra do Heroísmo, 20 de janeiro de 1850 — Angra do Heroísmo, c. 1920), professor do Novo Colégio da Guia e secretário da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Foi floricultor e aquarelista e como fotógrafo apresentou ao público trabalhos que o notabilizaram, especialmente no campo dos postais ilustrados editados pela Loja do Buraco. Colaborou em vários jornais angrenses (*cf.*: Sieuve de Menezes, «José Sebastião de Castro do Canto», in *Almanach Açores*, 1904, pp. 96-97. Angra do Heroísmo, Tip. Souza e Andrade, 1903).
929. José Severino de Avelar e Lemos (Velas, 8 de julho de 1825 — Niterói, c. 1900), médico e cirurgião, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que se estabeleceu na cidade de Niterói, onde foi um dos fundadores e primeiros dirigentes do Imperial Instituto Médico Fluminense. O seu parente, António Severino de Avelar, foi condenado por tráfico de escravos no processo relativo ao «*desembarque de Sirinhaém*» (Pernambuco), um escândalo político e diplomático que em 1855 abalou o Brasil. António Severino de Avelar foi deportado, cabendo ao dr. Avelar e Lemos proceder à liquidação dos bens que o réu detinha no Brasil.
930. José Silvestre Ribeiro (Idanha-a-Nova, 31 de dezembro de 1807 — Lisboa, 9 de março de 1891), político e historiador, autor de uma importante obra sobre a história das instituições científicas e culturais portuguesas. Foi administrador-geral de vários distritos, ministro da Justiça, deputado e par do Reino. Distinguiu-se sobremaneira no processo de socorro às populações do Ramo Grande aquando do grande terramoto da segunda Caída da Praia e no arranque do subsequente processo de reconstrução. Igualmente se destacou no combate à fome que assolou a Madeira em 1847 e a ele se devem as primeiras tentativas de transformar o bordado da Madeira numa atividade económica. As suas ideias esclarecidas sobre a economia e a sociedade e a sua visão europeísta do futuro de Portugal fizeram dele um dos pensadores mais avançados do Portugal do seu tempo, com algumas das suas propostas a levarem mais de um século para obterem plena concretização.
931. José Soares de Albergaria (Velas, 3 de fevereiro de 1805 — Velas, 3 de fevereiro de 1891), oficial do Exército, reformado em 1858 no posto de tenente-coronel. Fez parte do Batalhão de Caçadores n.º 5,

com o qual tomou parte na Batalha da Praia. Cavaleiro fidalgo da Casa Real, integrou o Exército Libertador, participando no desembarque no Mindelo, no Cerco do Porto e nas subseqüentes campanhas da Guerra Civil. Destacou-se pelo seu denodo e coragem, o que lhe valeu ser feito cavaleiro da Ordem Militar da Torre e Espada e da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição e comendador da Ordem de São Bento de Avis. Foi irmão de João Soares de Albergaria de Sousa.

932. José Soares de Sousa (Velas, 31 de julho de 1794 — Urzelina (Casteletes), 22 de dezembro de 1872), filho segundo do capitão-mor das Velas, irmão de Miguel Teixeira Soares de Sousa, foi vereador e presidente da Câmara de Velas e capitão de Ordenanças nas Velas. Estudou na Terceira, preparando-se para uma carreira eclesiástica, mas a morte do irmão primogénito colocou-se na posição de morgado e administrador da sua grande casa paterna (cf.: Obituário em *O Jorgense*, n.º 30, edição de 1 de janeiro de 1873).
933. José Soares Teixeira de Sousa (Terreiros, Manadas, 26 de março de 1826 — Velas, 20 de agosto de 1885), bacharel em direito pela Universidade de Coimbra (1849), advogado e político. Foi administrador do concelho das Velas, ilha de São Jorge, e pagador das Obras Públicas naquela ilha. Foi casado com D. Isabel Beatriz de Azevedo Pereira e Sousa (1837-1921), a 1.ª viscondessa de São Mateus por decreto do rei D. Carlos datado de 25 de outubro de 1894.
934. José Teixeira Soares (Angra do Heroísmo (São Pedro), 21 de novembro de 1852 — Angra do Heroísmo (São Pedro), 26 de setembro de 1874), professor de instrução primária que colaborou em vários jornais terceirenses.
935. José Teodoro Coelho (—), aderiu ao movimento liberal e foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1828.
936. José Teodósio de Bettencourt Carvalhal (Angra do Heroísmo (Sé), 9 de junho de 1840 — d. 1908), bibliotecário da Câmara Municipal de Angra, poeta com obra publicada em vários jornais terceirenses.
937. José Tristão da Cunha Silveira de Bettencourt (Praia da Graciosa, 22 de março de 1807 — Angra do Heroísmo, 7 de março de 1887), fidalgo cavaleiro da Casa Real, filho natural de António da Cunha Silveira e Bettencourt, o 1.º barão da Fonte do Mato. Distinguiu-se durante a Guerra Civil integrado no Exército Libertador. Terminada a guerra, foi advogado da provisão na cidade de Angra do Heroísmo.
938. José Veríssimo de Sousa (—), oficial do Exército. Era alferes em 1902.
939. José Vieira d'Areia (Lajes (Praia da Vitória), 23 de dezembro de 1866 — Angra do Heroísmo, 9 de setembro de 1924), conhecido por Vieira da Areia, professor primário, político e jornalista, líder do Partido Liberal na ilha Terceira e diretor do jornal operário *O 1.º de Maio* que se publicou em Angra do Heroísmo (1902-1904).
940. José Vital Branco Malhoa (Caldas da Rainha, 28 de abril de 1855 — Figueiró dos Vinhos, 26 de outubro de 1933) pintor, aquarelista e professor de arte.
941. José Vitorino de Sousa (— a. 1902), oficial do Exército. Faleceu no posto de major.
942. Josefa Jacinta Merens de Távora (Angra, 15 de setembro de 1733 — Angra, 14 de março de 1809), filha de Inácio de Távora Merens. Casou em 1760 com André Diogo Martins Pamplona Corte-Real e foi mãe do 1.º conde de Suberra.
943. Joss de Utra (Horta, c. 1468 — Horta, c. 1549), também conhecido por Joss de Hurtere, Jós Dutra ou Jorge Dutra, foi o 2.º capitão do donatário nas ilhas do Faial e Pico, cargo que exerceu de 1495 a 1549. Era filho do flamengo Joost de Hurtere (Torhout, 1430 — Horta, 1495), também conhecido por Joss de Hurtere, na sua forma aportuguesada Joss de Utra, o primeiro capitão do donatário na ilha do Faial (por carta da Infanta D. Beatriz, tutora do donatário, de 29 de dezembro de 1482, a ilha do Pico foi também incorporada na sua capitania). Do seu casamento com Isabel Corte-Real nasceu Manuel de Utra Corte-Real, que o sucederia na capitania. Escudeiro-fidalgo da Casa Real, foi o 2.º capitão do donatário nas ilhas do Faial e do Pico, por carta de D. Manuel I, datada de 31 de maio de 1509. Mandou construir a Ermida de São Tiago onde veio a ser sepultado, a qual foi demolida, dando origem à atual Igreja Matriz da Horta, antiga Igreja do Colégio dos Jesuítas. Faleceu em data incerta, com testamento feito em 15 de março de 1549.
944. Juan de Urbina (—), frequentemente referido na literatura lusófona por D. João de Horbina, militar espanhol que exerceu as funções de mestre-de-campo e primeiro governador militar dos Açores (1583-1590), instalado em Angra, após a conquista da ilha Terceira por D. Álvaro de Bazán. Urbina mantinha uma estreita relação com Miguel de Cervantes, de quem terá sido companheiro de armas na batalha de Lepanto.
945. Jules Michelet (Paris, 21 de agosto de 1798 — Hyères, 9 de fevereiro de 1874), filósofo e historiador que se destacou pela sua obra sobre a história da França e da sua cultura. Com um marcado estilo aforístico, ficou conhecido pelo republicanismo anticlerical bem patente nos seus escritos.
946. Júlio César de Andrade (Lisboa (Mártires), 18 de junho de 1838 — Lisboa, 25 de julho de 1906), banqueiro, benemérito de várias causas sociais, membro fundador da Sociedade Protetora dos Animais (1875), ofereceu à cidade de Lisboa os primeiros fontanários-bebedouros ali instalados. Com o intuito de contribuir para a educação popular, organizou uma «biblioteca popular» de obras sobre moral, higiene, temperança, boa forma física e gestão doméstica. A «biblioteca» era na realidade uma coleção de 12

obras, na sua maior parte de autores franceses e ingleses, cuja tradução e edição das versões portuguesas financiou integralmente e que destinou a serem oferecidas gratuitamente a bibliotecas de escolas e de agremiações populares (cf.: Rodrigo Veloso, «A Sociedade Protectora dos Animaes e Julio de Andrade», in *O Occidente*, vol. XXIV, n.º 703, de 10 de janeiro de 1901).

947. Júlio Maria Silvano (Angra, 30 de outubro de 1812 — Angra do Heroísmo, 2 de maio de 1888), oficial general do Exército e político. Filho natural do coronel Caetano Paulo Xavier, alistou-se inicialmente na companhia de voluntários criada na ilha Terceira em 1828. No ano seguinte, assentou praça como voluntário no Batalhão de Caçadores n.º 5, com o qual participou nas operações da Guerra Civil. Com a vitória liberal, serviu nos quartéis de Penafiel, Viseu e Abrantes. Aderindo aos acontecimentos políticos de 1846 foi compulsivamente colocado na reserva. Reintegrado no serviço ativo, em 1864 regressou à Terceira, como tenente-coronel, com o objetivo de organizar o Batalhão de Caçadores n.º 10, unidade que passou a guarnecer a Fortaleza de São João Baptista, sendo o seu primeiro comandante. Em 1869 reformou-se em general de brigada. Depois de reformado participou na vida política local, tendo presidido à Câmara de Angra do Heroísmo (1872-1873). Militou na esquerda liberal.
948. Júlio Maria Silvano Júnior (Angra do Heroísmo, 1 de junho de 1843 — Angola, 4 de agosto de 1872), oficial do Exército. Em 1867 foi enviado para Angola, no posto de alferes, em que faleceu.
949. Júlio Máximo Pereira (Lisboa, 21 de maio de 1845 — Lisboa), inspetor da fiscalização externa das alfândegas, publicista e sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa.
950. Júlio Pamplona Corte-Real (Angra, 15 de setembro de 1811 — Angra, 30 de outubro de 1871), militar do Exército, reformado no posto de major. Ingressou no exército liberal em Angra, como cadete, em 1828, seguindo integrado no Exército Libertador para o Mindelo e depois participando nas campanhas da Guerra Civil. Setembrista, aderiu a todos os movimentos revolucionários em que participou o marechal Saldanha, sendo demitido do serviço ativo por ter aderido ao pronunciamento progressista ocorrido no Faial em abril de 1847, quando era ali comandante da força armada. Foi reintegrado e reformado no posto de major (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 502).
951. Landoy (—), capitão francês que chegou a Angra ao comando de três naus em junho de 1582.
952. Lázaro de Sousa Pereira (Velas, c. 1670 — Angra, c. 1741), presbítero, bacharel formado em Cânones pela Universidade de Coimbra (1695), foi arcediago da Sé de Angra e vigário-geral do Bispado.
953. Leonor Maria da Câmara (Lisboa, 30 de maio de 1781 — Lisboa, 27 de março de 1850), 1.ª marquesa de Ponta Delgada, filha do 6.º conde da Ribeira Grande e da sua segunda mulher, Maria Rita de Almeida, irmã mais nova da marquesa de Alorna. Dama da rainha Carlota Joaquina, foi aia e mestra da rainha D. Maria II, que a recompensou com o título.
954. Lope de Figueroa (Guadix, Granada, c. 1541 — Monzón, Aragão, 28 de agosto de 1585), nas fontes portuguesa frequentemente referido por Lopo de Figueiroa, cavaleiro da Ordem de Santiago, comendador do fornecimento dos bastimentos de Campo de Montiel, capitão, mestre-de-campo general e capitão-general da costa do Reino de Granada. Foi o principal líder militar na conquista espanhola da ilha Terceira, comandando as forças que ocuparam a ilha na sequência do desembarque da Baía das Mós em julho de 1583.
955. Lopo Dias Cabaço (Cabaços, Alvaiázere, c. 1480 — São Sebastião, 1542), natural de Vale de Cabaços (Alvaiázere) e residente na Vila de São Sebastião. Recebeu alvará de cavaleiro fidalgo, concedido por D. Manuel I, pelas suas ações em Safim.
956. Lourenço de Castro (D. frei) (Lisboa, c. 1620 — Miranda do Douro, 13 de agosto de 1684), dominicano, 14.º bispo da Diocese de Angra, que governou entre 1671 e 1678. Foi também o 16.º bispo da Diocese de Miranda, para a qual foi transferido em 1681 e que governou até falecer. Durante a sua estadia em Angra foi designado confessor do rei D. Afonso VI de Portugal, então recluso no Castelo de São João Baptista. Pregador régio, foi uma das testemunhas que, no julgamento do caso de anulação do matrimónio do rei, abonou a sua impotência sexual, com a qual se justificou a nulidade do casamento.
957. Lourenço José Maria de Almada Cirne Peixoto (Lisboa, 14 de junho de 1758 — Lisboa, 11 de maio de 1815), 1.º conde de Almada, senhor de Pombalinho e Lagares de El-rei, mestre-sala da Casa Real, alcaide-mor de Proença-a-Velha. Era filho de D. Antão Vaz de Almada, o primeiro capitão-general dos Açores. Foi nomeado em 15 de julho de 1795 e desembarcou em Angra aos 29 de outubro de 1799, tomando posse no dia seguinte. Chegou acompanhado pela esposa, que faleceria de parto na noite de 22 para 23 de novembro de 1801, aquando do nascimento do seu filho primogénito, que viria a ser o 2.º conde de Almada. No seu mandato foi introduzida a vacinação antivariólica nos Açores. Governou até 17 de outubro de 1804, partindo para Lisboa no dia seguinte.
958. Lucas de Cacena (Génova, c. 1458 — Angra, 1538), também referido por Lucca Cassana, foi um influente mercador no período inicial do povoamento da ilha Terceira. Com fortes ligações a Sevilha, fundou uma das primeiras casas comerciais que deram centralidade à nascente vila, e depois cidade, de Angra. Liderando uma companhia formada com André de Cacena e outros mercadores genoveses e andaluzes, foi um dos principais exportadores de pastel (cf.: Pierluigi Bragaglia, *Lucas e os Cacenas : Mercadores e navegadores de Génova na Terceira (séculos XV-XVI)*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1994).
959. Luciano José Balieiro (Angra (Conceição), c. 1807 — Angra do Heroísmo, c. 1865), filho de Francisco

José Balieiro, proprietário, foi contínuo em 1830 da Comissão de Fazenda em Angra. Foi tenente do Batalhão de Caçadores Voluntários da Rainha que se formou em Angra em 1828. Militante do Partido Progressista.

960. Lucinda Amélia Noronha (Ponta Delgada, 22 de junho de 1856 — Angra do Heroísmo), nasceu na ilha de São Miguel, de pais terceirenses, filha do então tenente Francisco Ludovino Homem da Costa Noronha, natural da Praia da Vitória, e de Lucinda Cornélia Drummond, e por isso irmã de Palmira Ema da Costa Noronha Bruges. Faleceu solteira (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 501).
961. Luís Anes (fl. 1470-1480), capelão da infanta D. Beatriz e primeiro vigário na Igreja de São Salvador de Angra.
962. Luís António de Moraes e Sousa (1845 — 1924), oficial da Armada, reformado em 1910 no posto de vice-almirante. É autor de diversas obras sobre temática naval e sobre cartografia.
963. Luís António Gil da Silveira (Santa Cruz da Graciosa, c. 1850 — Fundão, c. 1920), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, 1872. Foi advogar para a comarca do Fundão, onde casou e deixou descendência. O seu filho homónimo criou um prémio escolar destinados aos alunos do ensino primário do concelho do Fundão cujo regulamento foi aprovado pela Portaria n.º 17261, de 8 de julho de 1959.
964. Luís António Nogueira (Angra do Heroísmo, 29 de dezembro de 1832 — Lisboa, 28 de junho de 1884), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1855), foi advogado e político. Exerceu as funções de secretário-geral do governo civil dos distritos de Angra do Heroísmo e do Porto, de ajudante do Procurador-Geral da Fazenda e de secretário-geral e diretor-geral da Administração Política e Civil do Ministério do Reino. Foi deputado eleito pelo círculo de Angra do Heroísmo nas listas do Partido Histórico para a legislatura de 1857-1858. Foi o avô materno de Fernando Pessoa.
965. Luís António Parreira (São Bento, 13 de outubro de 1816 — Angra do Heroísmo (Sé), 11 de março de 1884), foi ajudante do Batalhão Nacional de Artilheiro de Posição formado em Angra em 1839. Membro do Partido Regenerador, exerceu por várias vezes o cargo de administrador do concelho e de vereador da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 258).
966. Luís António Pires Toste (Ribeirinha, 8 de agosto de 1772 — d. 1843), tabelião e escrivão do juízo de direito da comarca de Angra. Foi um dos signatários do auto de aclamação de D. Maria II em Angra na sequência da revolta liberal de 22 de junho de 1828.
967. Luís Augusto Rebelo da Silva (Lisboa, 2 de abril de 1822 — Lisboa, 19 de setembro de 1871), jornalista, historiador, romancista e político, colaborador ativo de múltiplos periódicos e membro das tertúlias intelectuais e políticas lisboetas da última metade do século XIX. Foi um dos primeiros professores do Curso Superior de Letras, fundado em 1859 por D. Pedro V, lecionando a cadeira de História. Com a sua colaboração em múltiplos jornais e revistas, Rebelo da Silva afirmou-se como o mais prolífico dos escritores românticos portugueses, distinguindo-se ainda como orador e político, tendo exercido, entre outros, os cargos de deputado, par do Reino e ministro.
968. Luís Borges Fialho (—), terceirense, foi tenente do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839.
969. Luís Carlos Brum (—), terceirense, foi oficial do Batalhão de Caçadores Voluntários da Rainha organizado em Angra a 22 de junho de 1828 e completamente reorganizado em 1832.
970. Luís Carlos de Menezes Meireles Pamplona (Angra do Heroísmo, 27 de setembro de 1885 — Belas, Sintra, outubro de 1969), foi militar do Exército. Assentou praça como voluntário a 23 de julho de 1904 e fez o curso de Infantaria da Escola do Exército. Promovido a alferes a 15 de novembro de 1909 e a tenente a 1 de dezembro de 1913 passou à reserva como capitão a 29 de dezembro de 1923. Em 1908 perdeu a vista esquerda em consequência de um acidente sofrido na fundição de canhões. Não obstante essa deficiência, foi integrado no Corpo Expedicionário Português e partiu para França a 15 de junho de 1918 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, p. 383).
971. Luís da Costa (Angra do Heroísmo, 9 de maio de 1866 — Angra do Heroísmo, 31 de outubro de 1924), escrivão do Juízo de Direito da Comarca da Horta e notário na Comarca de Angra do Heroísmo. Foi dirigente local do Partido Regenerador e diretor político do semanário «*A Terceira*», órgão daquele partido. Foi governador civil substituto do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo (1913-1914) e destacado intelectual (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, p. 567).
972. Luís da Silva Alves (Angra do Heroísmo (Sé), 1859 — d. 1918), oficial de administração militar do Exército que terminou a carreira no posto de coronel. No posto de tenente-coronel foi o primeiro presidente da Delegação Distrital da Cruz Vermelha Portuguesa em Angra do Heroísmo (1917-1918).
973. Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque (Lisboa, São Vicente de Fora, 16 de junho de 1792 — Torres Vedras, 27 de dezembro de 1846), engenheiro militar, poeta, cientista e político. Distinguiu-se nas lutas liberais e nos conflitos que marcaram a sociedade portuguesa na primeira metade do século XIX. Foi ministro do Reino, então o equivalente a primeiro-ministro, durante a regência liberal e por diversas vezes ministro e deputado. Entre outras funções, exerceu os cargos de provedor da Casa da Moeda, capitão-general e governador da Madeira e inspetor-geral das Obras Públicas.
974. Luís de Almeida (D.) (—), filho do capitão-mor do mar da Índia.
975. Luís de Barcelos Merens Lobo (Angra (Sé), 14 de dezembro de 1795 — Angra do Heroísmo, 11 de março

- de 1867), oficial do Exército, era tenente-coronel reformado quando faleceu. Era 2.º tenente de Artilharia quando foi signatário do auto de aclamação de 22 de junho de 1828.
976. Luis de Bazán (Granada, c. 1547 — Salga, 25 de julho de 1581), capitão de Infantaria, sobrinho de Álvaro de Bazán, marquês de Santa Cruz. Encarregado, em conjunto com Diego de Valdés, do comando das forças desembarcadas na Salga, foi morto em combate, ficando o seu cadáver sepulto na Terceira. Na edição original lê-se «D. Luiz de Basam».
 977. Luís de Meireles do Canto e Castro (Angra, 16 de maio de 1785 — Angra do Heroísmo, 23 de março de 1854), grande proprietário, político e escritor. Fez parte da Junta Governativa absolutista que se formou em Angra após o contragolpe miguelista de 1823 e foi autor de uma das primeiras análises conhecidas sobre a organização política dos Açores (*Memoria sobre as Ilhas dos Açores e Principalmente sobre a Terceira, Considerando a Educação da Mocidade, a Agricultura, o Comercio, a Administração da Fazenda Publica e o Governo Municipal*. Paris, Imprimerie de Madame Huzard, 1834).
 978. Luís de Melo (Angra, c. 1550 —), filho de Estêvão Ferreira de Melo que, em conjunto com seu pai e com o provedor das Armadas, Pedro de Castro do Canto, fretou uma caravela e integrou a deputação de apoio a D. António, Prior do Crato. Foi feito prisioneiro ao chegar a Lisboa já depois da derrota sofrida em Alcântara pelas forças afetas ao Prior do Crato.
 979. Luís de Portugal e Castro (Lisboa, 1620 — Lisboa, 2 de abril de 1655), 6.º conde de Vimioso, aristocrata que, entre outras funções, foi comendador e alcaide-mor de Juromenha, claveiro da Ordem de Avis e capitão do donatário nas capitâncias de Machico, de Angra, da Praia e da ilha de São Jorge.
 980. Luís de Sousa Marques (Angra do Heroísmo (Sé), 18 de janeiro de 1850 —), serralheiro militar que depois de reformado foi mestre da oficina de serralharia da Escola de Desenho Industrial.
 981. Luís de Vasconcelos (—), neto de Afonso de Vasconcelos e Meneses (1441 — 1480), 1.º conde de Penela. Liderou o grupo de 11 jesuítas que desembarcaram em Angra no dia 1 de junho de 1570, e ali fundaram o Colégio da Companhia de Jesus, do qual foi o 1.º reitor e mestre.
 982. Luís Diogo Forjaz de Lacerda (Angra, 27 de março de 1781 — Bayonne, 10 de dezembro de 1813) tenente-coronel de Infantaria, morreu no cerco de Bayonne (França) durante a Guerra Peninsular (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, pp. 441-442). Em Lisboa fizeram-lhe solenes exéquias, em que pregou o eminente orador o padre Francisco do Coração de Jesus Cloots van Zeller. O discurso foi publicado em folheto, acompanhado de uma biografia deste militar terceirense e de umas poesias em seu louvor, escritas pelo também natural da ilha Terceira, João Miguel Coelho Borges (*Oração fúnebre do illustrissimo senhor Luiz Diogo Pereira Forjaz, tenente-coronel do Regimento d'Infantaria n.º 3: offerecida ao illustrissimo senhor João Pereira Sarmiento Forjaz de Lacerda, dada á luz por J.M.C.B., Lisboa, Imprensa Régia, 1814*).
 983. Luís do Canto e Castro Merens de Távora (Lisboa, 25 de junho de 1848 — Lisboa, 22 de setembro de 1926), reputado engenheiro civil, grande proprietário e político. Foi fidalgo cavaleiro da Casa Real por alvará de 1875, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, proprietário da Quinta da Candelária em São Mateus da Calheta e de vários outros imóveis, incluindo grandes parcelas de terreno agrícolas. Conhecido nas décadas finais da sua vida por «*Conselheiro Merens de Távora*», teve uma distinta carreira no campo da Obras Públicas, iniciada no Distrito da Guarda, mas que incluiu o cargo de diretor das Obras Públicas do Distrito de Angra (1879 a 1886) e do Distrito de Ponta Delgada, onde também dirigiu as obras de construção do molhe do porto. Entre outros cargos, foi governador civil do Distrito do Funchal (1892 a 1893) e inspetor da 5.ª Circunscrição Industrial, com sede em Angra. Dedicou-se ao hipismo e foi toureiro amador. Pelo salvamento de um grupo de pescadores ao largo de Ponta Delgada, foi agraciada com o grau prata da Medalha D. Maria II ao Mérito, Filantropia e Generosidade (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, pp. 756-757).
 984. Luís Francisco da Rocha (São Bartolomeu dos Regatos, 25 de agosto de 1830 — Angra), formado em Teologia pela Universidade de Coimbra em 1858 e presbítero. Foi apresentado cónego da Sé de Angra e depois elevado à dignidade de arcediogo. Foi professor do Liceu e Seminário de Angra. Foi o primeiro vice-reitor do Seminário de Angra (1862-1864).
 985. Luís Francisco Soares de Melo da Silva Breyner Sousa Tavares e Moura (Porto, 23 de agosto de 1801 — Lisboa, 13 de novembro de 1865), 1.º conde de Melo, aristocrata e político. Esteve na Terceira incorporado nas tropas liberais, seguindo para o Porto integrado no Exército Libertador. Foi vogal do Supremo Conselho de Justiça, vice-inspetor da Academia de Belas-Artes, senador, par do reino e presidente da Câmara Municipal de Lisboa (1840).
 986. Luís Gago Leonardes (—), terceirense, recebeu um alvará de promessa um ofício de justiça ou fazenda, datado de 14 de agosto de 1642, em resultado da sua prestação no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642.
 987. Luís Gomes da Silva (31 de dezembro de 1865 — Praia da Vitória, d. 1930), terceirense, farmacêutico estabelecido em Angra e depois na Praia da Vitória, foi presidente da comissão administrativa do Asilo D. Pedro V da Praia da Vitória (1930).
 988. Luís Gonçalves (—), mestre de obras da fortificação costeira que sob projeto de Tommaso Benedetto de Pesaro dirigiu as obras de construção do Castelo de São Sebastião de Angra (Castelinho).
 989. Luís José Coelho (São Bento, c. 1775 — Angra (Conceição), 19 de julho de 1850), comerciante, escrivão

da Câmara de Angra e administrador da Casa de Suberra. Absolutista acirrado, foi vereador da Câmara de Angra eleita a 16 de abril de 1822. Esteve preso pela sua intransigência face aos ideais liberais e por oposição ao juramento da Carta (cf.: Valadão Júnior, «O último Capitão-General do regime absoluto na Ilha Terceira», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. 2 (1944), pp. 65-66).

990. Luís José de Vasconcelos (Lisboa (Mercês), c. 1765 — Angra (Conceição), 23 de novembro de 1833), fixou-se na Terceira antes de 1795, onde foi um grande negociante da praça de Angra, ligado à exportação de laranja, e sargento de Milícias. Além de mercador de grosso trato, era um homem de sociedade, cidadão benquisto e um político ativo, que pôs os seus dotes a favor da política liberal da época. Esteve preso na sequência dos acontecimentos de 3 e 4 de agosto de 1823 e foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1828. Foi sargento de no Exército Libertador e vereador da Câmara de Angra em 1844-1845 (cf.: Valdemar Mota, «A família Frederico de Vasconcelos na economia açoriana e no Museu de Angra», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LXII (2004), pp. 241-242).
991. Luís Lopes Ramos da Silva (Penafiel, 13 de outubro de 1862 — c. 1911), oficial do Exército. Destacou-se nas campanhas de pacificação em África. Fez parte da coluna de operações ao Cuamato, Mufilo, Acongo e Damequero e foi agraciado com o grau de cavaleiro da Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito e o grau de cavaleiro da Real Ordem Militar de São Bento de Avis. Fora condecorado com a medalha de prata Rainha D. Amélia.
992. Luís Manuel de Moraes Rego (Lisboa, 1782 — Angra do Heroísmo, 3 de maio de 1840), oficial do Exército que desempenhou papel relevante no período conturbado que se seguiu ao golpe liberal de 2 de abril de 1821 em Angra e nos anos finais da Capitania-Geral dos Açores. Foi pai do general José Maria de Moraes Rego, nascido em Angra, que foi Ministro da Guerra em 1870.
993. Luís Meireles do Canto e Castro Merens de Távora (Angra, 31 de janeiro de 1816 — Algés, 31 de julho de 1876), último morgado dos Meireles e dos Merens, senhor de uma grande fortuna, foi proprietário da Quinta da Candelária, em São Mateus, da Quinta da Salga e de muitos outros prédios (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, p. 754).
994. Luís Pacheco de Lima (Angra, 7 de fevereiro de 1806 — Angra do Heroísmo, 4 de junho de 1883), fidalgo cavaleiro da Casa Real e grande proprietário. Miguelista, era cadete no Regimento de Milícias de Angra aquando da revolução de 1828, acabando por ficar preso nas masmorras do Castelo de São João Baptista por vários anos. Após a amnistia que se seguiu à vitória liberal, teve uma carreira política, sendo eleito presidente da junta de paróquia de São Pedro e presidente da comissão eleitoral legitimista de Angra instalada em finais de 1857 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, pp. 759-761).
995. Luís Pacheco de Lima [e Lacerda de Vasconcelos] (São Bento, 2 de março de 1773 — Angra, 28 de julho de 1843), rico morgado, fidalgo cavaleiro da Casa Real, capitão do Regimento de Milícias de Angra e sargento-mor de Ordenanças de Angra. Legitimista convicto, seguiu o partido miguelista, foi preso e exilado para Inglaterra, tendo os bens sequestrados. Regressou após a amnistia e retomou a administração das suas vastas propriedades. Os seus filhos Luís Pacheco de Lima e Estêvão Pacheco de Lima, também miguelistas, foram igualmente presos e exilados (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, pp. 757-759).
996. Luis Pérez de Vivero y Menchaca (1615 — Alcántara, Cáceres, 8 de maio de 1664), mais tarde 4.º conde de Fuensaldaña, aristocrata e experiente militar.
997. Luís Pinto de Mendonça Arrais (Seia, 9 de julho de 1787 — Lisboa, 30 de junho de 1859), 1.º barão de Valongo e 1.º visconde de Valongo, oficial general do Exército, com uma distinta carreira militar nas forças liberais, e político que, entre outras funções de relevo, foi prefeito da Província Ocidental dos Açores, governador civil de Coimbra e deputado às Cortes eleito pelo círculo de Trancoso. Foi feito barão de Valongo por Decreto de 28 de setembro de 1835 e elevado a visconde de Valongo por Decreto de 10 de março de 1842.
998. Luís Pinto de Sousa Coutinho (Leomil, 27 de novembro de 1735 — Lisboa, 14 de abril de 1804), primeiro visconde de Balsemão de juro e herdade, aristocrata e político. Foi governador da capitania de Mato Grosso, de 1769 a 1772, secretário de estado (ministro) durante o reinado de D. Maria I e guarda-mor da Torre do Tombo.
999. Luís Roque Sousa Coutinho Monteiro Paim (Paris, 1 de fevereiro de 1783 — Lisboa, 5 de abril de 1850), 3.º conde de Alva e 1.º marquês de Santa Iria, aristocrata que esteve exilado em Londres, integrou as tropas liberais reunidas na Terceira e participou no desembarque no Mindelo e no Cerco do Porto. O título de marquês de Santa Iria foi criado por decreto da rainha D. Maria II, de 4 de abril de 1833. Usaram o título: (1) Luís Roque de Sousa Coutinho Monteiro Paim, 3.º conde de Alva e 1.º marquês de Santa Iria; (2) José Luís de Vasconcelos e Sousa (1888-1966).
1000. Luna Benarus (Angra do Heroísmo, 27 de setembro de 1871 — Lisboa, após 1964), filha do negociante angrense José Benarus e de sua mulher Estrela Bensabat. Faleceu em avançada idade (em 1964 ainda era viva, com 93 anos de idade e residente em Lisboa). Casou com Jaime Sabat Pinto. «*Prendada no sentido artístico, cultivou a pintura com esmero e foi uma das quatro damas da sociedade angrense escolhidas para interpretar Concordância por Ascher, ao piano, executado por oito mãos, no famoso concerto musical integrado no ciclo das festas comemorações henriquinas, realizadas em 1894 na capital terceirense*» (cf.: Pedro de Merelim, *Os Hebraicos na Ilha Terceira*, pp. 176-177).

1001. Luzia Francisca da Silveira Bettencourt (Praia da Graciosa, 1789 — 1851), irmã do barão da Fonte do Mato, casou com Francisco Pereira Lopes de Ataíde.
1002. Manuel Alves de Bettencourt (Angra do Heroísmo (Sé), 14 de janeiro de 1840 — Angra do Heroísmo (Santa Luzia), 14 de julho de 1906), comerciante, vereador da Câmara Municipal de Angra e presidente da direção do Asilo de Mendicidade em 1901. Distinguiu-se na luta contra a extinção da moeda açoriana.
1003. Manuel António Ferreira Deusdado (Rio Frio, Bragança, 7 de abril de 1858 — Lisboa, 21 de dezembro de 1918), pedagogo e pedagogista, filósofo, pensador, escritor e publicista, que se notabilizou pela publicação da *Revista de Educação e Ensino*, na qual pugnou pela reforma do sistema educativo, com destaque para o ensino da Geografia. Também se dedicou ao estudo da filosofia tomista e da filosofia do Direito, com múltiplos trabalhos sobre as reformas dos sistemas presidiários e penitenciários de reabilitação penal e sobre a imputabilidade. Católico militante e conservador, com um pensamento no qual estão presentes laivos de nacionalismo, é reconhecido como um dos precursores do movimento do Integralismo Lusitano.
1004. Manuel António Lino Júnior (Angra do Heroísmo, 4 de janeiro de 1865 — Angra do Heroísmo, 15 de junho de 1927), médico, professor liceal e político. Entre outras funções de relevo, foi governador civil do Distrito da Horta. Foi poeta e dramaturgo de nomeada, distinguindo-se também na música e na floricultura e jardinagem. Solteiro, bacharel em Medicina (Universidade de Coimbra), médico de clínica geral, especialmente dedicado à oftalmologia. Médico municipal do concelho de Angra (1896-1900), delegado de saúde do Distrito de Angra (1900-1919), Guarda-Mor de Saúde (1919-1926) e Inspetor de Saúde até falecer. Foi ainda professor de Química e Ciências Naturais do Liceu Nacional de Angra do Heroísmo. Foi presidente da Comissão Distrital Executiva do Partido Regenerador Liberal, de João Franco, eleita em Angra a 2 de março de 1904 e composta também pelo Dr. Alfredo da Silva Sampaio, conselheiro José Pereira da Cunha, José Narciso Parreira Fagundes, António da Silva Baptista e Eugénio da Silva Camacho. Governador civil da Horta (12 de junho de 1906 a 15 de setembro de 1906). Fundou em 1895 a «*Estudantina Angrense*», cuja orquestra reunia os melhores elementos musicais de então, sendo ele próprio exímio executante de bandolim. Publicou a opereta em 1 acto, prólogo e 3 atos intitulada *Rosas e Crisântemos* (Angra, Tipografia Sousa & Andrade, 1913, 35 p.), que constituiu um dos maiores êxitos do teatro musicado do seu tempo, levado à cena em diversas temporadas no Teatro Angrense. É também autor de *Luz Bendita: drama em verso*, inspirado no conto homónimo de Guy de Maupassant (Angra, ed. do autor, 1916, 104 p.), representada no Teatro Angrense pela Companhia de Carlos de Oliveira a 27 de março de 1920. Na revista micalense «*Os Açores*», 1928, publicou ainda os 1.º e 2.º atos da peça *Os Ratos*, desconhecendo-se atualmente onde se encontra o resto da peça, cuja publicação se interrompeu por a revista ter deixado de se publicar. A sua intensa atividade de animador teatral, levou-o ainda a traduzir muitas outras peças, que não editou e que corriam em forma manuscrita. A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo deliberou homenageá-lo, mandando colocar um busto de mármore no Jardim Duque da Terceira, da autoria do mestre canteiro da Ribeirinha, Francisco Matias, o qual foi inaugurado a 16 de outubro de 1949 com a seguinte legenda: «*Dr. Lino / 1865-1927 / Cultivou / As flores / As Letras / A Música*» (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, pp. 426-427; Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral, «O Dr. Manuel António Lino Médico-Poeta-Artista», in: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XVII (1959), pp. 166-190).
1005. Manuel António Veloso (Angra (Sé), 1810 — Angra do Heroísmo (Sé), 15 de setembro de 1888), terceirense, condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria.
1006. Manuel Augusto Coelho Borges (Angra, 26 de outubro de 1816 — Angra do Heroísmo (Sé), 1 de outubro de 1890), secretário-geral do Governo Civil de Angra do Heroísmo, vogal do conselho do Distrito e governador civil interino de 23 de julho a 20 de agosto de 1870. Estivera emigrado na Bahia, onde lecionara num colégio que adquirira em parceria com um irmão. Era militante do partido Legitimista (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 286-287).
1007. Manuel Augusto de Ávila (Santa Cruz da Graciosa, 1 de janeiro de 1854 —), oficial do Exército.
1008. Manuel Augusto Gaspar (Angra do Heroísmo, 25 de março de 1843 — Lisboa, 13 de abril de 1901), notável músico militar, trompetista e regente de banda, que se notabilizou como regente da banda da Guarda Municipal de Lisboa (atual banda da Guarda Nacional Republicana).
1009. Manuel Basílio Coelho Borges Rocha (Angra do Heroísmo, 14 de junho de 1846 — Angra do Heroísmo, 15 de julho de 1894), advogado de provisão em Angra e Praia, tesoureiro e vereador da Câmara Municipal de Angra e depois administrador do concelho, vogal da Junta Geral e comissário de polícia interino. Era agente consular dos Estados Pontifícios na ilha Terceira, por carta do vice-cônsul nos Açores de 12 de maio de 1868, confirmada pelo cônsul-geral em Lisboa e por carta régia de 3 e 14 de agosto do mesmo ano. Publicou *O Boletim Judicial* e colaborou em vários jornais. Por ocasião da sua morte, «*O Angrense*», órgão do Partido Progressista, de cuja comissão executiva fazia parte, publicou, em primeira página um longo artigo necrológico onde se afirma: «*Educado com esmero por seus illustres progenitores, soube sempre patentear o resultado da sua aplicação, mostrando no desempenho de diversos cargos, tanto de eleição popular como de confiança política, os recursos da sua esclarecida intelligencia. Ultimamente exercia a nobre profissão d'advogado de provisão nos auditorios das comarcas d'Angra do Heroismo e Praia da Victoria. Creado nos salutareos principios da religião do Crucificado, foi sempre um catholico fervoroso, dando prova cabal dos seus elevados sentimentos religiosos ao conhecer que se lhe avisinhava a implacavel morte, pois que, antes de partir d'este desterro da vida, recebeu a seu pedetio com toda a resignação os sacramentos da Santa Igreja*». Tinha casa na Rua de Jesus e era proprietário da Quinta da Nossa Senhora das Almas, na canada do mesmo nome, em São Carlos, que

herdou de sua avó paterna. Era também proprietário do «*Estabelecimento de Trens de Aluguer*», na Rua da Palha e agente da Companhia de Seguros Bonança (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, p. 288).

1010. Manuel Bernardo Borges de Azevedo Enes (Vila do Topo, 13 de março de 1856 — Paris, 5 de dezembro de 1905), advogado e jornalista, formado bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra em 1887. Exerceu advocacia e jornalismo em Lisboa.
1011. Manuel Bernardo de Abreu Lopes (Angra, 12 de agosto de 1804 — Angra do Heroísmo, 12 de março de 1865), era funcionário da Fazenda quando integrou a Companhia de Voluntários da Rainha formada em Angra em 1828. Participou nas campanhas da Guerra Civil, tendo em 1836, aquando da desmobilização, sido nomeado funcionário da provedoria do concelho e depois escrivão da administração do concelho de Angra, cargo que detinha ao falecer.
1012. Manuel Bernardo de Sousa Enes (Vila do Topo, 5 de novembro de 1814 — Portalegre, 8 de setembro de 1887) depois de uma estadia de alguns anos na Terceira, onde foi professor primário da escola masculina da freguesia de Santa Bárbara, e no Brasil, onde foi ordenado presbítero, matriculou-se na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra. Concluído o curso, em 1854 foi convidado a ingressar no corpo docente da Faculdade de Teologia, instituição onde se doutorou, em 16 de julho de 1857, e onde foi nomeado lente em 1861, passando a catedrático em 1872, regendo, em simultâneo, entre 1871 e 1873, no Seminário de Coimbra, as cadeiras de Direito Natural, Teologia Moral, Direito Canónico e Dogmática Especial. Foi sucessivamente bispo de Macau (1873-1883), bispo de Bragança e Miranda (1883-1886) e finalmente de bispo de Portalegre (1886-1887).
1013. Manuel Caetano (Angra do Heroísmo (São Pedro), 23 de maio de 1855 —), terceirense, oficial de Infantaria, durante muito tempo o redator principal do semanário *O Imparcial*, que se publicou em Angra. Notabilizou-se pelas suas produções, em prosa e verso.
1014. Manuel Correia de Melo (Velas, c. 1580 — Velas, c. 1650), ouvidor do capitão do donatário e capitão-mor da vila das Velas quando ali foi aclamado o rei D. João IV. Era irmão de Pedro Correia de Melo e quarto neto por varonia de Pedro Correia da Cunha, capitão do donatário na ilha Graciosa. Mereceu do rei D. João IV o hábito de Cristo e uma capitania de naus da Índia, com as respetivas tenças.
1015. Manuel Corte-Real (Angra, c. 1510 — Lisboa, 1578), filho e sucessor de Vasco Anes Corte-Real, foi o 3.º capitão do donatário nas capitanias de Angra e da ilha de São Jorge, cargos que exerceu de 1537 até falecer. Pertencente à poderosa família Corte-Real, ao tempo em rápida ascensão social apoiada em sucessivos casamentos com membros da melhor aristocracia do reino, fez parte da primeira geração de capitães que passou a viver em Lisboa, deixando as capitanias entregues aos cuidados dos seus ouvidores. Foi, como os seus antecessores, senhor da Terra Nova, confirmado por cartas régias de 6 de agosto de 1538 e de 12 de julho de 1574. Pretendendo ter a posse efetiva dessas paragens, em 1567 preparou três navios com gente da ilha Terceira para a povoarem. O projeto terá, contudo, resultado em insucesso, não se conhecendo as causas. Foi pai do humanista, poeta e pintor Jerónimo Corte-Real, senhor do morgado da herdade de Vale da Palma, em Nossa Senhora de Machede, concelho de Évora. Casou com a dama espanhola D. Beatriz de Mendoza, filha de Iñigo López de Mendoza e de Maria Bazán, dama da rainha D. Catarina, filha do 2.º visconde de Palacios de Valduerna. Associou assim na sua descendência a família Corte-Real às ilustres famílias espanholas de Mendoza e de Bazán (cf.: Dionísio David, «Corte-Real, Manuel» in Luís de Albuquerque (coord.), *Dicionário de História dos Descobrimentos*, vol. I, p. 303. Círculo de Leitores, Lisboa, 1993).
1016. Manuel Corte-Real (Lisboa, c. 1550 — Alcácer-Quibir, 1578), filho de Vasco Anes Corte-Real, o terceiro do nome. Solteiro, morreu na batalha de Alcácer-Quibir em 1578, extinguindo a linha varonil da família. A sua morte sem descendência levou a que Margarida Corte-Real, sua irmã, herdasse as capitanias de seu pai, passando-as, por casamento, para D. Cristóvão de Moura, 1.º marquês de Castelo Rodrigo, que em 1582 as assumiu.
1017. Manuel da Câmara (1504 — Lisboa, 13 de março de 1578), filho de D. Filipa Coutinho e de Rui Gonçalves da Câmara, capitão do donatário em São Miguel, tendo-lhe sucedido no cargo (sendo o quarto da família a exercer a capitania). Feito prisioneiro aquando da queda de Santa Cruz do Cabo de Gué, para onde tinha sido enviado em socorro da guarnição sitiada, esteve dois anos prisioneiro em Marrocos. Regressado do cativeiro permaneceu em Lisboa até 1552, sendo nesse ano enviado para São Miguel a requerimento das câmaras da ilha. Permaneceu ali até 1554 em trabalhos de fortificação da costa contra os ataques de piratas. Regressou a São Miguel na sequência das erupções de 1563 no Pico do Sapateiro e na Lagoa do Fogo, ali permanecendo até 1573.
1018. Manuel da Cunha e Simas (Santa Cruz da Graciosa, 28 de março de 1802 — Santa Cruz da Graciosa, 21 de abril de 1877), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831, distinguiu-se na implantação do regime liberal na Graciosa. Foi administrador do concelho da Praia da Graciosa.
1019. Manuel da Silva Castanho (c. 1806 — Angra do Heroísmo (Sé), 15 de outubro de 1855), capitão do Batalhão de Caçadores Voluntários da Rainha, organizado em Angra a 22 de junho de 1828 e reorganizado em 25 de outubro de 1839.
1020. Manuel da Silva Coutinho (Santarém, 1541 — Angra, 8 de agosto de 1583), 1.º conde de Torres Vedras (por D. António), mais conhecido por conde Manuel da Silva, foi o principal apoiante de D. António, Prior do Crato, entre a aristocracia portuguesa. Acompanhou o Prior do Crato no exílio para França, tendo

depois sido seu lugar-tenente na ilha Terceira até à submissão da ilha a Filipe II de Espanha na sequência do desembarque da Baía das Mós. Feito prisioneiro, foi decapitado por ordem de D. Álvaro de Bazán, 1.º marquês de Santa Cruz de Mudela.

1021. Manuel da Vera Cruz (frei) (—), frade franciscano, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
1022. Manuel de Andrade (Velas — d. 1912), jorgense, advogado de provisão na comarca das Velas e administrador do concelho de Velas (até 1912). Foi redator de *O Jorgense*.
1023. Manuel de Assis Mascarenhas Castelo Branco da Costa Lencastre (Lisboa, 18 de julho de 1778 — Lisboa, 5 de fevereiro de 1839), conde de Sabugal, intelectual, poliglota, dado à poesia e à tradução. Liberal moderado, esteve desterrado na ilha de São Miguel e em França e Inglaterra. Par do reino no vintismo, foi nomeado pelo governo de D. Maria II, rainha no exílio, ministro de Portugal na corte do Brasil.
1024. Manuel de Azevedo da Cunha (Calheta, 1 de janeiro de 1861 — Calheta, 13 de agosto de 1937), sacerdote, historiador, professor e jornalista, a quem a vila da Calheta, em São Jorge, deve a criação de alguns dos seus jornais mais relevantes.
1025. Manuel de Barcelos da Câmara Vasconcelos (c. 1585 —), distinguiu-se no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642. Foi alcaide-mor do Castelo de São Sebastião de Angra, nomeado por carta régia de 7 de outubro de 1649.
1026. Manuel de Barcelos Machado (Angra —), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1791). Foi vereador da Câmara de Angra eleita a 16 de abril de 1822.
1027. Manuel de Bettencourt (—), jorgense, foi soldado granadeiro no Exército Libertador, tendo feito toda a campanha da Guerra Civil Portuguesa.
1028. Manuel de Bettencourt e Cunha (Santa Cruz da Graciosa, 1 de janeiro de 1772 —), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
1029. Manuel de Castro (—), sargento, condecorado com a medalha n.º 6 das Campanhas da Liberdade.
1030. Manuel de Gouveia (D.) (Gouveia, c. 1530 — Angra, 4 de novembro de 1596), 8.º bispo da Diocese de Angra, que governou de 1584 a 1596. Com o governador e mestre-de-campo D. Antonio de La Puebla lançou em 1592 a primeira pedra do Castelo de San Filipe, hoje Castelo de São João Baptista. Também lhe coube, a 10 de maio de 1595, benzer a primeira pedra do Colégio dos Jesuítas de Angra, hoje o Palácio dos Capitães-Generais.
1031. Manuel de Medeiros Costa Canto e Albuquerque (Ponta Delgada, São Sebastião, 10 de abril de 1798 — Ponta Delgada, São Pedro, 28 de abril de 1847), 1.º barão das Laranjeiras, fidalgo de cota de armas, foi um rico terratenente da ilha de São Miguel que se distinguiu como líder do movimento liberal que levou à revolta de 1821 em Ponta Delgada. Foi um dos principais financiadores da preparação do Exército Libertador que culminou no desembarque no Mindelo.
1032. Manuel de Moura Corte-Real (Madrid, 17 de agosto de 1590 — Madrid, 28 de janeiro de 1651), 1.º conde de Lumiares e depois 2.º marquês de Castelo Rodrigo, aristocrata que ao serviço de Filipe IV de Espanha desempenhou importantes funções diplomáticas e governamentais. Foi embaixador junto da Santa Sé e na corte imperial de Viena, governador dos Países Baixos Espanhóis (1644-1647) e plenipotenciário à Paz de Münster concluída no ano de 1648. Distinguiu-se, ainda, como genealogista.
1033. Manuel de Sá e Silva (Paços de Brandão, 1852 — Califórnia, 1932), artista multifacetado que se dedicou à fotografia, mas que também trabalhou como escultor, relojoeiro, ourives, pintor e violeiro. Foi dono do estúdio fotográfico «*Photographia Angrense*». Oriundo de uma família ligada à Fábrica de Papel do Prado, foi convidado por um grupo de capitalistas terceirenses para montar a fábrica de papel da Terceira, cuja direção assegurou enquanto funcionou. Foi viver para Boston em 1920, tendo permanecido durante alguns anos naquela cidade, onde casou a sua filha e lhe nasceu a primeira neta. Regressou à Terceira em meados de 1925, mas viria a falecer na Califórnia, onde se encontrava de visita a seus filhos (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 577).
1034. Manuel de Simas Machado (—), picoense, sargento, condecorado com a medalha n.º 3 da Medalha das Campanhas da Liberdade.
1035. Manuel de Sousa de Meneses (c. 1690 — Vila de São Sebastião, 1755), presbítero que em 1755 era vigário da igreja matriz da Vila de São Sebastião. Notabilizou-se como genealogista.
1036. Manuel de Sousa Machado da Cunha (Santa Cruz da Graciosa — d. 1904), membro da direção do Asilo da Infância Desvalida aquando da visita régia de 1901 e vereador da Câmara Municipal de Angra (1902-1904). Era grande produtor de vinhos em Santa Cruz da Graciosa.
1037. Manuel de Sousa Pacheco (—), fidalgo da Casa Real, do Conselho de Sua Majestade e mestre-de-campo da gente de guerra do Exército. Foi despachado governador do castelo de São Filipe do Monte Brasil e capitão-mor dos Açores após a rendição daquela fortaleza, da qual tomou posse a 16 de agosto de 1642. Entendeu que a sua patente se alargava a capitão-mor das ilhas e por isso agregou a si todos os poderes e prerrogativas dos donatários, atitude que suscitou a oposição da gente da governança de Angra. A queixa de que o rei mandara um governador com poderes mais latos do que aqueles que haviam tido os governadores espanhóis foi atendida, tendo o rei reduzido o cargo de Manuel Sousa Pacheco só a

governador do Castelo. Este sentiu-se ofendido e tomou a resolução de abandonar Angra antes da chegada do seu sucessor, no que foi impedido pelas autoridades angrenses que o ameaçaram de recorrer à força se necessário. Acabou por ser substituído a 2 de maio de 1645.

1038. Manuel de Sousa Rebelo de Vasconcelos Raivoso (Fafe, 1782 — Lisboa, 21 de agosto de 1842), militar do Exército que se distinguiu nas campanhas da Guerra Peninsular e teve importante papel na defesa da Terceira durante a guerra civil. Foi deputado às Cortes (1834-1836) e par do reino eletivo (1838 e 1840).
1039. Manuel de Sousa Ribeiro (Angra do Heroísmo, 1865 — Angra do Heroísmo, c. 1930), guarda da biblioteca do Liceu de Angra e proprietário de uma loja de encadernações e tipografia a que estava associada a casa editora Minerva, na rua Direita, junto à igreja da Misericórdia, muito utilizada pela intelectualidade açoriana da época e cuja chancela aparece em dezenas de publicações. Era filho de João de Sousa Ribeiro Jr., jornalista do semanário *O Angrense*, órgão do Partido Progressista, músico amador e um dos fundadores da Filarmónica Recreio dos Artistas.
1040. Manuel do Canto e Castro (Angra, 27 de outubro de 1610 — Angra, 3 de junho de 1669), fidalgo cavaleiro da Casa Real, filho de Manuel do Canto e Castro, o Velho, provedor das Armadas e Naus da Índia. Foi militar com carreira feita em Espanha, tendo publicado uma obra intitulada *Dos Esquadroens modernos* (Madrid, 1639).
1041. Manuel do Canto Teixeira (Praia, 29 de dezembro de 1609 —), teve a mercê do comando de uma companhia de ordenanças e o cargo de sargento-mor da vila da Praia, em resultado da sua prestação no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642.
1042. Manuel do Rego da Silveira (Angra, c. 1560 — Angra, c. 1630), foi proprietário de terrenos no Monte Brasil, dos quais foi expropriado para a construção do Castelo de São Filipe.
1043. Manuel dos Santos de Mendonça (Santa Cruz da Graciosa, c. 1750 —), pai de Faustino José da Veiga.
1044. Manuel Fernandes (—), terceirense, «*foy tam insigne Piloto de toda Hespanha que foy o primeyro que descubrio a derrota de Portugal a Malaca sem antes desta tocar na Índia e em Goa o fazião Piloto mór do Sul, mas El-Rey D Sebastião o chamou & levou por Piloto mór da sua Galé Real & seu Real Galeão São Martinho, em que a ultima vez passou a Africa & o honrou com o hábito de Christo, tenças & outras honras & tendo sido examinado pelos mayores Pilotos de Portugal confessarão todos a El-Rey que aquelle homem sabia tudo o que elles sabião & que todos elles não sabião o que mais sabia elle*». (cf.: António Cordeiro, *Historia Insulana*, cap. XVI, p. 305. Lisboa, 1717).
1045. Manuel Fernandes Cabral (—), recebeu carta de cavaleiro em 1542 pelos seus serviços em Azamor.
1046. Manuel Fernandes de Melo (—), recebeu o cargo de recebedor de imposição dos dois por cento e uma conezia para um filho presbítero pelos seus serviços no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642.
1047. Manuel Ferraz de Menezes (Cabo da Praia, 13 de agosto de 1868 — Coimbra, 5 de setembro de 1938), oficial do Exército, falecido no posto de capitão. Prestou serviço no ultramar.
1048. Manuel Ferreira Giraldes (Angra do Heroísmo, 15 de dezembro de 1868 — Aldeia Galega do Ribatejo, 10 de maio de 1916), farmacêutico pela escola do Porto (1891). Era filho de um farmacêutico homónimo, que trabalhou na Santa Casa da Misericórdia de Angra (desde 1861) e faleceu em 1883. A 1 de novembro de 1908 foi eleito presidente da Câmara Municipal de Aldegalega do Ribatejo, à cabeça da lista de candidatos do Partido Republicano Português. Tomou posse a 30 de novembro de 1908, sendo a primeira câmara republicana de Aldegalega do Ribatejo, hoje Montijo, e uma das primeiras do país. É lembrado na toponímia do Montijo.
1049. Manuel Freire de Freitas (—), major de cavalaria, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831. Liberal, fora Governador das Armas da Província do Rio Grande do Norte. Fez parte da força enviada de Angra para submeter a ilha de São Jorge, tendo sido daí enviado à Graciosa.
1050. Manuel Gomes de Sampaio (Santarém, 7 de fevereiro de 1785 — Angra do Heroísmo, 2 de fevereiro de 1861), médico-cirurgião no Exército, onde atingiu o posto de cirurgião-de-brigada. Aderiu ao movimento liberal e, incorporada no Exército Libertador, participou ativamente na Guerra Civil, com destaque para o Cerco do Porto. Distinguiu-se no recontro de Ponte Ferreira, sendo por isso agraciado com o hábito da Ordem de Cristo. Terminada a guerra, exerceu diversas funções políticas de relevo, entre as quais as de presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Foi pai do médico e naturalista José Augusto Nogueira Sampaio e sogro de José Silvestre Ribeiro.
1051. Manuel Gonçalves (—), confirmado cavaleiro por carta de 8 de junho de 1545 pelos seus serviços feitos em Arzila no ano de 1537.
1052. Manuel Gonçalves Carvão (Lajes do Pico, c. 1615 — Angra, 2 de novembro de 1661), filho de um sapateiro das Lajes do Pico, mercador, procurador do concelho e vereador da Câmara de Angra. Recebeu o cargo de tesoureiro geral do donativo das décimas nos Açores, uma pensão e o hábito de Santiago pelos seus serviços no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 101-102). Foi origem da poderosa família Carvão da ilha Terceira.
1053. Manuel Gonçalves de Toledo Machado (Fontinhas, 19 de maio de 1806 — Fontinhas, 22 de junho de 1899), um dos mais ricos proprietário do concelho da Praia, com grandes propriedades nas Fontinhas.

Foi capitão do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839. Foi presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória (1868-1869) e procurador à Junta Geral (1876) (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IX, p. 436).

1054. Manuel Gonçalves Pacheco (Angra, c. 1550 — Angra, 1631), presbítero, licenciado em Cânones pela Universidade de Coimbra (1573 e 1574), arcediogo da Sé de Angra, que atuou como emissário do bispo D. Pedro de Castilho e dos partidários de Filipe II de Espanha junto de Ciprião de Figueiredo e de outras personalidades relevantes na governança dos Açores (cf.: *Arquivo dos Açores*, vol. XIV, p. 157).
1055. Manuel Goulart de Medeiros (Horta, 24 de março de 1861 — Lisboa, 18 de fevereiro de 1947), oficial do Exército, político e maçom que, entre outras funções de destaque, foi deputado, senador e Ministro da Instrução Pública durante a Primeira República Portuguesa.
1056. Manuel Homem da Costa Noronha (Angra do Heroísmo, 13 de janeiro de 1828 — Angra do Heroísmo, 5 de novembro de 1897), mais conhecido por Manuel Homem de Noronha, filho do 1.º barão e 1.º visconde de Noronha, funcionário público e administrador de uma casa vincular, exerceu destacadas funções políticas ligado ao Partido Regenerador, de que foi dirigente distrital. Foi vice-presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, vogal da Junta Geral do distrito e presidente da respetiva comissão executiva. Foi deputado às Cortes, eleito nas listas do Partido Regenerador pelo círculo de Torres Novas (1865-1868) e governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo (1895-1896), nomeado pelo governo de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro. Na década de 1890 foi um dos principais defensores da autonomia dos Açores na ilha Terceira, tendo participação muito ativa na campanha autonómica daquela época. Foi membro da Comissão Autonomica do Distrito de Angra do Heroísmo e, nessa qualidade, um dos relatores do relatório que levaria à criação do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo pelo Decreto de 6 de outubro de 1898 (cf.: Decreto de 6 de outubro de 1898, «*applicando ao districto de Angra do Heroismo a organização administrativa, a que se refere o decreto de 2 de março de 1895*», in *Diário do Governo*, n.º 226, de 10 de outubro de 1898).
1057. Manuel Homem da Costa Noronha (Angra, 2 de janeiro de 1807 — Furnas, 25 de setembro de 1832), filho de Manuel Homem da Costa Noronha Ponce de Leão e de D. Úrsula Cândida do Canto, fidalgo cavaleiro da Casa Real. Foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1822. Tomou parte ativa no movimento liberal de 1828 e participou incorporado nas forças liberais na submissão das restantes ilhas. Acusado de envolvimento na morte de dois realistas nos arredores das Velas e de ter mutilado um dos cadáveres, foi morto por dois guerrilheiros miguelistas (os «*calcetas*») quando se encontrava em casa de um amigo nas Furnas, ilha de São Miguel.
1058. Manuel Inácio Cardoso (Santa Cruz da Praia, c. 1825 — Angra do Heroísmo), grande comerciante na cidade de Angra, sócio fundador da Associação Comercial de Angra do Heroísmo.
1059. Manuel Inácio da Silveira (Velas, c. 1789 — Velas, 15 de junho de 1846), jorgense, alfaiate de profissão, soldado, foi um dos bravos que desembarcaram no Mindelo, fazendo toda a campanha da Guerra Civil.
1060. Manuel Inácio da Silveira Borges (Urzelina, 18 de abril de 1835 — Porto, 27 de maio de 1887), bacharel em Teologia pela Universidade de Coimbra (1870) e presbítero, foi professor de ensino livre em Coimbra, capelão-mor da Real Capela da Universidade de Coimbra, cônego da Sé do Porto e vice-reitor do seminário daquela cidade. Recebeu o título de monsenhor.
1061. Manuel Inácio de Noronha (Angra, 4 de maio de 1757 — Angra, 15 de junho de 1809), fidalgo cavaleiro da Casa Real, oficial do Exército, distinguiu-se na Campanha do Rossilhão. Foi nomeado em 1796 sargento-mor do Terço de Infantaria Auxiliar da Praia e em 1803 para o cargo de escrivão dos Órfãos da Praia. Casou no Porto em 1786 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 495).
1062. Manuel Inácio Martins Pamplona Corte Real (Angra, 8 de maio de 1762 — Elvas, 16 de outubro de 1832), feito 1.º barão de Pamplona em França e 1.º conde de Suberra em Portugal, oficial general e político da tendência pró-francesa da fase inicial do vintismo. Lutou na Crimeia integrado no exército russo, fez parte das forças aliadas que tomaram Valenciennes em 1793, participou na campanha do Rossilhão e, mais tarde, como oficial general da Legião Portuguesa, nas campanhas de Napoleão Bonaparte contra Portugal (3.ª invasão), a Áustria e a Rússia. Condenado à morte por colaboracionismo em 1811, foi amnistiado em 1821. Após a amnistia, entre muitas outras funções, foi deputado às Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa (1821-1822), ministro de várias pastas e Ministro Assistente ao Despacho, cargo correspondente ao de Primeiro-Ministro, durante o reinado de D. João VI, e embaixador em Madrid. Foi elevado à condição de par do reino, de conde de Suberra (1823) e de membro do Conselho de Estado. Faleceu preso no Forte da Graça, em Elvas, onde fora encerrado por ordem do rei D. Miguel.
1063. Manuel Joaquim de Andrade (—), terceirense, condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria.
1064. Manuel Joaquim de Meneses (Porto, 8 de agosto de 1778 — Almeida, 13 de outubro de 1835), 1.º e único barão do Cabo da Praia, oficial do Exército, onde atingiu o posto de brigadeiro. Distinguiu-se durante a Guerra Civil, em particular na Batalha da Praia, onde comandava o destacamento que defendia o Cabo da Praia, e durante o Cerco do Porto. Foi governador da Praça de Almeida, cargo que detinha quando faleceu. Foi feito barão do Cabo da Praia por decreto de 23 de setembro de 1835, da rainha D. Maria II, pela «*acrisolada fidelidade, bravura e constante devoção cívica de que tem dado repetidas provas durante a sua longa carreira militar*» e em especial pelos relevantes serviços militares na ilha Terceira em 1829, contribuindo para a vitória na Batalha da Praia, e no Cerco do Porto.

1065. Manuel Joaquim dos Reis (Angra (Sé), 19 de dezembro de 1831 — Angra (Conceição), 20 de março de 1898), funcionário da secretaria do governo civil e professor efetivo da cadeira da língua inglesa no Liceu Nacional de Angra do Heroísmo, onde exerceu o cargo de reitor no impedimento do próprio. Filho de um comerciante homónimo (Santarém, c. 1805 — Sé, 24 de janeiro de 1879), foi dirigente da Associação Comercial de Angra do Heroísmo.
1066. Manuel Joaquim Maciel Jr. (Angra, c. 1825 —), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1846). Foi delegado do Procurador Régio em Moura e juiz de Direito em Évora.
1067. Manuel Joaquim Nogueira (Tomar, 11 de novembro de 1783 — Caldas da Rainha, 2 de janeiro de 1862) bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, magistrado, conselheiro de Estado, comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e fidalgo cavaleiro da Casa Real. Foi pai de Rodrigo Zagalo Nogueira e avô de José Augusto Nogueira Sampaio.
1068. Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (Lisboa, 13 de novembro de 1842 — Lisboa, 8 de abril de 1895), prolífico escritor, jornalista e político, que se destacou como romancista, historiador e dramaturgo. Notabilizou-se particularmente no campo do romance histórico e do teatro, publicando algumas peças que foram encenadas por mais de um século. Foi diretor de vários periódicos de Lisboa, destacando-se como repórter parlamentar e analista político. Exerceu funções como deputado e par do Reino e foi Ministro da Marinha e Ultramar na fase decisiva das movimentações das potências europeias em torno da partilha de África que levou à Conferência de Berlim (1884-1885). Foi um dos fundadores da Sociedade de Geografia de Lisboa.
1069. Manuel José Borges da Costa (Angra, 15 de dezembro de 1798 — Angra do Heroísmo, 6 de janeiro de 1841), morgado, guarda-mor de saúde e escrivão da Câmara Municipal de Angra. Foi um político conservador, ligado ao cartismo.
1070. Manuel José Candeias (Santa Cruz (Praia da Vitória), 27 de outubro de 1831 — Angra do Heroísmo (Sé), 18 de abril de 1899), mestre da banda do Regimento de Caçadores n.º 10, distinto executante de barítono. Também prestou serviço no Regimento de Caçadores n.º 11, em Ponta Delgada. Compôs em 1869 o *Hino do Senhor Santo Cristo dos Milagres*, hoje ícone daquelas festas de Ponta Delgada e tocado por todo o arquipélago. Faleceu no Pico da Urze, mas o óbito foi registado na Sé, onde era paroquiano.
1071. Manuel José Coelho Borges (Angra do Heroísmo, 30 de maio de 1849 — Lisboa, 13 de março de 1925), oficial do Exército. Passou à reserva em 1902 e foi reformado no posto de coronel em 1907. Era irmão do general Teotónio Maria Coelho Borges.
1072. Manuel José Coelho Borges da Silva Quintanilha (Angra, 2 de janeiro de 1782 — Angra do Heroísmo, 26 de dezembro de 1846), militar, faleceu como major graduado em tenente-coronel de Infantaria. Foi irmão do poeta João Miguel Coelho Borges. Era ajudante de ordens do capitão-general em 1821 aquando da morte do general Francisco António de Araújo e Azevedo. Miguelista, foi eleito deputado às Cortes vintistas em 1821 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 285-286). Foi nomeado governador do Castelo de São João Baptista pelo governo interino miguelista instalado em Angra em 1823.
1073. Manuel José Constantino (—), terceirense, foi tenente do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839.
1074. Manuel José Correia da Silva e Melo (Santa Cruz da Graciosa, 27 de setembro de 1783 — Santa Cruz, c. 1850), também conhecido por Manuel José Correia de Melo, tabelião, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
1075. Manuel José da Fonseca (Angra, 10 de outubro de 1831 — Lisboa, c. 1912), bacharel em Direito, em 1855. Seguiu a magistratura, tendo sido juiz no Tribunal da Relação dos Açores (1892), transferido para o Tribunal da Relação de Lisboa (1893), do qual seria mais tarde vice-presidente (1904). Subiu a presidente daquele tribunal por Decreto de 10 de abril de 1906. Tomou posse a 11 de abril do mesmo ano. Terminou a sua carreira como juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça (1907). Integrou como vogal o Conselho Geral Penitenciário (1904). Sem funções em 1911.
1076. Manuel José da Silveira (Manadas, 1800 — Manadas, 13 de novembro de 1884), presbítero, cura de Manadas e signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
1077. Manuel José de Bettencourt (Guadalupe (Graciosa), 25 de janeiro de 1808 — Angra do Heroísmo (Sé), 28 de junho 1879), fez toda a Guerra Civil, permanecendo depois em Angra como sargento-ajudante da Companhia de Veteranos dos Açores e depois como alferes reformado associado ao comando do presídio da Fortaleza de São João Baptista. Poderá ser o Manuel José de Bettencourt Torres, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
1078. Manuel José de Bettencourt Torres (Guadalupe (Graciosa) — d. 1856), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
1079. Manuel José de Sousa (—), terceirense, condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria.
1080. Manuel José Homem da Costa Noronha Ponce de Leão (Angra, 14 de março de 1784 — Angra, 5 de julho de 1824), morgado, grande proprietário, fidalgo cavaleiro da Casa Real e coronel do Regimento de Milícias de Angra. Era primo de Teotónio de Ornelas Bruges, o 1.º conde da Vila da Praia da Vitória, e pai de Pedro Homem da Costa Noronha (1809-1870) e de Manuel Homem da Costa Noronha (1807-1832), dois jovens que se destacaram entre os principais apoiantes da causa liberal na Terceira.

1081. Manuel José Vieira (c. 1795 — Angra do Heroísmo (Hospital da Boa Nova), 17 de fevereiro de 1870), cabo reformado, condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria.
1082. Manuel Lourenço de Sousa e Rocha (Angra, 12 de novembro de 1822 — Angra do Heroísmo, 22 de junho de 1857), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. Pertenceu ao Batalhão Académico de 1846-1847 e era conhecido entre os condiscípulos como o «*Rocha Ilhéu*». Em março de 1848 fez parte da comissão que pretendeu marcar o 1.º aniversário do recontro do Alto Viso (Setúbal). Foi deputado às Cortes eleito pelo círculo de Angra do Heroísmo na legislatura de 1852-1856 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 415; *Dicionário biográfico parlamentar (1834-1910)*, vol. III, p. 486).
1083. Manuel Luís Maldonado (Angra, 8 de setembro de 1644 — Angra, 24 de outubro de 1711), militar e presbítero que se destacou como historiador e genealogista. Foi condestável, capelão e encarregado do hospital militar da Fortaleza de São João Baptista. É autor da *Fenix Angrence*, uma das obras de referência da historiografia açoriana.
1084. Manuel Machado da Silveira Nevoeiro (—), jorgense, integrou o Exército Libertador, tendo desembarcado no Mindelo. Fez algumas das campanhas da Guerra Civil.
1085. Manuel Machado Pamplona (Velas, 1845 — Velas, 1 de julho de 1910), escrivão do Juiz de Direito e notário na vila das Velas. Foi redator dos jornais *O Jorgense* e *Velense*.
1086. Manuel Maria da Costa (São Mateus da Calheta, 11 de novembro de 1843 — d. 1913), presbítero ordenado em 1869, cura nas paróquias das Doze Ribeiras, Terra Chã e São Mateus da Calheta (1885). Foi secretário do bispo D. João Maria Pereira do Amaral e Pimentel. Foi colaborador no jornal *O Catholico*, que se publicou em Angra do Heroísmo. Foi o principal promotor da construção da atual igreja de São Mateus, sendo lembrado na toponímia daquela localidade.
1087. Manuel Marques (frei) (—), frade franciscano, presbítero, comissário dos conventos franciscanos dos Açores e afamado pregador. Partidário de D. António, em 1581 dirigiu uma carta a Henrique III de França solicitando apoio para a causa antonina.
1088. Manuel Martins Pinto de Gouveia (Pedrogão Grande — Angra do Heroísmo), sargento artilheiro. Fez parte da guarnição da nau que conduziu D. João VI para o Brasil e participou na Guerra Peninsular. Fixou-se na Terceira, onde comandou o Forte Grande de São Mateus e onde faleceu.
1089. Manuel Nicolau Bettencourt Pitta (Angra, 5 de junho de 1826 — Lisboa, 23 de novembro de 1905), bacharel em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Coimbra (em 1853), e lente da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Foi clínico do Hospital de São José, e lente da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa.
1090. Manuel Nicolau de Almeida (D. frei) (Vila Franca de Xira, 25 de dezembro de 1761 — Lisboa, 11 de outubro de 1825), da Ordem dos Carmelitas Descalços, 26.º bispo da Diocese de Angra, tendo-a governado entre 1820 e 1825. Liberal convicto, cedo se envolveu na intensa atividade política que então se verificava na ilha Terceira, estabelecendo uma relação complexa de apoios pontuais e de contrapoder com o 8.º capitão-general dos Açores, o tenente-general Francisco de Borja Garção Stockler. Apesar de liberal, parece não ter participado diretamente na revolta constitucional de Angra de 2 de abril de 1821 e não ter tido papel ativo nos acontecimentos que dias depois levaram à morte de Francisco António de Araújo e Azevedo. Durante estes eventos, embora tenha enviado uma carta em que se escusava da comparência na sessão da Câmara de Angra em que se proclamou a Junta Provisória do Supremo Governo das Ilhas dos Açores, como membro nato da Junta subscreveu a expulsão do capitão-general Stockler. Ainda assim, aceitou partilhar com Stockler as funções de adido à Junta Governativa que se formou após ter sido jurada a Constituição de 1822, o que lhe valeu ser chamado com Stockler a Lisboa por ordem de D. João VI, aparentemente suspeito de não adesão ao regime constitucional. Esteve então preso em Camarate sem que se conheçam com certeza as acusações que sobre ele impenderam.
1091. Manuel Nunes Leitão (— d. 1688), fidalgo da Casa Real, mestre-de-campo de um terço do Minho, com serviço no Brasil, que se distinguiu na guerra da Restauração nas províncias do Alentejo e Minho. Foi provedor da casa de el-rei D. Afonso VI na Terceira e governador do Castelo de São João Baptista. Acompanhou D. Afonso VI quando este regressou a Lisboa em 24 de agosto de 1674, caindo em desgraça em resultado de uma complexa trama de suspeições em torno de uma pretensa tentativa de parte da nobreza angrense para repor no trono aquele rei.
1092. Manuel Nunes Leitão (Jr.) (— Angra, 27 de junho de 1702), fidalgo da Casa Real, homónimo de seu pai, militar que fora governador do Castelo de São João Baptista quando ali esteve preso o rei D. Afonso VI. Fez carreira militar, com passagem pela Paraíba, a partir de 1692. Por carta de 20 de junho de 1701, foi nomeado governador do Castelo de São João Baptista, para substituir André Cossaco que morrera assassinado nesse mesmo ano. Foi também agraciado, por carta de 12 de julho daquele ano, com o título do Conselho de Sua Majestade. Tomou posse do Castelo a 24 de outubro de 1701, falecendo no ano seguinte no exercício do cargo.
1093. Manuel Pacheco (—), oficial do Exército. Era tenente em 1902.
1094. Manuel Pacheco de Lima (Angra, c. 1490 — Ilha de São Tomé, 11 de junho de 1557), filho de João Pacheco e de Branca Gomes de Lima. Gaspar Frutuoso (*Saudades da Terra*, Liv. IV) regista que «foi o que descobriu o Reino de Angola, e foi por embaixador de el-Rei D. João, o terceiro, ao Rei do Congo, e lá morreu.» Uma primeira missão ao Congo, que também integrava Baltasar de Castro, foi enviada por

- D. Manuel I em 1520 (cf.: «Regimento de D. Manuel a Manuel Pacheco e Baltasar de Castro. 16 fev. 1520». In: Brásio, António (editor). *Monumenta Missionaria Africana*. 1.^a série, vol. I, documento 128. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952). Em 1556 foi novamente enviado ao Congo, como embaixador de D. João III, falecendo na ilha de São Tomé (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 731).
1095. Manuel Paim de Sousa (Praia, 22 de março de 1649 — Angra, 2 de agosto de 1693), filho de Francisco Ornelas Paim, recebeu uma pensão e o hábito de Cristo pelos serviços prestados por seu pai no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642.
 1096. Manuel Pereira Cabral de Lacerda (São Jorge, 1860 — Ponta Delgada, 23 de agosto de 1914), jornalista e diretor do Correio dos Açores, colaborou em quase todos os jornais que então eram publicados nos Açores. Foi amador teatral de grande mérito e deixou vasta obra publicada, maioritariamente dispersa pelos jornais da época.
 1097. Manuel Pinheiro (Angra do Heroísmo, 30 de julho de 1853 — Porto, 1906), funcionário superior das alfândegas, jornalista e escritor. Foi administrador dos concelhos da Praia da Vitória e de Santa Cruz da Graciosa e diretor da alfândega de Angra do Heroísmo e depois das alfândegas dos Açores e do Porto. Começou a sua carreira jornalística no jornal *A Independência*, passando, depois, para *O Angrense*, com colaboração dispersa por outros jornais. Escreveu parte dos 5.º e 6.º volumes das *Épocas Memoráveis da ilha Terceira*, que estavam incompletas pelo falecimento de seu pai, o historiador José Joaquim Pinheiro.
 1098. Manuel Rodrigues da Silveira Maciel (Ponta Delgada, —), oficial do Exército.
 1099. Manuel Serradas (Madeira, c. 1540 — Angra, 8 de agosto de 1583), comandou uma esquadra que partindo da Terceira saqueou algumas ilhas de Cabo Verde e a fortaleza de Arguim, aprisionando alguns partidários de Filipe II. Foi enforcado num cadafalso levantado nas traseiras dos Paços do Concelho após a conquista e saque de Angra pelas forças afetas a Filipe II de Espanha. A condenação à morte resultou do seu papel no comando da esquadra que saqueou Cabo Verde.
 1100. Manuel Sieuve de Meneses Zagalo Nogueira (Angra do Heroísmo, 13 de julho de 1843 — Leiria, 29 de março de 1917), bacharel formado em Medicina e Cirurgia Geral pela Universidade de Coimbra. Foi médico militar, participou nas campanhas de pacificação e ocupação em Moçambique (1896), terminando a sua carreira como tenente-coronel médico do Exército nas funções de diretor do Hospital Militar de Leiria.
 1101. Manuel Silveira de Sousa [Baptista] (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
 1102. Manuel Simplício Ferreira (Ribeirinha — Angra do Heroísmo (Sé), 5 de março de 1819), pai do oficial do Exército Luís de Barcelos Merens Lobo.
 1103. Manuel Teixeira Soares (Velas, 6 de dezembro de 1796 — Ponta Delgada (São Sebastião), 4 de março de 1879), bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra em 1826. Foi residir em Ponta Delgada, onde casou e integrou a governança autárquica. Era funcionário da Repartição de Fazenda e fiscal das alfândegas do distrito. Foi em 1839, sob a vereação camarária de Manuel Teixeira Soares, que foram criados os primeiros três postos de socorro a incêndios, espalhados pelas três freguesias da cidade de Ponta Delgada, embrião da atual Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários daquela cidade.
 1104. Manuel Teles Pinto de Leão (Santa Cruz da Graciosa, 8 de agosto de 1873 — Ribeira Grande, 11 de janeiro de 1965), médico cirurgião pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto, 1901. Exerceu clínica na ilha das Flores e depois na ilha de São Miguel. É autor de uma tese pioneira sobre a fisiologia do ciclismo (cf.: *Exercício velocipedico : efeitos physiologicos, contra-indicações, aplicações therapeuticas e hygiene : dissertação inaugural apresentada à escola Medico-Cirurgica do Porto*. Porto: Of. do Comércio, 1901).
 1105. Manuel Veloso de Armelim Júnior (Velas, 1 de fevereiro de 1857 — Lisboa, 4 de outubro de 1935), advogado, escritor e jornalista, era bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1887). Exerceu a sua profissão em Lisboa. Foi diretor do jornal de jurisprudência *O Correio Jurídico*, de Lisboa.
 1106. Manuel Vieira da Silva (Angra do Heroísmo (Santa Luzia), 22 de julho de 1868 — Angra do Heroísmo (Sé), 15 de setembro de 1950), amanuense da secretaria da Junta Geral. Principiou a sua carreira jornalística no semanário *O Industrial*, colaborando depois em outros jornais. Foi redator de *A Terceira*.
 1107. Manuel Vieira Mendes da Silva (Angra do Heroísmo, 28 de setembro de 1862 — Angra do Heroísmo, 14 de outubro de 1922), mais conhecido por Vieira Mendes, comerciante, editor e jornalista católico, fundador e primeiro diretor do jornal angrense *A União*. Estudou no Liceu e no Seminário de Angra e, como barítono, foi durante alguns anos capelão-cantor da Sé Catedral. Em 1882 vivia em Torres Vedras, onde era professor particular do ensino primário. Depois regressou à Terceira, onde, a 10 de janeiro de 1891, fundou o semanário «*Cartão de Visita*» e a 3 de dezembro de 1893 fundou o diário «*A União*», de que foi diretor até à sua morte. Participou em inúmeras campanhas de solidariedade a favor dos mais desfavorecidos, abrindo continuamente as colunas do seu jornal a recolhas de donativos. O seu prestígio bem se refletiu nos muitos artigos dedicados à sua memória publicados não só no seu jornal, mas também em quase todos os jornais dos Açores. Tinha um escritório de comissões e consignações e era agente em Angra da companhia de navegação «*Fabre Line*». Depois da sua morte, a viúva, a filha, o genro e o sobrinho António Hermínio Correia de Melo (que lhe sucedeu na direção de «*A União*»),

reformularam a sociedade, sob a denominação «*Vieira Mendes & C.^a Ld.^a*», mantendo os mesmos objetivos do pacto social inicial (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, pp. 88-89; João Maria Mendes, «Histórias familiares e comerciais de uma casa da rua da Sé e outras curiosidades», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LXXVII (2019), pp. 297-364).

1108. Manuel Vieira Tovar de Albuquerque (Molelos (Tondela), 28 de abril de 1776 — Lisboa, 14 de julho de 1833), aristocrata, oficial do Exército e administrador colonial. Foi o 9.º capitão-general dos Açores, do Conselho de Sua Majestade, comendador da Ordem de São Bento de Avis, coronel de cavalaria do Exército. Pertencia à Casa de Molelos e Botulho e era irmão de Francisco de Paula Vieira da Silva Tovar de Albuquerque, o 1.º visconde de Molelos. Governou a capitania do Espírito Santo, no Brasil, de dezembro de 1804 a dezembro de 1811. Nomeado capitão-general dos Açores a 21 de maio de 1824, desembarcou em Angra a 11 de julho daquele ano, tomando posse 3 dias depois. Oposto aos ideais liberais, a sua atividade foi apoiada pelos miguelistas terceirenses. Deposto pela revolução liberal ocorrida em Angra a 22 de junho de 1828, foi preso por ser simpatizante de D. Miguel e obrigado a abandonar a ilha.
1109. Manuel Vitorino Amarante (Velas, — Santo Amaro), tenente de milícias, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
1110. Manuel Vitorino de Bettencourt (Manadas, 28 de outubro de 1866 — Lisboa, 8 de janeiro de 1937), formado pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa em 1893, foi médico municipal de Angra do Heroísmo, facultativo do Hospital de Santo Espírito e do Hospital da Misericórdia da Praia da Vitória, guarda-mor da Estação de Saúde (1904), inspetor de Sanidade Marítima e diretor do Posto de Desinfecção de Angra. Genro do 2.º conde de Sieuve de Meneses, distinguiu-se na política, como figura de destaque do Partido Regenerador e, depois da implantação da República, chefiou o Partido Republicano Português no Distrito de Angra. Foi procurador à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo em 1898.
1111. Marcelino Coelho Bandeira (Tondela, c. 1797 — Achadinha, 1 de agosto de 1831), capitão de Caçadores da Beira-Alta, ajudante de ordens do general Sousa Prego, capitão-general dos Açores por D. Miguel. Este oficial pertencera à Divisão do Marquês de Chaves e estivera preso em São João da Foz, cumprindo sentença do Conselho Militar, sendo depois integrado como capitão de Caçadores 5 em Angra, onde aquando da aclamação da Carta Constitucional não escondeu o seu pendor miguelista. O capitão-general transferiu-o imediatamente para a ilha do Faial de onde passou para São Miguel e foi nomeado ajudante-de-ordens do novo capitão-general miguelista. Morreu em combate tentando sustentar o desembarque liberal na costa norte da ilha de São Miguel. O nome por vezes aparece com o apelido «*Quintal*» ou «*do Quintal*», referência à família que teve por solar o lugar de Quintal, na freguesia de Besteiros, do concelho de Tondela.
1112. Marcos de Noronha e Brito (Lisboa, 7 de julho de 1771 — Lisboa, 6 de maio de 1828), 8.º conde dos Arcos, alto aristocrata e político, último vice-rei do Brasil. Ao tempo exercia as funções de Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, departamento governativo que superintendia a governação dos Açores, arquipélago que na época era considerado um território ultramarino. Em consequência, recebia os relatórios e informações dos governadores e capitães-generais.
1113. Marcos Pinto Soares Vaz Preto (Sesimbra, 30 de dezembro de 1782 — Lisboa, 6 de dezembro de 1851), o «Padre Marcos», confessor e dileto amigo de D. Pedro IV e depois confessor e esmoler-mor de D. Maria II. Freire conventual da Ordem Militar de Santiago da Espada, apoiante da causa liberal, esteve emigrado em Inglaterra. Acompanhou D. Pedro durante a guerra civil, tendo depois desempenhado múltiplos cargos eclesiásticos e civis, entre os quais o de provedor e vigário-geral do Patriarcado de Lisboa. Foi deputado vintista de 1834 a 1851 e membro destacado da maçonaria. O título de Arcebispo de Lacedemônia, que era conferido ao bispo auxiliar do Patriarcado de Lisboa, nunca lhe chegou a ser confirmado pela Santa Sé. Foi autor de várias orações e sermões e de numerosos artigos publicados em órgãos da imprensa.
1114. Margarida Corte-Real (Lisboa, 1547 — Lisboa, 9 de julho de 1610), filha de Vasco Annes Corte-Real, o terceiro do nome, que por casamento com Cristóvão de Moura foi a 1.ª condessa e a 1.ª marquesa de Castelo Rodrigo. Por morte prematura do seu único irmão, foi herdeira da casa paterna, para o que seu pai obteve especial autorização real dispensando as suas capitánias da lei mental. Casou com D. Cristóvão de Moura, um dos mais fiéis apoiantes de Filipe II de Espanha, que viria a ser vice-rei de Portugal durante a União Ibérica. Foi mãe de D. Manuel de Moura Corte-Real, 2.º marquês de Castelo Rodrigo e 1.º conde de Lumiares, 6.º capitão do donatário em Angra e em São Jorge, e ainda capitão do donatário nas capitánias da Praia e das ilhas do Pico e Faial, importante diplomata e político espanhol.
1115. Maria Abarca (— Angra, 1512), esposa de João Vaz Corte-Real. Era filha de D. Pedro Abarca, fidalgo de Tui (Galiza). Veio para a Terceira integrada num grupo que, para além do marido, incluía o seu irmão, Pedro Abarca. Pedro Abarca desapareceria em 1501 na viagem de exploração ao noroeste do Atlântico em que acompanhava os seus sobrinhos Gaspar e Miguel Corte-Real (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. I, p. 29).
1116. Maria Adelaide de Barcelos Bettencourt Carvalhal (Angra do Heroísmo, 5 de janeiro de 1851 — Angra do Heroísmo, 20 de janeiro de 1930), esposa de José Pimentel Homem de Noronha, presidente da Câmara Municipal de Angra de 2 de janeiro a 12 de dezembro de 1899 e de 21 de novembro de 1900 a 8 de setembro de 1901 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. I, p. 584).
1117. Maria Alves Lemos Drummond (—), pianista amadora que em 1894 atuou no Teatro Angrense nas

comemorações henriquinas daquele ano.

1118. Maria Amélia de Ornelas Bruges (Angra, 1832 — Angra do Heroísmo, 9 de abril de 1916), filha natural do 1.º conde da Praia. Casou a 18 de setembro de 1871 com João Francisco de Oliveira Bastos, desde há muitos anos guarda-livros da casa de seu pai.
1119. Maria Ana Luísa Filomena de Mendonça (Lisboa, 5 de dezembro de 1808 — Lisboa, 1 de julho de 1866), irmão do 1.º duque de Loulé, casou no Rio de Janeiro a 23 de abril de 1821 com António José de Sousa Manoel de Meneses Severim de Noronha, 1.º duque da Terceira. Foi camareira-mor da rainha D. Maria Pia e fez parte da comitiva encarregue de trazer a Portugal a rainha D. Maria Pia de Saboia, para o seu casamento com o rei D. Luís I, em 1862.
1120. Maria Augusta Pacheco (Angra do Heroísmo (Conceição), 11 de março de 1871 —), professora primária na Terceira e na Graciosa. Professora da Escola Distrital de Angra a partir de 1901.
1121. Maria Clara de Melo e Cunha (Santa Cruz da Graciosa, 17 de junho de 1770 — Santa Cruz da Graciosa, 3 de janeiro de 1844), casada com João Inácio de Simas e Cunha, cognominado o «coronel velho» (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, p. 698).
1122. Maria Clara Pereira de Lacerda (Angra, 3 de abril de 1731 — Angra, 25 de novembro de 1773), casou em 1748 com o morgado José de Bettencourt de Vasconcelos. Foi mãe do brigadeiro Vital de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos.
1123. Maria Constança do Carmo Pacheco de Lima e Lacerda (Angra, 16 de julho de 1779 — Angra do Heroísmo, 3 de fevereiro de 1851), filha do morgado João Pacheco de Lacerda, senhor da Quinta de São Luís, em São Bento. Casou em 1796 com Bernardo Moniz Barreto do Couto.
1124. Maria Cota da Malha (Angra — Angra (Sé), 13 de outubro de 1625), mãe do beato João Baptista Machado, filha de Manuel de Barcelos Machado e de D. Maria Cota da Malha, bisneta pelo lado de seu pai de Pero de Barcelos (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. I, p. 606).
1125. Maria da Ascensão Mesquita Pimentel (Angra do Heroísmo, 24 de maio de 1876 — Arlington, Massachusetts, 1943), filha de Manuel Maria de Mesquita Pimentel, que havia seguido a carreira militar e, segundo a tradição, teria sido um dos mais exímios jogadores do pau da Terceira, e de D. Custódia Libânia de Simas e Cunha. Emigrou para os Estados Unidos alguns anos depois de ter casado em São Mateus a 23 de maio de 1907 com o luso-americano Felisberto da Silveira Jacinto (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 153).
1126. Maria da Luz Fagundes Coelho Borges Falcão (Angra, 24 de setembro de 1774 — Angra, c. 1840), filha de José Pedro da Costa Fagundes, de Viana, militar, chegado à Terceira no posto de capitão do Regimento do Porto. Maria da Luz teve como padrinho o capitão-general D. Antão de Almada. Casou em 1797, na igreja das Mónicas, com um seu primo, o morgado Alexandre Sebastião Borges da Costa, natural de Santa Bárbara, fidalgo cavaleiro da Casa Real e capitão de milícias (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IV, p. 362). Como curiosidade, refira-se que mais tarde a família Borges da Costa militava no campo liberal, enquanto a família Coelho Borges, de onde procedia D. Maria da Luz, tinham seguido o absolutismo, incompatibilizando-se estes parentes próximos.
1127. Maria das Mercês Mendonça Machado (—), filha do grande produtor de vinhos graciosense e político local Manuel de Sousa Machado da Cunha.
1128. Maria de Mendonça (Madrid, 1590 — Lisboa, 10 de outubro de 1659), frequentemente referida por D. María de Mendoza, casou com D. Afonso de Portugal, futuro 5.º conde de Vimioso e 1.º marquês de Aguiar, em Lisboa, a 23 de novembro de 1616. Após a Restauração e o consequente confisco dos bens dos Marqueses de Castelo Rodrigo em Portugal, o conde de Vimioso, por ser casado com a filha de D. Margarida Corte-Real, receberia a administração das capitânias que haviam sido de Cristóvão de Moura e dos seus descendentes, nomeadamente as de Angra e Praia, na ilha Terceira, a da ilha de São Jorge e a das ilhas do Faial e Pico. Depois de viúva, em 1650 e com 60 anos de idade, fez-se noviça no Mosteiro do Santíssimo Sacramento, das dominicanas. Este mosteiro, situado em Alcântara, é conhecido, igualmente, por Mosteiro dos Vimioso por ter sido fundado pelos condes de Vimioso.
1129. Maria dos Anjos da Silva (Conceição (Ribeira Grande), c. 1879 —), natural da Ribeira Grande, era em 1901 esposa de Ciriaco Tavares da Silva, o diretor da Escola de Desenho Industrial de Angra do Heroísmo. Ciriaco fora anteriormente casado com Violante Margarida de Almeida Borges (Angra do Heroísmo (São Pedro), 27 de julho de 1837 — Biscoitos, 3 de janeiro de 1894), filha do controverso morgado Francisco de Almeida Tavares do Canto, com quem tinha casado em 13 de maio de 1889, na paroquial da Conceição de Angra do Heroísmo, quando a nubente era viúva de Mateus Borges do Canto e tinha, à data do casamento, 51 anos de idade, enquanto o noivo tinha apenas 27 anos.
1130. Maria Francisca de Menezes (Lisboa, 30 de julho de 1856 — Lisboa, 22 de fevereiro de 1928), filha de D. António Pedro Jorge de Meneses Portugal e Silva, da Casa da Flor da Murta e senhor do Reguengo da Carvoeira e de D. Eugénia de Almeida e Vasconcelos, filha dos segundos condes da Lapa e cujo conde desempenhava o ofício de porteiro-mor. Foi dama-camarista ao serviço da rainha D. Amélia de 1892 a 1908.
1131. Maria Francisca de Ornelas Bruges Brito do Rio (Angra do Heroísmo, 31 de março de 1856 — Angra do Heroísmo, 2 de março de 1939), filha do 1.º conde da Praia, casou em 1873 com Henrique de Menezes Brito do Rio, grande proprietário e recebedor da comarca de Angra. O marido falecera em 13 de abril de

1882, pelo que à data da visita régia era viúva.

1132. Maria Genoveva da Costa Noronha (Angra, 14 de maio de 1763 — Angra, 5 de agosto de 1842), tia paterna do 1.º conde da Praia, casou em 1783 com o morgado João do Carvalhal de Noronha da Silveira (1809 — 1894). Foi mãe de Simão do Carvalhal da Silveira.
1133. Maria Guilhermina de Bettencourt Mesquita Pimentel (Angra do Heroísmo, 12 de dezembro de 1839 — Angra do Heroísmo, 7 de julho de 1907), casada com o industrial João Marcelino de Mesquita Pimentel (1830 — 1902), poetisa, escritora e filantropa, principal impulsionadora da fundação da Cozinha Económica Angrense (1907) e de outras iniciativas de solidariedade social. Foi mãe do diplomata e escritor Alfredo de Mesquita.
1134. Maria Inácia Merens Forjaz Sarmiento de Lacerda (São Mateus da Calheta, 17 de junho de 1836 — Lisboa, 29 de junho de 1882), esposa de Jácome de Ornelas Bruges Paim da Câmara, 2.º conde da Praia. Era filha do morgado João Pereira Forjaz Sarmiento de Lacerda.
1135. Maria Inocência de Araújo Barbosa (—), em 1894 era uma jovem pianista amadora. Com a sua irmã Beatriz Adelaide, atuou no Teatro Angrense nas comemorações henriquinas daquele ano.
1136. Maria Isabel de Matos (Praia, c. 1740 — São Mateus da Calheta, c. 1820), esposa de António Tomé da Fonseca Carvão Paim da Câmara e Noronha. Era filha de pai trabalhador na Praia, mas oriundo das Velas, e de mãe oriunda da Vila Nova, num casamento desigual que foi mal-aceite pela família do marido.
1137. Maria Isabel Leopoldina de Ornelas Paim da Câmara (Angra, 9 de novembro de 1804 — Angra, 16 de setembro de 1884), irmã de Teotónio de Ornelas, 1.º conde da Praia. Casou em 1831 com António Tomé da Fonseca Carvão Paim da Câmara.
1138. Maria Joaquina de Athayde [Bettencourt] (Luz (Graciosa), c. — Luz (Graciosa), c. 1842), esposa do alferes José de Sousa Baptista de Bettencourt e mãe do capitão de Ordenanças Bartolomeu Álvaro de Bettencourt.
1139. Maria José de Menezes Pacheco de Melo (Angra, 25 de dezembro de 1806 — São Mateus da Calheta, 3 de setembro de 1847), filha do político miguelista Cândido de Menezes Lemos e Carvalho (1772 — 1831) e herdeira da Quinta Mercês, em São Mateus. Casou com o morgado João Pereira Forjaz Sarmiento de Lacerda e foi sogra do 2.º conde da Praia (*cf.: Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 110).
1140. Maria Júlia do Carmo de Morais Sarmiento (Angra —), esposa do coronel Francisco Raimundo de Morais Sarmiento.
1141. Maria Luísa Brites de Bettencourt Silva (Angra do Heroísmo, 19 de janeiro de 1893 — Angra do Heroísmo, 2 de junho de 1973), filha de Emídio Lino da Silva Júnior, governador civil ao tempo da visita régia. Viria a casar em 1914 com João Baldaia do Rego Botelho de Faria e seria feita comendadora da Ordem da Benemerência em 1941 (*cf.: Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 717).
1142. Maria Mância de Lemos Roxas e Menezes (Lisboa, 15 de maio de 1805 — Quinta de Suberra, Alhandra, 16 de agosto de 1881), senhora das quintas de Suberra e da Bemposta, casou a 8 de maio de 1822 com seu primo Fradique de Souza e Lemos (trineto dos 8.ºs senhores da Trofa), que assim sucederam como 2.ºs condes de Suberra. Como este casal não teve filhos, voltando ela a casar a 25 de agosto de 1833 com Teodoro Estêvão de La Rue de Saint-Léger, conde de Saint-Léger em França, que em Portugal sucedeu a seu tio materno João Guilherme Hyde de Neuville como 2.º conde e depois 2.º marquês da Bemposta, por mercês reais de 3 de julho de 1823 e 24 de fevereiro de 1836, respetivamente, foi mestre-sala da Casa Real e ajudante de campo do rei D. Fernando. A filha do segundo casamento viria a ser a influente 1.ª marquesa de Rio Maior, D. Maria Isabel Antónia do Carmo de Lemos e Roxas de Carvalho e Menezes de Saint-Léger (1841-1920), marquesa por casamento com o 1.º marquês, D. António José de Saldanha Oliveira e Sousa (1836-1891).
1143. Maria Narcisa de Barcelos Merens Pamplona (Angra, c. 1773 — Angra, 22 de novembro de 1829), filha do dr. Luís de Barcelos Machado Lobo, bacharel em Medicina pela Universidade de Coimbra e médico do partido municipal de Angra. Casou com Agapito Pamplona Rodovalho, contra a vontade do pai do noivo que se opôs a ponto de este ser por sete vezes preso para impedir o casamento (*cf.: Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 501).
1144. Maria Rosa Nogueira (Tomar (Pedreira, Casal Cordeiro) —), mãe do conselheiro Manuel Joaquim Nogueira.
1145. Maria Severa da Costa (Lisboa —), casou com José Narciso da Costa, natural da Sé, onde se fixaram. Foi mãe de Francisco de Paula da Costa.
1146. Maria Sieuve de Menezes Pamplona (Angra do Heroísmo, 25 de novembro de 1856 — Angra do Heroísmo, 29 de outubro de 1910), filha do político angrense José Maria Sieuve de Menezes, 1.º conde de Sieuve de Menezes, casou em 1876 com António Maria Holtreman do Rego Botelho de Faria, 1.º conde do Rego Botelho (*cf.: Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 698).
1147. Maria Teodora Pimentel (Angra do Heroísmo, 11 de setembro de 1865 — Angra do Heroísmo, 16 de novembro de 1948), primeira mulher açoriana a formar-se em Medicina. Concluiu o curso na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, aprovada plenamente no Acto Grande que defendeu a 11 de novembro de 1895. Foi delegada de saúde em Angra do Heroísmo.

1148. Maria Teotónia de Ornelas (Terra Chã, 29 de fevereiro de 1864 — Angra do Heroísmo, 3 de abril de 1907), filha não reconhecida de uma relação extraconjugal de Teotónio de Ornelas Bruges (1836—1907), um dos filhos do 1.º conde da Praia, professora primária e do ensino complementar, nomeada professora da Escola Distrital do magistério (a Escola Normal de Angra do Heroísmo) em 1899 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 50).
1149. Maria Teresa Sanches Franco de Lima (Angra do Heroísmo, c. 1865 — Angra do Heroísmo, 11 de janeiro de 1957), filha do grande comerciante angrense Gregório Carlos Sanches Franco (Sé, 1843 — Sé, 29 de setembro de 1887), vice-cônsul do Paraguai e membro destacado do Partido Regenerador. Casou com o publicista José Maria Coelho de Lima. Com Adelaide da Costa, bordou um biombo em seda que foi oferecido à rainha D. Amélia pelas senhoras protetoras do Asilo da Infância Desvalida.
1150. Mariana Belmira de Andrade (Velas, 31 de dezembro de 1844 — Velas, 17 de fevereiro de 1921), professora do ensino primário, poetisa açoriana da geração realista, ficcionista, ativista republicana com laivos de socialismo e feminista. Foi uma das personalidades mais marcantes do panorama intelectual açoriano de finais do século XIX.
1151. Mariana Isabel de Sá Moniz Corte-Real (Angra, c. 1775 —), esposa de João Moniz Corte-Real, o líder dos guerrilheiros absolutistas na Terceira.
1152. Mariano Cirilo de Carvalho (Alenquer, Abrigada, 25 de junho de 1836 — Cascais, 19 de outubro de 1905), mais conhecido como Mariano de Carvalho, professor e vogal do Conselho Superior de Instrução Pública, jornalista, político (deputado e Ministro da Fazenda e do Reino) e tradutor de obras de ficção. Foi o primeiro tradutor para português das obras de Júlio Verne.
1153. Mariano Constantino Homem (Casa da Ribeira, 24 de outubro de 1797 — Angra do Heroísmo, 4 de março de 1882), presbítero e professor liceal, autor de algumas obras de cariz biográfico e histórico. Foi herdeiro e continuador da obra de Jerónimo Emiliano de Andrade, reeditando vários dos seus compêndios.
1154. Martim Afonso de Melo Coutinho (c. 1530 —), ligado à melhor aristocracia portuguesa, enteado do governador Ambrósio de Aguiar Coutinho, a quem sucedeu no cargo, como governador interino, após o falecimento deste em Ponta Delgada a 5 de julho de 1582.
1155. Martim Vicente (fl. c. 1490), piloto do rei de Portugal a quem Hernando Colón atribui ter contado a Colombo que «*hallándose á 450 leguas hacia Occidente del cabo de San Vicente, había sacado del agua un madero perfectamente labrado, y no con hierro, que el viento de Poniente había traído; y concluía, que en esta parte había infaliblemente algunas islas no conocidas*» (cf.: Hernando Colón, *Historia del Almirante Don Cristóbal de Colón*, cap. VIII, pp. 42-43 da edição de 1892).
1156. Mateus Augusto (— a. 1902), continental radicado na Terceira, foi jornalista e publicista em Angra. Com grande escândalo dos católicos liderou, no ano de 1874, a iniciativa de representar em Angra a peça *Os Lazaristas*, dama em três atos, de António Enes, representado pela primeira vez no Teatro do Ginásio, a 17 de abril de 1875, integrável na corrente anticongreganista que ao tempo se desenvolvia em Portugal. Foi depois diretor do «*Diário da Terceira*» (1878), o qual, com «*O Chicote*», «*O Protesto*», «*A Ronda*», «*A Sentinela*» e «*O Atleta*», para além dos jornais humorísticos «*A Borboleta*» e «*A Escova*», desenvolveram uma campanha tenaz contra o bispo diocesano e a própria Igreja. Foi fundador da primeira biblioteca popular de Angra do Heroísmo, inaugurada a 17 de dezembro de 1871 no Club Popular Angrense.
1157. Mateus Borges do Canto e Ataíde (Biscoitos, 19 de setembro de 1802 — d. 1869) foi tenente do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839. Fora miguealista, demitido em 1831 do Batalhão de Milícias.
1158. Mateus da Cunha e Silveira Machado (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
1159. Mateus de Bettencourt (Guadalupe (Graciosa), c. 1767 — Guadalupe (Graciosa), 4 de março de 1854), pai de Manuel José de Bettencourt, veterano da Guerra Civil.
1160. Mateus de Menezes Lemos e Carvalho (Angra, 22 de julho de 1785 — Angra do Heroísmo (São Pedro), 13 de fevereiro de 1845), de uma família de morgados, tenente da 6.ª Companhia do Regimento de Milícias de Angra, aderiu ao movimento liberal e foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1828.
1161. Mateus Francisco Parreira (Praia, 16 de setembro de 1776 — Angra, 27 de abril de 1845), escrivão do geral em Angra (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 290).
1162. Mateus Homem Borges [Leal Corte Real] (Angra (Santa Luzia), 30 de janeiro de 1782 — Angra (Sé), 24 de janeiro de 1847), fidalgo cavaleiro da Casa Real. Foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1828.
1163. Mateus João de Bettencourt de Vasconcelos [Correia e Ávila] (Angra (Sé), 11 de abril de 1781 —), fidalgo cavaleiro da Casa Real. Foi um dos signatários do auto de aclamação de 22 de junho de 1828.
1164. Mateus João de Bettencourt Vasconcelos (Angra (Sé), 11 de abril de 1781 —), foi um dos signatários do auto da revolução liberal de 22 de junho de 1828. Foi capitão do Batalhão de Caçadores Voluntários da Rainha, organizado em Angra a 22 de junho de 1828.

1165. Mateus José Valadão (—), cabo, condecorado com a medalha n.º 6 das Campanhas da Liberdade.
1166. Mateus Pamplona [Machado] Corte-Real (São Bento, 5 de outubro de 1777 — Lisboa, 18 de janeiro de 1853), capitão do Regimento de Milícias de Angra, foi condenado à morte, por sentença de 9 de janeiro de 1829, por ser miguelista, dando-se um prêmio de 100\$000 réis e amnistia de todos os delitos a quem denunciasse o seu paradeiro. Fugiu para Lisboa, onde permaneceu até falecer, sendo amnistiado após o termo da Guerra Civil.
1167. Mécia de Andrade Machado (fl. c. 1460), com seu marido, foram dos primeiros povoadores da ilha Terceira que a documentação perpetuou. Era filha (ou irmã) do Dr. João Machado, desembargador da Casa da Suplicação, professor dos Estudos Gerais, fidalgo de cota de armas por carta de brasão de 2 de novembro de 1513, casado com Maria de Castro. Todas as genealogias terceirenses, copiando-se umas às outras, afirmam que Mécia de Andrade Machado era filha do Dr. João Machado. No entanto, a cronologia dificulta esta tese, pois parece mais provável que ela fosse irmã e não filha daquele jurista. De resto, esta hipótese já foi apresentada por Ferreira Drummond nos seus *Apontamentos Topográficos, Políticos...*, Angra do Heroísmo, 1990, p. 146, corrigindo o que dissera nos seus *Annaes da Ilha Terceira*. Mécia de Andrade Machado e seu marido Gonçalo Anes da Fonseca são progenitores de uma vasta descendência que se perpetuou até à atualidade (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. V, pp. 540-541).
1168. Melchior Afonso (—), partidário de Filipe II, foi condenado à morte e executado em Angra no ano de 1583, tendo a sua cabeça sido colocada em exposição na torre dos paços do concelho.
1169. Miguel António de Melo e Abreu Soares de Brito Barbosa Palha de Vasconcelos Guedes (Lisboa, 25 de dezembro de 1766 — Lisboa, 7 de agosto de 1836), 1.º conde de Murça, aristocrata, sócio honorário da Academia Real das Ciências de Lisboa. Exerceu diversos cargos políticos, entre os quais o de governador e capitão-general de Angola, governador e capitão-general dos Açores, membro da comissão nomeada por D. João VI para estudar um projeto de Constituição para Portugal, ministro das Finanças e par do reino.
1170. Miguel Corte-Real (Angra, c. 1465 — desaparecido em 1502), filho secundogénito de João Vaz Corte-Real, distinguiu-se como explorador do noroeste do Atlântico. Desapareceu nas costas da América do Norte em 1502. O seu desaparecimento deu origem a várias pesquisas e teses controversas, a mais conhecida das quais é do seu naufrágio nas costas da Nova Inglaterra, onde teria mantido contacto com as populações nativas e gravado parte da conhecida epígrafe da Pedra de Dighton (cf.: Ernesto do Canto, «Os Corte-Reaes; memoria historica, acompanhada de muitos documentos inéditos», in *Archivo dos Açores*, Ponta Delgada, 1883).
1171. Miguel Corte-Real (fl. 1500), o segundo deste nome, foi um dos sete filhos de Vasco Anes Corte-Real e de D. Joana da Silva. Foi sacerdote e teve o foro de fidalgo da Casa Real em 1518 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III p. 476).
1172. Miguel do Canto e Castro (Angra, 12 de abril de 1814 — Porto, 14 de outubro de 1888), fidalgo da Casa Real e político. Foi eleito deputado pelo círculo de Angra do Heroísmo, para a legislatura de 1852, no início da Regeneração. Par do Reino, por carta de 30 de dezembro de 1862, ocupou ainda o cargo de governador civil do Porto entre 1860 e 1864.
1173. Miguel Teixeira Soares de Sousa (Velas, 12 de agosto de 1824 — Angra do Heroísmo (São Pedro), 10 de agosto de 1894), grande proprietário na ilha de São Jorge e na Terceira, doutor em Letras por uma Universidade da Bélgica. Foi presidente da Câmara Municipal das Velas e exerceu o cargo de juiz substituto do de direito. Requitado e culto, remodelou o velho Solar do Corpo Santo nas Velas e melhorou a Quinta dos Terreiros, introduzindo as árvores que ainda impressionam pela sua monumentalidade.
1174. Miguel Teixeira Soares de Sousa (Velas, 14 de junho de 1791 — Velas, 9 de maio de 1831), filho primogénito do capitão-mor das Velas, tenente-coronel de milícias e convicto liberal, foi morto por um destacamento liberal, no dia 9 de maio de 1831, na sequência do desembarque liberal na ilha. Em 31 de maio de 1821, em sessão pública da Câmara, foi um dos cidadãos que jurou as bases da Constituição e em novembro de 1822 foi eleito, por sufrágio popular, presidente da Câmara das Velas, funções que desempenhou, no ano seguinte, até que D. João VI restabeleceu o poder absoluto. O conde de Vila Flor, como compensação, e para minorar na ilustre família o odioso que o facto lhe acarretava, nomeou para juiz e corregedor na ilha, um seu irmão, o capitão José Soares de Sousa. Teve um sobrinho homónimo, o Dr. Miguel Teixeira Soares de Sousa (1824-1894), que se dedicou à política em São Jorge, sendo presidente da Câmara de Velas e juiz substituto de direito.
1175. Miguel Vaz Guedes de Ataíde (Vila Real, 8 de julho de 1829 — Guilhabreu, 1898), governador civil em diversos distritos, entre os quais o Distrito de Angra do Heroísmo (25 de fevereiro a 13 de setembro de 1869). Foi depois governador civil dos distritos de Faro e Viana do Castelo, no ano de 1870.
1176. Militão Moniz Martins Pamplona (Angra do Heroísmo, 6 de outubro de 1869 — Angra do Heroísmo), filho de Raimundo Martins Pamplona de D. Maria Isabel Moniz de Sá. Foi segundo-sargento do Regimento de Caçadores n.º 10 e depois funcionário público (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII p. 520). Foi pai do jornalista e autor teatral Clemente Ramos Pamplona (1895 — 1957).
1177. Militão Pamplona Corte-Real (Angra, 10 de março de 1808 — Angra, 8 de março de 1890), militar do Exército, reformado em tenente-coronel. Tomou parte na Batalha da Praia, na Ladeira da Velha, no desembarque no Mindelo e no Cerco do Porto. Integrou a divisão enviada em 1835 em auxílio dos liberais

espanhóis. Após a reforma, fixou-se em Angra, onde foi vice-cônsul da Grécia a partir de 1880 (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VIII, p. 503).

1178. Narciso António da Fonseca (Angra (Santa Luzia), 15 de abril de 1802 — Angra do Heroísmo, 29 de julho de 1869), presbítero, professor do Seminário Episcopal de Angra e jornalista. Distinguiu-se como político durante o período inicial do regime constitucional. Foi dirigente do Partido Regenerador.
1179. Nicolau Anastácio de Bettencourt (Angra do Heroísmo, 1 de outubro de 1872 — Lisboa, 9 de julho de 1941), neto do governador civil homónimo, médico, professor universitário e investigador, que se notabilizou no campo da bacteriologia. Foi sócio da Academia das Ciências de Lisboa.
1180. Nicolau Anastácio de Bettencourt (Funchal, 7 de fevereiro de 1810 — Angra do Heroísmo, 7 de março de 1874), político e filantropo que se distinguiu como secretário-geral da Província dos Açores e depois governador civil em vários distritos, com particular destaque para os distritos açorianos. A ele se deve a fundação de diversas instituições de solidariedade social angrenses, com destaque para a Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra.
1181. Nicolau Caetano de Bettencourt Pita (Funchal, 6 de dezembro de 1790 — Angra do Heroísmo, 21 de maio de 1857), médico militar e político, introdutor da imprensa na ilha da Madeira. Acusado de liberal, foi deportado da Madeira para a Terceira, onde chegou em dezembro de 1823. Estabeleceu-se em Angra passando a dar assistência médica às tropas ali aquarteladas. Pertenceu a diversas sociedades científicas e foi redator de vários periódicos.
1182. Nicolau Moniz de Bettencourt (Angra do Heroísmo, 4 de abril de 1836 — Angra do Heroísmo, 19 de outubro de 1898), bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra em 1863. Funcionário da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, onde exerceu os cargos de escrivão e tabelião.
1183. Nicolau Reis (Angra do Heroísmo, 11 de dezembro de 1859 — Lisboa, 29 de novembro de 1912), oficial do Exército. Participou nas campanhas de pacificação em África e passou à reserva no posto de tenente-coronel.
1184. Nicolau Teixeira da Silveira (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II nas Velas em 10 de maio de 1831.
1185. Nuno Álvares Pereira de Melo (Évora, c. 1552 — Lisboa, 28 de fevereiro de 1597), 3.º conde de Tentúgal, fidalgo partidário do rei Filipe II de Espanha. Foi pai de D. Leonor de Melo, esposa de Manuel de Moura Corte-Real, filho de Cristóvão de Moura e 2.º marquês de Castelo Rodrigo, que por herança de seu pai foi capitão do donatário nas capitanias de Angra e da Praia, na capitania da ilha de São Jorge e na capitania das ilhas do Faial e do Pico.
1186. Nuno Álvares Pereira Pato Moniz (Lisboa, 18 de setembro de 1781 — Ilha do Fogo, Cabo Verde, 24 de dezembro de 1826), poeta, escritor, jornalista e político.
1187. Nuno Fernandes (—), micalense, armado cavaleiro pelo capitão António Leite em Mazagão, confirmado por carta régia de 18 de abril de 1539.
1188. Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto (Lisboa, 6 de novembro de 1804 — Lisboa, 23 de maio de 1875), 9.º conde de Vale de Reis, 2.º marquês de Loulé e 1.º duque de Loulé, aristocrata e político, líder incontestado da esquerda liberal na primeira fase da monarquia constitucional. Líder do Partido Histórico, foi por diversas vezes ministro e, por três vezes, presidente do Conselho de Ministros (1856–1859, 1860–1865 e 1869–1870).
1189. Olívia Soares da Silveira (Uzelina, 3 de outubro de 1875 — Lisboa, d. 1913), poetisa. Fixou-se em Arroios, após ter casado, em segundas núpcias, com Álvaro Franco, filho do visconde da Falcarrreira, um grande negociante e banqueiro de Lisboa, passando a usar o nome Olívia Fanco Falcarrreira. A partir de 1911 manteve uma disputa, rodeada de grande polémica pública, sobre os bens da herança do seu primeiro marido com seu tio João Jorge da Silveira e Paulo, que com o seu primeiro marido (e tio) tinham sido sócios na roça *Colónia Açoreana*, na ilha de São Tomé (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IX, p. 115).
1190. Palmira Ema da Costa Noronha Bruges (Angra do Heroísmo 15 de novembro de 1863 — Angra do Heroísmo, 15 de agosto de 1950), filha de Francisco Ludovino Homem da Costa Noronha, oficial do Exército. Casou em 15 de novembro de 1888 com seu primo Teotónio Octávio de Ornelas Bruges, o 3.º visconde de Bruges.
1191. Paulo da Gama (Olivença, c. 1465 — Angra, junho de 1499), irmão mais velho de Vasco da Gama, que comandou a nau São Rafael na expedição que levou à descoberta do caminho marítimo para a Índia. Faleceu na viagem de regresso e foi sepultado na Igreja de Nossa Senhora da Guia do Convento de São Francisco de Angra. A sua doença e subsequente falecimento em Angra foi o motivo da paragem de Vasco da Gama na ilha Terceira.
1192. Pedro Álvares da Câmara Paim de Bruges (Angra do Heroísmo, 1 de agosto de 1872 — Angra do Heroísmo, 10 de março de 1910), bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado e notário na comarca de Angra do Heroísmo, publicista e político, que exerceu importantes funções políticas, entre as quais vice-presidente e presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.
1193. Pedro Anes do Canto (2.º do nome), passou a ser conhecido por Pedro de Castro do Canto (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. II, p. 775), nome pelo qual está listado.

1194. Pedro Anes do Canto (Guimarães, c. 1472 — Angra, 18 de agosto de 1556), frequentemente referido por Pero Anes do Canto, foi um dos integrantes da segunda vaga de povoadores da ilha Terceira, chegados à ilha na primeira década do século XVI. Em recompensa da sua participação na defesa das praças de Arzila e Azamor no litoral marroquino, foi distinguido com o título de moço-fidalgo da Casa Real e com a mercê da Provedoria das Armadas e Naus da Índia, para si e seus descendentes. No final da sua vida era o mais poderoso fidalgo dos Açores, tanto pela sua dignidade e valia, como pela sua riqueza. Esta última, constituída por inúmeras terras e chãos, rurais e urbanos, casas, meios de produção e armazenamento, cabeças de gado, foros e rendas, escravos e utensílios agrícolas, estava distribuída pelas ilhas Terceira, São Jorge, Faial e Pico. Casou em primeiras núpcias com Joana Abarca, irmão de Maria Abarca, esposa do capitão do donatário João Vaz Corte Real, e em segundas núpcias com Violante da Silva, filha de Duarte Galvão, cronista-mor do reino (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. II, p. 775).
1195. Pedro Anes Rebelo (fl. 1480-1490), na edição original referido por *Pedro Nunes Rebelo*, foi enviado à ilha Terceira pela infanta D. Beatriz como provedor das fortificações. Para além da urbanização da Vila de São Sebastião, foi responsável pela conclusão do amuralhamento da Praia, incluindo a construção do Forte de Nossa Senha da Luz, e pela conclusão do Castelo dos Moinhos. Casou com Isabel Dias Vieira, filha de Diogo Álvares Vieira, parente de Maria Abarca, esposa de João Vaz Corte-Real.
1196. Pedro António Machado Pinto de Sousa Canavarro (Vila Pouca de Aguiar, 30 de dezembro de 1772 — Chaves, 13 de maio de 1836), primeiro e único barão de Vila Pouca de Aguiar e, posteriormente, barão de Arcossó, militar e político de origem transmontana que se notabilizou como comandante das forças militares liberais estacionadas na ilha Terceira após a partida do Exército Libertador. Foi comandante militar dos Açores.
1197. Pedro Camelo Pereira (—), terceirense, militar na Índia.
1198. Pedro Cardoso Machado (—), terceirense que enriqueceu nas Índias de Castela. Foi fundador, em 1606, do mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Angra (Concepcionistas). Era terceiro neto de Gonçalo Anes da Fonseca, um dos primeiros povoadores da Terceira.
1199. Pedro Cordeiro de Espinosa (Angra, 14 de novembro de 1630 — Salvador da Bahia, d. 1697), presbítero, doutor em Cânones e lente da Universidade de Coimbra que se distinguiu como jurisconsulto. Foi deão e vigário-geral do Arcebispado de São Salvador da Bahia e juiz desembargador na Relação de Salvador. Foi irmão do padre António Cordeiro.
1200. Pedro Correia da Cunha (1440 — Lisboa, 1497), mais conhecido simplesmente por Pedro Correia, fidalgo da casa do rei D. Afonso V, casado com uma filha do capitão do donatário na ilha de Porto Santo, Bartolomeu Perestrelo. Foi o 2.º capitão do donatário da ilha do Porto Santo de 1458 a 1473, ano em que a perdeu numa demanda com o seu cunhado Bartolomeu Perestrelo, o *Moço*. Foi depois capitão do donatário na ilha Graciosa, primeiro apenas no norte da ilha (c. 1475-1485), na região em torno de Santa Cruz da Graciosa, e depois, de 1485 ao seu falecimento em 1497, governando toda a ilha.
1201. Pedro Correia de Lacerda (—), capitão-mor de uma armada da Índia.
1202. Pedro Correia de Melo (—), jorgense, capitão de cavalaria com serviço prestado nas campanhas da Flandres, distinguiu-se no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642.
1203. Pedro Cota da Malha (—), capitão de uma das companhias das milícias de Angra que participaram na Batalha da Salga.
1204. Pedro da Costa (—), graciosense, recebeu a mercê de cabo de artilheiros pelos seus serviços no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642.
1205. Pedro da Madre de Deus (frei) (—), frade da Ordem de Santo Agostinho (graciano) e partidário de D. António. Não sendo cônego, era conhecedor de Direito Canónico. Distinguiu-se na Batalha da Salga, onde a cavalo e com uma bandeira na mão incentivava os defensores da ilha. Lutou insistentemente pelo apoio dos franceses à causa antonina, escrevendo a Catarina de Médicis em 1581. Integrou a Mesa da Consciência criada em Angra em 1582.
1206. Pedro de Carvalhal (— Angra, c. 1641), por alcunha o *Galego*, fidalgo angrense, participou no processo de negociação da rendição pacífica do Castelo de São Filipe, foi nele aprisionado por ordem do governador Alvaro de Vivero, ali falecendo durante o subsequente cerco.
1207. Pedro de Castilho (Coimbra, c. 1550 — Lisboa, 31 de março de 1615), presbítero que entre outras funções de relevo foi deputado da Inquisição de Coimbra (1575), inquisidor-geral, 7.º bispo da Diocese de Angra, governando-a de 1578 a 1583, depois bispo de Leiria (1583) e desembargador do Paço (1587). Acumulou o cargo de inquisidor-geral (1604-1615) com o de vice-rei de Portugal, que exerceu por duas vezes (1605-1608 e 1612-1614), durante o reinado de Filipe III de Espanha.
1208. Pedro de Castro do Canto (Angra, 10 janeiro 1549 — Lisboa, 28 de abril de 1583), também conhecido por Pedro Anes do Canto (2.º do nome), filho de António Pires do Canto, provedor das armadas, e de sua esposa Catarina de Castro. Moço-fidalgo da Casa Real, acrescentado a fidalgo cavaleiro (1574), foi o 2.º morgado dos Remédios, cavaleiro professo na Ordem de Cristo e provedor das armadas e naus da Índia por alvará de D. Sebastião datado de 25 de janeiro de 1575. Aderiu à causa filipina, tendo sido enviado pelo rei à Terceira onde foi preso na sequência de um levantamento popular desencadeado por uma tentativa malsucedida de aclamar em Angra o monarca espanhol. Foi «conduzido a França, onde sofreu muitos trabalhos» (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. II, p. 775).

1209. Pedro de Frias (c. 1537 — Paris, c. 1597), religioso graciano, mencionado por António Caetano de Sousa na História Genealógica, acompanhou D. António Prior do Crato na sua luta pela manutenção da independência portuguesa, redigindo a obra *Crónica del-Rei D. António* (publicada pela Imprensa da Universidade de Coimbra em 1955), a única que se lhe conhece e cuja versão é o produto de uma revisão efetuada pelo próprio autor (cf.: Pedro de Frias, *Crónica del-Rei D. António, Estudo e leitura de Mário Alberto Nunes Costa*. Coimbra, *Acta Universitatis Conimbrigensis*, 1955).
1210. Pedro de Lemos (Terra Chã, 12 de junho de 1858 — Angra do Heroísmo, d. 1909), farmacêutico, formado pela escola do Porto em 1885, exerceu a sua profissão em Angra do Heroísmo. Foi proprietário da Farmácia Lemos, antecessora da Farmácia Lisboa, na rua Direita (cf.: Manuel de Sousa Menezes, «Médicos, Cirurgiões e outros da arte de curar na Ilha Terceira», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XV (1957), p. 66).
1211. Pedro de Meneses Parreira (Angra do Heroísmo, 14 de setembro de 1840 — Angra do Heroísmo, 6 de janeiro de 1912), filho de Estulano Inácio Parreira, foi um empresário agrícola e político que, entre outras funções, foi vereador da Câmara Municipal e governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo (de 30 de junho a 26 de julho de 1889 e de 13 de março a 27 de maio de 1898). Com seu irmão José de Meneses Parreira (1847-1922), formou a ganadaria *Pedro de Menezes Parreira & Irmão*, que teve grande destaque na agropecuária terceirense.
1212. Pedro de Mondragón (Mondragón (Arrasate), Guipúscoa, c. 1460 — França, d. 1520), ou Mondragão, identificado por Damião de Góis como súbdito francês, mas que seria biscainho (cf.: Pedro Pinto, Andreia Carvalho, «Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII», in *Anais de História de Além-Mar*, XIII (2012), pp. 232-332. Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2012). Provavelmente originário de Mondragón (Arrasate), Guipúscoa, terá sido o primeiro europeu a apresar um navio português da Carreira das Índias, cujo valor se estima nuns extraordinários 100 000 ducados de ouro. Ao contrário do que afirma o texto, ecoando Damião de Góis, não terá sido capturado, antes tendo-se retirado inicialmente para Bilbao e depois, face à pressão diplomática portuguesa, refugiando-se no reino de Aragão e finalmente em França, onde terá falecido.
1213. Pedro de Paula Pinheiro Machado (Angra do Heroísmo, 29 de novembro de 1870 — Lisboa, 21 de novembro de 1948), oficial do Exército. Nos postos de major (1915) e de coronel (1921-1923) foi governador interino da Fortaleza de São João Baptista e comandante do Regimento de Infantaria n.º 25 aquartelado naquela fortaleza (1920-1923). No posto de brigadeiro governador militar dos Açores (1926-193). Terminou a sua carreira no posto de general comandante da 4.ª Região Militar e depois vogal do Supremo Tribunal Militar.
1214. Pedro de Sousa Holstein (Turim, Reino da Sardenha, 8 de maio de 1781 — Lisboa, 12 de outubro de 1850), 1.º conde e 1.º duque de Palmela, aristocrata que exerceu funções diplomáticas, políticas e militares de grande relevo. Foi um dos principais dirigentes do movimento liberal durante a Guerra Civil e depois líder destacado dos cartistas, a fação mais conservadora do liberalismo português. Representou Portugal no Congresso de Viena e serviu como embaixador em Copenhaga, Berlim, Roma, Madrid e Londres. Foi por várias vezes Ministro dos Negócios Estrangeiros e, em 1834-1835, 1842 e 1846, Presidente do Conselho de Ministros. Foi primeiro conde (1812), primeiro marquês (1823) e primeiro duque de Palmela (1833, de juro e herdade desde 1850). Foi ainda o primeiro duque do Faial (1833) e conde de Sanfrè no Reino da Sardenha.
1215. Pedro de Valdés y Menéndez de Lavandera (Gijón, Astúrias, 1544 — Gijón, 9 de março de 1615), também grafado Pedro de Valdez, militar que atingiu o posto de almirante das armadas espanholas. Comandou a armada que tentou o frustrado desembarque na ilha Terceira que deu origem à batalha da Salga e teve participação relevante na subsequente conquista dos Açores para Filipe II de Espanha. Serviu com distinção na Carreira das Índias Ocidentais, na Florida e em Cuba, sendo um dos nobres espanhóis que esteve prisioneiro na Torre de Londres depois do desastre da Invencível Armada.
1216. Pedro de Velasco (Palos de la Frontera, fl. c. 1470) foi piloto de Diogo de Teive, com quem participou na viagem de que resultou o reconhecimento das ilhas das Flores e Corvo. Hernando Colón diz que era nativo de Palos de la Frontera (cf.: Hernando Colón, *Historia del Almirante Don Cristobal de Colón*, cap. VIII, pp. 46-47 da edição de 1892).
1217. Pedro do Coração de Jesus (frei) (—), frade franciscano, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
1218. Pedro Homem da Costa Noronha Ponce de Leão (Angra, 13 de março de 1806 — Angra do Heroísmo, 31 de agosto de 1870), primeiro e único barão e visconde de Noronha, rico terratenente e político liberal que se destacou durante a guerra civil. Atingiu o posto de coronel no Regimento de Milícias de Angra e foi em 1829, aos 23 anos de idade, Secretário de Estado dos Negócios da Guerra do governo da Regência de Angra. Depois da guerra, foi governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo e presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Pelos serviços à causa liberal foi condecorado com a medalha das Campanhas da Liberdade n.º 9. Foi um dos cinco deputados eleitos pelos Açores, em 15 de agosto de 1834, mandato que exerceu até 1840. Estando em Lisboa, aderiu à Revolução de Setembro, e foi nomeado comandante dos batalhões das guardas nacionais de Lisboa. Tomou parte na revolta de Almeida, em 1844, e foi governador civil, quando, em 1847 e no contexto da *Patuleia*, se criou na ilha Terceira a Junta Governativa de Angra do Heroísmo, subordinada à Junta Suprema do Reino, estabelecida no Porto.

1219. Pedro Jacques de Magalhães (Sobralinho, Alverca do Ribatejo, 1620 — Lisboa, 8 de dezembro de 1688), 1.º visconde de Fonte Arcada, um dos militares mais notáveis da Guerra da Restauração, que se destacou na Batalha de Castelo Rodrigo. Foi o general da armada enviada à Terceira em agosto de 1674 para recolher o rei D. Afonso VI.
1220. Pedro Luiz de Sousa (—), foi o primeiro possuidor do Monte Brasil. Segundo autores muito posteriores, teria sido chamado o Brasil, por ter vindo daquele país, o que explicaria a toponímia daquela península. Contudo, a probabilidade do primeiro proprietário daquelas terras, seguramente distribuídas muito antes do ano de 1500, ser alguém proveniente do Brasil é remota, sendo antes de radicar a toponímia na mítica «*ilha Brasil*» que aparece nas cartas quatrocentistas e anteriores, e por isso anterior à descoberta do Brasil.
1221. Pedro Machado de Alcântara (Angra do Heroísmo, 19 de outubro de 1849 — Angra do Heroísmo, 25 de julho de 1894), professor primário e empregado da Repartição de Fazenda, foi compositor, mestre-escola, capelão-cantor da Sé de Angra, onde deixou um notável acervo de música sacra.
1222. Pedro Nunes Rebelo ver Pedro Anes Rebelo.
1223. Pedro Ortiz de Melo (Angra, 1595 — Angra, 12 de fevereiro de 1668), filho de pai espanhol e mãe terceirense, alferes-mor do castelo de Angra, com papel importante nas negociações que levaram à rendição da sua guarnição. Casado em Angra, optou por ficar na ilha após a capitulação do Castelo de São Filipe. Aderiu à causa de D. João IV e serviu nas campanhas da Restauração no Alentejo e no Brasil. Fidalgo da Casa Real por alvará de 27 de novembro de 1649, foi procurador da Câmara de Angra às Cortes Gerais e teve importante intervenção na vida política e social angrense (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 711).
1224. Pedro Parreira de Lima (Angra do Heroísmo, 13 de agosto de 1855 — Vila Nova, 5 de fevereiro de 1933), grande proprietário rural e criador de gado bravo.
1225. Pedro Roberto da Cunha Dias da Silva (Angra, 7 de junho de 1815 — Lisboa, 26 de janeiro de 1891), político, deputado e par do reino em várias legislaturas, eleito pelas ilhas de São Jorge e Graciosa. Distinguiu-se durante a Guerra Civil Portuguesa como soldado do Batalhão de Voluntários da Rainha. A sua longa carreira parlamentar tornou-o num dos decanos da Câmara dos Deputados e um dos mais destacados deputados açorianos do século XIX, conhecido pela sua intensa ação a favor do seu distrito e capacidade de angariar fundos públicos para investimento nas ilhas de São Jorge, Graciosa e Terceira.
1226. Pedro Rodrigues de Sousa (—), micalense, sargento-mor das ordenanças da cidade de Angra e da vila de São Sebastião, pelos seus bons serviços até ao ano de 1635, tendo embarcado 15 anos contínuos em oito armadas, contando-se nelas a da Restauração de Pernambuco, além de outras campanhas.
1227. Pedro Sarmiento y Pastrana Comor y Zafra Mendoza (Jerez de la Frontera, c. 1556 — c. 1630), marquês de Casares, militar distinto com larga experiência na Flandres, cavaleiro da Ordem de Calatrava (1608), comendador de Villafranca na Ordem de Santiago, mestre-de-campo do Tercio de Nápoles, do Conselho Supremo de Guerra e Conselheiro do Reino de Nápoles. Foi elevado a marquês de Casares, um título criado em Madrid a 10 de março de 1629 pelo rei Felipe IV de Espanha a seu favor, denominação que faz referência ao município andaluz de Casares, província de Málaga. Solteiro, o título foi herdado pela sua sobrinha. Foi governador do Castelo de São Filipe do Monte Brasil (1609 a 1613), tendo durante o seu mandato demonstrado grande empenho nas obras de construção da fortaleza, nas quais se deparou com múltiplas dificuldades devido à falta de dinheiro e de materiais. Com falta de soldados, teve de lidar com tropa indisciplinada que cometia crimes e criava conflitos com a população. Após a sua estadia na Terceira foi nomeado comandante do Terço de Nápoles (cf.: Manuel Augusto de Faria, *Da Militia: textos de história militar dos Açores e outros*, pp. 286-288. IHIT, Angra do Heroísmo, 2020).
1228. Pero Anes (—), micalense, armado cavaleiro por Rui Barreto na tomada de Azamor, o que lhe foi confirmado por carta de D. Manuel de 20 de junho de 1514.
1229. Pero Borges de Sousa (Angra, c. 1560 — Ponta Delgada, 7 de setembro de 1635), arrendatário dos rendimentos públicos nos Açores.
1230. Pêro de Barcelos (Barcelos, fl. 1480-1507 — Angra, 1507-1508), por vezes referido como Pedro de Barcelos, navegador, residente na ilha Terceira, onde casou e teve descendência. Explorou as costas da América do Norte juntamente com João Fernandes Lavrador. Em 1492 integrou a primeira expedição a reconhecer a costa da Península do Labrador.
1231. Pero de Ornelas (c. 1500 — ao largo de Goa, 25 de novembro de 1540), terceirense, filho de João de Ornelas, foi guarda costas na Índia, onde comandou uma armada. Faleceu ao comando de uma nau durante o assalto a Goa às ordens de Afonso de Albuquerque.
1232. Pero Manuel Pavão (—), micalense, armado cavaleiro por Rui Barreto em Tânger, o que lhe foi confirmado por carta de D. Manuel de 26 de maio de 1515.
1233. Pietro Pasqualigo (Veneza, 1472 — a caminho de Milão, 1515), membro de uma família de mercadores e marinheiros, frequentou a Universidade de Paris, onde estudou filosofia e teologia. Após viajar pela Europa, os seus sólidos conhecimentos de latim permitiram que entrasse no serviço diplomático da Sereníssima República de Veneza. Enviado para Lisboa em 1501, foi recebido por D. Manuel a 20 de agosto daquele ano. Permaneceu em Lisboa até 1504, prosseguindo depois uma carreira diplomática que o levaria a várias capitais europeias.

1234. Quitéria Rosa de Bettencourt (Fonte do Mato, Praia da Graciosa, c. 1750 —), casou em 1768, na Praia da Graciosa, com o alferes de Ordenanças Francisco Leite de Bettencourt e Silveira. Foi mãe de José Leite de Bettencourt e Silveira.
1235. Rafael Augusto Prostes Bordallo Pinheiro (Lisboa 21 de março de 1846 — Lisboa, 23 de janeiro de 1905), artista multifacetado, precursor do cartaz artístico em Portugal, desenhador, aquarelista, ilustrador, decorador, caricaturista político e social, jornalista, ceramista e professor. O seu nome está intimamente ligado à caricatura portuguesa, à qual deu um grande impulso, imprimindo-lhe um estilo próprio que a levou a uma qualidade nunca atingida. É o autor da representação popular do Zé Povinho, que se veio a tornar num símbolo do povo português.
1236. Rafael Coelho Machado (Santa Cruz da Praia, 13 de janeiro de 1814 — Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1887), jornalista, poeta, e compositor musical. Emigrou para o Brasil, onde foi professor, musicólogo, editor e multi-instrumentista. Tocava piano, órgão e flauta.
1237. Raimundo António de Bulhão Pato (Bilbau, 3 de março de 1828 — Monte da Caparica, 24 de agosto de 1912), poeta ultrarromântico, ensaísta e memorialista, sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. As suas Memórias, escritas em tom íntimo e nostálgico, são interessantes pelas informações biográficas e históricas que fornecem, retratando o ambiente intelectual português da última metade do século XIX. Visitou os Açores em 1868, tendo estado na Terceira a convite de Raimundo Sieuve de Meneses, 2.º conde de Sieuve de Meneses.
1238. Raimundo César Borges Teixeira (Angra, 22 de outubro de 1824 — São Mateus da Calheta, 29 de julho de 1866), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1852). Foi voluntário no Batalhão Académico de 1846-1847 (cf: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. IX, p. 350).
1239. Raimundo do Canto e Castro [Pacheco] (Angra (Sé), 16 de setembro de 1791 — Angra do Heroísmo (Conceição), 6 de janeiro de 1872), oficial do Batalhão de Caçadores Voluntários da Rainha, organizado em Angra a 22 de junho de 1828. Foi major do Regimento de Milícias de Angra e regedor da paróquia de São Pedro (1837).
1240. Raimundo Martins Pamplona Corte-Real (Santa Cruz da Graciosa, 28 de setembro de 1806 — Angra do Heroísmo (Sé), 12 de março de 1890), grande morgado, tenente do Batalhão de Milícias da Graciosa e coronel agregado do mesmo Batalhão, signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831. Era comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e ofereceu ao povo os terrenos onde foram construídos alguns dos reservatórios destinados ao abastecimento de água a Santa Cruz (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, pp. 160-161).
1241. Raimundo Sieuve de Meneses (Angra do Heroísmo, 13 de junho de 1854 — Angra do Heroísmo, 17 de novembro de 1937), também conhecido por Raimundo Sieuve de Séguier Camelo Borges, nome que utilizava nos seus artigos na imprensa, foi procurador à Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, presidente da Câmara Municipal (1893-1895) e governador civil do Distrito (1902-1904). Foi também diretor da Caixa Económica de Angra do Heroísmo. Foi agraciado, por decreto de 16 de novembro de 1893, com o título de 2.º conde de Sieuve de Meneses, em memória dos serviços do pai. Foi diretor político do semanário *A Terceira*, ligado ao Partido Regenerador, e colaborou em vários jornais açorianos e de Lisboa. Liderou o Partido Regenerador no Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, mas perdeu a liderança para Jacinto Cândido da Silva.
1242. Richard Biddle (Philadelphia, 25 de março de 1796 — Pittsburgh, 6 de julho de 1847), advogado, escritor e político norte-americano. Investigou a história da exploração europeia das costas atlânticas da América do Norte. A obra referida intitula-se «*A Memoir of Sebastian Cabot, with a Review of the History of Maritime Discovery*», publicada em Londres no ano de 1831.
1243. Richard Henry Major (Londres, 3 de outubro de 1818 — Londres, 25 de junho de 1891), geógrafo e curador da coleção de mapas do British Museum de 1844 a 1880. Entre 1849 e 1858 foi secretário da Hakluyt Society, uma instituição vocacionada para a publicação de obras da época dos descobrimentos europeus. Entre as muitas obras que publicou conta-se *The life of Prince Henry of Portugal surnamed the Navigator and its results: Comprising the discovery, within one century, of half the world...* (London, A. Asher & Co., 1868).
1244. Rita Pulquéria de Ornelas Bruges Ávila Paim da Câmara (Santa Luzia, 15 de junho de 1778 — Santa Luzia, 10 de outubro de 1823) foi a mais rica herdeira do seu tempo, tendo sabido, sob a judiciosa administração do seu marido, aumentar substancialmente a fortuna que herdou, procedendo a arroteamentos de baldios, plantio de novas espécies e à criação de gado. Entre muitos outros bens, que se situavam em quase todas as freguesias da Terceira, foi proprietária do Palácio de Santa Luzia, da grande Quinta do Reguinho, da Quinta das Bicas e da Quinta de São Pedro. Casou no oratório do Palácio de Santa Luzia a 31 de janeiro de 1802 com André Eloy Homem da Costa Noronha (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 49).
1245. Robert Devereux (Herefordshire, 10 de novembro de 1566 — Torre de Londres, 25 de fevereiro de 1601), 2.º conde de Essex, herói militar e favorito da rainha Isabel I de Inglaterra. Apesar desse favoritismo, depois de uma fraca campanha militar em 1599 contra os rebeldes irlandeses durante a Guerra dos Nove Anos, enfrentou a sua soberana e foi executado sob a acusação de traição. Durante o conflito entre Filipe II de Espanha e os partidários de D. António, o 2.º conde Essex comandou uma esquadra que passou por diversos pontos da Galiza e de Portugal, desembarcando em Peniche para apoiar as forças

militares de D. António. Nesse processo executou atos de corso e vandalismo, como foram os ataques a Faro e à ilha do Faial.

1246. Roberto José de Castro (—), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
1247. Roberto Luís Borges (Angra do Heroísmo (Sé), c. 1840 — Angra do Heroísmo (Santa Luzia), 13 de novembro de 1907), oficial do Exército. Faleceu no posto de major reformado.
1248. Roberto Luís Borges da Costa (Angra, 1 de outubro de 1803 — Angra do Heroísmo, 26 de maio de 1861), depois de ter frequentado a Academia Militar da Ilha Terceira e de ter integrado o Exército liberal durante a Guerra Civil, foi funcionário administrativo da logística militar, com funções no almoxarifado da Fortaleza de São João Baptista. Foi depois dirigente da Direção de Obras Públicas do Distrito de Angra do Heroísmo (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. II, p. 345).
1249. Roberto Luís de Mesquita Pimentel (Angra, 26 de janeiro de 1785 — Angra do Heroísmo, 29 de julho de 1870) militar e político, formado bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra. Foi deputado às Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa pelo círculo dos Açores, mas fez parte da Junta Governativa absolutista, que se formou em Angra após o contragolpe miguelista de 1823, e militou no partido miguelista, tendo-se batido na Guerra Civil Portuguesa (1828-1834) integrado nas forças absolutistas. Foi lente da Academia Militar da Ilha Terceira e na fase final da sua vida dedicou-se à educação e fundou o Colégio de Nossa Senhora da Guia da Ilha Terceira, na sua quinta da Terra Chã.
1250. Rodrigo da Câmara (Lisboa, 1594 — Sagres, 30 de abril de 1662), 3.º conde de Vila Franca, membro da família Gonçalves da Câmara. Era filho primogénito de D. Manuel da Câmara, tendo-lhe sucedido como 9.º capitão do donatário na ilha de São Miguel (sendo o sétimo da família a exercer o cargo). Acusado de sodomia, foi condenado pela Inquisição, perdendo o título de conde e todos os seus direitos e bens. Morreu no Convento de São Vicente, em Sagres, onde se encontrava desterrado. Em consequência, o título usado pela família Gonçalves da Câmara foi substituído pelo de Condes da Ribeira Grande.
1251. Rodrigo de Gouveia Lobo de Ávila (Santarém, 6 de agosto de 1839 — Leça da Palmeira, 10 de maio de 1887), jurista, magistrado e político. Entre outras funções, foi secretário-geral do Distrito de Faro e do Distrito de Angra do Heroísmo, no qual foi governador civil interino de 22 de setembro a outubro de 1862. Foi delegado do Procurador Régio em São João da Pesqueira e em Braga e juiz de direito.
1252. Rodrigo Zagalo Nogueira (Tomar, 9 de dezembro de 1819 — Angra do Heroísmo, 3 de agosto de 1905), médico formado na Universidade de Lovaina e influente político, tendo-se distinguido no campo da filantropia. Foi uma das figuras políticas mais influentes do seu tempo na ilha Terceira. O seu filho Manuel Sieuve de Meneses Zagalo Nogueira foi também médico e político.
1253. Roque de Figueiredo (São Jorge, c. 1590 — Angra, 2 de abril de 1663), tabelião em Angra e capitão de uma companhia de ordenanças durante o cerco do Castelo de São Filipe. Foi um dos fundadores do Convento de Santo António dos Capuchos de Angra.
1254. Rosa do Sacramento (Praia da Graciosa, c. 1790 — (Luz (Graciosa), c. 1850), esposa de António Correia de Mendonça e mãe de Francisco José Bettencourt.
1255. Rosa Francisca Isabel de Menezes Lemos e Carvalho (Angra, 29 de julho de 1783 — São Mateus da Calheta, 8 de abril de 1854), filha de José Luís de Sousa de Menezes Lemos e Carvalho, de Alquerubim, Albergaria-a-Velha, ajudante-de-ordens do capitão-general D. Antão de Almada. Foi baronesa do Ramalho pelo seu casamento, em 1807, com António da Fonseca Carvão Paim da Câmara, depois 1.º barão do Ramalho.
1256. Ruben Auber Tavares de Melo (Angra do Heroísmo (Sé), 3 de setembro de 1873 — Lisboa, 3 de fevereiro de 1953), oficial da Armada, classe de Marinha, passou à reserva no posto de capitão-de-fragata. Era filho de Leonel Tavares de Melo e de Rachel Abohobot. Era cavaleiro da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. É lembrado na toponímia de Paço de Arcos.
1257. Rui Teles Palhinha (Angra do Heroísmo, 4 de janeiro de 1871 — Lisboa, 13 de novembro de 1957), botânico e docente a quem se devem grandes avanços na exploração sistemática da flora açoriana. Formado em Ciências pela Faculdade de Filosofia Natural da Universidade de Coimbra (1893), foi professor liceal, professor universitário e diretor do Jardim Botânico de Lisboa. Exerceu as funções de presidente da Câmara Municipal de Santarém, de vereador da Câmara Municipal de Lisboa e de reitor do Liceu de Camões de Lisboa. Foi sócio efetivo da Academia das Ciências de Lisboa.
1258. Salvador Homem de Moraes (Angra (Conceição), 11 de novembro de 1814 — Praia da Vitória, d. 1857), proprietário. Foi tenente do Batalhão Nacional de Artilheiros de Posição reorganizado em Angra por portaria de 15 de junho de 1839. Foi apontador da Direção das Obras Públicas do Distrito de Angra do Heroísmo.
1259. Sancha Rodrigues de Arce, esposa de Jácome de Bruges. Era filha de um fidalgo das Astúrias e foi dama da infanta D. Beatriz. Após a morte do marido, professou num convento em Portugal. O seu irmão, Gaspar Dias de Arce, foi um dos primeiros povoadores da ilha Graciosa. (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. I, p. 319).
1260. Sebastião Álvares (—), irmão jesuíta, lente de 2.ª classe de latim e um dos fundadores do Colégio de Angra, que em 1571, em nome do reitor daquele Colégio, escreveu sobre os tremores de terra então

ocorridos na Terceira e em São Miguel. Chegara à Terceira no dia 1 de julho de 1570 (cf.: Teresa Maria Rodrigues da Fonseca Rosa, *Monumenta Historica. O Ensino e a Companhia de Jesus (séculos XVI a XVIII)*, volume I (1540-1580). Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2015).

1261. Sebastião Cabot (Veneza, c. 1474 — Londres, 1557), nascido Sebastiano Caboto, mas mais conhecido por Sebastian Cabot, explorador veneziano, filho do explorador veneziano Giovanni Caboto, mais conhecido por John Cabot. Sebastiano Caboto acompanhou seu pai em viagens de exploração no noroeste do Atlântico e, após a morte deste, conduziu as suas próprias viagens em busca da Passagem do Noroeste ao serviço do rei de Inglaterra. Esteve depois ao serviço de Espanha, tendo explorado as costas da América do Sul, nomeadamente o Rio de la Plata.
1262. Sebastião Cardoso Machado (Angra c. 1570 — Angra, 30 de setembro de 1655), capitão de Ordenanças, nomeado tenente governador do Castelo de São João Baptista logo após a sua rendição. Recebeu o foro de moço fidalgo e uma tença em prémio dos seus serviços.
1263. Sebastião Cardoso Pamplona Corte-Real (Angra do Heroísmo, 7 de maio de 1842 — Angra do Heroísmo, 2 de julho de 1904), filho de Francisco Machado Pamplona Corte-Real, capitão de Caçadores Voluntários da Rainha, e irmão de Catarina Pamplona Corte-Real, a baronesa de Teixeira. Foi vereador da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.
1264. Sebastião Correia de Lorvela (Angra, 1620 — Angra, 23 de novembro de 1672), militar de carreira, com serviço prestado no Brasil, que se distinguiu na Guerra da Restauração. Prestou importantes serviços, pelo que foi recompensado com uma pensão e com o hábito da Ordem de Cristo, em 20 de setembro de 1642. Em 1658 foi promovido a mestre-de-campo, tendo tomando parte na batalha do Ameixial. Teve mais uma pensão e a mercê de fidalgo cavaleiro, por alvará de 1 de março de 1662. Teve ainda a doação da administração das casas do marquês de Castelo Rodrigo em Angra, por alvará de 20 de agosto de 1667, e foi nomeado governador do Castelo de São João Baptista, mas não pôde tomar posse por estar doente, sendo ainda assim concedido que vencesse o respetivo soldo, «*como se actualmente lidasse naquella occupação*».
1265. Sebastião de Sousa (—), jorgense, filho do sargento-mor das Velas Amaro Soares. Ocupou o cargo que era de seu pai, a partir de 1648, por renúncia deste.
1266. Sebastião do Canto (—), capitão de uma das companhias das milícias de Angra que participaram na Batalha da Salga.
1267. Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira (Faro, 6 de janeiro de 1763 — Porto, 2 de junho de 1833), fidalgo da Casa Real e bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra, oficial general do Exército. Aderiu ao ideário do liberalismo e foi vice-presidente da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino que saiu da Revolução Liberal do Porto em 1820. Quando em março de 1829 as dissensões na Junta Provisória de Angra levaram à demissão do seu irmão Diocleciano Cabreira do cargo de presidente, foi nomeado para o substituir, sendo responsável por alguns dos mais duros atos de repressão exercidos sobre os miguelistas terceirenses.
1268. Sebastião Eduardo Pereira da Silva de Sousa e Menezes (Porto, 27 de março de 1855 — Lisboa, 11 de dezembro de 1934), conde de Tarouca (*jure uxoris*) pelo seu casamento com a 12.^a condessa de Tarouca, Eugénia Teles da Silva Caminha e Meneses, dama da rainha D. Amélia. Foi oficial-mor e estribeiro-mor do rei D. Carlos e exerceu as funções de par-do-reino.
1269. Sebastião Espínola da Veiga (Santa Cruz (Graciosa), c. 1790 — Santa Cruz da Graciosa, 13 de março de 1838), signatário do auto de aclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1831.
1270. Sebastião Gago (— Índia), terceirense, comandou navios de alto bordo. Faleceu na Índia.
1271. Sebastião Moniz Barreto (c. 1500 — Angra, c. 1571), o Velho, o «*morgado da Ilha*» como lhe chama António Cordeiro. Fez testamento a 25 de maio de 1571, «*no qual dezerda a sua filha D. Frausta por cazar com pessoa de menos qualidade*». Fidalgo da Casa Real e moço fidalgo com 1\$000 réis de moradia, foi senhor de um rico morgado que incluía a grande caldeira do centro da ilha que tomou o nome de seu filho Guilherme Moniz. Mandou construir a ermida de Nossa Senhora do Desterro, junto ao Outeiro, que se destinava a mosteiro de freiras da Ordem de São Bernardo. O mosteiro não chegou a fundar-se, mas houve ali um recolhimento, onde em clausura, sem votos, viviam mulheres piedosas em comunidade. No arco da capela-mor da ermida tem um escudo com as armas dos Monizes, plenas. Casou com sua prima D. Joana de Menezes (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VI, p. 187).
1272. Sebastião Teixeira Carrascosa (Angra (Conceição), 8 de julho de 1814 — Angra do Heroísmo (Conceição), 3 de novembro de 1889), oficial do Exército, faleceu no posto de major reformado. Foi um dos militares que da ilha Terceira acompanharam o rei D. Pedro IV no desembarque no Mindelo, tendo feito as campanhas da Guerra Civil.
1273. Sebastião Tomé (—), armado cavaleiro pelos seus serviços em Alcácer-Quibir, confirmado por carta de D. João III, em 1549.
1274. Sérgio José (—), 1.º sargento, condecorado com a medalha n.º 5 das Campanhas da Liberdade.
1275. Silvério Severino de Avelar (Horta, 1820 — Angra, 16 de junho de 1893), fiel na Direção Telégrafo-Postal do Distrito de Angra do Heroísmo, negociante e proprietário no concelho da Praia da Vitória. Era sócio

da firma *Avellar & Avellar*, proprietária da Fábrica de Tabacos Angrense. A escuna *Laura*, propriedade da família Avelar, esteve em 1852 envolvida no transporte de escravos africanos para Cuba, sendo os seus proprietários, incluindo Silvério, suspeitos de traficantes de escravos (cf.: Gilberto da Silva Guizelin, «On the trail of the returned and escape slave dealers to Portugal: the Intelligencia Saquarema in the service of combating the Atlantic slave trade after 1850», in *Almanack*, Guarulhos, n.º 30, 2022).

1276. Simão António de Albuquerque e Castro (Lisboa, c. 1805 — Oeiras, c. 1870), era alferes de Infantaria aquando da batalha de 11 de agosto de 1828, depois capitão do Batalhão de Caçadores n.º 5. Faleceu no posto de major.
1277. Simão da Cunha Brum (—), terceirense, foi oficial do Batalhão de Caçadores Voluntários da Rainha organizado em Angra a 22 de junho de 1828 e completamente reorganizado em 1832.
1278. Simão de Andrade Machado (São Mateus da Calheta, c. 1550 — c. 1583), capitão de uma das companhias das milícias da Praia que participaram na Batalha da Salga.
1279. Simão de Barros (—), terceirense, frade dominicano, predicador, veio a ser grande solicitador dos negócios de D. António, Prior do Crato. Foi a França, na companhia de frei João do Espírito Santo, tendo depois, em 1581, escrito a Catarina de Médicis, mãe de Henrique III, rei de França. Esteve em França, como enviado dos partidários de D. António.
1280. Simão de Novais (frei) (— Praia), frade franciscano e fundador do convento da vila da Praia, em terreno cedido no ano de 1480 por Afonso Gonçalves de Antona, o «*Velho de São Francisco*», no lugar chamado Paço do Milhafre. «E nele foi guardião e faleceu santamente. E antes que falecesse (segundos alguns dizem) sendo-lhe revelado que seus dias eram poucos, se veio a esta ilha despedir de seus irmãos, e tornando durou pouco; de cuja morte se conta, que estando rezando vésperas, bem disposto, disse que lhe pusessem uma pedra na igreja para pôr a cabeça nela, que queria repousar, porque era esta sua cama em sua cela, onde não dormia senão no chão, com uma pedra por cabeceira. Estando depois de vésperas ali repousando, adormeceu de tal maneira que daquele sono passou da vida presente, no mesmo mosteiro da Praia, que ele fizera. E afirma-se que a terra da sua sepultura tinha virtude para curas de algumas enfermidades» (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. VII, p. 758).
1281. Simão de Sousa e Távora (c. 1550 — Lisboa, c. 1590), comendador de Torrados e Cinfães na Ordem de Cristo, casou a 1 de abril de 1585, por ordem de Filipe II, com a terceirense D. Violante da Silva do Canto. Oriundo de uma importante família da aristocracia portuguesa aliada do rei espanhol, era filho de Álvaro de Sousa e Távora, morgado de Alcube. Era sobrinho materno de Cristóvão de Moura, o marido escolhido para Margarida Corte-Real, herdeira do cargo de capitão-do-donatário em Angra e em São Jorge.
1282. Simão do Carvalhal da Silveira (Angra (Conceição), 11 de junho de 1788 — Angra do Heroísmo (Santa Luzia), 17 de fevereiro de 1878), morgado, fidalgo cavaleiro da Casa Real. Foi um dos signatários do auto de aclamação de D. Maria II em Angra na sequência da revolta liberal de 22 de junho de 1828. Foi voluntário do Corpo de Cavalaria de Angra.
1283. Teófilo Rogério Machado de Andrade (Angra (Sé), 5 de março de 1776 — São Mateus da Calheta, 19 de março de 1837), oficial da Armada Real, terminou a carreira no posto de capitão-de-mar-e-guerra. Tendo servido no Rio de Janeiro, por decreto de 24 de julho de 1823 foi nomeado governador do Castelo de São João Baptista, cargo que ocupou até ser exonerado por portaria da Junta Governativa de Angra, de 7 de outubro de 1823, emitida na sequência da *Vilafrancada* e no contexto das medidas tomadas pelo ministro conde de Suberra, terceirense, para o restabelecimento da Capitania-Geral nos Açores. O fim do seu mandato deu-se na sequência da revolta de 22 de junho de 1828. Foi cavaleiro das Ordens de Avis e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Em 1830 era capitão-de-fragata.
1284. Teotónio Alberto Mendes (Angra do Heroísmo (Conceição), 24 de setembro de 1866 — Angra do Heroísmo, 24 de setembro de 1945), farmacêutico formado pela escola do Porto (1892). Exerceu a sua atividade no Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo a partir de 1899 (cf.: Manuel de Sousa Menezes, «Médicos, Cirurgiões e outros da arte de curar na Ilha Terceira», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XV (1957), p. 66).
1285. Teotónio Carlos Martins (Angra do Heroísmo, 6 de maio de 1877 — Lisboa, 21 de fevereiro de 1954), oficial do Exército. Integrou o Secretariado Nacional de Informação e Cultura Popular e publicou sobre turismo e hotelaria.
1286. Teotónio de Ornelas Bruges (Angra do Heroísmo, 26 de outubro de 1836 — Lisboa, 20 de janeiro de 1907), doutor em Ciências Naturais pela Universidade de Bruxelas em 1860, conselheiro e deputado. Casou com Clementina de Lima Mayer, de uma família de grandes negociantes e banqueiros.
1287. Teotónio de Ornelas Bruges Paim da Câmara (Angra, 25 de abril de 1807 — Angra do Heroísmo, 25 de outubro de 1870), 1.º visconde de Bruges e 1.º conde da Praia da Vitória, notável vulto da história terceirense e da história nacional que desempenhou um papel determinante no sucesso da causa liberal nos Açores e no arranque do processo que levaria à vitória do liberalismo na guerra civil portuguesa. Sendo um rico terratenente da ilha Terceira, a sua adesão foi determinante no sucesso da causa liberal na ilha. Liderou, com apenas 21 anos de idade, o movimento político-militar de 22 de junho de 1828 que restaurou o liberalismo na Terceira e abriu caminho para que a ilha se transformasse no trampolim a partir do qual a causa liberal se imporia em Portugal. Encarregado de diversas missões determinantes para o sucesso da causa e seu principal financiador, foi por duas vezes Secretário de Estado dos Negócios

da Guerra do governo da Regência de Angra. Posteriormente, ocupou diversos cargos governativos nos Açores, entre os quais presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, sendo nessa função o primeiro presidente de Câmara eleito no país, e administrador-geral do Distrito de Angra do Heroísmo. Foi eleito deputado às Cortes para a legislatura de 1834 a 1836 pela Província Ocidental dos Açores, sendo, entretanto, feito par do reino a 1 de outubro de 1835, um dos primeiros a receber tal distinção após a implantação da Monarquia Constitucional. Era figura destacada da Maçonaria.

1288. Teotónio Francisco Correia (—), terceirense, condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria.
1289. Teotónio Maria Coelho Borges (Angra (Sé), 12 de dezembro de 1821 — Lisboa, 11 de janeiro de 1887), oficial general do Exército que se notabilizou nas Campanhas de Pacificação em Angola e pelo seu apoio ao marechal Saldanha e ao conde de Peniche, envolvendo-se em diversas conspirações. Foi um dos implicados na intentona que ficou conhecida por *A Pavorosa*, em julho de 1872, o que o levou à prisão. Reformou-se em 1883, graduado em general de divisão (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 283-284).
1290. Teotónio Moniz Barreto do Couto (Angra (São Bento), 11 de novembro de 1862 — Lisboa, 26 de agosto de 1923), aluno do Colégio Militar, oficial do Exército, passou à reserva no posto de tenente-coronel em 1919. Foi comandante da Polícia Cívica de Lisboa e comandante da Guarda Nacional Republicana no Porto.
1291. Teotónio Octávio de Ornelas Bruges (Lisboa, 10 de março de 1861 — Angra do Heroísmo, 2 de novembro de 1906), 3.º visconde de Bruges, oficial do Exército. Par do reino, foi o último membro da dinastia política do 1.º conde da Praia.
1292. Teotónio Simão Paim de Ornelas Bruges (Angra do Heroísmo, 22 de setembro de 1841 — Angra do Heroísmo, 27 de agosto de 1936), filho do homónimo 1.º conde da Vila da Praia da Vitória, foi advogado, funcionário público, político e intelectual. Bacharel em Filosofia e Letras pela Universidade Livre de Bruxelas, por diploma de 12 de dezembro de 1862, foi, entre outras funções, presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, deputado às Cortes e governador civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo. Deixou obra publicada.
1293. Teotónio Simão Paim de Ornelas Bruges (Angra do Heroísmo, 22 de setembro de 1841 — Angra do Heroísmo, 27 de agosto de 1936), filho do homónimo 1.º conde da Vila da Praia da Vitória, foi advogado, funcionário público, político e intelectual. Bacharel em Filosofia e Letras pela Universidade Livre de Bruxelas, por diploma de 12 de dezembro de 1862, foi, entre outras funções, presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, deputado às Cortes e governador civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo. Deixou obra publicada.
1294. Thomas William Stubbs (Basingstoke, 7 de junho de 1776 — Lisboa, 27 de março de 1844), geralmente referido por *Sir Thomas Stubbs*, 1.º visconde de Vila Nova de Gaia, general britânico que ao serviço das forças liberais teve um papel relevante na guerra civil. Enviado para Portugal durante a Guerra Peninsular, permaneceu no país após o seu termo, mantendo uma carreira de 44 anos ao serviço do Exército.
1295. Thomaz Benedicto é Tommaso Benedetto de Pesaro (Pesaro, século XVI), arquiteto e engenheiro militar italiano contratado em 1558 pela regente D. Catarina de Áustria para reformar a rede de fortalezas de Portugal, onde ajudou a consolidar o estilo renascentista na arquitetura militar. Em 1567, durante a regência do Cardeal D. Henrique (1562-1568), em resultado do ataque de corsários franceses, sob o comando de Pierre Bertrand de Montluc, ao Funchal (outubro de 1566) e daquele que foi repulso em Angra, Benedetto foi enviado para os Açores, juntamente com o engenheiro militar Pompeo Arditì, também proveniente de Pesaro, para orientar o reforço da fortificação. Durante a sua estadia nos Açores, aqueles engenheiros visitaram as ilhas de São Miguel, Terceira e Faial, consideradas as de maior importância estratégica, e a ilha de São Jorge. Vindo o inimigo forçosamente pelo mar, a defesa das ilhas deveria centrar-se nos portos e ancoradouros. Para isso concebeu um conjunto de fortes costeiros, entre os quais o de São Sebastião em Angra e o de São Brás em Ponta Delgada, para serem guarnecidos pelas ordenanças concelhias em caso de perigo (cf.: Teresa Bettencourt da Câmara, «Arquitectos e mestres de obras nos Açores do Renascimento, segundo Sousa Viterbo», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLIV (1986), pp. 355-364; «Viagem de Pompeo Arditì de Pesaro à Ilha da Madeira e aos Açores (1567)», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, VI (1948), pp. 173-183; Vespasiano da Bisticci & Pompeo Arditì, *Vite di Portoghesi Illustri; Viaggio all' Isola di Madera e alle Azzorre (1567). Con la riproduzione di due antichi portolani delle Azzorre*. Firenze, Tipografia Alfani e Venturi, 1934).
1296. Tibúrcio António Craveiro (Angra, 4 de maio de 1800 — Velas, 23 de maio de 1844), por vezes referido por António Craveiro, poeta, historiador e teórico da literatura, com uma obra que inclui temáticas de história, teoria da literatura e poesia, campo em que aderiu à corrente da Arcádia Lusitana. Também se dedicou à tradução de obras de autores franceses e ingleses. Ficou conhecido pela morbidez da sua poesia e pelo seu gosto pelo horror e pela magia negra.
1297. Tomás Assis de Mascarenhas Castelo Branco da Costa Lencastre (Lisboa, 28 de fevereiro de 1781 — Lisboa, 5 de setembro de 1833), aristocrata, filho do 4.º conde de Óbidos, brigadeiro do Exército. Par do reino vintista, depois de ter sido ajudante-de-campo do infante D. Miguel e comandante-em-chefe do Exército, aderiu ao campo liberal e foi enviado do Rio de Janeiro para Londres, onde chegou nos inícios de fevereiro de 1830, revestido de plenos poderes para tratar dos negócios de D. Maria II como julgasse conveniente. D. Pedro incumbiu-o particularmente de duas missões: fiscalizar a distribuição

dos dinheiros que o Brasil fornecia à emigração portuguesa; e fazer partir, quanto antes, para a Terceira, a regência. Morreu nas linhas de Lisboa.

1298. Tomás de Azevedo (1851 — c. 1914), terceirense, escreveu várias poesias e folhetins, que se encontram publicadas em *A Terceira*. Emigrou para o Brasil.
1299. Tomás José da Silva (Angra, 7 de dezembro de 1779 — Pernambuco, 1839), grande negociante, exportador de laranja, e político, membro da vereação da cidade de Angra, nomeado em 1819 para o cargo de Inspetor da Agricultura nos Açores, lugar que exerceu até 1823. Destacou-se na fase inicial de implantação do liberalismo nos Açores e como consequência das lutas civis e da perseguição aos liberais que se seguiu foi obrigado a emigrar para o Brasil, estabelecendo-se como comerciante por grosso e industrial em Pernambuco, onde faleceu.
1300. Tomás Soares Luís (Terra Chã, 30 de março de 1858 — Angra do Heroísmo (Santa Luzia), 9 de junho de 1902), oficial do Exército. Faleceu no posto de capitão do Regimento de Infantaria n.º 25, aquartelado em Angra do Heroísmo.
1301. Tomás Vaz Borba (Angra do Heroísmo, 23 de novembro de 1867 — Lisboa, 12 de fevereiro de 1950), presbítero, músico, compositor e professor do Conservatório Nacional de Lisboa. Destacou-se não apenas como erudito, mas também como um inovador na pedagogia da Música em Portugal.
1302. Tomé da Câmara (—), da ilha de Santa Maria, armado cavaleiro por D. Francisco Coutinho, pelos seus serviços em Tânger, confirmado por carta de D. João em 1548.
1303. Tomé da Fonseca (—), distinguiu-se no cerco ao Castelo de São Filipe em 1641-1642. Foi sargento-mor das Ordenanças de Angra.
1304. Tomé Rodrigues (—), micalense, armado cavaleiro por Luís Loureiro em Safim, confirmado por carta régia de 13 de março de 1539.
1305. Tomé Rodrigues Tibau (— Madeira, c. 1588), emissário enviado de Lisboa aos Açores para promover a proclamação de Filipe II de Espanha nos Açores. Foi provedor da fazenda dos defuntos e ausentes e mamposteiro-mor dos cativos na Madeira, nomeado por alvará de 8 de julho de 1586.
1306. Trajano Baptista Pereira (Urzelina, 9 de setembro de 1870 — Oeiras, 1 de fevereiro de 1957), depois de ter frequentado os estudos preparatórios na Academia Politécnica do Porto, formou-se em Medicina pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa em 1896. Ocupou interinamente o lugar de médico na Praia da Vitória onde se demorou apenas alguns meses, retirando-se para São Jorge, onde foi clínico de grande prestígio e de apreciados méritos. Foi proprietário de uma grande exploração agrícola na ilha de São Jorge e um dos maiores impulsionadores do nascimento da Cooperativa Leitaria das Manadas, uma das mais velhas do país, e um dos emblemas do movimento cooperativo na produção do queijo da ilha de São Jorge. Militou no Partido Republicano Nacionalista.
1307. Tristão de Sousa de Gusmão (—), filho de Gaspar de Ornelas de Gusmão e de D. Isabel de Sousa, pelos serviços que prestou na Índia por espaço de 12 anos, premiado com o posto de capitão em duas viagens a Ceilão.
1308. Tristão Pires (—), micalense, armado cavaleiro por Rui Barreto na tomada de Azamor, o que lhe foi confirmado por carta de D. Manuel de 5 de setembro de 1514.
1309. Úrsula Bicudo da Câmara (Ponta Delgada, 7 de novembro de 1758 — Lagoa (Santa Cruz), 15 de abril de 1831), esposa do capitão de milícias micalense Francisco José de Athayde Bettencourt e mãe de Francisco Pereira Lopes de Ataíde.
1310. Úrsula Cândida do Canto e Castro Pacheco (Angra (Conceição), 8 de fevereiro de 1775 — Angra, c. 1840), filha de José Francisco do Canto e Castro Pacheco, último Provedor das Armadas, cargo que foi extinto com a sua morte. Casou em 1805 com José Homem da Costa Noronha Ponce de Leão, sendo mãe de Pedro e de Manuel Homem da Costa Noronha, dois dos principais impulsionadores da revolta liberal na Terceira (cf.: *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. II, p. 792).
1311. Valentim Fernandes (Morávia, c. 1450 — Lisboa, c. 1519), conhecido por Valentim Fernandes Alemão ou Valentim Fernandes da Morávia, impressor e tradutor germânico estabelecido em Lisboa a partir de 1495. Correspondeu-se com intelectuais e artistas europeus, entre os quais Albrecht Dürer, Hieronymus Münzer e Mathias Ringmann, enviando para diversas cidades do Sacro Império Romano-Germânico notícia dos descobrimentos portugueses. Deixou um códice, conhecido por *Collecção de Relações de Valentim Fernandes Alemão*, que inclui relatos essenciais para o conhecimento do início da navegação marítima portuguesa, entre eles um intitulado *De inventione insularum de Açores* (cf.: Johann Andreas Schmeller, «Über Valentim Fernandez Alemão und seine Sammlung von Nachrichten über die Entdeckungen und Besitzungen der Portugiesen in Afrika und Asien bis zum Jahre 1508, enthalten in einer portugiesischen Handschrift der kgl. Hof- und Staats-Bibliothek zu München. Mitteilung des Bibliothekars Dr. Schmeller in der Sitzung der I. Klasse am 8. März 1845». *Abhandlungen der Philosophisch-Philologischen Classe der Königlich Bayerischen Akademie der Wissenschaften zu München*, Bd. IV., Dritte Abteilung, Munique, 1847; foi também publicado como separata: *Besonderer Abdruck aus dem XXI Band der Denkschriften der Königlich Bayerischen Akademie der Wissenschaften zu München*). O texto referente aos Açores foi traduzido para português e publicado no *Arquivo dos Açores* (cf.: Historiadores do século XV: Diogo Gomes de Cintra, in *Arquivo dos Açores*, vol. I, n.º I, pp. 77-81. Ponta Delgada, 1878).

1312. Vargas de Bedemar foi um heterónimo de Carl Friedrich August Grosse (Magdeburgo, 5 de junho de 1768 — Copenhaga, 15 de março de 1847), também conhecido por Eduardo Romeu, conde de Vargas-Bedemar, Edouard Romeo de Vargas de Bedemar ou por conde Vargas-Bedemar, escritor, aventureiro, geólogo e geógrafo oriundo de Schleswig-Holstein, então parte do reino da Dinamarca. Adotou o nome de uma das suas personagens de romance e, com esse nome, atingiu celebridade em toda a Europa, incluindo Portugal. Foi cavaleiro da Ordem de Malta (1795), coronel de artilharia e professor da escola desta arma em Nápoles. Com o nome de Vargas de Bedemar, a partir de 1808 passou a residir em Copenhaga, onde em 1813 foi senador e em 1829 e 1842 codirector e diretor, respetivamente, do Museu Real de História Natural. Pertenceu desde 1806 à Real Academia Dinamarquesa de Ciências. Escreveu numerosas obras nas áreas da geografia e da geologia. A sua passagem pelas ilhas, onde chegou acompanhado de uma carta de recomendação do rei de Portugal que solicitava que fosse tratado com todas as honras, deu brado, tendo tido grande projeção social. Apresentando-se como defensor da teoria da Atlântica, teoria então já em descrédito nos meios científicos, mas defendida pela intelectualidade local, os seus trabalhos deram novo alento à causa. Apesar da sua medíocre fundamentação e dos flagrantes erros de identificação de rochas neles contidos, a tradução do resumo das observações de Bedemar foi citada durante mais de um século pela generalidade dos autores açorianos.
1313. Vasco Anes Corte-Real (Lisboa, c. 1530 — Lisboa, novembro de 1581), terceiro do nome, filho de Manuel Corte-Real, 3.º capitão do donatário em Angra. Exerceu os cargos de capitão do donatário em Angra e na ilha de São Jorge, em ambos os casos desde 1577 até falecer em 1581. A mãe era a dama espanhola D. Beatriz de Mendoza, filha de Iñigo López de Mendoza e de Maria Bazán, dama da rainha D. Catarina, filha do 2.º visconde de Palacios de Valduerna. Casou com D. Catarina da Silva ou Coutinho, filha de D. João de Mascarenhas, capitão dos ginetes. Foi pai de Margarida Corte-Real (1547-1610), 5.º capitão-do-donatário em Angra e São Jorge, que casou com D. Cristóvão de Moura, 1.º marquês de Castelo Rodrigo e vice-rei de Portugal, que em 1582 assumiu as capitanias e deu origem a uma das mais influentes famílias do reinado de Filipe II de Espanha.
1314. Vasco Anes Corte-Real (Tavira, c. 1460 — Évora, 27 de fevereiro de 1537), por vezes referido por Vasqueanes Corte-Real, segundo deste nome na família, foi o 2.º capitão-do-donatário de Angra e da ilha de São Jorge, cargo em que sucedeu a seu pai, João Vaz Corte-Real. Tal como seu pai e irmãos, foi navegador e explorador dos mares para oeste dos Açores, crendo-se que tenha viajado até às costas da América do Norte (cf.: Ernesto do Canto, «Os Corte-Reaes; memória histórica, acompanhada de muitos documentos inéditos». In *Archivo dos Açores*, Ponta Delgada, 1883).
1315. Vasco Anes da Costa (1360 —), originário de Tavira, cavaleiro fidalgo e fronteiro-mor do Algarve. Defendeu Tavira das incursões dos castelhanos nas Guerras Fernandinas e foi partidário de Mestre de Avis, estando ao seu lado na Batalha de Aljubarrota. Dele descendem os membros da família Corte-Real, por intermédio de dois dos seus filhos, Vasco Anes Corte-Real e Gil Anes da Costa.
1316. Veríssimo José de Andrade (Angra do Heroísmo, 23 de fevereiro de 1863 — Lisboa, 1 de maio de 1927), oficial do Exército. Foi comandante das tropas aquarteladas na Fortaleza de São João Baptista. Passou à reserva no posto de coronel.
1317. Vesconte Maggiolo (Génova, 1475 — Génova, entre 1549 e 1561), cartógrafo italiano pertencente a uma família que há várias gerações se dedicava à produção de mapas. Aparece referido também como Vesconte de Maiollo ou de Maiolo.
1318. Vicente Augusto de Vasconcelos (Angra do Heroísmo, 23 de outubro de 1815 — Angra do Heroísmo, 20 de abril de 1881), oficial do Exército. Faleceu no posto de major.
1319. Vicente Dias (Lagos, fl. c. 1455), patrão de uma caravela armada pelo infante D. Henrique, que devido à sua experiência em navegar na costa de África, foi encarregue pelo Infante de servir de guia a Cadamosto na exploração da costa ocidental africana. Saiu de Sagres em março de 1455, tendo atingido o Rio Gâmbia. Com Alvise Cadamosto e Antoniotto Usodimare, descobriu algumas ilhas de Cabo Verde em 1456. Nas décadas seguintes participou em viagens de reconhecimento ao noroeste do Atlântico, a partir dos Açores, financiadas pelo mercador Lucas de Caceres, que o terá acompanhado.
1320. Vicente José Ferreira Cardoso da Costa (Bahia, 5 de abril de 1765 — Ponta Delgada, 14 de agosto de 1834), mais conhecido por Vicente Ferreira Cardoso, jurista, magistrado, político e intelectual, autor de diversas obras sobre Direito e política. Aquando das invasões francesas, por estar ligado à Maçonaria, foi preso no âmbito do processo da *Setembrizada* e foi um dos deportados da Amazona. Fixou-se nos Açores, casando em Ponta Delgada no seio de uma das mais ricas e prestigiosas famílias locais.
1321. Vicente Pedro de Korth (Horta, 3 de novembro de 1786 — Angra do Heroísmo, 22 de novembro de 1852), cirurgião do partido da Câmara Municipal de Angra e signatário do auto de aclamação de D. Maria II em Angra na sequência da revolta liberal de 22 de junho de 1828.
1322. Violante da Silva do Canto (Angra, agosto de 1556 — Lisboa, 17 de novembro de 1599), filha única e herdeira de João da Silva do Canto, distinguiu-se entre os principais apoiantes de António I de Portugal na luta contra Filipe II de Espanha. Recorrendo à sua grande fortuna e prestígio social, financiou o partido antonino em Angra, proporcionando-lhe os recursos e a credibilidade necessários para o manter dominante na fase mais adversa da resistência angrense à União Ibérica. A aura de romantismo e nacionalismo de que a sua figura foi cercada, nomeadamente pelas obras de divulgação historiográfica de Gervásio Lima, fizeram de D. Violante do Canto uma das personagens míticas da história terceirense, personificando a heroína patriota e desinteressada que tudo sacrificou pela independência nacional. Essa

imagem de Violante do Canto foi fortemente explorada pela propaganda do Estado Novo, alçando-a a símbolo do portuguesismo açoriano.

1323. Virgílio Henriques Soares Varela (Angra do Heroísmo, 26 de janeiro de 1868 — Lisboa, 5 de dezembro de 1932), filho de Manuel da Fonseca Soares Varela, de Arneiros, Lamego, sargento do Batalhão de Caçadores n.º 10. Foi oficial do Exército.
1324. Viriato Ribeiro de Lemos (Velas, 5 de dezembro de 1858 — Lisboa (São José), 9 de fevereiro de 1949), oficial de Infantaria do Exército e engenheiro, que passou à reserva no posto de coronel. Foi pai de Victor Hugo Duarte de Lemos (1894 — 1959), professor catedrático de Matemática da Universidade de Lisboa e Ministro da Instrução Pública.
1325. Vital de Bettencourt de Vasconcelos (Angra, 1616 — Angra, 18 fevereiro 1699), filho segundo de uma das maiores casas da nobreza angrense, foi fidalgo da Casa Real e cavaleiro da Ordem de Cristo (1644). Distinguiu-se na Restauração e aclamação de D. João IV nas ilhas dos Açores, tendo-se deslocado às ilhas vizinhas da Terceira para conseguir reforços de homens e artilharia para continuar o cerco ao castelo, além de comandar uma das companhias de ordenanças nesse mesmo cerco. Exerceu diversos cargos públicos, entre os quais o de capitão-mor de Angra (*cf.: Genealogias da Ilha Terceira*, vol. I, p. 38).
1326. Vital de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos (Angra, 3 de julho de 1751 — Angra, 28 de junho de 1847), fidalgo da Casa Real, morgado e grande proprietário, senhor do Solar da Madre de Deus, coronel do Regimento de Milícias de Angra e brigadeiro do Exército. Foi almotacé, vereador e juiz da Câmara de Angra, deputado da Junta da Real Fazenda, protetor dos expostos e inspetor das estradas da Terceira. Teve filhos a militar em ambos os lados da Guerra Civil, o que o fez oscilar entre os liberais e os absolutistas, assinando os respetivos autos. Faleceu a dias de completar 96 anos de idade, sendo ao tempo uma das figuras mais respeitadas da sociedade angrense (*cf.: Genealogias da Ilha Terceira*, vol. II, pp. 32-33).
1327. Vital de Bettencourt Vasconcelos e Lemos (Angra, 2 de outubro de 1832 — Angra do Heroísmo, 27 de agosto de 1908) grande proprietário e político filiado no Partido Progressista. Entre outros cargos, foi presidente da Junta Geral do Distrito e depois presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.
1328. Vitorina le Couvreur (Lisboa, 10 de janeiro de 1775 — Lisboa), ou Victorine le Couvreur, casou em 4 de abril de 1796 com João Ferreira Campos (*cf.: Genealogias da Ilha Terceira*, vol. III, p. 683). Foi avó do autor desta obra e mãe de Emília le Couvreur Ferreira de Campos (1797 — 1863), esposa de Luís Teixeira de Sampaio, 1.º visconde do Cartaxo.
1329. Vitorino de Sousa Pereira (Angra (Sé) —), condecorado com a Medalha D. Pedro e D. Maria.
1330. William Hickling Prescott (Salem, 4 de maio de 1796 — Boston, 29 de janeiro de 1859), historiador norte-americano especializado na história da América de língua espanhola. Permaneceu nos anos de 1815-1816 em Ponta Delgada, cidade onde vivia o seu avô materno.
1331. William Walpole (29 de janeiro de 1789 — Londres, 8 de maio de 1875), oficial da Marinha Real Britânica que comandou o bloqueio à Terceira durante a guerra civil. Tendo ingressado na Royal Navy em 1803, tomou parte na batalha de Trafalgar como aspirante a bordo do *HMS Colossus*. Reformou-se em 27 de abril de 1863 no posto de almirante.
1332. Zeferino de Sequeira (Carnaxide, 9 de setembro de 1793 — Angra do Heroísmo, 4 de dezembro de 1854), de seu nome completo Joaquim Zeferino Luiz de Sequeira, oficial do Exército, reformado no posto de tenente-general em 1854, que teve um papel relevante na consolidação das forças liberais na ilha Terceira e depois nas restantes ilhas. Distinguiu-se no Cerco do Porto e foi comandante militar da Terceira e governador da Fortaleza de São João Baptista após a vitória liberal. Cartista moderado, resistiu ao golpe setembrista de abril de 1847, sendo por isso preso e desterrado para São Jorge, regressando após a derrota dos revoltosos.